CONQUEER I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTUDOS QUEER

Organizadores

Alfrancio Ferreira Dias Elza Ferreira Santos Maria Helena Santana Cruz João Manuel De Oliveira



CONSELHO EDITORIAL

ALFRANCIO FERREIRA DIAS - (Profissional)

ANA CRISTINA NASCIMENTO - (Profissional)

ANDERSON FERRARI - (Profissional)

ANDRÉA BANDEIRA SILVA DE FARIAS - (Profissional)

BERECINE BENTO - (Profissional)

CARLA REZENDE GOMES - (Doutor)

CHIRLAINE CRISTINE GONÇALVES - (Profissional)

CLAUDIENE SANTOS - (Doutor)

DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA - (Profissional)

DINAMARA GARCIA FELDENS - (Profissional)

EDVALDO SOUZA COUTO - (Profissional)

ELENITA PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA - (Doutor)

ELZA FERREIRA SANTOS - (Profissional)

FABIO ZOBOLI - (Profissional)

FRANCISCA VERÔNICA CAVALCANTE - (Doutor)

FRANCISCO A. ZURIAN - (Doutor)

GILVAN DA COSTA SANTANA - (Mestre)

IRAN FERREIRA DE MELO - (Profissional)

J. IGNACIO PICHARDO - (Doutor)

JEANE FELIX DA SILVA - (Profissional)

JOANICE SANTOS CONCEIÇÃO - (Pós-Doutor)

LAILA ANDRESA CAVALCANTE ROSA - (Profissional)

LIVIA DE REZENDE CARDOSO - (Profissional)

MANOEL MESSIAS RODRIGUES SANTOS - (Mestre)

MARCELO HENRIQUE GONÇALVES DE MIRANDA - (Profissional)

MARCIO RODRIGO VALE CAETANO - (Doutor)

MARCO ARLINDO AMORIM MELO NERY - (Profissional)

MARCOS LOPES SOUZA - (Profissional)

MARCOS RIBEIRO DE MELO - (Doutor)

MARIA APARECIDA SOUZA COUTO - (Doutor)

MARIA DÓREA FIGUEIREDO PINTO - (Profissional)

MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA ANDRADE LEITÃO - (Profissional)

MARIA HELENA SANTANA CRUZ - (Profissional)

MARIA SILENE DA SILVA - (Profissional)

MICHELE DE FREITAS FARIA DE VASCONCELOS - (Profissional)

NÚBIA MOREIRA - (Profissional)

PABLO PÉREZ NAVARRO - (Profissional)

PATRÍCIA ROSALBA SALVADOR MOURA COSTA - (Pós-Doutor)
PAULA CRISTINA SILVA - (Mestre)
PRISCILA GOMES DORNELLES - (Doutor)
RODRIGO DORNELAS - (Doutor)
SÉRGIO LIMA DOS SANTOS - (Profissional)
SILMERE ALVES SANTOS - (Profissional)
SUZANA MARY DE ANDRADE NUNES - (Profissional)
TANIA SUELY ANTONELLI MARCLINO BRABO - (Profissional)



ALFRANCIO FERREIRA DIAS ELZA FERREIRA SANTOS MARIA HELENA SANTANA CRUZ JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA

E-book Conqueer



SUMÁRIO

(EN) CENAÇÕES &PRÁTICAS DISCURSIVAS EM GÊNEROS E SEXUALIDADES: NARRATIVA (AUTO) BIOGRÁFICA NO GRUPO DE TEATRO GAY MUTART 14-25 ERICK NALDIMAR DOS SANTOS, JULIANA RODRIGUES SALLES

A CULTURA DA PANELA DE BARRO ARTESANAL E OS DESAFIOS DA MULHER NA PRESERVAÇÃO DESSE OFÍCIO 26-34

GABRIELA LIMA DOS SANTOS, MARIA BEATRIZ DE JESUS SILVA, FELIPPE PESSOA DE MELO

A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E SEU REFLEXO NAS PRÁTICAS ESCOLARES E NA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA. 35-42

TAMARA CARDOSO BASTOS SANTOS

A LEGITIMAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DE ALGUMAS MÍDIAS COMO DIFUSORAS DA DISCRIMINAÇÃO 43-54 ANDERSON FERREIRA LOPES

A MULTIDIMENSIONALIDADE DA SEXUALIDADE E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO CONSEQUÊNCIA SOCIAL NOS TRANSGÊNEROS 55-66

WELLINGTON PEREIRA RODRIGUES, MAIQUE DOS SANTOS BEZERRA BATISTA, JALDEMIR SANTANA BATISTA BEZERRA, ELVIS DAS NEVES DE SOUZA

A PATERNIDADE NA ALIENAÇÃO PARENTAL ATRAVÉS DA PSICOLOGIA E O DOCUMENTÁRIO EM A MORTE INVENTADA E BORRANDO A PAPÁ 67-78 DÉBORA WAGNER PINTO. RAY DA SILVA SANTOS

A RESISTÊNCIA NO FORMATO DE EQUIPE: AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS ESTADUAIS CEARENSES 79-86 FABRÍCIO DE SOUSA SAMPAIO

A TEORIA QUEER NA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTITÁRIAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES. 87-95

PATRICIA DA SILVA SIMÕES DA CUNHA, JOANICE SANTOS CONCEIÇÃO

ADMINISTRANDO O "CORPO ARCO ÍRIS": ETNOGRAFIA SOBRE A PASTORAL DO SEXO EM IGREJAS INCLUSIVAS DAS CIDADES DE FORTALEZA E MACEIÓ 96-113 EDILSON BRASIL DE SOUSA JÚNIOR (JÚNIOR RATTS), CARLOS LACERDA COELHO JÚNIOR

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS EM ARACAJU-SE: RELATOS DE EXPERÊNCIA DOS PAIS ADOTIVOS 114-125

EDSON JOSE DE OLIVEIRA, CARLA REZENDE GOMES

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS EM ARACAJU-SE: RELATOS DE EXPERÊNCIA DOS PAIS ADOTIVOS. 126-137

EDSON JOSE DE OLIVEIRA, CARLA REZENDE GOMES

AGORA E NA HORA DE SUA MORTE, AMÉM?: A INFLUÊNCIA DE AGÊNCIAS DE CONTROLE NA VIOLÊNCIA SOBRE O VESTUÁRIO FÚNEBRE DA TRAVESTI 138-

147

BAGA DE BAGACEIRA SOUZA CAMPOS

AMORA: UM PANORAMA SOBRE A DIVERSIDADE DAS REPRESENTAÇÕES DA LESBIANIDADE NOS CONTOS DE NATALIA BORGES POLESSO 148-155

MARIANA SOUZA PAIM

ANÁLISE DA PASSABILIDADE COMO MECANISMO DE PROTEÇÃO AS EXPERIÊNCIAS TRANS 156-156

SARA GOMES DE LUCENA

AS PESSOAS LGBTS NO DIREITO DE FAMÍLIA 157-165

RENATA SOUZA QUIRINO

AS VOZES DO TRIUNFO: NARRATIVAS DE SI DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 166-175

ALDENISE CORDEIRO SANTOS

ASCENSÃO DA CULTURA DRAG: UM FENÔMENO PÓS- RUPAUL`S DRAG RACE

176-185

LUIZ HENRIQUE DE SOUSA SILVA, ALDO LUIZ DOS ANJOS SANTOS

BIOPOLÍTICA, CORPO E DIFERENÇA 186-197

MAYRA LOUYSE ROCHA PARANHOS, LIVIA DE REZENDE CARDOSO, MÁRCIA CRISTINA ROCHA PARANHOS

COMO OS JOVENS ESTUDANTES ENCARAM SEUS COLEGAS HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA A SUPERAÇÃO DA INTOLERÂNCIA.

198-210

EDNALDO ANDRADE BARROS

COMUM DE DOIS: O DEBATE ACERCA DO GÊNERO NA PERSPECTIVA QUEER E FEMINISTA DO SUJEITO TRAVESTI. 211-220

RODRIGO MARCIO SANTANA DOS SANTOS

CORPOS E MENTES DISCENTES: PRÁTICA EDUCACIONAL, SEXUALIDADES E CRENÇA RELIGIOSA 221-232

JOANICE SANTOS CONCEIÇÃO, DAVISON CALIXTO JACINTO

CORPOS QUEER E EDUCAÇÃO: ESCOLA, SUBJETIVAÇÃO E EXCLUSÃO 233-240 ROBSON GUEDES DA SILVA. MITZ HELENA DE SOUZA SANTOS

CRIMINALIZAR É PROTEGER? REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O PLC 122/06 A PARTIR DA NOÇÃO DE BIOPOLÍTICA 241-252

YGOR SANTOS DE SANTANA, EMILLY SILVA DOS SANTOS

CURRÍCULO E PÓS-FEMINISMO: HÁ ESPAÇO PARA O QUEER? 253-253 BIBIANA MUNHOZ ROOS, INAUÃ WEIRICH RIBEIRO, ANGELICA VIER MUNHOZ

DE HOMOSSEXUAL A QUEER: O MOVIMENTO LGBT E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES "GLOBAIS" 254-262

VINÍCIUS CAINÃ SILVA RODRIGUES

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: UM PROGRAMA INTERVENTIVO DE COMBATE AO PRECONCEITO 263-270

KELYANE OLIVEIRA DE SOUSA, DAIANE DE SOUSA LOPES

EDUCAÇÃO DE GÊNEROS: UMA CONVERSA INTRODUTÓRIA 271-279 GEORGE SOUZA DE MELO

ELOÁ E O FEMINICÍDIO: ASSASSINATOS SILENCIADOS E NATURALIZADOS COMO ESPETÁCULO 280-291

GRACIELLE LIMA DE OLIVEIRA

ENTRE NORMAS E SUBVERSÕES: RESISTÊNCIA ÀS CONVENÇÕES DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE EM ESCOLA RELIGIOSA. 292-302

CRISTIANO JOSE DE OLIVEIRA

EQUIDADE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ESCOLARES: SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUEER 303-314

THAYNARA OLIVEIRA DA SILVA, PEDRO PAULO SOUZA RIOS, ANDRÉ RICARDO LUCAS VIEIRA

ESTERILIZAÇÃO DA AUTONOMIA: ESTUDO CRÍTICO A RESPEITO DA LEI Nº 9.263/12/1996 E A MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS 315-326

MARIA CLARA ARRAES PEIXOTO ROCHA

ESTRATÉGIA DE COMBATE AO PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL: UMA NOVA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO 327-336 KELYANE OLIVEIRA DE SOUSA

ESTRATÉGIAS HIGIENISTAS COMO PRÁTICAS DE EDUCAR E CIVILIZAR O CORPO 337-345

MAYRA LOUYSE ROCHA PARANHOS, LIVIA DE REZENDE CARDOSO, MÁRCIA CRISTINA ROCHA PARANHOS

FAZ DE CONTA QUEER... 346-354

JULIA MAYRA DUARTE ALVES

FREDERICO PACIÊNCIA: REPRESENTAÇÕES DO SISTEMA BINÁRIO E DO HOMOERÓTICO NA SOCIEDADE. 355-365

MOISÉS HENRIQUE DE MENDONÇA NUNES

GARANTIA DOS DIREITOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS TRANS:UMA ANÁLISE A PARTIR DE PUBLICAÇÕES DO CFESS 366-377

JANAINA CRUZ

HOMOFOBIA NA ESCOLA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS 378-389

MOISÉS SANTOS DE MENEZES, ANA PAULA LEITE NASCIMENTO, ROBERTA BRITO LIMA

HOMOFOBIA: INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA E MARGINALIZAÇÃO DAS VÍTIMAS LGBT NO BRASIL 390-397

ALBERTO MAGALHÃES PIRES, LÍVIA GUIMARÃES SANDES, CARLA ANDREIA ALVES DE ANDRADE, ESMERALDO RODRIGUES DE LIMA NETO

HORMÔNIOS E MAGIA: ATRAVESSAMENTOS ENTRE A HORMONIOTERAPIA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE MULHERES TRANS 398-406

ANDRÉ FILIPE DOS SANTOS LEITE, CLAUDIENE SANTOS

INTERROGANDO A HETERONORMATIVIDADE ENQUANTO REGULAÇÃO DAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO 407-418

ANA PAULA LEITE NASCIMENTO, MARIA HELENA SANTANA CRUZ

LGBT E MERCADO DE TRABALHO: UMA TRAJETÓRIA DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES 419-430

MOISÉS SANTOS DE MENEZES, ANA PAULA LEITE NASCIMENTO, ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA

LITERATURA, GÊNERO NA ESPIRITUALIDADE NOVA ERA 431-443

FRANCISCA VERÔNICA CAVALCANTE

MATERNIDADE E IDENTIDADE FEMININA: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES INFÉRTEIS/ESTÉREIS FRENTE AOS CONDICIONANTES SOCIAIS 444-455

TACIA SUANE MARTINS DOS SANTOS

MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO

..... 456-467

ROSIMEIRE ALVES DE OLIVEIRA

MULHERES QUE CUIDAM DE MULHERES: O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 468-479

KARINE DAVID ANDRADE SANTOS

MÚSICA QUEER BRASILEIRA 480-491

GILVAN DA COSTA SANTANA, ELZA FERREIRA SANTOS

NARRATIVAS DISSIDENTES E EDUCAÇÃO: O QUE TÊM A DIZER MACACOS ENORMES E PELUDOS E PRINCESAS SAPATONAS? 492-499

KESIA DOS ANJOS ROCHA

O CINEMA COMO RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE AZUL É A COR MAIS QUENTE 500-509

YGOR SANTOS DE SANTANA, SÁSKIA DOS PASSOS DE SOUSA

O DESAFIO DAS "INFÂNCIAS QUEER" NO CURRÍCULO ESCOLAR 510-520

ISABELLA NARA COSTA ALVES, FRANCINEIDE MARQUES DA CONCEIÇAO SANTOS

O DISCURSO DE EMPODERAMENTO DE LGBTS+ NA MÍDIA: UM ESTUDO SEMIÓTICO 521-521

ANDRÉA MENDONÇA CUNHA, MÁRCIA REGINA CURADO PEREIRA MARIANO

O DISCURSO FACE AS QUESTÕES DE GÊNERO, PODER E EXCLUSÃO 522-532 SUZANA MARY DE ANDRADE NUNES

O ENFOQUE FEMINISTA DE CLARICE LISPECTOR E VIRGINA WOOLF: UMA ANÁLISE COMPARATIVA 533-544

RAMON FERREIRA SANTANA

O FENÔMENO DA FEMINIZAÇÃO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL 545-556

BRENDA RAYANNE SAMPAIO DE OLIVEIRA

O GÊNERO (DES)FEITO EM COMUNIDADES TERREIRO DE CANDOMBLÉ KETU NO RIO DE JANEIRO 557-564

FABIO HENRIQUE LABRI DA COSTA, FERNANDO ALTAIR POCAHY

O HOMOEROTISMO NA LITERATURA INFANTIL: ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS NA HORA DO CONTO 565-576

JOSÉ FRANCISCO DURAN VIEIRA

O PAPEL INFORMACIONAL DO GESTOR ESCOLAR EM PROCESSOS ESCOLARES: REFLEXÕES CONCERNENTES AO EXEMPLO DA TEMÁTICA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS. 577-588

VICTOR NATHAN FONTES SILVA, HEIKE SCHMITZ

O QUE ELAS E ELES SABEM SOBRE GÊNERO? DEBATES NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. 589-600

ANSELMO LIMA DE OLIVEIRA, ALFRANCIO FERREIRA DIAS

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELAS TRABALHADORAS DA OLARIA ARTESANAL DO POVOADO PAU D'ONÇA EM ITABAIANINHA-SE 601-608

MARIA BEATRIZ DE JESUS SILVA, GABRIELA LIMA DOS SANTOS, JALDEMIR SANTANA BATISTA BEZERRA

PABLLO VITTAR E O PAPEL DE ARTISTAS TRANS NA (DES)CONSTRUÇÕES E DESTERRITORIALIZAÇÃO DE IDENTIDADES DE GÊNEROS DESVIANTES PARA ALÉM DAS REDES SOCIAIS. 609-617

VERÔNICA QUÊNIA OLIVEIRA REIS

PESSOAS TRANS: PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL 618-629 VICTOR NATHAN FONTES SILVA

SEXUALIDADE E RAÇA: A HIERARQUIA DENTRO DAS DIFERENÇAS NAS MÍDIAS DIGITAIS 630-641

PATRÍCIA AURORA CORRÊA MAZOTI

SEXUALIDADES NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE? 642-653

ANSELMO LIMA DE OLIVEIRA, ALFRANCIO FERREIRA DIAS

TRANSEXUALIDADE E A BUSCA DE UMA SUBJETIVIDADE PLURAL NA PÓS-MODERNIDADE 654-663

SÂMYA SANTANA SANTOS, RHUAN CAMBUÍ MACHADO

TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PERIÓDICOS QUALIS A1 E A2 EM EDUCAÇÃO DA CAPES DURANTE O PERÍODO DE 2012-2016 664-675

MADSON DE SANTANA SANTOS, ALFRANCIO FERREIRA DIAS

TRANSGÊNERO: UMA ETNOGRAFIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CORPUS JURISPRUDENCIAL DO STF, STJ E TJSE 676-687

ÍTALO DE MELO RAMALHO

UM OLHAR QUEER SOBRE OS COWBOYS DO CONTO BROKEBACK MOUNTAIN

688-699

DONIZETE APARECIDO BATISTA

UM PANORAMA DAS IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES NAS NARRATIVAS CINEMATOGRÁFICAS LGBTQ 700-710

JÔNATAS BRENO SILVA SANTOS

UMA CÂMERA NA MÃO E IDEIAS QUEER NA CABEÇA: DESCENTRAMENTOS NO CINEMA BRASILEIRO DOS ANOS DE 2010 711-722

LAYS MATIAS MAZOTI CORRÊA, PATRÍCIA AURORA CORRÊA MAZOTI

UMA PROPOSTA ETNOGRÁFICA: O UNIVERSO PERFORMATIVO DE HOMENS NEGROS BALIZADORES E MORES DE FANFARRA NA BAHIA 723-734 VINÍCIUS SANTOS DA SILVA

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ESTUDO DESCRITIVO-INTERPRETATIVO A PARTIR DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO DA ANTROPOLOGIA E DA PSICOLOGIA NO DIRETÓRIO DE GRUPOS DO CNPQ. 735-746

CAMILA DOS ANJOS FALCÃO, AMANDA PATRÍCIA SANTOS LORENA DE MENEZES

VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM ARACAJU/SERGIPE 747-758

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, MOISÉS SANTOS DE MENEZES

"GENIS, LÉONIES E DANDARAS, CHAME-AS PELO NOME": O USO DO NOME SOCIAL NOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SÁUDE NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE 759-770

GEOVANE GESTEIRA SALES TORRES, PAULO JUNIOR ALVES PEREIRA

"IDEOLOGIA DE GÊNERO": PÂNICO MORAL EM VÍDEOS DA INTERNET 771-782 HELMA DE MELO CARDOSO

PREFÁCIO

A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ESTUDOS QUEER - ConQueer, pretende explorar as várias dimensões que as epistemologias feministas queer nos oferece para pensarmos e analisarmos a dinâmica das relações sociais em diversos contextos socioculturais em que se manifestam. Nesse momento, o olhar acadêmico tende a deslocar-se para diferentes realidades, em busca de inspiração teórico-metodológica e ativista de enfrentamento ao momento obscuro que estamos vivendo no Brasil. Ataques como os manifestados contra a participação da professora e pesquisadora Judith Butler em eventos acerca dos Fins da democracia e, mais recentemente, os ataques vergonhosos ao professor Leandro Colling (UFBA), nos encorajam a progredirmos nos estudos lésbicos, gays, trans e queer.



(EN) CENAÇÕES &PRÁTICAS DISCURSIVAS EM GÊNEROS E SEXUALIDADES: NARRATIVA (AUTO) BIOGRÁFICA NO GRUPO DE TEATRO GAY MUTART.

Autor: Erick Naldimar dos Santos/ *Universidade Federal da Bahia/ UFBA - enaldimar@hotmail.com*Co-autor: Juliana Rodrigues Salles/ *Universidade Federal da Bahia/ UFBA - julaysalles@hotmail.com*Orientadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti/ *Universidade Federal da Bahia/ UFBA - vanessa.cavalcanti@uol.com.br*

Resumo

Fundado em 1981, na cidade de Senhor do Bonfim, no semiárido baiano, o Grupo de Teatro Mutart vivenciou e experienciou o início do período da abertura política no Brasil. A percepção estética do universo das artes cênicas caracteriza um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana, sendo essa ação tão plural, dinâmica e significativa. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender e discutir as contribuições e os enfrentamentos vivenciados pelo Grupo de Teatro (gay) Mutart e refletir como esse discurso identitário sofreu restrições à liberdade de criação e opinião nos espaços formais e não formais de educação da região. O Grupo de Teatro Mutart ressignificou a tradição junina trazendo para os palcos Bonfinenses a peça "Casamento Trocado", uma maneira de (des) construir sentidos petrificados no que diz respeito à supremacia das masculinidades sobre as feminilidades. As ações das forças que estão sempre circulando, mantêm-se uma relação de lutas e de choques que de alguma maneira atribui um sentido singularizado pelo próprio modo de ser. Com isso, o sertanejo apresenta esta capacidade de legitimar seus ideais, interesses, saberes e suas relações produzidas. Esta singularidade do sertão destaca o meio social (sertão) e o sujeito (sertanejo) numa relação de plena transformação e ressignificação. Existem mais cores, flores e sonhos no Semiárido do que se costuma vislumbrar, para tanto, faz-se importante a carência dele se perceber no seu cotidiano, ferver suas subjetividades por uma nova relação ética-estética-política.

Palavras–Chave: Grupo de Teatro (gay) Mutart, Sexualidades, Semiárido Baiano, Subjetividades, Educação.

TEMATIZANDO: Ato 1 –Ao abrir das cortinas!

Treinada pelo dualismo metafísico ocidental, a sociedade desenha os sujeitos como se a mente estivesse presente e os corpos não. A concepção que se naturalizou pelo binômio homem/mulher há muito vem sendo repensada e trazendo para além do habitus (Bourdieu, 1974,1983) a complexidade e novos olhares e performances (Butler,2003). Isso se explica pelo fato de não haver papéis/funções sociais biologicamente inscritos; há circularidade e *traffic* (Gayle & Butler, 2003). As ações das forças que estão sempre circulando, mantêm-se uma relação de lutas e de choques que de alguma maneira atribui um sentido singularizado pelo próprio modo de ser.

Esse processo de deslocamento não constitui o indivíduo como uma entidade engessada, mas provisória, fluida, configurando o vigor da ação dessas forças como algo variável. Assim, a temática desse projeto perpassa pela (EN) Cenações e Práticas Discursivas



em Gêneros e Sexualidades, e seus efeitos na constituição dos processos intersubjetivos. A interseccionalidade e as conexões entre identidades e contextos não poderá ser descartada, reforçando metodologia qualitativa e de aporte técnico a partir de narrativas teatrais e vivências como sujeito-ator do Mutart.

Ao abordarmos a categoria identidade, tomamos como referência o conceito de Berger (1986, p.112), quando este afirma que "a identidade é atribuída socialmente, sustentada socialmente e transformada socialmente". Em outras palavras, é algo que se constrói na medida em que nos adaptamos ou não a conceitos sociais pré-definidos. A "identidade não é uma coisa pré-existente; é atribuída em atos de reconhecimento social. Somos aquilo que os outros creem que sejamos" (1986, p. 113). As novas formas de compreensão das identidades de gênero, que foram desenvolvidas a partir das transformações sociais ocasionadas pela revolução ética, moral e tecnológica, ressignificaram o papel das instituições e assumiram o seu protagonismo na mesa de debates da família brasileira. Assim, tiraram do anonimato grupos outrora invisibilizados (Cavalcanti & Gomes, 2015). Evidenciamos que "a politização do privado descortina-se como pauta e agenda, e não mais como um dos silêncios da esfera doméstica que caracterizavam o final do século XIX e a primeira metade do XX" (CAVALCANTI, 2005).

As maneiras diversificadas de vivenciar as formas de gêneros e sexualidades corroboram para compreender que existe uma transcendência aos fenômenos dos corpos e à conceitos que se restringem à genitália. Entre ser, estar, performatividade e vivências, corpos e expressões humanas se caracterizam em diversas fases da vida e das identidades. É sob a perspectiva daquilo em que podemos nos tornar e como temos sido representados, que compreenderemos de que maneira acontece a influência sobre essa representação e de como podemos constituir as nossas subjetivações. Encontrar nas inúmeras possibilidades de enfrentamentos, contestação e subversão do poder, uma maneira de ser reconhecidos, utilizando de práticas políticas, educativas e culturais e fazendo ecoar vozes por espaços nunca antes visitados.

PROBLEMÁTICA: Ato 2 - Entre Dramas e Tramas

Em pleno século XXI e diante das profundas transformações sociais e culturais, não cabe mais conceber que afirmativas, sobre gênero e sexualidades, ainda ocupem espaços que fomentem discussões e terminem em tons vilipendiosos. Os tempos são outros e essas concepções nos encaminham para reflexões sobre cultura, sociedade, biologia e a própria



natureza, identificando uma sociologia das presenças (Souza Santos, 2002) e de ecologia de saberes (Souza Santos,2007, 2010), para além de expressões de intimidade e performance, levando em consideração as transformações e vivências dos indivíduos sob a perspectiva de pessoas nas margens das prioridades políticas¹. Sendo assim, a história da sexualidade não pode ser pautada no "discurso de silêncio", de apagamento, mas um incitamento ao discurso sobre o sexo, uma vez a sexualidade configurar esse dispositivo histórico (FOUCAULT, 2003).

A dimensão política da vida nos adverte à inevitável produção de diferenças de si e do outro, daquilo que somos e que ainda podemos ser, sob uma perspectiva de não ensejar num discurso de esquecimento, silenciamento e exclusão. São direções insuspeitas dos processos subjetivos que, figuram os fluxos entrecruzados ao seu intrépido modo de se tornar outros e convocar alteridades. É o cuidado consigo mesmo que não torna a vida rígida a ser seguida como modelo institucionalizado e imposto. "O cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária" (Foucault, 2006, p. 271). Assim, existe numa relação "singular, transcendente, do sujeito em relação ao que o rodeia, aos objetos que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo" (FOUCAULT, 2010, p. 50).

Diante desse cenário, faz-se necessário compreender, através da (auto) biografia do Grupo de Teatro (gay) Mutart² como as práticas discursivas, em gênero e sexualidades, sofreram restrições à liberdade de criação e opinião no que se refere a constituição de seus processos de subjetivações? Estava a sociedade aberta aos discursos pautados nas/pelas diferenças para que se efetivasse os processos intersubjetivos? Por que há uma ausência de estudos sobre o Grupo de Teatro Mutart, uma vez que, este grupo revestiu dos discursos sócio históricos, culturais e políticos, para permear sua formação e constituição (inter) subjetivas? A partir dessas interrogações, pretendemos indicar processos e temporalidades, não como algo espontâneo somente – mas como resultado de emergências (sociologia das presenças e das ausências, das expressões humanas e sociais em sua pluralidade e complexidade).

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA: ATO 3 – Luz, Câmera, Ação!

_

¹ A referência de intimidade e prioridades políticas estão associadas ao Projeto INTIMATE – *Cidadania*, *Cuidado e Escolha: A Micropolítica da Intimidade na Europa do Sul* que, teve início no Centro de Estudos Sociais em Março de 2014. O que justifica e integra plano de atividades de cumprir estágio doutoral nessa instituição, caso aprovada bolsa.

² O Grupo de Teatro (gay) Mutart surgiu na década de 80, na cidade de Senhor do Bonfim, em plena abertura política. A década de 80 foi marcada por encenações com temáticas que abordavam gêneros e sexualidades; a década de 90 recebeu artistas trans e os anos 2.000 esse grupo veio a se transformar em agência artística e de produções.



É a parte derradeira do século XX que, atualiza os modos de subjetivação e as possibilidades de resistências, tornando-os atos políticos e de lutas pelos direitos humanos, uma vez percebemos "uma crescente insensibilização no que tange a violação desses direitos" (Cavalcanti, 2013, p. 109). São violências sobrepostas (Cavalcanti, 2015) e transitam nos campos interdisciplinares ou transdisciplinares (Castro, 2011). Rompemos com essas violações quando propomos uma abnegação ao individualismo estigmatizado do cotidiano, ao abandono às regras sociais e universais obrigatórias e o rompimento de narrativas de forte cunho patriarcal (Martins, 2011) assim faremos mover as descobertas microssociais de novas possibilidades de viver e de existir, viabilizando o contato com as diferenças.

As propostas atuais não possibilitam descobrir o que somos, mas em recusar quaisquer tipos de formação da identidade que, obriguem uma essencialização do ser. Essas práticas propõem falar desses "sujeitos interculturais" (Canclini, 2005), e os efeitos produzidos pelas infinitas possibilidades de existência que, exigem questionamentos e produção de sentido para essas novas escolhas e modos de viver. "Uma arte da existência que gravita em torno da questão de si mesmo, de sua própria dependência e independência, e do vínculo que se pode e deve estabelecer com os outros (Foucault, 2003, p. 234). Assim, inserimos transformações dos modos de subjetivação contra as formas de dominação, sujeição e a submissão, sejam elas: ética, educativa, religiosa ou social. As esferas e interconexões relacionais e identitárias são categorias analíticas fundamentais, versando sobre interfaces entre as Ciências Sociais e Humanas, daí também o propósito de uma investigação doutoral inter-transdisciplinar.

Louro (2004, p. 7 - 16) afirma que aqueles que se encorajam em expressar suas sexualidades são alvos de vigilância redobrada, e cabe a nós questionar essa normalização, buscando na inquietação, estremecer práticas discursivas autoritárias e excludentes. Aposta em articulações que ponham em "movimento o subversivo", arrisquem o impensável, façam "balançar estabilidades e certezas", pois acredita que mesmo diante de tanto disciplinamento, há aqueles que transgridem arranjos e subvertem as normas. Sair da "rota fixada" é se tornar alvo preferencial de ações corretivas e punitivas. Em tempos sombrios (Arendt, 2014), mais do que trabalhar com as dimensões macrossociais, o campo de resistências é transposto para as artes como refúgio e lugar de expressividade.

As marcas de um corpo classificam e hierarquizam os sujeitos, regidas de maneira silenciosa pelas regras da heteronormatividade. Sujeitos dissidentes não buscam ser "integrados", "aceitos" ou "enquadrados"; o que anseiam é romper com uma lógica que, a favor ou contra, continua se dirigindo à identidade central,



assumindo-se como "estranhos, esquisitos, excêntricos" (Louro,2003, p. 8). Preferem encontrar nas inúmeras possibilidades de lutas e enfrentamentos, uma maneira de ser reconhecidos e fazer sua voz ecoar nas reexistências, transgressões e rebeldias. O Grupo de Teatro (gay) Mutart foi capaz de revelar no indivíduo, suas potencialidades e importância vital perante suas vivências no semiárido baiano. Foi responsável por minimizar a passividade e o papel secundário diante da vida e, colocar-se como atores e agentes transformadores da própria história (Santos, 2016, 2017). Fundado em 1981, o Grupo de Teatro Mutart vivenciou e experienciou o início do período da abertura política no Brasil. Esse ideal democrático ganhou força e diversos setores da sociedade, inclusive o setor artístico-cultural, imprimiram suas concepções, anseios e visões de mundo.

O tempo dos lugares heterogêneos, é esse momento preciso, onde desaparece esse imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída. "Não há mais uma continuidade retrospectiva, mas colocar a descontinuidade à luz do dia" (Nora, 1993, p. 12). Sobre essa constatação, há que se aproximar, ademais, do problema das "memórias clandestinas e inaudíveis" que permanecem intactas até o dia em que "possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação" (POLAK, 1989, p. 9).

JUSTIFICATIVA E ABORDAGEM EPISTEMO-ONTOLÓGICA ATO 4: Um palco de possibilidades

É o tempo e o espaço que estão sendo reorganizados e atuando de maneira transformadora na vida social cotidiana, através de políticas sociais e da diversidade (Macedo, 2008). Isso mostra que as "alianças são transitórias e as verdades mudam aceleradamente. Tudo é descartável, substituído e, logo depois, substituído de novo" (Thürler, 2011, p. 14). Para uma produção de sentidos nessas "alianças transitórias", é preciso pensar práticas discursivas que promovam a igualdade de oportunidades, a inclusão e a integração social.

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por esses debates e lutas libertárias, como foi o caso da Revista Lampião da Esquina (2016), um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981, do Dzi Croquettes (2017), grupo de teatro que fazia ecoar a irreverência e o discurso transgressor, bem como, o Grupo Vivencial (2017) regido pela contracultura e o movimento tropicalista. No que concerne aos estudos de gênero, esses movimentos eclodiram em diferentes partes do país e que objetivavam algo em comum: condições de uma vida melhor permeada por justiça e igualdade, conforme podemos ratificar



A representação pautada neste projeto de pesquisa tem como objeto o Grupo de Teatro (gay) Mutart, justamente, por se tratar de uma expressão artística que, serve para debruçar sobre o recorte de práticas discursivas em gênero, sexualidades e seus efeitos nos processos de subjetivações. Por esse caminho, traçaremos uma leitura transversal, cultural, política em que os desdobramentos contemporâneos articulem de forma a oferecer sentido nas pluralidades dessas vozes. Quem é representado como diferente, torna-se indispensável para a abertura de novos debates, assim Foucault (2007) nos diz que, normalizar os sujeitos no que concerne o gênero, é coloca-los frente aos mecanismos de poder, disciplinamento e regulamentação.

Essa maneira de perceber o mundo e nele agir é uma maneira de compreender de que forma esses modos de subjetivações são construídos e disseminados. Enquanto a memória hegemônica se esforça em eliminar ou apagar as memórias subalternas, existem sujeitos pesquisadores que insistem em manter a chama acesa, e trazer para o palco do conhecimento, as formas que essas memórias são (des/re) construídas. Por meio dessa concepção, deslocamos sobre a ótica da reconstituição de si mesmo e do outro, definindo o lugar e suas sociabilidades sociohistórico, cultural e política.

OBJETIVO GERAL: ATO 5 - Ecos e vozes no palco!

• Compreender e discutir as contribuições e os enfrentamentos vivenciados pelo Grupo de Teatro Mutart, da cidade de Senhor do Bonfim, no semiárido baiano, e investigar, através de (auto) biografia, como os efeitos das práticas discursivas, em gênero e sexualidades, desse grupo sofreram restrições à liberdade de criação e opinião na construção de seus processos de subjetivação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Registrar e preservar a memória histórica e as contribuições do Grupo de Teatro
 (gay) Mutart, ratificando a importância da pluralidade cultural e suas interfaces
 com outras vozes dissidentes;
- Realizar um levantamento etnográfico no que tange a organização interna do grupo e relacionar elementos sócio simbólicos que abordam a dimensão sociológica entre vida e teatro;
- Refletir sobre os efeitos do discurso em gênero e sexualidades através Cena/dramaturgia Gay do semiárido baiano e como se dava o processo de (in)



visibilidade do Grupo de Teatro (gay) Mutart

 Analisar se os espaços de vivências e experiências repensa (va) e pluraliza (va) debates nesses campos de lutas e conflitos simbólicos que se dá nas/pelas diferenças;

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TRAJETÓRIAS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS: ATO 6 - Entre rubricas e deixas teatrais!

O caráter metodológico que insere a abordagem (auto) biográfica-narrativa se apropria da complexidade em atribuir valor ao indivíduo e ao meio sociocultural em que acontece a produção de sentidos plurais e seus significados. Na relação, entre o individual e o coletivo, se constrói subjetividades quando contribui com a história, memória dos sujeitos em seus lócus e as relações com os valores e vínculos sociais, perpassando pela "transculturação" (Ianini, 2000). Ao refletir as possibilidades epistemológicas, quanto as narrativas (auto) biográficas, buscaremos interfaces com as questões em gêneros e sexualidades. Por esta lente, inserimos o papel da experiência em que os sujeitos são constituídos, Scott (1999) e a efetiva trajetória histórica que, conforme Bourdieu (1996), se dá nos deslocamentos do espaço social e suas transformações.

Vieira (1996) afirma que, aquilo que foi vivido e narrado concebe sentidos que "elevam os lugares das sociabilidades" quando abordados pelo método biográfico comparativo, perpassando pela "autoanálise biográfica, etno-análise e a antropo-análise", assim percebemos a história dialogando "com todo contexto social" (Benjamin, 1994, p. 223). Quando há a necessidade de buscar os recônditos das experiências passadas, é porque o contexto atual solicita sentido, e assim, o coloca em evidência, (re) construindo silêncios, espaços inexplorados, omissões, ecos e uma dignidade negada a ser negociada.

Eis a concepção mais ampla da abordagem (auto) biográfica adotada nesse projeto, em que, não se vale apenas das histórias narradas pelas próprias pessoas, mas usar outras fontes que subsidiem a memória histórica, levando em consideração as relações de intersubjetividade, aprendizagem e experiência. A memória ocupa lugares, não lugares, rasuras, tensionamentos e rastros que, dialogando com uma história escrita na/pela diversidade, contribui para elevar memórias subterrâneas silenciadas. As dimensões culturais, políticas e simbólicas da experiência humana são mutáveis e movediças. A relação entre cultura e política não pode ser vista como simples dimensões que remetem a instâncias de dominação ou de resistência simbólica, mas que, se movimentam através das diferenças e das



vozes dos atores que exercitam a interlocução e promovem discursos intersubjetivos.

Cotejaremos as novas configurações e formatos culturais do mundo contemporâneo, seus conflitos simbólicos e as vivências e experiências do Grupo de Teatro Mutart. Novos deslocamentos surgem, demonstrando a necessidade de investigar o funcionamento de práticas culturais que fazem circular discursos de disciplinamento, o que reforça o nosso papel de problematizar, discutir e propor uma política emancipatória e afetiva. Assmann (2011, p. 155) contribui com esse pensamento quando afirma que, "uma cultura que se diferencia e automatiza, que se posiciona em face da pluralidade de sua diferença interior" se estende para "sua diferença exterior".

Para Benjamin (2012, p. 220) a narrativa não se esgota, mas conserva suas potencialidades e após muito tempo ainda é capaz de desdobramentos, de novos significados. Sobre isso, Hannah Arendt (2005) também defende o despedaçamento do passado, da tradição e podemos confirmar quando a mesma afirma "O tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio", consegue desmembrar "o contínuo temporal em forças que, então, por se focalizarem sobre a partícula ou corpo que lhes dá direção, começam a lutar entre si e a agir sobre o homem" (Arendt, 2005, p. 89).

Quando práticas culturais assinam novos conflitos sociais e simbólicos, formam sujeitos que protagonizam lutas nos campos sexuais, geracionais, étnicos, em forma de resistência, subversão, descontinuidades e transgressões. Alternativas que, pretendam a emancipação devem romper com as amarras da alienação, ou seja, "de todos os aspectos da vida, que contradiz o desenvolvimento do sujeito ético moral e a realização de Justiça Social" (Silva e Cavalcanti, 2015, p. 66). A cultura aqui é compreendida como ação/práxis política e que matiza zonas fronteiriças entre poderes e sexualidades, ademais de contemplar uma metodologia histórico-narrativa, aproximando interfaces de áreas do conhecimento, especialmente História/Memória, Artes e Política. Nessa perspectiva, o presente projeto se justifica na medida em que propõe aprofundar conhecimentos nesta temática, impactos, consequências e fatores associados. Como contribuição social, o estudo visa possibilitar a interlocução entre diferentes áreas do conhecimento, estimulando a interdisciplinaridade (ou pelo menos aproximações transversais), fundamental à implementação de medidas de prevenção, nos diversos contextos sociais.

Voltados para um contexto de violências sobrepostas (Cavalcanti & Costa Gomes, 2015) e de dimensões nos âmbitos da justiça e cidadania,



direcionamos nossos olhares pelo campo das tensões e das constituições de redes de proteção e apoio, pois julgamos necessárias e essenciais, ainda mais com a delimitação escolhida. Vale o uso da categoria "violências sobrepostas" para incluir a multireferencialidade, complexidade e o longo processo de vulnerabilidades, exclusões e tipologias vivenciadas de violência, identificando diversas violações e violências sofridas e promovidas também por instituições e modelos jurídico-institucionais de não proteção, especialmente por grupos de sujeitos como mulheres, comunidade LGBT, questões étnico-raciais, etc. (Cavalcanti & Costa Gomes, 2015; Cavalcanti, 2017). Por ser uma problemática social e que produz transformações significativas é um processo profundamente marcante tanto em contexto familiar quanto individual e institucional.

REFERENCIAL TEÓRICO: ATO 8 - Sob a luz dos holofotes!

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 350.
Homens em tempos sombrios. Trad. Denise Bottmam. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: o dilema da subjetividade contemporânea . Trad. de Paloma Vidal. – Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010.
ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação : formas e transformações da memória cultural. Trad. de Paulo Soethe. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2011.
BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. V.1 Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8º ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 256.
BENTO, Berenice. Brasil: país do transfeminicídio. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), 2014.
BERGER, P. L. Perspectivas sociológicas : uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1986.
BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas . (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. A ilusão biográfica. In. AMADO, J. e FERREIRA, M. M. <i>Usos e abusos da História oral</i> . Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO,

(83) 3322.3222 contato@portalrealize.com.br



Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva — Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. Quem fala e em qual lugar: sujeitos simulados e pósconstrutivismo. **In: Diferentes, desiguais e desconectados.** Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

CASTRO, Mary Garcia. Interdisciplinaridade e os estudos sobre família- Notas, decolando de leituras da produção/pratica do Programa de Pós-Graduação em Família na sociedade contemporânea, UCSAL. In CASTRO, Mary Garcia — "Por uma epistemologia interdisciplinar no campo das humanidades"- a ser publicado pela FAPESB, org. Terezinha Fróes, 2011.

<u>CAVALCANTI, V. R. S.</u>; MELO, N. V. . **Não me fale das flores: Um breve ensaio sobre os Direitos Humanos e interesses globais.** CIENTEFICO, v. 13, nº 26, Edição Especial, Fortaleza, jul-dez, 2013.

CAVALCANTI, V.R.S. & GOMES, G.E.B.C. Violência(s) portas adentro: categorias relacionais como gênero e famílias em foco interdisciplinar. In: BASTOS, A.C.; MOREIRA, L.V.; PETRINI, G. & ALCÂNTARA, M.A. (Orgs.). **Família no Brasil**: Recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015, p.313-338.

CAVALCANTI, V. R. S & MENEZES, M. R. C.. Direitos e Tempos Virtuais: violências contra a mulher na cibercultura. Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades (Online), São Paulo, n. 14, maio a outubro de 2016, pp. 1-29. Disponível em www.revistacontemporaneos.com.br/n14/dossie/direitosetemposvirtuais.pdf Acesso em 27/12/2017.

COLLING, Leandro. **A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil.** *Contemporânea*–Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 405-427.

DELEUZE, G. Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. Tradução de Luiz. L. Orlandi. São Paulo: Ed.34, 2001.

DZI Croquettes. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399377/dzi-croquettes. Acesso em: 21 de Nov. 2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

FOUCAULT, M. História da sexualidade: o cuidado de si. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal,
1985.
"Outros espaços". In: Ditos e escritos III - Estética: Literatura e
pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 411422.
Ética, sexualidade, política. Col. Ditos e Escritos (v.V). Rio de Janeiro:
Forense Universitária, 2006.
. Verdade e poder. In: MACHADO, Roberto (Org.). Microfísica do Poder.
23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 01-14.



. Hermenêutica do sujeito. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GRUPO de Teatro Vivencial. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo514477/grupo-de-teatro-vivencial>. Acesso em: 21 de Nov. 2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

GRUPO DIGNIDADE. Jornal Lampião da Esquina. Disponível em http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/. Acessado em 03 de maio de 2016.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um Novo Paradigma Estético. São Paulo: ed. 34, 1992.

IANINI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Riod e Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.) Corpo gênero e sexualidade: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2003.

________. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.

______. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis- RJ: Vozes, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

POLLAK, **Michael. Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. "**Tráfico sexual: entrevista**". Cadernos Pagu, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a08.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

SANTOS, Ana Cristina. **INTIMATE - Citizenship, Care and Choice: The Micropolitics of Intimacy** in **Southern Europe.** Disponível em: http://www.ces.uc.pt/intimate/index.php?id_lingua=1. Acesso em 27 de Dez de 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para uma sociologia das ausências e das emergências**. *Revista Crítica de Ciências Sociais,63*, 237-280, 2002.

<u>"Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social" – São Paulo: Boitempo, 2007.</u>

_____. "Para Descolonizar Occidente: más ala del pensamiento abismal" – Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales – CLACSO: Prometeo libros, 2010.

SANTOS, Erick Naldimar. **História do Grupo de Teatro Mutart.** Senhor do Bonfim, 20 de Out. 2016. 1 arquivo mp3 (2:21:20). Entrevistador: Erick Naldimar dos Santos.

_____. Um palco de vozes, lutas e subjetivações no Grupo de Teatro (gay) Mutart no semiárido baiano. XIII ENECULT — Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2017.

SARDENBERG, Cecilia. De sangrias, tabus e poderes: A menstruação em uma



perspectiva transcultural. Revista Estudos Feministas, vol. 2, nº 2, 1994, p.314-344.

SILVA, Salete Maria da ; WRIGHT, S. J. . Uma reflexão feminista sobre o conceito de justiça de gênero. Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica, v. V. 2, N. 1, p. 216, 2016.

SCOTT, J. Experiência. In. LAGO, M. C. et alli. **Falas de gênero: teorias, análises, leituras**. São Catarina: Ed Mulheres, 1999.

THÜRLER, Djalma. **Dzi Croquettes: a instabilidade como imperativo, o hibridismo como riqueza**. *IX Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2011, Curitiba. In http://www.ram2011.org (Acessado em 02 de setembro de 2011).

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a* homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Record, 2004

VIEIRA, R. Da infância à adultez: o reconhecimento da diversidade e a aprendizagem da interculturalidade. In. ITURRA, Raúl (org.) *O saber das crianças*. Cadernos ICE. Lisboa, Instituto das Comunidades Educativas, 1996.



A CULTURA DA PANELA DE BARRO ARTESANAL E OS DESAFIOS DA MULHER NA PRESERVAÇÃO DESSE OFÍCIO

Gabriela Lima dos Santos (1); Maria Beatriz de Jesus Silva (1); Felippe Pessoa de Melo (2); Jaldemir Santana Batista (3)

Centro Universitário AGES, gabrielauniages@hotmail.com; Centro Universitário AGES, beatrizsilva_geografia@hotmail.com; Centro Universitário AGES, jaldemirbatista@hotmail.com; Centro Universitário AGES, felippemelo@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo a análise da cultura da panela de barro artesanal e os desafios da mulher na preservação deste ofício. A produção artesanal se caracteriza como um desafio para estas mulheres, tendo em vista que o processo produtivo é bastante trabalhoso, e sua rentabilidade socioeconômica é baixíssima, pois se trata de uma venda a terceiros que por comprar a mulheres desvalorizam o trabalho destas, e oferecem um valor baixo comparado ao de venda e compra do produto nas cidades da Bahia por o mesmo comprador. Logo, analisasse que esta cultura é pouco valorizada na comunidade a qual está inserida, visto que as panelas que são produzidas, bem como os demais utensílios derivados do barro não são compradas pela comunidade, pois apesar de ser conhecimento de todos da existência da produção a valorização é quase inexistente, assim a produção destas mulheres é vendida para cidades da Bahia, a exemplo de Feira de Santana, além, disso todo o processo de produção é realizado por mulheres, que estão com dificuldades de encontrar outras mulheres que possam trabalhar juntamente com elas, o que vem acarretar num cenário de perda da cultura artesanal que poderia ser passada de geração a geração. Portanto diante destas concepções a cultura da panela de barro tem se tornado um desafio para estas mulheres, que permanecem a produzir este artesanato em virtude de uma rentabilidade que ajuda no sustendo das suas famílias.

Palavras-chave: Panela de barro, mulheres, cultura artesã.

INTRODUÇÃO

A cultura artesanal acompanha o processo histórico desde os primórdios da história humana, em que desde seus primórdios o homem vem realizando alterações na paisagem para que ela venha a lhe proporcionar mais conforto, segurança, ou seja, realizando ajustes em seus elementos (MELO; SOUZA, 2016), em que os recursos expostos na natureza são utilizados para melhor ajudar na sobrevivência de determinados sujeitos, criando técnicas, e utensílios que atendam as suas necessidades diárias, técnicas essas que se tornaram tradições em comunidades e povos, passando de geração a geração.

Logo, Segundo Morigi et al. (2012) a transmissão de uma tradição cultural, através da memória, possibilita a produção dos sentidos que são compartilhados, como um processo ativo e dinâmico, fruto das relações de poderes já instituídas que constrói aquilo que reconhecemos como parte da cultura humana, sendo estas festas, comidas, produção artesanal dentre outros aspectos.

Entretanto a representação das culturas nem sempre são perpetuadas entre os povos, as gerações vão evoluindo e com isso o modo de produzir e ou de cultuar uma festa se modificam significativamente, sendo que os valores culturais e da tradição ocorre através da memória social dos grupos que compartilham um mesmo tempo e um mesmo espaço geográfico, assim uma vez que esse tempo e esse espaço são modificados os agentes culturais se modificam (MORIGI et al., 2012).



Diante do pressuposto a cultura da produção artesanal da panela de barro é uma atividade exclusivamente realizada por mulheres, que em sua grande maioria são da mesma família (MORIGI et al., 2012). Em que tem se tornado um desafio para mestras do Povoado Poxica, que produzem este artesanato, visto que os desafios dessa produção se tornaram comumente inviável diante do cenário de evolução tecnológica que a atual sociedade se encontra, desvalorizando esta cultura.

Fator ainda mais agravante é que a presente atividade apesar de sua relevância cultural, e artesanal não tem um reconhecimento por parte da comunidade em que está inserido, o que vem ainda mais acarretar na desvalorização do produto final, bem como do trabalho realizados por estas mulheres, sem contar no fator incisivo em que esta produção é produzida por gênero unicamente feminino o que implicitamente tem uma desvalorização do trabalho destas mesmas.

Por tanto, diante da problemática em questão, o presente trabalho tem como objetivo analisar, a produção da cultura da panela de barro artesanal e os desafios da mulher na preservação desta cultura, no Povoado Poxica, município de Itabaianinha-SE.

Método e Metodologia

O método é uma das partes estruturais de uma pesquisa, sendo assim o método balizador desta pesquisa é o de Libault (1971). Nas concepções de Libault (1971 apud Ross 2012, p.34-38), uma pesquisa de caráter geográfica pode ser compreendida em quatro níveis;

- 1º Compilatório: Refere-se ao primeiro nível, em que é feito registros in loco, sendo que é dividida em duas partes: catalogação e correlação dos dados da referida área de estudo, sendo indispensável esta parte, tendo em vista a compilação dos dados corretamente;
- 2º Correlativo: Este nível compreende como o ponto em que, os dados são correlacionados, para posterior desenvolvimento;
- 3º Semântico: Neste terceiro nível, se dá o processo de selecionamento dos dados após estes serem obtidos nas etapas anteriores;
- 4º Normativo: Este nível compreende-se como único, sendo o momento em que os dados providos das etapas anteriores, se faz produto e pode ser utilizado.

Diante do exposto, no primeiro nível (compilatório), foi feito registros fotográficos da área de estudo nas visitas feita in loco, bem como leituras referente a temática; No segundo nível (correlativo), correlacionou-se as fotos com as leituras, bem como outros dados referente a área de estudo; No terceiro nível (semântico), posterior a compilação e correlação dos registro fotográfico, bem como leituras oriundas sobre a temática, assim como outros dados referente a área, se tem o terceiro nível, que é selecionar estes dados anteriores para serem utilizados e desenvolvidos; No quarto e ultimo nível (Normativo) , neste pode se ter



como caracterização a cultura da panela de barro artesanal e os desafios da mulher na preservação dessa cultura, sendo que cada ponto anteriormente supracitado foi essencial para obtenção deste ultimo.

Resultados e Discussão

A produção artesanal por muito tempo perdura a sociedade, é bem verdade que a produção derivada do barro, já teve uma maior relevância econômica e social para o meio no qual ela é produzida, pois a utilização não somente da panela de barro, mas como também de seus demais utensílios oriundos do barro, como copos, xicaras dentre outros foram utilizados como ferramentas primordiais para o uso diário em tempos passados. Logo com o advento da tecnologia, esses utensílios domésticos se modernizaram, e logo a produção de panela de barro sofreu significativo impacto como bem expressam as mulheres fabricantes e produtoras dos derivados domésticos do barro, fatores contribuinte na valorização econômica do produto estão atrelados a questão do gênero feminino, pois para vender o produto final quando os atravessadores vem comprar nas mãos destas o preço é menor, e quando comprado em terceiros da mesma localidade mas que são homens o valor é maior.

Em se tratando da discursão sobre gênero neste contexto vai muito além da diferenciação de sexo feminino ou masculino, o termo gênero, classificação construída pela sociedade, contribui para exacerbar a distinção entre indivíduos de sexos diferentes. Essa classificação possibilita a construção de significados sociais e culturais diversificados em que culturalmente e por muitos anos a mulher foi tratada como dona do lar, em que não poderia exercer atividades que eram atribuídas ao homem (PRAUN, 2011). Esse cenário mudou, tendo como um dos fatores para esta mudança as necessidades socioeconômicas que tornaram incisivas nas famílias, ocasionando a inserção da mulher no mercado de trabalho tendo em vista a melhoria socioeconômica de suas famílias.

Logo este cenário também se faz parte das produtoras de panelas de barros as quais buscam em suas atividades diárias trazer mais um sustento para dentro de casa, contribuindo assim para melhoria de sua vida econômica. As louçeiras como são chamadas, fazem parte de uma cultura que é passada de geração a geração, no entanto os desafios da permanência desta cultura se tornam cada vez mais difícil ao passo que as mulheres estão com dificuldade de encontrar outras mulheres para ensinar a atividade de construção das panelas de barro.

A área de estudo a qual se encontra a produção de panelas de barro é o povoado Poxica município de Itabaianinha-SE é rica em solos argilosos, material utilizado não somente



na produção de panelas de barro, mas também nas indústrias ceramistas que tem grande rentabilidade para economia local. Itabainahinha-SE, está inserida na microrregião de Boquim exposta na figura 1, possui uma área de 496,3 km², faz divisa com as cidades sergipanas de Cristinápolis, Tomar do Geru, Tobias Barreto, Riachão do Dantas, Boquim, Pedrinhas, Arauá, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba.

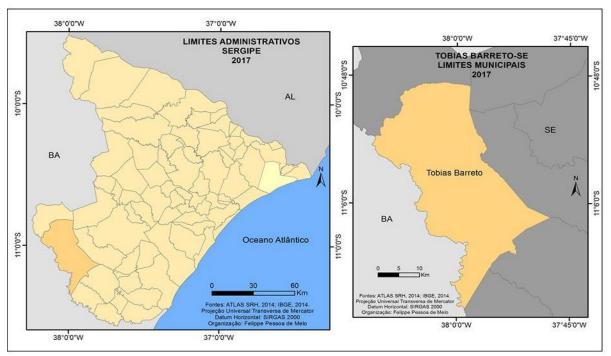


Figura 1: Delimitação da área de estudo (MELO, 2018).

Segundo Ataídes; Souza (1998) destacam que o papel da cerâmica, ou seja derivados do barro como as panelas, em pesquisas estás procuram ir além dos aspectos técnicos, possibilitando, a partir dela, o resgate do cotidiano, de formas de discursos e de estratégias ideológicas e socioculturais de um grupo. Assim caracterizam e expressam a cultura e a prática de um povo, por tanto, a continuidade desta cultura artesanal, precisa ser preservada tendo em vista a importância de sua relevância para o contexto de caracterização de um povo e seu espaço.

No entanto, a preservação desta cultura na referida área de estudo esta cada vez mais difícil, tendo em vista que a produção além de sua pouca rentabilidade socioeconômica, não existe valorização da mesma nem pela comunidade, nem tão pouco pelas próprias mulheres que não querem que suas filhas se submetam a este trabalho esforçado e pouco rentável, e talvez este sentimento de desgaste seja fator principal, para que os desejos das mães seja que suas filhas trabalhem, em trabalhos mais leves e limpos, as quais querem que suas filhas estudem e tenham condições de vida melhor do que as suas (ZACCHI, 2012).



Entretanto este cenário nunca foi assim, em épocas passadas era comum encontra em quase todas as casas uma mulher fabricando utensílios derivados do barro, sendo comum a prática e venda deste artesanato na localidade, em que sua venda para outras cidades eram mínimas, visto que no próprio município se conseguia a venda, no entanto com os avanços da sociedade é possível se analisar que esta dinâmica se modificou.

Os esposos das mulheres nesta época eram quem comercializavam os produtos em que penduravam nos burros caçoas e carregados seguiam a pé para levar a louça a ser vendida nas feiras de Riachão dos Dantas e Campos do Rio Real o qual hoje é chamado de Tobias Barreto, posterior a esta época, eram transportadas de caminhões em que eram abarrotados de peças, totalmente inverso na atualidade em que, são colocadas sobre os espaços que sobram de outras cargas (ZACCHI, 2012).

Processo de Fabricação das Panelas e Utensílios Derivados do Barro

O processo de produção requer habilidade e paciência, como ilustrado na figura 02, a fabricação da louça é puramente artesanal, sem nenhuma utilização de maquina ou algo derivado que poça facilitar o processo produtivo. O primeiro paço de todos é a compra do barro, que custa por volta de R\$ 120,00 reais, em que geralmente é encomendado com antecedências para o que elas chamam de "botador" que é um rapaz em que pode ser o dono do barro e ou alguém que saiba realizar o processo de preparo do barro ainda na jazida.



Figura 2 (A,B,C, D): Demonstração do processo produtivo (SANTOS, 2018).



As artesãs comentam que o barro bom é aquele que não possui muita pedra em sua substância, uma queixa entre quase todas as mulheres é de que a carroça de barro é muito cara e não da pra fazer muitas peças (ZACCHI, 2012). Contam ainda que não recebem nenhum incentivo da secretária de cultura do município de Itabaianinha-SE, no que se refere a custos econômicos e ou de caráter de desenvolvimento do artesanato, ainda explicam que somente uma única vez um determinado secretario compareceu na comunidade e prometeu doar o barro, porém o mesmo barro veio sem preparo algum, o que dificultou ainda mais o trabalho delas, em que acharam melhor continuar comprando o mesmo.

Posterior o recebimento do barro, o segundo passo é fazer os chamados "bolos", que são pedaços de barros de proporção quase igual, em que iram virá uma peça artesanal. Os cortes destes pedaços são feitos com um instrumento chamado "berimbau" ilustrado na figura 3, que nada mais é um pedaço de madeira envergada, com um fio de arame amarrado nas pontas, que irá facilitar o corte do barro. As mulheres contam que aprenderam fazer este artesanato com sua mãe, e ou avós tias e ou alguma amiga próxima, e que começaram a atividade desde crianças.

O artesanato não é algo recente este se perdura desde a origem da história da humanidade, em que os primeiros objetos artesanais datam do período neolítico (cerca de 6.000 a.C.), quando começavam a misturar a matérias primas para satisfazer suas necessidades cotidianas, tecendo fibras de origem animal e vegetal, polindo pedras e fabricando objetos de cerâmica, os quais se encontram até os dias atuais (COSTA, 2012).

O trabalho com o barro requer não somente habilidades como também coragem, visto que posterior ao desdobramento dos bolos de barro é confeccionado as peças. Na primeira fazer é composto pelo que chamam de "abertura", depois da abertura todas as peças ficam exposta em um salão para secar, posterior a secagem é feito o processos de acabamento que vão desde a raspagem, ao polimento com o couro, ressaltando que cada processo deste é utilizado instrumentos feitos de madeira, para que assim sigam, para o processo de queima durante 12 horas, em um forno que possui características circular ilustrado na figura 2, feito com tijolos e argila, o que segundo elas é muito cansativo, visto que precisa acender o fogo e a temperatura é elevadíssima, em que podem causar queimaduras se não houver uma proteção no corpo.

Logo a todo tempo é preciso reabastecer com madeira o forno, esta madeira que é extraída por homens que vende a estas mulheres custando 100,00 reais a carroça. A madeira tem o nome popular de jurema e científico *mimosa hostilis Benth*, em que não somente é



utilizada como matéria de combustão para a queima no forno, como também é feita a extração de parte do seu caule popularmente a "casca", ainda em seu habitat natural, em que será cozida e utilizada como tinta para fazer a caraterização nas peças já quando estas se encontram na faze final do processo de fabricação, as artesãs contam que essa é uma das partes melhor, pois já estar se dando o final de um processo bem longo ilustrado na figura 3.



Figura 3 (A,B,C,D): Pintura e instrumentos utilizados na fabricação das peças (SANTOS, 2018).

O processo de pintura é realizado com pedaços de madeira de pontas finas, os quais são feitos pelas próprias mulheres. A pintura não segue um padrão é feita de acordo com o que vem na mente, em geral são flores, bordados, anjos, dentre outros desenhos. Quando pintado as peças de barro vão novamente para o forno, passando cerca de 4 a 5 horas para que a tinta ganhe textura e fique consistente sem soltar quando for utilizada. O resultado de um trabalho para estas mulheres é bastante gratificante, pois o trabalho atribuído para que se chegue a este processo final é bastante árduo e doloroso (ZACCHI, 2012).

Diante do exposto percebe-se que vários são os desafios para permanência desta cultura, visto que o processo produtivo é árduo e sua rentabilidade econômica é pouca. Atrelado a isto coexiste a desvalorização do trabalho destas mulheres pela comunidade a qual está inserida, sendo a perda desta cultura algo consumado, visto que as mulheres da comunidade não se dispõem aprender este tipo de artesanato devido a suas condições de



produção e rentabilidade.

Conclusões

A cultura artesanal é algo que esta atrelada a prática humana, em que se desenvolve como manifestação de determinado povo. Diante disso a cultura da produção artesanal de panelas de barro e seus demais utensílios é algo que já faz parte da historia da comunidade do povoado Poxica. No entanto esta prática tem sofrido significativas problemáticas visto que a mesma não tem apreciação pela sua comunidade, em que todo produto que é desenvolvido é vendido para Salvador-BA, dentre outras cidades.

Diante do exposto é perceptível que existe uma desvalorização do artesanato das mulheres não somente pela comunidade, como também pelos compradores, pois quando vendida nas mãos dos atravessadores o preço se eleva, quando comprado diretamente nas mãos destas mulheres o preço diminui, ou seja, ainda se tem em plena sociedade dita evoluída a questão da desvalorização do trabalho da mulher.

Conclui-se por tanto que a cultura artesanal é de suma importância, devido seu valor cultural e histórico, em que deveria continuar a passar de geração a geração, no entanto existi uma quebra nessa relação de gerações, pois nem as filhas das louçeiras querem aprender a prática e nem suas mães ensinar, pois querem que suas filhas tenham condições de trabalho melhor que as suas. Logo, se esta cultura artesanal tivesse incentivo de ações governamentais, talvez o cenário fosse outro e mais rentável e as condições de trabalho destas mulheres valorizada e melhor.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente a Deus por todos os saberes atribuídos nessa jornada, agradecemos também em especial ao professor Felippe Pessoa de Melo pelas orientações, o qual sempre nos incentiva, sendo este de fundamental importância para a concretização desta pesquisa, bem como a instituição a qual fazemos parte, o Centro Universitário- AGES.

Referências

ATAÍDES, H.; SOUZA, M. A. Cultura Material - uma fonte legitima? As contribuições da História e da Arqueologia para o debate. **Revista de divulgação cientifica/IGPA**. Goiânia: Ed. da UCG, v. 2, p. 81-93, 1998.

Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/8217683/marcos-andre-torres-de-souza. Acesso em: 28 fev. 2018.



COSTA, L. M. A. O artesanato como forma de manifestação cultural e complementação de renda: um estudo de caso da Associação Comunitária do Bairro do Lambari. **CELACC/ECA-USP**, 2012.

Disponível em: < http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/414-1166-1-PB.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MELO, F. P. **Risco ambiental e ordenamento do território em Garanhuns-PE**. São Cristóvão – SE. Originalmente apresentada como dissertação de doutorado, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

MORIGI, V. J.; ROCHA, C. P. V.; SEMENSATTO, S. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, n. 14, 2012. Disponível em: < www4.unirio.br/morpheusonline/>. Acesso em 27 fev. 2018.

PRAUN, A. G. Sexualidade, gênero e suas relações de poder. **Revista Húmus**, 2011. Disponível em: < http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1641/1302>. Acesso em: 27 fev. 2018.

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: Ambiente e Planejamento**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ZACCHI, M. S. **Louça morena puxada á mão**: o fazer do barro no povoado de Poxica. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2012.



A HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E SEU REFLEXO NAS PRÁTICAS ESCOLARES E NA EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA.

Tamara Cardoso Bastos Santos

Formação no Curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. E-mail: tamaracardoso8@gmail.com

Resumo:

O trabalho aborda sobre a construção das masculinidades e tem como objetivo estudar como a masculinidade hegemônica se configura no âmbito escolar, especialmente, dentro das aulas de Educação Física. Este estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica de acordo com Connell (1990), Bourdieu (2002), Kimmel (1988) entre outros. É preciso que a inclusão da temática de gênero inicie nas academias, durante a formação profissional em educação, para que se debata sobre masculinidades e a partir então, se reconheça a pluralidade e as práticas das masculinidades dentro das experiências escolares, as hierarquizações e, a partir de então, podendo-se dirimir preconceitos e violência.

Palavras-chave: Masculinidades, educação, Educação Física.

Introdução

No Brasil os núcleos de estudos feministas na década de 80 se concentram nas universidades, e começam a pensar sobre as noções relacionais de gênero que tenham como objetivo principal polemizar as desigualdades entre homens e mulheres sobre a ótica do poder nas relações. Após o início destes estudos, surgem os primeiros trabalhos da época sobre masculinidades.

No cenário de estudos sobre masculinidades se destacam: Connell (1990), Bourdieu (2002), Kimmel (1988) entre outros.

Bourdieu (2002) traz o pensamento de que o mundo social produz o corpo através do trabalho. No decorrer desse processo as diferenças construídas socialmente acabam sendo consideradas naturais e registradas no biológico e fundamentadas numa relação de dominação.

Pode-se considerar que os corpos se constituem a partir de uma organização social, cultural, cisnormativa, e também por estruturas sociais. Connell (1990) postula que isso tudo está vinculado ao social e ao biológico, ou seja, um jeito natural de ser feminino, ou um jeito de ser masculino, com condutas e movimentos corporais diferentes para cada sexo.



Gênero é passível de entendimento como uma construção social que se fundamenta nas diferenças biológicas entre os sexos, assim como a masculinidade e a feminilidades. Este processo sociocultural inicia-se com a educação recebida na infância e continua ao longo da vida. É necessário ressaltar que a escola pode vir a ser uma importante ferramenta propagadora deste modelo.

Os ambientes escolares reproduzem princípios, valores e ideologias da sociedade e as práticas¹ de uma masculinidade, heterossexual, branca e cristã que hierarquizam as práxis sexuais. Diante disto, o que difere destes padrões é, em certas ocasiões, posto à margem ou tratado como menor.

A identidade masculina define e justifica o papel social do homem na sociedade ocidental atual, assim sendo a família, a escola, a religião, a mídia e a sociedade em geral, ensinam e edificam de maneira velada ou explícita quais comportamentos são masculinos ou não. Esta classificação pode perpetuar e, por diversas vezes, favorecer as masculinidades.

Este trabalho tem como objetivo estudar a construção das masculinidades e suas configurações no âmbito escolar, especialmente, dentro das aulas de Educação Física. A escolha do tema se justifica na importância de se reconhecer a pluralidade e as práticas das masculinidades dentro das experiências escolares, reconhecendo as hierarquizações e, a partir de então, podendo-se dirimir preconceitos e violência.

A investigação deste estudo se deu em livros e artigos científicos autores para dar embasamento à pesquisa.

Construção de Masculinidade

De acordo com Beauvoir (1962) gênero é uma maneira do corpo existir e corpo é uma situação, um campo de possibilidades recebidas e reinterpretadas. Diante das possibilidades do corpo a vivência de gênero é uma prática social do corpo que se constitui historicamente e pode adotar determinadas configurações. Estas últimas incluem a possibilidade da existência de um sistema que corrobora o patriarcado e a masculinidade hegemônica, como tratado em Garcia (1998, p.46):

Configuração de gênero que incorpora a resposta atual aceita para o problema da legitimidade do patriarcado, garantindo a posição

¹ Segundo Connell (1995) tratar de uma prática é dar destaque aquilo que realmente se faz, não aquilo que se espera. "Significa enfatizar uma ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Isso não significa que a pratica é necessariamente racional." (CONNELL,1995, p.188)



dominante dos homens e a subordinação das mulheres. A hegemonia será estabelecida somente se existir correspondência entre o padrão cultural e o poder institucional, seja ele coletivo e/ou individual. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para a dominação ou hegemonia de uma masculinidade particular são gradualmente destruídas. A hegemonia é vista como historicamente mutável.

Pensar em masculinidade envolve as relações de gênero, que incluem a ideia da hegemonia daquilo que é lido como masculino. O âmbito social, marcado por esta relação de poder, passa a ser caracterizado principalmente pelo distanciamento e desvalorização do feminino.

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU, 2002, p.20)

Segundo Connell (1995) gênero ultrapassa as estruturas dos papeis sociais ou da biologia reprodutiva, se trata de uma estrutura complexa que envolve estado, família e a sexualidade. As masculinidades fazem parte dessa complexidade. Antes de esclarecer como a construção das diferentes masculinidades afeta as crianças nas instituições escolares é preciso elucidar o que caracteriza cada uma delas.

Kimmel (1998) esclarece que as noções de masculinidade variam de cultura para outra e nos diferentes momentos históricos. Ou seja, não podemos abordar masculinidade como algo constante e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em perene mudança. Connell (1995, p.188) afirma que masculinidade, "é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero".

Enquanto isso, Silva trata de um âmbito mais específico, a masculinidade hegemônica.

O conceito de masculinidade hegemônica está calcado nos modelos tradicionais e dos predicativos da personalidade do homem, qual seja, machista, viril e heterossexual, do mesmo modo em que este deve apresentar distanciamento emocional, agressividade e comportamento de risco no seu dia a dia, ou seja, um homem bem mais próximo dos modelos do cavaleiro medieval, do guerreiro oitocentista e dos grandes soldados. (SILVA, 2006, p.2)



Durante o processo de socialização os garotos são sutilmente ensinados a seguir um padrão de masculinidade exercido pelo seu grupo social.

Os rapazes são pressionados a agir e a sentir dessa forma e a se distanciar do comportamento das mulheres, das garotas e da feminilidade, compreendidas como o oposto. A pressão em favor da conformidade vem das famílias, das escolas, dos grupos de colegas, da mídia e, finalmente, dos empregadores. A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão de seus sentimentos. (CONNELL,1995, p.190)

De acordo com Paechter (2009) a composição das masculinidades é produzida e mantida por características locais, superpostas e sem demarcações rígidas nas comunidades de prática.

Porém a construção dessa masculinidade não é algo estruturado apenas sobre uma única referência, segundo Connell (1995) a masculinidade hegemônica é produzida e incorporada em relação com outras masculinidades. Ou seja, é necessário se estabelecer uma referência de "normalidade" para se marginalizar as diversas possibilidades. De acordo com o autor a masculinidade é construída em duas esferas, uma individual e outra coletiva.

Para Bourdieu (2002) a dominação masculina está enraizada na biologia entre os sexos, corpo masculino e feminino, mais precisamente na diferença anatômica entre os órgãos sexuais, a definição social estabelecida pelos órgãos sexuais é efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças ou do obscurecimento de determinadas semelhanças. Em síntese, para Bourdieu (2002), a dominação não é um efeito ideológico "e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos" (p. 53-54).

A força particular da sociodiceia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada. (BOURDIEU, 2002, p.33)

A masculinidade é (re)produzida e (re)configurada, além de ser encenada entre todos os sujeitos envolvidos nas práticas sociais. Ou seja, configura "não apenas o que somos, mas o que fazemos, como nos apresentamos, como pensamos sobre nós próprios em tempos



diversos e lugares específicos." (PAECHTER, 2009, p.22). Kimmel (1998) reforça esse pensamento no sentido de que a masculinidade exige constantes momentos de comprovação das atitudes dos sujeitos. Com isso, para permanecer dentro de um grupo de prática de masculinidades, as pessoas devem regular suas performances de modo a sintonizarem-se com os princípios daquele grupo.

A escola e reprodução de práticas de masculinidades.

A escola não está isenta da propagação dos valores reproduzidos pela sociedade, por fazer parte do contexto social. No âmbito educacional é preciso estar atento para a conscientização e transformação do sexismo e da dominação de gênero. É extremamente necessário que todo o corpo docente entenda a ordem de sexo e gênero e como foi historicamente naturalizada e essencializada e nela situe-se criticamente, identificando-se como produtor/a e reprodutor/a de preconceitos.

De acordo com Bento (2011) a instituição escolar faz parte de projeto de consolidação da heteronormatividade e a desumanização de sujeitos que fogem às normas de gênero, chegando ao limite onde as crianças evadem, pois não aguentam mais o ambiente hostil.

No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que "contaminam" o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar "evasão" de "expulsão", pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p.555)

Porém os estudos de gênero não são discutidos de forma abrangente nas universidades e espaços de formação dos docentes. De acordo com Carvalho (2003) é importante entender as várias formas como se manifestam a desigualdade e exclusão social e educacional, com meninas e meninos e mesmo através de outras categorias como classe social, raça/etnia, deficiência/necessidade especial, orientação sexual ou identidade de gênero.

As aulas de Educação Física como espaço de reprodução de masculinidades hegemônicas.

As práticas esportivas foram construídas envolvendo a competição e na maioria Nas aulas de Educação Física, mais precisamente nas atividades esportivas, observa-se a tradição



dos valores e normas masculinas hegemônicas que reafirmam o mito do "sexo forte" e regulam a área feminina.

Muitas as vezes se revestem de características agressivas, consideradas melhores práticas de iniciação à virilidade. Badinter (1993) afirma que é nesse espaço que o sujeito mostra publicamente o seu estatuto de "macho": despreza a dor, controla o seu corpo, mostra força e vontade de ganhar. Mostra, enfim, que não é uma criança, nem uma moça, nem um homossexual, mas um "homem de verdade".

Essa virilidade de acordo com Bourdieu (2002) é uma concepção construída de forma relacional, diante de outros homens, para outros homens e em oposição ao feminino, por uma espécie de medo, engendrada primeiramente dentro de si.

encontram seu princípio, paradoxalmente, no medo de perder a estima ou a consideração do grupo, de "quebrar a cara" diante dos "companheiros" e de se ver remetido à categoria, tipicamente feminina, dos "fracos", dos "delicados", dos "mulherzinhas", dos "veados". (BOURDIEU,2002, p.66)

Nas aulas de educação física é comum ter-se turmas divididas entre meninos e meninas, jogos de menina e jogos de meninos assim também com as brincadeiras. Aqueles garotos que não atendem às características ou práticas de masculinidades hegemônicas daquele grupo da escola são ostracizados e marginalizados. E estes, se sua sexualidade ou identidade de gênero fugir dos padrões da cisnormatividade, são chacotados ou até mesmo excluídos do grupo.

Os rapazes que escolhem participar em atividades associadas ao feminino (como a dança ou a aeróbica) serão, muitas das vezes, chamados de "meninas" ou "maricas". É preciso ser-se um jovem rapaz de rara coragem e com uma grande confiança em si mesmo para conseguir superar as condenações de colegas ou mesmo de professores/as. (SILVA, BOTELHO-GOMES, GOELLNER, 2008, p. 224)

De acordo com Bourdieu (2002) estar ligado ao feminino pode ser considerado "a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher." (2002, p.32).

A Educação Física escolar se desenvolve também por meio de práticas corporais, com



proeminência para o esporte, legitimado culturalmente como domínio masculino. Essas construções sobre as práticas de masculinidades hegemônicas devem ser discutidas e ressignificadas também nas aulas em questão. Este não pode ser um espaço de reprodução de padrões hegemônicos.

Conclusão.

De acordo com os autores estudados, há uma certa consonância no modelo de masculinidade hegemônica no qual os homens precisam alcançar, o homem ideal, branco, cis, heterossexual de classe dominante, forte e viril. Marcas construídas socialmente ao longo do tempo pelo machismo e patriarcado. E essa dominação se mantem e se regula mediante as violências, como citado por Connell (1995) violências simbólicas e concretas.

É preciso tomar consciência sobre a dominação de gênero no ambiente escolar. Principalmente quando esta dominação traz marginalização e exclusão da escola. Essa problemática tem que ser discutida no âmbito da formação docente inicial e continuada, para que se saiba trabalhar com a desconstrução e ressignificação das múltiplas formas, explícitas ou sutis, através das quais a ação docente pode contribuir para a reprodução da iniquidade de gênero na escola e na sociedade.

É necessário que os docentes, conheçam sobre masculinidades e feminilidades e entendam como a masculinidade não é uma essência constante e universal, e que se trata de um conjunto de práticas fluidas em contínua mudança. Devemos construir as aulas de educação física reconhecendo as diferentes masculinidades e reconhecendo os presentes no espaço social, pois só assim poderemos perceber de que forma a masculinidade hegemônica exerce poder sobre as outras masculinidades.

Por fim, é importante destacar que compreender a construção de masculinidades é um passo acerca da temática, ainda há muito para ser discutido. Isto poderá ser feito em estudos posteriores, objetivando um maior aprofundamento sobre o assunto.

Referências

BADINTER, E. XY: Sobre a Identidade Masculina. Nova Fronteira, Rio de Janeiro 1993.

BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Nova Fronteira, 1949.

BENTO, B. A. M. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Estudos Feministas. Florianópolis, 2011.

BORDO, S. R. O corpo e a reprodução da feminilidade: Uma apropriação feminista de



Foucault. In: JACAR, Alison e BORDO, Suzan, R. Gênero, corpo e conhecimento. Trad. Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record e Roda dos Tempos, 1997, pp. 19-41. (Coleção Gênero, v. 1)

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro. 2002.

CARVALHO, M. E. P. O que essa história tem a ver com as relações de gênero? Problematizando o gênero no currículo e na formação docente. In CARVALHO, Maria Eulina Pessoa & PEREIRA, Maria Zuleide da Costa, Organizadoras (2003): Gênero e Educação: Múltiplas Faces. João Pessoa: NIPAM/Editora Universitária/UFPB

CONNELL, R. W. Políticas da Masculinidade. Educação e Realidade. 1995.

KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

FOUCAULT, M. A História da Sexualidade II -O Uso dos Prazeres. Graal, Rio de Janeiro: 1986

GARCIA, S. M. Conhecer os Homens a Partir do Gênero e para além do Gênero. In Arilha, Margareth; Ridenti, Unbehaum, Sandra G., e Medrado, Benedito (orgs.). **Homens e Masculinidades: outras Palavras**. São Paulo: Ed. 34, 1998

LOURO, G. L. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero.** Teoria e Educação, no 6. Porto Alegre, 1992, pp. 53-67

PAECHTER, C. Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminilidades. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

Silva, S. G. A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. Psicologia. Ciência. v.26 n.1. Brasília, 2006

SILVA, P.; BOTELHO-GOMES, P. & GOELLNER, S.V. **Educação Física no sistema educativo português: um espaço de reafirmação da masculinidade hegemônica.** Revista Brasileira Educação Física. São Paulo, v.22, n.3. 2008



A LEGITIMAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA: UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA DE ALGUMAS MÍDIAS COMO DIFUSORAS DA DISCRIMINAÇÃO

Autor: Anderson Ferreira Lopes

Graduando em Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: oficialandersonlopes@gmail.com

Resumo: O presente artigo pretende analisar as representações de gênero, sexualidade e corpo veiculadas pelos meios de comunicação e mídia, evidenciando a construção discursiva que a linguagem possui na naturalização e legitimação da homofobia e transfobia tendo como padrão o discurso heteronormativo, cisnormativo e sexista numa perspectiva pós-estruturalista de análise. Tratase, isto posto, de discutir a influência de tais corroborações nos estereótipos que perpassam o contexto social, partindo do pressuposto teórico e político que a linguagem (seja ela qual for) transcende o papel meramente instrumental para elevar-se a um mecanismo que instaura ideologias e valores que regulam relações de poder e, consequentemente, coloca os sujeitos que fogem desse padrão binário e heteronormativo como "anormais" ou "falsos".

Palavras-chave: Gênero, Homofobia, Transfobia, Representações de Gênero, Mídias.

INTRODUÇÃO

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável.

(Judith Butler, 2003, p. 195)

O presente trabalho origina-se da inquietação acerca dos processos de construção das identidades e expressões de gênero, bem como seu enlace com as hierarquizações e estereótipos perpassados através da linguagem empregada. As identidades dxs sujeitxs vão se produzindo ao longo da vida, com influência da cultura e sociedade em que estão inseridos, num processo de reproduzir outras já pré-estabelecidas ou de recusá-las. Assim, a pessoa interioriza e se apropria dos comportamentos de gênero e sexo que lhe foram apresentados e os (re)significa interiormente. Nesse sentido, para haver tais influência faz-se necessário "meios" de transmissão. Por isso, verifica-se que os meios de comunicação e mídia acabam se tornando locais de destaque e evidência que contribuirão para essa (re)produção, que reforçará ou construirá novos significados de identidades de gênero e sexuais. Contudo, acentua-se que a heteronormatividade compulsória continua sendo propagada como o padrão ideal quanto às identidades que xs sujeitxs devem seguir.

Fazendo um breve recorte histórico pontua-se que os estudos de gênero tiveram suas origens



situadas a partir da revolução dos movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970, desde então, tem atraído constantemente as pesquisas de estudiosxs. Considerando que a comunicação através das mídias é um "local" privilegiado para a propagação de discursos, e que as relações sociais estão cada vez mais mediadas e midiatizadas, é importante analisarmos tais discursos de gênero que circulam na mídia e nos meios de comunicação, assim como na publicidade, a fim de constatar quais tipos de influência eles empregam sobre os conceitos difundidas socialmente a respeito de gênero e sexualidade.

A instigação deste trabalho origina-se da prévia constatação de que os meios de comunicação, mídia e publicidade utilizam diversos recursos de linguagem nas identificações de identidades, sobretudo nas que "desviam" da heteronormatividade compulsória. Assim, este trabalho pretende analisar e refletir acerca da linguagem utilizada pelas mídias e meios de comunicação através de propagandas e campanhas publicitárias utilizando a análise crítica do discurso utilizado, sobretudo no que se refere à questão do gênero, sexualidade e corpo, bem como, os estereótipos e conceitos deturpados que tais meios podem formar ou (re)afirmar em determinados materiais e seus respectivos conteúdos.

Foram escolhidos como conteúdo para estudo no presente trabalho materiais distintos, pois a principal intenção é a de evidenciar que estes paradigmas sobre as identidades de gênero, sexualidade e corpo são perpetuados em distintos segmentos de mídias. Assim, propõe trazer à tona como formas de subjetividade e xs sujeitxs que reiteram e ao mesmo tempo se opõem e/ou negam a matriz heteronormativa são apresentadxs, constatando-se que muitas das vezes através da ótica de "anormalidade" ou "falsificação": "os corpos bizarros, os corpos mutilados, corpos travestis, os/as transexuais, tidos como anomalias, entre tantos adjetivos empregados" (HARDT & NEGRI, 2005).

Tais obras abrange um público gigantesco e, também, encontram-se disponibilizadas na internet, cujo público é heterogêneo e cujas imagens compõem representações de gênero através dos padrões heteronormativo que estereotipam as personagens do enredo. Diante desta propositura, foram selecionadas e analisadas para o presente artigo três campanhas publicitárias veiculadas na TV entre 2010 e 2011 e dois anúncios em outdoors publicados entre 2015 e 2016. Partiu-se da conjectura de que o gênero emana de práticas de significação, sendo a comunicação através da linguagem, constitutiva das identidades e dos sujeitos uma das mais abrangentes.



DESENVOLVIMENTO

Durante toda a sua história sobre a terra, o ser humano não mediu esforços permanentes para constituir comunicação. Isso ocorreu desde os tempos primitivos, onde, o ser humano necessitava da comunicação para a sobrevivência e aprendeu a utilizar gestos, sons e até mesmo desenhos. Posteriormente, os tipos de comunicação foram se expandindo e evoluindo. Desde então, a comunicação se fez primordial para a evolução humana, pois é através dela que as pessoas consegue trocar ideias e experiências. Hoje, os meios de comunicação estão mais evoluídos que nunca e são importantes em todos os aspectos de nossas vidas, já que é através dele onde as pessoas se comunicam de distintos lugares e de forma instantânea.

Estes meios de comunicação tiveram uma evolução gradativa e contínua. Hoje, eles são chamados de mídias. Este termo "mídias" está veiculado aos processos de produção, circulação e recepção de mensagens em qualquer lugar. A mídia abrange a todos os meios de comunicação, que atinge grandes massas e conseguem grande influência sobre elas. Moran (1990) enfatiza em sua fala que a influência dos meios de comunicação é inquestionável e cada vez maior.

A criação da mídia como meio de comunicação em massa tem grande representação na evolução dos meios de comunicação, representando uma verdadeira revolução no fim do século XIX (SILVEIRA, 2004). A mídia atual aglomera, dentre outros, os segmentos de noticiários, televisivos, publicitários, cinematográficos. Sem esquecer do campo virtual, que explodiu nas últimas décadas com a revolução virtual que ocorreu demasiadamente.

Apesar de todos os meios citados acima criar subjetividades, possivelmente o que possui mais influência seja a publicidade, pois criam hábitos e (re)afirmam verdades universais. O poder dos anúncios comerciais (sejam eles em qualquer for o tipo de mídia) de produzir cenas do cotidiano através de propagandas chamativas e com linguagem que provoque no receptor a utilização de produtos e ideais de vida. Assim, as propagandas capturam e moldam xs sujeitxs em sua rede de persuasão ditando modos de vida e comportamento.

É importante destacar que a persuasão é um elemento que faz parte de toda forma de comunicação, afinal, sempre queremos convencer o outro de nossas ideologias. Entretanto, a alienação presente no diálogo propositalmente escolhido pela mídia é superior pois não há um equilíbrio entre locutor(a) e receptor(a): a mídia tem mais poder. O padrão de mídia em vigor na sociedade se faz dominante, estabelecendo formas e normas sociais, fazendo um grande



número de pessoas enxergarem o mundo de acordo com as normas ditadas. Utilizada como instrumento de manipulação a serviço de interesses particulares, perpetuando percepções, padronizando sujeitxs.

Megale & Teixeira (1998, p.51), conceituam o poder de persuasão da mídia: reforçam que a mídia, com todo o seu aparato, detém o poder de fazer com que todxs creiam e vejam sobre suas óticas, ela dita formas de atitudes e comportamentos, modificando e influenciando os mais distintos contextos sociais, constituindo os arquétipos do imaginário que possibilitam a perpetuação de significados de sujeitxs com comportamentos universais e padronizados sejam os únicos legítimos.

O objetivo dessa pequena digressão conceitual é apontar a relação íntima entre mídia, subjetividade e a padronização perpassada, considerando a mídia como influenciadora direta do comportamento social. Dentro desta influência, as mídias difundem predominantemente os preceitos construídos e estabelecidos socialmente. Contudo, optou-se por adentrar mais especificamente em um deles, fazendo-se necessário destacar a heteronormatividade, que utiliza de argumentos biológicos, religiosos e políticos para determinar padrões a serem seguidos por todxs. Estas normas, abrangem diversos ritos existentes no cotidiano de uma pessoa, desde o modo de falar, andar, se comportar. Todo comportamento fora da norma é visto como "anormal". A naturalização da heteronormatividade imposta em nossa sociedade descarta quaisquer que sejam outras identidades, assim, estigmatizando pessoas que subvertem a ideologia hegemônica.

Sobre essa questão, Bourdieu (2005) reflete:

Ela [a história] deveria empenhar-se particularmente em descrever e analisar a (re)construção social, sempre recomeçada, dos princípios de visão e de divisão geradores dos "gêneros" e, mais amplamente, das diferentes categorias de práticas sexuais (sobretudo heterossexuais e homossexuais), sendo a própria heterossexualidade construída socialmente e socialmente constituída como padrão universal de toda prática sexual "normal", isto é, distanciada da ignomínia da "contranatureza" (BOURDIEU, 2005, p. 102).

Ora, se esta heteronormatividade estabelecida como padrão social se impõe universalmente, logo, ela também será perpassada pela mídia, na qual, irá delimitar comportamentos adequados e, repudiar xs "desviantes". A influência midiática é notória naquilo que divulga e também naquilo que silencia. Sua eficácia também é vista no sentido de "implantar ideias", com o propósito de fazer com que o mundo compre e consuma, inflamando o mercado capitalista e, impondo compulsivamente como xs sujeitxs devam ser e que ajam da forma



exposta diante do que se vê nas capas das revistas, telas da televisão, outdoors etc. Tal dominação se dá por meio de um sistema de linguagens verbais e não-verbais, composta de símbolos e signos, utilizados propositalmente para dar veracidade ao seu discurso.

Posto isto, evidencia-se que a linguagem é primordial nas relações de poder e identidades de gênero, influenciando a forma como xs indivíduxs pensam. A maneira que a percepção de uma pessoa sobre o mundo ao seu redor é controlada e difundida pelas linguagens empregadas. Do mesmo modo que a linguagem pode restringir o pensamento, ela pode criar uma determinada verdade. É sabendo do poder que a linguagem tem que a mídia se apropria dela como a principal forma de persuasão e imposição de suas verdades baseadas, primordialmente, na heteronormatividade. Segundo Moraes (2002, p. 39):

A linguagem é totalmente integrada com a vida humana. Independentemente da língua utilizada, é a linguagem que determina as formas de vida humana. As identidades são formadas através da linguagem e, por conseguinte, ela oferece a base para a formação de hábitos. Então, a linguagem serve como espelho social, refletindo valores implícitos e atitudes. No entanto, a linguagem não é apenas uma representação social, porque ela também reforça os valores sociais e os perpetua.

Como a mídia é feita pela e para a sociedade, ela também transmite todo o contexto social, político e econômico da sociedade em que vigora. Já que atualmente torna-se cada vez mais proeminente os estudos de gênero, instigando estudiosos ao redor do mundo, ela também irá abordar tal temática em seus meios. É necessário destacar que, por ser uma temática recente e complexa ela ainda é muito distorcida. Principalmente pela falta de compreensão da massa no que tange o assunto e, também, pela desvirtuação da temática feita pelos grupos religiosos e conservadores. Assim, por ser majoritariamente influenciada pelos conceitos heteronormativos vigentes na sociedade, a mídia irá transmitir velhos conceitos estereotipados que inferiorizam e ridicularizam xs sujeitxs que desviam desta norma.

Adentrando na temática e pesquisando-se sobre gênero, percebe-se que o conceito de gênero ao longo da história esteve intrinsecamente interligado a um binarismo existente entre masculino e feminino, onde suas práticas e papéis estão bem delimitados e padronizados (FARIA, 1998). É possível evidenciar a veracidade de um binarismo natural sobre a dicotomia polarizada entre gênero e sexo onde todas as definições apresentadas demonstram gênero condicionado ao sexo, como uma forma de organização social construída historicamente que instaura e perpetua relações de poder. Assim, através da contribuição de estudiosos de gênero podemos destacar uma em especial, Judith Butler (2003, p. 34) que enfatiza esta realidade histórica: "a rigor, talvez o sexo



sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma".

Deste modo, pôde-se constatar que o sexo foi culturalmente estabelecido para designar a natureza dos corpos e legitimar o binarismo existente entre macho e fêmea. E que, qualquer identidade construída fora do padrão heteronormativo será instável, desviante, excludente, implicando no silenciamento dessas outras formas de vida, marginalizando qualquer outra forma do "eu" que não seja à luz do padrão heteronormativo compulsório. Seidman atesta esta veracidade quando afirma que as identidades são, em parte, "formas de controle social uma vez que distinguem populações normais e desviantes, reprimem a diferença e impõem avaliações normalizantes relativamente aos desejos" (SEIDMAN, 1996, p.20).

Dessa forma, a identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais são expressas socialmente de forma ainda mais subversiva que dos homossexuais e lésbicas. Essas identidades acabam se tornando o foco de questionamentos e inferiorização dentro de uma matriz cisheteronormativa produzida pela heterossexualidade compulsória onde o contexto social impõe formatos binários na construção de identidades, ou seja, homem ou mulher, e as pessoas que se negam a seguir estes padrões acabam ultrapassa do esse limite e são consideradas anormais (FOUCAULT, 2001).

Segundo Butler (2010), há corpos que não seguem esta padronização entre gênero, sexo e desejo, já que são três eixos que devem ser avaliados distintamente e, por isto, tais corpos são produzidos como abjetos. Evidentemente, os corpos que se enquadram como desviantes são das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e os "queers" (LGBTQ) que, do prisma deste padrão heteronormativo dominante, não são considerados "normais" e por isto, não podem existir.

Com base nesta propositura, constata-se que os corpos abjetos são desvirtuados e produzidos pelas mídias de forma superficial e estereotipada. Além das propagandas, comerciais, músicas etc. que subvertem e ridicularizam os sujeitos desviantes da heteronormatividade, é possível identificar diariamente os meios de comunicação e mídia propagando os casos de agressão, violência, assassinatos, suicídios e tentativas de homicídio contra a população LGBTQ. Todavia, deixam de mostrar, para além do real, as causas, consequências e possíveis soluções para o problema. Recusam, até mesmo às vítimas fatais (travestis e transexuais), o simples direito ao nome social. Ou seja, nem mesmo após a morte, as pessoas trans têm sua



privacidade, sua identidade e sua imagem aceita.

METODOLOGIA

Neste artigo, deu-se prioridade para o aprofundamento teórico realizado durante a pesquisa e, o estudo de alguns casos sobre as imagens apresentadas onde enfatiza-se as expressões de gênero em diferentes espaços midiáticos. Para este trabalho foram selecionadas e analisadas três campanhas publicitárias veiculadas na TV entre 2010 e 2012 e dois anúncios em outdoors divulgados entre 2015 e 2016.

De modo sucinto, o objeto desta pesquisa foi a análise de como a homossexualidade e as personagens homossexuais, bem como, a transexualidade e as personagens transexuais utilizados neste trabalho foram constituídas e apresentadas discursivamente pelas mídias utilizadas. Do ponto de vista metodológico, este estudo foi feito empregando a Análise de Discurso (AD) de vertente francesa, cujos fundamentos residem na articulação da linguística com a mídia visual. Como registra COLETTO (2010, p.39):

A análise do discurso, em oposição ao estudo do texto como material que transparece os sentidos, que revela uma verdade após ser analisado, vai articular de modo muito particular a presença (materialidade discursiva do histórico e do ideológico, das condições de produção de um dado discurso, das posições "imaginadas" [...] que os interlocutores têm sobre si e sobre o que escrevem; também da relação (constitutiva do discurso) de do discurso com discursos outros que atravessam o que é dito (interdiscursividade) e da relação, também necessária, entre os sujeitos [...].

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir descreve-se como foi realizada a coleta dos 5 exemplos que compõem a análise crítica das representações de gênero, sexualidade e corpo nos diversos segmentos de mídia.

Como mecanismo de pesquisa, foi utilizado a pesquisa digital no Google. Foram festas pesquisas com as seguintes palavras-chave: homofobia, transfobia, homofobia na mídia, transfobia na mídia, músicas homofóbicas, comerciais homofóbicos, propagandas homofóbicas. Nem todas retornaram resultados dentro da temática. Do conjunto de resultados, muitos não se relacionavam com o foco da pesquisa e, outros 8 foram descartados. É necessário destacar que ainda há muita falta de informação e materiais a respeito disponíveis na internet. Evidentemente, ainda há um silenciamento e descrédito considerável a respeito das discriminações sofridas pela classe LGBTQ.

O Corpus, então, constituiu-se de 5 materiais que continham a homofobia e/ou transfobia no



seu conteúdo. A problemática de pesquisa é analisar como se dá discursivamente a constituição dos sentidos sobre a homossexualidade e a transexualidade nestas mídias. Partindo disto, fez-se as primeiras leituras destes materiais no mapeamento das linguagens e sentidos que dissessem respeito ao problema da pesquisa. O resultado obtido trouxe as sequências discursivas (SD) selecionadas. Passando a referi-las como 'arquivo': Para Pêcheux (1997) apud Orlandi (2007, p.95), o arquivo é "o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão". A autora reforça indagando que "há gestos de leitura que constroem o arquivo, que dão acesso aos documentos e que dão o modo de apreendê-los nas práticas silenciosas da leitura "espontânea".

A análise feita das sequências discursivas retiradas destes 5 materiais traz trechos na íntegra que tenta sintetizar, descritivamente, que sentidos o discurso destes materiais engendravam. No caso da análise dos materiais, pôde-se constatar que este processo de identificá-los como "exóticos" ocorre de modo constante, reforçado por meio de estratégias diversas, sendo a mais explícita e direta: "a afirmação da homossexualidade e transexualidade como atributo particular e desprovido de conexões com o coletivo – cujas tônicas são a política e os movimentos sociais" (COLETTO, 2010, p.54)

Arquivo 1: Comercial Havaianas (2010)

Em "Patrulheiro Havaianas", um grupo de três amigos, dentre eles o ator Henri Castelli, é abordado por um policial rodoviário. O guarda questiona se há existência de armas no carro e um dos amigos diz:

"Tinha um canhão, mas a gente já deixou a namorada dele em casa".

Em seguida, o patrulheiro multa o motorista por estar de Havaianas, que pergunta se é crime dirigir com o calçado. O patrulheiro então diz:

"Crime não, é infração. Crime é você namorar a Fernanda Vasconcelos e ir à praia com dois marmanjos. É brincadeira hein".

Neste trecho, ele refere-se ao Artigo 252 do Código de Trânsito Brasileiro que exige que os calçados tenham aderência aos pés. Nas colocações das personagens, percebe-se um velho clichê perpassados pelo patriarcado. Depois de chamar uma mulher de *canhão* – o que deprecia o sexo feminino ¬- o comercial sugere que homens não podem ir à praia juntos se namorarem mulheres bonitas pois, podem conotar serem gays e assim, serem alvos de chacotas. E se eles fossem gays? Seria crime? Segundo a



fala do guarda, sim. Evidencia-se claramente a estereotipação das personagens neste comercial onde ao empregar a "brincadeira" dá espaço para a chacota e o "vale tudo".

Arquivo 2: Comercial Cachaça Magnífica (2011)

Em inglês, a propaganda da cachaça Magnífica, fabricada em Miguel Pereira, região metropolitana do Rio, indica dois jovens identificados como "your son", "seu filho" e "your son's buddy", "o camarada do seu filho" assistindo ao filme 'O Segredo de Brokeback Mountain' (2005), de Ang Lee, sobre o amor entre dois caubóis gays. E encerra com a frase "If you gotta be strong, we gotta be strong", "Se você tem de ser forte, nós temos de ser fortes".

O comercial explicitamente orienta aos consumidores que devem ser "fortes" quando "descobrirem" que os(as) filhos(as) são gays e, que tal força só será alcançada com a cachaça. Ainda mais que a cachaça é utilizada para "afogar a mágoa", seja pela dor, desencanto, contrariação, ou outro motivo, todos eles ruins e desprezíveis. Toda essa narrativa instiga a perpetuação da concepção da não aceitação agradável e do desgosto pelxs filhxs homossexuais, que, muitas vezes são oprimidxs e renegadxs.

Arquivo 3: Comercial Nova Schin (2012)

Narrada por um repentista, a propaganda é ambientada numa festa de São João. A narração é a seguinte:

"Um grupo de cinco amigos toma uma Nova Schin quando aparece uma mulher caminhando na rua. Um deles, o Marcão, garanhão, rápido como um coristo" partiu em direção a ela, mas quando a reparou, vixe, deu inté dó: olhou o tamanho do pé, o volume e o gogó, mas constatou que a sua paixão de noite era Maria, mas de dia era João."

Marcão fica constrangido, e os quatro amigos dele, sentados e observando de longe, riem da situação. Na última cena da propaganda, porém, o homem vestido de mulher senta na mesa e toma cerveja com o grupo.

O comercial da Nova Schin induz x receptor(a) a debochar da personagem "travestida". Em geral, quando não são invisibilizadas, as/os LGBTQs são motivo de riso e apresentadas de maneira caricatural pela mídia. Pontualmente, a mídia estigmatizou especialmente as pessoas trans, seja ridicularizando-as, seja hipersexualizando seus corpos, colocando-as como falsas. LGBTQs são pessoas frequentemente xingadas, humilhadas, desprezadas, vistas como motivo



de chacota ou como exemplo do que não deve ser seguido ou ser. Por consequência, muitas/os são renegadas/os pela família, pelas escolas, pelos amigos, pela maioria das religiões e pela sociedade de modo geral. Se existe algo que contribuiu até hoje para isso, legitimando e incentivando a discriminação, é a TV.

Arquivo 4 e 5: Anúncios Pedaços de Amor Cosméticos e Meritor Autopeças (2015 e 2017)

Uma linha de cosméticos chamada Pedaços de Amor Cosméticos resolveu investir na transfobia para uma campanha para o Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março. Nela, uma mulher aparece urinando no mictório do banheiro masculino com a frase "Pirataria é Crime".

Esta é uma "piada" transfóbica em que travestis e mulheres transexuais sofrem todos os dias, sobretudo nessas datas. Fazendo uma junção, recorre-se a outro anúncio que também utilizou da mesma prerrogativa, onde as travestis e mulheres trans foram alvo de outras propagandas similares, como ocorreu com uma marca de peças automotivas Meritor em 2015, que comparava modelos trans com "*Peças Falsas*".

É necessário pontuar a caracterização da narrativa utilizada em tais meios, sendo empregada de forma estereotipada, que apresenta os sujeitos desviantes desta norma heteronormativa, na grande maioria das vezes, de maneira caricata. Percebe-se a falta de preocupação na maneira que tais identidades serão transmitidas, muitas vezes, sequer há um estudo prévio para melhor entender tais sujeitos e assim melhor construir as personagens das tramas. Tais discursos legitimam a discriminação e chacota, utilizando o "humor" para velar o ato discriminatório e minimizar a homofobia e/ou transfobia presente. A respeito desta construção histórica, Bucci diz:

[...] é impossível encontrar algum [programa humorístico] que não se baseie em escarnecer os pobres, os analfabetos, os negros, os homossexuais etc. O mecanismo parece ser o mesmo dos melhores filmes cômicos: o espectador é chamado a rir daquilo que o envergonha e que o machuca. A questão é que, nos programas da nossa TV, o espectador não ri para redimir o personagem que se debate em seu ridículo, mas para reiterar a opressão que pesa contra esse mesmo personagem. [...] É por isso que, diante da TV, ri dos negros quem não é negro, ri dos gays quem não é gay, ri dos pobres quem não é pobre (ou pensa que não é). Ri deles quem quer proclamar, às gargalhadas, que jamais será como eles. É o riso como recusa e chibatada (BUCCI, 2002).

Assim, as representações estereotipadas são aquelas que seguem a construção histórica de marginalizar uma parcela da sociedade, inserindo-a em um nicho segregado, inferiorizo e



desvalorizo, apelando para a utilização de estereótipos como trejeitos, modo da personagem se vestir e pensar, bem como pelo cenário, edição e fala do locutor. Como enfatiza Rodrigues "a desvalorização ou redução a um atributo reduz esses personagens a elementos disfuncionais, ao mesmo tempo que garante as fronteiras da normalidade". (RODRIGUES, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia representa uma via de mão dupla quando se tem em pauta a comunidade LGBTQ, entretanto, ainda evidencia-se a perpetuação da visão deturpada e ridicularizada desta parcela da sociedade. Quando usada apenas como recurso de humor, as temáticas homossexual e transexual perdem seu significado de representação para se tornar um adereço. Outro problema na mídia é que muitas emissoras são ligadas a partidos políticos ou instituições religiosas, o que vai moldar muito a forma como a questão pode ser retratada, isso quando o assunto não é simplesmente ignorado.

Assim como a mídia reflete a sociedade que a produz, também alimenta essa sociedade. O fato de existirem anúncios com a temática homossexual e transexual mostra um progresso social, um princípio de real aceitação deste público. Porém, a maneira como ambas as temáticas estão representadas revela uma visão ainda estereotipada da sociedade. O tom de humor empregado nestes materiais para legitimar a homofobia tem sua parcela de contribuição para a perpetuação da discriminação. Xs LGBTQs são pessoas frequentemente xingadas, humilhadas, desprezadas, vistas como motivo de chacota ou como exemplo do que não deve ser seguido ou ser. Por consequência, muitas/os são renegadas/os pela família e pela sociedade de modo geral.

Quantas vidas seriam poupadas ou quantas pessoas não poderiam ter suas visões de mundo ampliadas se a mídia optasse por representações mais humanizadas, inclusivas, focadas na construção de empatia entre xs diferentes e não em aceitação da massa através da heteronormatividade? Essa pode não ser a única solução, mas certamente é um caminho que a grande mídia poderia tomar, caso estivesse realmente interessada em erguer uma sociedade que saiba reconhecer e conviver com as diferenças. Que a publicidade utilize seu poder de disseminação das mensagens para transmitir conceitos positivos, que contribuam para o desenvolvimento social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Belloni, M. L. (2005). O que é Mídia-Educação?. Campinas, SP: Autores Associados.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLETTO, Luiz H. **Gays em revista: a homossexualidade nas páginas da revista Veja**. 2010.117f. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) — Faculdade de Comunicação Social, UFSM, Santa Maria, 2010.

FARIA, Nalu. Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista. São Paulo: SOF, 1998.

FOUCAULT, Michel. Os anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; _____. (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2010.

HARDT, M. & NEGRI, Antonio. **Multidão – Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Petrópolis: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MEGALE, F. C. S. & Teixeira, J. (1998). **Notas Sobre a Subjetividade em Nossos Tempos**. Psicologia: Ciência e Profissão, 18(3), p. 48-53.

MORAN, José Manuel; SOARES, Ismar de Oliveira. **Multimeios aplicados à educação: Série IDÉIAS, 9**. São Paulo: FDE, 1990.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RODRIGUES, André Iribure; ZANIN, Veruska Gallina. **As representações das homossexualidades em anúncios veiculados na televisão brasileira entre os anos de 2008 e 2012**. Conexão - Comunicação e Cultura. Caxias do Sul, v. 13, n. 25, jan./jun. 2014.

Silveira, M. D. P. (2004). Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas. Psicologia: ciência e profissão, 24(4), p. 42-51.



A MULTIDIMENSIONALIDADE DA SEXUALIDADE E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO CONSEQUÊNCIA SOCIAL NOS TRANSGÊNEROS

Wellington Pereira Rodrigues¹; Jaldemir Santana Batista Bezerra²; Elvis das Neves de Souza³; Maique dos Santos Bezerra Batista⁴; Felippe Pessoa de Melo⁵.

Centro Universitário AGES; E-mail: Wellington_life@live.com ¹; Centro Universitário AGES; E-mail: Jaldemirbatista@hotmail.com ²; Centro Universitário AGES; E-mail: elvis.nsouza@hotmail.com ³; Centro Universitário AGES; E-mail: maique-bezerra@hotmail.com ⁴; Centro Universitário AGES; E-mail: felippemelo@hotmail.com ⁵.

RESUMO

Introdução: Os profissionais de saúde que se destinam a trabalhar com grupos de adolescentes em escolas, centros comunitários ou unidades básicas de saúde, devem ter amplo conhecimento na área de educação sexual, sendo as questões levantadas por eles relativa a este assunto que possui um cunho de grande relevância em suas discussões. Objetivo: O trabalho tem como objetivo explicar acerca das diferenças da multidimensionalidade da sexualidade e das relações de gênero como consequência social no início da sexarca entre homens e mulheres da cidade de Lagarto/SE no ano de 2018. Método: Trata-se de um estudo descritivo, transversal, de campo, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizado nas cidades de Lagarto/SE. **Resultado:** Através das entrevistas, notou-se que (4; 50,0%) mostram vontade própria nas suas escolhas diante do tema estudado. (3; 30,0%) associou com a falta de emprego e (2; 20,0%) relatou necessidades relacionado ao seu estilo de vida. Dos entrevistados, (8; 98,0%) já relataram ter sofrido violência tanto físicas quanto psicológicas e (2; 2,0%) não relataram violência. Os entrevistados foram perguntados sobre alguma consequência devido ao seu trabalho e (6; 96,0%) relatou ter contraído infecções agudas e (2; 2,0%) já sofreu agressões e (2; 2,0%) relatou outras causas. Quando perguntados se já receberam aconselhamento sobre educação em saúde (10; 100,0%) relataram não ter recebido quaisquer orientações sobre educação sexual. Conclusão: Desse modo, é incondizente com a realidade, dentro do princípio da legalidade, por não dialogar com os princípios dentro da sociedade, dado que na prática nada do que foi descrito é realizado.

Palavras-Chaves: Gênero, Multidimensionalidade da Sexualidade, Transgêneros, Violência dos Direitos humanos.

INTRODUÇÃO

O termo sexualidade, criado no século XIX, representa um conjunto de valores e práticas corporais culturalmente legitimados na história da humanidade. Mais do que



pertinente à atividade sexual e sua dimensão biológica, diz respeito a uma dimensão íntima e relacional, que compõe a subjetividade das pessoas e suas relações corporais com seus pares e com o mundo. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações, tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (BRASIL, 2017).

Os profissionais de saúde que se destinam a trabalhar com grupos de adolescentes em escolas, centros comunitários ou unidades básicas de saúde, devem ter amplo conhecimento na área de educação sexual, sendo as questões levantadas por eles relativa a este assunto que possui um cunho de grande relevância em suas discussões. A gravidez na adolescência é, pois, focalizada como problema social e de saúde pública, argumentando-se que há um aumento do índice deste tipo de gravidez nos últimos anos (LOPES, 2012).

O trabalho tem como objetivo explicar acerca das diferenças da multidimensionalidade da sexualidade e das relações de gênero como consequência social no início da vida sexual entre homens e mulheres da cidade de Lagarto/SE no ano de 2018. Assim, baseando-se nas normas e expectativas sociais variando conforme o sexo, tornando-se necessário, então, aprofundar sobre os conhecimentos das primeiras práticas sexuais e o encadeamento advindo do contexto escolhido para a iniciação da vida sexual de homens e mulheres jovens.

A atuação da equipe de saúde tem como umas das ações centradas na tríade promoção, prevenção e assistência, sendo as duas primeiras de grande importância no sistema de trabalho, por constar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. As ações de promoção da saúde são consideradas de grande relevância para corresponsabilidade e fortalecimento do vínculo na relação enfermeiro adolescente. A promoção da Saúde permeia transversalmente todas as políticas, programas e ações da saúde, como o desafio de constituir a integralidade e equidade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com abordagem quanti/qualitativa, do tipo estudo de caso. Para alcançar os objetivos propostos, foi utilizado um questionário estruturado sendo entrevistados sete indivíduos do município de Lagarto/SE no ano de 2018.

Os dados foram submetidos à análise criteriosa. Em seguida, transcrita e tabulada, com análise quanti/qualitativa, em gráficos e tabelas. A análise qualitativa se deu mediante as falas dos participantes. Na sequência, ocorreu a teorização dos resultados, onde após levantamentos de dados, foi estabelecida a análise das informações obtidas, organizados de forma sequencial, com a finalidade de obter respostas para o problema



discutido, relacionando com conhecimentos teóricos que completam a temática. Foram selecionados artigos, literaturas e manuais que discutiam o problema em foco na sexualidade e nas relações de gênero como consequência social.

Para esse estudo, foram priorizados o sigilo e o anonimato, além do respeito e valorização da disponibilidade dos participantes para a construção desse trabalho. Por se referir a uma pesquisa envolvendo seres humanos, foi realizada de acordo com as orientações éticas e legais.

Para a garantia do anonimato, não foi solicitado o nome dos entrevistados. Os aspectos éticos obedeceram às exigências éticas da pesquisa que envolve seres humanos, preconizadas pela Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde/MS, a qual determina que o consentimento livre e esclarecido contemple uma linguagem clara e acessível, como também, garantir aos participantes os esclarecimentos necessários e a liberdade para retirar-se em qualquer fase da pesquisa, respeitando a dignidade humana.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A cidade de Lagarto conta com uma população estimada de 104.099 habitantes. A amostra, por conveniência, foi composta por 7 transexuais que atuam como travestis no centro da cidade. Apresenta 28% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 58.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2017).

O município se estende por 969,6 km² e contava com 94 852 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 97,8 habitantes por km² no território dos municípios de Riachão do Dantas, São Domingos e Salgado, Lagarto se situa a 57 km a Sul-Oeste de Nossa Senhora do Socorro. O crescimento de 2016 para 2017 foi de 0,77% (cerca de 1,6 milhão de pessoas a mais).

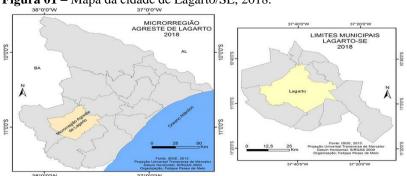


Figura 01 – Mapa da cidade de Lagarto/SE, 2018.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

O gráfico analisado mostra o que levou aos entrevistados a entrar no caminho da prostituição e se houve influência das relações de gênero com a sociedade, sendo que 50% dos entrevistados mostraram vontade própria nas suas escolhas, enquanto 30% relatou a falta de emprego e 20% relatou necessidades, tendo que ganhar dinheiro de acordo com esse tipo de escolha. Neste sentido, o sujeito traça seu lugar e adota seus lugares na sociedade pela adaptação da cultura e das instituições sociais intermediadas pelo outro. A identidade sexual deve ser contextualizada, pois "a inscrição dos gêneros feminino ou masculino nos corpos é feita, sempre no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura" (LOURO, 2000, P. 11).



Gráfico 01 – O que leva o travesti a entrar no caminho da prostituição. Lagarto/SE, 2018.

Fonte: Dados coletados pelos autores.

A identidade sexual é um dos elementos fundamentais da identidade geral, que é delineada desde os primeiros momentos da vida e definida na adolescência, compreendido a interação com os pais, fatores morais, culturais, sociais, religiosos, entre outros (SUTTER, 2014). Já, para Vieira (2016), a obtenção da identidade sexual é intensificada pelas alterações físicas da puberdade. Mas também, é influenciada por atitudes culturais, expectativas do comportamento sexual e modelos de papéis válidos.

Os transexuais procuram uma identidade de grupo porque necessitam de estima e aceitação. É comum, em grupos, uma semelhança no modo de vestir e falar. A popularidade com o sexo oposto, assim como os do mesmo sexo, torna-se importante durante a fase adulta. A necessidade de identidade de grupo entra em conflito com a necessidade de uma identidade pessoal.



Os entrevistados no trabalho de pesquisa optaram por ser chamados por nomes femininos como seu modo de identificação, por que sentiriam mais à vontade como os nomes citados por elas. Diversos termos pejorativos são usados para classificar os transgêneros, como: transexual, travesti, hétero, ela, ele, "pocha", gilete, espada de dois grumos, etc, que são expressões preconceituosas. Os pronomes de tratamento como as formas, artigos ou nomes e entre outros são formas de expressões utilizadas para diferenciar um certo tipo de "classe" que convém mencionar o grande desrespeito a essa população.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero torna-se o desenvolvimento das noções de "masculino" e "feminino" como construção social. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade (GROSSI, 2017).

As limitadas condições de construção da identidade de gênero pelos serviços públicos assim como pela iniciativa individual levam inevitavelmente a conformação de "guetos trans." sociais e culturais que obrigatoriamente se submetem à uma sistema retrogrado das cafetinas pela necessidade de moradia, espaços para realizar os atendimentos, assim como pelas vias do acesso a hormônio, cirurgias e demais procedimentos médicos, ainda que nenhuma destas necessidades são garantidas com segurança e qualidade, sendo uma triste realidade as doenças, dificuldades e efeitos colaterais pela auto-hormonização e a utilização de silicone industrial.

O transexualismo, que afeta aos homens em maior intensidade que às mulheres, tem sido visto como patologia, originária de falhas cromossômicas ou desequilíbrios hormonais, que impõe uma ruptura aparentemente definitiva entre a identidade psíquica e a realidade física, pode se manifestar tanto na infância, como na fase adulta, havendo estudos, inclusive, que sugerem a possibilidade de o seu delineamento se principiar no curso da própria gestação. O transexual, face à resistência endógena, já que o indivíduo não aceita a si próprio e à constante discriminação exógena, sendo conhecidas as dificuldades de inserção social de um homem que deseja ser mulher ou de uma mulher que almeja ser homem, tende a assumir uma postura isolacionista, o que, não raro, coloca em risco a sua própria vida, sempre ameaçada pela sombra da depressão e/ou abandono familiar.

Em cada sociedade, a dominação das mulheres pelos homens, isto é, patriarcado encontrou formas particulares de favorecer o desenvolvimento das classes sociais



determinadas por cada momento histórico. A sociedade capitalista, com seu alto grau de avanço humano, fortaleceu o patriarcado submetendo-o ao aperfeiçoamento da dominação de classe, garantindo que a dominação do gênero feminino não pudesse mais ser desassociada da divisão das fileiras operárias, da manutenção do trabalho doméstico e da profunda submissão como garantia de contenção social.

Segundo a fala de um dos entrevistados "A desumanização que sofremos pelo misticismo baseado em nossa invisibilidade compulsória e na prostituição como "destino natural" em torno de nossas identidades impede o desenvolvimento afetivo, a constituição de relações amorosas e do reconhecimento e na legitimidade roubada das capacidades e das potencialidades das pessoas trans em diversas funções, reflexões e inclusive na sua própria auto-determinação de seus corpos, mentes e identidades".

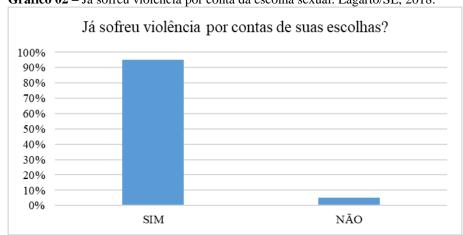


Gráfico 02 – Já sofreu violência por conta da escolha sexual. Lagarto/SE, 2018.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

A violência dos direitos dos cidadãos (LGBT) é determinada principalmente pelo desconhecimento do contexto social, econômico, cultural e social em que estão inseridos e desenvolvem suas atividades cotidianas, acontece nas mais diversas esferas do cotidiano profissional e social. Assim, 98% dos entrevistados relataram que já sofreram violência tanto físicas como psicológicas e 2% relatou que até o momento não sofreu qualquer tipo de violência. O preconceito pode facilmente transforma-se em discriminação, que assume muitas formas de hostilidade.

A violência moral e psicológica contra aqueles que não fazem parte dos grupos socialmente valorizados e, portanto, legitimados, é a porta de entrada para outras manifestações dessa hostilidade. Pode se manifestar em violência física, ética e psicóloga, na proibição de permanência e de manifestações de afeto, em proibições à admissão ou ao acesso



profissional, em demissões e várias outras situações do cotidiano.

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de homem ou mulher, mas de masculino e feminino, em diversas e dinâmicas masculinidades e feminilidades. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é e o que não é, considerado nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (PAIXÃO, 2008).

Outra questão pertinente à relação entre sexualidade e gênero, é o início da vida sexual na adolescência. A primeira relação sexual é considerada um marco na vida reprodutiva de qualquer indivíduo e tem ocorrido de forma cada vez mais precoce. As questões de gênero têm se mostrado importantes na condução das escolhas reprodutivas de adolescentes, particularmente o momento da primeira relação sexual e o primeiro parceiro sexual.

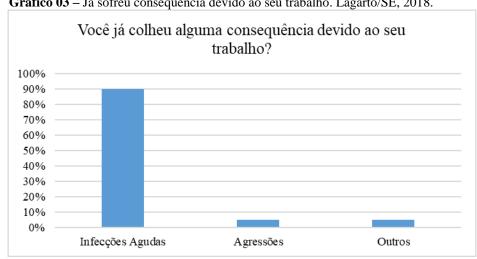


Gráfico 03 – Já sofreu consequência devido ao seu trabalho. Lagarto/SE, 2018.

Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

A sociedade é regrada de muitos mitos e tabus que precisam ser quebrados. É notório que um vasto caminho deve ser percorrido para que todo jovem seja orientado corretamente sobre sua sexualidade. Quando os entrevistados foram perguntados sobre alguma consequência já colhida por conta do trabalho, 96% relatou ter contraído infecções agudas enquanto 2% sofreu agressões e os outros 2% qualquer outro tipo de consequência. Isso é um direito e deve se iniciar no próprio núcleo familiar, se estender à escola e, consequentemente, a todas as instituições que façam parte da sociedade e, em modo especial, nas instituições da área da saúde. Essa base é importante para que o sujeito seja capaz de solucionar questões



como usar ou não anticoncepcionais e preservativos, entre outras, sem adquirir sentimento de culpa, sem abalar sua integridade mental.

A AIDS juntamente com as outras IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), caracteriza como uma epidemia mundial, que só será combatida por meio de um trabalho de prevenção e conscientização de necessidades de se mudar comportamentos sexuais até o momento aceitos como corretos. Agressões de um modo geral, também se torna um grave problema frente a esse tipo de conceito pelo fato da não aceitação da mudança de gênero e sexualidade.

A proteção da dignidade humana costuma enfrentar uma dificuldade básica, que é a de identificar o que está, ou não, abrangido por ela. Num extremo, corre-se o risco de ver como atentatórias à dignidade humana meras afrontas ao bom gosto e à moral comum; no outro, a de não estender a sua proteção a valores efetivamente basilares da espécie humana. Aqui, retrai-se em excesso; lá, amplia-se ao ponto de amesquinhar (PERES, 2008). Face à dificuldade conceitual, não é incomum que, a partir das experiências colhidas no ambiente sociopolítico, parcelas características da dignidade humana passem a receber proteção específica, precisando os contornos da violação.

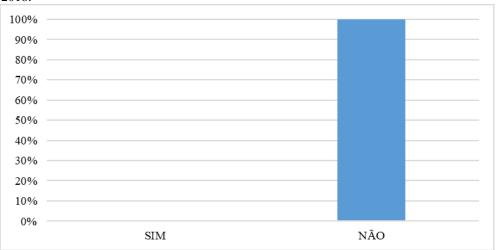
A inalterabilidade do prenome, como se percebe pela sistemática legal, é meramente relativa; deve se ajustar às exceções expressamente previstas na Lei de Registros Públicos e àquelas que se desprendam da Constituição, que informa e serve de fundamento de validade para toda a ordem jurídica. Ao "mudar de sexo" a pessoa inaugura uma nova fase de sua personalidade, daí decorrendo a imperiosa necessidade de que seja re-individualizada perante si e seus pares.

Sobre o início da vida sexual dos jovens, observa-se que, muitos, ainda na adolescência, contaminam-se por alguma IST, devido ao desconhecimento sobre os sinais e sintomas da doença e até mesmo com medo de seus pais descobrirem que iniciariam sua vida sexual. O jovem geralmente está em busca da satisfação, sendo o sexo um dos fatores que proporcionam esse bem-estar. Dessa forma, aumenta o risco de aquisição de IST/AIDS.

A institucionalização do Processo Transexualizador na esfera do SUS sanou apenas em parte a mencionada omissão regulamentadora, na medida em que decorreu de atos administrativos editados pelo Poder Executivo (Ministério da Saúde), obviamente sem força de lei. Por conseguinte, mesmo após a realização de cirurgia pelo SUS, apenas mediante a propositura de ação judicial revela-se possível a requalificação civil.



Gráfico 04 – Recebe aconselhamento sobre Educação em Saúde e prevenção de IST. Lagarto/SE, 2018.



Fonte: Dados coletados pelo autor, 2018.

Atualmente a sexualidade é percebida como um problema de saúde pública, é necessário implantar políticas públicas que promovam a saúde da comunidade LGBT. Em uma perspectiva mais ampla, as redes de saúde têm sua inter-relação junto à comunidade. De acordo com as entrevistas, 100% dos entrevistados relatara que não recebem aconselhamentos contra ISTs (infecções Sexualmente Transmissíveis). Fugindo assim do princípio integrativo que se correlaciona com as pessoas, os hábitos, as culturas, as casas, as praças, dentre outros, ou seja, com o contexto em geral da comunidade, integrando essa população LGBT ao mundo em que eles vivem, apontando o seu ambiente natural e possibilitando-lhes tornarem uma atitude exploratória e crítica acerca de sua realidade.

A família tem papel essencial e fundamental na educação dos filhos para prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Os tabus, a vergonha de procurar os serviços especializados e ausência de conhecimento sobre os sintomas e a forma de transmissão por parte dos adolescentes retardam o tratamento, o que traz consequência de longo prazo como abortamentos, esterilidade, problemas neurológicos e de infecções.

O interesse do estado pela sexualidade da população torna-se evidente a partir desta proposta. Portanto, as unidades de saúde e não mais apenas às famílias, desenvolvem uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde dos jovens e adultos. Portanto, não se pode dissociar a noção de gênero de conceitos sociais, histórico culturais e políticos. Estudar o conceito de gênero oferece um olhar mais atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor entre o masculino e o feminino e que geram desigualdades. Outra questão pertinente à relação e gênero, é o início da vida sexual na adolescência.



A consequência desta situação para a comunidade trans traz marcas profundas na vida, desse modo a objetificação, fetichização e as grandes mudanças das mulheres trans e travestis sendo comparados (a) como mercadorias, sob a ditadura do bem maior que, no caso seria a beleza externa e da juventude, sendo uma expressão material do sexualismo como "função obrigatória".

Na cidade de Lagarto/SE existe um certo tipo de tabu quando são mencionados assuntos que envolvam transexuais devido a certos valores "ditos" da população advindos de uma cultura já formada por eles (a). Desse modo, verificou-se que a comunidade da cidade estudada ainda não se encontra preparada para esses tipos de situações, pois, o preconceito e a falta de conhecimento frente a temas como esse não despertam a curiosidade.

Em nossa realidade atual, verifica-se a mutação comportamental, onde por vezes ocorre a preponderância da afetividade sobre a conduta biológica, embora estendendo-se essa temática como ideal às relações humanas, pois dá-se entre homem e mulher, e correlata a forma de maturação da vida humana no planeta dotada de fenômenos psíquicos experimentados na forma de sentimentos e emoções, que proporcionam uma nova forma ao uso da sexualidade humana, possibilitando as relações afetivas entre indivíduos do mesmo gênero, tendo a opção por preferências de identificação, por gêneros de diversos saberes mesmo depois do nascimento, entre outras consequências naturais.

As Políticas Públicas são o conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, com a participação do setor público ou privado, que visa assegurar determinado direito de cidadania, para determinado grupo social, cultural, étnico ou econômico. O Texto Constitucional da República Federativa do Brasil, promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994, foi criado para assegurar o exercício desses direitos e garantir a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Desse modo, é incondizente com a realidade, dentro do princípio da legalidade, por não dialogar com os princípios dentro da sociedade, dado que na prática nada do que foi descrito é realizado. O desafio da promoção da equidade em saúde para a população de travestis e transexuais é abordado a partir do olhar dos movimentos sociais, da academia, do serviço e da gestão que, em conjunto, contribuíram para a construção de uma política pública



que garanta o direito à saúde sem preconceito de gênero, raça/etnia, orientação sexual e práticas sexuais e afetivas.

Acrescenta-se a esse argumento incisivo que a consideração dos alunos como dotados de sexualidade não se restringe os aspectos biológicos e psicológicos dessa condição, mas abrange a perspectiva histórica na qual estão as explicações para as orientações e para os papéis de gênero próprios do seu tempo. A segunda metade do século XX foi bastante profícua no que diz respeito a descobertas científicas, a posturas políticas e à consideração da sexualidade como assunto escolar.

É possível que, no fim de todo esse processo de reestruturação dos hospitais e dos ambulatórios, muitas transexuais desistam da cirurgia (mesmo ainda existindo o desejo) por causa de um longo processo depressivo e exaustivo ocasionado pela espera. Porém, esse fato pode não acontecer com os homens trans que, em qualquer fase de sua vida, querem a histerectomia e a mastectomia.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ruy. **Comentários à Constituição Federal brasileira**, colligidos e ordenados por Homero Pires. São Paulo: Saraiva & Cia., 1933. Vol. II (Do Poder Legislativo).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2017. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. O Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.

LOPES, Bárbara Martins; VELOSO, Bruno Henning. **Dignidade e respeito reciprocamente considerados: a mudança do nome por transexual na comunidade brasileira**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 624, 24 mar. 2005. Disponível em: http://jus.com.br/revista/texto/6504. Acesso em: 30 jan. 2012.

SUTTER, Matilde Josefina. Determinação e mudança de sexo: aspectos médico-legais. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2014.

VIEIRA, Tereza Rodrigues. Direito à adequação de sexo do transexual. **Revista Literária de Direito,** São Paulo, p. 22-23, set. /out. 2016.

GROSSI M. P. Identidade de gênero e sexualidade. Antropol Primeira Mão (Florianópolis). 2016;(24) [citado 3 mar. 2017]. Disponível em: http://www.observem.com/upload/69a8d4dc 71b04390c3096c61cbc97aed.pdf

PAIXÃO G. P. N; SANTOS, S. M. P; RAMOS, P. R. Questões de gênero: percepção de adolescente no município de Juazeiro-BA. UDESC em Ação. 2008;2(1). Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/view/1699/1347

PERES, W. S. Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da



estigmatizarão à construção da cidadania [Tese]. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social; 2015.

GUIMARÃES, L. D. A sociabilidade e seus espaços: um estudo histórico a partir de seus intérpretes [Dissertação]. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB/Programa de PósGraduação em Urbanismo; 2015. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=163764.



A PATERNIDADE NA ALIENAÇÃO PARENTAL ATRAVÉS DA PSICOLOGIA E O DOCUMENTÁRIO EM A MORTE INVENTADA E BORRANDO A PAPÁ

Autora: Débora Wagner Pinto
Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: debora.psycho@gmail.com

Co-autor: Ray da Silva Santos Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: sobreray@outlook.com

Orientador: Dr. Luíz Gustavo Pereira de Souza Correia Universidade Federal de Sergipe – UFS: E-mail: luizgustavopsc@gmail.com

Resumo: O artigo analisa como algumas produções audiovisuais abordam a Alienação Parental (AP), bem como, articula a Psicologia e o Cinema por meio dos documentários *A Morte Inventada* e *Borrando a Papá*. Com um viés qualitativo, de cunho teórico e revisão bibliográfica, a pesquisa problematiza a questão da AP, comportamento na qual um dos pais tenta colocar o filho contra o outro genitor, geralmente ocorrendo após a separação, quando a criança passa a morar apenas com o genitor guardião, cabe ressaltar, que a prática da alienação pode acontecer antes mesmo da separação. Com isso, a análise nos leva para as potencialidades dos documentários, momentos perceptivos e de experiência que os filmes nos trazem, ressaltando que existem poucos que abordam a temática sobre a alienação parental. Cabe também, uma abordagem aprofundada a respeito da paternidade na Alienação Parental, tendo em vista na análise que na maioria dos casos, os pais foram os genitores alienados.

Palavras-chave: Psicologia; Cinema; Alienação Parental; Paternidade; Documentário.

INTRODUÇÃO

Alienação Parental (AP) é um termo comumente utilizado pela Psicologia e o Direito, expressando um tipo de comportamento na qual um dos pais tenta colocar o filho contra o outro genitor, geralmente ocorrendo após a separação, quando a criança passa a morar apenas com o genitor guardião, mas cabe ressaltar que a prática da Alienação pode acontecer antes mesmo do casal estar separado. O fenômeno começou a ser estudado nos Estados Unidos, posteriormente na Europa e, recentemente, no Brasil, com base nos estudos realizados pelo psiquiatra Richard Gardner, que considerou a Alienação como uma Síndrome (SAP) nos anos 1980, enquanto pesquisava distúrbios oriundos de famílias que estavam em conflito (CORREIA, 2012).

Os casos classificados com comportamentos alienadores são diversos: falas que menosprezem, humilhem o genitor alienado, além da inserção de falsas memórias, como temos também, as falsas acusações de abuso sexual. A existência de tratamentos como esses realizados de pai/mãe para filho acaba distanciando-o cada vez mais do genitor alienado, enfraquecendo o vínculo entre eles e, consequentemente, fortalecendo a discórdia levantada pelo genitor alienador.



A prática da AP, conforme descrita na Lei de Alienação Parental nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, fere a dignidade da pessoa humana, violando os direitos da personalidade dos filhos e do genitor que está sendo alienado, principalmente, o direito à convivência familiar. A alienação foi reconhecida tardiamente, tendo em vista que os tribunais já se deparavam com esse tema, reconhecendo a sua existência e a real necessidade de proteger as suas vítimas (SCHAEFER, 2014). A Lei de Alienação foi inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo formas de caracterizar essa prática e as suas devidas sanções (CORREIA, 2012).

Ao falar sobre a Alienação, precisamos pensar na família e o seu modelo, que corroborando com Schaefer (2014), tem sofrido alterações ao longo dos tempos, deixando de ser único, universal e rígido, passando a admitir diversas formas dos sujeitos se relacionarem, tornando o tema "família" um campo fértil para o pensamento humano que envolve questões religiosas, éticas, morais, econômicas e sociais.

A figura do pai, até poucas décadas, era relacionada apenas com o provedor do sistema financeiro do lar e também simbolicamente representava a lei-autoridade naquela determinada família (SILVA; PICCININI, 2007, p. 561-562). No entanto, como dito anteriormente, com a ampliação dos debates sobre questões de gêneros e mais outras conquistas feministas, sempre aliadas à igualdade de direitos, surge um novo paradigma na forma de concepção de família (há famílias heteronormativas, homoafetivas, monoparental) e, dessa maneira, as visões sobre a paternidade estão sendo desmistificadas e ressignificadas.

Conforme Silva e Peccinini (2007, p. 562), os papeis sociais que vão sendo direcionados aos homens e mulheres estão em constante mudanças, com isso, trazem novas perspectivas e análises para as crenças e, principalmente, para o perfil e atitudes sobre os pais e as mães no contexto familiar e na criação dos filhos. Os autores informam que

De acordo com Lamb (1997), a definição de paternidade abrange, hoje, um grande número de atividades tipicamente vistas como componentes da maternidade. Essas transformações têm raízes em importantes questões sociais que alteraram o contexto no qual as crianças se desenvolvem, entre elas: o movimento feminista e suas exigências de novas definições dos papéis sexuais, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a flexibilização do papel do homem na instituição familiar, e o aumento do índice de divórcios e de pais que não vivem com seus filhos (Cabrera et al., 2000; Lamb, 1975; Neubauer, 1989; Rezende & Alonso, 1995).

Tais fatos impulsionaram à construção do conceito de envolvimento paterno. Para Silva e Piccinini (2007, p.562), uma das definições mais claras e bem aceitas foi elaborada e amplamente discutida por Lamb, Pleck, Charnov e Levine que propuseram

[...] três aspectos de avaliação do envolvimento paterno: interação, acessibilidade e responsabilidade. Interação refere-se ao contato direto com o filho em cuidados e



atividades compartilhadas; acessibilidade à disponibilidade - física e psicológica - para a criança, possibilitando a ocorrência de interações; e responsabilidade diz respeito ao papel que o pai exerce, garantindo cuidados e recursos para a criança, providenciando, por exemplo, a contratação de uma babá, a marcação de uma consulta com o pediatra ou a compra de roupas e alimentos. Ainda inclui ansiedade, preocupações e planejamentos que fazem parte da parentalidade.

De acordo com Hennegen & Guareschi (2002), a paternidade é construída continuamente em um processo de tensão entre o indivíduo, seus desejos, significados e a cultura a qual está inserido. As produções culturais acabam subjetivando os sujeitos, estando a mídia, pelo seu poder de abrangência, exercendo um papel importante para a sociedade ao discutir diversos assuntos que estão em voga.

As autoras discutem a paternidade como algo natural, pertencente às crenças populares, sendo um papel importante no desenvolvimento do filho, porém, estudos a respeito desta temática não eram enfatizados. Com o surgimento de inúmeras separações e tendo como consequência por vezes o afastamento do pai, alguns pesquisadores começaram a investigar os efeitos da sua ausência. Cabe também ressaltar que os estudos feministas abriram espaço para uma melhor compreensão da masculinidade, da paternidade e questões de gêneros.

É importante ressaltar que, durante muito tempo, o cinema, aliado às ideologias dominantes, reforçou padrões pré-estabelecidos socialmente e que excluem, quase sempre, as mulheres, os negros, os gays, as lésbicas, os transgênicos das produções cinematográficas. Logo, questões sobre gêneros, paradigmas sobre família, e outros temas que contemplam classes sociologicamente excluídos eram apagados das produções audiovisuais. Em vista disso, compreende-se o cinema como um mecanismo de poder e de perpetuação e manutenção ideologias.

O cinema, sendo um meio de comunicação e de educação de massa, também é um caminho de ativismo, de luta pela igualdade, por isso, teorias comprometidas com os direitos humanos, com a justiça e igualdade social, bem como com o fortalecimento do ativismo LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, transgênicos e *queer*), se debruçam a debater questões sobre o cinema, evidenciando-o como um instrumento de dominação e, consequentemente, um caminho para as vozes que foram minimizadas e apagas no decorrer da história da sociedade sejam ouvidas. Isso posto,

Uma série de análises que se alinham aos debates sobre a inter-relação entre diferenças e expressam-se também no interior das teorias feministas, queers e pós-coloniais sobre o cinema enquanto tecnologia de dominação. As críticas feitas nestes campos abrem espaço para a reflexão sobre como o cinema poderia se constituir enquanto instrumento ideológico na construção de certos ideais de nação, de representações sobre o gênero e a sexualidade, sobre as relações raciais, possibilitando a consolidação se certas noções sobre dados sujeitos e subjetividades (FERREIRA, 2015, p. 181).



Sabendo que o cinema é uma das artes mais acessíveis aos sujeitos, tal como um instrumento de dominação, em que, por muito tempo, não trazia como personagens e produtores as classes sociais minimizadas e excluídas, nosso trabalho analisa como algumas produções audiovisuais abordam a AP, bem como, articular a Psicologia e o Cinema por meio dos documentários *A Morte Inventada* e *Borrando a Papá*. Com um viés qualitativo, de cunho teórico e revisão bibliográfica, a pesquisa problematiza a questão da AP. Com isso, a análise nos leva para as potencialidades dos documentários, momentos perceptivos e de experiência que os filmes nos trazem, ressaltando que existem poucas produções audiovisuais que abordam a temática problematizada aqui.

PSICOLOGIA E O DOCUMENTÁRIO

O primeiro teórico a discutir a relação entre a psicologia e o cinema foi Hugo Munsterberg, identificando e descrevendo várias táticas psicológicas utilizadas pelo cinema, em 1920. Sua tese era a de que o espectador participava da significação fílmica, mediante a emoção, imaginação e atenção. Ademais, afirma que o aparato cinematográfico seria uma máquina psicológica e tem por objetivo criar impressão de realidade, bem como uma satisfação emocional, estando estes relacionados às condições de projeção do filme e aos fatores psicológicos do espectador (NOVA; COPQUE, 2009).

Entende-se que cinema faz parte do imaginário social, é fruto da capacidade imaginativa humana de dar forma às intensidades afetivas e obter uma certa relação com o "real" e sua história, sendo uma forma possível de subjetivação. Nos discursos contemporâneos emergem uma tendência em associar o cinema a diferentes disciplinas, tais como a literatura, psicologia, antropologia, sociologia, ecologia, entre outras. Esse entrelaçamento objetiva conhecer melhor as questões enfatizadas no momento em busca do seu diagnóstico como também mais compreensão ao assunto abordado (BARTUCCI, 2000).

Na elaboração de um filme, faz necessário selecionar as imagens, cenas que serão utilizadas para a composição e efeitos desejados. Para isso, recorre-se à montagem, que corroborando com Bartucci (2000), é um processo de rejeitar e adotar os planos selecionados, optando pelo mais adequado para aquele filme em produção. Sendo assim, um processo de construção e destruição, de vida e de morte, pois quando escolhemos um fotograma ele vive, enquanto os descartados morrem. Tal vida podemos chamar de ressignificação, pois ganhará novo sentido após a montagem.



Desde os anos 60, como afirma Xavier (2000), houve um significativo aumento nas produções cinematográficas sobre frustração no casamento e outros temas. Esse foco na decadência familiar foi disseminado nos anos 1980 e, posteriormente na década de 1990, os temas foram retomados em filmes que tiveram grande abrangência. O ressentimento aparece nessas questões que seria um processo de auto envenenamento psicológico, passando pela identificação com o outro, em que o sujeito começa a se perceber em duplicidade, podendo confundir momentos que os nega reconhecer a si mesmo e quando responsabiliza o outro por seus atos. A superação parte da elaboração dessa ambivalência, fazendo com que o outro sujeito possa ocupar um lugar diferente na vida psíquica do indivíduo.

Para Bartucci (2000), ressentir-se significa exceder a atenção na permanência de um sentimento, geralmente contra outra pessoa; o sujeito recalca seus próprios desejos para servir ao outro e depois passa a reclamar insistentemente contra "o que fizeram com ele", fixado por vezes no sentimento de vingança contra os possíveis fatores da sua infelicidade. Arcaicamente, o ressentimento surge com a entrada do semelhante, um irmão, tornando-se um rival, na vida narcísica do sujeito.

De acordo com Brait (2017), a câmera é o personagem apresentado pelo narrador que a princípio está fora da história, sendo um recurso eficaz para as tentativas de manifestações de uma forma natural da história contada, ganhando assim, credibilidade do leitor. O narrador pode estar em terceira pessoa, focando no personagem em momentos importantes para o discorrer da história, dando-lhe vida, ou, em primeira pessoa, onde o personagem está envolvido com os acontecimentos narrados.

Eduardo Coutinho entrevistado por Frochtengarten (2009) relata sobre a transparência do seu método e o tratamento dado às suas entrevistas. Foi um revolucionário da maneira de fazer documentários predominantes nos anos 1960 e 1970. Suas produções se caracterizavam pela narração invisível, na terceira pessoa, com o comparecimento dos personagens somente quando solicitados, objetivando exemplificar algo apresentado pela narração.

Quanto aos aparatos cinematográficos, a decupagem clássica, também utilizada como recurso da produção do documentário, é o desenvolvimento dramático e o ritmo de montagem que servem de base para o efeito desejado e para a manipulação das emoções. O mecanismo de identificação da participação afetiva é constituído pelo elemento "shot/reaction-shot" e a câmera subjetiva. O primeiro é utilizado para explicitar o efeito, geralmente psicológico, em um novo plano de uma situação anterior do comportamento de algum personagem, mostrando dramaticamente a sua reação. Já a segunda, é quando a câmera assume o ponto de vista do personagem, mostrando o que e como ele vê, como se substituísse os seus olhos,



nosso olhar, *em princípio identificado com o da câmera*, confunde-se com o da personagem: a partilha do olhar pode saltar para a partilha de um estado psicológico, e esta tem caminho aberto para catalisar uma identidade mais profunda diante da totalidade da situação (XAVIER, 2005, p. 35).

DOCUMENTÁRIO: A MORTE INVENTADA

Realizado por Caraminhola Filmes, roteiro e direção de Alan Minas e produzido por Daniela Vitorino em 2009, 80min, visou transpor a barreira do desconhecimento da Alienação Parental. Com o intento de ampliar as discussões sobre o assunto entre os profissionais da psicologia, direito e serviço social que abordam sobre as causas e possíveis soluções para a questão, disponibilizadas à sociedade, chamando a atenção para essa prática que se faz presente em diversas famílias por diferentes motivos.

O filme expõe o afastamento de pais e filhos gerados pelos conflitos conjugais e consequentemente uma separação mal conduzida, vítimas da Alienação Parental. Os pais revelam seus sentimentos por conta da distância, às vezes, de anos sem ver os filhos. Do outro lado, os filhos que na infância passaram por esse tipo de abuso e afastamento, evidenciam de maneira clara como a AP afetou em seus relacionamentos sociais e suas questões pessoais, principalmente na relação com o genitor alienado.

A AP é discutida por alguns profissionais como um ato de vingança em que a criança acaba sendo "vampirizada", exaurida por tantos conflitos. Os estudos revelam também que o genitor alienado acaba se afastando dos filhos por medo, com receio do contato, sofrendo com a indiferença da criança que está alienada. Segundo a desembargadora, "o alienador se convence que aquilo é verdade... uma pessoa desequilibrada que vai interferir no comportamento do filho na sociedade".

As falsas acusações de abuso sexual infantil estão cada vez mais frequentes, como também alguns relatórios psicológicos mal elaborados, afirmando o abuso, que após outras análises, identifica-se falhas destas avaliações. "Eu perdi a minha filha... vou continuar tentando, mas não tenho muita esperança" (genitor alienado). Nos casos de suspeita de abuso, o genitor acusado é afastado do filho por segurança, objetivando preservá-lo.

O caso S. é de uma mãe sendo a genitora alienada, no qual o filho morava com o pai. Relata que só conseguiu demonstração de afeto do filho quando ele tinha 18 anos de idade, pois antes disso, chegava na casa dela mudo, mal olhava-a e muito agressivo. Passou a vida dele escutando que a mãe não prestava e ela foi privada do contato afetivo com o filho e do seu desenvolvimento, e um dos prejuízos foi o distanciamento entre eles.

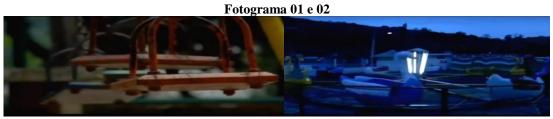


O juiz, Geraldo Carnevale, concorda com a questão do laudo psicológico ser validado somente se for escutada as duas partes, é dessa forma que executa o seu trabalho e, quando identifica a não ocorrência de abuso, atua pela retirada da guarda do genitor alienante. Adiante, abordando as questões psicológicas, a desembargadora afirma que o afastamento entre genitor alienado e filho gera indiferença. O prejuízo é a falta de contato e de afeto, ademais, o genitor alienador ganha tempo para fixar as falsas memórias e possíveis falsas acusações de abuso sexual.

Isto posto, "a criança se torna órfã de pai vivo", "o crime compensa... não acontece nada com os acusadores" (Psicóloga e Advogada, falando a respeito das falsas acusações), "a distância faz tu sentir raiva da pessoa" (Genitor alienado), "a marca ruim daquele momento gera raiva, ressentimento, tristeza" (Genitor alienado)

Então num certo momento comecei a fazer uma busca pela verdade, foi quando eu fui atrás de saber o que tinha acontecido mesmo, aquelas histórias todas que ela me contava, o quê que tinha de verdade naquilo? Aí eu descobri que não tinha nada, que era tudo mentira mesmo. Que tudo que tinha vivido na infância e na adolescência tinha sido uma mentira contada pela minha mãe (Karla Mendes, vítima de alienação parental por parte materna).

Em busca de uma representação do sentimento de vazio vivenciado pelo genitor alienado, vítima da alienação parental, da separação forçada de convivência com o filho, o diretor, segundo Costa (2011), utiliza recursos ficcionais durante a narração do texto feito por ele, no qual são apresentados símbolos através de imagens de locais vazios, praia, jardim, parque infantil, revelando uma certa melancolia e solidão na trama (fotogramas 01 e 02).



Fonte: Documentário- A Morte Inventada

DOCUMENTÁRIO: BORRANDO A PAPÁ

Produzido por Gabriel Balanovsky, Cine Argentino, com o apoio do Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA), San Telmo Produções, dirigido por Ginger Gentile e Sandra Fernández Ferreira, no ano de 2014, 78 min, Buenos Aires. Sua reprodução foi proibida na Argentina, mas pode ser acessado através das plataformas de internet. Na entrevista com o



produtor Gabriel Balanovsky na C5N (2014), ele relata que o documentário surgiu em virtude da sua experiência pessoal da Alienação Parental, na qual foi preso por um ano, acusado de sequestrar a própria filha, estando sem contato com ela há 12 anos.

No documentário aparecem afirmações de que na Argentina não existe guarda compartilhada, a guarda fica geralmente com a mãe até os cinco anos de idade. As mães habitualmente para afastar o contato do filho com o pai usam de desculpas de que o filho está doente, tem outro compromisso, precisa estudar, e pedem para que o pai compareça em outro momento e, quando isso ocorre, novamente se utilizam das mesmas justificativas. Demais, utilizam também falas que apresentam descuido por parte do pai: "teu pai não te quer", "não te dá comida", entre outros.

Um genitor alienado revela que a sua mãe proibia o pai de visitá-lo e que hoje ele passa pela mesma situação, agora no papel de pai. Alguns pais afirmam que suas visitas para os seus filhos têm duração de 10min, uma vez na semana em uma praça pública, chegando a casos que vêem o filho uma vez ao ano. Outros relatam dificuldades com a justiça no quesito de um certo desprezo dos promotores, apresentando lentidão na resolução dos processos.

Sérgio (pai alienado) empregou a câmera oculta para mostrar uma tentativa de aproximação com o filho. Ele chora e vai ao encontro do pai: "papai, papai" e a mãe ignora o seu ex companheiro. Sérgio pergunta se pode levar o filho, mas ela proíbe, justificando que o filho só chora quando o vê, que não é bom para a criança o contato com o pai. Ele diz que vai entrar na justiça, ela o provoca: "isso mesmo, chama a polícia". E no fundo, a fala do filho: " quero ir com o papai", diz Mateo.

No fotograma 03, o caso revela um pai que está passando pela situação de privação de visita; relata que na delegacia de San Martin as pessoas o conhecem, mas quando se trata de casos de conflito familiar, elas preferem não se envolver. Ele percebe o descaso por parte da justiça e não sabe para onde mais recorrer. As filhas haviam pedido ao pai para morar com ele, após os trâmites conseguiu a guarda, porém, passados seis meses sem o contato com a mãe, ela retorna, indo até a escola, pegando os filhos para não mais devolvê-los: "é uma cicatriz que levo na alma" (Genitor alienado). Yuri também passou pela denúncia falsa e quando tentou contatar a filha pela terceira vez na escola disseram que não estava mais estudando naquele local e ele ficou sem saber onde a filha estava.



Fonte: Documentário-Borrando a Papá



A Defensoria de Violência Doméstica 24 horas, em 2008 se posicionou afirmando: "o filho é propriedade da mãe", aceitando apenas o relato da mulher e não do homem. O centro PIAFF (Programas de Investigación, Assistencia y Formación en Familias) não permitiu aos pais ajuda para encontrarem os seus filhos.

Em outro caso trazido pelo documentário a mãe afirma: "olhe bem para o seu pai, porque não irá vê-lo nunca mais". Essa mulher agredia fisicamente o marido na frente do filho, ele procurou a defensoria prestando queixas das agressões realizadas pela esposa, até o dia que foi orientado pela justiça a não realizar mais as devidas queixas, pois se continuassem, quem sairia de casa era ele, já que segundo a lei, retira-se o pai. Ele afirma: "minha vida era um inferno", "saí de casa, pois meu filho estava sofrendo". Este homem foi decretado como mentiroso e que violentava a mulher, ficando seis meses em detenção por violência de gênero, como revela o fotograma 04, da manchete do jornal, sendo escutada apenas a mulher, sem convocar para depoimento o acusado (pai) e possíveis testemunhas (filho, vizinhos).

Fonte: Documentário-Borrando a Papá

Os vizinhos passaram a filmar através da câmera oculta para provar à justiça, os sons e ruídos que vinham da casa. Com isso, os mesmos delegados que deram a guarda à mãe a tiraram e colocaram a criança em uma casa de passagem, um lar temporário. Agora, a criança "está sem pai e sem mãe" (Genitor alienado), estando os dois proibidos de visitá-lo e até o momento não existe sanções para as falsas denúncias.

No caso Diego, é necessário ficar no mínimo a 200 metros de distância dos filhos. A mãe não compareceu nos dias marcados para a reinvinculação de visitas, com isso o pai perdeu o contato com os filhos: "ninguém a impõe limite... e o tempo vai passando" (Diego). Enquanto isso a mãe afirma: "vou te apagar como pai". A filha de 12 anos produziu um vídeo pedindo para morar com o pai, mas o juiz ainda não liberou, desde 2012, quando teve acesso ao conteúdo audiovisual.

Em relação aos profissionais entrevistados, Liliana Handel, Psicóloga de violência de gênero diz: "você é culpado, até que prove o contrário", para contrapor, Juan Carlos Dieize,



Penalista, Especialista em família, que afirma: "somos presumidos como boas pessoas, princípio da boa-fé social, até que provem o contrário".

Rosália Bikel, Psicóloga, Especialista em Família, relata que o pai excluído do filho causa um dano irreversível, pois ele não considera que tem direito de amar os dois pais, de construir a sua identidade baseada na identificação com o pai e a mãe, bem como de uma imagem da família que o faça sentir segurança na vida, consequentemente, essas situações levam os filhos a diferentes problemas psicológicos, carregando por vezes o sentimento de culpa do que ocorreu. Ana Brusco, Psicóloga, Especialista em Família, relata que as crianças aprendem a usar a regra da substituição, mas "não será o avô, tio materno ou o novo marido que vai substituir, ele precisa do próprio pai".

A AFAMSE (Associação de Familiares Separados) afirma que a obstrução de contato (Alienação Parental) é um fenômeno mundial. Existe a tentativa de realizar acordos entre os pais, mas, comumente as mães descumprem, dificultando aos pais o convívio com os filhos. O promotor, Leandro Heredia, no caso da Adriana Cruz, no qual o homem denunciou a mulher por relatar que a mesma queria dar pílulas para os filhos dormirem e por ter mostrado uma corda, dizendo que queria enforcá-los, relata que a justiça não tomou nenhuma medida, mesmo sendo comprovado o transtorno de personalidade grave da mãe: "se uma mulher denuncia, a justiça funciona, mas se for o homem, fica mais difícil".

No caso C, o filho foi espancado pela mãe na cabeça, passando cola para estancar o sangramento e o fez limpar o quintal, alegando que estava de castigo por brigar com o irmão. Após aproximadamente cinco horas do acontecido, o levou ao hospital, onde foi diagnosticado o traumatismo craniano. O pai foi comunicado quando o filho já estava no hospital, onde o chamava, dizendo que foi a mãe que o bateu, que era má e queria o pai. Mesmo assim, com três médicos registrando no prontuário o que o menino relatava, a medida cautelar pedida pelo pai na Vara de Família, requerendo a guarda do filho, foi negada: "a guarda fica com a mãe... estamos investigando, ainda está em aberto... senhor, eu o aconselho a colaborar com a justiça". O juiz exigiu proteção policial, pois achou que a mulher estava intimidada com a presença do ex-marido e temia que ele ficasse violento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os comportamentos que configuram a Alienação Parental são colocados como responsáveis pelo cenário onde encontramos famílias em ambientes carregados e conflituosos



disputando a guarda de seus filhos, além de diversos sintomas psicológicos negativos para eles, o genitor alienado e também ao genitor alienante.

Nos documentários analisados, fica evidente uma certa imaturidade afetiva dos pais que, segundo Gauer (2015), as atitudes de um adulto em relação ao outro, principalmente com o cônjuge e aos filhos, estão relacionadas às suas experiências infantis. O casal interage de acordo com a satisfação das necessidades conscientes e inconscientes de cada um, complementandose de modo a se satisfazer. Todavia, em casos de relações doentias, as satisfações dão espaço para agressões que podem chegar a níveis graves, por meio da violência velada ou explícita, gerando baixa satisfação e sequelas emocionais.

Além disso, por meio da breve análise dos documentários, percebemos o quanto o cinema (produto audiovisual) enquanto uma problematiza as relações sociais e afetivas e, assim, por meio do seu discurso altamente ideológico, o sujeito-espectador entra em contato com discursos sobre família, preconceito, orientação sexual. Com isso, analisa-se a importância de unir no contexto artístico questões políticas e ativistas que o cinema consegue alcançar uma camada significativa da população, já que muitos documentários e filmes, por exemplo, estão espalhados e acessíveis na internet. Dessa maneira,

As críticas ao cinema como instrumento de dominação ideológica, no contexto das políticas de representação, também abre espaço para pensarmos sobre outras formas de fazer cinema e sobre as possibilidades de produção de outras imagens em movimento que possam subverter os códigos de dominação estabelecidos, "resistindo" e criando representações sociais dissidentes que possam fazer "justiça social" àqueles negligenciados ou representados de forma estereotipada (FERREIRA, 2015, p. 182).

Nessa análise, por intermédio do levantamento das potencialidades dos documentários, os momentos perceptivos e de experiência que eles nos trazem ressaltam a necessidade de se pensar a paternidade dentro da Alienação Parental, tendo em vista que na maioria dos casos apresentados, os pais foram os genitores alienados. Além disso, auxilia a aprofundar o fato de que a criança comumente firma uma lealdade com o genitor alienador que em geral é o guardião, por conta da dependência financeira e emocional criada entre eles (SILVA, 2010).

REFERÊNCIAS

BARTUCCI, Giovanna (Org.). **Psicanálise, cinema e estética da subjetivação**. Rio de Janeiro, Imago Ed., 2000.

BRAIT, Beth. A personagem. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2017. 176p.



CORREIA, Eveline de Castro. **A família funcionalizada e a ocorrência da alienação parental:** uma discussão sobre a responsabilidade civil do genitor alienante. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) UNIFOR, Universidade de Fortaleza.

COSTA, Ana Ludmila Freire. **A morte inventada: depoimentos e análise sobre a alienação parental e sua síndrome.** Estudos de Psicologia I, Campinas I 28(2) I 279-281 I abril - junho 2011.

C5N. **Entrevista de Gabriel Balanovsky** na Disponível em: http://www.borrandoapapa.com.ar. Acessado em: 11/01/2018.

FERREIRA, GLAUCO B.. "A(r)tivismos" cinematográficos queer of color: as ações de resistência e agência do coletivo Queer Women of Color Media Arts Project. In: **ACENO**, Vol. 2, N. 3, p. 177-191. Jan. a Jul. de 2015. ISSN: 2358-5587.

FROCHTENGARTEN, Fernando. A entrevista como método: Uma conversa com Eduardo Coutinho. Psicologia USP, São Paulo, janeiro/março, 2009, 20(1), 125-138.

GINGER, Gentile (Diretora). Borrando a Papá. 2014

HENNGEN, Inês & GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **A paternidade na contemporaneidade: um estudo de mídia sob a perspectiva dos estudos culturais**. Psicologia & Sociedade; 14 (1): 44-68; jan./jun.2002

MINAS, A. (Diretor) (2009). **A morte inventada: alienação parental** [Filme-vídeo]. Niterói, Caraminholas Produções.

NOVA, C. Cristiane; COPQUE, Helen, L. F. (2009). Cinema e psicologia: Processos psicológicos básicos à luz das teorias cinematográficas. (Inter)Subjetividades, p.1-69.

SILVA, D. M. P. (2010). Guarda compartilhada e síndrome da alienação parental: o que é isso? Campinas: Autores Associados.

SILVA, Milena da Rosa; PICCININI, Cesar Augusto. **Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo.** In: Estudos de psicoogia (Campinas) [online]. 2007, vol.24, n.4, pp.561-573. ISSN 1982-0275.

SCHAEFER, Amanda Polastro. **A Alienação Parental e a violação aos direitos da personalidade**. 2014. 53 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) — Universidade de São Paulo, São Paulo.

XAVIER, Ismail. **Figuras do Ressentimento no cinema brasileiro dos anos 90**. *Estudos de Cinema 2000- SOCINE*, Porto Alegre, Editora Sulina, 2000. Afrânio Catani, Fernão Ramos, José Gatti, Maria Dora Mourão (org.), pp.78-98.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**, 3ª edição-São Paulo, Paz e Terra, 2005.



A RESISTÊNCIA NO FORMATO DE EQUIPE: AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS ESCOLAS ESTADUAIS CEARENSES

Fabrício de Sousa Sampaio

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia- IFMA/Campus Araioses. E-mail: farcosousa@yahoo.com.br.

Resumo: A secretaria de educação do estado do Ceará – Seduc/CE – através de sua célula da diversidade e inclusão educacional – criou em 2015 a equipe de educação, gênero e sexualidade que objetiva fomentar políticas de formação nas escolas estaduais nas temáticas de gênero e diversidade sexual na perspectiva de reconhecimento de direitos humanos. Este artigo discute as intervenções formativas desta equipe. A análise documental, as entrevistas abertas e a observação participante foram acionadas como técnicas de pesquisa para subsidiar as problematizações levantadas no texto. A equipe de gênero e sexualidade da Seduc/CE, em tempos de avanço do conservadorismo e fundamentalismo religioso na esfera educacional constitui, atualmente, em uma política educacional de resistência a essas contra-ofensivas nas escolas cearenses.

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, resistência, formação, equipe. docente, escola estadual cearense.

Introdução

A exclusão dos termos gênero e sexualidade em diversos planos educacionais no Brasil em 2016 representou, de certa maneira, politicamente, um pacto social de setores conservadores para barrar determinados avanços em termos de políticas públicas relacionadas aos direitos de grupos "minoritários". O pressuposto que atravessa não apenas esta ofensiva com relação aos planos educacionais, mas também contra professorxs¹ e processos educativos em geral, é a estigmatização ou abjeção de todo e qualquer existência corporal que não se encaixa ao modelo ocidental de inteligibilidade humana: homem branco, cristão e heterossexual.

Nos tempos atuais, parece que a ofensiva contra os corpos e as subjetividades dissidentes da heteronorma vem se intensificando a partir de discursos de ódio, raiva, intolerância e preconceito os quais são veiculados nos mais diversos meios de comunicação com destaque às redes sociais e às mídias de massa.

Na contramão destas ofensivas, podemos destacar no estado do Ceará, determinadas políticas implementadas na esfera educacional que objetivam o reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero ou se dirigem à contemplação dos direitos negados aos

¹ A letra x grafada em substituição dos artigos definidos o e a objetiva contemplar a diversidade de gênero para além do binarismo.



corpos LGBTs, podemos citar duas ações da secretaria de educação do estado do Ceará que, entrelaçadas, vislumbram de determinada maneira, situações de inclusão desses sujeitos precários nos espaços escolares. A primeira foi a criação dentro da CODEA – Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – um setor que implementasse políticas de formação docente relacionadas às diversidades identificadas nos processos educativos cearenses: educação de jovens e adultos; educação quilombola, indígena e do campo; educação ambiental; educação prisional; e educação para a diversidade de gênero e sexual. Cada uma dessas áreas da diversidade educacional é contemplada por uma equipe de técnicxs pedagógicxs que atuam em processos de formação docente, acompanhamento e avaliação de políticas de desenvolvimento de processos educativos inclusivos.

A promulgação de decretos, portarias e leis que reconhecem direitos humanos em toda a rede educacional do Ceará representou a segunda ação do atual governo, como, por exemplo, o decreto nº 32.226, de 17 de maio de 2017², a lei 16.044/16³ e o decreto 32.188 de 07 de abril de 2017. O decreto de n. 32.188 – que institui o plano estadual de enfrentamento à LGBTFOBIA e a promoção dos direitos humanos LGBT – possui metas direcionadas às seguintes áreas temáticas: educação; políticas intersetoriais e participação popular; cultura e comunicação em direitos humanos; segurança pública e sistemas de justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da população LGBT; promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a população LGBT; e marcos jurídicos e normativos para o enfrentamento à violência contra a população LGBT.

A equipe de Educação, Gênero e Sexualidade (EGS) – atualmente constituída por três professorxs efetivos da rede estadual de ensino – objetiva, implementar nas escolas estaduais, políticas de formação docente e discente em relação às temáticas ligadas às diversidades de gênero e sexual numa perspectiva dos direitos humanos.

Este artigo objetiva visibilizar e analisar as ações formativas desta equipe, assim como refletir sobre os discursos proferidos durante os processos formativos que, de certa maneira, sustentam as práticas de discriminação e o não-reconhecimento das dissidências sexuais e de

² "Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual direta e indireta e dá outras providências". Disponível em: http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20170517/do20170517p01.pdf . Acesso: 02/08/017.

³ Esta lei determina a realização da Semana Maria da Penha em toda a rede estadual de ensino em consonância com aprovação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que dispõe sobre mecanismos legais para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta lei completou 11 anos de existência em 2017. A lei estadual cearense prevê a discussão em todas as escolas a conscientização e a reflexão crítica sobre a questão da violência contra as mulheres como também a importância do respeito aos direitos humanos, principalmente dos sujeitos

"minoritários" tais como as mulheres cisgêneros e mulheres trans.

(83) 3322.3222



gênero. No primeiro momento da discussão, será apresentado algumas peculiaridades em relação às políticas de formação engendradas pela equipe EGS. E a segunda parte será constituída pela problematização dos discursos – capturados durante as observações diretas dos processos formativos – e dos relatos dxs integrantes da equipe.

Metodologia

A pesquisa qualitativa que fundamenta este artigo foi realizada em duas etapas duas etapas complementares. Na primeira, foram utilizadas a análise documental e as conversas informais com xs técnicxs pedagógicxs para identificar as ações da equipe. Esta etapa ocorreu no início de 2017. As conversas informais tanto "online" via whatsapp quanto observações diretas no transcorrer das atividades da equipe, constituíram as técnicas de pesquisa acionadas na segunda etapa da investigação engendrada cujos resultados preliminares foram apresentados em eventos científicos no ano passado. A análise do discurso, relacionadas às perguntas e às intervenções realizadas por estudantes e profissionais das escolas durante as atividades de formação, constituiu a principal técnica de pesquisa para problematizar os discursos que transitavam pelos espaços escolares cearenses e que possivelmente balizaram os processos de estigmatização e abjeção direcionados aos corpos, gêneros e sexualidades dissidentes.

Durante os meses de junho a outubro de 2017, as atividades da equipe foram observadas diretamente. Neste período, atuei como membro desta equipe cujo encerramento de meu vínculo ocorreu no final de outubro do mesmo ano devido a uma aprovação em outro concurso público.

Resultados e Discussão

A equipe de Educação, Gênero e Sexualidade (EGS) vinculada à Codea/Diversidade e Inclusão educacional/Seduc/CE atua na rede educacional cearense desde 2015. Desde a sua criação, esta equipe tem a função de fomentar políticas de formação nas escolas estaduais no âmbito do reconhecimento de direitos humanos relacionados às diversidades de gênero e sexualidade. A sua intervenção política nos espaços escolares ocorre a partir de quatro formatos: as oficinas pedagógicas, as rodas de conversas, palestras, e os aulões Enem. De acordo com os documentos disponibilizados pela equipe, e que foram atualizados no final de janeiro de 2018, já foram realizadas 45 oficinas, 35 palestras, 27 rodas de conversa e 33 aulões Enem. Dentre professorxs, estudantes, gestores



escolares e outros sujeitos da comunidade escola, 10.350 pessoas participaram de alguma atividade realizada pelos técnicos pedagógicos desta equipe.

As oficinas pedagógicas são direcionadas aos professorxs das escolas. Geralmente estas atividades possuem oito horas de duração e didaticamente é estruturado da seguinte maneira. Inicialmente os técnicos pedagógicos realizam uma exposição dialogada acerca de conceitos básicos que consideram essenciais para contemplar a diversidade de gênero e sexual: sexo biológico, gênero, orientação sexual e identidade. Em seguida, a discussão pode ser direcionada a temáticas relacionadas às perguntas e indagações engendradas pelos docentes. Em determinadas oficinas, os assuntos a serem abordados neste momento, também pode ser direcionados previamente através das solicitações enviadas à Seduc/CE. Na terceira etapa, algumas atividades práticas são executadas para produzir conhecimento científico, sensibilização e conscientização acerca dos preconceitos e dos atos discriminatórios originados a partir do não-reconhecimento das diversidades. A oficina é finalizada com a entrega de um arquivo contendo sugestões de atividades pedagógicas relacionadas ao gênero e sexualidade, a escuta de encaminhamentos para a escola como um todo e a avaliação geral da atividade pelos participantes.

O público alvo das palestras é diverso. Com a duração de quatro a cinco horas, esta atividade principia, geralmente, com a exposição de achados teórico-científicos sobre alguma temática solicitada por instituição via ofício enviado à Coordenadoria. Nesta exposição também são utilizados vídeos e imagens que representam depoimentos de estudantes ou especialistas de determinada temática abordada. Em seguida, os técnicos coordenam uma seção de perguntas e intervenções realizadas pelos participantes.

As rodas de conversas foram consideradas pelos dois técnicos pedagógicos como o "momento mais rico de nossas atividades" (Homero/2017)⁴. A equipe se desloca para a escola que solicitou sua intervenção e engendra momentos de discussão com todos os estudantes. Geralmente, a cada duas horas, uma turma específica é dividida em dois grupos cujo debate será mediado por um dos técnicos. Didaticamente, esta atividade pode ser iniciada por uma exposição dialogada sobre conceitos básicos tais como sexo, gênero, orientação sexual e identidade, mas também pode ser principiado com algum vídeo ou imagens direcionadas a temáticas solicitadas pelas escolas anteriormente. Este momento formativo será o palco principal da análise discursiva da próxima seção do artigo.

E os aulões Enem são direcionados aos estudantes da terceira série do ensino médio

-

⁴ Formatação de identificação do colaborador da pesquisa diferenciada para se distinguir da formatação ABNT.



com a intenção de prepará-los teoricamente para resolver questões relacionadas ao gênero e a sexualidade, além da escrita da redação. A equipe detectou a partir de pesquisa documental como estas temáticas vem se intensificando na estruturação das questões deste exame nacional em todas as áreas de conhecimento. Didaticamente, em média de duas horas, o técnico de maneira dialogada resolve dez questões previamente selecionadas. O objetivo formativo desta atividade é focar nas discussões dos assuntos que cada questão sugere, tais como o machismo, as desigualdades de gênero, movimentos feministas, violência contra a mulher, discriminações de forma geral, homo-lesbo-transfobias e outros.

A próxima seção objetiva problematizar os discursos proferidos durante algumas atividades formativas observadas a fim de identificar as construções que de, certa maneira, (re)produzem no cotidiano escolar o fundamento das práticas de exclusão, discriminação de violência em relação aos dissidentes da heteronormatividade.

Irigaray sugere pensar em dois conceitos no que se refere a gestão da diversidade nos ambientes de trabalho e, no âmbito desta discussão, nos espaços escolares: a homofobia e a heternormatividade (2011, p.45). A heteronormatividade como dispositivo contemporâneo da sexualidade nos termos de Richard Miskolci (2009) se refere ao conjunto de discursos, práticas e saberes que institui a heterossexualidade como única possibilidade natural de viver (JUNQUEIRA, 2012, p.66). Esse dispositivo considera como legítima apenas a sequência heterossexual e binária de sexo-genero-sexualidade. Este conceito criado por Michael Warner exige que todo/as organizem suas vidas conforme o modelo 'coerente' da heterossexualidade. E difere da heterossexualidade compulsória por esta exigir a heterossexualidade das pessoas como único destino. Já na heteronormatividade, todas as orientações sexuais devem organizar suas sociabilidades conforme a matriz heterossexual (COLLING, 2015, p.24).

A escola, a educação e talvez todos os ambientes socioculturais são atravessados por uma "pedagogia da sexualidade" (LOURO, 1999). Esta pedagogia se traduz numa "pedagogia do insulto", contra alvos preferenciais, que por meio de piadas e ridicularizações funciona como dispositivo heterorregulador "de objetivação, silenciamento, ajustamento, marginalização e exclusão" (JUNQUEIRA, 2015, p.39). O insulto como um dos elementos acionados na normalização: processo arbitrário de naturalização de uma identidade como natural, no caso, a heterossexual. Essa "pedagogia do insulto" também se traduz em "pedagogia do armário":



invisibilização, ocultação e não-nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legimitação de corpos, saberes, práticas e identidades, subalternização, marginalização e exclusão (JUNQUEIRA, 2015, p.39-0).

Para Junqueira (2015), por meio dessas pedagogias – insulto e do armário – que talvez possamos identificar como mecanismos de um "heteroterrorismo" nos termos de Bento (2011) – os estudantes [e no caso os trabalhadores de maneira geral, especialmente a população LGBT] aprender a se relacionar dentro da heteronormatividade e "mover as alavancas do heterossexismo e da homofobia" (JUNQUEIRA, 2012, p.70).

Durante as escutas na observação direta das formações, alguns discursos proferidos poderiam ser reivindicados como fomentadores de uma mentalidade lgbtfóbica. O primeiro discurso foi o da determinação do gênero e da sexualidade pelo sexo biológico vinculado ao binarismo oposicional de gênero, ambos motores de sustentação da heterossexualidade compulsória. O segundo discurso foi a versão médica e psiquiátrica das dissidências de gênero e sexuais tais como a homossexualidade e as experiências trans. A transexualidade era compreendida na maioria dos discursos como patologia ou "confusão" entre sexo biológico e sexo mental. Vale ressaltar que esta versão também está sendo veiculada por alguns canais de comunicação de massa, principalmente em telenovelas e reportagens.

Um terceiro discurso tentou deslegitimar a bissexualidade. Para alguns profissionais, a orientação bi era considerada uma "indecisão" ou "confusão" de pessoas que ainda não assumiram uma "verdadeira sexualidade" seja heterossexualidade ou homossexualidade. Outros discursos tentaram justificar as práticas lgbtfóbicas direcionadas aos corpos dissidentes por sua expressividade de gênero "não de dá o respeito". Este discurso parece estar atravessado por imperativos de higienização das dissidências para novamente performatizar o binarismo de gênero que é considerado o critério de inteligibilidade dos corpos humanos na sociedade ocidental. Em outros termos, a violência e o possível assassinato eram considerados práticas de assepsia necessárias para manter a saúde, a ordem e a paz da sociedade heterossexista.

Conclusões

No cenário atual de disseminação negativa das discussões de gênero e sexualidade nos espaços escolares, a criação, existência e atuação da equipe de Educação, Gênero e Sexualidade da Secretaria de Educação do Estado do Ceará



constituem em processos de resistência institucional no âmbito da luta pela inclusão social como um todo. Pela análise empreendida, as ações da EGS adquiriram legitimidade expressiva com a promulgação de leis e portarias que expressam a preocupação do governo cearense com a promoção de políticas públicas em relação ao reconhecimento das diversidades na esfera educacional.

Referências

Janeiro: Garamond-Universitária, 2006.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, 19(2), 2011, p. 549-559. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a16.pdf. Acesso: 21/06/2016.

_______. A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **cadernos pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf . Acesso: 20/06/2016.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEARÁ. Diário oficial do Estado. **Decreto n. 32.188**, série 3, ano IX, n.069, p.6-7, 07/08/2017.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. In: **Revista cult**: dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho, p.22-25, 2015.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Orientação sexual e trabalho. In: **Especial diversidade e gestão.** vol.10 n°2 jul/dez 2011, p. 44-47. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/22885/21648. Acesso: 02/08/2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. MILSKOLCI, Richard (Org.). **Discursos fora da Ordem**: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012. (Série Sexualidades e Direitos Humanos). P.277-305. Disponivel em: <a href="https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131962/Pedagogia-do-armario-Richard-Miskolci-e-Larissa-Pel%C3%BAcio-Orgs.-Discursos-Fora-da-Ordem-Sexualidades-Saberes-e-Direitos.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso: 20/05/2016.

	Gênero,	Sexualidade	e	Educação:	Uma	perspectiva	р
LOURO, Guacira Lopes. educado – pedagogias da	0 0			,		(Org.). O cor	.bo
Pedag heteronormativa, São Pau		rmário. In: In: I ditora Briantine					
Saberes-e-Direitos.pdf?so	equence=	1&isAllowed=y	<u>/</u> . A	cesso: 20/05/	2016.		
Kicharu-wiiskoici-e-Lairs	55a-F C170 (2370 BACIO-OI 8	5L	715Cu1505-17016	i-ua-Oro	ieiii-Sexuaiiu	auc

estruturalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1998.



LOURO, Guacira Lopes, NECKEL, Jane Filipe & GOELLNER, Silvana Vilodre, Org. (2003). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes.

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFPO, 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: **Cadernos Pagu** (28), p. 19-54. Jan./jun., 2007.



A TEORIA QUEER NA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IDENTITÁRIAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES.

Patrícia da Silva Simões da Cunha¹;

Universidade Federal Fluminense

pattysscunha@gmail.com

Joanice S. Conceição²

Universidade Federal Fluminense

joaniceconceicao@gmail.com;

Orientador Joanice S. Conceição

Resumo: O presente artigo tem por objetivo propor uma reflexão acerca dos marcadores sociais heteronormativos que são tradicionalmente ensinados nos espaços escolares, apresentando algumas provocações teóricas de modo a repensar a educação. Buscamos ainda analisar de que maneira a teoria queer se mostra na política de desconstrução de estereótipos que são empregados e ressinificados nas práticas educativas, ao tempo em que se reconhecem outras estéticas existenciais, onde se abre novas possibilidades para o sujeito seguir um caminho de singularidades, produzindo assim, significativas mudanças quanto às práticas discursivas que envolvam sujeitos, corpos, gêneros e sexualidades. O artigo apresentado baseou-se no diálogo de cunho bibliográfico de diversos autores que se debruçam sobre os estudos relacionados à Teoria Queer e aos Estudos de Gênero de modo geral e também nos Estudos Pós-Estruturalistas e Estudos Feministas. Não obstante, procuramos apresentar e analisar alguns fragmentos discursivos importantes na construção das identidades de gêneros e identidades sexuais, e como estas se articulam com as práticas pedagógicas propostas ao longo dos anos, e que se mantém firmes até os dias atuais. Com isso, defendemos uma educação que invista num discurso onde a pluralidade e a singularidade estejam aliadas, com o intuito de desconstruir práticas engessadas e discriminatórias que levem sujeitos abjetos a vislumbrar uma educação que se apresente mais autônoma e singular, contribuindo assim, na compreensão e na criação de sentidos e vivências que direcione a escola à promoção da diversidade e respeito.

Palavras-chave: Estudos queer; Educação escolar; Sexualidades;

Introdução

¹ Graduada em Letras pela Universidade Estácio de Sá; Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense; Integra o AZANIA –Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero Sexualidade, Raça, Classe, Performance e Religião; Tem publicado o artigo intitulado A erotização da mulata na cultura brasileira.

² Prof^a Adjunta em Antropologia da Universidade Federal Fluminense; Doutora e Mestre em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Possui pesquisas e trabalhos publicados nas áreas de Gênero, Masculinidades, Feminilidades, Religião, Performance e Educação para as Relações Étnico-Raciais; Coordena o AZANIA –Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero/Sexualidade, Raça, Classe, Performance e Religião. Publicou o livro Irmandade da Boa Morte e culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e Performances Negras (2017); Além de artigos Gênero, Religião e Educação Étnico-Racial.



Dentro dos espaços escolares notamos a presença de uma pedagogia tradicionalista, que, por conseguinte, se apresenta de maneira hegemonicamente heterossexista. O ambiente escolar é composto por práticas e ações que apresentam características conservadoras, premissas que muitas vezes são utilizadas para legitimar atos discriminatórios e violentos para com aqueles que se comportam de maneira contrária ao que eles acreditam. Agindo assim, categorizam esses indivíduos em pertencentes e não-pertentes ao grupo escolar e com essa realidade ideológica, encarna figuras homofóbicas, provocando o que Miskolci considera como abjeção³. Nesse sentido, recorremos ao conceito de "dispositivo de controle" apresentado por Focault (2012), para demonstrar como o espaço escolar é categorizado e formulado de maneira que os alunos se comportem de forma homogênea, não permitindo que estes exerçam suas individualidades e singularidades. Ao abordar sobre o tema o autor apresenta três maneiras de ensinar que movimentam a dicotomia valoração/exclusão, fazendo com que os indivíduos se sintam intimados a obedecer a esse sistema imposto pela instituição escolar, haja vista que, o não cumprimento acarretaria em dolorosas reações, criando-se um ambiente de medo. O sistema de dispositivo de controle de Focault (2012) diz respeito aos seguintes itens: (i) disciplina presente tanto no comportamento quanto ao saber. (ii) aprendizagem que envolve a absorção de conhecimento. E por último a (iii) cognição que se liga à percepção, linguagem e ao raciocínio. Tais ações produzem o efeito de delimitar o que é certo ou errado, provocando deste modo, dinâmicas que visam à manutenção de estigmas e processos de exclusão, impossibilitando a multiplicidade de olhares, trocas de reflexões, inviabilizando a criação de espaços de convivência onde todos devem ser inseridos e respeitados.

Chegamos ao ponto de procurar nossa inteligibilidade naquilo que foi, durante tantos séculos, considerado como loucura; a plenitude de nosso corpo que, durante muito tempo, foi um estigma e como que a ferida neste corpo; nossa identidade, naquilo que se percebia como obscuro impulso sem nome. (FOCAULT,1993, p. 146).

Metodologia

O artigo apresentado baseou-se no diálogo bibliográfico de diversos autores, tais como as reflexões de Michel Focault sobre a sexualidade, os importantes trabalhos sobre gênero de Judith Butler e Richard Miskolci e principalmente nas reflexões de Guacira Louro, que se debruçou sobre os estudos da Teoria *queer*, mais precisamente na Educação. Com base em

.

³ Termo usado para referir-se "ao espaço em que a coletividade costuma relegar a aqueles e aquelas que consideram uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política" (MISKOLCI, 2012, p. 24).



observações feitas em ambiente escolar procuramos apresentar e analisar alguns fragmentos discursivos importantes na construção das identidades de gêneros e identidades sexuais, como estas se articulam com as práticas pedagógicas propostas ao longo dos anos.

Tendo em vista esse cenário, o intuito do presente artigo é contribuir com algumas reflexões acerca dessa temática, visto que, o grande desafio é trazer dentro da proposta *queer*, um debate em que a educação tradicional seja desestabilizada, provocando inquietações de modo que as práticas educativas de cunho heteronormativas e discriminatórias, até então normatizadas e naturalizadas, sejam revistas, criando-se uma política de emancipação e valoração dos corpos que são considerados anormais. Espera-se que as reflexões provocadas pela teoria queer, deem espaços para a introdução de uma discussão sobre o campo das diferenças, da multiplicidade, da sensibilidade e da interdependência do outro. Butler (2003b, p. 157), ainda reitera que, "as normas de gênero operam ao ordenar a corporificação de certos ideais de feminilidade e masculinidade, ideias que são quase sempre relacionados à idealização do vínculo heterossexual".

Não podemos deixar de referir aos Estudos Feministas que desempenharam importante função na desconstrução desses papéis marcadores segregacionistas, e os Estudos pós-estruturalistas que através de seus pressupostos plurais, promoveram a disseminação da articulação desses diálogos.

Resultados e Discussões

Sendo assim, seria possível trazer para dentro dos espaços escolares reflexões pedagógicas que versem sobre os questionamentos políticos, sexuais e morais? Como a teoria *queer* pode se articular com as práticas pedagógicas tradicionais fazendo uma intersecção, e, consequentemente gerar um movimento onde o lugar de fala desses sujeitos tenham espaços para novas vivências? Como a educação *queer* promoveria a desconstrução desses processos históricos culturais onde os sujeitos são colocados à margem e privados de quaisquer formas de validação da sua existência, principalmente em se tratando do ambiente tradicionalista e segregacionista como o escolar? Esses questionamentos podem funcionar como agentes norteadores, a fim de produzir uma experiência de ressignificação daquilo que se apresenta como estranho e anormal, possibilitando assim, um reaprendizado das ações no campo escolar, abrindo espaço para práticas educativas onde nos permitiria entender o sujeito *queer* e respeitar suas múltiplas afetividades, num processo-chave de normalização (MISKOLCI,



A demanda queer é a do reconhecimento sem assimilação, é o desejo que resiste às imposições dominantes. A resistência à norma pode ser encarada como um sinal de desvio, de anormalidade, de estranheza, mas também como a própria base com a qual a escola pode trabalhar. Ao invés de punir, vigiar ou controlar aqueles e aquelas que rompem as normas que buscam enquadrá-los, o educador e a educadora podem se inspirar nessas expressões de dissidência para o próprio educar (MISKOLCI, 2012, p. 63).

Guacira Lopes Louro (2001), em seu importante artigo Teoria *Queer*: uma política pósidentitária para a educação, sugere uma possível articulação entre a pedagogia tradicionalista com a educação *queer*; para ela,

A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito (ibid., p. 550).

Provocando assim, inquietações que possibilitaria o rompimento daquilo que se considera atualmente como normal ou anormal. A educação *queer* traz o foco para as ações identitárias, desmobilizando categorias em que tentam de alguma forma categorizar o sujeito através da biologia, onde se fragmenta sexo, gênero e desejos, o que segundo Cornejo (2012), limita o sujeito e suas ações, minando o modelo de identidade e deslegitimizando o que é considerado humano. Deborah Britzman (1996; 1999), aponta que a escola é um dos mais terríveis espaços para assumir a sexualidade tida como desviante.

No final dos anos 80 a teoria *queer* começou a ser desenvolvida nos Estados Unidos, e teve grande impacto na formação de novas estruturas sociais e políticas, haja vista que, trouxe uma série de questionamentos acerca de temas que até então não eram problematizados. O que até então era considerado como algo estranho, de acordo com a tradução literal da palavra, acabou se tornando numa dialética de resistência e revolução, se apresentando de maneira positiva para representar aqueles que até então eram insultados e tratados de forma pejorativa, o *queer* veio para trazer novos significados às práticas que eram consideradas anormais. O movimento *queer* mobiliza-se em torno da aceitação e incorporação na sociedade, rejeitando a condição de ser tratado como indivíduos sujos e patológicos. A crítica gira em torno das premissas conservadoras que insistem em criminalizar e legitimar a discriminação, não se resume somente a uma luta sobre a sexualidade, ela vai além, reivindicando seu lugar na sociedade enquanto seres humanos dignos de respeito e igualdades.



Segundo o estudo de Louro (2012), a teoria *queer* também exerceu profundo impacto nas formas pedagógicas, uma vez que, se formou uma crítica em torno do sistema escolar, mobilizando-a a reavaliar suas práticas heteronormartivas que estão profundamente enraizadas. Há de se repensar esse cenário, buscar estratégias que dialoguem com a pluralidade e à promoção do reconhecimento da diversidade sexual, possibilitando assim, o enfrentamento de sistemas que discriminam e estigmatizam as identidades de gênero e a orientação sexual desses sujeitos. A partir de observação em ambiente escolar as escolas exercem grande influência na constituição moral dos indivíduos, e notoriamente sabemos que suas manifestações são explicitamente contrárias ao reconhecimento da diversidade sexual, como afirma a citação abaixo:

Desde a sua constituição, a escola moderna é marcada por diferenças e está implicada, também, com a produção dessas diferenças. Embora não seja possível atribuir a ela toda a responsabilidade pela construção das identidades sociais, ela continua sendo, para crianças e jovens, um local importante de vivências cotidianas específicas e, ao mesmo tempo, plurais. (MEYER; SOARES, 2004, p.8).

Percebemos que de maneira silenciosa a homofobia é permitida dentro dos espaços escolares, ao passo que dentro desse ambiente hostil, muitos alunos preferem esconder sua preferência sexual, por medo de ser atacado e humilhado, inviabilizando-o de se expressar livremente quanto suas escolhas. Louro (1999), reforça em seu trabalho que:

(...) sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém "assuma" sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento mantém-se, com relação à sexualidade, como lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 1999, p. 30).

No cotidiano escolar vemos que esta condenação moral é fruto de uma política que divide desde muito cedo, o que é ser feminino do que é ser masculino. Neste processo de hierarquização se propõe delimitações que são marcadores sociais imprescindíveis para que seja instaurada o discurso homogeneizador, que garantirá a perpetuação de formas hegemônicas de masculinidade e de feminilidade (LOURO, 2000, p. 49). A teoria *queer* funcionaria como uma ferramenta pedagógica, a fim de articular um diálogo na aquisição de novos sentidos de enfrentamentos para os atos criminosos, trazendo conceitos e valores que se



alinhariam às vivências dos indivíduos, normatizando assim, suas singularidades e características que até então eram invalidadas.

Através de um aumento do interesse de pesquisadores e alunos, direcionados para investigar as questões de gênero e sexualidade, pode se perceber um tímido, mas importante, avanço nas políticas de apoio às pessoas que não se encaixam no conceito de heteronormatividade, esses estudos contribuem de forma significativa para pensar estratégias que visem o direcionamento ao respeito às diferenças, bem como no processo de construção de identidades de gêneros e identidades sexuais. Dagmar Meyer e Rosangela Soares (2005, p.28), ressaltam que tais pesquisas têm caráter de:

Contestar as metanarrativas que prometem descrever e explicar "a" realidade em uma perspectiva totalizante; tencionar as relações usuais que se estabelecem entre saber, poder e verdade; assumir o pressuposto de que a linguagem, como um campo de operação do saber, é constitutiva do social e da cultura e que, exatamente por isso, se propõem a problematizar e a explorar a indeterminação, a ambiguidade, a instabilidade, a multiplicidade e a provisoriedade dos sentidos que ela produz e coloca em circulação nas culturas em que vivemos; focalizar processos de diferenciação e hierarquização social e cultural, procurando compreender e problematizar formas pelas quais estes produzem (ou participam da produção de posições de sujeito (como homem e mulher, heterossexual e homossexual, por exemplo) no interior de uma cultura. (MEYER; SOARES, 2005, p.28).

Desse modo, se faz necessário também que os docentes mantenham uma formação continuada, a fim de possibilitar efetivamente a implementação desse trabalho com o corpo discente, (Felipe, 1999). Segundo a autora, há de se criar uma força tarefa que se constitua de múltiplas visões e reúna esforços em todos os sentidos para se combater a homofobia, tanto dentro dos espaços escolares quanto fora dele.

Conclusão

Em suma, as reflexões e questionamentos aqui pontuados carecem de profundos investimentos em diversos campos, principalmente em se tratando da desfragmentação daquilo que a escola insiste em carregar como "certo": dogmas e pensamentos que mais produzem muros e excluem esses sujeitos taxados de "inadequados". Devemos levar em consideração que os apontamentos aqui feitos não se configuram como um sistema garantidor para que práticas discriminatórias e homofóbicas cessem, mas ao levantar reivindicações e tentativas de se caminhar para uma sociedade que se apresente menos preconceituosa, tornase relevante o questionamento das ações de dominância dos discursos heteronormativos nas



escolas, negando a esses indivíduos entendidos como "subalternos" o seu lugar de fala, e invalidando suas tentativas de pertencer aos diversos espaços sociais que eles têm por direito.

Conclui-se, portanto, que diante de tal cenário, faz-se urgente a remodelação dos conceitos e práticas que regem a educação tradicional e atualmente concebida como normativa pela sociedade. Esse sistema de controle populacional e gerenciamento de como tais corpos devem se comportar, não se constitui mais como algo aceito, "é preciso admitir que os corpos não são mais dóceis" (PRECIADO, 2011, p. 15), e diante dessa indocilidade, devemos articular novas propostas de redirecionamento dentro dos espaços escolares, a fim de desaprender aquilo que nos foi passado historicamente, redesenhando uma história onde corpos e sujeitos são aceitos e respeitados, desregulamentando assim, o coletivo do individual, implicando em novos desdobramentos acerca de uma educação onde a teoria *queer*, enquanto agente norteador, se faça presente.

Referências bibliográficas

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação
e currículo. <i>Educação & Realidade</i> , v.21(1), jan-jul de 1996.
Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. L. (org.). O corpo educado:
pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
BUTLER, Judith. Cuerpos que importam. Buenos Aires. Paidós, 2002.
2003b. Critically Queer. In Erin Striff (ed.), Performance Studies. New York,
Palgrave, p152-177.
Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: C.
Brasileira, 2003.
Undoing Gender. New York:Routledge, 2004.
CORNEJO, Giancarlo. A Guerra declarada contra o menino afeminado. In: MISKOLCI,
Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.
69-78.
FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma

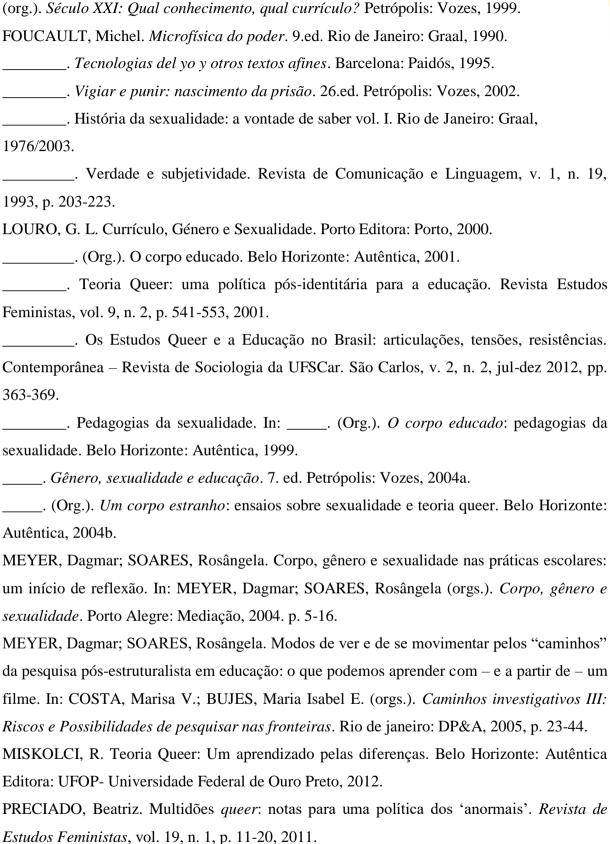
educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane

Santos; SOUZA, Nádia Geisa S.; GOELLNER, Silvana; FELIPE, Jane (org). Corpo, gênero e

FELIPE, Jane. Entre tias e tiazinhas: Pedagogias Culturais em circulação. In: SILVA, L. H.

sexualidade: discutindo práticas educativas. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.







Administrando o "corpo arco íris": etnografia sobre a pastoral do sexo em igrejas inclusivas das cidades de Fortaleza e Maceió

Júnior Ratts (Universidade Federal do Ceará – UFC) Carlos Lacerda (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

Introdução

Advindas de um movimento religioso iniciado nos Estados Unidos na década de 1960 pelo Reverendo Troy Perry, as igrejas inclusivas, geralmente conhecidas como "igrejas gays", surgem como alternativas religiosas que elaboram uma hermenêutica própria que possibilita a conciliação entre cristianismo e formas de exercício da sexualidade dissonantes da norma heterossexual. No Brasil, estas igrejas surgem nos anos de 1990 e 2000. De acordo com Natividade (2010, p. 90), "tal segmento se destaca no campo religioso mais amplo pela criação de cultos nos quais homossexuais podem tornar-se pastores, reverendos, diáconos, presbíteros, obreiros, ocupando, assim, cargos eclesiais".

Neste artigo, buscamos analisar de quais formas a pastoral do sexo é constituída e difundida entre os fieis homossexuais masculinos cisgêneros de três igrejas inclusivas do Nordeste do Brasil, a saber, a Igreja Missionária Inclusiva (IMI), situada em Macéio (Alagoas) e as congregações Igreja Apostólica Filhos da Luz (IFAL) e Cidade de Refúgio, ambas localizadas na cidade de Fortaleza (Ceará). Importante frisar que a IMI e a IAFL surgem de uma cisão com Comunidade Cristã Nova Esperança (CCNE)

Em nossas visitas ao campo, procuramos observar como esta pastoral é concebida a partir da constituição histórica da igreja, de sua administração eclesiástica, da absorção de elementos típicos das igrejas do campo hegemônico pentecostal e neopentecostal e da necessidade de reconhecimento das congregações inclusivas como "igrejas de fato" por parte da comunidade cristã e do meio LGBT. Em nossas conversar com as lideranças e fieis das igrejas estudas, identificamos que os discursos proferidos objetivam a constituição daquilo que Natividade conceituou como "homossexualidade santificada" (2008, 2009, 2010, 2013).

A partir destas primeiras impressões, construímos as seguintes hipóteses: 1. A produção de corpos homossexuais dóceis correspondem àquele que é o papel essencial do cristão e que corresponde à mudança de si e, por conseguinte do mundo segundo?; e 2) A efetivação destas mudanças corresponderia às tentativas das igrejas inclusivas de

produzir uma *noção metafísica do ser gay* a partir de mecanismos que, cada vez mais, reforçam a dicotomia "gay mundano" x "gay santificado"?

Esperamos com nosso trabalho não responder por completo estas perguntas de partida, visto que a nós interessa investigar mais a fundo os fenômenos sociológicos produzidos pelo universo cristão inclusivo. Contudo, pretendemos fornecer indicativos de como funcionam estas igrejas, o que elas são, o que pensam seus líderes e congregados e como tudo isto recai sobre uma reconfiguração da homossexualidade masculina atravessada pelo ethos religioso.

Adentrando em um campo cristão inclusivo: relatos de pesquisa

Carlos Lacerda

1 O primeiro contato com o universo cristão inclusivo: a escolha do objeto de pesquisa

Fazer pesquisa sobre o universo cristão inclusivo no Brasil ainda tem sido um importante desafio por diversos fatores. O antropólogo Marcelo Natividade (2010) ressalta que dentro da academia ainda existe uma certa concepção de que cristianismo e sexualidade são coisas dicotômicas. Na verdade, essa questão reflete um contexto mais amplo, o próprio imaginário social construído por influência do cristianismo hegemônico, sobretudo da Igreja Católica Romana. Na medida em que apreendemos a forma pela qual a sociedade constrói as representações sociais acerca da religião e sexualidade, refletimos o quanto isso ainda reverbera no campo da própria produção científica no sentido de uma determinada escassez de pesquisas.

Essa dissociação não se refere a uma ideia de que as duas categorias estão distantes uma da outra¹, mas a certa compreensão popular de que sexualidade permeia o campo do pecado, do carnal, referente ao universo diabólico. Por essa razão, a edificação das primeiras comunidades cristãs inclusivas, de caráter evangélico, por volta da década de 2000 (NATIVIDADE, 2008, 2010), provocou e ainda provoca fortes reações de aversão dentro do campo cristão majoritário, com raras exceções. Apesar dessas questões colocadas, aceitei o desafio de adentrar em um campo cristão inclusivo na cidade na qual resido, Maceió (AL). Especificamente na primeira comunidade

_

¹ André Musskopf (2012) ressalta que já dentro da realidade do Brasil colonial era comum a mistura dos festejos aos santos com práticas eróticas, constituindo-se uma multiplicidade de discursos no que tange à religiosidade e à sexualidade.

inclusiva² construída no estado de Alagoas, surgida no ano de 2011³. O interesse em aglutinar discussões dos estudos de gênero e sexualidade e universo cristão não surgiu por acaso. Por muitos anos, antes de entrar no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), fui adepto assíduo do catolicismo. De algum modo, moldado dentro de uma estrutura de mundo católica, mantendo permanentemente um espírito de curiosidade no tocante à compreensão da teologia moral da igreja, sobretudo no aspecto das concepções de proibição de determinadas condutas sexuais.

No final da graduação, tive a experiência de participar de um núcleo de pesquisa focado nos estudos de gênero e sexualidade. Comecei a procurar literatura especializada que promovesse uma atenção ao diálogo com tais estudos e religiosidade cristã. Ao descobrir o fenômeno das "igrejas gays", senti uma curiosidade que refletia minha construção como um sujeito que por muito tempo foi religioso. No entanto, a novidade estava em penetrar em um campo evangélico, desconhecido até então por mim.

O desafio colocado de fazer pesquisa em um universo evangélico – saindo de uma zona de conforto da vivência católica presente em minha trajetória pessoal - foi de grande importância sobretudo no sentido de romper com algumas compreensões reducionistas e até mesmo um tanto estereotipada. O campo dialeticamente me proporcionou uma transformação na forma de olhar, sentir e compreender este espaço, colocando-me diante de uma realidade muito mais complexa e nada unívoca, perpassada por diversos contornos, fruto das trajetórias pessoais de cada membro. Apesar de uma expectativa criada, por alguns adeptos, de minha conversão ao término da pesquisa, permaneci apenas como pesquisador. Por diversas vezes senti uma espécie de retorno ao passado religioso, ao ponto de me emocionar em alguns cultos, provavelmente pelo forte teor de sentimentalismo, elemento característico do fenômeno pentecostal brasileiro (MENDONÇA, 2008). Todavia, essas sensações ajudaram a compreender a importância, para os adeptos, da experiência do êxtase religioso durante as reuniões.

-

² A pesquisa foi realizada entre julho e dezembro de 2013 nas dependências da Igreja Missionária inclusiva, situada no bairro do Poço, Maceió – AL. Foram feitas entrevistas aprofundadas no estilo história de vida com 06 membros do sexo masculino, entre eles, 04 faziam parte da liderança eclesiástica. Os outros dois eram adeptos. Estive diante de uma igreja pequena, com não mais que 26 membros fixos, de acordo com o pastor titular, embora em algumas festividades era comum um número maior que este.

³ A igreja possuía majoritariamente membros do sexo masculino, jovens entre 15-37 anos de idade. Boa parte se auto identificava como negro/pardo e que já tinha transitado por outras denominações evangélicas, sobretudo a Assembleia de Deus. Poucos possuíam autonomia financeira, dos que trabalhavam, a paisagem profissional era composta por: psicólogo, biólogo, vendedor, técnico em enfermagem, professor, assistente administrativo, cozinheiro, cantor, auxiliar técnico, ator.

No primeiro semestre de 2013, antes mesmo de começar a pesquisa que levaria a construção da dissertação, tive a oportunidade de conhecer, no Rio de Janeiro, algumas denominações tidas como "inclusivas": Igreja da Comunidade Metropolitana e também a Igreja Cristã de Ipanema. Constituiu-se, desse modo, meu primeiro contato com esse tipo de denominação religiosa. No caso da Metropolitana, chamou-me atenção a construção de um discurso teológico mais sofisticado no sentido de uma pregação sistemática com foco em uma hermenêutica inclusiva. O reverendo, em uma conversa informal, criticou igrejas ditas inclusivas que não tinham "coragem" de comparecer a Parada do Orgulho Gay e que pregavam uma inclusão mais no sentido privado do culto, sem implicações políticas mais amplas de visibilidade social. Sobre a modalidade de igreja inclusiva mais pentecostalizada, farei maiores explanações no tópico subsequente.

2 Ritos e conflitos no processo de transição da Comunidade Cristã Nova Esperança (CCNE) para a Igreja Missionária Inclusiva (IMI)

Ao chegar de viagem, no segundo semestre de 2013 deu-se início a minha imersão na primeira igreja inclusiva da cidade de Maceió. No primeiro dia de visita ao campo de pesquisa, 18 de julho de 2013, algumas questões foram salientadas em termos institucionais, ao fim do culto, por parte da liderança. As informações foram repassadas tanto pelo pastor-líder quanto por um informante, fora do prédio da igreja, em uma conversa informal pela orla da capital. De acordo com o pastor, a igreja estava atravessando um processo de separação da CCNE/Natal. Os motivos apresentados para o cisma seriam em torno de questões institucionais (como a demora em dar permissão à realização de qualquer sacramento), financeiras (entrega de uma parte do que era arrecadado no mês) e voltadas ao campo das liberdades (proibição de uso de brincos, alargadores, exposição de tatuagem por parte de membros da liderança na celebração do culto).

De acordo com o pastor, a igreja almejava liberdade, rompimento com qualquer tipo de imposição, além do fato de que a demora na autorização da realização de sacramentos ocasionava desconforto por parte dos adeptos, que ficavam por semanas, ou até mesmo meses, na expectativa de uma confirmação da sede. A nova nomenclatura (IMI) contou com um voto negativo por parte de um dos presbíteros, que alegava semelhança com títulos de igrejas pentecostais do campo hegemônico, produzindo-lhe desconforto. No entanto, por decisão da assembleia, o novo nome permaneceu e foi

oficializado. Junto com o nome, surge também o slogan: "incluindo e reconciliando vidas através do amor".

O novo discurso priorizava uma espécie de busca das "origens", destacando o caráter "apostólico" da igreja na medida em que forjava uma compreensão de comunidade conforme os primeiros relatos das comunidades primitivas de cristãos. Salientava-se constantemente, nos cultos, a liberdade de agir, mas com a nítida compreensão de que nem tudo era proveitoso. Caberia ao cristão saber "discernir" e optar pelo "equilíbrio dos atos". A igreja não possuía um código moral de condutas, geralmente deixando os fiéis livres em torno de suas escolhas, sobretudo afetivas, mas não se negava a dar "aconselhamentos" quando os mesmos eram solicitados.

Desse modo, a IMI conseguia defender ideias de respeito à diversidade, promoção de uma "teologia inclusiva", em que a "homossexualidade" não constituía pecado em si; a não imposição de um código de condutas (rompendo drasticamente com a CCNE); respeito ao pluralismo doutrinário dos diversos adeptos - onde a pregação do culto focava em aspectos genéricos da vivência cristã, não mencionando doutrinas específicas, uma vez que a igreja era composta por membros de diversas matrizes evangélicas - e a defesa de um *ethos* (neo) pentecostal com ênfase na teologia da batalha espiritual⁴.

3 Pastoral do sexo: controle dos corpos e produção de uma homossexualidade normalizada

Esse mosaico religioso, apresentado no tópico anterior, sofreu algumas mudanças, com o passar dos meses, ao que não me refiro enquanto uma ruptura drástica, mas a uma espécie de aprofundamento do que já vinha ocorrendo de forma paulatina. Esse novo momento foi articulado com a chegada de um novo membro, que em poucas semanas tornou-se pastor-auxiliar, culminando com a expulsão do principal presbítero, acusado de não cumprir com demandas internas e de ter se tornado uma "má influência" na igreja. Discursos informais apontavam que o religioso postava com

apresentar intersecções entre os eixos referidos.

_

⁴ Natividade (2008) compreende que o campo inclusivo cristão é múltiplo, permeado por elementos de contexto local, influências pregressas dos adeptos e lideranças, entre outros fatores. No entanto, anuncia a constituição, no sentido de uma tipologia ideal, de dois eixos presentes no universo inclusivo. Um dos eixos dialoga com o campo dos Direitos Humanos e da militância LGBT, enquanto o outro tem laços mais estreitos com o campo pentecostal hegemônico, que é o caso da CCNE e da IMI aqui mencionadas. Levando-se em conta que não é uma divisão estanque, uma vez que denominações inclusivas podem

frequência, em suas redes sociais, fotos ao lado de outras pessoas em festas, mantendo a mostra frascos de bebidas alcóolicas.

Assim, a tolerância quanto à pluralidade de doutrinas evangélicas tornou-se um problema na medida em que os pastores passaram a defender uma "teologia bíblica" cuja "verdade" estaria vinculada única e exclusivamente ao que é possível "encontrar" nos textos sagrados. Ideias vinculadas às especificidades de outras denominações como adventistas, mórmons, eram tratadas como heresias e caberia ao adepto que tivesse algum tipo de familiarização com essas vertentes "converter-se". Outro ponto que ganhou importância na maioria das pregações do novo pastor-auxiliar foi a preocupação com uma "homossexualidade higienizada" ou, como destaca Natividade, "homossexualidade santificada". (2008, 2009, 2010, 2013). A monogamia é vista como um modelo sagrado a se cumprir e destinado pela divindade não como uma norma ditatorial, mas para garantir a "saúde do seu povo":

A construção de uma homossexualidade normalizada e santificada, que busca elementos no campo hegemônico pentecostal (NATIVIDADE, 2013b), corresponde ao esforço conjunto de pastores e adeptos na busca por reconhecimento social. A experiência da abjeção (BUTLER, 1999), do estigma, trouxe a possibilidade de edificação de um espaço de tolerância quanto à participação de sujeitos sexualmente divergentes da heteronorma no culto cristão, porém, mediado por normas de controle e produção de corpos dóceis (FOUCAULT, 1987). Ademais, essa cosmovisão nunca foi aceita de forma totalmente pacífica dentro da IMI, ocasionando resistência por parte do presbítero que chegou a ser expulso. Estamos diante, portanto, de um universo que luta pela construção de novos significados em torno da homossexualidade e religiosidade cristã, de algum modo, rompendo com a ideia de pecado de vertentes conservadoras, mas encaixando a figura do "homossexual" aos moldes de instituições históricas como a monogamia.

Orar com um só olho fechado: sendo fiel enquanto pesquiso

Júnior Ratts

1. A entrada em campo e a descoberta de si

Ao contrário de Lacerda cujo trabalho sociológico na igreja inclusiva IMI resultou em uma tarefa de seis meses que culminou em sua dissertação, minha inserção no campo da antropologia da religião e minha investigação sobre igrejas inclusivas em minha cidade natal, Fortaleza, são recentes. Também na contramão de Lacerda que não

se converteu à congregação durante a pesquisa, meu trabalho surgiu a partir de minha filiação à Igreja Apostólica Filhos da Luz (IAFL). Por isto, minha análise inevitavelmente se confunde com minha história de vida.

Como membro do Laboratório de Estudos Sobre Marcadores da Diferença (LAMAS), coordenado pelo professor Marcelo Natividade, tenho me dedicado ao estudo da pastoral do sexo nas igrejas inclusivas de Fortaleza tendo como foco as histórias de vida dos fieis masculinos solteiros. Neste percurso que começou há um ano na IAFL e que agora se divide entre ela e a igreja Cidade de Refúgio, a experiência da descoberta do que é ser um cristão gay solteiro de acordo com as concepções dogmáticas neopentecostais tem sido uma reflexão e uma busca por entender quem eu sou como solteiro, gay e cristão. Ordeno as palavras desta forma não por acaso, mas sim porque, em minhas conversas com os líderes de ambas as congregações, tenho identificado que o "ser solteiro" é o maior "problema" que afeta a vida do homossexual que opta pelo cristianismo sendo a carência afetiva provocada pela ausência de um companheiro a principal responsável pela dificuldade em seguir os padrões éticos de comportamento proferidos pelas instituições religiosas. Por isso, em um artigo recente, eu e Natividade (2017) entendemos que o solteiro ocupada uma zona de marginalidade³ para ressaltar esta situação transitória e "perigosa" para o fiel não casado. Este conceito é sociologicamente útil para que seja possível compreender quais estratégias as igrejas têm empregado para canalizar os desejos carnais de seus membros e como os fieis subvertem os ordenamentos eclesiásticos sobre seus corpos e subjetividades.

Dito isto, pretendo fazer uma análise comparativa da pastoral do sexo das duas igrejas que pesquiso partindo do que foi apresentado por Lacerda sobre a IMI. A proposta é explanar as semelhanças e diferenças entre as igrejas Filhos da Luz e Cidade de Refúgio e, desta forma, juntamente com o que foi apresentado por Lacerda, traçar um

-

⁵ No artigo, Natividade (2017), ao voltar-se para a compreensão do valor do casamento igualitário em discursos inclusivos, insistia que modelos de homossexualidade centrados no par, estavam no centro do culto. Então, as *zonas de marginalidade* estavam em outras formas de vivência, sendo as pessoas solteiras, por isto, fonte de preocupação adicional. Em seu texto "Introdução ao verossímil" (1979), Tzvetan Todorov, filósofo e linguista búlgaro, escreve: "As palavras não são simplesmente os nomes transparentes das coisas, elas formam uma entidade autônoma, regida por leis próprias, e que pode ser julgada em si mesma. A importância das palavras ultrapassa a das coisas que elas supostamente refletiam". Todorov lembra que estudar o verossímil significa mostrar que os discursos são regidos por suas próprias leis, embora a fraseologia no interior desses discursos queira nos fazer acreditar no contrário. Minha meta é compreender o pensamento cristão inclusivo sobre a palavra "solteiro" a partir dos discursos que proferem leis de conduta ética e moral sobre estes sujeitos e, assim, constroem-nos entidades a serem regidas pela filosofia cristã neopentecostal.

panorama ainda que muito superficial acerca das igrejas inclusivas no Nordeste do Brasil.

2 O fiel e a pureza: concepções cristãs sobre o exercício da sexualidade

"É muito prazeroso estar em meio a roupas limpas ao vento. O som é como se fossem mãos celestiais aplaudindo, ouvido de longe. E dizem que a limpeza é próxima da religiosidade. Às vezes, quando via as nuvens brancas no céu depois de uma chuva, eu pensava que os anjos estavam eles mesmos estendendo suas roupas. Pensava que alguém devia fazê-lo já que tudo no Céu deve estar muito limpo e fresco".

O texto acima corresponde à fala da personagem Grace da série "Alias Grace", uma adaptação televisiva do romance homônimo de Margaret Atwood. Em uma perspectiva sociosemiótica (LANDOWSK, 2002), a passagem denota bem o papel do cristão tanto no que se refere à forma como ele deve se comportar e também no que se refere à sua tarefa principal. Ao igualar os homens aos anjos, a personagem atribui aos indivíduos cristãos o papel de deixar a terra em ordem tanto quanto o Céu está em perfeito andamento. E esta função só pode ser cumprida com esforço que exige de si e dos outros, anjos e homens, um exercício constante com a limpeza em seu sentido metafórico e literal.

Esta dupla limpeza a que se refere a personagem central da série esta presente na visão e permeia as metas de ambas as igrejas, principalmente no que se refere às condutas afetivo-sexuais de seus fiéis. Assim, por mais que se considerem igrejas voltadas a um público ignorado pelas igrejas evangélicas heterodirecionadas, elas obedecem aos mesmos preceitos das igrejas de ordem hegemônica no que tange o campo do sexual. Em outras palavras, elas obedecem à primeira afirmação de fé protestante⁶, a qual pressupõe - segundo foi apresentado pelo Bispo da Igreja Episcopal Anglicana do Recife Robinson Cavalcante no Seminário "Religião e Sexualidade: Convicções e Responsabilidades" - que "a ética sexual tem como ponto de partida e como ponto de chegada a Bíblia" (2005, p. 33). Assim, o casamento monogâmico

maneira pecaminosa, imoral e doentia (2005, p. 33 – 35).

-

⁶ De acordo com o Bispo, quatro afirmações compõe o que ele apresentou no seminário como *média da fé*. Para além da primeira afirmação citada, todas as demais correspondem igualmente à sexualidade. Resumidamente, elas pressupõem que: a sexualidade é intrinsecamente boa, pois foi criada por Deus; não há a necessidade da renúncia da sexualidade e do prazer sexual para viver intensamente a espiritualidade; e, por ser pecado, essa sexualidade que é boa e criada por Deus pode se manifestar historicamente de

seguido da constituição de uma família é uma das vestes mais branca que um cristão pode vestir.

Pude comprovar este fenômeno em uma inserção recente realizada durante a *Integração CR*. Na aula 3, intitulada *Nova Vida em Cristo*, em uma sala composta somente por homens (cerca de oito jovens entre 16 e 37 anos) e orientados pela presbítera da congregação, tanto fiéis quanto a líder faziam referência à alegorias e metáforas bíblicas para ressaltar a separação entre o "velho" e o "novo" homem ou, para citar um conceito de Birman (1996), *as passagens*⁷ da "vida no mundo" para a "vida consagrada". Logo no início da aula, a presbítera ressaltou que "nossa natureza é adâmica. É pecado. E isto é um fato" [29 de dezembro de 2017]. No folheto entregue assim que chegamos à sala, palavras como velha e nova, graça e pecado, jugo da carne e nova vida configuravam dicotomias essenciais para a compreensão do que era transitar de uma realidade passada de "erros" para uma vivência plena em Cristo. Todas as palavras estavam referenciadas por passagens bíblicas e os participantes do curso se sentiram empolgados com os desafios propostos pela transição oferecida pela congregação acrescentando às falas da presbítera passagens bíblicas e mais metáforas e alegorias que reforçavam a ideia de *transitar para se transformar*.

Um dos itens do folheto me chamou bastante a atenção. Intitulado *Nova Natureza*, dizia em uma determinada passagem que "este processo de transformação é identificado em Efésios 4:23,24 como uma troca de roupas. Tirar as roupas do velho homem e vestir-se com os trajes do novo homem em Cristo". Se substituirmos a palavra roupa por corpo, chegaremos à conclusão de que a real mensagem tem a ver com as mudanças de práticas físicas e subjetivas ligadas à corporalidade que, seguindo a ética

_

⁷ A antropóloga Patricia Birman utiliza o conceito análito de passagem para refletir sobre a conversão ao pentecostalismo e neopentecostalismo de ex-adeptos de cultos afro-brasileiros. Neste processo de transição, que corresponde a uma fase liminóide na vida do crente recém-convertido ou já há algum tempo em conversão (pois este é um processo contínuo do viver evangélico), a pesquisadora observa que "falar da condição de liberto implica a construção de um discurso privilegiando uma reconstrução do passado que começa pela participação que tiveram nos terreiros de macumba e destacando sobretudo o momento em que começaram a sofrer o que seriam os efeitos negativos desta participação (1996, p. 24). A autora ainda enfatiza que "a passagem de um culto para outro no caso do pentecostalismo exige pois a adequação entre os dois registros da experiência religiosa e/ou a negação pura e simples de um deles" (Idem, p. 95). Ainda segundo Birman, "embora não se coloque em dúvida o princípio que torna verossímel esse destino, os indivíduos não se sujeitam ao veredito que lhes é pronunciado mas buscam criar um espaço de negociação entre seus interesses e as exigências religiosas" (Idem, p. 96). Apesar da homossexualidade não se tratar de uma experiência religiosa, é a partir dela que os sujeitos da IAFL, ao problematizarem os efeitos negativos de sua vivência homossexual secular, recorrem à conversão. Por isso, acredito que a categoria analítica de passagem seja imprescindível para compreender as reinvenções, sujeições e negociações que dos fieis, as quais se dão a partir de uma adesão em parte dos dogmas da igreja e de uma própria reestruturação dogmática da congregação.

paulina, só podem ser alcançadas por meio do domínio por parte do próprio homem de sua natureza essencialmente inclinada ao pecado (algo reforçado em um dos instantes da Integração CR). Em suma, o sexo deve ser dominado, dentre outros esforços que os humanos cristãos precisam cumprir para manter o ordenamento de si e da Terra. Este aspecto do comportamento cristão pode ser vislumbrado quando a presbítera diz em uma das aulas da *Integração CR* "Que hoje somos mais cobrados porque o Espírito Santo está em nós" e que "Compete ao homem dominar sua própria natureza" [29 de Dezembro de 2017].

Assim, as igrejas inclusivas que pesquiso tem como base para a construção de sua pastoral do sexo um aspecto advindo da Igreja Católica, a saber, a *intuição da ambivalência da sexualidade humana*. De acordo com esta intuição, conforme o sacerdote franciscano e doutor em teologia moral Antônio Moser, "a sexualidade pode ser caminho de vida ou de morte em nível tanto pessoal quanto social" (2005, p. 23). No caso de ambas as congregações, em conversas informais com seus líderes (o apóstolo Alan Luz da IAFL e os pastores Israel Rodrigues e Paulo Claudino da CR) pude constatar que a preocupação maior da igreja está relacionada à sexualidade dos homens, visto que as mulheres (ainda que lésbicas) tem uma inclinação ao casamento e à formação da família enquanto o homem tende, por conta do contexto cultural, a ter uma vida sexual exacerbada. Em meio aos homens, os solteiros são o grupo sobre o qual as duas igrejas mantêm maior atenção elaborando constantemente atividades que possam reduzir ou eleminar o desejo do fiel de encontrar prazer nos espaços de sociabilidade considerados mundanos.

Curioso é notar que a pastoral do sexo, apoiada na intuição da ambivalência da sexualidade, mesmo apresentando o casamento como o objetivo a ser almejado e alcançado pelo fiel que espera no Senhor seja apresentada de forma mais flexível na IAFL e menos flexível na CR. Um exemplo evidente se confirma na própria forma como as lideranças citadas se relacionam com seus parceiros. Luz não é casado oficialmente com seu parceiro (apesar de ter me confirmado que fará isto até março de 2018), enquanto os pastores da CR só puderem exercer seu ministério mediante o casamento em cartório (eles já estavam juntos há dois anos antes de entrarem na Cidade de Refúgio). Minha hipótese, seguindo os relatos de Lacerda, é que a estrutura administrativa de ambas as igrejas tem uma influência direta na pastoral do sexo. Para isto, é preciso entender, ainda que de forma breve, o surgimento e desenvolvimento de cada uma das igrejas em questão.

3 Entender a administração eclesiástica para compreender a pastoral do sexo

A Igreja Apostólica Filhos da Luz tem quatro anos de existência e seu surgimento se deu de duas formas que se organizam entre a visão profética e a cisão mundana. A primeira é comumente citada no altar pela liderança e tem a ver com uma visão que o apóstolo da IAFL teve de que "guiaria um rebanho diferente" ainda na época que era membro da congregação pentecostal Assembleia de Deus. A segunda, geralmente difundida nas conversas informais entre os fieis, é que a igreja surgiu de uma cisão com a Comunidade Cristã Nova Esperança - CCNE. É justo dizer que o apóstolo não esconde nenhum dos motivos que o levaram a constituir a Filhos da Luz. Ao contrário, alinha-os como um grande plano do Senhor para o povo LGBT da cidade de Fortaleza e do Brasil. Desta forma, pode-se pensar que ao mesmo tempo em que se considera e é considerado um virtuose weberiano, ele assume aquela posição comum do fiel apontada por Berger (2017) em *Os Múltiplos Altares da Modernidade* de que "o crente em tudo vê sinais divinos". Assim, a cisão, um comportamento plenamente humano e recorrente no universo cristão pentecostal e neopentecostal, é reconfigurada e transformada em promessa divina.

A igreja, situada em um bairro onde periferia e classe média se misturam de forma nada uniforme, é constituída em sua maioria por jovens pobres, negros e com nível de instrução entre o segundo grau completo e o nível superior por concluir. A instituição é considerada a maior igreja inclusiva de Fortaleza e é dividida em cinco pilares. Cada pilar possui seu pastor de cobertura que auxilia as células (reuniões semanais realizadas nos bairros por diáconos, presbíteros e/ou cooperadores). Recentemente, a igreja fundou sua primeira filial em Mossoró e também uma célula em Belém (PA). Por conta da congregação ser administrada a partir dos "sinais" que Luz observa em seus momentos de transcendência, os pilares estão constantemente mudando de pastores e pastoras. Isto afeta as células, pois nem sempre os responsáveis por elas possuem afinidades com as/os novas/novos pastoras/res direcionados a conduzi-los. Por várias vezes, em conversas informais, o líder de uma das células se queixava constantemente da ausência e das exigências do pastor de cobertura. Este movimento quase constante da IAFL acaba por exigir uma série de reuniões com suas lideranças nas quais novas regras, formas de pastorear e redirecionamento de líderes são propostas e efetivadas, por vezes a contragosto. Como foi dito, estas novas formas de administração partem de constantes orações e leituras da Bíblia por parte do apóstolo.

Estas imposições visionárias que objetivam o bem-estar coletivo da igreja acabam por produzir, às vezes, novas cisões (fieis trocam de células e/ou pilares e recentemente vários membros da IAFL passaram a se congregar na Cidade de Refúgio). Isto também repercute na forma que cada pastor administrar a pastoral do sexo em seu pilar, a qual se manifesta, sobretudo, através do processo que a igreja denomina como período da corte. Este momento que antecede o namoro se deu a partir da constatação, por parte da liderança e dos fiéis, daquilo que podemos denominar como rotatividade afetiva-sexual na igreja, principalmente entre os homens. Assim, para que os membros (incluindo o apóstolo, que é conhecido como namorador desde os tempos da CCNE) fossem resguardados de possíveis decepções amorosas, foi estabelecido um período inicial de sociabilidade afetiva em que as pessoas passariam seis meses se conhecendo sem contatos afetuosos intensos e obviamente sem sexo. Conversando com um dos pastores, ele me explicou sorrindo que, com o tempo, tornou-se impossível administrar com rigor o *período da corte* e que cada pastor passou a adotar tempos distintos para começar a namorar ou apenas a sugerir que as pessoas se conhecessem melhor a partir daquilo que Deus lhes falasse ao coração para então dar início ao relacionamento. Outra liderança, certa vez, deu-me uma "lista" de casais que certamente já praticavam sexo logo após terem assumido publicamente o namoro. O próprio apóstolo, conforme mencionei, não passou por este período da corte e, no momento, é casado de forma nãooficial com seu companheiro.

A realidade da Cidade de Refúgio é bem diferente. Apesar de estar a menos tempo em Fortaleza (dois anos), a congregação tem sua sede em São Paulo, a qual dá os direcionamentos que são obedecidos de forma semelhante pelas oito congregações existentes no país (No livreto, há uma passagem que reforça esta estrutura: "A IGREJA é autônoma e soberana em suas decisões e não está subordinada a qualquer outra igreja ou autoridade eclesiástica). Fundada pelas pastoras Lana Holder e Rosania Rocha, a CR possui uma estrutura de ministérios consolidada (Ministério Infantil, de louvor, etc) na qual poucas ou nenhuma alteração ocorrem. Os recém-chegados à igreja participam da *Integração CR* (curso de nove módulos ao qual todo recém-filiado à Cidade de Refúgio deve participar a fim de efetivar-se como membro) e logo são direcionados a funções conforme suas habilidades. Como me disse um dos fieis em uma reunião de oração numa sexta-feira, "A Cidade de Refúgio é uma igreja que sabe o que quer" [29 de Dezembro de 2017]. Em um livreto que explica a visão, a missão e os valores da igreja e que é dado aos recém-chegados à congregação, existe a seguinte afirmação no item

Propósito Inegociável: "A COMUNIDADE CIDADE DE REFÚGIO está pronta". Em Fortaleza, a igreja ocupa o galpão reformado de uma antiga loja de grife feminina e está situada no bairro Damas, o qual possui uma paisagem social bem semelhante aquela onde está inserida a IAFL. Assim como esta última, seus membros são majoritariamente jovens, porém percebe-se que a maioria são brancos, pertencentes à classe média e com nível superior completa (estas informações carecem de uma investigação mais aprofundada).

Para além da fala dos fieis, os direcionamentos da igreja estão explícitas em um website bem estruturado que divulga todas as informações essenciais sobre a biografia de suas dirigentes, além da missão, da visão e dos valores da igreja, dentre outras informações. O site funciona, dentre outros objetivos, para manter a unidade cibernética entre as congregações. Prova disto é que nos folhetos das igrejas, independente da cidade de origem, consta o endereço eletrônico da sede e, se um/uma fiel ou visitante perguntar a algum (ma) líder da igreja informações mais detalhadas sobre a CR, inevitavelmente ele ou ela dirá "Acesse o site". Os conteúdos presentes na internet estão melhor desenvolvidos no já mencionado livreto que é distribuído na hora do acolhimento (momento pós-culto onde os recém-filiados são pela primeira vez apresentados à visão da Cidade de Refúgio). A qualidade gráfica e textual do material é mais uma razão para acreditar que a CR está apoiada em uma estrutura administrativa e espiritual consolidada que parte de São Paulo e se desdobra por suas demais filiais. Neste material, o ideal do casamento é exposto de forma explicita. Em suas poucas páginas, há três fotos das pastoras fundadoras: uma delas é a que estampa a capa do folder; outra fotografia retrata o casamento de Holder e Rocha. (Ver imagens abaixo).



A esta imagem segue o próprio exemplo dos pastores que administram a sede. Casados oficialmente há quatro anos, eles dividem a celebração do culto e permanecem um ao lado do outro sentados no altar durante todo a cerimônia religiosa. Sobre isto, um fiel comentou na *Integração CR*: "É tão lindo quando o pastor prega dando a mão para o outro pastor" [29 de dezembro de 2017]. Há, como se pode observar, uma pastoral do sexo muito mais explícita do que na IAFL no que se refere ao casamento (o apóstolo não permanece no altar durante a celebração, mas apenas os músicos e poucas vezes o vemos ao lado de seu companheiro durante os cultos). Pode-se confirmar isto no texto do item *O Cristão*, *o Namoro e o Casamento* que constam no livreto já mencionado. Uma das passagens diz: "Então havendo interesse entre duas pessoas em se conhecerem melhor é muito importante em se conhecerem melhor e muito importante que o objetivo de ambas seja fazer a vontade de Deus, o que implica iniciar um relacionamento visando ao casamento".

Em uma clara adaptação das palavras do apóstolo Paulo que diz em Coríntios "...se não podem conter-se, casem-se. Porque é melhor casar-se do que abrasar-se" (CO 7: 9), na Cidade de Refúgio o estar com o outro implica em quatro etapas: conhecer, colocar-se diante de Deus, namorar e casar. Em meu curto tempo na congregação, pude experenciar um contato com esta pastoral do sexo: primeiro, a presbítera em minha primeira visita deixou muito claro que aquela era uma igreja séria e comprometida com o matrimônio; em segundo, um rapaz vislumbrou um namoro comigo mediante as seguintes condições: conhecermo-nos por meio de conversas, orarmos e lermos a Bíblia e só fazermos sexo após o casamento. Por conta de divergências de personalidade, as pretensões de nos relacionamos precisou ser interrompida.

Para finalizar a secção, trago à luz outra passagem do item *O Cristão, o Namoro e o Casamento*: "A palavra do Senhor não menciona em nenhum de seus versículos o termo 'namoro'. Tudo o que sabemos sobre esse 'período de conhecimento entre duas pessoas' está baseado em conceitos não exemplificados pela Bíblia – o que leva a muitos a adotarem critérios próprios de interpretação quanto à temática". Este trecho, ao mesmo que referencia as palavras do Bispo Robinson Cavalcante de que a ética protestante (neste caso, aquela referente ao sexo) não pode fugir às Sagradas Escrituras, abre espaço para que, ainda apoiados na Bíblia, cada igreja crie o seu conjunto de regras que compõem sua pastoral sexual. Assim, fica mais inteligível que os códigos morais das igrejas inclusivas estão em constante reconfiguração porque as próprias

congregações se encontram em processo de consolidação e reconhecimento no mundo evangélico em geral, entre elas e de si para si.

Considerações finais

Antes de mais nada, queremos deixar claro que nossas investidas antropológicas nas congregações mencionadas não dão conta da riqueza de informações que estas e outras igrejas inclusivas têm a oferecer à sociedade e aos estudos acadêmicos. Contudo, dá-nos uma pista de como proceder em futuras investidas e com isto abre caminho para que outrxs pesquisadorxs possam também se debruçar sobre esta vertente do pentecostalismo e do neopentecostalismo.

Ficou claro para nós, a partir de nossas inserções no campo, que a dicotomia entre os conceitos de pureza e impuro estão presentes o tempo todo no discurso eclesiástico. No que se refere a este "embate" dicotômico no campo da sexualidade, observamos que a pastoral do sexo é fortemente atravessada pela cosmologia da batalha espiritual (NATIVIDADE, 2018) e que cabe ao fiel, baseado nas Sagradas Escrituras, a responsabilidade de lidar com o próprio corpo a partir de práticas de cuidado do corpo e da alma oferecidas pela igreja e permeada por uma ética construída através das filosofias de castidade paulina e da igreja primitiva (BROWN, 1990).

Paradoxalmente, este cuidado também foge ao sujeito e adentra ao cuidado da igreja sobre o fiel. Este cuidado se dá através de um olhar panóptico⁸ (FOUCAULT, 1997), o qual é efetivado, dente várias formas, por meio da vigilância das redes sociais dos membros da igreja (processos observados na IMI e na IAFL, mas ainda não comprovados na CR). Tal comportamento se deve, entre outros aspectos, à autodenominação das igrejas investigadas como comunidades que oferecem ao LGBT aquilo que lhe é geralmente negado pela família e pela sociedade, o que fica explicito em seus slogans⁹ e à ausência de um código de conduta moral consolidado (com exceção da Igreja Cidade de Refúgio).

Igreja Apostólica Filhos da Luz: "Mais do que uma igreja, somos uma família".

Cidade de Refúgio: "Um lugar aos escolhidos"

⁸ Em *Vigiar e Punir*, Foucault diz ser dócil "um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado" (1997, p. 118). Os doutrinamentos recebidos pelos recém-ingressos e pelos fieis já firmados no que se refere à conformação dos corpos e das subjetividades à filosofia cristã refletem as teses do filósofo francês.

⁹ IMI: "Incluindo e reconciliando vidas através do amor".

Deve ser levado em consideração que este regime de vigilância é próprio das igrejas do campo hegemônico pentecostal e neopentecostal e, como podemos comprovar, é incorporado pelas igrejas inclusivas assim como outros comportamentos (a castidade antes do casamento é um deles). É importante ainda frisar que um código explícito de conduta ética está diretamente ligado a uma administração eclesiástica mais consolidada. Em nosso trabalho, pode-se constatar, por exemplo, que *igrejas em formação geram membros em formação* no que se refere à sua subjetividade. Neste sentido, fazer ou não fazer sexo antes do casamento é algo a ser negociado. O que não acontece na Cidade de Refúgio, igreja nacionalmente consolidada, no qual o celibato é uma condição a ser aderida a fim de manter-se na igreja como membro.

Conforme observamos, este conflito entre o individual e o coletivo se funda nos dogmas aplicados pela liderança eclesiástica (os quais mudam de igreja para igreja) e no embate pessoal do fiel com o sagrado, que, conforme Berger (1985), apesar de se mostrar como uma realidade imensamente poderosa e distinta do congregado, "a ele se dirige, no entanto. E coloca a sua vida numa ordem, dotada de significado" (1985, p. 39). Trabalhos sociológicos e antropológicos sobre o protagonismo social realizado a partir da conversão espiritual ao universo do pentecostalismo e neopentecostalismo realizados respectivamente por Gabatz (2016), Machado (2005) e Mafra (2002) revelam muito bem como a influência dogmática foge ao campo da igreja e investe o fiel de um empoderamento que trabalha em duas vertentes: transforma o sujeito em um corpo dócil e, por consequência, transforma o próprio *status quo* da sociedade em que o indivíduo subjetiva e fisicamente reconfigurado está inserido.

Para as igrejas inclusivas, esta mudança se dá na reconfiguração da homossexualidade (no caso dos nossos trabalhos, da homossexualidade masculina) no que diz respeito, sobretudo, ao comportamento sexual. Isto se deve principalmente ao fato que, no imaginário social e cultural e nos trabalhos históricos acerca dos registros sobre o comportamento homoafetivo¹¹, o homossexual é conceitualizado como um indivíduo possuidor de um comportamento sexual compulsório. O reverso deste comportamento seria então a desconstrução de um conceito e, por conseguinte, uma revisão do que é *ser homossexual* na contemporaneidade.

¹⁰ De acordo com Mafra e De Paula (2002), "a batalha espiritual como um sistema ético. Através este sistema, uma rede de crentes trocam os mesmos supostos, que se apoiam e se educam coletivamente" (p. 56 e 57).

¹¹ Ler GREEN, James N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Editora. UNESP. São Paulo, 2000.

Tendo isto em vista, a monogamia em todas as fases do relacionamento é estabelecida como prática *sine qua non* ao homossexual convertido, bem como o abandono de práticas de sociabilidade vislumbradas como permissivas como idas a boates e bares gays, saunas, cinemas pornôs e todos demais ambientes que formam um circuito no qual, segundo o manual da Cidade de Refúgio, predominam "os vícios e a prostituição dos quais todo cristão deve se afastar".

Obviamente, não estamos aqui tratando nossos interlocutores como sujeitos passivos cumpridores apenas de normas, sem contestação. É sabido que enquanto há poder igualmente há resistência. Esse fato, por exemplo, ficou nítido nas divergências de um dos presbíteros da IMI, chegando a ser expulso da igreja, como medida exemplar, por conta de "comportamentos transgressores". Sua excomunhão ocasionou fragmentações internas, uma vez que o religioso levou consigo alguns membros que se solidarizaram. Um fato semelhante aconteceu no descontentamento entre os fieis pertencentes à liderança da IAFL, o que promoveu a saída de líderes e fieis da Filhos da Luz e sua filiação à Cidade de Refúgio.

De uma forma geral, é a partir desta doutrina constituída com base em elementos do campo hegemônico pentecostal, que as congregações investigadas constroem seus conceitos de uma homossexualidade normalizada, higienizada e santificada (NATIVIDADE, 2013b) a fim de fugirem da experiência da abjeção e do estigma tanto por parte da comunidade cristã evangélica como pelo próprio meio LGBT. É na fuga deste estigma e no constante trabalho de ordenamento do desejo que os fieis começam a produzir um sentindo de coletivo de viver a homossexualidade atravessada pelo ethos cristão e, com isto, mostrar ao mundo outras possibilidades de sociabilidades homoafetivas. De acordo com a tese de Maus (2003), os protestantes foram os responsáveis pela construção metafísica da noção de pessoas. Com suas configurações e reconfigurações, o que talvez as igrejas inclusivas estejam a fazer é construir, a todo custo, uma outra *noção de indivíduo LGBT*.

Referências Bibliográficas

A BÍBLIA SAGRADA. São Paulo, SP: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. BERGER, Peter. O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

_____. MULTIPLOS ALTARES DA MODERNIDADE - OS RUMO A UM PARADIGMA DA RELIGIAO NUMA EPOCA PLURALISTA. Petropólis: Editora Vozes, 2017.

BROWN, Peter. Corpo e Sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

Celso Gabatz. As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. Soc. e Cult., Goiânia, v. 19, n. 2, p. 95-103, jul./dez. 2016.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GREEN, James N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Editora UNESP. São Paulo, 2000.

LANDOWSKI, Eric. Presenças do Outro: ensaios de sociossemiotica. São Paulo, SP: Editora Perspectiva, 2002.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 387-396, ago. 2005.

MAFRA, Clara & DE PAULA, Robson. (2002), "O espírito da simplicidade: a cosmologia da batalha espiritual e as concepções de corpo e pessoa entre policiais pentecostais cariocas". *Religião e sociedade*, v. 22, n. 1: 57-76.

MAUSS, Marcel. "As técnicas do corpo". In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac &Naify, 2003.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Emocionalismo e dogmatismo epistemológico. In:
______. O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. 3. ed. São Paulo:
Editora da Universidade de São Paulo, 2008, pp. 298-303.

MUSSKOPF, André. Via (da) gens teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

NATIVIDADE, M. T. Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos do Brasil. 2008. 342 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

- _____. Uma homossexualidade santificada? Etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 90-121, 2010.
- _____. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. Latitude, Maceió, v. 07, n. 01, p. 33-51, 2013a.

NATIVIDADE, M. T.; OLIVEIRA, L. de. "Nós acolhemos os homossexuais": homofobia pastoral e regulação da sexualidade. TOMO, v. 14, p. 204-227, 2009.

_____. As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013b.

NATIVIDADE, Marcelo & RATTS, Júnior. Entre a *carne* e a *santidade*? Regulação e sexualidade entre participantes de igrejas evangélicas inclusivas. In: Anais do 41° Encontro Anual da Anpocs (file:///C:/Users/PC/Documents/2018/Doutorado/Artigos/EdilsonBrasilJunior_Marcelo Natividade.pdf/ Acessado em 10 de Janeiro de 2018).

TODOROV, Tzvetan. Introdução ao verossímil. In: *Poética da Prosa*. Tradução de Maria de Santa Cruz. Lisboa: Edições 70, 1979.



ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS EM ARACAJU-SE: RELATOS DE EXPERÊNCIA DOS PAIS ADOTIVOS.

OLIVEIRA, Edson José*; GOMES, Carla Rezende.

¹Curso de Psicologia, Faculdade Estácio de Sergipe, CEP: 49020-490, Aracaju – SE, Brasil

*email: edsonpsicologia2014.eo@gmail.com rezendecarla@hotmail.com

Resumo: O artigo a seguir é resultado de um trabalho de conclusão de curso em Psicologia realizado com casais homoafetivos na cidade de Aracaju — SE, e teve por objetivo geral dar visibilidade às experiências de adoção por esses casais, a partir do ponto de vista dos daqueles que passaram (ou que estão passando) pelo processo de adoção. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, para coleta de dados usou-se a entrevista semi-estruturada. A amostra foi composta por três famílias homoafetivas, todas com união estável. Sendo dois casais de homens e um casal de mulheres. A idade mínima dos sujeitos foi de 26 e a máxima de 40 anos. Os resultados mostraram que em sua maioria os casais não pretendem contar a história de origem da criança; não são adeptos a nenhum tipo de religião; em relação aos medos e receios, a maioria dos entrevistados colocou o fato de temer como o filho (a) vai viver de forma natural na sociedade, sem sofrer preconceito, o medo de a criança ser portadora de alguma doença genética e a questão de adaptação ao novo lar. Apesar de ser carente de leis específicas, a adoção por casais homoafetivos é uma realidade no âmbito da Justiça Brasileira e da sociedade como um todo. É preciso dar visibilidade, falar sobre o assunto, quebrar paradigmas, desmistificar olhares preconceituosos. Através das experiências das famílias pesquisadas em Aracaju — SE, foi possível ter um maior entendimento dessas relações.

Palavras – chave: Adoção Homoafetiva, Família Homoafetiva, Preconceito.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa versa sobre as experiências de adoção por casais homoafetivos em Aracaju – SE, tema que desperta olhares preconceituosos por parte de muitas pessoas que ainda enxergam a homossexualidade como doença ou algo fora da normalidade e, como consequência dessa condição patológica, casais homoafetivos não poderiam adotar.

O objetivo geral dessa pesquisa é dar visibilidade às experiências de adoção por casais homoafetivos em Aracaju – SE a partir do ponto de vista dos pais que passaram (ou que estão passando) pelo processo de adoção. No que concerne aos objetivos específicos destacam-se: Identificar nos discursos dos pais os motivos que levaram a adoção; Averiguar os principais medos e receios em relação à adoção; Apresentar as principais dificuldades encontradas em relação à equipe técnica envolvida com os trâmites legais; Analisar a importância do



psicólogo nesse contexto; Identificar de que forma a religião influência no processo.

Estudos apontam que muitas pessoas ainda questionam a capacidade dos homoafetivos em proporcionar para a criança um ambiente sadio e favorável ao seu desenvolvimento. Costa (2001, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 30) relata que existem vários argumentos contra a possibilidade de adoção por casais homoafactivos, dentre eles, o perigo da criança sofrer violência sexual e de, também, tornar-se homossexual por influências dos pais.

Não se pode levar em conta a orientação sexual do adotante como fator positivo ou negativo no processo de adoção, visto que o vínculo paterno e afetivo não está ligado à homossexualidade dos pais (MORAIS, et e tal, 2013, p.14).

São muitas as discussões em torno desse modelo de família. É importante que a população conheça e reflita sobre essas questões com o intuito de promover o respeito e a quebra de paradigmas, alertando sobre o preconceito e sobre as novas possibilidades de enxergar a adoção por casais homoafetivos como algo natural e legal.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos preconceituosa. A pouca visibilidade social das famílias compostas por pessoas do mesmo sexo impulsionou-me a trabalhar com essa temática.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Conceito de família

Por muito tempo, o modelo de família patriarcal ficou em evidência, o pai era provedor e detinha o poder sobre os demais membros da família. No final do século XIX e início do século XX, o modelo patriarcal começou a perder força e a família começa a sair de um contexto repressor, para uma sociedade mais flexível (LEVY, et al. 2014, p. 49).

No final da década de 60, com o aumento de número de separações e divórcios, começam a emergir outras formas de organização familiar, podendo ou não haver parentalidade, o que se distancia do modelo tradicional, constituindo-se de famílias homoparentais, adotivas, entre outras. (Ceccarelli, 2007, apud MORAIS, 2013, p. 4)

Para Araújo (2008, apud ALMEIDA, 2012, p. 33), família "pode ser definida a partir de diferentes perspectivas; é preciso compreendê-la como uma instituição historicamente determinada, que expressa às mutações das formas históricas de organização social." Entendese que ela se faz presente de diversas maneiras e em diferentes momentos suprindo as



demandas socioeconômicas, culturais e afetivas atuais.

2.2. Casamento homoafetivo

A resolução nº 175, de 14 de Maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) diz no seu Art. 1º que "é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo". Apesar disso, um dos maiores problemas em relação à união homoafetiva ainda é o silêncio constitucional, a falta de elaboração legislativa e o conservadorismo judicial. Por não possuir plena aceitação social, o relacionamento homoafetivo passa por omissão legal. Os doutrinadores temem perder seus eleitores e, por isso, deixam de produzir legislação sobre o assunto. (Spengler, 2008, apud MOTA, 2011, p. 13).

"Para os mais conservadores, as novas famílias se configuram como algo destrutivo; já para os que lutam e defendem a liberdade de expressão humana, elas são o direcionamento para uma sociedade mais igualitária". (Almeida, 2008, p.3 apud BARANOSKI, 2016, p. 92).

2.3. Nova lei da adoção

Granja e Murakawa (2012, p. 1) conceituam adoção como "sendo um ato jurídico solene pelo qual se estabelece um vínculo de paternidade e filiação entre o (s) adotante (s) e adotado, independente de qualquer relação natural ou biológica de ambos".

Antes do código civil de 1916 para ser considerado filho era necessário ter origem no casamento, caso contrário era considerado ilegível. Com o advento do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - o adotado é considerado como filho e os vínculos se estendem para a família do adotante como filho biológico. O adotado perde toda ligação com a sua família consangüínea.

Em 03 de agosto de 2009 com a promulgação da Lei 12.010 (nova lei da adoção) houve uma tentativa de acelerar o processo da adoção e reduzir o tempo de permanência das crianças e adolescentes em abrigos que passou a ser de dois anos.

A Lei 12.010 não trouxe artigos diretamente relacionados à temática, no entanto, revogou o artigo 1.622 do código civil em que ficava claro que "ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher ou se viverem em união estável".

Uma vez entendido que a criança e o adolescente abrigados estão excluídos



da sua condição de cidadão por terem seus direitos fundamentais de convivência familiar e comunitário violados, soluções devem ser encontradas para o resgate desta cidadania. A adoção é uma delas. (BARANOSKI, 2016, p. 131).

A nova lei possibilitou que o processo de adoção deve priorizar o melhor interesse da criança, uma convivência familiar e comunitária saudável.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado na cidade de Aracaju- SE em 2017, com uma amostra de três famílias homoafetivas. Constitui-se através de entrevista semi - estruturada composta por treze questões abertas. Foram levantados temas como: motivação para a adoção; preferência por algum tipo de criança em específico; medos e receios em relação à adoção; preconceito social vivenciado pelo casal e pela criança; atuação do psicológo durante o processo, entre outros. Foi aplicado também o questionário sócio – demográfico composto por sete questões.

Trivinos (1987, p. 146) diz que a entrevista semi-estruturada deve ser privilegiada, pois, possibilita ao mesmo tempo "valorizar a presença do investigador, bem como oferece todas as perspectivas possíveis para que a informação alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação". Na pesquisa qualitativa, os entrevistados ficam mais livres para assinalar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo.

Após a aprovação do projeto pelo comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE: 78958117.5.0000.8079, iniciaram-se os contatos através de telefone. As entrevistas foram realizadas em locais definidos pelos pais (duas famílias me receberam em suas residências e um no local de trabalho). A idade mínima dos sujeitos foi de 26 e a máxima de 40 anos. Dois casais são de homens e um casal de mulheres. A entrevista foi marcada em dia e horário combinados antecipadamente e, antes de iniciarmos os questionamentos eles foram orientados a preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo todos os esclarecimentos a respeito dos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas (com o consentimento deles) e logo depois foram transcritas na íntegra pelo entrevistador.

Após o levantamento das informações, analisou-se qualitativamente as respostas dos participantes e a partir daí foi possível dar visibilidade aos resultados e posteriormente as discussões.



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Aspectos sociodemográficos das famílias

Tabela 1 – Aspectos Sociodemográficos

Entrevistados*	Estrutura	Tempo	Idade	Escolaridade	Nível	Profissão
	Familiar	de			Econômico	
		relação				
Casal 1 – João e	2 homens	6 anos	36 e 37	Especialista e	Acima de 10	Advogado
Carlos				Mestrando	salários	e Médico
Casal 2 -	2 homens 1	6 anos	40 e 26	Especialista e	Acima de 10	Publicitário
Mateus e Léo	criança			Mestrando	salários	e Dentista
	(Tiago)*					
Casal 3- Julia e	2 mulheres	6 anos	36 e 37	Superior	Acima de 10	Funcionária
Ana				Completo	salários	s públicas

Fonte: Entrevista realizada com os casais (2017)

4.2. Motivos da adoção

Os motivos mais presentes foram: a vontade de ter filhos, de ser pai e de constituir uma família. Pesquisa realizada por Costa e Campos (2003, apud GONDIM, et al, 2008, p. 164) confirma que a motivação primordial para a adoção é o desejo de ter filhos.

Na fase de seleção as entrevistas psicológicas são essências para identificar essa motivação, pois é através delas que se pode analisar se a motivação está pautada em bases concretas ou é apenas um modismo, bem como verificar se existe uma noção do que a criança vai representar na vida do casal ou se o imaginário, a fantasia da criança idealizada afasta demais da realidade. (FUTINO e MARTINS, 2006, p.152)

4.3. Dificuldades encontradas no processo de adoção em relação à equipe técnica.

Dos três casais entrevistados, dois colocaram que não houveram maiores dificuldades em relação ao acolhimento da equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais, servidores público). "Nunca teve nenhum olhar diferente na verdade, nenhuma pergunta tendenciosa" (Mateus e

^{*} Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade dos sujeitos

11, 12 e 13 cord de 2018

ConQuer

Conperência inviernacional de estudos Queer

Léo). "... o processo de habilitação é super sossegado... o pessoal aqui de Sergipe é muito preparado para isso em todos os aspectos... o único problema que vejo é a demora no processo." (João e Carlos).

Constatou-se que em Aracaju a equipe técnica, em sua maioria, tem atendido bem aos casais homoafetivos e prestado um serviço sem preconceitos e julgamentos em relação à adoção. Baranoski (2016, p. 160) coloca que "a equipe interprofissional é fundamental para as garantias dos direitos da criança e do adolescente que estão em situação de acolhimento e na preparação para a colocação em família (seja natural ou substituta)".

Júlia aponta que no caso dela houve preconceito por parte de uma servidora pública.

"... parte do que eu encontrei de obstáculo foi numa servidora que contaminou a juíza que poderia me ajudar...quando ela abriu o cadastro à primeira coisa que aparece é o nome das duas mães...para chegar na juíza tinha que passar por essa servidora...ela dificultou bastante..."

Almeida (2012, p. 163) coloca que "quando os casais homoafetivos chegam ao judiciário para solicitar o cadastro de adoção, há um medo de que a equipe de profissionais esteja despreparada para atender essa demanda livre de preconceitos e discriminação"

4.4. Características da criança desejada

Dos três casais entrevistados nenhum excedeu a idade de 3 anos para a adoção. Segundo Ebraim (2001, apud GONDIM et al, 2008, p. 166), somente crianças de até três anos conseguem inserção nas famílias brasileiras, a partir dessa idade a adoção tornar-se complicada. "A questão da adoção tardia não é nem necessariamente a vontade de ter um filho bebê, mas porque as pessoas começam a ficar com medo da personalidade dessa criança que cresceu...". (Mateus).

Essa tendência dos candidatos a adoção de preferir crianças com menor idade é pelo fato de quanto maior for à criança mais difícil será o processo educativo, devido aos "maus costumes" aprendidos na instituição. Portanto, junto às preferências dos pais na hora do cadastro e a demora no processo burocrático, muitas crianças acabam ficando com idades avançadas nas instituições governamentais e impossibilitadas de um convívio familiar e comunitário que promova o bem-estar. (FUTINO e MARTINS, 2006, p. 155).

Sobre as características físicas, João e Carlos dizem: "... se fosse filho biológico, não poderíamos escolher...". "Geralmente essa preferência surge quando a família tem a



preocupação de que a criança seja parecida, por exemplo, se a família for de cor branca, olhos azuis, quer uma criança assim com essas características... tem a preocupação com o social, com o preconceito." (Julia e Ana).

4.5. Medos e receios em relação à adoção

Mateus e Léo colocam que não houve uma preocupação nesse sentido: "... tudo depende muito da sua postura... se a gente tentasse disfarçar que Tiago não tem dois pais isso poderia ser preocupante e a gente viveria o tempo todo com medo, mas a gente em instante nenhum tenta disfarçar. Quanto mais natural mais as coisas fluem".

"... o Tiago está com 4 anos agora e não tem essa coisa de ah cadê minha mãe?...uma vez estávamos num supermercado, ele pequenininho no colo de Léo e minha mãe brincando com ele...daí ele comentou: vovó, papai e papai, a moça do caixa ficou assim parada olhando para ele...ah você tem dois pais, que bom...então quer dizer que ele tem isso como muito natural..." (Mateus e Léo)

Julia e Ana colocam a questão do preconceito: "Estamos preocupadas com ele no sentido de como ele vai viver em sociedade de uma maneira natural, ... que ele saiba está bem resolvido." Em outro momento Júlia acrescenta: "... penso como será no trabalho quando eu disser que vou adotar uma criança com outra mulher".

Baranoski (2016, p. 137) coloca que o preconceito é um julgamento categórico antecipado em que o ser humano exclui aquilo que lhe é estranho, que não está de acordo com suas crenças. Esse preconceito pode gerar discriminação, violência, marginalização, pois se trata de algo diferente e que não se enquadra nos padrões dominantes ou na cultura cristalizada da sociedade.

Sobre essa questão do preconceito, João coloca que:

"Ou a gente deu muita sorte, ou as pessoas com as quais nós convivemos são mais instruídas, mais esclarecidas, não sei se tem o lance da profissão... não sei se de repente ao fosse um cabeleireiro, ou algo do tipo poderia ter uma postura diferente, eu acho que isso é um fator que tem um peso, eu como Advogado e Carlos como médico, há certo respeito por conta da profissão."

A colocação de João merece uma reflexão no sentido de que nem todos exercemos profissões de status social elevado. Será a sociedade preconceituosa somente com profissões que tenham menos retorno financeiro? Deixo aqui essa ponderação para outros debates.



À adaptação da criança ao novo lar foi também um dos receios levantados pelo casal Júlia e Ana: "... inicialmente vamos recebê-los... queremos fazer uma viagem... depois a gente pensa em fazer uma festinha para apresentá-lo aos amigos... no início preferimos algo só a gente... pra não assustá-lo." Mateus e Léo colocam o medo da criança ter alguma doença genética desconhecida. Sobre essas questões, Campos e Costa (2004, apud GONDIM, et al, 2008, p. 168) dizem: "o processo de adoção é permeado de subjetividade e emoções: medo, ansiedade, constrangimento, dúvidas e incertezas. Há uma consciência destas dimensões por parte de todos os envolvidos no processo."

4.6. Atuação do Psicólogo no processo de adoção

Julia e Ana relatam que a "presença do psicólogo é fundamental para que o juiz tenha um embasamento mais humano e aplique uma sentença justa". Miranda, Fernandes e Souza (2011, p.4) colocam que "é de extrema importância o estudo psicossocial no processo de adoção, a fim de subsidiar o poder judiciário e o Ministério Público nas decisões de habilitação para a adoção".

"Achamos interessante o papel do psicólogo porque tem muita gente sem juízo e que decide adotar como gesto nobre, de caridade... eu já escutei pessoas dizendo que quer adotar para não envelhecer sozinho... são situações em que você necessariamente não está apto e aí é interessante a avaliação do psicólogo sim." (Mateus e Léo)

Levinzon (2006, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 35) entende que a participação efetiva do psicólogo é de extrema importância para prevenir problemas de equilíbrio emocional e de relação entre adotantes e adotados. Os pais precisam ter claro que o processo de filiação será construído no decorrer das relações, das vivências, respeitando a singularidade daquela criança ou adolescente.

"Acho importante a presença do psicólogo, mas acho muito falho, porque na verdade é uma entrevista básica que se faz. Não há um acompanhamento, é por isso que eu acho que ainda hoje existe o problema de devolução de criança..." (João)

"Eu fiquei com uma sensação de que talvez pudesse ser mais...Tinha gente durante o curso que poderia estar num pet shop, queria um cachorro e não uma criança...queria uma criança que não chorasse, que fosse bonita, que obedecesse, o pessoal ali estava com umas exigências que ninguém estaria se fosse filho biológico... como a gente soube de um caso que a menina foi devolvida porque era negra e ninguém sabia pentear os cabelos..." (Carlos).



Alvarenga e Bittencourt (2013, p. 43) colocam que "uma preparação deficiente da criança, tanto quanto candidatos mal informados e mal preparados, dificultam o processo de construção de filiação, gerando profundo sentimento de fracasso em todos os envolvidos."

4.7. História de origem da criança

"Eu quero que a criança saiba... na linguagem dela... aí quando tiver na adolescência que já é uma fase crítica ela estar com isso bem formulado na cabeça (Júlia)". Videla (2001, apud AMAZONAS, VERISSIMO e LOURENÇO, 2013, p.639), diz que antes da adoção a criança teve uma história que não pode ser negada ou evitada. Esconder a verdade sobre sua origem compara-se a um sequestro, um delito na sua forma efetiva.

"Meu coração vai parar por uns segundos se ele quiser saber. Eu pretendo mudar o registro de nascimento, inclusive o cartório... espero que nunca chegue a esse ponto... O que eu pude evitar... não pretendemos contar e nem saber a origem da criança". (João e Carlos).

Por mais limitada que seja a história da criança, o acesso é necessário para que ela possa reconstruir sua história e viver com mais segurança. O art. 48 da Lei 12.010 diz que "o adotado tem o direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes após completar 18 anos."

4.8. Religião e adoção homoafetiva

Os casais entrevistados não são adeptos a nenhum tipo de religião. "Eu acho que a igreja católica e evangélica, os frequentadores ficam ali tolhidos..." (Júlia).

A união homoafetiva rompe com tradições sociais e vai de encontro ao que prega o catolicismo, a igreja defende a ideia de que é primordial a presença do sexo oposto para a configuração de união, uma vez que o casamento é para constituir família e gerar descendentes. Na sociedade contemporânea a condenação da homossexualidade por conta da igreja influencia em várias áreas do saber, inclusive na área do Direito, o que dificulta na elaboração e aprovação de leis voltadas aos casais homoafetivos. (Zambrano, 2006 apud SANTOS, 2014, p. 2993).

Uziel (2009, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 31) colocam que essa visão



conservadora e preconceituosa influência as decisões judiciais, visto que a moral da sociedade é direcionada por valores religiosos e a religião, por sua vez, é contra a união de casais homoafetivos e, por conseguinte também contrária a adoção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser carente de leis específicas, a adoção por casais homoafetivos é uma realidade no âmbito da Justiça Brasileira e da sociedade como um todo. É preciso dar visibilidade, falar sobre o assunto, quebrar paradigmas, desmistificar olhares preconceituosos. Através das experiências das famílias pesquisadas em Aracaju – SE, foi possível ter um maior entendimento dessas relações.

Não se pode negar o desejo de filiação, da parentalidade por conta da orientação sexual dos pais. O ECA não faz exigência específica quanto a orientação sexual dos casais candidatos a adoção. A Constituição Federal garante o direito de igualdade a todos. Através da adoção crianças e adolescentes são incluídos em famílias substitutas garantindo assim o seu direito a convivência familiar e comunitária.

A presente pesquisa teve como resultados: a adoção em todos os casos foi consensual por ambas as partes; o motivo maior da adoção foi pelo desejo de ser pai; os casais colocam que não houveram maiores dificuldades em relação à equipe técnica envolvida com os tramites legais, com exceção de um casal que alegou sofrer preconceito por parte de uma servidora pública; uma das principais dificuldades encontradas é a demora no processo; houve uma preferência em todos os entrevistados por crianças de até 3 anos; sobre medos e receios, foi mencionado o preconceito social e da adaptação.

Sobre a atuação dos psicólogos, os casais acreditam que deveria ter um acompanhamento mais efetivo, e não apenas uma avaliação para emissão de um parecer favorável ou não a adoção; sobre a religião todos os casais sem exceção não freqüentam a igreja, isso pode ser explicado pelo fato de que a igreja é contra a adoção por casais homoafetivos; em relação às funções parentais, não há papéis definidos de quem vai fazer o que, ficou evidenciado que ambos se ajustam de acordo com as necessidades.

Não pretendo com essa pesquisa dar uma resposta final e muito menos receitar algo pronto. O tema precisa ser debatido por várias áreas como a Psicologia e o Direito e serve de incentivo para que outros profissionais realizem outras pesquisas que promovam a reflexão e atuem enquanto agente de mudanças no combate ao conservadorismo, ao preconceito

11, 12 e 13
cotil de 2018
ConQueer
CONSTIGNACIONAL DE ESTUDOS QUEER

possibilitando mais respeito e tolerância a todas as formas de amor. Criança/adolescente precisa ser amada, acolhida, protegida e ter uma família. É lei, não se pode negar a convivência familiar e comunitária e os casais homoafetivos estão aptos a adotar e a tornar a vida dessas crianças digna de respeito e cidadania.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.R. de. **Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo:** um estudo de caso. 2012. (223f.) Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERISSIMO, Vasconcelos Hugo; LOURENÇO, Oliveira Gilclécia. **Adoção de crianças por gays**. Psicol. Soc. Vol 25, n 03, 631-341, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.
- ALVARENGA, Lídia Levy; BITTENCOURT, Maria Inês Garcia de Freitas. A dedicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processo de adoção. Pensando famílias. vol.17 no.1, 41-53, Porto Alegre jul. 2013
- BARANOSKI, Maria Cristina Rouch. **Adoção em relações homoafetivas**. 2ª ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- FERREIRA, Kátia Catrin G. CHALBUB, Anderson. **Contribuições da psicologia em relação à adoção de crianças por casais homoafetivos**: uma revisão de literatura. Revista eletrônica do Curso de Psicologia da UNIJORGE. Ano 2 | v. 2 | nº. 1 | Jan Jun 2011.
- FUTINO, Silva R. MARTINS, Simone. **Adoção por homossexuais** uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. Aletheia, nº 24, p. 149 -159. Jul/dez. 2006.
- GONDIM, Ana K. et e al. **Motivação dos pais para a prática da adoção**. *Boletim de Psicologia*, 2008, vol. LVIII, nº 129: 161 170. Disponível em:



http://pepsic.bvsalud.org>Acessado em 15 de set. 2017.

- GRANJA, Cícero Alexandre. MURAKAWA, Paulo Takahano. **Adoção por casais homoafetivos no Brasil**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Norte, XV, n. 107, dez de 2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br. Acessado em 30 de set. 2017.
- Lei N. 12.010. De 03 de Agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acessado em 30 de maio de 2017.
- LEVY, Lídia, et al. **Livro didático de Psicologia aplicada ao Direito.** Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.
- MIRANDA, Vera Regina. FERNADES JUNIOR, Nelson. SOUZA, Célia Mazza de. **Novas configurações familiares e a adoção por homoafetivos.** (CRP 18 região), Curitiba, p. 29-32, Maio de 2011.
- MORAIS, Aldenise Bezerra de. et e tal. **Adoção por casais homoafetivos**: novos arranjos de família. Documento produzido em 16.11.2013. Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0731.pdf>. Acessado em 02 de ago. de 2017.
- MOTA, Missilene M. Estudo do processo de adoção em famílias homoafetivas. 2011. 76
 f. Dissertação Mestrado. Programa de pós graduação em Saúde e Ambiente. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.
- SANTOS, Dayse A. dos. **Família para uma criança:** considerações sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife PE. 18 REDOR. 24 a 27 de novembro de 2014.
- TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. São Paulo: atlas, 1987.



ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS EM ARACAJU-SE: RELATOS DE EXPERÊNCIA DOS PAIS ADOTIVOS.

OLIVEIRA, Edson José*; GOMES, Carla Rezende.

¹Curso de Psicologia, Faculdade Estácio de Sergipe, CEP: 49020-490, Aracaju – SE, Brasil

*email: edsonpsicologia2014.eo@gmail.com rezendecarla@hotmail.com

Resumo: O artigo a seguir é resultado de um trabalho de conclusão de curso em Psicologia realizado com casais homoafetivos na cidade de Aracaju — SE, e teve por objetivo geral dar visibilidade às experiências de adoção por esses casais, a partir do ponto de vista dos daqueles que passaram (ou que estão passando) pelo processo de adoção. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, para coleta de dados usou-se a entrevista semi-estruturada. A amostra foi composta por três famílias homoafetivas, todas com união estável. Sendo dois casais de homens e um casal de mulheres. A idade mínima dos sujeitos foi de 26 e a máxima de 40 anos. Os resultados mostraram que em sua maioria os casais não pretendem contar a história de origem da criança; não são adeptos a nenhum tipo de religião; em relação aos medos e receios, a maioria dos entrevistados colocou o fato de temer como o filho (a) vai viver de forma natural na sociedade, sem sofrer preconceito, o medo de a criança ser portadora de alguma doença genética e a questão de adaptação ao novo lar. Apesar de ser carente de leis específicas, a adoção por casais homoafetivos é uma realidade no âmbito da Justiça Brasileira e da sociedade como um todo. É preciso dar visibilidade, falar sobre o assunto, quebrar paradigmas, desmistificar olhares preconceituosos. Através das experiências das famílias pesquisadas em Aracaju — SE, foi possível ter um maior entendimento dessas relações.

Palavras – chave: Adoção Homoafetiva, Família Homoafetiva, Preconceito.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa versa sobre as experiências de adoção por casais homoafetivos em Aracaju – SE, tema que desperta olhares preconceituosos por parte de muitas pessoas que ainda enxergam a homossexualidade como doença ou algo fora da normalidade e, como consequência dessa condição patológica, casais homoafetivos não poderiam adotar.

O objetivo geral dessa pesquisa é dar visibilidade às experiências de adoção por casais homoafetivos em Aracaju – SE a partir do ponto de vista dos pais que passaram (ou que estão passando) pelo processo de adoção. No que concerne aos objetivos específicos destacam-se: Identificar nos discursos dos pais os motivos que levaram a adoção; Averiguar os principais medos e receios em relação à adoção; Apresentar as principais dificuldades encontradas em relação à equipe técnica envolvida com os trâmites legais; Analisar a importância do



psicólogo nesse contexto; Identificar de que forma a religião influência no processo.

Estudos apontam que muitas pessoas ainda questionam a capacidade dos homoafetivos em proporcionar para a criança um ambiente sadio e favorável ao seu desenvolvimento. Costa (2001, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 30) relata que existem vários argumentos contra a possibilidade de adoção por casais homoafactivos, dentre eles, o perigo da criança sofrer violência sexual e de, também, tornar-se homossexual por influências dos pais.

Não se pode levar em conta a orientação sexual do adotante como fator positivo ou negativo no processo de adoção, visto que o vínculo paterno e afetivo não está ligado à homossexualidade dos pais (MORAIS, et e tal, 2013, p.14).

São muitas as discussões em torno desse modelo de família. É importante que a população conheça e reflita sobre essas questões com o intuito de promover o respeito e a quebra de paradigmas, alertando sobre o preconceito e sobre as novas possibilidades de enxergar a adoção por casais homoafetivos como algo natural e legal.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e menos preconceituosa. A pouca visibilidade social das famílias compostas por pessoas do mesmo sexo impulsionou-me a trabalhar com essa temática.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Conceito de família

Por muito tempo, o modelo de família patriarcal ficou em evidência, o pai era provedor e detinha o poder sobre os demais membros da família. No final do século XIX e início do século XX, o modelo patriarcal começou a perder força e a família começa a sair de um contexto repressor, para uma sociedade mais flexível (LEVY, et al. 2014, p. 49).

No final da década de 60, com o aumento de número de separações e divórcios, começam a emergir outras formas de organização familiar, podendo ou não haver parentalidade, o que se distancia do modelo tradicional, constituindo-se de famílias homoparentais, adotivas, entre outras. (Ceccarelli, 2007, apud MORAIS, 2013, p. 4)

Para Araújo (2008, apud ALMEIDA, 2012, p. 33), família "pode ser definida a partir de diferentes perspectivas; é preciso compreendê-la como uma instituição historicamente determinada, que expressa às mutações das formas históricas de organização social." Entendese que ela se faz presente de diversas maneiras e em diferentes momentos suprindo as



demandas socioeconômicas, culturais e afetivas atuais.

2.2. Casamento homoafetivo

A resolução nº 175, de 14 de Maio de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) diz no seu Art. 1º que "é vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo". Apesar disso, um dos maiores problemas em relação à união homoafetiva ainda é o silêncio constitucional, a falta de elaboração legislativa e o conservadorismo judicial. Por não possuir plena aceitação social, o relacionamento homoafetivo passa por omissão legal. Os doutrinadores temem perder seus eleitores e, por isso, deixam de produzir legislação sobre o assunto. (Spengler, 2008, apud MOTA, 2011, p. 13).

"Para os mais conservadores, as novas famílias se configuram como algo destrutivo; já para os que lutam e defendem a liberdade de expressão humana, elas são o direcionamento para uma sociedade mais igualitária". (Almeida, 2008, p.3 apud BARANOSKI, 2016, p. 92).

2.3. Nova lei da adoção

Granja e Murakawa (2012, p. 1) conceituam adoção como "sendo um ato jurídico solene pelo qual se estabelece um vínculo de paternidade e filiação entre o (s) adotante (s) e adotado, independente de qualquer relação natural ou biológica de ambos".

Antes do código civil de 1916 para ser considerado filho era necessário ter origem no casamento, caso contrário era considerado ilegível. Com o advento do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - o adotado é considerado como filho e os vínculos se estendem para a família do adotante como filho biológico. O adotado perde toda ligação com a sua família consangüínea.

Em 03 de agosto de 2009 com a promulgação da Lei 12.010 (nova lei da adoção) houve uma tentativa de acelerar o processo da adoção e reduzir o tempo de permanência das crianças e adolescentes em abrigos que passou a ser de dois anos.

A Lei 12.010 não trouxe artigos diretamente relacionados à temática, no entanto, revogou o artigo 1.622 do código civil em que ficava claro que "ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher ou se viverem em união estável".

Uma vez entendido que a criança e o adolescente abrigados estão excluídos



da sua condição de cidadão por terem seus direitos fundamentais de convivência familiar e comunitário violados, soluções devem ser encontradas para o resgate desta cidadania. A adoção é uma delas. (BARANOSKI, 2016, p. 131).

A nova lei possibilitou que o processo de adoção deve priorizar o melhor interesse da criança, uma convivência familiar e comunitária saudável.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi realizado na cidade de Aracaju- SE em 2017, com uma amostra de três famílias homoafetivas. Constitui-se através de entrevista semi - estruturada composta por treze questões abertas. Foram levantados temas como: motivação para a adoção; preferência por algum tipo de criança em específico; medos e receios em relação à adoção; preconceito social vivenciado pelo casal e pela criança; atuação do psicológo durante o processo, entre outros. Foi aplicado também o questionário sócio – demográfico composto por sete questões.

Trivinos (1987, p. 146) diz que a entrevista semi-estruturada deve ser privilegiada, pois, possibilita ao mesmo tempo "valorizar a presença do investigador, bem como oferece todas as perspectivas possíveis para que a informação alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação". Na pesquisa qualitativa, os entrevistados ficam mais livres para assinalar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo.

Após a aprovação do projeto pelo comitê de Ética em Pesquisa, sob o CAAE: 78958117.5.0000.8079, iniciaram-se os contatos através de telefone. As entrevistas foram realizadas em locais definidos pelos pais (duas famílias me receberam em suas residências e um no local de trabalho). A idade mínima dos sujeitos foi de 26 e a máxima de 40 anos. Dois casais são de homens e um casal de mulheres. A entrevista foi marcada em dia e horário combinados antecipadamente e, antes de iniciarmos os questionamentos eles foram orientados a preencher e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo todos os esclarecimentos a respeito dos objetivos da pesquisa. As entrevistas foram gravadas (com o consentimento deles) e logo depois foram transcritas na íntegra pelo entrevistador.

Após o levantamento das informações, analisou-se qualitativamente as respostas dos participantes e a partir daí foi possível dar visibilidade aos resultados e posteriormente as discussões.



4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Aspectos sociodemográficos das famílias

Tabela 1 – Aspectos Sociodemográficos

Entrevistados*	Estrutura	Tempo	Idade	Escolaridade	Nível	Profissão
	Familiar	de			Econômico	
		relação				
Casal 1 – João e	2 homens	6 anos	36 e 37	Especialista e	Acima de 10	Advogado
Carlos				Mestrando	salários	e Médico
Casal 2 -	2 homens 1	6 anos	40 e 26	Especialista e	Acima de 10	Publicitário
Mateus e Léo	criança			Mestrando	salários	e Dentista
	(Tiago)*					
Casal 3- Julia e	2 mulheres	6 anos	36 e 37	Superior	Acima de 10	Funcionária
Ana				Completo	salários	s públicas

Fonte: Entrevista realizada com os casais (2017)

4.2. Motivos da adoção

Os motivos mais presentes foram: a vontade de ter filhos, de ser pai e de constituir uma família. Pesquisa realizada por Costa e Campos (2003, apud GONDIM, et al, 2008, p. 164) confirma que a motivação primordial para a adoção é o desejo de ter filhos.

Na fase de seleção as entrevistas psicológicas são essências para identificar essa motivação, pois é através delas que se pode analisar se a motivação está pautada em bases concretas ou é apenas um modismo, bem como verificar se existe uma noção do que a criança vai representar na vida do casal ou se o imaginário, a fantasia da criança idealizada afasta demais da realidade. (FUTINO e MARTINS, 2006, p.152)

4.3. Dificuldades encontradas no processo de adoção em relação à equipe técnica.

Dos três casais entrevistados, dois colocaram que não houveram maiores dificuldades em relação ao acolhimento da equipe técnica (psicólogos, assistentes sociais, servidores público). "Nunca teve nenhum olhar diferente na verdade, nenhuma pergunta tendenciosa" (Mateus e

^{*} Utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade dos sujeitos

11, 12 e 13 cotil de 2018

ConQueer

Conreiência interraccional de estudios Queer

Léo). "... o processo de habilitação é super sossegado... o pessoal aqui de Sergipe é muito preparado para isso em todos os aspectos... o único problema que vejo é a demora no processo." (João e Carlos).

Constatou-se que em Aracaju a equipe técnica, em sua maioria, tem atendido bem aos casais homoafetivos e prestado um serviço sem preconceitos e julgamentos em relação à adoção. Baranoski (2016, p. 160) coloca que "a equipe interprofissional é fundamental para as garantias dos direitos da criança e do adolescente que estão em situação de acolhimento e na preparação para a colocação em família (seja natural ou substituta)".

Júlia aponta que no caso dela houve preconceito por parte de uma servidora pública.

"... parte do que eu encontrei de obstáculo foi numa servidora que contaminou a juíza que poderia me ajudar...quando ela abriu o cadastro à primeira coisa que aparece é o nome das duas mães...para chegar na juíza tinha que passar por essa servidora...ela dificultou bastante..."

Almeida (2012, p. 163) coloca que "quando os casais homoafetivos chegam ao judiciário para solicitar o cadastro de adoção, há um medo de que a equipe de profissionais esteja despreparada para atender essa demanda livre de preconceitos e discriminação"

4.4. Características da criança desejada

Dos três casais entrevistados nenhum excedeu a idade de 3 anos para a adoção. Segundo Ebraim (2001, apud GONDIM et al, 2008, p. 166), somente crianças de até três anos conseguem inserção nas famílias brasileiras, a partir dessa idade a adoção tornar-se complicada. "A questão da adoção tardia não é nem necessariamente a vontade de ter um filho bebê, mas porque as pessoas começam a ficar com medo da personalidade dessa criança que cresceu...". (Mateus).

Essa tendência dos candidatos a adoção de preferir crianças com menor idade é pelo fato de quanto maior for à criança mais difícil será o processo educativo, devido aos "maus costumes" aprendidos na instituição. Portanto, junto às preferências dos pais na hora do cadastro e a demora no processo burocrático, muitas crianças acabam ficando com idades avançadas nas instituições governamentais e impossibilitadas de um convívio familiar e comunitário que promova o bem-estar. (FUTINO e MARTINS, 2006, p. 155).

Sobre as características físicas, João e Carlos dizem: "... se fosse filho biológico, não poderíamos escolher...". "Geralmente essa preferência surge quando a família tem a



preocupação de que a criança seja parecida, por exemplo, se a família for de cor branca, olhos azuis, quer uma criança assim com essas características... tem a preocupação com o social, com o preconceito." (Julia e Ana).

4.5. Medos e receios em relação à adoção

Mateus e Léo colocam que não houve uma preocupação nesse sentido: "... tudo depende muito da sua postura... se a gente tentasse disfarçar que Tiago não tem dois pais isso poderia ser preocupante e a gente viveria o tempo todo com medo, mas a gente em instante nenhum tenta disfarçar. Quanto mais natural mais as coisas fluem".

"... o Tiago está com 4 anos agora e não tem essa coisa de ah cadê minha mãe?...uma vez estávamos num supermercado, ele pequenininho no colo de Léo e minha mãe brincando com ele...daí ele comentou: vovó, papai e papai, a moça do caixa ficou assim parada olhando para ele...ah você tem dois pais, que bom...então quer dizer que ele tem isso como muito natural..." (Mateus e Léo)

Julia e Ana colocam a questão do preconceito: "Estamos preocupadas com ele no sentido de como ele vai viver em sociedade de uma maneira natural, ... que ele saiba está bem resolvido." Em outro momento Júlia acrescenta: "... penso como será no trabalho quando eu disser que vou adotar uma criança com outra mulher".

Baranoski (2016, p. 137) coloca que o preconceito é um julgamento categórico antecipado em que o ser humano exclui aquilo que lhe é estranho, que não está de acordo com suas crenças. Esse preconceito pode gerar discriminação, violência, marginalização, pois se trata de algo diferente e que não se enquadra nos padrões dominantes ou na cultura cristalizada da sociedade.

Sobre essa questão do preconceito, João coloca que:

"Ou a gente deu muita sorte, ou as pessoas com as quais nós convivemos são mais instruídas, mais esclarecidas, não sei se tem o lance da profissão... não sei se de repente ao fosse um cabeleireiro, ou algo do tipo poderia ter uma postura diferente, eu acho que isso é um fator que tem um peso, eu como Advogado e Carlos como médico, há certo respeito por conta da profissão."

A colocação de João merece uma reflexão no sentido de que nem todos exercemos profissões de status social elevado. Será a sociedade preconceituosa somente com profissões que tenham menos retorno financeiro? Deixo aqui essa ponderação para outros debates.



À adaptação da criança ao novo lar foi também um dos receios levantados pelo casal Júlia e Ana: "... inicialmente vamos recebê-los... queremos fazer uma viagem... depois a gente pensa em fazer uma festinha para apresentá-lo aos amigos... no início preferimos algo só a gente... pra não assustá-lo." Mateus e Léo colocam o medo da criança ter alguma doença genética desconhecida. Sobre essas questões, Campos e Costa (2004, apud GONDIM, et al, 2008, p. 168) dizem: "o processo de adoção é permeado de subjetividade e emoções: medo, ansiedade, constrangimento, dúvidas e incertezas. Há uma consciência destas dimensões por parte de todos os envolvidos no processo."

4.6. Atuação do Psicólogo no processo de adoção

Julia e Ana relatam que a "presença do psicólogo é fundamental para que o juiz tenha um embasamento mais humano e aplique uma sentença justa". Miranda, Fernandes e Souza (2011, p.4) colocam que "é de extrema importância o estudo psicossocial no processo de adoção, a fim de subsidiar o poder judiciário e o Ministério Público nas decisões de habilitação para a adoção".

"Achamos interessante o papel do psicólogo porque tem muita gente sem juízo e que decide adotar como gesto nobre, de caridade... eu já escutei pessoas dizendo que quer adotar para não envelhecer sozinho... são situações em que você necessariamente não está apto e aí é interessante a avaliação do psicólogo sim." (Mateus e Léo)

Levinzon (2006, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 35) entende que a participação efetiva do psicólogo é de extrema importância para prevenir problemas de equilíbrio emocional e de relação entre adotantes e adotados. Os pais precisam ter claro que o processo de filiação será construído no decorrer das relações, das vivências, respeitando a singularidade daquela criança ou adolescente.

"Acho importante a presença do psicólogo, mas acho muito falho, porque na verdade é uma entrevista básica que se faz. Não há um acompanhamento, é por isso que eu acho que ainda hoje existe o problema de devolução de criança..." (João)

"Eu fiquei com uma sensação de que talvez pudesse ser mais...Tinha gente durante o curso que poderia estar num pet shop, queria um cachorro e não uma criança...queria uma criança que não chorasse, que fosse bonita, que obedecesse, o pessoal ali estava com umas exigências que ninguém estaria se fosse filho biológico... como a gente soube de um caso que a menina foi devolvida porque era negra e ninguém sabia pentear os cabelos..." (Carlos).



Alvarenga e Bittencourt (2013, p. 43) colocam que "uma preparação deficiente da criança, tanto quanto candidatos mal informados e mal preparados, dificultam o processo de construção de filiação, gerando profundo sentimento de fracasso em todos os envolvidos."

4.7. História de origem da criança

"Eu quero que a criança saiba... na linguagem dela... aí quando tiver na adolescência que já é uma fase crítica ela estar com isso bem formulado na cabeça (Júlia)". Videla (2001, apud AMAZONAS, VERISSIMO e LOURENÇO, 2013, p.639), diz que antes da adoção a criança teve uma história que não pode ser negada ou evitada. Esconder a verdade sobre sua origem compara-se a um sequestro, um delito na sua forma efetiva.

"Meu coração vai parar por uns segundos se ele quiser saber. Eu pretendo mudar o registro de nascimento, inclusive o cartório... espero que nunca chegue a esse ponto... O que eu pude evitar... não pretendemos contar e nem saber a origem da criança". (João e Carlos).

Por mais limitada que seja a história da criança, o acesso é necessário para que ela possa reconstruir sua história e viver com mais segurança. O art. 48 da Lei 12.010 diz que "o adotado tem o direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes após completar 18 anos."

4.8. Religião e adoção homoafetiva

Os casais entrevistados não são adeptos a nenhum tipo de religião. "Eu acho que a igreja católica e evangélica, os frequentadores ficam ali tolhidos..." (Júlia).

A união homoafetiva rompe com tradições sociais e vai de encontro ao que prega o catolicismo, a igreja defende a ideia de que é primordial a presença do sexo oposto para a configuração de união, uma vez que o casamento é para constituir família e gerar descendentes. Na sociedade contemporânea a condenação da homossexualidade por conta da igreja influencia em várias áreas do saber, inclusive na área do Direito, o que dificulta na elaboração e aprovação de leis voltadas aos casais homoafetivos. (Zambrano, 2006 apud SANTOS, 2014, p. 2993).

Uziel (2009, apud FERREIRA e CHALBUB, 2011, p. 31) colocam que essa visão



conservadora e preconceituosa influência as decisões judiciais, visto que a moral da sociedade é direcionada por valores religiosos e a religião, por sua vez, é contra a união de casais homoafetivos e, por conseguinte também contrária a adoção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser carente de leis específicas, a adoção por casais homoafetivos é uma realidade no âmbito da Justiça Brasileira e da sociedade como um todo. É preciso dar visibilidade, falar sobre o assunto, quebrar paradigmas, desmistificar olhares preconceituosos. Através das experiências das famílias pesquisadas em Aracaju – SE, foi possível ter um maior entendimento dessas relações.

Não se pode negar o desejo de filiação, da parentalidade por conta da orientação sexual dos pais. O ECA não faz exigência específica quanto a orientação sexual dos casais candidatos a adoção. A Constituição Federal garante o direito de igualdade a todos. Através da adoção crianças e adolescentes são incluídos em famílias substitutas garantindo assim o seu direito a convivência familiar e comunitária.

A presente pesquisa teve como resultados: a adoção em todos os casos foi consensual por ambas as partes; o motivo maior da adoção foi pelo desejo de ser pai; os casais colocam que não houveram maiores dificuldades em relação à equipe técnica envolvida com os tramites legais, com exceção de um casal que alegou sofrer preconceito por parte de uma servidora pública; uma das principais dificuldades encontradas é a demora no processo; houve uma preferência em todos os entrevistados por crianças de até 3 anos; sobre medos e receios, foi mencionado o preconceito social e da adaptação.

Sobre a atuação dos psicólogos, os casais acreditam que deveria ter um acompanhamento mais efetivo, e não apenas uma avaliação para emissão de um parecer favorável ou não a adoção; sobre a religião todos os casais sem exceção não freqüentam a igreja, isso pode ser explicado pelo fato de que a igreja é contra a adoção por casais homoafetivos; em relação às funções parentais, não há papéis definidos de quem vai fazer o que, ficou evidenciado que ambos se ajustam de acordo com as necessidades.

Não pretendo com essa pesquisa dar uma resposta final e muito menos receitar algo pronto. O tema precisa ser debatido por várias áreas como a Psicologia e o Direito e serve de incentivo para que outros profissionais realizem outras pesquisas que promovam a reflexão e atuem enquanto agente de mudanças no combate ao conservadorismo, ao preconceito

11, 12 e 13
cotil de 2018
ConQueer
CONSTIGNACIONAL DE ESTUDOS QUEER

possibilitando mais respeito e tolerância a todas as formas de amor. Criança/adolescente precisa ser amada, acolhida, protegida e ter uma família. É lei, não se pode negar a convivência familiar e comunitária e os casais homoafetivos estão aptos a adotar e a tornar a vida dessas crianças digna de respeito e cidadania.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M.R. de. **Os processos subjetivos no acolhimento e na adoção de crianças por casal homoafetivo:** um estudo de caso. 2012. (223f.) Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; VERISSIMO, Vasconcelos Hugo; LOURENÇO, Oliveira Gilclécia. **Adoção de crianças por gays**. Psicol. Soc. Vol 25, n 03, 631-341, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2013.
- ALVARENGA, Lídia Levy; BITTENCOURT, Maria Inês Garcia de Freitas. A dedicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processo de adoção. Pensando famílias. vol.17 no.1, 41-53, Porto Alegre jul. 2013
- BARANOSKI, Maria Cristina Rouch. **Adoção em relações homoafetivas**. 2ª ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- FERREIRA, Kátia Catrin G. CHALBUB, Anderson. **Contribuições da psicologia em relação à adoção de crianças por casais homoafetivos**: uma revisão de literatura. Revista eletrônica do Curso de Psicologia da UNIJORGE. Ano 2 | v. 2 | nº. 1 | Jan Jun 2011.
- FUTINO, Silva R. MARTINS, Simone. **Adoção por homossexuais** uma nova configuração familiar sob os olhares da psicologia e do direito. Aletheia, nº 24, p. 149 -159. Jul/dez. 2006.
- GONDIM, Ana K. et e al. **Motivação dos pais para a prática da adoção**. *Boletim de Psicologia*, 2008, vol. LVIII, nº 129: 161 170. Disponível em:



http://pepsic.bvsalud.org>Acessado em 15 de set. 2017.

- GRANJA, Cícero Alexandre. MURAKAWA, Paulo Takahano. **Adoção por casais homoafetivos no Brasil**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Norte, XV, n. 107, dez de 2012. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br. Acessado em 30 de set. 2017.
- Lei N. 12.010. De 03 de Agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acessado em 30 de maio de 2017.
- LEVY, Lídia, et al. **Livro didático de Psicologia aplicada ao Direito.** Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014.
- MIRANDA, Vera Regina. FERNADES JUNIOR, Nelson. SOUZA, Célia Mazza de. **Novas configurações familiares e a adoção por homoafetivos.** (CRP 18 região), Curitiba, p. 29-32, Maio de 2011.
- MORAIS, Aldenise Bezerra de. et e tal. **Adoção por casais homoafetivos**: novos arranjos de família. Documento produzido em 16.11.2013. Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0731.pdf>. Acessado em 02 de ago. de 2017.
- MOTA, Missilene M. Estudo do processo de adoção em famílias homoafetivas. 2011. 76
 f. Dissertação Mestrado. Programa de pós graduação em Saúde e Ambiente. Universidade Tiradentes, Aracaju, 2011.
- SANTOS, Dayse A. dos. **Família para uma criança:** considerações sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife PE. 18 REDOR. 24 a 27 de novembro de 2014.
- TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. São Paulo: atlas, 1987.



AGORA E NA HORA DE SUA MORTE, AMÉM?: A INFLUÊNCIA DE AGÊNCIAS DE CONTROLE NA VIOLÊNCIA SOBRE O VESTUÁRIO FÚNEBRE DA TRAVESTI

Baga de Bagaceira Souza Campos¹; Orientadora: Renata Pitombo Cidreira²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; e-mail: bagadebagaceira1992@gmail.com

Resumo: O artigo discute, agora e na hora de sua morte, a influência normalizadora da vestimenta no corpo da travesti, ao qual é readequado em acordo com o sexo e performance de gênero designado ao nascimento, configurando-se enquanto violência social ao seu corpo e ao modo como entende-se o seu gênero. Partimos da experiência do velório de uma travesti e no que diz respeito ao modo como são construídas suas sensibilidades e memórias, enquanto um corpo fúnebre que foi vestido com roupas socialmente ditas masculinas, sem maquiagem e todos os signos designados ao gênero feminino, em sua construção social, ou seja, no intuito de normalizar o corpo contra as possíveis abjeções e provocar nela as confusões de sentido de um corpo que viveu sua identidade feminina enquanto travesti em oposição ao que é ditado pelos rituais de controle. Salientamos, assim, que as agências de controle, entre elas midiáticas, religiosas, familiares e sociais, por exemplo, corroboram para a adequação da vestimenta do corpo na hora de seu sepultamento, como uma forma de salvação e reordenação de um corpo visto como não naturalizado. O trabalho pretende, também, trabalhar as formas perceptivas em que estas sensibilidades provocadas pela vestimenta nos afetam.

Palavras-chave: Família, Travesti, Velório, Vestimenta, Violência

Introdução

"A mulher não usará roupa de homem, nem o homem, veste peculiar à mulher"

(Deuteronômio 22:5)

Este artigo toma como ponto chave a discussão em torno da experiência da vestimenta a partir do velório de uma travesti chamada Gaby Diaz, na cidade de Conceição do Jacuípe, no interior baiano. Diante desta experiência, serão apontados os aspectos que tangem, sobretudo, as violências acometidas as suas memórias, sensibilidades e vivências enquanto travesti, além de influências ocorridas no âmbito midiático, social e familiar e que tornam estas sujeitas - as travestis no plural - à margem da sociedade, estabelecendo-se, aqui, enquanto objetivos a serem traçados na pesquisa.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Arte e Memória – Mídia e Formatos Narrativos – , na linha de pesquisa Mídia e Sensibilidades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) / Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutora em Comunicação e Cultura contemporânea (UFBA). Atualmente Coordena o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB e é professora associada na mesma Insituição.



A discussão se volta sobre o vestuário e as sensibilidades em torno dele e é a partir deste ponto que, também, são levados em conta de que forma as estruturas hegemônicas exercem influência sobre o modo 'correto' da travesti vestir-se na hora de sua morte. Com base nessa influência, cujo corpo, agora sepultado, é enxergado como aquele designado ao nascimento (ou seja, um corpo que contém um pênis, e, portanto, é irrefutavelmente masculino para os parâmetros de coerência do gênero), que serão explanados os modos com que tais práticas se tornam violentas a estes corpos, pois desconsidera-se toda a vivência da travesti, ao qual traja roupas que lhes permitem divergir em uma sociedade forjada pelas condutas padronizadas.

Partindo do viés da subalternização lançada ao corpo da travesti e nos modos como as suas violências são tratadas no âmbito de toda a sociedade, pode-se destacar que "a partir dessa realidade, percebe-se que, além da estigmatização do indivíduo, muitos direitos e garantias individuais têm sido freqüentemente violados, destacando-se a violação da imagem, da honra" (ARAÚJO & ZANINI, 2017, p.1). Nessa concepção, um dos motivos que suscita o debate em torno da morte e sepultamento de travestis parte do princípio de que há, comumente, uma construção da imagem dessa sujeita, de modo a colocar suas sensibilidades, modos de vestir e produção de sentidos num âmbito marginalizado e de destruição do que ela representa nas esferas sociais, midiáticas, familiares e religiosas (id., ibid.) e que se justifica neste trabalho como modo de refletirmos sobre os poderes exercidos por tais agências de controle.

Contudo, podemos nos perguntar: até que ponto, de fato, é aceito o corpo abjeto? Até que ponto o seu corpo e os modos encontrados por ele, ao adornar-se, são violentados? Por que, tanto no nascimento quanto na hora da morte, as dicotomias masculinas e femininas reaparecem sempre sobre um recorte do sexo/gênero imposto aos órgãos genitais, configurada como a primeira 'cirurgia' imposta ao corpo? É a partir desse panorama, onde destacamos a experiência de suas memórias e sensibilidades, que propusemos refletir sobre as influências da mídia, da família, da sociedade e demais agências nos contextos de violências aos quais as travestis estão inseridas, tanto quanto corpo estigmatizado quanto no modo de vestir-se, assim contradizendo a própria ideia de ''natureza''³.

.

³ Esta concepção de natureza é pensada a partir da ideia do natural, naturalizado, exposto por Judith Butler (2003) em seu livro Problemas de Gênero, como um corpo, que dentro dos padrões de gênero e sexo, é reforçado enquanto algo fixado, portanto dado pela natureza



Naquele dia, às 10 horas da manhã, do dia 14 de abril de 2017, a cerimônia com mais ou menos 40 pessoas, entre elas a maioria LGBT e alguns membros distantes de sua família, começa com os olhos duros e tesos sobre o seu corpo, de quem desconfia se a pessoa exposta ao caixão é homem ou mulher, por mais que os estereótipos conduzam a crer que aquela travesti é ''naturalmente'' um homem. Se as estigmatizações reportam-se a aquele corpo enquanto masculino, portanto, deve-se vestir ele enquanto o que é designado ao modo de vestir do homem. É desse modo que o último ritual daquela vida, a morte, se completa, no intuito de enquadrar o corpo de acordo com as diretrizes evocadas e disseminadas por diversas instituições, que vão para além da subalternização e se firmam enquanto coniventes de práticas que não devem ultrapassar as fronteiras do ideal, do correto, do normal.

Ana Rita Coutinho Xavier Naves (2013) comenta que a Religião, por exemplo, é considerada uma agência de controle e exerce e recebe forte influência sobre as demais, como família, estado, mídia, etc., assim, o ritual consagrado pelo ''Pai nosso que estás no céu'' formase enquanto operador dos discursos que violentam e que, ao mesmo tempo, querem ''salvar'' aquele corpo. O corpo de Gaby Diaz — objeto desta observação —, ao qual já estava submetida às diversas interferências cirúrgicas, entre elas implantação de cabelo, silicone, etc. não pode ser vestido enquanto um corpo que não se reconhecia no masculino, é preciso que, naquele momento, as configurações do gênero sejam restabelecidas.

Podemos destacar através do caso desse velório, marcado por um espaço carregado de rótulos e preconceitos quanto ao corpo abjeto no modo de adornar-se, uma visão que violentava (e ainda violenta, pois entendemos que estas ações fazem referência a outras sujeitas) o modo como Gaby Diaz compreendia o seu gênero e a linguagem de suas vestes. Nesse sentido, não deixar que ela vestisse roupas ou usasse adereços que designasse ao sujeito feminino no próprio velório, era um modo de restabelecer as estruturas de dominância que se encontram nos ideais da família, da mídia e do social e que se comportam com tais abjeções de modo a eliminá-las, mesmo que isso se dê no campo da subjetividade ou na generalização de seus discursos como ênfase sobre o que é naturalizado sobre o corpo, e nisto não se compreende apenas pelo corpo, mas sobre seus gestos, sensibilidades, performances de gênero, modos de vestir-se, etc.

A compreensão trazida por H. Parret (1997, p.192) na oposição entre o belo e o sublime pode ser destaca, aqui, na relação que estabelece os modos



de vestir do corpo coerente (conformidade sexo-gênero), e que, portanto, deve seguir as normas do belo, correto, simétrico, enquanto que o do sublime "emerge quando a imaginação é desencaminhada". Ainda segundo o autor, podemos dizer que o corpo desencaminhado que a travesti provoca com suas vestes se torna 'desestabilizador', a ponto de torná-las figuras do espanto e que não as configuram como pertencentes ao juízo do gosto, pois este é demonstrado através da analítica do belo (id., ibid. p.191-192). Nesse sentido, talvez possamos inferir que Gaby Diaz não era considerada bela nas diversas esferas, pois provocava as irrupções necessárias para mexer nos rituais consagrados.

A maneira como foi vestida, ou melhor, desmontada em seu velório, destaca não somente a fragilidade que existe em torno do enraizamento dos gêneros ao nascimento, mas também do impacto que tais práticas provocam em sua identidade. Diferentemente da blusa larga e calça que lhe impuseram no velório, Gaby Diaz, habitualmente, vestia-se com blusas amarradas, shorts curtos, saltos altos, roupas com muito brilho, decotadas, etc., ou seja, tudo que para ela remetesse ao universo socialmente construído de feminilidade e que, nesse sentido, compreender a poética da travesti e os seus modos de se autoproduzir, de autoplasmar seu corpo e gênero estão, portanto, sobre o viés do inusitado e, consequentemente, produtor de sentidos que contrariam o entendido como natural.

Dados os modos como se vestia, podemos demonstrar a dimensão sensível existente nas expressões do seu gosto, levantados, aqui, pelos modos de adornar-se e com linguagens, gestos, perfomances que lhes davam o suporte para sentir-se mulher/travesti, ainda que estas instâncias também sejam herdeiras de construções sociais já estabelecidas e disseminadas. A associação estabelecida com o sublime, oposto do considerado belo, pois causa espanto, é dimensionado pelas vivências cotidianas de um corpo que agora é fúnebre e que, mesmo assim, é questionado e violentado pelos adereços que o carregaram até o fim da vida.

Discussão Teórica

I. Não vamos romantizar a mídia, nem mesmo a família

Pensarmos nesse tópico é de algum modo, desmitificar a ideia de que há imparcialidade por trás das comoções da mídia e da família, assim como de outras agências e instituições de controle. Sendo assim, Ana Rita destaca que:



A família é o primeiro contexto social da criança, no qual padrões comportamentais são transmitidos e reforçados pelos demais membros. A família brasileira tem passado por diversas mudanças ao longo do tempo, as quais envolvem transformações nos padrões comportamentais de seus membros, na sua configuração e maior influência de outros grupos sociais como Mídia, Religião, Estado e Educação (NAVES, 2013, p.1).

Desse modo, ainda que as transformações ocorram, seja nas novas estruturações familiares ou nos modos mais abertos e representativos que a mídia nos coloca sobre o espaço ocupado pela travesti, não há como não evidenciar que as margens por elas vividas as colocaram sobre um patamar que, ainda assim, as violenta. Contudo, ainda se busca sobre o corpotravesti os sinais de masculinidade, o ponto chave que discute o que ela tem por baixo do que veste, no intuito de legitimar sua abjeção.

A questão proposta não se debruça sobre uma demonização da mídia, nem mesmo sobre a família e outras agências de controle, mas ''é importante ressaltar que, atualmente, é na mídia que buscamos orientação, servindo-nos assim como ponto de referência para nossa sociedade'' (NASCIMENTO, 2014, p.10). E é dentro dessa perspectiva, que não conseguimos, ainda, enxergar os corpos trans e seus modos de vestir enquanto passíveis de uma inteligibilidade e acolhimento nas diversas esferas e instâncias de real representatividade.

Quais referências nós temos de travesti na mídia? E na família? O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo⁴ e apesar das estatísticas estarem explícitas e os modos como a presença desses corpos nestes ambientes estarem sendo conduzidas, é de todo modo, possível identificar que os/as sujeitos/as que não compreendem ou não seguem os padrões levantados pela Religião, Medicina, Família tradicionais, estarão sujeitos a desumanização. Neste sentido, os rituais operados por estas instituições são rigorosamente reavivados pela questão que envolve disputa sobre o que pretende romper com o padronizado, pois '' uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória'' (POLLAK, 1989, p.5). E, portanto, se há disputa de memória, há também disputa por legitimidade e reivindicações por anos de exclusão.

Pierre Nora (1989) traz um parâmetro sobre a memória em contextos diversos, no que compete ao que foi destinado aos grupos subalternos nos processos de enriquecimento de suas

(83) 3322.3222

⁴ Dados levantados pela associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGBA), que levanta os dados não somente da população Trans, mas também de outras dissidências sexuais. Alguns órgãos fazem o levantamento destas mortes, entre eles o Grupo Gay da Bahia e a ANTRA



memórias em oposição a aquelas solidificadas por um ideal, que fosse tanto de reiterações dos ideais de classe, de raça, de gênero, etc. "Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado" (NORA, 1989, p.17), como também as travestis, consideradas pecadoras e deturpadoras da ordem e da performance de gênero estabelecida por Deus e vigiada pelas normas sociais, querem ter seus direitos preservados, dignos de inteligibilidade.

A mídia enquanto legitimadora da realidade social nas nossas opções, escolhas, adesões, etc., influenciam o meio que nos rodeia e torna as pessoas, perigosamente, reprodutoras do seu discurso alienante. Tal construção não se deu apenas através dela, a forma correta de vestir-se é dada desde que se entende a diferença entre homens e mulheres (''biologicamente'') e que, portanto, devem organiza-se de forma a não se confundir e nem confluir ambos os gêneros. Nesse caso, a própria família de Gaby impediu que ela fosse enterrada como ''uma menina'', como resposta ao que para eles não era compreensível, afinal de contas Gaby 'nasceu menino' e 'morrerá menino'.

De acordo com Gilles Lipovetsky (1989) os processos de diferenciação do que era considerado masculino e feminino foram revelando seus avanços ao longo da história e não diferentemente nos dias atuais. Desse modo, a identidade formada por Gaby Diaz e tantas outras é desqualificada sob a luz das reiterações midiáticas e também das diferenciações marcadas pela história, observando-se que "a mídia [...] molda boa parte do que fazemos enquanto humanos em busca de identidade, ou melhor, em busca de uma memória social" (NASCIMENTO, 2014, p.14) que a torne fixa, ideal e homogênea.

II. Existe 'salvação' para um corpo que já está morto socialmente?

Com intuito de pensarmos como as normatizações do corpo e sua vestimenta terem que se adequar, mesmo que seja no momento de morte dessas sujeitas, ao gênero imposto antes mesmo do nascimento, é possível tencionar o debate se refletirmos no modo como estes rituais já estão fincados sobre o corpo abjeto antes mesmo de sua morte. Para nos questionarmos sobre este enquadramento, é fundamental recorrer aos modos como a desumanidade do corpo queer⁵, e neste caso especificamente do corpo da travesti, é reiterada e usada de forma

⁵ Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Definição postulada por Louro. LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. 2ª ed. Belo

_

Horizonte: Autêntica, 2004. p.38.



recorrente, seja pelo viés midiático, social ou da própria família.

Bebendo das indagações de Larissa Pelúcio (2004), onde "as travestis, de fato, "rebelam-se" contra o "natural", o "biologicamente determinado" (p.140) e por conta disso perturbam as normatizações, é diante deste pensamento de Pelúcio que é possível trazer, na comparação, o debate familiar, enquanto testemunhas daquele corpo, que estirado no caixão, não reconhece a identidade por esta sujeita vivenciada. Um corpo que na infância não vestia saias, vestidos e calcinhas como em sua fase adulta, mas que a partir do momento que se tornou sujeita não autorizada do feminino, teve suas identidades automaticamente fadadas à morte social.

Os testemunhos de Gaby Diaz foram, também, de outras travestis, que assim como ela tiveram e tem dificuldades de avivar suas memórias e sensibilidades, uma vez que vão de encontro ao enraizamento do corpo e suas urgências vestimentadas por desmontarem as performances do sexo/gênero impostas no nascimento. As referências de Gaby se encontravam espelhadas por outras mulheres, nas cantoras de forró e nas grandes estrelas da Televisão, que se desenhavam em suas formas, cores e texturas e, consequentemente, nos modos aos quais se produzia.

A constituição da memória das travestis, aqui expostas, em detrimento da Memória social hegemônica, passa pelo crivo dos aparelhos que exercem forte influência social. A desumanização é vivenciada enquanto experiência sobre a qual a travesti passa durante toda a vida e que fincam as bases de compreensão daquilo que é considerado normal e, portanto, não encontra espaços sólidos para o entendimento do seu corpo que não seja pelo campo do desestruturante, do incorreto. Por isso, apesar das frequentes reconstruções que passam os diversos dogmas que constroem a sociedade, é na busca por este ideal hegemônico e homogêneo de condutas que se fixam as relações, as identidades, os modos de se vestir, etc. e recolocam determinadas sujeitas à margem.



As violências vividas por Gaby e demais travestis marcam uma trajetória histórica, que as conduzem desde o nascimento no modo de comportar-se, vestir-se, de falar e outras imposições. Seja pelo nome ou no modo como vestiam-se, reavivar essa tal masculinidade no momento de sepultamento, além de uma maneira de nos questionar que aquele não se trata de de um corpo corpo feminino em sua naturalização, torna-se, também, uma violência que demarca toda a trajetória conflituosa em que viveu cotidianamente. Sejam nos conflitos midiáticos que as colocava como sujeitas marginalizadas, tanto quanto nas convivências sociais e familiares.

As dificuldades encontradas em identificar apenas um aparelho ideológico que corrobora sobre a estigmatização do corpo da travesti se devem pelo fato de que Estado, Religião, Família, Mídia e etc. não se impõem de forma isolada, mas sim transversalmente, ou seja, uma complementa a outra. É uma influenciando a outra, de modo que as vestes usadas por Gaby Diaz não fossem aceitas, já que não há aceitação social em decorrência dos diversos bombardeios que impõem a Religião e a Medicina sobre a naturalização masculina e feminina e reproduzida pela sociedade e demais agências. O fato de identificarem-se enquanto travestis, desmistificam as ordens que significam ser homem ou mulher, de se vestir enquanto tal e, de todo modo, nos cumprimentos que requerem as performances de gênero, ao ponto de questionar a tal 'masculinidade' por elas, supostamente, vivenciado.

Ao final deste diálogo sobre os modos de produção e violência sobre o vestuário da travesti Gaby, especificamente, mas que se reverbera como produtos nos corpos de outras sujeitas dissidentes do gênero, podemos encontrar os modos de pensar de como a repulsa sobre as plasticidades do seu corpo: maquiagens, cabelos, roupas, adereços, gestos, etc. se devem pela junção das diversas ações de agências no controle sobre nossos corpos e autoplasmações. A sua morte e de tantas outras é resultado desse intenso diálogo entre as agências na decisão do que devem ou não vestir e, portanto, de quem deve ou não viver.

Agradecimentos

Como já mencionado neste trabalho, a pesquisa não seria possível sem a ação e envolvimento de outras sujeitas, que estiveram presentes durante este processo e que



conheciam como ninguém a irreverência de Gaby Diaz, entre as quais destaco Roqueline Muhniz e Fredieh Simons. Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro durante esta trajetória na pós-graduação e que me permitiu debruçar sobre a pesquisa, assim como na realização de trabalhos acadêmicos. Agradecimentos, também, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRB, bem como à minha orientadora Renata Pitombo Cidreira pelas relevantes contribuições e correções. A todas as travestis que nos deixaram e as que ainda lutam e resistem dentro desse cis-tema que não as compreendem.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Vinicius Vindé Arbo de; ZANINI, Danielli. **A influência da mídia no comportamento social**. Disponível em: https://canalcienciascriminais.com.br/a-influencia-da-midia-no-comportamento-social/>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero:** a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

NASCIMENTO, Bruno Ribeiro. **Mídia e Memória:** uma breve análise do uso dos meios de comunicação na construção da memória coletiva e individual. Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier. **Relações entre a Mídia e Leis nas Mudanças da Família Brasileira:** uma análise comportamental da evolução de práticas culturais. Tese de doutorado apresentada na Universidade de Brasília, dezembro de 2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares de memória. Tradução de Between memory and History: Les Lieux de Mémoire. **Representations**. Califórnia, n.26, 1989.

PARRET, Herman. **A Estética da Comunicação.** Trad. Roberta Pires de Oliveira. Campinas: Edunicamp, 1997.

PELÚCIO, Larissa Maués. Travestis, a (re) construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. **Revista Anthropológicas.** Ano 8, vol. 15 n. 1. Recife: Editora da UFPE, 2004. pp. 123-154.



POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, a.3, p.3-15, 1989. Disponível em:

http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf . Acesso em 15 de dezembro de 2017.



AMORA: UM PANORAMA SOBRE A DIVERSIDADE DAS REPRESENTAÇÕES DA LESBIANIDADE NOS CONTOS DE NATALIA BORGES POLESSO

Mariana Souza Paim

Universidade Federal da Bahia/ Professora da Rede de Educação Básica do Estado da Bahia – marianaspaim@gmail.com

Resumo

O objetivo do presente trabalho é analisar as representações da lesbianidade e de gênero presentes no livro de contos Amora (2015) de autoria da escritora gaúcha Natalia Borges Polesso. A obra que ganhou bastante reconhecimento e popularidade, tanto da crítica, via premiações como o Jabuti de 2016 na categoria contos, quanto do público, ocupa um lugar singular tendo em vista a literatura que versa sobre lesbianidade produzida no Brasil. O livro é composto por um total de trinta e três contos divididos em duas partes, a primeira intitulada Grandes e sumarentas, conta com contos mais longos e narrativas mais fechadas, enquanto a segunda parte Pequena e ácidas, apresenta narrativas mais curtas e experimentais. As narrativas presentes em Amora têm em comum a centralidade no que se refere ao protagonismo feminino e a vivencia da lesbianidade, possuindo uma grande diversidade com relação a caracterização das personagens, o exercício da sexualidade e a construção das identidades lésbicas. Interessa-nos aqui compreender como as dimensões relacionadas as dinâmicas de gênero e sexualidade são representadas em meio as narrativas de Amora, buscamos assim traçar um panorama das personagens em meio ao qual se discutirá a diversidade das protagonistas, não apenas no que diz respeito a caracterização e aos recortes de classe, raça e geração, mas também sobre a maneira como lidam com o desejo e se relacionam entre si. Desse modo, acreditamos que este trabalho possa representar uma possibilidade de contribuição aos estudos sobre a representação das sexualidade e vivencias consideradas dissidentes e /ou marginalizadas, ao passo em que colabora com a formação da fortuna crítica da autora, abrindo um viés de discussão sobre a sua obra.

Palavras-chave: Lesbianidade, Gênero, Representação, Amora.

Introdução

Há muito se diz que a literatura é um meio de representação da realidade e que esta reflete ou deveria refletir e dialogar com a sociedade que a circunda. Se reconhecemos que vivemos em uma sociedade plural, a qual tem a diversidade enquanto característica estrutural, nada mais coerente do que esperar que essa diversidade seja o cerne do fazer literário. Mas porque falar sobre diversidade importa quando se pensa em literatura? Porque isso nos remete a questão da representatividade... e representatividade importa, e muito!

Pensando o momento em que vivemos, o que se convencionou nomear de pósmodernidade, parece que nunca se falou tanto em inclusão, representatividade e diversidade, em verdade temos uma profusão de discursos que tem como objetivo ou questão central essas



discussões. Creio que as palavras tem um poder de chamamento, de trazer ou presentificar algo que antes se mostra em ausência do que em abundância, então se falamos tanto em diversidade, penso eu, é porque esta é sobretudo algo que nos falta vislumbrar.

A escritora Chimamanda Adichie realizou há alguns anos uma palestra no TED TALKS chamada "O perigo de uma história única" na qual reflete sobre os efeitos de uma narrativa construída a partir de um único olhar e o quão problemático isto é, pois uma narrativa que não contempla a pluralidade, acaba contribuindo para a construção de uma visão enviesada e desumanizada do outro. E claro, quando o que temos é apenas uma fala que diz sobre o outro, há sempre o silenciamento de outras vozes. Inclusive inúmeras teóricas do feminismo negro tem tomando o silencio mesmo enquanto dimensão constituinte da experiência das mulheres negras ou não.

Isto porque historicamente as mulheres foram silenciadas na narrativa histórica e literária. As mulheres sempre foram vistas como um Outro, pois foram historicamente enquadradas e engendradas através do olhar masculino, este olhar, hetero-cis-patriarcal, que orienta a maioria das narrativas literárias vem através dos tempos construindo uma representação das vivencias femininas que aparentemente se polarizam em: uma que se relaciona a "mulher ideal", segundo essa lógica, relacionada a imagem da mulher de casa ou para casar, que é virgem, fiel, mãe, esposa, subserviente e matrona e outra que seria a da "mulher da rua", tida como vulgar, puta, disponível, sexual e sensual. Aquelas com os olhos de ressaca ou Gabrielas.

Mas pensando a literatura brasileira contemporânea, uma pesquisa realizada pela Regina Dalcastagnè e publicada em 2005 é esclarecedora. Dalcastagnè analisou 258 romances publicados pelas três maiores editoras do país, a Companhia da Letras, a Record e a Rocco entre 1990 e 2004 e descobriu que: do total analisado as mulheres representam apenas 37,8% das personagens; 31,7% dos narradores, 28,9% dos protagonistas e que em um universo de 165 autores, apenas 45 eram mulheres ou seja 27,3% do total.

A existência dessa desproporcionalidade tão grande quando matizamos as publicações de homens e mulheres tem raízes profundas e se relacionam a algumas questões dentre elas: os enormes entraves com relação ao acesso a escrita por parte da mulheres, incluindo aqui as condições materiais, no acesso e continuidade a educação, mas também se relacionam a censura socialmente imposta e internalizada. Além disso, historicamente, as mulheres e sua



literatura jamais tiveram o prestígio e incentivo recebido pelos autores do gênero masculino.

Viginia Woolf escreveu um artigo no final do século XIX pensando nessas questões, ela desenvolve algumas hipóteses bastante interessantes para pensar a relações entre mulheres e escrita. Para a Virginia, a explicação para a desproporcionalidade entre o número de escritoras mulheres e homens passava pela falta de incentivo e reconhecimento, mas também pela falta de espaço e independência financeira. Ela indaga, tomando como exemplo a existência de Shakespeare e de uma irmã fictícia do dramaturgo, e questiona: se ele e a irmã fossem igualmente talentosos, quais seriam as chances de que sua irmã pudesse ter sua carreira apoiada e legitimada? A resposta a essa questão ainda ecoa nos nossos dias.

Ou seja, se já foi possível conquistar "um teto todo nosso" ainda falta obter para muitas mulheres o reconhecimento enquanto autora. Para perceber essa falta de reconhecimento basta atentar para o gênero de autoria que perfaz a maioria das publicações e das premiações que são distribuídas. Pensemos nos livros considerados como clássicos também. Fato é que a literatura produzida por mulheres ao longo do tempo sempre foi posta como algo menor, uma escrita tida como delicada e incapaz de despertar o interesse do público masculino.

E quando pensamos na questão da representatividade relacionada aos recortes de raça, sexualidade e classe as ausências se tornam ainda mais graves. Na pesquisa já citada da Regina Dalcastagnè, das 258 obras analisadas há a ocorrência de apenas três protagonistas e uma narradora identificada enquanto mulher negra. Além disso, as personagens negras nos romances analisados eram geralmente representadas como empregadas domésticas. Na questão da autoria o cenário não é diferente: dos 165 autores, apenas 2,4% eram negros. E com relação a sexualidade das personagens apenas 3,9% são homossexuais e desse total 79,2% são homossexuais, mas do gênero masculino. Ou seja, a lesbianidade encontra-se quase ausente do panorama desenhando por essas publicações.

Dito isto, acredito que podemos pôr em perspectiva e pensar a importância de uma publicação como *Amora*, da escrito gaúcha Natalia Borges Polesso, tanto pela diversidade relacionada a representação da lesbianidade quanto pela visibilidade que a obra ganhou. Assim, o objetivo do presente trabalho é analisar as representações em torno da lesbianidade presentes no livro de contos *Amora* (2015). Interessa-nos aqui compreender como as dimensões relacionadas as dinâmicas de gênero e sexualidade são representadas em meio as narrativas, assim buscamos traçar um panorama das personagens em meio ao qual se discutirá



a diversidade das protagonistas, não apenas no que diz respeito a caracterização e aos recortes de classe, raça e geração, mas também sobre a maneira como lidam com o desejo e se relacionam entre si. Desse modo, acreditamos que o presente trabalho pode representar também uma possibilidade de contribuição aos estudos sobre a representação das sexualidades e vivencias consideradas dissidentes e /ou marginalizadas, ao passo em que colabora com a formação da fortuna crítica da autora, abrindo mais um viés de discussão sobre a sua obra.

Sobre amoras e amores

Amora foi lançado em 2015 pela editora Dublinense, através do selo Não Editora. De autoria da escritora gaúcha Natalia Borges Polesso, o livro foi premiado com o Jabuti de 2016 na categoria de contos, além de ter sido indicado a diversas outras premiações. Sendo a terceira publicação da autora, que já havia lançado Recortes para álbum de fotografia sem gente (Modelo de Nuvem, 2013), obra vencedora do Prêmio Açorianos de Literatura 2013 na categoria contos, e o livro de poemas Coração à corda (Patuá, 2015). O livro é composto por trinta e três contos divididos em duas partes, a primeira *Grandes e sumarentas*, com contos mais longos e narrativas mais fechadas, e a segunda *Pequena e ácidas*, com narrativas mais curtas e experimentais. A publicação tem suas narrativas centradas no protagonismo feminino e na vivência da lesbianidade, possuindo uma grande diversidade com relação a caracterização das personagens, a vivencia da sexualidade e a construção das identidades lésbicas.

O título do livro *Amora* também nomeia um dos contos e se refere a personagem que o protagoniza. Amora, como feminino de amor, também é uma referência a uma fruta não tão comum e de coloração lilás, assim desde o título do livro somos lançadas em meio a uma camada de significados que aludem ao protagonismo feminino e às relações lésbicas. Se o título marca o lugar sobre e a partir do qual as narrativas serão construídas, ao longo dos contos vamos nos deparando com diferentes formas de composição narrativa e uma multiplicidades de histórias que exploram a vivência da lesbianidade de múltiplos lugares e perspectivas.

Ao longo dos contos, da primeira parte do livro, contabilizamos 77 personagens que possuem algum tipo de protagonismo nas narrativas, sendo que destas: 65 são mulheres, 52 delas identificadas como lésbicas, 2 bissexuais e 11 não tem a orientação sexual mencionada e/ou



podem ser identificadas enquanto heterossexuais e há 12 homens, sendo um deles identificado enquanto gay. Há que se salientar o fato das personagens não possuírem muitas características físicas marcadas, entretanto no conto onde há uma personagem negra, a descrição de seus traços físicos não só se delineiam como são um ponto de discussão a respeito do racismo. Para fins da analise aqui tecida tomamos enquanto *corpus* os contos reunidos na primeira parte do livro, *Grandes e sumarentas*, e articulamos a analise dos mesmos em três seções, que flagram os principais movimentos das personagens.

(Des)cobertas

Nessa seção pensamos como se dá a percepção do desejo por mulheres em algumas das narrativas, assim como a descoberta da existência lésbica e como as personagens lidam com isso. Assim, partimos dos contos: *Primeiras Vezes*; *Vó, a senhora é lésbica?*; *Flor, flores, ferro retorcido*; *Dreaming* e *Amora*, tendo essas questões no horizonte.

Adotando diversos pontos de vista, a autora elabora através desses contos tanto a tomada de consciência da existência da lesbianidade, seja através do olhar de uma criança que ouve pela primeira vez a palavra "machorra", um termo pejorativo para se referir as lésbicas, em meio a uma conversa entre seus pais e os vizinhos, como em *Flor, flores, ferro retorcido*, o que provoca na personagem a curiosidade em descobrir o sentido dessa palavra que nenhum adulto parece quer lhe explicar ou na pergunta do neto em meio a uma conversa casual com sua avó em *Vó, a senhora é lésbica?*, nas narrativas que compõem *Amora*, a lesbianidade, cuja a existência a sociedade hetero-cis-patriarcal teima em esconder e invisibilizar, é posta na ordem do dia e no centro dos diálogos.

A percepção do desejo por outras mulheres se se coloca enquanto algo por vezes difícil de ser divisado em meio a mundo de sensações vivenciadas pela primeira vez, mas nunca a partir de uma lógica conflituosa. As personagens elaboram suas experiências dentro de uma perspectiva que escapa dos tabus e estereótipos da heteronorma, como nos contos *Primeiras vezes, Dreaming e Amora*.

(In)visibilidade

Nessa seção o foco da análise é pensar na exposição ou não da sexualidade, bem como



os silenciamentos em torno da vivencia da lesbianidade, assim como as questões relacionadas aos estereótipos de gênero em torno da sexualidade e as outras possibilidades que escapam ao binarismo de gênero em torno da caracterização das personagens. Pensamos essas questões a partir dos contos: *Minha prima está na cidade*; *Diáspora lésbica*; *O coração precisa ser pego de surpresa para ser incriminado*; *Umas pernas grossas* e *Tia Marga*.

Nesses contos pudemos articular uma reflexão em torno de como a sexualidade de algumas das personagens se visibiliza ou não em meio as narrativas. Assim pensar como se elabora essa dinâmica de exposição e/ou camuflagem da sexualidade, como se dá em *Minha prima está na cidade* e *Tia Marga*, bem como o espaço de sociabilidade frequentado por lésbicas em *Diáspora Lésbica* se afinam com a análise que Eve Kosofsky Sedgwick tece sobre a experiência do "armário" enquanto algo estruturador das vivências das sexualidade dissidentes de maneira geral. Assim como também os estereótipos de gênero que associam a lesbianidade a presença da masculinidade em corpos que são socialmente categorizados enquanto de mulher podem funcionar para "indicar" a sexualidade ou para desestruturar essas mesmas concepções, como se dá em *Umas pernas grossas*.

(Des)enlaces

Nessa seção nos voltamos para a análise das relações estabelecidas entre as personagens nas narrativas, pensando tanto os rompimentos quanto as suas durações, relacionado as questões como família, geração, traições, finais e recomeços. Aqui elaboramos nossa reflexão em meio aos contos: Não desmaia, Eduarda; O interior selvagem; Botinas; Os demônios de Reinfield; Dramaturga hermética; Como te extraño, Clara; Marília acorda; Deus me livre; As tias; Wassekur ou alguns motivos para não odiar dias de chuva e Inventário da despedida: um conto em quatro distâncias. Sendo que foi possível observar a grande diversidade tanto de trajetórias e características das personagens e das relações que estabelecem entre si quando dos desenlances possíveis para essas relações, bem como das subversões possíveis que fissuram e criam brechas nas normas hegemônicas.

Conclusões

Tendo suas narrativas centradas no protagonismo feminino e na vivencia da lesbianidade, os contos presentes em *Amora* possuem uma



grande diversidade com relação a caracterização das personagens, a vivencia da sexualidade e a construção das identidades lésbicas. Ao longo da nossa analise pudemos constatar que a narrativa explora diferentes perspectivas sobre a representação da lesbianidade, sendo múltiplas a caracterização das personagens tanto no que se refere aos recortes de gênero, geração, classe e raça, mas também a maneira como lidam com o desejo e elaboram suas identidades.

As personagens de *Amora* também apontam para uma aposta em direção a uma representação positiva da lesbianidade, já que elas vivem o afeto que descobrem por outras mulheres sem se questionarem sobre os seus sentimentos, que é tratado o tempo inteiro como algo natural, que acontece sem maiores razões ou conflitos. O final da maioria dos contos é feliz, sendo que em momento algum das narrativas há mais ou menos angustia no desenrolar das relações por estas serem relações lésbicas.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. [Palestra no *TED TALKS*] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg

BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. In: Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, set. 2006.

BRANDÃO, Ana Maria. Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino. In: Revista Analise Social. Vol. XLV, 2010.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1990.

DALCASTAGNÈ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea:* um território contestado. Vinhedo: Editora Horizonte/ Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

FOUCAULT, Michel. Historia da Sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.



hooks, bell. *Ensinado a transgredir:* a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. Cadernos Pagu (28), p. 207-225, janeiro-junho de 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/10.pdf.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. O que é lesbianismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

______, Tânia. Para além do binário: os queers e o heterogênero. In: Revista Gênero – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. V. 2, n.1. Niterói: EDUFF, 2001.

POLESSO, Natalia Borges. Amora. Porto Alegre: Não Editora, 2015.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. O desejo lesbiano no conto de escritoras brasileiras contemporâneas. Mulheres e literatura. Rio de Janeiro, v. 7, [s.d.]. Disponível em: http://www.letras.ufrj.br/litcult/3_MULHERES/volume7/tx_bailey.htm.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. 1993

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu (28), p. 19-54, janeiro-junho, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Editora Tordesilhas, 2014.

Análise da passabilidade como mecanismo de proteção as experiências trans

SARA GOMES DE LUCENA

Universidad Autónoma de Baja California (UABC, México)

Esse trabalho faz parte da minha dissertação de mestrado. A passividade traduz como uma pessoa transgênera pode ser lida como pessoa não-trans em sua forma física, roupa, estilo de falar, gesticular e reproduzir de acordo com os atuais estereótipos de gênero em nosso universo ocidental. "Passar" é o mesmo que ser reconhecido na vida cotidiana como alguém que está de acordo com as normas de gênero. Passar, para algumas pessoas trans, é um aspecto fundamental, seja para a prevenção da violência ou para a satisfação pessoal. Com o objetivo de desconstruir a narrativa dos corpos naturalizados nas práticas culturais, proponho refletir sobre a regulamentação dos corpos transgêneros e dissidentes na relação das normas de gênero vigentes na sociedade hegemônica-ocidental-colonial. Tomo como ponto central as categorias de passividade e cisnormatividad na interlocução com os processos de transição de gênero. Procuro entender sobre as forças normativas da regulação corporal usando diferentes ferramentas tecnológicas, como hormônios (para homens trans) e protese de mama (para mulheres trans) que são mecanismos que atuam nas leituras dos sujeitos de uma metodologia etnográfica. Considero a passividade como uma categoria de análise para expor as vivências e experiências de várias expressões e identidades corporais, como a passabilidade é uma exigência da cisnormativa se faz necessário apontar possíveis estratégias de re-leituras para os contextos predeterminados em nossa sociedade ocidentalizada. Esta pesquisa tem como objetivo registrar os limites dessas estratégias performativas, transferindo a crítica para a passividade cis-normativa hegemônica como a única válida e aceitável. Compreendo que a passividade é uma forma de proteção, entende-se que as pessoas trans com passabilidade estão menos expostas à violência física e simbólica porque não são reconhecidas como papéis de gênero desviantes. Finalmente, a passividade cumpriria os atributos estereotipados da legitimidade de gênero que está sendo expressa por alguém que depende de um parceiro que o identifique em enquadres binários de gênero, onde pode passar e não deixa nenhuma dúvida. A epistemologia utilizada nesta pesquisa é a transfeminista decolonial escrita desde o sul global. Por fim, busco discutir os efeitos pré-discursivos sobre os corpos que supõem destruir os significados cisnormativo compartilhados pela sociedade, trazendo caminhos que desmantelarão as reflexões sobre as normas vigentes e as relações de poder em conjunto com outros eixos da diferença social, como raça e classe.

Palavras chave: Gênero, Passabilidade, Experiências Trans



AS PESSOAS LGBTS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Renata Souza Quirino

Universidade Federal de Sergipe - UFS rsq_017@hotmail.com

Resumo: O Direito das Famílias é o ramo do direito civil que mais se modifica, se desenvolve e progride, quando se trata da garantia de direitos fundamentais. A Constituição de 1988 teve um papel de extrema importância para o desenvolvimento de um Direito das Famílias mais inclusivo, além das históricas decisões dos tribunais superiores e jurisprudências sobre união estável, filiação socioafetiva e multiparentalidade. Este artigo se propões a analisar brevemente os institutos e as mudanças que ocorreram no Direito das Famílias e qual é o tratamento destinado às pessoas LGBTs.

Palavras-chave: Direito Civil, Direito das Famílias, família, LGBTfobia.

INTRODUÇÃO

As relações familiares são intrinsecamente complexas, o que torna quase impossível para o direito acompanhar suas mudanças no decorrer dos anos, principalmente quando as regras e normas são criadas por pessoas que possuem visões restritas do mundo e têm a pretensão declarada de marginalizar aqueles que diferem deles. Entretanto, aos poucos os grupos que foram historicamente marginalizados estão sendo incluídos através de decisões históricas que estão mudando a face do Direito das Famílias, ao lado das mudanças promovidas pela Constituição de 1988.

Uma das principais e mais importantes mudanças neste ramo do Direito foi o princípio da afetividade. Enquanto nas outras matérias de Civil o princípio fundamental é a autonomia da vontade, no direito das famílias o que está em destaque é o afeto. A lei Maria da Penha de maneira inovadora e harmoniosa essa nova doutrina, conceitua família como "a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa" no art. 5°. Antes disto, não havia a definição de família pois a família só era reconhecida através das chancelas estatais, através do casamento (DIAS, 2016). A família, então, perde aos poucos seu caráter de instituição e ganha um novo caráter instrumental, em que ela não tem um fim em si mesma, mas funciona para alcançar em conjunto a felicidade, a proteção, o afeto e os melhores interesses de quem faz parte.

A Constituição de 88 mudou de maneira significativa a família. Se antes a família só se constituía pelo casamento, após a constituição foram reconhecidas outras maneiras de se



formar uma entidade familiar. A união estável tornou-se uma realidade, as famílias monoparentais, além de outros formatos familiares, já que o rol é meramente exemplificativo, cabendo proteção do Estado a todos os tipos de família, conforme o caput do art. 226 e isto inclui as famílias e as pessoas LGBTs.

O objetivo deste artigo é analisar qual é o tratamento destinados às pessoas LGBTs dentro do direito de família, visto se tratar de uma comunidade historicamente marginalizada e excluída.

METODOLOGIA

Para o estudo do presente tema foi feito levantamento bibliográfico dos autores consagrados no ramo do Direito das Famílias, como Maria Berenice Dias e Flávio Tartuce, além de pensadores da área como a historiadora e psicanalista francesa, Elisabeth Roudinesco. A partir dos conceitos teóricos que serão abordados ao longo deste artigo, foi questionado a participação e a realidade da comunidade LGBT dentro do ordenamento jurídico do Estado Democrático de Direito em que supostamente vivemos. Além das doutrinas, foi feito o levantamento de dados sobre essa população e utilizado, também, o documentário "Paris is Burning", pois se faz necessário ouvir não só os estudiosos e acadêmicos da área, mas, principalmente, a voz daqueles que sofrem a opressão na pele e foram historicamente calados e marginalizados. Por fim, serão utilizadas jurisprudências, de modo que a realidade dos tribunais em relação a estes assuntos seja conhecida e analisada.

DISCUSSÃO

Institutos do Direito das Famílias

Antes de adentrar na questão das pessoas LGBTs no Direito das Famílias é preciso, primeiro, visitar os institutos referentes ao casamento, parentalidade e filiação para compreender as raízes deste e ramo profundas modificações por quais ele passou.

Parentalidade

O socioafeto tem permeado as relações no Direito das Famílias, sendo muito mais importante do que o vínculo sanguíneo, de forma que isto tem modificado de maneira significativa a feição das famílias brasileiras, que gradualmente perde seu caráter patriarcal,



tradicional, formado por um casal heterossexual e pelos filhos. O que importa agora não é compartilhar genes, mas sim o afeto, a vontade de proteger, formar e compartilhar um projeto de vida em comum entre os membros da família.

A constituição Federal foi de extrema importância para essa mudança no direito das Famílias ao aumentar o conceito de entidade familiar e não permitir distinção entre filhos, a partir disto foi consolidado uma visão mais plural das famílias e a desbiologização das relações de parentesco e filiação. O Código Civil também contribuiu com esta visão ao regular a reprodução assistida e, também, ao se referir a "outras origens" no art. 1593. Também corrobora para esta visão o art. 1605, inciso II, que diz que basta a posse do estado de filho para provar filiação nos casos em que falta ou há defeitos no termo de nascimento. As relações socioafetivas gozam justamente desta posse de estado de filiação, não podendo mais ser descartadas ou marginalizadas pelo simples fato de não haver ligação sanguínea. Estas mudanças foram essenciais para acompanhar as complexidades das famílias que sempre foram além do conceito pai-mãe-filhos e todo o contexto patriarcal e sexista que as envolvem.

A relação de parentesco, podem ser definidas como os vínculos que decorrem da consanguinidade e da afinidade que ligam as pessoas a grupos familiares determinados. É um vínculo jurídico estabelecido por lei que impõe deveres, assegura direitos, reflete no direito sucessório, nos alimentos e nos impedimentos ao casamento. As relações de afinidade surgem através do casamento ou da união estável, que torna os parentes de um cônjuge ou companheiro parente do outro cônjuge ou companheiro por afinidade. Outra modalidade do parentesco civil, além da afinidade, é o parentesco socioafetivo, baseado na posse de estado de filho, como será abordado posteriormente.

Filiação

A filiação era vista como um dos propósitos dos matrimônios. As pessoas se casavam pelo simples fato de que procriar era um dever, conforme pregava as religiões que por muito tempo formaram o pensamento dominante. Hoje em dia a filiação não resulta apenas do contato sexual dentro do casamento, também existe a possibilidade da adoção, da reprodução assistida e outras origens (art. 1.593 do Código Civil), o que também alargou as possibilidades de filiação, mostrando que a biologia não figura como condição única para a filiação. Agora, a paternidade deriva do estado de filiação, seja ele de origem biológica ou afetiva, não o contrário e se faz necessário que toda



paternidade seja necessariamente socioafetiva. De forma que as presunções de paternidade se tornaram um conceito ultrapassado, visto que, quando o fator biológico importar, ele pode ser facilmente aferido por um exame de DNA. As jurisprudências reforçando a supremacia do afeto sob a biologia são cada vez mais frequentes. O pai deixa de ser apenas o esposo da mãe, até porque a paternidade não acontece apenas dentro desta lógica. Em outras palavras, "a paternidade não é só um ato físico, mas, principalmente, um fato de opção, extrapolando os aspectos meramente biológicos, para adentrar com força e veemência na área afetiva" (DELINSKI, 1995).

O vínculo de filiação e a posse do estado de filho se dá através da convivência e da afetividade entre as partes, não por um critério puramente biológico, conforme já foi dito neste texto. Segundo Maria Berenice Dias (2016), "A filiação socioafetiva assenta-se no reconhecimento da posse do estado de filho: a crença da condição de filho fundada em laços de afeto."

A doutrina cita três critérios para caracterizar a posse do estado de filiação: a) tractatus: quando as pessoas se relacionam entre si mesmo e perante a sociedade como pais e filhos; b) nominatio: quando a pessoa é conhecida pelo nome patronímico, não só no registro, mas também nas suas interações sociais (nome social); c) reputatio: é a repercussão do tractatus e o reconhecimento da situação que se concretiza socialmente(TARTUCE, 2016).

O assunto também foi tratado nas Jornadas de Direito Civil. Na III Jornada de Direito Civil (2004), o Enunciado n. 256: "A posse de estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil". Na IV Jornada de Direito Civil, de 2006, foram aprovados três enunciados doutrinários relativos ao tema. O primeiro, de número 339, prevê que "A paternidade socioafetiva, calcada na vontade livre, não pode ser rompida em detrimento do melhor interesse do filho". O segundo, de número 341, dispõe: "Para os fins do art. 1.696, a relação socioafetiva pode ser elemento gerador de obrigação alimentar". Por fim, foi aprovado o Enunciado n. 336 do CJF/STJ: "O parágrafo único do art. 1.584 aplica-se também aos filhos advindos de qualquer forma de família".

Multiparentalidade

São inúmeras as formas que as novas parentalidades podem assumir, a multiparentalidade é uma delas. Pode ocorrer no caso das famílias homoafetivas, que não



querem perder o laço com o pai ou mãe biológica, no caso de relacionamentos poliafetivos, no caso de madrastas ou padrastos adotarem os enteados e enteadas. São inúmeras possibilidades que vem se tornando realidade no mundo jurídico através das decisões judiciais que asseguram o melhor interesse da criança e enfatizam o caráter socioafetivo das relações familiares, para além da biologia.

As pessoas LGBTs no Direito das Famílias

Historicamente a população LGBT foi uma população marginalizada. A parte da sociedade, da família e do direito. O princípio da socioafetividade tão estudado no Direito das Famílias, por muitas vezes é um fator desconhecido nas relações familiares das pessoas LGBTs. Tudo que lhes resta é a rejeição, o ódio, a humilhação e a expulsão da entidade familiar, fruto do machismo e da homofobia enraizada na nossa sociedade.

Entretanto, essa comunidade resiste todas as dificuldades que lhes são impostas. Resiste ao abandono da família, nos anos 80 resistiu ao fantasma da AIDS que matou muitos e ainda assombra e estigmatiza esta mesma comunidade, resiste a falta de políticas públicas que se importem com sua saúde e proteção de suas vidas. A unidade dentro desta comunidade é o que permite esta resistência. A comunidade LGBT é como uma grande família recomposta, que acha o socioafeto fora da sua família natural.

É tradicional que entre a comunidade *queer* ("desviante"), principalmente a comunidade drag, que se formem "casas". Cada casa possui a cabeça da família, a matriarca ou patriarca - ou talvez nenhum dos dois, já que as pessoas que performam drag são fluidas demais para serem enquadradas em um papel de gênero. A *drag mother* (drag-mãe), que é quem acolhe as pessoas mais jovem e as formam na arte, também acolhe no sentido literal, de proteção, carinho e cuidado. Se as pessoas *queer* são negadas da convivência e afeto familiar, na comunidade LGBT elas são adotadas tardiamente por uma nova família de maneira completamente informal, mas extremamente importante no quesito socioafetivo. É possível observar toda essa cultura e tradição no documentário premiado pelo Festival Sundance "Paris is Burning", lançado em 1991. Ele retrata a cultura *queer*, toda a sua tradição, as casas, os bailes, a celebração, a luta e a resistência. Paris is Burning se tornou legendário ao denunciar o racismo, a LGBTfobia e as desigualdades sociais nos Estados Unidos.



Pepper LaBeija, da legendária casa LaBeija, tem uma opinião sobre a importância das casas e da união da comunidade LGBT:

Quando alguém é rejeitado pelos pais, pela família, quando sai pelo mundo, a pessoa procura por alguém para preencher o vazio. Sei por experiência própria, pelos garotos que me procuram e se agarram a mim como se eu fosse a mãe ou o pai deles. Porque eles podem falar comigo, porque eu sou gay e eles são gays. É aí que entra esse lance do baile e da mãe. Porque os pais pegaram tanto nos pés deles que me procuram para preencher aquele vazio. Muitos garotos que conheço agora tem um passado tão triste, lares desfeitos ou sem lares. Os poucos com família, quando sabe que são gays, cortam relações com eles. [...] A casa é uma família para muitas crianças que não tem uma, mas esse é um novo sentido de família. Os hippies tiveram famílias e ninguém achava ruim. Não era uma questão de homem, mulher e filhos que cresceram como uma família. É um grupo de seres humanos com vínculos comuns. (Paris is Burning, 1991)

A comunidade LGBT funciona como uma grande família recomposta porque o socioafeto que rege os laços da família natural parece ser inexistente quando desta população. O número de pessoas desta comunidade em condição de rua é alarmante por conta da expulsão dos lares, fruto do machismo e da LGBTfobia. É preocupante constatar que estes números estão aumentando a cada ano, não só no panorama nacional, mas também no internacional.

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) do estado de São Paulo, pela primeira vez adicionou a variável sexualidade e identidade de gênero ao fazer o censo da população em situação de rua em 2015. O estudo aponta que a principal fator de exclusão da população LGBT é a família. Estima-se que essa população representa entre 4,5% e 10,1% dos que estão nos centros de acolhimento e nas ruas, entre 5,4% e 9,0%. Na amostra, 106 pessoas se identificaram como não sendo heterossexual (51 entre os acolhidos e 55 na rua). O Estudo constata, também, que a população LGBT nestas condições exerce mais mendicância e atividades marginalizadas, como prostituição, venda de drogas e roubos, do que os heterossexuais em situação de rua.



Sergipe, felizmente, acompanha o processo de proteção a essa comunidade criando o projeto "CasAmor", inspirado na "Casa 1" de São Paulo, para abrigar as pessoas LGBTs em situação de vulnerabilidade. Através de uma série de colaborações entre artistas, psicólogos, arquitetos, designers, advogados e militantes do movimento feminista e LGBT o projeto "CasAmor" tornou-se realidade e vem abrigando e oferecendo suporte para os membros desta comunidade que estão em situação de vulnerabilidade. O projeto foi pensado por Linda Brasil, militante transfeminista e um dos maiores símbolos de luta e resistência LGBT em Sergipe.

Apesar da grande exclusão desta comunidade do seio familiar, esta não é a única realidade. Ao longo da história, acreditava-se que as pessoas que desviam do padrão heteronormativo tinham o desejo de abolir a família enquanto instituição, pois ela abominava as práticas homoafetivas. Entretanto, nos tempos modernos foi redescoberto um familiarismo, um desejo de ser integradas às entidades familiares que outrora as excluíam. Esse processo acontece por conta da maior igualdade de direitos em matéria de práticas sexuais, tanto para as pessoas LGBTs, quanto para as mulheres, quanto para as crianças. A emancipação desses grupos oprimidos fez nascer dentro deles o desejo de integração a uma norma que costumava ser fonte de opressão (ROUDINESCO, 2003).

Dessa forma, a população LGBT tem provocado grande mudança na feição da família brasileira em diversos aspectos. Primeiramente, ela conquistou o direito de se unir estavelmente e, consequentemente, o direito de se casar, através da histórica Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277. Além desta A.D.I., o Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução nº 175 vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. A partir dessas mudanças, foi validado que os casais homoafetivos formam entidades familiares, podendo igualmente adotar ou utilizar as práticas de reprodução assistida. Neste sentido, o Conselho Nacional de Justiça, através do Provimento nº 52, em 2016, uniformizou o modelo de certidão de nascimento para que constasse apenas ascendência, não mais haverá distinção de gênero, permitindo que casais homoafetivos registrem os filhos frutos de reprodução assistida diretamente no cartório do registro civil.

Por conta desses novos modelos de família e de reprodução, é preciso reconhecer os casos em que há mais de um pai e uma mãe. A multiparentalidade é hoje uma realidade das famílias brasileiras. Entretanto, ela é uma realidade fática e não jurídica. Não há, ainda hoje,



previsão legal que regule os casos de multiparentalidade, entretanto, segundo os ensinamentos de Maria Berenice (2017, p. 216), "a falta de expressa permissão legal de inclusão do nome de mais pais no registro de nascimento não pode ser óbice para que se assegure a proteção integral a quem tem garantido constitucionalmente o direito à convivência familiar". Desta forma, a jurisprudência está na vanguarda da proteção dos direitos das famílias homoafetivas e multiparentais. Em tese fixada na Repercussão Geral nº 622, o STF reconhece que "A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios" Dessa forma, há o reconhecimento não só da paternidade socioafetiva, como da possibilidade de multiparentalidade.

CONCLUSÃO

A constituição de 1988 teve um papel de extrema importância para a reestruturação de um Direito de Família menos patriarcal e mais plural e, consequentemente, o tornou o Direito das Famílias — a monoparental, anaparental, nuclear etc. Entretanto, falhou ao se omitir a respeito da diversidade de sexualidade e de gênero. Apesar de não haver previsão no ordenamento jurídico brasileiro, continua sendo uma realidade e a cada dia que passa as demandas se amontoam nos tribunais para que eles julguem situação fáticas que inexistem no plano jurídico. Os tribunais superiores pátrios vêm assumindo uma importante posição de garantidor dos direitos fundamentais dessas novas famílias, através das jurisprudências, das ações diretas de inconstitucionalidade, das ações de descumprimento de preceito fundamental. Eles tomam para si o papel que deveria ser feito pelos legisladores brasileiros, mas que estes, ao agir, em vez de garantir os direitos e princípios da pluralidade, igualdade e isonomia, querem cada vez mais restringir o conceito de família. O Projeto de Lei 6583/13, que quer instituir o Estatuto da Família, é um bom exemplo de como o nosso poder legislativo anda na contramão dos direitos humanos, apresentando um conceito de família extremamente excludente e às avessas das decisões dos tribunais.

Apesar da omissão jurídica, as uniões estáveis e os casamentos entre pessoas do mesmo gênero são uma realidade hoje no Brasil. Assim como a adoção e a reprodução assistida também são, de forma que o registro público teve que acompanhar essas mudanças. É preciso, então, evoluir para que as pessoas LGBTs tenham seus direitos garantidos não por decisões esparsas, mas, sim, através da regulamentação no ordenamento jurídico, porque lhes

¹ RE 898060



é constitucionalmente assegurado a igualdade, a isonomia, a convivência familiar, assim como todos os direitos assegurados a uma pessoa heterossexual. É de se salutar a iniciativa do Instituto Brasileiro de Direito de Família ao propor um Estatuto da Família amplo e inclusivo, através do Projeto de Lei 470/13, além do Anteprojeto do Estatuto de Diversidade de Sexualidade e Gênero. Ambos são inciativas importantes para proteger, garantir direitos e iniciar debates sobre a LGBTfobia que permeia nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

DELINSKI, Julie Cristine. O novo direito de filiação. São Paulo: Dialética, 1995.

DIAS, Maria Berenice. Filhos do Afeto. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2017.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das famílias. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: Volume único. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PARIS is Burning. Jennie Livingston. New York: Off White, 1991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em:http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/SUMARIO% 20EXECUTIVO.pdf>. Acesso em: 13/03/2018.

ROUDINESCO, Elisabeth. A família em desordem; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.



AS VOZES DO TRIUNFO: NARRATIVAS DE SI DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aldenise Cordeiro Santos

Universidade Tiradentes - UNIT

Resumo: Esta é uma pesquisa de doutorado que caminha por pensar a produção discursiva acerca da mulher na escola contemporânea. Com o objetivo de compreender as instâncias e caminhos, por meio do qual se construiu, na instituição escolar, formações discursivas e saberes acerca da mulher. Utilizo a genealogia como abordagem metodológica. Entretanto, não busco uma identidade de mulher, mas sim, percorrer os diferentes enunciados, imagens, subjetividades, ações, objetos, espaços, camadas, discursos e saberes produzidos a seu respeito. Por meio de entrevistas com professoras, do povoado Triunfo, da cidade de Simão Dias, do interior de Sergipe, irei traçando narrativa de si dessas docentes que atuam na comunidade, junto as intercessões teóricas. São três professoras que atuam na educação básica, que em suas narrativas sinalizam elementos que compõe a docência, como o longo e infinito caminho da formação. Portanto, proponho pensar produção discursiva acerca da mulher na escola contemporânea, numa construção genealógica das diversas camadas que compõe o conceito mulher, que também tem sua composição nos espaços escolares.

Palavras-chave: professora, mulher, produções discursivas.

Introdução

Nós viemos a ser, nós nos tornamos. Mas não mudamos tanto assim. Nós nos fazemos com aquilo que somos. (PENNAC, 2008, p.82)

Na educação contemporânea professores e pensadores tentam explicar a falência da escola, muitas de suas argumentações para os problemas educacionais perpassam a formação, a (in) disciplina, a terceirização da educação das crianças feitas pelos pais, até chegarmos à questão da diferença, muitos debates teóricos transcorreram. É eminente como a produção da diferença e suas implicações têm incidido na educação, a escola têm se especializado em sua produção maquinaria, que incide no desejo atuando como uma fábrica da produção de subjetividades.

Reinteramos conceitos que nos são ensinados com o propósito da manutenção do modelo de sociedade ocidental e capitalista. Por vezes, pensamos que estamos vivenciados processos de mudanças e avanços, mas não nos damos conta que novos enquadramentos são propostos. A diferença foge em suas brechas. Somos assim, convencidos mais uma vez a tentar nos encaixar no molde. Quanto a esta produção, entendo que subjetividades são



ilimitadas em suas mais diversas possibilidades. Para Feldens, "a subjetividade não é um conceito que se estreita em um determinado domínio – ela está imanente e abarca os mais imprevistos e inusitados espaços" (2008, p.201). Ainda compreendo que subjetividades não se limitam ao sujeito uno como defendido pelo movimento cartesiano, elas são fluídas e ilimitadas.

Toda a ação que está organizando as materialidades de nossa sociedade produz subjetividades. Toda a subjetividade é coletiva e singular e todo o movimento, todo o deslocamento e afecções produzem subjetividades. Uma ação pode produzir agenciamentos desta subjetividade assim como suas linhas de fuga; são ações que produzem o tempo e todo o tempo estamos atravessados por ambas as linhas e mais ainda outras mais. (FELDENS, 2008, p.83)

Portanto, o estabelecimento de verdades tem incidido na produção discursiva e de saberes acerca da mulher na educação. Aliás, os territórios educacionais têm gerado múltiplas diferenças. O conceito mulher que lidamos corriqueiramente, em nosso cotidiano, também é uma diferença que foi produzida pela instituição do modelo de educação moderna e que está presente na formação de professores atual.

Portanto, esta é uma proposta de pesquisa para pensarmos além das trincheiras e demarcações culturais impostas entre homens e mulheres. Essa divisão é o próprio cerne da discussão, porque exclui a diferença, o outro desviante desse enquadramento. Não podemos continuar na condição de educadores a perpetuar a exclusão do outro, do diferente e do dessemelhante em nossos processos educativos.

Metodologia

Utilizo da genealogia como procedimento da pesquisa, porque é a partir dela que busco entendimentos sobre a construção de saberes acerca da mulher. O método genealógico foi pensado por Nietzsche com elementos apresentados nas obras a *Genealogia da Moral* (1887), *Gaia Ciência* (1882) e *Humano Demasiadamente Humano* (1880), e posto em prática por Foucault na *História da Sexualidade* (1976), *Vigiar e Punir* (1975) e a *Arqueologia do Saber* (1969), em que se faz uma análise da produção de saberes, para explicar como são estabelecidas as relações de poder. O Foucault genealogista examina as relações entre o



poder, o saber e o corpo na sociedade moderna.

A genealogia se opõe à pesquisa da origem, não pode ser rebaixada apenas a isso, ela caminha por outros sentidos porque "restabelece os diversos sistemas de submissão; não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações" (FOUCAULT, 1979, p.23). Por exemplo, na História da Sexualidade Foucault indica que buscou as instâncias de produção discursiva e de produção de poder para construir uma história desses elementos e de como se transformaram.

[...] A descentralização operada pela genealogia nietzschiana, o tema opôs a busca de um fundamento originário que fizesse da racionalidade o *telos* da humanidade e que prendesse a história do pensamento à salvaguarda dessa racionalidade, à manutenção dessa teleologia e à volta, sempre necessária, a este fundamento. (FOUCAULT, 1987, p.15)

Esta é uma pesquisa de desenvolvimento de uma genealogia das práticas discursivas produzidas acerca da mulher na escola, que tem buscado suas implicações desde o modelo moderno de educação às experiências contemporâneas. Por conta disso, me volto a estudar a interseção da mulher na educação de forma mais profunda e aporto também em discussões contemporâneas acerca de uma escrita feminina como a apresentada no livro *A aventura de contar-se* da escritora Rago (2013), que procura desconstruir poderes e dispositivos acadêmicos na produção acadêmica que têm sito eminentemente masculinos e falocêntricos.

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando—o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início. Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios — ou ao contrário as inversões completas — os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos — não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. Eis porque, sem dúvida, toda origem da moral, a partir do momento em que ela não é venerável — e a Herkunft nunca é — é crítica. (FOUCAULT, 1979, p.31)

Portanto, este é um estudo de abordagem genealógica, com a finalidade de compor um processo de pesquisa que compreenda as subjetividades dos sujeitos de pesquisa, a partir dos elementos do sensível e demais impressões que permeiam o social. Esta pesquisa tem se



movimentado para compreender diversos modos de subjetivação que constroem as práticas discursivas sobre a mulher na escola, as quais conduzem a mulher a enquadramentos sociais.

Desenvolvi entrevistas semiestruturadas voltadas a compor narrativas de três professoras dos primeiros anos do ensino fundamental. Realizei dois blocos de entrevistas com mulheres/professoras, que ainda atuam no ensino fundamental, no povoado Triunfo, da cidade de Simão Dias/SE. Os resultados foram muito produtivos, em que foram compostas longas narrativas orais autobiográficas do fazer docente. A abordagem de análise é o desenvolvimento de uma genealogia da construção do conceito mulher, por meio das narrativas de si destas professoras. Dentro da perspectiva de Foucault de pensar a escrita de si,

O trabalho que a carta opera no destinatário, mas que também é efetuado naquele que escreve pela própria carta que ele envia, implica portanto uma "introspecção"; mas é preciso compreendê-la menos como um deciframento de si por si do que como uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo.(FOUCAULT, 2004, p.157)

A pesquisa de campo me permitiu compreender as indicações de como trabalhar essas trajetórias de docência e os conceitos que a permeiam. As entrevistas realizadas foram orais, gravadas, posteriormente transcritas para proceder à análise.

Encontros com as professoras do Triunfo

A educação é, necessariamente, um empreendimento coletivo. Para educar – e para ser educado – é necessário que haja ao menos duas singularidades em contato. Educação é encontro de singularidades. Se quisermos falar espinosanamente, há os bons encontros, que aumentam minha potência de pensar e agir – o que o filósofo chama de alegria – e há os maus encontros, que diminuem minha potência de pensar e agir – o que ele chama de tristeza. A educação pode promover encontros alegres e encontros tristes, mas sempre encontros. (GALLO, 2012, p.1)

São múltiplas as marcas que nos atravessam no caminho infinito da formação docente. Esta é uma longa trajetória em que há encontros e desencontros, porque estamos lidando com a educação. Quantas vezes, na profissão docente, nos esforçamos para planejar e fazer diferente a cada aula? Contudo, nem sempre nossos alunos nos dão as respostas que esperamos, porque estamos lidando com o inusitado provocado pelas interseções das diferenças presentes nas salas de aulas.

Em meio a estes encontros e desencontros fui compondo esta pesquisa, na fala dos



alunos, nas experiências com o lugar. Dessa forma, fui observando as produções discursivas acerca da mulher na comunidade, que fui pensando como iria desenvolver meus caminhos de pesquisa.

Aos poucos fui percebendo como as alunas já chegavam a ensino fundamental maior, carregadas, ou melhor, impregnadas do conceito mulher que é construído e ensinado a elas na contemporaneidade. Comecei a esboçar a pesquisa e a possibilidade metodológica que entendia ser possível pensar as relações de poderes que compõem saberes acerca da mulher na educação, seria a genealogia. Para a composição dessa genealogia precisava compreender as produções discursivas, como suas diversas instâncias estão presentes nas escolas de ensino fundamental menor. Diante destas questões pensei na escrita de si, porque "escrever é, portanto, 'se mostrar', se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro" (FOUCAULT, 2004, p.156). Para Margareth Rago, quando trata das narrativas das mulheres do movimento feministas,

A noção de "escrita de si" é fundamental, nesse contexto, para diferenciar os discursos autobiográficos dessas militantes das autobiográfias confessionais tradicionais, em que o indivíduo parte para uma busca introspectiva de si, pela escrita, tendo em vista reencontrar sua verdade essencial supostamente alojada no funda da alma, na própria interioridade. Aqui, ao contrário, tratase de assumir o controle da própria vida, tornar-se sujeito de si mesmo pelo trabalho de reinvenção da subjetividade possibilitado pela "escrita de si". (RAGO, 2013, p.52)

Por conta da escrita si, que na pesquisa entendo como uma narrativa de si, como proposta por Rago, partir em busca de professoras do Povoado Triunfo, que pudessem ser parte da pesquisa. Como se tratava das séries iniciais do ensino fundamental, busquei nas duas escolas do povoado, que atendem a essa faixa etária. Foram nas escolas do Triunfo que encontrei com Maria, Joana e Lucy que estão na composição desta pesquisa.

Narrativas de professoras

O trabalho que a carta opera rio destinatário, mas que também é efetuado naquele que escreve pela própria carta que ele envia, implica, portanto uma "introspecção"; mas é preciso compreendê-la menos como um deciframento de si por si do que como uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo. (FOUCAULT, 2004, p.254)



Para a pesquisa foram escolhidas três professoras das séries iniciais do ensino fundamental, do povoado Triunfo localizado na cidade de Simão Dias/SE. Estas três professoras trato como muitas outras, por isso o plural nelas, porque são intensas as subjetividades presentes em suas narrativas.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas com Maria em sua casa, com Joana e Lucy na escola durante os intervalos. Utilizei um roteiro com questões abertas que tratavam das experiências da formação e atuação docente, marcas, ser professora/mulher, o conceito de coeducação, presença da mulher na educação e demais elementos que foram acionados no decorrer das entrevistas. Após a transcrição me dediquei a selecionar trechos, a partir da análise das falas, para compor as linhas que estão presentes neste texto.

São muitas as passagens em que as Marias, Joanas e Lucys estão compartilhando suas experiências e ao mesmo tempo refletindo sobre sua atuação docente. As suas narrativas trazem para a pesquisa conceitos, marcas, experiências que compõem produções discursivas acerca da mulher na educação, em suas salas de aula. Acredito que estes momentos em que colocam em xeque sua atuação, observam como atuam, questionam-se, afirmam, e acabam por movimentar seus entendimentos sobre as questões são movimentos fundamentais para a pesquisa que está lidando com o humano, com a vida.

Penso que estes momentos na pesquisa produzem marcas na formação docente. Maria quando aborda as marcas de sua experiência diz que: "Tem sido a cada dia um aprendizado. A gente aprende demais com nossos alunos. Principalmente, apesar de eu ser do campo, mas eu aprendo muito com eles". Percebo em sua fala como a relação com o lugar é marcante na sua trajetória docente, como compreende a relação de seus alunos com o meio social em que vivem, e que este lugar tem significados marcantes em sua formação docente, desde a aluna que foi nas primeiras letras, passando pelas primeiras experiências docentes até o momento atual. Ser professora, para Maria é lidar com os aprendizados diários.

Para Joana, sua condição docente não foi algo planejado, e já inicia sua narrativa demonstrando como isso é algo marcante, quando ela afirma que: "A minha condição docente foi um acaso que acabou dando certo, porque quando eu entrei na escola quando eu era pequena, eu não tinha uma profissão certa que eu quisesse ser". Porque nem sempre é pelo desejo, que nos encaminhamos para ser professores. Joana é um desses exemplos de pessoas que optaram pela docência não pelo desejo de ser professora, mas pela necessidade da escolha.

² Joana. **Entrevista II.** [31 ago. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016.

¹ Maria. **Entrevista I.** [27 ago. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016.



Eu penso que qualquer profissão não se tem por um momento, somos algo com todas as linhas que nos percorrem. Não há como separar esse emaranhado que nos compõem. Ser professor(a) é uma força que ultrapassa qualquer barreira. Somos professoras em qualquer lugar, distância ou momento.

Ainda não podemos esquecer que a educação é permeada de encontros alegres e tristes, a sala de aula sempre está pronta a nos tirar o chão, esse movimento inusitado faz parte do tornar-se professora. Joana vivencia experiências como estas em seu cotidiano, quando afirma que: "[...] tem também as experiências marcantes que já não são tão boas, que é quando chego na escola com uma aula preparada e não consigo dar aquela aula. Isso acaba marcando, porque você pensa em fazer diferente".

Para Lucy a profissão docente foi algo que aconteceu no decorrer de sua adolescência até o momento de sua escolha, como expõe: "não pensei em momento algum em fazer outra coisa". Sabemos o quanto é necessário que pessoas impregnadas do fazer docente tornem-se professores.

Estes são trechos das narrativas das professoras, das Marias, Joanas e Lucys, que não são muito diferentes de nós e das professoras que passaram por nossa formação. Somos um pouco de cada uma delas.

O Triunfo como lugar

[...] era um passado que mudava à medida que ele prosseguia a sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos. (CALVINO, 1990, p.21-22)

Para uma genealogia, que trabalha com narrativas de si, eu poderia ter escolhido qualquer escola de Aracaju ou de outro município do Estado. O que me motivou, como pesquisadora, a lançar meu olhar para este objeto poderia ter ocorrido em qualquer escola, em qualquer lugar, em que se pode compreender as produções discursivas e saberes sobre a mulheres. Contudo, há quatro anos eu nem conhecia o Triunfo. Fiz concurso para ser professora do Estado no interior, mas não conhecia a cidade que fui lotada. Não conhecer foi um achado. Uma motivação constante ao devir pesquisadora.

Lucy. **Entrevista III.** [02 set. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016.

³ Joana. Entrevista II. [31 ago. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016.



O povoado Triunfo fica no município de Simão Dias, em Sergipe, localizado há 120 km de Aracaju. Trabalho em uma das três escolas da comunidade, no fundamental maior e médio, e, quando passei a pesquisar a produção discursiva na escola sobre a mulher comecei a pensar em um lugar de pesquisa, e como minha motivação foram as alunas, que chegam a minha escola vindas das outras duas, pensei que estes seriam os locais para desenvolver a pesquisa.

Cheguei ao lugar como a personagem viajante do Calvino que encontrava com lugares desconhecidos, mas que pareciam conhecidos, os conceitos estavam ali, pareciam desconhecidos e longe de mim. Contudo, eram próximos e me faziam compor estes elementos de pesquisa.

O pesquisador precisa ter um conhecimento do lugar que irá pesquisar, entender as nuances da comunidade, vivenciar os lugares, compreender suas mudanças e permanências. Entretanto, eu não conhecia as professoras que fazem parte desta pesquisa, eu conhecia pessoas que facilitaram o acesso à elas, mas conhecia como funcionavam as escolas, horários e onde poderia encontrá-las na comunidade. Assim, fui organizando o processo das entrevistas, para que eu tivesse momentos em que as professoras estivessem confortáveis e pudessem falar sem preocupação com o tempo. O resultado disso foram entrevistas muito produtivas, que permeiam as páginas deste texto.

Entre as professoras do Triunfo Maria é a que vivenciou mais a comunidade, porque é o seu lugar natal, onde estudou as primeiras letras e as brincadeiras da infância. Como é uma comunidade de agricultores em suas palavras desvelam-se a relação da professora como o lugar.

A questão do plantio aprende com eles. Assim, sempre é um aprendizado. O nosso livro é um livro de educação no campo e eles sempre dizem: eu faço isso, lá na roça é assim. Por mais que se diga: criança não é para está na roça, mas o próprio livro traz que a criança pode ajudar. Ai eles comentam: eu não vim porque estava trabalhando. Às vezes eles querem sair para ficar, eles dizem: hoje eu vou sair para ficar com meu pais, que só assim eu ganho um dinheirinho.⁵

Maria também conta da relação dos aspectos morais do lugar com relação ao comportamento de seus alunos, que conta das experiências com um aluno que não queria vestir uma roupa que lembrava ser um vestido, porque sua família não iria gostar.

No folclore teve uma coisa interessante que cada sala ficou de apresentar uma lenda de lobisomem, e nós queríamos uma criança. Pegamos TNT preto

-

⁵ Maria. **Entrevista I.** [27 ago. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016.



e fizemos. Um aluno ia narrar a história. E um disse que não ia vestir não porque era um vestido de mulher. Ai eu disse que homem pode, que em outros países e religiões que as pessoas vestem. Até mostrei a guarda da rainha. Ele aceitou, mas não podia tirar foto para a família não vê, porque a gente esbarra nessa questão e tem que ter o cuidado de não ferir os princípios da família e aos poucos a gente tenta ir trabalhando essa parte.⁶

Esse elemento é uma constante em uma comunidade que tem uma relação muito próxima à escola. Como também afirma Lucy: "Não foi tão diferente aqui, porque os pais ainda acompanham. A gente não vê mais quando eu comecei. Eu insisto, porque não tem nada que substitua o que a família faz em casa, nenhum professor. Pode ser o melhor de todos se a família não tiver do lado".

Joana entende que não tem muito entendimento acerca da comunidade, por que é da cidade de Simão Dias e se descola para o Triunfo, que fica há cerca de 10 km da cidade. Pensando a sua relação com a comunidade ela diz: "Da comunidade aqui eu não tenho tanto conhecimento que eu não sou dessa comunidade. Não vejo como é a organização social aqui fora o que vem para dentro da escola". Contudo, compreende como a comunidade rural do Triunfo e seus aspectos morais incidem na escola.

Conclusões

Este trabalho com as entrevistas me reforça a compreensão de que precisamos buscar narrativas que não sejam uma repetição misógina. As mulheres e as diferenças têm direito da presença nas discussões acadêmicas e para além delas. Temos direito à História, fazer parte dela, porque precisamos compor novas possibilidades de ser, aliás possibilidades outras.

Aliás, para pensar a mulher sob as óticas da História, Filosofia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, e diversas outras, é necessário ampliar os campos de estudos. Tenho o entendimento de como a escolha por conceitos e autores que transitam nestes diferentes campos está sendo fundamental para acionamentos tomados, até pela perspectiva rizomática desta pesquisa. Não podemos esquecer que para falar de mulher temos que pensá-la onde elas estão, e por muito tempo na história elas estiveram no privado, e não foram atreladas a conhecimento ou à sua produção.

Repito somos mais que belas, recatadas e do lar, e precisamos ter cuidado com o discurso do neoliberalismo que tem capturado até o movimento feminista. Tem se

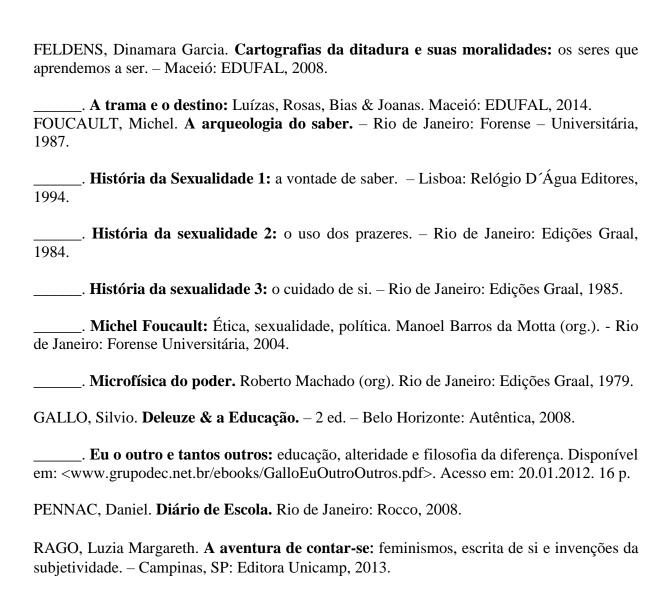
⁶ Maria. Entrevista I. [27 ago. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016.

⁷ Lucy. **Entrevista III.** [02 set. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016. ⁸ Joana. **Entrevista II.** [31 ago. 2016]. Entrevistadora: Aldenise Cordeiro Santos. Simão Dias, 2016.



estabelecido um regime de verdades contemporâneas, que enquadra a mulher sob aspectos que parecem de alteridade, mas agem de forma a legitimar um lugar menor e processos de desigualdade para as mulheres.

Referências





ASCENSÃO DA CULTURA DRAG: UM FENÔMENO PÓS-RUPAUL'S DRAG RACE

Luiz Henrique de Sousa Silva¹ Aldo Luiz dos Anjos Santos²

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE <u>Henrique sousa97@hotmail.com</u> <u>aldoluiz95@hotmail.com</u>

Resumo: O fenômeno *Rupaul's Drag Race*, no ar desde 2009, se revelou uma relevante porta de entrada para fama para drags estadunidenses, porém os efeitos deste ultrapassou fronteiras e permitiu a ascensão da cultura drag em todo o globo. A globalização e as inovações tecnológicas facilitaram a disseminação do programa, mas esse não pode ser ao único argumento para compreender a ascensão já citada. Logo, o presente trabalho visa compreender o porquê da proeminência do programa na afirmação e expansão da arte drag, para isto trabalha-se com a premissa da identificação do público com as participantes, e a ideia de capitalização, que aborda o processo de celebrização das drags, e subsequente adaptação ao mercado homossexual que está em amplo crescimento.

Palavras-chave: Rupaul, Drag Queen, Identificação, Capitalização, Celebrização.

Introdução

O programa "Rupaul's Drag Race" estreou em solo estadunidense no ano de 2009, e pôs na televisão uma competição protagonizada por drag queens, onde essas disputam diversas provas que testam habilidades em atuação, canto, dança, entre outros. A vencedora recebe um prêmio em dinheiro e o título de "America next drag superstar". O programa está chegando a sua décima temporada, e se tornou um sucesso estrondoso nos EUA, e no mundo.

Como efeito desse sucesso é notável a ascensão da cultura drag a um espaço nunca antes ocupado. Historicamente relegadas às periferias, hoje as drags ganham cada vez mais espaço na mídia e na sociedade. No Brasil, a difusão do programa pela internet, provocou uma modificação na forma de enxergar esses artistas, tanto que várias alcançaram um local de prestígio, despontando na TV, na internet e na música. Pabllo Vittar é um exemplo concreto desse fenômeno recente.

Visto tais modificações na percepção sobre a cultura drag, o presente artigo busca compreender como o reality contribuiu para a ascensão desta na mídia. Para responder tal questionamento, parte-se de duas premissas: a primeira, de que a identificação entre o público e as drags do programa gera uma fidelização a este; e a segunda, que aponta para a transformação da drag queen num bem de consumo, no contexto de expansão do mercado homossexual.

¹ Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Relações Internacionais da UFS.

² Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Publicidade e Propaganda da UFS



O artigo encontra-se, então, dividido em três seções além da introdução, do método e da conclusão. A primeira busca delinear brevemente o percurso histórico das drag queens. A segunda se centra sobre a premissa da identificação, citada anteriormente. E a terceira foca sobre o processo de capitalização que as drags foram alvo.

Método

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é frequentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais, voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como sociologia, antropologia, psicologia, dentre outros das ciências sociais (COELHO CÉSAR, 2005). Nesse, a pergunta de pesquisa deve estar focada em "como" e "por que", questões que levam à análise da evolução de um fenômeno ao longo do tempo.

Para tanto, retoma-se aos primórdios da cultura drag para entender de forma evolutiva a recepção da estética/movimento *camp*. Tomando, em seguida, como caso o programa *Rupaul's Drag Race*, e como esse foi determinante para a popularização de ícones inseridos no reality, que agora se tornaram produtos devido a empatia gerada pelo formato do programa, que intercambia atuação e vida real como entretenimento de massa.

E é através da ótica dos estudos culturais que será contextualizado o campo teórico e social no qual se insere essa "persona" que é a drag queen, enquanto expressão artística, cujo debate é cerceado pela problemática de gênero. Atrelado a essa análise, será apontado o papel dos meios de comunicação no processo de difusão dos conteúdos resultados do esforço desses profissionais.

Do gueto à fama: percurso histórico das drag queens

Ser drag nunca foi tão bem visto quanto agora. O reality show "Rupaul's Drag Race" provocou uma modificação na mentalidade geral sobre essa cultura. Nota-se nas redes sociais uma explosão de jovens, espectadores do programa, que inspirados por esse começaram a se maquiar, vestir e agir de acordo com o gênero oposto. Contudo, muitos ainda não entendem o que é a cultura drag, nem o longo percurso enfrentado por esses profissionais para alcançar a posição de destaque na mídia. Portanto, busca-se responder nesta seção: o que são as drag queens? E qual sua história?

Sobre a primeira indagação é relevante ressaltar que a drag é uma expressão artística, trata-se de uma personagem criada para fins de entretenimento. Segundo Jesus, (2012, p.10)



são "artistas que fazem uso da feminilidade estereotipada e exacerbada em suas apresentações", ou seja, utiliza-se de artifícios e trejeitos socialmente definidos como femininos e os exagera, criando uma expressão mais extravagante do que seria a mulher.

A utilização desses traços femininos geram uma confusão recorrente entre a drag queen e identidade de gênero. Amanajás (2014, p.3) ressalta que a drag é uma forma artística desassociada "do que o indivíduo sente em relação a sua própria percepção, tanto interna quanto externa: é na verdade, o que esse indivíduo faz como expressão artística". Assim sendo, heterossexuais, transexuais e homossexuais podem "ter" uma drag queen.

Apresentado, então, o que é uma drag, cabe agora delinear o percurso histórico deste movimento. Visto que se trata de uma expressão cênica, o nascimento do transformismo remonta à Grécia antiga, e aos primórdios do teatro, onde homens interpretavam papéis femininos nas diversas narrativas, devido à proibição de mulheres nos palcos. Amanajás (2014, p.5), expondo sobre esse momento histórico, diz que:

De qualquer maneira, a partir desse momento, ficou estabelecido que a função de vestir a máscara com personas masculinas e femininas seria um papel único e exclusivo do homem. Clitemnestra, Medéia, Electra, Ifigênia e Antígona: todas essas personagens foram vividas por homens na antiga Grécia. É importante ressaltar que, naquela época, o ator usava não somente a máscara para interpretar papéis femininos; roupas e enchimentos também eram adicionados para a composição da personagem.

O transformismo segue junto com o teatro no decorrer da história. Na idade média, a igreja tentou reprimir as companhias cênicas, mas devido à popularidade na sociedade, estas foram incorporadas pela igreja para realizar encenações de trechos bíblicos, e nestes as personagens femininas também eram feitas por homens. Tal incorporação à religião só chega ao fim no renascimento cultural, quando as companhias de teatro retomam as narrativas de grandes heróis, genealogias, dentre outras temáticas. É nesse período que se alega o surgimento do termo "drag".

No teatro Elizabetano do século XVI, os papéis femininos escritos por Shakespeare ou qualquer outro dramaturgo eram interpretados por jovens adolescentes homens — meninos entre dez e treze anos. Julieta, Desdêmona, Ofélia e Lady MacBeth foram atores transvestidos. Especula-se também que Shakespeare, ao conceber suas personagens femininas, ao rodapé da página em que descrevia tal papel, marcava-o com a sigla DRAG, *dressed as girl* (vestido como menina, em tradução livre), para sinalizar que aquela personagem seria interpretada por um homem (AMANAJÁS, 2014, p.9-10).

Suposições à parte, é visível que a drag mantém-se intimamente ligada ao teatro. Contudo, a permissão da presença de mulheres nos palcos em 1674, representou um

.

³ Utiliza-se o termo "ter" para enfatizar que a drag é uma personagem, uma criação cênica com fins de entretenimento.



retrocesso para o transformismo (AMANAJÁS, 2014). Nesse momento, os homens perdem a função de interpretar papéis femininos, e a drag se modifica, ganhando um tom mais satírico, e de crítica à sociedade. Os homens que mantiveram viva a cultura tiveram seu espaço de atuação restringidos a bares na periferia, e pela primeira vez a drag queen passou a ser relacionada aos homossexuais.

O retorno das drags aos palcos aconteceu em meados do século XIX, sob a égide das damas pantomímicas. Elas eram figuras cômicas, que exageravam e satirizavam, em suas apresentações, o dia-a-dia vivido por homens e mulheres (AMANAJÁS, 2014). Por quase 50 anos essa foi a única forma de drag queen com proeminência na sociedade, baseando-se, somente, no caráter risível dessas personagens.

As modificações proporcionadas após as guerras mundiais transformaram, mais uma vez, a cultura drag. O aparecimento da televisão decretou a morte da dama pantomímica, uma vez que os teatros não eram mais a forma comum de entretenimento da população (AMANAJÁS, 2014). Nesse ínterim, as drags retornam às periferias, e restringem sua atividade a bares gays distantes do *mainstream*.

A performatividade drag sempre teve como objetivo fundamental divertir o público. Contudo, no contexto de repressão aos direitos gays na década de 60, ser drag queen se tornou um ato político, e estas despontaram como símbolos contra a repressão policial e defesa desses direitos. A "Batalha de *Stonewall*" em Nova York é um exemplo claro do cunho político assumido pelas drags.

O confronto em questão foi entre a polícia de Nova York e os frequentadores do bar Stonewall Inn por conta de leis que cerceavam a fluidez de gênero e obrigava que, por exemplo, pessoas de sexo masculino usassem pelos menos três peças de roupas tidas apropriadas para si. Numa das constantes batidas policiais no local, os frequentadores se rebelaram e revidaram com os ataques violentos contra a polícia, dando início à Batalha. As pessoas que começaram com tudo isso foram Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, duas drag queens que costumavam ir até o bar e conhecidas militantes do movimento LGBT de sua época (REIS; FERREIRA, 2017, p.3).

Apesar da representatividade que o movimento LGBT ganhou nessa série de manifestações, as drag queens permaneceram na periferia da sociedade. Porém, os anos 90 representaram a grande virada para esses artistas. Nessa década, as drags foram retratadas no filme "Priscilla: a rainha do deserto"; ganharam espaço maior na TV; e a ascensão de Rupaul representou o ápice da cultura.

Rupaul, uma drag negra, alta, loira, elevou a arte tão marginalizada nos anos 70 e 80 para o mundo da música, com seu single *Supermodel;* para o cinema, com suas produções originais e participação em filmes diversos; e para o mundo da moda, sendo modelo para



diversas marcas. Contudo, nenhum desses feitos superou a criação de seu reality show, "*Rupaul's Drag Race*". Esse revolucionou a forma que a sociedade percebe a cultura drag, e garantiu às participantes uma janela para o reconhecimento.

Se antes as poucas (quase) celebridades drags eram meras coadjuvantes dos risíveis espetáculos de humor, RuPaul's Drag Race puxou o gatilho para toda uma virada iconográfica que as recoloca enquanto sujeitos em ascensão, ainda que com algumas ressalvas. E isso dá margem para o fomento, cada vez maior, de uma expectativa do estrelato (LANG et al, 2015, p.3).

É interessante observar como o programa comandado por Rupaul insere a cultura drag dentro de um fenômeno ocorrido nas mais diversas áreas, que é a globalização. A redução das fronteiras, possibilitado pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente a internet, foi fundamental para que o programa saísse dos Estados Unidos e se expandisse para todo o globo, obtendo cada vez mais sucesso. Ocorre, então, o que Ortiz (1994) concebe como mundialização da cultura, um processo pelo qual os valores, estilos e formas de pensar se espalham de uma população a outra.

Entretanto, não se busca afirmar aqui que a cultura drag é originária dos Estados Unidos, e que se expandiu para o mundo. Visa-se ressaltar como o programa, ao ultrapassar fronteiras, garantiu às drag queens a visibilidade necessária para promover um melhor entendimento da sociedade sobre o que é ser drag, e expressar sua arte sem serem marginalizadas e rechaçadas. Nesse novo cenário, as drag queens passaram a ser celebradas e admiradas por uma legião de fãs.

A internacionalização do programa é de suma importância para entender esse novo processo de celebrização das drag queens, porém existem fatores outros que permitem explicar melhor esse fenômeno recente. Defende-se nas seções posteriores que a identificação e a capitalização são muito relevantes para compreender a febre global que se tornaram. Por hora, cabe reiterar que *Rupaul's Drag Race* é um marco na historiografia drag, sendo o símbolo da passagem destas para o *mainstream*⁴.

Identificação e empoderamento

Ao fim de cada episódio Rupaul diz: "If you can't love yourself. How in the hell you gonna love somebody else?"⁵. Tal frase permite evidenciar o discurso empoderador que o apresentador passa para as participantes, sendo este sempre reiterado durante o programa.

-

⁴ Mainstream é "a produção de bens culturais criados sob a égide do capitalismo tardio e cognitivo que ocupa lugar de destaque dentro dos circuitos de consumo midiático" (MARTEL, 2012, p.11 apud PEREIRA, 2016, p.54).

⁵ Se você não pode se amar. Como você será capaz de amar outra pessoa. (Tradução nossa)



Porém, o seu poder ultrapassa as fronteiras do reality, fazendo-se ouvida por toda uma massa de telespectadores, e sendo disseminada para todo o mundo pelas redes sociais. Portanto, busca-se compreender o processo de identificação entre os telespectadores e as drag queens, sendo esse um dos motivos para explicar a recente ascensão da cultura drag.

É possível imaginar que o *Drag Race* se trata de uma simples competição de drags, onde estas dançam, se maquiam, costuram, atuam e cantam. Porém, esse prejulgamento não expõe todas as variáveis contidas no programa. Este se tornou um sucesso por "humanizar" as drag queens, revelar o artista sob a maquiagem, a fantasia e a peruca, contar ao público suas histórias de vida, seu processo de aceitação, e os dilemas ainda enfrentados por ser uma drag, e por ser gay.

Essa é a fórmula para o sucesso segundo Rupaul:

[Ele] explica a popularidade do programa devido à essência de sua narrativa, basicamente sobre a tenacidade do espírito humano. Ao abordar personagens que foram afastadas da sociedade, que precisam trilhar um caminho difícil para serem reconhecidos através da arte e expondo suas histórias de vida, criamos um laço de identificação dentro das narrativas individuais e acabamos por projetar nossas próprias vivências nos relatos dos personagens (PEREIRA, 2016, p.54).

Basicamente, é a identificação das similaridades entre a vida do espectador e as histórias retratadas no programa que fomentam a fidelização deste, e subsequente, sucesso do reality. Portanto, os fãs das drag queens apreciam não só a estética e a performatividade, mas também têm um interesse latente na vida privada e cotidiana das *performers* (LANG et al, 2015).

Cabe ressaltar ainda o caráter de empoderamento individual proporcionado pelo programa. "Rupaul's Drag Race' atinge os sujeitos já deslocados da ideia de identidade unificada, [esses] encontram na arte drag uma forma de exprimir suas vivências de gênero e sexualidades" (PEREIRA, 2016, p.55). Nesta perspectiva, o debate que se levanta está centrado na problemática de gênero e sexo, e na natureza de tais essencialismos, quando a drag se torna resistência em relação às normas de gênero, através da mimetização e farsa do mesmo em suas performances como reflexo cultural.

Apesar da drag queen estar desvencilhada da orientação sexual, essa representação artística tem um papel fundamental na crítica aos padrões impostos pela sociedade, cuja ampla oferta do diferente transforma o contexto social e produz o sujeito pós-moderno, que já tendo vivido uma identidade estável, entra em colapso como consequência das mudanças estruturais e institucionais (HALL, 2006 apud PEREIRA, 2016).

Partindo disso, a estética camp propõe uma conjuntura de cisão do sujeito e da lógica



de gênero como significados culturais assumidos por um corpo sexuado, já que o sexo é natural, anatômico e o gênero, por sua vez, seria uma construção independente do sexo. Nesse sentido, introduz-se a noção de performatividade de gênero, concebida pela teórica culturalista Judith Butler (2003), a qual afirma que o gênero seria um efeito discursivo do corpo, e o sexo um efeito do gênero, e que esse seria moldado na relação sujeito e sociedade, em conformidade com a lógica da inteligibilidade cultural, que normatiza e legitima comportamentos e práticas.

Esse viés crítico às concepções socialmente construídas sobre o gênero é um fator relevante na criação de vínculos entre o espectador e a drag queen, uma vez que a apreensão da performatividade de gênero dá brecha para uma aceitação individual, e subsequente desmembramento de uma insegurança psicológica, que antes o inibia de ser quem realmente desejava.

Logo, o programa tem o papel de levar tais debates ao domínio amplo e massivo, se utilizando da "humanização" dos participantes, com abordagem que inclui a narração de suas trajetórias no mundo real, a fim de criar empatia no telespectador. Além de fomentar o empoderamento individual desse público, através da utilização das drag queens como espelhos para a autoaceitação.

Capitalização da cultura drag

Como visto anteriormente, o processo de desconstrução da personagem e a exposição das histórias dos artistas são fundamentais para compreender a conexão formada entre os espectadores e o reality show, sendo assim a fórmula do sucesso do *Drag Race*. Tal fator é importante para compreender o processo de celebrização da cultura drag, porém não é o único. A presente seção centrará a análise em outro fator relevante, aqui chamado de capitalização, que se refere a inserção das drag queens numa dinâmica de consumo criada pelo sistema capitalista, e expandido com o processo de globalização.

No contexto sistêmico no qual estamos inseridos o consumo é uma variável de suma importância, sendo este capaz de moldar padrões de comportamento, modificar realidades e fomentar o surgimento de inovações (ORTIZ, 1994). Nesse cenário, a inserção da cultura queen no território de consumo midiático representou um divisor de águas na forma como esta era vista, deixando de ser uma manifestação de um grupo excluído, para se tornar parte rentável dentro de uma indústria *mainstream*.

As drag queens foram humanizadas, agora estão na moda e aparecem com mais frequência na mídia de massa, fazem shows para públicos não necessariamente guetificados, gravam comerciais, lançam CDs, etc. Ou seja, foram capitalizadas,



cooptadas e conseguiram virar celebridade (LANG et al, 2015, p.7).

A transformação da forma que a drag queen passou a ser percebida na sociedade é facilmente visível no Brasil. A ascensão de Pabllo Vittar, Aretuza Lovi, Gloria Groove, dentre outras é um traço representativo da expansão midiática sobre esse grupo. Hoje é possível elencá-las como celebridades, uma vez que são resultados de processos econômicos e culturais, que as transformam em commodities/marcas que vendem coisas, conceitos e vivem de sua imagem (TURNER, 2013).

[Rupaul] se tornou uma marca, o seu produto é a sua própria identidade. Ele possui um legado, com participação em mais de 50 filmes e *sitcoms*, contrato com a *M.A.C Cosmetics*, 11 álbuns solos, duas autobiografias, um programa de rádio, um *talk show*, participação em *realities* e a produção-executiva do grande fenômeno mundial *RuPaul's Drag Race*. Além de todo *merchandising* ao seu redor: bonecas, vestimentas, cosméticos, perfumes, chocolates e video *games* (LANG et al, 2015, p.5. Grifo do autor).

Portanto, a celebrização da cultura drag, possibilitada com o advento do reality show, se justifica pela transformação desta em um produto midiático, com orientações econômicas marcadas pela lógica do capital e do retorno financeiro (PEREIRA, 2016). Contudo, apesar do programa representar uma "janela" para essa manifestação artística, a capitalização só tornouse possível devido a expansão do mercado consumidor homossexual, e o subsequente interesse de fomentar a criação de produtos e manifestações voltadas para esse nicho.

Os homossexuais representam, segundo Nunan (2003), um mercado de amplo poder aquisitivo, uma vez que a grande maioria não tem filhos, e costumam ter um elevado grau de escolaridade. Tal característica, aliada à maior representatividade conquistada pelos LGBTs, instigou o interesse empresarial em investir em produtos específicos para este grupo, como em hotéis, clubes, roupas, dentre outros. Nesse contexto, o próprio *Drag Race* se insere na necessidade crescente de se produzir entretenimento para o público homossexual.

Visto isso, a visibilidade que as drag queens obtiveram recentemente é influenciada pelo interesse mercadológico de se difundir personalidades cujos preceitos, histórias e características pessoais são compartilhados com o público gay, criando assim a empatia fundamental para a consolidação de uma celebridade (TURNER, 2013). Porém, cabe ressaltar que o programa lançou um conjunto de drags que não são apenas veneradas pelo público LGBT, mas também por homens e mulheres heterossexuais, o que potencializa a capacidade mercadológica destas.

Em suma, é perceptível que a capitalização das queens é um fator importante para a compreensão do fenômeno internacional que se tornou. Foi devido à absorção pela mídia e a transformação dessa cultura em algo rentável, num contexto de ampliação do mercado



homossexual, que as drag queens têm conseguido consolidar o seu espaço no entretenimento, e mais importante, têm garantido a representatividade deste grupo perante a sociedade que sempre as marginalizou.

Considerações Finais

Para concluir, cabe reiterar que, propagada pelo advento da globalização, a cultura drag alcançou patamares antes inimagináveis para uma comunidade que sempre esteve à margem da sociedade. O *Drag Race*, como dito anteriormente, é um símbolo nessa conquista de espaço dentro da mídia, e subsequente consolidação dessa expressão artística como uma forma de legitimação e representatividade LGBT.

Podemos afirmar, então, que a transformação da cultura drag promovida após o reality comandado por Rupaul se justifica: primeiro pela forma como o programa é construído, evidenciando as histórias das competidoras e debatendo temas relevantes para a comunidade LGBT, fomentando assim uma identificação por parte dos espectadores e a fidelização ao show; e pela expansão recente do mercado de consumo homossexual, o que induziu à criação de um conjunto de bens específicos para esse nicho com grande potencial. As drag queens se tornaram, então, celebridades inseridas dentro da lógica do capitalismo.

Em suma, tais premissas explicam a ascensão da cultura drag ao nível internacional. Contudo, é importante relembrar que esse é um processo recente, que ainda não se encontra totalmente solidificado. No contexto no qual a luta pelos direitos LGBTs ainda estão em voga, a drag precisa ser vista também como uma representante na luta por esses direitos. Como diz Rupaul: "Ser drag queen, hoje, é um ato político".

Referências Bibliográficas

AMANAJÁS, Igor. Drag queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. **Revista Belas Artes,** São Paulo, n. 16, set-dez/2014. Disponível em: http://www.belasartes.br/revistabelasartes/?pagina=player&slug=drag-queen-um-percursohistorico-pela-artedos-atores-transformistas. Acesso em 27 fev. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

COELHO CESAR, Ana Maria Roux Valentini. Método do estudo de caso (case studies) ou Método do Caso (teaching cases). Uma análise dos dois métodos no ensino da pesquisa em



administração. Rev. Eletrônica Mackenzie de Casos [Internet], v. 1, n. 1, p. 1-23, 2005.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília: Publicação online, abr. 2012. Disponível em: http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334 065989>. Acesso em 27 fev. 2018.

LANG, Patrícia et al. A Construção de Celebridades Drags a Partir de RuPaul's Drag Race: Uma Virada do Imaginário Queer. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**- **Intercom,** 38., 2015, Rio de Janeiro, RJ. Anais (online). Intercom, 2015. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3777-1.pdf. Acesso em 27 fev. 2018.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo.** Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. 2.ed. Brasiliense, São Paulo, 1994.

PEREIRA, Lívia Maria Dantas. "Bitch I'm from Recife": A influência do programa "Rupaul's Drag Race" na cena drag pós-moderna da cidade de Recife. Monografia (monografia em jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p.101, 2016.

REIS, Kaippe Arnon Silva; FERREIRA, Raquel Marques Carriço. Shantay, You Stay: o consumo de RuPaul's Drag Race no Brasil. **Anagrama**, v. 11, n. 1, 2017.

TURNER, Graeme. Understanding celebrity. 2.ed. Sage, 2013.



BIOPOLÍTICA, CORPO E DIFERENÇA

Mayra Louyse Rocha Paranhos; Lívia de Rezende Cardoso; Márcia Cristina Rocha Paranhos

(Universidade Federal de Sergipe, mayraufs20@gmail.com)

Resumo: A forma pela qual o poder se manifesta modifica-se, a partir do século XIX. As práticas que eram realizadas outrora tinham por objetivo governar o sujeito, então com o biopoder e a imersão das biopolíticas, o alvo do governo recai sobre a população em geral. Pensando em como o biopoder pode agir na vida humana nessa era globalizada, destacamos a sua manifestação através das biotecnologias que são manuseadas pelas ciências e engenharias que estudam a vida. Assim, este artigo tem como objetivo entender como a biopolítica age no corpo que é considerado diferente e/ou estranho, utilizando como instrumento as biotecnologias. Como em uma relação de poder os sujeitos podem ser tanto alvo quanto o instrumento pelo qual o poder se manifestará, torna-se necessário discutir a biopolítica, para que possamos entender como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos.

Palavras-chave: Biopolítica, Biotecnologia, Corpo, Diferença.

INTRODUÇÃO

As estratégias biopolíticas possibilitam que os corpos dos sujeitos sejam administrados e que a vida seja controlada através do conhecimento sobre a população, saindo de cena o direito de morte que simbolizava o poder do soberano e assumindo um novo poder, que tem como objetivo o controle do biológico para que este possa suprir as expectativas criadas pela sociedade e os seus padrões.

O poder, ao decorrer dos anos, foi se transformando, sendo o poder soberano aquele que tinha o direito de fazer morrer e deixar viver, umas das primeiras formas pela qual o poder começou a agir em sociedade (FOUCAULT, 1999). Com a demanda de mercado sobre produção e consumo e o cuidado com o corpo dos súditos, para que estes pudessem gerar benefícios, eis que surge um novo direito no qual o soberano possui função de proteção a vida. Esse direito conhecido como poder disciplinar tem como objetivo "adestrar" o sujeito tornando-o útil a sociedade.

Nesse trabalho abordamos a biopolítica, que tem como objetivo o controle dos processos biológicos para que a população possa ter qualidade de vida biológica. Esses instrumentos utilizados para disciplinização e/ou normatização opera na produção de corpos e subjetividades dos sujeitos. O que nos leva a analisar como as biotecnologias podem contribuir para experiências e subjetividades dessa era biotecnológica.

Outro fator de impacto para esta pesquisa, é tratar sobre o Teste genético pré-



implantacional (PGD), que surge das investigações da abertura do código genético com a finalidade de promover qualidade de vida, à medida que os embriões que são fertilizados *in vitro* e que apresentam distrofias e/ou anormalidades cromossômicas são descartados. Esse teste nos leva a problematizar o corpo que é tido como diferente e/ou estranho, como também quais são os limites para que uma vida seja merecida ser vivida ou matada.

Os domínios que constituem as verdades biológicas se tornam acessíveis, bem como penetráveis na sociedade, através da difusão dos estudos moleculares que são realizados pela Biologia e engenharias que estudam a vida. Esses conhecimentos, partem dos trabalhos realizados com células-tronco, reprodução assistida e os testes genéticos que desvendam o nosso genoma, e são passíveis a discussão sobre a ética e a moral, o sujeito e o coletivo, pois esse novo saber/poder, produzido pela genética, estão atrelados a uma nova economia política que nos leva a formação de um novo biopoder.

Refletir o corpo que não se adequa aos padrões impostos, pela sociedade neoliberal que vivemos, nos faz questionar sobre a existência humana e o seu valor, como também no corpo que é moldado para atender os padrões estabelecidos, sejam por saberes médicos, tecnológicos, como pelas normas que o regulam. Assim, o conceito de corpos, para este artigo, pode ser entendido como o de perfomatividade da Butler (2010), no qual os corpos e os sujeitos são construídos.

Para pensar na construção social do sujeito, discutimos as relações de saber e poder, postulados por Foucault (1999) e os modos de governo que administram a vida, seja através do poder disciplinar e/ou de um biopoder. Esses poderes são responsáveis por gerir a vida, a partir da inserção controlada dos corpos nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Nessa perspectiva, esse artigo tem como objetivo entender como a biopolítica age no corpo que é considerado diferente e/ou estranho, utilizando como instrumento as biotecnologias. Assim, alguns questionamentos surgem para complementar essa pesquisa: Como a governamentalidade influencia os corpos? A biopolítica e a vida se relacionam de que maneira? A disciplinarização do corpo aprisiona os sujeitos?

A BIOPOLÍTICA EM NOSSAS VIDAS

"O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política" (Foucault, 1989, p. 47).



A biopolítica, um exercício do poder sobre a vida, é um conceito utilizado originalmente pelo filósofo Michel Foucault. A primeira vez que Foucault tratou sobre biopolítica foi em uma palestra realizada em 1974 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, na qual três anos depois foi publicada como "O nascimento da medicina social" no livro "Microfísica do poder" (Foucault, 1989). Entretanto, foi na obra "História da sexualidade I: A vontade de saber" e, depois, com os cursos ministrados no Collège de France, nos anos de 1975 e 1976, que Foucault aprofundou-se nas discussões sobre biopolítica e biopoder.

A biopolítica é uma forma pela qual irá atuar o biopoder. De acordo com Foucault (2008), o poder age na vida dos sujeitos, se tornando em um biopoder, atuando através dos dispositivos de segurança, para administrar a população, para que estes correspondam as expectativas do que é imposto pelo mercado. O biopoder se caracteriza como o poder dos estados modernos, ele se opõe ao modelo de poder que dominou durante anos, o poder do soberano, que tinha direito sobre a morte, como também do poder disciplinar, que tinha por objetivo governar a vida do indivíduo.

O poder do soberano se caracteriza como o direito que o rei tinha para decidir sobre a vida e a morte dos seus súditos. Assim, era decisão do soberano fazer morrer ou deixar viver, sendo essa uma das primeiras formas pela qual o poder agia sobre a vida dos sujeitos, tendo em vista que competia a vontade do soberano o direito do súdito continuar a viver (FOUCAULT, 1999).

Foi no século XVII que o soberano foi perdendo o direito de fazer morrer e deixar viver do súdito e surge um novo direito, o de fazer viver e deixar morrer. O soberano aparece num cenário diferente, sendo sua função proteger a vida dos seus súditos. Entretanto, a partir desse novo direito surge o que se conhecesse como poder disciplinar, no qual o corpo do sujeito assume o centro pelo qual o poder vai atuar, moldando este de acordo com a configuração social, tornando-o, através das técnicas disciplinares, útil, dócil, disciplinado.

Foucault mostra que a forma pela qual o poder se manifesta modifica-se, a partir do século XIX, pois as práticas que eram realizadas outrora tinham por objetivo governar o sujeito, assim, com o biopoder e a imersão das biopolíticas, o alvo do governo recai sobre a população em geral. Através de um modo de regulação social, o governo controla a natalidade, mortalidade, saúde e doença dos sujeitos em conjunto, população.

Essa forma de controle, biopoder, se desenvolve mediante os instrumentos que o



Estado utiliza para controlar as manifestações de doenças, reprodução, distribuição demográfica, fome, guerra, entre outros. É no aparato biológico que as ciências estão interessadas em estudar, isso porque a lógica é que quanto mais se conhece sobre algo mais fácil será transformar. De uma forma mais ampla, podemos pensar no biopoder como um indicador para racionalização e intervenção das características da vida que foram se modificando ao decorrer da existência humana.

Para efetivação do biopoder é necessário a produção de saberes, haja vista ser o saber a forma pela qual irá atuar o poder de forma eficaz. Devido as relações de poder que existem, a população pode ser tanto alvo quanto o instrumento pelo qual esse poder se manifestará. Então, a biopolítica se torna um fator necessário a ser discutido, para que possamos entender como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos.

Pensando em como o biopoder pode agir na vida humana nessa era globalizada, podemos ver a sua manifestação através das biotecnologias que são manuseadas pelas ciências e engenharias que estudam a vida. Nikolas Rose, sociólogo britânico de inspiração foucaultiana, em seu livro "A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI", irá nos mostrar como a biopolítica molecular contemporânea promove a politização da vida, em virtude das pesquisas que são desenvolvidas com o genoma humano.

Segundo Rose (2013), a vida se tornou um objeto de contestação e disputa política. Essa nova definição da condição humana, que está sendo estabelecida pelas condições proporcionadas pelas tecnologias que se associam as ciências que estudam a vida, nos fazem refletir sobre o nascimento de uma nova possibilidade de evolução do corpo humano. Um corpo que superará os seus limites biológicos e que está à disposição das políticas públicas como instrumento do poder.

Assim, trazendo a luz o trabalho da Galvis (2013), se os desenvolvimentos biológicos e tecnológicos trabalharem em conjunto, caminharemos rumo a uma nova forma de caracterização e formação de corpos e subjetividades, para um futuro em que as condições humanas serão superadas, tendo em vista as possibilidades reais geradas pelo desenvolvimento biotecnológico que colocarão o modelo hereditário da seleção natural como algo obsoleto. Rose (2013), também nos alerta para uma forma emergente de vida em que os sujeitos conhecem a si mesmos a partir de sua constituição biológica, a qual passa a ser, cada vez mais, passível de manipulações.

É difícil discutir procedimentos biotecnológicos que interferem o corpo e a vida das



pessoas e não tratar sobre os testes genéticos que são problematizados em diversas áreas e países, devido as controvérsias que são geradas por estes. É possível distinguirmos os benefícios e malefícios dos avanços biotecnológicos ou discriminarmos a genética da eugenia? Essa pergunta é formulada partindo do pressuposto que a partir da seleção de embriões podemos pensar na genética como uma forma de prevenir condições hereditárias, entretanto, a partir do momento que as pesquisas identificam quais seriam as bases genéticas de doenças, isso possibilita um controle sobre esse dado, permitindo a seleção de características.

Considerando a segunda opção, teríamos um novo tipo de eugenia, uma eugenia camuflada, na qual os conhecimentos biotecnológicos poderão ser usados como instrumento para a eliminação do indesejável, do corpo considerado diferente e/ou estranho e que foge a norma. Daí, é liberado questionar-se sobre quem tem o poder de fazer morrer ou viver, na sociedade em que o poder se encarrega da vida e de como essa vida tem que ser vivida.

Tratar sobre o teste genético pré-implantacional (PGD) nos leva a pensar em uma forma de poder sobre a vida preocupado com os mecanismos que contribuem para melhor moldar os corpos, controlar e conhecer os fenômenos populacionais. Em seu livro intitulado "Homo sacer: o poder e a vida nua", Agamben¹ (2002), traz o antigo direito romano, *Homo sacer*, para exemplificar a relação entre o poder do soberano e a biopolítica, que torna certas vidas matáveis. Qual seria o motivo para que uma vida deixasse de ser digna de viver e se tornasse uma vida irrelevante para o Estado, passível a eliminação? (AGAMBEN, 2002).

Os testes genéticos tratam a vida como uma simples *vida nua*, desprovida de autonomia e independência e que pode ser moldada ou aniquilada. O PGD se trata de um procedimento relativamente recente no qual é feito um teste genético no embrião fertilizado *in vitro* antes da implantação no útero. O objetivo deste procedimento é o de detectar problemas genéticos como a distrofia muscular e aneuploidias² e implantar somente os embriões saudáveis. Entretanto, os embriões portadores dos problemas genéticos detectados são descartados.

Analisando o PGD e as questões ontológicas que o envolvem, é fácil parar e refletir como acontecem dualismos. Tendo em vista que não se considera aborto o descarte de um embrião fertilizado *in vitro*, por ser diagnosticado com algum problema de saúde e não está

.

¹ Giorgio Agamben é um filósofo italiano referência sobre leitura contemporânea do conceito de biopoder. Em seus trabalhos, a biopolítica Foucaultiana é denominada: tanatopolítica.

² Número anormal de cromossomos em virtude de um exemplar extra ou inexistente.



dentro de um útero, mas a partir do momento em que uma mulher, que engravida por vias naturais, não quer e/ou não tem condições de criar um/a filho/a decide "descartar" essa vida, se trata de um aborto.

O mesmo pode ser aplicado ao caso da eugenia, se considerarmos que a seleção de características de embriões que são fertilizados *in vitro*, não se tratam e/ou consideram uma estratégia eugênica, mas a possibilidade de fabricação de um ser humano, segundo as características desejadas, como foi proposto pelos nazistas, é considerado um procedimento eugênico.

Essa problematização nos leva a refletir como as leis estão interligadas a forma de existência humana, que ela mesmo possibilita qual vida é insacrificável como matável. Para Agamben (2002), a sociedade determina quem são os seus *homo sacer*. A vida humana é regida pelo direito, sendo este responsável pela Constituição de cada país, que afirma a vida como direito fundamental para toda e qualquer pessoa. Entretanto, é essa mesma instituição, que determina o início e o fim da vida, bem como os padrões de sexualidade, trabalho e comportamento que devem ser seguidos.

A BIOPOLÍTICA ATRAVÉS DA GOVERNAMENTABILIDADE

Pensar que as nossas experiências pessoais, que irão compor as subjetividades de cada um, são íntimas a ponto de serem só nossa é, infelizmente, uma quimera. Diante de tantas informações que recebemos, nessa era biotecnológica, e a presença do Estado no controle dos corpos, não se consegue traçar uma separação entre o privado e o objeto de poder.

No ensaio realizado por Nikolas Rose (1988), intitulado "Governando a alma: a formação do eu privado", o autor descreve como as nossas experiências e relações mais intimas, que parecem ser o lugar, que se possa encontrar o verdadeiro "eu privado", é enganosa. O autor explica que a administração do eu, é um fenômeno historicamente recorrente, mas que na modernidade ela ocorre sob aspectos específicos. Apesar da sensação do que pensamos e sentimos fazer parte do nosso "eu pele", socialmente somos organizados e administrados através de detalhes minuciosos.

Partindo desse pressuposto, Foucault (2008) nos mostra como a biopolítica trata-se de um governo da população, com finalidade de conhece-la para controla-la. Esse conhecimento envolve saber sobre os seus desejos, comportamentos, tudo que está relacionado a vida e os seus detalhes mais específicos, para que se possa ter controle sobre ela.

_

³ Este ensaio constitui a introdução dos estudos contidos no livro "Governing the soul, Routledge".



A governamentalidade aparece como um instrumento para criticar a sociedade capitalista, que através dos dispositivos de saber/poder controlam a vida dos sujeitos. Foucault (2008), aponta o modelo econômico liberalista como uma racionalidade do governo. O liberalismo, como racionalidade governamental, propõe a liberdade do sujeito e do mercado, mas age na sociedade através dos dispositivos de segurança. Esses dispositivos determinam o modo de vida, escolhas, comportamentos, orientação sexual, alimentação, educação e conduta moral.

A nossa sociedade atual está alicerçada no capitalismo neoliberal, no qual prega-se que há liberdade de consumo e produção da população, mas ainda se mantem a necessidade de governo dos sujeitos, para que estes possam atender as expectativas de qualidade de vida, para produção e consumo ainda maior, como também para um domínio sobre a vida pessoal e social. Nessa sociedade, aqueles que não possuem utilidades são marginalizados (ARAUJO, 2009).

Através do conhecimento das vontades e desejos de uma população, os dispositivos de poder irão agir especificamente nos detalhes que são de interesse para uma determinada instituição ou Estado. Trazendo a luz os pensamentos de Rose (1988), os nossos sonhos e desejos não são nossos, mas planejados para uma população. Assim, o neoliberalismo é uma ferramenta que se caracteriza como biopolítica, pois age sobre os sujeitos controlando-os para que se tornem úteis, saudáveis e que atendam as expectativas que são criadas para uma sociedade "normal".

Quando falamos de "normal", é comum retomar as normas e regulações que o assim os fazem ter esse sentido. Para Butler (2014), a norma nos leva a pensar o poder como um conjunto organizado de restrições e como um mecanismo regulador. No caso do PGD, podemos pensar a norma como um instrumento que irá regular o genótipo que será expresso no fenótipo.

A BIOPOLÍTICA E O PODER DISCIPLINAR NO CORPO ESTRANHO E/OU DIFERENTE

Pensar no corpo que não se adequa as normas de uma sociedade, nos faz refletir sobre a vida humana em sua totalidade, aquela que não se restringe ao biológico, mas que vai para além dele. Para discutir o corpo que é tido como diferente e/ou estranho, foi realizada uma busca sobre os trabalhos que mostram como o corpo é modificado, através das intervenções médicas, tecnológicas, como também pelas normas que regulam esses corpos transformando-



os para que estes sintam-se reais e/ou naturais.

Para dar início a uma reflexão do que seriam as diversas imposições de uma racionalidade que, para normatizar, desenvolveram estratégias para que o corpo fosse aceito e subjetivado, trazemos a luz Foucault (1987), que mostra como as técnicas de poder, que se consolidam no corpo dos sujeitos, surgem a partir do século XVII e produzem grandes reflexos no cenário macropolítico, em virtude de serem técnicas que possibilitam o controle do corpo, tornando-o útil e disciplinado. Esse método, que seria para Foucault a disciplina, permite que o corpo seja dominado para que opere conforme como se quer o poder.

É nesse trabalho que Foucault (1987), aborda como o dispositivo da sexualidade está profundamente relacionado com o desenvolvimento do que ficou conhecido por "sociedade disciplinar". A sociedade disciplinar, é um atributo das sociedades modernas, marcadas por regulações sociais, através da vigilância e controle. É válido ressaltar que existe uma diferença entre o poder disciplinar e a biopolítica, tendo em vista que um tende a controlar o indivíduo, enquanto o outro busca o controle do coletivo, respectivamente.

O poder disciplinar não pertence a uma instituição especifica e nem mesmo ao Estado, mas por meio das suas técnicas, disciplina, o poder age de forma individual, "adestrando" os corpos, para que estes venham a se adequar as normas vigentes da sociedade, tornando-se úteis e dóceis. O poder disciplinar não será imposto de forma explícito, mas de forma sútil e efetiva.

Pelo que nos mostra a Butler (2014), a norma pode aparecer de forma clara ou não, sendo que quando elas aparecem como normalizadoras de práticas que estão ligadas ao social, estarão agindo de forma implícita, para que sua presença não seja notada, entretanto os efeitos que estas causam são intensamente perceptíveis.

O corpo se constitui em um espaço de medidas para as práticas sociais em virtude da sua composição e por ser facilmente moldado pelas técnicas disciplinares e pela biopolítica (FOUCAULT, 2008). Além disso, Foucault (2008) mostra como o corpo é um objeto maleável do poder, do poder que produz domínios e que tem como alvo o corpo humano, não com a finalidade de crucificar, martirizar, mas para aperfeiçoar.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que para Foucault, o poder não é visto somente como repressor e que irá anular o sujeito, mas também como um jogo de relações na qual o sujeito será produzido. Outro ponto importante a ser discutido, é sobre a importância da sexualidade, que assume um papel central para promoção do biopoder, pois o sexo se configura no agente principal para as tecnologias que desenvolvem a vida, sendo que é a



partir do sexo que se tem acesso ao corpo e comportamento do sujeito e da população em geral (FOUCAULT, 1999).

Em seu livro "Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer", Louro (2015), questiona, de forma desafiadora, as estruturas normatizadoras de nossa cultura, sobretudo no último texto "Marcas do corpo, marcas de poder", no qual a autora nos leva a fazer uma reflexão sobre a aparência dos corpos e como estes são classificados e/ou hierarquizados em decorrência da sua aparência. Essas características fenotípicas constituem em marcas de poder na medida que determinam causa e justificativa das diferenças no interior de uma cultura.

Por meio dos estudos moleculares que a biologia, genética e engenharias que estudam a vida proporcionam, é perceptível que a sociedade está, cada vez mais, entrando nos domínios que constituem as verdades biológicas. Foram com os estudos de reprodução assistida e testes genéticos como o PGD que ficou perceptível visualizar a forte relação existente entre o sujeito e coletivo, a moral e a ética. Isso porque esses novos saberes produzidos pela genética estão atrelados a uma nova economia política que nos leva a formação de um novo biopoder.

Mediante essa era biotecnológica, com aparatos reguladores que são amplos e difusos, temos uma associação dos saberes médicos juntos as tecnologias para proporcionar uma transformação na vida dos sujeitos. No livro "A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual", a autora Bento (2006), traz relatos de pessoas que mudaram os corpos na tentativa de se tornarem reais dentro dessa sociedade de normas. Nessa obra, vemos como a tecnologia e os saberes médicos se associam em um aparato que surge para regular o corpo e o transformar, através dessa regulação, em algo natural e/ou real.

Para Bento (2006), os sujeitos buscam as tecnologias como uma forma de reafirmação do seu eu. Através dessa discussão a autora retoma um ponto importante, que é sobre a autoridade para o reconhecimento e a legitimidade das cirurgias que modificam os corpos. Sendo que as/os que estão envolvidas/os no processo de produção do diagnóstico, as/os médicas/os, são responsáveis por tomar as últimas decisões, por se tratar de casos que são "irreversíveis", como se outros tipos de cirurgias ou uso de biotecnologias como ramificações do corpo fossem procedimentos reversíveis ao corpo.

Nessa perspectiva, temos autoras/es mostrando como nessa era biotecnológica os aparatos como a biopolítica e o discurso sobre o normal podem ser amplos e difusos. Assim, trago a luz Preciado (2002), que aborda o corpo *queer* como o que não se permite ser



construído dentro do normal e/ou anormal, subvertendo normas de subjetivações existente na sociedade.

A teoria *queer* possui como objeto de estudo aqueles sujeitos abjetos, que não estão a mercê das normas regulatórias estabelecidas pela sociedade. Sendo necessário ressaltar aqui a importância desses sujeitos, uma vez que eles são os que demarcam as fronteiras para os corpos que realmente importam, que são aqueles que materializam a norma, vindo assim a se tornar os corpos que pesam na sociedade (BUTLER, 2010).

O que se configura como espetacular na teoria *queer* é essa capacidade de não somente pensar a ambiguidade das identidades sexuais e de gênero, mas a disposição em redefinir as relações de poder/saber que são características a nossa sociedade. Outro ponto a ser discutido, é como o *queer* relaciona a subjetividade que passa a ser constitutiva do sujeito em virtude da diferença. A fundamentação da teoria *queer* não oferece prescrição de como tratar de forma "correta" o conhecimento para que este seja alcançado, mas pretende descontruir os binarismos.

Para Louro (2015), se faz necessário a desconstrução dos binarismos que foram imbricados por nossa cultura, para que através da fragmentação desses polos estes não venham a ser diferentes, mas que mantenham independência entre si. Sendo essa desconstrução o alicerce da teoria *queer*.

As discussões geradas para traçar uma linha tênue que separe as condições que são consideradas "normais" e "anormais" são problematizadas por instituições como a medicina, direito, religião, escola e os cidadãos comuns, todas/os em busca de conduzir a prática disciplinadora ou biopolítica como uma solução para as/os que apresentam conduta desviante da norma.

CONSIDERAÇÕES

Através da discussão realizada nessa pesquisa, podemos refletir sobre a trajetória do poder através da genealogia do poder cunhada por Michel Foucault. Além disso, refletir sobre o conceito de *vida nua* descrita por Giorgio Agamben, aquela vida que é insacrificável porém matável, na qual o filosofo italiano nos questiona sobre os limites para que uma vida possa ser vivida ou aniquilada.

Nesse trabalho a biopolítica abordada por Foucault (2008) foi efetivamente trabalhada, por considerar esta de interesse social, tendo em vista que nos informa sobre o governo da população que aparece como o intuito de conhecer os desejos e as vontades mais intimas de



cada sujeito, para que se possa ter o controle de sua vida por inteiro, desde o social até o que nos parece ser de fórum íntimo. Então, a biopolítica se torna indispensável para problematizar como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos.

No que concerne a governamentalidade, temos essa como uma ferramenta que problematiza a sociedade capitalista neoliberal que nos encontramos. Sociedade que prega a liberdade de produção e consumo, mas se utiliza do saber/poder para vigiar e controlar os sujeitos, mantendo a necessidade de governo da população.

Outro ponto abordado foi sobre as transformações dos corpos, bem como a biotecnologia que padroniza corpos para uma vida mais "qualificada" em sociedade. Os aparatos reguladores do corpo se tornaram mais amplos, difusos e sofisticados. Temos uma associação dos saberes médicos com as tecnologias que se configuram em um novo biopoder. Nessa perspectiva, temos autoras/es mostrando como nessa era biotecnológica os aparatos como a biopolítica e o discurso sobre o normal podem ser amplos e difusos.

Discutir os procedimentos biotecnológicos que intervêm o corpo e a vida das pessoas, buscando os benefícios e malefícios destes é complexo. Alicerçada no conceito foucaultiano de biopoder, bem como de *Homo sacer* do Agamben, é possível afirmar que os testes genéticos tratam a vida como uma simples *vida nua*, desprovida de autonomia e independência e que pode ser moldada ou aniquilada conforme a sua utilidade para a sociedade. Do mais, podemos trazer a biotecnologia como um instrumento para uma nova forma de biopoder em nossa sociedade.

REFERENCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002. 207p.

ARAUJO, I. L. Foucault, formação de saber, o poder disciplinar e o biopoder enquanto noções revolucionárias. Ítaca: Revista de pós-graduação em filosofia -UFRJ, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006. 251p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: In: LOURO, L. L. **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 152-172.

______. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu** (42), jan-jun, pp. 249-274, 2014.



Graal. 1999. 149 p.
Microfísica do poder. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1989.
Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979).
Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis,
Vozes, 1987. 288p.
GALVIS, C. La condición post-orgánica: tema de encuentro y tensión entre bioética y biopolítica. Revista latino-americana de bioética . v. 13, n. 1, p. 50-63, 2013.
LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. O Corpo Educado : pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
Um corpo estranho : ensaios sobre sexualidade e teoria <i>queer</i> . 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
PRECIADO, P. B. Manifiesto contra-sexual : prácticas subversivas de identidad sexual. Madrid: Pensamiento Opera Prima; 2002.
ROSE, N. A política da própria vida : biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 400 p, 2013.
"Governando a alma: a formação do eu privado". In: Silva, Tomas Tadeu da (org.).
Liberdades reguladas. Petrópolis: Vozes, 1988. p.30-45.



COMO OS JOVENS ESTUDANTES ENCARAM SEUS COLEGAS HOMOSSEXUAIS NA ESCOLA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS PARA A SUPERAÇÃO DA INTOLERÂNCIA.

Ednaldo Andrade Barros

Mestrando em Educação Culturas e Identidades pela UFRPE/FUNDAJ, Professor das Redes Municipais de Ensino de Recife-PE e São Lourenço da Mata-PE, Membro do grupo de estudos da Transdisciplinaridade, infâncias e juventudes-GETIJ.-barrosed@hotmail.com

Hugo Monteiro Ferreira

Doutor em Educação pela UFRN, professor do Departamento de Educação da UFRPE/PPGECI/GETIJ-Recife-PEhmonteiroferreira@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho investiga as relações entre jovens estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental e teve como objetivo principal entender como os jovens estudantes encaram seus colegas homossexuais e como se dá o convívio entre eles e os comportamentos motivados pelo bullying homofóbico na escola. O estudo é fruto de um recorte da nossa pesquisa de mestrado que analisou a atuação da escola frente ao fenômeno bullying homofóbico com meninos. Utilizamos uma abordagem qualitativa e aplicamos como metodologia a observação participante e como técnica de coleta/construção de dados lançamos mão da aplicação de um questionário. Participaram do estudo 96 estudantes do gênero masculino estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental com idades entre 11 a 16 anos. Para análise dos dados apoiamo-nos na análise do conteúdo. Como principais resultados podemos citar: que o preconceito ainda é muito latente entre os jovens, que o padrão heteronormativo ainda acaba ditando as regras de convivência no espaço escolar assim como o bullying homofóbico tem se mostrado como uma das formas mais concretas de intolerâncias nos espaços educativos. E que o processo de resistência à homofobia ou ao bullying homofóbico na escola acontece em grande parte, sem a participação da escola enquanto instituição. A partir do exposto pode-se concluir que necessário e urgente a discussão acerca da sexualidade de forma geral e especificamente da homossexualidade numa perspectiva do direito à dignidade humana e que os jovens precisam ser ouvidos. Eles mais que ninguém podem apontar caminhos para a convivência pacífica entre os seus pares reconhecendo e respeitando as diversidades existentes entre eles.

Palavras-chave: Escola, Jovens, Bullying homofóbico, Preconceitos, Intolerância, Superação.

Introdução

A questão da homossexualidade quase nunca foi um tema bem-vindo nas escolas brasileiras. Normalmente a sexualidade de uma forma geral, é trabalhada no viés da educação sexual com um olhar apenas para a reprodução ou em alguns casos, discussões acerca das infecções sexualmente transmissíveis-ISTs e de forma muito aligeirada numa demonstração explícita de desconforto com a possibilidade de rompimento como a lógica heteronormartiva.

Não pretendemos com essa afirmação negar o trabalho de estudiosos (as) e/ou profissionais que fizeram o papel de fissuras num sistema fechado ao longo dos tempos e



permitiram a transgressão aos modelos engessados de se pensar a sexualidade numa lógica plural.

Vivemos uma época demarcada pelo crescimento ou escancaramento das ideias conservadoras na mossa sociedade e a escola acaba recebendo essas influencias sem falar que há movimentos específicos que atuam ou tentam atuar nos espaços escolares contra a diversidade de forma geral e especificamente contra a diversidade sexual. Assistimos na esfera federal, estadual e municipal o movimento contra as discussões de gênero nas escolas o plano nacional de educação retirou do seu texto lei as discussões de gênero nas esferas educativas e Base nacional curricular comum retira a homofobia como um preconceito a ser trabalhado nas escolas.

Nesse contexto, torna-se ainda mais urgente e necessário as mais diversas formas de resistência e o estudo dos fenômenos sociais sem dúvida é uma forma de resistir. As pessoas homossexuais existem e não podem ser ignoradas. Elas estão na escola e a escola precisa olhar para esses jovens com olhar de respeito e garantir-lhes um lugar minimamente seguro para que possam se desenvolver plenamente em conformidade com a constituição brasileira e o estatuto da criança e adolescente –ECA. O que temos assistido em muitas escolas por todo Brasil e pelo mundo afora é o crescimento de formas de violência contra esses estudantes. Essas violências têm se transformado em um problema muito grave que a educação brasileira precisa enfrentar de forma crítica e responsável. A diversidade sexual precisa ser abordada na escola como temática natural do desenvolvimento das pessoas. A sexualidade é uma instância muito importante na vida das pessoas e uma escola preocupada com formação integral dos seus estudantes não pode ignorar essa instancia do humano

Para Pereira (2012, p. 204),

É certo que a sexualidade humana figura como um dos temas mais inquietantes e, quase sempre, mais recusados na ação prática do professor. Entretanto, cada vez mais a escola tem sido convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas, uma vez que seus efeitos se fazem alardear no cotidiano escolar.

Dito de outra forma, é precioso que a escola assuma o compromisso de lidar efetivamente com o diálogo, formação e construção de uma cultura de paz e respeito à diversidade

Temos feito observações nas escolas e leituras de pesquisas e estas têm mostrado que nestes espaços a homofobia tem se expressado por meio de agressões verbais e/ ou físicas a que estão sujeitos estudantes que não se adequam à heteronormatividade.

Nesse contexto, o termo bullying tem sido utilizado para nomear a violência sofrida por



alunos (as) no ambiente escolar, e o termo *bullying* homofóbico tem sido utilizado para nomear especificamente a violência sofrida por alunas (os) gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Inclusive, adotamos esse termo em nossa pesquisa de mestrado.

O norueguês Dan Olweus, que define o termo *bullying* como a exposição repetitiva de um (a) estudante a ações de agressão (físico e/ou verbal) por parte de uma ou mais pessoas com a intenção de infringir dano ou desconforto sobre a vítima (OLWEUS, 1993). Acreditamos que o conceito de *bullying* aqui no Brasil ainda está sendo construído a partira das pesquisas realizadas acerca da temática e a partir das criticas que são feitas quanto à questão da limitação da expressão para justificar o fenômeno.

A partir do exposto apresentamos os objetivos deste estudo:

Objetivo geral: compreender como os jovens estudantes encaram os seus pares que são declarados ou percebidos como homossexuais e como lidam com o fenômeno bullying homofóbico na escola. E como objetivos específicos, propomos:

- ✓ Analisar o nível de envolvimentos de estudantes não homossexuais com estudantes homossexuais:
- ✓ Entender como os jovens se colocam frente ao fenômeno bullying homofóbico e/ou homofobia no espaço escola;
- ✓ Refletir sobre o papel da escuta desses jovens na construção de ações por parte da escola contra a intolerância.

Metodologia

A proposta metodológica foi desenhada a partir da concepção da pesquisa qualitativa por acreditarmos ser esse modelo o mais adequado com o nosso objetivo de estudo, pois Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Esse tipo de pesquisa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Na coleta de dados, a partir da observação participante, aplicamos a um questionário com 96 estudantes do sexo masculino com idades entre 11 a 16 anos. O questionário era



composto por dez questões sendo sete objetivas e três discursivas.

Adotamos como ferramenta metodológica para análise dos dados, a análise de conteúdo com intuito de tonar mais completa as análises e entender os resultados do estudo a que nos propomos. Recorremos a Bardin (1997), que define de forma clara tal ferramenta. O autor elucida que:

o termo análise de conteúdo designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1997.p.42).

Seguir este caminho nos propiciou compreender com mais clareza os dados obtidos nas respostas do questionário. Alguns dos participantes nos procuraram durante a aplicação do questionário e informaram que não queriam responder algumas perguntas. Acolhemos todas as solicitações e colhemos todas as informações que julgamos necessárias e relevantes para o a construção do estudo.

Resultados e Discussão

O estudioso Qian Tang, diretor geral adjunto da Unesco traz no prefácio de um estudo Sobre o *bullying* homofóbico, publicado aqui no Brasil em 2013 uma afirmação que consideramos muito clara e que consegue materializar essa forma de violência que tem sido mais comum do que imaginamos nas escolas do Brasil e do mundo. Para ele:

O bullying homofóbico é um problema global. É uma violação dos direitos de alunos e professores que impede a nossa capacidade coletiva de alcançar uma Educação para Todos de boa qualidade. Contudo, até recentemente suas causas e efeitos tinham recebido pouca atenção. Isso se deve em parte a sensibilidades específicas do contexto, mas também à falta de reconhecimento e compreensão do problema. Este caderno de boas políticas e práticas visa permitir que professores, administradores, formuladores de políticas e outros atores da área de educação desenvolvam ações concretas para tornar a educação mais segura para todos. (Qian Tang, Ph.D. diretor-geral adjunto da UNESCO para a Educação. Brasília: UNESCO, 2013.)

E é com a gravidade de um problema global ele deve ser encarado se realmente desejarmos uma escola melhor para todos (as).

Nessa perspectiva, Se clicarmos no dicionário online Michaelis, encontraremos o termo preconceito definido como o contexto social como atitude emocional, que é baseada em crença ou opinião que determina a afinidade ou aversão a indivíduos ou grupos. Já na visão ótica do filósofo Bobbio, o preconceito é gerado por uma opinião ou um conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida



acrítica e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão: acriticamente e passivamente, na medida em que a aceitamos sem verificá-la, por inércia, respeito ou temor, e a aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional. [...] Por isso se diz corretamente que o preconceito pertence à esfera do não racional, ao conjunto das crenças que não nascem do raciocínio e escapam de qualquer refutação fundada num raciocínio. (BOBBIO, 2002).

Partindo desse ponto de vista, podemos inferir que o preconceito advém e vai se constituindo da falta de criticidade das pessoas. Dessa forma, ao longo do tempo o preconceito foi manifestando de diversas formas, dentre eles o racial, sexual e social. De algum modo podemos dizer que isso pode ser originado das experiências advindas de uma cultura em que a sociedade era conduzida por classes dominantes e hegemônicas. Nesse sentido, qualquer grupo que diferenciasse da normalidade aferida por essa classe era discriminada como as classes menos favorecidas, o negro, os homossexuais etc.

No caso do contexto escolar, as consequências desses preconceitos são os vários problemas das mais distintas ordens como emocionais, sociais e de aprendizagem, já que os indivíduos que não se encaixam no padrão estabelecido pela maioria têm que suportar a pressão da sociedade por não serem aceitos e muitas vezes uma pressão até por não aceitarem a si mesmos. "Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária." (BORRILO, 2010). No caso dos estudantes isso tem reflexo direto na aprendizagem.

Pode-se afirmar que o bullying homofóbico é um tipo de bullying motivado pela orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida da vítima. E que as vítimas já lidam com isso em outros espaços, mas na escola onde se isso se agrava por ser na escola um lugar onde convivem mais tempo.

No espaço escolar o preconceito também ocorre e é manifestado por brincadeiras, ofensas e muitas vezes na forma de agressões físicas, sempre buscando inferiorizar o outro. Ainda Borrilo (2010) afirma que para os homofóbicos seria inadmissível que se concedesse aos homossexuais diretos iguais, o que acabaria acarretando na quebra da hierarquização, onde a heteronormatividade se encontra no topo. Assim, a homofobia se encontra em vários ambientes sociais e pode abrir espaços para a prática do *bullying* homofóbico. A não aceitação aos homossexuais ocorre frequentemente no âmbito familiar e escolar. Em algumas famílias, quando se descobre que o (a) filho é homossexual, a situação se torna constrangedora, em



alguns casos violentas e de difícil entendimento. Ao invés da família conviver com essa diferença, apoiando o indivíduo, ela apresenta atitudes homofóbicas e preconceituosas.

Nesse cenário, observa-se que a escola pode auxiliar a família sensibilizando-a e informando-a sobre a orientação sexual, bem como trazer à tona um trabalho voltado para a educação para a diversidade, aprendendo a respeitar o que for "diferente" de nós. Não será invisibilizando a diferença que a escola ajudará na construção de uma sociedade que conviva pacificamente com os diferentes e mais, que seja capaz de lutar juntos (as) pelos direitos de todos (as).

As leituras de pesquisas nos trazem a informação de que precisamos avançar muito na construção de uma escola da alteridade. Estudos em Viana e Ramires (2008), revelam que o brasileiro ainda não é tolerante com as preferências sexuais de familiares, de colegas de trabalho ou de vizinhos. Se vivemos numa sociedade democrática, devemos lutar pelas garantias dos direitos de todos os cidadãos.

Entendendo a escola como sendo uma instituição que tem a função social imbricada no educar, acreditamos que ela precisa trabalhar projetos voltados para as questões de gênero, sexualidade e educação, desde a educação infantil, uma vez que é sabido por todos que no âmbito social ainda se propaga regras que não são mais consideradas corretas (ou hegemônicas) como escolher o azul para os meninos e rosa para as meninas, menino não arruma cozinha e a menina não pode brincar de carrinho. (LOURO, 1997). Questões simples como estas aqui destacadas colaboram para o preconceito e estereótipos que causam sofrimentos e exclusões.

Comungamos com os pensamentos de Lionço e Diniz (2009), quando afirmam que fica à responsabilidade da escola não somente a transmissão de conhecimento, mas também a função de promover a cidadania. Nesse sentido, é na escola que se pode conhecer e aprender a lidar com a diversidade social, pois é neste espaço assim como dentro da família que aprendese a respeitar o próximo e suas diferenças.

A escola onde realizamos nossa pesquisa empírica nos apresenta um pouco desse quadro, onde o corpo docente se diz despreparado, os/as gestores/as afirmam que a escola consegue trabalhar o tema por meio de projetos. No capítulo dos resultados traremos detalhadamente os resultados encontrados na pesquisa e as análises à luz do referencial teórico escolhido para o nosso estudo.

Os posicionamentos dos estudantes sobre o bullyin homofóbico

Para alcançarmos os objetivos propostos no estudo, aplicamos um questionário com os



estudantes do sexo masculino uma vez que são eles os sujeitos da nossa pesquisa. . Participaram desta etapa da pesquisa 96 estudantes com idades ente 11 e 15 anos dos últimos quatro anos do ensino fundamental.

Ao aplicarmos o questionário informamos aos estudantes que se tivesse alguma questão que eles não se sentissem a vontade para responder não haveria problema nenhum e que se tivesse alguma palavra ou expressão que eles não entendessem poderiam pedir esclarecimentos.

A primeira pergunta questionava se eles consideram a homossexualidade um problema. Um considerável número de participantes (46 estudantes, ou seja, 47.51% dos entrevistados) afirmou que sim. Podemos entender as respostas a essa questão pelo menos em duas linhas de raciocínio: a primeira que eles achem a homossexualidade em si uma coisa ruim e a segunda, eles acharem que a pessoa que é homossexual passa por muitas dificuldades frente à sociedade e isso ser um problema. Em qualquer uma das hipóteses fica claro que essa é uma questão que precisa ser discutida na escola.

Sobre a escola e o diálogo sobre uma educação para todos (as), a recomendação de numero 30 da carta da conferencia internacional denoiminada: por uma educação transformadora-os sete saberes da ediucação para o presente- ocorrida em fortaleza-cearábrasil na data de 24 de setenmbro de 2010 afirma que :

Medidas curruiculares, orgnanizacionais, gestionárias, metodologicas e formativas capazes de garantir o cultivo de uma cultura permanete de paz e não- violencia devem ser privilegiadas. Entendemos que a educação para a paz, a cidadania planetária e os direitos humanos constituem aspectos fundamentais para a concretização pedagógica e curricular de uma educação para o desenvolvimento da compreensão da condição humana e da consciencia sociopolitica. (CARTA DE FORTALEZA,2010,p 5 e 6).

A recomendação é que as escolas encontrem maneiras de diálogos que construam pontes entre as necessidades dos estudantes e o os objetivos formais da instituição.

O segundo questionamento foi saber de eles abririam a orientação sexual para os colegas caso fossem homossexuais. 78 (81,91%) responderam que sim. Interessante destacar que todos que afirmaram ser a homossexualidade um problema disseram abrir a orientação para os colegas o que fortalece a hipótese de que ser um problema não é entendida por eles como algo ruim, mas passar por dificuldades.

Quando perguntados se haviam sido já foi vitima de perseguição na escola por ser ou aparentar ser homossexual? Todos os participantes responderam não. Inclusive os dois



meninos que estavam sendo vítimas do bullying. Percebemos nas respostas deles a negação como forma de atenuar ou uma dificuldade aceitar o que está ocorrendo.

O que você faria se presenciasse alguma cena de *bullying* homofóbico num ambiente escolar (no banheiro, por exemplo), foi questionado de maneira aberta Eles deveriam escrever o que fariam.

Como respostas a essa pergunta que apareceram com maior frequências foram: Procuraria a diretora; conversaria com quem estava fazendo o bullying; diria a meus pais, procuraria uma professora, ficava na minha não faria nada.

Não fazer nada foi a resposta de 18 participantes (18.75%) um número considerável para o universo dos pesquisados mais uma mostra de que a escola necessita tratar dessa temática de forma mais sistematizada. Ao dizer que não faria nada o estudante afirma no mínimo duas coisas: não se incomodar com o sofrimento do outro ou temer ser agredido também. Nas duas situações a escola precisa atuar.

Perguntamos também se eles mudariam de sala por ter um colega homossexual. 10 (10.41%) afirmaram que se houvesse a possibilidade mudariam sim, de sala enquanto 86 (89.58%) afirmaram não mudar de sala por ter um colega homossexual. Temos aqui a continuidade da questão da resistência ao diferente, Mas também não podemos descartar a possibilidade de que dentro dos que responderam que trocariam de sala podem ter como razões o incomodo com as brincadeiras de mau gosto que os estudantes homossexuais são vítimas. Então para não terem que viver esses momentos tensos, preferem mudar de sala.

Foi perguntado também sobre quais comportamentos você considera errados para um estudante homossexual no ambiente escolar. Como respostas mais citada temos:

"Falar das partes íntimas dos homens; ficar rebolando; falar gesticulando com as mãos; dar em cima dos meninos; achar que todo mundo é igual a eles; querer ser mulher; vestir roupas de mulher."

Constatamos nessas respostas o repúdio ao que é do feminino no masculino. Os meninos não aceitam que meninos tenham comportamento "de meninas" porque isso diminui suas masculinidades. Conforme Coonnell (1995), a forma hegemônica tem outras masculinidades agrupadas em torno dela, visto que existem diferentes formas de usar, sentir e mostrar os corpos masculinos.

Ainda podemos destacar que esses meninos estão se formando dentro da lógica da



cultura patriarcal. Sobre esta questão Sabo (2002), destaca:

As culturas patriarcais definem a masculinidade como um ideal e, como tal, é um ideal não alcançável. Os esforços da maior parte dos homens para se conformarem ao ideal de masculinidade são como tentar subir uma montanha que não tem topoeles lutam com determinação, mas nunca chegam. No entanto, os esforços dos homens em se confrontarem à masculinidade ideal também se vinculam à reprodução da ordem maior do gênero. (Sabo,2002,p.40).

Quando questionados sobre se conheciam algum adolescente que sofre *bullying* homofóbico na escola, 85 estudantes (89.58%) afirmaram sim. Eles conheciam os casos de bullying na escola. Temos aqui uma questão muito grave. Esses estudantes convivem num ambiente onde detectam o bullying. Certamente isso tem impacto na formação deles. Estão vendo o que é aceito e o que não é aceito e assim sendo vai haver um esforço muito grande para se enquadrar ao que é aceito pela maioria. Acontece que tem algumas pessoas com traços identitários muito fácil de serem percebidos como, por exemplo, a forma de andar, falar, e aí não conseguem entrar no padrão definido e vai facilmente tornar-se alvo das perseguições e do bullying homofóbico.

Segundo a UNESCO (2013), Os autores de *bullying* homofóbico costumam ser alunos, mas em alguns casos também podem ser professores ou outros funcionários da escola. Uma pesquisa realizada pela organização Helem em cinco universidades do Líbano constatou que alunos tinham sofrido *bullying* homofóbico de colegas e funcionários, incluindo assédio, chantagem e privação de direitos acadêmicos. Um estudante ouviu do professor universitário "Não posso aceitá-lo na minha aula", após o quê foi isolado pelos outros alunos.

Quando foi perguntado se eles achavam que as escolas de forma geral sabiam lidar com a violência que os estudantes homossexuais sofrem dentro da escola, 89 estudantes (92.70%), disseram que acham que a escola não sabe lidar com a violência sofrida pelos estudantes homossexuais e apenas 07 estudantes (7.3%) responderam que as escolas de forma geral sabem lidar com a questão da violência com estudantes homossexuais. E importante destacar que os jovens estudantes pensam que a escola não sabe como lidar com a questão da violência e talvez, ouvi-los no sentido de saber como seria a melhor forma de se tratar essas questões fosse um caminho de juntos construírem soluções para essa problemática.

Quando questionados se achavam a escola deles um ambiente tranquilo para todos (as) estudantes 70 participantes (72.91%) disseram que acham a escola um ambiente seguro enquanto 26 (27,09%) afirmaram que a escola não é um ambiente seguro para todos (as). Diante das respostas temos o dado de que para a maioria dos estudantes, estar naquele espaço não é seguro. É importante a escola dialogar com os



estudantes sobre seus medos, receios e angustias a fim de amenizá-los e colaborar no seu desenvolvimento pleno.

Quando questionados se achavam que as piadinhas e/ou brincadeiras homofóbicas trazem sofrimento para as vítimas delas, 65 estudantes disseram que sim e 31 disseram que não. Essa foi uma questão aberta, mas a grande maioria dos pesquisados só respondeu com sim ou não. Apena três estudantes escreveram mais na resposta:

"Acho que as pessoas que ficam com piadinhas homfóbicas deviam ser severamente punidas; depende da pessoa tem gente que se incomoda e tem gente que nem liga; Acho que brincadeira não ofende ninguém."

Podemos perceber que a maioria dos estudantes considera infelizes as "brincadeiras" e piadas homofóbicas. Isso é um elemento que pode auxiliar a escola a traçar planos de ação para o combate ao bullying homofobico que segundo a UNESCO (2013) pode tomar várias formas, como zombar de alguém, xingar, ridicularizar em público, fazer fofoca, intimidar, empurrar, bater, roubar ou estragar os pertences de alguém, e praticar isolamento social, Cyberbullying, agressão física ou sexual e ameaças de morte.

Conclusões

Podemos perceber que a maioria dos estudantes considera infelizes as "brincadeiras" e piadas homofóbicas . Isso é um elemento que pode auxiliar a escola a traçar planos de ação para o combate ao *bullying* homofobico que pode tomar várias formas, como zombar de alguém, xingar, ridicularizar em público, fazer fofoca, intimidar, empurrar, bater, roubar ou estragar os pertences de alguém, e praticar isolamento social, Cyberbullying, agressão física ou sexual e ameaças de morte.

A partir da análise das respostas dadas pelos estudantes ao questionário pode se inferir que o maior problema é a falta de discussão sobre a temática. Eles apresentam muito mais desconhecimento do que preconceitos. Agora, se a lacuna da informação não for preenchida há uma grande probabilidade de que esses jovens vão se formando com práticas de discriminação e dependendo dos outros espaços de convivência desses estudantes, vá se desenvolvendo até as ações de homofobia. A escola precisa superar esse receio de discutir sexualidades e fazer o caminho inverso da lógica patriarcal e machista que tem sido a principal responsável pelas motivações de tantos crimes contra as mulheres e as pessoas



LGBTSs no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, a escola que se apoia nas concepções respeito e tolerância deve ter a função de cuidar e educar de forma indissociável e precisa aliar-se com a família para o desenvolvimento de projetos voltados para a o combate as opressões que estão presentes na sociedade e na escola. Ela deve ser é um espaço privilegiado por sua missão educativa, civilizatória e ética, podendo influenciar positivamente no processo de desconstrução de "verdades" pré-estabelecidas.

Entendendo a escola como sendo uma instituição que tem a função social imbricada no educar, acreditamos que ela precisa trabalhar projetos voltados para as questões de gênero, sexualidade e educação, desde a educação infantil, uma vez que é sabido por todos que no âmbito social ainda se propaga regras que não são mais consideradas corretas (ou hegemônicas) como escolher o azul para os meninos e rosa para as meninas, menino não arruma cozinha e a menina não pode brincar de carrinho. Questões simples como estas aqui destacadas colaboram para o preconceito e estereótipos que causam sofrimentos e exclusões.

Acreditamos que a escola é fundamental nesta transformação, na transmissão destes valores, pois todas as pessoas tem o direito de serem tratados com igualdade conforme reza o principio da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade." Precisamos colocar isso como pano de fundo nas ações pedagógicas dentro e fora da escola.

Referências

BARDIN, L Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069 promulgada em 13 de julho de 1990.

BOBBIO, Norberto. **Elogio da Serenidade e outros escritos morais.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Trad. Guilherme João de Freitas Texeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CARTA DE FORTALEZA. Por uma educação transformadora: os sete saberes da educação para o presente. Conferencia internacional: Fortaleza, CE- SETEMBRO 2010 Disponível em: http://www.cgee.org.br/noticias/declaracao_fortaleza_portugues.pdf Acesso em: Jan. 2017. COONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, v20, n.2,1995.



LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação:* uma perspectiva pósestruturalista.

Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

OLWEUS, Dan. *Bullying at school:* what we know and what we do. Oxford: Blacwell Publishing, 1993

LIONÇO, Tatiana e DINIZ, Debora. **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio.** Brasília: UnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pósestruturalista. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1997.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria. C. S (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.09-29.

OLWEUS, Dan. *Bullying at school:* what we know and what we do. Oxford: Blacwell Publishing, 1993

Resposta do Setor de Educação ao *bullying* homofóbico. – Brasília: UNESCO, 2013. SABO, D. O estudo crítico das masculinidades. In: ADLMAR, M. e SILVESTRE, C.B. **Coletânia Gênero plural**. Curitiba: Editora UFRPR, 2012.

SANTOMÉ, Jujo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: Silva, Tomás Tadeu da (ORG.) Alienígenas na sala de aula.Petróplis;Vozes,2011.

VIANNA, Cláudia e RAMIRES, Lula. A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. **Rev. psicol. polít.** [online]. 2008, v.8, n.16, p. 345-362. ISSN 1519-549X. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2008000200011&script=sci_abstract Acesso em: 24 Mar 2013.





Comum de Dois: O debate acerca do gênero na perspectiva queer e feminista do sujeito travesti.

Rodrigo Márcio Santana dos Santos

Universidade Federal da Bahia, rodrigo.marcio28@gmail.com

Resumo: Atualmente há grande debate proposto pelas pesquisadoras, estudiosas e movimentos sociais acerca das pessoas transgêneros e/ou de identidades não-binárias, que desconstroem e tensionam a dicotomia e engendramento sexo/gênero que pautam o funcionamento da sociedade. Para tanto pensar no rompimento dos padrões de gênero é desestabilizar os lugares sociais que os mesmos são construídos na lógica masculino-feminino-homem-mulher que enlaça este lugar através da biologia. Para muitos, o processo da não binearidade é possível pensar no contexto da dualidade biológica do sexo, como as pessoas intersexo, ou aquelas que (muito raramente), nascem sem nenhum tipo de órgão sexual. Estas pessoas, ao longo de suas vidas serão empurradas a identificar-se com um gênero, mas, podendo de acordo com a percepção que possuem de si e de suas vivências no mundo não enquadrar-se nas normas sociais estabelecidas. Baseado na discussão sobre cisnormatividade, este trabalho vem problematizar o debate de gênero e dissidências sexuais e corporais através das letras de música da compositora e cantora Linn Quebrada que se identifica como bicha, viada, transviada, transgênero, bicha travesti, para fomento da discussão terá como base nas teóricas feministas e na perspectiva queer. A Linn é considerada cantora revelação pelo seu artivismo na sua performance artística, corporal e política nas apresentações.

Palavras-chave: Feminismo, Gênero, Queer, Travestilidade, Linn Quebrada.

Adicionar entre três e cinco palavras-chave que devem ser escritas na linha seguinte, separadas entre si por vírgula e finalizadas por ponto. Deixar 1 linha em branco.

Introdução

"Essa questão das pessoas que são comuns de dois gêneros, elas não são nem masculinas e nem femininas, elas são os dois ou até um outro terceiro gênero que a gente ainda não sabe dar nome. Algumas pessoas chamam de travesti ou de crossdresser", declarou (Pitty).

1

A declaração da cantora Pitty no ano de 2011, carrega em seu bojo o debate bastante atual proposto pelas pesquisadoras, estudiosas e dos movimentos sociais acerca da questão dos sujeitos transgêneros e/ou de identidades não-binárias que borram a dicotomia e engendramento sexo/gênero que pautam o funcionamento da sociedade. Para tanto pensar no rompimento dos padrões de gênero é desestabilizar os lugares sociais que os gêneros são construídos masculino-feminino-homem-mulher que enlaça este lugar através da biologia.

https://stophomofobia.wordpress.com/2011/04/11/pitty-fala-sobre-musica-inspirada-no-cartunista-laertecomumde-dois/ .Acesso em 30 de setembro em 2017.

¹ Esta é a fala da cantora Pitty para a Revista "Billboard Brasil" onde em sua canção ela tensiona as normatividades e questões de gênero. Disponível em :



De acordo com Joan Scott (1995) o gênero é uma percepção acerca das diferenças sexuais, de tal modo hierarquizar as diferenças que cristaliza a maneira de ler a sociedade de modo dual, de modo a considerar as diferenças sexuais dos corpos. Para autora as distintas formas como constroem significado culturais para a diferença que gera a subalternização nas relações de gênero.

Para autora "gênero" substitui o termo mulheres, para designar as relações sociais entre os sexos, pois seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, aprisionando o ser mulher na sua capacidade de procriação e homem na sua força muscular. Scott (1995), ainda afirma que

Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Ainda que os/as pesquisadores/as reconheçam a conexão entre sexo e aquilo que os/as sociólogos/as da família chamaram de "papéis sexuais", esses/as pesquisadores/as não postulam um vínculo simples ou direto entre os dois. O uso de "gênero" enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (pág.75).

A teórica Rubin no seu ensaio O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a "Economia Política do Sexo (1975) estudava o sistema sexo/gênero através da opressão e subordinação das mulheres a partir de Marx, da relação parental e da psicanalise onde o autor afirmava que as áreas reiteravam o lugar de submissão da mulher e o sistema sexo/gênero. Para Rubin (1993), a agressão e a dominação inatas masculinas estão na raiz da opressão feminina que indaga como transforma a mulher(fêmea) entenda-se como sexo biológico/natureza numa mulher domesticada (fêmea) que os arranjos sociais que colocavam a mulher em tal situação e que poderia haver o deslocamento a através da igualdade de gênero.

Segundo Oakley (1972) sexo é um termo biológico e gênero é cultural. A autora no seu texto "Sexo e Gênero" problematiza os papeis de gênero relacionado ao sexo pela intersexualidade nos estudos do psicólogo Robert Stoller que no seu livro Sexo e Gênero (1968) definiu a relação entre os termos que há dois sexos masculino e feminino, para determinar o sexo é preciso de um aparato biológico interno e externo e gênero é um termo com conotações mais psicológicas e culturais do que psicológicas ou ainda para que o gênero é a quantidade de masculinidade ou feminilidade encontrada na pessoa.

De acordo com (Swan,2000) a auto representação das mulheres não está em si, numa performance social baseado na sua genitália, mas na adoção de elementos de um ato performativo que criador do sujeito biológico, feminino nomeando e designando-lhe seu lugar e papel de gênero, ou seja, podemos dizer que o sexo é nomeado a partir da construção

social do gênero.

Para a problematizar o debate de sexo e gênero analisou algumas/ alguns pacientes



extraíd(as)os do livro do psicanalista e especialista em distúrbios de identidade de gênero Stoller (1968) que estudou as questões de gênero e sexualidade. Nas suas pesquisas Stoller abarca o entrelace e a construção do gênero a partir dos sujeitos de garotos sem pênis tornamse homens normais, garotas com pênis e sem útero mulheres ou masculinização de corpos femininos bem como a feminização dos corpos masculinos (OAKLEY,1972).

Para muitos o processo da não binearidade é possível pensar no contexto a dualidade biológica do sexo afinal, existem as pessoas intersexo, ou aquelas que (muito raramente), nascem sem nenhum tipo de órgão sexual. Estas pessoas, ao longo de suas vidas irão identificar-se com um gênero (ou com nenhum deles), de acordo com a percepção que possuem de si e de suas vivências no mundo.

O gênero é corroborado para autoras (Butller,2003; Oakley 1972) que não está no biológico, e sim ele é uma interpretação do corpo dada pela cultura, que designa, por relações semióticas arbitrárias, o que é masculino e feminino. Comumente a pessoa quando está grávida a primeira pergunta que feita socialmente se já viu o sexo e em seguida da pergunta menina ou menino que já impõe a história desse sujeito pautada no seu sexo como nome, cor, brincadeiras, brinquedos, profissão, expressão sexual entre outros marcadores. Logo pode-se afirmar que o gênero é pré-discursivo ele já enquadra o sujeito ainda na sua fase fetal de modo que é pressuposto e performático.

Pensar a feminilidade e a masculinidade, na perspectiva bulteriana (2003), é retratar o gênero como performativo, ou seja, ele pode ser definido como "efeito de uma performatividade", onde o gênero é uma série de 'atos' repetidos, que estão aberto rupturas mediante no meio que o sujeito está inserido e o quanto ele tem estrutura subjetivas. As performatividades de gênero, acontecem no âmbito da repetição, da encenação das normas de gênero estabelecidas e construídas socialmente em cada sociedade. Tais normas sociais são produzidas e reproduzidas pelos sujeitos que reiteram através dos seus comportamentos, dos atos (re) interpretados e repetidos, mas com possibilidades de serem renovados e ressignificados a partir do tensionamento no engessamento de gênero que que é colocado socialmente. A perfomatividade de gênero é imprescindível como ato político para o lugar dos sujeitos que constituem a margem da normatividade considerados abjetos ou aquelas/aqueles do não-lugar.

Para este ensaio será discutido o conceito de gênero a partir da teórica feministas e pensadoras queer entrelaçado aos recortes das letras das músicas "Pirigosa", "Blasfemea|Mulher", da cantora e compositora Linn Quebrada que traz no seu corpo as marcas de sua canção. A Linn se considera mulher, bicha transviada, travesti, transgênero que rompe as normas dos marcadores sociais de gênero. Nas suas composições Linn, questiona a binaridade, o deslocamento da identidade de gênero no sexo e o empoderamento das travestis, transgêneros e pessoas não- binárias. Na sua composição Blasfema|Mulher discuta a performance da mulher e sua resistência ao machismo e sexismo, e o lugar da mulher está nos sujeitos e sua atuação no social. Segundo Focault (1998), onde existe poder há resistência nestes corpos que existem e personificam através das performances, (re)construção de sua política como da cantora Linn Quebrada. Swan (2000, pág.69) afirma que "O sujeito aparece na medida em que se corporifica, como explicita Tereza de Lauretis "Este sujeito [...] é o lugar no qual, o corpo em quem, os efeitos significantes do signo se



fixam e se realizam."". A autora Swan (2000, p.69) aponta que

"Nas representações sociais relacionadas em linguagens e imagens traduzem o gênero em corpos sexuados e o desnudamento deste mecanismo permite a inversão das polaridades do sistema de sexo/gênero: assim, é o gênero que cria o sexo. O sexo biológico deixa de ser o significante geral que abriga o binário sexual e passa a ser igualmente signo produzido no próprio seio do agenciamento social. Neste sentido, é performativo, como sublinha Butler, instalando sua realidade no próprio discurso que o descreve. Assim, o sexo passa a ser pensado "[...] não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos"".

Corpos, Gêneros, Dissidências

Nos anos 70, as feministas diziam que o privado é político, pois determinar papéis e espaços, fixar identidades é finalmente, "conduzir a conduta", ação essencial do exercício do poder. No entanto, para além das normativas identitárias, há o domínio do "abjeto", do espaço marginal ao "verdadeiro sexo" binário, outras identidades que são expressadas de modo mais livre e saudável como por exemplo a "verdadeira lésbica", o "verdadeiro travesti", transexual, drags, crosdresser entre outros. Todas e todos afirmando a sua sexualidade em torno da sexualidade e sexo, reivindicando lugares de fala e de ser. Todos aprisionados em corpos sexuados obrigados à sensualidade, à sexualidade, única forma de afirmar sua existência (SWAN,2000).

O corpo não é apenas discursivamente construído, é objetivado numa escala de valores e atributos que além das identidades, estabelecem seus critérios "verdadeiros": a "verdadeira mulher", sedutora, bela, implacável, imagem à qual procuram se identificar milhões de seres marcados no feminino e paralelo corroborando este lugar e negando o masculino o "verdadeiro homem", macho empedernido, coração seco e músculos túrgidos (SWAN,2000).

Segundo Benedetti (2005), este processo de mudança das travestis é quase um segundo nascimento. No entanto este "nascer" novamente não é apenas de gênero ou corpo mais toda conjectura e subjetividade do sujeito que ocorre diante de tais transformações, como mudança na forma de tratamento perante a sociedade — elas não querem ser reconhecidas pelo seu sexo biológico e sim pela sua identidade social inclusive fazendo uso do nome social em todas as instâncias sociais.

O corpo 'construído' pela travesti num corpo que deve atender seus propósitos subjetivos e privados, enquanto desejo de ser mais feminina, ter cabelos mais compridos, entre outros, mas atende também propósitos objetivos e públicos, uma vez que seu corpo será um meio de trabalho visto por clientes que buscam prazer. O corpo não é apenas como sinônimo de organismo é nele também que se registra a dor, o medo, o prazer e a marca do tempo, esse mesmo corpo é o que que incorpora; que dança; que se doa; que fora modificado, que sente e se faz sentir, se modifica a cada dia. Sofre as ações do tempo, contudo, agora esse mesmo corpo pode deixar de carregar o peso negativo da atração "para ser, agora, o corpo liberto de controle social" (Casteleira, 2012).

Nesse jogo de rompimento das normas as travestis transitam nas posições sexuais e mais uma vez tensiona o gênero, pois apesar de ter uma performance reconhecida socialmente feminina como revela a informante de Pelúcio (2004):



"Alguém com "bundão" e "peitão", toda arredondada, mas que pode ser "ativo", "fazer o papel de homem", se as circunstâncias exigirem, assim é Samantha. Ao mesmo tempo em que desestabiliza com sua performance a dualidade de gênero, reproduz em seu discurso a visão do sexo binário. Ela, sem pelos e com seu enorme quadril, deveria está no pólo feminino, o passivo. O homem que abdica do seu papel de ativo é prontamente inferiorizado por ela, pois recusa a sua posição de domínio. Afinal, é Ela, que atribui para si as qualidades socialmente dadas do feminino, quem deveria estar "fazendo o papel de mulher". Desta forma a "ordem" das coisas estaria mantida. Ao fim, Samantha reproduz a violência simbólica androcêntrica. No seu discurso, o atributo legitimador da masculinidade ainda é o pênis/ativo. Ela segue e persegue o gênero que lhe é socialmente atribuído: o feminino. Este aparece como condição do dominado, do "homem" que abdicou de sua "virilidade" ao se relacionar com outros homens. Ao mesmo tempo em que manipula os gêneros, num jogo em que mescla sobrevivência e reflexão sobre sua condição(pág.130)".

A cantora Linn Quebrada também provoca as normativas através das suas músicas e para exemplificar utilizo verso da Pirigosa onde ela diz "Se metade me quer (ahã)/ e a outra também (pois é)/Dizem que não sou homem/Nem tampouco mulher" revela o desejo masculino pela transgênero e também o desejo feminino pela mulher transgênero que é pouco discutido acerca do interesse sexual das mulheres cis por mulheres transgêneros.

Ainda neste verso a compositora evoca questionamento de não ser homem e nem ser mulher e o discurso das ciências médicas que tem seu discurso amparado na biologia para dizer o que ela é a partir do seu sexo e a cantora continua refutando e confirmando o seu lugar a partir da sua identidade como pontua (Swan,2000) e desloca a sua constituição de pessoa do seu sexo "Então olha só, doutor! /Saca só que genial/Sabe a minha identidade? Nada haver com a xota e pau! Viu?". A medicina, como propõe Focault é o discurso moderno do controle e normatização como discute Foucault, transformando os corpos em instrumentos de regulação e controle biopolítico. Oakley (1972) cita os casos dos sujeitos intersexuais nos seus estudos que é o saber médico que decide acerca do sexo da criança, percebe-se então o controle higienizador e normativo das ações médicas. Contudo, os corpos das transgêneros são construídos sobre outra ótica utilizando e manipulando diversas tecnologias o uso de hormônios, uso e manipulação dos saber médico como agulhas e seringas, para injeção de silicone industrial.

Este corpo como político busca a sua identidade e reconhecimento de gênero e na sua adequação "rebelam-se" contra o natural o que foi determinado biologicamente e imposto ao padrão heteronormativo. Pelúcio (2004) afirma que assim, o gênero é processo e discurso. Processo que envolve a fabricação e

construção de si e subjetividade, materializada em um corpo transformado. E discurso, na medida em que, ser ou não ser homem (ou mulher) pode independer desse mesmo corpo. Segundo Pélucio (2004)

"Passam a alterar seus corpos para que sua condição de gênero feminina se apresente num corpo também considerado feminino a partir de uma reinterpretação dos usos e dos conhecimentos médicos" (Benedetti 1998:7). Mas do que intervirem no corpo no sentido de "corrigi-lo" ou "aperfeiçoá-lo", as travestis "visam [com essas intervenções] uma transformação moral, em termos de práticas, comportamentos e percepções de sua identidade social [...] A identidade travesti está antes associada à fabricação de um novo corpo do que as ser rotulado com os termos do gênero feminino — 'ela, menina, bicha' etc." (Kulick citado por McCallum 1999). As travestis sabem disso muito bem. Manipulam classificações, constroem e desconstroem hierarquias de gênero, buscando se autodefinirem, a fim de se tornarem sujeitos. Onde acaba o homem e



começa a mulher? Não há fronteiras rígidas nesses corpos, por isso eles perturbam e fascinam. Porém, não se trata de reproduzir aqui o discurso social dos "corpos imiscíveis", mas de entender a construção desses corpos orientada por duas perspectivas sobre corporalidade: uma advinda do universo burguês/individualista e outra do popular/holista. Aí reside a ambiguidade(pág.141).

As travestis transgridem (ainda que sem o saber) as fronteiras de gênero movidas pelo seu desejo de evidência de uma "corporalidade construída" a partir da lógica do seu desejo, desde da tenra idade onde vivenciam o peso da diferença a partir da infância; quando são apenas crianças e apresentam comportamentos afeminados são vigiados pelos pais e sociedades. Na adolescência a discriminação é cada vez mais intensificada, sendo incluídas neste repertório, as agressões verbais e físicas. Na fase adulta e na velhice, essas violências chegam ao ápice com o seu possível assassinato (PELÚCIO,2004).

A teórica Bento (2006) sobre a gênero afirma que é uma tecnologia pautada na heteronormatividade que ratificada pelos meios sociais como escolas, família, linguagem, o saber médico que corpos-homens e corpos-mulheres. A "naturalização" dos corpos é um dos dispositivos para a manutenção e reprodução do discurso da heterossexualidade natural, ou seja, partir do pressuposto que todos os corpos são fixos e heterossexuais. Os corpos não estão livres de investimentos discursivos, a sua materialidade deve ser analisada como efeito de um poder e o sexo não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática. O sexo é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade e existência (BENTO, 2006). Para autora

O sistema binário dos gêneros produz e reproduz a idéia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói as sexualidades e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais. No entanto, como aponta Butler (1999), quando a condição de gênero se formula como algo radicalmente independente do sexo, o gênero mesmo se torna vago e, talvez, neste momento, se tenha de pensar que não existe uma história anterior à própria prática cotidiana das reiterações. Reiterar significa que é através das práticas, de uma interpretação em ato das normas de gênero, que o gênero existe. O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo. Essas infindáveis repetições funcionam como citações e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza (BENTO,2006p.4).

Nessa lógica da binearidade e reiteração e na performatividade de Butler (2003) a Linn Quebrada corrobora ao expressar da necessidade expressa através da confirmação da necessidade de não ser mais homem ou mulher de poder assumir e afirmar do lugar da não binearidade ou será do sujeito transgênero não-binário? A interprete ao cantar Se metade te quer (ahã)/E a outra também/Não Precisa mais ser homem nem mulher/Então eu tô Bem/, ela retoma o desejo para afirmar o seu lugar através da diferenciação da mulher cis e homem cis e confirma dizendo que ela está bem sendo desejante dos polos e não está em nenhum deles.

Na estrofe da música "Mulher" Linn novamente borra as questões de gênero e o lugar da mulher seja ela cis ou trans ao deixa que o interlocutor elabore de qual mulher ela esta falando nesse verso "Ela tem cara de mulher/Ela tem corpo de mulher/Ela tem jeito/ Tem bunda/E o pau de mulher! Nos primeiros três versos supracitados aparece como a repetição



da performance do feminino que Butler (2003) aborda tem tudo igual a uma mulher, contudo no final da estrofe a cantora encerra afirmando que o pau de mulher. Esse pau na teoria freudiana machista significa o poder, centro de funcionamento da sociedade e dos indivíduos que reverbera numa sociedade opressora para as mulheres e nas performances do feminino significa o falo que está representado na imagem do pênis, cabe ressaltar que pau é sinônimo popular do órgão citado.

A interprete coloca que o pau de mulher ela não carrega o elemento do masculino para si, mas ressignifica para ela este lugar fálico privilegiado aos homens e afirma que é o pau de mulher. Cabe ressaltar que, na lógica da performatividade de Butler (2003) os sujeitos abjetos pela norma são possível pensar a fragilidade ou a ilusão da normatividade retirando os sujeitos excluídos do lugar da margem ou da patologia.

Butler no texto Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo" que a perfomatividade do "sexo" é contrária ao desejo do sujeito que surge mediante do funcionamento na norma ou aquelas/aqueles que estabelece com a normatividade o lugar do rechacamento. Contudo o agenciamento dos sujeitos permite que ele tenha com a norma o lugar de prática reiterativa ou rearticulatória imanente ao poder e não como uma relação de oposição externa ao poder. A autora acredita que na reformulação da performatividade (2000, p.)

(a) a performatividade de gênero não pode ser teorizada separadamente da prática forçosa e reiterativa dos regimes sexuais regulatórios; (b) a explicação da agência condicionada por aqueles próprios regimes de discurso/poder não pode ser confundida com o voluntarismo ou o individualismo, muito menos com o consumismo, e não pressupõe, de forma alguma, um sujeito que possa escolher; (c) o regime da heterossexualidade atua para circunscrever e contornar a "materialidade" do sexo e essa "materialidade" é formada e sustentada através de e como — uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual; (d) a materialização de normas exige aqueles processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito, mas não são, estritamente falando, executadas pelo sujeito; (e) os limites do construcionismo ficam expostos naquelas fronteiras da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como "corpos". Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do "sexo" excluído e deslegitimado. Portanto, será igualmente importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos são construídos, assim como será importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos não são construídos, e, além disso, perguntar, depois, como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o "exterior" — quando não o apoio — necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam.

O corpo funciona com as normas para garantir a manutenção da hegemonia heterossexual de modo que esses corpos possam dominar os corpos abjetos e garantir as normas de gênero. O controle da perfomatividade é controlar o que é da condição humana das suas possibilidades e fluidez é conter o masculino e feminino na normativa. A Linn Quebrada nas suas apresentações e letras propõe a fluidez ao invés da identificação como mulher ou homem afeminado, pois prefere está no lugar da travesti ou não-binária existindo e resistindo na possibilidade do sujeito.



O gênero é uma construção do "eu" ou um "nós"? Afinal nossas posturas dependem do agenciamento ou aquilo que o "nós" nos permitimos? Precisamos pensar na subjetivação dos gêneros que antecede a nossa condição humana de existência. Somos subjetivados pelos marcadores que nos colocam em lugar e somos convidadas a reiterarem estes lugares pelas normativas sociais. Nessa reiteração a população LGBT que não cabe é colocado no lugar do não-humano ou que não se torna inteligível, o que percebe-se quando as travestis e transexuais são empurradas para o feminino, as andrógenas, os andrógenos são empurrados para alguma posição para que possa ser compreendido e para isso as normas apoderam desses sujeitos.

Há dificuldade de leituras no sujeito não-binários que tem perguntado há possibilidade de um terceiro gênero? existe? ou nós ainda na nossa capacidade de compreender os gêneros dentro dos moldes pré-estabelecidos somos limitantes para matar, anular e não reconhecer quem está na margem na potencialidade da sua identidade. De acordo com o Grupo Gay da Bahia no ano de 2016, 343 LGBT'S² foram assassinatos no Brasil, 173 eram gays (50%), 144 (42%) trans (travestis e transexuais), 10 lésbicas (3%), 4 bissexuais (1%), incluindo 12 heterossexuais, como os amantes de transexuais. Esses são os crimes que estão notificados, e quantos não são registrados como crimes de ódios e são colocados em outras categorias que invisibiliza a discriminação e preconceito sofrido pela dissidência sexual e gênero. Esses dados corrobora a idéia de Butler (2000) que a construção de gênero atua de meios excludentes, diferentes e desigualdades de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural.

Deste modo, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos "humano", o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o "humano" com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação, é só refletirmos que apenas 12 pessoas heterossexuais morreram por serem amantes de pessoas trans como aponta a pesquisa caso não fosse possivelmente não fariam parte delas.

O debate acerca das exclusões e apagamentos da construção do sujeito pelo construcionismo ou essencialismo deixa passar desapercebido o caminho que é possível ser percorrido, mas que não é discutido, é o processo de desconstrução da matriz de relações de gêneros que instaura e retém os sujeitos na fixidez do seu lugar. Para tanto é imprescindível repensar as matrizes já que ela não é única e que essas são (re) interpretadas pelo "eu" individual e coletivo na subjetividade para que possa efetivar a "desconstrução" (BUTLER,2000). As reiterações ou repetições na afirmação do gênero possibilitam fissuras podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma (BUTLER,2000).

-

² Informações retiradas do site QUEM A HOMOTRANSFOBIA MATOU HOJE: https://homofobiamata.wordpress.com/quem-somos-3/o-que-e-homofobia/ mantido pelo GGB com objetivo de mapear assassinatos LGBT'S e solicitar juntos aos órgãos competentes que os assassinatos sejam tratados como crime de ódio, além das soluções.



Nessas fissuras que surgem as possibilidades de questionar a rigidez dos sistemas, polaridades dos gêneros e seus lugares fixos, rever os lugares fixos que constituem meninos e meninas sejam as brincadeiras, os discursos, os corpos, instituições, sexualidade. O trabalho doméstico instaurado pelo patriarcado que engessou a mulher e/ou feminino no cuidado e nas obrigações domésticas que reverbera atualmente no dobro da sua jornada de trabalho e pela dificuldade do masculino em reconhecer o trabalho doméstico como não sendo da mulher ou como pontua Rubin (1975) a opressão das mulheres inclusive nos seus relacionamentos afeitvos-sexuais que são tratadas como moedas de trocas seja pelo seu pai ou marido que negocia o desejo, corpo e compulsoriamente a heterossexualidade da mulher como objeto no processo chamado de escambo, a mulher torna-se moeda de troca ou como enfatiza Rubin (1975) o tráfico de mulheres.

A partir dessas fissuras que discutem as dissidências sexuais e gênero no contexto escolar ,segundo Louro (1997), a escola ensina, separa e institui, informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, das meninas e dos meninos, heterossexuais e homossexuais, sendo lugar de fabricação das diferenças e de práticas educativas homofóbicas, esta fabricação ocorre de maneira sutil, quase imperceptível perpassando pelo controle do corpo e instituindo nele o que é ser menino e menina de modo cotidiano sendo concebido como práticas rotineiras e comuns e tomando as diferenças do construto social como algo natural. Estes comportamentos se encontraram de diversas formas no contexto escolar nas concepções pedagógicas, nos currículos e nos livros didáticos, que ainda trazem representações binárias simplistas, binárias e hierarquizadas de gênero, baseada na heteronormatividade.

A escola na vida das travestis é mais um lugar de exclusão já que não tem possibilidade de afirmação da sua identidade. As instituições educacionais apresentam dificuldades no trato da orientação sexual e de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais. Desse modo, ratifica os modelos sociais de exclusão por intermédio de ações violentas (discriminação e expulsão) ou de descaso fazendo de conta que nada está acontecendo (não escuta as denúncias).

Mas, quem vai garantir o lugar deste gênero que não pertence à dicotomia normalizadora homem e mulher para ser concebida de maneira saudável pela sociedade? As instituições deveriam preconizar a diversidade e a individualidade de cada sujeito, mas funciona como local que delimita espaços e exclui o diferente.

Atualmente há diversas frentes de batalhas ao machismo, feminicídio, LGBTfobia, mas a gênero é única que perpassa e sustenta essas lutas maiores. Ainda é colocado gênero como sinônimo de mulher, mas é preciso discutir as masculinidades que nunca é problematizada enquanto também da engrenagem gênero que também produz e (re) implica nas formações dos sujeitos. O sistema sexo/gênero tem sido reavaliado pelos trabalhos das teóricas feministas, mas é preciso pensar cada vez mais separados para ampliarmos cada vez mais nas subjetividades dos sujeitos e vivermos numa sociedade saudável para as suas possibilidades.

Por fim, acredito que precisamos de práticas baseadas no feminismo, na liberdade de gênero bem como das expressões sexuais no melhor debate acerca da transgeneriedade e dos gêneros. Há sempre aquela pergunta que ficamos nos questionando: Estamos caminhando para um terceiro gênero, escaparemos do masculino e feminino ou iremos começar a compreender que os gêneros e a suas infinitas possibilidades performartizar sem a



necessidade de reiterar o lugar socialmente estabelecido através dos corpos ou teremos a "naturalidade" de entender o corpo como o produto da natureza e que aquilo que chamamos de homem e mulher é produto da nossa cultura que normatiza, vigia e controla as diferenças gerando desigualdades e subordinação entre as/os que atuam na norma e as/os abjetos. Pensar no masculino que não seja frágil que ao ponto de colocar o feminino e as mulheres no lugar subjugado, passivo e querer controlar, que não seja opressor e entenda as vulnerabilidades do seu lugar e o feminino que possa compreender essa mulher como diria Linn Quebrada "pau de mulher".

Referências

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro, RJ. Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem. ST 16 In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Anais. 2006. Florianopolis-SC.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. (cap. 01).

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **Identidade no Envelhecimento de Travestis.** Trabalho apresentado no VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e Gênero da ABEH, 1 a 3 de agosto de 2012.

Disponível em: https://stophomofobia.wordpress.com/2011/04/11/pitty-falasobre-musica-inspirada-no-cartunista-laerte-comum-de-dois/. Acesso em 30 de setembro de 2017.

FOCAULT, Michael. **História da Sexualidade I: A vontade do Saber**, Rio de Janeiro, edição.1998.

LOURO. Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Ed. Vozes. 1997

OAKLEY, Ann. "Sex and Gender". **Sex, Gender & Society**. New York: Harper, p.: 158-172,1972.

PELUCIO, Larissa Maués. **Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo**. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 8, volume 15(1): 123-154 (2004),2004.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993. [RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." *In*: R. Reiter (ed.), **Toward an Anthropology of Women**, New York: Monthly Review Press, 1975, p.:157-210]

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica". Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1995.

SWAIN, Tânia Navarro. "A invenção do Corpo Feminino." In: SWAIN, Tânia Navarro (org.) **Textos de História** - *Dossiê: Feminismo, teorias e perspectivas*. Brasília: UnB, 2000, v. 8., ½ p. 69

CORPOS E MENTES DISCENTES: PRÁTICA EDUCACIONAL, SEXUALIDADES E CRENÇA RELIGIOSA¹

Autor (1) Joanice S. Conceição²
Universidade Federal Fluminense

joaniceconceicao@gmail.com Coautor (1) Davison J. Calixto³ Universidade Federal Fluminense

davison.calixto@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho visa investigar se as compreensões de sexualidades e religião dos professores acabam por interferir na orientação sexual dos discentes. A abordagem é de caráter teórico-reflexivo, com base no projeto de pesquisa PIBIC, intitulado, "As concepções de gênero/sexualidade e religião na prática docente". A investigação foi desenvolvida em escolas públicas de ensino fundamental I e II do município de Santo Antônio de Pádua, RJ. Intenta ainda discutir como as mencionadas concepções permeiam a prática docente, de modo a interferir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, na medida em que se supõe que haja negação da diversidade sexual e religiosa na escola, privilegiando, respectivamente, aspectos biológicos e cristãos. Além de enaltecer atitudes preconceituosas, estereotipadas e discriminatórias que por vezes humilham e excluem determinados indivíduos. O método utilizado foi qualitativo, com as técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam para a presença do racismo, a falta de formação dos professores para a diversidade sexual e religiosa como disseminadores e perpetuadores de preconceitos, estereótipos, desigualdades de gênero/sexualidades e religião. Assim, esperamos contribuir para a desconstrução de estereótipos em relação aos corpos queers no ambiente escolar.

Palavras-Chave: Sexualidades. Religião. Preconceitos. Prática Docente.

Introdução

O presente artigo que ora apresento, resulta do projeto de pesquisa, intitulado como *As Concepções de Gênero/Sexualidades e Religião na Prática Docente*. O objetivo primordial que pautou a investigação foi compreender as concepções docentes acerca das questões relativas aos gêneros, às sexualidades e à religião, assim como os sentidos

¹Este artigo apresenta parte dos resultados do Projeto de pesquisa, por mim *coordenado As Concepções de Gênero/Sexualidades e Religião na Prática Docente*, financiado pelo CNPq, com a bolsista Camila A. S. Nogueira e os alunos voluntários Davison J.Calixto e Julio Cezar P Araújo.

² Profⁿ Adjunta em Antropologia da Universidade Federal Fluminense; Doutora e Mestre em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Possui pesquisas e trabalhos publicados nas áreas de Gênero, Masculinidades, Feminilidades, Religião, Performance e Educação para as Relações Étnico-Raciais; Coordena o AZANIA –Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero Sexualidade, Raça, Classe, Performance e Religião. Publicou o livro Irmandade da Boa Morte e culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e Performances Negras (2017); Além de artigos sobre Gênero, Religião e Educação Étnico-Racial.

³ Graduando em Licenciatura plena em Pedagogia; Foi bolsista PIBIC/CNPq na primeira fase e voluntário nas demais etapas do projeto acima mencionado; É integrante do AZANIA – Grupo de Estudos e Pesquisas em Cultura, Gênero/Sexualidade, Raça, Classe, Performance e Religião.

envolvidos que influenciam na prática docente⁴ e na construção da visão de gênero dos educandos, de ambos os sexos, vinculados às escolas públicas da cidade de Santo Antônio de Pádua no Rio de Janeiro. O projeto de Iniciação Científica (PIBIC /CNPq), acima mencionada, fez parte das atividades de extensão da Universidade Federal Fluminense, campus da referida cidade, localizada no Noroeste Fluminense, entre os anos de 2016 e 2017. A investigação envolveu 1 bolsista e 2 voluntários, 4 professores e 2 diretores. Contou ainda com conversas informais de funcionários das escolas pesquisadas. As escolas atendem alunos e alunas com idade entre 10 a 15 anos, que correspondem ao sexto e nono ano do período escolar. Em sua maioria, os alunos pertencem aos extratos sociais mais populares.

Durante o campo, objetivos subjacentes permearam a investigação, dando especial atenção às interseccionalidades entre educação, sexualidade e religião tais como:

- Investigar até que ponto o conceito de gênero, como categoria genérica,
 auxilia ou não aos educandos na definição das concepções de sexualidades;
- Verificar de que modo o conjunto de informações sobre os gêneros são produzidas e disseminadas entre os discentes;
- Diferenciar, através dos dados empíricos, os elementos que estruturam e legitimam as formulações dos professores, sobre gênero, sexualidades e religião, sobretudo, nos casos que os educandos parecem está fora da heteronormatividade, dentre outros.

Para melhor compreender as questões prementes da investigação, usamos o método qualitativo com a técnica de entrevista semiestruturada presencial, por entender que esta resulta no encontro entre o pesquisador e pesquisado, momento em que é possível apreender nuances corporais que podem dizer muito mais que palavras faladas ou escritas. A aplicação da metodologia envolveu algumas etapas, tais como: a) pesquisa bibliográfica sobre o tema; b) pesquisa exploratória e visita às escolas; c) Reunião com professores e direção para explicar melhor os propósitos da pesquisa. É óbvio que estando no ambiente escolar, observamos o comportamento das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem e já ali, podemos perceber alguns indícios daquilo que viria a ser abordados nas entrevistas e conversas informais; d) Observação em sala de aula das duas escolas. Desde logo é bom salientar, que as fases supracitadas serviram de

-

⁴ Por se tratar de um tema ainda considerado tabu e por ser Santo Antonio de Pádua, uma cidade muito conservadora, pequena com poucas escolas pública e privada, resolvemos omitir os nomes das escolas, dos professores e diretores, com intuito de preservar a identidade dos colaboradores.

base para a formulação do rol de perguntas do roteiro da entrevista semiestruturada. Por fim, seguimos com a análise dos dados empíricos coletados.

A importância da reflexão diz respeito ao fato da investigação, salvo engano, ser pioneira na iniciação científica no campo antropológico e educação em escolas do município de Santo Antonio de Pádua. A partir das primeiras visitas e das narrativas dos docentes, gestores e pessoal de apoio, verificou-se mudanças no comportamento dos envolvidos, especialmente quanto ao trato de alguns discentes. A curiosidade pela temática foi o fio condutor para a produção de conhecimento, por vezes em momentos de descontração no ambiente escolar, os indivíduos ali envolvidos falavam e se comportavam com certa naturalidade, esquecendo-se de que éramos pesquisadores, o que facilitou apreender e analisar discursos e comportamentos que não estavam necessariamente nas questões elencadas nas entrevistas. Deste modo, interessa-nos aqui, refletir sobre alguns dados que surgiram a partir da investigação, com o intuito de ampliar a discussão sobre as sexualidades e as religiões na prática docente. Outro motivo que nos levou à formulação do projeto foi o fato de que grande parte dos professores e quadro de funcionários das escolas paduanas serem formados por evangélicos pentecostais e neopentecostais, o que nos levou a crença de que tal pertencimento religioso pudesse acarretar interferência nas informações relativas às sexualidades, e, consequentemente, no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo dos corpos desviantes.

Discussão Teórico-Metodológica como auxílio à Compreensão

Não obstante, ser a Antropologia um ramo das Ciências Sociais que tenta se mostrar neutra ao falar de indivíduos genéricos, na verdade, participa do jogo de construção da diferença de mulheres e homens em relação à esfera dominante de gênero, em que as primeiras ficam prejudicadas. Desta perspectiva, a definição do que é homem ou mulher continua a ser ponto premente para uma discussão, face aos novos entendimentos propostos pela *Teoria Queer*, em que a orientação sexual ou de gênero dos indivíduos são resultantes de construções e desconstruções sociais variáveis, a partir dos diferentes papéis sexuais desempenhados.

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as *queer*,

a oposição heterossexualidade/ homossexualidade — onipresente na cultura ocidental moderna — poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos. (LOURO, 2001, p.548).

Portanto, a orientação sexual ou de gênero não se limita ao essencialismo biológico, (PRECIADO, 2014). As características físicas e morais, os atributos empregados ao sexo, dizem respeito às opções culturais e sociais. Essa condição foi constada em classe, quando o docente na aula de biologia informa aos educandos a existência de dois sexos. Além disso, há uma evocação do nome de Deus para impor medo aos mesmos. Ser homem ou ser mulher resulta do embricamento social, ligando-se aos sistemas educativos e aos modos de vida de cada sujeito, (WEEKS, 2016). Neste sentido, o conceito de gênero corriqueiramente utilizado, não é neutro é imbricado em hierarquias viciadas e hegemônicas; o conceito de gênero mais palatável diz respeito à subversão, à instabilidade, à problematização e ao caráter relacional, que deve apontar para as desigualdades e diferenças dos papéis desempenhados pela orientação sexual que cada indivíduo escolha viver.

Sabemos, pois, que parte dessas apreensões é fruto, principalmente, dos ensinamentos transmitidos quer pela família quer pela escola. Deste modo, a escola acaba por reproduzir ou reforçar o binarismo que sempre tomou conta da ciência (CONCEIÇÃO, 2017). Isso mostra, que a construção das categorias de gênero, especialmente das sexualidades e as noções religiosas, é configurada a partir de um conjunto de fatores e situações em que o meio social é fulcral. Para Louro (1999, p.10), "A teoria queer permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação".

De forma sistemática, os temas relacionados à sexualidade são constantemente invisibilizados no espaço escolar. Quando o assunto abordado é sobre as sexualidades, na maioria dos casos, o que se observa é o silêncio para questões que acompanham os indivíduos por toda vida. Ao contrário, grande parte das escolas trata esse tema na perspectiva da heterossexualidade, do essencialismo biológico e binário. Tal atitude, com efeito, leva à desqualificação e à exclusão de outros modos de vivê-la. (LIONÇO; DINIZ, 2009). Além disso, a abordagem da escola sobre essa temática cria outros entraves e conflitos. O primeiro diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, que não nomeiam a diversidade sexual existente na nossa sociedade, ao contrário, diluem os diversos grupos à apenas uma categoria diversidade ou gênero,

esquecendo-se do que propõe o Conselho Nacional de Educação, na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, no capítulo II, Art.º 5º, Inciso VIII:

Com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade; VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras. (BRASIL, 2015, P. 6).

Já o segundo conflito, refere-se às concepções religiosas dos professores e dos gestores que acabam por limitar a sexualidade como forma de reprodução, alegando que esse assunto não diz respeito à escola e sim à família. Na maioria dos casos, as escolas não contribuem adequadamente com os assuntos relativos aos gêneros. [...] a escola, como instituição e da forma em que está organizada, não permite a aparição desses diversos elementos da cultura no interior dos muros e tenta uniformizá-los, ao ignorar, refrear, paralisar as diferenças e os paradoxos aí postos. (SILVA JUNIOR, 2010, p.49).

Nesse contexto, citamos o caso de um aluno que fora ofendido dentro do ambiente escolar, tendo sido chamado de "nego do bozó", a direção ao ser questionada pela mãe do agredido, ouviu a seguinte argumentação:

Mãe, seu filho já lhe falou quantas vezes eu sento para conversar? Aí eu digo: se conselho fosse bom a gente não dava, a gente vendia. Às vezes eu sento com seu filho, não peço para ele mudar o jeito dele de ser, mas só fico perguntando a ele se ele está preparado para ouvir os comentários, porque ele não pode agredir ninguém por causa de um comentário maldoso das pessoas. Ele precisa saber o que ele quer da vida dele.

Percebe-se na fala da direção, que mais uma vez o aluno violentado inicialmente, é culpabilizado por se defender de uma agressão sofrida. Sabemos que não compete somente à escola cuidar de assuntos que dizem respeito à religiosidade e sexualidade, mas por se tratar de um espaço onde vários sujeitos diversos e plurais convivem diariamente, não podemos omitir o dever que esta carrega, principalmente de problematizar sobre questões pertinentes às escolhas e o lugar do outro. Durante muito tempo, o Estado e suas políticas educacionais, garantiu que apenas um segmento religioso fosse privilegiado, a saber – o catolicismo; hoje, esse segmento disputa com o pentecostal e neopentecostal, o que consequentemente, acaba por invisibilizar a existência de outras religiões, demonizando, principalmente, crenças de matrizes africanas.

Promover atitudes discriminatórias, emitir juízo de valor ou desqualificar o outro por ser diferente, leva à desigualdade e prejuízos psicológicos na vida prática, é neste contexto que se insere a escola. Aliada com a educação e a conscientização, esta deveria ser uma

ferramenta possível para coibir atitudes e comportamentos preconceituosos, com o intuito de fazer valer o compromisso com a igualdade e a diversidade, mas o que a pesquisa revelou foi a existência de uma intencionalidade segregacionista, em relação a aqueles que, de alguma maneira, não se encaixam no padrão imposto pela instituição escolar.

Como, pois, podemos pensar a matéria dos corpos como uma espécie de materialização governada por normas regulatórias – normas que têm a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável? (BUTLER, 2016, P.171).

Neste sentido, torna-se imprescindível pensar a educação de qualidade, com respeito às individualidades, capaz de fomentar a inclusão da diversidade sexual na prática e no currículo escolar. Uma educação nesses moldes só será possível quando houver respeito às diferenças e que reconheça as especificidades étnicas, religiosas, raciais, e a livre orientação sexual, isto é, uma *educação como categoria relacional*. Um currículo comprometido com a justiça, a equidade, a solidariedade, a integridade, o autorrespeito, enfim, uma escola que leve em conta a alteridade (FIGUEIRÓ, 2001).

Ainda sobre às sexualidades, as proposições e proibições impostas aos educandos, levam-nos a suposição de que uma direção escolar acredita haver apenas dois modos de vivenciar às sexualidades, assim como aponta para a naturalização de duas formas de vivenciar às religiões (BIANCON, 2005). Deste modo, a escola vem ao longo da história tornando-se um dos espaços mais difíceis para falar sobre este assunto. A escola nega e ignora, por exemplo, a homossexualidade, restringindo as oportunidades para que adolescentes reconheçam ou assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos, (LOURO, 2016). Isso acontece, porque as práticas sexuais foram naturalizadas e utilizadas para controlar o corpo dos sujeitos, limitando as possibilidades da expressão da diversidade sexual. Ademais, as influências religiosas, em sua grande maioria, colocam as sexualidades no âmbito da reprodução e outras manifestações são classificadas como nefastas e/ou pecaminosas. Tais distorções podem acarretar implicações nas escolhas afetivas dos educandos, na medida em que a sexualidade é construída socialmente e a escola exerce grande influência na construção da identidade de gênero ou sexual. Nos últimos tempos, cresce a passos largos, a ideia de implementação do projeto Escola sem Partido, com clara tentativa de coibir o ensino das sexualidades, contudo há que se considerar que:

No caso da escola, compreende-se que meninos e meninas, homens e mulheres não são receptores passivos dos processos reprodutivos desenvolvidos para anular, vigiar, escolarizar o corpo. Tais práticas vêm sendo questionadas por muitos alunos e alunas professores e professoras nas salas de aula. Tem-se no corpo uma forma de questionar os discursos e os lugares próprios e estabelecidos, refletindo sobre a necessidade ou possibilidade de não pertencimento a esses lugares ou, até mesmo, de estar na fronteira, a partir da crise de legitimidade, de individualização e por um discurso civilizador do corpo. Percebe-se que o caminho é longo para a desestabilização dos discursos produzidos e reproduzidos pelas práticas culturais, pois a cultura também tende a condicionar a visão de mundo, o certo e o errado, o lugar e o não lugar, o dentro e o fora dos padrões sociais. (DIAS, 2015, P. 76).

Não obstante, as grandes discussões sobre a diversidade sexual e religião nas mídias, a citação de Dias (2015) é atual, dada a outra face que se apresenta no cotidiano, são diversas violências sofridas tanto pelas pessoas julgadas fora dos padrões normativos religiosos e das sexualidades. É triste constatar que ainda há uma distância significativa entre o desejo de uma sociedade livre e as amarras do sexismo, da homofobia. Observamos na narrativa de uma coordenadora para quem as vezes as religiões de matrizes africanas sequer eram consideradas; tudo girava entre o católico e evangélico, invisibilizando por completo a atuação do viés africano no rol de religiões praticadas no Brasil. Ficou constatado que a educação, pelo menos naquelas escolas, não cumpre o papel de fazer com que o ser humano produza a si mesmo com as ideias, valores, símbolos, hábitos, atitudes e as habilidades que o torna distinto de outros indivíduos (BARROS, ET AL. 2011).

Resultados e Discussão: O Que Dizem os Dados da Pesquisa

A partir dos dados levantados por meio da entrevista semiestruturada, percebeuse que os conteúdos relativos ao gênero/sexualidades, quando abordados, eram tratados de maneira genérica, binária, com particularidades de cada professor, ainda que a direção e os docentes negassem que suas concepções religiosas e de sexualidades interferissem em sua prática; os comportamentos e atitudes deixam entrever que na verdade, *o docente quer conformar ou disciplinar o corpo e a mente do aluno, cooptando-o para seguir* valores e crenças a ele pertencentes. O Estudo reitera o silêncio em relação aos temas, tendo em vista que, a sexualidade e/ou negação da diversidade sexual e religiosa na escola, sempre foi assunto pouco discutido, fato que contribui para o enaltecimento de atitudes preconceituosas que ocasionam uma série de conflitos e discriminações, que vão desde piadas, apelidos, xingamentos e brincadeiras que levam à exclusão e humilhações de determinados indivíduos. A partir do trabalho

de campo, podemos acrescentar que o que se considerava, homofobia, racismo, sexismo e tantas outras formas violentas de *diferenciar o Outro*, ganha nova roupagem, nomeando-os como *Bullying*⁵, buscando assim omitir o caráter perverso dos comportamentos desiguais empregados às pessoas igualmente diferentes. É preciso introduzir a temática da diversidade sexual e religiosa na escola.

O processo de investigação para além dos dados que ela produziu, possibilitou uma série de informações que tantas vezes auxiliaram na conjuntura formada, para basilar os dados que desvelaram os resultados. O bom relacionamento da equipe do projeto-PIBIC com os professores e gestores entrevistados foi importantíssimo para a concretização das informações que seguem.

Ainda sobre a hipótese de que as concepções de gênero/sexualidades e religiões dos professores influenciariam no processo de aprendizagem dos docentes, de certa forma, foi confirmada, pois em algumas entrevistas realizadas mostram a maneira como os docentes se comportam na presença dos alunos que, segundo eles, dizem não gostar de meninas. Os docentes ressaltavam falas e gestos, atitudes consideradas por eles como femininas; Um dos alunos era estigmatizado por grande parte da sala de aula, assim como pela docente. Ele fala desse jeito para chamar a atenção; daí a turma ri dele; ele fica bravo, responde; faz uma bagunça danada! Esse aluno vive dando porque a turma tira "sarro" dele, falam que ele não gosta de menina e eu também acho.

A professora ao ser questionada pelo pesquisador se ela teria certeza da escolha afetiva do aluno, ela diz no diálogo que se segue:

Professora: –Você vai ver. Vai reconhecer na sala de aula.

Entrevistador/a: -Como podemos reconhecer o aluno?

Professora: –*Ele é escandaloso, fala alto, com a voz fina, parece mulher.*

O pequeno diálogo acima traz uma série de apontamentos de estereótipos que marcam as percepções da docente, principalmente, em relação ao universo feminino, citando características que a mesma classifica como depreciativas atribuídas às pessoas consideradas por ela, como desviantes: *Parece mulher!*

-

⁵ Como bem expressa o radical da palavra inglesa *bully* associa-se ao corresponde brasileiro "valentão". Quando acrescentamos o gerúndio, tornando-se o conceito *bullying*, que diz respeito a uma ação negativa, individual ou coletiva, que expõe o outro. A ação é intencional e constante e visa causar, ou tentar provocar danos morais, sofrimento e mal-estar a uma pessoa. No caso das religiões de matrizes africanas e as sexualidades essas atitudes não podem ser classificadas como bullying e sim como racismo, homofobia, preconceito em que o algoz busca a inferiorização de outrem.

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do "outro", daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar que ocupamos. (LOURO, 2016, p.15).

Embora, inicialmente, os docentes entrevistados negassem haver tratamento diferenciado no trato das sexualidades e das questões religiosas em sala de aula, durante as entrevistas notamos o desconforto por parte de alguns, ao falar sobre tais questões. Além disso, as escolas investigadas realizam no início dos turnos as "orações pelo Brasil" e o "Pai-Nosso", ambas de cunho católico, o que nos faz lembrar os tempos da ditadura militar das décadas de 60 70⁶. Fica claro que, silenciosamente, o espaço educacional pesquisado, introduz uma sexualidade que julga correta nos discentes, esquecendo que, este ambiente, deveria ser laico, cabendo a este, amparar a diversidade sexual. Obviamente, foi notado que há um descumprimento da legislação educacional que regulamenta tais questões.

No questionário aplicado relacionamos 22 questões, porém, optamos por analisar mais detalhadamente 3 questões, por entender que elas resumem o que pretendíamos observar. A primeira questão é: *Você considerar que as suas concepções religiosas e de sexualidades influenciam na sua prática docente?* Como resposta à questão, inicialmente todos os entrevistados foram unânimes em dizer que suas concepções não influenciavam, justificando que respeitavam a crença de cada aluno, indo assim de acordo com a legislação educacional que trata sobre a diversidade na escola. Contudo, de forma velada, as narrativas passavam a mensagem de que cada um professava um credo religioso e que este deveria ser seguida por seus alunos; inclusive essa crença permeava a forma como cada um/a vivia a sexualidade.

Outra pergunta feita foi: *Você acha que suas concepções acerca das sexualidades e religião influenciam na aprendizagem dos alunos?* A esse questionamento 5 dos 6 entrevistados também responderam que não influenciavam, mas observamos que alguns

⁶ No ambiente escolar essas atitudes têm crescido abundantemente com a discussão do movimento *Escola sem Partido*, criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, pais de alunos, uma pequena parcela de professores que, dentre outras coisas lutam contra doutrinação ideológica nas escolas. Conquanto, cabe ressaltar que este projeto, indubitavelmente apresenta visão equivocada acerca do estudo das sexualidades das religiões. Grosso modo, o movimento quer que o estudo das religiões se limita ao cunho cristão e as sexualidades reduzidas ao binarismo e a função reprodutiva, invisibilizando a multiplicidade existente sobre as temáticas.

alunos abaixavam a cabeça quando eram abordados sobre estes temas. Notadamente, esses alunos professavam crença religiosa divergente daquela do entrevistado. Também é importante salientar que, talvez não ocorra prejuízo no que tange aos conteúdos práticos ministrados, mas o prejuízo acarretado pode ser de ordem subjetiva e psicológica. Observamos que alguns entrevistados fazem apelo de ordem moral e emocional para chamar atenção do aluno; outros usam o nome de Deus para impor medo aos alunos sobre determinados comportamentos. Um professor discorda do restante do grupo, pois ele diz que a prática educativa não é neutra e, portanto, os docentes acabam por influenciar de alguma maneira essa prática. O docente discordante dos demais professores, também salientou que na maioria dos casos, os profissionais trabalham confrontando suas concepções com outras práticas de religião e sexualidades, já que eles julgam que suas escolhas são as corretas, e isso, acaba por interferir nas escolhas dos discentes. Ademais, a temática da sexualidade na escola cria outros entraves e conflitos. O primeiro diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que não nomeiam a diversidade sexual existente na nossa sociedade, ao contrário, diluem os diversos grupos à apenas uma categoria "diversidade" ou "gênero", esquecendo-se do que propõe o Conselho Nacional de Educação, na Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, no capítulo II, Art.º 5º, Inciso VIII, já mencionado., portando urge a inclusão das concepções quer no currículo escolar.

De modo geral, apenas 5 dos 6 **docentes entrevistados, admitiram que têm dificuldade de abordar os temas da religião e das sexualidades em sala de aula**. Os mesmos justificaram que não possuem formação para tratar as temáticas. Disseram ainda, que **o período ideal para abordar é a partir do sexto ano, haja vista que, para eles, os alunos possuem certa maturidade**. Em se tratando do docente que discorda dos demais entrevistados, este afirma que os temas abordados devem ser levados para a sala de aula desde o início da escolarização do aluno, tendo em vista que, as realidades, sejam elas quais forem, devem ser inseridas no processo de ensino-aprendizagem, pois se trata de seres humanos constituídos na sua integralidade, sendo as sexualidades e a religião, dimensões que envolvem a vida das pessoas. Este docente também enumera que tais concepções, acabam por influenciar os discentes, mas que ele busca fortemente ser imparcial no trato dos temas, pois entende que o papel do professor é informar e não fazer proselitismo sobre determinados temas.

Por fim, a terceira e não menos importante questão, versou sobre o seguinte: Você considera que a sua escola trata de maneira adequada as temáticas da religião e

sexualidade? 4 dos 6 entrevistados disseram que sim, mas apontou que **não há cursos** de **formação para os docentes para os temas.** Já 2 dos 6 disseram que a **escola é omissa na abordagem desses assuntos**, sobretudo, no que tange ao material didático, considerado insuficiente, como mostra o fragmento de um dos professores:

Quando o assunto é a sexualidade, na maioria dos casos, o que se observa é o silêncio para questões que acompanham os indivíduos desde os primeiros meses de vida. Em contrapartida, quando o assunto é abordado, faz-se sob a perspectiva da heterossexualidade como a única forma de expressão sexual e obrigatória, prevalecendo o determinismo biológico. O tema, em se tratando de uma perspectiva de reconhecer as diversidades, encontra grande resistência por parte de coordenadores, diretores e em menor grau de alguns alunos. Isso eu posso dizer, porque trabalho em duas escolas em municípios diferentes, mas a realidade é a mesma!

A citação acima mostra a visão de alguém que está no chão da escola, que conhece a realidade do espaço educacional. Tal atitude, com efeito, leva à desqualificação e à exclusão de outros modos de viver a sexualidade, (LIONÇO; DINIZ, 2009).

Conclusões

Propomos neste artigo refletir sobre as concepções de gênero e religião na prática docente, sob a perspectiva dos professores e diretores de escolas públicas da cidade de Santo A. de Pádua, RJ. Porém, de acordo com os resultados obtidos, há questões subjacentes à centralidade daquilo que imaginaríamos como resposta: O racismo religioso, e a homofobia aparecem como eixo central. A vivência da sexualidade aparece como algo pecaminoso, sendo tolerado apenas dentro das relações conjugais e para fins reprodutivos. Portando, tudo que foge a isso é considerado transgressor e subversivo.

Os papéis sexuais ou de gênero que os alunos possam desempenhar no futuro, recebem fortemente as influências da prática docente, mas é salutar pensar que o conhecimento ampliado sobre essas temáticas, pode possibilitar aos docentes e discentes olhar e transformar novos horizontes, posto que a história de cada pessoa é composta pelas experiências vivenciadas na interface da idade, raça, religião e sexualidades, construídas no bojo social (Scott, 1995). Oxalá não permita que as faces da vida do humano, apresentada por grande parte dos docentes envolvidos nesta investigação, não seja apenas a face a influenciar a vida sexual e religiosa dos discentes; torcemos que outros rostos sejam apresentados para fecundar discussões, a fim de permitir ampliar os

exemplos que auxiliarão na constituição do pensamento, das subjetividades edificadas nas dobras da natureza humana.

Referências Bibliográficas

BARROS, Zelinda. et. al. Educação e relações étnico-raciais. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 3ª. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 151-172.

BIANCON, Mateus Luiz. A educação sexual na escola e as tendências da prática pedagógica dos professores. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005, p. 98.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Brasília, 2015. Diário Oficial da União de 2 de julho de 2015.

CONCEIÇAO, J. Irmandade da Boa Morte e Culto de Babá Egum: Masculinidades, Feminilidades e performances Negras. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

DIAS. Alfrancio F. *Corpo*, *gênero e sexualidades Problematizando estereótipos*. In *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 16, p. 73-90, jan./jun. 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: Eduel, 2001.

LIONÇO, Tatiana; DINIS, Débora. Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? In: LIONÇO, Tatiana; DINIS, Débora (Org.). **Homofobia & Educação:** um desafio ao silêncio. Brasília: Letras livres: Edunb, 2009, p. 09-14.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 3ª. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p 8-34.

_____. *Teoria Queer – Uma Política Pós-identitária para a Educação*. In: Revista Estudos Feministas: Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 541 – 553, 2001.

PRECIADO, P. Beatriz. Manifesto Contrassexual: Práticas Subversivas de Identidade Sexual. São Paulo: N-1 edições, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul. /dez. 1995.

SILVA JÚNIOR, Jonas Alves. Rompendo a mordaça: Representações Sociais de Professores e Professoras do Ensino Médio sobre homossexualidade (Tese de doutorado), São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2010.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. 3ª. ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-81.



CORPOS QUEER E EDUCAÇÃO: ESCOLA, SUBJETIVAÇÃO E EXCLUSÃO

Robson Guedes da Silva;

Universidade Federal de Pernambuco E-mail: robsonguedes00@hotmail.com

Mitz Helena de Souza Santos.

Universidade Federal de Pernambuco E-mail: mitzhelena@yahoo.com.br

Resumo: Este ensaio busca apresentar algumas discussões em torno da escola em seus processos de subjetivação e exclusão para com os corpos queer: bichas, sapatões, travestis, transexuais, não-bináries. Busca igualmente, evidenciar como no cotidiano escolar a violência, o currículo e o silenciamento colaboram para expulsar corpos que não se enquadram em uma heterossexualidade compulsória de seu espaço dito inclusivo.

Palavras-chave: Escola, Corpos Queer, Subjetivação.

I- Bem-vindo a escola?

Poderemos saber o que é passar pela escolarização sendo considerado anormal? A escola, em seu cotidiano, tenta transformar as diferenças em equivalência, impõe um padrão, categoriza, e, não obstante, exclui. Porém, essa dita exclusão não é veiculada de forma explícita, a instituição escolar possui uma postura de convite. Chega-nos então outra pergunta: que tipo de convite a escola faz aos corpos por ela não aceitos? Ela convida tais corpos ditos anormais e subalternos a se retirarem de seus espaços. Com seu olhar panóptico, roga em suas orações e liturgias diárias sobre seus preciosos alunos imbuindo ao fogo ardente da margem social todos os corpos que ela desde seu nascimento histórico repudia. Corpos queer. Na instituição escolar, como afirma Silva

Os estereótipos de gênero estavam não apenas amplamente disseminados, mas eram parte integrante da formação que se dava nas próprias instituições educacionais. O currículo educacional refletia e reproduzia os estereótipos da sociedade mais ampla [...]. De forma similar, os estereótipos e os preconceitos de gênero eram internalizados pelos próprios professores que inconscientemente esperavam coisas diferentes de meninos e meninas. (SILVA, 2005, p: 92)

Vários espaços sociais, inclusive a escola, são subsidiados de normas e regras de controle aos sujeitos, sem levar em conta os diversos aspectos que os constitui. Nesses espaços,



corpos que não condizem com o que é e está prescrito nestes referidos como normal, ou homogêneo, são tratados de forma excludente. Sobre os corpos e as regras

[...] Butler destaca que as normas são as que materializam o sexo e que esse processo de materialização se faz possível pela reiteração, repetição obrigada das normas. Isso mostraria que a materialização do sexo, do corpo não implica determinismo — tampouco, de início voluntarismo —, porque não é de nenhum modo e nunca completa, já que se exige persistir nesse processo repetitivo de materialização. O corpo materializado não se ajusta de todo às normas [...]. (DÍAZ, 2013, p. 43).

Logo, na sua produção de identidades padronizadas, a escola busca efetivar suas práticas reguladores e excludentes para com os corpos que reivindicam suas identidades precárias e desviadas da lógica que ela empreende aos seus alunos. Como afirma Guacira Louro "a escola delimita espaços. Servindo -se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e grandes, dos meninos e meninas". (LOURO, 1997, p 58). E, partindo desse pressuposto, neste ensaio queremos discutir a forma excludente da escola com os corpos que fabrica/legitima como abjetos: bichas, sapatões, travestis, transexuais e pessoas não-bináries.

II-A escola fábrica: padrão, norma e exclusão

Quando nos voltamos a pensar em torno da função social da instituição escolar como responsável pela produção de subjetividade em seus atravessamentos pela configuração atual da sociedade ocidental, bem como, através da interação social entre seus atores e das práticas pedagógicas que em seu espaço se efetivam, percebemos que a escola tem o papel de definir o sujeito. Não obstante, é pertinente evidenciar aqui com Deleuze, que nosso entendimento acerca do sujeito é de que

O sujeito se define por e como um movimento, movimento de desenvolver-se a si mesmo. O que se desenvolve é sujeito. Aí está o único conteúdo que se pode dar à ideia de subjetividade: a mediação, a transcendência. Porém, cabe observar que é duplo o movimento de desenvolver-se a si mesmo ou de devir outro: o sujeito se ultrapassa, o sujeito se reflete (DELEUZE, 2012, p. 76)

No cotidiano escolar, através das práticas pedagógicas e do currículo se constitui e se media a relação do indivíduo consigo mesmo no qual se estabelece, regula ou transmuda a experiência que esse tem de si, servindo dessa maneira como um artefato de subjetivação no qual se fabricam sujeitos. Foucault (2003), nos elucida que a ontologia do sujeito não é mais



que a experiência de si, denominada por ele também como subjetivação. Neste sentindo, se faz necessário evidenciar a experiência de si como o resultado em um dispositivo pedagógico do entrecruzamento "de tecnologias óticas de auto-reflexão, formas discursivas (basicamente narrativas) de auto-expressão, mecanismos jurídicos de auto-avaliação, e ações práticas de autocontrole e auto-transformação." (LARROSA, 2000, p. 38)

Perceber a instituição escolar como um lugar onde o dispositivo pedagógico constitui e transforma a experiência que o sujeito tem consigo mesmo, corrobora discorrer em torno das práticas pedagógicas e concepções em torno do currículo, sob o intuito de pensar como a fabricação escolar do sujeito quase sempre é excludente, todo aquele que tente escapar do padrão que a escola impõe é por ela legitimado como anormal/desviado. O que nos leva a problematizar os discursos de 'inclusão' da escola, por exemplo, quando buscamos refletir acerca do cotidiano escolar, avaliar as práticas pedagógicas que diariamente se efetivam dentro do espaço de uma unidade de ensino, admitir muitas vezes o caráter violento que há na escola e não só nela, mas na sociedade, nos fazem perceber como é hipócrita a dita "inclusão", que muitas vezes a escola expõe em seus discursos sobre a sua representação no meio social.

Torna-se contraditório um espaço que hoje tenta cada vez mais se afirmar como inclusivo ter sido violento ao longo de sua história e permanecer sendo, pois, é preciso ressaltar que a violência é uma das formas mais expressivas de exclusão. Em contrapartida, é necessário igualmente perceber a violência escolar como um grandioso impedimento para a efetivação de uma verdadeira vivência democrática no cotidiano da escola, dessa forma, é preciso concordar com Elis Priotto quando evidencia a denominação de violência escolar como

...todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos , professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar. (PRIOTTO, 2009, p. 162).

Esta violência é por vezes explicita e, por outras velada. A exclusão pode também ser entendida como uma das referências empíricas dos corpos que não seguem uma estética de gênero dominante, pois, o currículo proposto pela escola tende a sugerir uma equivalência e caráter homogêneo aos que nela habitam. As práticas curriculares cotidianas da escola tendem a querer padronizar e punir os que não seguem os padrões hegemônicos, visto que "[...] o currículo é, entre outras coisas, um artefato de gênero: um artefato que, ao mesmo tempo, corporifica e produz relações de gênero" (SILVA, 2005, p. 97). Evidencia-se, assim, como um



padrão imposto não pode neste espaço ser questionado, problematizado e muito menos transgredido.

Dentro do espaço escolar, por muitas vezes os corpos passam por um processo de silenciamento, aprendemos o silêncio que devemos efetivar no social sobre todas as questões que não podem ser retomadas e problematizadas, pelo motivo de que um discurso dominante a subjugou como algo impróprio de se falar ou questionar. Michel Foucault, falando sobre os procedimentos de interdição e exclusão da fala, afirma que: "Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa". (FOUCAULT, 2013, p. 9).

Podemos, a partir disso, refletir sobre o quanto os alunos muitas vezes não socializam as dúvidas, divergências e receios que diariamente os cercam enquanto estudantes. Não o fazem por variados motivos, desde receio pelo que os professores pensarão até a reação da família ao tomar conhecimento da coordenação escolar sobre o dito "nível" questionador e incómodo de alguns. Bem, se este espaço, dito educativo, tende a controlar e padronizar os sujeitos, o que ele fará com aqueles que tentam a esse currículo imposto transgredi-lo? Partindo dessas abordagens podemos reafirmar alguns dos procedimentos de exclusão que encontramos na escola, que persiste em se denominar inclusiva: a violência, o currículo hegemônico e patriarcal, e, por fim o controle da fala através do silenciamento.

Portanto, pode-se concordar com Guacira Louro (1997, p. 57) quando afirma que: "[...] diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade a escola produz isso". Logo, a escola surge sob esta perspectiva como uma instituição que padroniza e normatiza, todavia, acerca disso, nos propomos novamente a indagar: poderia a escola ser um lugar para potencializar a constituição da experiência do sujeito em torno de si mesmo, possibilitando aos corpos a liberdade de ser queer? Ou a fabricação escolar padroniza os corpos e exclui os que dessa normatização escapa?

III-O Corpo Queer

Dentro de uma sociedade construída e instituída por/em padrões hegemônicos, patriarcais e sexistas, que se objetivam a imprimir nos sujeitos arquétipos que podem ter um aval de dita normatividade. Observar alguns destes corpos nos leva a repensar nossas concepções sobre o corpo mediante as suas resistências e



transgressões desses padrões. Poder pensar o corpo é problematizar muito mais do que o compreendemos no concernimento biológico, pois é vê-lo enquanto identidade, nossa bandeira cotidiana de existência, nossa expressão na sociedade, e não somente um montante de células, órgãos e vasos sanguíneos, mas também uma soma de significados culturais que nele cotidianamente é impressa.

É preciso, a partir deste viés, problematizar o corpo como uma construção social, política, histórica e cultural, percebê-lo enquanto texto, que constantemente fala, problematiza, educa ou deseduca aquele que o lê. Desta forma, é pertinente lembrar os fatores que levaram alguns corpos a não serem "aceitos" durante o percorrer da história, por meio da ciência; vejamos segundo Louro que

O tamanho do cérebro, por exemplo, poderia justificar o nível de inteligência dos sujeitos; a aparência do rosto (cor de pele e dos cabelos) passou a ser a aptidão de alguns para o trabalho manual; as feições (traços do rosto), o tamanho das mãos ou do crânio poderia classificar os comportamentos e identificar os loucos, criminosos, tarados e agitadores políticos. (LOURO, 2010, p.34)

Não distante disso, a sociedade nos seus discursos tornou por tempos a melanina enquanto a justificativa de corpos serem excluídos, escravizados e mortos, em outrora, corpos femininos foram lidos como abjetos, frágeis e passíveis de se tornarem posse de corpos masculinos que eram socialmente compreendidos na história enquanto fortes e detentores de poder. Partindo desse pressuposto, é pertinente lembrar também que a alguns séculos atrás

Essas classificações colaboraram para que diferentes hierarquizações se estruturassem entre os humanos. Por vezes, os negros e/ou as mulheres foram considerados inferiores exclusivamente porque seus corpos apresentavam algumas características biológicas nomeadas por essa mesma ciência como inferiores, incompletas ou díspares. (LOURO, 2010, p.34)

Evidencia-se, então, que muitas vezes um discurso hegemônico pouco foi questionado e o resultante foi aquilo que bem sabemos: exclusão. Não diferente, na contemporaneidade quem possui esse corpo é lido como algo abjeto, ultrajado de estereótipos que existem com intuito de excluir e segregar quem o possui do meio social. Tal corpo é desconstruído de padrões que desde sempre fomos ensinados a ter e introjetar em nossas práticas, expressões, discursos, entre outras manifestações sociais. Corpo-texto, corpo-bandeira, corpo-marcas de um sujeito que muitas vezes resiste para viver por ser aquilo que se é.

Nesta perspectiva, precisamos problematizar que além do corpo negro, e do feminino temos historicamente corpos que também foram subalternizados e excluídos: os afeminados, os corpos transexuais, os corpos lésbicos, os corpos das travestis, das não-bináries. É sabido que



historicamente a sexualidade foi reprimida e o debate sobre ela pouco acontecia. Por conseguinte, imaginemos, então, como eram tratados os corpos que não seguiam um padrão heterossexual predominante. Como a concepção de sexualidade era tida como algo inerente ao ser humano, eram lidos como vítimas de uma patologia, corpos que detinham em si desejos que não seguiam uma hegemonia, Michel Foucault em *História da Sexualidade I* (2014) destaca quatro domínios históricos da sexualidade: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras (entendendo o ato sexual como algo importante só quando se possuísse o intuito da procriação familiar) e a psiquiatrização do prazer (patologia dos desejos). Desta ótica é preciso, a partir da exemplificação desses domínios, trazer também a concepção de sexualidade segundo Foucault, que a encara como sendo

[...] o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com grande dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encandeiamse uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2014, p.115)

A análise de como o patriarcado teve uma força expressiva na objetificação dos sujeitos, em seus controles, na patologia dos desejos que eles expressavam em seus corpos, nos faz trazer o exemplo das duras perseguições através de agressões e mortes com caráter hediondo que as pessoas que hoje comumente organizamos em uma sigla: LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) sofreram e sofrem até hoje. Tais agressões foram um dos motivos para surgimento, nos anos 60, de um movimento político e social após a chamada revolta de Stonewall (28 de Junho de 1969 - Nova York), que através de atos públicos faziam reivindicações pela garantia de direitos e respeito para com as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e não-bináries. Nota-se, neste sentindo, como o corpo daqueles que nessa luta se empenharam foi duramente reprimido e taxado como impróprio, herético e subalterno. Concepção preconceituosa que muitas vezes ainda hoje persiste em existir em muitas pessoas alienadas por esse modelo de sociedade patriarcal e sexista.

Tomando como base o supracitado é preciso perceber o corpo como um texto. Sobre isso, Preciado, nos afirma que

O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam



elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. (PRECIADO, 2014, p. 26)

Neste sentindo, podemos afirmar que o movimento LGBT, ao notar que os corpos de seus integrantes foram lidos como alvo de ódio e repulsa, foi percebendo da mesma forma que seus corpos, enquanto subalternos, poderiam a partir desta concepção ser o texto de uma bandeira de luta, resistência e transgressão a um padrão hegemônico imposto, consequentemente as lutas do movimento foram reforçadas, ressignificadas e compreendidas de uma forma nova, principalmente com a ajuda da academia através de autores que adentravam nas pesquisas da chamada *teoria queer*.

IV-Multidões queer: resistindo no espaço escolar

Sobrevivendo a instituição que exclui, esses corpos se tornam uma multidão, abraçam como estratégia as identificações negativas: bichas, sapatões, travestis, anormais, desviados. Transformando-as "em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normatização" (PRECIADO, 2011, p. 15). Reivindicando no espaço escolar o queer como dispositivo pedagógico de produção performativa de identidades desviantes, subvertendo a lógica do heterocapitalismo que empreende na escola suas práticas compulsórias de falocentrismo e heterossexualidade compulsória, buscando consolidar sua produção de corpos politicamente dóceis e economicamente úteis. Dessa forma, esses corpos-textos que problematizam uma normatividade imposta e hegemônica no ambiente escolar, corroboram para uma efetivação de uma sociedade subalternizada. O queer sobre os escombros do que sobrou da escola, resistirá!

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade** ; Trad. Renato Aguiar. – 2° ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2000.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e subjetividade**. Tradução Luiz Orlandi. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.

DÍAZ, Elvira Burgos. **Desconstrução e subversão: Judith Butler**. Sapere Aude , Belo Horizonte, v.4 - n.7, p.441-464 — 1° sem. 2013. Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5543/5507>. Acesso em 16 jan. 2018.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed.- São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Ditos e escritos IV. Michel Foucault. Estratégia, poder-saber (Poder
e saber; p.223-240). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
História da sexualidade I: a vontade de saber . Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
Vigiar e punir: nascimento da prisão ; tradução de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, Vozes, 1987.
LARROSA, Jorge. "Tecnologias do eu e educação" . In: Silva, Tomaz Tadeu. O sujeito da educação. Petrópolis: Vozes, 1994.
LOURO, Guacira. Lopes. (org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade . 2 Ed. BeloHorizonte: Autêntica, 2000.
Gênero, sexualidade e educação: Uma abordagem pósestruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
PRECIADO, Beatriz. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual ; tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19 (1), n. 312, jan-abril. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390 .
PRIOTTO, Elis Palma; BONETI, Lindomar Wessler. VIOLÊNCIA ESCOLAR: na escola, da escola e contra a escola . Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 9, n. 26, p.161-179, jan. 2009. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2589&dd99=view&dd98=pb Acesso em: 14 jun. 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.



CRIMINALIZAR É PROTEGER? REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O PLC 122/06 A PARTIR DA NOÇÃO DE BIOPOLÍTICA

Ygor Santos de Santana

Universidade Federal de Sergipe. Email: yssantana76@gmail.com

Emilly Silva dos Santos

Universidade Federal de Sergipe. Email: emillys@live.com

Resumo: Este trabalho visa colaborar com uma reflexão crítica acerca da tentativa de criminalização da homofobia, por meio do PLC 122/06, a partir das teorias queer, da criminologia crítica e da noção de biopolítica. Grupos historicamente marcados por processos de exclusão e violentação e que ainda hoje se encontram na condição de minoria, por não se enquadrarem nos moldes do que se entende por sujeitos socialmente aceitos, como é o caso dos LGBTQ, buscam o reconhecimento de suas lutas e a proteção de sua população por meio do sistema penal. No entanto, entendemos, com Carvalho (2012), que os saberes supracitados possuem relação direta com os processos de naturalização do heterosseximo, uma vez que se utilizaram, no percurso de sua construção, da psiquiatrização das condutas perversas e da punição dos desviantes, como mecanismos de anulação da diversidade e produção do indivíduo normal. Ainda, sob o prisma da noção foucaultiana de biopolítica, percebe-se uma manobra para a eliminação dos corpos que não servem aos interesses do Estado, no que tange à proteção e perpetuação da força produtiva de trabalho. Nesse sentido, entendemos que os discursos fundantes dos estudos do Direito Penal e da Criminologia são homofóbicos, voltados à patologização das performances que divergem do ideal de macho vigente (CARVALHO, 2012, p. 157), razão pela qual a edição de leis penais, como é o caso do projeto citado, é contrária aos interesses do movimento queer. Por isso, o recurso ao direito penal é, como se discute ao longo das reflexões aqui tecidas, improdutivo, eis que fundado em discursos que reforçam o poder do Estado de "deixar morrer" os sujeitos considerados abjetos.

Palavras-chave: Teoria *Queer*, Criminologia crítica, Análise do discurso, Homofobia, criminalização da homofobia.

Primeiras palavras...

(CARVALHO, 2012, p. 153).

A criminalização da homofobia tem sido pauta de grande relevância para o movimento LGBTQ¹ brasileiro². Nesse sentido, tramita em nosso Congresso o Projeto de Lei da Câmara

¹ À sigla "LGBT", abreviação para "lésbicas, gays, bissexuais e transexuais", soma-se a letra "Q", para indicar o termo *queer*, a fim de abarcar todas as demais performances de gênero e sexualidades que se diferenciam do modelo masculino heterossexual hegemônico. Optamos pela manutenção do termo em inglês, dada a consagração de seu uso pelos estudiosos de gênero e sexualidade nos países de línguas neolatinas. Além disso, considerando a multiplicidade de sentidos que pode assumir, alguns deles depreciativos (pode ser utilizado de forma violenta, a significar, e.g., "veado", "bicha"), a opção justifica-se como forma de provocar uma espécie de choque hermenêutico no leitor, que poderá perceber os próprios níveis de preconceito a partir da tradução que julgou mais adequada

² Em 2006, a Parada do Orgulho LGBTQ de São Paulo, a maior do mundo, foi realizada com o tema "Homofobia é crime". Em 2007, a parada Rio de Janeiro teve por tema "Criminalização da homofobia



(PLC) 122, de 2006, que altera a Lei 7.716/89 – informalmente chamada lei do racismo - para incluir em sua ementa e em seu art. 1º as discriminações em razão de "gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero" (BRASIL, 1989). Aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado em dezembro de 2006, o projeto já passou por diversas audiências públicas, já foi analisado pelas comissões de direitos humanos (doravante CDH) e de assuntos sociais (doravante CAS), além de ter recebido propostas de alteração, que divergem se a intervenção penal mais adequada seria a alteração de uma lei penal já existente, como propunha originalmente o projeto, ou a edição de uma nova, que crie delitos novos e específicos. Em 2013, o projeto foi anexado ao PLS 236/12 – Novo Código Penal -, passando a tramitar conjuntamente. Foi, porém, arquivado em dezembro de 2014, ao final da legislatura³, conforme determina o art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e assim encontra-se desde então.

Essa demanda, em verdade, insere-se em um contexto mais amplo de busca pelo Direito Penal como protetor de grupos historicamente marginalizados⁴. No presente trabalho, nos ocuparemos especificamente da criminalização da homofobia, a fim de verificar se essa é uma solução adequada e que efetivamente protege as pessoas LGBTQ. Ainda, lançaremos mão das reflexões de Foucault acerca da noção de biopolítica como lente por meio da qual se trará à luz a contextura das relações de força imbricadas na tramitação do referido projeto de lei. Assim, o PLC 122/06 será o ponto de partida para refletir sobre os discursos que defendem o dispositivo penal como meio de tutela dos grupos minoritários. De fato, as reflexões suscitadas e os questionamentos provocados neste trabalho partem dele, mas dele não dependem, eis que seu cerne está na criminalização da homofobia, quaisquer que sejam os meios concretamente utilizados.

já" (POSSAMAI, NUNES, 2011, p. 276-277). A criminalização da homofobia voltaria a ser tema da parada paulista em 2012 – "Homofobia tem cura: educação e criminalização! – Preconceito e exclusão, fora de cogitação" – e 2014 – "País vencedor é país sem homolesbotransfobia: chega de mortes! criminalização já!" -. Esses eventos apontam para a relevância que a reivindicação por criminalização ganhou entre vários coletivos e militantes do movimento LGBTQ.

³ Diz respeito ao período de quatro anos que corresponde a um mandato eletivo.

⁴ Essa tentativa de utilizar o Direito Penal em favor das minorias pode ser observada, por exemplo, na Lei 13.104/15 – conhecida como lei do Feminicídio -, que recrudesce as consequências penais do homicídio praticado "contra a mulher por razões da condição de sexo feminino" (BRASIL, 2015), bem como na Lei 11.340/06 – "lei Maria da Penha" –, que busca "coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher" (BRASIL, 2006) e na própria Lei 7.716/89 – "lei do racismo" -, que criminaliza as discriminações por "raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional" (BRASIL, 1989), objeto da alteração proposta pelo PLC 122/06.



Para tanto, faremos uso de procedimentos de pesquisa que partem da análise documental, para verificar como se deu o trâmite processual até aqui, bem como para contrastar as diferentes propostas de intervenção penal constantes do projeto original e dos substitutivos apresentados. Usaremos também, como é praxe nas pesquisas em ciências humanas e linguagens, o método de revisão bibliográfica, com o objetivo de verificar o estágio em que se encontram as discussões na literatura especializada. Ainda lançaremos mão do método histórico para relacionar os acontecimentos e os discursos considerados nesta reflexão.

Com a revisão bibliográfica, pudemos perceber espaços lacunares nas discussões sobre o tema. Isto porque as discussões, de um lado, partem do pressuposto de que é possível o uso do sistema penal para tutelar o interesse de minorias, como, no caso deste trabalho, os da população LGBTQ, divergindo apenas no que toca a qual seria o modelo mais adequado de intervenção; por outro lado, entre as correntes que criticam a criminalização da homofobia, percebe-se um enfoque maior da criminologia crítica, não havendo, porém, uma interface entre este saber, as teorias feministas e *queer* e a biopolítica, como ora se realizará. Não há, ademais, trabalhos que reflitam sobre ambas as formas de criminalizar, comparando-as para suscitar reflexões que façam emergir possibilidades de proteção e que ultrapassem as fronteiras do punitivismo que está na base do direito penal.

Assim, a próxima seção trará uma exposição dos argumentos que dão suporte à criminalização, que a justificam como uma saída para as demandas das minorias. Em seguida, valeremo-nos dos aportes teóricos da teoria *queer*, da criminologia crítica e da análise do discurso de base foucaultiana, que possibilitam compreender, arqueologicamente, as origens dos saberes do direito penal e da criminologia, para, a partir disso, verificar se e em que medida a expansão penal poderia ser benéfica para a população LGBTQ.

1 DISCURSOS QUE FUNDAMENTAM A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

O apoio à criminalização da homofobia se distribui no campo político-institucional, no acadêmico e no dos movimentos sociais. Em vista disso, a presente seção sintetizará os principais argumentos que justificam o tratamento penal da homofobia encontrados ao longo da pesquisa, para na seção seguinte cotejá-los criticamente por meio das contribuições dos saberes *queer*.

Começando pelo campo político-institucional, o uso do Direito Penal é invocado como um meio para garantir a cidadania das pessoas LGBTQ e o fim de sua discriminação. Nesse



sentido, a Senadora Fátima Cleide (PT/RO), então relatora do projeto na CAS, é enfática em seu parecer ao afirmar que o projeto é "extremamente positivo no combate à homofobia e na garantia de cidadania a grupos drástica e continuamente violados em seus direitos" (2009, p. 14). Este argumento é compartilhado pelos demais senadores que se sucederam na relatoria do projeto, na CDH. Nesse sentido, Marta Suplicy (então PT/SP, hoje MDB/SP) afirma em seu parecer que criminalizar "é fundamental [para] protegermos as minorias não aceitas numa sociedade predominantemente heterossexual, intolerante à homossexualidade" (2009, p. 4). Crê-se, portanto, que a produção de leis penais ajudará a incluir as identidades que são desprezadas pelo ideal heteronormativo vigente, como afirma Paulo Paim (PT/RS): "não temos dúvida da necessidade de recorrer aos mecanismos penais para coibir a discriminação no território nacional [...]" (2013, p. 3).

Olhando, agora, para as produções acadêmicas, percebe-se uma cisão entre aquelas que entendem ser possível o manejo do sistema penal para lidar com a homofobia. Isto porque há quem se posicione favorável sem reservas ao PLC 122/06, criticando a demora na sua aprovação, por entender que, uma vez que as políticas públicas afirmativas não inibiram a violência, o Congresso Nacional deve intervir, criminalizando, o que promoveria o debate sobre a diversidade (BALESTERO, 2011, p. 8). De outro lado, há quem, embora entenda possível um uso legítimo do aparato penal para lidar com a homofobia, critique a estratégia normativa adotada pelo PLC 122/06, por entender que ele não atua sobre as situações de violência real (física) que vitimam a população LGBTQ, que seria melhor adjetivar tipos penais existentes, ao invés de criar novos (MASSIERO, 2013, p. 184) - em sentido semelhante ao traçado pela Lei 13.104/15-. Além disso, a autora referida entende que a criminalização funcionará como um agente de mudança da imagem social da população LGBTQ, mas que deve, necessariamente, ser acompanhado de políticas pedagógicas que desconstruam o heterossexismo (2013, p. 185).

Por fim, o apoio dos movimentos sociais LGBTQ ao projeto é também significativo. Pesquisa realizada por Costa, Barreto e Teixeira (2015) junto a seis líderes de coletivos localizados na cidade de Aracaju, verificou um apoio unânime à criminalização entre todos os entrevistados. As pesquisadoras demonstram que o apoio à intervenção penal se apresenta como uma espécie de vingança contra os fracassos nas tentativas de reconhecimento de direitos civis, bem como contra as históricas violações sofridas por essas pessoas. Assim, o endurecimento das leis penais é visto como um mal necessário, que afirmaria a importância dos grupos vulnerabilizados — legitimado pelos movimentos que pressionaram, e



conseguiram, leis penais que visam tutelar outras minorias - e representaria uma vitória política do movimento LGBTQ sobre os setores conservadores que se opõem ao projeto no Senado, com uma forte função simbólica (2015, p. 9). Além disso, vale destacar que o projeto já recebeu moções de apoio da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

2 APORTES DA TEORIA *QUEER*, DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA E DOS ESCRITOS FOUCAULTIANOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O PLC 122/06

A presente seção terá como objetivo delinear os fundamentos da teoria *queer*, da criminologia crítica e do pensamento Michel Foucault acerca, principalmente, das noções de biopolítica, discurso e poder, a fim de que possam ser utilizados como prisma de compreensão dos mecanismos discursivos mobilizados no processo de disputa legal em torno da criminalização — ou não — da homofobia. Com isso, espera-se explicitar os modos de operacionalização do poder estatal por meio do discurso jurídico e os efeitos desse poder, no que diz respeito à gestão da população LGBTQ.

Ao pensarmos a linguagem, sob o prisma da Análise do Discurso, atentamo-nos não à estrutura ou aos sistemas da língua, antes, a concepção de linguagem deste campo de estudo irrompe dos usos, do seu funcionamento histórico, "do que fazemos com a linguagem". Corrobora-se, nesse sentido, uma perspectiva de linguagem a qual entende que dizer é fazer. No percurso do pensamento de Foucault, tal concepção de linguagem está intrinsecamente vinculada ao contexto em que se dão as práticas não linguísticas, isto é, o autor propõe uma abordagem de análise histórica que nivela as práticas discursivas na baliza das não discursivas, atentando-se, principalmente, àquelas por meio das quais se exerce o poder (FOUCAULT, 2007).

A produção discursiva não se dá de modo pacífico em nenhuma medida, ao contrário, supõe sempre cisões, enfrentamentos, vitórias, dominações, em qualquer momento e lugar da história. Foucault explicita ao longo do seu pensamento a condição primordial do discurso como luta e não como reflexo ou expressão de algo. Nessa perspectiva, os signos não existem para nomear ou representar a "realidade" apenas, existem de modo a construir a realidade. O discurso deve ser tomado enquanto "prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos", como aponta Gregolin (2003, p. 13), enfocando-o em sua historicidade, em sua dispersão, em sua materialidade. Ou seja, as práticas discursivas



"tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas que, por sua vez, as impõem e as mantém" (FOUCAULT, 1994, p. 241 apud. CASTRO, 2016, p. 119).

Ao trazermos a produção do discurso jurídico para o cerne de nossas reflexões, emerge com especial relevância o seu potencial de ação, de realização, uma vez que é no espaço de atuação desse discurso que se legitimam as normas de conduta social. Nas diversas ordens do discurso, nem todos podem falar tudo, como explica Foucault (2009) ao falar sobre os tipos de interdição que afetam a produção discursiva, dentre as quais o autor elenca a do direito privilegiado. Deste modo, determinados discursos assumem um lugar de superioridade na construção da realidade. Os procedimentos que engendram a circulação desses discursos conjuram os seus poderes e perigos, atribuindo-lhes poder. O campo jurídico pode ser apontado como uma dessas ordens de discursos que formatam a sociedade, visto que o seu poder vinculante determina o que deve ou não existir, por meio da legitimação pelo Estado.

As discussões de Foucault nos cursos ministrados no Cóllege de France, dentre outras temáticas, revelam as considerações do autor acerca de novas formas de poder que surgem a partir do século XVIII, com a constituição do Estado moderno e o desenvolvimento das novas relações de produção capitalistas. No decorrer desses cursos, o autor elenca dois modelos de poder que atuam sobre o homem, a saber, uma anátomo-política disciplinar e uma biopolítica normativa, os quais agem enquanto procedimentos institucionais de formatação do indivíduo e de administração da população. No primeiro modelo, o poder se exerce sobre o corpo, por meio daquilo que Foucault chama de tecnologia disciplinar do trabalho, que age sobre os corpos individuais para que sirvam a determinados propósitos e que decide sobre os corpos visibilizados e os invisibilizados.

O segundo modelo refere-se ao que Foucault denominou biopolítica, trata-se de uma forma de poder que opera sobre o homem-espécie. Os dois modelos não se excluem necessariamente, mas se completam. Atentar-nos-emos, no entanto, mais detidamente ao último, posto que, no bojo das reflexões aqui suscitadas, interessa-nos atentar para o homem enquanto população na trama de relações que mantém com o Estado, posto que a nossa motivação de pesquisa está centrada na luta de minorias em busca de proteção estatal, notadamente a população *queer*.

Os LGBTQ enfrentam um longo processo em busca de visibilização e reconhecimento de suas lutas perante a estrutura de poder instaurada nas sociedades ocidentais liberais, formadas a partir do século XVIII. Em sua pauta de militância, encontra-se a tentativa de



criminalização da homofobia, que se estende ao longo de mais de dez anos de conquistas e derrotas – isso se considerarmos apenas o trâmite do PLC 122/2006 –. Todas as nuances na história de tramitação desse processo nos levam a questionar a lógica que fundamenta a estrutura jurídica brasileira, notadamente no que concerne ao direito penal, que se mostra resistente a projetos como o PLC 122/2006, preterindo grupos historicamente excluídos ante uma assombrosa rede de violência, segundo Butler (2003 [1990], p. 19), "os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não "aparecem", uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política".

Oliveira (2016, p. 63) afirma, com base em Zaffaroni, que o poder no mundo é organizado e consolidado segundo uma estrutura hierárquica. Partindo dessa concepção e entendendo "mundo" como as sociedades ocidentais liberais, verificaremos em que se funda essa hierarquia e o que – ou quem – é privilegiado e o que é subjugado por ela.

Nesse sentido, observa-se uma hierarquização de masculinidades que culmina na chamada hipermasculinidade violenta, o ideal de macho hegemônico nas sociedades ocidentais, que é definido por três características principais: a heterossexualidade compulsória, a homofobia e a misoginia. A naturalização desse ideal leva à inferiorização da mulher, dado o seu caráter misógino e a polarização de gênero promovida por ele como mecanismo de controle social (CARVALHO, 2012, p. 154-155) promotor de desigualdades que são, na verdade, manifestação das vantagens concedidas aos homens e negadas às mulheres, através de um sistema regulado por violências, tanto simbólicas, quanto físicas (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

Esse heterossexismo, provocado pela naturalização da hipermasculinidade violenta, inferioriza, também, outras performances do masculino que dela se afastem. Compreender isto requer entender, com Butler (2003), que o gênero não é algo natural, determinado, mas construído a partir de um processo que gera uma identificação que aparenta ser natural, quando ignorado seu aspecto performativo, no sentido de que resulta de um conjunto de atos do sujeito dentro de um quadro rígido de normas de gênero, termo cunhado por Junqueira (2007, p. 153-154) que definem um conjunto impositivo do que é normal, centrado na heterossexualidade. Apesar de sua rigidez, dado o seu caráter performativo, o quadro pode ser subvertido, contudo não sem que isso gere consequências negativas para quem o faz, diante do ideal de macho vigente.

Por isso é que a homofobia se relaciona diretamente com as normas de gênero, pois consiste na violência, no preconceito contra aqueles cujas performances de gênero ou



sexualidade afastam-se dos padrões hegemônicos impostos por elas (JUNQUEIRA, 2007, p. 153-154). Com efeito, o cumprimento das normas gera o reconhecimento do sujeito, ao passo que a sua subversão gera a exclusão (apud COSTA; BARRETO; TEIXEIRA, 2015, p. 6).

À luz do pensamento de Foucault e atentando para o processo de tramitação do projeto, torna-se nítida uma racionalidade biopolítica conduzindo a construção discursiva das decisões. A biopolítica se exerce por meio de um conjunto de técnicas, de mecanismos – aos quais Foucault denomina biopoder – que são desenvolvidos a partir de um saber-poder que se mostra capaz de interferir diretamente nos destinos da vida humana (FOUCAULT, 1998, p. 134). Essa forma de exercício do poder viabiliza a "estatização do biológico" (FOUCAULT, 1999, p. 286).

A biopolítica, segundo Foucault,

começou a ser descoberta no século XVIII. Percebe-se, consequentemente, que a relação do poder com o sujeito, ou melhor, com o indivíduo, não deve ser simplesmente essa forma de sujeição que permite ao poder tomar dos sujeitos bens, riquezas e, eventualmente, seu corpo e seu sangue, mas que o poder deve exercer-se sobre os indivíduos, uma vez que eles constituem uma espécie de entidade biológica que deve ser levada em consideração, se queremos, precisamente, como máquina para produzir riquezas, bens, para produzir outros indivíduos. O descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o corpo do indivíduo e do corpo adestrável, o outro núcleo tecnológico em torno do qual os procedimentos políticos do ocidente se transformaram (FOUCAULT, 1998, p. 193 apud. CASTRO, 2016, p. 59).

Na biopolítica, o gládio destina-se àqueles que constituem um perigo biológico para os outros (FOUCAULT, 1998). Estamos inseridos, enquanto sociedade, em uma trama de relações sociais que determina os sujeitos socialmente aceitos e os corpos abjetos⁵, "em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão" (LOURO, 2010, apud. TCHALIAN, 2015, p.10). Os sujeitos que não se encaixam na norma determinada socialmente são subjugados, como ainda é o caso da população LGBTQ.

O Direito Penal e a Criminologia ortodoxa, bem como a psiquiatria, possuem também relação direta com as normas de gênero. Surgem para normalizar os indivíduos, pela formação de um regime de verdade sobre o sexo. Para Foucault, a morfologia da verdade é um procedimento que limita a produção discursiva institucionalmente coercitivo (CASTRO, 2017, p. 81). Tais saberes resultam da naturalização do heterossexismo e para garantir a sua perpetuação, através da psiquiatrização das condutas perversas e da punição dos desviantes, como mecanismos de anulação da diversidade e produção do indivíduo normal. A formação

⁵ Termo utilizado por Judith Butler e outras teóricas de correntes pós-críticas do feminismo para se referir às pessoas cujas trajetórias de vida vão ao encontro do projeto social de sujeito.



dessas ciências é, pois, homofóbica, voltada à patologização das performances que divergissem do ideal de macho vigente (CARVALHO, 2012, p. 157) e à manutenção da hierarquia de gênero e sexualidade.

Assim, a homofobia e o machismo são interdependentes e derivam da naturalização de um mesmo paradigma hegemônico de masculinidade, baseado em um ideal falocentrista que inferioriza aqueles que possuem performances de gênero e sexualidade diversas. Nesse contexto é que a militância e as teorias feministas e *queer* surgem, como forma de negar tanto a hierarquização de gêneros, como de sexualidades e o binarismo excludente heterossexual/homossexual. A partir daí, nota-se que o sistema penal não é um promotor de igualdade e cidadania, mas um dispositivo para identificar, excluir e normalizar os que se desviam do ideal hegemônico, mantendo a estrutura socioeconômica inalterada, de forma que a criminalização apenas institucionalizaria o lugar de vítima das identidades LGBTQ (RIBEIRO, 2013, p. 129).

Além disso, nota-se que as condutas que serão punidas em razão de sua motivação homofóbica caso haja a aprovação do PLC 122/06 já são punidas pelo Direito Penal, o qual, formalmente, já garante igualdade de proteção a todos. Entretanto, raro é o indiciamento dos agressores, o que se deve às representações homofóbicas dos atores do sistema penal, que os fazem desconsiderar a violência sofrida pelas pessoas *queer* e reforçar estereótipos sobre elas, como culpabilizá-las pela agressão sofrida (OLIVEIRA, 2016, p. 63). Assim, não será o PLC 122/06 que fará com que o sistema penal repentinamente passe a reconhecer a homofobia, eis que isso é impedido pelo discurso homofóbico em que ele se baseia e que orienta a conduta de seus agentes, o que não será alterado pela edição de uma lei (RIBEIRO, 2013, p. 134).

Palavras finais...

Tudo isso posto, percebe-se a incompatibilidade entre a demanda por criminalização e o objetivo de promover a igualdade e a proteção das pessoas LGBTQ. Isso porque o discurso heterossexista hegemônico que produz a hierarquização de gênero e de sexualidades é o mesmo que funda o direito penal e a criminologia. Nesse sentido, vimos que tais saberes emergem como mecanismos de identificação, segregação e exclusão dos sujeitos considerados desviantes, com o objetivo de normalizá-los, de modo que nunca foram protetores da diversidade e da inclusão, mas, sim, da exclusão e da adequação dos corpos ao padrão de normalidade posto, que, no caso, radica-se no ideal falocêntrico, na hipermasculinidade violenta.



Assim, vê-se como o sistema penal se apresenta como uma tecnologia biopolítica que age sobre o homem-espécie, viabilizando o controle da vida biológica da população, pois fundado para fazer circular um ideal de normalidade, uma forma de existir que seria protegida, em detrimento de outras, que dela divergissem, as quais, tidas por abjetas, seriam segregadas. A imposição de uma sexualidade normal, portanto, põe em marcha saberes que legitimam e possibilitam que o Estado proteja algumas vidas e desproteja outras. No dispositivo da sexualidade, interseccionam-se a biopolítica e o poder disciplinar (CASTRO, 2017), visto que além da imposição de uma performance de gênero e sexualidade normal, há a identificação, patologização e criminalização daquelas que passam a ser consideradas desviantes.

A função do direito penal é, portanto, reforçar a representação social vigente, definindo o normal a partir dela e punindo o desvio. Por isso é que a fundação desses saberes é heterossexista, como apontamos acima, pois voltada ao reforço dessa mesma representação que engendra a misoginia e a homofobia, razão pela qual as teorias e militâncias feministas e queer estão interconectadas, uma vez que a opressão de mulheres e das pessoas LGBTQ tem suas raízes na hipermasculinidade compulsória que determina a hierarquização e a fixidez de gêneros, bem como o privilégio de certas masculinidades em detrimento de outras.

Por isso é que o recurso ao direito penal apenas reforçaria o heterossexismo vigente, que é justamente o que os feminismos e movimentos *queer* buscam subverter para conseguir a sua inclusão. A penalização da homofobia limitar-se-ia a institucionalizar o papel de vítima da população LGBTQ e o de agressor da masculinidade socialmente privilegiada, enquanto mantém essas vidas precárias. Isso porque tal precariedade decorre não de uma lacuna legislativa, mas da não conformação com o que é ditado pela biopolítica, o que as coloca à margem, tornando-as vidas que não vale a pena proteger, vidas matáveis, o que não seria alterado por uma lei. Lembremos, como apontamos acima, que as condutas homofóbicas já poderiam ser punidas pela lei penal tal como se encontra hoje, o que, todavia, não ocorre, porque as identidades *queer* são marginalizadas, invisibilizadas.

Dessa forma, o direito penal é não apenas insuficiente, mas contrário à proteção da população LGBTQ, é uma tecnologia biopolítica a ser destruída, juntamente com o discurso heterossexista que funda a sociedade liberal dentro do qual e para cuja proteção ele é fundado. É, pois, preciso centrar os esforços na emancipação das identidades *queer*, retirando a sua existência de um local de subordinação, através da busca por igualdade, por direitos civis. Devemos buscar saídas que não reforcem as correntes que foram colocadas sobre nós.



BALESTERO, Gabriela Soares. O direito à diversidade sexual no Brasil e os efeitos violentos do descaso do poder legislativo federal. **Espaço Acadêmico**. Maringá, n. 123, p. 5-16, ago. 2011.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei 7.716/89**: Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 1989.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei 11.340/06**: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Brasília, 2006.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Lei 13.104/15**: Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 10 da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Salo de. Sobre as possibilidades de uma criminologia queer. **Sistema Penal & Violência.** Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 152-168, jul./dez. 2012.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Muller Xavier. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

CLEIDE, Fátima. Parecer da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº122/06. 2009. Disponível: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/materia/79604. Acesso em: 19/02/2018, às 18:37.

COSTA, Daniela Carvalho. BARRETO, Daniela Ramos Lima. TEIXEIRA, Lívia Biriba. Impressões do movimento LGBT em Aracaju sobre a criminalização da homofobia. **Diké** – Mestrado em Direito. Aracaju, vol. 4, n. 2, ago./dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das Ciências Humanas, Música e Pintura. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. São Paulo: Editora Loyola, 2009.



GREGOLIN, Maria do Rosário de Fátima Valencise. Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

JUNQUEIRA, Rogério De. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. In. **Revista Bagoas.** Belo Horizonte. v. 01, n. 01. 2007.

MASSIERO, Clara Moura. Criminalização da homofobia e política-criminal brasileira análise-crítica do PLC 122-2006. **Sistema Penal & Violência**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 171-186, jul./dez. 2013.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n° 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de Oliveira. **Interdisciplinaridade e estudo criminológico da violência homofóbica tensões entre criminologia e teoria queer**. In II Fórum Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa. Crime, Justiça e Latinidade: contribuições criminológicas. Belém, nov. 2016.

PAIM, Paulo. Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122/06. 2013. Disponível: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604. Acesso em: 19/02/2018, às 18:37.

POSSAMAI, Paulo César; NUNES, Anderson da Cruz. **O tema da homofobia em dissertações e teses**. MÉTIS história & cultura – v. 10, n. 20, p. 273-284, jul./dez. 2011.

RIBEIRO, Victor Oliveira. **A** (im)possibilidade da construção da cidadania gay a partir da criminalização da homofobia. In GETPol - Anais colóquio do grupo de estudos de teoria política. Vitória, 2013.

SUPLICY, Marta. Parecer da Comissão de direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº122/06. 2011. Disponível: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604. Acesso em: 19/02/2018, às 18:45.

TCHALIAN, Viviane. Performance transfeminista: o corpo como plataforma de subversão. **Revista Gênero**. v. 2, p. 0-17, 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In. **Estudos Feministas.** Florianópolis. V.01., n.02., 2001.

WENDT, Valquíria P. Cirolini. **Os movimentos sociais dos homossexuais e a busca pela criminalização da homofobia análise desde os dados estatísticos apontados pela mídia.** In: Anais 3º Congresso Nacional em Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos das sociedades em rede. Vitória, mai. 2015.



CURRÍCULO E PÓS-FEMINISMO: HÁ ESPAÇO PARA O QUEER?

Bibiana Munhoz Roos Inauã Weirich Ribeiro Angélica Munhoz Roos

Universidade do Vale do Taquari — UNIVATES, bibianamunhoz@gmail.com Universidade do Vale do Taquari — UNIVATES, iwribeiro@universo.univates.br Universidade do Vale do Taquari — UNIVATES, angelicavmunhoz@gmail.com

Este texto está vinculado ao grupo de pesquisa Currículo, Espaço, Movimento (CEM/CNPq/Univates), existente desde o ano de 2013, a qual toma como referencial teórico o pensamento pós nietzschiano da diferença, em especial Gilles Deleuze e Michel Foucault. O presente trabalho tem por objetivo problematizar o currículo, a partir das práticas queer, de modo a articular o referencial teórico estudado pelo grupo de pesquisa com o pensamento pós-feminista, com base em Louro (2014). Busca-se por meio da problematização da fixidez da noção de identidade, experimentar movimentos que causem rupturas em ideais estáticos e institucionalizados, tal como o currículo tem sido, de maneira geral, instituído. Pretende-se compreender as noções de Pós-Estruturalismo e Pós-Feminismo e de que forma tais noções atravessam o currículo. O que se busca é encontrar e produzir fissuras, levantando questões tais como: é possível pensar em um currículo *queer?* Como pode, tal grupo de pesquisa, articular-se ao pensamento *queer?* Espera-se encontrar outras possibilidades de pensar o currículo em meio ao grupo de pesquisa, de modo a romper com binarismos e produzir multiplicidades, fazendo emergir a central questão: O que pode um currículo *queer?*

Palavras-chave: Pós-estruturalismo, pós-feminismo, queer, currículo.



DE HOMOSSEXUAL A QUEER: O MOVIMENTO LGBT E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES "GLOBAIS"

Autor: Vinícius Cainã Silva Rodrigues; Orientador: Profa. Dra. Flávia de Ávila

Universidade Federal de Sergipe vini.rodrigues@hotmail.com

Resumo: A historia da internacionalização do movimento LGBT, que se inicia após as revoltas de Stonewall, perpassa a "globalização" de identidades legitimadas pelos grupos políticos. O presente trabalho argumenta que estas identidades, que são sexuais e políticas, são utilizadas pelo LGBT para construir e defender seus interesses. Interesses estes que são dominados pela perspectiva sociopolítica ocidental. O artigo discute a "mundialização" de termos identitários desde o *homossexual* ao contemporâneo *queer*, propondo uma reflexão terminológica e identitária a partir de uma perspectiva crítica discursiva e pós-colonial.

Palavras-chave: Identidades LGBT; Globalização; Discurso.

Introdução

Tendo em vista a história do que a literatura denomina o movimento LGBT contemporâneo, o presente trabalho visa expor a construção histórica da prática discursiva do movimento. A própria organização deste engloba o que Foucault (1979) chama de "dispositivo de sexualidade", ou seja, a práticas discursivas e não discursivas, as estratégias de relações de força que sustentam os tipos de saber – ou a dominação legitimada do saber – e são sustentadas por ele.

Foucault (1984) analisa o processo pelo qual a sociedade ocidental começa a colocar "o sexo no discurso". Embora argumente contra a "hipótese da repressão" o filósofo francês não nega que o sexo continua a ser objeto de repressão e proibições, mas ao invés de ser controlada pelo silêncio, a sexualidade foi construída e tornou-se regulada pelos vários discursos e estratégias de poder que constituem o dispositivo em torno da sexualidade. Foucault fornece ferramentas úteis para analisar a forma como a sexualidade foi construída nas sociedades ocidentais modernas. E assim como as perspectivas feministas contemporâneas que destacam a atribuição política do corpo, o filósofo coloca o corpo no centro da sexualidade " [...] como um lugar de poder, isto é, o *locus* de dominação" (DIAMOND; QUINBY, 1988, p. 532).

Destarte, apresentamos de forma sintética a atual construção da internacionalização



do discurso sexual. Pela exposição de algumas transformações sociolinguísticas promovidas pelo movimento dentro do recorte histórico trabalhado, ou seja, o Movimento LGBT Contemporâneo (pós-Stonewall). Embora a sexualidade e as matizes de gênero sejam inerentes ao humano, isto é, estão sujeitas à natureza humana, argumenta-se que o movimento LGBT constitui-se a partir de princípios ocidentais sobre sexualidade e poder, e, em si, tornase um grupo político articulado pelo ocidente e a partir do ocidente. Esse movimento constrói ou apropria-se de vocábulos para legitimar suas posições políticas e interesses.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa é, em termos abrangentes, essencialmente qualitativa. O método de abordagem utilizado é o hipotético-dedutivo. Quanto a técnica de pesquisa, adota-se a pesquisa bibliográfica. Desta forma, o problema de pesquisa adotado consiste em: O movimento LGBT contemporâneo constrói ou apropria-se de vocábulos que identificam identidades não-heterossexuais? A hipótese considera que sim, que o movimento LGBT é um ator político e que produz e reproduz um discurso próprio visando legitimar seus interesses políticos.

Resultados e Discussão

A formação de signos linguísticos para representar as práticas sexuais é parte do processo histórico de todas as comunidades humanas, tendo em vista que a sexualidade é uma característica inerente à natureza do humano. Apesar disso, a esteira histórica discursiva que moldou estes signos no ocidente acabou os delimitando. O movimento social LGBT apropriou-se, enquanto causas de luta, da construção destas figuras. Desta forma, durante toda a história do movimento lutou-se pela mudança sociolinguística, visando garantir aos indivíduos signos específicos para que estes pudessem identificar suas identidades. No entanto, o próprio movimento limita quais são os termos considerados "legítimos" e os constrói em torno de uma perspectiva cultura atrelada a sua origem ocidental. E estes signos inclusive mudam de acordo com o processo histórico. Desde as figuras utilizadas para designar o perverso homossexual vitoriano ao contemporâneo "queer".

A análise histórica foucaultiana sobre a construção da sexualidade mostra que o



binômio heterossexual/homosexual é produto da relação entre o conhecimento e o poder que permeou as contrações discursivas da Inglaterra vitoriana. O surgimento de signos específicos para significar as práticas sexuais consideradas perversões, faz com que exista a constituição do "enfermo", do "outro", do "pervertido", do "alheio". Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituição do "homossexual" como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda a série de intervenções e de novos controles (FOUCAULT, 1979). É importante apontar que Foucault, por exemplo, concentra-se na construção da sexualidade nas sociedades ocidentais. Pode-se questionar se esta construção ocorreu da mesma forma em outras partes do mundo. Stoler (1995) argumenta que, de fato, o discurso europeu do século XVIII sobre sexualidade surgiu do império e do colonialismo, formando, portanto, os dispositivos sobre o sexo do século XIX.

Após o contexto de medicalização do "homossexual", o evento central da mudança linguística do "homossexual" para a utilização do vocábulo "gay" foi o movimento gay libertário advindo das manifestações de *Stonewall*. A recusa da utilização do termo "homossexual", relacionado à construção histórica do discurso científico médico, passa a ser incorporada ao discurso do movimento. O termo "gay", que em língua inglesa significava "alegre", passou por uma atualização linguística para significar a identidade sociocultural que se construía em torno da prática sexual não normativa, defendida pelo movimento. Por exemplo, a mudança linguístico-social do uso do termo "homossexualismo" – do sufixo latino *ismo* – foi promovida após a retirada da homossexualidade (passou-se a utilizar este termo) da lista internacional de doenças da Organização Mundial da Saúde em 17 de maio de 1992 (LOVELL, 2015). A politização do poder exercer práticas sexuais fora do padrão normativo – tendo em vista a luta a favor da mudança do processo de controle do dispositivo de sexualidade – foi gerida pelo movimento social. Desta forma, o próprio transbordamento de simples práticas sexuais para construções identitárias socioculturais era de interesse do movimento.

Neste sentido, no processo histórico, a linguagem codifica o que é considerado "normal". Como critica Petchesky (2009), a própria linguagem contemporânea de "minorias sexuais" ajuda nessa codificação. A análise do discurso pode alegar que a oposição homossexual/heterossexual e as construções desses termos ao longo do tempo mostram como as subjetividades ocidentais continuam a ser reproduzidas através de universos simbólicos que tornam essas distinções reais. Ao mesmo tempo, uma abordagem que ignora a estrutura social não pode explicar as formas como os distúrbios da homossexualidade evoluem, mudam e se



reconstituem no passar histórico. Quanto a esta estrutura social, a questão da globalização (por falta de termo mais adequado para retratar a expansão destes ideais pelo sistema internacional) das identidades sexuais é pujante no contexto de "internacionalização" do movimento LGBT e da adoção da retórica dos direitos humanos por este. A própria ideia de uma categoria homossexual e/ou transexual universal – refletida inclusive na linguagem do movimento LGBT internacional é um fruto deste processo.

Não obstante, é preciso interrogar o que significa esta globalização, se este processo de expansão da cultura social ocidental, como critica Ortiz (1994), é produto e é restrita a uma classe econômica muito particular (a classe média ou alta, composta por indivíduos brancos, habitantes de grandes centros urbanos), que pode usufruir deste processo de conexão cultural e física. O surgimento de identidades, portanto, está diretamente ligado ao processo e aos privilégios da classe que o domina. Essas identidades, como argumenta Altman (2001), estão intimamente relacionadas com as mudanças do processo de globalização: a globalização da "juventude" e o papel do capitalismo internacional na criação de uma identidade adolescente em quase todos os países, com música, linguagem, moda e costumes específicos.

Altman (2001) utiliza o termo "identidade" para sugerir um mito socialmente construído sobre características compartilhadas, cultura, e história que vem ter um significado real para aqueles que defendem este argumento. A globalização, para Altman (2001), ajudou a criar uma identidade gay/lésbica internacional, que não se limita ao mundo ocidental: há muitos sinais do que pensamos como homossexualidade "moderna" em países como o Brasil, a Costa Rica, a Polônia e Taiwan.

A questão da proliferação de identidades – e terminologias para estas – em diferentes culturas, exalta uma discussão sobre a globalização destas e as particularidades locais. Tais pontos de vista são argumentados vigorosamente pelos indivíduos que defendem uma identidade baseada em suposições tradicionais sobre os vínculos entre desempenho de gênero e sexualidade e que negam a relevância de uma identidade "gay" ou "transexual" importada para si (ALTMAN, 2001). Assim, tais indivíduos, como o *bakkla* nas Filipinas ou o *kathoey* na Tailândia, podem ver aqueles que se chamam de "homossexuais" como hipócritas, em parte porque insistem em seu direito de se comportar como "homens" e de desejar outros como eles. Para outros, há uma percepção de que os autoproclamados homens homossexuais e lésbicas são parte da classe média contemporânea que possui acesso a esta "globalização". Digamos, Nova Deli, Tóquio ou São Paulo têm menos em comum com a homossexualidade



"tradicional" do que com seus homólogos nos países ocidentais.

Aqui, novamente, há um paradoxo considerável, no qual fenômenos semelhantes podem ser vistos como culturalmente específicos ou universais. Na medida em que há uma confusão entre sexualidade e gênero na visão "tradicional" de que o homossexual "real" é o homem que se comporta como uma mulher (ou, mais raramente, vice-versa), isso é consistente com a compreensão dominante da homossexualidade no ocidente durante cem ou mais anos antes do nascimento do movimento gay contemporâneo. Neste sentido, a "globalização" dos termos identitários como "gay", "lésbica", "transexual" e outros, é produto deste processo realizado pela classe econômica dominante culturalmente ocidentalizada, mas, ao mesmo tempo, reflete a identificação cultural de indivíduos que não enxergam as identidades "tradicionais" de suas culturas como reflexos do seu eu. Assim, segundo Lovell (2015) organizações e instituições internacionais adotaram as expressões "orientação sexual" e "identidade de gênero" na tentativa argumentativa de representar a concepção em termo mais inclusivo e culturalmente neutro.

A sexualidade torna-se uma arena importante para a produção da moderação, com identidades "homossexuais" e "transexuais" que atuam como marcadores para a modernidade. Todavia, Binnie (2004), ao citar Tomlison (1999), aponta que o trabalho de Dennis Altman tende a produzir um argumento de "globalização igual a homogeneização", que foi rejeitado como muito simplista em debates de estudos culturais sobre a globalização da cultura. Altman tem sido muito criticado por sua evocação do rótulo "gay global" como reflexo de: "a aparente internacionalização de uma certa forma de identidade social e cultural baseada na homossexualidade" (ALTMAN, 1996, p. 42). No entanto, Binnie (2004) reconhece que uma identidade homossexual uniforme – um equivalente queer da globalização – é um mito. Nesse sentido, o trabalho de Altman respeita a diferença e a violência conceitual da identidade homossexual universal. O autor está interessado em distanciar-se da evocação de uma identidade homossexual utópica que pode transcender outros marcadores de identidade: "o mito romântico da identidade homossexual que atravessa a classe, a raça e assim por diante não funciona na prática mais do que faz no ocidente" (ALTMAN, 1996, p. 63). Ele argumenta que as distinções urbanas/rurais, classe, idade, estão entre os fatores que atravessam o mito de uma consciência de uma única comunidade gay e lésbica.

É importante ressaltar que até meados do início do século XXI o movimento LGBT era denominado movimento "gay", reflexo da dominação masculina da produção midiática e



acadêmica sobre o movimento. A incorporação de outras identidades como lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais é recente e produto da emergência social da liberação sexual e dos diferentes contatos interculturais promovidos pela internacionalização do movimento. O "queer", por exemplo, é fruto de uma recente apropriação linguística promovida por ativistas do movimento que não se identificam com nenhuma das identidades sociais vigentes. O "queer", enquanto adjetivo, já foi utilizado como uma gíria para homossexual ou, em perspectivas piores, um termo de abuso homofóbico (JAGOSE, 1996). Nos últimos anos, aponta Jagose (1996), o vocábulo tem sido empregado de maneiras diferentes. Um conceito "guarda-chuva" para "uma coalizão de identidades sexuais culturalmente marginalizadas" (JAGOSE, 1996, p.106) ou para identificar um nascente movimento teórico que se desenvolveu para além dos tradicionais estudos gays e lésbicos. Entretanto, argumenta Jagose (1996), é preciso apontar que "queer" é uma categoria em processo de formação, o que não significa que esta ainda precisa se solidificar, mesmo que a elasticidade e a indeterminação sejam elementos constitutivos do "queer".

Sem embargo, em termos linguísticos, pode se criticar a utilização do vocábulo "queer" – utilizando um argumento parecido ao da crítica à expressão "gay" – a dominação linguística anglo-saxã é pujantemente demonstrada pela utilização do vocábulo. Primeiramente, a apropriação linguística de locuções ofensivas não ocorre apenas na cultura ocidental anglófona. No Brasil, por exemplo, a utilização dos termos "viado" ou "travesti" pela comunidade LGBT gerou uma atualização sociolinguística dos termos dentro da comunidade. A adoção da palavra "queer" para distinguir auto-identificações para além da tríade homossexual, bissexual e heterossexual não supera as críticas realizadas da dominação cultural ocidental no movimento LGBT, em favor de uma suposta modernização e unificação identitária. A existência de um conceito "guarda-chuva" em língua inglesa, que não parece ser adaptado em outras culturas, é sinal deste problema. Contudo, ocorreu o mesmo debate em torno do emprego do termo "gay" – que é utilizado majoritariamente por indivíduos que tem acesso à produção cultural ocidental – o processo histórico dirá se a proposta mudança linguística gerará uma mudança social.

Segundo, a produção acadêmica denominada "queer" é, em sua maioria, como argumenta Altman (2001), produzida por intelectuais de grandes instituições localizadas no centro do sistema internacional. Além disso, a ênfase isolada na prática discursiva, e a falta de relação com a prática social, tendem a negar o papel dos movimentos sociais e do trabalho político na criação das condições em que a teoria queer prospera. Como Duggan (1992, p. 16,



tradução nossa) escreve, de modo pouco amigável à atual teoria queer:

Há uma tendência entre alguns teóricos queer de se envolver em debates acadêmicos em um alto nível de sofisticação intelectual, ao mesmo tempo em que derruba as raízes políticas e ativistas de suas ideias teóricas e preocupações. Tais teóricos citam, modificam ou contestam Foucault, Lacan e Derrida, enquanto as inovações feministas, lésbicas e gays e as figuras políticas desaparecem da vista.

O ponto importante é que a diversidade sexual, a pluralidade de gênero, os direitos sexuais e a liberdade devem ser debatidos e construídos nas diversas sociedades à sua maneira. Este deve ser o espírito de uma "abordagem baseada em direitos" – deixando as sexualidades não-heterossexuais para além das LGBTs executarem o seu próprio caminho. Não se deve interpretar esta "liberdade" dos direitos sexuais como a defesa do status quo social na qual as minorias sexuais são reprimidas. A justiça social pode ser vista como a garantia de direitos individuais, e a busca dela deve ser o objetivo de um Estado-nação. Por outro lado, é errôneo argumentar que as sociedades em que as identidades das minorias sexuais não são politicamente organizadas em torno de um movimento político, como o LGBT, necessariamente as reprima. A mobilização induzida pelos financiadores do movimento e a nomeação identitária das minorias sexuais tradicionais em uma categoria de identidade LGBT globalizada encobre diversidades sexuais e culturais. As identidades LGBTs podem surgir nas sociedades fora do ocidente político de maneiras diferentes, e sem a retórica política do ocidente, de forma que reconheçam as inter-relações entre as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, longe de um modelo progressivo linear em direção ao estilo ocidental.

Conclusões

O movimento LGBT, fruto de uma construção político-econômica específica, inclui e exclui "identidades" de suas legitimações discursivas ao arbítrio do mercado. A história do movimento é uma história das relações de forças, do poder político e do capital. Se a legitimação e politização das identidades sexuais são favoráveis ao reconhecimento da identificação do indivíduo, também são de interesse de um movimento político que tem sido cada vez mais transformado em mercadoria.

A "globalização" destas identidades necessita ser posta sob à luz crítica do póscolonialismo. As construções discursivas globalizadas por este movimento defendem a necessidade da existência de uma pluralidade de identidades, mas ao mesmo tempo decidem



quais são as identidades legítimas ou não. Porque o "gay" ou "queer" são globalmente reconhecidas, por este movimento, e o "bakkla", o "travesti, ou o "viado" não o são?

O "queer" é reflexo desta discussão. O termo queer é consolidado na ciência, na mídia e nos grupos sociais das sociedades do centro da "ocidentalidade". No entanto, é necessário refletir sobre a validade social de sua apropriação nas sociedades periféricas. A argumento de sua utilização como termo guarda-chuva inclusivo, desconsidera as suas próprias raízes sociolinguísticas, essas que estão intrinsicamente associadas às sociedades anglo-saxãs. Deste modo é preciso refletir que o próprio reconhecimento do "queer" enquanto signo está atrelado a aceitação do seu significante nestas sociedades marginalizadas.

Referências

ALTMAN, Dennis. Global Sex. Chicago: The University Of Chicago Press, 2001.

ALTMAN, Dennis. **Rupture or continuity**: the internationalization of gay identities. Social Text, 1996.

BINNIE, J. The globalization of sexuality. 2004: Londres. Sage.

DIAMOND, L.; QUINBY, L. **Feminism and Foucault:** Reflections and Resistance. 1998: Chicago. Northeastener University Press.

Disponível em: <

http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2017.

DUGGAN, Lisa. Making It Perfectly Queer. In: STEWART, Abigail J. (ed.). *Theorizing Feminism*: Parallel Trends in the Humanities and Social Sciences. Westview Press, 2001.

FOUCAULT, Michel. A história da Sexualidade, Vol. 1: A Vontade de Saber. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory: An Introduction.** New York: New York University Press, 1996.

LOVELL, Natalie. **Theorising LGBT Rights as Human Rights:** A Queer(itical) Analysis. 2015. Disponível em: http://www.e-ir.info/2015/12/30/theorising-lgbt-rights-as-human-rights-a-queeritical-analysis/. Acesso em: 18 jan. 2017.

ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. 1. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PETCHESKY, R. P. 2009. The language of "sexual minorities" and the politics of identity: a position paper. **Reproductive Health Matters**. Vol. 17. *Pgs* 105-110.



STOLER, A. L. Race and Education of Desire. 1995: Durham. Duke University Press.



DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: UM PROGRAMA INTERVENTIVO DE COMBATE AO PRECONCEITO

Autora: Kelyane Oliveira de Sousa¹; Orientadora: Dalila Xavier de França²

¹ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <u>kely.olliveira@hotmail.com</u>
² Universidade Federal de Sergipe. E-mail: dalilafranca@gmail.com

Resumo: O presente estudo teve como objetivo relatar a experiência de um Programa de Treinamento de Habilidades voltado para a promoção de habilidades sociais utilizadas como estratégia de combate à homofobia. Participaram desse programa 22 adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 17 anos, alunos de uma escola pública do município de Aracaju, Sergipe. O programa foi composto por 10 sessões semanais de 50 minutos e contou com uma abordagem psicoeducativa, através de diversas técnicas e atividades voltadas para o universo do adolescente. Os resultados apontaram uma boa aceitabilidade por parte dos adolescentes, maior conhecimento da temática que antes era desconhecida e eficácia do programa no que tange aos jovens se mostrarem mais abertos a se relacionarem de forma mais respeitosa com pessoas que fogem à norma da heteronormatividade no seu convívio social.

Palavras-chaves: diversidade sexual, habilidades sociais, homofobia, preconceito, adolescência.

INTRODUÇÃO

O preconceito contra pessoas LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – é um fenômeno em evidência na sociedade contemporânea. Enquanto outros tipos de preconceito, como o racial, que ao longo dos anos passaram a ter um caráter sutil, velado, pela norma social vigente, a qual estabelece que os indivíduos não devem ser preconceituosos por causa da cor da pele dos outros, o preconceito contra pessoas de diferentes orientações sexuais ainda é manifestado de forma bastante clara e evidente, justamente porque a norma social com relação à sexualidade que rege atualmente a sociedade em que vivemos é a da heteronormatividade.

O termo heteronormatividade é baseado na cultura heterossexual que rege o modo de se portar na sociedade contemporânea. Nesse cenário, tudo o que se refere à vivência afetiva e sexual e que foge a esse padrão é desqualificado e se torna alvo de preconceito e discriminação. Também estão inclusos aqui os papéis de gênero impostos pela sociedade que, devido à falta de flexibilidade, acabam por proporcionar a criação de estereótipos de poder vinculados ao homem, principalmente aos heterossexuais, em detrimento das mulheres e a tudo o que diz respeito ao universo feminino (Borrillo, 2009; Schwartz, & Lindley, 2009).

A partir desse cenário que representa a sociedade contemporânea é possível fazer a vinculação dos constructos utilizados para o programa de treinamento aqui relatado, que são o



preconceito – especificamente o preconceito contra a diversidade sexual - e as habilidades sociais. Com base nas crenças pessoais, nos estereótipos e nos sentimentos negativos nos quais o preconceito é sustentado, é válido fazer a relação desse fenômeno com outro, o das habilidades sociais, que estuda justamente a modificação de crenças, modificação de comportamentos violentos, resolução de conflitos, dentre outros, visando dessa forma aprimorar o desempenho dos indivíduos na sociedade e, principalmente, no âmbito das relações interpessoais.

O uso do treinamento de habilidades sociais tem sido bastante explorado no Brasil e no mundo como ferramenta de ensino de habilidades das relações interpessoais e de vida (Bolsoni-Silva & cols., 2006; Del Prette & Del Prette, 2005; Lopes, 2009; Minto, Pedro, Cunha Neto, Bugliani & Gorayeb, 2006; Epstein, Griffin & Botvin, 2002; Gresham, 2009; World Health Organization, 1997). As habilidades sociais é um conjunto de comportamentos aprendidos ao longo da vida e emitidos diante de situações de relação interpessoal nas quais têm-se o princípio que habilidades sociais adequadas ou boas levam à satisfação pessoal e interpessoal tanto a curto como em longo prazo (Michelson; Sugai; Wood; Kazdin, 1983; Del Prette; Del Prette, 2005).

Nessa direção, observamos que a infância e a adolescência são consideradas etapas da vida cruciais para o aprendizado de habilidades socialmente competentes. Devido a essa peculiaridade, a escola acaba por se caracterizar como ambiente essencial no sentido de proporcionar esse tipo de aprendizado aos seus alunos. Além de espaço de aprendizado, a escola é proporcionadora de saberes, que vão além dos assuntos instituídos nos currículos disciplinares. Nesse sentido, uma das questões frequentes nas discussões da prática escolar tem sido o preconceito em suas diversas formas de manifestação.

Na psicologia social, o preconceito é definido como julgamento prévio de grupos ou indivíduos, que levam a atitudes e comportamentos negativos direcionados a estes. "É uma atitude hostil ou negativa com relação a determinado grupo" (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 1999 p. 162). Dentre as várias formas de preconceito, a homofobia – ou o preconceito contra a diversidade sexual - se caracteriza pelo preconceito contra homossexuais e todos os indivíduos com identidades sexuais ou de gênero que destoam da norma heterossexual (Souza, 2015; Herek, 2000). Cabe ressaltar aqui, que no presente trabalho, escolheu-se fazer uso do termo "preconceito contra a diversidade sexual" por este ser considerado, na atualidade, um conceito mais amplo que engloba as diversas identidades sexuais e de gênero distintas, pois corre-se o risco de, ao usar o termo "homofobia", remeter-se somente ao



preconceito contra os homossexuais (Costa et al., Souza, 2015; Herek, 2000).

Apesar das várias pesquisas nesses campos de estudo, algumas questões ainda permanecem carentes de exploração. No caso das habilidades sociais, nenhuma pesquisa foi encontrada utilizando esse constructo como forma de enfrentamento ao preconceito. No âmbito da diversidade sexual nas escolas, também foi possível observar uma escassez de estudos que utilizassem intervenções diretamente com os adolescentes, já que a maior parte da produção científica aponta para estudos com pais e professores ou estudos apenas de levantamento de dados.

Dessa forma, acredita-se que um estudo que envolvendo as habilidades sociais como forma de enfrentamento ao preconceito contra a diversidade sexual através de uma intervenção direta com adolescentes pode contribuir como instrumentalização de estratégias para enfrentar esse tipo de preconceito, assim como oportunizar a modificação de crenças que levam ao comportamento preconceituoso, fazendo com que esses jovens se tornem mais competentes socialmente em lidar com pessoas que fogem à regra da heteronormatividade. Além disso, esse estudo pode alcançar uma nova área interventiva das habilidades sociais ainda inexplorada, que poderá contribuir para amenizar as dificuldades das escolas em lidar com questões de orientações sexuais distintas.

À vista disso, o presente relato tem como objetivo descrever a experiência de um Programa de Treinamento de Habilidades voltado para a promoção de habilidades sociais utilizadas como estratégia de combate ao preconceito contra a diversidade sexual.

METODOLOGIA

Foi formado um grupo de adolescentes para o treinamento em habilidades sociais com uma turma de escola pública no município de Aracaju, SE. Participaram do programa de intervenção 22 adolescentes, sendo 13 do sexo masculino e 9 do sexo feminino, com idades entre 14 e 17 anos. A intervenção realizada foi do tipo prevenção universal (Munoz, Mrazek & Haggerty, 1996), ou seja, todos os alunos da classe foram convidados a participar, não somente aqueles que apresentavam problemas relacionados às habilidades sociais ou preconceito.

O grupo contou com o total de 10 sessões semanais, de 50 minutos cada, entre os meses de setembro e novembro do ano de 2015. Os encontros foram conduzidos e previamente planejados por uma psicóloga, a partir de uma abordagem psicoeducativa. Cada



sessão teve um objetivo e uma técnica própria, de acordo com o objetivo geral da intervenção. Para orientação da facilitadora, foi utilizado um diário de campo onde foram anotados acontecimentos relevantes de cada dia e informações sobre o *feedback* dos adolescentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão dos aspectos desse relato de experiência, os resultados e discussão serão apresentados conjuntamente. Para tanto, os procedimentos serão relatados mais detalhadamente sessão a sessão.

No primeiro encontro com o grupo foi solicitado aos jovens que eles se apresentassem e que dissessem quais eram suas expectativas em relação ao grupo. Também foi realizada uma apresentação mais minuciosa - do que aquela feita no momento do convite - do programa de treinamento de habilidades sociais do qual os adolescentes iriam fazer parte. Para uma melhor compreensão por parte dos mesmos, foram apresentados e discutidos os conceitos de habilidades sociais, identidade de gênero, homossexualidade e transsexualidade. Durante a discussão dos conceitos foi possível identificar algumas crenças dos adolescentes como: "um travesti nunca vai ser meu chefe, nunca vai mandar em mim" e "esse negócio de dois homens é esquisito, duas mulheres ainda vai". Ao final, foi proposto que os jovens pesquisassem sobre celebridades expostas na mídia que fossem homossexuais ou transexuais.

Na segunda sessão, foi solicitado aos jovens que escrevessem em um papel algum tipo de violência que já tivessem sofrido – ou que tivesse sido vivenciado por alguém próximo a eles – sem se identificarem. Os papéis foram colocados em um quadro e foi discutido como eles se sentiam frente àquelas situações. Após essa atividade e a partir dos dados que os adolescentes apresentaram como resultados da tarefa de casa da sessão anterior, foi realizada uma discussão acerca da violência contra homossexuais a partir de notícias veiculadas nas mídias sociais. Para finalizar, foram apresentados os dispositivos institucionais – a exemplo da Delegacia de Vulneráveis, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – que as pessoas podem procurar em casos de sofrerem algum tipo de violência. Os jovens se mostraram bastante participativos nessa atividade. Foram discutidos casos não somente sobre violência contra homossexuais, mas também sobre a violência contra a mulher, racismo e *bullying*.

Devido à demanda que emergiu na segunda sessão, o tema do terceiro encontro foi justamente o *bullying* na escola. Inicialmente foi realizada uma dinâmica para incentivar o



elogio, com o objetivo de treinar pensar em coisas boas sobre o outro. Os jovens davam as mãos à pessoa que estava à sua frente, evitando assim que eles se juntassem àqueles que tivessem mais amizade, e faziam algum elogio ao colega. Posteriormente foi realizada uma discussão sobre o bullying, o que é, quem são os autores e/ou as vítimas, quais suas consequências e a diferença entre violência e *bullying*. Por fim, os jovens assistiram ao documentário "Meninas de azul, meninos de rosa" que trata do *bullying* sofrido por um adolescente homossexual. Como tarefa foi pedido que os alunos observassem mais atentamente situações parecidas com as relatadas durante a semana na escola.

A quarta sessão teve como objetivo avaliar o programa até esse momento. Então, procurou-se identificar se os adolescentes estavam emitindo comportamentos mais habilidosos a partir das situações observadas por eles ao longo da semana. Foi relatada uma situação, pela maioria do grupo, na qual um dos alunos teve um vídeo seu veiculado na internet e que, por isso, estava sofrendo *bullying* não só na escola, mas também em casa. Foi possível identificar uma atitude mais assertiva daquele grupo com relação à situação e, principalmente no sentido de evitar aquele tipo de constrangimento ao colega. Além disso, foi perguntado se os jovens estavam usando o que estavam aprendendo naquele espaço em alguma outra circunstância. Eles afirmaram que sim, principalmente em casa em situações que normalmente eles agiriam com certa violência, na relação com os pais e com os irmãos. Também afirmaram que agora eles defendiam uns aos outros e que tentavam impedir as situações de *bullying*.

Na quinta sessão o objetivo foi trabalhar a assertividade, comportamentos alternativos e reagir com calma em situações que causem frustação, raiva, humilhação. Para tanto foi utilizada a técnica de dramatização de cenas (*role playing*) e a análise funcional daquela situação. Dessa forma, foi analisada a situação tal como ele ocorre na realidade e como poderia ser, caso fossem utilizados comportamentos alternativos mais funcionais, a partir das dramatizações de ambas as alternativas. Após a encenação foi discutido sobre quais contextos esses comportamentos alternativos e mais assertivos podem ser generalizados e passado o vídeo "Agressivo, passivo ou assertivo" do grupo *Science Blogs Brasil*.

A sexta e a sétima sessão foram reservadas para os adolescentes assistirem ao filme "Hoje eu não quero voltar sozinho". Trata-se de um longa-metragem brasileiro que retrata a descoberta da sexualidade de um adolescente cego. Em meio a esse processo, o jovem percebe, de forma muito natural, sua orientação homossexual. Os adolescentes se mostraram bastante interessados no filme, principalmente por reproduzir justamente o universo do jovem,



da escola e situações típicas do cotidiano dessa fase da vida.

O oitavo encontro objetivou trabalhar as crenças dos adolescentes. Inicialmente a partir das discussões de situações vistas no filme e também a partir do jogo "mito ou verdade?". Nessa atividade lúdica foram mostradas algumas frases/imagens sobre homossexualidade, transsexualidade e heterossexualidade, onde os jovens indicavam se achavam que aquilo seria mito ou verdade. Essa atividade rendeu discussões muito importantes sobre crenças como por exemplo "um homossexual pode ser um bom pai?", onde os adolescentes apresentaram alguma resistência para responder, porém se mostraram mais abertos ao entendimento das situações do que nas primeiras sessões.

Na nona sessão procurou-se trabalhar a empatia e a solução de conflitos. Foi utilizada a técnica da história inacabada que consistia em obter partes de alguma história, nesse caso sobre preconceito contra homossexuais, e contar um final para ela. Nessa atividade a turma foi dividida em três grupos onde cada grupo recebeu uma história diferente e precisou pensar sobre como lidar com aquelas situações para dar um novo final. Os jovens se mostraram bastante participativos e foi possível perceber que eles utilizaram ferramentas que foram ensinadas e treinadas ao longo do programa como a assertividade, a busca por ajuda, a denúncia das situações de violência e a busca por comportamentos alternativos.

A décima e última sessão serviu para realizar o encerramento do programa e receber o feedback dos participantes. Foi realizada uma roda de conversa sobre as questões mais importantes que foram abordadas no grupo e como eles poderiam utilizar essas informações na vida deles. Por fim, foi realizado um lanche de confraternização para o encerramento do programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência do programa de treinamento de habilidades aqui relatado pode servir como modelo de replicação para outros estudos que abordem o combate à homofobia ou qualquer outro tipo de preconceito e discriminação. Além disso, acredita-se que essa estrutura também possa servir de auxílio para professores e educadores como instrumento que visa à promoção de habilidades sociais e melhoria de relações interpessoais de adolescentes considerando também os aspectos éticos e de respeito ao próximo em situações que se apresentem diferente do que é o mais comum na nossa sociedade, nesse caso, a heterossexualidade.

11, 12 e 13 obril de 2018

Conqueer

Conferência internacional de estudos queer

Os adolescentes tiveram uma boa aceitabilidade do programa, principalmente por aquele ser um espaço onde podiam tratar de assuntos considerados tabus. Entretanto, é recomendável que um programa semelhante seja feito também com os professores, para que esses possam fazer uso contínuo do aprendizado dessa experiência no cotidiano da sala de aula.

Com relação à eficácia do programa, pode-se afirmar que no *feedback* da intervenção os jovens mostraram estar mais apropriados dos assuntos tratados nas sessões, que antes eram desconhecidos, e mais abertos a se relacionarem de forma mais respeitosa com pessoas que fogem à norma da heteronormatividade no seu convívio social, evitando assim comportamentos disfuncionais como aqueles discriminatórios que envolvem violência psicológica e verbal contra pessoas que destoam do padrão heterossexual.

REFERÊNCIAS

BOLSONI-SILVA, A. T.; DEL PRETTE, Z. A.; DEL PRETTE, G.; MONTAGNER, A. R.; BANDEIRA, M; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais no Brasil: Uma análise dos estudos publicados em periódicos. In: BANDEIRA, M.; DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. (Orgs.), Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006, p. 1-45.DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2005.

EPSTEIN, J. A., GRIFFIN, K. W., & BOTVIN, G. J. Positive impact of competence skills and psychological wellness in protecting inner-city adolescents from alcohol use. **Prevention Sciense**, v. 3, n. 2, p. 95-104. 2002.

GRESHAM, F. S. Análise do comportamento aplicada às habilidades sociais. In: Z. A. P. DEL PRETTE; A. DEL PRETTE (Orgs.), **Psicologia das habilidades sociais: diversidade teórica e implicações práticas**. Vozes: Petrópolis, 2009, p. 17-66.

HEREK, G. M. The psychology of sexual prejudice. **Current Directions of Psychological Science**, v. 9, p.19-22, 2000.

LOPES, D. C. Recursos multimídia na promoção de habilidades sociais com crianças com dificuldades de aprendizagem. 2009. (Dissertação de Mestrado) — Programa de Pós Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2009.



MICHELSON, L.; SUGAI, D.; WOOD, R.; KAZDIN, A. Social skills assessment and training with children. New York: Plenum. 1983.

MINTO, E. C.; PEDRO, C. P.; CUNHA NETTO, J. R.; BUGLIANI, M. A. P.; GORAYEB, R. Ensino de habilidades de vida na escola: uma experiência com adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 3, p. 561-568. 2006.

MUNOZ, R. F.; MRAZEK, P. J.; HAGGERTY, R. J. Institute of Medicine report on prevention of mental disorders: summary and commentary. **American Psychologist**, v. 51, n. 11, p. 1116-1122. 1996.

ROGRIGUES, A.; ASSMAR, E., M., L.; JABONSKLI, B. **Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SOUZA, E. de J. (2015). **Diversidade Sexual e Homofobia na Escola: representações sociais de educadores/as da educação básica**. 2015. Dissertação de Mestrado (mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Life skills education for children and adolescents in schools. Geneva: Programme on Mental Health World Health Organization. 1997.



EDUCAÇÃO DE GÊNEROS: UMA CONVERSA INTRODUTÓRIA

George Souza de Melo

Universidade Federal de Pernambuco, georgedemelosdb@gmail.com

Resumo: Este artigo se desenvolve em torno da análise sobre a relação entre educação, gênero e sexualidade. Ao contrário de uma argumentação fechada que se quer conclusiva, o texto se propõe a ser uma espécie de introdução à análise da educação de gêneros, principalmente a partir das contribuições dos estudos de gênero e queer. Várias/os autoras/es são trazidos à escrita para que seja possível traçar uma compreensão inicial do que seja a educação marcada pela generificação do binarismo heteronormativo. Explorando essa bibliografia e a partir da pertinência de suas colocações é possível começar a traçar outros possíveis para a educação de gêneros e esboçar novas problematizações que deem conta de responder às diversas realidades encontradas no pulsar das existências plurais. Este texto, basicamente, pode se tornar um auxílio de introdução para aquelas/es que estão começando a estudar essa relação e/ou se interessam por ela. Portanto, constitui-se de um trabalho fundamentalmente de exploração bibliográfica em torno da temática sugerida.

Palavras-chave: Educação, Gênero, Queer.

Um início de conversa...

Assim começamos o nosso texto, principalmente porque ele se propõe a ser mesmo um início de conversa sobre a relação entre educação, gênero e sexualidade. Basicamente, pode se tornar um auxílio de introdução para aqueles que estão começando a estudar essa relação e/ou se interessam por ela. Portanto, constitui-se de um trabalho fundamentalmente de exploração bibliográfica em torno da temática sugerida.

Nos últimos anos, aqui no Brasil, tem-se travado, em alguns ambientes públicos, uma espécie de perseguição a tudo o que esteja relacionado de alguma forma à discussão de gênero e sexualidade. Pastores e padres vociferam em seus púlpitos contra o que denunciam como "ideologia de gênero" e em defesa do que chamam de "família tradicional", que é o modelo heterossexista de família, herdado do patriarcado. Políticos, muitas vezes relacionados às igrejas cristãs, acabam fazendo o mesmo nos espaços públicos do Estado em que ocupam seus cargos. E outros grupos sociais, como o denominado "Movimento Escola Sem Partido" 2,

_

¹ Segundo Luis F. Miguel (2016), o termo foi cunhado com bastante influência da Igreja Católica, a partir do pontificado de Karol Wojtyla e continuou com seus sucessores. Para o autor, esse termo significa um dos principais adversários de luta da Igreja: "A partir dos anos 2000, delineia-se com clareza o adversário a ser combatido: aquilo que no Brasil recebeu o nome de 'ideologia de gênero', mas que na França e na Itália costuma ser chamada de 'teoria do *gender'* ('théorie du gender', 'teoria del gender'), com o uso do inglês como forma de marcar sua origem alienígena. Embora se apoiando superficialmente na literatura feminista e *queer*, trata-se de uma invenção polêmica dos meios conservadores católicos que visa caricaturizar e, assim, deslegitimar um campo de estudos." (MIGUEL, 2016, p. 598).

² Segundo Vera M. Ribeiro (AÇÃO EDUCATIVA, 2016, p. 05-06): "Veiculado por meio de um sítio na internet desde 2004, o ESP [Escola Sem Partido] ampliou sua visibilidade em 2014, com a tramitação de projetos de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados e em alguns estados e municípios. Nesse período começaram a circular



também acompanham essa perseguição, mirando, no seu caso, em direção à escola e tentando dizer o que pode ou não a educação em relação a gênero e sexualidade.

Uma das ações mais evidentes do avanço desse conservadorismo ignorante foi a retirada das menções de gênero do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, sob a defesa desse inverídico componente ideológico reclamado por políticos do Congresso Nacional, que acabou reverberando nas outras esferas políticas do país e determinando planos estaduais e municipais. Tal perseguição totalmente isenta de fundamentação teórica que a sustente faz da categoria "gênero" aquilo mesmo que muitos estudos tem se esforçado em evidenciar a partir dela: o abjeto.

Iniciados pelos movimentos feministas, os estudos de gênero sempre se puseram a analisar e expor as formas pelas quais as socializações são produzidas desigualmente, causando a abjeção de muitas/os que não se enquadravam nos ditames do masculinismo histórico. E, para tanto, encontraram no termo "gênero" uma categoria capaz de abarcar as várias diferenças que se encontravam. Os estudos mais recentes, que são os que utilizaremos neste texto, acompanham o desenvolvimento dessas teorias e trazem novas problematizações ainda mais pertinentes à realidade que vivemos atualmente, principalmente a partir das conquistas de lutas dos movimentos de gênero e sexualidade.

É, portanto, um texto introdutório que resulta de estudos bibliográfico, como já citado, e que, como se propõe a ser o início de uma conversa, não se conclui acabado e/ou com argumentações fechadas. Pelo contrário, é concluído com mais problematizações, pois é assim que entendemos ser possível seguir o diálogo com aqueles que se dispõem a nos ler e a construir conhecimento conosco.

No mais, sigamos esse papo.

Uma conversa sobre gêneros e educação.

Muito se questiona sobre a importância da educação de gênero nas escolas, nos centros de ensino, na sociedade em geral. Não obstante toda a produção teórica que já se tem desenvolvida em torno da questão de gênero e que deve ser considerada antes de qualquer explanação acerca da sua realidade na educação, vamos considerar aqui umas das conclusões

notícias de docentes sendo intimidados por notificações extrajudiciais, cujo modelo é fornecido no *site* do movimento, a fim de coibir a suposta 'doutrinação ideológica' dos professores, incluindo o tratamento pedagógico de temas relacionados a gênero e sexualidade."



de Judith Butler, em seu *Problemas de Gênero* (2013), quando de suas formulações teóricas que dialogam com Foucault e suas problematizações sobre o corpo e o poder:

No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitatitvas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção. (p. 197).

Tal conclusão de Butler nos leva a entender a necessidade de uma discussão cada vez mais abrangente em relação às possibilidades performativas e identitárias de gênero. Tendo em vista que a identidade de gênero é mais compreendida como um construto cultural e histórico, é preciso reconhecer que os diversos determinantes culturais e fatídicos são necessários e fazem parte da constituição disso que se entende por identidade. Sendo, portanto, o gênero um elemento da própria cultura.

Para a nossa discussão sobre a educação de gênero, o que nos resta, então, é nos questionarmos sobre a valia do que temos até então constituído como referência e suas possíveis problematizações e reconstruções. O nosso sistema cultural de heterossexualidade compulsória³, já caduco, também carrega consigo uma educação de gênero semelhantemente ineficiente no que diz respeito à compreensão das diversas performances que encontramos diariamente em nossas casas, escolas e comunidades. Ao contrário do que muitos desavisados sobre a questão afirmam, nós já temos sim uma educação de gênero, e isso desde há muito tempo, pois uma noção específica de dominação pela sexualidade, pela ideologia social, política, economia e outros fatores sociais, precisa de uma educação que a sustente e lhe dê vigor. A naturalização das categorias de sexo e o poder que se efetiva nesse sistema de forma assimétrica entre os gêneros, nesse caso, são elas próprias construtos dessa mesma educação que forma cultura. Portanto, não se trata de simplesmente banir a realidade da educação de gênero, até porque isso resulta num trabalho um tanto duvidoso tendo em vista a característica estrutural dos gêneros em nossas socializações. Mas, reconhecer do que se trata e se ainda há sentido nela.

Percebemos com muita evidência, principalmente nos tempos atuais, que o sistema de heterossexualidade compulsória não consegue mais compreender à diversidade de identidades e performances de gênero que despontam na realidade social, de modo que a educação que o sustenta também não (se é que em algum momento esse modelo heterossexista foi capaz de

_

³ A primeira teórica a usar o termo "heterossexualidade compulsória" foi Adrienne Rich em seu ensaio intitulado "Compulsory heterosexuality and Lesbian existence", publicado em 1986.



compreender as diversas existências⁴). São claros os limites de uma prática educativa que não consegue responder às diversas performances que questionam o binarismo heterossexual hegemônico. É preciso, pois, uma nova prática que seja capaz de abrir mais possibilidades de compreensão e leitura social crítica. Uma educação que seja capaz de incluir homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, assexuais, certamente será de um horizonte mais largo e poderá ser mais justa quanto ao reconhecimento humano dessas pessoas. Mas, não para aí. Sendo o gênero, ou identificação dele, um produto cultural, temporal, gradativamente a sua compreensão também precisa passar por reconstruções constantes e a educação que o fundamenta também. Assim, não é para se instaurar uma educação de gênero LGBTTT⁵, como um sistema acabado e inquestionado, numa espécie de repetição do que vivemos até agora com a ditadura da educação para a heterossexualidade compulsória. A educação mais plural deverá passar pelas sexualidades hetero e homo, e ser para o devir das sexualidades. A educação de gênero deverá ser para além do que já se tem.

Sobre o que já se tem, sabemos que a educação pode se realizar nos vários contextos em que as pessoas estão inseridas, porém, aqui, adotaremos a escola como um espaço privilegiado para o exercício da educação, e nos debruçaremos sobre suas características e suas possíveis relações com os estudos de gênero. Estabelecida como um lugar propício para a formação dos sujeitos, a escola se ancora em um tipo de currículo⁶, geralmente bem definido e fixo, que pressupõe normas a partir das quais os sujeitos ali envolvidos desenvolverão sua visão de mundo. No que diz respeito aos gêneros, mesmo que não utilize de menções claras e nitidamente intencionais, são ensinadas nas escolas formas específicas do que seja uma menina e do que seja um menino. São estabelecidas pelas relações de poder que ali atuam: determinações de lugares específicos para meninos e meninas, comportamentos diferenciados, linguagens diferentes, atividades e práticas pedagógicas diferentes, tudo isso unicamente tendo como referencial esse binarismo opositor de gêneros (BORTOLINI, 2015). No espaço

⁴ Para a reflexão desse argumento, sugerimos ver Butler (2000) que considera: "Os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta." (p. 154).

⁵ É a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, comumente utilizada entre ativistas dos movimentos de gênero e sexuais, e demais pessoas da comunidade. Atualmente, já são acrescentadas outras letras à sigla como, por exemplo, "Q" para pessoas queer, "I" para intersexuais e "A" para assexuais. Apesar de sabermos da potência performativa dessa expansão da sigla, nos limitaremos neste trabalho a utilizar a versão LGBTTT, por entendermos que, a despeito da não utilização das novas versões, este texto impulsiona a consideração de uma abertura contínua a novas identidades.

⁶ Neste ponto, dialogamos com Tomaz T. da Silva (2010) e consideramos a noção tradicional de currículo, oriunda principalmente de pensadores norte-americanos, como Bobbit e Tyler, e que dominou a literatura estadunidense sobre currículo até a segunda metade do século XX. Essa noção considera o currículo como uma mecânica que se estabelece por um conjunto de padrões e normas, ao qual devem se sujeitar e se configurar, bem tecnicamente, aqueles/as que se inserem no ambiente da educação.



escolar, os corpos são construídos também a partir desse referencial, estratégica e sistematicamente, pelo que se chama tradicionalmente de disciplina. Dialogando um pouco com Foucault (1987), entendemos que a disciplina organiza um espaço analítico para o estabelecimento e determinação das ausências e presenças, das comunicações, do comportamento, das sanções, qualidades e méritos que possibilitarão para além do "conhecimento" dos indivíduos, o controle e a dominação.

Porém, essas normas disciplinares não são de todo absolutas a ponto de não haver "brechas" pelas quais os sujeitos transgridam o referencial. Elas constroem as fronteiras que determinam a masculinidade e a feminilidade, porém, assim mesmo é possível encontrar (cada vez com mais frequência) pessoas que transitam por essas fronteiras, muitas vezes não se identificando com elas e se colocando à margem desses limites. Esses são o que entendemos como queers. São o que poderíamos traduzir culturalmente como os "transviados", os "viados", as "bichas", as "sapatonas", e tanto outros termos que elencam o corpus do preconceito histórico em relação às pessoas que transitam, desafiam e cindem as fronteiras heterossexuais de gênero. Fronteiras essas que foram fincadas como colunas normais e naturais para a edificação das relações sociais, como inerentes ao ser humano (LOURO, 2000). De modo que, qualquer forma de transgressão ou subversão dessa lógica deve ser entendida como algo fora da normalidade que atenta contra a natureza das coisas, devendo ser, portanto, relegada à exclusão.

É assim que, também na escola, alguns alunos e alunas são tratados/as. Geralmente, desde muito cedo, mas principalmente na adolescência, os meninos são convocados a se portarem de forma viril e máscula, numa clara potencialização do corpo e numa emergente atenção fetichista pelo tido sexo oposto. Enquanto que as meninas são treinadas a serem discretas e dóceis, num constante resguardo corporal e na passividade tradicionalmente feminina de ser desejada pelo masculino. Estabelecendo assim os corpos e performances que constituem o binarismo heterossexual. É com base nessas operações culturais e históricas sobre as identidades que entende-se o gênero como uma "categoria analítica" (SCOTT, 1995, p. 74). Nesta compreensão, as identidades são construtos sociais e históricos constituídos a partir das diversas perfomatividades que as pessoas escolhem para si em sua relação com o mundo. Só que na realidade, é a heteronormatividade⁷ que inscreve nos corpos certos códigos

⁷ Heteronormatividade "se refere a práticas culturais que forçam pressupostos de que a heterossexualidade é normal e natural para todas as pessoas. Pesquisadores e ativistas têm estendido o termo para reconhecer e criticar o sistema cômodo e privilegiado de pessoas heterossexuais" (MANNING, 2009, p. 414).



de produção e reprodução sexual na tentativa de produzir identidades pré-estabelecidas (LOURO, 2000; PRECIADO, 2014).

Esse treinamento que acontece desde muito cedo (até mesmo antes do nascimento das crianças) em torno das definições do que é masculino e o que é feminino é o que a Butler (2000) chama de "atos performativos". A repetição desses atos (perfomatividade), geralmente exaustiva durante a formação das pessoas, é o poder que vai reiterar o discurso produtor das identidades dos gêneros e é o componente fundamental para essa educação de gêneros. O problema é que, culturalmente, o binarismo heterossexual foi estabelecido como a ortodoxia dessa perfomatividade, e muitas pessoas não se identificam com tal norma. Essas pessoas, portanto, põem em questão o regime de verdade que quer dizer os sexos (para usar uma noção foucaultiana) quando precisam relatar a si mesmas enquanto o que são de fato.

Tudo o que foi posto acima nos leva a entender que a narrativa binária heterossexual construída historicamente, e mais especificamente do século XVIII para cá, através de mecanismos de poder (FOUCAULT, 2017) instituiu o que comporia a inteligibilidade dos corpos e dos gêneros. Como inteligibilidade, entendemos os limites do que conhecemos, que são obtidos através de um conjunto de normas que governam a reconhecibilidade (BUTLER, 2015). Nesse sentido, os corpos e as identidades que não se situam nos polos do binarismo, não são reconhecidos e reconhecíveis, constituindo uma espécie de não-identidade, não-corpo, não-sujeito. A não existência social dessas pessoas, em termos de reconhecibilidade, é real e é o que Butler (2000) e Louro (2001) chamam de "abjeção". Essas pessoas não têm lugar no sistema heterossexual e precisam, assim, transitar pelas margens sem o direito de exercer com potência a sua voz. Não é que eles não tenham voz, o que acontece é que essas pessoas foram sempre constituídas como as que não tem voz, e isso subjuga bastante a sua potência política.

É, portanto, do não-lugar, das zonas "inóspitas e inabitáveis" (BUTLER, 2000, p. 112) que as vozes estigmatizadas dessas não-identidades reclamam e desafiam a estrutura binária que sempre as excluiu. E na escola não é diferente. A experiência da subversão na sala de aula pelos que não se conformam às demarcações tradicionais de gênero representa a intervenção indisciplinar (tendo disciplina como o que já esboçamos aqui) dos que escapam à normatização vigente e buscam a efetivação geográfica do não-lugar (espaço de sua habitação desde sempre). Fazendo com que a preocupação educativa agora não se volte mais para o que é disciplinar institucionalmente, mas para o que foge a isso. Evidenciando que o novo lugar para as epistemologias que se refiram à educação mais justa e democrática é, na verdade, o



Essa constatação não é das mais tranquilas, pois não estamos habituados ao não-lugar, e é por isso que a experiência daqueles corpos abjetos é de fundamental importância na nova educação. O embaralhamento das regras provocado por eles parece ter um efeito produtivo que evidencia a multiplicidade possível dos modos de existir. Certamente, as contribuições possíveis com esse processo podem ajudar a escola a se colocar no mundo como questionadora de verdades fixas, ao tentar pensar o impensável (LOURO, 2001).

Os novos formatos que constituirão uma espécie de pós-currículo deverão surgir, portanto, em parceria com o inabitado, na zona em que estão aqueles/as que não foram trazidos/as ao discurso. Esse tipo que denominamos "pós-currículo" deverá efetivar a teoria *queer* em seu propósito mais genuíno de "radicalizar a possibilidade do livre trânsito entre as fronteiras de identidade, a possibilidade de cruzamento de fronteiras" (SILVA, 2010, p. 107). Porém, como já assinalamos, essa parceria não se dará a partir de uma simples abertura por concessão ou tolerância, mas pela força da resistência e subversão performática dos "estranhos". Efetivando, nesse sentido, o estranhamento e o atrapalhar como alargamento e produção. E fazendo com que as relações de poder continuem a ser remodeladas de modo a abrir (instituir) novos espaços, novas falas e novas facetas de reconhecimento.

Aproximar os estudos *queer* à educação teoricamente parece bastante interessante e possível, porém essa aproximação pela práxis se torna mais difícil dada a nossa necessidade de ter certezas sobre identidades e posições sociais. No entanto, esta última não é também impossível. Essa interferência *queer* também pode resultar em novos limites e novas formas de determinação e exclusão, dada a dificuldade de se abarcar a multiplicidade humana. Porém, uma reforma desse tipo sugere, por outro lado, uma constante disposição para a desconstrução e reformulação das verdades tomadas como referencial na constituição das relações sociais. Evidenciando-nos paradoxalmente a segurança do imprevisível como a garantia de uma educação que corresponda às necessidades do devir constante do mundo, sem a prisão nos essencialismos que a tornam apática, desinteressante e excludente.

Ainda algumas palavras...

Como é possível perceber, este texto se deteve à sua proposta de ser uma motivação à reflexão acerca da educação de gêneros e sua possível relação com o devir das existências



individuais. Basicamente se preocupa em dissertar sobre a necessidade de compreendermos o quanto já vivemos realidades que educam constantemente para determinados tipos de gênero específicos. E que essa educação não é simplesmente uma criação das lutas dos movimentos de gênero nem simplesmente se limita a ser uma formação para gays, lésbicas, pessoas trans e demais diferenças de gênero.

Com a ajuda do conjunto teórico de gênero e de educação citado no trabalho, pudemos constatar que a educação de gêneros tem um referencial específico (a heteronormatividade) que é histórico, cultural e, portanto, uma produção social. Tal constatação nos abre à possibilidade de pensarmos que a dimensão do que seja a efetivação das existências humanas certamente é muito maior do que essas categorias limitadas para as quais somos encaminhados, todos nós, antes mesmo que nasçamos. Que esse "ser menino/rapaz/homem" e esse "ser menina/moça/mulher" são fronteiras muito limitadas que as socializações utilizam para nos agrupar em lugares e funções diferentes e assimétricas. E que a educação que sustenta esses repertórios de vida é, por si mesma também, limitada na capacidade de trazer para si os saberes das diferenças e, portanto, efetivar uma interpretação mais genuína da pluralidade do mundo dos fatos.

A partir disso podemos começar a conversar sobre a possibilidade de educações capazes de abarcar o devir das existências. E esta é, ao nosso ver, uma importante contribuição dos estudos de gênero: nos dar a capacidade de identificarmos como nos constituímos social e culturalmente em termos de gêneros e nos impulsionar a pensar para além disso. Porém, como o espaço deste trabalho e sua proposta inicial não nos possibilitam uma argumentação mais acabada e mais "redonda" acerca dessas questões, concluiremos este texto alimentando ainda mais essa conversa com outras problematizações relacionadas ao que já dissertamos e que podem ser úteis para outros textos, reflexões e produções futuras.

Tendo em vista o que já consideramos neste trabalho, será que é possível efetivarmos uma educação (ou educações) para o devir dos gêneros e sexualidades? Ou serão os gêneros e as sexualidades, enquanto categorias pelas quais instituímos as existências, as próprias limitações ao devir? Teremos que estar sempre reféns de categorizações? Afinal, educamos para os gêneros e/ou a própria educação é fundamentalmente generificada? Se pudéssemos retirar essas categorias, o que restaria à educação? Pensemos.



Referências

AÇÃO EDUCATIVA (org.). A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

BORTOLINI, Alexandre. O sujeito homossexual como tema de aula: limites e oportunidades didáticas. **Cadernos Pagu,** São Paulo, n.45, p. 479 – 501, jul./dez. 2015.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira L. (Org.) **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 110 - 125. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. **Relatar a si mesmo:** crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 13-56.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 117-142.

LOURO, Guacira L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (Org.) **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 04 – 24. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 fev. 2018.

_____. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, jan. 2001.

MANNING, Jimmie. Heteronormativity. In: O'BRIEN, Jodi (org.). **Encyclopedia of Gender and Society**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2009. p. 414.

MIGUEL, Luis F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero"- Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual.** Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In: JACKSON, Stevi; SCOTT, Sue. **Feminism and sexuality:** a reader. New York: Columbia University Press, 1996. p. 130-141.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias de currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



ELOÁ E O FEMINICÍDIO: ASSASSINATOS SILENCIADOS E NATURALIZADOS COMO ESPETÁCULO

Gracielle Lima de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe lima_gracielle@outlook.com

Resumo: O presente trabalho consiste em um estudo sobre o feminicídio a partir do documentário *Quem matou Eloá?* (2015), considerando tratar do problema da legitimação da violência de gênero em nossa sociedade que resulta no assassinato de mulheres. Tem como objetivos observar as relações entre patriarcado e legitimação do feminicídio, bem como as relações entre construção da vítima e do agressor e a naturalização do crime. O documentário traz uma análise crítica sobre a espetacularização da violência e abordagem da mídia nos casos de violência contra a mulher. Apresentando um caso de cárcere privado que durou 100 horas, e foi amplamente divulgado pela mídia em 2008, contrariando a conduta de segurança em casos de sequestro. Esse fato teve como desfecho o feminicídio de uma adolescente de 15 anos. Além de utilizar recortes das reportagens exibidas na época, o documentário conta com a presença de entrevistados, realizando comentários sobre as ações realizadas na época, bem como apontando a falta de ética da imprensa, o mau planejamento da polícia e toda a espetacularização machista do caso. A partir da análise do documentário, utilizando o método da etnografia de tela, foi possível observar a legitimação da violência contra a mulher de forma enraizada na nossa cultura vista sobre os seguintes aspectos: espetacularização e romantização da violência e construção dos personagens.

Palavras-chave:

Feminicídio; violência de gênero; naturalização; crime passional; documentário.

Introdução

Quem matou Eloá? (2015) aborda a repercussão midiática do caso Eloá Pimentel, uma jovem que é mantida em cárcere privado dentro do apartamento da família pelo ex-namorado, em 2008. O cárcere de 100 horas foi o mais longo da história brasileira amplamente divulgado pela mídia, que chegou até a ligar para o sequestrador para entrevistá-lo. O caso chegou ao fim com a adolescente assassinada com um tiro na cabeça e outro na virilha e o criminoso encaminhado para responder na justiça. Além dessa exposição de imagens, a produção conta com um grupo de entrevistados analisando cada recorte que é exibido. O documentário traz recorte dessas reportagens, mostrando como a imprensa espetacularizou e naturalizou a violência cometida contra a adolescente e uma amiga.

Este artigo consiste em um estudo sobre o feminicídio a partir do documentário, considerando tratar do problema da legitimação da violência de gênero em nossa sociedade que resulta no assassinato de mulheres. Tendo como objetivos observar as relações entre patriarcado e legitimação do feminicídio, bem como as relações entre construção da vítima e do agressor e a naturalização do crime, foi realizado um estudo de caso a partir da etnografia de tela do documentário, buscando analisar as relações entre legitimação da violência contra mulheres e feminicídio.

Carmen Rial (2005) adota o termo "etnografia de tela" para especificar estudos dos artefatos da mídia em que é possível empregar procedimentos próprios da pesquisa etnográfica. *Quem matou*



Eloá? ganhou o centro desta pesquisa a partir do momento que possibilitou um outro olhar sobre a naturalização da violência contra a mulher na sociedade e sua exposição na mídia. Assim, entender como ocorre o processo de naturalização da violência contra a mulher é um grande desafio para a psicologia, visto que isso gera consequências psíquicas que podem influir na vida da mulher. Os agravos causados a partir da violência contra as mulheres que a sofrem vão além dos danos físicos, eles atravessam a qualidade de vida delas e as oprimem. É importante dar visibilidade ao fenômeno e inserir a temática na qualificação dos profissionais de saúde e da justiça, preparando-os para atender mulheres em situação de violência ou até mesmo em casos onde o assassinato já ocorreu (SILVA et al, 2015; PRADO &SANEMATSU, 2017).

Para abordar esses aspectos através do filme, a reflexão que segue começa apresentando o documentário brevemente, destacando pontos específicos que repercutem no entendimento crítico da naturalização da violência de gênero; passa a seguir ao problema da mudança de perspectiva da ótica do crime passional para o do femínicídio, tendo em vista a ocorrência retratada em *Quem matou Eloá?*; e termina apontando alguns eixos analíticos do problema, tendo em vista a questão da espetacularização do caso.

1. Quem matou Eloá?

A etnografia de tela é uma abordagem teórica da mídia atualmente presente nos estudos de antropólogos, pesquisadores do campo dos estudos culturais e áreas afins. Muitos estudos apontam para o poder da mídia em desencadear fenômenos sociais e estabelecer ou modificar modelos de comportamento. Sobre isso, a análise crítica dos efeitos da mídia considera o que ela veicula como uma prática social e busca investigar a ideologia implícita nos textos que dela surgem, e que estão tão naturalizados na sociedade ao tratá-los como modos aceitáveis e naturais do discurso (RIAL, 2004).

De acordo com Rial (2004), essa metodologia permite transportar para o estudo do texto da mídia procedimentos próprios da pesquisa antropológica, como o registro do caderno de campo e a imersão do pesquisador no campo estudado.

Embora reconheça a importância de pormenorizar o tempo de cada aspecto do documentário, o tempo utilizado para os recortes dos programas, bem como pelos entrevistados, isso não será contemplado nesse trabalho. Para uma melhor análise do documentário, utilizaremos o seguinte método para referenciar os trechos apresentados: "Cobertura da imprensa", para as falas de jornalistas e seus convidados; uso o termo "Convidado", para falas dos entrevistados no documentário.

Aqui serão apresentados alguns trechos selecionados do documentário que possibilitam um melhor entendimento sobre as criticas que este faz.

O documentário tem início com "Cobertura da Imprensa" conversando com a refém através do telefone, pedindo que enviasse uma mensagem para os familiares dela e do Lindemberg. A jovem reforça o pedido de calma, informando que ele está bem armado e qualquer atitude precipitada poderia prejudicá-la. A partir dessa cena, é apresentado diversos



recortes de canais diferentes (Rede TV, Rede Globo, Rede Record, Rede Bandeirantes e TV Cultura), apontando o acompanhamento excessivo das emissoras de televisão, contrariando a conduta em casos de sequestro, onde o crime só é noticiado após a resolução do caso, evitando qualquer tipo de interferência no andamento do caso. Além disso, o documentário conta com a presença de entrevistados, fazendo comentários sobre as ações realizadas na época, bem como apontando a falta de ética da imprensa, o mau planejamento da polícia e toda a espetacularização machista do caso.

As emissoras estavam sempre a procura, e mostrando, ângulos inéditos, falando para o espectador não trocar de canal. Um cárcere de duas jovens recebeu recortes de filme de ação e romance (''Convidado''). Essa relação da imprensa com o cárcere é retratada de forma quase literal no documentário, ao expor corte de cenas entre as imagens das emissoras e urubus sobrevoando um edifício alto ou em repouso, dando a impressão de aguardar o momento certo para atacar ou observar enquanto a presa morre, para só então ir atrás da carcaça.

A polícia, ao entrar em contato com o sequestrador e perguntar o que este queria, recebeu como resposta que ele queria matar a ex, se matar e liberar a amiga. Durante as conversas e negociações, a imprensa estava sempre presente, transmitindo as conversas em programas ou plantões de notícias.

O curta apresenta uma conversa de Lindemberg ao telefone, falando *'eu tô agredindo minha namorada''* e, quando a jovem responde que não é namorada dele, é possível ouvir o barulho de tapas e ordens para ela calar a boca, o que reforça a interpretação sobre briga de casal ser algo pessoal, que a polícia não deveria ser envolvida.

"Convidado" aponta ainda que, no momento que a mulher resolve se separar, o homem acha que está perdendo o controle da vida daquela pessoa, daquela mulher. "Na verdade, o controle da sexualidade dela, "Se não ficar comigo, não vai ficar com ninguém. Nunca ela poderia existir sem a existência dele".

''Cobertura da Imprensa'', ao falar por telefone com o sequestrador, questiona o motivo dele estar fazendo isso com Eloá, já que ele que tinha terminado, informando que Brasil inteiro queria saber disso. Lindemberg responde que no momento que mais precisou, ela virou as costas e ele está ''causando'' porque é apaixonado por ela e ''se ela o amasse, ela não viraria as costas. Que ele estava usando da força para ser ouvido''. A ''Cobertura da Imprensa'' questiona ainda se ''não já deu tempo para conversar, já que ele está a mais de 30 horas nessa situação'', ele afirma que não, porque ''ela não coopera e que se ela está passando por isso, é porque ela merece, porque ela quis dessa forma''.



"Convidado" comenta que muita gente fala da liberdade de imprensa,mas que as emissoras não tinham o direito de ligar para o sequestrador, que a liberdade de imprensa não pode ser maior que o direito à vida.

"Convidado" observa que, pela televisão é possível saber mais do Lindemberg do que da Eloá, essa parece não existir ou ser uma decorrência do sequestrador. "As emissoras vestem o sequestrador com uma capa de bom moço, bom filho, rapaz trabalhador, encarando essa situação como algo a parte. As agressões cometidas são ignoradas, não é usada a palavra sequestrador para se referir a ele". Durante boa parte das reportagens, ele é mostrado como o menino bom que ficou abalado com o término do relacionamento e tomou uma decisão passional, levando o telespectador a se questionar se a menina não teria feito algo para desestabilizar o rapaz ou o motivo dela não o perdoar, já que ele é tão apaixonado que chegou a tomar esse tipo de atitude passional.

Cobertura de Imprensa, ao questionar um especialista no assunto quanto ao que esperava do caso, este respondeu que "com toda sinceridade, espero um futuro casamento entre ele e namorada apaixonada dele, estão passando por uma fase momentânea". Ele comenta ainda que o jovem pode ter perdido a motivação de viver, porque um rapaz jovem quando se apaixona, muitas vezes, se desequilibra. Além disso, afirma ter plena certeza que a história terá um final feliz.

O responsável pelo caso relata para a "Cobertura de Imprensa" que a equipe poderia ter agido antes, mas que deixaram o Lindemberg escolher. Informa ainda que "A Nayara repassou aos policiais que ele só batia na Eloá". O que nos faz voltar a interpretação, segundo "Convidado", que briga de casal, não precisa de interferência, já que ele não estava agredindo a amiga de Eloá. A "Cobertura da Imprensa" questiona se a agressão não seria uma justificativa suficiente para uma atitude da polícia, entretanto, o comandante responde que não, justamente pelo risco, que o risco da entrada é um risco calculado.

O comandante, afirma para ''Cobertura de Imprensa'' que a equipe poderia ter dado um tiro de comprometimento, mas ''era um garoto de 22 anos de idade, sem antecedentes criminais e uma crise amorosa''. Quanto a isso, ''Convidado'' assinala que ''quando a gente fala de agressor na questão da violência doméstica, estamos falando de homens que, na maioria dos casos, nunca praticaram outras formas de crime, são pessoas que trabalham, são bons pais, bons amigos. Homens que os seus outros papéis sociais são bons''.

Nos últimos minutos do curta, são apresentadas diversas reportagens que possuem em comum a narrativa de casos de feminicídio por todo o país, sendo apresentados, mesmo com



toda a violência, como resultado de um crime passional, não abrindo discussão para a onda de ódio que soterra os corpos femininos em todos os estados brasileiros. A medida que os créditos do curta aparecem na tela, nomes femininos vítimas de feminicídio são sussurrados em meio ao áudio, trazendo visibilidade para quem é tão apagado pela imprensa.

2. Feminicídio

No Brasil, ainda são recorrentes os casos em que o assassinato por atual companheiro ou ex é apresentado como ato isolado, um momento de descontrole ou intensa emoção. A ação do autor do crime é justificada pelo suposto comportamento da vítima, sendo então ela a responsável pelo crime. Os adjetivos "enciumado", "inconformado com o término", "apaixonado" aparecem com frequência nas manchetes da imprensa todos os dias para justificar crimes bárbaros (PRADO &SANEMATSU, 2017).

Os feminicídios acontecem tanto no espaço privado quanto no público, em diversas circunstâncias e contextos. Os crimes, de forma mais ou menos evidentes, demonstram as discriminações e menosprezo que a condição feminina sofre. Segundo Prado e Sanematsu (2017), os casos em que companheiros ou ex-companheiros agridem as mulheres chegando ao nível máximo de violência, o feminicídio, são recorrentes. Apesar disso, esses casos seguem banalizados, um exemplo disso é que os crimes continuam sendo tratados pela população, mídia e até pela justiça como "crimes passionais".

No estudo qualitativo de processos judiciais referentes aos crimes de homicídio tentado e consumado contra as mulheres, Machado (2015) buscou acessar questões que o feminicídio íntimo suscita no interior do sistema de justiça. Nesse estudo foi possível verificar, através de depoimentos, as justificativas dadas por quem comete o feminicídio, numa tentativa de legitimar suas ações. Na maior parte do material analisado por Machado, as falas relativas a ciúmes ou sentimento de posse em relação à vítima e inconformismo com o fim do relacionamento apareceram nos processos. A frase "Se não for minha, não vai ser de ninguém" aparece com frequência nos depoimentos, exprimindo a ideia de que a existência da vítima depende da existência do relacionamento.

Um aspecto que merece um olhar mais demorado é a construção de imagem da vítima e do autor do crime na narrativa construída ao longo dos processos criminais e da exposição midiática. A permanência de estereótipos e crenças discriminatórias em instituições brasileiras faz com que o preconceito do profissional que atua nos serviços públicos seja um obstáculo para o acesso a direitos constitucionais. De acordo com Machado (2015), as mulheres são descritas e colocadas em pólos extremos, de um lado as mulheres de família, boa reputação, boas donas de casa e trabalhadoras, portanto, mulheres que merecem a proteção do poder judiciário. No outro extremo, estão as mulheres que de alguma forma não estão encaixadas no padrão de comportamentos associados ao gênero feminino, as não submissas, que transgridem a construção social da mulher, não correspondendo às expectativas que nelas são depositadas, sendo assim, provocam de alguma forma a violência praticada.

A imprensa desempenha um papel estratégico na formação da opinião, na cobrança por políticas



públicas adequadas, além de ter abertura para contribuir de maneira a ampliar e contextualizar o feminicídio. Reconhecendo esse poder midiático, é preciso debater a responsabilidade da imprensa ao tratar as violências contra as mulheres, tendo em vista sua grande repercussão nos casos e que pode influenciar no processo penal. Assim, a cobertura de casos de feminicídio deve ser feita de forma minuciosa (PRADO & SANEMATSU, 2017).

Segundo Prado e Sanematsu (2017), é consenso por especialistas que a imprensa reforça estereótipos e culpabiliza a mulher, retratando o crime de forma sensacionalista, desqualificando vítimas e seus familiares. Não é algo distante a exposição desnecessária ou as "justificativas" para o assassinato. É preciso lembrar que a propagação de imagens, manchetes e a exploração da vida íntima da vítima não acrescentam nada de informação relevante, ao contrário, exibições assim encaixam a vítima em estereótipos que sentenciam a vítima. Sob o ponto de vista do feminicídio, ao contrário do que é noticiado, não é ciúme, a culpa não é da vítima, o crime não foi cometido por amar demais. A principal causa dos feminicídios é a naturalização da desigualdade entre os gêneros, as construções que levam o agressor a se sentir dono da mulher. Ao noticiar um feminicídio, raramente a imprensa estimula uma reflexão sobre as causas do crime. Muitas dessas mortes envolvem um contexto de misoginia e essa cobertura acrítica também é cúmplice da violência contra as mulheres.

Para um melhor entendimento e possíveis reflexões sobre o assunto, é essencial falar sobre construções socioculturais que acabam por endossar as violências de gênero. O feminicídio é o desfecho de um histórico de violências, sendo considerado uma morte que não aconteceria sem a conivência institucional e social diante das discriminações e violências contra mulheres (PRADO &SANEMATSU, 2017).

É necessário compreender que a construção de gênero é um fenômeno cultural, composto por regras específicas de cada cultura, que se manifestam nas relações sociais, público e privado, no poder, na religião, na sexualidade, e principalmente, nos critérios de moralidade sexual definidos especificamente para homens e mulheres. São essas regras que concebem os códigos de moralidade que influenciam a construção das representações de masculino e feminino na sociedade (TEIXEIRA, 2009).

As construções de gênero estão diretamente ligadas na situação de violência de gênero, segundo Barreira e Almeida (2011, *apud* CRISÓSTOMO, 2013), as violências realizadas contra as mulheres estão relacionadas aos comportamentos perpetuados dentro da construção histórica que define a percepção do ser-homem e do ser-mulher. A partir da infância, cada categoria recebe responsabilidades e características socialmente atribuídas e exercidas a partir das relações de poder. Assis (2015), apontaque a violência é organizada e até facilitada pelas representações desiguais que permeiam as relações entre mulheres e homens. Concomitantemente, a violência de gênero favorece subjetivamente o ajuste das representações tradicionais de gênero. Assim, a violência termina por reforçar os papéis hierarquicamente construídos do homem superior e da mulher submissa



Teixeira (2009), ressalta que a categoria gênero é a primeira forma de significar as relações de poder e enfocar a dominação dos homens sobre as mulheres pelo modo em que se organiza nas relações sociais, não sendo algo estático, mas que se movimenta e modifica de acordo com as relações culturais. Refletir sobre a construção das representações de gênero é compreender os corpos e suas práticas como uma construção histórica, é fundamental para a compreensão da presença da violência de gênero. Ressalto ainda que o objetivo deste estudo não é naturalizar a violência encarando-a como um resultado natural das construções sociais, mas justamente apontar como essas construções arcaicas

e patriarcais ainda endossam comportamentos violentos da nossa cultura.

O avanço das leis brasileiras ocorreu de forma lenta, só o advento da Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças significativas diante do panorama da legítima defesa da honra, onde os homens eram perdoados dos crimes ou tinham suas penas diminuídas, ao reconhecer a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, censurando qualquer tipo de discriminação à figura feminina (CRISÓSTOMO, 2013). Eluf (2007) afirma que os tribunais brasileiros não têm mais aceitado a tese de "legítima defesa da honra", considerando a honra enquanto bem pessoal e intransferível. A atual legislação jurídica do Brasil não admite a isenção de culpa daqueles que alegam ter cometido um crime diante de "forte emoção", assim, o argumento da defesa foi adaptado e o discurso perante o júri passou a ser de que o réu não estava em pleno domínio de suas emoções para garantir uma atenuante no crime (DELMANTO, 2000, *apud* CRISÓSTOMO, 2013).

Entretanto, apesar da considerável evolução no contexto social e jurídico no que se refere a violência de gênero, existe um longo caminho a ser percorrido para um melhor entendimento e enfrentamento da violência contra a mulher. É preciso ressaltar que os julgamentos tanto sociais quanto jurídicos permanecem, por vezes, como os mesmos conceitos arcaicos que legitimam ações violentas. A despeito das modificações ocorridas nas leis, argumentos de "legítima defesa de honra" e "violenta emoção" continuam sendo acionados por advogados como mecanismo de defesa de réus acusados de terem cometido ''crimes passionais'' (CRISÓSTOMO, 2013).

"Crime passional" é um termo utilizado no meio jurídico para caracterizar a modalidade criminosa cometida por paixão. Entretanto, no meio jurídico, chama-se de "passional" apenas os crimes cometidos em meio a relacionamentos afetivos ou sexuais (ELUF, 2007).

Luiza Eluf, no livro *A Paixão no Banco dos Réus* (2007), relata que em uma análise equivocada, a paixão poderia ser entendida como decorrente do amor, tornando nobre a ação do réu, que teria matado por não suportar a perda de seu objeto de desejo ou como uma forma de limpar sua honra maculada. Todavia, para a autora, a paixão em casos de conduta criminosa não é resultado do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do patriarcalismo, da vingança e do sentimento de frustração e



Conforme Nascimento (2010), é válido considerar que na maioria dos casos de homicídios entendidos como passionais ocorridos no país, estes se apresentam como resultados da desobediência da vítima, que não aceita ser dominada pelo agente ou não se comporta de acordo com os valores estipulados pelo companheiro, tido como detentor do controle. A quebra de regras estabelecidas desencadeia crises marcadas pelo "ciúme", revestido no medo de "perder o controle" da companheira de quem o homem se sente dono. A perda desse controle é encarada como uma ofensa direta a "honra" do homem. Ao assassinar a companheira, o homem tenta justificar o seu ato enquanto resposta a uma ação da companheira (TEIXEIRA, 2009).

Ao relacionar a construção histórica e social das relações de gênero e à violação feminina, observamos a violação como consequência da força do patriarcado. Dessa forma, entendemos que o assassinato de mulheres vai além de um homicídio decorrente de violenta emoção, mas sim de um processo patriarcal e falocêntrico que pune mulheres. Esse tipo de ação recebeu uma designação própria: feminicídio. Para entender o que é o feminicídio é necessário compreender o que é violência de gênero, já que o crime é a sua expressão extrema na sociedade (PRADO &SANEMATSU, 2017).

A violência está relacionada ao uso de força física ou psicológica para obrigar outra pessoa a fazer algo, é constranger, impossibilitar a liberdade, reprimir seus desejos e vontades. A vítima é constantemente ameaçada ou até mesmo assassinada. Sendo assim, é possível entender a violência como forma de submeter outra pessoa ao seu domínio, exercendo poder sobre ela (TELES & MELO, 2002). Violência de gênero é entendida como uma relação de poder onde o homem domina a mulher. A consolidação histórica desse tipo de relação pode induzir ações violentas entre homens e mulheres, não sendo algo inato, mas resultado do processo de socialização humano (TELES & MELO, 2002).

O feminicídio é o desfecho de um histórico de violências, sendo considerado uma morte que não aconteceria sem a conivência institucional e social diante das discriminações e violências contra mulheres. Assim, emerge a importância de nomear o feminicídio e chamar atenção para sua dimensão e contextos (PRADO &SANEMATSU, 2017).

No Brasil, o feminicídio foi acrescentado ao Código Penal em 2015, e alterou o artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) com a sanção da Lei nº 13.104/2015, que visa qualificar e dar visibilidade a esse tipo de crime. A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos. Ao incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, o crime foi adicionado ao rol dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990). Além do agravante da pena, o aspecto mais importante da tipificação é chamar atenção para o fenômeno e promover uma melhor compreensão sobre sua dimensão e características nos diferentes contextos de mulheres no Brasil, com o intuito de aprimorar as políticas públicas Assim, o feminicídio pode ser entendido como um novo tipo penal, para abordar algo terrível e antigo: que as mulheres sofrem violência ao ponto de morrerem (WAISELFISZ, 2015; PRADO &SANEMATSU, 2017).



A tipificação penal do feminicídio é uma importante ferramenta para denunciar a violência contra mulheres em relações conjugais ou términos dessas relações, muitas vezes entendidos como "crimes passionais" pela sociedade, pela mídia e até pelo sistema de Justiça.

3. Espetáculo, condição feminina e imagem do agressor

Diante da fundamentação teórica levantada e da análise do documentário esboçamos aqui algumas tentativas de reflexão advindas desse percurso.

A espetacularização e naturalização da violência contra a mulher pode dizer muito sobre nossos comportamentos socioculturais. O cárcere e assassinato de Eloá ocorreu em 2008, sendo amplamente acompanhado e divulgado pela mídia, entretanto, como apontou "Convidado", "em momento algum, do início do sequestro até o assassinato da jovem, houve discussão sobre violência contra a mulher ou feminicídio". Não houve, pelo que é possível notar no documentário, uma maior reflexão sobre o caso de forma geral, apenas a sua divulgação massiva. Ainda que no Brasil o feminicídio tenha sido incluído no rol dos crimes hediondos apenas em 2015, o caso aconteceu dois anos depois da inclusão da Lei Maria da Penha no Código Penal Brasileiro. Conforme afirmou "Convidado", a imprensa brasileira, ao noticiar o cárcere enquanto "crime passional" não contextualizou o crime ou apontou-o enquanto violência contra a mulher, propagando, vulgarmente, o amor como motivador de ações criminosas. A ideia de "crime passional" evoca a alegação do criminoso agir por "violenta emoção", não estando em pleno domínio de suas emoções no momento em que cometeu suas ações. Esse tipo de definição era utilizada, com respaldo legal, até 1940 para legitimar a ação do criminoso, isentando-o da culpa, sendo a vítima a responsável pelo crime (TEIXEIRA, 2009; CRISÓSTOMO, 2013; REGINATO, 2014). Assim, causa espanto a mídia utilizar esse termo para se referir a esse caso. É consenso na literatura pesquisada que o agente do crime não o faz movido por amor, mas pela possessividade, com o intuito de mostrar a sociedade o seu poder sobre o outro (TEIXEIRA, 2009; SILVESTRINI, 2014; COSTA, 2015).

Em nenhum momento a ação da imprensa utilizou-se da transmissão para debater as raízes da discriminação e violação dos direitos das mulheres em nossa sociedade. "Cobertura de Imprensa", ao entrevistar um homem, identificado como "especialista no assunto", sobre o que este esperava do caso, obtém e veicula a resposta "Com toda sinceridade, espero um futuro casamento entre ele e a namorada apaixonada dele. Estão passando por uma fase momentânea (...) o jovem pode ter perdido a motivação de viver, porque um rapaz jovem quando se apaixona, muitas vezes, se desequilibra". A partir disso, podemos inferir duas coisas, a primeira diz respeito ao posicionamento da mídia ao debater um crime, não utilizando o alcance midiático para abordar com prudência temas referentes à violência contra a mulher, deixando de cumprir seu papel primário de informar com atenção aos parâmetros éticos e de responsabilidade social (PRADO &SANEMATSU, 2017).

A segunda coisa diz respeito à naturalização da violência contra a adolescente pelo ex-namorado, que nos remete aos direitos legais, cultuados pela lógica patriarcal, dos maridos ou parceiros de impor



violência física contra a mulher (GIFFIN, 1994) quando desrespeitados ou confrontados. Além disso, justifica a ação do Lindemberg como uma ação de um jovem apaixonado que perdeu a motivação de viver ao não conseguir que a ex-namorada aceitasse reatar o namoro, sendo compreensível este tipo de ação. Sobre isso, Machado (2015) aponta que o inconformismo com o fim do relacionamento aparece com frequência nos processos judiciais em casos de feminicídio ou de sua tentativa, revelando a possessividade do autor da violência. É possível observar o sentimento de posse e legitimação da violência nas falas de Lindemberg quando este, ao telefone, informa "eu tô agredindo minha namorada" e quando a mesma nega a relação é possível ouvir o barulho de tapas e ordens para calar a boca. Ao alegar que a jovem é sua namorada, o autor do crime parece se achar no direito de agredi-la, naturalizando o controle e possessão do corpo feminino, além da sua reação de ódio quando a mulher tenta exercer autonomia quanto ao próprio corpo e decisões (PRADO &SANEMATSU, 2017).

Para além da legitimação da agressão, a culpabilização da vítima por parte do agressor esteve evidente nas entrevistas ao vivo que ele concedia por telefone, declarando que estava cometendo a ação por culpa da jovem. Lindemberg alega cometer o crime porque é 'apaixonado por ela e se ela o amasse, ela não viraria as costas, que ele estava usando da força para ser ouvido. (...) se ela tá passando por isso é porque ela merece, porque ela quis dessa forma ". Dessa forma, Lindemberg alega que a ação é motivada pelo comportamento da ex-namorada, que 'virou as costas' quando procurou-a para reatar o namoro. De acordo com a declaração, podemos supor que, se Eloá seguisse o desejo de Lindemberg, ele não estaria cometendo o crime. Nascimento (2010) ressalta que a maioria dos assassinatos femininos ocorridos no país se apresentam como resultados da desobediência da vítima, que agiu de contrária aos interesses e padrões de comportamentos determinados pelo agressor, ofendendo de forma direta sua honra (TEIXEIRA, 2009) e recebendo sua punição como consequência. Outro aspecto de extrema importância apresentado no documentário e enfatizado por 'Convidado' foi a construção da imagem de Lindemberg: ''as emissoras vestem o sequestrador com capa de bom moço, bom filho, rapaz trabalhador, encarando essa situação como algo a parte. As agressões cometidas são ignoradas''.

De acordo com Coulouris (2004), a construção do perfil do agressor como pessoa honesta e de boa conduta tende a afastar sua responsabilidade sobre o crime. Ao apresentar comportamentos sociais adequados para a sociedade, o acusado consegue eximir sua culpa. Além disso, Machado (2015) ressalta que ao tratar o crime como circunstancial na vida do criminoso a violência contra a mulher é desconectada do contexto relacional e histórico. A imagem de bom moço está presente também na fala do comandante da operação responsável pelo caso, que afirma que a equipe poderia ter dado um tiro de comprometimento para finalizar o cárcere, mas *''era um garoto de 22 anos de idade, sem antecedentes criminais e uma crise amorosa''*. Prado e Sanematsu (2017), apontam o *déficit* existente na formação de profissionais do Estado em relação às desigualdades de gênero, o que ocasiona abordagens descontextualizadas e marcadas por um entendimento que reforça o lugar da mulher como



responsável da violência sofrida. A tolerância social e institucional às violências contra a mulher, advindas de valores socioculturais arcaicos, parecem ainda estar presentes nas decisões e julgamentos dos personagens da justiça e mídia.

A ação violenta de Lindemberg é a todo momento justificada, pela mídia e policiais, como um ato derivado de "violenta emoção" devido ao término do namoro. A vida dele é assegurada ao se respeitar o "desequilíbrio emocional". Os direitos de Eloá não são mencionados, ela é deixada cativa e recebendo agressões físicas do ex-companheiro. Como disse o comandante, "A Nayara repassou aos policiais que ele só batia na Eloá". A partir disso, podemos refletir sobre a legitimação social da violência contra a mulher cometida por parceiros ou ex-parceiros.

O crime contra Eloá pode ser compreendido como um crime em razão do gênero, de acordo com as *Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres* (ONU MULHERES, 2016, *apud* PRADO &SANEMATSU, 2017), tratando-se da categoria feminicídio íntimo, ou seja, o assassinato de uma mulher cometido por uma pessoa com quem a vítima tinha, ou tenha tido, uma relação ou vínculo íntimo. Tratar casos assim como ''passionais'' é invisibilizar a violência contra a mulher, deixando de lado as mudanças no Código Penal e as lutas do movimento feminista para tornar público esse tipo de crime. Isso diz muito sobre nossa cultura no que tange a naturalização das violações femininas e o feminicídio. A espetacularização do caso não foi algo isolado na mídia brasileira. A escolha de um documentário produzido em 2015 de um crime ocorrido em 2008 reflete a necessidade de analisarmos a postura da imprensa e sociedade ao abordar casos movidos por desprezo à condição feminina.

Ao utilizar esse caso tão noticiado como exemplo da espetacularização que a mídia é capaz de fazer, bem como o assassinato praticado, é apontado que mesmo sendo algo que ocorreu a sete anos atrás e que poderia ter servido para repensar a postura da sociedade e mídia, isso ainda ocorre atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste trabalho foi possível observar a legitimação da violência contra a mulher de forma enraizada na nossa cultura. Apesar das mobilizações e mudanças no Código Penal quanto ao entendimento do que há por trás do assassinato de mulheres, ainda é reproduzido de forma visceral a culpabilização da vítima ou naturalização do crime, ocorrendo a invisibilidade social do feminicídio. Ao romantizar e naturalizar os crimes, as motivações violentas são ignoradas, perpetuando as relações entre amor e dor, ciúme patológico e amor afetivo, reforçando e legitimando tais condutas violentas como derivadas da passionalidade do sujeito, tomado por forte emoção.

Fomentar discussões sobre gênero, violência de gênero e feminicídio mostrou-se essencial ao longo deste estudo, tendo em vista a forte associação - midiática, jurídica e da sociedade como um todo - entre feminicídio e "crime por amor". Um claro posicionamento antiquado, mas tão validado pela cultura patriarcal. Isso nos leva a conclusão que a criação de leis não é resolutivo em si mesmo para a



diminuição e/ou erradicação dos crimes, mas que a promoção de discussões e visibilidade do tema pode gerar alguma contribuição efetiva. Se faz mister entender o processo de construção e validação de violência contra a mulher, com o intuito de compreender algumas consequências que essas violações geram na vida das mulheres. É essencial reconhecer esses atravessamentos enquanto profissional de psicologia, estando qualificado para atender mulheres e famílias em situação de violência.

Referências

ASSIS, R. G. (2015). Do estupro às flores: gênero e roteiros sexuais na situação de violência conjugal. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (p. 15-34), Brasília, DF.

CRISÓSTOMO, F. V. (2013). *O homicida passional: quando a morte se sobrepõe ao afeto*. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE.

COSTA, D. E. (2015). Paixão, insanidade ou crueldade? A motivação e a responsabilidade penal no homicídio passional. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis COULOURIS, D. G. (2004). Violencia, gênero e impunidade: a construção da verdade nos casos de estupro. In: Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP, Campinas.

ELUF, L. N. (2007). A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgueiro a Pimenta Neves. 3. ed. — São Paulo : Saraiva

GIFFIN, K. (1994). *Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde*. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 10 (supl. 1, p. 146-155)

MACHADO, M. R. A. (2015). A violência doméstica fatal: o problema do feminicídio íntimo no brasil. CEJUS | Centro de Estudos sobre o Sistema de Justiça. Brasília, DF.

PRADO, D. & SANEMATSU, M. (2017). Feminicídio: #Invisibilidade Mata. Fundação Rosa Luxemburg. Instituto Patrícia Galvão. São Paulo.

NASCIMENTO, J. M. (2010). *O julgamento dos crimes passionais*. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5238

REGINATO, A. D. A. (2014). *Obrigação de punir:* Racionalidade penal moderna e as estratégias de Controle da violência doméstica contra a mulher. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE.

RIAL, C. (2004). Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. Revista antropologia em primeira mão. Florianópolis: Programa De Pós Graduação Em Antropologia Social.

SILVA, S. A., Lucena, K. D. T., Deininger, L. S. C., Coelho, H. F. C., Vianna, R. P. T., & Anjos, U. U. (2015). *Análise da violência doméstica na saúde das mulheres. Journal of Human Growth and Development*, (25(2), p. 182-186). doi: 10.7322/jhgd.103009

SILVESTRINI, D. F. (2014). *Os crimes passionais à luz da legislação brasileira*. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/29111/os-crimes-passionais-a-luz-da-legislacao-brasileira

TEIXEIRA, A. B. (2009). Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais. Editora Annablume, São Paulo, SP.

TELES, M. A. & MELO, M. (2002). *O que é violência contra a mulher* – Col. Primeiros Passos. Editora Brasiliense, Tatuapé, SP.

WAISELFISZ, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.

contato@portalrealize.com.br



ENTRE NORMAS E SUBVERSÕES: RESISTÊNCIA ÀS CONVENÇÕES DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE EM ESCOLA RELIGIOSA.

Cristiano José de Oliveira

Universidade Federal de Sergipe/cristianj_35@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar os discursos de subversões dos/as alunos/as, presente nas falas dos/as docentes frente às questões relacionadas à normatizações de gênero, sexo e sexualidade em uma escola religiosa. A pesquisa é de cunho qualitativo apresenta entrevistas semiestruturadas para análise desses discursos. Apesar de sentirem a necessidade da discussão gênero e sexualidade no âmbito escolar, levando-se em consideração as demandas em relação ao preconceito, à homofobia e a violência, os/as docentes não se sentem seguros e preparados para tais discussões. Diante das analises das narrativas, percebeu-se que apesar das normas, regulações, vigilância dos alunos e alunas, evidenciaram-se subversões que surgem num processo de transgressão ao discurso religioso e biológico no que tange ao gênero e sexualidade.

Palavras – chave: Escola Religiosa, Gênero, Sexualidade, Normatizações, Subversão.

Introdução

A atualidade tem sido assinalada pelos desafios nos espaços educativos e, quando se pensa em escola religiosa, os conflitos obtêm uma vasta repercussão em face aos dogmas, doutrinas e os discursos religiosos que diz respeito ao gênero, sexo e sexualidade. É certo que temas como esses se tornam mais inquietantes nos ambiente escolar, seja pelos/as docentes, discentes e corpo administrativo composto pelo quadro hierárquico. Quando se fala em sexo, logo vem a ideia do biológico, fisiológico e anatômico, desconsiderando que Foucault(1988), apresenta e compreende como uma "invenção social", levando em consideração a necessidade de regular o gênero, sexo e sexualidade por meio de discursos.

As normatizações é que forma um discurso da naturalidade e normalidade no espaço escolar e que é fabricado diariamente na escola religiosa. Se de fato existe uma discussão de efetivar a naturalidade da identidade sexual. Assim, Louro (2001, p.20) afirma que: "em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial , não natural, porque haveria a necessidade de tanto emprenho para garanti-la?

Dessa forma, percebe-se que a sexualidade pode ser construída e recriada, o que a grande modo não possa restringir a determinadas formas. Neste sentido:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discrição é



exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos. (FOUCAULT, 1988, p.30).

Sem duvida, os espaços educativos reproduzem e constituem subjetividades do que deve ser dito, e do que se devem dizer, instituindo verdades sobre gênero e sexualidade normatizando-os/as. É preciso estranhar o olhar do que é diferente para não tornar o diferente estranho, tal qual se faz com as diferenças. E que nas subversões, nos movimentos de resistências encontrados nas analises das falas de professores e professoras, que as categorias gênero e sexualidade provocam desordem e afetam a cultura, os discursos da Medicina, da Biologia e da religião, que, até então, tentavam conter a multiplicidade de sexualidade regulamentando o sexo por um sistema extremamente binário. É essa subversão pela própria norma que será tratado a seguir.

Assim, configura-se claramente um discurso pautado nas normas de gênero, e, por conseguinte, sua subversão é vista como estranho numa perspectiva de não reconhecer o outro. Poderíamos dizer:

Nessa perspectiva *queer*, a ideia seria trazer ao discurso as experiências do estigma de humilhação social daquelas pessoas que são frequentemente xingadas, humilhadas por causa da sua não normatividade de gênero. Isso tudo com o objetivo de modificar os aspectos da educação que ainda impõem, compulsoriamente, as identidades. (MISKOLCI, 2012, p. 17).

Essa concepção naturalizada da sexualidade pelos/as docentes que o espaço escolar se comunica, propagando a ideia de sexualidade única e fixa, discurso que normatiza a heterossexualidade, e que por sua vez mesmo com tanto controle da norma, percebe-se que alunos e alunas sejam subversivos. Assim, este artigo tem como objetivo analisar os discursos de subversões dos/as alunos/as, presente nas falas dos/as docentes frente às questões relacionadas à normatizações de gênero, sexo e sexualidade em uma escola religiosa. Buscarei apresentar algumas narrativas dos/as docentes sobre a subversão, enfatizando a religião como discurso da sexualidade/heterossexual, levando para o aspecto biologizante.

Para analise das práticas discursivas dos/as docentes referentes à subversão à sexualidade/heterossexual, tal qual a apreensão das narrativas no ambiente escolar religioso. Elaboramos uma entrevista semiestruturada onde buscamos levantar os discursos de 13 docentes do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental, vinculados a uma escola da rede privada do Estado de Sergipe.



A partir da elaboração de um roteiro de entrevista, aplicamos a técnica de entrevista semiestruturada. Definimos análise do discurso inspirado em Foucault (1996), para tratar as informações e discursos produzidos pelos/as docentes. Esse momento oportunizou-nos a compreensão dessas narrativas, como também, permitiu-nos entender a maneira que elas se constituem e que a subversão é um fato diante das práticas educativas a respeito das subjetividades que estabelecem num espaço educativo.

Subversões de gênero e sexualidade em escola religiosa

Nas narrativas que contam os professores/as entrevistados, existem episódios sobre, transgressões das demarcações de gênero e sexualidade. Mais precisamente, alunos/as subversivos, tanto heterossexuais e homossexuais "que atravessam ou que, de algum modo, embaralham e os sinais considerados próprios" de cada um desses corpos (LOURO, 2004, p.87), vão se constituindo os referidos docentes narram como esses/as alunos/as são tratados/as e seus posicionamentos frente às discussões.

Se masturbar é pecado? Pode se masturbar ou não (risos). Imagine em uma aula de religião o aluno sair com uma dessa. (Irmã Eleonora, 2015).

A fala da professora /freira, certamente traz a reflexão para aquilo que foge a regra, a norma estabelecida diante dos dogmas da igreja nesse espaço escolar. Nessa narrativa, observa-se claramente que o discurso religioso tem um peso do que deve ser dito e não dito diante de uma aula de religião, quando a freira diz: "Imagine em uma aula de religião o aluno sair com uma dessa". Dessa maneira, a escola, de forma particular é uma "[...] instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido" (CÉSAR, 2009, p.48).

Entretanto, o discurso religioso por vezes é surpreendido por outros discursos que não o da normatização, das regras, tal qual narra à freira: um aluno perguntou "se masturbar é pecado?", nesse momento surgem subversões em meio às regras estabelecidas, ainda que, por sua vez trate-se de uma situação que possivelmente venha fazer a turma na sala de aula a refletir, ou relacionar o pecado à masturbação, dentro de uma relação de pensar o que se pode fazer ou não, bem como fez o aluno. Todavia, "percebe-se que os conservadorismos presentes



nos dicionários não dão conta de perceber a potencia das subversões" (LIMA, 2014, p. 16). Entretanto, percebe-se que:

Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado "natural", nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais. (BUTLER, 2013, p. 139)

Por vezes, a ideia do tradicional e os papéis de representatividade do sujeito permeiam ainda hoje como fator inerente ao preconceito de discursos que formam sujeitos e criam olhares discriminatórios, bem como o fato de pais questionarem sobre a escola manter no quadro de docentes, sendo essa por sua vez uma escola religiosa, professores homossexuais, tal qual a narrativa apresentada:

"Temos professores homossexuais e que sempre somos questionados pelos pais porque isso aqui é uma escola religiosa e não pega bem, uma escola religiosa estar com professor desse jeito, disse um pai certo dia" (Irmã Eleonora, 2015).

Percebe-se que apesar do que expressa à professora /freira na narrativa "sempre somos questionados pelos pais, porque isso aqui é uma escola religiosa," ainda assim, o processo de subversão é existente na escola religiosa "temos professores homossexuais" quando a mesma toma posicionamentos que contrariam os dogmas da igreja, as regras, os discursos de reprovação, do preconceito, do diferente. Nesse contexto é necessário que os pais e mães:

Em vez de ver a questão da homossexualidade como sendo de interesse apenas para aquelas pessoas que são homossexuais, devemos considerar a forma como os discursos dominantes da heterossexualidade produzem seu próprio conjunto de ignorâncias tanto sobre a homossexualidade quando sobre a heterossexualidade. (BRITZMAN, 1996, p.92).

Assim, cobra da suposta masculinidade comportamentos pela heteronormatividade. É dessa forma que o olhar se torna mais treinado para o homem em detrimento da mulher.

Nessa perspectiva, a repressão torna-se o meio para que a ilegitimidade do sujeito não venha a propagar-se numa atitude transgressora frente aos demais tidos como normais ou dentro dos padrões sexuais aceitos socialmente. Assim é que, se completa, através do Foucault(1988, p.12), "[...] se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição a inexistência e ao



mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada". A omissão à discussão sobre temas como a homossexualidade na escola é, por conseguinte, silenciado quanto às questões emergentes e produtoras de preconceitos, tornando a homofobia cada vez mais intransigente.

Nesse ponto, apresenta-se outra intolerância no espaço escolar de acordo com a sexualidade:

"aí teve um aluno que disse professora eu quero ficar no grupo das meninas, aí pronto como ele já tinha esse jeito as meninas, começaram a ficar com gozação" (Professora de inglês).

Esta narrativa evidencia um rompimento com a invisibilidade exigida socialmente daqueles que por sua própria atitude contraria as normas existentes, o processo de subversão mostra a possibilidades e permanência das identidades sexuais e de gênero, bem como, a relação que se estabelece entre ambos. O traço marcante das características descritas cria subjetividade que colocam os que possuem *"esse jeito"* como narra à professora num lugar subjugado, sendo discriminado e colocado à margem da sociedade. Todavia, o sujeito subversivo não se preocupa com ser aceito ou não, de fato o que marca e demarca seu espaço de ação é sua ação transgressora, tal como se afirma:

Queer significa colocar-se contra a normalização venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormalidade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (LOURO, 2001, p. 39).

O espaço escolar muitas vezes, configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceito, bem como narra a professora no que dizem respeito ao aluno subversivo, "começaram a ficar com gozação", esses discursos transforma a sexualidade no processo de discrição de modos de produção dos corpos, a partir do discurso fortemente normativo. Os olhares, os discursos não invalidou a ação no processo de subversão em que o aluno se colocou ao escolher o "grupo das meninas".

Apesar desses discursos e práticas que buscam normalizar os comportamentos, nas falas e as atitudes de docentes e discentes no currículo analisado, foi possível encontrar alguns escapes. Afinal, de acordo com Foucault (1984, p. 248) "[...] não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual". A presença de um professor gay em uma escola religiosa, as performances dos meninos afeminados e as resistências aos



enquadramentos em grupos de meninos e de meninas evidenciam que muitas outras produções são possíveis neste espaço educativo. Portanto, é "percebendo esse movimento marcado por relações de poder e, entendendo que onde há o poder, apresentam-se as possibilidades de resistências e subversões da norma". (Lima, 2014, p.82).

Ainda que o discurso da escola religiosa traga a heterossexualidade como parâmetro de normalidade e que, assim, traga nos discursos uma heterossexualidade regulada, que normatiza falas, modos, gestos culturalmente construídos, reforçando e validando a construção de corpos, tal qual a acontece com a professora de Ciências:

"A professora de Ciências foi questionada pelos pais por levar um pênis de silicone e uma camisinha, tanto masculina bem como feminina para ministrar uma aula" (Professor de Educação Física).

No contexto familiar, o tema sexualidade ainda se encontra imerso em tabus e princípios morais fortemente enraizados, gerando problemas e/ou dificuldades para a ampliação de espaços de dialogo entre pais, mães e filhos/as. "Todavia, esse olhar não inviabilizou a ação da professora, tanto que, na narrativa do professor em que a mesma foi" questionada pelos pais" não a fez retroceder, calar, ao contrário, o ato de subversão da professora, certamente cria estratégias discursivas de que a norma pode e deve ser questionada, tal qual vemos em uma aula de ciências em escola religiosa cujo tabus são inerente ao processo de formação religiosa, em que o sexo e sexualidade não são tão discutidos, a professora trazer para aula "um pênis de silicone e uma camisinha, tanto masculina bem como feminina para ministrar uma aula".

Ainda que os pais e as mães tenham visto o ato da professora como uma transgressão, marcada por normas e regulações, faz-se necessário pensar outros aspectos de regulação desses corpos e que seria relevante perceber que o uso de preservativo (camisinha) para afastar o perigo do contagio das doenças sexualmente transmissíveis, bem como de uma gravidez não planejada entre outros aspectos, porém, os discursos de repressão impossibilitam esse reconhecimento, trazendo situações e momentos de transtornos sociais.

Desse modo, quando se pensa nos espaços educativos, devem-se levar em consideração as diferenças que passarão a compreender o sujeito socialmente falando, para não oprimir os diferentes, criando-se a intolerância, subjetivando-se alunos/as com olhares discriminatórios, tal qual afirma Junqueira: "[...] a escola configura-se, assim, como espaço institucional de opressão, o que deve, ainda, à participação ou à omissão dos sistemas de



ensino, da comunidade, das famílias, da sociedade, as instituições e do estado"(2009, p. 166). Esse controle minucioso não impede que os processos de subversões venha existir, fato esse o ato de namorar nos espaços da instituição:

"porque eles aproveitam os momentos de intervalos dos jogos, justamente para isso, para namorar, para paquerar. (Professora de Inglês).

Assim, a manifestação de afetividade ganha um modo de subversão por parte dos/as alunos/as, fazendo com que a forma coercitiva de expiar, vigiar e punir não seja posta, apesar da necessidade de controle da escola. O modo de subversão em que alunos/as apresentam frente às regras estabelecidas incorporam práticas no cotidiano desses sujeitos, onde se cria espaço de transgressão ao ato de vigilância. Portanto,

A norma *pode* e *é* subvertida. Todos os dias, em todos os espaços, homens e mulheres a desafiam. Alguns sujeitos embaralham códigos de gênero ou atravessam suas fronteiras; outros articulam de formas distintas sexogênero- sexualidade; outros ainda criticam a norma através da paródia ou da ironia. A hetoronormatividade constitui-se, portanto, num empreendimento cultural que, como qualquer outro, implica disputa politica. (LOURO, 2009, p. 91).

Portanto, a discussão de gênero amplia o significado e sentido atribuídos ao que é dito como normal e anormal, os quais são classificados como transgressores, e que isso não é apenas um ato dos heterossexuais , bem como homossexuais, intersexos, bissexuais, transexuais e tantos quantos que correspondem às ideias de gênero culturalmente estabelecidas. Assim, o sexo passou a ser gerido e regulado por concepções diversas tais como: taxa de natalidade, frequência das relações sexuais, relações fecundas ou estéreis, práticas contraceptivas. Esses exemplos de elementos de análise e intervenção estatal do corpo da população que foram utilizados, tal qual diz Foucault (1988) quando discute relação de poder.

Que o estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso do que eles fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar a sua pratica. Entre o estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; todas umas teias de discursos, de saber, de análise e de injunções o investiram. (FOUCAULT, 1988, p.29).



Nesse ponto, apresenta-se outra situação vivenciada nesse espaço educativo, em que o não cumprimento dessa norma instituída é visto como diferente tido como fora do padrão, anormal e transgressor:

"Ela pegava a calça do irmão e ia, sem contar que ela se enchia das tatuagens de chiclete, essas coisas. Os coleguinhas ficavam realmente comentando na sala de aula: porque ela vem assim?" (Professora de Inglês).

A narrativa da professora está atravessada por um discurso que tenta normalizar os sujeitos. Ela acredita que acessórios e vestimentas precisam obedecer às normas do uso do uniforme. Está bem expresso em sua fala que os diferentes, discrepantes, divergentes são vistos como transgressores e por isso são denominados "problemas" escolar. Não é o vestir saia que define o ser menina, mas quando se depara com uma aluna que veste calça, cria-se um preconceito que se estabelece na fala dos/as colegas. O dizer "ela pegava a calça do irmão" é para professora uma provocação a norma. Contudo, mesmo diante dos comentários dos/as colegas "porque ela vem assim" a aluna não se intimidou a ser e fazer o que ela gostava de fazer, com aquilo que se identificava quanto ao gênero. São esses discursos que circulam no espaço da escola investigada, que nomeiam e produzem certas posições dos sujeitos, bem como suas próprias atitudes (CARVALHAR, 2010). Nessas práticas discursivas, torna-se difícil que meninas e meninos percebam que sua conduta não tem qualquer relação com capacidades inatas, nem naturais, mas foram construídas socialmente e reproduzem os modelos de conduta existentes. No entanto, subverter é reinventar, tal como se afirma:

É preciso perceber que todo processo de assujeitamento traz possibilidades de subversão e esta potencia de subverter é a potência criativa da vida, a garantia de que a própria vida só é vida porque pode ser subvertida e reinventada. (LIMA, 2014, p. 82).

A despeito das regulações aqui analisadas, com demarcações do que é de menino e menina, em razão das normalizações do menino masculinizado e da menina feminilizada, as vestimentas que ganham aspectos que nomeiam o sujeito, se heterossexual ou homossexual quando discutida a questão das vestimentas e as cores nas roupas, muitas vezes não é questionado sobre o padrão da norma. Ainda assim, outros contornos são dados por aqueles que enfrentam a heteronorma, com características de subversão, como a menina que veste calça, o menino que quer participar de grupos de meninas, fazendo com que esses discursos ganhem força na dinâmica de enfrentar os muros do preconceito e da discriminação.



Considerações finais

Portanto, percebemos um conflito existente no que tange as discussões de gênero, sexo e sexualidade em uma escola religiosa. O espaço educativo é um local onde espera se desnaturalizar e desnormatizar discursos e ideias extremamente sexistas. É inadmissível não perceber o modo em que e como as transformações sociais acontecem e existem. Os/as professores/as são agentes e formadores de opiniões e invalidar a pluralidade é criar discursos extremamente preconceituosos e discriminatórios, o que impede a garantia de liberdade de expressão, de oportunidades efetivas na participação direta e indireta de alunos e alunas nos diversos espaços sociais.

Nos relatos dos/as docentes, ficam evidente que alunos e alunas criam seus modos e posturas de subversões frente às normatizações e regras estabelecidas diante dos dogmas e discursos religioso, levando em consideração que a escola é o espaço em que se espera criar discussões que propicie o pensar, refletindo sobre as demandas sociais da diversidade, seja ela de gênero, sexo e sexualidade, pois além de tonar-se um local onde as diferenças são múltiplas e aparentes, é um local de debate continuo, com um olhar para o pensamento critico, de tonar aluno/a autônomo, em que esperar ser um espaço de convívio social de praticas efetivamente democrática.



BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. Educação e realidade. Vol.21(1), jan/jun. 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**; tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2013.

CARVALHAR, Daniele Lameirinhas. **Currículo da educação infantil**: sexualidades e heteronormatividades na produção de identidades. In: PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). Pesquisas sobre currículos e culturas. Curitiba: CRV, 2010. p.31-52.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidades e educação**: notas para uma "epistemologia". Educar, Curitiba, n.35. p. 37-51, 2009. Editora UFPR.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. vol. 1: A vontade de saber. 11ed. Rio de

Janeiro: Graal. 1988.

______. A ordem do discurso. 5. Ed. Tradução de Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

______. História da sexualidade 2. O uso dos prazeres; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque; Rio de Janeiro: Grall, 1984.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. (org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/Secretária de Educação continuada, alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

LIMA, Fátima. **Corpos, gêneros, sexualidades**: políticos de subjetivação; textos reunidos. 2ed. rev. Atual. – Porto Alegre; Rede UNIDA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diverdidade Sexual na Educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, secretaria de Educação continuada, alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009.

Diversidade; UNESCO, 2009.	3 /		,	,	,
Teoria Queer – Uma pe em http://www.scielo.br/pdf/ref/v	-	-	,		
Um corpo estranho : e Autêntica, 2004.	nsaios sobre se	exualidade e	teoria queer	. Belo Hor	izonte
O Currículo e as d Vorraberg(org.): O currículo na edição, 2001.	,		0	,	

MISKOLCI, Richard. Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte:



Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2012



EQUIDADE E DIVERSIDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS ESCOLARES: SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUEER

Thaynara Oliveira da Silva; Pedro Paulo Souza Rios; André Ricardo Lucas Vieira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: <u>inara.18@hotmail.com</u>; Universidade Federal de Sergipe – UFS, e-mail: <u>peudesouza@yahoo.com.br</u>; Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: <u>sistlin@uol.com.br</u>

Resumo: O presente estudo buscou analisar as relações de equidade e diversidade de gênero, presentes na instituição escolar, considerando que as mesmas constituem os sujeitos e suas relações subjetivas e sociais. Dessa maneira, entendemos que faz-se necessário abordar a temática na escola, visando uma educação pautada no respeito à diferença, concebendo sujeitos mais equitativos, princípios previstos constitucionalmente. Nesse sentido, a discussão discorrerá sobre os conceitos de gênero e sexualidade, adentrando no espaço escolar, percebendo o mesmo como formador de subjetividades. O estudo teve como *lócus* um Colégio Público Estadual, no Território Baiano de Identidade Norte do Itapicuru, e teve como sujeitos estudantes do ensino médio. Nosso objetivo é analisar como a escola trabalha as questões de equidade e diversidade de gênero a partir do currículo; e quais as subjetivações de gênero que estão presentes no espaço escolar. Com abordagem qualitativa fenomenológica, foi utilizado o método da triangulação de dados, a partir do questionário de múltipla escolha, oficinas e entrevistas semiestruturadas. Foi possível evidenciar que a escola é atravessada pelas relações de gênero. Destacase ainda a importância de tal pesquisa no âmbito educacional, ressaltando a necessidade de enfrentamento ao respeito à diversidade vir se tornando mais imediato e diário.

Palavras-chave: Equidade, Diversidade de Gênero, Educação, Currículo.

INTRODUÇÃO: GÊNERO, UMA CATEGORIA EVIDENCIADA

O final do século XX e início do século XXI foram profundamente marcados por lutas em defesa dos direitos humanos, merecendo destaque a luta das mulheres, pela equidade de gênero, pela igualdade étnico-racial e pelo respeito à diversidade sexual. Contudo, a crescente onda de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada. Vivemos em uma época marcada pela construção social dos papéis pautados na heteronormatividade, oriundos do pensamento moderno a partir das relações de poder estabelecidas de maneira dicotômica: homem/mulher, brancos/negros, hetero/homo, presença/ausência, teoria/prática, ciência/ideologia (LOURO, 2014).

Desde 2014 a temática gênero tem despontado dentre os assuntos mais discutidos no Brasil (RIOS, 2016). O assunto tem causado grande repercussão nacional, desde que alguns líderes partidários cristãos católicos/evangélicos têm buscado silenciar a discussão, forçando arbitrariamente a retira de conteúdos relacionados à equidade de gênero da matriz curricular da educação básica.



Nesse sentido, Louro (2014) chama a atenção acerca da importância de se olhar de maneira especial para a escola, não somente devido à discussão dessa temática, mas porque, a escola nas sociedades urbanas veio conquistando espaço, sendo alvo de atenção dos religiosos, do Estado e das famílias, justamente por se entender que essa instituição é necessária para formação de meninos e meninas.

Dessa maneira, o presente trabalho pretende refletir acerca das relações de gênero e educação ao longo do processo histórico, ao tempo em que visa abordar elementos conceituais contemporâneos, levando em consideração leis e parâmetros definidos para educação básica, a saber, a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN'S, que trazem como tema transversal, orientação sexual, buscando perceber como a escola tem trabalhado as questões relacionadas à orientação sexual e de gênero.

Para tal compreensão suscitamos algumas inquietações epistemológicas: de que maneira a discussão acerca das temáticas equidade e diversidade de gênero, orientação sexual adentram a escola? Quais são subjetivações de gênero presentes no espaço escolar? O currículo escolar consegue atender às questões contemporâneas?

1 GÊNERO,UM CONCEITO METAMÓRFICO

Poderíamos dizer que gênero é um conceito metamórfico, dada a sua mobilidade e capacidade de reinvenção constante. Enquanto conceito ele não é estático em si mesmo, ao contrário é fluído. Assim, não encontramos em dicionários uma definição que dê conta de abarcar tal conceito.

Contudo, ao ser abordado numa perspectiva conceitual faz-se necessário leva-lo em consideração enquanto constituinte dos sujeitos, das relações de poder, das construções sociais que tentam adequar, ajustar e normatizar o sexo, os corpos e as subjetivações dos sujeitos tendo por parâmetro um modelo único, não considerando as diferenças étnicas, culturais, de classe, sexo, geração e religiosa.

Com o intuito de compreender o conceito em sua dinamicidade faremos um apanhado histórico a partir da teória de Beauvior (1949), Scoot (1988), Saffioti (1994), até as mais contemporâneas como Louro (2007) e Butler (2007), por considerar que suas teorias dão conta de responder às indagações epistemológicas aqui suscitadas.



Para Rios (2016), todas estas teorias transitam por uma perspectiva fenomenológica. Contudo, Scoot (1998) e Louro (2007) inauguram uma nova perspectiva nos estudos de gênero a partir do pós-estruturalismo, notando-se uma intersecção entre as teorias, tendo em vista que as mesmas se completam, rejeitando o determinismo biológico para justificar as distinções presentes entre os sexos que são tão reforçadas pelas instituições formadoras dos sujeitos, como a família e a escola.

Butler (2010) ainda vem nos dizer que a instabilidade do gênero, é um processo que não tem nem origem nem fim, de modo que é algo que "fazemos" e não algo que "somos". Como a sexualidade é fator intrínseco à subjetividade, o que denota a aparência de estabilidade e naturalidade da norma binária de heterossexualidade são os modos pelos quais os fatos naturais corpóreos adquirem significado cultural por meio do gênero (BUTLER, 2010).

Nessa perspectiva, a categoria gênero visa desnaturalizar e historicizar as desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres, onde são considerados fatores provenientes meramente apenas biológicos, sendo entendida de modo histórico e relacional e não como "oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres" para que não se incorra no erro de deixar de identificar "os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres" (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Portanto, gênero deve ser analisado e compreendido de forma mais ampla, englobando não apenas o sexo feminino, ao contrário busca estabelecer a relação dialética entre masculino e feminino como conceito e categoria histórica. Ao fazer isso o que se pretende é sair do discurso de via única, que anterior a essa concepção, tinha como objeto de estudo apenas as questões relacionadas às mulheres e a feminilidade, se fechando nela mesma, não tratando da dialógica existente entre os dois gêneros.

2. EQUIDADE, DIVERSIDADE DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

De acordo com Louro (2014) não há como pensar a educação dissociando-a da discussão de gênero e sexualidade, considerando que em muitos casos é nesse período que os/as adolescentes irão passar pelas primeiras transformações no corpo e, consequentemente farão as primeiras descobertas relacionadas à sexualidade.

As relações de poder estão presentes nos mais distintos espaços, o que (LOURO,



2014) chama atenção, colocando as relações sociais como relações de poder, sendo necessário refletir sobre a inserção dos sujeitos neste processo, e o mesmo como constituinte das identidades.

De acordo com Rios (2016) a escola é a instituição onde se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade, exercitando dessa forma uma pedagogia da sexualidade e do gênero, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou formas de viver sua sexualidade e seu gênero.

2.1 Abordagens de gênero e diversidade na escola: orientações dos PCN's

A partir dos critérios descritos nos PCN's, os conteúdos foram organizados em três blocos ou eixos norteadores: 1) Corpo: matriz da sexualidade; 2) Relações de Gênero; 3) Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids.

No primeiro eixo Corpo: matriz da sexualidade atenta-se para a percepção do que é o corpo, biologicamente falando, percebendo a sexualidade como constituinte deste corpo, para além dele percebendo também o psicológico e social que constituem outras partes deste corpo, como fica explícito nos PCN's, para a compreensão da abordagem proposta no trabalho de orientação sexual, deve-se ter em mente a distinção entre os conceitos de organismo e corpo. Há que considerar, portanto, os fatores culturais que intervêm na construção da percepção do corpo, esse todo que inclui as dimensões biológica, psicológica e social (BRASIL 1998, p. 33).

No segundo eixo, Relações de gênero, os PCN's descrevem que:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de "masculino" e "feminino" como construção social (BRASIL, 1998, p.37).

Nesse mesmo sentido Louro (2014), ressalta que para se entender as relações de gênero devemos observar as construções sociais presente na sociedade em torno dos sexos.

O trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. Desde muito cedo são transmitidos padrões de comportamento diferenciados para homens e mulheres. A flexibilização dos padrões visa a permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano e que são dificultadas pelos estereótipos de gênero (BRASIL, 1998, p.38).



Sendo indispensável o posicionamento do/a educador/a para tais questões buscando sempre atentar-se para os discursos da promoção da equidade, de respeito à diversidade, preocupando-se com a formação de identidades plurais e múltiplas, respeitando as diversidades étnicas, sócias, sexuais, de gênero, religiosa.

O terceiro eixo, que trata da Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids os PCN's, de uma maneira geral, reforça que o trabalho de Orientação Sexual visa a desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos, afirmando-a como algo ligado ao prazer e à vida; sendo este de natureza do ser, descontruindo percepções equivocadas sobre a temática, ajudando os sujeitos a se perceberem de forma natural neste processo de desenvolvimento, de maneira responsável e segura.

Ao trabalhar com a prevenção da Aids, são conteúdos indispensáveis as informações atualizadas sobre as vias de transmissão do vírus HIV (fluidos sexuais, sangue e leite materno contaminados), o histórico da doença, a distinção entre portador do vírus e doente de Aids e o tratamento. Os professores precisam incentivar os alunos na adoção de condutas preventivas (usar camisinha, calçar luvas ao lidar com sangue) e promover o debate sobre os obstáculos que dificultam a prevenção. A promoção da saúde e o respeito ao outro vinculam-se à valorização da vida como conteúdos importantes a serem trabalhados. Esses conteúdos devem propiciar atitudes responsáveis (tanto individual quanto coletivamente) diante da epidemia, solidárias e não discriminatórias em relação aos soropositivos, enfatizando o convívio social (BRASIL, 1998, p.42).

Todas essas questões permitem a constituição de identidades que respeitem as diferenças, conforme falado anteriormente. Contudo, é importante salientar que a educação se constitui, por sua natureza, enquanto evolui na construção de uma sociedade mais tolerante, com mais equidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam como se trabalhar tais questões de acordo com a faixa etária dos estudantes, como sendo norteador para a instituição escolar e para o/a educador/a, possibilitando melhores ações pedagógicas, visando à construção de identidades menos oprimidas socialmente.

3. METODOLOGIA: CAMINHOS PERCORRIDOS

O presente estudo buscou compreender as relações de gênero dentro do espaço escolar, entendendo essas relações como constituintes dos sujeitos, atravessando as mais diversas instâncias e instituições da sociedade, baseando-se nos pensamentos teóricos de



Louro (2014), a escola é atravessada pelos gêneros. Nesse sentido, torna-se necessário compreender os gêneros existentes na escola, se estes gêneros são abordados por parte da escola e que sentido de gênero a escola aborda.

A presente pesquisa é de caráter qualitativo. De acordo com Marconi e Lakatos (2004) a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento.

Destacando ainda que tais questões devem levar em consideração a subjetividade dos sujeitos, indagando que além de qualitativa também é fenomenológica (André, 1995).

Assim, uma pesquisa qualitativa fenomenológica, irá basear-se no sentido dado pelos sujeitos aos acontecimentos e interações sociais tendo em vista a complexidade do comportamento humano.

Para a análise de dados, foi utilizada a triangulação, permitindo olhar para a questão da pesquisa a partir de diversos ângulos, ou seja, de mais de uma fonte de dados. Segundo Triviños (1987, p.138) "A técnica de triangulação de dados tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco de estudos".

Os instrumentos utilizados na triangulação dos dados foram: 1) Questionário fechado de múltipla escolha, subdividido em três etapas: identificação, informações sobre sexualidade e gênero, e informações sobre educação e gênero; 2) Oficinas, por se tratar de um processo de construções conversacionais dialógicas, e que compreende o grupo enquanto lugar discursivo de negociação (RASERA e JAPUR, 2007) e; 3) Entrevistas semiestruturadas, com os/as estudantes que haviam participado das oficinas que eram maiores de dezoito anos e aceitaram ceder a entrevista, nesse caso, todxs do terceiro ano. As entrevistas semiestruturadas consistiram em uma conversação com o propósito de obter informações para uma investigação, sempre envolvendo duas ou mais pessoas (GRESSLER, 2003).

3.1 Lócus da pesquisa: o espaço escolar

O Colégio escolhido como *lócus* da pesquisa foi está localizada no Território de Identidade Norte do Itapicuru na Bahia, município de Senhor do Bonfim – Bahia, conhecida por seu uma escola que tem um modelo referencial na proposta pedagógica. O Colégio oferece educação de ensino médio, nos turnos matutino e vespertino, num total de 810 estudantes matriculados, sendo 496 do turno matutino e 314 do turno vespertino. O primeiro ano do ensino médio está dividido em cinco turmas, o segundo ano em cinco turmas e o



terceiro ano em quatro turmas, tendo um total de quatorze turmas.

3.2 A trajetória: aplicação dos questionários, oficinas e entrevistas

A pesquisa se deu com estudantes do turno matutino, sendo que só doze turmas responderam os questionários, ficando uma turma do primeiro ano e uma do segundo ano sem receber, por não estarem na escola no dia da entrega dos questionários.

Foram distribuídos duzentos (200) questionários, deixando livre para quem desejasse responder. Foram devolvidos cento e quarenta e dois questionários (142), sendo que desses vinte e dois (22) não estavam preenchidos totalmente, restando cento e vinte (120) questionários para serem tabulados e posteriormente analisados.

Optou-se por classificar os estudantes que participaram das entrevistas semiestruturadas com a letra E, seguido de um numeral, sequencialmente.

4. O GÊNERO QUE ADENTRA A ESCOLA

Dos instrumentos de coleta de dados, é importante ressaltar alguns dados quantitativos, considerando que o questionário de múltipla escolha foi o primeiro método utilizado. Os dados aqui elencados dizem respeito à primeira parte do questionário, que buscou traçar um perfil dos sujeitos da pesquisa.

Dos 120 questionários devolvidos 58% são do sexo feminino e 42% do sexo masculino, sinalizando que a pesquisa tem um contingente maior de mulheres. Quando perguntados sobre a orientação sexual 86% se declararam heterossexuais e 14% LGBTT – gays/lésbicas/trans/bi/pansexual. Se compararmos o dado referente ao sexo dos/as estudantes envolvidos/as na pesquisa com o contingente de estudantes matriculados/as no Colégio perceberemos que as mulheres também correspondem à maioria, chegando 61%. Louro (2006) aponta que esse fenômeno tem sido recorrente no Brasil. Salienta Louro (p. 56) que "as mulheres deixaram de ser minoria dentro das escolas e universidades brasileiras desde a década de 1980".

4.1 Conversando sobre equidade de gênero e diversidade

Mesmo estando em evidência nos distintos espaços: mídias abertas e fechadas, jornais, revistas, livros, academias e escolas, dentre outros, as questões de gênero ainda são vistas muitas vezes apenas na perspectiva binária, ou seja, homem/mulher. Os dados e falas aqui



apresentados são dos questionários e das oficinas, utilizando EM para estudante masculino e EF para estudante feminina, sequenciando de acordo com a ordem das falas.

Das/os estudantes envolvidos/as na pesquisa, 60% responderam que gênero é um assunto que diz respeito às questões relacionadas à temática homem/mulher. Esse binarismo também foi constatado durante as oficinas e nas entrevistas semiestruturadas. Sobre isso E1F responde que: "Gênero é masculino e feminino".

É importante ressaltar que mesmo na perspectiva binária foi notório que os/as estudantes estão formulando suas ideias acerca do assunto. Contudo, também ficou evidenciado que os/as mesmos/as já conseguem pensar gênero e orientação sexual de maneira distinta. Sobre isso E2M pontua que: "Eu tenho procurado entender a diferença de sexo para gênero, sei que não é a mesma coisa [...] como também sei que orientação sexual é outra coisa".

Todos/as afirmaram ter contato com pessoas de orientação sexual não normativa e 85% disseram ter amigas/os gays/lésbicas, convivendo com os/as mesmos/as. Ao abordar essa temática numa das oficinas E2F se posicionou reivindicando respeito. "Nós merecemos respeito! Não é só porque somos bi que não merecemos ser respeitadas". Declarou, sendo aplaudidas.

Ao se referir ao público LGBTT a E3F afirma que: "Aqui mesmo na escola tem muitas pessoas". Tais afirmações sinalizam que as questões inerentes às relações de gênero, sexualidade, orientação sexual, dentre outas relacionadas ao assunto fazem parte do cotidiano da escola, só não vê quem não quer. Conforme afirma Louro (2014, p. 93) "a escola é atravessada pelos gêneros".

No entanto, quando o assunto é gênero, sexualidade, sexo, orientação sexual, a escola só apareceu em quarto lugar. A família, incluindo pai/mãe, irmãos/irmãs e parentes próximos, com 40% liderou o *ranking*; amigos/as ou grupos de convivência aparece em segundo lugar com 20%; internet, livros, filmes, revistas, jornais e similares atingiu 15% e; à escola coube 13%. Sendo que 2% responderam outros meios, como igreja, associação, sindicato, movimento estudantil.

Presentes nos variados contextos sociais cada vez mais difundidos pelos meios de comunicação, gênero, sexo, diversidade, orientação sexual tornaram-se assuntos eminentes nas escolas. Tácitas ou implícitas, ainda que não se possa dizer que as relações de gênero tenham se impregnado oficialmente no cotidiano e no currículo da escola, cada vez mais se fazem presentes na vida dos sujeitos que lá convivem.



4.2 Por um currículo que respeite as diferenças de gênero, sexualidade e diversidade

As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vivenciadas a partir da singularidade de cada um/a, apontando para a equidade entre os sexos, uma vez que os processos de produção das diferenças sexuais e de gênero também permeiam as práticas pedagógicas, estando presente nos livros e nos diferentes componentes curriculares. As seguintes falas foram coletadas nas entrevistas semiestruturadas, utilizando EM para estudante masculino e EF para estudante feminina, sequenciando de acordo com a ordem das falas.

Para os/as estudantes essas temáticas como orientação sexual, sexualidade, afetividade, diversidade, relações de gênero devem ser abordadas durante as aulas. Para E3F comenta: "Esses assuntos devem sim ser trabalhado na escola. Assim, diminuímos o preconceito e aprendemos a respeitar o outro". Já o E4M: salientou que "[...] é um tema muito importante a ser trabalhado na escola. Porque é um tema muito atual e que as pessoas têm muitas dúvidas". Nas falas é notório desejo dos/as estudantes em aprender sobre a temática.

Durante a realização das oficinas uma das atividades realizada tinha por objetivo perceber de que maneira esses assuntos eram abordados na escola. Sendo evidenciado que a escola não trabalha as questões de gênero na perspectiva curricular, conforme sinaliza E1M: "[...] esses assuntos a escola nem discute com a gente". Sendo reforçado por E5F "Conversar sério como a gente tá fazendo aqui? Faz nem medo". Louro (2014) argumenta que ao fazer isso a escola está deixando escapar uma oportunidade impar de refletir sobre temas atuais e de interesse dos/as estudantes, ao tempo em que perdem a oportunidade de repensar o currículo que está posto na escola.

A partir dos dados coletados, tanto nos questionários, quanto nas entrevistas e nas oficinas foi possível perceber que o conceito de gênero trabalhado na escola, ainda é o conceito meramente biológico dos sexos, no componente curricular biologia, não havendo esclarecimento sobre o que de fato ocorrerá ou deve ocorrer, tendo em vista que a temática está prevista na constituição e deve ser trabalhada como tema transversal.

Dessa maneira, entendemos que a escola necessita de um conjunto de orientações didático-pedagógicas e de uma tomada de decisão sobre quais pressupostos políticos, ideológicos, filosóficos, irá priorizar para encaminhar a sua prática educativa, uma vez que através dela muitos preconceitos, discriminações podem ser transmitidos.

A prática educativa não se restringe apenas ao saber sistematizado fruto de uma



cultura dominante, mas, incorpora também a cultura dos/as alunos/as, os/as quais envolvem toda uma teia de relações sociais, onde estes saberes são construídos.

Para que o currículo possa por meio do desenvolvimento de suas práticas pedagógicas favorecer à construção de um projeto social de educação voltado à construção de uma cidadania pautada na equidade na diferença, faz-se necessário lutar pelos ideais de uma sociedade, cada vez mais justa e igualitária, através de ações que priorizem o respeitos à diversidade como possibilidade de superação da discriminação, da opressão e da exclusão, que se submete um gênero ao outro.

À GUISA DA CONCLUSÃO: SÓ NÃO VÊ QUEM NÃO QUEER

Com o intuito de traçar caminhos pedagógicos que favoreçam a equidade de gênero e o respeito à diversidade, nos espaços escolares, foi possível perceber a importância de desenvolver temas como sexualidade, gênero e diversidade de forma efetiva com os estudantes. Considerando sua importância e, contribuição para a superação de atitudes discriminatória, principalmente no espaço escolar, a busca constante por estratégias para combater a discriminação e o preconceito deve reger a nossa prática docente diariamente.

A partir da pesquisa percebemos que não é através da escola que os sujeitos têm seu primeiro contato com os assuntos de gênero, sexo, orientação sexual, afetividade. Deixando claro que a chamada "ideologia de gênero" apresenta equívocos, com a intenção de extinguir tais temáticas do espaço escolar. Contudo, entendemos que levar as questões relacionadas a gênero, sexualidade e diversidade para dentro de sala de aula exige conhecimento teórico e, ao mesmo, a compreensão de como desenvolver esses temas articulando a interdisciplinaridade com as demais disciplinas que compõem o currículo.

Salienta-se então, a necessidade da escola repensar a forma de produzir, veicular, pensar, dizer, agir e viver a realidade diversa e complexa que envolve os sujeitos da educação. Repensando também sua maneira de contribuir como profissional da educação na construção de uma sociedade igualitária em todos os níveis das relações humanas.

Vê-se ainda a importância dos/as educadores/as buscarem conhecimento científico sobre a referida demanda, pois se sabe que o processo de ensino-aprendizagem é muito complexo e requer um preparo prévio do/a profissional da educação, e acima de tudo não deixar de reconhecer o seu papel enquanto profissional que leva a uma sociedade a sua contribuição. Discutindo assim sua função social no tratamento pedagógico de questões de



gênero e diversidade sexual.

Sendo a escola um importante espaço de construção e reconstrução de relações sociais, acaba por contribuir, muitas vezes, para reforçar os comportamentos dominantes, machistas, patriarcais e heteronormativos. Dessa maneira, compreende-se que enquanto não for abordado na construção social e histórica do homem, o debate de gênero e diversidade sexual na educação, fica enfraquecida a formação de educandos, reforçando comportamentos discriminatórios.

Faz-se necessário e urgente compreender os desafios atuais, a partir da lógica que as políticas educacionais estão adotando, bem como as determinações que são postas pelas condições da formação e do trabalho, mas também buscar formas criativas de superação desses entraves para estimular o combate ao preconceito na escola.

Não é nossa intenção esgotar conteúdo aqui abordado com esse estudo, ao contrário, pretendemos fomentar o debate. Contudo, à guisa da conclusão, retomaremos as indagações que suscitaram esse estudo: de que maneira a discussão acerca da temática sexualidade, gênero, orientação sexual adentra a escola? Quais são as subjetivações de gênero presentes no espaço escolar? Só não ver quem não quer!

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Etnografia da prática escolar**. Campinas – SP: Papirus, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. v. I. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Brasília: 1996. Acessado em 02/10/2017. http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_led.pdf

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MECSEF, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós, 2010.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: Projetos e relatórios**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.



LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria** *queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas Redes do Conceito de Gênero**. In: LOPES, M.J.M. MEYER, D.E. WALDOW, V.R. (orgs). Gênero e Saúde. Porto Alegre/RS: Artes Médicas, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pósestruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

RASERA, Emerson Fernando; JAPUR, M. **Grupo como construção social.** São Paulo: Vetor, 2007.

RIOS, Pedro Paulo de Souza. **Da terra seca brota uma flor**: relações de gênero educação no contexto semiárido. Curitiba: CRV, 2016.

SAFFIOTI, H.I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1994.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, Augusto N.S; Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1ª Ed, São Paulo, Atlas, 1987.



ESTERILIZAÇÃO DA AUTONOMIA: ESTUDO CRÍTICO A RESPEITO DA LEI Nº 9.263/12/1996 E A MEDICALIZAÇÃO DOS CORPOS

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha: Antônia Eudivania de Oliveira Silva

Universidade Regional do Cariri, <u>mariaclararochaa@outlook.com</u> Universidade Regional do Cariri/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, eudivaniasilva@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe-se a tencionar sobre a lei que trata do planejamento familiar e a esterilização voluntária nº 9.263/12/96, na qual a legislação afirma que a realização do procedimento cirúrgico só é permitida por pessoas com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos ou, pelo menos, com dois filhos vivos, e na vigência de sociedade conjugal, a esterilização subordina-se da aprovação expressa de ambos os cônjuges. Em virtude disso, a questão deste estudo pretende focalizar nos questionamentos que correspondem à vida reprodutiva das mulheres, refletindo desse modo na sua liberdade decisória sobre o próprio corpo, seus direitos civis e sociais. Desse modo, a pesquisa qualitativa se utilizou de análises bibliográficas e documentais, como a averiguação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.097, com intuito de levantar discussões e esclarecimentos no que tange as teorias de planejamento familiar, heteronormatividade, relações entre corpo e poder, além das hipóteses relacionadas às concepções da imagética da figura feminina ser associada à maternidade compulsória. No intuito de denotar que esse dispositivo legal obstaculiza inúmeras mulheres de dispor desse método contraceptivo, ocasionando em muitos casos em gravidezes indesejadas. As circunstâncias e motivações do estudo se consistem numa sequência de situações, fatos ou ações que, envolvem as vivências e lutas das mulheres por tratamento igualitário no ordenamento civil, evidenciando-se assim, urgente e necessária atenção ao tema.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais, Bio-política, Autonomia

INTRODUÇÃO

Eu já morei na tal da feira moderna, mas saltei de banda e hoje sou meu próprio patrão e ninguém me manda. (Elza Soares, 1972)

O desempenho dos movimentos de mulheres no Brasil (denominado ''lobby do batom) fez com que no processo de reavaliação do texto constitucional, fossem englobadas propostas relacionadas aos direitos das mesmas à Assembléia Nacional Constituinte. Identifica-se o art. 5°, CF/88 como exemplo, no qual alega todos serem iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, traduzindo-se estes no direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Importante salientar que igualdade neste ensaio não significa homogeneidade ou uniformidade, entendendo porquanto que esse termo deve se traduzir na verdade no direito a diferença, de forma tal, que a desigualdade não seja consequência disso, tratando-se de forma respeitosa e idiossincrática o assunto.

Houve no século XX, com ascensão de movimentos sociais de mulheres, enfrentamentos com pretensão de obter direitos políticos, civis e sociais, com foco nos



direitos trabalhistas, representação governamentais, à propriedade e à aquiescência aos direitos reprodutivos. (CARVALHO et all., 2016, p. 24)

Já no final do século, em 1995, acontece a 4° Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Beijing, China. A Plataforma de Ação constata 12 áreas cruciais no que concerne à conjuntura das mulheres no mundo inteiro, nas quais: preocupação com a pobreza, a educação e formação profissional, as violências contra as mulheres, estruturas políticas, sobre os conflitos armados, autonomia para tomar decisões, atenção às precações de saúde da mulher dentre outros. (VIOTTI, 2006, p. 181)

Mesmo a Plataforma de Ação tendo como objetivo o empoderamento da mulher, tratando dos mais diversos tipos de autonomia feminina, é necessário que concomitante a essa iniciativa, o levantamento financeiros nacionais e internacionais, o apoio e realizações de atividades e/ou políticas públicas das instituições em todos os seus âmbitos e das organizações internacionais para a efetivação dos Direitos Fundamentais das mulheres de cada Nação integrem esse tipo de campanha.

Subsecutivo a essa conferência, em dezembro de 1995 é decretada e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a lei nº 9.263, que concerne ao planejamento familiar e a esterilização voluntária. Tendo como sustento o art. 226, CF/88, enunciando a família como base da sociedade, sendo assim, com especial proteção do Estado. Além dos itens encontrados no §5°, §7° e §8° do mesmo dispositivo, que dão ênfase a matéria pertinente à relação conjugal, discorrendo que os direitos e deveres relativos à sociedade conjugal são representados igualmente pelo homem e a mulher; em seguida do dever do Estado proporcionar meios científicos e educacionais para o exercício dos direitos envolvidos nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável; a responsabilidade estatal em favorecer assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, promovendo modos de coibir a violência no domínio de suas relações.

Ainda que o Ministério da Saúde só insira a laqueadura tubária e vasectomia no rol de procedimentos cirúrgico do Sistema Único de Saúde (SUS) no ano de 1997, através da Portaria nº 144² e, logo depois, a Portaria nº 048³, permitindo a esterilização voluntária nos termos do Art. 10° da lei supramencionada.

³ Brasília: Diário Oficial da União, 1997. 3. Secretaria da Assistência à Saúde. Portaria no 048 de 11 de fevereiro de 1999. Brasília: Diário Oficial da União; 1999.

¹ "A pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer". (FREIRE, 2005, p. 2)

² Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria n° 144 de 20 de novembro de1997.



Segundo a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) ⁴ realizada em 1996 pelo Ministério da Saúde e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, foi constatado que a predominância de usos de métodos contraceptivos no Brasil mostra que, do total de 76,7% de mulheres em união consensual, 70,3% usam os métodos contraceptivos atuais. Sendo que, 40,0% se encontram esterilizadas, 21,0% fazem uso da pílula anticoncepcional, 4,4% usam condom, 2,4% outro métodos, 6,0% recorrem à abstinência periódica e coito interrompido e 6,0% recorrem à esterilização masculina. Esse estudo alega ainda que as brasileiras entre 15 a 45 anos de idade usam métodos anticoncepcionais, se destacando em maior número a esterilização cirúrgica e a pílula. (MARCOLINO, 2004, p. 771)

Nesse mesmo estudo, no ano de 2006 evidenciou-se em comparação com a pesquisa anterior que o nível de escolaridade foi fator mais decisivo do que pela classe econômica das mulheres. Sendo ainda a laqueadura tubária o método mais utilizado, respondendo por 65% da anticoncepção no grupo de mulheres sem instrução, em contrate com os 25% no grupo das que possuem oito ou mais anos de estudo. (PNDS, 2006, p. 94)

Sendo assim, entende-se que o Estado de Direito interfere diretamente na autonomia da pessoa de dispor sobre o próprio corpo e sua identidade, sendo estas premissas significativas quando o assunto se incide na democracia e alcance da justiça, na qual recai fundamentalmente no tópico da dignidade da pessoa humana. Em vista disto, é importante questionar e analisar essas alegações jurídicas no que se refere a decisões acerca da vida das mulheres, e, quais os pontos de partida da imagética do ser feminino perpassam nas reflexões dos juristas e políticos para tomarem tais medidas normativas.

Já que a lei supra, faz menção diretamente sobre a ideia de planejamento familiar, a saúde reprodutiva, conjugalidades, que marcham prontamente em direção aos impactos desses temas em outros setores do cotidiano das mulheres, tais como: em relação à carreira profissional, os estereótipos que naturalizam as desigualdades de gênero, a associação da figura feminina compulsoriamente à maternidade, a responsabilização das mulheres de maneira singular para com cuidado com os filhos e o nível de escolaridade, percebe-se urgente a discussão do assunto.

METODOLOGIA

A pesquisa identifica-se qualitativa com análise documental e bibliográfica, realizando um estudo do Capítulo I da Lei nº 9.23/96 no que tange ao planejamento familiar e a saúde

⁴ Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. Pesquisa nacional sobre demografia e saúde, 1996. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil; 1997.



reprodutiva, com enfoque no art. 10° da mesma, que fala sobre quem pode se submeter à esterilização voluntária. Como também uma breve avaliação da Ação Direta de Constitucionalidade n° 5.097, como contraponto positivo das afirmações deste esboço científico. Considerando como elemento importante e estrutural o assunto, já que "A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito de ciência". (LOURO, 2014, p. 21)

Tendo em vista enquanto docente e discente de uma instituição pública de ensino superior, a relevância de se produzir levantamentos demonstrativos em torno das questões das mulheres.

[...] a educação superior expressa sua destinação última que é contribuir para o aprimoramento da vida humana em sociedade. A universidade em seu sentido mais profundo, deve ser entendida como uma entidade que, funcionária do conhecimento, destina-se a prestar serviço à sociedade no contexto da qual ela se encontra situada. (SEVERINO, 1985, p. 23)

A mente humana não se satisfaz somente com a observação dos acontecimentos: procura investigar as suas motivações (GARCIA, 2003, p. 319), ponderando que o conhecimento se organiza, se reproduz se produz, se sistematiza, se conserva e se transmite com o intuito de ressaltar seus resultados para sociedade: "Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os sujeitos fazer no mundo, com o mundo e com os outro. Busca esperançosa também". (FREIRE, 2005, p.81)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Refletindo a família como sendo também um seio de práticas políticas, que recebe e reconduz influências sociais, analisa-se o impacto ao qual essa rede de convenções e ações move uma sociedade e seus sistemas institucionalizados, na perspectiva de captar nuances desses comportamentos na vida das mulheres: "A necessária interface entre o caráter de intimidade e a singularidade dos laços famílias e seu caráter político e institucionalmente talhado faz da família um tema complexo." (BIROLI, 2014, p. 47).

Importante salientar que:

As formas assumidas pelo que definimos como família são diversas em tempos e contextos distintos, são afetadas por decisões políticas e normas institucionais e expressam relações de poder. São também, constitutivas das identidades dos indivíduos, de suas alternativas e formas de desenvolvimento e de integração em comunidades e na sociedade. (BIROLI, 2014, p. 47)

Na época do Egito antigo desponta o símbolo das "Deusas-mães", nas quais eram personificadas por mulheres que se casavam, estabelecendo junto a esse fato, as questões religiosas e sociais formando uma unidade constituída pelo semblante do casal, figurando a mulher como suplemento do homem (BEAUVOIR, 1949, p. 107), com intuito de preservar a



representação feminina no âmbito familiar – que se traduz como doméstico – no sentido de idealizar as simbologias da mulher do lar, materna e submissa à figura do marido que transpassavam na ideia do divino feminino.

Esses ideais percorreram até a Grécia antiga, o filósofo Aristóteles alegou "A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades" (BEAUVOIR, 1980^a, p.13), o autor também criticava as mulheres que viviam em Esparta, recusando-se a aceitar que a figura da mulher tivesse formato similar ao masculino.

. Algumas mulheres Amazonas transfiguravam essas ideias de forma intensa:

Em todo caso, por robustas que fossem as mulheres, na luta contra o mundo hostil as servidões da reprodução representavam para elas um terrível handicap: conta-se que as amazonas mutilavam os seios, o que significava que, pelo menos durante o período de sua vida guerreira, recusava a maternidade. (BEAUVOIR, 1980, p.82)

Essas considerações se objetivavam em instituir a servidão da mulher, tanto nos afazeres do espeço privado (o lar), como na sexualidade e no exercício da maternidade. E essas premissas não se associam à toa, elas organizam um complexo de dominação e poder. Determinando a maternidade como uma condição do ser feminino, restam para as mulheres às responsabilidades dos afazeres domésticos, já que esse seria o único trabalho conciliável com a criação dos filhos. A filósofa Simone de Beauvoir afirma que as condições físicas das mulheres foram operadas muito bem para discursar sobre o lugar das mesmas, tais como a própria gravidez, o parto, a menstruação que era dito como condição pra medir a capacidade de trabalho. (1980, p. 82)

Com o advento da Revolução Industrial iniciada no século XVIII, acontece uma transição de pensamentos devido aos novos processos de manufatura. E nesse contexto de produções de novas máquinas e produtos químicos para o cenário da indústria e do comércio, a mulher passa a ser requisitada fervorosamente dentro desse ambiente. Partindo disso, esperava-se forte aquisição de independência feminina, já que estas atuariam fora do domicílio, ganhariam depois, sua própria renda. Contudo, a realidade é que as mulheres passaram a ser exploradas e violentadas além do âmbito familiar, como também no operário: "Poder-se-ia imaginar que a Revolução Burguesa transformasse o destino feminino. Não foi o que aconteceu. A revolução burguesa mostrou-se respeitosa das instituições e dos valores burgueses." (BEAUVOIR, 1980, p. 141). Nessa mesma época afirmava o filósofo Rousseau que a mulher era destino do marido e da maternidade "Toda educação da mulher deve ser relativa ao homem... A mulher é feita para ceder ao homem e suporta-lhe as injustiças" (BEAUVOIR, 1980a, p. 140).



À vista disso, vê-se a sociedade do casamento como mais árdua para as mulheres, devido e suas exigências laborais e psicológicas. Configurando assim, teorias paternalistas do casamento (BEAUVOIR, 1980, p. 79), que se reproduziam na vida fora da moradia e que eram empenhadas como valores essenciais nos ordenamentos jurídicos, religiosos e sociais.

As descontinuidades, as transgressões e as subversões que essas três categorias (sexo – gênero – sexualidade) podem experimentar são empurradas para o terreno do incompreensível ou do patológico. Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais. (LOURO, 2001. p. 84)

Como já mencionado neste trabalho, no século XX cresce a luta das mulheres por direitos igualitários na coletividade, se consolidando com enunciados referentes à presença das mesmas nas redes ensino básico e superior, na política, na carreira profissional (reinvindicações trabalhistas relacionadas à carga horário, remuneração, assédio moral e sexual dentro do emprego), a sexualidade e a saúde desses sujeitos políticos. Porém, os primeiros movimentos feministas trazem um perfil significativo de atuantes brancas, intelectualizadas e de boa condição financeira. Era preciso "enegrecer o feminismo" (CARNEIRO, 2003, p. 1). Nesse sentido, foi imprescindível o deslocamento desses agrupamentos feministas para outras camadas da sociedade.

O recurso às ideias de essencialismo estratégico e de perspectiva social pode indicar caminhos, mas não resolve outra tensão crucial, entre o recurso a uma identidade feminina (ou traços mitigados do que seria essa identidade) e a admissão da multiplicidade de vivências das mulheres numa sociedade que é marcada por diversas clivagens, além de gênero. A experiência das mulheres em posição de elite – brancos, educadas, burguesas ou pequeno-burguesas, heterossexuais – tende a ser apresentada como a experiência de todas as mulheres. (BIROLI, 2014, p. 85)

A ESSENCIALIZAÇÃO DOS CORPOS FEMININOS NA LEGISLAÇÃO

Neste ponto da pesquisa pretende-se analisar com mais precisão a matéria no que tange sobre o ordenamento jurídico brasileiro, especificamente o Capítulo I da lei nº 9.263/96. Bem como já citado, refere-se ao planejamento familiar e a esterilização voluntária.

No entendimento legal, planejamento familiar são atividades de regularização da fecundidade que existe para assegurar direitos da CF/88, limitar ou aumentar da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal (art. 2°, lei n° 9.263/96). Sendo este direito previsto a todo cidadão (art.1°, lei n° 9.263/96).

Atualmente o Supremo Tribunal Federal reconhece a união estável homoafetiva no ordenamento jurídico, devotando-se os mesmos direitos respectivos às relações heteroafetivas estáveis, assinalando essa relação como também entidade familiar. (STF, ADI nº 4.277/DF, Relator Ministro AYRES BRITTO, DJe 5/5/2011)



No entanto, logo na parte inicial da lei, percebe-se que o dispositivo só estabelecia suas cláusulas na ótica do casal heterormativo (composto por uma mulher e um homem), não reconhecendo outras formas de relacionamentos.

[...] O dispositivo histórico da sexualidade passou por uma inflexão que reforçou a imposição da heterormatividade, um conjunto de instituições, estruturas de compreensão e orientação prática que se apoiam na heterossexualidade mantendo sua hegemonia por meio da subalternização de outras sexualidades e as quais impõe seu modelo. (SOUZA, 2011, p. 50)

Concluindo que "A objeção e o desvio são marcas sociais criadas em relação de poder. O foco na sexualidade deriva da centralidade dela nas relações entre indivíduo e sociedade na era do bio-poder." (SOUZA, 2011, p. 56).

No art 3°, parágrafo único da lei, diz que o Sistema Único de Saúde, em todas suas competências, tem determinação obrigatória para garantir ao casal as ações do programa de atenção integral à saúde, incluindo o assessoramento à concepção e contracepção.

É requisito do planejamento familiar atividades e/ou políticas públicas referentes a ações educativas que efetivem o alcance paritário a "informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade" (art. 4°). Sendo responsabilidade do SUS o auxílio à saúde reprodutiva, tendo que capacitar pessoas da área da saúde junto do levantamento dos recursos humanos (parágrafo único). A lei ainda completa este item com seu art. 5° explicando que a realização dos trabalhos alusivos aos esclarecimentos e técnicas científicas do procedimento cirúrgico de esterilização voluntária é dever do Estado.

Até nos casos em que as condições legais para realização da cirurgia são atingidas, muitas mulheres não conseguem fazer a laqueadura. Segundo o jornal "O povo online", no qual a defensora pública Alessandra Bentes faz depoimento sobre o assunto, em matéria intitulada "Mulheres recorrem à Justiça para conseguir laqueadura de trompas" afirma que:

São agentes de saúde, médicos, enfermeiros, diretores de hospitais, até as próprias secretarias municipais de saúde, que não conhecem os direitos dessas mulheres e não fazem a laqueadura, tampouco, informam sobre as exigências legais, muito embora existam casos que preenchem todos requisitos, mas que o SUS, por si só, não faz os procedimentos ao arrepio da lei. (2018)

Estando esta realidade em discordância com o Art. 9°, que alegam sobre a liberdade da paciente "Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção."

Na matéria jornalista supramencionada ainda se faz presente relato de uma mulher que reside no Rio de Janeiro que alega não ter conseguido realizar o procedimento da laqueadura. Afimra Lislane Silva Oliveira, 34 anos, seis filhos, que "Eu já fui ao posto de saúde, já fiz o



curso de planejamento familiar, evito filhos tomando remédios ou injeção, mas acho que a laquedura é melhor". Ela mora na Baixada Fluminense, um dos bairros mais carentes de Duque de Caxias, e faz parte de um grupo de 60 mulheres do próprio município, com 40 do mesmo bairro, que tentam na Justiça por meio de Defensoria Pública garantir a cirurgia.

O perfil para os indivíduos que desejam realizar a esterilização voluntária se restringe a homens e mulheres com plena capacidade civil, sendo estes também maiores de 25 anos, ou, pelo menos, com dois filhos vivos, tendo que manifestar vontade expressa em documento escrito e firmado (processo que acontece depois das explicações médicas quanto a cirurgia), e consentido (na vigência de sociedade conjugal) pelo cônjuge com antecedência de 60 dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico. Completando ainda que nesse período será oferecido ao sujeito motivado "acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce." (Art. 10°, inc I, § 1° e 5°).

No momento em que a lei afirma em seu art 10° que só podem realizar o procedimento de laqueadura pessoas com plena capacidade civil (capacidade de exercer os atos na vida civil, ou seja, fruir direitos e contrair obrigações), se contradiz no final do seu inciso I quando diz que o planejamento familiar visa também desencorajar a esterilização precoce. Ora, se o indivíduo adquire a capacidade de fato, e este direito envolve decidir sobre o próprio corpo nos parâmetros da lei, o Estado não deveria intervir. Por esse ângulo considera-se que "O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. [...] O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política" (FOUCAULT, 1993, p. 80).

Os institutos jurídicos tentam perceber, reproduzir e dominar a forma de vida dos sujeitos, o fazem por meio de sua forma de movimentar-se ao pé das ideologias sociais que estão em proximidade dominante com a manutenção da segurança de seu poder, junto do terrorismo adjunto da punição (como as restrições de liberdade, por exemplo).

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1993, p. 7-8)

No tocante ao §5° da lei supra, onde diz que "Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.", ao qual parece justa



ou democrática, se revela na verdade como um dispositivo que faz conserva-se as desigualdades de gênero. Como já foi relatado neste ensaio: o casamento em muitos dos casos se demonstra como sendo um meio de manutenção das violências contra as mulheres e da sobrecarga laboral das mesmas nessas relações.

Segundo Ana Flávia Oliveira, em matéria escrita para o "Último segundo Brasil" constatou-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), que entre 2001 e 2012, que as mulheres se esforcem entre 20 e 25 horas semanais com cuidado dos filhos e/ou da casa, mesmo estas possuindo jornada de trabalho fora de casa de 40 a 44 horas semanal. Se a realidade for voltada para mulheres desempregadas, a jornada de trabalho no lar sobe para cerca de 30 horas semanais. O que demonstra ser um dado preocupante já que relata o Insituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de ócio (aqui só são incluídas pessoas que buscam emprego) é de 7,7% de mulheres, no último trimestre de 2014.

Por conseguinte a essa conjuntura, muitas mulheres optam por não quererem a maternidade, além também do simples motivo de não desejarem ser mães independente se o/a companheira irá contribuir ou não com os trabalhos domésticos e as responsabilidades com os filhos.

Há uma séria de desvantagens sociais associada ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica,, nos arranjos convencionais. A interrupção da carreira, a opção por empregos de menor carga horária, porém mal remuneradas e a mobilidade social negativa associada às duas primeiras podem derivar das responsabilizações das mulheres pelo cuidado com os filhos pequenos, mesmo em sociedades nas quais não há impedimentos formais para que desempenhem trabalho remunerados. Nesse caso, salários mais baixos e menos oportunidade de acesso a recurso previdenciários quando atingem idade avançada definem, no longo do prazo, uma situação relativa de maior vulnerabilidade para as mulheres. Há, assim, risco crescente de exposição à pobreza e às formas de vulnerabilidade que decorrem da dependência dos recursos materiais provenientes de trabalho remunerados do marido e/ou de outros homens. (BIROLI, 2014, p. 58)

Essa "legislação médica" (FOUCAULT, 1993, p.95) atua diretamente no corpo social que cria uma patologização da mulher: tornando-se propriedade do discurso médido, estatal e conjugal. Mantendo controle assim, sob as decisões destas sobre o próprio corpo e os limites que são afoitas a ele.

Nem a relação de dominação é mais uma "relação", nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada momento da história da dominação se fixa em um ritual, ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. (FOUCAULT, 1993, p._25)

Em decorrência especificamente do parágrafo 5° da lei, em 2015 a Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP) requereu por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, de número 5.097, sendo o Relator o Min. Celso de Mello, que decide



tratar da ação com objetivo de questionar a validade jurídico-constitucional. Na qual ainda se encontra em andamento. Percebe-se que os legisladores tem dificuldade de problematizar outros pontos da lei, como o próprio conceito de planejamento familiar, a positivação do desencorajamento do ato cirúrgica e principalmente sobre a autonomia das pessoas sobre o próprio corpo.

CONCLUSÃO

Como afirma Guacira Lopes Louro em "Um corpo estranho- ensaios sobre sexualidade e teoria queer" que ao longo da história, os indivíduos têm sido marcados, classificados, hierarquizados e definidos somente pela figuração do corpo, e que isso acontece na medida em que os padrões vão sendo estabelecidos de aceitáveis ou não dentro de um contexto cultural (2001, p. 78). Configurando assim, seus valores ideológicos e econômicos. E essas se refletem como discutido no trabalho, como marcas de poder. O problema nesse quadro social é que isso define o lugar de cada sujeito, e o Direito é um dos pilares que garante os direitos e deveres de todos, e estes, obedecendo à hierarquia das normas, deve se basear na CF/88, no que vale lembrar, versa seus dispositivos de acordo com os Direitos Humanos, especificamente: os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. Sendo assim, é necessária a revisão do corpo jurídico brasileiro no sentido de efetivar os princípios sociais que asseguram a democracia, a liberdade e o bem-estar de todos defronte o ordenamento civil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n° 9.263 de 12 de janeiro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade, n**° **5.097**, de 27 de fevereiro de 2015. Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. Miguel, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. 1 Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014

BRASÍLIA, Diário Oficial da União, 1997. 3. Secretaria da Assistência à Saúde. **Portaria no 048** de 11 de fevereiro de 1999. Brasília: Diário Oficial da União; 1999.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. in Racismos Contemporâneos, org: Ashsoka /Takano Ed, Cidadania, Rio de Janeiro, 2003.



CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G.; BRABO. T. S. A. M.; FÉLIX. J.; DIAS. A. F. Direitos Humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI – inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. Editora da UFPB. João Pessoa: 2016

ESTADO, Agência. **Mulheres recorrem à Justiça para conseguir laqueadura de trompas.** 05/02/18. Disponível em < https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/02/mulheres-recorrem-a-justica-para-conseguir-laqueadura-de-trompas.html>. Acesso em: 03 mar. 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido (1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IG. Último Segundo. **90% das mulheres fazem tarefas domésticas; entre homens, índice chega a 40%.** 05/03/2015. Disponível em http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-03-05/90-das-mulheres-fazem-tarefas-domesticas-entre-homens-indice-chega-a-40.html.

Acesso em: 03 mar. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação.** In: Revista Estudos Feministas. V.9 n.2 Florianópolis: IFCH, 2001.

MARCOLINO. C. Planejamento familiar e laqueadura tubária: análise do trabalho de uma equipe de saúde. Cad Saúde Pública. 2004; 20(3):1-13.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. (Série G Estatística e Informação em Saúde).

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. **Portaria no 144** de 20 de novembro de1997. SEVERINO. Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 12. Ed. São Paulo Cortez/ Autores Associados, 1985.

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. Pesquisa nacional sobre demografia e saúde, 1996. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil; 1997.

_____. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277**. Relator Min. Ayres Britto. Plenário, D. J. 14/19/2011. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoeletronico.jsf?seqobjetoincide nte=2688768>. Acesso em: 02 mar. 2018.



VIOTTI, M. L. R. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995. In: FROSSARD, H. Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. p. 15-25. 2006.



ESTRATÉGIA DE COMBATE AO PRECONCEITO CONTRA A DIVERSIDADE SEXUAL: UMA NOVA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO

Autora: Kelyane Oliveira de Sousa¹; Orientadora: Dalila Xavier de França²

¹ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <u>kely.olliveira@hotmail.com</u>

Resumo: A presente pesquisa buscou verificar a efetividade de um programa de habilidades sociais na redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Participaram desse programa 22 adolescentes, de ambos os sexos, com idades entre 14 e 17 anos, alunos de uma escola pública do município de Aracaju, Sergipe. A Escala de Preconceito contra a Diversidade Sexual e de Gênero foi aplicada antes e após a participação dos jovens no programa, para que assim fosse possível realizar a análise comparativa. Os resultados apontam redução significativa desse tipo de preconceito entre os jovens, o que constata o efeito positivo desse tipo de intervenção entre adolescentes como forma de combate ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero.

Palavras-chaves: diversidade sexual, habilidades sociais, homofobia, preconceito, adolescência.

INTRODUÇÃO

A adolescência, ao longo da história, foi estudada por pesquisadores a partir de uma perspectiva de fase de desenvolvimento do indivíduo marcado pela característica de rebeldia, estresse e problemas. No entanto, na atualidade, a psicologia social aborda essa fase da vida enquanto processo, sem fronteiras delimitadas, a partir da visão de que cada indivíduo é singular, possui sua própria cultura e uma vida social bastante complexa (BERNI; ROSO, 2014). Além desses aspectos do estudo dessa fase de vida, outra característica se destaca nessa etapa é a descoberta da sexualidade. Enquanto fase de transição, de abandono da infância, a adolescência se configura também como momento de descobertas desse aspecto do desenvolvimento, pois, segundo Corona e Funes (2015), a maioria dos indivíduos inicia a sua vida sexual na adolescência e, para estes, a sexualidade é uma faceta da identidade do desenvolvimento sexual.

Nessa direção, a sexualidade pode ser expressa de diversas formas, com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Ou seja, há uma diversidade sexual com a qual os jovens adolescentes passam a conviver no seu cotidiano. Assim, a convivência com diferentes expressões de comportamentos e atitudes sexuais podem acarretar outros comportamentos, incluindo os disfuncionais, como o preconceito contra gays, lésbicas, travestis e transexuais.

Tratado por diversos pesquisadores através do termo homofobia, esse tipo específico de preconceito diz respeito a hostilidade em relação aos homossexuais, homens ou mulheres,

² Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <u>dalilafranca@gmail.com</u>



que compreende na visão do outro como ser inferior, anormal e ainda fora do universo humano (BORRILLO, 2001). Tal termo foi inicialmente utilizado para definir os sentimentos negativos como aversão, desprezo, ódio, desconforto e medo, em relação aos homossexuais (WEINBERG, 1972). Porém, para Junqueira (2012), o emprego desse termo precisa ser utilizado de forma cuidadosa, pois quando a relação deste é feita com a homossexualidade, pode transmitir a sensação de não incluir nas vítimas da homofobia os transgêneros, transexuais e travestis.

Dessa forma, em concordância com a proposta de Junqueira (2012), o termo utilizado nessa pesquisa para o fenômeno estudado é o do preconceito contra a diversidade sexual, conforme proposto por Costa, Bandeira e Nardi (2015). Essa nomenclatura foi escolhida por abarcar um conceito mais amplo, com aspectos mais contextualizados à expressão do preconceito no Brasil, que são: (1) o ódio, aversão, medo irracional e repulsa agressiva não só pertinente aos homossexuais, mas também aos bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LOURO, 2004), ou seja, aos indivíduos não heterossexuais; (2) ter como alvo também qualquer indivíduo que apresente uma expressão de gênero contrária à heteronormatividade, ou seja, em discordância com seu sexo biológico (COSTA et al., 2015; HEREK, 2000). Nesse sentido, o preconceito contra a diversidade sexual, é caracterizado por atitudes negativas contra grupos ou indivíduos de diferentes identidades sexuais e de gênero distintas das normas heterossexuais (COSTA et al., SOUZA, 2015; HEREK, 2000)

Para Junqueira (2012), o preconceito contra a diversidade sexual é um problema social e, portanto, tem havido um aumento da disposição e da sensibilidade para tratar desse fenômeno a partir de uma visão mais crítica com relação à sua reprodução e ao seu modo de enfrentamento. Nessa direção, podemos pensar na instituição escolar como possuidora de um importante papel na evolução desse fenômeno, já que este se caracteriza como espaço de socialização secundário do indivíduo em desenvolvimento – sendo a família a primeira instância. Ou seja, a escola é um valoroso espaço onde o indivíduo adquire crenças, valores e modos culturais de comportamentos (FRANÇA, 2013), através dos pares (crianças da mesma idade), de adultos que não pertençam seu ambiente familiar e diversos outros objetos de conhecimento, o que possibilita a aquisição de outros modos de leitura do mundo (CAVALLEIRO, 2005).

Nesse cenário, é possível afirmar que indivíduos que vivem inseridos em um contexto social têm grande parte das suas vidas regidas pelas relações interpessoais que mantêm. Assim, déficits na competência social, ou seja, na emissão de comportamentos



socialmente habilidosos, podem acarretar em problemas de aprendizagem, adversidades no trabalho, dificuldades em manter relações com os pares, prejuízos no desenvolvimento emocional, dentre outros. Além disso, outra relação possível é de que déficits de habilidades sociais também podem originar dificuldades em conviver com diferente, com o que foge do que é mais comum ou mais aceito socialmente no que diz respeito ao comportamento social, como por exemplo, dificuldades em conviver com pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo ou que não se comportam de modo correspondente ao seu gênero e, ainda, na emissão de comportamentos violentos à esses sujeitos, como no caso de comportamentos discriminatórios que envolvem crimes e até assassinatos.

À vista disso, esse estudo propôs verificar a efetividade de um programa de treinamento de habilidades sociais na redução do preconceito contra a diversidade sexual em adolescentes. Para atingir esse objetivo, foi realizado um estudo quase experimental com préteste e pós-teste (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1976), possibilitando assim uma comparação antes e depois da intervenção.

METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em um estudo quase experimental de série temporal descontínua com pré-teste e pós-teste (SELLTIZ et al., 1976). No pré-teste realizou-se um levantamento exploratório dos níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de habilidades sociais. Em seguida foi realizado o tratamento experimental, que consistiu no treinamento de habilidades sociais com ênfase sobre a diversidade sexual e de gênero. Por fim, foi aplicado o pós-teste, que se referiu a uma nova aferição dos níveis de habilidades sociais e de preconceito na mesma amostra.

3.2 Objetivo Geral do Estudo

O objetivo geral foi verificar a efetividade do programa de habilidades sociais na redução do preconceito contra a diversidade sexual e de gênero. Ou seja, pretendeu-se realizar treinamento de habilidades sociais com enfoque na diversidade sexual e de gênero; e verificar se após a intervenção, os níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero reduzem, comparativamente aos resultados encontrados na avaliação inicial.

3.3.1 Amostra



Participaram dessa pesquisa 22 adolescentes, alunos do 9° ano de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada na grande Aracaju. Destes, 12 eram do sexo masculino e 10 do sexo feminino, na faixa etária entre 14 e 17 anos, com média de 15.95. Uma parte dos jovens, 68.2% (n = 15), afirmou possuir renda entre um e cinco salários mínimos, enquanto 27.3% (n = 6) não souberam ou não quiseram responder a essa pergunta. Sobre seguir algum tipo de religião 59.1% (n =13) afirmaram que sim. Desse quantitativo, 31.8% (n = 7) declararam ser católicos e 27.3% (n = 6) evangélicos. Já com relação a proximidade com familiares, amigos ou conhecidos próximos que sejam gays, lésbicas, travestis ou transexuais, 90.9% (n = 20) declararam possuir e apenas 9.1% (n = 2) alegaram que não possuem.

Contudo, por se tratar de uma pesquisa-intervenção e, consequentemente, possuir um caráter longitudinal, tivemos uma mortalidade experimental de quatro participantes. Isso se deu devido ao fato de que, apenas 19 participaram do pós-teste. Sendo assim, conforme detalhado na sessão específica para os resultados desta pesquisa, a amostra final contou com o total de 19 participantes.

3.3.3 Procedimentos e Instrumentos

3.3.3.1 Procedimentos

A pesquisa teve início após autorização da escola e dos pais dos jovens, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na ocasião, foram descritas todas as etapas da pesquisa. Então, os jovens foram convidados a responder ao instrumento selecionado – pré-teste - e também a participar da etapa da intervenção, o grupo de Treinamento de Habilidades Sociais. Após a finalização do treinamento, o instrumento foi novamente aplicado – pós-teste. As duas aplicações, assim como a implementação do treinamento foram realizados em grupo, na escola onde os adolescentes estudam, no turno das suas aulas. A seguir serão descritos os procedimentos realizados na etapa de intervenção.

3.3.3.2 Instrumento

Para averiguar os níveis de preconceito dos adolescentes foi utilizada a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (COSTA et al., 2015) que é composta por



16 itens, validados e adaptados à forma como o preconceito sexual e de gênero se apresenta no Brasil, ou seja, avaliando esses dois constructos conjuntamente.

Os itens são dispostos em uma escala *Likert* de cinco pontos que variam de "discordo totalmente" (1) a "concordo totalmente" (5), com o objetivo de verificar o preconceito contra a orientação sexual e contra conformidade de gênero. Os itens tratam especificamente do preconceito contra lésbicas, gays, transexuais e não conformidade de gênero. Nesse sentido, quanto mais as respostas se aproximarem do valor 5, maior será a evidência do preconceito.

3.3.4 Análise dos dados

Os dados obtidos a partir da escala foram inseridos em um banco de dados do programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. Foram realizados então procedimentos exploratórios nesse banco para verificar a necessidade de ajustes, seguidos pelo cálculo das estatísticas descritivas.

Resultados e discussão

Após a etapa da intervenção – implementação do programa de treinamento de habilidades sociais voltado para questões sobre a diversidade sexual e de gênero – uma nova aferição dos níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero foi realizada com o propósito de evidenciar os efeitos do programa de treinamento de habilidades sociais sobre a redução do preconceito dos adolescentes. Portanto, uma análise comparativa entre a mensuração feita no pré-teste (antes da intervenção) e no pós-teste (após a intervenção) foi elaborada. Os resultados dessa análise foram descritos a seguir.

Níveis de preconceito contra a diversidade sexual entre adolescentes

A análise de variância para medidas repetidas (ANOVA) indicou a diferença significativa nos níveis de preconceito contra a diversidade sexual e de gênero do pré-teste para o pós-teste [F(1, 19) = 8.53, p = 0.01]. O índice de preconceito contra a diversidade sexual entre os adolescentes que, na análise inicial (pré-teste) foi de M1 = 2.79 (DP = 1.03), sofreu uma redução após o programa de habilidades sociais voltado para questões relacionadas com a diversidade sexual, apontando uma média de M2 = 2.34 (DP = 0.85).

Esses dados demonstram que os adolescentes, inicialmente considerados



moderadamente preconceituosos no tocante à diversidade sexual e de gênero, apresentaram uma redução significativa desse tipo de preconceito após a intervenção realizada com eles. Ou seja, eles tiveram ganhos com o programa de treinamento. Esse dado corrobora a hipótese da presente pesquisa que traçou a possibilidade de que os níveis de preconceito aferidos na aplicação da escala correspondente a esse constructo no pré-teste seriam reduzidos após o programa de treinamento de habilidades sociais voltado para questões sobre a diversidade sexual e de gênero.

Esse achado também valida a ideia de que intervenções educativas no ambiente escolar têm a capacidade de alterar ambientes psicológicos na direção de permitir aos jovens potencializar suas habilidades e adquirir outras novas (GARCIA; COHEN, 2012), aspecto que respalda a base que serviu como fundamento da presente pesquisa que foi a de que, como o preconceito e as habilidades sociais são constructos baseados na aprendizagem social, então, para haja um aumento das habilidades dos indivíduos e, em decorrência disso, uma redução nas suas crenças calcadas no preconceito, pode-se fazer o ensino de habilidades deliberadamente, como foi o caso do programa de treinamento de habilidades sociais voltado para questões relacionadas com a diversidade sexual e de gênero.

Além disso, o procedimento interventivo produziu mudanças no ambiente dos adolescentes. Assuntos que eram tabus ou até mesmo proibidos dentro da escola tiveram, durante o tempo em que ocorreram os encontros do grupo, um espaço legitimado de discussão e aprendizagem, onde os jovens puderam se despir das crenças enraizadas e do senso comum de uma sociedade heterossexista como a nossa, para conhecer melhor sobre indivíduos que fazem parte de um grupo minoritário, que nesse caso foram as pessoas não pertencentes ao grupo social dos heterossexuais. Assim, era esperado que houvesse a redução do preconceito mensurada na escala após a realização da intervenção, pois segundo Groppo (2000) e Arpini (2003), o ambiente influencia de forma significativa o modo de pensar dos adolescentes, assim como seus valores e sua cultura.

A diferença positiva encontrada na comparação entre o pré e pós-teste quanto ao preconceito, pode sugerir a possibilidade de redução da violência verbal e psicológica disferidas pelos próprios adolescentes. Como mencionado por Natarelli et al. (2015) e Souza et al. (2015) esse tipo de violência é muitas vezes praticada pelos próprios pares que agridem, xingam e ofendem os colegas que não se encaixam nos padrões de comportamento esperados para o seu gênero. Então, a partir dos dados verificados, supomos que a redução do preconceito ocorrida no presente estudo poderá refletir-se na diminuição do comportamento



de bullying escolar e homofóbico. Além disso, um outro aspecto que solidifica ainda mais essa concepção foi obtida durante a etapa de intervenção, na quarta sessão do treinamento, onde foi possível observar mudanças de atitudes e comportamento daqueles adolescentes que, ao invés de reforçarem o bullying que o colega estava sofrendo, ou até mesmo praticá-lo diretamente, eles agiram no sentido evitar constrangimentos e o consequente sofrimento emocional do colega. De acordo com os próprios jovens, eles agora tentavam impedir essas situações.

A redução do preconceito verificada após a intervenção pode ser atribuída também à exposição a diferentes normas e valores sociais (FENG et al, 2012), incluindo a ressignificação de alguns desses, a partir da consciência da existência de estilos de vida além daqueles vivenciados pelos os adolescentes. No programa de treinamento, foi exposto aos adolescentes exemplos reais, por exemplo, da descoberta da sexualidade, de como essa não é uma opção dos indivíduos, mas sim uma etapa natural do seu desenvolvimento; ou ainda de como pessoas transexuais se percebem assim, como vivem e como se sentem em relação ao outro e a elas mesmas. Enfim, lhes foi apresentado uma realidade diferente daquelas que eles vivenciam, oportunizando que eles se colocassem no lugar do outro, que aprendessem a lidar com pessoas com comportamentos diferentes do socialmente esperado e assim, desconstruíssem as crenças estereotipadas sobre essas pessoas.

Dessa forma, os adolescentes puderam refletir sobre ter atitudes e comportamentos alternativos ao tratamento diferenciado, à hostilidade, ao desprezo, ou até mesmo às manifestações de violência físicas e verbais contra pessoas de diferentes orientações e identidades sexuais e de gênero, diminuindo assim, as diversas formas de preconceito contra essas pessoas. Ainda, a partir da aproximação com as experiencias vivenciadas por pessoas não heterossexuais - através dos vídeos, filmes, discussões e demais atividades do programa de treinamento - foi oportunizado aos adolescentes refletir sobre o preconceito e a discriminação que esses indivíduos sofrem no seu cotidiano, fazendo comparações com situações constrangedoras ou violentas que os próprios jovens já haviam vivenciado, produzindo assim uma maior abertura para o contato, ao menos, respeitoso com indivíduos pertencentes a grupos de diferentes sexualidades, favorecendo assim, a aceitação de diversas formas de expressão da sexualidade.

Sendo assim, a intervenção elaborada para essa pesquisa propôs a aproximação dos adolescentes com indivíduos membros de grupos diferentes dos heterossexuais, ou ainda, de qualquer pessoa que tem comportamentos diferentes daqueles esperados socialmente



correspondentes ao seu sexo biológico. E, a partir do conhecimento, do aprendizado sobre pessoas e modos de viver diferentes, acreditamos que, como consequência, possibilitamos que as relações sociais com indivíduos com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero não sejam permeadas pelo preconceito. Dessa forma, como já dito, essa desconstrução de crenças e estereótipos foram calcadas no ensino de habilidades sociais, onde estão inclusos os comportamentos relacionados à empatia, civilidade, autocontrole, assertividade, desenvoltura social e abordagem afetiva.

CONCLUSÕES

Acredita-se que o objetivo principal dessa pesquisa foi alcançado visto que todas as etapas elaboradas foram concluídas e a participação dos adolescentes, aspecto crucial para que o programa fosse bem-sucedido, foi bastante satisfatória, já que os mesmos tiveram uma boa aceitabilidade do programa, principalmente por aquele ser um espaço onde podiam tratar de assuntos considerados tabus. Além disso, tivemos como resultado determinante, para constatarmos a eficácia do programa, a redução do preconceito contra a diversidade sexual, meta principal da intervenção desta pesquisa.

O alcance do objetivo principal do estudo aponta que o treino em habilidades sociais é uma estratégia eficaz para o combate ao preconceito contra a diversidade sexual, já que podemos atribuir a redução de comportamentos disfuncionais – como os discriminatórios - ao ensino de habilidades como assertividade, abordagem afetiva e desenvoltura social pertinentes às relações interpessoais com indivíduos que destoam na norma heterossexual, visto que esse tipo de mudança, de comportamentos e atitudes, já foi imputado à aquisição e aprimoramento de habilidades sociais em outros estudos correlacionados com problemas de convivência na escola (MAIA; LOBO, 2013) e *bullying* (POLAN et al., 2010; PECUELA; BOCOS, 2013).

REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M. Violência e exclusão – A adolescência em grupos escolares. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BERNI, V. L.; ROSO, A. A adolescência na perspectiva da psicologia social crítica.



Psicologia e Sociedade, v. 26, n. 1, 2014, p. 126-136.

BORRILLO, D. Homofobia. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.

CAVALLEIRO, E. S. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminho abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.65-104.

CORONA, H. F.; FUNES, D. F. Abordaje de la sexualidad en la adolescência.

Revista Médica Clínica Las Condes, v. 26, n. 1, 2015, p. 74-80.

COSTA, A. B., BANDEIRA, D. R.; NARDI, H. C. (2105). Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. **Estudos de Psicologia**, v. 32, n. 2, 2015, p. 163-172.

FENG, Y. et al. Adolescents' and young adults' perception of homosexuality and related factors in three Asian cities. **Journal of Adolescent Health**, v. 50, 2012, p. 52 - 60.

FRANÇA, D. X.; MONTEIRO, M. B. Social norms and the expression of prejudice: The development of racism aversive in childhood. **European Journal of Social Psychology**, v. 43, 2013, p. 263-271.

GARCIA, J.; COHEN, G. L. (2012). A social-psychological approach to educational intervention. In SHAFIR, E (Ed.), **Behavioral foundations of policy**, Princeton, NJ: Princeton University Press

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e histórias da juventude moderna**. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL, 2000.

HEREK, G. M. The psychology of sexual prejudice. **Current Directions of Psychological Science**, v. 9, n. 1, 2000, p. 19-22.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 1, 2012, 1-22.

MAIA, D. DA S.; LOBO, B. DE O. M. O desenvolvimento da habilidade de solução de problemas interpessoais e a convivência na escola. **Psicologia em Revista**, v. 19, n. 1, 2013, 17-29.



NATARELLI, T. R. P. et al. (2015). O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Escola Anna Nery: Revista de enfermagem**, v. 19, n. 4, 2015, p. 664-670.

PECULEA, L.; BOCOS, M. Development of social and emotional skills through interventions programs among adolescents. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 76, 2013, p. 618 – 623.

POLAN, J., SIEVING, R.; MCMORRIS, B. (2010). Are Young Adolescents' Social and Emotional Skills Protective Against Involvement in Bullying and Violence? **Journal of Adolescent Health**, v. 46, n. 2, 2010, p. 64-65.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1976.

SOUZA, E. DE J. Diversidade sexual e homofobia na escola: representações sociais de educadores/as da educação básica. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

WEINBERG, G. Society and the healthy homosexual. New York: Saint Martin's, 1972.



ESTRATÉGIAS HIGIENISTAS COMO PRÁTICAS DE EDUCAR E CIVILIZAR O CORPO

Mayra Louyse Rocha Paranhos; Lívia de Rezende Cardoso; Márcia Cristina Rocha Paranhos

(Universidade Federal de Sergipe, mayraufs20@gmail.com)

Resumo: Diante de uma sociedade que buscava mudanças de hábitos e comportamentos, como uma porta para o progresso frente a modernidade vivenciada por outros países, surgem as práticas higienistas alicerçadas nos saberes médicos. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar o impacto de estratégias higienistas como práticas de educar e civilizar o corpo. Além disso, discutir como as biopolíticas moldam os corpos, através de práticas disciplinadoras. Tendo em vista que uma das características dessas práticas higienistas era a educação dos corpos, para que estes tornassem civilizados, controlando as suas vontades e instintos, buscando o corpo perfeito e saudável, livre de vontades e desejos que o fizessem fugir das "boas maneiras". Assim, as possibilidades de produzir sentidos para esses corpos mediante as imposições sociais, é marcada em nome da moral e dos bons costumes, bem como pelas imposições de "correção" do que não corroborasse com o que era "normal" ou "certo" para as práticas higienistas.

Palavras-chave: Biopoder, Corpo, Disciplina, Educação, Higiene.

INTRODUÇÃO

Para estudarmos as práticas de higiene seria possível dissociarmos estas dos discursos que foram produzidos em torno das mesmas? Isto porque foram os discursos que por tempo regularam os corpos, conduzindo estes a se portarem de acordo com o novo padrão de comportamento que estava sendo exigido pela higiene (VAGO,2000; COSTA et al., 2014; ROCHA, 2016).

Através dos discursos médicos a sociedade aderiu as "boas maneiras" que estas práticas solicitavam, assim, o corpo se configurou para atender as suas novas funções sociais, que seriam a escolha pelo que era considerado "decente" ou 'normal", repudiando qualquer coisa que fugisse a esse padrão, surgindo assim novas construções de condicionamento social, pensamentos e práticas (GÓIS-JUNIOR; SLVA, 2016). Para tanto, se fez necessário sensibilizar a sociedade a ponto que as práticas fossem mudadas, através de discursos de sociedade bem-educada, de cidadãs/os de bem e interferindo nos sentimentos das/os mesmas/os, com o intuito de desenvolver novas percepções acerca da moral e do pudor.

Havendo um certo interesse político, foi na modernidade que as questões biológicas, como os cuidados básicos com o corpo, ficaram atreladas a importância e o valor da saúde das/os cidadãs/os (MENDES; NÓBREGA, 2008). Nesta perspectiva, a higiene aparece com relevância, tendo em vista a sua capacidade de modificação nos costumes de normas e



etiquetas, constituindo-se em uma prática que por exigir e apresentar vigilância dos costumes, pôde ser vista também como uma disciplina (ROCHA, 2016).

As estratégias higienistas e os saberes médicos podem ser associados a uma biopolítica, na qual pretendia-se controlar os corpos dos sujeitos, para que estes fossem "adestrados" e úteis a sociedade, correspondendo a uma forma de biopoder que se assemelhava ao poder disciplinar, em virtude das técnicas utilizadas de controle, entretanto esse poder não somente controlava o corpo do sujeito, mas sim a população em massa. Através do conhecimento sobre a população, se fazia o controle do biológico para que este pudesse atender as expectativas criadas pela sociedade e os seus padrões.

Partindo de uma retórica sobre os estudos sobre corpo e sua higienização, foi na segunda metade do século XIX e o início do século XX, que a educação escolar começa a ser vista como um meio de promoção da civilização e regeneração física e moral dos povos, ela também começa a ser associada e articulada para o acesso de uma profilaxia social (ROCHA, 2015). É a partir de discursos médicos-higienistas que começam as investidas numa intervenção sobre o corpo e a mente das/os alunas/os, para que estas/es acompanhassem o desenvolvimento científico e o progresso da modernidade, pois, para esta racionalidade, o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira estava atrelado a civilização dos povos (VAGO, 2000; RICHTER; VAZ, 2010; ROCHA, 2016).

O trabalho de Góis-Júnior e Silva (2016), aponta que um dos motivos que favoreceram a associação entre educação e saúde e uma constituição higienista, com as reformas de hábitos da sociedade e educação do corpo, está relacionado a presença dos intelectuais em cargos governamentais, bem como as políticas governamentais que efetivaram estratégias para ampliar a sociedade e inseri-la na modernidade. Além disso, a implantação das faculdades de Medicina nos Estados da Bahia e do Rio de Janeiro, incorporaram práticas higiênicas no centro das ciências médicas, as quais favoreceram na educação dos corpos dentro do cenário educacional (COSTA et al., 2014).

Nessa perspectiva, este artigo é resultado de um levantamento bibliográfico da produção científica que discorre sobre os temas "corpo, disciplina, educação e biopoder". Esses temas foram escolhidos para versar sobre como os corpos conseguiam produzir subjetividades mediantes as estratégias higienistas. Assim, o estudo objetivou analisar o impacto de estratégias higienistas como práticas de educar e civilizar o corpo.

Atendendo ao objetivo, o trabalho discute como os discursos médicos criam sentidos sobre esses corpos educados e civilizados e estes são apresentados em duas categorias. Na



primeira, "Práticas de higiene e os saberes médicos", são apresentados trabalhos que falam sobre como os discursos médico-higienista foram se constituindo e ganhando espaço na sociedade, principalmente no campo educacional. A segunda categoria, "Subjetividades do corpo educado e civilizado", apresenta como as mudanças dos hábitos podem moldar o corpo, bem como discutir a relação do saber/poder como uma forma de administração da vida e dos corpos.

PRÁTICAS DE HIGIENE E OS SABERES MÉDICOS

Para compreendermos sobre os aspectos históricos que envolveram os discursos higienistas e a efetivação deles na sociedade, é preciso buscarmos fontes que relatem sobre os benefícios e malefícios que estes discursos podem ter ocasionado. Para tanto, alguns trabalhos realizados nos permitem um breve estudo para explanação sobre o assunto e a sua problematização.

Segundo Costa e colaboradores (2014), foi durante o século XIX, com a implantação das faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808, que ocorreram debates entre intelectuais e políticos sobre a insalubridade das cidades. Para estes, um processo de reformulação de hábitos não se limitava somente as ruas, porém seria necessária uma conscientização para incutir nas/os cidadãs/os, através da higienização dos corpos, hábitos que estivessem atrelados ao corpo saudável e ao progresso de uma sociedade moderna e civilizada.

Diante de discussões sobre a adoção de práticas higienistas para promoção de uma sociedade "bem-educada", ao final do século XIX e início do século XX presenciou-se na sociedade discursos de como a escola era importante para formação de uma vida considerada saudável, com práticas que fossem moralmente aceitas e que corroborassem com a civilização das/os cidadãs/os.

Em busca de uma formação para homens e mulheres civilizados/as e que atendessem a uma determinada categoria, que os discursos médicos se difundiram pelas escolas e mostraram a necessidade de uma formação fundamentada em novas formas de produção de trabalho. Assim, a educação precisava sair do âmbito familiar e religioso e ser útil a uma nova ordem que estava sendo instalada. De tal modo, as/os cidadãs/os precisavam ser educadas/os por essas práticas e para elas. Então surge a higiene como um modelo organizacional escolar, que tirava de cena as ordens familiares e religiosas e controlava a formação desses sujeitos (GONDRA, 2000).



Com a intervenção dos médicos-higienistas nos ambientes escolares, começou-se a se ter um controle sobre o comportamento das/os alunas/os dentro e fora da instituição. Dentro das escolas as/os professoras/es ficavam atentas/os a qualquer forma de desvio do que a conduta exigia, como também nas casas era aconselhado que os pais ficassem atentos. Uma das formas de controle do comportamento, tanto para as escolas como para os pais, foi o surgimento dos manuais médicos e dicionários populares, ao final do século XIX e início do século XX, que ensinavam aos pais, professoras/es e diretoras/es a combater ou evitar práticas que não condissessem com a moral ou discurso médico-higienista (CONCEIÇÃO, 2015; ROCHA, 2016).

Partindo para o século XX, é perceptível a presença dos intelectuais em cargos governamentais e participando de decisões que envolviam a intervenção higienista como prática dos currículos das escolas públicas, a exemplo temos os Pioneiros da Escola Nova. Estes tinham como anseio disciplinar a pobreza no corpo, na mente, nos gestos e nos sentimentos (NUNES, 2000). Os Escolanovistas eram sinônimo de progresso e modernidade e as escolas que não incutissem uma mentalidade higiênica estavam fora desse progresso.

Nessa perspectiva, de mostrar esse modelo de ensino trazido pela escola nova, a autora Nunes (2000), em seu trabalho intitulado "(Des)encantos da modernidade pedagógica", nos mostra como este modelo prezava as formas de moral, higiene e estética e que, apesar do discurso liberal, se contradiziam em suas práticas pedagógicas, pois enquanto mostrava-se risonha e franca, também tinham uma intensificação de vigilância sobre a limpeza do corpo, da roupa e dos modos das/os alunas/os. Abordando como eram trabalhadas as formas de limpeza, que contava com a ajuda das/os alunas/os, orientadas/os por professoras/es, na liderança de pelotões para controle e vigilância dos hábitos higiênicos.

Nas décadas de 10,20 e 30, dentro das escolas públicas municipais, esses pelotões, constituídos pelos alunos mais comportados e/ou aplicados de algumas turmas, mantinham a vigilância sobre o estado de limpeza do corpo, da roupa e dos modos dos seus colegas. Seus componentes eram identificados, na escola, pela utilização de uma faixa com uma cruz vermelha presa no braço. A ficha do pelotão determinava para cada aluno, em cada dia da semana, tarefas higiênicas a serem cumpridas. Seu objetivo era a inculcação de determinadas normas de uso do corpo e de comportamento em ambientes privados e públicos. Essa ficha ficava guardada com a professora e era mensalmente visada pela diretora, pelo inspetor e pelo médico de cada distrito. Recomendava-se que o aluno, dizendo sempre a verdade, examinasse e assinalasse o quesito cumprido [...] (NUNES, 2000, p.385).

Esse interesse e preocupação em fazer remodelamentos da sociedade, com as mudanças dos hábitos e costumes dos sujeitos, fazendo com que estes se adequem a novos cenários que lhes são impostos, fizeram com que manuais de higiene, alicerçados nas práticas



de civilidade, regulamentassem as condutas e os procedimentos que preparariam o homem para o controle dos seus desejos irracionais (GLEYSE; SOARES, 2012).

Diante desse pressuposto, percebe-se um ensino dos cuidados higiênicos voltados à conservação da saúde vinculada com a moral, mostrando-se um caráter prático, que seria exercitado primeiramente para depois ser estudado. Além disso, essa prática transformou profundamente a vida de muitas pessoas, pedagogizando corpos e excluindo suas subjetividades.

SUBJETIVIDADES DO CORPO EDUCADO E CIVILIZADO

O corpo que se altera através do decurso do tempo, é moldado a partir das mudanças dos hábitos de vida e até mesmo com as novas formas de intervenção médica. De acordo com Louro (2008), "Os corpos são significados pela cultura e, continuamente, por ela alterados", podemos dar início a uma reflexão do que seriam as diversas imposições higienistas para subjetivação desses corpos que foram educados e civilizados por uma racionalidade que, em nome de um bem-estar e progresso, desenvolveram estratégias que pretendiam "salvar" o corpo através da renúncia deste por aquilo que não estivesse relacionado com as práticas moralmente aceitas.

Nessa perspectiva, podemos pensar as estratégias higienistas como biopolíticas que possibilitaram que os corpos dos sujeitos fossem administrados e que a vida fosse controlada através do conhecimento sobre a população. Assim, surge um novo poder, que tem como objetivo o controle do biológico para que este possa suprir as expectativas criadas pela sociedade e os seus padrões.

Em seu trabalho "Vigiar e punir", Foucault (1987) mostra como as técnicas de poder, que se consolidam no corpo dos sujeitos, surgem a partir do século XVII e produzem grandes reflexos no cenário macropolítico, em virtude de serem técnicas que possibilitam o controle do corpo, tornando-o útil e disciplinado. Esse método, que seria para Foucault a disciplina, permite que o corpo seja dominado para que opere conforme como se quer o poder.

No fundo, a higiene é um saber que é poder porque veio obrigar a uma certa contenção, uma domesticação dos afectos marcada por uma infinidade de micropenalidades que se gravam na memória e transformam todos e cada um ao longo da vida (BRÁS, 2008, p.114).

É possível encontrarmos na literatura indícios que nos remetem a uma tentativa da salvação dos corpos em prol da moral e dos bons costumes. Assim como também, o biopoder que estava presente nos discursos produzidos por médicos-higienistas e pelos políticos. Esses



discursos penetravam cada vez mais na intimidade pessoal dos cidadãos, não precisando mais de um controle moral externo, pois tornaram-se internalizados (GLEYSE; SOARES, 2012).

Mendes e Nóbrega (2008), em seu trabalho que buscou analisar um periódico intitulado *Brazil Médico* no período de 1887 a 1923 para tratar as compreensões sobre corpo e saúde e as relações com a Educação Física, mostra como o corpo, em sua diversidade, é moldado para se enquadrar nos modelos europeus de forma física. E que os médicos que publicavam artigos nesse periódico abordado, "buscavam um corpo padronizado, civilizado, culto, ordenado, equilibrado, sem excessos, saneado, aperfeiçoado, regenerado, disciplinado e sem defeitos" (Mendes; Nóbrega, 2008, p. 213).

O corpo se constitui em um espaço de medidas para as práticas sociais em virtude da sua composição e por ser facilmente moldado pelas técnicas disciplinares e pela biopolítica (FOUCAULT, 2008). Além disso, Foucault (2008), mostra como o corpo é um objeto maleável do poder, do poder que produz controle e que tem como alvo o corpo humano, não com a finalidade de crucificar, martirizar, mas para aperfeiçoar. Nessa perspectiva, é válido ressaltar que para Foucault, o poder não é visto somente como repressor e que irá anular o sujeito, mas também como um jogo de relações na qual o sujeito será produzido.

No trabalho de Del-Priore (2011), intitulado "Histórias Íntimas – sexualidade e erotismo na história do Brasil", a autora aborda como o discurso higienista, que se fazia tão presente entre os anos 1920 e 1930, estimulava para que as mulheres procurassem uma vida mais saudável, voltada ao ar livre e a prática de exercícios regulares, para atingir as compleições perfeitas para aquela época, o que associado com a modernização e a exposição dos corpos provocou a busca pela aparência sadia. Assim, a medicina sai dos seus limites de cuidados somente aos corpos doentes e se volta para a preservação da saúde, proporcionando correções de imperfeições que os corpos poderiam ter, a partir das práticas higiênicas que garantiam uma vida disciplinada e moderada.

Diante de uma sociedade alicerçada em práticas higienistas, percebe-se uma inclinação para educação dos corpos, na qual acreditavam que estes iriam tornar-se civilizados, deixando para trás as marcas de um retrocesso e lançando-se para a modernidade, controlando as suas vontades e instintos, buscando o corpo perfeito e saudável, livre de vontades e desejos que o fizessem fugir das "boas maneiras". Assim, as possibilidades de produzir sentidos para esses corpos mediante as imposições sociais, é marcada em nome da moral e dos bons costumes, bem como pelas imposições de "correção" do que não corroborasse com o que era "normal" ou "certo" para as práticas higienistas.



CONSIDERAÇÕES

A partir dos problemas enfrentados pelo Brasil, como a insalubridade de suas cidades, as intervenções higiênicas foram utilizadas como uma "cura" não só para a qualidade de vida dos cidadãos, através das mudanças de hábitos e comportamentos, mas também como uma porta para o progresso frente a modernidade vivenciada por outros países. Assim, a higiene, que sempre esteve entrelaçada a medicina, encontrou nas Instituições Educacionais uma oportunidade para instituição e efetivação de suas práticas.

Considerando o corpo como algo que aparece, se faz e refaz nas particularidades de um ambiente escolar e que precisa de uma organização no espaço-tempo da instituição de ensino para formação de comportamentos e subjetividades, é interessante refletirmos como estes corpos conseguiram produzir sentidos mesmo com as imposições de "correção" do que não fosse considerado como "normal" para uma sociedade "bem-educada", através das práticas higienistas estabelecidas formadas a partir de saberes médicos.

Em meio as mudanças políticas, sociais e culturais vivenciadas pelo país, após a República no início do século XX, os médicos-higienistas adotaram estratégias para formação dos corpos que deveriam responder a uma configuração social. Os manuais de medicina que tratavam de higiene, chamavam atenção para as vantagens físicas e morais dos exercícios e o crescente número de professores de ginástica, induziam que o corpo deveria abandonar o papel secundário, adquirindo dinâmica.

No que concerne a biopolítica, um exercício do poder sobre a vida, se torna indispensável problematizar como o saber/poder se configura em um agente para transformação da vida humana, especificamente como ele pode agir nos corpos dos sujeitos. De acordo com Foucault (1989), o corpo é uma realidade biopolítica pela qual os saberes médicos irão manifestar suas estratégias e controlar a sociedade. Levando em consideração, que a sociedade capitalista investe no corpo como uma forma de progresso.

Através dessa racionalidade, podemos refletir sobre a trajetória das transformações dos comportamentos, bem como da divulgação de normas que molduravam e uniformizavam os costumes, gerando um controle sobre as vontades individuais. Pois através dessa intervenção higienista, esperava-se que os corpos fossem educados para uma vida civilizada em sociedade. Além disso, refletimos sobre os posicionamentos de uma determinada ordem, a medicina, sobre a "fabricação" de corpos saudáveis que atendessem aos padrões exigidos pelas práticas higienistas.



REFERENCIAS

BRÁS, José Gregório Viegas. A higiene e o governo das almas: o despertar de uma nova relação. **Revista Lusófona de Educação**, 2008, n. 12, p. 113-138.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. 'Vícios execráveis': campanha médica de combate à masturbação e à homossexualidade entre os pensionistas de colégio-internatos (1845-1927). In: **Revista Brasileira de História da Educação.**, Maringá-PR, v. 15, n. 2 (38), p. 111-132, maio/ago. 2015.

COSTA, Luciene Henrique da. SANTOS, Marysol de Souza. GÓIS JUNIOR, Edivaldo. O discurso médico e a Educação Física nas escolas (Brasil, século XIX). **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, Abr./Jun. 2014, p. 273-278.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias Íntimas** – sexualidade e erotismo na história do Brasil. 2ª reimpressão, São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1989.

	Nascimento	da	biopolítica:	curso	dado	no	Collège	de	France	(1978-1	1979).
Tradução	Eduardo Bran	dão.	São Paulo: M	Iartins	Fontes	s, 20	08.				
·	Vigiar e puni	r: n	ascimento da	ı prisão	o. Trac	luçã	o de Raq	uel I	Ramalhe	te. Petró	polis,
Vozes, 19	987. 288p.										

GLEYSE, Jacques. SOARES, Carmen Lúcia. Como se fabricam os anjos? Uma arqueologia do corpo nos manuais escolares de moral e de higiene na frança, 1880-1974. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 4, p. 805- 824, out./dez. 2012.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo Góis. SILVA, Leonardo Mattos da Motta da. Educação do corpo e higiene escolar na imprensa do Rio de Janeiro (1930-1939). **Educ. Pesqui**., São Paulo, v. 42, n. 2, p. 411-426, abr./jun. 2016.

GONDRA, José J. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

MENDES, Maria Isabel B. de Souza; NÓBREGA, Terezinha P. da. O Brazil-Medico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.209-219, jan.-mar. 2008.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-398.

RICHTER, Ana Cristina. VAZ, Alexandre Fernandes. Educar e cuidar do corpo: biopolítica no atendimento à pequena infância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.02, p.117-134, ago. 2010.



ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.371-390.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Manuais escolares para um ensino prático. **Hist. Educ.** (**Online**), Porto Alegre, v. 20. n.50, Set./dez., 2016, p. 95-118.

VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920). **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 121-135. 2000. Editora da UFPR.



Faz de conta queer...

Julia Mayra Duarte Alves

(Universidade Federal de Sergipe)

Resumo: Neste texto discuto como a norma regulatória de gênero vem descaracterizando as brincadeiras na Educação Infantil e limitando as experiências lúdicas das crianças. Partindo de pesquisas que evidenciam os efeitos da norma de gênero nas brincadeiras infantis, argumento que é preciso caracterizar o brincar para analisarmos se intervenções baseadas nos ideais de gênero estão descaracterizando esta atividade visto que mesmo diante da diversidade de conceitos sobre o brincar, há aproximações entre diversas autoras que caracterizam as brincadeiras como manifestações que expressam autenticidade, espontaneidade, incerteza, acaso, liberdade e gosto pela ação. Para isso, apresento inicialmente como as ferramentas teórico-metodológicas foucaultianas: discurso, regimes de verdade, poder-saber e subjetivação se entrelaçam e se tornam ferramentas analíticas interessantes para analisarmos o brincar na sociedade contemporânea. Em seguida, apresento quatro abordagens teóricas sobre o brincar: cultural, psicológica, sociológica e, por último, educacional com o objetivo de caracterizar as brincadeiras. Por fim, contextualizo o movimento queer e sua amplitude epistemológica e concluo que uma educação infantil que defenda o lúdico pode estar bem próxima de uma pedagogia queer porque ambas remam contra a maré das conformações dos corpos as normas. Nesse sentido, aquelas que defendem o brincar na educação infantil, precisam também defender que brincadeira não tem gênero.

Palavras-chave: Gênero. Educação Infantil. Brincadeiras.

Considerações iniciais e ferramentas téorico-metodológicas utilizadas

Menino não brinca de boneca, menina não brinca de carro, menino não brinca de cozinhar, menina não brinca de bola... com todas essas limitações estariam as crianças brincando? O que caracteriza o brincar? Podemos chamar de brincadeiras estas atividades quando tão delimitadas e generificadas? Podemos chamar de brinquedos estes objetos com funções tão previamente demarcadas? Existiria algo para além dessa divisão binária das brincadeiras?

Gomes (2006) aponta em sua pesquisa que aos meninos é permitido brincadeiras mais arriscadas, inovadoras, espetaculares, diferente das meninas devem seguir a norma do jogo. A autora conclui que nos primeiros anos, as crianças já interiorizam padrões de comportamento sexuados e apresentam dificuldades em romper com a norma de gênero.

Silva e Luz (2010) investigaram as concepções das educadoras sobre a educação dos meninos em uma escola de educação infantil e relatam que as participantes direcionavam-se por uma imagem de masculinidade que não possibilita aos meninos de maior contato corporal e afetivo, diminuindo suas experiências e brincadeiras tidas como adequadas somente para as



meninas. As pesquisas acima citadas juntam-se as dezenas de outras que evidenciam forte influência da norma de gênero na infância através das atividades que são consideradas brincadeiras.

Não há apenas uma compreensão do brincar pois esta é uma manifestação social e cultural e que, portanto, pode adquirir vários significados. Lira e Mate (2013) discutem que apesar dessa diversidade há aproximações entre alguns autores que caracterizam as brincadeiras como manifestações que expressam autenticidade, espontaneidade, incerteza, acaso, liberdade e gosto pela ação, no entanto, as autoras acreditam que essa caracterização "parece ter sido suplantada por uma série de outras compreensões, principalmente quando adentramos na esfera educativa" (p. 6).

Lemos (2007) discute como o brincar vem sendo transformado em instrumento de disciplina e controle das crianças, para ela "o brincar foi constituído por algumas práticas concretas de especialistas representantes de algumas teorias como dispositivo disciplinar, sendo capturado por tais teorias, que os distribuem em função de classe, raça e gênero, em espaços específicos" (p. 85). A autora defende que o brincar deve possibilitar o rompimento com universos fixos e normalizados, possibilitando diferentes maneiras de viver. É nesse sentido que discuto neste trabalho como a norma de gênero pode estragar as brincadeiras das crianças ao diminuir significativamente suas possibilidades de experiências.

Foucault (1979) nos ajuda a pensar as características históricas da "economia política" da verdade na nossa sociedade. Para ele, esta economia tem cinco características: A "verdade" se concentra no discurso científico e nas instituições que o produz; Submete-se a uma constante incitação econômica e política; É difundida e consumida principalmente nos aparelhos de educação e informação; Sua produção e transmissão é controlada de maneira dominante por aparelhos políticos e econômicos e; É objeto de debates e de confrontos sociais e ideológicos.

Ele discorre sobre quatro regras vista por ele não como imperativos metodológicos, mas como prescrições de prudência (FOUCAULT, 1988) que nos pareceram úteis ao pesquisar os regimes de verdade sobre o brincar. Utilizaremos estes pressupostos que implicam, no nosso contexto de pesquisa, em:

- -Desconsiderar que existe certo domínio sobre o brincar que pertencem a um conhecimento científico neutro atentando para as relações de poder-saber principalmente entre os saberes pedagógicos, psicológicos, sociológicos.
- -Não buscar quem tem poder ou quem é privado do poder, nem quem sabe ou quem está na



ignorância, mas "buscar os esquemas das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. 'As distribuições de poder', e as 'apropriações de saber' não representam mais do que cortes instantâneos em processos'" (p. 109).

-Pensar no duplo condicionamento do brincar. Atentar que os focos locais de poder que podem ser entendidos como cada atividade escolar que envolve a brincadeira só funcionam porque se inserem em uma estratégia global que pode ser entendida como a criação do próprio brincar que por sua vez só pode existir a partir do suporte e ponto de fixação de cada criança que brinca.

-Admitir que há uma polivalência tática dos discursos "um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito do poder, e também obstáculo, escora, ponto de existência e ponto de partida de uma estratégia oposta" (p. 111-112).

Nesse contexto, discurso, regimes de verdade, poder-saber e subjetivação se entrelaçam e se tornam ferramentas analíticas interessantes para analisarmos o brincar na sociedade contemporânea.

Algumas visões sobre o brincar

Huizinga (1980) caracteriza a ação de jogar que se aproxima com a nossa noção de brincar como uma atividade racional e irracional. Para este autor, estes e outros binarismos tidos como inquestionáveis são rompidos pelo jogar que dentre suas potências, estão a de variação e a de criação de soluções. Ainda de acordo com o autor, esta atividade não pode servir a moral e nem pode ser produto de uma obrigação, sendo, portanto, diferente da atividade laboral, caracterizando-se por ser improdutiva, desinteressada, sem uma função fora dela mesmo.

Vigotski (2008) analisa a brincadeira e o seu papel no desenvolvimento infantil. Ele atribuir a brincadeira a potencialidade de emancipação da criança frente às limitações do ambiente. A brincadeira e a imaginação é um modo inicial que proporciona libertação das amarras situacionais. Ele caracteriza a brincadeira como paradoxal pois ao mesmo tempo em que as crianças realizam seus desejos, elas também aprendem a adiá-los caso estes entrem em atrito com as regras isso porque elas percebem que esta é a condição para uma satisfação maior.

Para este autor, na brincadeira as crianças sempre estão acima da média da sua faixa etária, é brincando que elas aprendem a relacionar os seus desejos com os desejos de seus 'eu



fictício' imaginada da situação do faz de conta. É a brincadeira fornece as condições para o desenvolvimento das crianças ao criar a zona de desenvolvimento iminente que liga o que o criança já consegue fazer sozinha a ações que ela só faz com ajuda de alguém mais experiente.

Vigostki nos faz refletir que mais interessante que brinquedos industrializados, intervenções excessivas de adultos e aulas expositivas tão frequentes no atendimento a infância é a observação atenta e o oferecimento de tempo, espaço e objetos diversificados através dos quais as crianças constroem suas brincadeiras e desenvolvem modos de ser e viver mais livres, criativos, cooperativos, relacionais, empáticos, sustentáveis.

Para Brougère (1998), os jogos são atividades lúdicas que podem assumir diferentes sentidos a depender do contexto. O autor caracteriza e discute o jogo infantil que em sua concepção não garante aprendizagem mas pode possibilitar aprendizagens significativas que dificilmente são tidas a partir de outras atividades. Para Brougère (1988) o brinquedo é mais do que um objeto pois sua dimensão simbólica é a primordial, portanto, deve-se ter cuidado com a visão e produção adultocêntrica que o reduz a um objeto possuidor de uma funcionalidade. Nessa concepção, o brinquedo deve ser uma espécie de multiplicador de possibilidades que permite livre simbolização para a criança.

Haddad (2014) define o brincar como complexo comportamento, buscando em diversas fontes os conceitos relacionados a esta ação, caracterizando-a como uma atividade em que, de modo geral, as crianças experimentam diversas situações. Para a autora, é importante compreender as características da brincadeira pois só assim é possível diferenciar outras atividades e defender a brincadeira na Educação Infantil.

A autora apresenta as características da brincadeira para Brougère (1998) mostrando que o autor rompe com o mito de que a brincadeira é inata a criança, verdade tão arraigada na pedagogia e na sociedade moderna.

Para o Brougère (1998), a brincadeira é uma construção social ligada a situações de relacionamentos, ou seja, é interindividual e é também cultural. Vai além do explorar objetos pois nesta concepção o brincar pode levar a criança a fazer uso de diferentes maneiras de um mesmo objeto. Os critérios que definem a brincadeira segundo Brougère (1998) são: metacomunicação, decisão, regra, flexibilidade e frivolidade e incerteza.

A metacomunicação é o estabelecimento de uma linguagem que pode ser de natureza diversa, mas que faz com que os participantes se entendam durante a brincadeira. Brougère (1998) utiliza o termo atividade de segundo grau para se referir a atribuição de vários sentidos



a uma mesma realidade. Seria o faz de conta, ou seja, uma ruptura com o sentido cotidiano.

Segundo Haddad (2014) as outras características derivam desta primeira. A necessidade de decisão caracteriza a brincadeira porque ninguém pode ser obrigado a brincar. O terceiro critério é a regra que tanto pode ser pré-existente como também pode ser criada durante os jogos. O quarto critério é a flexibilidade e a frivolidade que permitem a criança durante a brincadeira experimentar de maneira única, sem as pressões da realidade. A pouca ou nenhuma possibilidade de consequências decorrentes da brincadeira potencializa sua experiência. O quinto critério é a incerteza. Na brincadeira os resultados não são prioridades. O que parece ser mais essencial segundo Brougère (1998) é a experiência e a invenção que favorece muitas situações de negociação e de decisões.

Todas essas reflexões teóricas apontadas acima, segunda Haddad (2014) são as condições de possibilidade para diferenciarmos a brincadeira de outras atividades e, portanto, são fundamentais para as pedagogas ou adultos de modo geral preservem a iniciativa das crianças, evitando intervenções desnecessárias e desastrosas que muitas vezes destroem brincadeiras nas quais as crianças poderiam aprender a resolver problemas, a negociar.

Haddad (2014) afirma que é possível intervir sem estragar as brincadeiras, é possível também organizar o espaço e os materiais para que os temas das brincadeiras se tornem mais ricos. No entanto, a melhor forma de ajudar as crianças a se tornarem brincantes é observar. A autora apresenta as três maneiras pelas quais a brincadeira vem sendo inserida na educação: como lazer, como meio pedagógico e como fim em si mesmo. Nas duas primeiras maneiras, as atividades não conseguem atender os critérios de Brougère (1998), apenas através de uma perspectiva na qual a brincadeira não seja considerada um meio para atingir objetivos estabelecidos podemos contribuir para que as crianças sejam seres brincantes e, portanto, criativos, emancipados e mais livres.

Por mais faz de conta queer...

Louro (2008) mostra que ser queer é ser estranho, raro, extraordinário mas que também pode ser ridículo. Utilizada para insultar homossexuais, a palavra foi brilhantemente assumida por um grupo de homossexuais para demarcar justamente o não desejo de ser apropriado pela norma de gênero binária contra-atacando a heteronormatividade compulsória.

A política queer está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos de 1990, passa a utilizar esse termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica. Ainda que seja um grupo internamente bastante diversificado, capaz de expressar



divergências e de manter debates acalorados, há entre seus integrantes algumas aproximações significativas (LOURO, 2008, p. 39)

Este grupo vem se apoiando na teoria pós-estruturalista francesa. A construção discursiva das sexualidades analisada por Foucault (1988) ao observar que a existência de alguns discursos médicos ao longo do século XIX sobre a sexualidade estavam defasados em relação aos estudos fisiológicos sobre a reprodução animal e vegetal o que indicava que "O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas" (p. 62-63).

De acordo com Louro (2008) a proposta teórica de Jacques Derrida também influenciou alguns estudos queer. O pensamento de Derrida de que a lógica ocidental dos binarismos "elege e fixa uma ideia, uma entidade ou um sujeito como fundante ou como central, determinando a partir desse lugar, a posição do 'outro', o seu oposto subordinado" (LOURO, 2008, p. 42). Derrida propõe que esta lógica seja abalada através de processos desconstrutivos que busquem desfazer tais binarismos.

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos pólos. Trabalhando para mostrar que cada pólo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada pólo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada pólo é, em si mesmo, fragmentado e plural (LOURO, 2008, p. 43).

Butler (2010), importante teórica queer desestabilizou a relação estável entre sexo/gênero/desejo afirmando que "Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um construto cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como 'corpo' quer como 'sexo'" (BUTLER, 2010, 154). Ela propõe que no lugar das concepções de construção pensemos em "um processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície daquilo que nós chamamos de matéria" (p. 163).

Esta materialização tem início antes menos de nascermos e segue sendo possibilitada pela constante reiteração forçada da norma regulatória produzindo efeitos nos processos de subjetivação. É por isso que Butler vai sugerir que até mesmo nosso desejo, considerado tão íntimo é possibilitado ou não pela norma de gênero. Nesse sentido, a heterossexualidade compulsória anda colada com a norma de gênero, materializando as diferenças corporais. Aqueles corpos que não conseguem seguir a norma binária passam a fazer parte do grupo de



corpos que não importam (BUTLER, 2016) que não tem seus direitos mínimos respeitados como humanos.

Butler nos faz pensar como nossos corpos são modelados e dotados de significados em virtude de determinados paradigmas históricos. Ela aponta que há diversas formas pelas quais podemos buscar compreender a materialidade do sexo.

Algumas pessoas se referem, simplesmente, a características sexuais primárias. Outras defendem que o 'sexo' é caracterizado tanto por partes anatômicas quanto por algo mais elusivo, até mesmo essencial, sobre quem a pessoa é. Outros insistem que o 'sexo' é uma composição complexa de anatomia, hormônios, cromossomos. E ainda outras tendem a pensar que todas essas dimensões científicas do sexo estão colocadas juntas e definidas pela função reprodutiva, e que o sexo pode ser estabelecido em virtude da localização relativa de uma pessoa na vida reprodutiva (BUTLER, 2016, p. 25).

No entanto, Butler sinaliza dois grandes desafios a este modo de pensar: nem todos os corpos sexuados são reprodutivos. As crianças, adultos incapazes de reproduzir e pessoas que nunca quiseram se reproduzir e podemos acrescentar as pessoas velhas que perderam a capacidade de reprodução desafiam então estes modos de materialização do sexo ancorados na vida reprodutiva. Desse modo, Butler (2016) questiona: "Dada essa multiplicidade de posições corporificadas em relação ao mandato cultural da reprodução, poderíamos dizer que é necessário, e até eticamente obrigatório, conceber o corpo sexuado fora dos termos de reprodução?" (p. 25). Para ela, esta forma de pensar o corpo sexuado dentro dos limites reprodutivos que vem sustentando a exclusão de das vidas sexuais que não tenham relação com a reprodução.

Para Oliveira (2017) os feminismos pós-Butler implicam uma amplitude do questionamento do humano e dos processos de inclusão e exclusão que esta categoria se relaciona, ou seja, posicionar-se em um dos lados do sistema binário de gênero significa ter saúde e consequentemente, implica inclusão social. Não se enquadrar em uma das duas caixinhas significa, ao contrário, exclusão que pode causar sofrimento que por sua vez pode ser lido e vivido como patológico. Esta exclusão, contudo, vem sendo utilizada politicamente pelo movimento queer.

Silva (1999) aproxima a teoria queer da feminista afirmando que ambas causaram uma reviravolta epistemológica que nos fizeram pensar impensável, o proibido e nos permite analisar, questionar, problematizar, contestar diversas áreas do conhecimento.

Ser queer portanto é raro em uma sociedade marcada pela disciplina e pelo controle como a que vivemos. É mais raro ainda no contexto educacional que historicamente se relaciona com normalização, ajustamento, formação. Uma educação infantil que defenda o



lúdico pode estar bem próxima de uma pedagogia queer porque ambas remam contra a maré das conformações dos corpos as normas.

Ao romper com os binarismos material/imaterial; racional/irracional; produtivo/improdutivo; moral/imoral, a brincadeira nas concepções aqui discutidas se aproxima de uma política queer, que mesmo diante de tentativas de apropriação, se descaracteriza ao ser assimilada pela racionalidade instrumental e, também, pela norma binária de gênero. Nesse sentido, aquelas que defendem o brincar na educação infantil, precisam também defender que brincadeira não tem gênero.

Referências

BROUGÈRE. Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo" In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 151-172.

_____. BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 19-42.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: MACHADO, Roberto (Org). **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.1-14.

. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber . Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, Vera Lúcia de Oliveira. A construção do feminino e do masculino no processo de cuidar crianças em pré-escolas. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 15, n. 1, p. 35-42, mar. 2006 . Disponível em

. acessos em 10 mar. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072006000100004.

HADDAD, L. A brincadeira da criança para Gilles Brougère: suas características e seu lugar na educação infantil in. MONTEIRO et al. Processos e práticas na formação de professores da educação infantil. Campo Grande: EdUFMT, 2014.

HUIZINGA, Johan. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 1980.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A apropriação do brincar como instrumento de disciplina e controle das crianças. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 7, n. 1, jun. 2007 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jan. 2018.

LIRA, Aliandra C.; MATE, Cecília H. Jogos e brincadeiras nas práticas pedagógicas na



educação infantil: entre o dito e o escrito. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 1, p. 5-19, Jan./Abr. 2013. Disponível em:http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss1articles/liramate.pdf Acesso em: 17 fev. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, João M. de. Fazer desfazer o género: performatividades, normas e epistemologias feministas. In: DIAS, Alfrâncio F. (Org). **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações.** Aracajú: Editora IFS, 2017, p. 13-30.

VIGOTSKI, L. S. A brincadeira e seu papel no desenvolvimento. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, junho, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, Isabel de O. e; LUZ, Iza R. da. Meninos na educação infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 34, p. 17-39, jun. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 10 mar. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000100003.



Frederico Paciência: Representações do sistema binário e do homoerótico na sociedade.

Autor: Moisés Henrique de Mendonça Nunes Orientadora: Antonielle Menezes Souza

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE EMAIL: moisesdemendonca@hotmail.com

Resumo: Com os modelos da sociedade brasileira e voltando-se ao sistema rígido binário, heteronormativo e a sexualidade com o perfil de pessoas a confidenciar, negando o que sente. Ao analisar o conto de Mário de Andrade, *Frederico Paciência*, procurou observar como os personagens refletem de certa maneira a sociedade que banaliza a sexualidade, oprime os sentimentos e condiciona os sujeitos a uma norma patriarcal e machista. O conto terá em vista observar o ser masculino e o homoerótico na perspectiva de observar esses personagens a se reconhecerem em sociedade, implicando nas suas vidas e forma de sentir.

Palavras-chave: Conto; Mário de Andrade; Binarismo; Homoerótico.

Introdução

Em suas produções, observamos como Mário de Andrade percorre toda uma tendência intimista e emocional com nuances líricos em seus textos, podendo ser explicado, conforme Candido (1946), no efeito da literatura ser algo sério e vivido por Mário, seja no trabalho de suas produções como no simples escrever de um bilhete. Por Mário de Andrade (1893-1945) detém-se sendo um dos percussores do movimento modernista na literatura brasileira, mesmo sabendo que este vincula a outras estéticas artísticas como observou na Semana de Arte Moderna (1922). Sobre a produção literária, nesse momento, houveram as influências dos movimentos vanguardistas europeus que ao trazer para o Brasil reverbera na estilística do modernismo.

Esse movimento, tendo foco com o rompimento tradicionalista, engessado e parnasiano que a literatura se encontrava, trouxe uma nova forma de se ver e escrever o Brasil, como o sujeito brasileiro. A estética de Mário de Andrade origina com uma linguagem coloquial, ao cenário paulistano, o brasileiro miscigenado, a vida cotidiana e suas reflexões com a oportunidade de romper com as formas clássicas, dentre outros pontos que podemos observar nos seus poemas, romances, crônicas, contos e artigos. Do conto analisado, foi retirado do livro *Contos Novos*¹ (1947), produzido em vida pelo próprio autor.

O conto *Frederico Paciência* (1943) de Mário de Andrade denota em sua construção as experiências sentimentais que envolvem as pessoas, assim como a repreensão desses

¹ A edição utilizada no artigo foi produzida pela Novo Século Editora (2017).



sentimentos e desejos, voltado, objetivamente, ao autoritarismo de uma sociedade patriarcal, machista e religiosa, no qual as pessoas vivem em um regime disciplinar sobre a sexualidade e rigidamente binário. O conto destaca também um nuance romântico entre os personagens Juca e Frederico Paciência, constituindo como a presença do homoerótico na literatura brasileira.

Metodologia

Conceituando, inicialmente, o gênero conto, observa como é discutível quanto a presença de teorias e a subjetividade de cada autor definir esse gênero. Sobre o viés de Mário de Andrade, vamos deter que, como dito anteriormente, o conto é aquilo que o próprio autor quer chamar de conto. Destaca-se que o período vivenciado por Mário, o modernismo, até o que conhecemos como literatura contemporânea, terá a ascensão do conto, tanto na produção e nas suas definições. Quanto a isso já vamos encontrar o próprio Mário de Andrade levando a reflexão ao conto na sua produção: "Tanto andam agora preocupados em definir o conto que não sei bem se o que vou contar é conto ou não, sei que é verdade." (ANDRADE, 2017, p. 7).

Definir o conto, levando em consideração as preposições de Mário de Andrade como as próprias teorias, podem-se limitar algumas características como uma produção literária enxuta, condensada e que seja rapidamente entendida pelo leitor, fazendo esse compreender, refletir e problematizar as questões observadas no conto. Levando isso em consideração, notamos que as produções de Mário de Andrade acarretam em seus contos a mescla com o real, como um processo mimético da realidade.

Com o conto *Frederico Paciência* (1943), procurou observar questões abordadas também na literatura. Como a característica do real, da idealização do ser, ocorrido no romantismo. Questões voltadas ao sistema binário, engessado e reproduzido, através dos personagens, nos espaços que se encontravam no conto e sua influência, trazendo ao ser masculino a dualidade de sujeitamento e transgressão desse binarismo rígido, além da presença do homoerótico, tão pouco trabalhado e muitas vezes silenciado nas produções literárias. Ao trazer o termo *homoerótico*, procurou-se analisar através do *eros*, como algo mais abrangente e as perspectivas que irão inserir os personagens, não enquadrado a uma orientação sexual, mas as experiências e o conhecimento de si.

Ao analisar o conto, observamos essa mescla entre ficção e realidade, quando nos referimos ao autor quanto a questão da orientação sexual e as formas intimistas. Determo-nos sobre um olhar subjetivo ao personagem e seus sentimentos, discutido em duas fases: a



adolescência e o adulto. Em uma discussão interna quanto a sexualidade e o que sente pelo amigo Frederico, mencionado no conto. Nesse olhar subjetivo, denota-se como o homem repreende seus próprios sentimentos, segundo uma sociedade que impõe regras "naturalizadas" e normas binárias que constituiriam o masculino, observando como isto ocorre através de outras personagens e o cenário com papel de submeter ao silenciamento, além dos questionamentos do personagem.

Para uma base teórico-metodológico do artigo foi utilizado *História concisa da literatura brasileira*² de Alfredo Bosi (1994) para nortear e refletir o momento literário vivido por Mário de Andrade, como sua estética, sobre o próprio autor foi observado em *Lembranças de Mário de Andrade* de Antônio Candido (1946). Para orientar e refletir as especificidades do conto, *Teoria do conto* de Nádia Battella Gotlib (1985), elucidando sobre questões relacionados a sexualidade e o sistema binário na sociedade, *História da sexualidade: a vontade de saber*³ de Michel Foucault (1988), *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* (2007) de Guacira Lopes Louro e o artigo *Gêneros não-binários: Identidades, expressões e educação* (2016) de Neilton dos Reis e Raquel Pinho.

Resultados e Discussão

Frederico Paciência (1943), narra a vida do personagem Juca, também narrador do conto, que trará os momentos de sua vida com seu amigo Frederico e sobre as eventualidades cotidianas. Observamos que o conto se passa por duas fases: a adolescência e vida adulta. O narrador fala do cotidiano, dos momentos vividos e o que sentia, sendo mais preciso, ao que sentia pelo amigo Frederico Paciência e por sutis amostras no conto vamos observando o que a comunidade, como os próprios personagens pensam e refletem sobre.

Destacamos que o conto incita no movimento intimista cujo temos um narrador-personagem que, através de *flashback* sobre sua vida, vai nos contar sobre o sentimento que carrega pelo amigo e suas reflexões. Nesse enredo, que se passa a partir da discussão interna do narrador-personagem quanto ao que sente pelo amigo, sendo como um momento especial, uma novidade no qual o leitor irá se debruçar sobre o texto literário e observar o caso (GOTLIB, 1985, p. 50).

Inicialmente o conto apresenta a adolescência dos personagens, sendo mais específico aos momentos vividos no colégio, uma instituição coordenada por Padres, e que já vamos

.

² Para o artigo foi utilizada a 50. Ed. Da editora Cultrix (2015).

³ Foi utilizado da edição mais recente, 6. Ed. Da Editora Paz e Terra (2017)



deparar com o que o protagonista vai dizer sobre Frederico Paciência, como alguém detentor da perfeição, até podendo considerar uma imagem idealizada, santificada. O contrário de Juca, um jovem rebelde, que tinha dificuldade nos estudos e problemas com a família.

"Admirava lealmente a perfeição moral e física de Frederico Paciência e com muita sinceridade o invejei. [...] Tive ânsias de imitar Frederico Paciência. Quis ser ele, ser dele, me confundir naquele esplendor, e fícamos amigos." (ANDRADE, 2017, P. 93)

No trecho, observamos a presença de uma personificação idealizada da pessoa, como uma retomada do romantismo, mas também destaca o que Juca sente quanto ao amigo, possivelmente, uma sutil forma de apresentar esse jovem amadurecendo, começando a ter novos sentimentos e os primeiros desejos. Destacamos que ao dialogar essa característica do romantismo brasileiro, como a presença do homoerótico, observamos o homem admirando outro homem. Essa imagem do ser masculino como algo santo e desejável, contraria as produções reconhecidas na literatura além do binarismo rígido pré-estabelecido pela sociedade patriarcal, heteronormativa, como encontrávamos no homem e sua devoção, desejo, pela mulher.

Com o prosseguir do conto, observamos como esse sentimento está sendo lidado entre os jovens, no qual ambos personagens compartilham.

"Não há dúvida que se agradava de mim, inalteravelmente feliz de me ver e conversar comigo. Apenas eu percebia, irritado, que era a mesma coisa com todos. Não consegui ser discreto. [...] acabei bastante atrapalhado, lhe confessando que era meu "único" amigo. Frederico Paciência entreparou num espanto mudo [...] eu numa comoção envergonhada, já nem sabendo de mim, aliviado em minha sinceridade. Chegara a esquina em que nos separávamos, paramos. Frederico Paciência estava maravilhoso, sujo do futebol, suado, corado, derramando vida. [...]

- Você não vai pra casa já!
- Ara... Estou com vontade de ir com você..." (ANDRADE, 2017, p. 95)

Destaca observar Juca sentindo ciúmes, quando fica irritado e não consegue disfarçar ao ver Frederico com outros amigos, e de Frederico Paciência, o carinho e afeto que sente por Juca, demonstrado quando teve a oportunidade de levar Juca em casa sabendo que era um caminho contrário à sua. A ligação entre os personagens vão se tornando maior, a ajuda de Frederico nos estudos de Juca, passeios pelo bairro e o desejo de morarem juntos logo após se formarem.

A presença da sexualidade, dos desejos sexuais e o início dos impasses, destacam-se quando Juca diz que Frederico faz "[...] confissões sobre instintos nascentes [...]"



(ANDRADE, 2017, p. 96) e o compartilhamento do livro "História da prostituição na Antiguidade". Notamos que tanto as confissões como o pedido de ler o livro desfaz toda a imagem de Frederico Paciência para Juca, retomando o ponto da idealização do ser, que o deixa muito irritado. Compreender que seu amigo sente e confessa-lhe desejos rompe com toda a imagem moral e casta de Frederico. Tendo isso em vista, como o perfil do amigo de uma pessoa moral, o narrador sentia vontade de morrer porque imaginava tirar-lhe isso. Observamos que existe uma dualidade nos personagens, um Juca/anti-Frederico, Frederico/anti-Juca, moral e pecaminoso que são localizados nos dois personagens protagonistas do conto e expõe as questões binárias postas na sociedade, voltado principalmente para os meninos no conto.

Destacamos como na construção desses personagens apresentamos a dualidade, Juca constrói a imagem masculina imposta pela sociedade patriarcal/machista, o menino rebelde, não estuda, que tem problemas com a família e apresenta uma agressividade até violenta e Frederico Paciência, mais calmo e centrado aos estudos, apresentando um cuidado de si e características sentimentais. Iremos perceber com o decorrer do conto como esse sistema binário reproduzido na escola e na vida social irá influenciar os personagens, porém vale destacar como não existe uma "naturalidade" para a composição da masculinidade, tendo em vista esses personagens, homens, que se diferenciam quanto a criação. A homogeneização se dar presente as características, constituídas histórico-socialmente, na comunidade, centrando-se na escola e o núcleo familiar.

"As identidades dos sujeitos vão se produzindo ao longo da vida, num processo de reprodução de outras já estabelecidas, ou de repulsão. O indivíduo se apropria dos comportamentos de sexo e gênero a ele estabelecidos e os ressignifica interiormente, aceitando ou rejeitando-os. Nesse sentido, entendemos a escola como local privilegiado para essa (re)produção, que reforçará ou construirá novos signos e significados às sexualidades e identidades." (REIS E PINHO, 2015, p. 7 e 8)

O questionamento ao que sentir pelo amigo e o assujeitamento dos sentimentos se dar quando os colegas começam a falar sobre como era suspeita a amizade entre Juca e Frederico.

"[...] não faltaram bocas de serpentes. Frederico paciência, quando a indireta do gracejo foi tão clara que era impossível não perceber o que pensavam de nós, abriu os maiores olhos que lhe vi. Veio uma palidez de crime e ele cegou. Agarrou o agressor pelo gasnete e o dobrou nas mãos inflexíveis." (ANDRADE, 2017, p. 100 e 101)

Observamos que a primeira reação advém de Frederico ao agredir o jovem que fez o gracejo e Juca fica assustado com o ocorrido. Colegas tentam contê-lo da ação violenta de



sufocar o rapaz, juntamente com os Padres e após o menino desmaiar, fazendo Frederico soltar, terminando com ele a dizer: "Ele me ofendeu" (ANDRADE, 2017, p. 101). Em seguida vamos ter Juca encontrando o mesmo menino para uma briga.

Nos dois momentos expostos, observamos como a comunidade questiona e submete a vida alheia. Por mais que o conto destaque a presença homoerótica, se não houvesse essa presença, uma amizade entre duas pessoas, seja do mesmo gênero ou gêneros diferentes, traria novamente esse pensamento suspeito. Destacamos que a curiosidade, principalmente as questões voltadas à sexualidade como algo a ser banalizado e silenciado é historicamente presente. Ressalta que a presença de uma escola cristã também explica esse momento, a sociedade burguesa entre os séculos XIX e XX por mais que traga exposição e manifesto dos discursos voltado a sexualidade, ainda assim, tentou rigorosamente reprimi-la, apoiados pelas instituições, cristã e governamental, como o uso da medicina para tratar questões sexuais como patologia (FOUCAULT, 2017, p. 52).

Guacira Lopes Louro (2007) irá trazer sobre o papel da escola, através do sistema binário nas relações de gênero, de forma rígida fará classificar, hierarquizar e reproduzir os locais postos para os sujeitos, no qual muitos serão sujeitados, apagados ou considerados desviantes, podemos observar isso com o ocorrido da agressão e que até os personagens formarem-se do colégio não existirá a presença de mulheres, tendo sua presença em passagens voltadas a objetificação e sexualização do ser feminino.

Nessa mesma perspectiva, ressaltamos como a ação dos protagonistas fica presente entre o medo e o desconforto. Passado o problema no colégio e a atitude de Juca, vista como uma tentativa de defender o amigo Frederico Paciência, vamos observar o beijo vivido pelos rapazes.

"E foi aquele beijo que lhe dei no nariz depois, depois não, de repente no meio duma discussão rancorosa sobre se Bonaparte era gênio, eu jurando que não, ele que sim. — Besta! — Besta é você! Dei um beijo, nem sei! parecíamos estar afastados léguas um do outro nos odiando. Frederico Paciência recuou, derrubando a cadeira [...] ele avançou, me abraçou com ansiedade, me beijou com amargura, me beijou na cara em cheio dolorosamente. Mas logo nos assustou a sensação de condenados que explodiu [...]" (ANDRADE, 2017, p. 100 e 104)

Ressaltamos que no fragmento, o beijo ocorreu a partir de uma discussão sobre história, mas o que deve destacar é como apresenta-se a provocação nos personagens. O perfil do homem, a normatização de uma sociedade patriarcal e heteronormativa, no qual o ser masculino não conversa sobre algo, ele discute de forma violenta e agressiva com a atitude de



provocar quem se tem o poder ou o mais forte, foi um mecanismo para os personagens darem um beijo, o que vai ser notado repetidamente em outros momentos do conto.

Após o beijo, os personagens se sentem condenados, moralmente, mas por um momento de riso nervoso, se desfaz toda uma tensão da cena e depois a frase: "Precisamos tomar mais cuidado" (ANDRADE, 2017, p. 104) Ambíguo em quem falou a frase, já que o próprio narrador diz que não sabe quem foi dos dois a dizer. O sentido da frase vai muito além, trazendo-nos a reflexão de: tomar cuidado para não fazer de novo ou ter atenção, caso se repita e alguém veja.

Passado o beijo também podemos observar como cada personagem irá prosseguir no conto. Denota que Juca diminuirá os laços de amizade com Frederico, a distância é explicada pelo narrador como: "Com a formatura do ginásio descobrimos afinal um pretexto para iniciar a desagregação muito negada, e mesmo agora impensada, da nossa amizade. Falo que era "pretexto" porque me parece que tinha outras razões mais ponderosas." (ANDRADE, 2017, p. 105). Obtendo a partir disso a omissão do que aconteceu e o reprimir dos desejos e sentimentos vividos pelos rapazes. Ressaltamos que mesmo o narrador dando a entender que os dois não tinham interesse por aquilo que viveram, é contraditório conforme vai apresentando-se o personagem Frederico Paciência.

Através de novas experiências sexuais ao fim do ginásio e seu relacionamento com Rose, observamos a omissão e silenciamento dos sentimentos de Juca por Frederico, este último por mais que incite novas discussões com a tentativa de obter segundas intenções e sendo negado, centra-se nos estudos ao não ser correspondido. Nesse momento, notamos que o narrador vai romper o *flashback* conversando com o leitor.

"Estou lutando desde o princípio destas explicações sobre desagregação da nossa amizade, contra uma razão que me pareceu inventada enquanto escrevia, para sutilizar psicologicamente o conto. Mas agora não resisto mais. Está me parecendo que entre as causas insabidas, tinha também uma espécie de despeito desprezador de um pelo outro..." (ANDRADE, 2017, p. 107)

Tendo em mente que o narrador é o Juca, mais velho, vamos ter que ele começa a explicar, na transição entre o fim da adolescência e antes de iniciar a vida adulta, o porquê de não querer imitar mais o Frederico Paciência. A explicação é mal contada, sendo que o próprio narrador irá dizer "[...] eu, sinceramente, sabei-me lá por quê! Não desejava mais ser um Frederico Paciência!" (ANDRADE, 2017, p. 107) Nessa forma vaga, podemos contextualizar, conforme o que Juca vivenciou e sentiu por uma fuga dos seus sentimentos, sujeitando-se as normas e práticas investidas pelo sistema binário colocado pela sociedade



machista e heteronormativa, como vai sendo observado no primeiro momento.

Destaca nesse conto, observar como através de um narrador que narra uma passagem vivida, remetendo a um momento especial, acaba por trazer um personagem que tem uma vontade ou necessidade de confessar seus sentimentos. Levando em consideração ao enredo e o tema da sexualidade, atribuído ao texto, como, novamente, a condição do conto entre mesclar o ficcional ao mundo real, detemos que esse narrador condiz com o indivíduo ocidental. "O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente." (FOUCAULT,2017, p. 66). Observamos que Juca contextualiza o sujeito que confidência os seus desejos mais internos e os reprimi, o aparecimento da Igreja, a escola como separação binária dos gêneros e a presença de uma família rigorosa burguesa, contextualiza esse narrador historicamente presente no mundo real, que secreta os seus pensamentos, porém sente a necessidade de conta-los, nesse caso ao leitor.

Notamos que o próprio Juca vai trazer novas cores a Frederico Paciência, ele vai dizer que ainda o admirava mesmo com sua vulgaridade que tinha muito de ideal, uma pessoa perfeita em uma outra concepção de ser (ANDRADE, 2017, p. 107). Levando a questionar a esses novos conceitos dados por Juca para o amigo, tomando-lhe um papel antagonista. Primeiro, o rompimento com o idealizado Frederico, fazendo essas coisas contrárias as questões morais e castas de uma comunidade cristã ou em segunda reflexão, o personagem compreender e se aceitar como um homem gay.

O perpassar do segundo momento do conto ocorre na vida adulta dos personagens. Passado o ginásio e as escolhas que pretendiam para o futuro, Juca optando pelo estudo de pinturas, mas tendo que abandonar por não ser "uma carreira", e Frederico pela medicina, porém não podendo ir para o Rio de Janeiro fazer o curso. É interessante ressaltar como os padrões binários heteronormativos influenciam na profissionalização das pessoas, a questão de não poder cursar artes, além de uma imagem pejorativa capitalista a área de humanas, também carece a questão de que mulheres eram voltadas para esse ramo, das artes ou educação e o homem para as exatas, direito e área de saúde. Ainda nesse viés, Frederico, que rompe o perfil de masculino no sistema rígido binário, opta pela medicina. A amizade dos personagens, que encontravam-se afastados, retoma com o momento vivido por Frederico, a morte do seu pai, o que vai ligar os dois novamente.

Observamos que nesse momento, através de um amigo indelicado da família, faz reunir Juca e Frederico a reviver os desejos contidos. "Percebi o mutismo dele, entendi porque era, mas não podia, custei a retirar os olhos daquela boca linda. E quando nossos olhos se



encontraram, quase assustei porque [...] também como eu estava, com olhos de desespero, inteiramente confessado." (ANDRADE, 2017, p. 110). Demonstra no momento o que ambos sentiam e queriam, porém, Juca, com medo de si e do que identifica como homem moral, social, contraria. Observa que ao mesmo tempo, a troca de olhares, confessa tudo o que eles sentiam, porém, a imagem do pai falecido rompe toda a tensão do momento.

Passado a morte do pai, Frederico com sua mãe iria para o Rio de Janeiro, reunindo novamente, ele e Juca. Nessa retomada, vamos deter a presença do desejo e sentimento carregado por ambos personagens, novamente Juca com suas tentativas de conter o que sentia e além do cuidado para não ocorrer algum *deslize*. A passagem de duas cenas no conto podem perceber como esse rompimento traz o percurso da amizade, o esclarecimento dela e quanto a dualidade para possíveis novas perspectivas trazidas pelo narrador.

"A última semana de nossa amizade (não tem dúvida: a última. Tudo o mais foram idealismos, vergonhas, abusos de preconceitos), a última semana foram dias de noivado para nós, que de carícias! Mas não quisemos, tivemos um receio enorme de provocar um novo instante como aquele de que o morto nos salvara. [...] "Então? Adeus?"; "Qual! Até breve!"; "você volta mesmo?..."; "Juro que volto!" O soluço que engasga na risada alegre de partida, enfim livre! O trem partindo. Aquela sensação nítida de alívio. Você vai andando, vê uma garota, e já está noutro mundo. Tropeça num do grupo que sai da estação, "Desculpe!", ele vos olha, é um rapaz, os dois riem, se simpatizam, poderia ser uma amizade nova." (ANDRADE, 2017, p.

Na passagem, observamos como a separação evidência pontos claros da amizade. Juca, narrador e já mais velho, destaca a idealização do amigo, a vergonha do que deteve a amizade, como do que sentia. O preconceito, passado pelos amigos e Juca com o próprio Frederico, mas também levanta a pergunta: Por que não um preconceito de Juca quanto a si? Essas abordagens evidenciadas pelo narrador pode ser explicada conforme a linearidade entre o conto com a realidade da sociedade. A presença do patriarcado com o machismo, personificando o perfil de homem ao sistema binário sexual, heteronormativo, a presença da imagem cristã e suas regras quanto a moralidade como a subjetividade das pessoas ao reterem essas normas para si, além da escola como reprodutora e delimitadora do que é certo e errado como o silenciar de seus sentimentos, reflexões e desejos. Essa última é explicada conforme o narrador conta os últimos minutos juntos e sendo contraditório, *um noivado*, mas o medo de demonstrar o que sentia em fala e gestos.

110, 111 e 112)

O trecho novamente retoma como o personagem tenta reprimir o que sentia e denota uma dualidade que narrador pensa ocorrer com eles. Observamos como a cena da partida de



Frederico é dramática e Juca, mesmo triste, sente-se aliviado por não ter que carregar mais a confidência de gostar do seu amigo, ele ainda apresenta que pode conhecer uma moça e esquecer de tudo aquilo, uma tentativa parecida quando se relacionou com Rose no final do ginásio. Contudo ele nota a presença da mesma chance de conhecer um amigo novo. Para ele ou Frederico? Trazendo como ele conta sobre o amigo, a pergunta se responde ao próprio Frederico Paciência. Enquanto a menina seria para tirar Frederico da sua cabeça, romper com o que sentia pelo amigo, para Frederico, uma nova amizade que o faça esquecer do Juca.

Trocaram cartas, mas foram sendo escassas com o tempo, Frederico falando sobre o curso de medicina e Juca da música e seu interesse pelos versos. O final do conto se dá com o ressurgimento de um telegrama falando sobre a morte da mãe de Frederico Paciência, uma nova oportunidade de se reverem e conforme o narrador: "Desta vez o cadáver não seria empecilho, seria ajuda, o que nos salvou foi a distância." (ANDRADE, 2017, p. 113) Uma possível forma de Juca, finalmente, expor seus reais sentimentos ao amigo, porém não se concretizará por questões financeiras e o protagonista acaba por trazer que isso era melhor, "Como eu queria tirar de cima de mim a responsabilidade de minha salvação. Ou me tornar mais consciente da minha pobreza moral. Fiquei feliz, feliz!" (ANDRADE, 2017, p. 113 e 114) dando fim a amizade.

O narrador volta a adolescência, com a festa do ginásio, ao expor um momento vivido por Frederico, sua irritabilidade quando uma menina o abraça sem nenhuma intenção e o trocadilho com seu sobrenome, *Paciência*. Esse trocadilho com o nome, também evidenciado pelo narrador, destaca uma ambiguidade. Paciência somente por ser um sobrenome, por ser sempre uma pessoa a esperar, a ter que compreender ou paciência em ter que esperar alguém que seja como ele, o entenda e não vá embora? O esforço em reafirmar a felicidade, como na passagem da partida de Frederico e o alívio em terem se afastado vinculam a presença desse personagem sujeitado as condições heteronormativas colocadas para as pessoas em sociedade, condicionado a negar seus sentimentos e medicalizar a sexualidade.

Conclusões

Analisar este conto de Mário de Andrade traz à tona toda uma temática e reflexões silenciadas e oprimidas pela sociedade. A forma como o conto é construído, através do *flashback*, buscando a juventude para explicar esse narrador maduro e que conta seus sentimentos mais íntimos como os percalços que o fazem deter senti-lo, reflete a forma como as pessoas oprimem e banalizam a sexualidade como conhecer a si mesmas. O perfil de homem constituída por uma sociedade patriarcal e machista é a mesma que oprime e nega o



próprio ser masculino, normatizando a um sistema binário, cujo torna-se a ser um indivíduo omisso e violento.

Ao observar o homoerótico em *Frederico Paciência* (1943) também é destacado que não teve a iniciativa de identificar os personagens a uma orientação sexual, porém a focar esses personagens as suas experiências sexuais, como a normatização de um binarismo rígido enquadrando sobre o que é masculino e feminino, oprime e reprime os sujeitos de se reconhecerem e como o cenário implica nessas questões. Neste artigo trabalhamos com um único conto, mas em uma leitura mais atenta sobre o livro *Contos Novos* (1947) de Mário de Andrade vamos ter novamente a presença de Juca, a outro conto que também irá explorar questões sexuais e sentimentais. Assim como podemos observar, sendo em um trabalho biográfico ao autor, em que os contos fossem atestados desse próprio Mário de Andrade a se conhecer e identificar como sujeito LGBTQI+.

Para concluir o artigo, observamos como a sexualidade ainda é um tabu em nossa sociedade além da imposição dos padrões heteronormativos e binários que condicionam as pessoas em silenciar-se. Analisar um conto de 1943, pleno século XX, evidência como tem muito a ser refletido, explicado e quebrado na nossa sociedade, a ação da literatura também tem esse efeito, de expor, fazer com que o leitor veja como constitui-se essa comunidade, seja ela no plano geral ou individualizado, como visto no conto. A muito a se pensar e refletir com *Frederico Paciência* em conjunto aos modelos da sociedade brasileira.

Referências

ANDRADE, Mário de. Frederico Paciência. In: **Contos Novos**. Novo Século Editora. 2017, p. 93 – 114.

BOSI, Alfredo. Pressuposto histórico e Mário de Andrade. In: **História concisa da literatura brasileira**. Editora Cultrix, 2015, p. 323 – 326 e 370 – 380.

CANDIDO, Antonio. Lembrança de Mário de Andrade. In: **Vários escritos**. Livraria Duas Cidades, 1977, p. 91 – 95.

DOS REIS, Neilton; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: Identidades, expressões e Educação. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 6^a ed. Paz e Terra, 2017. GOTLIB, Nádia Battella. **Teoria do conto**. Atica, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**/ Guacira Lopes Louro. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.



GARANTIA DOS DIREITOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS TRANS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PUBLICAÇÕES DO CFESS

Autor: Janaina Cruz Orientadoras: profa. Dra. Maria da Conceição Almeida Vasconcelos e profa. Dra. Vânia Carvalho Santos

Universidade Federal de Sergipe janacruz@infonet.com.br

Resumo: O presente artigo objetiva esclarecer conceitos relacionados às pessoas transexuais, diferenciando questão de gênero de orientação sexual; nome social de retificação de nome; explicando as diferenças entre pessoas trans e travestis. O preconceito contra as pessoas trans, a chamada transfobia, também é relatado neste artigo, assim como alguns direitos das pessoas trans. O artigo ainda faz uma análise de publicações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) relativas à transexualidade, bem como explica as Resoluções que permitiram aos assistentes sociais trans o uso do nome social em seu documento de identificação profissional.

Palavras-chave:

Transexuais, Serviço Social, nome social, direitos, CFESS.

1. INTRODUÇÃO

O Mapa da Violência contra Pessoas Trans, revelou que 174 homens e mulheres transexuais morreram no Brasil, em 2017, vítimas de tiros, facadas, pedradas, espancamento, asfixia, tesouradas e outros atos violentos. Conforme o referido Mapa, o Estado de Minas Gerais registrou o maior número de casos (24); seguido de 22 em São Paulo; 12 em Pernambuco; e 11 no Rio de Janeiro. Em Sergipe, foram dois. Os dados de 2017 superaram os do ano anterior, quando houve no Brasil cerca de 120 homicídios, praticamente um a cada três dias (REDE TRANS, 2017).

Não resta dúvida de que se trata de uma questão social, entendida como um conjunto de expressões da desigualdade social produzida pela sociedade capitalista. Dessa forma, o Serviço Social – que defende em seu Código de Ética princípios como a liberdade, ampliação da cidadania e eliminação de todas as formas de preconceito – não pode deixar de discutir o assunto. É urgente e fundamental falar sobre transexualidade e os direitos que envolvem a escolha das pessoas que não se reconhecem em seu gênero de nascimento.

O propósito deste artigo é, de início, esclarecer alguns conceitos relacionados ao universo trans, diferenciando identidade de gênero e orientação sexual, transfobia, nome social e retificação de nome, entre outros. Infelizmente, os avanços legais ainda são desconhecidos até mesmo por muitos profissionais do Serviço Social. O Conselho Federal de



Serviço Social (CFESS), provando estar atendo às demandas do seu tempo histórico e aos direitos das pessoas trans, especialmente dos assistentes sociais, publicou, em 2011, a primeira resolução que dispôs sobre o uso do nome social. Em 2016, lançou uma série de cadernos sobre preconceito, inclusive tratando sobre transfobia. No mesmo ano, foi publicada outra resolução, dessa vez mais ampla, mas que também autorizou o uso do nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP) dos assistentes sociais.

A pesquisa realizada para este artigo é do tipo exploratória, que conforme Gil (2008, p. 27), com a finalidade de "desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores". Ainda conforme o autor, a pesquisa exploratória também tem como elementos o levantamento bibliográfico e documental. Neste artigo, são aplicados ambos elementos, com a pesquisa em livros e artigos científicos que tratam a questão de gênero, bem como documentos oficiais do governo e entidades de classe.

Levar informações aos profissionais da assistência social sobre esses conceitos e analisar como o Serviço Social está lidando com essa questão da expressão social tão presente no tempo histórico em que vivemos é a grande motivação deste artigo. As discussões acerca da identidade de gênero são relativamente recentes e precisam ser ampliadas não só entre os assistentes sociais, mas também no âmbito da sociedade civil.

2. IDENTIDADE DE GÊNERO E OUTROS CONCEITOS

Escrever sobre identidade de gênero é algo que requer uma pesquisa cuidadosa, pois tal assunto ainda é envolto em dúvidas e preconceito. No entanto, o assistente social contemporâneo precisa estar consciente que, a qualquer momento, esse assunto pode bater à porta do seu local de trabalho, seja levado por um usuário ou até mesmo por colegas de profissão. Por isso, alguns conceitos devem estar claros para o assistente social.

Assim, a primeira questão é: o que vem a ser uma pessoa transexual ou, resumidamente, trans? O termo trans, há muito tempo, está inserido em uma sigla bastante popular: LGBT, que se refere a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, respectivamente. No quarto caderno da série chamada *Assistente Social no Combate ao Preconceito*, lançada pelo CFESS em 2016, o assistente social Guilherme Almeida, homem trans que elaborou o texto da publicação, define o que é ser transexual.



nascerem, se identificam como sendo de outro gênero. Uma pessoa que foi considerada do sexo masculino quando nasceu, mas que passou a se identificar (em qualquer momento da vida) como do sexo feminino, é uma mulher transexual (note que o que deve prevalecer é o respeito à identidade autoenunciada pelo sujeito). Da mesma forma, uma pessoa que foi considerada do sexo feminino quando nasceu, mas que passou a se identificar, em qualquer momento da vida, como do sexo masculino, é um homem transexual (ALMEIDA, 2016, p. 11).

O caderno traz também a definição de travesti, que não pode ser confundido com uma pessoa trans. Travesti é a pessoa que nasceu com o sexo masculino, mas que assume um comportamento feminino. No entanto, nem todas travestis – é importante frisar que o correto é sempre referir-se a elas no feminino e nunca falar "o travesti" ou, pior ainda, "aquele traveco", expressão carregada de preconceito – desejam fazer a cirurgia de redesignação sexual, ou, popularmente, mudança de sexo.

As travestis são pessoas que, ao nascerem, foram registradas no sexo masculino, com base apenas no seu sexo genital, e que procuram inserir, em seus corpos, símbolos do que é socialmente convencionado como feminino. As travestis tendem a se considerar como uma variante do feminino e, embora muitas vezes tenham características que efetivamente fazem com que as percebamos como muito femininas, elas tendem a não desejar modificações cirúrgicas de sua genitália, como algo importante na definição de sua feminilidade. Algumas travestis dizem claramente que não desejam ser mulheres, embora permaneçam se percebendo como femininas. Não faz sentido e é ofensivo chamar a qualquer delas de "o travesti". O tratamento mais respeitoso e coerente com o que a pessoa afirma é, portanto, "a travesti" (ALMEIDA, 2016, p. 12).

Esclarecido esses conceitos, é importante também diferenciar orientação sexual de identidade de gênero. Conforme o Manual de Comunicação LGBT da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), orientação sexual refere-se a como uma pessoa se sente atraída por outra, seja fisicamente ou emocionalmente (ABGLT, 2010). Assim, ela pode ser heterossexual (atração pelo gênero oposto), homossexual (atração pelo mesmo gênero), bissexual (atração pelos dois gêneros) ou assexual (nenhuma atração).

Já a identidade de gênero refere-se a como uma pessoa se reconhece dentro dos padrões estabelecidos socialmente: masculino ou feminino. Ao nascer, cada indivíduo é identificado de acordo com o órgão genital, mas isso não impede que se sinta ou não adequado a ele. Assim, quem sente que seu gênero de nascimento não está adequado à sua verdadeira identidade é uma pessoa trans (transexuais ou transgêneros). Quem se sente adequado ao gênero de nascimento é chamado de cisgênero, ou pessoa cis (ABGLT, 2010).

Um importante passo para definir identidade de gênero e os direitos das pessoas trans foi dado em 2006, na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, na Indonésia, onde –



durante uma reunião de pesquisadores que compõem o Painel Internacional de Especialistas em Legislação Internacional de Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero – foi publicado um documento que trata da aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, chamado de Princípios de Yogyakarta. Nele, identidade de gênero é entendida como uma:

...experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismos (CORRÊA; MUNTARBHORN, 2006, p. 9)

Definida a identidade de gênero, algo que nem sempre é um caminho fácil para muitas pessoas trans, em algum momento, outra questão deverá ser decidida: continuar com o nome da certidão de nascimento, usar o nome social ou fazer a retificação de nome? Imagine você ter nascido do sexo feminino, mas se reconhecer e se vestir como homem, porém ainda ser chamado por todos com seu nome de mulher? Isso é causa de muito sofrimento para a maioria das pessoas trans. Alguns deixam até de frequentar a escola ou locais públicos para evitar situações de preconceito e constrangimento.

No caso da escolha pelo uso do nome social, a pessoa trans pode continuar com o nome civil em seus documentos oficiais, mas tem a opção de utilizar o nome pelo qual gosta de ser reconhecida e identificada na sociedade; ou seja, o nome social em ambientes como escola, universidade, postos de saúde, órgãos públicos.

No dia 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a mudança de nome e de gênero no registro civil mesmo sem a realização de cirurgia de redesignação sexual (BRASIL, 2018). Na ocasião, foi julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A maior parte dos Ministros – entre eles Edson Fachin, Luiz Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Celso de Mello e a presidente do STF, Cármen Lúcia – entendeu que não é necessária autorização judicial para que haja a mudança.

Até então, para conseguir a retificação de nome era necessário solicitar autorização à Justiça, a partir de um processo, permitir ou não a retificação de nome dependia do entendimento de cada magistrado. Nem todos autorizavam a retificação de nome e também de sexo no registro civil. A decisão do STF foi fruto de muita luta.



importante, na medida em que permite a qualquer cidadão prejudicado pelas práticas discriminatórias recorrer à justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema de ideias justificador do presente estado das coisas (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

Possivelmente, no pano de fundo de determinadas decisões judiciais e até mesmo comportamentos do dia a dia em relação às pessoas trans, esteja o preconceito. No primeiro caderno da série *Assistente Social no Combate ao Preconceito*, elaborado pela doutora em Serviço Social Maria Lúcia Barroco, com organização e edição de conteúdo da Comissão de Ética e Direitos Humanos do próprio Conselho, foi argumentado que o objetivo dos textos era "orientar e estimular os/as assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional" (BARROCO, 2016, p. 5).

O preconceito pode se manifestar na moral, na política, na cultura, partindo de diferentes classes, grupos sociais e indivíduos, em situações que reproduzam o dogmatismo, o autoritarismo, o julgamento provisório baseado em avaliações parciais e estereótipos, sob diversas referências de valor. O que caracteriza tais avaliações, além das citadas acima, é a intolerância em face do outro e o julgamento prévio de sua conduta, sem a análise da totalidade de sua prática concreta (BARROCO, 2016, p. 16).

Para a autora do caderno, como o preconceito exerce uma função de controle e dominação social, ele deve ser combatido tanto individualmente quanto coletivamente. Isso significa, especialmente para os assistentes sociais, um compresso com os valores éticos da profissão, ter uma postura crítica em relação à ideologia dominante, a participação em debates que ampliem a consciência ética, política e a compreensão teórica, entre outras atitudes que contribuam para a construção de uma práxis emancipatória.

3. GARANTIA DE DIREITOS

Quando Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho publicaram *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, eles destacaram o fato de a sociedade estar em constante mutação, sendo necessário ao assistente social renovar-se e produzir conhecimento científico, "contribuindo para o acervo das ciências humanas e sociais, numa linha dinâmica entre teoria e prática" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 95).

Os autores também atentaram para a necessidade de o assistente social se modernizar,



a partir da preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental técnico-metodológico. Para eles, o "processo de revisão da profissão é uma exigência da realidade" (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 385). Nesse mesmo sentido, Yolanda Guerra afirma que reconhecer a instrumentalidade no exercício profissional é defender a universalidade de acesso a bens, serviços, direitos sociais e humanos, políticas públicas e democracia.

Pela instrumentalidade da profissão, pela condição e capacidade de o Serviço Social operar transformações, alterações nos objetos e nas condições (meios e instrumentos), visando alcançar seus objetivos, vão passando elementos progressistas, emancipatórios, próprios da razão dialética. Pressionando a profissão, tais forças progressistas (internas e externas) permitem que a profissão reveja seus fundamentos e suas legitimidades, questione sua funcionalidade e instrumentalidade, o que permite uma ampliação das bases sobre as quais a instrumentalidade se desenvolve (GUERRA, 2000, p. 14).

A primeira prova de que o CFESS defendeu os direitos das pessoas trans, especificamente dos profissionais trans – e, assim, utilizando-se da instrumentalidade que é peculiar à categoria, objetivou alcançar resultados emancipatórios – foi a publicação da Resolução no 615, de 8 de setembro de 2011, que dispôs sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do (a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

O documento de 2011 levou em consideração o artigo 5° da Constituição Federal brasileira, de 1988, – batizada de 'Constituição cidadã' – o qual garante que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (BRASIL, 1998). Ainda nos considerandos, o CFESS alegou o objetivo de construir uma sociedade mais justa e democrática e a proteção ao direito da livre orientação sexual e identidade de gênero.

Dessa forma, a Resolução 615 do CFESS assegurou o direito à escolha de tratamento nominal na Carteira de Identidade Profissional, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do CFESS e também Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). O documento também permitiu a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais trans, juntamente como número do registro profissional.

Até então, havia no Brasil poucas resoluções ou portarias semelhantes. Uma das primeiras foi a Portaria nº 1820, de 13 de agosto de 2009, publicada pelo Ministério da Saúde, garantindo aos usuários o direito ao uso do nome social (BRASIL, 2009). No âmbito dos conselhos profissionais federais, o de Psicologia publicou a Resolução nº 14, em 20 de junho de 2011, dispondo sobre a inclusão do nome social, no campo observação, na Carteira de



Identidade Profissional do Psicólogo, permitindo, inclusive, o uso do nome social na assinatura de laudos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011).

Percebe-se que para a comunidade trans, uma grande conquista em âmbito nacional foi a publicação do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Nele, a então Presidente da República, Dilma Rousseff, reconheceu a identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, permitindo o campo 'nome social' em destaque, acompanhado do nome civil, nos registros dos sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, prontuários e similares, utilizados somente para fins administrativos internos (BRASIL, 2016).

O decreto, considerado pelos movimentos sociais trans como uma grande conquista, exemplifica muito bem o que diz a pesquisadora Safira Ammann, quando afirma que "todo movimento social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade" (AMMANN, 1991, p. 17). O movimento contestou um direito – que seria o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans no âmbito da administração pública federal – e através da luta alcançou seu objetivo.

Tal fato lembra muito o que a doutora em Serviço Social Maria Carmelita Yazbek, em seu livro *Classes Subalternas e assistência social*, destacou a importância das experiências de solidariedade entre as classes consideradas subalternas, ou seja, aquelas submetidas à exclusão social, econômica e política. Lembrando que a associação com o relato da Rede Trans é feita com base na declaração da própria Presidente do movimento, Thatiane Araújo, quando ela afirma que até a publicação do decreto a população trans brasileira não era reconhecida. Enfim, era excluída socialmente.

Para o homem coisificado e sujeitado, as possibilidades de determinar-se como sujeito, de decidir, de compreender, de ter consciência, constituem caminhos (ainda que restritos e mesmo diminutos) para experienciar a realização da forma genérica de seu ser. Para este homem ainda, as experiências de solidariedade entre os subalternizados, a construção de valores e lutas comuns, para modificar suas condições de vida, revelam novas formas de expressão social e politização de seu cotidiano (YAZBEK, 2009, p. 181).

Em 2016, o CFESS publicou uma outra resolução novamente autorizando que assistentes sociais pudessem utilizar o nome social. A Resolução 785, de 22 de dezembro de 2016 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016), não revogou a anterior e foi publicada em decorrência da mudança do procedimento para emissão do Documento de



Identidade Profissional (DIP), que deixou de ser expedido em papel, sendo utilizado o material de policarbonato com chip. A Resolução 785 prevê que o nome social seja colocado na parte da frente do DIP. Antes da implementação dessas novas orientações sobre o novo documento, o CFESS fez um levantamento dos dados cadastrais dos profissionais junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e identificou que houve falta de compreensão, em muitos casos, do que era, de fato, o uso do nome social. Em decorrência disso operou-se uma correção dos dados equivocados para evitar que os mesmos fossem utilizados na impressão dos novos documentos.

Em comum à Resolução 615, a 785 do CFESS também levou em consideração os Princípios de Yogyakarta e o artigo 5° da Constituição Federal. No entanto, ela foi mais além. Citou dois artigos da Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamentou a profissão de assistente social. Na Resolução 785, é citado o artigo 8°, que estabelece ao CFESS, com órgão normativo da categoria, a competência de orientar, disciplinar e normatizar o exercício da profissão. Já o artigo 17° afirma que a Carteira de Identidade Profissional expedida pelos CRESS servirá de prova para fins de exercício profissional, tendo fé pública em todo território nacional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016).

A Resolução 785, em seu artigo 3°, explica como deve ser o procedimento para o uso do nome social no DIP. A solicitação deve ser feita por escrito no momento da inscrição junto ao CRESS. O artigo 4° permite a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes de trabalhos desenvolvidos pelas/os profissionais travestis e transexuais, juntamente com o número do registro profissional. O artigo 6° determina que tanto o CFESS quanto os CRESS devem dar plena publicidade à Resolução 785 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016).

Tanto a primeira quanto a segunda Resolução do CFESS, relativas ao uso do nome social, foram divulgadas no site do Conselho. No dia 21 de setembro de 2011, poucos dias após a publicação da Resolução 615, a página do Conselho publicou uma notícia intitulada *Resolução garante uso de nome social para assistentes sociais travestis e transexuais*. Além dos procedimentos a serem seguidos, a notícia trouxe uma entrevista com Guilherme Silva de Almeida, homem trans que foi o primeiro assistente social do Rio de Janeiro a ter seu nome social emitido na carteira de identidade profissional, em 2010, ou seja, antes mesmo da Resolução 615/2011 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ALMEIDA, 2011).

Na entrevista, ele falou sobre a importância do uso do nome social, como foi a transição do gênero feminino para o masculino, os obstáculos que enfrentou no exercício



profissional por ser um homem trans, a contribuição do CFESS na luta contra a transfobia e como os assistentes sociais devem tratar usuários trans:

Durante alguns anos, ocultei de meus empregadores privados e, mesmo do serviço público, o fato de que era transexual. Não falei do assunto, por temer a perda do emprego e/ou outras formas de discriminação, como assédio moral e não penso que aquele era um medo subjetivo, mas o produto de uma análise da forma como as instituições empregadoras lidavam com temáticas relacionadas às relações de gênero e diversidade sexual. Não podemos esquecer que há pouco tempo tivemos uma professora punida numa universidade privada mineira, por apenas fixar o cartaz da campanha do CFESS 'O amor fala todas as línguas'. Isso me impôs uma ética do segredo e uma preocupação constante de teatralizar comportamentos a fim de que fossem minimamente reconhecidos como femininos, o que é penoso do ponto de vista da saúde mental. O Serviço Social é uma profissão historicamente feminina e, portanto, há expectativas sociais que se refletem no interior da categoria que projetam o estereótipo da boa profissional: uma mulher repleta de qualidades tradicionalmente esperadas das mulheres e que são tidas como inerentes ao corpo biológico feminino. Além disso, poucos esperam homens assistentes sociais e ninguém espera um homem transexual assistente social. Durante um considerável período de tempo, restringi minhas publicações, por exemplo, por temer que o nome social com que eram então assinadas, não fosse reconhecido pelo sistema Lattes. Por outro lado, o fato de integrar uma profissão que me permitiu aperfeiçoar criticamente minha visão de mundo e participar da construção de conhecimentos acadêmicos que buscam não apenas conhecer a realidade social, mas transformá-la. potencializou minha capacidade de enfrentamento das dificuldades profissionais e pessoais que se seguiram (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ALMEIDA, 2011).

O pequeno trecho da entrevista do assistente social trans Guilherme Silva de Almeida mostra, claramente, todos os percalços que uma pessoa trans tem que superar para que sua identidade de gênero seja reconhecida socialmente e profissionalmente. Medo, preconceito e discriminação foram alguns dos problemas que Guilherme precisou enfrentar para que pudesse ser reconhecido como homem trans, especialmente em uma profissão majoritariamente feminina e ainda carregada de antigos estereótipos, como o da assistente social "boazinha", herança dos primórdios de um Serviço Social assistencialista originado dentro do universo da Igreja Católica.

Mas, ainda no depoimento de Guilherme, ressalta-se algo de suma importância para a superação do preconceito. Ele fala sobre a formação crítica do assistente social, baseada em teorias que nos permitem refletir dialeticamente sobre o mundo e as mais diversas formas de expressões da questão social. Além disso, o Código de Ética do Assistente Social é muito claro quanto à defesa de princípios fundamentais, como liberdade, cidadania, democracia, equidade, justiça social, combate ao preconceito e construção de uma nova ordem social sem a exploração de classes, de etnias e de gênero.



Muito mais que explanar sobre conceitos relacionados à questão de gênero e analisar o trabalho do CFESS em combater preconceitos e garantir os direitos dos assistentes sociais trans, este artigo pretende levar a discussão sobre como o Serviço Social está lidando com esta expressão da questão social tão presente no neste tempo histórico. É certo que as pessoas trans estão, cada vez mais, organizadas na luta pelos seus direitos, através de movimentos sociais que conquistam, aos poucos, espaços na sociedade e na grande mídia. Exemplos disso, como foi dito anteriormente, é a participação da Rede Trans no Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e a problemática ser apresentada em uma novela global. Porém, o Serviço Social não deve – e não pode, até mesmo por respeito ao seu Código de Ética – ficar omisso à luta das pessoas trans.

Um primeiro passo foi a iniciativa do CFESS em publicar as resoluções que permitiram aos assistentes sociais trans utilizarem o nome social em suas identidades profissionais, comprovando aquela máxima de que as palavras ensinam, mas os exemplos arrastam. Outra grande contribuição foi o lançamento da série *Assistente Social no Combate ao Preconceito*. Todos os cadernos abordaram diferentes temas de uma forma muito esclarecedora e didática.

No entanto, é preciso fazer mais. Organizar ou estimular cursos de capacitação nos quais assistentes sociais e também funcionários dos Conselhos Regionais de Serviço Social possam se atualizar sobre as questões de gênero e seus desdobramentos. Isso seria algo bem relevante, até mesmo para esclarecer alguns conceitos e evitar distorções. Outra sugestão seria no âmbito da academia. O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe tem abordado o tema transexualidade em oficinas, cursos e semanas acadêmicas. Mas ainda é pouco. É preciso evitar que uma pessoa trans procure o Serviço Social de uma determinada instituição ou órgão – como hospitais, escolas e Centros de Referência – e não se sinta bem orientada pelo o assistente social. Ou pior, seja tratada com preconceito.

Lembrando que, entre os deveres do assistente social, está a democratização de informações. Assim, o profissional precisa estar bem informado não só para fazer um atendimento de qualidade, mas também para repassar informações que visem à cidadania e conquistas de direitos. Outro dever durante o exercício profissional é se abster de práticas que caracterizem censura, cerceamento de liberdade e policiamento de comportamentos.

O padre e poeta nicaraguense Ernesto Cardenal, que participou da Revolução



Sandinista, disse, certa vez, que "o papel do intelectual é devolver claramente às massas o que delas recebeu confusamente". Dessa forma, que os assistentes sociais, em meio a tanta discriminação e conceitos distorcidos, possam estar bem informados sobre as questões de gênero e os direitos que permeiam a vida das pessoas trans e, assim, contribuam para a superação de velhos preconceitos.

REFERÊNCIAS

Brasileira ABGLT, Associação de Lésbicas Gays Bissexuais Travestis Transexuais. **Manual** de Comunicação **LGBT.** 2010. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunicação-LGBT.pdf. Acesso em: 25 jul. 2017.

ALMEIDA, Guilherme. Conselho Federal de Serviço Social. **Assistente Social no combate ao preconceito:** Caderno 4: transfobia. 2016. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro:** De frente para o Estado, em busca do Parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.820**. Brasília, 13 ago. 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Decreto 8727**. Brasília, 28 abr. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. Supremo Tribunal Federal. STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo. 2018. Disponível em: http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085. Acesso em: 02 mar. 2018.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Conselho Federal de Serviço Social. **Assistente Social no combate ao preconceito:** Caderno 1: o que é preconceito. 2016. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 14/11.** 2011. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/06/resolucao2011_014.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Serviço Social.** 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 08 ago. 2017.

 \mathbf{n}° . Resolução **CFESS 615.** 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/615-11.pdf. Acesso em: 08 ago. 2017. . Resolução **CFESS** \mathbf{n}° **785.** 2016. Disponível em: http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/ResCfess7852016.p df>. Acesso em: 08 ago. 2017. ; ALMEIDA, Guilherme. Resolução garante uso de nome social para assistentes transexuais. 2011. sociais travestis Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/688>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CORRÊA, Sonia Onufer; MUNTARBHORN, Vitit. **Princípios de Yogyakarta.** 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** 2007. Disponível em: http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social:** Ensaios Críticos. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. O Poder do Macho. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

REDE TRANS, Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil. **Mapa da violência contra as pessoas trans no Brasil**. 2017. Disponível em: < https://www.facebook.com/redtransbrasil/photos/a.1684228511804591.1073741828.1684224 881804954/2141057866121651/?type=3&theater>. Acesso em: 04 dez. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



HOMOFOBIA NA ESCOLA: DESAFIOS E ENFRENTAMENTOS

Autor (1) Moisés Santos de Menezes Co-autora (1) Ana Paula Leite Nascimento Co-autora (2) Roberta Brito Lima Orientadora Anabela Maurício de Santana

Doutorando em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RIO, e-mail: moisesmenezesmm@yahoo.com.br;

Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Sergipe, e-mail: paulajcbrasil@yahoo.com.br;
Mestranda em Letras da Universidade Federal de Sergipe, e-mail: roberta_ccv@hotmail.com;
Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Sergipe, e-mail: anab.santana@hotmail.com.

Resumo: A escola é um ambiente mistificado onde existe uma diversidade de sujeitos com pensamentos, conceitos, formas de comportamentos e perfis diversos. A diversidade sexual na escola ainda se apresenta como um desafio para todos os sujeitos que fazem parte deste contexto. Muitos debates e questionamentos relacionados ao respeito às formas de sexualidades que diferem dos padrões heterossexuais no ambiente escolar ainda são invisibilizados e se constitui um problema para muitos docentes e discentes que não possuem conhecimentos/informações para trabalhar com essas demandas. O preconceito e a discriminação contra as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) na escola é um fenômeno bastante presente na contemporaneidade, que provoca inúmeras consequências para a vida da população LGBT, a exemplo do abandono escolar, ausência de formação acadêmica e profissional, dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho. Este trabalho trata-se de uma sistematização do Plano de Intervenção Educacional que trabalhou o preconceito e a discriminação homofóbica e transfóbica no ambiente escolar através de algumas ações realizadas com todo corpo discente e docente, objetivando contribuir para a desconstrução de conceitos e estereótipos negativos dos/as educadores/as na perspectiva de transformá-los/as em multiplicadores/as do enfrentamento à homofobia/transfobia no contexto escolar e na sociedade em geral. No relato desta experiência fizemos uma breve contextualização da homofobia na escola, apontando o cenário agravante e os desafios para o enfrentamento; e, apresentamos o detalhamento das ações do Plano de Intervenção Educacional. A homofobia é um fenômeno que se encontra fortemente presente na escola, necessitando, portanto, ser enfrentada, oxalá eliminada!

Palavras-chave: Escola, homofobia, discriminação, preconceito, enfrentamento.

Introdução

A escola é um dos espaços sociais onde mais se apresenta a diversidade sexual e de gênero. Essa diversidade encontra-se muitas vezes cerceada pelos muros da ignorância e ausência de sensibilidade em relação à vivência das formas de expressões afetivas e sexuais que diferem das normas pré-estabelecidas socialmente. O termo diversidade é definido nos dicionários como tudo aquilo que nos diferencia de algo ou de outro como expressa Santiago (2009). As pessoas podem possuir diferenças em vários aspectos das suas vidas como nas questões religiosas, econômicas, relacionadas à raça e etnia, identidade de gênero, sexualidade, etc.



As formas de sexualidades e identidades de gênero que desafiam os padrões heteronormativos como único modelo a ser seguido, a exemplo da homossexualidade, bissexualidade, travestilidade, transexualidade, dentre outras, são formas de expressão da diversidade sexual e de gênero que devem ser respeitadas e visibilizadas dentro do ambiente escolar como tão legítimas e autônomas quanto a heterossexualidade e a cisgeneridade.

Conforme Souza (2015) a diversidade sexual e de gênero não deve ser reduzida às diferenças sexuais, visto que compreende e reconhece a existência legítima de LGBT, entre outras expressões das sexualidades, possibilitando o alargamento da nossa compreensão sobre a sexualidade humana. A noção de diversidade sexual e de gênero além de implicar o reconhecimento pela existência das diversas expressões sexuais e de gênero, precisa buscar legitimar essas sexualidades, considerando-as tão naturais quanto a heterossexualidade.

A ausência da aceitação de tais sujeitos sociais alimentada por ações preconceituosas e discriminatórias é classificada de acordo com as especificidades e particularidades de cada sujeito vítima de determinada ação violenta. Em relação à diversidade sexual e de gênero essa pluralidade de conceitos se estende com a multiplicidade de suas vítimas. Por exemplo para as lésbicas, utiliza-se o termo lesbofobia; para os gays, gayfobia; para as travestis, travestifobia; para os/as transexuais, transfobia; entre outros. Porém, neste trabalho será utilizado o termo homofobia com base em Borrilo (2010) e Souza (2015) para contemplar todas as formas de preconceito e/ou de discriminação contra as orientações sexuais e a identidade de gênero que diferem dos padrões heterossexuais e que atingem toda a população LGBT.

Este trabalho, por sua vez, trata-se de uma sistematização do Plano de Intervenção Educacional que visou trabalhar o preconceito e a discriminação homofóbica e transfóbica no ambiente escolar através de algumas ações concretas realizadas com todo corpo discente e docente. O Plano objetivou contribuir para a desconstrução de conceitos e estereótipos negativos dos/as educadores/as na perspectiva de transformá-los/as em multiplicadores/as do enfrentamento à homofobia/transfobia no contexto escolar e na sociedade em geral. No relato desta experiência fizemos uma breve contextualização da homofobia na escola, apontando o cenário agravante e os desafios para o enfrentamento; e, apresentamos o detalhamento das ações do Plano de Intervenção Educacional. Todo o percurso se deu na tentativa de trazermos contributos que nos erguem horizontes de reflexão e nos mostram caminhos para enfrentarmos o preconceito, a discriminação e a violência contra a população LGBT.



Metodologia

Esse trabalho foi elaborado a partir de pesquisas teóricas e análises de campo em escolas públicas e privadas nas quais foram detectadas a forte presença da homofobia no ambiente escolar, o que nos impulsionou a questionarmos como trabalhar aspectos dessa realidade agravante no ambiente educacional. Acessamos relatos de experiências; fizemos levantamento dos casos de homofobia denunciados em órgãos de defesa aos direitos humanos; realizamos pesquisa bibliográfica e documental em sites, revistas e livros sobre o assunto; e, por fim, elaboramos um plano de intervenção e executamos nas escolas que se constituíram objeto de nossas visitas de campo e análise e também objeto de intervenção. Ressaltamos que o plano de intervenção executado não pretendeu se configurar como uma "receita de bolo" para se tratar a homofobia na escola, pois entendemos que intervenções dessa natureza demandam um longo processo de desconstrução de estereótipos e preconceitos alimentados socialmente, mas nossa pretensão com o plano de intervenção ganha relevância acadêmica e social pela possibilidade de suas ações se apresentarem como possíveis "setas" que indicam caminhos e formas de enfrentamentos a esse tipo de preconceito e discriminação contra a orientação sexual e identidades de gênero destoantes da heteronormatividade.

No que diz respeito à metodologia da execução registramos que a proposta de intervenção foi dividida em quatro momentos distintos. No primeiro momento foram realizadas palestras com temas sobre a diversidade sexual e de gênero, homofobia, homossexualidade, transexualidade, dentre outros, objetivando ampliar este debate com os/as docentes e abrir espaços para discussões e análise dos/as participantes. No segundo momento foram realizadas oficinas que buscaram trabalhar com as artes (teatro, música e dança) a fim de trazer à tona o discurso das referidas temáticas com o propósito de fazer com que todos participassem da atividade e desconstruíssem preconceitos e estereótipos próprios em relação às formas de sexualidades que diferem da heteronormatividade. No terceiro momento foram ofertados cursos de sensibilização sobre a importância da luta contra a homofobia dentro do ambiente escolar para todos os docentes, objetivando contribuir com o processo de formação continuada de cada educador, estendendo-se tais contribuições aos docentes. No quarto momento a proposta da intervenção ultrapassou o seu público alvo, atingindo os discentes da instituição. Neste último momento todos os docentes que participaram dos dois primeiros momentos da intervenção (com exceção do terceiro que foi realizado no prazo de tempo mais estendido e também serviu como meio de debates sobre o quarto momento) foram convidados a elaborar atividades com seus discentes que visassem abordar as questões do preconceito e



da discriminação homofóbica dentro da escola. As experiências dessa atividade foram debatidas no curso de sensibilização realizado no período de tempo superior às demais atividades. Os objetivos das ações propostas foram formar multiplicadores do conhecimento em relação aos direitos LGBT e contribuir com o enfrentamento à homofobia.

Homofobia na escola: cenário agravante e os desafios para o enfrentamento

A instituição escolar é cercada pelas diversas expressões das identidades de gênero e das sexualidades. Não é difícil encontrarmos discentes, docentes e demais sujeitos que fazem parte desta instituição com identidades sexuais e de gênero distintas da heteronormatividade. Estes sujeitos são vítimas constantes de diversas práticas homofóbica decorrentes, sobretudo, de preconceitos e estereótipos de gênero (re)produzidos e reiterados no ambiente escolar.

A escola, como as demais instituições sociais, a exemplo da família, muitas vezes, reforça os modos de como a sociedade impõe culturalmente os preceitos estabelecidos para cada gênero, conforme a genitália dos sujeitos. As cores, forma de comportamento, modos de sentar, vestir-se, comunicar-se, dentre outros aspectos, estão todos padronizados de acordo com a singularização dos sexos masculino e feminino. Essas balizas simbólicas que buscam determinar o que é masculino e feminino são perpassadas por relações de poder (SANTANA, 2015). Para Ramires (2011) a escola é considerada uma das instituições mais homofóbica, fato que tem fundamento nos abundantes relatos de humilhação e maus-tratos a indivíduos LGBT, que afetam fortemente seu desempenho acadêmico, diminuindo o interesse pelas aulas, promovendo a evasão escolar, por conseguinte, a existência de uma grande dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho formal, notadamente para as travestis e transexuais.

Essa situação também é debatida por Kamel e Pimenta (2008) quando destacam que a violência homofóbica vivenciada pela população LGBT no ambiente escolar é preocupante, principalmente quando esta passa por uma forma despercebida de invisibilidade quando comparada aos demais sujeitos sociais, pois, na maioria dos casos, esses jovens que sofreram tal violência, em suas diversas formas, como apelidos pejorativos, exclusão e ridicularização, acabam tendo baixo rendimento e até mesmo abandonam a escola.

Segundo Prado e Junqueira (2011) a homofobia pode ser encontrada no ambiente escolar em diferentes graus e expressa em várias ocasiões, tais como nas relações pedagógicas normalizadoras, nas reuniões de pais e mestres, nos discursos normalizados nas salas de aulas, em conversas entre docentes e discentes que reproduzem a cultura heterossexual, dentre outras. Os autores ainda afirmam que, nas salas de aula, as práticas homofóbicas "sutis" são



reforçadas por muitos docentes, por exemplo, ao recusar-se a chamar um estudante travesti ou transexual pelo seu nome social; quando participam de brincadeiras e piadas que tendem a ridicularizar e ofender a população LGBT, ou não as coíbem; dentre outras situações.

A escola também se apresenta como um espaço de normatização que reflete e reproduz as formas e comportamentos sociais. Não diferentemente acontece com a questão da sexualidade, o ambiente escolar possui como modelo central de vivência das práticas afetivas e sexuais os moldes da heterossexualidade. Assim, tudo que diverge deste contexto se apresenta como diferente e de difícil aceitação, reforçando práticas muitas das vezes preconceituosas e discriminatórias para com as outras formas de vivência das sexualidades.

É *mister* sinalizar que o preconceito e a discriminação contra a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar se apresentam de diversas faces, modos e formas. De acordo com Borrilo (2009) existem diversas nuances de preconceito, podendo ser expressões mais evidentes, através da rejeição e discriminação direta, ou mais sutis, através de violência psicológica, que pode ser denominada homofobia indireta. De ambas as formas, a homofobia se apresenta dentro do ambiente escolar. Frente a este cenário concordamos com

[...] a imprescindibilidade de uma intervenção contínua e sistemática que vise não somente promover o respeito às diferenças, mas também a inclusão efetiva da diversidade sexual no contexto escolar e a desconstrução das práticas homofóbicas. Isso serve de alerta para a necessidade de que os/as educadores/as sejam sensibilizados/as e preparados/as para que possam fomentar o reconhecimento e acolhimento da diversidade sexual (SOUZA; SILVA; SANTOS, 2015, p.75).

A escola precisa proporcionar a todos os seus sujeitos um ambiente de acolhida e participação ativa em que as particularidades da vida de cada um não sejam motivos que despertem o preconceito e a discriminação, mas que incentivem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária em que todos possam expressar sua orientação sexual e/ou identidades de gênero sem receio e sem medo de sofrer quaisquer tipos de violência.

Detalhamento das ações do Plano de Intervenção Educacional

O cenário agravante de homofobia na escola nos aponta a necessidade de realizarmos intervenções cotidianas nos ambientes educacionais que estamos inseridos e construímos na perspectiva de refletirmos sobre esse contexto e darmos passos na direção de desconstruirmos discurso e enfrentarmos práticas de preconceito e discriminações contra a população LGBT. Nesse sentido, a proposta de intervenção deste projeto buscou trabalhar as interfaces da



homofobia no contexto escolar no intuito de enfrentar todas as formas de preconceito e discriminações contra a população LGBT. A seguir apresentaremos o detalhamento das ações do Plano de intervenção educacional. Vejamos:

1º Momento: Realização de Palestras e Debates.

Realizado através de um evento com todo o corpo docente da escola durante dois turnos:

- ✓ Palestra com profissionais pesquisadores das áreas das ciências humanas ou ciências sociais aplicadas (assistentes sociais, professores, psicólogos, antropólogos, sociólogos) sobre "A diversidade sexual e de gênero na escola: desafios e conflitos". Relatos de educadores sobre suas experiências com a população LGBT no contexto escolar, os desafios que devem ser enfrentados na atualidade e os conflitos internos e externos que esses sujeitos vivenciam cotidianamente. Objetivo: apresentar a escola como um ambiente multidimensional em que a presença da diversidade sexual e de gênero é um fato constante e que deve ser levado em consideração.
- ✓ Palestra "O *bullying* homofóbico e o papel da escola" para discutir a homofobia no conceito de *bullying* dentro do ambiente escolar, expressões e como enfrentá-lo.
- ✓ Palestra "A escola na luta pela garantia dos direitos LGBT" para abordar temas relacionados aos direitos da população LGBT conquistados, a exemplo da adoção de crianças por casais homoafetivos, união estável, utilização do nome social de travestis e transexuais, e, os direitos ainda não conquistados a exemplo da criminalização da homofobia. Objetivo: debater sobre tais temáticas, mostrando a importância da escola neste processo de legitimidade de direitos, e, demarcando que se a escola não os reconhece e se torna uma instituição onde esses direitos não são vistos como necessários e importantes, a mesma nega-os e os viola de forma indireta.

2° Momento: Realização de Oficinas participativas com os docentes envolvendo as artes (teatro, música e dança).

Este momento se subdivide em dois turnos de atividades. No primeiro turno os docentes são convidados a assistirem apresentações de teatro, música e dança sobre o tema "diversidade sexual e de gênero na escola". Objetivo: propiciar uma reflexão crítica sobre a temática em questão de forma a trazer em suas cenas experiências deste tipo de violência no ambiente escolar, sugerindo formas de intervenções neste contexto. As cenas: realizadas em momentos separados de intervalos para inicialmente trabalhar a presença da diversidade e de gênero na escola e a homofobia, abrindo em seguida um debate com os docentes sobre este assunto, e, na sequência das próximas cenas as experiências de casos do *bullying* homofóbico



e suas formas de intervenção, analisando-se o papel da escola neste contexto.

Este momento conta com a participação dos docentes quando, de forma direta, todos são convidados a participarem das cenas, como das canções parodiadas (que podem ser compostas pelos mesmos) e das coreografias sugerindo maneiras de intervenções em relação às violências encenadas no ambiente escolar. Objetivo: fazer com que todos os docentes se retirem de suas posições de "plateia" e passem a sentir-se "atores" fundamentais neste processo de luta e de enfrentamento à homofobia e às demais formas de preconceito e discriminações contra a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar.

3° Momento: Realização de cursos de sensibilização sobre a diversidade sexual na escola e a homofobia.

Curso de 3 (três) meses com um total de 14 (quatorze) reuniões, possuindo dois facilitadores (de preferência que sejam pesquisadores das temáticas trabalhadas ou possuam experiência profissional com o público LGBT). Objetivos: estender o processo de formação dos docentes sobre as temáticas pautadas, pois esses temas não podem ser esgotados em momentos breves e pontuais. Realização: reuniões uma vez por semana no próprio ambiente escolar com 02 (duas) horas cada encontro, com vários temas sendo explanados, abrindo para momentos de debates e discussão entre todos. Para o rigor do detalhamento do Plano de Intervenção e do relato desta experiência faremos a exposição da programação das reuniões.

3.1 Metodologia dos Encontros/Reuniões do Curso de Sensibilização sobre a diversidade sexual e de gênero na escola e a homofobia.

Primeiro Encontro/Reunião

Tema: Diversidade sexual e de gênero na escola: conhecendo diferenças, rompendo preconceitos.

Objetivo: Trabalhar com palestras e vídeos a questão da diversidade na escola contextualizando com as experiências vivenciadas pelos docentes, entendendo a instituição escolar como meio importante de acolhimento das diferenças e protagonista no processo de enfrentamento às várias formas de preconceito e discriminação.

Sugestão: Exibição do vídeo da série: Globo Educação: Diversidade sexual na escola.

Segundo Encontro/Reunião

Tema: Homofobia: conceitos e dilemas.

Objetivo: Trabalhar os conceitos de homofobia e formas como se apresentam no cotidiano para desconstruir conceitos e estereótipos negativos, e, enfrentar este fenômeno.

Sugestão: Exibição do vídeo: Homofobia é Crime.



Terceiro Encontro/Reunião

Tema: O papel da escola no enfrentamento ao *bullying* homofóbico.

Objetivo: Trabalhar os conceitos de *bullying*, percepções, e, o *bullying* homofóbico dentro do contexto escolar como forma de discriminação contra a diversidade sexual e de gênero.

Sugestão: Exibição do vídeo: Escola e homofobia. Encenações de teatro com os participantes sobre situações de *bullying* homofóbico no contexto escolar, buscando exemplificar e discutir.

Quarto Encontro/Reunião

Tema: Formação docente e diversidade sexual e de gênero.

Objetivos: Enfatizar os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero, tipos de sexualidades e identidades (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, travestilidade, transexualidade), entre outros, reconstruindo conceitos e desfazendo tabus e estereótipos negativos sobre as expressões de sexualidades e de gênero que diferem da heteronormatividade. Discutir a importância dos temas no processo de formação profissional.

Sugestão: Exibição do vídeo: Gênero, diversidade e direitos humanos.

Quinto Encontro/Reunião

Tema: A orientação sexual e a identidade de gênero dentro do contexto familiar.

Objetivo: Debater sobre as sexualidades e identidades de gênero LGBT no âmbito familiar.

Sugestão: Exibição do vídeo: "Não gosto de meninos" ou do filme "Orações para Bobby".

Sexto Encontro/Reunião

Tema: Direitos LGBT: cenário de conquistas e lutas.

Objetivo: Debater os direitos da população LGBT, buscando sensibilizar os docentes sobre a necessidade em reconhecer tais direitos, fazendo com que a escola, como instituição educacional, contribua na promoção de direitos em defesa da igualdade social dos sujeitos.

Sugestão: Apresentação de slides sobre os principais direitos LGBT conquistados, a exemplo da união estável de casais homoafetivos, utilização do nome social de travestis e transexuais, pensão por morte, bem como os direitos que ainda não foram conquistados pela população LGBT, a exemplo da criminalização da homofobia e alguns direitos civis e sociais.

Sétimo Encontro/Reunião

Tema: Escola, família, homossexualidades e identidades trans.

Objetivos: Compartilhar experiências de forma a desconstruir a homossexualidade e as identidades trans como uma questão que se encontra longe da realidade escolar e familiar. Trabalhar o processo de sensibilização e quebra de preconceitos e estereótipos negativos.

Sugestão: Realizar uma roda de depoimentos de pais de filhos homossexuais e pessoas trans



sobre suas experiências no processo de descoberta da sexualidade e identidade de gênero de seus filhos, e, dos LGBT em relação às dificuldades encontradas no seu processo de formação educacional e ao preconceito e discriminação vivenciados pelos mesmos dentro do contexto educacional, a fim de analisar como a família, escola e LGBT buscava enfrentar a homofobia.

Oitavo Encontro/Reunião

Tema: Homofobia em Sergipe: relatos de experiências da violência contra LGBT.

Objetivo: Demonstrar, através dos LGBT vítimas de violência homofóbica, a realidade do estado de Sergipe em relação às formas de discriminação contra essa população e às possibilidades de intervenção e resolutividade destes casos, articulando a escola como uma instituição que também é responsável em enfrentar todas as formas de desigualdade social.

Sugestão: Realizar uma mesa redonda com LGBT que sofreram violências decorrentes da sua orientação sexual e ou identidade de gênero no estado de Sergipe, relatando suas experiências, encaminhamentos realizados pelos órgãos públicos e formas de enfrentamento do Estado neste contexto. Exibição do vídeo: Crime Homofobia.

Nono Encontro/Reunião

Tema: Trajetória da homossexualidade no imaginário social.

Objetivo: Identificar as fases de como a homossexualidade era reconhecida no decorrer da história, seus conceitos, práticas e formas de ser reconhecida socialmente, constatando-se que as denominações de certo ou errado foram mutáveis no decorrer do tempo de acordo com diversos aspectos sociais, culturais, religiosos etc.

Sugestão: Exibição do vídeo: Homossexualidade na história da humanidade.

Décimo Encontro/Reunião

Tema: Oficina metodológica formativa para trabalhar com a homofobia.

Objetivo: Orientar os/as docentes de forma técnica-metodológica para trabalhar em casos de atendimentos a situações de violência homofóbica, dentro e fora dos muros da escola, visando prepará-los para promover debates e oficinas sobre a temática para seus discentes.

Sugestão: Simular situações de agressões físicas, psicológicas e outras, demonstrando as formas e maneiras de atendimento e intervenção nestes casos, orientando sobre seus possíveis encaminhamentos e formas de mediação de conflitos. É importante salientar que esta oficina deve ser ministrada por facilitadores da área das ciências sociais, a exemplo de assistentes sociais e psicólogos que tenham experiências, ou seja, pesquisadores do assunto, pois a mesma tem como objetivo auxiliar os docentes a sentirem-se mais seguros diante de situações que demandem sua intervenção profissional, porém, reconhecendo que cada caso possui suas



particularidades, não podendo ser trabalhado de forma unânime e padronizada. Neste encontro/reunião busca-se a troca de informações precisas e necessárias no atendimento à população LGBT, evitando, assim, a (re)vitimização destes sujeitos, percebendo que a escola é um campo fértil de situações de violação de direitos da população LGBT e que a ausência de informações necessárias no atendimento destes sujeitos impossibilita o acesso e a permanência dos mesmos no processo educacional.

Décimo Primeiro Encontro/Reunião

Tema: Troca de experiências com as intervenções dos docentes em sala de aula.

Objetivo: Partilhar as experiências promovidas pelos docentes com seus discentes em sala de aula em relação às atividades sobre a diversidade sexual e de gênero.

Sugestão: Este encontro/reunião tem como foco a troca de experiências dos docentes em relação às atividades realizadas com seus discentes, referentes a temas como diversidade sexual na escola, homofobia, homossexualidade etc, propostos em uma das etapas anteriores à elaboração deste Plano de Intervenção. As apresentações devem ser realizadas de forma dinâmica e objetiva, enfatizando as contribuições que tais experiências trouxeram para a vida dos participantes, bem como os desafios e demandas apresentadas na execução das atividades.

Décimo Segundo Encontro/Reunião

Tema: Políticas públicas e Projeto Político Pedagógico: instrumentos fundamentais no enfrentamento ao preconceito e à discriminação.

Objetivo: Trabalhar as políticas públicas no atendimento à população LGBT e o projeto político pedagógico da educação brasileira, especificando a realidade da escola em questão, como estratégias importantes/necessárias no enfrentamento à homofobia no ambiente escolar.

Sugestão: Palestra sobre o assunto e debate, aprofundando-se em relação ao Projeto Político Pedagógico Escolar da instituição, avaliando suas contribuições no enfrentamento à violência homofóbica no contexto educacional. Exibição da reportagem: Homofobia até quando?

Décimo Terceiro Encontro/Reunião

Tema: Livre para escolha do grupo ou de seus facilitadores, conforme demandas analisadas no cotidiano das atividades.

Objetivo: Realizar um encontro/reunião de acordo com as demandas dos docentes, enfatizadas em todo processo de formação e capacitação grupal.

Sugestão: Esta atividade será desenvolvida a partir das observações realizadas pelos facilitadores dos encontros/reuniões anteriores e das sugestões dos docentes em relação a assuntos e questionamentos que ainda necessitem ser abordados neste curso.



Décimo Quarto Encontro/Reunião

Tema: Avaliação do curso e Relato de experiências.

Objetivo: Avaliar todo o curso, refletindo sobre os pontos positivos e negativos, observando suas contribuições no processo de formação, capacitação e sensibilização dos docentes em relação às temáticas abordadas.

Sugestão: Debate com todos, questionando sobre as contribuições de todo o curso.

Conclusões

Avaliamos que para além de mapearmos e analisarmos a realidade da homofobia na escola, faz-se necessário traçar estratégias de enfrentamento desse fenômeno, sendo esse um caminho longo e muito pouco debatido na contemporaneidade. Este Plano de Intervenção Educacional busca suscitar esse debate focando em todos os sujeitos do ambiente escolar, mas particularizando aqui os docentes por entendermos que eles são peças fundamentais para esse processo de respeito e reconhecimento à diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar e na sociedade em geral, enquanto multiplicadores desse processo.

Todas as atividades desse Plano podem e devem ser melhoradas, transformadas e adaptadas à realidade das escolas que demandam estes tipos de ações e trabalhos interventivos. É importante destacar também que todos os sujeitos que fazem essa instituição funcionar, além do quadro discente e docente, como direção, coordenação e familiares podem e devem ser incluídos em todas as ações do Plano, pois entendemos que a homofobia é uma expressão da questão social demandando um enfrentamento de todos os sujeitos sociais.

Sabemos que o enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra a diversidade sexual e de gênero na escola, especificamente as demandas advindas da população LGBT, não se resumem nem se esgotam nas ações pontuadas neste Plano de Intervenção Educacional. Todas as propostas sinalizadas são consideradas caminhos que devem ser alargados e percorridos por diversas outras ações e sujeitos sociais com vistas à construção de um ambiente escolar capaz de acolher, formar, educar e capacitar seus sujeitos como cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

É imperioso captar que o que se apresenta como diferente a partir de um viés formal e estrutural (porque a diferença só aparece quando se compara o que se analisa como diferente de algo que se tem como modelo correto a ser seguido) não se configura como barreira, mas como riqueza que deve ser valorizada e acolhida, sempre! Avaliamos que a escola deve promover lutas e enfrentamentos na busca pela igualdade e dignidade de todos. A homofobia



é um fenômeno que se encontra fortemente presente na escola, necessitando, portanto, ser enfrentada, oxalá eliminada!

Referências

BORRILO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T. D. D. (Org.). **Homofobia e educação:** um desafio ao silêncio. Brasília: Letras: EDUNB, 2009, p. 15-46.

BORRILO, D. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

KAMEL, L.; PIMENTA, C. **Diversidade sexual nas escolas:** o que os profissionais de educação precisam saber. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

PRADO, M.A.M.; JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-71.

RAMIRES, L. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. (Org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 131-140.

SANTANA, A. M. de. Fragmentações e permanências: gênero e diversidade na escola. In: **Revista Retratos da Escola**, v. 9, n. 16, jan./jun., Brasília: CNTE, 2015, p. 123-135.

SANTIAGO, Y. **Diversidade.** 2009. Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/diversidade/. Acesso em: 30 jul. 2017.

SOUZA, E. J. **Diversidade sexual e homofobia na escola**: as representações sociais de educadores/as da educação básica. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 241p.

SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. Homofobia no espaço escolar: um olhar docente. In: BRUNS, M. A. T.; SANTOS, C.; LEITE, A.R.V.S. **Violência, gênero e mídia nos horizontes da saúde e educação.** Curitiba: CRV, 2015, p. 65-79.



HOMOFOBIA: INEXISTÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA E MARGINALIZAÇÃO DAS VÍTIMAS LGBT NO BRASIL

Alberto Magalhães Pires¹; Lívia Guimarães Sandes¹; Carla Andreia Alves de Andrade²; Esmeraldo Rodrigues de Lima Neto³; Silvania Lúcia da Silva Carrilho⁴

¹ Faculdade Frassinetti do Recife, albertompires@hotmail.com; ¹Universidade Federal de Pernambuco, liviagsandes@hotmail.com; ² Universidade Federal de Pernambuco, carlandrya2@yahoo.com.br; ³ Fundação de Ensino Superior de Olinda, esmeraldo.neto@yahoo.com.br; ⁴ Faculdade Frassinetti do Recife, silvania_lucia@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa sobre a criminalização da homofobia no Brasil, combatendo o preconceito e a discriminação imputada a lésbica, gays, bissexuais e transexuais (LGBT). As leis surgem na medida em que se fazem necessárias para organizar as relações sociais, bem como para garantir o bem-estar de todo cidadão e dar a ele a segurança de que seus direitos serão respeitados. Diante da necessidade de desconstrução da postura discriminatória que a sociedade possui perante a diversidade sexual, faz-senecessária a possibilidade de ensinar e discutir abertamente sobre tal questão, permitindo que o conhecimento seja utilizado como principal elemento no combate a LGBTfobia (que consiste no medo sem explicação ou fobia em relação a lésbica, gays, bissexuais e transexuais). Para isso, é preciso analisar o papel da educação na construção do comportamento heteronormativo. Pode-se afirmar que na sociedade brasileira atual nossas leis não garantem segurança a todos, visto que há uma brecha em nosso ordenamento jurídico, quando este não prevê condenação para crimes de caráter homofóbico. Para tanto, o que se pretende neste trabalho é demonstrar através da análise dos princípios constitucionais, que todos são iguais, assim como garante a constituição, e merecedores de direitos, já que estes são também cumpridores de deveres. Temos que aprovar a criminalização da homofobia e deixar de marginalizar aqueles que são as vítimas, fazendo que tenham uma vida digna.

Palavras-chave: Homofobia, Diversidade Sexual, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal da República de 1988, através de seus princípios basilares, garante a todos igualdade, liberdade, dignidade e sobretudo, o direito à vida, contudo, no que se refere à população de lésbica, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) esses direitos não são alcançados.

A homofobia encontra-se enraizada profundamente na consciência social, fazendo com que qualquer ação que tenha como intuito desafiar a ordem pré-estabelecida seja de difícil realização, sendo ainda mais árduo o convencimento daqueles com poderes para criar mudanças significativas na atual situação. Projetos de lei que tem por objetivo punir atos de violência motivados por ódio a orientação sexual e identidade de gênero são propostos constantemente dentro do congresso nacional de Brasília, mas até então nenhuma medida eficaz foi aprovada.



Um fato interessante e que contenta, mesmo que minimamente, são os avanços observados em processos legais, os quais têm contribuído para a formação de jurisprudências favoráveis ao reconhecimento de direitos ainda negados à população LGBT, fazendo com que a pressão pela aprovação de uma lei que combata a homofobia seja aceita pelo poder legislativo.

Desse modo, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica do tipo narrativo com a finalidade de demonstrar a inexistência de lei específica para a criminalização da homofobia e marginalização da vítima LGBT no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada é de caráter bibliográfico e documental, pois baseia-se nas pesquisas em livros, artigos, sites e nas seguintes legislações: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 122/2006. Trata-se de um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentada na Pós Graduação em Direito Social e Políticas Públicas da Faculdade Franssinetti do Recife no ano 2017.

Serão abordados os conceitos e características da homofobia, sobre a política do reconhecimento e apontamentos sobre os direitos humanos e princípios constitucionais e análise do Projeto de Lei da Câmara de n°122/2006.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É constatado que não há aprovação de lei específica que criminalize a homofobia no âmbito nacional brasileiro; Existem projetos de lei que visam a criminalizar, e um deles é o projeto de lei 122/2006 que se encontra arquivado desde 22 de dezembro, de 2014.

Percebe-se uma trilha sinuosa na história da sexualidade na vida dos corpos que "pesam" socialmente. Hegemonicamente por ação de forças conservadoras em correlação e embate com ondas progressistas, se conquistam direitos e pautam lutas paulatinamente "no grito", mesmo em regimes ditos democráticos e de cunho popular. O que vem sendo conquistado a duras penas enquanto direito e política pública, sobretudo de minorias políticas, está em constante ameaça de retroceder através de ações políticas homolesbo-bi-transfóbicas que acoplam ofensivas fascistas, fundamentalistas religiosas, oportunistas, em uma mesma justificativa de ódio aos sujeitos LGBTs.

A origem do termo "homofobia" é muito disputada. Alguns estudos atribuem a origem ao psicólogo George Weinberg, enquanto outros afirmam ter sido pelo psicólogo K. T. Smith. Ambos



tiveram destaque no início da década de 70 do século XX e apresentam o conceito como uma hostilidade e desconforto diante de homossexuais e, no caso dos próprios, "o ódio por si mesmo".

Outrossim, para Dias (2014), o termo homofobia foi destinado originalmente para designar o preconceito, a discriminação e a intolerância contra homossexuais. Outros termos surgiram objetivando designar formas correlatas e específicas de discriminação, tais como lesbofobia (contra lésbicas), bissexualfobia (contra bissexuais) e transfobia (contra travestis e transexuais). A primeira expressão, porém, teve maior disseminação na sociedade, passando a ser utilizada de forma genérica para abarcar a discriminação contra LGBTs.

Todavia, o termo mais popularizado sofre diversas críticas, principalmente pela sua origem etimológica no grego, que poderia ser traduzida literalmente para "medo do semelhante". Até mesmo o vocábulo "fobia" muitas vezes soa inadequado, tendo em vista que a homofobia não engloba somente o desconforto psicológico imediato contra a homossexualidade, mas envolve igualmente discriminações mais veladas dentro do plano social, que permeiam as relações cotidianas de maneira tão sutil que podem nem sequer ser registradas por seus perpetradores.

Qualquer indivíduo que vier a destoar dessas expectativas acaba sendo tratado como um pária, fixado em subverter todo o gênero do qual ele faz parte. Do homem é esperada a capacidade de liderar, prover e procriar, enquanto a mulher fica relegada às obrigações de servir, alimentar e criar.

No momento em que se pronuncia "veado!", em geral, o que se faz é mais que especular sobre a verdadeira orientação sexual da pessoa: é denunciar um não-respeito aos atributos masculinos "naturais". Ou, quando se trata alguém de "homossexual", denuncia-se sua condição de traidor e desertor do gênero ao qual ele ou ela pertence "naturalmente". (LIONÇO, 2009)

Atitudes, brincadeiras e até cores específicas servem para determinar as barreiras que dividem os dois sexos, também demarcando exatamente o território nebuloso onde nenhum dos dois deve ousar pisar, ou também serão classificados como anomalias a serem corrigidas.

A Homofobia Irracional (psicológica) caracteriza-se pelo sentimento de medo, aversão e repulsa, esse tipo de violência é uma manifestação emotiva, do tipo fóbico e pode ser comparada a apreensão de lugares fechados (Claustrofobia) ou diante de certos animais (zoofobia). Esse teria sido o sentido original do termo "Homofobia", no entanto, revelou-se como sendo uma forma limitada para se tratar de algo bem mais amplo, essa forma brutal constitui unicamente a uma atitude irracional que encontra suas origens em conflitos individuais.

A organização sociocultural que rege as relações, entre duas ou mais pessoas, traz o fecho para o entendimento da homofobia. Admitindo que existe um código não composto, uma "ordem



natural" que menciona o comportamento adequado de cada sexo, a homossexualidade representa um risco a este organograma social reiterado por gerações, trazendo transtornos para civilizações elencadas pela dominação masculina.

O indivíduo heterossexual cisgênero masculino, por sua suposta hierarquia biológica e moral, atinge posição de destaque sobre as demais castas de sexualidade, facultando estabelecer comportamento dos demais cidadãos, fazendo-se presente o heterossexismo. O heterossexismo baseia-se na diferença entre o homo e o heterossexual, o correto e o errado. As formas de expressão da sexualidade que difere ao padrão de "normalidade" são enfrentadas como imorais, desviada, indesejadas, perversas, até mesmo pecaminosas. Em decorrência desta ideologia, vários homossexuais demoraram em aceitar sua própria identidade sexual, desconsiderando suas preferências, assumindo estigma de subalternidade que lhe é cobrado.

Sabe-se que há um segundo tipo de heterossexismo, denominado de diferencialista. Enquanto o heterossexual repudia a posição de superioridade absoluta, o heterossexismo aceita a existência de outras formas de expressão sexual. Sem, contudo, expandir a estes indivíduos toda a cartilha de direitos e prerrogativas existentes como à adoção, reprodução assistida e casamento igualitário.

No que concerne ao preconceito e a discriminação, embora sejam termos conexos e tratados como sinônimos, deve-se estabelecer uma diferenciação. O preconceito tem como significado uma opinião ou um conceito formado por antecipação, geralmente com precipitação. Corresponde a ignorância, desarrazoado, irracional, ou seja, desprovido de lógica e racionalidade que lhe fundamente.

A discriminação, por sua vez, é um tratamento diferenciado que se impõe a determinada pessoa causada pelo seu preconceito, sendo assim, pode-se dizer que a discriminação é a exteriorização do preconceito.

A diferença, que não é tão sutil, acarreta uma importante consequência: não se pune o preconceito, pune-se a discriminação. Por ser algo encontrável apenas no pensamento da pessoa, em seu íntimo, é inadmissível que se puna o preconceito, pois somente é razoável punir uma atitude arbitrária que prejudique terceiros (ainda que potencialmente), uma exteriorização de um pensamento que traga prejuízos a outras pessoas, desta forma fica claro que somente a discriminação é punida.

A construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, traduz-se como conquista e marco regulatório e civilizatório do mundo Ocidental, juntamente com a criação da Organização das Nações Unidas. Estes órgãos foram idealizados para fazer frente à barbárie



ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial e à realidade de regimes ditatoriais, cujo aniquilou, principalmente, a vida de minorias vítimas de discriminação étnicas, de orientação religiosa e sexual como judeus, ciganos e LGBTs.

Só no momento histórico da segunda grande guerra, podemos observar o quanto foi necessária, mesmo nos limites da ordem burguesa, a construção da Declaração Universal dos Direitos Humanos para firmar condições mínimas de respeito e dignidade a cada ser humano. (RODRIGUES, 2011). Até os dias atuais, está bem distante garantir algumas intenções dessa carta na realidade concreta, e isso é gritante, levando em conta toda a barbárie cotidiana dentro de algumas nações para grupos vulneráveis e minoritários, sobretudo no que diz respeito a LGBTs. Porém, essa conquista configurou-se como um documento de garantias fundamentais dentro da ordem capitalista, sob princípios de universalidade conferindo o direito a condição de pessoa e de indivisibilidade afim de assegurar ineditamente direitos civis e políticos conjugados a todas as condições e direitos sociais, econômicos e culturais. (BRAÚNA, 2013)

A luta LGBT de certa forma está correlacionada as lutas promovidas pelo movimento feminista, ao questionar a tradicional divisão de gêneros e o próprio patriarcado, para que outros grupos que se sentem discriminados, comecem a lutar pelos seus direitos. É nesse contexto que, nos anos 1960, de ascensão dos movimentos libertários, pacifistas, ambientais e consolidação do movimento feminista, se constitui: o movimento pelos direitos da população LGBT.

A Constituição Federal de 1988 no seu preâmbulo, assegura a liberdade, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Do mesmo modo, consagra, como objetivo fundamental do Estado, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Dessarte, ao proclamar que todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, de tal modo subentende-se que a lei puna qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. (BRASIL, 1988)

Em vista disso, há alguns anos, o Movimento Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), vem se esforçando para sublinhar o combate à discriminação e promover a cidadania, fazendo a construção de uma sociedade igualitária, pluralista e mais justa, buscando de forma incessante a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006. (BRASIL, 2006)

Tal projeto prevê alteração na Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que tem por objetivo punir crimes de discriminação ou preconceito de etnia, raça, cor, religião ou procedência nacional,



para acrescentar sanções ás práticas discriminatórias em razão do sexo, condição sexual e identidade de gênero. Alterando o Código Penal Brasileiro, dando uma qualificadora para o crime de injúria, ampliando os efeitos da condenação e alterando a Consolidação das Leis do Trabalho.

Dentre os argumentos favoráveis à criminalização estão inclusos: ineficácia da segurança pública, já que cidadãos estão sofrendo represália psicológica ou física, a desgosto das promessas constitucionais de proteção e igualdade para todos; b) recortes da Carta Magna, envolvido pela representatividade social, os bens jurídicos devem ser protegidos; proteção dos grupos sociais específicos com a criação de leis.

Em contrapartida, alguns dos argumentos contrários à criminalização são a proteção simbólica, utilização do judiciário por problemas cujas origens são sociais e não próprias do sistema penal e a criminalização de práticas que são já previstas em lei. Essa corrente contrária à criminalização da homofobia, alega que o Estado vem construindo mecanismos, menos severos e que pessoas homofóbicas encontrariam no cárcere a fertilidade para desenvolver sentimentos desfavoráveis, que nutrem o desafeto. Não obstante, para tornar efetiva a situação deve-se lidar com a raiz do problema e não contraventores individualmente considerados.

Reconhecer os direitos civis dessa população torna-se imprescindível e justo, pois não é admissível que o Estado feche os olhos e continue tratando de forma diferente pessoas homossexuais e transexuais. Ninguém pode ser discriminado, sofre violência ou deixar de usufruir algum direito em virtude de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

As discussões e disputas em torno do campo da sexualidade, através das políticas públicas, são atribuídas convencionalmente ao campo da moralidade privada e em defesa de grupos minoritários. Dessa forma, o alcance desse debate reitera o dever da implementação de ações que contribuam para a diminuição das violações de direitos, o que representa um desafio para a consolidação dos direitos e reafirmação da dignidade dessa população.

CONCLUSÃO

Uma vez que a população LGBT ainda é vítima de estigma e diversas formas de violência, faz-se necessário que as leis acompanhem a evolução da sociedade e cumpram seu papel quando o indivíduo sentir-se ameaçado no que diz respeito ao seu direito de viver livremente, principalmente se a orientação sexual ou identidade de gênero for oposta aos demais indivíduos.

Entender que os tempos mudaram e com ele a cultura também, não parece ser fácil, respeitar ao próximo deveria ser algo natural de acontecer, mas não é o que temos visto, as pessoas LGBT



são um dos grupos vulneráveis que mais sofrem preconceitos, discriminação, assassinatos e na maioria das vezes não são vistas como vítimas, mas sim como culpadas, essa cena se repeti cotidianamente e são estampadas nos noticiários, mesmo assim o nosso legislativo parece fechar os olhos e não querer ver está triste realidade.

De um modo geral a Constituição Federal, já assegura direitos a todas as pessoas, baseados nos princípios da liberdade, igualdade, dignidade da pessoa humana, dentre outros, todavia, faz-se necessário a intervenção, de outras leis, quando estes princípios deixam de serem observados, neste caso o direto penal, punir os agressores com o intuito de dar mais segurança a essas vítimas é nada mais que justo.

O ordenamento jurídico não pode abster-se de um problema social que é a homofobia, mesmo que se trate de um problema relacionado a uma minoria em políticas públicas, negligenciar o direito aqueles que carecem de ter uma vida digna é ferir a própria constituição, respeitar a orientação sexual e a identidade de gênero do outro é um grande passo na construção de uma sociedade melhor.

Ademais, a luta contra o preconceito e discriminação por orientação sexual deve ser fortalecida, visto que essas ações cometidas ao longo dos anos contra esses indivíduos são resultados de um conceito cultural arcaico de valores religiosos e morais, nos quais questionam comportamentos, práticas, intimidades e cidadania, como também divergem dos direitos garantidos nos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988. Disponível em:know.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 de Mar. 2018.

BRASIL. PLC – Projeto de Lei da Câmara de n° 122, de 12 de dezembro de 2006. Disponível em: "> Acesso em: 09 de Mar. 2018.

BRAÚNA, Luiz Henrique. COM QUAIS CORES SE PINTA O SERVIÇO SOCIAL DA UFPE?: a contribuição do curso de Serviço Social da UFPE para o estudo da problemática dos sujeitos LGBTs, reflexões sobre a formação profissional. Trabalho de Conclusão de Curso. Recife, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. 2. Ed. Ver.,atual. E ampl. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. P 85.

LIONÇO, Tatiana. Homofobia & Educação – Um desafio ao Silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.



RODRIGUES, Julian. Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In: VENTURI,Gustavo; BOKANY, Vilma.(Orgs.). *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.* São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2011.



HORMÔNIOS E MAGIA: ATRAVESSAMENTOS ENTRE A HORMONIOTERAPIA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA DE MULHERES TRANS

André Filipe dos Santos Leite; Claudiene Santos

Universidade Federal de Sergipe, <u>andrefsleite@yahoo.com.br</u>; Universidade Federal de Sergipe, <u>claudienesan@gmail.com</u>

Resumo: Nesse artigo, analisamos a relação entre os hormônios e as experiências de vida de mulheres trans, como um aspecto simbólico do caráter místico que o aparato da saúde assume em alguns contextos. Argumentamos que o hormônio, a partir de toda uma narrativa mitológica ao seu redor, tornase um agente social e político, que mesmo inumano, inventa possibilidades de humanidade, ao instaurar tecnologias de gênero particulares, no processo de cuidado em saúde das mulheres trans. Observamos, deste modo, como as mulheres trans se inventam nessa relação com os hormônios e como essa subjetivação se dá tanto na ordem da transformação física, quanto produzindo novos contextos discursivos e práticos sobre isso, que insistimos em chamar de saúde.

Palavras-chave: Saúde, Hormônios, Transgêneros.

Notas introdutórias

Antiandrógenos, estrógenos e progestógenos. Perlutan, ciproterona e gestadinona. Cicloprimogyna, estradiol e depropovera. Vistas assim, desprovidas de contexto, parecem palavras aleatórias que não revelam muita coisa. No máximo, talvez signifiquem um pouco mais, quando citadas em congressos de endocrinologia, quando manipuladas em laboratórios químicos ou quando manuseadas pela indústria farmacêutica. Contudo, quando essas palavras circulam para além desses espaços, habitando esquinas, adentrando fóruns de discussão na *internet*, constituindo parte do repertório de vida de determinados sujeitos, muito de sua higienização é deixada para trás. Quando suturadas às experiências de vida de mulheres trans essas simples palavras, tomam uma outra materialidade e cria-se um contexto, que coloca o próprio estatuto de significação da saúde em disputa. Assim, nesse artigo, analisamos a relação entre os hormônios e as experiências de vida trans, como um aspecto simbólico de um debate mais amplo do campo da saúde, o caráter místico que a própria saúde assume em alguns contextos.



A partir de entrevistas com 5 mulheres trans¹ e de observação acompanhante de suas trajetórias de vida, argumentamos que o hormônio torna-se um agente social e político, que mesmo inumano, inventa possibilidades de humanidade, ao instaurar tecnologias de gênero particulares, nesse processo de cuidado em saúde das mulheres trans. Observamos, deste modo, como essas mulheres se inventam nessa relação com os hormônios e como essa subjetivação se dá tanto na ordem da transformação física, quanto produzindo novos contextos discursivos e práticos sobre isso, que insistimos em chamar de saúde. Dessa forma, evidenciamos que as demandas e litígios pelo acesso aos hormônios ultrapassaram o desejo de transformação do corpo e, esse processo de disputa coloca todo um projeto de saúde em jogo, que envolve (re)pensar a vulnerabilidade a que esses corpos são expostos, tanto quando consomem, quanto quando lutam para consumir hormônios.

Corpos hormonais e a produção do feminino

Dentre as várias substâncias que percorrem isso que chamamos de corpo, os hormônios parecem assumir um aspecto bastante singular. Inicialmente, descritos pela fisiologia como mensageiros químicos responsáveis pela regulação da atividade de diversos tecidos. Depois, apropriados pela farmacologia na forma de cápsulas, comprimidos, pílulas, soluções injetáveis, emplastros, géis, etc. E assim, portanto, passíveis de serem utilizados pela clínica na transformação física dos corpos, seja o GH no nanismo, o T4 nas tireoidites, o estradiol na menopausa, a insulina no diabetes e, assim por diante. Os hormônios, contudo, guardam endereçamentos outros, que vão além da regulação das funções fisiológicas de um pretenso maquinário humano e que prescindem os compostos estabilizados da farmacologia, utilizados pela clínica em suas prescrições terapêuticas de transformações morfológicas. Os hormônios

¹Considerando que o material de entrevistas transcritas não pode ser considerado de forma análoga a um banco de material biológico, entendemos que não há sentido na submissão deste trabalho à um Comitê de Ética que é orientado pelos modos de fazer pesquisa típicos das ciências biomédicas e que engessa sobremaneira as pesquisas realizadas com metodologias qualitativas. Discussão essa endossada por diversas associações de Ciências Sociais e Humanas, vide problematizações feitas por Luiz Antônio de Castro Santos (2014) e anuída pela própria instituição à qual os pesquisadores são vinculados visto que este artigo trata-se de um desdobramento da pesquisa intitulada "Mulheres transexuais: vivências, histórias e narrativas de vida na transexualidade", que foi realizada com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), recebendo inclusive premiação durante encontro anual de pesquisa da instituição. Ressalta-se que as participantes foram contactadas, inicialmente, por meio de uma Organização não governamental e as demais por meio de indicações umas das outras (bola de neve). Todas as participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) autorizando a utilização das informações para a pesquisa.



também circulam em nossos imaginários, endereçam condutas, atravessam subjetividades, formatam ficções e constroem sonhos, que a todo custo se procura serem vividos.

Assim, ao tomarmos uma receita médica, que prescreve: "01 comprimido de 01 mg de estradiol associado a 01 comprimido de 50 mg de acetato de ciproterona por dia", para Sara, uma de nossas entrevistadas, - sob a indicação de que com seu uso ela conseguiria as transformações físicas que tanto almeja -; parece que estamos diante desses outros endereçamentos dos hormônios, que prescindem a higiene médica e a *expertise* clínica. Essas transformações físicas tão desejadas por Sara e que motivam a prescrição médica dos referidos compostos hormonais, é a construção de um corpo marcado por signos próprios daquilo que, historicamente, vem sendo entendido como feminino. Assim, os hormônios prescritos figuram como possibilitadores de uma materialidade do próprio feminino, é como se essa feminilidade almejada por Sara, estivesse disponível naquelas pílulas brancas, cuidadosamente protegidas por cartelas de plástico e disponíveis em largos e envidraçados balcões farmacêuticos.

Dessa forma, é como se gestadinona, perlutan, estradiol, ciproterona, espironolactona e toda uma série de hormônios distribuídos nas mais diversas apresentações funcionassem como "milagrosos", guardando em sua composição química, a "capacidade mágica" de fazer brotar seios, desenvolver quadris, tornear os corpos, aveludar a pele, fazendo surgir tudo aquilo que, culturalmente, aprendemos como representações do feminino. Diante desse quadro de pensamentos, observamos claramente o quanto os hormônios, ao viabilizar essa aproximação com um suposto universo feminino, funcionam na verdade como agentes sociais e políticos que inventam possibilidades de humanidade, por intermédio de tecnologias de gênero particulares. Os hormônios, quando inseridos no cotidiano das mulheres trans, podem ser conceituados como fluxos que fazem parte da constituição de modos de viver particulares, vide, por exemplo, o que Leda nos conta:

Na época, era uma injeção de gestadinona que eu tomava toda semana. Com um mês, meus seios já começaram a desenvolver, e pra mim aquilo era um... ahhh.... quando eu vi os seios realmente surgindo eu pensei: "realmente é isso que eu quero" (LEDA).

Parece-nos que a construção dessa identidade feminina, a partir das tecnologias médicas, sejam cirúrgicas, ou nesse caso, químico-hormonais, retoma aquilo que Preciado (2008) outrora nomeou de biocapitalismo farmacopornográfico, ou seja, uma produção de corpos como interfaces tecnorgânicas, reguladas por grandes corporações em fluxos mundializados de capital, nesse caso as próprias indústrias farmacêuticas. Nesse quadro, em que os hormônios são um importante vetor de regime de governo dos sujeitos e das populações,



esse corpo feminino desejado, acaba sendo mobilizado como mercadoria que, em sua dimensão pornográfica capitalista, age na intensificação dos prazeres pela gestão de imagens de um corpo desejável. Assim, para Preciado (2008), na atuação crescente das indústrias farmacêuticas, esses corpos declinados ao feminino são capitalizados em fluxos globais, onde o medicamento – ou mais propriamente sua magia – passa a ser vetor estruturante não só de sua feminilidade, mas, inclusive de sua viabilidade enquanto sujeito.

Tomar o hormônio torna-se, então, condição pra ser reconhecida como mulher trans, especialmente no contexto das entrevistadas, em que o acesso às próteses e transformações físicas de ordem cirúrgica é mais limitado, tanto em termos financeiros, quanto em termos de mercado disponível, reclamação constante de nossas interlocutoras sobre o mercado de cirurgias estéticas em Aracaju/SE. Assim, as experiências com os hormônios aparecem, em todos os relatos, como um dos primeiros passos no caminho da transexualização:

Eu comecei a me hormonizar logo que eu fui expulsa de casa, aos 15 anos. Precisava trabalhar e o único caminho era a prostituição, mas, aí eu precisava de um corpo mais feminino, né? (ANA).

Eu comprava os hormônios na farmácia com minha amiga, logo no início, e até hoje quem aplica em mim é minha mãe (CLARA).

O que abre espaço, para pensar como modalidades de subjetivação que encontram nos fármacos um dos seus vetores mais importantes, produzem sujeitos a partir de tecnologias de gênero. Esses "corpos hormonais e hormonizados" - que, seguindo as discussões de Foucault (2012), podem ser considerados produções tecnopolíticas de um emergente regime biopolítico -; funcionam agenciando subjetividades e modos de relacionamento consigo e com outros, mediante fluxos que vão de técnicas biomoleculares a imagens sensuais e pornográficas.

Meus primeiros hormônios eu comecei a tomar com 18 anos, a partir de Catarina e Daniela, na época era gestadinona. Como não tinha médico pra atender a gente, quem orientava eram as mais antigas, né. Elas que diziam o que podia tomar, misturado com o quê. E hoje em dia tem também a internet, que ajuda horrores. (MÁRCIA)

Apesar da existência de alguns poucos ambulatórios especializados em hormonoterapia para pessoas trans em cidades brasileiras e do significativo marco legal² que garante o acesso à hormonoterapia na rede de saúde, "os conselhos das mais antigas" e a *internet* aparecem como um espaço privilegiado para a troca e composição do que se nomeia de "regimes hormonais", isto é, conjuntos de combinações e dosagens de fármacos que visam produzir novos contornos

-

² Vide portaria nº 2.803 de 2013 do Ministério da Saúde que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde.



corporais e intensificar fluxos desejantes (GALINDO et al., 2013). Essas redes outras constituídas, funcionam prescindindo da atuação médica formal nos consultórios, mas, por outro funcionam também alastrando e espraiando o próprio discurso médico, que *a priori* parecia abstraído. Afinal, as trocas informais, os conselhos, as informações virtuais, se constituem como uma maneira de materialização desse discurso que circula e é apropriado pelas mulheres trans, mas, em um contexto de desigual distribuição do acesso e dos cuidados em saúde.

Exemplo desse alastramento do discurso médico que é representado com outras cores, é a produção de uma espécie de "saber hereditário", que é passado de geração em geração, pelas "mais antigas" às "mais novinhas". O que no mesmo movimento tanto desterritorializa a endocrinologia, como única produtora dos saberes sobre os hormônios, mas também não abandona de todo o saber médico, absorvendo e transformando muito do que lhe é endereçado. Assim, receptores celulares, interação medicamentosa, efeitos colaterais, povoam também o vocabulário dessas mulheres trans, só que sob outras matizes. Mesmo porque, ainda que essas relações atuem enquanto espaços para hormonização, se tecendo "por fora" dos circuitos formais de adstrição médica, a busca por profissionais médicos não é considerada dispensável pelas entrevistadas, conforme observa Márcia:

Mas, é importante a gente se cuidar né mona, ir no médico. Claro que algumas vezes, a gente não é bem atendida, muitos deles dizem que não sabem, que não podem atender; mas a gente tem que se cuidar, eu mesma faço sempre a mamografia (MÁRCIA)

Por fim, seja na produção desse suposto feminino almejado, seja nas relações particulares que cada entrevistada tece com relação a esses circuitos, o que observamos é o quanto essas substâncias e seus efeitos, agenciam os corpos e os modos dessas pessoas se relacionarem com os outros. O quanto os hormônios estabelecem fluxos que, atravessados por todo um investimento do capitalismo industrial, - notavelmente na forma das indústrias farmacêuticas observadas por Preciado (2008) - que transformou o gênero num objeto privilegiado de gestão pública, movimenta novos tipos de governabilidade dos seres vivos, convertendo corpos e gêneros, constituídos quimicamente, no centro da atividade política e econômica.

Mitos, misticismos, magias, alquimias e bruxarias



Dizem, que na França medieval, um médico chamado Paracelso, - discípulo direto do grande alquimista Nicolas Flamel - já propunha o uso de alguns elementos químicos para produzir medicamentos. Diferente de seu mestre, que passou a maior parte dos anos de sua vida preocupado com a pedra filosofal, com o elixir da longa vida e com a transmutação de metais em ouro; Paracelso postulava que a Alquimia, tinha como intuito real servir como instrumento auxiliar no restabelecimento da saúde, sendo utilizada como base para o preparo dos medicamentos minerais, por meio de técnicas alquímicas de separação e purificação. Assim, antecipou muito dos princípios da homeostasia, da farmacologia e das propriedades físico-químicas de muitas substâncias.

Parece-nos, sem espanto, que os hormônios revisitam esse universo da magia, da alquimia e do misticismo. Seja pelas alterações visíveis que provocam, seja por uma série de discursos e fábulas que atravessam o seu uso. Afinal, uma substância que tem a capacidade (quase) mágica de transformar o corpo e brincar com as fronteiras de algo que construímos com tanto cuidado e esforço – no caso, as fronteiras de gênero –, não poderia fugir dessas fabulações que lhes são endereçadas. Uma delas é a figura do "nervoso" mostrada por Ana

Os hormônios, eu compro normalmente na farmácia, só que tem uns que dá muita reação no psicológico, fica suando as mãos e os pés, fico muito nervosa. Eu até cheguei a ir ao médico, aí eu fiz os exames, perguntei se tinha problema. Eu já fui muito mais hormonizada, mas como eu trabalho com as anatomias humanas, tem que usar o pênis, neh, e eles fazem questão de pegar uma mulher com o pênis duro (ANA).

A ideia do "nervoso" causado pelo uso dos hormônios, expressa por Ana, foi unanimidade entre as entrevistadas, e também pode ser observado nos trabalhos de Pelúcio (2005) com as travestis paulistas. Contudo, muito mais que um pretenso efeito colateral secundário ao (ab)uso dos hormônios, esse "nervoso" funciona tanto atualizando a aura mágica que atravessa o uso dos hormônios - afinal toda magia tem um pouco de consequência - mas, também funciona como engrenagem dessa tecnologia químico-corporal, que materializa uma rede de discursos sobre esses corpos, constituindo-se assim como mito estruturante e constitutivo da própria experiência como mulher trans. Afinal, não se tem acesso a essa ideia de "nervoso", sem que antes haja uma significação cultural da própria ideia do que é esse "nervoso" e que, portanto torne esse mito possível. Essa significação cultural revisita a ideia de irritabilidade e de instabilidade atribuída em relação ao que é "próprio" do feminino pelos hormônios, mais especialmente, a figura da mulher histérica constituída pela psicanálise freudiana do início do século XX. Dessa forma, tornar-se mulher, conecta-se a essa ideia de instabilidade emocional, oriunda dos processos fisiológicos hormonais de seus corpos, conectando assim fisiologia e endocrinologia ao mundo do simbólico, da cultura, da política.



Processo esse de contaminação, que não se interdita aí. Outro dos "poderes mágicos" dos hormônios, além de mexer com a estrutura física e psicológica das mulheres trans, é aquele que atravessa as construções sobre seus prazeres. Um exemplo claro é a reclamação de Ana sobre a diminuição de sua libido, o que inclusive chega a atrapalhar seu trabalho na prostituição. Mais uma vez não são só supostos efeitos colaterais químicos que estão em jogo, não é simplesmente uma diminuição da libido, como se isso encerrasse em si um mero fenômeno orgânico. O que está em jogo é um gerenciamento e uma construção do corpo das mulheres trans como "estéreis" sexualmente, sem prazer, sem direito a tanto. Afinal, se às mulheres cabe a supressão da sua libido, através da redução de sua sexualidade ao exercício da maternidade (ROHDEN, 2001), em analogia, às mulheres trans de "verdade" cabe essa supressão da libido por via das tecnologias químico-corporais. Assim, o prazer lhes é, de todo modo, negado. Contudo, fissuras despontam, seja quando elas precisam do pênis para trabalhar, como aponta Ana, ou, seja porque elas requerem o direito de usá-lo, como Leda assinala, que quando um homem está fazendo sexo oral nela, ela imagina que ele está chupando seu clitóris de 20 cm.

Todavia, a magia é algo da ordem do imaterial e que, muitas vezes, escorre pelos dedos, quando os rituais não são devidamente representados. Nesse sentido, Clara aponta que

Tem um tabu entre nós transexuais de que quando nós tomamos hormônios e ejaculamos, o hormônio sai todo na ejaculação. Se eu ejaculo hoje, eu já olho pra minha mão e vejo um monte de veia, aí me dá uma agonia, vixe! To precisando de hormônio urgente (CLARA).

Da mesma forma que os hormônios transformam pessoas e fazem pessoas, eles também, dado seu caráter mágico, vão embora, caso o encanto se quebre. A fala de Clara, mostra o quanto essas tecnologias químico-corporais, atuam na produção de um feminino idealizado, por rituais tanto mágicos quanto (al)químicos, seja na produção de um feminino através da alteração física, seja pelas interdições colocadas pelos mitos e simbologias em torno da correta utilização e gerenciamento desses hormônios. Esse exemplo trazido por Clara se conecta com o que foi trazido por Ana e fala, sobretudo, de uma regulação dos prazeres e dos desejos das mulheres trans, que mesmo que se queira estabilizar quimicamente, estão em constante fluxo e deslocamento, sendo definidos e redefinidos ao longo do processo hormonização. Assim, como a magia do hormônio, o gênero parece ser sintético, maleável, variável e suscetível de ser transferido, imitado, produzido e reproduzido.

Para além desses efeitos particulares e desses mitos construídos acerca do uso dos hormônios, parece-nos que a estrutura mágica é algo que não apenas atravessa essa relação das mulheres trans com os hormônios, mas que permeia todo o aparato da saúde. Os discursos,



endereçamentos, rituais e mitologias que atravessam o uso dos hormônios e suas consequências também podem ser encontrados em outros âmbitos do aparato da saúde. Os pânicos que cercam algumas doenças, os temores que se tem sobre anestesia, os mitos construídos sobre um potencial salvador das cirurgias, as fábulas que se constroem em torno da alimentação, etc. Resta investigar as possiblidades abertas por esse aspecto mágico, que permeiam não só os exemplos citados das relações entre mulheres trans e hormônios, mas que transborda em toda a saúde.

Para pensar outros possíveis em saúde

Não é de todo estranha essa relação da saúde com o universo do místico. Basta que revisitemos as linhas da medicina chinesa, as agulhas da acupuntura, os rituais xamânicos das religiões africanas, etc. Entretanto, por mais que esses exemplos se mostrem assim tão claros, parece que quando atravessamos o meridiano de *Greenwich* essa saúde se transforma, e para representar fidedignamente o espírito ocidental, se despoja de tudo aquilo que pode parecer pouco científico, daí extirpar — ou pelo menos tentar — todo e qualquer resquício de magia de seus fazeres. Contudo, de modo algum, essa relação da saúde com o universo místico habita apenas um lado do orbe terrestre; ela atravessa também, isso que se tem chamado de medicina ocidental contemporânea. A relação das mulheres trans com os hormônios funciona como uma alegoria simbólica deste misticismo, apontando para o quanto o aparato médico é regulado e perpassado pelo insondável. Possibilitando que assim pensemos outras contaminações da saúde pela magia, ou dito de uma melhor forma, evidenciando o quanto desde sempre, já é a própria saúde em sua relação com o outro, permeada por alquimias, misticismos e bruxarias.

Ao propor essa contaminação mística possibilitando pensar temas como desterritorialização de posições de poder, mitos que atravessam os cuidados em saúde e a produção de subjetividades por intermédio de tecnologias farmacológicas; podemos transbordar essas possibilidades para outros espaços, que assim como as experiências trans, se encontram resumidos a protocolos clínicos, orientações epidemiológicas e formatações patológicas. Assim, o exercício que aqui encenamos pode facilmente ser transposto para outras esferas de atuação médica, ensaiando outros modos possíveis dos fazeres em saúde. Podemos, a partir desses marcos, pensar o pânico moral sobre as pessoas em (ab)uso de drogas, os estigmas às pessoas em situação de prostituição, a infantilização dos considerados "enfermos mentais", a prática de culpabilização de pessoas obesas, a violência obstétrica a que muitas



gestantes são submetidas, e de um modo geral, a falta de autonomia e protagonismo de diversos pacientes e sua cooptação pelo mercado farmacêutico. Assim, o fazer do campo da saúde pode criar novos campos de inteligibilidade, novas narrativas possíveis, ao abrir espaço também para se pensar o outro, também como agente, nos cuidados em saúde.

Referências

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GALINDO, Dolores; MÉLLO, Ricardo; VILELA, Renata. Modos de Viver Pulsáteis: navegando nas comunidades Trans sobre hormônios. **Rev. Polis e Psique**, v. 2, n. 3, p. 19-42, 2013.

PELÚCIO, Larissa. Toda Quebrada na Plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos**, v. 6, n. 1, p. 97-112, 2005.

PRECIADO, Beatriz. **Testo yonki**. Madrid: Espasa, 2008.

ROHDEN, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. Crítica aos atuais comitês de ética na pesquisa no Brasil. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, v. 21, n. 1, p. 364-366, 2014.



INTERROGANDO A HETERONORMATIVIDADE ENQUANTO REGULAÇÃO DAS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO

Autora (1) Ana Paula Leite Nascimento; Co-autora (1) Maria Helena Santana Cruz.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), Universidade Federal de Sergipe (UFS), paulajcbrasil@yahoo.com.br. Universidade Federal de Sergipe (UFS), helenacruz@uol.com.br.

Resumo: O estudo teve como objetivo realizar uma análise teórica acerca da heteronormatividade como regulação das identidades sexuais e de gênero, destacando os efeitos produzidos no cotidiano da vida social e no cotidiano escolar. Deste modo, buscamos contribuir com referenciais teóricos numa perspectiva de problematizar as regulações heterossexistas e trazer à tona as identidades de gênero e sexualidades que se apresentam como resistências, subversões e enfrentamentos à hegemonia dos padrões heteronormativos. Nesse sentido, priorizamos questionar as regulações de gênero e das sexualidades que se dão na cotidianidade da vida em sociedade; e, indagar os movimentos curriculares que (re)produzem a heterossexualidade no cotidiano da escola. Esse trabalho caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica e utilizou-se do materialismo histórico dialético enquanto método que perpassou o estudo.

Palavras-chave: Heterossexismo, heteronormatividade, regulação, gênero, sexualidades.

Introdução

Esse estudo se propôs ao objetivo de realizar uma análise teórica acerca da heteronormatividade enquanto regulação das identidades sexuais e de gênero, enfatizando os efeitos produzidos no cotidiano da vida social e no cotidiano escolar. Buscamos contribuir com referenciais teóricos numa perspectiva de problematizar as regulações heterossexistas e trazer à tona as identidades de gênero e sexualidades que se apresentam como resistências, subversões e enfrentamentos à hegemonia dos padrões heteronormativos.

Para esse intento, priorizamos inicialmente uma discussão que nos levasse ao questionamento das regulações de gênero e das sexualidades que se dão na cotidianidade da vida em sociedade. Fizemos um recorte do debate sobre regulações e heteronormatividade nos marcos da vida escolar, quando indagamos os movimentos curriculares que (re)produzem a heterossexualidade no cotidiano da escola. Por fim, demarcamos algumas notas conclusivas que foram captadas no percurso teórico e análises desenvolvidas nesse estudo.

Metodologia

Quanto aos aspectos metodológicos desse estudo teórico, registramos que o trabalho se caracterizou como uma pesquisa bibliográfica, norteada pela combinação de elementos explicativos e descritivos, sendo predominante a natureza qualitativa desta pesquisa.



Utilizamos o levantamento bibliográfico para a coleta de dados que se mostraram relevantes para a discussão teórica a que nos propomos, constituindo-se como procedimento metodológico por excelência na coleta de informações, baseado no objetivo proposto. A análise e interpretação dos dados foram realizadas a partir de categorias definidas durante o estudo à luz do referencial teórico construído no decorrer da investigação. Essa pesquisa utilizou-se do materialismo histórico dialético, enquanto método que perpassou o estudo, buscando interpretar a realidade mediante a perspectiva ontológica, sob o viés da totalidade.

Questionando as regulações de gênero e das sexualidades

A cotidianidade da vida social é marcada por regulações que adentram distintos espaços de nossas individualidades, haja vista que as determinações estão situadas muito além das relações sociais, chegando inclusive a intervir e regular os parâmetros de nossas condutas afetivas e sexuais, em que o heterossexismo se impõe como a norma regulatória. Nesse sentido, concordamos com a reflexão que Pino (2016, p.33) traz à baila quando alude que

a ordem social na qual vivemos por meio da apropriação de sistemas de opressão como o patriarcado, o racismo e o heterossexismo, estabelece determinações não apenas nas relações sociais, mas ideologicamente nos impõe, interferindo em nossa individualidade, como devemos usufruir de nossos prazeres, desejos e para isso demarca como "aceitável" uma única forma de conduta afetiva e sexual, isto é, com o sexo oposto.

A base do heterossexismo está sustentada por ser configurar enquanto um sistema que organiza as várias dimensões da vida da mulher e do homem social. Há que se registrar que a regulação heterossexista vai além daquilo que associamos a uma imposição em se tratando da orientação sexual (heterossexual), pois se relaciona ao fato da heterossexualidade se estabelecer como uma norma social em muitos outros aspectos da vida: quer sejam os de cunho político, econômico, jurídico, dentre outros (RIOS, 2009; PINO, 2016). Desta feita, o heterossexismo insurge como

[...] um sistema em que a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica, não importa se de modo explícito ou implícito. Uma vez institucionalizado, o heterossexismo manifesta-se em instituições culturais e organizações burocráticas, tais como a linguagem e o sistema jurídico. Daí advém, de um lado, superioridade e privilégios a todos que se adequam a tal parâmetro e de outro, opressão e prejuízos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e até mesmo a heterossexuais que porventura se afastem do padrão de heterossexualidade imposto (RIOS, 2009, p.62-63).

Corroboramos com a premissa de que devemos distinguir a heterossexualidade de uma



simples orientação sexual e então concebê-la como um sistema político-ideológico que tem por base as relações sociais, sobretudo aquelas estabelecidas entre homens e mulheres. Pois bem, o alicerce de reprodução e expansão do sistema heterossexista se constitui do "pensamento hetero", este, por sua vez, é concebido como um conjunto de ideias universalizadas em conceitos que procura estabelecer "leis gerais" com o intuito de que sejam aplicadas a todas as sociedades, épocas e indivíduos, e, que são naturalizadas como "norma social" (PINO, 2016; WITTIG, 1980).

É importante assinalarmos que "as pessoas que se adequam aos parâmetros dessa 'norma' social adquirem um status de superioridade e são beneficiados com privilégios" (PINO, 2016, p.33); para as pessoas "[...] consideradas 'fora da norma' sobram opressões e prejuízos em vários âmbitos". A condição de situar-se excluído da norma constitui um paradoxo, posto que "[...] se a norma confere inteligibilidade ao campo social e normatiza esse campo para nós, então estar fora da norma é continuar, em certo sentido, a ser definido em relação a ela" (BUTLER, 2014, p.253). Com isso temos que "não ser totalmente masculino ou não ser totalmente feminina é continuar sendo entendido exclusivamente em termos de uma relação a 'totalmente masculino' e 'totalmente feminina'".

Nessa direção, alertamos que embora "a sociabilidade do capital insista na naturalização de uma única forma de vivenciarmos a nossa sexualidade" (PINO, 2016, p.33), a história nos mostra que as construções sociais, as individualidades e as subjetividades que perpassam a nossa cotidianidade nos legam distintas formas de experimentarmos e vivenciarmos a sexualidade. Portanto, na "realidade da vida cotidiana encontramos diferentes possibilidades de desfrutar a nossa subjetividade afetivo-sexual, pois existe uma diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero a serem descobertas e experimentadas"³.

Salientamos que as nossas "subjetividades, muitas vezes elaboradas culturalmente em determinações heterossexistas, marcam e definem nossos corpos e servem como um ponto de reconhecimento de nós mesmos(as) e dos(as) outros(as)"⁴. Cabe apontarmos que "[...] o gênero constrói a inteligibilidade do corpo e dos comportamentos no espaço público" (BRETON, 2014, p. 19). Logo, endossamos o pressuposto de que "o masculino e o feminino não existem senão através das repetições, como normas de comportamento e não como absolutos. O gênero não está aprisionado no sexo [...]"⁵. Os nossos corpos podem vir a

1

¹ Ibid., p.34.

² Ibid., p. 253.

³ Ibid., p. 33.

⁴ Ibid., p.35.

⁵ Ibid., p. 19.



representar a materialização da sexualidade não obstante isso acabe sendo feito em grande parte dos casos alicerçado nas diferenças mulher-homem. O sexo é socialmente determinado, não se configurando apenas como um mero elemento da natureza, pois apesar de o "sexo biológico" ser comumente reduzido a um órgão sexual e ainda considerado como as marcas "naturais" do feminino e do masculino, registra-se que reivindica a sua declaração com alicerce em comportamentos expressados no corpo, tornando então o indivíduo reconhecível para a sociedade como homem e/ou como mulher. Ressaltamos que dado o processo de construção social estes comportamentos são assimilados no decorrer da infância e adolescência através das referências apresentadas e experenciadas nos espaços de socialização, a exemplo da família, escola e comunidade (CAETANO, 2014; PINO, 2016).

Tem-se que "sexualidade[s], assim como o gênero, são construções sociais, portanto, encarnam a viabilidade de transcender uma visão dualista ou binária do sexo/gênero" (PINO, 2016, p.35), vez que "[...] pode ser construída e vivenciada a partir de múltiplas possibilidades". Igualmente devemos conceber as sexualidades como "[...] uma potência que desestabiliza a norma das identidades, zomba dos limites dos 'sexos antagônicos' e reelabora as expectativas de gênero" (CAETANO, 2014, p. 40). Isso implica em asseverarmos que o que não se encaixa no binarismo também é parte do gênero, pois

gênero não é exatamente o que alguém "é" nem é precisamente o que alguém "tem". Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes "masculino" e "feminina" é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo (BUTLER, 2014, p.253).

Com base nesses pressupostos contrariamos veementemente a premissa da naturalização do ser mulher e do ser homem. Também nos impulsiona a concordarmos que a construção social do ser mulher e homem "está entrelaçada em um processo social complexo [...] composta pelas várias dimensões de estruturação da sociedade" (PINO, 2016, p.36), demandando, por sua vez, a necessidade de considerarmos que "[...] as significações atribuídas ao feminino e ao masculino são desenvolvidas nas interfaces de relações sociais mais amplas" (CISNE, 2014, p. 116). É imprescindível registrar que mesmo que o gênero seja "[...] o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, [...] gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem

-

⁶ Ibid., p. 35.



ser desconstruídos e desnaturalizados" (BUTLER, 2014, p.253). A abordagem de gênero pode resultar numa forma de reforçar as operações reguladoras ou de rompê-las, pois um discurso restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher "como a maneira exclusiva de entender o campo do gênero atua no sentido de efetuar uma operação *reguladora* de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar sua disrupção"⁷.

A construção social da sexualidade "não se restringe às significações do ser homem ou mulher" (PINO, 2016, p.36); se estende ao conhecimento "científico" difundido sobre sexo que acabam por "controlar as suas significações atribuindo-lhes normatizações, patologias e legitimidades, que podem [...] reprimir determinadas expressões da sexualidade ou retirá-las da denominação da anormalidade"⁸, a depender, obviamente, da sociedade e período histórico que marcam o desenvolvimento e a difusão desses conhecimentos.

Ante o exposto, temos que a sociedade capitalista se estrutura a partir da correlação de forças não apenas das relações sociais de classe, mas igualmente por correlação de forças das relações de sexo. É baseada na estrutura das relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho que a sociedade se organiza fundamentada numa composição patriarcal em que a heterossexualidade é naturalizada como sendo a única orientação "normal". Nesse sentido, é imperioso destacarmos que quando ocorre o fato de duas pessoas do mesmo sexo se amarem e/ou se relacionarem sexualmente isso implica em ruptura com uma "norma social", diga-se, a norma da heterossexualidade, a heteronormatividade. A heterossexualidade se estabelece como um dos pilares do patriarcado, consequentemente se impõe como modelo normativo de relações. Enquanto modelo pode até mesmo se perpetrar nas relações entre casais homoafetivos, notadamente nos casos em que determinados papeis pautados na divisão sexual do trabalho são instituídos na dinâmica da relação. Quando se naturaliza a heterossexualidade como o único modelo possível no âmbito das relações sociais, sexuais e afetivas cotidianas, o que vier a ser construído socialmente diferente dessa lógica heterossexista acaba por ocupar uma posição de estar à margem da "norma", cujas categorizações dadas são aquelas de "anormal", "desvio", "problema" (PINO, 2016).

Apesar de a sociedade capitalista patriarcal buscar intensificar o "enquadramento" do gênero humano ao padrão heterossexista, demarcamos que as diferenças subjetivas dos sujeitos constroem a diversidade como modo de ser que foge a este enquadramento, enquanto expressão constituinte das individualidades desses sujeitos (PINO, 2016). É então através das manifestações dessas individualidades que os sujeitos sociais "[...] revelam singularidades,

-

⁷ Ibid., p.254, grifo original.

⁸ Ibid., p. 36.



apresentam diferenças em seu modo de ser, de se apropriar, de se adaptar ou de buscar transformar as relações vigentes" (SANTOS, 2009, p. 76). Por isso a importância de nos atentarmos para a necessidade de pensarmos a diversidade sexual como

[...] mais que uma variedade de formas no leque das orientações e identidades. [...] é fundamental pensarmos a diversidade sexual como uma concepção que impõe questionamentos à compreensão da heterossexualidade como única possibilidade de manifestação da sexualidade em detrimento das várias maneiras de se sentir prazer, de usar o corpo e expressar afeto (PINO, 2016, p.41).

Dados esses supostos, capturamos como essência o sentido das resistências e subversões às normas heterossexistas enquanto mecanismos que questionam a naturalidade do masculino e feminino como formas hegemônicas que justificam a heterossexualidade. Esses questionamentos se dão a partir de inúmeras formas de experenciar e manifestar as sexualidades, haja vista que na relação entre orientação sexual e identidade de gênero existem diversas possibilidades de sexualidades: homossexualidades, lesbianidades, bissexualidades, heterossexualidades, travestilidades, transexualidades e outras que ainda não foram nomeadas. Assim, as correlações que emergem entre as orientações e identidades possuem a capacidade de contestar política e socialmente a "naturalidade" propagada do masculino e do feminino usada para justificar a heterossexualidade (PINO, 2016; BRETON, 2014).

Indagando os movimentos curriculares que (re)produzem a heterossexualidade no cotidiano da escola

Convém elucidar que os saberes médico, jurídico e religioso se destacaram na disputa pela "verdade" a respeito da sexualidade, mesmo que para essa disputa tenham sido usados meios distintos e os motivos tenham sido diferentes. É imperioso registrarmos também a presença e a importância dos saberes e instrumentos pedagógicos e curriculares que foram e ainda são utilizados pelos demais saberes enquanto veículo de prevenção, de repressão e/ou de correção das práticas nomeadas como anormais (CAETANO, 2013; FOUCAULT, 2001).

A escola com seus instrumentos é vista por Foucault (2001) como o lugar de correção; então, a concebe como o espaço por excelência das pedagogias preventivas e coercitivas, ou seja, como laboratório de construção no corpo dos currículos. Assevera que o "campo da anomalia vai se encontrar desde bem cedo [...] atravessado pelo problema da sexualidade [...]" (FOUCAULT, 2001, p.211). Pondera ainda que "[...] esse campo geral da anomalia vai ser codificado, policiado, vão lhe aplicar logo, como gabarito geral de análise, o problema"9.

0

⁹ Ibid., p. 211.



A primazia da heterossexualidade se constituiu "como a sexualidade-referência depois" da instituição da homossexualidade. A heterossexualidade só ganha sentido na medida em que se inventa a homossexualidade" (LOURO, 2009, p.89, grifos originais). Primazia que se estabelece como natural pela prerrogativa disseminada de que os sexos anatômicos, os gêneros e a sexualidade são dimensões essencialmente naturais. Neste cenário de referência que vai se impondo muitos sujeitos "consideram que os significados em torno dos sexos anatômicos, dos gêneros e da sexualidade são dimensões que todos nós, mulheres e homens, possuímos 'naturalmente'" (CAETANO, 2013, p.68). Demarcamos que este quadro "[sendo assumido] como verdade, fica sem sentido argumentar a dimensão social, cultural, política, geográfica e histórica, ou seja, os princípios construídos dos sexos e das sexualidades" 10.

Segundo esses supostos os significados dos sexos e das sexualidades se caracterizariam como algo "dado" pela natureza, consequentemente seria marcado e inerente ao ser humano. Essa concepção se fundamenta no corpo e principalmente na suposição de que todos/as vivemos nossos corpos universalmente da mesma forma. Contudo, estes efeitos de naturalidade dos gêneros e das identidades sexuais são performativos e dotados de poderes de produzir aquilo que nomeia; acabam por repetir e reiterar as normas heterossexuais e androcêntricas. Esse alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade dá sustentação ao processo de heteronormatividade, isto é, sustentação à produção e também à reiteração compulsória da norma heterossexual (CAETANO, 2013; BUTLER, 2003; LOURO, 2000, 2009).

A heteronormatividade só vem a ser reconhecida como "um processo social, ou seja, como algo que é fabricado, produzido, reiterado, e somente passa a ser problematizada a partir da ação de intelectuais ligados aos estudos de sexualidade [...]" (LOURO, 2009, p.90, grifos originais). Os estudos gays, lésbicos e a teoria queer, isto é, gays, mulheres (lésbicas, bissexuais e heterossexuais), outros grupos cujas sexualidades se definem em oposição à heteronormatividade se constituem como os primeiros a problematizarem as diferenças de gênero, estabelecendo-se, portanto, como os precursores a explorar a política da sexualidade ou a sexualidade como política. Assim, ao apresentar os questionamentos aos juízos mais elementares sobre o sexo, o gênero e a sexualidade, incluídas aí as oposições binárias heterossexual/homossexual, sexo biológico/gênero e homem/mulher, esses estudos bem como os coletivos desses sujeitos desenvolveram como resultados novas formas de examinar o tema da identidade humana, resultados que também refletem e provocam problematizações nas políticas e movimentos curriculares (LOURO, 2009; CAETANO, 2013).

(83) 3322.3222 contato@portalrealize.com.br



Considerando a premissa de que a heteronormatividade se constitui como algo fabricado, produzido e reiterado, tendo como aparato para este processo o recurso dos movimentos curriculares, daremos ênfase aos movimentos curriculares que se dão no interior da escola. Por movimentos curriculares estamos concebendo

as pedagogias escolares e as tecnologias pedagógicas (arquitetura, livros didáticos, vestimentas, mídia etc.), que significadas na cultura e obedecendo a certa lógica de planejamento, constroem, ensinam e regulam as corporalidades, produzindo modos de subjetivações e arquitetando formas e configurações de estar e viver na escola e, logicamente, na sociedade (CAETANO, 2013, p.66).

Entendendo o corpo como "a base onde o conhecimento é significado e é ele o *lócus* em que parte a produção e a expressão da cultura" implica conceber a evidência de que as sexualidades e os gêneros "ganham significados e reafirmam a necessidade de problematizar os movimentos curriculares, à medida que eles são parte dos dispositivos pelos os quais a escola executa a formação de seus sujeitos" Concordamos com a ponderação de Caetano (2013, p.67) quando nos chama a atenção para o fato de que "[...] transitam modelos de gêneros nos [movimentos curriculares cotidianos] [...] e estes projetam a heterossexualidade e a masculinidade hegemônicas como norma e referência". É pertinente ressaltarmos que "as muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente" (LOURO, 2000, p.5); essas formas "[...] são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas" Esse processo se dá estreitamente vinculado às relações de poder presentes e em exercício na dinâmica da sociedade. Corroboramos com a reflexão trazida à baila de que

os movimentos curriculares fazem parte [das] práticas educativas que nos ensinam a heteronormatividade e o androcentrismo. Esses dois dispositivos são constituídos por regras discursivas que produzidas nas sociedades atravessam suas tecnologias educativas e interpelam nossas subjetividades permitindo, com isto, o controle ou a mediação da forma como vivemos nossos gêneros, sexualidades e nos posicionamos nos espaços sociais. Para tanto, estes discursos e interpelações precisam ser constantemente repetidos e reiterados nas práticas educativas cotidianas para dar o efeito de substância e de algo natural (CAETANO, 2013, p.68).

No ambiente escolar o processo de "reiteração da heterossexualidade adquire consistência (e também invisibilidade) exatamente porque é empreendido de forma continuada e constante (muitas vezes, sutil) pelas mais diversas instâncias sociais" (LOURO, 2009, p.90). Não obstante "os discursos mais autorizados nas sociedades contemporâneas

¹¹ Ibid., p.67, grifo original.

¹² Ibid., p. 67.

¹³ Ibid., p. 5.



[reiterem] a norma regulatória que supõe um alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade"¹⁴, de igual modo "[...] circulam [...] (e cada vez com mais força) discursos divergentes e práticas subversivas dessa norma [...]"15. O recomendado em uma sociedade escriturária (denominada como aquela que define as regras) emerge como fruto do seu meio e dispõe da capacidade de transformar a carne (o indivíduo sem as normas coletivas) em um corpo social, ou seja, naquele indivíduo produzido pelas normas e regras da sociedade, que em consequência dessa transformação será este o corpo social aceito. A escola, enquanto parte da estrutura da sociedade, também assume, por meio dos seus movimentos curriculares, um papel na construção desse corpo social, já que ela igualmente "tatua" na carne as normas, transformando esse corpo em um corpo socialmente aceito (CERTEAU, 1994; CAETANO, 2013). Vale ressaltarmos que os movimentos curriculares "(re) produzem certo entendimento de masculinidade e feminilidade no interior do qual são formados os [indivíduos em sociedade e no caso do cotidiano escolar] seus alunos e alunas" (CAETANO, 2013, p.75), atravessando assim a vida cotidiana. Aqui damos destaque aos movimentos curriculares que atravessam a vida cotidiana escolar, haja vista que a escola "pratica a pedagogia da sexualidade, o disciplinamento dos corpos. Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua mas, quase sempre, eficiente e duradoura" (LOURO, 2000, p.10).

Como resultado da pedagogia da sexualidade emergem a vigilância e as práticas educativas no corpo como mecanismos fundamentais para corrigir o que se acusa de "comportamento estranho" e "anormal". A escola se apresenta como uma instância consideravelmente responsável pela manutenção e criação das hierarquizações geradas a partir das ideias de masculinidade e feminilidade, e, ainda que não seja a única responsável seus movimentos curriculares exercem significativa relevância na produção e reprodução dos projetos de masculinidades e feminilidades hegemônicos que se balizam nos papeis sexuados atribuídos historicamente aos homens e às mulheres. Por meio dos instrumentos oficiais curriculares e nas ações cotidianas da e na escola nota-se que as apresentações, estigmatizadas ou não, orientam as avaliações realizadas em torno dos sujeitos. Em decorrência disso muitas das marcas das vivências escolares relacionam-se a episódios, fatos e experiências de como construímos nossas identidades sociais, sobretudo as identidades de gênero e também as identidades sexuais (CAETANO, 2013; LOURO, 2000). Com estas argumentações demarcamos em concordância com Louro (2000, p. 13) que não pretendemos

¹⁴ Ibid., p. 90.

¹⁵ Ibid., p. 90.



atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm "eleitos de verdade", constituem parte significativa das histórias pessoais.

Por meio do jogo de apresentações e especialmente das expectativas heteronormativas de gênero as identidades dos indivíduos são estigmatizadas, notadamente os maiores estigmas direcionam-se às identidades LGBT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que subvertem às lógicas heterossexistas, que por serem inscritas e significadas no corpo encontram-se no interior das hierarquizações e classificações sociais, e, nas práticas curriculares, incidindo mais vastamente nas ações e relações escolares. O discurso de gênero é constituído e significado como efeito de sofisticados equipamentos educativos e formativos que são produzidos e mantidos por instituições como o direito, a medicina, a família, a escola, a religião e a língua que produzem corpos reconhecidos e identificados como masculinos e outros como femininos. Essa dinâmica obscurece e oculta outras possibilidades de estruturação e construção das identidades e práticas sexuais (CAETANO, 2013).

É imprescindível ressaltarmos que "através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle" (LOURO, 2000, p.18). Nesse cenário vamos nos construindo "acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, [deixando] de perceber sua dimensão social e política" ¹⁶. Cabe demarcarmos que "meninos e meninas aprendem, [...] desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem" ¹⁷, aprendizados que tem implicações e reflexos no cotidiano da vida escolar. Não podemos deixar de pontuar que o "[...] quadro de hostilidade às sexualidades 'desajustadas' à lógica da heteronormatividade é capaz de gerar inúmeras situações de violências cotidianas" (CAETANO, 2013, p.77), inclusive é preciso atentar para o fato de que muitas não se encontram nas estatísticas por estarem sendo vivenciadas em silêncio, demandando que esse quadro de violências seja não apenas denunciado e problematizado, mas disponha de intervenção urgente a fim de romper com a naturalização das práticas LGBTfóbicas presentes no cotidiano da vida social e escolar.

Conclusões

Vimos que a lógica heterossexista sustentada pela heteronormatividade perpassa diferentes dimensões da vida cotidiana, atravessando aspectos políticos, sociais, culturais,

_

¹⁶ Ibid., p. 18.

¹⁷ Ibid., p.19.



sexuais e muitos outros. Captamos que as múltiplas formas de viver e manifestar os prazeres e desejos corporais são originadas e construídas socialmente, contrariando a primazia da naturalidade que lhes são atribuídas. Depreendemos que os corpos atribuídos aos homens e às mulheres são regulados desde a infância, tendo seus desdobramentos e implicações no cotidiano da vida social e também da vida escolar, pois essas regulações e atribuições do que deve ser próprio de menino e de menina, de homem e de mulher, isto é, de como percebemos e decodificamos as marcas dos corpos dos indivíduos influencia na forma como classificamos e julgamos determinados sujeitos pelo modo como se apresentam corporalmente.

A forma como os indivíduos se apresentam corporalmente deve ser capturada em nossa concepção enquanto modos distintos de ser e de viver suas identidades de gênero e identidades sexuais legitimamente e não como um mecanismo de vigilância cotidiana que classificam como anormais, patológicas e pecaminosas suas identidades e práticas sociais. No entanto, no caso daqueles/as que não atendem ao padrão da heteronormatividade, diga-se, que contrariam e subvertem os investimentos provenientes de uma pedagogia da sexualidade heterossexista, já que não constroem suas identidades de gênero e sexuais com referência na dicotomia heterossexual de homem e mulher, reservam-lhe os processos de exclusão, discriminação e opressão cotidianos porque são vistos como sujeitos "anormais" e "desajustados", bem como desse modo são classificadas suas sexualidades.

Por isso enfatizamos neste estudo a necessidade de discussão da regulação das identidades de gênero, das sexualidades e dos corpos no cotidiano da vida social e também os efeitos desse processo de regulação no cotidiano da vida escolar, trazendo para a centralidade do debate a opressão vivenciada por aqueles/as que apresentam corpos que se diferenciam daquilo que hegemonicamente atribuem aos corpos que atendem à lógica da heteronormatividade. Convém demarcar que na medida em que esses/as subvertem as regulações de masculinidades e feminilidades que lhes são impostas, cenas de discriminação, preconceito e opressão passam a ser vivenciadas, sentidas e sofridas em seu cotidiano. Em se tratando do cotidiano escolar, cabe ressaltarmos que essas opressões são causas que aparecem como justificativas do abandono das trajetórias escolares de muitos/as estudantes, nos levando à necessidade de problematizarmos a LGBTfobia no contexto educacional e também priorizarmos os mecanismos de enfrentamentos a este cenário hostil e perverso, enquanto compromissos de pesquisas e estudos que se colocam na ordem do dia e como compromissos de bandeiras e lutas cotidianas que julgamos importantes de serem encampadas.



Referências

BRETON, David Le. Corpo, Gênero, Identidade. In: FERRARI, Anderson et al. (Org.). **Corpo, gênero, sexualidade.** Lavras: UFLA, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

_____. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu,** n.42, jan-jun., 2014, p. 250-274. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420249. Acesso em: 23 dez. 2017.

CAETANO, Márcio. Movimentos curriculares e a construção da heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro; BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. (Org.). **Currículos, gêneros e sexualidades**: experiências misturadas e compartilhadas. Vitória, ES: Edufes, 2013, p.63-82.

_____. "Não se nasce mulher" — ela é performatizada: sexo, política e movimentos curriculares. In: FERRARI, Anderson et al. (Org.). **Corpo, gênero, sexualidade.** Lavras: UFLA, 2014.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. São Paulo: Cortez, 2014.

FOUCAULT, Michel. Os anormais. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.4-24.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p.85-93.

PINO, Aline Muras de Oliveira. **Diversidade sexual e educação**: direitos LGBTs no IFRN Macau. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade do estado do Rio Grande do Norte, Mossoró. 143p.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Diversidade sexual na educação**: problematização sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p.53-83.

SANTOS, Silvana Mara Morais. Direitos, desigualdade e diversidade. In: **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero.** 1980. Disponível em: https://we.riseup.net/assets/134062/Wittig,+Monique+O+pensamento+Hetero_pdf.pdf. Acesso em: 17 nov. 2017.



LGBT E MERCADO DE TRABALHO: UMA TRAJETÓRIA DE PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES

Autor (1) Moisés Santos de Menezes Co-autor (1) Antônio Carlos de Oliveira Co-autora (2) Ana Paula Leite Nascimento

Doutorando em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RIO, E-mail: moisesmenezesmm@yahoo.com.br;

ProfessorDoutor em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC/RIO, E-mail: antoniocarlos@Puc-rio.br;

Doutoranda em Educação da Universidade Federal de Sergipe, E-mail: <u>paulajcbrasil@yahoo.com.br</u>.

Resumo: Essa pesquisa teórica teve o objetivo de problematizar a trajetória de preconceitos e discriminações que marca o cotidiano da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT no mercado de trabalho formal, trazendo à tona reflexões sobre o sistema capitalista contemporâneo. Abordamos a trajetória da população LGBT no mercado de trabalho formal, enfatizando as fases do preconceito e da discriminação. Apresentamos dados e relatos de preconceito e discriminação contra a diversidade sexual e de gênero. Identificamos que a população LGBT vivencia constantes situações preconceituosas e discriminatórias que abrange desde o seu processo de inserção, permanência, até sua demissão e pós-demissão do ambiente laboral. Avaliamos que são necessárias ações de enfretamentos aos preconceitos e discriminações sofridos por LGBT que envolvam todos os sujeitos sociais, empregados, empregadores, gestões institucionais, órgãos públicos e privados na perspectiva de reconhecerem e respeitarem a diversidade sexual e de gênero

Palavras-chave: Capitalismo, trabalho, LGBT, preconceito, discriminação.

Introdução

O preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual e de gênero são fenômenos universais, específicos e apropriados por diversos modos de produção. No capitalismo esse contexto se apresenta bastante vivo e real com particularidades que devem ser analisadas com cautela e criticidade. Deste modo, inicialmente para tentarmos compreender como se faz presente todo processo de preconceito e discriminação contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais — LGBT no mercado de trabalho formal é preciso situarmos de que sistema econômico-social estamos nos referindo com suas especificidades e particularidades e quais as principais demandas do público alvo que buscamos analisar nesse contexto, entendendo a grande relevância desse assunto por percebermos que tal problemática faz-se presente na vida da população LGBT de forma a negligenciar e retirar seus direitos de cidadãos/as, colocando esse público em agravante situação de vulnerabilidade social diretamente ligada a outras demandas sociais, a exemplo da ausência e carência do acesso à educação, à profissionalização, à saúde, à assistência e previdência social, e, demais direitos humanos, civis, políticos e sociais.



Estamos inseridos em um sistema capitalista que possui como um de seus principais pilares de subsistência e sobrevivência a desigualdade social, fator "necessário" para sua manutenção e potencialidade (IAMAMOTO, 2010). O preconceito e discriminação contra a população LGBT não se institui no modo de produção capitalista, porém, é preciso compreender que esse modo de produção se apropria de parâmetros específicos de opressões direcionadas às reconhecidas "minorias sociais" para justificar a sobreposição de determinada classe sobre outra, contexto esse não diferente da forma como o sistema capitalista busca "desvalorizar" e não legitimar a orientação sexual e/ou identidade de gênero que diferem dos padrões heteronormativos a partir da homofobia, transfobia, sexismo, racismo e etc.

O modo de produção capitalista contemporâneo também classificado como capitalista imperialista submete todo conjunto da vida social a um processo de intensa subordinação a poderosos capitalistas que possuem como único e exclusivo objetivo à lucratividade, sendo tudo que possa ameaçar esse contexto imediatamente retirado do "jogo" (FONTES, 2010). Nesta lógica, é importante sinalizarmos que a forma como se vê e como se reconhece a diversidade sexual e de gênero vai diretamente implicar nos modos e maneiras de respeitá-la ou discriminá-la. Isso é bastante relevante para tentarmos compreender o porquê o sistema capitalista se apropria de padrões e normas pré-estabelecidas socialmente para "selecionar", "excluir" e/ou "desrespeitar" o que se apresenta como "diferentes" e "fora das normas".

Brito (2014) sinaliza que essa forma de organização do sistema capitalista se fundamenta em um ideologia dominante importante para garantir uma moralidade capaz de regulamentar e administrar as relações sociais de forma a manter a (re)produção do modo de produção capitalista e da sociabilidade vigente. Assim, dentro desse marco ideológico se encontram o patriarcado, o sexismo, o racismo, o heterossexismo ou a heterossexualidade compulsória. Essas ideologias alimentam constantemente o preconceito e a discriminação que afetam inúmeras vidas, dentre elas a da população LGBT. Esses fenômenos se apresentam na contemporaneidade como expressões da questão social advindas de um sistema de produção alimentado pela desigualdade social entre as classes.

Entretanto, entendemos que o preconceito, a discriminação, bem como a violência perpetrada contra a população LGBT devido a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero divergentes do modelo heteronormativo são fenômenos que não podem ser analisados apartado das questões políticas e econômicas da sociedade capitalista, que conforme Álvaro (2013) visa a valorização do mundo das coisas em detrimento da desvalorização direta do mundo dos homens; ou ainda, como sinaliza Iamamoto (2010) uma sociedade que coisifica as



relações humanas transformando sentimentos, afetos e valores em objetos de desejo e posse, invertendo o valor da existência humana e das coisas ao fetichizar os objetos, dotando-os de humanidade e transferindo suas 'virtudes' aos seus compradores.

Álvaro (2013) alega que é indissociável separar as relações de produção das relações sociais das quais as relações de sexo, gênero e sexualidade são indiscutivelmente parte constitutiva desse processo. Para se problematizar classe, gênero e sexualidade é necessário entender essa classe de forma homogênea. "É necessário também entendermos que as discriminações referentes ao gênero e a sexualidade no trabalho não são uma especificidade da população LGBT, mas elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária" (ÁLVARO, 2013, p. 47). A autora traz uma crítica bastante pertinente ao sistema capitalista heteronormativo que se utiliza de um determinado padrão afetivo e sexual para normatizar e ao mesmo tempo oprimir os sujeitos que se colocarem contra seus princípios:

Há ainda outra dimensão importante a se considerar nessa "ordem" hierárquica, que é a heteronormatividade, ou seja, a obrigatoriedade do sistema heterossexual de organização social. Certamente, os homens brancos (não negros) e heterossexuais possuem muito mais privilégios do que o outro lado extremo dessa estrutura de desigualdade: a mulher negra, lésbica e pobre. Assim a dimensão da orientação sexual, nessa sociedade que também é heteronormativa, engendra opressões, inclusive no interior da mesma classe. Por exemplo, um homem pobre e heterossexual possui muito mais respeitabilidade do que um homem pobre gay. Contudo, um gay rico ainda que, certamente, sofra opressões, elas são diferenciadas das que sofre um gay pobre. Mas do que isso, um homem gay rico possui determinados privilégios oferecidos pela sua condição socioeconômica que um homem pobre heterossexual não possui. Tudo isso sem falar nas diversas possibilidades que a sexualidade humana possui e nos permite ter, mas que a sociedade patriarcal e heteronormativa condena. Em outras palavras, no interior do campo dos "transgressores" da heteronormatividade, existem desigualdades e preconceitos mais acentuados para alguns, como por exemplo, para as travestis (ÁLVARO, 2013, p. 50).

O sistema de produção capitalista é reconhecido como o modo de produção racistapatriarcal-heteronormativo-capitalista, sendo estruturado pelas relações de classe, "raça",
gênero e sexualidade. Essa ideologia decorrente da integração dialética entre a dimensão que
compõe esse sistema é fundamental para a reprodução e perpetuação do mesmo, uma vez que
naturaliza as opressões e explorações decorrentes desse sistema, muitas das vezes
invisibilizadas pela decorrente naturalização advindas da alienação reinante nesta sociedade.
Brito (2014) ressalta que as relações de opressão, discriminação e desigualdade possuem
funcionalidade para a manutenção da sociabilidade hegemônica da sociedade capitalista em
relação direta uma com as outras, ou seja, essas relações hierárquicas e desiguais exercem um
papel importante para garantir a ordem e (re)produção do capital. A autora alerta para a



necessidade de compreender que essas relações de exploração e opressão são um problema estrutural do capitalismo advindas de sua ideologia patriarcal, racista e heterossexista.

Dados esses pressupostos, justificamos a necessidade e a relevância acadêmica e social dessa pesquisa. Com esse estudo temos o objetivo de problematizar a trajetória de preconceitos e discriminações que marca o cotidiano da população LGBT no mercado de trabalho formal, trazendo à tona reflexões a respeito do sistema capitalista contemporâneo. Desta feita, abordamos sobre a trajetória da população LGBT particularizada no contexto do mercado de trabalho formal, enfatizando as fases do preconceito e da discriminação. Apresentamos dados e relatos de preconceito e discriminação contra a diversidade sexual e de gênero com o fito de subsidiar a reflexão a que nos propomos. Por fim, trouxemos algumas conclusões que pudemos captar a partir das análises que esse trabalho nos possibilitou.

Metodologia

Esse estudo se caracterizou como uma pesquisa teórica, destacando-se, por sua vez, a natureza qualitativa da pesquisa. Fizemos levantamento bibliográfico e coletamos dados de pesquisas já realizadas com a finalidade de fundamentar a nossa análise. Problematizamos os elementos conceituais em diálogo com os dados que tratam da realidade da população LGBT em se tratando das situações de preconceito e discriminação sofridas no mercado de trabalho.

LGBT e mercado de trabalho formal: fases do preconceito e da discriminação

O preconceito e a discriminação contra os sujeitos que vivenciam práticas afetivas e sexuais que divergem dos padrões heteronormativos são situações bastante presentes no mercado de trabalho. Medeiros (2007) destaca quatros diferentes momentos que esse fenômeno se apresenta; a saber: a) na fase pré-contratual; b) fase contratual; c) desligamento do emprego; e d) pós-contrato. Na fase pré-contratual a discriminação se dá por ocasião da admissão do empregado, nesse momento a discriminação acontece muitas vezes por meio de questionamentos e investigações sobre a vida privada do empregado, visando com esse procedimento verificar se o trabalhador é ou não homossexual. (MEDEIROS, 2007).

Além desse fator, outro muito comum, exigido mesmo que de forma indireta, é analisar se a postura ou comportamento do candidato LGBT à vaga de trabalho se apresenta como "inadequada", "destoante" ou "inapropriada" para a empresa, firmando-se em um modelo heterossexual de ser e agir. Essa realidade é confirmada por Ferreira e Siqueira (2007) ao sinalizarem que as principais dificuldades expostas por LGBT para conseguir um emprego



ou firmar-se em uma profissão estão bastante presentes na vida daquelas pessoas que declaram sua orientação sexual ou identidade de gênero divergentes dos padrões heteronormativos. Relatam ainda que o sofrimento no âmbito laboral está diretamente associado aos estereótipos construídos socialmente relacionados à imagem de pessoas LGBT. Dessa maneira, existe uma constante rejeição desses sujeitos nos processos de seleção.

Essa realidade é bastante presente na vida dos homossexuais gays, lésbicas e bissexuais, porém no que tange às pessoas trans (travestis e transexuais) o preconceito e a discriminação referente a sua inserção no mercado de trabalho está nitidamente expresso logo nesse primeiro momento pré-contratual, uma vez que as identidades de gênero não são "ocultadas" ou "omitidas" de forma direta, mas se apresentam claramente na vida desses sujeitos tanto no contexto comportamental como o que se remete à aparência física. Esses são alguns dos motivos que se configuram como entraves significativos para a exclusão desses sujeitos ao mercado formal de trabalho, fechando-lhes oportunidades ao tempo em que limita suas práticas laborais às profissões que possibilitem uma melhor inserção e permanência a exemplo do trabalho informal e em muitos casos o que lhes restam é o desemprego.

Superada a fase de contratação, quando muitos trabalhadores homossexuais admitidos para o mercado de trabalho de forma a não revelar sua sexualidade, comportando-se como dentro das normas heterossexuais, o preconceito e a discriminação muitas vezes apresentamse na descoberta de sua orientação sexual durante o desenvolvimento do contrato de trabalho, na chamada fase contratual, quando a discriminação se dá por ocasião do exercício do trabalho. Durante a vigência desse contrato, na maioria dos casos, acontece do trabalhador LGBT passar a ser submetido a situações de exclusão pelos outros trabalhadores; sendo até objeto de piadas, gracejos e ofensas, e, às vezes sofrendo vitimização de assédio moral discriminatório por seus colegas ou por seus superiores hierárquicos. (MEDEIROS, 2007).

Ferreira e Siqueira (2007) sinalizam que com medo de perder seu emprego, até mesmo para evitar repressão e resistência por parte da organização trabalhista, muitos homossexuais tentam esconder sua orientação sexual. O anonimato da homossexualidade se apresenta como um mecanismo de defesa contra a discriminação e a favor tanto do acesso e permanência desses sujeitos no mercado de trabalho quanto da sua promoção dentro da empresa, pois, a discriminação contra a população LGBT no ambiente de trabalho além de acarretar diversas situações discriminatórias muitas vezes impossibilita a viabilização de alguns direitos básicos como a igualdade salarial entre heterossexual e homossexuais, dentre outros fatores.

Ainda sobre a omissão da homossexualidade no ambiente de trabalho como forma de



proteção desses sujeitos frente às diversas situações discriminatórias vivenciadas pelos mesmos ao externar sua orientação sexual, Ferreira e Siqueira (2007) alegam que se por um lado esses sujeitos podem obter alguma "vantagem" desse processo de omissão de seus desejos e sentimentos, pois, revelar sua orientação sexual torna o indivíduo homossexual passível de perder amigos, familiares e sofrer situações de assédio moral, discriminações e violências além da possibilidade de ascensão profissional dentro das instituições trabalhistas, por outro lado, isso se torna diretamente prejudicial à vida desses sujeitos, pois a omissão incorre em sofrimentos atrelados ao fato de não se sentir integral, tendo que sempre estar se escondendo de outras pessoas, provocando danos à saúde psicológica e física do sujeito.

Em relação à discriminação contra a população LGBT no processo de desligamento do emprego, segundo Medeiros (2007) essa situação acontece quando a homossexualidade é descoberta e/ou quando alguns sujeitos sejam esses membros internos ou externos da organização trabalhista, trabalhadores, gestão administrativa e/ou clientes incomodam-se com a presença de LGBT no ambiente de trabalho, ou seja, quando a homofobia se apresenta como uma causa única na justificativa para a exclusão desses sujeitos de seus postos de trabalhos, mesmo que na maioria das vezes esse não seja o motivo alegado no processo de exclusão.

Além de todo esse processo discriminatório que a população LGBT vivencia no processo pré-contratual, durante e em seu término, alguns casos de discriminação extrapolam o contrato de trabalho, se dando no chamado pós-contrato, isto é, a discriminação do trabalhador após a sua despedida. Esse tipo de discriminação ocorre quando os empregadores colocam seus ex-trabalhadores LGBT nas chamadas "listas discriminatórias", as quais divulgam informações distorcidas em relação ao comportamento profissional desses funcionários para outros empregadores visando a não-contratação dos mesmos. Nessas listas constam nomes de trabalhadores que ajuízam reclamatórias trabalhistas contra as empresas, que participaram de atividades sindicais e muitas das vezes de trabalhadores homossexuais. Todo esse contexto fundamentado no preconceito e na discriminação contra a diversidade sexual e de gênero viola direitos básicos da população LGBT, uma vez que suas práticas afetivas e sexuais não os impossibilitam de exercer quaisquer atividades laborais muito menos permitir que as organizações trabalhistas possam utilizar essas questões para impedir, excluir, limitar ou dificultar o acesso e permanência desses sujeitos no mercado de trabalho por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Nardi (2007, p.72) aponta que considerando a importância do trabalho na vida da sociedade se entende que impossibilitar ou restringir o acesso desses sujeitos a esse mercado é



uma questão bastante preocupante, visto que "em nosso tempo, quando se impedem que as pessoas trabalhem em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero estamos condenando-as a uma certa "morte social" que restringe e impossibilita o acesso aos seus direitos tornando-as oprimidas sociais de um sistema completamente excludente e desigual.

Conforme Antunes (2007, p.123) "o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho em sua cotidianidade, que o homem se torna social, distinguindo-se de todas as formas não humanas". Concordamos com este autor ao afirmar que é através do trabalho que o homem se transforma, em uma constante troca de conhecimento e saberes atuando sobre a natureza, desenvolvendo suas potencialidades (desde então ainda ocultas) subordinando as forças da natureza ao seu próprio poder. Os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, objetos de trabalhos, matérias-primas que auxiliarão na descoberta de novas potencialidades e ocasionarão diversas evoluções.

Dados e relatos de preconceito e discriminação contra a diversidade sexual e de gênero

Algumas pesquisas acadêmicas tentam mapear e analisar o constante processo de preconceito e discriminação contra a população LGBT no Brasil. Siqueira, Ferreira e Zaul (2006) observaram em uma pesquisa realizada no Distrito Federal com nove gays que vivenciaram situações preconceituosas e discriminatórias em seus locais de trabalho que este fenômeno é bastante presente, principalmente com os homossexuais tidos como "afeminados" as ações preconceituosas chegam a atingir diversas formas de violência, seja psicológica, física, patrimonial, dentre outras; assim como, a utilização de termos pejorativos que desqualificam e constrangem os sujeitos a ações de violência físicas.

Outro fator bastante frequente nesses casos de preconceito e discriminação contra a população LGBT no mercado de trabalho é justamente a impunidade desses casos conforme aponta o estudo de Pérez Álvarez et al (2013): muitos desses casos a negligência em forma de omissão das autoridades e chefias dos órgãos de trabalho para com as ações de violência efetivadas contra esses sujeitos é um fator bastante presente; o não querer se envolver, ou a reafirmação do preconceito existente também na omissão de tomadas de providências cabíveis, que busquem combater tal problemática reforça uma ação de revitimização dos sujeitos ao mesmo tempo que (in)visibiliza a homofobia, trazendo a impunidade para o arsenal laboral e potencializando os sujeitos autores da situação de violência homofóbica.

Em relação às mulheres lésbicas essa realidade não é diferente, uma pesquisa realizada por Irigaray e Freitas (2011) em empresas públicas e privadas localizadas no Rio de Janeiro e



São Paulo, com uma amostra de 18 mulheres lésbicas, constatou que essas mulheres sofrem discriminações relacionadas tanto a seu gênero (feminino), quanto a sua orientação sexual: todas as entrevistadas afirmaram que sofreram discriminações nos ambientes de trabalho e que a melhor estratégia de sobrevivência, assim como as dos gays, é a omissão da sua orientação sexual. Porém, algumas entrevistadas também relataram que mesmo não revelando sua orientação sexual publicamente, mas percebida como homossexual pelos seus colegas de trabalho, passavam a ser alvo de sanções sociais, a exemplo da exclusão e isolamento social.

Para as pessoas trans esse contexto é ainda mais complexo e desafiador, uma pesquisa realizada por Bonassi et al. (2015) buscou identificar o perfil, formas e tipos de violências vivenciadas pelas pessoas trans na cidade de Santa Catarina: 90,3% das entrevistadas afirmaram possuir atividades laborais; destas, 58% afirmaram ser profissionais do sexo. A pesquisa sinalizou que o mercado de trabalho formal não inclui a maioria dessas pessoas: 77,4% garantiram não ter carteira de trabalho assinada e 74, 2% das pessoas entrevistadas não contribuem com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ou seja, não possuem seus direitos previdenciários assegurados. Outras demandas foram destacadas: ausência de documentos básicos como carteira de identidade e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) para alguns sujeitos, impossibilitando-os de acessar o mercado de trabalho formal. Em relação à violência sofrida no âmbito do trabalho, as violências física e psicológica se destacaram nas respostas com 37%; ausência de acesso a serviços 36%; assédio moral 18%, dentre esses 53% foram cometidos por colegas de trabalho, 25% por chefes e 52% de clientes das vítimas.

Vimos em Bonassi et al. (2015) que quando a escola falha no acolhimento e oferecimento de condições de permanência às pessoas travestis e transexuais – que vão desde o uso ao nome social, acesso ao banheiro, o combate às violências cotidianas por parte de pares, professoras/es e outros sujeitos que constituem o espaço escolar – ratifica-se a prostituição como saída para a sobrevivência, uma vez que restam poucas chances de qualificação para o trabalho e outras formas de sustento. Outra possível saída é a inserção em profissões reconhecidas como femininas como cabeleireira, cozinheira, faxineira, entre outras.

Rodrigues e Nardi (2009) demarcam que conectada também à carência de suporte social, a prostituição acaba sendo a via possível de sobrevivência, indicando a ausência de reconhecimento social do trabalho e sua associação com a cidadania. As possibilidades de vivenciar a afetividade e sexualidade diferentes dos padrões heteronormativos acabam limitando de maneira radical as opções de emprego para a população LGBT. É necessário entender as trajetórias de vida dessas pessoas que por ousarem transgredir a conformidade



anatômica das performances de gênero experimentam a condenação pelo "desvio". As consequências negativas tanto em relação à ausência do acesso da população LGBT ao mercado de trabalho quanto pelas diversas situações preconceituosas e discriminatórias vivenciadas por esses sujeitos nesses ambientes são prejudiciais às vidas, provocando situações agravantes: depressão, insônia, sentimento de impotência, rejeição, exclusão, isolamento social, dentre outras (SIQUEIRA; FERREIRA; ZAUL-FELLOWS, 2006).

Sobre essa realidade Nardi (2007) alega que as manifestações relacionadas ao preconceito e a discriminação contra tudo que diverge da heteronormatividade estão fortemente presente no trabalho, uma vez que a norma reage a tudo aquilo que se apresente como ameaça à construção social da identidade sexual e de gênero. Dessa maneira a reação "homofóbica" é tanto mais violenta quanto mais violenta for a incorporação da norma que estabelece os padrões sexuais de masculinidade e feminilidade fundamentados na heterossexualidade. Sendo assim, teremos uma distribuição de postos de trabalho hierarquizados com relação aos salários, condições de acesso e permanência nesses postos.

Ferreira e Siqueira (2007) e Medeiros (2007) sinalizam que a partir da ótica do assédio moral e da negação de direitos é reconhecida a questão das punições e sanções no ambiente de trabalho em virtude da orientação sexual ou identidade de gênero, afirmando que essas barreiras existem muitas das vezes de forma velada nas organizações. Um fator bastante comum sobre esse contexto é a negação de alguns direitos e oportunidades à população LGBT que não são negados aos heterossexuais. E quando concede alguns benefícios aos LGBT, normalmente não possuem ações preventivas e reparadoras para questões de discriminação vivenciadas por esses sujeitos. (SIQUEIRA; FERREIRA; ZAUL-FELLOWS, 2006)

Sobre as responsabilidades das empresas em buscar medidas de prevenção contra este tipo de discriminação, bem como a proteção e promoção da população LGBT nestes ambientes, esse tipo de responsabilidade tem se colocado de forma bastante carente e pontual na realidade brasileira. De acordo com Costa (2007) em diversas empresas, além da ausência de qualquer política interna de prevenção de práticas discriminatórias, existe uma forte omissão das mesmas em relação ao seu papel perante esse contexto. "A banalização do comportamento homofóbico no ambiente de trabalho é de tal ordem que as empresas se comportam como se não tivesse responsabilidade pela atitude preconceituosa e discriminatória de seus empregados" (COSTA, 2007. p. 98).

Conclusões



Ao construirmos esse trabalho consideramos primeiramente que iniciativas de prevenção e proteção em relação à discriminação contra a população LGBT nas relações de trabalho precisam se efetivar. É importante ressaltar que um dos fatores que impulsionou a criação de alguns amparos legais e políticas de prevenção, proteção e reparo em relação à discriminação contra a população LGBT nas empresas foi justamente o aumento significativo da diversidade sexual e/o de gênero "nos espaços produtivos das instituições que alavancou a produção de mecanismos de interferência junto aos conflitos resultantes dessa heterogeneização da força de trabalho" (CAPPELLE et al., 2002, p. 256).

É mister ressaltar que o processo de combate às várias formas de discriminação no ambiente de trabalho é um papel que não compete apenas às organizações públicas combatê-las, mas exige diversas iniciativas das instituições empregatícias. O papel da empresa empregatícia nesse contexto de discriminação no ambiente de trabalho é bastante importante, sem uma conexão direta que responsabilize essas instituições se torna muito difícil o processo de enfrentamento à discriminação no interior das mesmas. A empresa possui o papel de não permitir qualquer tipo de discriminação em termos de recrutamento, acesso à treinamento, remuneração, avaliação ou promoção de seus empregados. Dessa maneira, as oportunidades devem ser oferecidas de forma igualitária independentemente das especificidades e/ou singularidades (diferenças) dos sujeitos, dando uma atenção especial aos membros de grupos que geralmente vivenciam situações de vulnerabilidade social. (ETHOS, 2008)

No que tange ao papel do Estado nesse processo de enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra a diversidade sexual e de gênero nos ambientes de trabalhos é preciso que se tenha um Estado Interventivo frente às várias expressões da questão social, vez que o atual de acordo com Loic (2001) tem se apresentado como um "Estado Caricativo" onde todos os programas, planos e projetos sociais voltados para as populações vulneráveis são sempre limitados, fragmentários e isolados do resto das atividades estatais, considerando a pobreza e suas consequências como produtos das carências individuais dos pobres. Esse mesmo Estado subsidia o Estado Penal que substitui peça por peça do Estado social, onde há uma forte criminalização da pobreza e das diferenças sociais, levando esses sujeitos a uma condição de estarem posicionados à margem da sociedade. Tal realidade repercute diretamente na vida da população LGBT ao criminalizar sua orientação sexual e/ou identidade de gênero a partir da concepção da "escolha", "opção", responsabilizando os sujeitos pelas próprias ações preconceituosas e discriminatórias vivenciadas no ambiente de trabalho.

Sobre o papel do Estado no processo de enfrentamento ao preconceito e discriminação



e a quaisquer outras demandas que vise uma política de inclusão e respeito mútuo, Pastorini (2007) destaca que a preocupação central não deve estar colocada nas políticas de integração, que costumeiramente são dirigidas aos reconhecidos "cidadãos", buscando restabelecer o equilíbrio social, homogeneizar a sociedade e diminuir as desigualdades sociais, mas a concentração de força estatal deve se fazer nas políticas de inserção, que obedecem a uma lógica de discriminação positiva, focalizando os programas sociais para as populações mais vulneráveis, ou seja, para todos os oprimidos e invalidados pela conjuntura. Convém ressaltarmos que "a 'questão social' se funda nas formas e conteúdos assimétricos assumidos pelas relações sociais (em suas variadas dimensões econômicas, políticas, religiosas, culturais, raciais etc" (PASTORINI, 2007, p. 69). Assim, reconhecer a homofobia como uma expressão da questão social é um passo indispensável para se criar e articular políticas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação no mercado de trabalho sofridos pela população LGBT.

Por fim, consideramos ser imprescindível que todos os sujeitos sociais se sintam responsáveis e envolvidos nesse processo de combate ao preconceito, à discriminação e ao assédio moral acometido recorrentemente contra a população LGBT no mercado de trabalho. Também se faz necessária uma constante e articulada defesa dos direitos humanos e sexuais da população LGBT que não se restrinja ao mercado de trabalho; urge, pois, que se estenda às diferentes dimensões da vida cotidiana numa perspectiva de defesa dos direitos sociais, visto que "hoje, os direitos humanos são uma face dos direitos sociais" (NETTO, 2009, p. 9).

Referências

ÁLVARO, M. C. Feminismo, lutas de classe e consciência militante feminista no Brasil. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 408p.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BONASSI, C. B. et al. Vulnerabilidades mapeadas, violências localizadas: experiências de pessoas travestis e transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, 2015, p. 83-98. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1283>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRITO, Helena Godoy. **O acesso e garantia de direitos da população transgênero à política de assistência social.** 2014. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade de Brasília, Distrito Federal, 184p.

CAPPELLE, M. C. A. et al. Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. **Rev. RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, mar./abr., 2002, p. 253-275.



COSTA, A. M. M. A discriminação por orientação sexual no trabalho – aspectos legais. In: POCAHY, Fernando. (Org.). **Rompendo o silêncio:** homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

ETHOS, I. **Indicadores ethos de responsabilidade social**. Disponível em: http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Relatorio-de-Sustentabilidade-Ethose-Uniethos-2008_pt.pdf. Acesso em: 23 out. 2017.

FERREIRA, R. C.; SIQUEIRA, M. V. S. **O gay no ambiente de trabalho:** análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Brasília, Distrito Federal, 126p.

FONTES, Virginia. **O Brasil imperialista e o capital-imperialismo:** teoria e história. Editora Fiocruz, 2010.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Rev. O & S**. Salvador, v.18, n.59, out./dez., 2011, p. 625-641.

LOIC, Wacquant. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia, Bastos: 2001.

MEDEIROS, M. O trabalhador homossexual, o direito à identidade sexual e a nãodiscriminação no trabalho. In: POCAHY, Fernando. (Org.). **Rompendo o silêncio:** homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

NARDI, H. C. Nas tramas do humano: a sexualidade interdita o trabalho. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo o silêncio:** homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Porto Alegre: Nuances, 2007.

NETTO, J. P. Democracia e direitos humanos na América Latina. In: FREIRE, S. de M. (Org.). **Direitos humanos e questão social na América Latina.** Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

PASTORINI, A. A categoria "questão social" em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PÉREZ ÁLVAREZ, A.; CORREA MONTOYA, G.; CASTAÑEDA C.; RAROS W. **Diversidad sexual y mundo laboral:** discriminación y exclusión. Medellín: Corporación Caribe afirmativo, 2013. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/ens/20140506064520/Raros_y_oficios.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

RODRIGUES, M. C.; NARDI, H. C. Diversidade sexual e trabalho: reinvenções do dispositivo. **Ver. Bagoas**, n. 3, 2009, p. 127-143.

SIQUEIRA, M. V. S.; FERREIRA, R. C.; ZAUL-FELLOWS. Gays no ambiente de trabalho: uma agenda de pesquisa. In: Encontro Anual da Associação Internacional em Administração, 30, 2006, Salvador. **Anais**. Salvador: ANPAD, 2006.

LITERATURA, GÊNERO NA ESPIRITUALIDADE NOVA ERA

Francisca Verônica Cavalcante

Universidade Federal do Piauí fveronicacavalcante@gmail.com

RESUMO:

A comunicação é parte de uma pesquisa de Pibic-UFPI (2011-2012) intitulada 'O Santo Daime no "Céu de Todos os Santos": uma experiência novaeristas em Teresina'. Tem como objetivo compreender a identidade de gênero para os participantes do espaço religioso do Santo Daime "Céu de Todos os Santos" localizado em Teresina. Esta vivência espiritual é marcada pela diferença de papéis sexuais e de identidades de gênero, pautados na literatura novaeristas e da religião do Santo Daime. O referencial teórico é um diálogo estabelecido a partir da literatura produzida pelos movimentos da Nova Era e do Ecofeminismo, bem como as reflexões sobre os estudos de gênero. Autores como Aldo Natalle Terrin, Leila Amaral, D'Andrea, Durkheim, Mauss, Judith Butler, Joan Scott, Guacira Lopes Louro, Foucault, dentre outros compõem o estudo. A metodologia é constituída por pesquisa de campo, entrevistas, observação participante, recolhimento de imagens fotográficas e fílmicas. O feminino e o masculino ocupam espaços bem demarcados para a religião do Santo Daime e apontam para uma dificuldade no que respeita as diferenças entre identidade de gênero e sexo biológico.

Palavras-chave: Literatura, Gênero, Nova Era.

Identidade de Gênero e participantes do Santo Daime no "Céu de Todos os

Santos"

Abordar identidade de gênero numa perspectiva antropológica requer um exercício de "desnaturalização" da ideia de que uma pessoa é homem ou é mulher porque nasce "assim". Para estudiosos de gênero como Scott, Butler, Louro, Bourdieu, dentre outros, o único fato "natural" que se pode afirmar quando a questão é gênero é que nascemos com órgãos sexuais diferentes. Depois disto, começa um imenso trabalho pedagógico, processo de socialização, com o objetivo de fazer com que crianças nascidas com pênis se tornem masculinas heterossexuais e crianças nascidas com vulva se tornem femininas heterossexuais. Assim, podemos entender gênero como diz Joan Scott como uma "categoria vazia e transbordante" porque é na verdade um roteiro de condutas na qual o conjunto dos seres humanos e instituições se baseiam para fazer com que pessoas se tornem adultas do gênero masculino ou feminino. Somos o resultado de um trabalho de toda a sociedade e não um dado biológico.

1

Trata-se de um processo coletivo e incessante feito desde que nascemos, portanto, nosso gênero faz parte de nós e não podemos eliminá-lo de nossa identidade. O que podemos é decidir como queremos ser, mas a partir do que já foi feito conosco. E isso, de modo bem limitado. Para além destes modelos predominantes de gênero em que o homem deve ser heterossexual, ativo, agressivo, racional, provedor; e a mulher deve ser passiva, emotiva e cuidadora da casa e dos membros do grupo familiar existem outros modelos que são: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis e intersexuais. Todos eles também frutos de um longo processo social, no qual as pessoas a partir dos dois modelos predominantes foram se transformando, então, podemos entender que juntando gênero e orientação sexual existem diversas identidades de gênero, que lutam para existir e enfrentam várias formas de violência que começam a partir do preconceito.

Com a religião do Santo Daime parece que estes modelos predominantes de identidade de gênero são reafirmados, embora diferentemente das religiões católica e outras cristãs como as protestantes e neopentecostais que entendem as outras identidades de gênero não heterossexuais como "doença", para daimistas não há uma culpa, um pecado no fato de se assumir uma identidade de gênero como: homossexual (lésbica e gay), bissexual, transexual, travesti, transgênero e intersexual. Paradoxalmente, observamos nos rituais do Santo Daime no espaço "Céu de Todos os Santos" uma postura que nega a suposta aceitação de diversas identidades de gênero.

A religião do Santo Daime surge na floresta amazônica nos anos 30, e ao longo desses anos, têm crescido, expandindo-se por muitos estados brasileiros e para outros países, especialmente, com o advento da Nova Era¹. O Santo Daime tem como característica um hibridismo que se utiliza de elementos de várias tradições religiosas e escolas esotéricas: desde o catolicismo popular como a Festa do Divino Espírito Santo, o Baile de São Gonçalo, as religiões afro-brasileiras, a cultura dos seringueiros da Amazônia a pajelança maranhense, até o vegetalismo ayahuasqueiro; esses elementos são perceptíveis desde as indumentárias até à cosmologia e expressões utilizadas nos

_

¹ Ver CAVALCANTE, F. V. *Os Tribalistas da Nova Era*. Teresina: Fundação Quixote, 2009. A Nova Era é um fenômeno que teve início nos Estados Unidos no final dos anos de 1960. Um movimento de jovens de classe média de centros urbanos californianos que insatisfeitos com o cristianismo e com o capitalismo lançam mão de ideias da contracultura, do romantismo para vivenciarem uma espiritualidade que prioriza as experiências místicas, as transformações corpo-mente-espírito e que realiza combinações de tradições antigas e novas, orientais e ocidentais. No Piauí, especialmente em Teresina o fenômeno surge nos anos de 1980.

hinos como o próprio sacramento utilizado pela religião que vem das tradições indígenas da Amazônia peruana ressignificadas sob a luz do cristianismo².

O surgimento da religião do Santo Daime em Teresina acontece dentro do contexto de uma experiência espiritual da Nova Era que até os anos 2001, não contava com as religiões do chamado Novo Movimento Religioso, a saber, União do Vegetal, Vale do Amanhecer e Santo Daime, dentre outras. O centro do Daime ou igreja, como é chamado entre os adeptos, emerge a partir do final do ano de 2002 e em 2005 se torna uma igreja com Ata registrada em cartório. Localizado na Taboca do Pau Ferrado, na zona rural de Teresina denominada Capim Duro. Conta atualmente com 71 filiados registrados, dos quais 52 permanecem frequentando o espaço.

A metodologia da pesquisa e a religião do santo daime

Optamos por fazer uma pesquisa de cunho qualitativo para entendermos o universo do Santo Daime em Teresina. O recolhimento dos dados e a observação participante que foram realizados também pela orientanda de Pibic Theresa Jaynna Feijão, então graduanda do curso de Ciências Sociais da UFPI. As observações durante os anos de 2011/2012, dizem respeito aos trabalhos espirituais e ao cotidiano do universo daimista em Teresina, do qual destacamos os eventos como ensaios (geralmente realizados aos domingos a partir das 16:00h, ocasião em que é treinado o canto, os instrumentos e até mesmo a dança, também chamado bailado), mutirões (atividades obrigatórias aos fardados da casa e que consistem na limpeza dos espaços como igreja, casa de feitio, fornalha, cozinha, banheiros, recolhimento do lixo, capina, plantação e poda das plantas utilizadas na preparação da bebida, etc.) entre outros.

Aplicamos 16 questionários com perguntas fechadas e abertas e realizamos duas entrevistas semiestruturadas com o auxílio de um gravador, as quais foram posteriormente transcritas. Participaram das entrevistas: o atual dirigente e presidente do espaço Céu de Todos os Santos e o responsável pela chegada da bebida sacramental em terras piauienses. Para a realização das entrevistas houve explicação dos objetivos da pesquisa e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Obviamente, a leitura e o fichamento de textos sobre a religiosidade Nova Era, e específicos sobre a cultura do Santo Daime entre outros ligados ao fenômeno religioso também foram

_

² Cf.: LABATE. BC e PACHECO. G. As Matrizes Maranhenses do Santo Daime; MACRAE. E. Guiado pela lua: Xamanisno e uso ritual da ayahuasca no culto do Santo Daime.

elementos metodológicos utilizados que possibilitaram apreender dados e informações viabilizando a presente pesquisa.

De acordo com as informações recolhidas na pesquisa de campo traçamos um perfil do adepto teresinense, eles têm idade entre 20 e 30 anos(68,75%) com uma relação "equilibrada" entre os que nasceram com pênis e com vulva: a proporção é de 50% para cada um, com renda familiar mensal variando entre R\$ 1.000,00 e R\$ 4.000,00 (50%); de cor branca (62,5%), com curso superior completo (56,25%) e profissões variando entre jornalista, advogado, professor universitário, psicólogo e artesão; tendo o catolicismo como sua religião de origem (93,75%).

O Santo Daime é uma religião que tem por base em seus rituais a ingestão do chá da Ayahuasca, que na língua quéchua significa "vinho das almas" e que é feito a partir da cocção do cipó jagube (banisteriopsis caapi) e da folha Rainha ou chacrona (psicotria viridis) e no canto de uma série de hinos, que por vezes também são dançados.

A liturgia do Santo Daime consiste em 4 tipos básicos de trabalhos: Concentração, ocorrida aos dias 15 e 30 de cada mês; Festejos (também conhecidos como bailados), que seguem algumas datas do calendário católico como Dia de Reis, os santos juninos, Nossa Senhora da Conceição, Finados, além de aniversários de membros importantes da doutrina, nestes trabalhos, antes do início do hinário também podem acontecem as cerimônias de casamentos, batizados e os fardamentos que são os rituais de iniciação dos adeptos, que consiste no recebimento de uma estrela de seis pontas com uma águia pousando sobre uma meia-lua ao som do hino nº 65 "Graduação" do hinário do atual comandante espiritual do Santo Daime, Alfredo Gregório de Melo ou Padrinho Alfredo como é chamado entre os adeptos. Outro tipo de trabalho é o Feitio - que é o ápice dos trabalhos espirituais daimistas – ocasião em que se realiza a feitura da bebida sacramental; além das missas – trabalhos dedicados aos mortos e realizados à primeira segunda-feira de cada mês e nos dias do aniversário de morte (ou da passagem) de membros importantes. Podem acontecer também trabalhos extra oficiais, os chamados trabalhos de cura ou de estrela que não têm datas específicas, acontecendo de acordo com a conveniência de cada centro. Em todos estes trabalhos espirituais se comunga a bebida sacramental e se canta hinos de acordo com o tipo de trabalho a ser realizado.

Para a realização destes trabalhos observamos uma separação bem demarcada entre pessoas que nasceram com órgãos pênis e pessoas e com vulva. Em todos os rituais posicionam-se separadamente formando um círculo. De um lado

pessoas que nasceram com vulva e representam atividades femininas, vestem as fardas (saia pregueada e abaixo do joelho e blusa branca de mangas longas) e pessoas que nasceram com pênis e representam as atividades masculinas vestem as fardas (calça e camisa social). Os rituais têm duração extensa, às vezes, atravessam a noite cantando e bailando, tocando instrumentos, rezando orações, no feitio da bebida, todos obedecem esta demarcação da diferença entre pênis (masculino) e vulva(feminino). Há tarefas, atividades exclusivas para as pessoas que nasceram os órgãos genitais pênis e para vulva. Por exemplo o recolhimento, limpeza das folhas e preparo da bebida.

As atividades são conduzidas de forma a preservar tal demarcação havendo uma interdição para casos como o de certo evento em que alguém possuindo uma identidade de gênero feminina e que nasceu com um pênis é expressamente proibido de exercer atividades femininas no centro, mesmo manifestando e tentando inserir-se em tais atividades foi convidado a juntar-se aqueles que têm pênis para exercer as atividades masculinas ou retirar-se.

O fundador do Santo Daime é Raimundo Irineu Serra, nascido em 15 de dezembro de 1892, na cidade de São Vicente Férrer, no Estado do Maranhão. Neto de escravos era negro e alto (media quase 2 metros) e cultuador das religiões afromaranhenses. Com aproximadamente 20 anos foi trabalhar como seringueiro na Amazônia. Posteriormente trabalhou como guarda de fronteira do Acre com a Bolívia e o Peru. Por intermédio de seu amigo Antônio Costa conheceu o xamã D. Crescêncio Pisango que lhe apresentou a Ayahuasca. No início eles tomavam a bebida e invocavam o diabo, porém para Irineu, depois que a "miração" (estado alterado de consciência, êxtase religioso) chegou, só via cruzes e mais cruzes, passando a duvidar que aquele chá fosse coisa do tentador.

Segundo a literatura daimista numa noite, após ter tomado a bebida, Irineu foi ver a lua baixar e, nela, "uma linda mulher" lhe apareceu e logo ele a identificou como uma deusa universal, a Rainha da Floresta, Nossa Senhora da Conceição e esta lhe disse que ele iria curar um povo inteiro, ensinando louvar a Deus e que colocaria naquela bebida tudo o que ele precisava para curar toda doença. A partir daí os ensinamentos lhe foram passados através dos hinos que ele teria recebido quando da ingestão da bebida sagrada. Mestre Irineu, como ficou conhecido, teve muitos seguidores, sendo Sebastião Mota de Melo um dos mais importantes quando se trata da expansão da doutrina. Caboclo amazonense nascido às beiras do Juruá, afluente do alto

amazonas e conhecido entre os adeptos como Padrinho Sebastião. Tendo procurado Mestre Irineu para obter a cura de um grave problema estomacal que o afligia e tendo-a recebido, tornou-se um de seus seguidores, vindo a ser um dos principais feitores de Daime da sede de serviços dirigida por Mestre Irineu.

Após a morte de Irineu, Sebastião Mota constrói uma igrejinha nas terras da Colônia 5.000 e funda o CEFLURIS – Centro Eclético da Fluente Luz Universal "Raimundo Irineu Serra" hoje, Igreja do Culto Eclético da Fluente Luz Universal – Patrono Sebastião Mota de Melo (Iceflu) que foi ganhando prestígio entre buscadores e andarilhos vindos de outras cidades do Brasil, da América Latina e de outros continentes. Foi lá também que Padrinho Sebastião pôde colocar em prática seu ideal de uma vida comunitária e pautada nas práticas da doutrina do Santo Daime.

No início da década de 70 a doutrina do Santo Daime ganha notoriedade com o Padrinho Sebastião e, em 1982, recebe uma comissão chefiada por um coronel do Exército, enviada pelo Ministério da Justiça para inspecionar a comunidade e o uso do Daime. Acompanhavam a comissão, três estudiosos: o psicólogo Paulo Roberto Silva e Sousa, o antropólogo Fernando La Rocque e o escritor Alex Polari de Alverga – que acabaram inaugurando em seus locais de origem, entre 1982 e 1983, as primeiras igrejas do Santo Daime fora da Amazônia: respectivamente, Rio de Janeiro - RJ (Céu do Mar), Brasília - DF (Céu do Planalto) e Visconde de Mauá – RJ (Céu da Montanha).

A partir daí inicia-se a expansão da doutrina nos grandes centros urbanos. Sendo que o nordeste, região originária do seu Mestre fundador e de alguns dos primeiros adeptos, é a última região do país a conhecer a doutrina. Em 1993, por conta de um encontro ecumênico e novaeristas por excelência que acontece no período do carnaval na cidade de Campina Grande na Paraíba, denominado Encontro Para Nova Consciência, o então vice-presidente do antigo CEFLURIS, Alex Polari de Alverga, que participava do encontro como palestrante do Santo Daime realiza um trabalho com cerca de cinquenta pessoas na segunda feira de carnaval. A partir de então, do grupo original participante da referida atividade, apenas três pessoas continuam o estudo da doutrina na cidade.

Em outubro do ano seguinte, Alex Polari, que passa a ser o patrono da igreja e o responsável pela regional Nordeste³, é inaugurado oficialmente o Céu da Campina, primeira igreja do Santo Daime no nordeste, que passa a ser referência e

-

³ Igreja que concentra a produção e distribuição da bebida na região do país onde está localizada.

apoio institucional às outras igrejas que surgem na região, além de ser o centro produtor e distribuidor da bebida na região. Muitos dos membros que fundaram pontos em outros estados da região foram iniciados neste espaço.

O Santo Daime em Teresina: do berçário a expansão do Céu de Todos os Santos

É comum na história de todas as igrejas do Santo Daime fundadas fora da Amazônia, os seus fundadores irem até a "floresta", ou outra igreja já reconhecida, conhecer a doutrina, seus fundamentos, fardar-se (expressão usada para indicar a conversão ou adesão ao Santo Daime) e voltarem para seu lugar de origem com a missão de abrir um centro do Santo Daime, de maneira que, os que procurarem esses centros, conhecerem a ayahuasca juntamente com a doutrina Santo Daime. Em Teresina a chegada da doutrina do Santo Daime não se dá dessa maneira.

Em outubro de 2002, um senhor de classe média, 54 anos, branco, advogado de formação, designer e artista plástico, mestre na arte com buriti, ex presidente do PRODART – Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí, e que goza de grande prestígio na sociedade teresinense, foi convidado pelo SEBRAE para ministrar um curso e ensinar sua técnica na cidade de Rio Branco no Acre. A viagem que tinha de início a pretensão de durar 15 dias, durou 60. Uma parte considerável de seus alunos na ocasião era membros da doutrina do Santo Daime, já que naquela região o número de adeptos é bastante considerável. Trouxe consigo, ofertado pelo atual dirigente da Colônia 5.000, 4 litros da bebida sacramental que também é muito usada como remédio para curas diversas, para a continuação de um tratamento iniciado na floresta de uma doença que o acometia.

Obviamente, aquela bebida de origem indígena, promovedora de curas e experiências de expansão de consciência despertara curiosidade em pessoas ligadas a ele, que passaram a procurá-lo insistentemente em busca de conhecer a tal bebida. O artista plástico cedeu um pouco da bebida aos curiosos que se reuniram com outros amigos, também ávidos por experienciarem a viagem astral proporcionada pelo tal chá.

Cientes da ligação da bebida com a floresta passaram a se reunir num sítio localizado na estrada da Taboca do Pau Ferrado⁴, pertencente a um funcionário público federal, também empresário do ramo de entretenimento e que possuía um bar temático

7

⁴ O sítio localiza-se na zona rural de Teresina a 20 km da rotatória (balão) localizado na Av. João XXIII, saída para o norte do estado, na localidade Capim Duro, S/N; é uma área com poucas residências, característica por propriedades como chácaras e sítios e por possuir uma pequena floresta de palmeiras como tucum e babaçu.

localizado dentro de uma pequena reserva ambiental, um parque de caneleiros, próximo à Universidade Federal do Piauí, zona nobre da capital, por onde circulava muita gente, especialmente jovens da classe média de Teresina.

Com a amizade firmada em Rio Branco entre o artista plástico que trouxera a bebida sagrada e principal feitor de daime da região do Acre foi possível ao grupo trazer mais litros daquela bebida que, segundo Mestre Irineu em seu hinário⁵ "O Cruzeiro", "tem poder inacreditável".

De início, o grupo de curiosos era formado por uma maioria de jovens, frequentadores do bar ecológico e do cenário eletrônico da cidade, as famosas raves. Estes vinham em busca não dos benefícios de cura e expansão espiritual, mas das "viagens" que a bebida ancestral pode provocar. Porém, mesmo sem ter conhecimento da doutrina e seus ensinamentos, alguns entre estes jovens foram se sentindo cada vez mais atraídos pela espiritualidade e passaram a pesquisar em revistas especializadas e sites na internet sobre a cultura do Santo Daime.

Em dezembro de 2003, o estudante e o funcionário público e empresário resolveram ir até o Acre, na colônia 5.000, conhecer *in locus* a doutrina e a cultura do Santo Daime. Lá, se aproximaram de um fardado mais conhecido entre os teresinenses por "flecha", casado com uma norte-americana, que em viajem de turismo pelo Brasil conheceu a bebida e nunca mais voltou para sua terra natal. Ele, um caboclo acreano era também jovem, com idade entre 35 e 38 anos, e do tipo rebelde: cabelão comprido e cheio de "marra". Logo houve uma identificação e os jovens piauienses o convidaram para vir apresentar a doutrina aos que aqui ficaram ansiosos por tudo o que pudesse vir daquele lugar mágico que simbolizava o Santo Daime.

Em 1º de outubro do ano de 2005 é assinada a Ata de fundação do Centro Livre de Força Amor e Luz Rainha da Floresta – Céu de Todos os Santos, constando de 21 assinaturas. No mês de novembro do ano de 2005 o centro recebe a comitiva de Chester Gontijo e Daniel Serra - sobrinho de Mestre Irineu que o seguiu para o Acre e juntou-se ao tio também na doutrina. Foram realizados dois trabalhos, um trabalho de cura no dia 12 e no dia seguinte um bailado não oficial, ou seja, que não consta do

⁶ Grupo formado por um dirigente de uma igreja maior e mais antiga do Santo Daime, alguns músicos e pessoas mais antigas e experientes que saem em viajem por outras igrejas menores para realizar trabalhos espirituais.

⁵ Conjunto de hinos que são "recebidos" do alto astral e onde contém os ensinamentos da doutrina, considerado pelos adeptos como o Terceiro Testamento.

calendário oficial e no qual não se usa a farda branca⁷ onde os primeiros adeptos do Céu de Todos os Santos recebem suas estrelas das mãos do próprio Daniel Serra. Em março de 2006, realizam o trabalho de São José onde cantam o hinário do Mestre Irineu, e realiza-se a primeira cerimônia de fardamento coletivo do Céu de Todos os Santos: cerca de 20 pessoas colocam a farda branca e recebem suas estrelas.

Em setembro de 2011 o CTS recebe a comitiva do Padrinho Alfredo, atual líder espiritual do ICEFLU num evento que marcou a irmandade e que contou com a participação de fardados de várias partes do Brasil: Belém (PA), São Luis (MA), Juazeiro (BA), Itabuna (BA), Rio de Janeiro (RJ). Realizou-se um feitio, além de um bailado com a presença do Padrinho e sua comitiva formada por 4 de seus filhos, 2 primos (uma cantora ou "puxadora" e um violeiro) e o secretário geral do ICEFLU. Na ocasião, Padrinho Alfredo graduou a igreja e tornou-a a regional Nordeste, ou seja, o centro de produção e distribuição do Santo Daime na região. O loteamento que antes era da família do sitiante, hoje é um esboço de uma comunidade daimista. Cerca de 20 fardados já possuem seus lotes, e 5 deles já fixaram residência na comunidade que se inicia. Atualmente, Teresina é um dos centros de daime em maior expansão dentro da doutrina na região nordeste.

Literatura Nova Era: Espiritualidade, Cura e Ecofeminismo

A sociedade (pós)moderna vivencia uma explosão de alternativas de tratamento de saúde. Cresce o número de pessoas que incorporam práticas médicas não-ortodoxas a suas rotinas de cuidados com a saúde. E se expande o número de profissionais da medicina dita alternativa, integrativa e complementar .

Diversos males que a medicina alternativa trata são, na verdade, produtos dos próprios tempos modernos. Insônia, ansiedade, estresse, depressão, fadiga e dores crônicas são sintomas que mesmo não tendo surgido recentemente, crescem nas sociedades industrializadas e afetam gravemente a saúde das pessoas. É a mutabilidade da saúde e da doença no período moderno.

É importante destacar que não há de fato uma substituição da medicina ortodoxa pela medicina alternativa. Apesar de algumas abordagens alternativas, como a homeopatia, rejeitarem por inteiro as bases da medicina ortodoxa. Há, na verdade, uma combinação de ambas as abordagens por muitas pessoas, e por tal motivo, alguns

-

⁷ Farda que é utilizada apenas nos bailados de hinários oficiais. É a farda de festa ou de gala.

estudiosos preferem denominar técnicas não-ortodoxas, complementares da medicina, em vez de medicina alternativa. Vivemos numa época em que há uma disponibilidade crescente de informações, oriundas de diversas fontes, que podemos recorrer nas escolhas que fazemos em nossas vidas. Os indivíduos se tornam "consumidores de serviços de saúde", adotando postura ativa diante de SUA saúde e de SEU bem-estar. É à expansão do movimento de autoajuda que o crescimento da medicina alternativa está ligado. Envolvendo grupos de apoio, círculos de instrução e livros de autoajuda e as demais técnicas ligadas ao movimento da Nova Era.

Como acontece mesmo nos países mais secularizados, no Brasil também não é diferente. A religiosidade é um fenômeno crescente e marcante, com nuances que nos permite dizer que o Brasil é um país multirreligioso. Gey Espinheira (2005) afirma que à religião é atribuída ou negada a interferência nos fatos e acontecimentos da vida cotidiana.

O século das luzes imputava à ciência a emancipação da humanidade (desencantamento do mundo), porém esta "crença" na ciência compôs movimentos e processos que divergiram das religiões e convergiram para ideologias religiosas e políticas. Ideologias estas que são fatores básicos na criação e recriação de identidades. "Diante de um mundo conturbado pelos ajustamentos político-nacionais e globalizado pela economia de mercado, os redutos ético-religiosos tornam-se fundamentais para a afirmação ou reafirmação de identidades culturais" (ESPINHEIRA, 2005, p. 33).

Max Weber chama atenção também sobre a mercantilização da fé e diz que a religião é um negócio, porém não é apenas sob o viés econômico que deve ser analisado. O grande mercado disputado pelas religiões é o de bens simbólicos de cura e salvação. Os sistemas religiosos têm sua tradição firmada na cura como por exemplo o espiritismo, as práticas religiosas afro-brasileiras também têm seus sistemas de crenças baseados na cura através das folhas, infusões, chás, entre outros. Dessa forma, as religiões afirmam a sua função como terapêutica.

O Brasil por ser um país multicultural e multiétnico (ameríndios, negros e europeus) é também multirreligioso e as manifestações religiosas são, por muitas vezes multifacetadas, permeadas de misticismo e com grande abertura para a magia. Antes da medicina oficial, a medicina praticada aqui era a dos nativos juntamente com as dos escravos.

O surgimento e crescimento de formas alternativas de medicina, como as medicinas orientais que levam em conta o indivíduo na sua totalidade, o surgimento de

centros holísticos, práticas xamânicas, fazem parte do cenário do movimento da Nova Era que tem no crescimento espiritual a chave para a transformação do ser e, consequentemente, sua cura.

A expressão Nova Era remete-se a uma referência astrológica que afirma que por volta do ano 2000 entraríamos em um novo tempo, numa nova era, a Era de Aquário que traria significativas mudanças e quebras de paradigmas, época de harmonização e superação de antagonismos como corpo/mente, masculino/feminino, natureza/sociedade.

Como afirma Aldo Natalle Terrin(2000), a Nova Era abre uma porta que já estava aberta para referir-se a mudança de paradigma, de concepção de ciência atualmente pautada não no pensamento iluminista, mas na transdisciplinaridade, na complexidade que leva em consideração a subjetividade, a emoção no trato da corpomente-espírito, na relação saúde-doença.

Outra referência presente na literatura do movimento Nova Era é o chamado ecofeminismo, isto é, um movimento que dialoga com a questões ecológica e feminista. Assim, temos um discurso de valorização da figura feminina e de negação da visão bíblica judaico-cristã que nos remete a um pai criador masculino, fonte de toda a vida. Segundo Campbell(1997) muitas das primitivas histórias da Criação falam sobre uma Grande Mãe: uma doadora e nutridora da vida, a Deusa dos animais, das plantas, das águas, da terra, do céu. Esta literatura da Criação é parte importante do discurso ecológico feito pelo movimento novaeristas, assim, temos muitas vezes, um discurso de igualdade, de parceria do masculino em relação ao feminino, mas, também é encontrada em muitos livros novaeristas não um discurso de igualdade, mas, um discurso heterossexual que privilegia o feminino, como uma inversão do discurso machista e de alguns dos movimentos feministas dos idos anos 70. E ainda, em nada estes discursos fazem referência a uma diversidade de orientação sexual, de identidade de gênero.

Considerações Finais

As práticas espirituais que se utilizam da bebida sacramental ayahuasca têm suas origem nas tradições dos povos indígenas do continente americano, têm como fundamentos a utilização de plantas curativas, a experiência mística e a relação equilibrada entre corpo-mente-espírito.

O culto do Santo Daime surgiu na década de 1930, na Amazônia e, ao longo desses anos, têm crescido, expandindo-se para muitos estados brasileiros e para outros países, especialmente, com o advento da Nova Era, a partir dos anos de 1970.

A religião do Santo Daime surge em Teresina no contexto ligado à cultura Nova Era. É um centro que surge a partir de um desinteresse inicial de formação e abertura de uma igreja, porém os desdobramentos e a procura sempre crescente de curiosos e de pessoas em busca de uma vivência espiritual diferenciada, um contato com a natureza e da construção de valores que levem em conta o aperfeiçoamento moral e ético, uma releitura da relação homem-natureza e, claro, pela própria vivência e melhoramento e cura de vícios e hábitos prejudiciais a saúde de vários dos iniciantes acabaram por "forçar" o engendramento da mesma.

No que respeita a literatura novaeristas e a presente pesquisa temos: livros de autoajuda, que muitas vezes não propiciam a cura do doente e o colocam numa situação "engessada" a medida que atribui a ele a responsabilidade de sua cura através de auto-conhecimento. Livros que reproduzem um discurso heterossexual e que privilegia o feminino e que portanto, não avançam ou contribuem para uma desconstrução ou uma desnaturalização da visão heteronormativa. Por fim, livros que lançam mão de argumentos da física quântica e da teoria da relatividade para reforçar uma mudança de paradigma e uma visão holística.

No tocante a questão de gênero e sexo abordados nos rituais daimistas e portanto a orientação produzida pela literatura Nova Era temos uma visão do feminino como sendo determinado aquelas pessoas que nascem com vulvas e masculino como sendo determinado aquelas pessoas que nascem com pênis. Nós, defendemos que a abordagem da identidade de gênero deve adotar a perspectiva construcionista social de Joan Scott e Judith Butler e suas assumidas influências do pensamento de Foucault , isto é, podemos entender que tanto sexo quanto gênero são formas de saber, isto é, conhecimentos a respeito dos corpos, das diferenças sexuais, dos indivíduos sexuados. Ambos (sexo e gênero) são conceitos históricos e portanto, construídos social e culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVERGA, Alex Polari. O Livro das Mirações, Rio de Janeiro, Record (Nova Era), 1995.

ALVES JÚNIOR, Antônio Marques. *Tambores para a Rainha da floresta: a inserção da Umbanda no Santo Daime*, 2007. 272 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). PUC/SP. São Paulo.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

CAVALCANTE, F. V. *Gênero e subjetividade na União das Mulheres Piauienses*. Relatório, PESQ/UFPI/2007, junho de 2009.

CAVALCANTE, F. V. Os Tribalistas da Nova Era. Teresina: Fundação Quixote, 2009.

CEFLURIS. Normas de Ritual. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1997.

ESPINHEIRA, C. G. D. Os limites do indivíduo: mal-estar na racionalidade: os limites do indivíduo na medicina e na religião. Salvador – Bahia: Fundação Pedro Calmon, 2005.

GOULART, S. L. Estigmas de grupos ayahuasqueiros. In. Labate, B. C. ET al. (orgs.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

LIMA, E. C e LABATE, B. C. A expansão urbana do kampo (Phyllomedusa bicolor): notas etnográficas. In. Labate, B. C. ET al. (orgs.). Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

MACRAE, Edward. Guiado pela Lua: Xamanismo e uso ritual da ayahuasca no culto do Santo Daime. São Paulo, Editora brasiliense, 1992.

NICHOLSON, S. (ORG). O novo despertar da deusa: o princípio feminino hoje. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórico, (1986).



MATERNIDADE E IDENTIDADE FEMININA: A EXPERIÊNCIA DE MULHERES INFÉRTEIS/ESTÉREIS FRENTE AOS CONDICIONANTES SOCIAIS

T.S.M.D.S

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar parcialmente os resultados da pesquisa intitulada Habilitadas a maternar: uma visão sobre as adoções via CNA por mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE, desenvolvida no âmbito da graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2017. Buscou-se discutir a relação da maternidade e maternagem de mulheres na condição de infértil/estéril que buscaram se realizar enquanto mães via adoção com os determinantes sociais referentes ao exercício materno imposto historicamente sobre a figura feminina. Os resultados foram obtidos através do levantamento bibliográfico, documental e da pesquisa de campo, realizada entre janeiro e outubro de 2017. O estudo evidenciou que apesar dos avanços conquistados pela luta libertária feminina, ainda há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a condição do papel de mãe, associado à imprecisão das mulheres quanto à apropriação da significação social de maternagem e maternidade.

Palavras-chave: Maternidade, Maternagem, Infertilidade, Esterilidade, Adoção.

Introdução

O texto ora apresentado é resultado da pesquisa monográfica intitulada *Habilitadas a maternar: uma visão sobre as adoções via CNA por mulheres inférteis/estéreis em Aracaju/SE*, desenvolvida no âmbito da graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no ano de 2017. A discussão da temática tem relação com a maternidade e a maternagem de mulheres na condição de infértil/estéril, que buscaram se realizar enquanto mães através do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) durante o ano de 2015 no município de Aracaju/SE.

A motivação para a realização do estudo partiu do contato da autora com as mulheres postulantes à adoção via estágio curricular não obrigatório realizado no Núcleo de Habilitação da Vara da Infância e da Juventude do município de Aracaju/SE. Na aludida instituição, identificou-se que várias mulheres anseiam por maternar um filho mesmo na impossibilidade de gestá-lo. Contudo, há uma significativa parcela destas mulheres que referenciam a maternagem como um ciclo condicionante para sua feminilidade, demonstrando, ser uma prática que visa a atender prioritariamente a uma construção identitária.

Destaca-se que a falseada aplicação dos termos maternagem e maternidade têm contribuído para esta perspectiva, segundo a qual as mulheres permanecem, ao longo dos séculos, submissas ao papel de mãe. Enquanto a maternidade corresponde à capacidade



feminina de reprodução biológica, a maternagem relaciona-se ao âmbito socioafetivo da criação dos filhos (SANTOS, 1998). Entretanto, por determinantes históricos, estes termos foram condicionados para atender interesses específicos do modo de produção vigente.

Observando estes contrapontos, buscou-se na pesquisa responder ao seguinte questionamento: As mulheres que se encontravam na condição de infértil/estéril e que adotaram filhos via CNA no ano de 2015 em Aracaju/SE, priorizaram o exercício da maternagem?

Diante de inquietação frente à problemática apresentada, elencaram-se nesta pesquisa três objetivos específicos, a saber: estudar as interpretações teóricas a respeito de maternidade e maternagem; identificar as compreensões das mulheres que realizaram adoção via CNA no ano de 2015 no município de Aracaju/SE, sobre maternagem e maternidade; e construir o perfil sociocultural destas mulheres.

Decorrente da complexidade do objeto norteou-se o estudo a partir de alguns pressupostos. Julgou-se que do ponto de vista histórico há uma pressão sociocultural que impõe às mulheres assumir o papel de mãe, uma vez que o filho é concebido como um elemento fundamental na vida de uma mulher adulta para o sucesso ou manutenção das relações interpessoais, incluindo o casamento.

É nesta perspectiva que o presente trabalho pauta-se, expondo os principais resultados alcançados na referenciada pesquisa que levam a inferir a procedência desta assertiva, uma vez que os dados obtidos evidenciaram que os conceitos de maternagem e maternidade estão associados como condicionantes históricos do ser feminino.

Metodologia

A pesquisa se caracterizou pelo caráter exploratório-descritivo e pela abordagem quali-quantitativa, a qual, de acordo Creswell (2007), implica no uso de métodos mistos que articulam dados qualitativos e quantitativos em um mesmo estudo.

Os sujeitos da pesquisa corresponderam às mulheres inférteis/estéreis que passaram a serem mães via adoção no ano de 2015 em Aracaju/SE. A seleção destas mulheres tem como critério de inclusão a realização da adoção via CNA no município e ano supracitado. A especificidade em comum destas mães corresponde ao universo escolhido para efetivação da pesquisa.

O contato com estas mães ocorreu, a priori, a partir do Núcleo de Habilitação locado na Vara da Infância e Juventude do município de Aracaju. Por ser esta instituição, na cidade, a



responsável por todas as instâncias jurídicas da adoção, dispõe do controle de informações a respeito dos processos sentenciados, isto é, as adoções já deferidas, apresentando, inclusive, a relação de candidatos (homens, mulheres e casais) que manifestaram, em algum momento, interesse na participação de pesquisas sobre o tema, isto porque nas fichas cadastrais há um campo específico a ser preenchido por estes postulantes referente ao desenvolvimento de pesquisas e suas respectivas participações. Nessa lógica, apenas quatro das cinco mulheres preencheram positivamente este campo, e destas, obteve-se contato exitoso apenas com três.

Com vista às premissas apresentadas e buscando a preservação da identidade das colaboradoras, optou-se por atribuir a cada uma, a imagem de uma deusa mitológica grega que, em tese, apresenta características comportamentais semelhantes às das próprias participantes. Desta forma, as entrevistadas foram referenciadas como Atena, Ártemis e Deméter.

Salienta-se a importância e o respeito diante dos trâmites legais aos quais a pesquisa foi submetida. Sabido que as informações a respeito das postulantes são resguardadas pelo sigilo jurídico, o conhecimento sobre estas só ocorreu após a permissão do Juiz da Infância do município referenciado no processo cível 201711600531. Não obstante, a pesquisa foi desenvolvida também com respeito aos aspectos éticos e legais exigidos quando há envolvimento de seres humanos no âmbito das ciências sociais e humanas. De acordo com a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a participação destas mães foi acordada a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O instrumento definido para coleta de dados foi a entrevista, conduzida por um roteiro semiestruturado de perguntas, aplicadas às mulheres selecionadas. A seleção, codificação, tabulação e interpretação dos dados coletados, ocorreram com base na perspectiva do materialismo histórico dialético, haja vista que:

A teoria do materialismo histórico pôs em evidência muitas verdades importantes. A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica [...]. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. Ela reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica a que chegou a humanidade. (BEAUVOIR, 1970, p. 70).

Destaca-se que para além das entrevistas, os resultados da pesquisa foram obtidos por meio de levantamento bibliográfico e documental, este referente ao acervo processual das adoções composto por relatórios psicossociais produzidos por assistentes sociais e psicólogos



no processo de habilitação das adotantes, além dos processos de adoção na íntegra.

Resultados e Discussões

Como narrado em linhas anteriores, a maternagem e a maternidade constituem-se enquanto atividades distintas. Enquanto a primeira parte de uma construção social, a segunda volta-se para o sentido biológico da reprodução. Assim,

[...] a existência do útero não garante o cumprimento das funções maternas, na medida em que, estas implicam tutela, proteção, educação da prole, muito além do parto e da amamentação. Estas últimas parecem formar parte de um saber hereditário, filogenético, enquanto as primeiras corresponderiam a uma aprendizagem cultural. (GIBERTI; CHAVANNEAU; TABORDA, 1997 apud MOTTA, 2015, p. 84).

Uma prática presente desde muito tempo na humanidade, a saber, a adoção, vem contribuindo para desmistificar o equívoco da homogeneização entre maternidade a maternagem. Nas últimas décadas, a adoção tem auferido visibilidade entre casais, e, em particular, entre mulheres com disfunções nós órgãos reprodutores, isto é, a demanda em exercer a maternagem via adoção tem se expandido entre mulheres inférteis/estéreis.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), esterilidade e infertilidade têm significações distintas. Enquanto a primeira corresponde à nula capacidade de gerar filhos, a segunda refere-se à diminuição desta capacidade. De acordo com Oliveira (2015, s/p), a infertilidade não é um problema exclusivo da mulher. Aproximadamente 40% das causas estão relacionadas com fatores femininos e 40% com fatores masculinos. Em 20% dos casos, ambos os fatores estão presentes. Contudo, cabe evidenciar que:

Por mais que a infertilidade deva ser considerada como um problema do casal, a mulher parece ser vista como a principal responsável pelos problemas reprodutivos, não só culturalmente, como também dentro da comunidade médica. Por mais que este não seja o procedimento padrão recomendado, os exames para investigar o motivo da infertilidade ainda são indicados primeiramente às mulheres. (LEITE; FROTA, 2014, p. 152).

Observa-se, desta forma, que a responsabilidade de gerar uma criança é primordialmente associada às mulheres, desconsiderando a lógica que para o sucesso da fecundação é necessário o material genético reprodutivo de ambos os sexos, e não somente o feminino. Ignorar esta premissa e atribuir preliminarmente a condição de infertilidade tão somente a mulher, só contribui para que a figura feminina permaneça em posições ainda



estigmatizadas.

Esta realidade pode ser clarificada quando observada as relações interpessoais e maritais das mulheres referenciadas. Retomando uma das hipóteses que originou este estudo, a saber: o filho é um elemento fundamental, na vida de uma mulher adulta, para o sucesso ou manutenção das relações interpessoais, incluindo o casamento; tornou-se necessária a abordagem destas instituições (casamento e família) no contato com as mulheres entrevistadas, uma vez que, todas se encontravam casadas há mais de 18 anos.

Contudo, para relacionar o discurso de Ártemis, Atena e Deméter com as instâncias propostas, faz-se necessário, brevemente, retomar aos conceitos das referidas instituições no intuito de evidenciar que estas são estruturas socialmente construídas a fim de atender interesses específicos de cada época e região na qual se inserem.

O significado popularizado atribuído à família ou casamento, de acordo com Badinter (1985) foi originado durante o século XVIII e não procedeu da aristocracia ou da teoria eclesiástica, mas sim da nova classe ascendente: a burguesia. Assim,

Hoje no Ocidente, entendemos família a partir de laços de consanguinidade, afinidade, corporatividade, sistema de moradia e sistema de atitudes, dentre outros aspectos. O modelo anterior baseado na soberania paterna e tradição cristã foi desafiado a partir do século XVIII, incentivado pelas transformações da burguesia, pela irrupção do feminismo, pela ênfase na maternidade e na infância, e pelo consequente declínio da figura paterna [...]. A nuclearização da família avançou, passando a se constituir num espaço privado a serviço dos indivíduos, como se à família moderna coubesse o papel de substituir as antigas relações sociais desaparecidas. (STRAUBE, 2007, p. 58).

As definições a respeito da família também foram e ainda são influenciadas pelo discurso de Rousseau, principalmente após o século XX, quando sua teoria adquiriu ênfase por intermédio da psicanálise freudiana (BADINTER, 1985). Através da mídia, do meio profissional e do discurso de outras instituições, tem-se, na atualidade, a vigência dos preceitos rousseaunianos por meio da imposição de um padrão de se construir e viver família. Valendo-se dos escritos de Gomes (1988 apud STRAUBE, 2007), por exemplo, encontramos determinações da composição familiar que remetem à idealização da instituição família sem considerar as razões subjetivas e variáveis que as acompanham, isto porque, para este autor a família corresponde a:

Uma união exclusiva de um homem e uma mulher, que se inicia por amor, com a esperança de que o destino lhes seja favorável e que ela seja definitiva. Um compromisso de acolhimento e cuidado para com as pessoas envolvidas e expectativa de dar e receber afeto, principalmente em relação aos filhos. Isto, dentro



de uma ordem e hierarquia estabelecida num contexto patriarcal de autoridade máxima que deve ser obedecida a partir do modelo pai-mãe-filhos estável. (STRAUBE, 2007, p. 57).

Apesar de Badinter (1985) e Straube (2007) enfatizarem o predomínio dos conceitos rousseaunianos, torna-se necessário salientar a influência dos princípios cristãos, haja vista sua predominância na cultura ocidental.

A Teoria do Criacionismo, por exemplo, tem significativa aceitação social. No cristianismo, a criação do mundo, do homem e da mulher é narrada no livro de Gênesis. Entretanto, diversos são os trechos bíblicos que dispõem de narrativas sobre a constituição e função de um núcleo familiar¹. Assim, a título de análise, observa-se o exposto do referido livro: "sede fecundos e prolíficos, enchei a terra e dominai-a [...]" (A BÍBLIA, 1996, p. 03). Infere-se que a doutrina familiar cristã, apesar de se guiar por outra filosofia, não apresenta acentuada oposição à proposta de Rousseau. Nesta lógica, supõe-se que restringir a definição exata de família aos conceitos do referido filósofo ou a citada passagem bíblica, consequentemente, não caracterizaria a relação construída entre Atena, Ártemis e Deméter com seus filhos adotivos como a formação de família.

Assim sendo, o conceito de família a ser discutido nesse estudo partiu da definição abordada por Mioto (1997), a qual considera a instituição uma produção social historicamente construída e relacionada com a conjuntura na qual se insere. Desta forma, abordar esta perspectiva descarta os modelos cristalizados. Assim, a família:

É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. (MIOTO, 2010, p. 167-168).

Essa visão ultrapassa a naturalização familiar, segundo a qual determinada estrutura (família nuclear) ² é entendida como ideal e guia-se, na verdade, pela lógica histórica de haver distintos tipos de família. Portanto, considera-se a pluralidade de núcleos familiares, os quais devem ser entendidos como associações de pessoas que escolhem conviver por motivos afetivos e assume um compromisso de cuidado mútuo. (STRAUBE, 2007).

-

¹ Marcos 10: 6-9; Gênesis 27:29; I Coríntios 7:3; Salmos 127: 3-5; entre outros.

² Família composta pelo casal, homem e mulher, com seus filhos e/ou filhas e com papéis predefinidos (KRUCZEVESKI; MARIANO, 2014).



Essas definições quanto à formação da família dispõem de um caráter explicativo voltado para a compreensão das falas de Atena, Ártemis e Deméter quanto à temática. Ao momento da realização das entrevistas, as mesmas mulheres relataram dispor de uma relação harmoniosa para com seus companheiros e demais familiares.

Atena foi sucinta e pontual ao expor sua relação com o cônjuge e sua família. Destacase que Atena era a única dentre as entrevistadas que residia em Aracaju apenas com seu
marido e filhos, os demais membros de sua família eram todos domiciliados em outro estado.
Salienta-se ainda que Atena não compartilhou da sua condição de infértil/estéril com
familiares ou meio social pertencente justificando não sentir necessidade da exposição, uma
vez que, até então, encontrar-se grávida não era uma prioridade em sua vida. Contudo,
revelou que seu esposo sempre soube e foi compreensível com a situação.

Diferentemente de Atena, Ártemis e Deméter evidenciaram a condição de infértil/estéril bem como as escolhas referentes à maternagem para todos seus familiares e amigos próximos, e passaram a receber destes as mais diversas reações.

Ártemis relatou priorizar a cumplicidade e o respeito na sua relação conjugal, e por isso não omitiu suas aspirações sobre a maternagem tampouco sobre sua condição de infértil/estéril ao seu companheiro e demais familiares, inclusive aos amigos íntimos. A entrevistada afirmou que seu esposo sempre foi compreensível quanto aos seus posicionamentos face à maternagem. Entretanto, Ártemis relatou que os discursos reproduzidos no seu meio social a respeito de suas aspirações, divergiam.

[...] e aí, eu acho que nunca tive vontade de engravidar pelo trabalho. Eu não queria, na verdade, parar de trabalhar, eu achava que a gravidez exigiria isso de mim, entendeu? E por uma questão de comodismo mesmo. Teve uma amiga minha que disse assim: você é muito egoísta! Eu disse: ah, e daí? Todo mundo tem alguma parte de egoísmo, então eu não querer ter aquele desejo de gerar, eu acho bobagem. Cada um é de um jeito, eu nunca encuquei com isso [...]. (ÁRTEMIS).

Ressalta-se que a observação da amiga de Ártemis remete aos pressupostos de Rousseau reafirmados por Freud quanto à definição da natureza feminina, uma vez que, para estes, de acordo com Badinter (1985), a definição da natureza feminina implica todas as características de uma boa mãe assim. Assim: "[...] enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob a pena de condenação moral". (BADINTER, 1985, p. 237).

As manifestações de repreensão sobre os posicionamentos de Ártemis se intensificaram com o matrimônio. Quando questionada, por exemplo, se *já sofreu*



recriminação por não querer gestar uma criança, a entrevistada relatou:

Depois que eu casei, sim. Depois que eu casei todo mundo sempre me olhou com olhos estranhos, né? Porque eu falava que não tinha o sonho de botar um bebê aqui no meu peito. Eu sei que é o sonho de muitas mulheres, elas sonham, ficam ali com o bebê, é o sonho *delas amamentar*. Gente, se isso nunca foi meu sonho, e daí? Não me considero diferente por isso, não. (ÁRTEMIS).

Os questionamentos sobre suas aspirações se acentuavam no contexto intrafamiliar:

Eu nunca me senti rejeitada, só que, por exemplo, todas as mulheres da família gestaram, todas, todas. Eu era a única, esses anos todos, que não tinha e nunca senti falta por não ter. Então eu ia para todos os lugares, festas, encontros, e não me sentia estranha, todo mundo olhava para mim normal, e só sempre a mesma pergunta: tem vontade não, Ártemis? Eu dizia: não. Nunca fui rejeitada por isso. Minha sogra falava: é estranho né, você não ter filhos nem querer? Eu respondia: pois é, mas eu sou assim, e seu filho não está nem ai! (ÁRTEMIS).

Ao ser indagada quanto à pergunta proposta no roteiro: *você já se sentiu inferior a outras mulheres por ser estéril/infértil*? Ártemis respondeu elucidando um episódio marcante para si:

Inferior não seria bem a palavra. Diferente, inferior, não! Mas eu era diferente. Não me senti inferior porque, como eu disse, não era uma aspiração minha. Eu tenho uma amiga que teve duas meninas, aí quando ela engravidou da primeira, beleza! Quando ela engravidou da segunda, ela não queria me dizer. Aí um dia, a gente conversando, aí eu: pera aí, você está grávida? Ela toda sem graça disse: é, parece que estou de novo. Nossa, eu fiz uma festa, fiquei toda feliz, ela olhou bem para mim e disse: você está feliz mesmo? Eu respondi: estou, por que? Você não está? Ela respondeu: nossa, você não sabe o receio que eu estava de contar para você. Eu disse: por que? Ela disse: ah, Ártemis, eu achei que você ia ficar um pouco triste. Sei lá, acho que você também tem desejo e engravidar. Eu respondi: querida, isso nunca foi meu sonho de consumo! Isso nunca foi meu grande sonho, se eu engravidar, é porque foi Deus quem quis, exatamente vontade dele. Mas não é o meu sonho. [...] eu vivi uma história, para você ver como as pessoas pensam que a gente é, e a gente não é. Eu não era, eu não era encanada, essa é a palavra. (ÁRTEMIS).

Observou-se que as indagações dirigidas a Ártemis por seus familiares e amigos íntimos não se relacionavam, diretamente, com a condição de infertilidade/esterilidade da entrevistada, uma vez que, até então, esses a desconheciam. Nota-se que, na verdade, os questionamentos eram voltados às próprias decisões de Ártemis como mulher e possível sujeito histórico livre, tornando manifesto assim:

[...] um olhar sobre a mulher, congelado na maternagem, no zelo, no cuidado. [...] um olhar limitado, limitante, carregado de ideologias, de preconceitos. Um olhar que



preso a um passado onde mulheres só se constituíam como ser social a partir do casamento, não considera a autonomia, a inteligência e a competência como inerentes à existência feminina. (MOREIRA, 2012, p. 3224).

Os episódios que envolveram Ártemis também puderam ser vivenciados por Deméter, entretanto, cabe destacar alguns contrastes. Se para Ártemis a vivência do estigma social (GOFFMAN, 2004) foi ocasionada em resposta às suas pretensões para com a maternidade, Deméter, por sua vez, foi estigmatizada em razão da própria condição de infertilidade/esterilidade, ou seja, enquanto a primeira vivenciou um processo de repreensão social por sua opção, a segunda deparou-se com uma recriminação oriunda de familiares por uma condição biológica, isto é, por algo que se encontrava para além de suas aspirações, vivenciando assim: "uma dinâmica vinda de fora baseada em preconcepções formuladas rigorosamente, que constituem as bases da normatividade social e que o inscreve nos impasses da estigmatização social". (STRAUBE, 2007, p. 03).

Torna-se válido destacar que de todas as entrevistas realizadas para construção do estudo, a participação do companheiro só ocorreu no caso de Deméter. De forma voluntária e inesperada, o cônjuge da entrevistada tomou a fala para si e espontaneamente narrou momentos instáveis de sua vida, junto à companheira, em virtude da condição de infertilidade/esterilidade da mesma. O companheiro de Deméter afirmou que as relações familiares sempre foram fragilizadas em razão do casal não dispor de filhos, uma vez que seus familiares eram incompreensíveis quanto à condição de infértil/estéril da entrevistada, e por diversas vezes a julgaram ser inadequada para o convívio marital com seu esposo.

Mas algumas pessoas da minha família ficaram contra o relacionamento. Diziam que eu ia trabalhar para formiga, aquelas coisas e tal. Eu enfrentei todo mundo. Eu disse: está nas mãos de Deus. Eu enfrentei todo mundo a favor dela, eu não queria ver ela triste [...]. Tinha uma festa de família, aí a gente chegava sem filhos, aí tinham muitos problemas. A gente sempre fugiu. Eu achava que não era para eu enfrentar essa batalha. A minha família vem de uma tradição de geração de muitos filhos, e eu ali no meio sem ter nenhum, está entendendo agora? Então eu tive que enfrentar essa barreira em prol dela e em prol da minha mãe que apoiou. (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

O relato evidencia uma série de preceitos abordados neste trabalho que reafirmam a importância da discussão da temática tanto em nível de academia quanto em outros tantos espaços da sociedade civil.

Eu me sentia excluído porque eu tinha que enfrentar a *barreira* dela, porque as pessoas vêm de tradição, de ter seis filhos e acha que temos que ter a marca e não sei



o quê. Então tinha gente que tinha seis filhos e eu não tinha nenhum que eu chegava e me sentia excluído nesse local. Foi muito difícil, eu não vou negar. Às vezes eu me esbarrava no copo de cachaça, passei muita difículdade, mas sempre tive uma coisa comigo, eu nunca fui de traição, de dizer: eu vou fazer um filho fora porque minha mulher não pode ter, vou fazer um lá e trazer para dentro de casa. Isso nunca passou pela minha cabeça! [...] você está num certo local, aconteceu comigo uma vez, eu tive que levantar e sair triste pela pessoa dizer: que nada rapaz, sai daqui. Hoje em dia eu estou muito feliz porque eu não tinha a visão que tenho hoje, eu não pensava em crescer, eu não pensava em ter uma casa, porque tinha esse problema de filho. Quando chegava dia dos pais, dia das mães. Quando chegava dia dos pais eu não *ia na* igreja, eu ficava envergonhado com aquilo [...]. (CÔNJUGE DE DEMÉTER).

Neste sentido, observam-se as projeções voltadas sobre as mulheres e seus corpos como se estes devessem atender, obrigatoriamente, as demandas socialmente produzidas. A condição de infertilidade/esterilidade parece ser vista pelo viés da cura, onde o corpo feminino, neste caso, necessita de ajustes para adequar-se à realidade programada. Nesta perspectiva,

Essa ideia do corpo máquina parece indicar uma nova dicotomia dos tempos modernos [...]. O corpo que não atende prontamente ao desejo de ter um filho é estranhado, tomado como um outro. Se o "corpo fêmeo" não atende à procriação, então, a máquina de fazer bebês precisa de reparo. (MIRANDA; MOREIRA, 2006, p. 184).

Chama-se atenção à razão na qual, por diversos momentos³, o cônjuge de Deméter fizera uso das palavras barreira, problema e batalha para se referir à condição de infertilidade/esterilidade de Deméter. Infere-se que nomear estas expressões para se referir à condição de infértil/estéril da mulher, mesmo que de maneira involuntária, atribui um sentido pejorativo à citada condição. (MOREIRA, 2006).

Ao estudarem estes aspectos, Trindade e Enumo (2002) propuseram uma análise comparativa sobre a referenciação da infertilidade/esterilidade masculina e feminina e não identificaram, por exemplo, metáforas depreciativas como as utilizadas para referenciar as mulheres, as quais sempre estão ancoradas na associação simbólica da mulher-natureza, como: "tronco-oco", "árvore sem frutos", "árvore seca", "terra árida", entre outras que tão popularmente "[...] comprovam a permanência do estigma da infertilidade feminina no pensamento social." (Ibid., p. 175, grifo próprio).

Nota-se até aqui os distintos processos vivenciados por Ártemis, Atena e Deméter em seus núcleos familiares respectivos. Entretanto, comprova-se que para a maioria das

-

³ Apesar dos fatos evidenciados não serem apontados na fala da própria Deméter, torna-se importante destacar que durante toda abordagem de seu esposo, a mesma demonstrara um semblante afirmativo e corroborara com expressões, tais como: "exatamente, isso mesmo, era dessa forma, etc.".



entrevistas a hipótese levantada na pesquisa, na qual do ponto de vista histórico, existe uma pressão sociocultural que impõe às mulheres a assunção do papel de mãe, foi admitida em algum momento de suas vidas. Com exceção de Atena, as demais colaboradoras relataram aspectos trazidos por seus familiares que ratificam o pensamento de Motta (2015, p. 81), do qual compartilho: "a ideologia da maternidade vivida ainda em nossos dias confere a todas as mulheres a capacidade 'natural' de amar os filhos e deles cuidar, sem restrições".

Conclusões

Este trabalho visou contribuir para desmistificação da intrínseca relação entre maternidade, maternagem e identidade feminina. O discurso atualmente aceito sobre naturalização e/ou interligação destes conceitos, não tem ponderado o fato de que não necessariamente eles estão condicionados entre si, uma vez que, as mulheres vêm sendo socialmente convencidas de que ser mãe é algo essencial para sua realização na vida adulta, cabendo às mesmas a carga primordial da função, considerando que se somente estas podem gestar, também são elas as pessoas mais apropriadas para criar os filhos.

Observou-se que o diagnóstico de infertilidade/esterilidade gera reações conflitantes entre as mulheres e desperta, em muitos casos, noções de inferioridade sobre si ao perceberem que a realização da maternidade não está em seu poder, levando-as a sentirem-se socialmente impotente pelo fato de não dispor de condições biológicas de reprodução.

Torna-se necessário pôr em evidência a condição das mulheres enquanto possíveis sujeitos históricos livres possuintes de seus destinos, posto que, como destaca Badinter (1985), não existem só dois modos de viver a maternagem, mas uma infinidade, o que impede, com precisão, apontar-se para um instinto baseado no determinismo biológico.

Neste sentido, descontruir o equívoco do amor materno diante de uma sociedade ainda demarcada por heranças patriarcais e moralistas, é uma incumbência coletiva e não somente uma prática da luta libertária feminina. Afinal, restringir esta função a uma única parcela populacional, só favorece a expansão do preconceito e da desigualdade de gênero.

Referências

A BÍBLIA. Gênesis. In: **BÍBLIA SAGRADA**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000, p. 03-40.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.



BEAUVOIR, Simone. O Segundo sexo. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT, 2004. Disponível: <1988http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201702/20170214-114707-001.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

MIOTO, Regina Célia. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. In: **Serviço Social em Revista**. Londrina: Ed. Uel Cortez, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./abr. 2010.

MIRANDA, Fernanda Eleonora; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. A infertilidade feminina na pós-modernidade: entre o narcisismo e a tradição. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, n. 39, p. 183-189, abr., 2006.

MOREIRA, Rita de Cassia Costa. Mulheres, Educação e Maternagem. In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil",** 09, 2012, Universidade Federal da Paraíba. Anais... João Pessoa, 2012, p. 3220-3231. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.17.pdf Acesso em: 15 out. 2016.

MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, L. Adoção: da maternidade à maternagem – uma crítica ao mito do amor materno. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano XIX, n. 57, ano XIX, p. 83-109. São Paulo: Cortez, julho, 1998.

STRAUBE, Katia Maria. **Da família pensada à família vivida**: estigma, infertilidade e as tecnologias conceptivas. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Universidade Estadual do Paraná, Curitiba, 2007.



MULHERES DA CHAPADA DO ARARIPE – AGROECOLOGIA E EMPODERAMENTO

Rosimeire Alves de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
E-mail: rosealvesoliveira26@gmail.com

Resumo: O artigo visa identificar se e como as atividades agroecológicas desempenhadas por agricultoras da Chapada do Araripe geram seu empoderamento, analisando se elas o reconhecem e seus reflexos nas relações intrafamiliares e na comunidade. Partindo de uma perspectiva feminista e dos pilares da agroecologia buscamos compreender a relação entre a agroecologia, o empoderamento e o trabalho das mulheres no espaço rural. Os dados foram resultado de uma pesquisa qualitativa com abordagem metodológica participativa. A pesquisa será realizada com 30 mulheres que compõe a Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar da cidade do Crato – Ceará. Por meio da aplicação de DRP- Diagnóstico Rural Participativo poderemos conhecer o cotidiano e a história de vida dessas mulheres. Partindo do olhar das trabalhadoras será construída uma linha do tempo coletiva para registros de vários aspectos ligados ao trabalho, à família e ao empoderamento. As entrevistas semiestruturadas também nos darão mais subsídios para chegarmos aos resultados.

Palavras-chave: Agroecologia, empoderamento, gênero, trabalho feminino.

Introdução

O Cariri cearense localiza-se na sub-bacia sedimentar da chapada do Araripe, com uma formação geológica de planície alta, possui encostas e um planalto, é um verdadeiro oásis no semi-árido cearense. Além de fazer limite com os estados do Piauí, Paraíba e Pernambuco, possui a Floresta Nacional do Araripe - FLONA. Daí um olhar cuidadoso para esse território que constitui uma Área de Preservação Ambiental- APA, um rico patrimônio histórico (fósseis e pinturas rupestres) e social. A Chapada do Araripe tem um significado singular para seus habitantes, pois além de fonte de sua sobrevivência, guarda a memória de seus ancestrais com lendas, trilhas e histórias. Com uma variedade de flora e fauna admirável esse espaço também se constitui com uma cultura singular.

Podemos observar a grande população rural que habita a chapada e que tem como base a agricultura familiar, a produção de artesanatos e beneficiamento de frutas, ceras e palhas. Esses seguem em resistência e buscam alternativas para produção sustentável, na contramão dos modelos de agricultura tradicional adotado em regiões do semiárido. Muitos agricultores



e agricultoras deixam seu saber tradicional e cada vez mais faz o uso de insumos químicos prejudiciais aos humanos e animais, além da degradação do solo e poluição dos recursos hídricos, por falta de conhecimento ou consciência ecológica. O perigo da desertificação, erosão, contaminação de fontes aquíferas, entre outros problemas ambientais, preocupa autoridades e moradores da região. Por isso começou-se a pensar no desenvolvimento do semiárido de forma sustentável. Para isso foram criados programas de investimento de crédito e formação voltados para a agricultura familiar, exemplo disso, é a disseminação dos sistemas agroflorestais.

As ONG'S e associações populares foram incentivadoras dessa mudança de relação com a terra. No Crato, a Associação Cristão de Base – ACB é um exemplo. Essa organização implantou o sistema de PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - em muitas comunidades do Cariri e ações voltadas para Educação Ambiental da população. Esses projetos baseados nos princípios da agroecologia e da Economia Solidária levaram formações para os agricultores e agricultoras, interação entre as comunidades, inovação na maneira de lidar com a terra e comercialização dos produtos, além de inserir os conceitos de cooperativismo e sustentabilidade. Destacamos também a Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar da cidade do Crato – Ceará que se constitui de mulheres que moram no sítio Baixa do Maracujá pertencente ao Distrito de Santa Fé. Desempenhando vários papéis nos espaços privados e públicos, essas trabalhadoras organizaram-se e criaram essa rede de apoio mútuo buscando o fortalecimento e amparo aos trabalhos por elas desenvolvidos, na agricultura, no artesanato e na comercialização de seus produtos em feiras, além de terem um espaço para formações, obtenção de linhas de crédito, parcerias e reconhecimento social.

Essa associação nos instiga a pesquisar e problematizar, se essas mulheres da Chapada do Araripe conseguem e reconhecem seu empoderamento a partir de prática de atividades agroecológicas e sustentáveis sob uma perspectiva feminista?

É relevante essa temática, pois almejamos dar visibilidade ao trabalho feminino no campo, aos meios como as mulheres hoje protagonizam um processo de empoderamento, através da prática da agroecologia sustentável no cultivo de vegetais, criação de animais e produção de artesanatos, levando à autonomia econômica e segurança alimentar e nutricional para si, sua família e comunidade.



Lançar luz a essa problemática nos faz perceber a luta das mulheres, tanto nos centros urbanos como no campo, por um tratamento igualitário e justo, além de instigar o debate a cerca da Economia Solidária e da sustentabilidade diante de um sistema que degrada a natureza e oprime os mais pobres.

A partir de inquietações pessoais sobre a desigualdade de gênero em vários segmentos sociais percebemos como a mulher é considerada desqualificada ou invisibilizada no mundo do trabalho, nos espaços públicos e privados. A temática pesquisada foi resultado de reflexões a partir da observação e vivência em uma sociedade machista e patriarcal. Por diversas vezes presenciamos e fomos vítimas desse tratamento desigual no trabalho ou dentro das relações socais, por sermos mulheres. Ao realizarmos leituras e conhecer dados alarmantes sobre a diferença de remuneração entre homens e mulheres desempenhando a mesma função, nos instiga a aprofundar essa problemática.

Outro fator instigador desse estudo é a escassez de trabalhos relacionados à interlocução entre questões de gênero e movimentos de preservação ecológica. Com esse estudo buscamos, assim, contribuir com mais informações e divulgação sobre esse tema.

Assim, almejamos identificar as atividades agroecológicas e sustentáveis realizadas pelas mulheres da Chapada do Araripe, analisando se as mesmas têm promovido à formação da consciência ecológica e o empoderamento dessas mulheres.

É primordial conhecer o cotidiano dessas trabalhadoras rurais; analisar as atividades econômicas baseadas na agroecologia e a comercialização dos produtos resultantes de seu trabalho; compreender se essas agricultoras se reconhecem como empoderadas e os reflexos nas suas relações intrafamiliares e públicas.

Metodologia

A pesquisa terá caráter qualitativo e de campo. Através da abordagem metodológica participativa, realizaremos um estudo exploratório por meio da inserção direta no ambiente pesquisado: uma associação agrícola formada por mulheres, nas propriedades das agricultoras e nas feiras que elas comercializam seus produtos. Considerando a reflexão de Richardison consideramos que a pesquisa qualitativa se emprega bem na busca de responder a problemática da proposta aqui descrita.



Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDISON, P. 80, 2011).

Por meio da interação entre a pesquisadora e os indivíduos envolvidos será possível aprofundar o conhecimento sobre a temática. Para isso faremos pesquisa de campo para obtenção de respostas à problemática, além disso, teremos um contato próximo com as trabalhadoras rurais, seus familiares, sua comunidade e seu ambiente de moradia e de trabalho. Pelo caráter coletivo, político e social, essa metodologia permitirá às mulheres relatarem e analisarem suas histórias de vidas.

O grupo pesquisado é composto por 30 mulheres que fazem parte da Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar. Essas mulheres estão na faixa etária entre 18 e 80 anos, com níveis de escolaridade variados, entre analfabetas e escolarizadas. Desempenham trabalhos rurais e artesanais na comunidade Baixa do Maracujá no município do Crato. A associação e suas componentes foram escolhidas para esse estudo por trabalharem as questões de gênero e atividades agroecológicas.

A Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar nos chamou a atenção por ser formada somente por mulheres e pelo desenvolvimento de projetos agroecológicos, visando à conservação das espécies nativas e consequentemente suas histórias.

Inicialmente faremos um estudo bibliográfico para embasamento teórico sobre a temática das questões de gênero; agroecologia; economia solidária; o empoderamento feminino no espaço rural.

Para coleta de dados em campo faremos uso da linha do tempo¹ que é uma das ferramentas usadas no DRP- Diagnóstico Rural Participativo ou Diagnóstico Rápido Participativo, que como afirma Kummer (2007, p.86):

O Diagnóstico Rápido Participativo é uma investigação coletiva e uma aprendizagem mútua para conhecer os problemas e as possibilidades de uma

¹ Trata-se de uma tabela na qual um dos eixos é sempre o tempo, dividido em meses, dias ou etapas da vida. Por tratar-se de um exercício que requer um esforço da memória, permite uma visão temporal dos acontecimentos/aspectos e correlaciona diferentes informações a respeito de um mesmo período.



comunidade em busca do desenvolvimento local sustentável, através de uma equipe multidisciplinar.

Esse modelo metodológico permite conhecer a realidade local através da visão dos membros da comunidade, ao mesmo tempo são analisados e analisam vários aspectos de suas vidas, pois possibilitam a participação direta das integrantes da associação assim como seus familiares. Faremos uso também de entrevistas semiestruturadas dirigida à liderança da associação. Os questionários com questões abertas e fechadas serão aplicados às mulheres associadas. Aos seus familiares faremos uma entrevista semiestruturada coletiva. Nos locais de produção e de comercializam que as mulheres trabalham faremos observação não participante com o registro fotográfico.

Esses instrumentos metodológicos nos possibilitarão conhecer o cotidiano dessas mulheres, aspectos socioeconômico, culturais, visões de mundo, gênero e direitos.

Inicialmente o contato com as mulheres da Associação de dará por meio de uma reunião com as integrantes (em média 30 associadas) da Associação das Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar. O local escolhido será a sede da associação.

No primeiro encontro faremos uma roda de conversa para sensibilização e levantamento de informações sobre os temas: agroecologia, economia solidária, autonomia e empoderamento feminino.

A próxima etapa acontecerá os encontros para aplicação da linha do tempo, em anexo no projeto. Essa ferramenta é uma alternativa viável para atingirmos os objetivos da pesquisa, por possibilitar conhecer a história de vida dessas mulheres e permitir que as mesmas se expressem livremente, com isso poderemos identificar um comparativo de como eram suas vidas antes de fazerem parte da associação e após se unirem ao grupo de associadas.

Recorreremos à entrevistas semiestruturadas, intercalando questões fechadas e abertas, para coleta de informações junto aos integrantes de ONG'S que atuam na região; ao Geoprak Araripe, autenticada pela Rede Global de Geoparques (GGN) e pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; Sindicato de trabalhadores rurais do município do Crato; ao ITEPS – Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários, mantida pela Universidade Federal do Cariri – UFCA.

Resultados e Discussão



Como a pesquisa ainda está em curso, encontra-se na fase de coleta de dados, não apresentaremos resultados. Mas através do estudo bibliográfico anterior, podemos apresentar algumas discussões sobre autores e teorias que baseiam esse estudo, sobre os seguintes temas: o trabalho feminino; a agroecologia e as questões de gênero; o empoderamento.

De acordo com COSTA (2005), o feminismo é um movimento social dinâmico e transformador de realidades. Podemos caracterizar como um movimento dinâmico e construído a partir dos anseios de cada época, por isso ele se refaz e se transforma a cada nova demanda.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 19 90. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz. (COSTA, 2005, P. 01)

Heilborn e Sorj (1999) caracterizam que o movimento feminista no Brasil surge mais moderado quando comparado ao americano, no seio do discurso de esquerda e com teor acadêmico. Isso é ressaltado por Costa (2005) quando relata a união das feministas a movimentos anarquistas e socialista, influenciados por imigrantes europeus que vieram trabalhar no Brasil. Essa ideologia serviu de base para reivindicações por melhores condições de trabalho, tratamento igualitário de gêneros, fim de abusos e opressão. Considerado bem comportado nos seus anos iniciais, o movimento feminista ainda estava preso ao determismo biológico, mas buscava direitos junto às instituições políticas e sociais. Suas reinvindicações se deram principalmente através da imprensa. Esse meio de comunicação vai exercer um papel fundamental na história do feminismo tanto mundial como brasileiro, com a fundação de revistas e jornais as feministas podiam expor suas ideias, realizar suas críticas ao sistema patriarcal e arregimentar novas ativistas a luta. Outro viés usado pelas feministas foi pelo caminho dos partidos políticos, como o Partido republicano Feminista, fundado pela baiana Leolinda Dalton.

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), o movimento feminista foi marcado pela resistência ao governo autoritário e ditador. Massacrado junto a outras organizações opositoras ao governo, sofre um período de queda. Porém, na década de 70 e 80 se reestabelece, buscando a redemocratização do país, considerada a segunda onda feminista,



o movimento vai lutar junto às organizações de esquerda e ampliam suas reivindicações para os campos da liberdade sexual, discussões sobre o trabalho, a violência doméstica, entre outros tabus para época.

Numa reflexão sobre o feminismo na contemporaneidade, Siliprandi (2015) nos apresenta como esse movimento se reinventa e atualmente se articula com diversos sujeitos que sofrem opressão tanto no âmbito privado como público. Segundo a autora, o feminismo tem o caráter de ir além da questão de mulheres, de criar interlocuções com aspectos imprescindíveis que devem ser levadas em consideração na análise de desigualdade entre classe, raça, trabalho.

Esse dinamismo do feminismo também é percebido por Scott (1989), ela defende que como movimento social ativo, tem sua base teórica construída historicamente e rica em abordagens acadêmicas, as quais nos dão uma vasta discussão de metodologias e explicações sobre as relações de gênero, suas implicações e origens. Em sua análise a autora, classifica as teorias feministas em três:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1989, P.9).

A Organização das Nações Unidas – ONU Mulheres no Brasil divulgou em 2016 que as mulheres ganham cerca de 24% a mesmo do que os homens, desempenhando a mesma função. A desigualdade salarial, assim como a falta de mulheres em cargos de chefia ou em partidos políticos, são alguns itens que demonstram como nosso país tem que avançar na equidade de gênero. Segundo Costa (2005), essas desigualdades entre homens e mulheres implicam na invisibilidade feminina, tanto ambiente rural urbano. no como Consequentemente, quando analisado no mundo do trabalho esse não reconhecimento quanto às mulheres se perpetua. As mulheres historicamente, tanto no ambiente rural como urbano, foram apagadas da história ou apresentadas como meras coadjuvantes, devido a um sistema patriarcal arcaico que supervaloriza o papel de gênero masculino.

Uma síntese a respeito dos estudos relacionados à questão de gênero e o mundo do trabalho, realizada por Heilborn e Sorj (1999) apresenta algumas perspectivas teóricas da sociologia e do feminismo a respeito da mulher e o mundo do trabalho. Por volta dos anos 60



e 70, a análise feita da exclusão ou inclusão da mulher no sistema produtivo, principalmente industrial, se deu pelas bases do marxismo que justificavam o uso da mão-de-obra feminina em detrimento do sistema econômico. Não havia um aprofundamento das questões de gênero e suas implicações no trabalho feminino, restringindo-se apenas ao capital como meio opressor da mão-de-obra feminina.

As relações trabalhistas e a divisão do trabalho fazem parte de uma identidade de gênero. Essa teoria defende que a divisão do trabalho é mais um reflexo da identidade de gênero e que não está limitada só ao âmbito privado da família, mas que se expande em outros segmentos externos, inclusive no sistema produtivo. "Pensar o gênero como um sistema simbólico que organiza relações de poder, igualdades e desigualdades no mundo do trabalho e fora dele." (HEILBORN; SORJ, 1999, p.20)

De acordo com Bruschini (2007), no século XX houve um aumento da taxa de mulheres no mercado de trabalho, isso se deu por diversos fatores: mudanças nos padrões culturais, diminuição da taxa de natalidade; crítica ao papel social da mulher; além do acesso que elas tiveram à escolaridade e às universidades, o que possibilitou uma maior atuação em campos profissionais mais diversificados. Apesar dos avanços, isso não significou haver equidade entre homens e mulher no trabalho seja reprodutivo ou produtivo. O quantitativo crescente de mulheres empregadas não trouxe melhorias nas condições de trabalho feminino, pelo contrário, esse avanço vem "acompanhado de sua precarização e vulnerabilidade crescentes, sendo um dos paradoxos centrais da globalização do ponto de vista do gênero" (HIRATA, 2003, P.19)

Utilizaremos na pesquisa o conceito de trabalho dado por Hirata (2010) referindo-se a atividades desenvolvidas por homens e mulheres nos espaços públicos e privados, trabalhos formais e informais, remunerados ou não, classificados como produtivos (mercado de trabalho) e reprodutivos no interior da família. Por ser produto das relações entre homens e mulheres, a Divisão Sexual do Trabalho - DST é alvo de estudos das teorias feministas, pois não podemos estudar separadamente as relações desiguais entre os gêneros sem focarmos também em questões sociais e econômicas, visto que muito da situação que as mulheres são submetidas estão em constante imbricação com esses segmentos.

De acordo com Pacheco (2004) partindo para uma análise mais focada nas relações de trabalho e gênero no espaço rural, a agricultura familiar é o principal meio físico e simbólico que essa relação se dá. Onde há uma divisão entre trabalhos produtivos, realizados por



homens e trabalhos reprodutivos, designados às mulheres. Nessa última classificação não há reconhecimento pelas tarefas executadas pela mulher, sendo nomeadas apenas como ajuda ao marido, tendo caráter de complemento. Mesmo quando a mão-de-obra feminina vai além dos serviços domésticos, por exemplo, quando a mulher vende os produtos produzidos pela família nas feiras, essa atividade ainda é considerada inferior ao trabalho masculino.

As teorias feministas na década de 60, vão se reformular ao contexto da época e se unir a outros grupos oprimidos pelo combate a um modelo civilizatório sexistas, racista e destruidor do meio ambiente implantando pelas potências mundiais. As feministas levantam a bandeira da defesa da natureza por meio do movimento de ecofeminismo.

O termo ecofeminismo foi usado pela primeira vez por Françoise d'Eaubonne, para mostrar o potencial que as mulheres tinham para realizar uma revolução ecológica, mudando as relações de gênero e as relações entre as pessoas e a natureza. Conforme Puelo (2004), d'Eaubonne mostra que a destruição da natureza não está associada só ao aumento populacional, à qual a mulher era responsabilizada, mas ao modelo industrial masculino.

Destacamos nesse estudo o protagonismo das mulheres rurais que comungam dessas práticas agroecológicas e sustentáveis e praticam essas ideias, por meio de seu trabalho, junto à família.

Como aponta Pacheco (2004), as identidades e papéis femininos e masculinos não são fixos, pois são construídos a partir do contexto histórico e social. Nas relações de gênero há um jogo de poder, que se desdobram nos campos do trabalho, da cultura e da política. E, portanto, pode ser analisada pelo viés da agroecologia também.

Incorporar a perspectiva de gênero, articulada com uma concepção agroecológica apoiada na agricultura e no agroextrativismo familiares, requer um triplo desafio: revisão de nossas categorias de análise, revisão de nossas práticas político-educativas e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas. (PACHECO, 2002, p.19)

Pela ótica da autora, só quando superamos essas barreiras e reconheceremos o trabalho feminino na agricultura, na pecuária, no agroextrativismo, é que iremos superar essa dicotomia entre trabalho produtivo e reprodutivo, só assim alcançaremos uma igualdade de gênero.

A partir de uma visão integradora, natureza, economia e empoderamento feminino instiga a alguns grupos de mulheres, que moram no meio rural, seguir modelos sustentáveis e



agroecológicos, com saberes tradicionais associados a saberes científico. Dessa forma, a agroecologia:

É uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (HECHT citado por SILIPRANDI, 2015, p. 83).

A agroecologia como sistema alternativo de produção e sustentabilidade, não se limita somente a questão econômica, mas extrapola as barreiras, ao envolver e valorizar todo o processo de produção e seus atores.

Seguindo essa linha de pensamento Costa (2005), nos oferece uma análise sobre o empoderamento que vem a corroborar com a mudança das bases sociais e de ideário popular.

Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais. (COSTA, 2005, p. 7).

Assim como Costa, Leon (2013) também considera o poder como alvo de observações e mudanças para o alcance do empoderamento. Para essa autora o poder pode ser fonte de abuso como forma de conquista e transgressor, ele é difundindo de formas distintas, seriam elas: *poder sobre* (dominação); *poder de dentro*, construído pelo seu íntimo; *poder para*, expresso pela solidariedade, apoio mútuo, compartilhamento de poder sem opressão das partes envolvidas, libertador.

A subalternidade feminina ainda é condicionada pelo seu papel de gênero, que mesmo com tantos avanços no campo dos direitos, as mulheres ainda aceitam essa posição inferior, sendo justificada por um discurso ideológico sexista, dado pelas religiões, pela política e outras instituições sociais. Essas relações de gênero são relações de poder, que são alicerçadas no patriarcalismo, lideradas pela supremacia dos homens, que concentram o poder nas mãos para exercê-lo no âmbito privado e público, assim as mulheres são oprimidas por um sistema masculino de poder, que independente de classe social, raça ou cultura, são comuns em suas representatividades e ações.

De acordo com Costa (2005) para atingirmos a equidade de gênero, há de se repensar nos mecanismos até aqui usados: os conceitos devem ser revistos, pois podem ser meros reprodutores de pensamentos patriarcais. Os projetos que almejam o desenvolvimento das



mulheres, não podem estar restritos só ao econômico, por exemplo, a geração de renda e diminuição da pobreza feminina. Não é o suficiente se não entendermos a amplitude das questões de gênero e suas desigualdades.

Corroborando com essas afirmações, Leon (2013) relata que o processo de empoderamento no caso das mulheres deve partir de uma conscientização de sua posição junto á sociedade e do fator que seu gênero implica nisso, porém muitas mulheres aceitam essa naturalização de sua subordinação, daí a importância de agentes externos para propiciar essa reflexão e dar embasamento e apoio para conquista do empoderamento não é dado, e sim, conquistado, o que pode gerar conflitos dentro das famílias, da comunidade, em geral, nas relações entre homens e mulheres. O poder defende a autora, deve ser visto de maneira macro e micro, pois está presente em todas as relações, não seria diferente entre os gêneros. É importante destacar como esse poder é desigual socialmente, economicamente e politicamente e como as mulheres não estão totalmente desprovidas do poder, mas o exercem de forma restrita, sendo as maiores vítimas de imposição do poder superior, imposto socialmente, pelos homens. O empoderamento é:

Processo dinâmico do qual o próprio povo é protagonista mediante seus esforços individuais e coletivos... segundo seu contexto e história, e segundo sua localização de subordinação pessoal, familiar, comunitária, nacional, regional e global." (LEON, 2013, p. 7).

Como seria possível uma divisão mais justa e igualitária do poder? Como a mulher realmente teria o poder sobre sua vida, suas relações, sobre seu corpo? Por meio da reflexão de Costa (2005) as feministas dos anos 80 vão usar o conceito de empoderamento como meio e fim de nova luta. Com origem nos movimentos sociais pelo poder negro nos Estados Unidos, o termo empoderamento é aderido à luta das mulheres. O empoderamento feminino parte da reflexão de sua posição, enquanto subordinada para autonomia de seu corpo, de suas escolhas, de suas ações, envolvendo as dimensões sociais, econômicas e políticas.

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. (COSTA, 2005, p. 7)

Tanto Costa (2005) como Leon (2013) declaram que inicialmente as feministas restringiam o empoderamento, visando a conquista de bens matérias, inserção no mercado de trabalho, linhas de crédito, superação da pobreza feminina,



enfim, autonomia econômica, segundo as autoras, fatores importantíssimo para libertação das mulheres, mas não bastavam.

Para Leon (2013), os projetos para ingresso e permanência das mulheres no mercado de trabalho, possibilitaria uma independência financeira. Como no caso das mulheres rurais, o direito a posse da terra, linhas de crédito e reconhecimento para negociação dos seus produtos seria um "elemento fundamental" para mudança na sua posição social.

Diante do exposto podemos perceber quanto à luta feminista ainda tem motivos para lutar, por mais direitos e avanços conquistados, ainda não atingiram a esperada igualdade. A união a outras bandeiras de reivindicação traz força ao movimento e evidencia a mulher em diversos campos: ambientalistas, trabalho, política, entre outros.

Referências Bibliográficas

COSTA, A. **A. Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres.** s/d. http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf. *Acesso*: 30/07/2017

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. "Estudos de gênero no Brasil", in: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. 155p.

LEÓN, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres. Disponível em:** https://mujeresforjadorasdedesarrollo.files.wordpress.com/201>. *Acesso: 25 /07/2017*.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico.** Disponível em: http://igeologico.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/Texto-Pacheco.pdf. > Acesso: 22/06/2017.

PULEO, Alicia; SEGURA, Cristina (coord.). *Mujeres y ecología*: historia, pensamiento, sociedad. Madri: Al-Mudayna, 2003. p. 107-118.

RICHARDSON, R. J., Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, n°. 3, Campinas/SP, 1994.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. /Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.



MULHERES QUE CUIDAM DE MULHERES: O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Karine David Andrade Santos (1); Joilson Pereira da Silva (4)

(¹ Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Pós-Graduação em Psicologia. psimulti@gmail.com
⁴ Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Pós-Graduação em Psicologia. joilsonp@hotmail.com)

Resumo: Este estudo teve por finalidade descrever as condições de trabalho e a experiência de atendimento a mulheres vítimas de violência. Para tal realização, esta pesquisa foi organizada dentro de um cunho qualitativo com 12 profissionais da assistência a vítimas de violência contra a mulher em diferentes centros de atendimento a este público do interior de Sergipe, Brasil, que foram submetidos a um roteiro de entrevista que versava sobre questões relacionadas a condições de trabalho, assédio moral e a experiência de atendimento a mulheres vítimas de violência. Estas entrevistas foram gravadas e transcritas de maneira que, depois, foi realizada a análise de conteúdo, conforme Bardin. Os achados apontaram para duas categorias envolvendo os aspectos de investigação deste estudo: condições de trabalho e o atendimento a mulheres vítimas de violência. As profissionais pesquisadas estavam expostas a um ambiente com uma estrutura física fragilizada e com ausência de segurança patrimonial, vinculados a regimes laborais temporários e sem garantias trabalhistas e a inexistência de recursos humanos e matérias para a consecução das tarefas. Além disso, a experiência de contato com os episódios de violência narrados pelas usuárias ocasionava diferentes formas de mobilização emocional tais como descontrole da expressão afetiva, sentimentos de impotência, angústia ou a vivência de emoções contraditórias. Assim, diante dos dados elencados, torna-se fundamental o fortalecimento do sistema de políticas públicas e a implementação de programas e mecanismos voltados para o cuidado com a saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Políticas Públicas, profissionais de assistência a vítimas de violência, condições de trabalho.



O crescente entendimento de que a violência contra a mulher não é uma ocorrência natural nem uma prática de natureza privada propiciou a formulação de políticas públicas voltadas para o atendimento dos alvos das agressões. Tal realidade é explicitada pela presença do Brasil como signatário da Convenção para a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Para cumprir as obrigações dispostas neste dispositivo, foi criada a Lei nº 11.340 ou Lei Maria da Penha em 2006.

Este arcabouço jurídico define as formas de violência contra a mulher, as medidas integradas de prevenção, a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, as ações a serem executadas pela autoridade policial e as medidas protetivas (BRASIL, 2006). Como formar de estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações para os atores institucionais envolvidos no combate à violência contra a mulher, foi também formulada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2011). Tal documento apresenta a rede de atendimento para os casos atendidos que, dentre os serviços listados para este fim, estão os Centros de Referência de Atendimento à Mulher e as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

Por outro lado, apesar da legislação específica para organizar a prestação de serviços no âmbito do atendimento dos casos de violência contra a mulher, alguns obstáculos são identificados na atuação destes órgãos tais como a insuficiência na quantidade de serviços especializados, deficiências relacionadas à composição, tamanho e especialização das equipes profissionais bem como deficiências estruturais dos locais (OBSERVE, 2010).

Além destes aspectos, observa-se que há uma articulação inconsistente entre os diferentes serviços especializados que é motivada por uma postura personalista caracterizada pela intolerância em discutir problemas e obstáculos enfrentados na execução diária das tarefas e por problemas de natureza política principalmente quando é necessário acionar serviços pertencentes a esferas políticas diferentes. (OBSERVE, 2011).

Ao focar a atenção sobre outros profissionais regidos pela lógica da precarização do trabalho dentro do contexto público, como os da assistência a vítimas de violência contra a mulher, constata-se que a produção científica sobre as condições e os tipos de relações entre os trabalhadores neste ambiente é escassa. Um dos poucos e recentes estudos voltados para a investigação destes aspectos constatou que as vivências de intimidação, desvalorização e



abuso econômico estavam presentes nas relações com os superiores hierárquicos. Além disso, pôde-se observar que este fenômeno era naturalizado, invisível e negado dentro de um contexto de abandono e passividade (QUIÑONES; CANTERA; OCAMPO, 2013).

No entanto, além das questões de ordem econômica e social que dinamizam estas práticas nestes ambientes, a proximidade com as experiências narradas pelas usuárias assistidas faz com que estas profissionais vivenciem sentimentos de desmotivação, impotência, raiva, irritação, culpa, pena, medo e angústia (PENSO et al, 2010).

De acordo com Ojeda (2006), os profissionais, durante a prestação de atendimento a vítimas de violência, também estão expostos a tensões de origem externa tais como: a escuta constante de histórias de vítimas de violência, a identificação de situações inevitáveis de risco para a vítima, ser espectador da revitimização e estigmatização das vítimas promovidos pelos sistemas judiciário e policial, falta de uma atenção apropriada devido à falta de recursos ou por razões distantes da sua vontade, o manejo do risco de ser alvo de algum tipo de violência por parte dos agressores e a constatação do falta de sucesso em sair do ciclo da violência por parte do público atendido.

Esta exposição a estes aspectos de ordem externa pode produzir um conjunto de sensações, emoções e cognições nestes profissionais. Tais processos são constatados por pesquisa realizada por Morales et al (2003) com profissionais que lidam com o sofrimento humano. Diante da carga emocional ativada pelo contato com este tipo demanda, os trabalhadores vivenciam processos de estabelecer distância das situações desagradáveis, repressão de um conjunto de emoções do campo da consciência, um descontrole da expressão emocional, a busca por explicações racionais para o problema atendido e a realização das ações direta ou indiretamente relacionado a tarefa.

Tais constatações são validadas por outro estudo feito com os profissionais dos centros de atendimento de refugiados mexicanos e da América Central. A pesquisa evidenciou que estes trabalhadores evitavam pensamentos, sentimentos e discussões sobre eventos traumáticos, assim como apresentavam insônia, problemas de concentração e pensamentos intrusivos dos atendimentos realizados (LUSK; TERRAZAS, 2015).

Diante deste quadro, em épocas passadas, a falta de um modelo explicativo sobre os impactos do trabalho com usuários alvos de violência conduzia a explicações que atribuíam toda esta problemática a fatores de ordem individual gerando mais conflitos dentro do grupo profissional (ÁRON; LLANOS, 2004). No entanto, constructos explicativos com enfoque pessoal, profissional e, principalmente, institucional redefine a responsabilidade dos



empregadores em promover o cuidado com a saúde dos trabalhadores (SANTANA; FARKAS, 2007).

Com isso, através da exposição de toda conjuntura que perpassa o cotidiano deste grupo profissional, desde o esfacelamento das políticas públicas até os possíveis prejuízos sobre a saúde destes trabalhadores, esta pesquisa desponta com o objetivo de descrever as condições de trabalho e a experiência de atendimento a mulheres vítimas de violência.

Metodologia

A amostra foi constituída por 12 profissionais da assistência direta a vítimas de violência contra a mulher. Estas participantes apresentam uma faixa etária média de 35 anos e prestam serviços desta natureza em diferentes centros de atendimento do interior do Estado de Sergipe, Brasil.

Trata-se de uma amostragem por conveniência cujo critério de seleção obedeceu a parâmetros de disponibilidade pessoal para a participação na pesquisa.

O instrumento utilizado foi o roteiro de entrevista e a aproximação com as participantes deste projeto foi intercedido por representantes de quatro centros de atendimento às demandas de violência contra mulher com o intuito de mapear a quantidade de profissionais especializados na prestação de serviços desta natureza e disponíveis para participar deste estudo. Após esta etapa, foram agendados data e local com as profissionais da assistência a vítimas de violência contra a mulher para realização das entrevistas.

O estudo foi realizado mediante a assinatura dos participantes do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha uma breve descrição dos propósitos desta pesquisa.

Os resultados foram interpretados através da análise de conteúdo de Bardin (2009). Seguindo este autor, a obtenção dos resultados foi feita por meio do método categorial proposto por Bardin de modo que a mensagem escrita nas entrevistas teve seu cerne apropriado através de etapas conforme indicadas a seguir: a pré- análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Resultados e Discussão

Para sistematizar os achados deste estudo, a denominação das categorias reveladas neste processo analítico está vinculada as circunstâncias laborais e a experiência de contato



com os casos de violência tais como condições de trabalho e o atendimento a mulheres vítimas de violência.

Os dados apresentados a seguir foram submetidos a uma leitura mais profunda por meio da inferência e interpretação (BARDIN, 2009) cujos resultados estão expostos nas categorias subsequentes abaixo. Os participantes foram identificados de forma numérica na transcrição de suas falas nas categorias a seguir.

Condições de Trabalho

Este aspecto desta análise de dados se refere a estrutura física dos locais de atendimento, segurança, tipo de contrato de trabalho, direito a férias e acesso a recursos materiais e humanos para a execução das atividades.

Em relação a estrutura física e segurança das instituições, os profissionais indicaram, em trechos das entrevistas, indícios de fragilidade do aspecto físico do local e falta de segurança patrimonial em seus ambientes de trabalho o que denotam sinais da precarização das condições laborais em locais de prestação de serviços de assistência social como discutido por Grossi et al (2015). Os trechos a seguir expõem esta realidade:

- " Precisa de algumas coisas como segurança né? Eu só acho ruim o físico, a estrutura..." (Participante 2)
- . "O único ponto negativo que tem aqui no meu ponto de vista é essa falta de segurança, porque tem muito roubo aqui e a gente fica sempre apreensiva." (Participante 3)

Ainda dentro desta linha fragilização do sistema de políticas públicas, este quadro se soma a escassez de recursos materiais e humanos o que condiz com os resultados apresentados por Pereira et al (2016) em que profissionais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) também são atravessados pelos aspectos apresentados nesta categoria em sua prática profissional. Estes aspectos foram enunciados indicativos de insuficiência ou falta de recursos materiais e humanos para a execução das atividades pelos profissionais ocasionando prejuízos na qualidade dos serviços prestados conforme trechos a seguir:

"Só a questão de tecnicamente melhorar o material né?! Que isso é, de uma forma comum, como o serviço é público. Mas, internet que nós não temos para realizar trabalhos, montar estratégias de trabalho e a questão do órgão em si." (Participante 10)

"O lugar de trabalho é bom, porém poderia ser melhor. Poderia ter equipamentos que nos auxiliassem mais nas tarefas do dia-a-dia, notebook." (Participante 11)

Como ponto caraterístico da crescente desvalorização dos profissionais vinculados a atividade de políticas públicas, emerge, nas falas das participantes, a fragilidade dos vínculos trabalhistas caracterizada pelos contratos de trabalho temporários sem direito a férias, 3 décimos



terceiro e mais suscetível a sobrecarga de trabalho. Os discursos a seguir remetem ao que foi exposto:

"Então foi processo seletivo, contrato de um ano e assim, o contrato não prevê férias. (..)" (Participante 1)

"Não, não tenho carga horária fixa. Férias, como meu cargo é comissionado, eu não posso tirar férias, assim, ela até me dá umas folgas, porque como é cargo de gestão, tirar férias é mais complicado. Inclusive, às vezes, à noite, depois do trabalho, eu estou na faculdade mexendo no celular trabalhando, então, no caso, se eu tirar folga mesmo, eu estou em casa trabalhando." (Participante 4)

"Não recebe férias, não recebe décimo. Aqui é contrato. O trabalho não é carteira. "
(Participante 7)

Esta debilidade apresentada pela precarização dos vínculos trabalhistas e de acesso a direitos desta natureza por parte dos funcionários denotam como os atores institucionais deste campo estudado estão expostos a lógica de minimização da presença do Estado. Tal realidade fica explícita na falta de acesso a condições de trabalho dignas em termos de pontualidade do pagamento dos salários e garantia de férias e décimo terceiro aos trabalhadores.

Ainda como ponto convergente para maior sujeição a vínculos trabalhistas sem garantias e desregulamentado está a feminização deste tipo de atividade. Tal elemento característico deste grupo laboral pesquisado remete a realidade da força de trabalho feminina que está mais presente em funções caracterizadas pela informalidade, em regimes de trabalhos temporários, sem garantias sociais e sob intensas cargas de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007; NASCIMENTO, 2016).

Assim, de acordo com os relatos coletados nesta pesquisa, as condições de trabalho das participantes estão caracterizadas pela falta de segurança nos locais de trabalho cuja estrutura física demonstra sinais de precariedade, insuficiência de recursos humanos e matérias para a execução das atividades e fragilidade das garantias e vínculos trabalhistas. Este conjunto de achados demonstra como o esfacelamento das políticas públicas e o afastamento do Estado defendidos pelo capitalismo contemporâneo degrada a atividade laboral desde a infraestrutura dos locais de trabalho de atendimento a mulheres agredidas até o enfraquecimento de garantias trabalhistas para o grupo profissional.

Sentimentos e emoções no atendimento a mulheres vítimas de violência

O atendimento a mulheres vítimas de violência é uma experiência que causa a mobilização de uma diversidade de sentimentos e sensações tais como desmotivação, impotência, raiva, irritação, culpa, pena, medo e angústia nos profissionais da assistência a a solutivação de sentimentos e sensações tais como desmotivação, impotência, raiva, irritação, culpa, pena, medo e angústia nos profissionais da assistência a a solutivação de sentimentos e sensações tais como desmotivação, impotência, raiva, irritação, culpa, pena, medo e angústia nos profissionais da assistência a a solutivação de sentimentos e sensações tais como desmotivação, impotência, raiva, irritação, culpa, pena, medo e angústia nos profissionais da assistência a a solutivação de sentimentos e sensações tais como desmotivação, impotência, raiva, irritação, culpa, pena, medo e angústia nos profissionais da assistência a a solutivação de sentimentos e sensações tais como desmotivação, impotência, raiva, irritação, culpa, pena, medo e angústia nos profissionais da assistência a solutivação de sentimentos e sensações tais como desmotivação, culpa, pena, medo e angústia nos profissionais da assistência a solutivação de sentimentos e sensações da assistência a solutivação de sentimentos e sensações de sentimentos de sentimentos e sensações de sensações de sentimentos e sensações de sentimentos e sensações de sentimentos e sensações de sensações de sentimentos e sensações de sentimentos e sensações de sentimentos e sensações de sen

11, 12 e 13
card de 2018
ConQueer
Conferência hiteracional de
ESTUDOS QUEER

estes alvos (PENSO et al, 2010). Com isso, este ponto de discussão pretende descortinar os elementos presentes nesta aproximação feita pelos trabalhadores pesquisados com os casos atendidos.

Em alinhamento com os achados da pesquisa de Morales et al (2003), durante alguns relatos, foram identificados que este contato com a violência pode ocasionar desde o descontrole da expressão emocional, o acionamento de ações direta ou indiretamente relacionado a tarefa e o esforço para se afastar das questões atendidas. Estes aspectos estão presentes nos trechos a seguir:

"[...] Eu não absorvo não entendeu? O que eu ouço aqui, lógico, eu me sensibilizo porque eu sou um ser humano, mas eu gosto de ajudar a pessoa a superar o problema e eu me sinto bem fazendo isso." (Participante 3)

"[...] Eu sou muito emotiva. E aí eu tento não chorar, mas acabo chorando. Porque assim, imagina, me coloco muito no lugar do próximo e eu imagino: "Meu Deus, se fosse uma irmã minha? De que forma eu ajudaria?" (Participante 5)

Além destes tipos de experiências apresentadas, durante as entrevistas, uma das participantes apresentou seu envolvimento pessoal no tipo de serviço prestado devido ao contato com situações de violência contra a mulher dentro do ambiente familiar como atesta a seguinte fala abaixo:

"Assim, e ainda mais em violência, eu vi minha mãe sofrer violência doméstica, e eu tentava salvar, ajudar minha mãe e eu acabava também sofrendo a violência né? [...] E eu tomo isso para mim, me coloco no lugar daquela mulher. Então, eu tento ajudar ela da melhor forma possível." (Participante 4)

Este tipo de implicação pessoal no atendimento de vítimas de violência também se expressa através de uma postura cuidadora e materna de uma das entrevistadas o que retoma a discussão dos tipos de ocupação profissional das mulheres realizada por Saffioti (2011) cujas características das atividades estão atreladas a maternagem e ao cuidado:

"[...] eu faço os grupos, aí eu já acho gratificante porque eu gosto de transmitir amor, entendeu?!" (Participante 2)

Diante do contato com a imersão do alvo no ciclo da violência, algumas profissionais apontam para sentimentos de impotência e angústia constituindo um fator de risco para a saúde deste grupo de trabalhadores como apontado por Ojeda (2006). Esta realidade está presente nos seguintes discursos:



"[...]têm dias que me sinto nadando e não chegando a lugar nenhum. Sabe? Porque é processo, passos de formiguinha. Às vezes, você sente que fez muito por uma pessoa. É muito gratificante quando você vê, você percebe aquela superação. Mas têm dias que você tenta fazer aquilo e aquilo outro[...] nada vai pra frente. Então você sente que, 'poxa', todo aquele esforço... parece que todo aquele esforço seu foi em vão. Então não é todo dia que você sai daqui bem aqui. Têm dias que você sai bem, tem dias que você sai achando que nada fez. " (Participante 10)

"É angustiante porque você conhece a realidade daquela mulher que procura o serviço. Você vai a fundo dentro daquela realidade dela. Você vê a total desestrutura, principalmente quando se envolve a família e em si os filhos né?! "(Participante 9)

Além dos sentimentos de impotência e angústia, outros profissionais discorrem sobre a vivência de emoções contraditórias caracterizado pela alegria em prestar um serviço com impactos positivos no sofrimento da mulher atendida e pela tristeza com o defrontamento com as marcas ou indicadores provocados pela violência contra a mulher. O conjunto de trechos a seguir demarca a exposição acima:

"[...]Eu fico feliz por que? Por que elas estão sabendo que o órgão está funcionando, que aqui ela pode se sentir segura. E fico triste porque eu sei que o índice de violência está aí[...]. "(Participante 8)

"[...]Então assim, eu me sinto feliz e assim, satisfeita. Só essa parte que me abala. A parte que elas são muito... E, às vezes, parece assim que elas chegam aqui machucadas, né?" (Participante 5)

Estes impactos elencados até aqui indicam para a necessidade de redefinição da responsabilidade dos empregadores em promover o cuidado com a saúde dos trabalhadores (SANTANA; FARKAS, 2007). Tal realidade tem seus efeitos potencializados ao somar as condições de trabalho e as relações violentas presentes nestes espaços.

Assim, os resultados listados nesta categoria apontam para a presença de vivências de descontrole emocional, distanciamento do tipo de conteúdo atendido, impotência, angústia e pela mobilização de sentimentos contraditórios. Além destes elementos, também foi detectada, em um dos relatos, a adoção de uma postura materna e cuidadora. Tais conteúdos apontam para os riscos da traumatização vicária (ARÓN; LLANOS, 2004) o que torna o cuidado consigo ou autocuidado como um elemento de alta significância em um contexto de



trabalho violento ao surgir não só como uma ferramenta de prevenção do assédio nas relações de trabalho, mas também como uma estratégia de promoção e atenção à saúde (CANTERA; CANTERA, 2014).

Conclusão

Este estudo objetivou descrever as condições de trabalho e a experiência de atendimento a mulheres vítimas de violência.Com isso, esta investigação evidencia que este grupo profissional está sujeito a condições de trabalho precarizadas e a mobilização de alta carga emocional mediante a proximidade com os casos de violência atendidos.

Nesta pesquisa, os profissionais descreveram condições de trabalho caracterizadas pela fragilidade da estrutura física dos locais de trabalho, falta de recursos materiais e humanos para a realização das atividades laborais, fragilidade dos vínculos trabalhistas e ausência de segurança patrimonial nestes ambientes. Estes componentes fazem parte de um quadro de enfraquecimento das políticas públicas e de afastamento do cuidado com as questões sociais por parte do Estado dentro de um contexto de avanços das prerrogativas neoliberais típicas do capitalismo contemporâneo (PEREIRA et al, 2016). Além disso, apresentam um retrato dos aspectos presentes em atividades exercidas tipicamente por mulheres que estão mais sujeitas a vínculos mais informais e circunstâncias laborais precárias (HIRATA; KERGOAT, 2007; NASCIMENTO, 2016).

Além da imersão em condições de trabalho fragilizadas e relações de trabalho assediadoras, estas trabalhadoras em suas experiências de escuta dos episódios violentos narradas pelas usuárias são atravessadas por sentimentos contraditórios, angústia, impotência bem como pelas vivências de descontrole emocional e de esforços para estabelecer distância do tipo de conteúdo atendido. Com isso, as formas de mobilização emocional acionadas pelo exercício desta atividade remetem aos riscos de adoecimento profissional em contextos de atendimento de casos de violência como indicado por diferentes estudos (LUSK; TERRAZAS, 2015; SANTANA; FARKAS, 2007) e reforça a importância da promoção do autocuidado por parte deste grupo profissional (ARÓN; LLANOS, 2004).

Desta forma, esta investigação evidenciou os efeitos da minimização da presença do Estado e o avanço do neoliberalismo no âmbito da assistência a vítimas de violência contra a mulher traduzidos pelos dados de precarização das condições de trabalho experienciado pelas profissionais. Estes achados se somam aos resultados detectados por pesquisas em outros âmbitos das políticas públicas como saúde (PIONER, 2012) e assistência social (GROSSI et al, 2015). Além disso, aponta para as consequências negativas experimentadas pelas



trabalhadoras na aproximação com os atendimentos de violência o que remete a necessidade de cuidado com a saúde deste grupo profissional.

Com isso, diante das condições de trabalho apresentadas nesta pesquisa, salienta-se a importância de atendimento das pautas reivindicatórias de fortalecimento do sistema de políticas públicas apresentadas pelos movimentos sociais e outras organizações. Dentro desta mesma linha, tornam-se imprescindíveis a discussão da condição da mulher dentro do mercado de trabalho e a implantação de programas voltados para a saúde do trabalhador deste campo pesquisado que incluam deste do estímulo a ações pessoais de autocuidado até o desenvolvimento de iniciativas desta natureza por parte das instituições. Como eixo norteador para as propostas elencadas, o autocuidado se mostra como um elemento promotor de melhorias das circunstâncias laborais e de traumatização vicária ocasionada pelo conjunto de experiências subjetivas mobilizadas pelo contato com os casos de violência atendida (ARÓN; LLANOS, 2004).

Por fim, a presente pesquisa apresenta limitações que podem ser superadas por estudos futuros. A primeira delas está relacionada a ausência de questões voltadas para a exploração da trajetória de trabalho das mulheres pesquisadas. A segunda limitação está localizada na ausência de um instrumento que avalie a presença de sintomas relacionadas ao estresse traumático secundário nos participantes de modo que os dados encontrados fossem confrontados com a presença das práticas de assédio relatadas durante a entrevista. A terceira limitação está situada na falta de formulações no instrumento sobre como estas profissionais lidam com as sensações e sentimentos experimentados no atendimento de mulheres vítimas de violência.

Referências

ARÓN, A. M.; LLANOS, M. T. Cuidar a los que cuidan: Desgaste profesional y cuidado de los equipos que trabajan con violencia. **Sistemas Familiares:** n⁰ 1-2, p.5-15, 2004. Disponívelhttp://www.mpfn.gob.pe/escuela/contenido/actividades/docs/2258_cuidad_a_los_que_cuidan_desgaste_profesional_y_cuidado_de_los_equipos_quetrabajan.pdf >Acesso_em 05/02/2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 80 do art. 226 da Constituição Federal ... e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2004-2006/2006/lei/111340.htm> Acesso em 02/02/2018.

. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres-SPM.

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011, 114p.Disponível em < http://www.spm.gov. /publicacoesteste/publicacoes/2011/pactonacional> Acesso em 15/02/2018.



OBSERVE - OBSERVATÓRIO PELA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA. Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal. Relatório Final. Salvador, 2010, 82 p. Disponível em http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as mulheres/leimaria-da-penha/20110107-relatorio-final-2010.pdf. Acesso em 02/02/2018.

Identificando entraves na articulação dos serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cinco capitais: Belém, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e o Distrito Federal. Relatório de pesquisa. Salvador: 2011, 84p. Disponível em http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatorio_final_redes[1]%20(1).pdf Acesso em 15/02/2018.

CANTERA, L. M.; CANTERA, F. M. El auto-cuidado activo y su importancia para la Psicología Comunitaria. **Psicoperspectivas**, v. 13, n. 2, p. 88-97, 2014.Disponível em < http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-69242014000200009&script=sci_arttext Acesso em 22/02/2018.

GROSSI, P. K.; COUTINHO, A. R. C.; BITENCOURT, J. V. Desafios do Atendimento à Mulher em Situação de Violência no âmbito dos CREAS. In ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS. Florianopólis: 2015, 8 p. Disponível em http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/9461/2/Desafios_do Atendimento a Mulher_em_Situação_de_Violencia_no_ambito_dos_CREAS.pdf . Acesso em 14/02/2018.

LUSK, M.; TERRAZAS, S. Secondary trauma among caregivers who work with Mexican and Central American refugees. **Hispanic Journal of Behavioral Sciences**, v. 37, n. 2, p. 257-273, 2015. Disponível em <

http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0739986315578842> Acesso em 13/02/2018.

MORALES, G. F.; PÉREZ, J. C.; MENARES, M. A. N. Procesos emocionales de cuidado y riesgo en profesionales que trabajan con el sufrimiento humano. **Revista de Psicología**, v.12, n.1,9-25, 2003. Disponível em < http://www.redalyc.org/html/264/26400101/ > Acesso em 22/02/2018.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do Trabalho Feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, v.14, n.1,113-120, 2016. Disponível em http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/359/778

OJEDA, T. E. El autocuidado de los profesionales de la salud que atienden a víctimas de violencia sexual. **Revista Peruana de Ginecología y Obstetricia**, v.52, n.1, p. 21-27, 2006. Disponível em http://spog.org.pe/web/revista/index.php/RPGO/article/view/347 . Acesso em 21/02/2018.

PENSO, M. A.; ALMEIDA, T. M. C. de; BRASIL, K. C. T.; BARROS, C. A. de; BRANDÃO, P. L. O atendimento a vítimas de violência e seus impactos na vida de profissionais da saúde. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 137-152, 2010. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100012> Acesso em 20/02/2018.

PEREIRA, Vinicius Tonollier; FREITAS, Cristiane Redin; DIAS, Daniela Duarte. "Violação de direitos no SUAS: a precarização da vida. **Revista Polis e Psique,** v. 6, n.2, 25-44, 2016. Disponível



http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238152X2016000200003. Acesso em 18/02/2018.

PIONER, L. Trabalho precário e assédio moral entre trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 10, n .1, p.113-20, 2012. Disponível em < http://www.rbmt.org.br/details/83/pt-BR/trabalho-precario-e-assedio-moral-entre-trabalhadores-da-estrategia-de-saude-da-familia> Acesso em 10/02/2018.

QUIÑONES, P.; CANTERA, L. M.; OCAMPO, C. L.O. La violência relacional em contextos laborales que trabajan contra la violência. *In: Del Mal-estar al Bienestar Laboral*. Barcelona: Amentia Editorial, 2013.

SANTANA, A. I.; FARKAS, C. Estrategias de autocuidado en equipos profesionales que trabajan en maltrato infantil. **Psykhe (Santiago)**, v. 16, n. 1, p. 77-89, 2007. Disponível em<<u>http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22282007000100007&script=sci_arttext</u>>. Acesso em 12/02/ 2018.

MÚSICA QUEER BRASILEIRA

Gilvan da Costa Santana; Elza Ferreira Santos

Instituto Federal de Sergipe, gilvancsantana@yahoo.com.br

Instituto Federal de Sergipe, elzafesantos@gmail.com

Resumo: O artigo mostra que consoante os estudos queer existe uma produção de arte musical, no Brasil, que respalda a construção de uma identidade fluida e múltipla. Assim, o objetivo é levantar dados sobre uma produção musical cuja característica seja o questionamento da identidade heteronormativa como fator limitante dos sujeitos e se posiciona contra a exclusão, a marginalização e enquadramentos compulsórios. Dentro de uma abordagem qualitativa, far-se-á uma pesquisa descritiva em torno dos pressupostos teóricos do movimento feminista que dialoga com o queer e em torno das canções brasileiras ativistas e protesto contra uma identidade fixa e imutável dentre dos moldes

tradicionalistas.

Palavras-chave: Estudos Queer, Produção Musical, Gênero, Feminismos.

Introdução

O artigo mostra que os estudos-queer defendem a ideia de identidade como algo instável e

múltiplo. Assim, o sujeito-queer não se assujeita a regras heteronormativas e assume

identidades próprias, lutas ativistas e políticas em prol das causas LGBTIQ, em termos

convergentes e/ou divergentes plurais. A teoria-queer, pois, busca tornar visível o

questionamento das lógicas que estabelecem uma classificação entre os indivíduos e que

impõem um padrão de normalidade em contraposição ao que é considerado

patológico/desviante (queer). Nessa direção, uma vertente da produção musical brasileira de

hoje, numa postura queer, questiona a identidade heteronormativa como um fator limitante

dos processos múltiplos dos sujeitos e se posiciona contra a exclusão, a marginalização e

enquadramentos compulsórios. Assim, a característica queer na música brasileira enfatiza o

ser plural, diverso, não-binário, esquisito, estranho (numa conotação positiva, ressignificada).

Destarte, apropriar-se e ressignificar o termo de tom pejorativo – queer – é uma postura

política, debochada e transgressora.

Identidade(s) e (in)definições queer

Numa perspectiva pós-estruturalista, a definição de identidade não mais deve estabelecer limites e restrições de comportamentos e de ação, excluindo possibilidades diversas. Segundo Hall:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideias que temos de nós próprios como sujeitos integrados. (2006, p. 9)

A clássica noção de identidade na perspectiva essencialista é marcada por aspectos biológicos/naturais binárias em geral atribuídos aos indivíduos, não considerando especificidades de grupos-queer, cuja característica fundamental é sua diversidade e multiplicidade no interior de grupo e subgrupos. Hall (2006) questiona e refuta a ideia até então cristalizada de que identidade é elemento fixo e completo.

Para ele, há uma diversidade de identidades que podem ir mudando e intercambiando. Para ele, portanto, o pós-modernismo apresenta o sujeito como elemento transitório, clivado circunstancialmente. Nesse sentido, o conceito de identidade é ressignificado e perde a marca de limitação cerceante do sujeito em termos determinísticos do que lhe seria permitido ser. Assim é que as identidades dos indivíduos deveriam relacionar-se, sem questionamento de pertencimentos e múltiplas possibilidades taxonômicas, consoante se vê no acrônimo LGBTTTIQ (Lésbicas, Gays, Travestis, Transgêneros, Transexuais, Intersexos, Queer).

Fábio (2017) traça com muita propriedade o percurso dos movimentos em prol dos direitos e inserções dos diversos matizes em termos da homossexualidade no Brasil, que se dá a partir da década de 1970. Segundo esse autor, tal fato se verificou inicialmente por meio de mídias impressas alternativas e grupos mobilizadores em bares, clubes, boates daquela década, tais quais *O Lampião da Esquina* (de 1978 a 1981) *Chanacomchana* (de 1981 a 1987), cujo foco está, respectivamente, na temática gay e lésbica. A década de 1980, porém representa um refreamento nas lutas e conquistas de gays e lésbicas, haja vista a calamidade avassaladora que representou a AIDS. Por sua vez, a década de 1990 representou muito em termos de conquistas, se não por vias legislativas, ao menos por vias executivas e judiciárias. Isso se dá porque o poder legislativo brasileiro é notadamente conservador e hipocritamente heteronormativo sob uma máscara de preservação de valores religiosos que sustentam uma herança sexista, machista e patriarcal.

Nessa trajetória, Fábio (2017) e Jesus (2012) fazem uma síntese em torno da 'sopa de letras' que se irá formando ao longo da história dos movimentos LGTBIQ. Nesse sentido, alguns aspectos vistos na explanação do autor são curiosos: as lésbicas não se sentiam contempladas ante o termo homossexuais, além disso, após muito debate e polêmica, em 2008, a Conferência Nacional GLBT decide posicionar a letra L à frente do G, passando o movimento a ser denominado LGBT, pois as lésbicas se julgavam desprestigiadas pelo protagonismo de homossexuais masculinos. Vale frisar que bissexuais, travestis e transexuais também não se achavam representados e foram gradativamente agregando-se aos movimentos, porém, também, julgando-se sofrendo uma certa hierarquização interna e externa (marcas de machismo expressas por gays masculinos); nota-se que transgêneros, intersexos e queer só mais tarde serão incorporados a essas bandeiras de luta e formação (quase) completa da 'sopa de letrinhas' – LGTBIQ ou LGBTQI (uns estudiosos acham que T contempla travestis, transgêneros e transexuais enquanto outros reivindicam que faltam outros dois Tês para contemplar e açambarcar toda a diversidade).

Cronologicamente, os estudos gays e lésbicos são precedentes da teoria queer e serviram de suporte, mas não davam conta da multiplicidade identitária que busca combater práticas socioculturais de exclusão. Assim é que a teoria queer incorpora reflexões e lutas por igualdade e ativismo dos variados sujeitos que compõem as múltiplas identidades de gênero na sociedade.

Os pressupostos teóricos queer, inevitavelmente, possibilitarão questionamentos e desconstruções discursivas em termos de (pre)conceitos repressores provocados pela abordagem essencialista 'naturalizada'. Assim, na direção dos estudos feministas gays e lésbicos norte-americanos e pós-estruturalistas franceses acerca de identidades de gênero, os estudos queer consideram que seres humanos podem assumir múltiplas identidades e desenvolver toda uma gama de diversidade em termos de papéis sociais e práticas sexuais.

Para Butler, existe toda uma 'performatividade' quando se trata de gênero: "O gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva" (2002, p. 64). A teoria da performatividade, portanto, constata que há repetição ritualística de comportamentos que cria sujeitos daí resultantes. Consequentemente, quem ousa comportar- se fora das heteronormas binárias estará sujeito a sanções de toda ordem. "Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero. Identidade é performativamente constituída pelas próprias "expressões" que são ditas como seus resultados" (BUTLER, 2004, p.57).

O queer nega e desconstrói, portanto, a combinação binária tida como estável, natural, sagrada e lógica/biológica pela heteronormatividade: sexo= género=desejo sexual. Nessa direção a teoria queer, pois, concebe os seres humanos e suas práticas sexuais muito além de oposição homossexual/heterossexual, mulher/homem, masculino/feminino. Os sujeitos, assim, não estão circunscritos no que Butler (2003) chama de 'inteligibilidade' produzida e naturalizada socialmente. Consequentemente, ao recusar-se a enquadramento, o queer é 'subversivo, insultuoso iconoclasta' pois pluraliza e desnaturaliza identidades e recusa/questiona as relações de poder.

Queer como resistência ao patriarcado

Preconceito e intolerância contra sujeitos que não se enquadram nos cânones da heteronormatividade são elementos oriundos da histórica dominação masculina, cuja origem se encontra no patriarcalismo e ainda hoje está presente em todos os sentidos na sociedade. Assim, naturalizou-se a ideia de que o homem /o macho é dono de tudo. Tal concepção encontrou respaldo no sistema capitalista Nesse sentido, Saffioti (2004) mostra que a figura masculina se legitimou como detentora de autoridade total, capaz de agir de forma a subordinar 'naturalmente' os seres ao 'patriarca' submetidos, mesmo que isso consista em atos intimidadores, opressivos, violentos e brutais.

Essa ótica machista/sexista, consolidada pela conjuntura sócio-político-econômica, em consonância com forças religiosas e, inclusive, científicas legitima o poder como sendo eminentemente masculino. Para Bourdieu (2014), muito além do poder masculino evidente, perceptível, há o poder simbólico. Infere-se que, possivelmente, este seja até mais perigoso que aquele, por não ser notado de forma concreta e clara. Desse processo de poder simbólico resulta a visão arbitrária, cristalizada como natural, que considera legítimo e incontestável tal poder do masculino sobre o não-masculino em termos de sexo e gênero.

Essa concepção, inclusive, é admitida e assumida o mais das vezes pelos próprios grupos LGBTIQ. Implica dizer que poder simbólico gera violência simbólica, representada por essa submissão tácita, imperceptível, de seres que, inconscientemente, se deixam assujeitar. Isso se dá pela internalização dos grupos inferiorizados da ideia de que o homem/macho é superior, graças ao efeito do discurso social, institucional, religioso e científico. A esse processo o sociólogo francês denomina *habitus*.

Indubitavelmente, não se consegue em curto ou médio espaço de tempo deixar de agir como resultado de toda uma formação histórica e cultural machista e sexista. Isso explica o

porquê de persistir, mesmo no século XXI, a dominação masculina em todas as esferas da sociedade, a despeito de tantos avanços alcançados pelos movimentos feministas e LGBTIQ, sobretudo nas últimas décadas. Daí por que Bourdieu (2014) vê as oposições binárias como marca universalizante de dominação masculina, pois os seus princípios são os mesmos nas diferentes sociedades ocidentais.

Logo, o entendimento da sexualidade e do gênero como uma construção histórica e cultural constituída nas experiências de vida das pessoas, entre elas as vivenciadas no espaço da arte de consumo der massa, escopo deste artigo, leva a refletir sobre imagens queer, em busca de seu entendimento como um dispositivo que articula saberes/poderes na sociedade. Para Foucault, a sexualidade é o nome que pode ser dado a um dispositivo histórico:

Não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder. (1997. p. 235)

Na contramão dessa postura dominadora de motivação patriarcalista que marca tantos séculos de cultura universal, como se viu em Bourdieu (2014), os movimentos feministas e queer têm lutado para promover a igualdade de direitos de ser e estar, de ir e vir.

Para tanto, a trilha a percorrer numa sociedade como a brasileira é ainda muito longa. Diante disso, é preciso enfatizar a importância da luta de décadas dos movimentos feministas e LGTB no combate a todo tipo de violência e na conquista de progressos institucionais, pois é fundamental a intervenção direta do Estado. Segundo Carvalho et al (2016), no Brasil, em termos de comunidades LGBTIQ, avanços em maior relevância têm sido recentes: em 2004 se lançou programa Brasil sem homofobia; em maio de 2008, I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; em maio de 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos propõe reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero, inclusive, em termos de conteúdo de livros didáticos; em dezembro de 2011, realizou-se a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Por outro lado, até pela pressão exercida por grupos de ranço patriarcalista, conservadores, político-religiosos, de direita, as práticas violentas, androcêntricas e homofóbicas ainda são uma triste e desoladora realidade: o Brasil é líder mundial em termos de assassinatos, sobretudo de gays e trans, como se comprova em gráfico abaixo.



Disponível em https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro

Em pleno séc. XXI, portanto, no que pese o fato de não ter havido uma radical mudança que sepultasse o machismo amalgamado ao patriarcalismo, como se comprova pelos dados e índices de violência de todo tipo contra as mulheres e população queer, não se pode negar que se vive, em países como o Brasil, numa época de transição e que houve avanços, como esses ora assinalados. No caso das trans, por exemplo: "A visibilidade e a materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem, mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades" (LOURO, 2004, p. 23).

MÚSICA QUEER BRASILEIRA

A música popular do Brasil é há mais de 100 anos exemplo de produto/expressão cultural dos mais relevantes e identitários. e uma das mais fortes expressões de discursos vários e amplos. Quanto à temática homossexual, a despeito de escassa bibliografia disponível, por se tratar de assunto-tabu há séculos e que envolve questões de foro íntimo aos artistas, os raros estudos que servem de referência, como se vê em Faour (2006), mostram que desde 1903 a MPB apresenta registro de personagem gay, obviamente, estereotipado e ridicularizado, como convém àquele contexto sociocultural e até décadas mais recentes. Tratase de questões já aqui mostradas, no que tange à herança patriarcalista, sexista-machista da sociedade. Fato é que a temática GLB é tratada há décadas na MPB, porém, quase sempre forma implícita, alegórica, ambígua ou estereotipada, ridicularizante, preconceituosa.

A falta de respeito e liberdade à expressão, mesmo no campo da arte, fez com que o tema fosse 'maldito' e quem ousasse assumir identidade 'desviante' assim fosse tratado. Dessa forma, na historiografia da música brasileira, até os anos de 1970, o discurso declaradamente GLB quase inexistiu. Raros cantores/cantoras e compositores/compositoras

assumiam tais identidades. Aliás, os poucos que 'saíram do armário' ou nunca lá estiveram pagaram um alto preço por isso, inclusive, ostracismo e censuras.

Nesse bojo, há uma eterna polêmica: alguns alegam que, se o alto número de artistas LGB brasileiros assumissem suas identidades, catalisariam a redução de preconceitos e violências no país pela naturalização e visibilidade do assunto; outros acreditam que é fundamental o respeito a cada indivíduo decidir se quer ou não expor sua vida particular e que a exposição de identidades GLB comprometeria a carreira desses artistas. Mesmo que pareça óbvio o fato de grande parte das cantoras brasileiras serem lésbicas, por exemplo. Aliás, só na última década diversos nomes representativos do universo musical expuseram suas identidades.

Já em se tratando de artistas e músicas queer, até antes dos anos 2000 praticamente inexiste registro vultoso bibliográfico ou fonográfico da magnitude de figuras emblemáticas dos anos 1970, como Dzi Croquettes, Secos e Molhados, Edy Star, por exemplo. Vale ressaltar que o próprio Faour (2016), em sua obra já considerada única a dar conta da sexualidade na MPB em suas diversas facetas, não conhece ou ignora a teoria queer e emprega termos para o que estaria inserido hoje na performance de artistas-queer, tais como "underground, super-gay, pensamento pós-gay, politicamente incorreto", mesmo sem estar sendo preconceituoso ou fazendo juízo de valor. Pelo contrário, diz Faour ao citar os grupos vanguardistas queer Textículos de Mary e Cansei de Ser Sexy, dentre outros: "...o mainstream nunca chegou para eles... Pode ser que um dia se possa ouvir o jargão gay e os mais sinceros e abusados desejos dos gays numa FM. Sejam eles de "bom" ou do mais safado "mau gosto". (2016, p. 431)

Os exemplos abaixo, pequena amostra*, considerando-se a rica produção musical queer dos últimos anos no Brasil, mostram progresso, revolução inacreditável em relação a décadas anteriores já mencionadas. Algo inédito na historiografia e ainda sem estudo significativo em termos acadêmicos ou midiáticos.

Ai meu Jesus
 Que negócio é esse daí?
 É mulher? Que bicho que é?
 Prazer, eu sou arte, meu querido
 Então pode me aplaudir de pé
 Represento esforço
 Tipo de talento
 Cultivo respeito
 Cultura drag é missão!
 Um salve a todas as montadas
 da nossa nação!
 Corro com vocês, eu sei

que fácil não é nunca! Lembra dos cara Achando que consumação paga peruca? (Ahn?) Quando que vai reverter Não vou me submeter Tá difícil de dizer Vou me fazer entender! (Dona-Gloria Groove) O que vão dizer de nós? Seus pais, Deus e coisas tais Quando ouvirem rumores do nosso amor Baby, eu já cansei de me esconder Entre olhares, sussurros com você Somos dois homens e nada mais Eles não vão vencer Baby, nada há de ser em vão Antes dessa noite acabar Dance comigo a nossa canção! E flutua, flutua Ninguém vai poder querer nos dizer como amar E flutua, flutua Ninguém vai poder querer nos dizer como amar Entre conversas soltas pelo chão .Teu corpo teso, duro, são E teu cheiro que ainda ficou na minha mão Um novo tempo há de vencer Pra que a gente possa florescer E, baby, amar, amar sem temer Eles não vão vencer Baby, nada a dizer em vão Antes dessa noite acabar Baby, escute, é a nossa canção E flutua, flutua Ninguém vai poder querer nos dizer como amar E flutua, flutua Ninguém vai poder querer nos dizer como amar (Flutua-Liniker e os Caramelows)

O fervo também é luta

Passa na calçada espalhando o terror Solta a mão, segura firme, chegou o fiscal de amor

Todo mundo tá ligado, quer dar ré e vai de segunda

Quebra lâmpada na cara pra não enfiar na bunda

Me chama de viado, invertido e baitola Bichinha, boiolinha, bambi chupa-rola Quero muita atenção no que eu vou falar pra tu

Tem que ser macho pra caralho

Pra poder dar o próprio cu

Se eu apanho na paulista imagina na ruela Não cai na real, mas tá de pé do lado dela

.....Vê

se me ama ou vê se me erra

Fala pra tua mina que tu gosta de fio-terra To bem de saco cheio, então tu me respeite Ou cala tua boca ou enche logo ela de leite O fervo também é luta (Fiscal-Mc Queer)

 Bicha estranha, louca, preta, da favela
 Quando ela tá passando todos riem da cara dela Mas, se liga macho Presta muita atenção Senta e observa a tua destruição Que eu sou uma bicha, louca, preta, favelada Quicando eu vou passar e ninguém mais vai dar risada Se tu for esperto, pode logo perceber Que eu já não tô pra brincadeira Eu vou botar é pra foder Oues bicha estranha, ensandecida Arrombada, pervertida Elas tomba, fecha, causa Elas é muita lacração Mas daqui eu não tô te ouvindo, boy Eu vou descer até o chão A minha pele preta, é meu manto de coragem . Impulsiona o movimento Envaidece a viadagem Vai desce, desce, desce Desce a viadagem Sempre borralheira com um quê de chinerela Eu saio de salto alto. Maquiada na favela. Mas, se liga macho Mas que pena, só agora viu, que bela aberração? É muito tarde, macho alfa Eu não sou pro teu bico Não (Bixa Preta-Mc Linn da Quebrada)

^{*}Disponível em https://www.letras.mus.br



Convém registrar que ao estudo presente neste artigo, consoante se vê nos exemplos acima, interessou a música brasileira que vai muito além de artistas assumirem identidades GLB; interessou a música/artista queer: insultuosa, ressignificadora do que se concebeu como marginal, contra o regime de verdade hegemônica (heteronormativa e binária), escrachada, debochada, crítica, de celebração a múltiplas identidades, de aceitação e imposição explícitas de suas identidades queer, conforme conceitos anteriormente vistos.

Isso posto, fica evidente que artistas com letras de músicas, cenários, figurinos, sexo, gênero, sexualidade queer não serão encontrados em número expressivo antes dos anos 2000 nas mídias, gravadoras, programas de rádio e televisão, casas de espetáculo, referências bibliográficas etc. No entanto, graças ao percurso anteriormente neste artigo mostrado das lutas travadas pelos grupos queer e à força avassaladora das mídias pós-modernas, sobretudo da internet, há hoje uma nova configuração. Dessa forma, qualquer rápida pesquisa em busca de vídeos de música queer na *internet*, mostrará estrelas diversas não mais circunscritas a nichos ou guetos; são artistas que se impõem, inclusive, em estilos historicamente machistas, como o rap e o funk.

Assim, há muitos nomes expressivos no cenário queer, alguns recordistas de visualizações para seus vídeos (superproduções técnicas e artísticas) e outros já presentes no cast das grandes mídias nacionais e internacionais. Seguem alguns desses grandes nomes de artistas claramente queer na música brasileira de diversos estilos, sobretudo, funk, hip hop, rap, pop, tecno, rock, romântico: Pabllo Vittar, Johnny Hooker, Filipe Catto, Lineker, Liniker, Jaloo, Banda Uó, As Bahias e a Cozinha Mineira, Não Recomendados, Mc Queer, MC Xuxu, MC Linn da Quebrada, Mulher Pepita, MC Trans, As Baphônicas, Sara e Nina, Lulu Monamour, Daniel Peixoto, Lucas Santana, Gê de Lima, Triz, Gloria Groove, Aretuza Lovi, Lia Clark, Kaya Conky, Danna Lisboa, Potyguara Bardo, Deena Love, Lamona Divine, Seketh Barbara, Filippa Ramona, Jurema Fox, Blair Oberlin, Maddax, Verónica Decide Morrer, AGA31, Rico Dalasam, Zerzil, Silva.

Portanto, <u>travestis</u>, <u>drag queens</u>, <u>transexuais</u>, <u>transgêneros</u>, <u>bissexuais</u>, <u>pansexuais</u>, <u>não-binários</u>, <u>fluidos</u> ou inclassificáveis estão dominando um cenário no qual querem mesmo é se mostrar queer como ressignificação e apropriação discursiva do termo como sinônimo de estranho, esquisito, desviado, conforme visto em item anterior. Destarte, o espaço social e individual são 'ocupados'. Os artistas aqui nomeados se assumem queer porquanto insistem e resistem em distanciar-se de conceitos rotulantes, limitantes e opressores, colocando-se contra as normas preestabelecidas e assumindo sua autonomia, seu domínio de corpos e de desejos.



Importa a esses artistas queer assumir-se como minoria na luta contra a condição de marginal. Para tanto, de forma radical ou até, caricatural. Vale a ambiguidade, a multiplicidade, a fluidez das identidades de sexo e de gênero (como visto na teoria queer). Assim, performances dos artistas, figurinos, letras das canções, arranjos etc negam uma identidade rígida e fixa. Os sujeitos dessas músicas trazem as múltiplas possibilidades de ser e estar no mundo com legitimidade, em representações de si em contraposição a identidades binárias dominantes e hegemônicas. Em se tratando de uma realidade cultural, tais artísticas e sua produção, mesmo que em consonância, vão muito além de discussões teóricas e políticas pelo exercício de suas várias possibilidades de gênero, sexo e sexualidade.

Em suma, o artista queer hoje no Brasil tem visibilidade e se assume positivamente marginal, pois, assim, se pode viver as várias identidades como minorias sexuais em desacordo com o que é hegemônico, binário e normativo. Dai por que a postura apresentada pelos artistas aqui em foco, em sua presença cênica, descosnstrói possibilidades de classificação rígida de masculino ou feminino, homo ou hetero, homem ou mulher, haja vista ficar clara a total liberdade de gênero, por atitude, ousadia, ativismo, transgressão.

CONSIDERAÇÕES

Em síntese, os estudos-queer apresentam contribuições fundamentais: as identidades são múltiplas e articulam-se de inúmeras e inconstantes formas; as identidades são construídas, arbitrárias, instáveis, provisórias, fluidas, não-binárias; o sujeito-queer assume um processo de libertação, desobediência a normas e estruturas; o motivo de marginalização ao que se rotula como queer é apropriado e ressignificado pelo sujeito, convertendo-se em orgulho; as identidades são fluidas, não-binárias; a perspectiva dos estudos-queer recusa tratar a homossexualidade centralizada no gay masculino, pois isso reforça o binarismo hetero/homo, masculino/feminino,homem/mulher, gay/lésbica, corroborando o protagonismo e a supremacia masculina. Dessa forma, a teoria queer desafia, questiona, desconstrói o regime dicotomizador de identidades de sexo, gênero e sexualidade, reconhecendo, respeitando, legitimando as diversas realidades de gênero e da sexualidade, o que põe em cheque a heteronormatividade compulsória dos discursos hegemônicos, marginalizadora dos sujeitos-queer.

Dizendo de outra forma:

O queer é colocar-se na recusa de todas as formas de normalização, é contestar posições fixas de identidade. É a diferença que não quer ser assimilada a formas e demarcações identitárias. Quer antes problematizar e questionar a legitimidade



dessas formas – identitárias – do que ser inclusa. O queer não quer instituir uma nova concepção de identidade, uma nova identidade referência, a Teoria Queer quer problematizar a legitimidade de pressupor que podemos partir dessa noção de identidade para se falar dos diferentes sujeitos na sociedade e dos múltiplos arranjos do ser internos aos sujeitos (LOURO, 2004).

Em suma, conforme os casos em tela, constata-se que a música brasileira queer atual extrapolou e confrontou posturas machistas e tradicionalistas, como resultado de lutas empreendidas contra posturas heteronormativas e em prol de um discurso que exige respeito aos sujeitos em suas ações e identidades, comportamentos, valores e ideologias diversas. Não por acaso em 2018 filmes brasileiros com temática queer, *Bixa Travesty* (Linn da Quebrada) e *Tinta Bruta*, foram muito bem recebidos pelo público no festival de Berlim, com ampla divulgação em termos midiáticos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BUTLER, Judith. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_______ Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002.

______ Undoing Gender. New York: Routledge, 2004.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. et al. Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGTBQI. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

FÁBIO, André Cabette. **A trajetória e as conquistas do movimento LGBT brasileiro** 17 Jun 2017 (atualizado 12/Jan 17h24) Link para matéria: https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro.

FAOUR, Rodrigo. **Historia Sexual da MPB: a evolução do amor e do sexo na canção brasileira. Rio de Janeiro:**Record, 2006.

FOUCAULT, M.**História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Publicação online. Brasília/DF,2012.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Revista**



Estudos Feministas, vol. 9, nº 2. Florianópolis, 2001.

_____ **Um Corpo Estranho**: Ensaios Sobre Sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, Porto alegre, 1989.



NARRATIVAS DISSIDENTES E EDUCAÇÃO: O QUE TÊM A DIZER MACACOS ENORMES E PELUDOS E PRINCESAS SAPATONAS?

Késia dos Anjos Rocha

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília/SP kesiaanjos@gmail.com

Resumo: esse trabalho tem como proposta apresentar a contação de histórias e a literatura infantojuvenil como dispositivos estético-político e metodológicos que podem ser acionados em pesquisas e intervenções no campo da educação em trabalhos que envolvam gênero, raça, classe social, sexualidades, dentre outros. O foco é discutir como as tecnologias sociais de gênero, raça, classe, sexualidades, podem ser utilizadas dentro da educação, apontando a viabilidade da narrativa poética e posicionada como forma metodológica que pode possibilitar outras leituras e interpretações de mundo.

Palavras-chave: gênero, narrativas dissidentes; literatura infantojuvenil; contação de histórias.

Introdução

Esse relato tem como ponto de partida a experiência vivida durante a criação e realização do Projeto "Quem reconstrói um conto", o mesmo foi premiado em 2012 pelo Governo do estado de São Paulo, Secretaria da Cultura e Programa de Ação Cultural (ProAC) — cujo o foco era apoiar ações e manifestações artístico-culturais com temática LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais) que tivessem como objetivo promover o debate sobre gênero e diversidade sexual com foco na desconstrução de padrões heteronormativos e homofóbicos. O projeto realizou dois Ciclos de contações de histórias para crianças e jovens da Organização não Governamental (ONG) Centro Camará de Apoio à Infância e Adolescência da cidade de São Vicente/São Paulo e realizou conjuntamente três encontros formativos de 12 horas com grupos de adultas/os interessadas/os, educadores/as e estudantes universitários/as das cidades de Santos/São Paulo e Presidente Prudente/São Paulo.

A arte de contar histórias está sendo compreendida como um dispositivo artístico de resistência, isso quer dizer que quando você constrói sua própria narrativa ou quando empresta seu corpo-voz para que deem vida a personagens que desestabilizam as estruturas e os discursos hegemônicos, quando trazemos à cena personagens que representam o/a "outro/a", o "subalterno/a", o "colonizado/a", o "estranho/a", ou seja, àqueles/as que estão do "outro lado", que desviam da norma e que, muitas vezes, têm suas vidas relegadas ao

¹ Projeto criado e desenvolvido por Késia Anjos e Érika Oliveira Mais informações na página https://www.facebook.com/quemreconstroiumconto/?ref=bookmarks.



apagamento, convidamos os/as espectadores/as a ocuparem outro lugar na sociedade, a protagonizarem suas próprias experiências, a reescreverem suas próprias histórias. hooks (2013), ao valorizar o testemunho pessoal, nos mostra que se trata de um terreno fértil para a produção de uma teoria feminista libertadora, isso se considerarmos que experiências de dor, sofrimento, conquistas, podem nos auxiliar a mapear e criar jornadas teóricas significativas.

A reflexão está fundamentada nos pensamentos e conceitos de autoras/es feministas, decoloniais e queer (BUTLER, 2005; COLLINS, 2016; HOOKS, 2013; LOURO, 2000; LUGONES, 2014; MIGNOLO, 2004; MISKOLCI, 2012, 2017; SANTOS, 2002; PRECIADO, 2014; WALSH, 2009) que consideram o aspecto relacional, intercultural e transdisciplinar que envolvem as discussões dos diversos marcadores sociais das diferenças. As histórias infantis selecionadas para as intervenções do projeto foram as seguintes: "Ervilina e o princês ou deu a louca em Ervilina", da escritora brasileira Sylvia Orthof, "Príncipe Cinderelo", da escritora inglesa Babette Cole, e "Titiritesa", do escritor espanhol Xerardo Quintiá.

A escolha das obras se deu após um levantamento em sites de busca pela internet, a partir dos marcadores gênero, sexualidades, diversidade sexual e literatura e infantojuvenil. Na época da pesquisa encontramos várias obras que abordavam outras formas de feminilidades e até mesmo de masculinidades, mas no contexto das produções brasileiras, não encontramos nenhuma obra que tivesse como personagens principais mulheres/jovens lésbicas. Era nossa intenção trazer para o debate personagens lésbicas, pois entendíamos a importância de visibilizarmos outras existências e formas de amar e se relacionar. Nesse caminhar, encontramos o livro Titiritesa escrito pelo autor espanhol Xerardo Quintiá e que trazia uma narrativa poética e encantada sobre amor entre duas princesas. É fundamental dizer, que esse quadro de invisibilidade mudou um pouco a partir de 2015 com a publicação do livro "A princesa e a Costureira", da autora Janaína Leslão, o mesmo traz em sua narrativa a histórias de uma princesa que, as vésperas do casamento, se apaixona pela costureira.

Temos acompanhado nos últimos anos, a grande visibilidade de posições e visões conservadoras que têm se materializado em discursos de ódio, veiculados e disseminados por várias mídias (rádio, televisão, internet) contra todos/as aqueles/as que não se encaixem nos padrões hegemônicos - brancos, heterossexuais, monogâmicos, cristãos, cisgênero². Esses discursos têm surgido também como ações concretas nos governos estaduais, municipais e federais por meio de projetos de leis que buscam estabelecer o que é família, o que as

-

² Pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no momento do nascimento.



mulheres podem ou não decidir sobre seus corpos, o que a escola deve ou não falar a respeito de gênero e sexualidades (COLLING, 2016; VIANNA, 2011; SEFFNER, 2017; MISKOLCI, 2017).

A intenção é expor como esses dispositivos (a literatura e as contações de histórias) podem contribuir para as teorizações e reflexões sobre as práticas na área da educação, seja em contextos formais ou outros, para que essas práticas e o processo educativo sejam compreendidos como ações que rejeitam normas impostas, abrindo caminhos que possam nos conduzir ao que hooks (2013) chama de educação como prática de liberdade. Na conjuntura social e política atual, observamos que obras sobre gênero, raça, sexualidades, diversidade sexual, são usadas esporadicamente no contexto educacional, e que, quando usadas, raramente se apresentam de modo mais subversivo; em grande parte dos momentos nos quais aparecem vêm apenas para cumprir um proforma no currículo. Exatamente por acreditar na possibilidade de subverter essa realidade que trago esse relato que tem sim uma pretensão, a de chacoalhar um pouquinho as estruturas normativas desses espaços educativos, demonstrando que é possível criarmos (re)existências.

Entre palavras mágicas, castelos, alamedas e dragões: por onde caminhamos...

As histórias infantis, os livros didáticos, o currículo de forma geral, têm contribuído para a manutenção de uma perspectiva monocultural de sujeitos/as e de ciência, bem como para o estabelecimento de diferenças hierarquizantes (WALSH, 2009; SILVA, 2010a; SILVA, 2010b). Elas contribuem para desenhar identidades sociais, sexuais, de gênero, consideradas "normais" e criam uma maquinaria que se encarrega de conservar esses padrões. As narrativas e os discursos estão contribuindo na produção de identidades, uma vez que, são atravessados por relações de poder que vão dizer como crianças, jovens e adultos/as pensam/vivem suas identidades, como entendem o que é ser "homem", "mulher", etc.

Ao longo da história e de nossos processos de formação, crescemos ancorados/as em imagens de príncipes e princesas que, com características, atribuições e sentimentos específicos nos acompanharam nesse desenhar de identidades binárias, ainda definidas pelos adjetivos "delicada x forte", "corajoso x medrosa", "ativo x passiva" etc. Toda essa estrutura social heteronormativa se apresenta nos espaços educativos, nos currículos, nos livros, nas relações entre educador/a e educando/a e tendem a perpetuar-se nos jogos e tensionamentos



entre os diferentes grupos sociais (XAVIER FILHA, 2011).

Como demonstram alguns pesquisadores/as (BENTO, 2002; BUTLER, 2005; MEIJER, PRINS, 2002; PRECIADO, 2002), a materialidade dos corpos vai passar a ser reconhecida, a ser inteligível, apenas quando esse/a tiver um sexo. A partir do momento em que se anuncia o sexo de um bebê, este ou esta, passa a viver num universo cheio de expectativas que são materializadas pelos pais, mães, familiares, sociedade em geral e manifestam-se em brinquedos, roupas, cores e, posteriormente, nas atribuições da vida cotidiana, nos espaços escolares e profissionais; é algo que vai se reiterando ao longo da vida e "nunca" termina. O fato de termos uma vagina ou um pênis vai guiar desejos e expectativas que terão sobre nós e que, muitas vezes, sem termos consciência plena estaremos reproduzindo e seguindo ao longo de nossas vidas. Isso tudo nos diz que, antes mesmo de nascermos, já estamos inseridos/as num campo discursivo e de disputas de poder no qual "[..] o gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada" (BENTO, 2002, p. 553).

Na história de Titiritesa, João Verbolete, um famoso inventor de palavras, cria algo que tem o poder de transformar a realidade, de sensibilizar pessoas através do riso, das gargalhadas. Nessa história apenas o pronunciar dessa mágica palavra faz com que a rainha Mandolina aceite o casamento das princesas e altere os destinos dessas personagens. Na história de Cinderelo, a presença de uma fada sujinha que despenca de uma chaminé traz a possibilidade de bagunçar essa realidade de submissão do personagem oprimido, nesta história, a fada sujinha aparece e ao proferir as palavras mágicas "Bife, Bangue, Bongue, Pec Peteca", faz com que a realidade seja logo transformada. O príncipe Cinderelo, que sonhava ser enorme e peludo como os irmãos, acaba por tornar-se um grande macaco cheio de pelos, mas é assim que segue pelas ruas de seu reino em busca de seus sonhos e de uma ideia e representação do é ser homem — enorme e peludo como seus irmãos.

A história de Ervilina, a personagem de Sylvia Orthof, desenha uma clássica narrativa de princesas e príncipes, na qual, rei e rainha partem em busca de uma noiva para seu filho, a jovem escolhida deveria ser "[...] tão delicada, quase uma rosa, quase uma fada, como uma flor de lis, para casar com o princês e ser para sempre feliz" (ORTHOF, 2009, p. 17). Seria uma clássica e conhecida história se a autora não tivesse tecido caminhos outros para Ervilina; a jovem, ao ser escolhida pelos ministros e generais do rei, recusa-se a casar e se apresenta como uma pastora, com desejos de seguir sua vida de maneira independente, cuidando de suas ovelhas e recusando, portanto, o casamento arranjado. Dessa maneira, rei e rainha têm que



lidar com as escolhas da jovem pastora e com a decepção do príncipe que não pode exercer poder de escolha sobre a vida e desejos de outra pessoa.

As histórias que acabo de destacar foram apresentadas a crianças e jovens de uma ONG do litoral paulista e provocaram naqueles/as espectadores/as o estranhamento que esperávamos. Durante uma das apresentações, no momento em que as princesas se beijam, escutamos a expressão "credo! Que nojo" sendo proferida por uma criança de mais ou menos 11 anos. Esse "nojo", que pode ser sentimento de repulsa ou simplesmente uma forma de expressão risonha e acanhada de alguém que estava vendo pela primeira vez a demonstração de afeto de duas mulheres na cena literária infantojuvenil, afinal, aquele grupo jamais tivera contato com narrativas "outras", que apresentassem formas outras de existir e ocupar o mundo. As apresentações provocavam e convidavam os/as espectadores/as a reflexão, por meio da narrativa poética, costurada com música, personagens/bonecos e acredito que, de maneira eficaz, colocavam em dúvidas algumas das certezas sobre o que é ser homem, mulher, sobre o que pode ou não ser sentido e vivido.

É significativo para esse relato, abordar algumas dificuldades que tivemos no momento de articularmos e buscarmos parcerias para a realização das atividades com o público infantil. Em um primeiro momento, tínhamos escolhido espaços educativos formais, ligados a prefeitura e que estivessem localizados em espaços geográficos periféricos. Queríamos compartilhar nossas histórias e as apresentações artísticas em espaços nos quais a arte chega pouco ou quase nada. No entanto, nos deparamos com algumas negativas de profissionais da educação que, ao entrarem em contato com as histórias que compartilharíamos, logo davam um passo atrás na abertura de suas portas. Como nos disse uma coordenadora de escola "as histórias de príncipes e princesas (Cinderelo e Ervilina) pode, mas essas de duas mulheres (Titiritesa) não, essa é demais para nossas crianças". Como bem destaca Seffner (2017, p. 23), observamos aqui o quanto a função da escola e a função docente "[...] se debatem eternamente entre inserir os alunos na tradição e contribuir no sentido de auxiliar a modificar essa mesma tradição, abrindo espaço para a novidade".

Conclusões

O que é significativo pensarmos é se as personagens dessas obras, ao exercerem seu potencial de agência, em alguma medida, contribuem nos processos de formações culturais de sujeitas/os sociais "reais". Os contos podem interferir nesses processos de configurações



de agenciamentos na vida de meninas, jovens, crianças e educadoras/es que têm acesso a essas narrativas? Se conduzirmos nossa memória e resgatarmos os contos e histórias que tivemos acesso na infância identificaríamos rápido o que elas têm em comum, personagens femininas com pouco ou nenhum agenciamento ou então personagens mais ativas representadas por bruxas e madrastas que sempre morrem ao final. Entre as protagonistas, o papel de agência/atividade das personagens femininas logo dá lugar à fragilidade e perigo que só serão resolvidos com a chegada de um personagem masculino. Ao contrário dessas nossas memórias, as personagens que buscamos apresentar aos espectadores nos mostraram o que é ter agência, o que é construir estratégias, sejam elas mágicas ou não, para cruzar fronteiras normativas (ORTNER, 2007).

A partir dessa experiência, tenho refletido e pensado a arte como produtora de poder, um filme, uma escultura, uma pintura, uma performance, um corpo que dança, um livro, uma história que se conta, são todas elas, práticas produtoras de poder. De acordo com Brah (2006, p. 373), "[...] o corpo inteiro, em sua fisicalidade, mentalidade e espiritualidade é produtivo de poder". Uma história pode auxiliar na produção de novos sentidos para as experiências que vivemos e compartilhar narrativas tidas como subalternas, pode possibilitar a ruptura de algumas fronteiras, que são responsáveis pelo estabelecimento de hierarquias e diferenças sociais e de identidades.

Referências

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2), 2011. P.549-559. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016. Acesso em: 16/01/2018.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 26, 2006. P. 329-376. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 12/01/2018.

BUTLER, J. Regulaciones de género. La ventana. Guadalajara, México, n. 23, 2005. p. 7-35.

COLE, B. Príncipe Cinderelo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COLLING, L. A emergência do artivismo da dissidência sexual e de gênero no brasil da atualidade. In: GARCÍA, Paulo César; THÜRLER, Djalma (orgs.) **Erotização da política e a**



política do desejo: narrativas de gênero e sexualidades em tempos de cólera. Salvador, EDUNEB, p. 74-86, 2016.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LOURO, G. L. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3), 2014. P. 935-952. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 13/02/2018.

MEIJER, I. C.; PRINS, B. Como os corpos se tornam matéria: uma entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, 1/2002, p.155-167. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009. Acesso em: 02/12/2017.

MIGNOLO, W. D. La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Editorial Gedisa, 2007.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

MISKOLCI, R. "Ideologia de Gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v.32, n. 3, p. 725-747, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>. Acessos em: 15/02/2018.

PRECIADO, B. **Manifesto Contrassexual:** práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: N 1 Edições.

QUINTIÁ, X. Titiritesa. Pontevedra/Espanha: OQA Editora, 2008

ORTNER, S. B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: Grossi, M. P.; Eckert, C.; Fry, P. H. (Org.). **Conferências e práticas antropológicas**: textos de Bárbara Glowezewski... (et. alli). Blumenau: Nova Letra, 2008, p. 45-80.

ORTHOF, S. Ervilina e o princês ou Deu a louca em Ervilina. Porto Alegre: Editora



Projeto, 2009. 48p.

SANTOS, B. S. *Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 2002, p. 237-280. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PD F>. Acesso em: 25/11/2017.

SEFFNER, F. Tem nexo não falar de sexo na escola. **Revista Textual**, Porto Alegre, v. 1, p. 22-29, 2017. Disponível em:

https://www.sinprors.org.br/textual/maio 2017/Tem_nexo_n%C3%A3o_falar_sobre_sexo_na_escola.pdf>. Acesso em 02/03/2018.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às Teorias de Currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010a.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010b.

VIANNA, Cláudia. Estudos sobre gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: das ações coletivas aos planos e programas federais. 2011. **Tese** (Livre Docência em Políticas publicas - educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.48.2016.tde-20102016-162243. Acesso em: 2018-02-28.

XAVIER FILHA, C. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Revista Estudos Feministas**, 19(2), p. 591-603. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200019/19433>. Acesso em 15/02/2018.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y pedagogia de-colonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir. In: Medina M., P (Coord.). **Educación Intercultural en América Latina**: memorias, horizontes históricos u disyuntivas políticas. Mexico: UPN: CONACCYT: Plaza Valdés, 2009, p. 27-54.



O CINEMA COMO RECONHECIMENTO: UMA ANÁLISE A PARTIR DE AZUL É A COR MAIS QUENTE

Ygor Santos de Santana

Universidade Federal de Sergipe. E-mail: <u>yssantana76@gmail.com</u>

Sáskia dos Passos de Sousa

Universidade Federal de Sergipe. E-mail: saskia.passos@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca discutir a importância da representação queer, especificamente lésbica, nas obras cinematográficas produzidas atualmente e como tem se dado essa representação. Para isso, foi analisado o filme francês Azul é a cor mais quente, do diretor Abdellatif Kechiche que tem como foco principal a relação amorosa entre duas mulheres, e que gerou inúmeras polêmicas quando do seu lançamento por conta das condições de trabalho impostas pelo diretor tanto à equipe de produção quanto às atrizes principais. Partindo disso, utiliza-se da pesquisa bibliográfica, principalmente das terias de Foucault e Butler, como referencial para este artigo a fim de demonstrar que questões de gênero e sexualidade são performances culturais construídas ao longo da história através dos mecanismos de poder difundidos no corpo social. O longa ainda perpetua muito da noção predominante que tem o critério biológico como a única determinante para a definição de gênero e sexualidade. Dessa forma, aqueles que divergem da heternomatividade e/ou do gênero biologicamente imposto são tratados como anormalidades, exceções à regra imposta cultural e historicamente. Assim, defende-se aqui que a sexualidade e o gênero dos indivíduos não têm nada a ver com o critério biológico imposto socialmente. Trata-se de criação cultural e, por isso, passível de mudança. O objetivo é analisar de que forma a representação da relação homoafetiva no filme é marcada por discursos heterossexista e, ao invés de romper com esse discurso, atua como um perpetuador dele. Isso porque, nas entrelinhas do filme, ainda é possível perceber traços dessa cultura heteronomativa

Palavras-chave: Gênero, sexualidade, queer, cinema, educação.

INTRODUÇÃO

A representação LGBTQ no cinema, tem ganhado espaço nas produções cinematográficas nos últimos anos. É possível observar uma curva crescente de produção desse tipo de narrativa, apesar das oposições e boicotes aos filmes e diretores que se propõem a mostrar essas histórias. Esse crescimento é importante à medida que visibiliza identidades marginalizadas. A representação dessas minorias nas telas do cinema apresenta-se como uma vitória para seus movimentos sociais, além de inaugurar uma quebra no discurso heteronomativo, sexista e racista predominante na sociedade.

Silvia Azevedo (2010) afirma que a homossexualidade está representada no cinema desde sempre. No entanto, para ela, a forma como se dá essa representação na grande tela é problemática. Inicialmente, o cinema era feito como forma de agradar o espectador masculino, público alvo que tinha maior acesso a esse tipo



de entretenimento. A partir de certo momento, no entanto, passou-se a questionar o papel da mulher enquanto espectadora. Isso levou a questionar também o papel do telespectador homossexual.

Com o passar dos anos, foram produzidas obras de conteúdo homoerótico ou com personagens homossexuais inseridos em suas narrativas. Muitas dessas obras apresentam-se como revolucionárias, mas acabam reproduzindo discursos heterossexistas e imagens estereotipadas das minorias presentes nas narrativas.

A partir disso, surge ainda a questão da imagem da comunidade LGBTQ que é passada para os telespectadores. Muitas vezes, principalmente no começo do cinema e até pouco tempo atrás, os homossexuais eram retratados de forma submissa aos heterossexuais a sua volta, sempre escondendo sua sexualidade e gênero de modo a não criar atrito com as pessoas ao redor. A sexualidade não normativa era algo que precisava ser escondido. Isso fazia com que heterossexuais se sentissem mais confortáveis com sua própria sexualidade, reforçando a ideia de que aqueles diferentes não apresentariam qualquer tipo de perigo, eis que não tinha relevância social. Esse tipo de representação da minoria é degradante, pois a coloca em uma espécie de banimento social.

Na contramão disso, há as imagens positivas que celebram a sexualidade e gênero não normativos como característica normal do ser humano que não tira dele o status de ser social que merece ser respeitado e fazer parte da sociedade. Com as produções mais recentes (e algumas, poucas, mais antigas), os estereótipos homossexuais e de gênero não normativos têm sido destacados e colocados em discussão.

É nessa perspectiva que se insere este trabalho. Utiliza-se aqui o método histórico a fim de situar as teorias *queer* e os acontecimentos abordados em torno dessas temáticas. Foi realizada também pesquisa bibliográfica e análise documental a fim, de relacionar as teorias desses e outros autores, com os discursos que circulam no filme.

Dessa forma, analisa-se a obra *Azul é a cor mais quente*, com ênfase na questão da lesbianidade, sob um ponto de vista pós-crítico, para discutir a importância da representação *queer*, mais de perto lésbica, no cinema. Procura-se entender, assim, os efeitos de sentido produzidos por esse filme: se o do discurso heteronormativo, ou se, ao contrário, busca romper com a norma estabelecida. Na próxima seção, apresentaremos, ainda que em breves linhas, os acontecimentos do filme que possuem maior relevância para as análises que serão desenvolvidas posteriormente.



O AZUL NO CINEMA

Com estreia em 23 de maio de 2013 no Festival de Cannes na França, *L'a vie d'Adèle*, lançado no Brasil com o título *Azul é a cor mais quente*, tem gerado controvérsias desde o seu lançamento, sendo objeto de estudo em vários trabalhos. O filme dirigido por Abdellatif Kechiche mostra-se como uma obra de arte polêmica, seja por seu tema central, ainda pouco aceito pelo "público médio", seja pela forma como esse tema é tratado nas suas quase três horas de duração.

A película narra a história da protagonista crescendo e se descobrindo desde a adolescência até o começo de sua vida adulta. Durante o percurso narrado na grande tela, Adèle (Adèle Exarchopoulos) é mostrada como uma estudante do ensino médio, aspirante à carreira do magistério que conhece outra mulher e acaba por se envolver romanticamente com ela. Mas não só isso, o filme mostra os detalhes dessa relação e como a personagem principal lida e é transformada por isso, tendo ainda que lidar com as pessoas ao seu redor. O ponto de virada da narrativa é o romance entre a protagonista e Emma (Lèa Seydoux), uma estudante de Artes, pertencente à classe média alta, que tem olhos e cabelos azuis.

A cor azul tem destaque, pois, além de dar nome à obra (ao romance e a algumas traduções do título do filme), é recorrente na fotografia do longa. Desde peças de roupas à cor das paredes, passando pelos cabelos de Emma, a cor tem importante participação na trama, vez que representa a liberdade sexual de Adéle (MAYER, 2013).

HETERONORMATIVIDADE E SUBVERSÃO DA INVISIBILIDADE LÉSBICA EM TELA

Na perspectiva foucaultiana, não há algo como um objeto pré-discursivo, algo que seja anterior e independente do homem e que não seja influenciado pelas condições históricas e sociais (apud CASTRO, 2017). É partindo dessa perspectiva que o autor analisa a sexualidade. Assim é que observa a emergência, a partir do século XVIII, de diversas interdições em derredor do sexo, que diziam respeito à maneira adequada de falar, com quem falar e quando falar sobre esse assunto. Demonstra que, apesar disso, na chamada idade moderna, não houve um silenciamento dos discursos sobre sexo, mas uma proliferação, com o objetivo de delimitar um regime de verdade sobre o tema, que se desenvolve em torno da naturalização do modelo monogâmico heterossexual, do qual realmente se fala cada vez menos, mas para se falar cada vez mais sobre aqueles que fossem diferentes dele, a fim de



definir as novas fronteiras entre verdadeiro e falso, permitido e reprimido, normal e anormal, constituindo um procedimento de limitação externa da produção discursiva.

Forma-se, então, uma morfologia de verdade que apresenta a heterossexualidade como natural e superior a outras performances de sexualidade. O ser heterossexual é apresentado como norma, como verdade, em oposição a qual outras formas de vivenciar a sexualidade são apresentadas como desviantes. Por isso é que se tem que o termo homossexual é recente, pois seu uso emerge da caracterização como anormal daqueles que não se adequavam à norma heterossexista (WELZER-LANG, 2001). Há, além disso, uma hierarquização de gêneros, que coloca o homem como superior à mulher, que atribui a ela papeis inferiores e submissos, enquanto privilegia os homens. É esse discurso que forma a norma a partir da qual os corpos são considerados normais ou anormais e que pode ser compreendida pelo ideal do "homem branco, heterossexual, cristão, e de classe média urbana" (LOURO apud VIEIRA, 2017, p. 15).

Há, portanto, uma normalização que se opera através de uma polarização de gêneros e sexualidades segundo binarismos, como homem/mulher, masculino/feminino, a partir dos quais os corpos tornam-se inteligíveis, podem ser compreendidos como um dos termos do par binário (VIEIRA, 2017). Esses pares sustentam-se a partir de uma visão essencialista do sexo, que o tem como um dado pré-discursivo, no sentido exposto acima, natural e que determina o gênero e a sexualidade da pessoa, numa verdadeira coerência que deve ser obedecida para que o sujeito seja socialmente reconhecido, para que seja inteligível pelos demais.

Esse essencialismo que determina essa coerência, contudo, não é natural, como é apresentado, mas integra o mecanismo heterossexista, que atua como verdadeira tecnologia biopolítica, esta compreendida como uma forma de poder que atua não sobre o indivíduo singular, mas sobre a vida biológica da espécie humana (CASTRO, 2017). Sendo o padrão ao qual todos devem adequar-se, não aparece de forma saliente, mas, sim, atua de modo, discreto, sutil, perceptível mais em seus efeitos, como explicam CARDOSO, OLIVEIRA e DIAS (2015), a partir de Butler.

Também o gênero é visto como algo determinado naturalmente, em uma visão baseada numa suposta universalidade da maneira de viver o corpo. Entretanto, essa suposta naturalidade e evidência da sexualidade e do gênero ocultam a característica de dispositivo dessas categorias, por serem construídas histórica e culturalmente, a partir de diversos discursos que produzem saberes que definem as suas formas verdadeiras e normais. Assim, aquilo que é supostamente natural é, na verdade, aquilo que se amolda ao regime de verdade



vigente, como apontamos alhures. Assim é que as identidades de gênero não são dadas de forma anterior e independente ao homem, mas são construídas em meio às relações de poder (LOURO, 2000), assim como os papéis que são atribuídos aos homens e mulheres, que privilegiam aqueles e deixam essas em uma situação de subordinação (WELZER-LANG, 2001).

O gênero não é algo natural, mas uma construção cultural a partir da qual os corpos são normalizados, através de práticas consideradas adequadas de acordo com a verdade vigente. Tais práticas inscrevem o indivíduo no grupo no qual sua pertença é considerada adequada, reforçando os binarismos heterossexistas. O que há, pois, é a reprodução de um conjunto de gestos e atuações, de forma repetida e continuada ao longo do tempo, a partir do que se forma a aparência de uma substância, de uma naturalidade, mas que, na verdade, é o resultado de uma performance de gênero, delineada pela heterossexualidade compulsória, que identifica os corpos aos grupos a que pertencem "naturalmente" (BUTLER, 2008). Além do pertencimento, a performance de gênero demarca "os corpos e os lugares de homens e mulheres na sociedade, excluindo os que não se enquadravam nesses moldes ou os que estão na *fronteira*" (CARDOSO; OLIVEIRA; DIAS; 2015, p. 245) (grifo dos autores).

Tem-se, portanto, dois efeitos da construção de gênero: o primeiro é a hierarquização de gêneros, sobre a qual falamos, que engendra a submissão das mulheres aos homens; o segundo, por sua vez é a estigmatização dos corpos que escapam aos esquemas postos, renegadas a um não lugar. Por isso é que as teorias *queer* entendem a homossexualidade como uma categoria produzida dentro da relação de saber/poder que tem na heterossexualidade a sua norma e nela, por oposição, a anormalidade, o sujeito abjeto. Partindo disso, essas teorizações criticam essa morfologia de verdade binária e excludente, a fim de pensar discursos que não reforcem a hierarquização e a exclusão.

No filme que constitui o objeto de nossas reflexões, esse papel do gênero e da sexualidade como demarcador de pertencimento dos corpos pode ser observado. Adèle é retratada como uma menina que possui uma boa aceitação entre os seus colegas da escola, tendo um convívio tranquilo e sendo incluída entre eles, entretanto, quando descobrem que ela está se relacionando com outra garota, a atitude do grupo com relação a ela muda completamente. Ela passa a ser alvo de chacota por parte dos outros alunos, que lhe dirigem xingamentos e comentários ofensivos, além de se afastarem dela, mesmo aqueles com os quais ela antes convivia de forma mais próxima. Essas cenas mostram a personagem sendo punida por não performatizar corretamente seu gênero, rompendo com a heteronormatividade



que impõe o relacionamento com homens como norma para as mulheres. Nesse sentido é que Junqueira (2007, p. 153-154) entende que a homofobia traduz uma punição contra aqueles que subvertem as performances de gênero e sexualidade dominantes.

Esse rompimento realizado pela protagonista revela uma retomada do corpo. Com efeito, há, como parte do dispositivo de sexualidade, uma circulação de discursos sobre o corpo por meio das instituições – baseados no ideal heteronormativo vigente – que delimitam as formas corretas, normais, que produzem uma verdade sobre o corpo, os quais conjuram uma diversidade de sanções, como o pecado, o crime, a perversão, que submetem a vivência corporal àquilo que é ditado pela norma, que nos leva entregar nossos corpos às instituições (DIAS; OLIVEIRA, 2015, p. 69). Dessa forma, a punição que sofre Adèle – a homofobia -, é uma reação dos discursos fundantes de nossa sociabilidade à retomada da propriedade de seu corpo realizada pela personagem contra as instituições. A importância disso é ainda maior quando se tem em mente a especificidade de tratar-se de um relacionamento lésbico. Isso porque a lésbica, dentro do dispositivo de sexualidade, é duplamente atravessada por discursos inferiorizadores e excludentes.

Primeiro, porque o feminino é construído como inferior ao masculino, segundo a relação de poder que elege este último como padrão. Assim, entendido o gênero como um discurso de poder que cria categorias que são inscritas nos corpos para individualizá-los a partir delas (homem/mulher, masculino/feminino), percebe-se que a sua construção se dá por meio de uma relação de saber/poder dentro da qual uma categoria é tida como inferior, por oposição àquela que constitui a norma (VIEIRA, 2017). Nesse sentido, a transição do século XVIII para o XIX assinala uma intensificada oposição dos gêneros, em que a sexualidade feminina passa a ser vista como subordinada e dependente da masculina e culmina na subtração do prazer feminino e de seu desejo sexual. É um discurso que silencia a sexualidade das mulheres, punindo aquelas que a reivindicam com o rótulo de histérica. De fato, a histerização do corpo da mulher é uma das características do dispositivo da sexualidade (CASTRO, 2017).

A segunda subordinação diz respeito à anormalidade da lesbianidade. Vimos acima que a heterossexualidade compulsória é uma tecnologia biopolítica que exerce discretamente seus efeitos sobre os corpos, para normalizá-los, adequando-os aos padrões culturalmente hegemônicos. Esse processo exclui e rejeita aqueles corpos cujas performances de sexualidade não se amoldam aos códigos culturais vigentes, momento em que aparece de forma mais clara (DIAS; OLIVEIRA, 2015), razão pela qual afirmamos que o dispositivo da



sexualidade é mais perceptível em seus efeitos.

Assim, a existência lésbica é duplamente marginalizada, tanto em seu gênero, inferiorizado na hierarquia radicada na masculinidade, como em sua sexualidade, considerada como anormal por oposição à norma heterossexista. Sua marginalização decorre, pois, da subversão dos papeis de gênero, bem como da performance de sexualidade normal. Por isso é que dentro do próprio movimento feminista, no início do século XX, esse grupo era desconsiderado, eis que a reivindicação da sexualidade tinha seu foco na mulher heterossexual. É, então, necessário ter esse recorte específico em mente, para não perder de vista as suas dificuldades e demandas próprias.

Essa dupla marginalização deve-se ao fato de que a lesbianidade incomoda, por subverter os discursos de gênero e de sexualidade que circunscrevem os sujeitos. Com efeito, ser lésbica traduz "a ousadia de uma mulher em se fazer um corpo sexuado e que busca prazer fora da lógica falocêntrica" (VIEIRA, 2017, p. 34). Por essa razão é que Louro (2000) vê na sexualidade uma dimensão política, por refletir o heterossexismo que circunscreve os corpos, a qual porém passa despercebida, eis que as questões sobre esse tema são associadas à culpa, vergonha, principalmente quando se referem a performances que divergem do que se tem por normal.

Assim, o longa estudado possui um papel importante, ao trazer a mulher lésbica de forma não fetichizada e independente de uma figura masculina, rompendo com a imagem de presa sexual e com a representação do seu sexo como uma forma de entreter o homem, apagando o prazer feminino (TROTTA; OLIVEIRA, 2014). Essas autoras demonstram que o impacto causado pelas cenas de sexo deve-se ao fato de que elas retiram a lesbianidade de um lugar de invisibilidade, construindo personagens que reivindicam sua sexualidade de forma independente de um homem, retomando seu corpo das instituições. Com isso, há uma subversão do apagamento do prazer feminino, por meio do destaque que é dado a ele, operando uma ruptura tanto dos lugares que são relegados ao feminino, quanto do papel do corpo da mulher, que de objeto passa a ser sujeito, com uma história. O relacionamento das protagonistas, portanto, representa a lesbianidade como mais uma possibilidade de vivenciar a sexualidade, retirando-a de sua posição de anormalidade (AMARAL FILHO; FERREIRA JÚNIOR, 2017).

Isso possui uma importância específica por tratar-se de um filme, que é um artefato cultural que reflete os discursos fundantes de nossa sociedade, constituindo-se em forma de aprendizagem do que é certo e do que é errado, dos padrões de normalidade vigentes. Por



meio deles, a heteronormatividade é transmitida desde a infância, com a repetição das normas de gênero que naturalizam o *status* social do corpo (CARDOSO; OLIVEIRA; DIAS; 2015). A obra que estamos a analisar, então, retrata a existência lésbica e a homofobia a partir de situações cotidianas, de forma a aproximar o espectador da narrativa e visibilizar sujeitos que são excluídos ou retratados apenas de forma erótica, fetichizada, através de um realismo estético. Nesse sentido é que o filme se propõe a utilizar o erotismo não para a apreciação masculina, mas como forma de chocar, com o objetivo de chamar atenção para situações comuns que passam despercebidas no cotidiano, para criar empatia com as pessoas que as vivenciam.

CONCLUSÃO

Ao longo das análises aqui realizadas, ficou claro de que forma o cinema é um importante meio de circulação de discursos em nossa sociedade. Através de um breve olhar pela história do cinema, vê-se que a representação *queer* nessa mídia não é recente, havendo registros de personagens LGBTQ desde pelo menos a primeira metade do século passado. Entretanto, essa representação se prestava a repercutir os códigos culturais vigentes, reforçando-os, de modo que as identidades que escapavam à matriz heterossexista eram representadas por meio de personagens caricatos e ridicularizados, assim como o sexo, utilizado como forma de reforçar o discurso de dependência da figura masculina por parte das mulheres. O que ocorre na verdade é que, mais recentemente, há um movimento de ressignificação dessas identidades na linguagem cinematográfica, apresentando as suas existências como possibilidades reais, humanas, com uma identidade e uma sexualidade próprias.

Há uma relevância significativa nisso, pois subvertem-se os discursos heterossexistas dominantes num espaço que possibilita uma visibilidade muito grande desse movimento. Com isso, retoma-se o sentido político das questões relacionadas à sexualidade em um âmbito mais amplo, contribuindo para um alargamento do debate sobre esses temas. Observa-se, porém, que mesmo essas obras que se propõem a subverter gênero e sexualidade ainda são atravessadas por condições que reproduzem as hierarquizações existentes, como no caso da película estudada, em que foram noticiados, inclusive pelas próprias atrizes, abusos por parte do diretor.

Azul, em que pese sua contribuição para a visibilidade lésbica na conjuntura atual, ainda é atravessado por discursos heterossexistas que ecoam desde a sua produção até à visão



masculina sobre as relações lésbicas que a obra emite. Ao trazer para a grande tela um tema tão importante para uma minoria social historicamente excluída, é necessário ter o cuidado de analisar acuradamente o discurso que a obra reproduz.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Otacílio; FERREIRA JÚNIOR, Sérgio do Espírito Santo; MACEDO, Tarcízio. O choque do real na narrativa cinematográfica Azul é a Cor Mais Quente: Reflexões sobre a cultura estética. **Sessões do imaginário**. Porto Alegre: v. 22, n. 37, p. 20-29, 2017.

AZEVEDO, Silvia. **Representação da Sexualidade Não Normativa no Cinema**: o caso português. Covilhã, 2010. 146p. Dissertação (Mestrado em Cinema). Faculdade de Artes e Letras. Universidade da Beira Interior.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 2. Ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Edgardo. Introdução a Foucault. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

CARDOSO, Helma de Melo; OLIVEIRA, Anselmo Lima de; DIAS, Alfrâncio Ferreira. Marcas e aprendizagens da heteronormatividade em filmes infantis. **Espaço do currículo**. v.8, n.2, p. 244-253, mai./ago. 2015.

CHIOUA, Brahim. KECHICHE, Abdellatif. **Azul é a Cor Mais Quente** (La Vie d'Adèle - Chapitres 1 et 2). [Filmevídeo]. Produção de Brahim Chioua, direção de Abdellatif Kechiche. França, 2013. 179min. color.son.

DIAS, Alfrâncio Ferreira; OLIVEIRA, Anselmo Lima de. Azul é a cor mais quente: discursos sobre o corpo, gênero e sexualidades em fronteiras. **Revista Saberes**, Ano 2, nº 2, vol. 1, p. 61-72, 2015.

JONES, Kristin M. Review: Blue Is the Warmest Color. **Film Comment**. Nova Iorque, nov/dez 2013. Disponível em: https://www.filmcomment.com/article/review-blue-is-the-warmest-color-abdellatif-kechiche/. Acesso em: 13 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério De. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. In. **Revista Bagoas.** Belo Horizonte. v. 01, n. 01. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). O corpo educado. 2. ed. Belo Horizonte Autêntica, 2000.

MAYER, Sophie. Review: Blue is the Warmest Colour. **Sight & Soud The International Film Magazine**. Reino Unido, fev. 2015. Reviews and recommendations. Disponível em: http://www.bfi.org.uk/news-opinion/sight-sound-magazine/reviews-recommendations/blue-warmest-colour>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MURAT, Pierre; RIGOULET, Laurent. Polémique autour de "La vie d'Adèle": Abdellatif Kechiche s'explique dans "Télérama". **Télérama**. França, set. 2013. Seção Cinema. Disponível em: http://www.telerama.fr/cinema/polemique-autour-de-la-vie-d-adele-abdellatif-kechiche-s-explique-dans-telerama,102550.php. Acesso em: 13 mar. 2018.

SALEM, Rodrigo. "O que vocês viram na tela, nós fizemos", diz a atriz Léa Seydoux em



Cannes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, mai 2013. Seção Folha Ilustrada. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/05/1283792-o-que-voces-viram-na-tela-nos-fizemos-diz-a-atriz-lea-seydoux-em-cannes.shtml. Acesso em: 14 mar. 2018.

TROTTA, Clara Cazarini; OLIVEIRA, Maísa Moura Chaves de. Tesourando heteronormatividades percepções sobre sexo lésbico em Azul é a cor mais quente. In Seminário Nacional de educação, diversidade sexual. In: Seminário nacional de educação, diversidade sexual e direitos humanos, 3., 2014, Vitória. **Anais...** Vitória, 2014.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In. **Estudos Feministas.** Florianópolis. V.01., n.02., 2001.



O DESAFIO DAS "INFÂNCIAS QUEER" NO CURRÍCULO ESCOLAR

Isabella Nara Costa Alves¹, Francineide Marques da C. Santos²

Faculdade Metropolitana, isabella.athos@live.com; Universidade Federal Rural de Pernambuco, francineide.marques@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como finalidade problematizar a emergência de infâncias queer e contribuir à discussão da criança como corpo que destoa e bagunça as normas de gênero e sexualidade e os movimentos curriculares dentro da escola. Nosso problema é: Quais desafios curriculares são trazidos por um corpo infantil considerado "afeminado" ou "masculinizado"? Em diálogo com a escrita de Michel Foucault, problematizamos a visão de infância enquanto temporalidade humana marcada por aspectos biológicos circunscritos dentro do território social em que se cristaliza a imagem da criança como ser universal, a-histórico e sobretudo, sem sexualidade. Justificamos a importância deste artigo por investigar as questões de gênero e sexualidade dentro do âmbito educacional, local no qual se manifesta preconceitos e tabus em relação à temática, reforçando as discriminações. Nesse sentido, discutimos, também, relações de poder no "chão da escola", vez que a presença de uma "criança queer" mostra-se transgressora aos padrões da sala de aula no tocante à manifestação de gênero e sexualidade dissidentes, personificando uma resistência aos mecanismos de controle dessa sociedade dicotòmica. Optamos, como caminho metodológico, pelo relato de experiência conjugado com uma pesquisa bibliográfica, tendo como embasamento as teorias curriculares pós-críticas, com Tomaz Tadeu da Silva, e a teoria queer, de Judith Butler. No campo da educação, entendemos haver diálogo entre a teoria queer e a educação por pedagogias e currículos para além dos binarismos como pensado por Guacira Lopes Louro. São sexualidades entrecruzadas, interseccionalizadas com classe, gênero, origem, raça, etc. Os resultados da pesquisa evidenciam discursividades desafiadoras nesses corpos, infâncias que escapam aos padrões dicotômicos e desafiam atualizações no currículo escolar do ensino fundamental e formação pedagógica que contemple discussões em pluralidades culturais, sexuais, sociais. Nossas considerações finais apontam para a emergência do aprofundamento na investigação dessa temática e na inclusão de "infâncias queer" nos debates curriculares, educacionais, populares e acadêmicos.

Palavras-chave: Infância queer, currículo, educação.

Introdução

O que é uma bicha?

 \acute{E} uma palavra que as pessoas usam para fazer os gays se sentirem mal.

- Eu sou uma bicha?

- Não. Você pode ser gay, mas você não pode deixar ninguém te chamar de bicha. (Moonlight - Sob a luz do luar, 2016)

¹ Graduada no curso de Pedagogia da UniFG (Centro Universitário dos Guararapes). Especializanda em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Metropolitana, Jaboatão dos Guararapes - PE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde - GEPERGES, Recife – PE.

² Mestra em Educação, Culturas e Identidades-UFRPE/FUNDAJ. Pesquisadora do GEPERGES Audre Lorde - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades.



A epígrafe acima retrata uma cena do filme ganhador do Oscar do ano de 2016, o primeiro filme com temática LGBT a ganhar a categoria principal nesta premiação. Com o elenco 100% negro, o longa-metragem³ conta a história de vida de Chiron (Alex Ribbert), um menino gay negro morador da periferia, em um subúrbio de Miami. Explorando as dificuldades do protagonista no reconhecimento de sua própria identidade, o filme fala sobre a construção da(s) masculinidade(s), abuso, *bullying*, violência e racismo.

Na cena escolhida, *Little* (apelido do personagem, que em português significa pequeno), fugindo dos colegas da escola que o chamam de "viado" e "boiola", conhece o traficante Juan (Mahershala Ali), que se torna seu protetor, importante figura paterna de Chiron, que o ajuda a construir e (re)pensar sua(s) masculinidade(s).

É sobre os milhares de Chirons que este artigo quer falar: sobre as crianças com sexualidades dissidentes, consideradas afeminadas ou masculinizadas e que podem cambiar, as infâncias *queer*, pois, assim como Chiron, existem na escola diversas crianças que borram as linhas normativas de gênero e sexualidade e subvertem as figuras, os estereótipos de um menino que fortuitamente brinca de boneca ou de uma menina que gosta de jogar futebol.

Nosso objetivo geral é dialogar com autoras/es que investigam a emergência de infâncias *queer*, especialmente no currículo escolar.

Evidencia-se, com as recentes censuras a obras de arte, palestras, apresentação de projetos legislativos que visam extirpar conteúdos históricos, científicos que ensinam outas possibilidades de estar no mundo para além daquele modo heteonormativizado, mostra-se um cenário favorável à essa discussão, pois essas censuras estão na contra-mão das deliberações de organismos de educação transnacionais e dos estudos e pesquisam em Educação em várias partes do mundo que apontam para a necessidade de se garantir a liberdade dentro e fora da escola, como alternativa para uma coexistência em paz e resolução de conflitos por Acordo e diálogo.

Faz-se necessário melhor compreender a criança que destoa e bagunça as normas de gênero e sexualidade dentro da escola e tentarmos formular perguntas e respostas, tais como: Como educar para evitar discriminações? O que representa? Quem é ela?

Criança viada, criança lacradora, menina tombadora, Maria homem e Maria sapatão, bagunçando as normas de gênero, transgredindo o currículo e apontando para outros possíveis. [...] os infantis-queer são capazes de efetuar no currículo um "devir-criativo" que permite a construção de novas formas de relação e um

³ O filme está presente na plataforma de *streaming* Netflix.



"devir-transviado" que afeta e contagia todas as crianças. Nisso reside uma possibilidade de resistência importante, que consiste na recusa das formas impostas de subjetividade para meninos e meninas e na construção de outros modos de estar e viver as infâncias no currículo (SILVA e PARAÍSO, 2017, p. 2).

Da estreia de Moonlight para cá, reacenderam várias discussões sobre os infantis-queer.

O Brasil assistiu à censura do *Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira*⁴, em Porto Alegre que possuía as obras "Travesti da lambada e deusa das águas (figura 1)" e "Adriano Bafônica e Luiz França de She-há", que retratavam crianças com poses e trejeitos considerados femininos, inspirada no *tumblr*⁵ *Criança Viada*, uma página em que várias pessoas compartilham fotos de infância que manifestavam feminilidades e masculinidades fora do padrão normativo. Atacadas por grupos conservadores, as duas iniciativas foram alvo de grande debate, acusadas de incitar pedofilia e profanação.

Recentemente, mais dois casos emergem: uma mãe postou um vídeo⁶, em sua página de uma rede social, mostrando seu filho de 12 anos se beijando com seu namorado, de 14 anos, em seu aniversário, com um bolo da *drag queen* Pabllo Vittar. Sem entrarmos no discurso da música ali entoada⁷ e do fato de ser uma idade precoce a do aniversariante, pois ainda criança de 12 anos, percebeu-se reações típicas de sociedade que, além de homofóbica, é altamente hipócrita, uma vez que os "casais" formados por um menino e uma menina nessas idades são considerados "naturais".

O outro caso trata de uma menina transgênero de 13 anos que foi expulsa de uma escola de Fortaleza, gerando um cenário de opiniões polarizadas nas redes sociais, ora de quem critique a escola, ora de quem defenda.

Esses dois casos evidenciam às formas de como nossa sociedade percebem as crianças que subvertem as normas de gênero e sexualidade.

⁴ A exposição foi apresentada no Santander Cultural e anteriormente também foi exposta na Câmara dos Deputados em 2016, irritando a bancada evangélica.

⁵ *Tumblr* é uma plataforma online em que usuárias(os) podem postar fotos, textos, etc.

⁶ O vídeo está disponível na plataforma Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=xU_V6N3DZPQ.

⁷ A música cantada pelos dois garotos e demais presentes transforma o "Parabéns pra você" na descrição de um ato sexual.

⁸ A escola Educar Sesc, de Fortaleza, garantiu a matrícula da aluna, mas não a permanência. A mãe da criança escreveu um *pos*t em uma rede social como nota de repúdio, ganhando grande notoriedade. O Sistema Fecomércio-CE, que mantém a escola, voltou atrás na decisão e pediu desculpas à família (ROSA, 2017).





Figura 1: Obra de Bia Leite "Travesti da lambada e deusa das águas" (DIAS, 2017).

As obras artísticas e a página no *tumblr* manifesta que pessoas com sexualidade consideradas "desviantes" já foram crianças e que existem infâncias entre nós que fogem aos padrões heteronormativos. A finalidade que as duas iniciativas têm é a de incentivar o respeito a essas existências.

Diante deste cenário, nossa problemática como educadoras é, também saber, como discutir sexualidade com suas interseccionalidades, analisando as teorias de currículo e teoria *queer*.

Metodologia

Como enfoque metodológico, optamos por uma pesquisa bibliográfica elaborada a partir da reunião e/ou comparação de autores e autoras que discutem o tema aqui analisado, (KAUARK, MANHÃES, MEDEIROS, 2010). Nos valemos dos ensinamentos sobre currículo pós-crítico de Tomaz Tadeu e Silva (2002), da teoria *quee*r de Judith Butler (2015) e da pedagogia das sexualidades de Guacira Lopes Louro (2007). Esta pesquisa é exploratória porque tem, também, como finalidade a construção de hipóteses que possam contribuir com as discussões aqui trazidas.

Resultados e discussão: a criança queer na escola

No imaginário social, nossa sociedade construiu mitos e tabus em relação à sexualidade humana. O primeiro e, um dos mais relevantes, é o aprisionamento das expressões político-sexuais. Por meio do advento do capitalismo, que prevê o corpo como maquinaria e força de produção, a sexualidade foi negada, silenciada e normatizada. A regra interna tomou



a expressão da heterossexualidade como natural e legítima, focalizada não no erotismo, mas na reprodução (FOUCAULT, 2015).

A hipótese repressiva da sexualidade, segundo Foucault (2015) foi a principal responsável por dicotomizar os discursos em relação à sexualidade: a *scientia sexualis* - originária do Ocidente, legitimada por instituições como a Igreja, o Estado, a Família e a Escola, ajusta os/as sujeitos/as à repressão e à culpa, impostas pelos discursos "científicos" - contra a *ars erotica* - originária no Oriente, que busca o alcance do prazer como possibilidade de vivência humana, entendendo a sexualidade como busca do eu, atividade física e espiritual.

A *scientia sexualis* naturalizou mitos e tabus sobre a sexualidade humana, atribuindo "verdades sobre o sexo". Uma dessas trata-se da sexualidade infantil, em que as instituições supracitadas controlaram essa instância através da pedagogia, considerada algo a ser extinto (FOUCAULT, 2015).

A repressão da sexualidade infantil torna-se uma das responsáveis a cristalizar no imaginário social a ideia de uma criança passiva, submissa, uma miniatura adulta. O gênero, baseado no sexo, é dado ao nascimento a partir da genitália e a sexualidade é negada, entendendo que ela só se manifestará na puberdade e poderá se vivenciada a partir da fase adulta.

A orientação sexual nas escolas segue sendo repudiada pelas mesmas forças conservadoras circunscritas no campo da *scientia sexualis*, entendendo-se como tarefa da família, que em grande parte dos casos, repreende qualquer "desvio" da norma.

Essa visão de infância ainda é regra nas escolas. A corporeidade - e, consequentemente, a sexualidade - é silenciada pelos/as profissionais da educação. Contudo, como enfatiza Butler (2015), onde há repressão, há necessariamente, resistência.

As crianças existem e resistem, manifestam-se como corpos divergentes no aparelho ideológico do Estado (SAVIANI, 2005), a escola, mas pagam o preço da repressão: o *bullying*, chegando até mesmo à expulsão.

A criança *queer* é um desses exemplos: ela está na sala de aula incomodando e subvertendo os movimentos curriculares presentes nas práticas pedagógicas. Mas o que é ser *queer*?

Louro (2016) nos ensina que *queer*, do inglês, não há tradução literal, mas é uma expressão que se equivaleria a estranho, ridículo. Aportando-se à realidade brasileira,



podemos nos referir à "bicha", "viado", "sapatão", formas pejorativas de referir-se aos corpos que cruzam as fronteiras de gênero e sexualidade.

Queer significa colocar-se contra a normalização - venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heterossexualidade compulsória da sociedade; [...] Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito transgressiva e perturbadora (LOURO, 2016, p. 39).

A partir desse contexto, emerge a teoria *queer*, tendo como principal autora Judith Butler. A autora convida-nos a transgredir e questionar as normas binárias de gênero e sexualidade presentes em nosso meio sociocultural, que se apoiam na biologia e na natureza para legitimar desigualdades e hierarquias.

Vale ressaltar que, recentemente, a filósofa, em sua curta passagem ao Brasil, foi hostilizada¹⁰ por grupos conservadores de direita e extrema-direita política, que quiseram impedir sua vinda e censuraram suas palestras e obras.

A desconstrução das oposições binárias tornaria manifesta a interdependência e a fragmentação de cada um dos polos. Trabalhando para mostrar que cada polo contém o outro, de forma desviada ou negada, a desconstrução indica que cada polo carrega vestígios do outro e depende desse outro para adquirir sentido. A operação sugere também o quanto cada polo é, em si mesmo, fragmentado e plural. Para os teóricos/as queer, a oposição heterossexualidade/homossexualidade - onipresente na cultura ocidental moderna - poderia ser efetivamente criticada e abalada por meio de procedimentos desconstrutivos (LOURO, 2016, p. 44).

Subvertendo a noção de identidade fixa e imutável, Butler nos instiga a pensar no conceito de *performatividade*: a depender do cenário discursivo, categorias de gênero, sexualidade, assim classe e raça, retraem-se e abrem possibilidades de ser e estar no mundo.

Como em um grande palco, os corpos atuam conforme os cenários circunscritos, assumindo performance(s).

E como a teoria *queer* se articula com a educação?

A teoria *queer* nos permite pensar no conceito de identidade e diferença presentes dentro e fora da escola: questões fundamentalmente curriculares. Unindo teoria *queer* e currículo,

⁹ A heterossexualidade compulsória é uma teoria emergente dos estudos lésbicos, através de Adrienne Rich (1980), na teoria em que a sociedade reitera por meio de seus instrumentos de comunicação e sociabilidade a heterossexualidade como natural e legítima.

¹⁰ Butler e sua companheira foram alvo de perseguições e violência no breve período que permaneceam no Brasil e, sob muitos contratempos e ataques que a chamam de "bruxa" - que nos relembra tempos da Inquisição - , conseguiu realizar sua palestra no SESC Pompéia, em São Paulo (PEREIRA, 2017).



podemos compreender o currículo, aqui especificamente o escolar, como espaço de relações de poder, de lutas ideológicas. Prova disso é o avanço do conservadorismo com o seu questionável projeto "Escola sem partido" que barra noções de gênero e sexualidade nos documentos norteadores de educação, como o Plano Nacional de Educação (2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A pedagogia e o currículo *queer* vão além de falas pretensamente *benevolentes*, ("Somos todos iguais", "Respeite o/a colega"), que reiteram as dicotomias entre os "normais" e os "diferentes" e reiteram o discurso precário da "tolerância" quando alguma situação de discriminação acontece no território da escola.

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionadas, em que as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades (LOURO, 2016, p. 49).

O currículo, ainda engessado, baseado nas teorias tradicionais, que legitimam o *status quo*, se limita a itinerários conteudistas, tecnicistas, alicerçados em objetivos e práticas mecânicas. Na literatura sobre a temática não existe consenso no que se configura currículo, mas trabalharemos na perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva (2002) deste como artefato cultural, pós-teórico, resultado de uma seleção, dentre um grande universo, de conhecimentos e saberes. O currículo é pensado através das noções de subjetividade: que pessoa queremos formar? Portanto, ele está vitalmente envolvido nas relações de poder - a seleção é uma questão de poder - e nas questões de performatividade: o binômio saber-poder.

Discutir gênero e sexualidade nas escolas é uma questão curricular e, portanto, uma questão política. A escola, segundo Louro (2007) através do modelo cartesiano que separa emoção e mente, de forma sutil, porém eficiente e duradoura, dessexualiza os corpos, como se pudessem deixar suas manifestações afetivas e corpóreas do lado de fora, "dentro do armário"

A partir desta complexa conjuntura, a criança *queer* é um corpo que resiste às normatizações, à disciplinarização: um corpo "masculino" que carrega as marcas "femininas", um corpo "feminino" que é atravessado por "masculinidades":

¹¹ A partir desta prerrogativa, Junqueira (2009) enfatiza que a escola aplica a *pedagogia do armário*, que silencia às questões de sexualidade e, consequentemente, as pessoas que borram os padrões.



O infante, aquele que não fala por si próprio, é desmontado pelas traquinices das crianças que ousam produzir uma multiplicidade de signos, por meio dos quais escapam à regulação social. Abalando o modelo de infância, constituído na modernidade ocidental principalmente pelos aparelhos de controle familiar e escolar, [...] convocam a pensar a criança para além do padrão instaurado pela moral burguesa. Evidencia-se, então, que as crianças não são infantis desde sempre. Elas são alvo de um processo de infantilização que, paradoxalmente, possibilita se tornarem adultos submetidos à organização social (ZAMBONI, 2017, p. 850).

Contudo, por ser uma infância que "escapa", pagam um preço alto por simplesmente existirem, sobretudo quando falamos de crianças transgêneros, mais ainda ocorrem a violência, a expulsão da escola, a rejeição:

Frequentemente expulsas da casa familiar, as crianças que se tornam travestis são também rejeitadas em outros espaços comunitários, principalmente a escola do Estado — que se aterroriza diante delas e tenta repeli-las a qualquer custo, mas sem causar escândalo. O que acontece [...]? Elas inventam um meio, às margens, de existir, arranjam-se como podem com a potência que inventam coletivamente. Elas se encontram, vivem bastante próximas umas das outras, arranjam táticas que compartilham para sobreviver na cidade capitalista (ZAMBONI, 2016, p. 98).

A criança *queer* desestrutura o estatuto da normatividade (re)produzido pela escola, manifestando a plasticidade humana de gênero e sexualidade e, apresenta novas hipóteses às perguntas se "nascemos" homossexuais, trans, bissexuais. Não necessariamente a criança *queer*, na vida adulta, possuirá uma sexualidade "dissidente". Heterossexuais e pessoas cisgêneras também possuem nuances de feminilidades e masculinidades presentes em seus corpos e comportamentos e também precisam questionar suas possibilidades. A(s) masculinidade(s) não se resume à figura do macho-alfa, viril, agressivo e bruto e a(s) feminilidade(s) não está encarcerada na "bela, recatada e do lar". Somos todos seres que (re)investimos traços e experimentos, ainda que algumas pessoas possuam privilégios.

É importante também pensarmos que as crianças *queer* não são sujeitas apenas de sexualidade: também possuem classe e raça. Em um cenário discursivo que reuna racismo, classismo e heteronormatividade, Terreira (2017) nos interpela a pensar sobre a *bicha favelada*, como modos de refletir a(s) masculinidade(s) e feminilidade(s) negra(s) como corpos fetichizados. Silva Júnior (2014) nos alerta que a raça é sexualizada e a sexualidade é racializada.



Atravessado por interseccionalidades, cabe formular hipóteses que se atrevam também a pensar o lugar que a escola reserva - se é que há espaço - para as crianças que entrecruzam normas diversas - a *criança negra sapatão*, da *trans negra*, da *bicha preta*.

Aqui, a discussão se amplia ainda mais para contemplar as inserções relativas às questões de identidades raciais, para não corrermos o risco de sermos homogeneizantes, pois, pensando com Angela Figueiredo (2015), anterior às questões de identidade de gênero, a realidade brasileira desafia as identidades do ser "negra", "negro", vez que nesta sociedade não podemos esquecer o leque de opressão que se abaterá sobre as crianças que conjuguem os marcadores de exclusão. Em uma sociedade racista como a nossa, a criança negra certamente será tanto e mais discriminada por apresentar sexualidades "destoantes" do que as crianças brancas.

Conclusões

O currículo, baseado na *pedagogia do armário*, silencia a sexualidade e suas manifestações, da educação infantil - momento que se entra na escola - até o ensino superior. Nesse contexto, a criança queer transgride os mecanismos de poder, subvertendo as normas de sexualidade, de gênero e outras demais, bagunçando os padrões e comportamentos normativos.

Torna-se, pois, fundamental que os itinerários de gênero e sexualidade estejam nos currículos e planos de educação, apresentados como o primeiro passo para obtermos a inclusão de crianças *queer*. A inclusão não se limita somente à matrícula, mas as estratégias de ensino, aprendizagem e de permanência dessas pessoas no espaço escolar e em outros lugares, como a universidade e o mercado de trabalho.

O currículo, conforme os saberes de Oliveira (2017), precisa ser *aquendado*. *Aquendar* é uma gíria do dicionário pajubá - emergente da cena LGBT - quando travestis e *drag queens* precisam vestir trajes "femininos" e torcem o pênis para trás, imitando uma vagina: "Torcer seu próprio corpo para inventar outros mundos: *aquendar a metodologia* (OLIVEIRA, 2016, p. 339).

O currículo necessita, pois, ser "torcido" para incluir as sexualidades dissidentes, os corpos que atravessam as fronteiras de gênero e sexualidade.



Referências

DIAS, Tiago. "Nós, LGBT, já fomos crianças e isso incomoda" diz artista acusada de incitar pedofilia. UOL Entretenimento. 2017. Disponível em:https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2017/09/12/nos-lgbt-ja-fomos-criancas-esse-assunto-incomoda-diz-artista-acusada-de-pedofilia.htm. Acesso em: 25 novembro 2017

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. **Revista Periódicus**, Salvador, n. 3, v. 1. mai.-out. 2015. Disponível em http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus. Acesso em 25/11/2017.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1:** A vontade de saber. 2ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2015.

JUNQUEIRA Rogério (org.). **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Edições MEC. UNESCO, 2009.

KAUARK, Fabiana da Silva. MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa:** um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado:** Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho -** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MOONLIGHT: **Sob a luz do luar.** Direção: Barry Jenkins. Produção: Adele Romanski, Dede Gardner, Jeremy Kleiner. Miami. Disponível em:http://vizer.tv/movie-moonlight.html. Acesso em: 25 novembro 2017.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de. **No meio do mundo,** *aquendar* a metodologia: notas para queerizar a pesquisa em currículo. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 332-356, maio/ago. 2016.

PEREIRA, Gisele. **Judith Butler e o medo da igualdade.** Revista Carta Capital. 2017. Disponível

em:https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/judith-butler-e-o-medo-da-igualda de>. Acesso em: 27 novembro 2017.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Antelope Publications, 1980.

ROSA, Ana Beatriz. **Mãe de trans expulsa em Fortaleza rebate:** 'Garantir uma vaga não é suficiente. Ela precisa de direitos assegurados'. Huffpost Brasil. 2017. Disponível em:http://www.huffpostbrasil.com/2017/11/25/mae-de-trans-expulsa-em-fortaleza-rebate-ga



rantir-uma-vaga-nao-e-suficiente-ela-precisa-de-direitos-assegurados_a_23287576/>. Acesso em: 27 novembro 2017.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 2005. Cortez Editora. 4 ed.. Disponível em: https://gepelufs1.files.wordpress.com/2011/05/escola-e-democracia-dermeval-saviani.pdf>. Acesso em: 27 novembro 2017.

SILVA, João Paulo de Lorena. PARAÍSO, Marlucy Alves. **Bagunçando as normas de gênero:** crianças transviadas e a invenção de outros possíveis no currículo escolar. 7º SBECE - Seminário de Estudos Culturais e educação. 2017. Disponível em:http://www.sbece.com.br/resources/anais/7/1495486395_ARQUIVO_Baguncandoasnormasdegenero SBECE TextoCompleto.pdf>. Acesso em: 27 novembro 2017.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. **Quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça interrogam as práticas curriculares:** um olhar sobre o processo de co/construção das identidades no cotidiano escolar. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro: IFCHS, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha:** uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Proposições para se pensar a criança bicha. VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO. ABEH e a construção de um campo de Pesquisa e Conhecimento: Desafios e potencialidades de nos re-inventarmos. 2017.



O DISCURSO DE EMPODERAMENTO DE LGBTs+ NA MÍDIA: UM ESTUDO SEMIÓTICO

Andréa Mendonça Cunha Márcia Regina Curado Pereira Mariano

> Universidade Federal de Sergipe andreamendonca07@gmail.com Universidade Federal de Sergipe ma.rcpmariano@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa à análise semiótica de base greimasiana do comercial Simpatia para amarrar o seu amor, da empresa Natura, veiculado na mídia televisiva brasileira no ano de 2017, por ocasião da celebração do Dia dos Namorados. Baseados em Greimas (2014), Barros (1998) e Fiorin (2002), partimos do pressuposto de que todo texto possui mecanismos e procedimentos que os constroem, sendo, portanto, de acordo com Greimas (2014), possível sugerir um modelo de previsibilidade. Diante disso, abordamos, no nosso corpus, as modalizações, que dizem respeito à semântica do nível narrativo, privilegiando as competências modais do querer e do poder, com o intuito de tracarmos o programa narrativo principal do texto em análise. Tocamos, ainda, em questões ideológicas, adentrando, portanto, no nível discursivo, a fim de evidenciarmos o posicionamento da mídia diante de discursos de empoderamento de LGBTs+. Para tanto, destacamos a escolha de temas e figuras como elementos semióticos que contribuem para a construção de um discurso polêmico, sujeito a diferentes recepções. Por fim, considerando que vivemos em uma sociedade heteronormativa, permeada de valores patriarcais, machistas e religiosos, o comercial da Natura, por trazer um casal lésbico, pode não ser bem visto por uma parte dos consumidores, no entanto, a iniciativa aponta para uma tentativa de adesão dos mais variados grupos e contribui para a visibilidade positiva de uma minoria discriminada.

Palavras-chave: Semiótica. Modalizações. Mídia. LGBTs+.



O DISCURSO FACE AS QUESTÕES DE GÊNERO, PODER E EXCLUSÃO

Suzana Mary de Andrade Nunes

(Universidade Federal de Sergipe, suzanamary@hotmail.com)

Resumo: Este estudo analisa fragmentos de discursos político e jurídico durante o impeachment e pósimpeachment, a fim de apreender a integração de discursos velhos combinados aos novos dentro da perspectiva da linguagem utilizadas por mulheres em cargos e funções de poder. Para tal, subsidia-se das teorias da enunciação em interface aos Estudos de Gênero. A AD é o método de análise dos pronunciamentos orais divulgados em cadeia nacional e internacional, por meio de canais abertos de televisão e redes sociais – corpus de analise, de modo que as inflexões discursivas apontem para reprodução ou inovação de estratégias reconhecidas como características femininas ou masculinas – interdiscursividade. Destacam-se as estruturas linguísticas que apontam para reprodução da cultura machista e patriarcal, implícita ou explícita, a partir de modalizadores enunciativos: palavras, frases, enunciados entrecortados, pausas, entonações de voz, balbucios, trazendo uma carga de sentidos e significados, ao passo que privilegia a posição dos enunciadores diante do intercruzamento entre as influências do texto e contexto no sentido de produzir sentidos e significações. O escopo analítico, portanto, debruça-se sobre a condição de instrumento comunicacional construído socialmente frente à falência da lógica racional e a inserção do sujeito ambíguo, contraditório e contingencial, contudo, autoral e respondente do discurso.

Palavras-chave: Estudos de Gênero, homonacionalismo, discurso, poder, exclusão.

Este estudo analisa os discursos femininos e masculino no senado federal, casa do Poder Legislativo Federal, espaço de um dos três poderes, os quais apontam significados e significações da herança patriarcal, bem como reflete a segregação entre os gêneros, por outro lado, e ao contrário, os discursos nas ruas, espaços informais e casa do povo brasileiro, percebe-se crescentemente, a igualdade de gêneros, por meio do uso da língua.

Diante deste dois pontos opostos, pretende-se criar um possível mosaico entre os discursos formais e informais, de modo que sejam apresentados a delicadeza e intensidade dos tons e nuances que apontam para as mudanças e permanências, uma vez que a língua é vista como um código social e cultural; construção identitária de um determinado grupo ou comunidade social.

O método de Análise do Discurso situa laços produzidos intergênero dentro de uma visão da interdiscursividade do corpus analítico. Assim, a proposta que move a análise das estruturas linguísticas em interface com a funcionalidade enunciativa na enunciação produz significação à amostra analisada. As análises estão envolvidas de cargas históricas, ideológicas e subjetivas representadas, através das estruturas linguísticas orais ou escritas; improvisadas ou elaboradas por



fontes gramaticais lógicas, retóricas, a fim de alcançar os objetivos propostos dos grupos que legitimam a autoria do discurso.

As referências teóricas, as quais tornam-se aporte para o diálogo e entendimento das significações produzidas pelos discursos partem das concepções linguísticas de Bakhtin (1992); Maingueneau (2002; 1991), Pêcheux (1969), Pêcheux & Fuchs (1975), Pinto (2014), Charaudeau (2014) culminam em interface com os Estudos de Gênero e em destaque a perspectiva de posições frouxas dos sujeitos em enfrentamentos de poder e em contradição no que diz respeito aos discursos, que reproduzem a cultura machista e patriarcal nas mais diferentes posições objetivas que elas são manifestadas "[...]. na verdade, este "eu" não estaria a pensar, a falar "eu" se não estivesse em muitas posições em oposição àquelas, uma que pede que o discurso avance; enquanto outras solicita a instrumentalização e a reflexão sobre o assunto, todas elas são parte e constitui-me" (Grifos da autora – BUTLER, 1992, p. 09).

Nesse sentido, a capacidade de "pôr para funcionar" conceitos e categorias (mesmo que provenientes de quadros teóricos distintos conduzem tanto para resistência e enfrentamento à visões postas ou pré-estabelecidas, mas, que em meio às lutas apreende-se o inescapável imposto pela cultura patriarcal e excludente de gêneros. Com isso, percebe-se a queda ou o tropeço do ativista seja no campo pragmático ou teórico.

As pesquisas de Gênero e dos movimentos Queer apontam para permanência de categorias, sob a ordem do binômio que ora reforça a generalidade da heterossexualidade pela diferença ou como categoria distintiva ou opositiva das mulheres, do homossexual, do transexual, etc. Há também os movimentos em defesa das mulheres negras por meio de teóricas e ativistas negras; a luta das mães para assegurar creche e condições adequadas para o trabalho e, assim, o *ad eternum* do lugar do discurso sectário, de dominação ou da submissão, que reforçam a cultura patriarcal, espaço para função masculina e de poder se desdobram em liberalismos transnacional em diferentes contextos sociais, como, por exemplo, e não menos significativo a sociedade científica " [...]. O que ocorre é simplesmente — como presenciei no Congresso "Sexual Mationalisms", em Amsterdão, um recentramento dos traços queer seculares brancos e das suas ansiedades relativamente aos Outros Raciais. [...] (PUAR, 2015, 303).

Esta ideia monística precisa tomar tônus no sentido de romper com a homonormatividade, a fim de formar um mosaico articulado pela ética de igualdade e justiça social, independente da categoria que o sujeito se reconhece, mas sustentado pelo enunciado que este mesmo sujeito se constitui na enunciação. [...] A minha teorização do homonacionalismo assenta num mosaico de forças, afetos,



energias e movimentos desterritorialização e de reterritorialização. [...] como proporciona um modo de registrar mudanças históricas no termo da Modernidade [...] (PUAR, 2015, p. 299).

Embora se tenha a convicção que a transversalidade de categorias – gênero, etnia, geração, religião – evocam aspectos maleáveis que induzem a análises e resultados diferenciados. Com isso, analisar os discursos de sujeitos em instâncias de poder devem ser levadas em consideração o momento político, as forças partidárias dominantes e dominadas, o texto e o contexto – enunciado e enunciação.

Contudo, não se pode perder de vista as ideologias que contornam ou refletem a construção identitária de determinado/s grupo/s social/is, assim como as forças que as legitimam. Nessa direção, segue-se a concepção foucaultaniana ao afirmar que o poder jurídico legitima o poder político, assim, a transversalidade da análise de gênero aponta para elementos que não só reforçam, mas movem os sujeitos a determinadas posições, e, por sua vez, os situam em determinados pontos da enunciação:

A maioria do grupo político é constituído de homens heterossexuais, brancos, representantes do poder econômico que financiam as campanhas eleitorais. Somente 15% do grupo político do senado federal é constituído de mulheres. Este quantitativo se observado é menor, uma vez que partes destas mulheres são suplentes e, portanto, estão silenciadas. Deste percentual de 15%, prevalece mulheres herdeiras de um legado político familiar e de manutenção do poder que defende a estratificação das classes, etnias, religião, etc.

Seguindo a mesma ordem política, o Supremo Tribunal Federal é composto de 11 ministros, sendo 9 homens e 2 mulheres. Todas/os representam o grupo heterossexual, branco das classes privilegiadas. As evidências apontam para permanências da reprodução da cultura patriarcal, que, possua vez, aponta para homonormatividade no sentido de que o poder é centralizador, discriminatório e exclusivo.

O contexto de análise do corpus é o plenário do Senado Federal no período do impeachment e de pósimpeachment. Esse contexto privilegia algumas perspectivas de análise, contudo, pretende-se, nesse momento. analisar os significantes alinhados aos significados e significações sob a perspectiva de gênero. Além disso, pode-se contornar os enfrentamentos diante de forças opositivas e resistentes a inclusão; a oportunidades de direito e a igualdade na diversidade dos gêneros.

A escolha desse período e dos usos dos discursos deve-se a repercussão dos fatos e o acalorado debate em que a população, conjuntamente, com os partidos políticos reverberam posições que refletem o binômio "Eu" e "Eles".



A Linguagem e a troca discursiva de constituição de gênero na sociedade excludente

Essencialmente, os encadeamentos dos enunciados permanecerão em um contínuo fluxo de produção em busca de dignificados e significação, por meio da linguagem/discurso que são (re)produzidos em diferentes contextos e períodos históricos. Enfatiza-se a concepção de Bakhtin (1992) ao assinalar a posição de sujeitos que nunca são locutores primários, ou seja, a intertextualidade ou a interdiscursividade perpetua-se, na própria dinâmica de intercruzamentos das unidades linguísticas.

A linguagem é estudada como um processo, investigando-se o explícito e implícito, aberto ou silenciado das interações (normalmente conversações) entre pelo menos duas partes, ou procuram-se padrões produzidos pelas personagens usadores da linguagem (ANTAKI & DIAZ, 2004). Nesta abordagem, os analistas estão mais interessados no "uso" do que na linguagem em si mesma, daí que a interação entre pessoas se torna o ponto de interesse motriz. Os padrões podem ser identificados em termos de uma sequência de contribuições para uma interação ou uma espécie de sinais de orientação típico para estabelecer o elo comunicacional.

Pinto (2014) retoma Fairclough (1992) que faz a distinção entre uma 'intertextualidade manifesta e uma intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade'. Esta última diferencia-se da primeira porque se relaciona com o cruzamento entre gêneros e estilos discursivos. (PINTO, 2014, p. 111). Ainda sobre a diferença entre intertexto e interdiscurso, Pinto (2014) traz a concepção de Fiorin ao realizar separação entre conceitos de intertexto/interdiscurso os intertextualidade/interdiscursividade. A autora salienta, que há traços elementares que os distinguem, uma vez que a intertextualidade é "um processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo"; enquanto a interdiscursividade é um processo de incorporação de "percursos temáticos ou figurativos", ou seja, são apropriados os temas e/ou figuras de um discurso para produção de outros discursos.

Maingueneau (1991) retoma o conceito de interdiscurso criado por Bakhtin (1992) ao afirmar que a informação de um indivíduo segue a contribuição de uma informação anterior e, por isso, é inevitavelmente modelada por ela. Além disso, o significado será criado no seio e no decorrer da interação. O "usador" da linguagem está, por isso, constrangido pelo contexto interativo "a perspectiva dialógica diz que a alteridade irredutível através do texto parece menos como uma

¹ Conforme a ata do Senado Federal, o processo tem, até o momento de conclusão do julgamento, 72 volumes com cerca de 27.000 páginas arroladas.



expressão de um ponto de vista interativo do que uma voz múltipla unificada. (MAINGUENEAU, 1991, p. 153). Segundo o autor, não há uma preocupação em Bakhtin em tratar de maneira sistemática as questões sintáticos/semânticas dos textos, uma vez que privilegia a questão dos gêneros do discurso. Nesse sentido, retomar Bakhtin, neste texto, tem como pressuposto teórico o olhar sobre o intergênero na interdiscursividade para melhor afinar-se ao fulcro criativo do teórico. Maingueneau (1991) destaca "da interação entre enunciador e coenunciador, mas também a imersão do discurso no qual ele se levantou em interdiscurso não tem a função de atravessá-lo" (Grifos da autora – MAINGUENEAU, 1991, p: 153-154). Assim, o recurso tem uma função que transcende a repetição, além de apropriação e persuasão do seu próprio discurso, a remissão ao enunciado anterior redimensionará a significação e subverte a ordem do fluxo linguístico. Em situações específicas, a preservação das fontes sempre de autoria enunciativa do sujeito comunicacional traz intencionalidades explícitas e implícitas.

Nesse sentido, a interdiscursividade no campo científico não tem uma visão de atravessar a anterioridade do discurso para ancorar o sujeito enunciador dentro da enunciação, mas de recriá-lo, a partir de um texto embreado, também sob a perspectiva não somente científica, mas submisso à diferentes discursos institucionalizados: político, jurídico, pedagógico, literário, dentre outros.

Análise do Discurso, uma visão crítico-analítica do poder das mulheres

Este estudo traz três fragmentos dos discursos políticos e jurídicos de mulheres durante o processo de impeachment e pós-impeachment que se manifestaram em contextos de poder, as quais, atuaram de maneira ativa, criando, por sua vez, posições partidárias de alto alcance populacional. Foucault (1999) assinala ""paz civil", as lutas políticas, os enfrentamentos a propósito do poder, com o poder, pelo poder, as modificações das relações de poder [...], num sistema político, deveria ser interpretado apenas como as continuações da guerra. (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Os pronunciamentos dos discursos são meios dos sujeitos expressarem o seu poder e de manterem a estabilidade imaginária que lhes asseguram estar naquele contexto. Foucault (1999) assinala [...]. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa presentes nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos uns dos outros [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Os registros audivisuais, por meio dos suportes dos meios de comunicação: televisão e redes sociais, assim como, os procedimentos de recolhimento dos discursos tornam-se corpus da análise



do discurso, ligando o estável da gramática ao equívoco do sujeito, à contradição e ratificação da autoridade como responsável pelo que foi dito no movimento da descrição e da interpretação das marcas do discurso, ao passo que provoca o fluxo dos sujeitos enunciadores e coenunciadores. Rompe-se os limites enunciativos, estabelecendo contratos dialogais no intertempos e interespaços, ou seja, remete-se a desterritirialização e reterritorialização dos sujeitos nas suas diferentes posições e categorizações, visto que há implicações frente as escolhas e convicções os tornam políticos partidários.

Transcrição do fragmento discursivo da Advogada de defesa ao impeachment

Eu peço desculpas porque eu sei que a situação que ela está vivendo não é fácil; eu peço desculpas porque eu sei que muito embora esse não fosse o meu objetivo, eu lhe causei sofrimento.

E eu peço, que ela [], um dia [], entenda [], que eu fiz isso, pensando, também [], nos netos dela Eu agradeço. (ADVOGADA).

(1)ANÁLISE

Identifica-se a invariante sintagmática "desculpas" em discursos anteriores, apontando para interdiscursividade. Pêcheux (1997) assinala que o elemento de regularidade aponta para a conservação da invariante, através da variação morfemática em que o sistema de representações se reinscreve, através das variantes que se repetem progressivamente. Esta repetição, portanto, traz uma carga valorativa que determina posições e, por sua vez, ilustram um argumento forte para chegar ao objetivo de persuasão e convencimento.

Supostamente, o coenuciador na posição de "Tu" são os ouvintes, os (tele)espectadoras/es, que nem sempre coincidem com quem está estabelecendo o diálogo explícito. A estrutura linguística aponta para repetição da invariável "ela" para justificar ou explicar para os coenunciadores/as ou sujeitos destinatários e interpretantes o seu ato enunciativo. Percebe-se que há uma distinção entre o sujeito de destino e o sujeito receptor, uma vez que o ato enunciativo de desculpas implica um contrato interlocutivo com o sujeito de destino e receptor. A Enunciadora segue o discurso "E eu peço que ela [], um dia [], entenda [], que eu fiz isso, pensando, também[], nos netos dela." A presença de pausas entrecorta uma expressão verbal ou nominal indicador de silêncio e delimitador do ato enunciativo que o constitui. Há uma circunscrição do ilimitado contínuo do silêncio para o limite que a inscrição do signo linguístico introduz. O silêncio, contudo, é um signo que traz uma carga valorativa expressa na significação que ao contexto emite diferentes sentidos ou concessões. O silêncio é interpretado no entressignos. Orlandi (1995) assinala "|...| no silêncio local o sujeito é



impedido pela censura de dizer o que pode ser dito, produzindo um enfraquecimento de sentidos." (ORLANDI, 1995). Foucault (1999) afirma que o silêncio pode ser a espera estratégica para proferir a ação de resistência ao poder do opositor, isto é, atingir o objetivo proposto, no senso-comum designada de "tacada de mestre".

O pedido desculpas se manifesta a figura sensível de quem consegue transcender a sua materialidade para experienciar a materialidade do outro. A sensibilidade, na sociedade patriarcal é um atributo feminino; sentimento na linha da natureza. A enunciadora utiliza esse atributo para atingir os fins. Ela não rompe com a estrutura patriarcal, contudo, ela emprega com fins racionais, apresentado ou fazendo uso, ratificando a imagem de mulheres em práticas de poder, as quais querem atingir, através de elementos persuasivos a consolidação de um *ethos*. Em seguida, ressalta a importância e o retorno da família, espaço restringido pela cultura patriarcal destinado às mulheres. o "Eu" enunciativo manifesta-se como mulher, enquanto aponta a "Ela" ex-existente a posição de transgressora da lei patriarcal. Assim, aquilo que, a priori, seria rejeitado ou confrontado serviria para "Ela" retornar e ser reinserida à lei, de modo que todo o mal que, superficialmente, emergia no momento do ato enunciativo apresentado pelo modalizador de tempo no presente do subjuntivo, seria visto, essencialmente, como bem na própria história.

Transcrição de fragmento do discurso da Senadora contra o impeachment

A (ADVOGADA) invocou Deus, Deus não tem nada haver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou, isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação (SENADORA).

(2) ANÁLISE

A enunciadora se coloca no contexto em uma posição inferior ao papel desempenhado pelos "TU" no que tange ao uso do instrumento jurídico nomeado pelo "Sr. Presidente"; enquanto se coloca em uma posição superior à advogada ao evocar a ruptura das leis discursivas de pertinência e sinceridade, conforme Mainguneau (2002), ao passo que refere-se à "advogada" "Ela", por meio do modalizador verbal na terceira pessoa do pretério perfeito como infrigente das leis discursivas – pertinência e sinceridade considerados elementos sustentadores do enlace comunicacional, ao contrário, da posição estratégica do "Eu" que se coloca numa posição legítima de porta-voz do discurso político.

A enunciadora aparece deslocada, a partir do embreante "Nós", cujo conteúdo enunciativo e objeto de destino diversifica-se em um determinado grupo. O sujeito destinatário é todo e qualquer sujeito interpretante "fusão identitária", recurso próprio do discurso político, de acordo com Charaudeau (2014).



Para este plano, ressalta-se a concepção de cena englobante de Maingueneau (2002), por meio da imagem que o "Eu" é produzido pelo interlocutor. Percebe-se que mais do que a devolutiva técnica do Presidente, ela buscava, estrategicamente, estabelecer um ato comunicacional com todos os (tele)expectadores ou ouvintes "o povo brasileiro", com quem ela teria que dar satisfação das suas ações e de quem esperava uma posição, por meio do discurso. Assim, se constitui o terceiro nível do binômio "Eu e Tu", consequentemente, "Nós" com a finalidade de afetar os sujeitos interpretantes que não coincidem com o sujeito destinatário.

O "Eu" enunciador continua apresentando argumentos para sustentar a asserção que julga como transgressora da lei discursiva "A (advogada) invocou Deus, Deus não tem nada a ver com este golpe, Sr. Presidente, invocou os netos da presidenta, chorou.". Neste enunciado, percebe-se que ela recorre ao embreante de 3ª pessoa, ou seja, para um objeto fora do contexto enunciativo, ratificando a ex-existência por meio dos modalizadores verbais "invocou", chorou" seguido do embreante quantitativo universal "nada a ver" e o embreante "Tu" na figura injuntiva de "Sr Presidente", que se encontra intercalado entre um enunciado e outro, constituindo uma estrutura interfrásica intermitente pelo vocativo injuntivo com a intenção implícita de pedido, solicitação de uma ação clamorosa do *ethos*.

Na sequência, o "Eu" reforça a transgressão do ato enunciativo ao iniciar com um elemento catafórico "Isso" para validar os pressupostos "Isso daqui não é uma cena! nós não estamos, aqui, fazendo encenação." Neste enunciado, o elemento pronominal demonstrativo catafórico é seguido de um embreante adverbial de lugar "daqui" e logo em seguida reforçado por "aqui" para apontar uma não-coerência do ato de fala à situação real. Reinicia o ato com o conectivo "e" interligando uma frase a outra em situações de equivalência sintático-semântica, contudo, embreado pelo sujeito interlocutor "Eu e Tu" subentendido em "Nós" para firmar como sujeitos coerentes e atuantes dentro nos princípios das leis do discurso. Vale ressaltar, que apesar do ato enunciativo pontuar o embreante negativo "Nós não estamos, aqui, fazendo encenação" com a finalidade de rejeitar algo fictício, que fuja da realidade; contudo, se sabe que o discurso se cumpre pela ficcionalidade construída e imaginada pelos sujeitos enunciadores.

A Senadora apresenta um lugar na instituição pública, na qual ela é um sujeito enunciativo e de quem ela não só estabelece um contrato dialogal com os "Tu", mas lidera e /ou fala em nome de outros sujeitos enunciativos "Nós". A senadora apresenta uma posição e se constitui pela constância do discurso que a torna representante de um grupo social e político, que não se limita às posições feministas, mas que integra diversas categorias que se afinam discursivamente.



Transcrição da Expressão da Presidente do STF

"Eu não ligo. Eu, simplesmente, não me submeto as

pressões."

(3) ANÁLISE

No primeiro plano, o "Eu" enuncia uma mensagem para o "Tu" destinatário e interpretante "Tu" que interpreta e produz uma mensagem destinada ao jornalista na posição de coenunciador e representante de uma determinada instituição de meio de comunicação, que tem sido, constatantemente, criticada pelas suas posições históricas e políticas contra a corrupção, uma vez que defende o julgamento e encarceramento de políticos corruptos. A pergunta "Como a senhora reage diante de tantas pressões?", por sua vez, a resposta reestabelece um contrato dialogal e, para tanto o "Eu" respondente cria estratégias para que se alcance os objetivos do ato enunciativo. Á medida que opta por expressões restrita e efetiva.

A enunciadora sabia que a sua fala iria ter repercussão para além do contexto, ou seja, a enunciação atingiria amplas dimenssões temporais e espaciais, assim, havia uma disposição em estender a mensagem para outros destinatários, que não estaria no primeiro plano do discurso, mas tanto para os "Tu" como para os "Eles" na condição de ex-existente da enunciação.

O "Eu" utiliza duas assertiva paralelas sem a presença do conectivo, o qual aponta que tanto a primeira como a segunda asserções são independentes por não estabelecer relação de subordinação e coordenação. A primeira sentença após o "Eu" é seguido pelo embreante de negação "não" para manifestar uma afirmação com sentido de asserção de julgamento. Nega-se um estado mediante fato/s dos quais exigem dela posicionamento, convocação, injunção. Para tanto, a enunciadora usa o verbo "ligar" por meio do modalizador "o" indicador de presente do indicativo. O verbo aparece no sentido sintático/semântico com o sentido de "importar ou sensibilizar, tornar-se indiferente". O verbo ligar traz uma conotação metafórica à condição ontogênica do sujeito, ou seja, o verbo indicador de estado.

A segunda sentença inicia com o "Eu" seguido do embreante modal "simplesmente" para manifestar um reducionismo da ação seguinte "não me submeto as pressões", Como se percebe ela retoma o embreante adverbial de negação seguido do pronome reflexivo "me" como reforçador do "Eu" agente e o "me" condição ontogênica para reforçar uma posição integral do sujeito que afirma "submeto as pressões". Por outro lado, o "Eu" enunciativo não nega as pressões e confirma que elas existem, portanto, a admissão aponta para um movimento de resistência, de luta e combate frente às pressões, quando afirma que "não me submeto as pressões".



O significante imagético da mulher associado ao discurso apresenta uma ruptura da estrutura linguística e dos sentidos construídos socialmente pela cultura patriarcal de mulher submissa ou que se submete não somente as pressões, mas ao poder estabelecido, ao conservadorismo. Por outro lado, ao analisar as duas senteças independentes e/ou interdependentes pela posição combinatória e pela semelhanças da estrutura linguística, percebe-se que há uma contradição no campo semântico, uma vez que se ela não liga, não há motivos para não submeter. Se há submisão, ela não ignora, portanto resiste a submissão. O modalizador verbal no presente do indicativo nas duas sentenças sinaliza para uma enunciação em que o "Eu" existe como sujeitos enunciador que estabelece um contrato com o "Tu"coenuciadores, de maneira que o enunciado é revestido de poder e de significação para os ouvintes externos ou implícitos à enunciação.

Considerações Finais

Os discursos constroem a História, de modo que o fluxo *continuum* das palavras, frases, entonação, gestos, silenciamentos, risos permanecem *ad eternum* e trazem para sempre novos sentidos e significações em diferentes tempos e espaços.

Neste momento, dois pontos são ressaltados acerca das questões de gênero em interface com os movimentos Queer na relação da homonormatividade: as mulheres rompem com as estruturas da cultura e adentra no processo histórico dos sujeitos enunciadores em instâncias poder, se bem que ainda a norma heterossexual prevaleça sobre a visão da homossexualidade. O segundo ponto destaca o discurso revestido de elementos que apontam para reprodução da cultura patriarcal, na medida que se recorre as estratégias de linguagem para alcançar determinados fins.

O Estudos da AD parte da concepção de ficcionalidade dos discursos, de maneira coerente entre o dito e a realidade, cujos princípios são obscurecidos e, contraditoriamente, reforçados ao legitimar o discurso político como gênero primário da ação enunciativa e a reprodução do poder de uma categoria.

Assim, as mulheres dão continuidade à História no interregno do novo revestido com o velho, ao passo que a consciência à diversidade revele o ponto de partida para subversão da cultura patriarcal e seja alcançada a cultura da igualdade e justiça social.

Referência Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.



BUTLER, Judith: Scott, Joan W. Feminists Theorize the Political. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data/Routledge, (1992)

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2014

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martim Fontes, 1999. MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo/SP: Cortez, 2002. ____. L'Analyse du Discours. Paris: Hachette Supericur, 1991. ORLANDI, Eni P. As Formas do Silêncio: os movimentos do sentido. Campinas/SP: Editora da Unicamp. 1995. _. A Análise do Discurso: algumas observações. In: D.E.L.T.A., vol.2, n° 1, 1986, p.105-126. . A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. Unicamp/SP: o Brasil. Disponível em http://spider.ufrgs.br/discurso/evento/conf 04/eniorlandi.pdf Acesso em 14/10/2016.

PÊCHEUX, Michel; LEÒN, Simone B.; MARADIN, Jean-Marie. Apresentação da Análise Automática do Discurso. In.: Por uma análise automática do Discurso: uma introdução à Michel Pêcheux. GADET F.; HAK, t. (orgs.). Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p.61-162.

; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 1997, p. 254-283

Pinto, Alexandra G. Modalização e construção do humor nas crónicas de Ricardo Araújo Pereira. In. Redis: revista de estudos do discurso. São Paulo/Porto: Editora USP, nº 3, (2014).

PUAR, Jasbir R. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. In.: Revista Lusófona de Estudos Culturais. Vol.3, nº1, 2015, p. 299-314.



O ENFOQUE FEMINISTA DE CLARICE LISPECTOR E VIRGINA WOOLF: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Ramon Ferreira Santana

Universidade Federal de Sergipe – ramonmanfredini@hotmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise comparatista entre os textos jornalísticos de Clarice Lispector com a obra ensaística de Virginia Woolf a partir de uma abordagem política no que se refere às aproximações que ambas apresentam em relação ao movimento feminista. O que está sendo proposto é que a escritora brasileira, ao longo de sua extensa contribuição para a imprensa nacional nos anos de 1950 e 1960, expôs o seu enviesamento político ao fazer ecoar as vozes do pensamento feminista, principalmente aquele defendido por Virginia Woolf no seu ensaio "Um teto todo seu", de 1929. Evidenciamos o método comparatista de abordagem que nos auxilia a melhor compreender as possíveis relações entre literaturas que foram produzidas através de suportes, espaços e tempos distintos e que possuem importantes laços, principalmente quando levamos em consideração a necessidade, na pós-modernidade, das leituras políticas dessas obras, conforme Linda Hutcheon, Stuart Hall e Italo Calvino.

Palavras-chave: Feminismo, Clarice Lispector, Virginia Woolf.

Introdução

Este trabalho apresenta uma proposta de estudo comparatista a partir de uma análise interdisciplinar que leva em consideração não somente aspectos restritos à literatura, mas também aqueles ligados à necessidade de ampliação da crítica mediante um enfoque politizado de análise. O presente estudo faz uso de uma série de elementos teóricos da Literatura Comparada, que, por sua vez, apontarão para uma abordagem que atravessará o campo desta disciplina, no seu sentido tradicional, trazendo para discussão questões relacionadas a outras áreas, como é o caso, por exemplo, dos Estudos Culturais que aqui serão amplamente levados em consideração, posto que este campo do conhecimento tem se preocupado enormemente com os problemas de classe, gênero, raça e sexualidade, questões indispensáveis para a elaboração da presente análise. Neste sentido, o estudo comparatista da produção literária que está sendo aqui apontado não estará dissociado da conjuntura social em que os textos foram produzidos.

Este modelo de abordagem é relativamente novo se levarmos em consideração que o trabalho de análise fundamentado metodologicamente nos pressupostos da literatura comparada, que por sua vez não deixa de ser também um trabalho relacionado intimamente com a atividade crítica, não precisa necessariamente excluir os elementos históricos que contribuem para a análise do texto literário, conforme fizeram alguns formalistas. Isso não significa deixar-se levar pelo chamado historicismo, ou determinismo histórico, mas, do



contrário, fazer uso dos dados literários e extraliterários que a história fornece à crítica literária, à historiografia literária e à teoria literária para que possamos desenvolver um estudo mais bem fundamentado (CARVALHAL, 2006, p. 39). Ao se levar em consideração esta possibilidade de análise, os estudos mais recentes de literatura comparada cada vez mais têm experimentado abordagens carregadas de um viés político, social ou cultural, que não permite a análise puramente estética ou a análise puramente formal do texto literário.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é estabelecer possíveis aproximações entre o pensamento feminista da escritora inglesa Virginia Woolf com pensamento semelhante da escritora brasileira Clarice Lispector. Considera-se que a primeira, um dos maiores nomes do movimento feminista de sua época, o faz ao expressar na sua produção ficcional, nos ensaios e nas conferências de sua autoria. Já a escritora brasileira Clarice Lispector traduz, à sua maneira, seu ideal feminista mediante sua produção literária e jornalística.

Para que o presente trabalho atinja o objetivo proposto, foi necessário também escolher, na vasta produção de ambas as escritoras, os textos a serem analisados a partir das possíveis aproximações relacionadas ao pensamento feminista de cada uma delas. Este trabalho levará em consideração o enfoque das relações entre duas obras que não podem ser enquadradas necessariamente na chamada produção ficcional das autoras: a primeira, de Virginia Woolf, "Um teto todo seu", publicada originalmente em 1929. Trata-se de um ensaio baseado em dois artigos apresentados à Arts Society, do Newnham College, e para ODTAA, do Girton College, em outubro de 1928, e que teve, aqui, a tradução de Bia Nunes de Sousa, publicado no Brasil em 2014 pela editora Tordesilhas. A segunda, de Clarice Lispector, "Correio feminino", publicada pela editora Rocco, em 2006. Organizada pela doutora em literatura brasileira Aparecida Maria Nunes, compreende uma reunião de artigos de jornal com temática feminina. Esses textos foram escritos predominantemente entre os anos 1950 e 1960 e publicados, na época, sob o uso de "disfarces", tendo a autora assinado com os pseudônimos Helen Palmer, Teresa Quadros e Ilka Soares.

Alguns pressupostos teóricos

Para esta análise, fez-se uso, essencialmente, do conceito de paráfrase, visto que esse recurso próprio dos estudos de Literatura Comparada é o que melhor agrega, no sentido que está sendo posto aqui, a obra de Virginia Woolf à da escritora brasileira Clarice Lispector. Antes, porém, da análise comparatista propriamente dita das referidas escritoras, cabe-nos revisitar primeiro o conceito de paráfrase a partir da obra de Affonso Romano de Sant'Anna



(2003) "Paródia, paráfrase & cia.". Há, nesse teórico literário, uma importante retomada desse e de outros conceitos que são caros aos estudos de Literatura Comparada, daí a sua relevância neste trabalho.

Conforme apontou Sant'Anna (2003, p. 17), o conceito de paráfrase é não-histórico, ao contrário da paródia, historicamente, concebida como uma ode que perverte o sentido de outra ode, a paráfrase se refere à continuidade ou à repetição de uma dada sentença. A história, por sua vez, de modo geral apresenta pouco ou raro interesse no que diz respeito à ausência de rupturas, de acréscimos e de descontinuidades. É por esse motivo que a não-história do conceito de paráfrase surge e, consequentemente, o seu sentido diversificado. Neste sentido, Sant'Anna dá continuidade à sua análise a partir da definição do vocábulo paráfrase no "Literaryterms: a dictionary", de Beckson e Gànz, no que se refere à "reafirmação, em palavras diferentes, do mesmo sentido de uma obra escrita. Uma paráfrase pode ser uma afirmação geral da ideia de uma obra como esclarecimento de uma passagem difícil" (BECKSON & GÀNZ, 1965 apud SANT'ANNA, 2003, p. 17). Sendo assim, infere-se que, de acordo com o sentido clássico, a paráfrase limita-se à continuidade de um discurso, à sua reafirmação, sem que sejam alocadas considerações substancialmente diferenciadas daquilo que foi exposto no texto original, no caso, o texto parafraseado.

Sob este prisma, Sant'Anna dá continuidade à sua análise comparando agora a ideia de paráfrase à de tradução ou transcrição. Segundo estudiosos, como Walter Benjamin, Roman Jakobson e Octavio Paz, inúmeras nuances acerca da tradução têm sido levadas à tona, especialmente no que se refere à necessidade de arranjar o texto de modo linguisticamente coeso. Mantém-se assim a sua coerência, apesar da transposição de um determinado idioma para outro. É o que fazem, de acordo com Sant'Anna (2003, p. 18), na música, com a interpretação. Existe o autor da música e, por sua vez, o intérprete, ao passo que se apropria dessa obra alheia, introduz uma maneira inteiramente pessoal de transpor para a plateia que ouve aquela obra original. Essa ideia, no entanto, não é unânime, pois há ainda aqueles que defendem, como é o caso de Cleanth Brooks, no ensaio Heresia da paráfrase, a impossibilidade de se parafrasear o discurso poético, visto que essa possível tradução já seria também a criação de outra obra de arte.

Sant'Anna expõe, por fim, a aproximação que defendem os linguistas entre a tradução e a paráfrase, dado "o caráter didático de ambas na transmissão da aprendizagem" (2003, p. 20). Ou seja, de acordo com o mesmo teórico, apreende-se que a compreensão de uma determinada língua exige, primeiro, que seja admissível se efetuar uma correspondência de



enunciados possíveis a cada enunciado dessa língua, desde que estes sejam considerados sinônimos e sejam semanticamente equivalentes, ainda que sob pontos de vista limitados. A compreensão da paráfrase adentra, neste sentido, os campos da lógica e da filosofia. Primeiro, sob a orientação da obra de Rudolf Carnap, por conta da tentativa de se construir fórmulas e construções simbólicas que sejam capazes de traduzir o objeto da maneira mais compreensível pela chamada RS (Recolection of similarities). Dessa maneira, tal como fez Freud na psicanálise ao "resumir" e "interpretar" o romance Gradiva, de Jensen, essa técnica não nos permite apenas ser fiel ao texto, mas nos permite também torná-lo inteligível. Segundo, porque a linha que separa pragmaticamente a "interpretação" do "resumo", de acordo com Sant'Anna (2003, p. 21), é extremamente tênue. Por esse motivo, jamais haveria uma paráfrase denominada de pura, já que o próprio exercício do resumo não deixa de ser automaticamente um exercício também de interpretação.

Virginia Woolf e Clarice Lispector comparadas

A crítica que tem se preocupado com os estudos da obra de Clarice Lispector no Brasil tem se acentuado significativamente. Também é acentuada a quantidade de estudos voltados para a obra de Virginia Woolf no mundo. Isso não significa, porém, que as análises dos textos dessas escritoras sejam, por assim dizer, fáceis. A forma não-linear que ambas fazem uso em seus trabalhos, a complexidade com que elas abordam determinadas temáticas, bem como a multiplicidade dessas produções, já que nem Clarice Lispector, nem Virginia Woolf se limitaram a apenas um gênero literário, apontam para a dificuldade em se analisar as suas obras. Como se isso não fosse suficiente, este trabalho tem por finalidade, como dito em seu introito, traçar um paralelo entre as produções não-ficcionais dessas autoras. Neste caso específico, trata-se dos textos ensaísticos de Virginia Woolf e dos textos jornalísticos de Clarice Lispector. Esses textos tratam não somente de questões referentes à literatura, mas, do contrário, trazem à tona discussões políticas acerca das transformações que vem sofrendo a mulher na sociedade e também sobre a necessidade de que existam condições saudáveis para que essa mulher consiga manter-se. O que está sendo aqui defendido é que ambas as escritoras, em maior ou menor escala, apresentarão, em seus textos, uma construção que faz uso do enfoque feminista de análise. Isso se percebe em alguns momentos mais diretamente, ou, quando não, por meio de um discurso sobrecarregado em suas entrelinhas.

No que se refere a Virginia Woolf, a sua relação com o movimento feminista é bastante evidenciada mediante a análise da sua própria biografia. Nela, aponta-se a preocupação da



escritora inglesa no que diz respeito ao papel das mulheres em uma sociedade sobrecarregada ainda de um puritanismo e de um modelo patriarcal próprio da sociedade vitoriana. Desta, Virginia Woolf era fruto direto – o que não significa, no entanto, que ela compartilhasse esse modelo de sociedade. Deixam-se de lado, aqui, os traços biográficos que podem ser relevantes para a elaboração dessa análise, mas, por opção, preferimos o estudo do texto em si. Este é o parâmetro de estudo aqui adotado, ou seja, as estreitas relações que Virginia Woolf manteve com o feminismo também podem ser apontadas a partir de uma série de ensaios, contos, romances e correspondências que ela escreveu durante toda a sua vida. Destacam-se, nesse imenso volume, os textos Três guinés, publicado originalmente em 1938; Um teto todo seu, de 1929, que será aqui analisado mais detalhadamente; e uma série de artigos feministas publicados em jornais e revistas da época. Alguns desses artigos foram traduzidos no Brasil e organizados por Denise Bottmann no volume Profissões para mulheres e outros artigos feministas, de 2013.

Clarice Lispector, no entanto, manteve suas relações com o feminismo menos evidenciadas, posto que, ao contrário de Virginia Woolf, ela não produziu textos que dialogassem mais diretamente com o feminismo. Isso, porém, não significa propriamente que a obra de Clarice Lispector seja destituída de um viés ou de uma possível leitura política. Além dessa leitura da sua obra ficcional, há maiores aproximações da obra de Clarice Lispector com o feminismo em sua série de contribuições que deu a jornais e revistas dos anos de 1950 e 1960. Como exemplos, estão presentes as colunas Só para mulheres, no tabloide Diário da Noite, e as páginas femininas de outros periódicos, como as que publicou no jornal Comício.

Essa aproximação com o feminismo pode ser exemplificada também em uma das primeiras publicações que Clarice Lispector, até então ainda pouco conhecida, assinou em 1941: a enquete "Deve a mulher trabalhar?". Esta publicação evidenciou, segundo as pesquisadoras Teresa Montero e Lícia Manzo, organizadoras do volume Outros escritos, lançado em 2005, com textos da escritora, as preocupações da então estudante de Direito Clarice Lispector sobre a sua própria condição de mulher estudante e aspirante a uma carreira. A faculdade em que ela estudava, como a maioria delas, era predominantemente frequentada por homens e as mulheres mal chegavam a somar dez por cento dos alunos matriculados.

O ponto de partida para se chegar à conclusão de que Clarice Lispector, apesar de pouco apreciar as comparações e de aproximar-se ainda que de maneira sutil aos ideais feministas, era também leitora de Virginia Woolf se deu com a análise de um importante texto, A irmã de



Shakespeare. Foi publicado em 22 de maio de 1952 no jornal Comício. No corpo desse texto, Clarice, sob o pseudônimo de Teresa Quadros, conta a história criada por Virginia Woolf sobre uma irmã fictícia do dramaturgo inglês Willian Shakespeare, chamada Judith. Nele, há o questionamento sobre o que aconteceria caso um gênio artístico, como Shakespeare, tivesse nascido no corpo de uma mulher. "Teria sido impossível, absoluta e inteiramente, para qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare na época de Shakespeare", defende Virginia Woolf (2014, p. 70). E explica: não que as mulheres tenham uma inteligência menor ou mais limitada, mas, pelo fato de que às mulheres não é dada condição alguma para que ela desenvolva as suas habilidades intelectuais. Neste sentido, é impensável que qualquer mulher nos dias de Shakespeare tivesse tido o dom de Shakespeare, porque um gênio como o de Shakespeare não surgia entre pessoas trabalhadoras, sem educação formal, servis. Ainda assim, gênios como esse hão de ter existido entre as mulheres e entre as classes trabalhadoras, mas com certeza jamais foram colados no papel (WOOLF, 2014, p. 73).

Clarice Lispector apropria-se do que Virginia Woolf aponta em seu ensaio, inserindo o que foi exposto em uma coluna jornalística feminina, e faz uma paráfrase do texto da escritora inglesa, já que, levando em consideração os pressupostos teóricos citados anteriormente, a paráfrase apresenta no texto um desvio mínimo em relação à ideia do texto original. É o que acontece na coluna de Clarice Lispector, ou seja, a apresentação fiel do que Virginia Woolf defendeu em seu ensaio. "Uma escritora inglesa – Virginia Woolf – querendo provar que mulher nenhuma, na época de Shakespeare, poderia ter escrito as peças de Shakespeare, inventou, para este último, uma irmã que se chamaria Judith", parafraseia Clarice Lispector: "Judith teria o mesmo gênio que seu irmãozinho Willian, a mesma vocação. Na verdade, seria um outro Shakespeare, só que, por gentil fatalidade da natureza, usaria saias (LISPECTOR, 2006, p. 125).

A paráfrase apresentada é o elo condutor que nos aponta para o fato de Clarice Lispector ser uma leitora de Virginia Woolf. Não somente leitora de Virginia Woolf, conforme aponta Gotlib (2009, p. 210), como também Clarice Lispector teve também sua obra ficcional comparada à moderna estrutura do romance lírico por críticos que resenharam, por exemplo, seu romance de estreia Perto do coração selvagem, publicado originalmente em dezembro de 1943. Neste, "apesar da epígrafe de Joyce que dá título ao seu livro, é de Virginia Woolf que mais se aproxima a Sr.ª Clarice Lispector" (GOTLIB, 2009, p. 210), arrebatou Álvaro Lins, crítica pouco apreciada pela escritora brasileira que negava qualquer influência desses autores ingleses modernistas. É inegável que nos furtemos, defende Olga de



Sá (1979, p. 46), de certas reflexões a respeito da natureza da narrativa de Clarice Lispector aproximando-a das narrativas modernas com referências a Proust, Virginia Woolf e James Joyce. Dessa maneira, é inegável que Clarice Lispector não tenha, à sua maneira, por processos distintos como o da paráfrase, da apropriação e da estilização, deixado ecoar em seus textos, seja na obra ficcional ou na produção jornalística, a voz de Virginia Woolf, a romancista ou mesmo a ensaísta.

Fala-se em estilização, porque, conforme foi dito nos pressupostos teóricos, há, ainda que de maneira tolerável, certos desvios quando Clarice Lispector escreve em seus textos jornalísticos orientações que já estavam presentes nos ensaios feministas de Virginia Woolf. Aparecida Maria Nunes (2006, p. 10) explica que nas páginas femininas, a escritora brasileira refletiu sobre os papéis do destino de mulher, uma mulher que não se deixa submeter pelos caprichos da moda e que, do contrário, precisava também cultivar a inteligência. Ela indica o seu viés feminista que, apesar de sutil, é passível de ser percebido em algumas passagens sobre a mulher. Segundo ela, a mulher esclarecida "é a mulher que se instrui, que procura acompanhar o ritmo da vida atual, sendo útil dentro do seu campo de ação, fazendo-se respeitar pelo seu valor próprio, que é companheira do homem e não sua escrava, que é mãe e educadora e não boneca mimada a criar outros bonequinhos mimados" (LISPECTOR, 2006, p. 18). Para Clarice Lispector, a mulher esclarecida estuda, lê, é moderna e interessante sem perder seus atributos de mulher. Afinal, questiona-se Virginia Woolf (2014, p. 126): seria mil vezes uma pena se as mulheres escrevessem como os homens ou vivessem como eles, ou se parecessem com eles, pois se dois sexos já é um fato bastante inadequado considerando a vasta variedade do mundo, como faríamos com apenas um?

Esse cuidado relacionado à masculinização da mulher é válido inclusive para aquelas que precisam trabalhar fora. Apesar da necessidade de comandar ou dirigir equipes, de tratar assuntos comerciais com homens, da cotação de mercado, é necessário tomar muito cuidado para não perder a sua feminilidade (LISPECTOR, 2006, p. 19). Apesar de essa mulher moderna ter o direito de adquirir uma renda própria, não significa propriamente que ela deva perder os seus atributos de mulher, já que permanece, mesmo diante de toda essa necessidade de mudanças no comportamento, a força extremamente significativa da feminilidade da mulher (WOOLF, 2014, p. 126). Se não, a masculinidade da mulher se tornaria, para Clarice Lispector (2006, p. 30), motivo de diversão para os homens que a provocam pelas suas maneiras deslavadas.

Há ainda outra preocupação que perpassa a obra de ambas as escritoras aqui



comparadas, em relação ao comportamento da mulher sob essa ótica de transformações oriundas do feminismo, no que diz respeito à necessidade de leitura. Clarice Lispector sugere que as mulheres deveriam ler mais e melhor, pois não adiantaria que elas lessem mais, se não houvesse também uma seleção mais apropriada de leituras (LISPECTOR, 2006, p. 38). "Nós mulheres, principalmente, que sabemos encontrar tempo para tantas coisas, devemos arranjar uns minutos diários para a leitura" (2006, p. 44). Essa preocupação em relação à leitura é exposta por Virginia Woolf já no introito de Um teto todo seu. Retrata ela as dificuldades que as mulheres possuíam de adentrar as bibliotecas universitárias, já que "só se admitiam damas na biblioteca se acompanhadas por um estudante da universidade ou munidas de uma carta de apresentação" (WOOLF, 2014, p. 17).

Clarice Lispector tinha já a consciência sobre a predominância do debate relacionado às transformações no comportamento da mulher ter se dado após a chamada Grande Guerra (LISPECOR, 2005, p. 50). O mesmo também já havia sido posto por Virginia Woolf (2014, p. 152). Para Clarice Lispector, a mulher moderna estuda, trabalha, de modo que as suas faculdades sejam despertadas e desenvolvidas, para constituir seu lar guiando de maneira consciente a formação dos seus filhos (LISPECTOR, 2005, p. 51). Essa possibilidade de trabalho dá às mulheres também a autonomia para tomar decisões que até então jamais haviam sido tomadas por elas. É o que se pode ser percebido mediante a metáfora do quarto só seu que Virginia Woolf constrói, quando afirma: "o quarto é de vocês, mas ainda está vazio. Precisa ser mobiliado, precisa ser decorado, precisa ser dividido. Como vocês vão mobiliar, como vão decorar? Com quem vão dividi-lo e em que termos?" (WOOLF, 2013, p. 18). São perguntas de enorme interesse para a ensaísta inglesa. Pela primeira vez na história, as mulheres poderiam agora fazer aquelas perguntas e, bem mais que isso, poderiam também decidir quais seriam as respostas. Essa situação pode ser percebida também na análise das colunas de Clarice Lispector.

Considerações finais

Conforme expôs Luciano Rodrigues Lima (2012, p. 167), as ligações existentes entre as obras de Clarice Lispector e Virginia Woolf não são, como talvez pensem alguns, assim tão óbvias, já que essas duas escritoras construíram ao longo de sua carreira poéticas diferentes com desdobramentos também diferenciados. A primeira adota, especialmente na sua produção ficcional, uma estratégia de não-conhecimento da realidade, imersa em uma chamada "poética da busca", onde tempo e espaço se conjugam. Virginia Woolf, por sua vez, no sentido



inverso, conduz a uma poética do espaço, como uma programação estética modernista que apresenta a sua visão de sociedade e de mulher constituída cientificamente (LIMA, 2012, p. 167).

Para que o objetivo maior deste trabalho fosse alcançado, que é a aproximação entre as obras dessas escritoras, buscou-se compará-las com base em suas obras não-ficcionais. No sentido que foi exposto por Lima, por meio dos textos jornalísticos de Clarice Lispector, é possível mais abertamente perceber o seu pensamento político, especialmente no que se refere à função social da mulher.

Um teto todo seu é uma das mais significativas obras de Virginia Woolf, porque, nela, a autora não se limita apenas ao convite de falar acerca das relações entre a mulher e a literatura. Pelo contrário, aponta, por meio de uma narrativa ironicamente despersonalizada, para uma leitura política, não somente individual, do seu comprometimento em relação à necessidade de conscientização do papel da mulher. Clarice Lispector pouco evidencia essa roupagem politizada em suas obras, quer sejam elas ficcionais ou não, o que não significa necessariamente que a sua produção seja desprovida de uma tendência política. Do contrário, conforme já foi explicitado, tem sido cada vez mais necessário que as nossas leituras levem em consideração que nenhuma obra pode ser desligada da sua conjuntura social e das necessidades políticas que este contexto exige.

Neste sentido, mesmo o alegado alheamento político da obra de Clarice Lispector pode ser considerado o modo escolhido pela autora para a apresentação da sua visão política acerca de várias questões da sociedade: a função da mulher, a pobreza, a solidão ou a morte. Isso pode ser perceptível quando observamos, por exemplo, os diálogos políticos que Clarice Lispector manteve ao longo da sua vida com movimentos e passeatas estudantis de protesto contra a ditadura militar que vigorou no Brasil a partir de 1964, como aponta Gotlib (2009, p. 473). Assim, não é conveniente afirmar que, apesar da escrita tida para alguns como hermética, Clarice deixasse de compreender ela própria a conjuntura social e política da qual fazia parte.

Cabe ressaltar que, ao tratar de mulheres escritoras, falamos do surgimento de novos espaços de fala, ou novas vozes que até então jamais puderam ser ouvidas. E isso dada a condição de silêncio própria dos grupos subalternizados, no sentido atribuído por Spivak (2010). Com isso, consequentemente, a nossa percepção acerca das experiências vivenciadas por esses grupos, agora relatadas por eles próprios, talvez sofra profundas alterações, conforme apontou Beauvoir (2009, p. 207). Considere-se que elas não se limitaram às visões



elaboradas historicamente sob o olhar masculino. Neste sentido, a mulher, especialmente a mulher escritora, passa a assumir uma responsabilidade extremamente significativa, que é a de descentrar o sujeito, que, tradicionalmente, manteve-se como referência maior em todas as discussões. Esse sujeito, no caso, caracterizado como o homem, branco e ocidental.

Ler os artigos femininos de Clarice Lispector, que se pautaram também pela égide de um pensamento feminista muito em voga na época, é, também, descontruir esse pensamento polarizado, em que as diferenças foram consideradas elementos de inferioridade e de exclusão de diversos grupos. A releitura dessa história na modernidade, ampliada ainda mais profundamente na pós-modernidade, auxilia-nos a compreender melhor a maneira como se deram essas transformações no comportamento da mulher ao longo do último século. Embora os textos de Clarice Lispector não carreguem consigo o cientificismo que Virginia Woolf preocupou-se em manter.

É sabido que a ruptura trazida pelo ativismo das mulheres nos levou a enfrentar profundas transformações, particularmente aquelas que limitaram política, econômica e ideologicamente a liberdade feminina na sociedade. Desde a reconfiguração dos espaços, no momento que a mulher passa a inserir-se também nos ambientes públicos, os conceitos de gênero, e a maneira como esses gêneros vão se relacionar, apontam para mudanças extremamente drásticas, considerando o pouco tempo em que o movimento feminista se organizou de modo mais sistemático.

Esse mesmo olhar é válido para a leitura de Virginia Woolf. Ampliando ainda mais a sua relação com o direcionamento político e com a mudança no modo como deveria se comportar uma escritora em seu tempo, ela elaborou uma produção bem mais sobrecarregada e com um claro discurso político. Foi desse discurso que Clarice Lispector e muitas outras dele se serviram para a formação do pensamento humano no tempo presente. "Como mulher eu não possuo país", sentencia Virginia Woolf em outro importante ensaio feminista de 1938, Three Guineas; "como mulher, meu país é o mundo todo".

Este trabalho apenas abre a possibilidade de discutir comparações possíveis de serem estabelecidas entre a literatura produzida por Clarice Lispector com aquela produzida por Virginia Woolf. A primeira, uma escritora situada em um país latino-americano e vivendo em um período de extensas transformações sociais, e a segunda, também inserida em sua conjuntura específica, no interior de uma sociedade inglesa também fruto de mudanças significativas que cada vez mais se ampliavam. O que em realidade se buscou fazer aqui foi um rápido levantamento sobre como duas mulheres geográfica e culturalmente distantes



mantêm ainda assim aproximações importantes. E também afirmar que essas duas importantes escritoras podem ser apontadas para um conhecimento ainda mais amplo da literatura feminina e feminista.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CALVINO, Italo. Questões sobre o realismo. In: CALVINO, Italo. *Mundo escrito e mundo não escrito*: artigos, conferências e entrevistas. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura comparada*. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2015.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Tradução de Teresa L. Perez. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989.

______. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria, ficção. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

_____. La política de la parodia postmoderna. In: *Criterios, edición especial de homenaje a Bajtín*. Traducción del inglés: Desiderio Navarro. Julio 1993, p. 187-203.

LIMA, Luciano Rodrigues. Virginia Woolf, Clarice Lispector e Judith Grossmann: temáticas, poéticas e locais de fala. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural*. Universidade do Estado da Bahia, Campus II – Alagoinhas, v. 2, n. 1, jan/jun. 2012.

LISPECTOR, Clarice. *Correio feminino*. Organização de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

______. *Outros escritos*. Organização de Teresa Montero e Lícia Manzo. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GOMES, Carlos Magno. Estudos culturais e crítica literária. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 30. Florianópolis: UFSC, 2011.

GOTLIB, Nádia Battella. Clarice: uma vida que se conta. 6. ed. rev. e aum. São Paulo:



Universidade de São Paulo, 2009.

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada*: história, teoria e crítica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997. – (Acadêmica; 16).

NUNES, Aparecida Maria. Clarice Lispector jornalista feminina. In: LISPECTOR, Clarice. *Correio feminino*. Organização de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SÁ, Olga de. *A escritura de Clarice Lispector*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Lorena, SP: Faculdades Integradas Teresa D'Ávila, 1979.

SANT'ANNA, Affonso Romano. Paródia, paráfrase & cia. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAMOYAULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. Tradução de Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. (Linguagem e Cultura; 40).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

·	Profissões	para	mulheres	e	outros	artigos	feministas.	Tradução	de	Denise
Bottmann. São Paulo: L&PM, 2013.										
Three guineas London: Harcourt Inc. 1938										



O FENÔMENO DA FEMINIZAÇÃO DIANTE O DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Brenda Rayanne Sampaio de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas Campus Arapiraca Unidade Educacional Palmeira dos Índios (UFAL). E-mail: rayannnesampaio@gmail.com. Graduanda do curso de Serviço Social.

Resumo: O Serviço Social enquanto profissão carrega consigo a predominância do sexo feminino na composição profissional como uma marca profunda. Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo central analisar os determinantes do Fenômeno da Feminização, através dos processos que perpassam a trajetória histórica da profissão do Serviço Social, na ordem capitalista. Para isso, mediante a uma revisão bibliográfica busca-se analisar a inserção da mulher na esfera produtiva, entendendo a divisão sexual do trabalho como elemento significante para o processo de opressão e exploração da mulher. Assim, torna-se evidente a necessidade de compreender o contexto que delineia a profissão em sua gênese como: o cenário político, econômico, social e cultural vigente neste determinado momento histórico e como estes implicam diretamente na formação da profissão. Compreendendo as causas que determinaram a predominância da presença do sexo feminino na categoria profissional e a contribuição desta para com o aprimoramento da profissão, a partir da análise das transformações que perpassam a profissional ao longo da história.

Palavras-chave: Serviço Social, Mulher; Feminizazção.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto profissão se situa na divisão social e técnica do trabalho, e carrega consigo, como uma marca, a predominância do sexo feminino na composição profissional. Enquanto profissão, o Serviço Social sofre com uma série de determinantes que o afetam diretamente, pois, o contexto em que a profissão está inserida implica desde a sua criação, no estabelecimento de um "perfil" profissional, até suas práticas cotidianas. Dessa forma, o Serviço Social se consolida como profissão sendo regida pelos ditames da sociedade capitalista, tendo como principal objetivo responder as expressões da "questão social".

Para se compreender a formação do Serviço Social enquanto uma profissão predominantemente feminina, a princípio é necessário compreender o processo de



subordinação da mulher na esfera produtiva, através da divisão sexual do trabalho. Dessa forma, entenderemos como o sistema capitalista se apropria do trabalho feminino e quais suas estratégias e objetivos para com este. Mediante isso, apreendemos os determinantes que contribuem para a materialização do fenômeno da feminização.

Logo, o presente artigo tem como proposta geral investigar o fenômeno da feminização, que afeta determinadas áreas do mercado de trabalho na sociedade capitalista. Tal fenômeno será investigado através de uma breve análise da trajetória histórica da profissão do Serviço Social, buscando a compreensão da necessidade da presença feminina na profissão e quais os determinantes deste fenômeno na esfera social, econômica e política, na ordem do capital.

METODOLOGIA

Para investigar tal fenômeno é preciso se utilizar de métodos apropriados que nos direcione nesse processo de pesquisa visando obter a maior aproximação possível com o objeto investigado, para assim conseguir retratar o objeto em sua totalidade.

Esse trabalho se utiliza do método do materialismo-histórico-dialético, que Paulo Netto (2009) define como um processo de pesquisa no qual o sujeito investigador busca apreender a essência do objeto investigado, partindo de sua aparência. Para isso, o investigador precisa passar por um processo de apreensão e análise do movimento real do objeto lhe possibilitando reproduzir no plano ideal a essência do objeto investigado. Porém, o autor afirma que quanto maior for à aproximação do investigador com o objeto, maior a possibilidade de reproduzi-lo no plano ideal mais próximo de sua totalidade. À vista disso tal método se apresenta como o melhor para ser utilizado na realização desta pesquisa, pois, parte de uma perspectiva de totalidade.

Considerando os apontamentos de Gil (2002) outro método utilizado na realização desse trabalho foi à pesquisa bibliográfica, usufruindo de materiais como artigos científicos e livros que possibilitou ao pesquisador maior abrangência sobre o objeto tratado e seus determinantes, diante do processo de elaboração de tal pesquisa. Outro intuito desse trabalho é expor uma pesquisa mediada pela pesquisa exploratória, visando obter maior familiarização com o objeto a ser investigado possibilitando maior



compreensão acerca de tal problemática. Sendo utilizada também a pesquisa descritiva, que possibilita a análise de modo que é possível descrever as características de um dado fenômeno. E por fim, se utiliza da pesquisa explicativa, com objetivo de registrar os fatos, analisa-los e interpreta-los permitindo o reconhecimento das causas que determinam o acontecimento de determinado fenômeno. Visando realizar uma pesquisa de forma mais qualificada através de uma maior aproximação com o objeto estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de subordinação do sexo feminino na sociedade capitalista é um dos fatores contribuintes para promover o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade. Para isso, o modo de produção capitalista utiliza a divisão sexual do trabalho como um dos principais fundamentos para a subordinação feminina pelo sexo masculino. Garantindo desse modo as formas de produzir e reproduzir a vida, além de assegurar a reprodução do próprio sistema.

Para Yannoulas (2011), a divisão sexual do trabalho consiste em uma divisão em grupos de homens e mulheres, onde no âmbito do trabalho irão desenvolver atividades e funções distintas. Tal divisão está fundada nas relações sociais, ou seja, é produzida e reproduzida pelas mesmas, tendo como principais marcas a desigualdade social, o antagonismo e as relações sociais hierárquicas entre homens e mulheres. Desse modo, a divisão sexual do trabalho assegura ao homem a supremacia do poder, enquanto se torna uma das bases estruturantes da exploração e opressão da mulher.

À vista disso tem-se a desvalorização dos trabalhos desenvolvidos por mulheres, pois, são caracterizados enquanto atividades de fácil desenvoltura – também resultante de sua baixa qualificação –, contribuindo com o processo de naturalização das funções intituladas como femininas, consolidando a marginalização da mulher no sistema capitalista. Dessa forma, é assegurada a manutenção e reprodução do sistema vigente através da subordinação, da naturalização das funções e da má formação das capacidades da mulher, se materializando o Fenômeno da Feminização em determinadas áreas do mercado de trabalho.

A princípio para se compreender o Fenômeno da Feminização de uma profissão, é preciso entender primeiramente o que é a *Feminilização* de



uma profissão. Segundo Yannoulas (2011), a Feminilização de uma profissão se remete a um significado quantitativo — através da análise de dados estatísticos — pois, se trata da identificação de um grande número do sexo feminino compondo uma determinada profissão, e contribui diretamente com o fenômeno da Feminização. Para a autora, o Fenômeno da Feminização se refere ao significado e valor social de uma determinada profissão ou ocupação relacionada à concepção de gênero de uma sociedade. Assim, o processo de Feminização de uma profissão está terminantemente ligado às funções e aos deveres que o sexo feminino ocupa na sociedade.

Cisne (2015b) salienta que para compreender o processo de feminização de determinadas funções do mundo do trabalho, deve-se analisá-lo através de uma perspectiva de totalidade. Para isso, é preciso enxergar tal processo para além da noção de conquista da mulher, ao ser inserida no mercado de trabalho – conquista da independência/liberdade/autonomia econômica – e buscar as determinações postas para contribuir com a realização de tal fenômeno pelo sistema de dominação patriarcal capitalista.

Assim,

[...] as conquistas, as potencialidades positivas para emancipação das mulheres encontram-se imbricadas nas contradições do movimento do capital, que engendra estratégias a seu favor travestidas de bandeiras de luta das mulheres (CISNE, 2015b, p. 129).

Com isso, entende-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho não se expressa como uma simples conquista emancipatória, mas como uma estratégia do capitalismo para garantir mais lucros. Logo o fenômeno da femininzação, assim como a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista, apesar de ser caracterizado como um processo natural, trata-se de uma estratégia para assegurar a produção da mais-valia e as formas de produzir e reproduzir a vida.

Assim, ao analisar o processo de feminização de algumas áreas do mercado de trabalho, podemos refletir sobre como o sistema capitalista, aliado ao sistema de dominação patriarcal, se apropria das mulheres, visando à vigência de seu domínio, a garantia da reprodução social e a maior concentração de capital.

Diante do exposto iremos mais adiante fazer uma análise sobre como o fenômeno da



feminização se conecta com a profissão do Serviço Social, na divisão sócio técnica do trabalho, o qual vai se institucionalizar como uma profissão constituída por uma categoria predominantemente feminina, devido ao papel imposto a mulher pela sociedade capitalista e seus respectivos interesses, que buscam manter a ideologia burguesa, a partir de uma perspectiva que articula a postura feminina à um perfil ético, moral e educador.

O processo de feminização da profissão do Serviço Social está relacionado à sua trajetória histórica e ao fato desta ser resultante de um dado contexto. Tal contexto delineia a profissão, desde sua gênese, de acordo com o cenário político, econômico, social e cultural vigente num determinado momento histórico. Para assim compreender a necessidade da presença feminina na profissão do Serviço Social, como estratégia do modo de produção capitalista e do sistema de dominação patriarcal.

Com a consolidação do sistema capitalista, em sua fase monopólica, tem-se a intensificação das contradições gestadas pelo próprio modo de produção, através dos meios de exploração e alienação. Assim, com o intenso desenvolvimento das forças produtivas, a expansão do industrialismo e do mercado alteram as condições socioeconômicas e políticas da sociedade, acarretando numa reconfiguração do sistema industrial, que afeta diretamente a vida da classe explorada, produzindo assim uma série de desigualdades sociais, político, cultural e econômica.

De acordo com Cisne (2015a), pautada em análises de José Paulo Netto, a expressão "questão social" surge para dar conta de um fenômeno inicialmente intitulado de *pauperismo*. Para tanto, com o capitalismo em sua fase industrial-concorrencial houve a agudização do pauperismo junto de novas expressões – se intensifica a pobreza, a fome, o desemprego, as desigualdades, doenças, etc. A partir desse momento a nova pobreza é gestada numa abundante produção de riqueza, e mediante a essa nova realidade o pauperismo passa a ser denominado como "questão social".

Iamamoto e Carvalho (2008) ressaltam que a nova pobreza e as novas condições de trabalho se tornaram um elemento significativo para que a classe operária se manifest através de uma organização política. Tais organizações foram constituídas por operários de diversas posições, mas, com um único objetivo em comum: combater as contradições e antagonismos da sociedade capitalista. Logo, a necessidade de expansão do capital é limitada pelas lutas dos trabalhadores e pela necessidade de reprodução dessa classe, para que haja o desenvolvimento das forças produtivas. Diante disso, de acordo com Paulo Netto (2011), o capitalismo se



apropria do Estado para que este desenvolva medidas sociais visando amenizar os efeitos das desigualdades geradas no processo produtivo.

Assim,

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reinvindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda escala societária (PAULO NETTO, 2011, p. 29).

Frente à organização da classe trabalhadora, o Estado nota a emergência de implementar políticas assistencialistas que atendessem às necessidades da classe trabalhadora e aos interesses do modo de produção. Assim, emerge também a necessidade de institucionalizar uma profissão que desenvolvesse tais ações, mediante uma organização técnica e de forma "[...] mais efetiva e [de] maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes" (IAMAMOTO E CARVALHO, 2008, p. 168).

Assim, a institucionalização do Serviço Social no Brasil ocorre na década de 1930, no período da transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista¹. Para isso, o Estado passa a desenvolver políticas sociais como medidas que iriam intervir de modo imediato e aparente sobre as desigualdades sociais, contendo também as inquietações da classe trabalhadora.

O Serviço Social está inserido na divisão social técnica do trabalho e suas bases estão marcadas pela aliança entre o Estado, a Igreja e a burguesia. Iamamoto e Carvalho (2008) salientam que esta aliança utiliza o Serviço Social como meio de impulsionar o espírito filantrópico, ao determinar que para exercer tal profissão seja necessário ter uma "vocação para servir ao próximo", pois

.

¹ Segundo Paulo Netto (2011), "[...] o capitalismo monopolista reloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares da exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana [...]" (p.19). Logo, com a organização dos monopólios se tem a ampliação da busca incessante pelo aumento de capital, através do controle do mercado alterando profundamente a dinâmica social.



Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 171-172 grifos dos autores).

As primeiras Escolas de Serviço Social eram regidas por um padrão idealizado partindo de um viés veementemente conservador, pois estavam ligados aos interesses da burguesia. Assim sendo, as escolas determinavam uma série de exigências, referentes à subjetividade, a serem cumpridas pelos aprendizes do Serviço Social. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008), tais exigências se caracterizavam a partir de características, tais como: uma integra formação moral; viesse de boa família; detentora de boa saúde e ausência de defeitos físicos; boa desenvoltura em socializações, nas relações sociais e atuar de forma paternalista e autoritária, no entanto, de modo sutil - vindo a capacitar o exercício profissional sob um viés conservador e contribuindo acentuadamente com o fenômeno da feminização da profissão.

Desse modo,

A "feminização" é [...] compreendida como um processo histórico-cultural de construção de práticas, saberes e valores em relação ao feminino, por meio de uma concepção diferenciada sobre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é feminino. Torna-se, cria-se o feminino, de acordo com a conveniência e os interesses da classe dominante, resultando na produção de desigualdades entre homens e mulheres, reveladas, por exemplo, na sua forma, de inserção no mercado de trabalho (CISNE, 2004, p. 51).

Segundo Monteiro e Pacheco (2015), é possível compreender como o Serviço Social se torna uma profissão predominantemente feminina, pois, desde sua origem a profissão é configurada por princípios da Igreja Católica aliados a herança da "natureza feminina", uma ideologia historicamente construída que define o "modo de ser" da mulher, que vai caracterizá-la como uma profissão destinada às mulheres, evidenciando a predominância feminina na profissão, em que é permeada por contradições e divergências nas relações de gênero, como também é notável a condição de subalternidade da profissão, conformando-se em uma complexidade que cerca a profissão e numa dificuldade na tentativa de um rompimento com este fenômeno, inserido num contexto patriarcal e capitalista.



O perfil determinado para o Serviço Social perpassa a composição da categoria profissional por muitos anos no decorrer da trajetória histórica da profissão. Observa-se que até na contemporaneidade ainda é notável a presença feminina como maioria na composição profissional. No entanto, é apenas através do momento de intenção de ruptura com o conservadorismo que o Serviço Social passa a questionar e reivindicar suas bases conservadoras, buscando a compreensão de sua função social, obtendo um redirecionamento político, pois, passa a buscar outras bases teóricas e metodológicas, mediante a aproximação das produções marxistas.

Segundo Cisne (2004), é na década de 1990 que esse processo de reorientação nos campos políticos e teórico-metodológicos possibilita que o Serviço Social alcance sua maturidade profissional. Nesse momento é estabelecida a ruptura com a tradição conservadora que cercava a profissão, consolidando tal marco através do Novo Projeto Profissional, que estava "[...] pautado no compromisso com as classes subalternizadas, tendo como valor central a liberdade" (Ibidem, p. 68).

Dessa forma, o Projeto Ético-político do Serviço Social é consolidado através do Código de Ética de 1993, que traz como uma de suas propostas o desenvolvimento de uma nova ordem social, livre da exploração e da dominação entre as classes, os gêneros e as etnias, através da

[...] Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; Exercício profissional sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (MONTEIRO; PACHECO, 2015, p.126 apud CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, 1993. grifos dos autores).

Monteiro e Pacheco (2015) salientam que o Código de Ética de 1993, ao abordar a não discriminação de gênero como um de seus Princípios Fundamentais, torna evidente para a profissão a emergência em repensar a organização social vigente, considerando as relações de gênero como contribuintes significantes para a formação de um indivíduo, a formação da sociedade e especialmente na composição da categoria profissional.

Diante disso, para efetivar a proposta colocada pelo Código de Ética, também é preciso reconhecer a desigualdade de gênero como uma construção histórico-social e analisar



como tal ideologia é apreendida e perpetuada, especialmente dentro da categoria profissional e nas suas práticas cotidianas, bem como é necessária a luta pela defesa da igualdade de gênero, pois, só a superação do modo de produção não é suficiente para superar as desigualdades sociais e principalmente a diversidade entre os gêneros.

Contudo, é importante ressaltar o quanto ainda carregamos a "herança" de um fazer profissional moralizador, positivista e fenomenológico, traço fundador de nossa profissão. É por isso que cabe a/o Assistente Social a tarefa política e teórica de entender as particularidades de gênero para fundamentar a sua intervenção na realidade pautada no Código de Ética, do Projeto Ético Político e da Lei de Regulamentação da Profissão (MONTEIRO; PACHECO, 2015. p.127).

Pois, mesmo diante de todas as transformações que a profissão sofreu, a realidade em que ela se situa ainda apresenta conservadorismo e machismo que infringem a categoria feminina com sua discriminação ideológica, limitando e depreciando a profissão do Serviço Social, como outras profissões intituladas como femininas.

Cisne (2004) nos leva a refletir em quais seriam as razões atuais vigentes para que o investimento no trabalho feminino ainda seja rentável para o desenvolvimento do capital, além de ser mais rentável no processo de acumulação de capital e a produção e reprodução da vida e do próprio sistema: partindo da perspectiva do Serviço Social, tal perfil atualmente ainda é justificado socialmente pelas ideologias acerca do perfil profissional da mulher – considerando-a como mais capacitada para "gerir a pobreza", sendo através dessas concepções que atualmente se mascara os pré-requisitos para atuação profissional, como no período de suas protoformas.

Cisne (2015b) ressalva que estar consciente do papel da mulher na sociedade capitalista e como isso afeta as condições de vida dela em sua totalidade é imprescindível, na busca por avanços para as mulheres e à própria profissão. Pois, como uma profissão que carrega consigo historicamente um regimento de subalternidade, é necessário que a categoria profissional tenha consciência de tais determinações e implicações para promover melhores avanços no processo de reconhecimento e afirmação da profissão.

Para tanto a autora supracitada constata a forte necessidade de se trabalhar ainda mais a relação de gênero e Serviço Social, pois, ainda resiste alguns elementos conservadores, através de uma "não-consciência" das condições de gênero impostas a esta, inseridos na



categoria profissional e resistentes devido à ausência de uma percepção crítica acerca do processo de feminização da profissão, dificultando o próprio desenvolvimento, valorização e renovação desta.

Por fim, enquanto alternativa de enfrentamento, a autora sugere a articulação com as lutas feministas – devido à predominância do sexo feminino –, visando romper com os aspectos conservadores em torno da mulher, possibilitando que o Serviço Social ao se articular com as ações dos movimentos das mulheres esteja atuando de acordo com os valores e princípios do seu Projeto Ético Político, no Código de Ética e na Lei de Regulamentação, dando continuidade para a implementação de seu projeto profissional na busca pela emancipação humana, lutando contra todas as formas de opressão, discriminação e violência que cercam a mulher na sociedade capitalista.

CONCLUSÕES

Em virtude dos fatos mencionados entende-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho não se expressa como uma simples conquista emancipatória, mas também, como uma estratégia do capitalismo para garantir mais lucros, pois, quando o sistema capitalista estabelece a divisão social e técnica do trabalho mediante um processo histórico de disseminação de ideologias acerca de um "perfil" feminino, em contrapartida, o mesmo também estabelece a segmentação da classe trabalhadora fomentando a competição entre os sexos, além de ampliar as desigualdades, acentuando as contradições e os antagonismos que permeiam a sociedade como um todo.

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho garante a soberania ao homem, na esfera produtiva, e se torna uma das bases estruturantes de exploração e desvalorização do sexo feminino, como um instrumento para assegurar o aumento da concentração de capital, bem como a produção e reprodução da vida.

As reflexões postas neste artigo possibilitaram o entendimento de que o fenômeno da feminização, que estigmatiza determinadas áreas do mercado de trabalho, se refere a grande concentração da presença feminina na composição de determinadas profissões. Tal característica é a razão da desvalorização dessas profissões perante a sociedade, devido a uma ideologia sobre a identidade feminina, que tanto é construída quanto disseminada pela



sociedade ao longo da história. Logo, esse fenômeno vai afetar a figura feminina nas dimensões da vida social, econômica e política.

Por todos esses aspectos, se demonstra quão importante e necessária se faz a apreensão do processo de institucionalização e o desenvolvimento do Serviço Social, na divisão sócio técnica do trabalho. Entender a trajetória da profissão nos auxilia na compreensão do contexto atual em que esta se situa e possibilita, também, constatar que os preceitos capitalistas ainda regem a profissão - isso no sentido de que foi consolidado historicamente esse perfil para a categoria profissional e que o mesmo persiste até os dias de hoje.

Entretanto, vale salientar que o fenômeno da feminização não é característica única do Serviço Social, ele também atinge outras profissões. Por essa razão se faz necessária uma organização política da categoria profissional e sua aliança com os movimentos sociais das classes subalternas, como proposto no Código de Ética, no Projeto Ético Político, se tornando uma estratégia de enfrentamento tanto às imposições capitalistas quanto ao próprio fenômeno que afeta a profissão. Por fim, é imprescindível que haja a disseminação de tais conhecimentos, pois, viabiliza o discernimento sobre os determinantes que impactam a profissão e a vida das mulheres, não só como meio de socializar informação, mas também, com meio de apreender as relações de gênero e tornar esse entendimento um direcionamento para a suas intervenções, e assim, incitar a busca por uma nova forma de organização social, como proposto no projeto ético-político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015a.

______. **Serviço social: uma profissão de mulheres e para mulheres?** Uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

______. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2015b.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar um projeto de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.



2011.



O GÊNERO (DES)FEITO EM COMUNIDADES TERREIRO DE CANDOMBLÉ KETU NO RIO DE JANEIRO¹

Fábio Henrique Labri da Costa²; Fernando Altair Pocahy³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: Este trabalho é parte dos movimentos iniciais de pesquisa que busca cartografar os processos de subjetivação envolvidos na marcação de identidades de gênero e sexualidade nos espaços-tempo das comunidades terreiro de candomblé, sobretudo no que se refere às identidades trans. Esta pesquisa investiga os sentidos e sentimentos que os Babalorixas e Yalorias do candomblé têm sobre o pertencimento e as vivências de travestis e transexuais em seus territórios (sagrados). Esse percurso de trabalho tem início no Ilê Axé Onisegum, onde o primeiro autor do texto é líder religioso, e rastreia outros espaços-tempos, outros territórios e o pensamento de alguns sacerdotes, que compõe o atual sistema religioso do candomblé Ketu no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa assume por ora lances cartográficos e o que se põe em tela pelo instante são aproximações analíticas a partir de conversas com pessoas que compõem esses territórios e que nos auxiliam na produção de uma problematização interseccionada sobre gênero, sexualidade e religião. Os pressupostos e abordagens teórico-metodológicas que fundamentam a pesquisa apresentam-se em aproximação às análises pós-estruturalistas de base foucaultiana e suas articulações com os estudos feministas, as teorizações Queer e estudos Pós(de)-coloniais.

Palavras-chave: Educação, Gênero, Sexualidade, Candomblé, Religião.

Introdução

O presente estudo busca sentidos produzidos por indivíduos iniciados no candomblé face às interpelações da (hetero)cisnormatividade. Em nossas apostas de pesquisa seguimos no rastro de Judith Butler (2010) quando apresenta o desafio de pensar o conceito de gênero não somente como culturalmente construído, mas informando que nosso olhar sobre o sexo é desde sempre gendrado. Como forma de acompanhar essa produção de gênero nos terreiros a pesquisa em curso busca inicialmente compreender como se dá o acolhimento e a vivência de travestis e transexuais, as práticas religiosas por elas desenvolvidas durante os rituais do culto

¹ Trabalho integrante e apoiado pelo financiamento JCNE/FAPERJ-2014-2018 concedido ao Prof. Dr. Fernando Pocahy.

² Graduado em Letras, Mestrando em Educação/ Programa de Pós-Graduação em Educação ProPEd-UERJ, flabri@gmail.com

³ Doutor em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPEd-UERJ, pocahy@uol.com.br



e como as pedagogias de gênero e sexualidade exercidas e veiculadas no candomblé articulam-se na produção de práticas corporais e na relação com o sagrado.

Considerando que os processos educativos em terreiro de candomblé ocorrem de maneira contextualizada e viva, como confirma Marques (2014), "aprende-se olhando, escutando, comendo, vestindo, fazendo, imitando, vivendo o candomblé com o corpo e a alma" (p.84), compreendemos que os saberes tradicionais e os simbolismos não são apenas transmitidos, outrossim, são compartilhados e vivenciados pelos sujeitos e pelos seus discursos em conexão com as entidades sagradas nesses cotidianos. Caputo (2012) colabora com este debate afirmando que: "os terreiros são espaços educativos, de circulação de conhecimentos, saberes e memória... [onde] se afirmam identidades, constroem-se laços de pertencimentos e parentesco (...) espaços produtores de subjetividades".

Nilda Alves (2009), nos estudos e pesquisas desenvolvidos sobre 'cotidianos escolares e outros cotidianos', afirma que construímos conhecimento de duas formas: a primeira surge com a modernidade "indo por caminhos obrigatórios, sempre iguais, sequenciais e hierarquizados" (p.7); o outro modo, crescente na contemporaneidade, "aquele que foi visto como sendo tecido em redes de conhecimentos e significações, em nosso viver cotidiano" (p.7). Nesse mesmo rastro de estudos sobre cotidianos, falando sobre identidades diaspóricas, a professora Mailsa Carla Passos (2009) nos afirma que "Processos identitários não são fenômenos fixados e estáveis, já que as identidades se estabelecem na constante negociação do sujeito com seu meio, com a história, com as produções discursivas que circulam socialmente" (p.21). Neste sentido, as comunidades terreiro constituem "outros cotidianos", espaços-territórios onde "os conhecimentos e as significações são tecidos, percebendo que isso exige que se admitam as diferenças culturais sem hierarquias, o que abre múltiplas possibilidades ao ato humano de conhecer" (ALVES, 2009, p.7).

Os estudos de Foucault (1996) sobre discurso e produção dos sujeitos, os quais realizam um exame da modernidade e da constituição dos seus dispositivos de saber/poder, possibilitou a constituição da ideia dos sujeitos modernos, dóceis e úteis, o que torna o presente estudo em um projeto de relevante importância para o campo educacional.

Nosso estudo busca, assim, cartografar processos de subjetivação e os sentidos produzidos por indivíduos iniciados no candomblé face às interpelações da heterocisnormatividade. Contamos nessa tessitura com a interlocução privilegiada de homens e mulheres *trans*, sujeitos que constituem um grupo sempre presente (e de diferentes formas) nas práticas e



rituais religiosos do candomblé. Esse grupo participou e participa ativamente de lutas e resistências que foram e são imprescindíveis à continuidade do culto.

(DES)CAMINHOS DA PESQUISA

Para responder aos questionamentos propostos inicialmente neste trabalho nos empenhamos em uma pesquisa cartográfica na comunidade terreiro em que eu sou Babá Kekerê⁴, o Ilê Axé Onixegun, localizado no Município de Guapimirim/RJ. A pesquisa-intervenção (como pode ser compreendida a cartografia) é articulada a partir de conversas com pessoas que compõem os territórios (sagrados) e que nos auxiliam na produção de uma problematização interseccionada sobre gênero, sexualidade e religião. Conversamos com dez sacerdotes (Babalorixás e Yalorixás⁵) do culto de matriz africana, candomblé, que são líderes religiosos com casas abertas e em pleno funcionamento no estado do Rio de Janeiro, buscando acompanhar algo dos sentidos produzidos nesses espaços-tempos do sagrado, com ênfase para as discussões sobre a tessitura das posições de gênero e sexualidade em seus terreiros. A pesquisa conta com a participação e contribuição de vários/as praticantes de comunidades terreiro de candomblé por intermédio de suas vivências. Trata-se de uma pequena amostra de um universo de tensões que constituem o atual sistema religioso do candomblé Ketu no estado do Rio de Janeiro, incluindo-se a nossa participação ativa nesse contexto religioso. Assumimos (primeiro autor e segundo autor/orientador) os riscos de uma posição que leva em contra que as coisas que fazemos-vivemos, entre elas a ciência, são coisas deste mundo, estão encharcadas de (nossos) mundos, nossas posições/implicações com o mundo e o modo como produzimos conhecimento com o mundo e não sobre o mundo, as coisas, as pessoas... a vida. O conhecimento é aqui conhecimento da vida, para a vida.

NOTAS DE CAMPOS EM ANÁLISE

A partir de algumas interlocuções buscamos abrir espaço de escuta e discussão sobre identidades *trans* no contexto das pesquisas que interseccionam gênero e religião. Algumas de

-

⁴ Pai pequeno do Axé e/ou da Comunidade.

⁵ Chefe espiritual e administrador da casa, responsável pelo culto aos orixás.



nossas interlocuções apontam que a presença e iniciação de travestis e transexuais no candomblé mobiliza as comunidades com alguma margem de liberdade, mas certamente imersa nas tramas do sagrado que são des(a)fiadas pela cultura praticada nos dias atuais:

"as comunidades de terreiro são espaços onde não existe preconceito";

"Nossa comunidade aprendeu a respeitar as diferenças, são pessoas tem ori(cabeça) e se tem bom coração e fé, não está em questão a orientação sexual";

"Podem e devem ser iniciados se assim for a vontade do sagrado".

Ponderamos, a partir de nossa experiência nos territórios do sagrado⁶ e dos ecos de nosso mergulho nessa trama de sentidos e fluxos da/na cultura, o candomblé sempre teve uma relação de acolhimento com as sexualidade dissidentes que borram de certa forma as normas heteronormativas, possibilitando em seus territórios espaços para diversas tipos de performances da sexualidade de seus sujeitos. Muito desse acolhimento está ancorado na cosmovisão que sustenta os princípios e rituais da religião, onde, entre os Orixás, deuses, existem aqueles cuja identidade sexual abriga elementos performáticos do feminino e masculino ao mesmo tempo (Rios, 2011; Sogbossi, 2011; Mesquita, 2004). Segundo Mesquita (2004)

"no candomblé, a homossexualidade parece encontrar um lugar onde pode mesmo se expressar criativamente, seja através dos atributos mágicos dos pais-de-santo, seja através das incontáveis habilidades artísticas, culinárias e estéticas, além da disponibilidade afetiva, constitutivas do imaginário sobre os filhos-de-santo" (p.102).

Entretanto, constatamos que essa aceitação em muitos territórios não se dá de forma tão simples como parece, visto que as performances (hetero)cisnormativas são muitas vezes reproduzidas nestes espaços, e a presença de travestis e transexuais não são bem vindas, ou reduzida através de uma série de interdições, não exigidas aos iniciados (hetero)cis.

Perguntado sobre o que define masculinidade e feminilidade dentro dessa tradição religiosa, as respostam de nossos interlocutores demonstram que não há um consenso e que os sentidos dos termos deslizam nas tramas do sagrado, evidenciando que estão vivos na cultura. Percebemos de forma positiva tal tensionamento, pois ele demonstra que as mentalidades das lideranças religiosas são elas também interpeladas pelo nosso tempo e se modificam em certa medida. Entre as tensões e fluxos da cultura, algumas permanências ocupam lugar no

٠

⁶ No caso, o primeiro autor.



imaginário coletivo dos dogmas religiosos, notadamente sobre a fixação do corpo ao regime de gênero:

Sacerdote 1 "O gênero ao qual a pessoa efetivamente pertence, seja por nascimento ou por transição definitiva."

Sacerdote 2 "o ara (corpo) pode ter uma energia vital de acordo com o sexo de nascimento, mas o Orí (cabeça), é capaz de estabelecer uma orientação sexual diversa. Um exemplo: é cientificamente comprovado que a compleição muscular do homem, devido a herança genética, é diferente da mulher. Um homem trans então pode pensar, sentir, agir de forma feminina, mas não perderá a força física. Ou seja: corpo (genética) e cabeça (emoção) são distintos. Mas, conforme o critério litúrgico, é a energia do sexo (corpo) é que determinará as funções e cargos rituais.

Sacerdote 3 "Acredito na ligação do Ori(Cabeça) com o Orum(céu) e o Ayê(Terra), logo se uma cabeça pensa como mulher, acredita ser uma mulher, ainda que o tenha nascido com outro sexo ela precisa ser respeitada como mulher".

Sacerdote 4: "Útero :Presença feminina, culto ligado às Mães Ancestrais, que gera vida e consequentemente continuidade. Candomblé é culto de ancestral! Pênis ...representa a virilidade e a força masculina, poder de introduzir vida é assim um equilíbrio da continuidade. Fêmea. Macho."

Sacerdote 5: A travesti vai ser respeitada como ela é. Eu tenho quato fihas de santo transexuais e, dessas quatro, três já fizeram cirurgia. Elas são tratadas como mulheres porque assim elas o são."

Observamos em nossas conversas que há uma resistência em relação ao corpo da travesti. Segundo o sacerdote 1:

"penso que a situação do travesti não seja a mesma de um transex, sobretudo se a transição física já foi efetivada".

Tal afirmação encontra-se presente de certo modo nos estudos etnográficos Diadema, Jimenez e Adorno (2009) que já haviam verificado situação semelhante ao constatar que sua aceitação é próprio de um contexto delimitado e que "a religiosidade afro-brasileira já não se mostra tão



premente no mundo travesti".

Existem tarefas religiosas que são destinadas a homens e outras que são destinadas a mulheres nos terreiros. Questionado sobre como são conduzidas a realização dessas tarefas por homens e mulheres trans, a maioria disse que era a identidade de gênero que definia a sua realização, chamou-me atenção a fala do Sacerdote 3: "a transexual, que após a efetivação da transição física, em respeito ao ori da pessoa, deverá ser inserida como tal, fato este restrito ao travesti". Vemos mais uma vez restrição ao papel desenvolvido pela travesti na casa de candomblé. As interlocuções estabelecidas sinalizam que as práticas do candomblé guardam consigo algo da imbricada relação com a cisnorma. Por certo assume singularidade que por ora se coloca como desafio para uma pesquisa que está começando. Se não há restrições ao pertencimento religioso em relação às travestis ou à diversidade sexual, por outra parte o corpo cisgendrado parece ocupar lugar no sagrado das práticas que estamos acompanhando

APONTAMENTOS INCONCLUSOS

De nossas andanças percebemos que existe no candomblé algumas ambiguidades e restrições quanto ao acolhimento a travestis e transexuais, aproximando-se muitos dos posicionamentos na direção de discursos de gênero e de sexualidade cisnormativas. Os efeitos disso no modo como certos sujeitos vivenciam o cotidiano religioso é muitas vezes doloroso e muitos/as sujeitos ainda que permaneçam nesses espaços não conseguem vivenciar plenamente a identidade de gênero e a sua religiosidade no terreiro. Outros/as desistem e preferem abrir mão da vivência religiosa e vão embora.

Nossos questionamentos e algumas inquietações surgem de um encontro de quem está desenvolvendo uma pesquisa "por dentro" (o primeiro autor) e um companheiro de problematizações (o orientador) e nos conduziram até esse momento, muitíssimos inicial, a pensar que os conhecimentos produzidos nos cotidianos dos terreiros são produtos das relações intensas entre o sagrado e os desafios em se pensar o corpo na intersecção entre gênero e sexualidade. Sujeitos que ao mesmo tempo são produtos e produtores dos espaços por onde circulam numa relação que também produz diferença. Conhecimento que produz subjetividades nas interrelações entre o indivíduo, o sagrado, o social, a cultura e o singular que marca a cada espaço-tempo do sagrado e que nos permite lançar a inquietante pergunta



sobre o lugar do corpo e das marcas de gênero aqui: quais são os termos e negociações cotidianas (nos termos educativos) em que o gênero é (des)feito nos territórios sagrados do candomblé?

REFERÊNCIAS:

ALVES, Nilda, PASSOS, Mailsa C., ALVES, Neila G. et al. Cotidianos, imagens e narrativas. In: Salto para o futuro, TVescola, 2009

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Tradução Renato Aguiar. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAPUTO, Stela Guedes. Educação nos Terreiros e como as Escolas se Relacionam com Crianças de Candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

_____. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2010.

JIMENEZ, Luciene; ADORNO, Rubens C.F. O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. In: Cadernos Pagu, (33), 2009, p. 343-367.

MARQUES, Juracy. Pele de Orixá. In: II Seminário Internacional de Ecologia Humana: A pesquisa em Ecologia Humana, 2014 anais, Paulo Afonso: UNEB 2014.

MESQUITA, Ralph Ribeiro. Entre homens, mulheres e deuses: identidade, gênero e (homo) sexualidade no contexto religioso afro-brasileiro, Revista Gênero, v. 4, n. 2, 2004.

RIOS, Luis Felipe. "LOCE LOCE METÁ RÊ-LÊ!": posições de gêneroerotismo entre homens com práticas homossexuais adeptos do candomblé do Recife. In: Revista Pólis e Psique, vol. 1, 2011.

SANTOS, A. S.. O gênero na berlinda: reflexões sobre a presença de travestis e mulheres transexuais nos terreiros de Candomblé. In: III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2013, Salvador. Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2013. v. 01. p. 01-19.

SANTOS, M. S. Tradição e tabu: Um estudo sobre gênero e sexualidade nas religiões afro-



brasileiras. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Antropologia) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOGBOSSI, Hippolyte Brice. Vida existencial e identidade no candomblé: uma aproximação. In: Revista Pós-Ciso, vol. 8, 2011.



O HOMOEROTISMO NA LITERATURA INFANTIL: ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS NA HORA DO CONTO

José Francisco Duran Vieira

Universidade Federal de Pelotas – jf.duran1963@gmail.com.

Resumo

Esta pesquisa descreve e problematiza a existência de Literatura Infantil com tema homoerótico para crianças de zero a cinco anos de idade em obras publicadas no Brasil. Adquiriu-se um total de 42 publicações nacionais e estrangeiras cujo tema era o homoerotismo. Para a realização desta pesquisa utiliza-se os conceitos de diferença numa abordagem pós-estruturalista na intenção de fazer aproximações com o pensamento de Michel Foucault e outros autores. Também, se busca nos Estudos Culturais respaldo para compreender a pluralidade sexual que hoje se vivencia, bem como seus enfrentamentos sociais, morais, religiosos, políticos e culturais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo amparada no método da Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Literatura Infantil, Homoerotismo, Educação.

Introdução

Esta pesquisa aborda sobre a existência de Literatura Infantil Homoerótica para a infância. A pesquisa limitou-se à faixa etária de zero a cinco anos de idade. A utilização da Literatura Infantil como instrumento para viabilizar e estimular a interdisciplinaridade para explorar conceitos matemáticos nas aulas de Didática de Matemática no Curso Normal aproximou-me dessa literatura, especificamente daquelas obras que abordavam as diferenças e as questões de gênero. Mas, para minha surpresa, não encontrava literaturas que envolvesse a temática homoerótica, principalmente, direcionadas para crianças bem pequenas. Onde estão as obras brasileiras que abordam a temática homoerótica para crianças pequenas, particularmente para a faixa etária de zero a cinco anos de idade, e de que forma ela é apresentada nessas publicações? Elas existem? Se existem, por que o acesso é tão difícil? Por que o governo federal, quando seleciona livros para distribuir às escolas públicas através do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, não contempla obras com temas que abordem o homoerotismo? Mobilizado por essas questões e perplexo em perceber que há um discurso de inclusão que reporta e mascara uma exclusão incontestável, interessei-me pela Literatura Homoerótica, principalmente para a faixa etária de zero a cinco anos de idade e que possibilitem desde a infância o conhecimento de outras formas de amar, de constituir família etc., contribuindo para que não se perpetuem desde cedo sentimentos homófobos em futuros adultos. Os objetivos desta pesquisa foram: analisar as publicações e compreender como essas literaturas transitam não só no meio social, mas principalmente na educação.



Estratégias metodológicas

Procurei através do site de busca do Google obras de Literatura Infantil que tratassem da temática homoerótica em suas histórias. O acesso a essas informações disponibilizadas pelo Google, me levaram a outros endereços eletrônicos, principalmente de livrarias online que dispunham de edições que eu não encontraria normalmente em livrarias físicas. Na segunda etapa, foram adquiridos os exemplares, independentemente do país de origem, dando sempre preferência às publicações nacionais. Na terceira etapa, as obras encontradas, em um total de 42 livros, foram agrupadas mediante os seguintes critérios: título do livro, o autor, ano de publicação, país, editora, ideia principal da história. Concomitantemente, organizou-se as 22 obras encontradas que foram publicadas no Brasil. Dessas 22 edições foram consideras apenas as publicações que eram de autores brasileiros, das quais sobraram 18 exemplares. A quarta etapa, seguiu os critérios que devem compor uma edição destinada especificamente ao público infantil, tais como o número de páginas, a forma de endereçamento dos textos (curtos, sucintos, objetivos), as ilustrações e a categoria literária para a qual se destina a obra. Essa etapa definiu o número final de livros que foram analisados. Desta forma, cheguei a um número final de seis livros. Diante dessas seis obras selecionadas as enquadro dentro de algumas categorias essenciais para serem avaliadas, tais como: obras apenas de autores brasileiros e editados no Brasil; temas adequados para a faixa etária de zero a cinco anos de idade; história e textos contextualizados, curtos, sucintos e objetivos; ilustrações adequadas para a infância; estereótipos dos personagens; mensagem transmitida pela história - 'ação benéfica' e quantidade de páginas. Essas categorias foram essenciais para determinar a existência ou não de obras direcionadas para a infância, principalmente nas edições nacionais. Também analiso como foram fotografados os personagens envolvidos no contexto em que transcorre a história, isto é, se a história não acaba reprisando trejeitos heteronormativos ou de caráter compensatórios para que os personagens sejam aceitos, e se as publicações eram adequadas para o público infantil com gravuras, textos e números de páginas apropriados a crianças de 0 a 5 anos. Nessas edições, alicerçado principalmente nas teorias de Butler (2016), Louro (2014), Foucault (2008) e citações de outros autores relevantes a pesquisa, busco tecer como esses personagens são apresentados ao leitor. Analiso como essas publicações nacionais trazem a temática homossexual para as crianças bem pequenas e como essas histórias são contadas, de que forma essas ilustrações contextualizam o conto, que mensagem elas propõem e como essa editoração assume o assunto.



Da magia à realidade: nem tudo é um faz de conta na Literatura Infantil Homoerótica Brasileira

Analiso a seguir, as seis obras selecionadas e busco alicerçar-me nos Estudos Culturais na perspectiva de realizar uma análise crítica sobre os discursos expressos nessas literaturas, de forma a ressignificar "uma forma de abordagem do campo pedagógico em que questões como cultura, identidade, discurso e representações passam a ocupar, de forma articulada, o primeiro plano da cena pedagógica" (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 54). Paralelamente a essa reflexão, mergulho numa constante crítica da crítica - a hipercrítica proposta por Veiga-Neto. Ancorado à hipercrítica e ao método da Análise de Conteúdo (AC), ensaio a todo momento, durante as análises das seis literaturas selecionadas, um exaustivo exercício, como se refere Veiga-Neto (2012, p. 269-273), na "metáfora da casa", de "ir aos porões" e adentrar nos contos de forma a sondar, escavar, "o mais cuidadosa e intensamente possível, pois, apesar de escuro, ele guarda os arquétipos que, sem sabermos que são construções contingentes, tomamos como verdades necessárias". Concomitantemente, investigo e problematizo a editoração e as ilustrações que são apresentadas, verificando se essas publicações se aproximam ou não da infância.

Apresentarei as edições mantendo o critério do ano de publicação das obras, portanto, a ordem é a seguinte: Na minha escola todo mundo é igual (2004), Cada família é de um jeito (2006), Eu tenho duas mães (2010), Meu nome social é Dulce Maria, A menina e o jogo de bola e Um menino meio assim (2015).

No livro Na minha escola todo mundo é igual, de Rossana Ramos, na página 16,



encontra-se uma citação referente à orientação sexual nos seguintes versos: "Tem um que a gente sabe / Que gosta do outro igual / E daí, qual é o problema? / O que importa é ser legal". A autora traça de forma poética e rimada toda sua obra de forma simples e contextualizada com a história e com as imagens. A obra tem 20 páginas, desenhos bem coloridos e grandes, que ocupam muito bem as páginas do livro. Apresenta um bom tamanho para as crianças manusearem e é

feito de material aparentemente resistente. A história contempla uma diversidade de diferenças, não centrando a atenção nos dois meninos apresentados como homossexuais. Os textos curtos com versos rimados. A maioria das crianças usam um mesmo uniforme escolar, não dando ênfase à nenhuma vestimenta pré-estabelecida que pudesse ser estereotipada de



alguma forma, principalmente os dois meninos mostrado como gays. Eles estão posicionados um encostado ao outro, desde o pé até a cabeça. Existe um singelo olhar entre eles, mas como pode ser visto, não estão de mãos dadas, mas sugere através de uma sutileza um carinho a mais no ar. A autora consegue transmitir isso sem fazer muito "alarde" para quem está lendo a história de uma maneira a tocar no assunto sem chamar a atenção. Foi essa forma – tanto textual como na ilustração – que ela usou para demonstrar a orientação sexual desses dois meninos. Em contrapartida, na página oito encontra-se um garoto e uma garota cadeirantes beijando-se na boca. Pode-se observar também que os dois garotos apresentados como gays, estão totalmente integrados na história e não são utilizados no enredo para provar nada para os outros personagens, muito menos para fazer uma 'ação benéfica' a fim de serem aceitos pelos outros colegas na escola. O final da história termina com os versos: "Aqui vai um belo conselho / Que só leva um segundo: / Quem não respeita o outro / Não tem lugar neste mundo".

A obra de Aline Abreu, *Cada família é de um jeito*, trata de vários tipos de formação familiar. A história inicia na terceira página e já no começo mostra duas famílias compostas



por pessoas do mesmo sexo: "Família, não tem duas iguais. / Tem família com duas mães e / família com dois pais". O livro tem bom tamanho para manuseio, é bem colorido e ilustrado pela própria autora. Os textos são curtos e rimados, sempre contextualizados com o assunto. O tema do conto é a família e é somente nesse momento que a história se refere a esses casais. Por se tratar de

formação familiar, não existe uma 'ação benéfica' que alguns dos personagens devam realizar para serem aceitos. Como podemos observar na imagem, as famílias ilustradas que têm dois pais ou duas mães são apresentadas por um estereótipo definido pela autora, sendo que aparece apenas o rosto das duas mães. A identidade estigmatizada é determinada pelo certo afeto mostrado entre os casais e a criança de alguns meses no colo. A única visibilidade posta na página traz a questão de famílias homoparentais, uma construção identitária pensada pela autora da obra, na qual a marcação da diferença "ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença" (WOODWARD, 2014, p 40). Então, as frases ditas, as cores utilizadas, as ilustrações e estereótipos pensados nessa única página que mostra as relações homoeróticas são artefatos que potencializam outras



tantas páginas, outras tantas coisas que deixaram de ser faladas e mostradas.

Continuando a análise, no livro *Eu tenho duas mães*, de Márcio Martelli, a história é praticamente desenrolada por três personagens: dois adultos e uma criança. Os textos são



curtos em versos rimados. O livro também possui bom tamanho, com 24 páginas com boa qualidade para folhar. As imagens são grandes e uma das mães é afrodescendente. O livro relata a história de um menino que conta a história do cotidiano familiar. Através dos versos

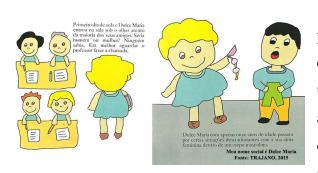
escritos na página cinco, subentendemos que o menino foi adotado: "A princípio, não entendi nadica de nada / Até achei meio gozado e estranho: / Enquanto algumas crianças são desprezadas, / Eu ganhei um amor de mãe deste tamanho!" Podemos inferir, através de algumas frases ditas pelo garoto, que os três formam uma família e as duas mães são um casal lésbico. Isso subentendemos, pois no decorrer da história as duas mães não demonstram explicitamente nenhum gesto de carinho entre as duas, nem nas ilustrações, nem no texto. Como o livro também é direcionado para o público infantil, essa informação não é muito clara, falta informação visual ou textual para crianças menores reconhecerem que existe entre as duas mães um relacionamento afetivo. Só dizer que o menino tem duas mães já basta para que o relacionamento entre as mulheres seja compreendido? Por que isso não é mais explícito?

Quando as mães são mostradas de corpo inteiro, percebemos que elas estão sempre de calça, inclusive o outro casal de "lésbicas" que aparece no final do conto também usam calças, cabelos presos, roupas simples que cobrem grande parte do corpo etc., quase as masculinizando. Isso foi premeditado pelo autor? Ou é um pré-conceito estereotipado por ele? Poderia existir uma intenção subjetiva? Qual foi a escolha do autor pela performatividade de gênero que representariam as mães no conto? Como inter-relacionou essa performatividade e a materialização dos personagens? O que está sendo problematizado é o predomínio na caracterização de todos os personagens retratados, praticamente, da mesma forma durante toda a história. A história apresenta uma composição de família com hábitos muito parecidos com os de casais héteros. Não é relatado se as mães têm alguma profissão, se trabalham. O enredo mostra as vivências do dia a dia do casal de mulheres que são zelosas, dão carinho para o filho e cuidam de sua saúde, alimentação e lazer, característica de uma



heteronormatividade. Dessa forma, a heteronormatividade entra no intuito de instaurar uma conversão social e cultural entre gênero, sexo e desejo/práticas dentro de um sistema social e cultural que reforça e evidencia a aceitabilidade de alguns sujeitos e não outros, de algumas relações e não outras. Essa concepção heteronormativa neutraliza identidades aceitáveis culturalmente, acrescida por uma perspectiva de transformar um homossexual "potencialmente perigoso" para o "potencialmente saudável", isto é, um sujeito socialmente correto, desprendido da visão patologizante. Sendo assim, institui-se uma imagem de um "homossexual saudável" e a transcreve nos padrões heteronormativos. Como o enredo mostra o convívio harmônico entre o casal e a criança adotiva, a história não apresenta nenhuma 'ação benéfica' dos personagens para serem aceitos. Na última frase da história, o autor faz uma citação referindo-se a Deus: "Por isso sou um menino alto-astral, / Trago no peito o orgulho de um filho fiel, / Pois ter duas mães é mais do que legal / E só posso agradecer a Deus, / Nosso Papai do Céu". Qual o significado dessa expressão religiosa no final da história e em um livro de Literatura Infantil abordando uma família homoparental? É o fruto da forte religiosidade brasileira? Como isso chega ao ouvinte e/ou leitor do conto? Seria uma estratégia do autor? Ou influência de uma "heteronormatividade religiosa"? Ou até mesmo o proselitismo impondo a norma nas relações homossexuais, num esforço de aceitação social e ratificação da homoafetividade?

Os outros três livros selecionados para a análise - *Meu nome social é Dulce Maria*, *A menina e o jogo de bola* e *Um menino meio assim*, são da mesma autora, Rosângela Trajano.



Meu nome social é Dulce Maria é o

primeiro da coleção, os textos não são curtos, em algumas páginas excedem para uma faixa etária menor que cinco anos, pois acabam em certos momentos alongando-se com detalhes e explanações sobre os acontecimentos da história. Mesmo assim, o

livro poderia ser utilizado para crianças dentro dessa faixa etária. Quando Dulce Maria, no início da história, adentra na sala de aula de sua escola, causa uma certa polêmica e indagação: "Seria homem ou mulher?". Que papel ela estaria exercendo socialmente?

Como narra a história, quando Dulce Maria se olhava no espelho, "era como se aquele corpo de menino não combinasse com a sua alma de menina". E esse corpo era alvo de todos os tipos de análises e comentários. "Dulce Maria tem doença de ser menino que quer ser



menina sem nunca poder". "Você tem pinto?" "Você nem é menino nem é menina! Você não é nada!" Como frisa Louro (2013, p. 51), esses indivíduos não procuram ser admitidos, integralizados e muito menos categorizados dentro de uma sociedade heteronormativa, o que eles almejam "é romper com uma lógica que, a favor ou contra, continua se remetendo, sempre, à identidade central. Assumem-se como estranhos, esquisitos, excêntricos, e assim querem viver". Dulce, durante a narrativa, busca de todas as formas ter direito a usar seu nome social e ser respeitada. A história salienta que a escola aceitou que ela o usasse. O livro, com 28 páginas, traz uma diversidade de pontos que polemizam uma complexidade de temas no transcorrer da leitura, talvez não ao alcance de crianças bem pequenas. Mas Dulce Maria, com a ajuda de um amigo que a compreendeu e respeitou suas diferenças, começou a conquistar as meninas e os meninos da escola. Dulce era boa em matemática. "Ela sabia bem de matemática e começou a ajudar a todos que tiravam notas baixas". De certa maneira, essa 'ação benéfica' entra para regular a aceitação das diferenças desses sujeitos que teimam em se desviar.

A história A menina e o jogo de bola, de 24 páginas, relata uma menina que adora



brincar de bola. "O dia mais feliz da sua vida foi quando ganhou de presente de aniversário uma bola de futebol!" Além das questões de gênero trazido pela autora, o brinquedo suscita, tensiona e indaga o leitor e/ou o ouvinte. O conto fomenta reflexões a respeito de quem pode brincar com o

quê. Tenta descontruir tradicionalmente as práticas de que menina brinca de boneca e menino brinca de carrinho. O gosto e o hábito de brincar de bola e socializar-se com outros meninos transborda o cotidiano da menina na mais pura felicidade. "Quando pegava na bola esquecia a fome, a tristeza e o medo do bicho-papão!". Nessa segunda obra, a condição sexual da personagem principal está atrelada pelo gosto "incomum" de uma menina jogar bola. Esse gosto pela bola dá todo o sentido ao enredo. São pertinentes as indagações de Finco (2003, p. 97) quando questiona sobre as possibilidades de existirem brinquedos "certos" e "errados" para cada sexo. "Qual o significado de se destinar alguns tipos de brinquedos para meninas e outros para meninos? O que estamos proporcionando para as crianças com essa categorização?"

É jogando bola com seus coleguinhas que a menina interage com toda a comunidade. Ela é apresentada para o leitor sempre utilizando camiseta e calção. Não só o brinquedo está



pautado em coisas ditas do "universo masculino", mas todo o estereótipo e o trejeito também. No final da história a menina sofre um acidente e machuca o dedão do pé, tendo que ficar em casa alguns dias para se recuperar enquanto observa da janela de seu quarto os coleguinhas jogarem bola. O conto finaliza com a menina adormecida tendo um sonho em que aparece com uma coroa na cabeça: "E como não podia jogar, sonhava ser princesa!".

A leitura sugere pensar sobre gênero e os papéis que a sociedade impõe a cada um deles. Traz à tona a discussão desse enquadramento de sujeitos, de corpos que tendem a "escapar" e a "se afastar" do contexto, possibilitando um afrouxamento do mecanismo de controle e, com ele, uma nova trajetória de comoção. Na história, a menina não realiza nenhuma 'ação benéfica' que privilegiasse a sua inclusão no grupo de meninos. A propaganda da norma é invisível, habilidosa, agrega incessantemente esses corpos que teimam em fugir dela. O processo de normalização é maldoso, travestido e silencioso. O livro não traz explicitamente a discussão sobre a orientação sexual da menina, apesar de vincular o debate sobre as questões de gênero materializadas pela bola. Porém, o final da história, remete para o sonho heteronormatizado imposto a todas as meninas, ou seja, ser princesa!

O livro, Um menino meio assim traz para o contexto do conto coisas ditas



pertencentes ao "universo feminino" e o brinquedo como instrumento para questionar a identidade de gênero do personagem principal da história. Em nenhum momento a questão da identidade de gênero é objetivada claramente na história. O livro acaba sendo, entre os três, o

mais propício para crianças de menor idade, pois além de ser bem colorido, a autora deu preferência a textos mais curtos e de simples entendimento para uma faixa etária pequena. Além de relacionar brinquedos socialmente vinculados às meninas, o conto atribui ao menino medos, manhas e trejeitos "afeminados": ele balança o pezinho, põe as mãos na cintura, tem voz fina, chora por qualquer coisa e tem medo de bichos. Anteriormente, nem se pensava em uma literatura na qual a criança fosse colocada como um ser complexo, muito menos individualizado. Podemos observar que são obras como essas que fomentam uma literatura autônoma, "livre de utilitarismos, pragmatizações, didatismo e doutrinações, seja política, religiosa, moral etc." (AGUIAR, 2005, p. 109). O menino é apresentado para o leitor sempre usando o mesmo traje: uma blusa e uma calça azul de tons diferentes. Mas como diz a história "ao abrir o guarda-roupas da irmã, tirava lá de dentro saias e blusas. Vestia tudo e fazia



pose diante do espelho".

O que marca ainda mais a diferença no visual do personagem é o uso de dois "rabicós" em formatos de flor na cabeça, do início ao fim da história. Um dia, os pais tomaram um susto: "pintou as unhas de vermelho e foi para a mesa jantar". Preocupados e horrorizados com o jeito de menina do filho, "o pai trancou-o no quarto escuro por vários dias". Isolado nesse quarto sombrio, "o menino sonhou com um príncipe, em um cavalo branco, tirando-o dali". Corpos que anseiam serem soltos e livres, corpos que falam, corpos desejosos de respostas ainda não ditas, corpos à procura de uma identidade, copos desestabilizados pela globalização que produzem. E essas desconhecidas e desafiadoras identidades, além de serem "desestabilizadas", também podem ser "desestabilizadoras". A maneira que o pai encontrou de "educar" esse corpo que desafía e "foge" da normatização foi isolá-lo socialmente. O castigo entra como artifício disciplinar corretivo. Segundo Foucault (2008, p. 143), a função maior da punição é adestrar esses corpos, ou seja, "adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor". A visibilidade do próprio menino tornou-se sua armadilha. Em seus sonhos, o único que podia salvá-lo era um príncipe montado num cavalo branco. Vigiar e adestrar seus trejeitos não teve jeito. E "Ele continuou parecendo uma menina". Mas no final, "mostrou a todo mundo ser um menino como todos queriam, e pegou na mão da menina mais bonita da escola". Neste terceiro volume, podemos perceber que o personagem "ousa" muito mais. O menino permite-se "experimentar" uma gama de sentimentos, prazeres e vivências e compartilhar isso com os outros, mesmo tendo passado pelo "exercício do castigo" (FOUCAULT, 2008, p. 150). Os corpos sempre serão políticos. Contudo, o final é sugestivo e intrigante. As interpretações são as mais diversas possíveis. Mas o interessante é perceber que as "reticências morais" (COLOMER, 2003, p. 269) ainda continuam longe de desaparecer, principalmente quando atreladas ao tema das sexualidades. Não existe uma 'ação benéfica' na história para o menino ser aceito, mas ele alcança o objetivo que todos almejavam: pegar na mão da menina mais bonita da escola. Novamente, o personagem ousado e performativo é inscrito dentro dos padrões heteronormativos para ser aceito.

Considerações finais: uma história ainda a ser contada

De acordo com que foi encontrado nas leituras que embasaram esta pesquisa, não posso, infelizmente, afirmar que o final é totalmente feliz. Ainda há muita história a ser contada, porém para que isso possa acontecer, antes de mais nada é preciso que exista um início. É necessário que o movimento de escrita sobre temas pouco discutidos continue e que



a sociedade tenha acesso a elas. Podemos ainda continuar a viver nesse conto de fadas quando se trata das sexualidades, especificamente, do homoerotismo na infância? Com certeza não: nem nos contos e nem na vida real.

Os discursos que transcendem entre o indivíduo homossexual e a normalidade perpassam além dos estereótipos construídos e pelas relações de poder. Decorrentes de vertentes socioculturais com perspectivas e ambivalências que transgridem limites, o ser humano se sujeita a tolerar o Outro dentro de normas estabelecidas, muitas vezes de forma discriminatória, racista e de intencionalidades equivocadas de eugenia, estabelecendo um "estado" de poder de massa, manipulado geralmente por uma mídia tendenciosa e excludente. Por dentro dessa mídia - e não poderia ser diferente - encontra-se a Literatura Infantil, principalmente a literatura homoerótica para a infância. Como demonstra a presente pesquisa, ela é rara, quase inexistente – se for considerar os dados fornecidos pelas fichas catalográficas - e, de certa forma, se "traveste" em comportamentos cotidianos heterossexuais para ser socialmente aceita. Muitas das edições trazem o tema por dentro do contexto de família, mostrando configurações familiares entre pessoas do mesmo sexo e suas vivências são narradas por crianças adotivas. Em outras publicações, as histórias se mostraram mascaradas por subterfúgios atrelados a comportamentos binários de gênero macho/fêmea masculino/feminino, suas narrativas relacionam o personagem do conto a artefatos ditos e associados a coisas que pertencem a homens e coisas que pertencem a mulheres. Quando se envolve crianças como personagens nos contos e utiliza-se desses artifícios, deve-se repensar como elas se envolveram na história e de que forma esses objetos entraram no enredo. Uma questão é problematizar sobre a pertinência ou não desses artefatos ao universo feminino ou masculino. Outra é trazer para o leitor personagens que fogem dos trejeitos normativos e propor uma história que discuta essas diferentes identidades.

Ficou claro nesta pesquisa a necessidade de enquadrar esses sujeitos dentro dos padrões normativos hegemônicos. Não tive a pretensão de enumerar todas as publicações estrangeiras e muito menos as nacionais envolvendo a temática homoerótica para a infância. A pesquisa coletou dados que contribuem para pensar e refletir sobre as potencialidades que o tema pode proporcionar no combate, desde a infância, desse sentimento homófobo que cerca a humanidade, tornando-a cúmplice e geradora de inúmeros sentimentos violentos que só ajudam a aumentar os dados estatísticos sobre violências, muitas delas, fatais. Por esse motivo, me reporto novamente ao termo que utilizei nesta pesquisa e reafirmo que considero a escassez desse tipo de literatura uma ausência social. A escassez das edições, principalmente



de livros nacionais de autores brasileiros que tratem do assunto para crianças bem pequenas, ficou evidente. A dificuldade em encontrá-las somada à difícil tarefa de realizar o crivo necessário para chegar às seis obras designadas ao público infantil, tornou ainda mais complexa a realização desta pesquisa e estreitou significativamente o número de exemplares. Percebemos que a pressão comercial e o *marketing* depositam no meio mercadológico um poder de persuasão que induz o público a adquirir mercadorias que, muitas vezes, não são aquelas que deseja, devido à falta de informações do produto, dados desencontrados ou mesmo a tentativa de confundir intencionalmente o leitor. Isso causou um transtorno muito grande no instante de peneirar esses dados e, especialmente, encontrar edições brasileira que tratassem do homoerotismo dentro da faixa etária específica da pesquisa.

Alguns dados coletados contribuem para pensar e principalmente, problematizar como esses sujeitos são representados e retratados nessas obras, como foram concebidos e em que ambiente foi proposto o desenrolar das histórias. Constatamos ainda a necessidade de explorar o assunto de todas as formas sem subterfúgios ou enquadramentos heteronormativos, contextualizando o homoerotismo de forma afirmativa sem conceitos ou opiniões prédeterminadas que acabam ajudando a construir e nutrir, desde cedo, sentimentos homofóbicos. É indiscutível que, para a comunidade LGBT, haja um avanço nos lançamentos de literaturas que tratem da temática, independentemente para qual faixa etária se destine, mas ficou evidente que é necessário e urgente repensar e problematizar a ausência dessas edições, especialmente as destinadas às crianças bem pequenas. Outra constatação, não menos importante e crucial para o movimento LGBT, é a forma distorcida como estão ocorrendo os registros nas fichas catalográficas no momento da editoração das obras pelas editoras. Vale ressaltar, que algumas obras encontradas datam de épocas nas quais ainda não eram pertinentes as discussões sobre gênero, identidade, diferença etc., e que essas discussões não tinham influência no momento da editoração. Portanto, registrar na ficha catalográfica o tema que a obra aborda, no momento da catalogação, deve ser repensada no intuito de representar e dar visibilidade a todos esses sujeitos.

A escola tem um papel importante nessa construção para o reconhecimento da diversidade e do respeito às diferenças. E a Educação Infantil não fica fora disso. É preciso quebrar algumas barreiras, padrões e estereótipos que, desde cedo, aniquilam a singularidade, em que o correto é todo mundo parecido, desejosos das mesmas coisas etc. As questões de gênero, identidade de gênero, formas de amar, concepção familiar etc. são temáticas que podem ser exploradas desde a infância, sobretudo, no ambiente escolar. A Literatura Infantil



pode ser o caminho para viabilizar esse debate, contando, narrando, provocando, opinando e refletindo sobre o assunto. Contudo, apesar de essas histórias ainda não serem contadas, acredito que haverá um final feliz.

Referências

AGUIAR, Luiz A. Uma literatura & seu leitor! In. OLIVEIRA, Ieda. (Org.). O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?: com a palavra, o escritor. São Paulo: DCL, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2016.

COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário**: narrativa infantil e juvenil. São Paulo: Global, 2003.

COSTA, Marisa V.; SILVEIRA, Rosa H.; SOMMER, Luis H. Estudos Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 38, maio/jun./jul./ago. 2003.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na escola infantil. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3 (42), set./dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira L. Currículo, gênero e sexualidade: o "normal", o "diferente" e o "excêntrico". In: LOURO, Guacira. L.; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17, n. 50, mio-ago. 2012.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



O PAPEL INFORMACIONAL DO GESTOR ESCOLAR EM PROCESSOS ESCOLARES: REFLEXÕES CONCERNENTES AO EXEMPLO DA TEMÁTICA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS.

Victor Nathan Fontes Silva (1); Heike Schmitz (2); Antônio Vital Menezes de Souza (3)

(1) Universidade Federal de Sergipe, victornfs1990@gmail.com; (2) Universidade Federal de Sergipe, hs.contato.ufs@gmail.com; (3) Universidade Federal de Sergipe, a.vmsouza@yahoo.com.br.

Resumo: A discussão sobre diversidade sexual e de gênero ganhou visibilidade nacional em 2014 quando o Congresso Nacional retirou a temática gênero do Plano Nacional de Educação. Em seguida iniciou-se o debate se os Estados e Municípios, ao elaborarem seus próprios Planos, também eliminariam a discussão dos referidos temas em âmbitos estaduais e municipais. Doze estados optaram pela retirada da temática, entre eles Sergipe. O Plano Nacional, como também o Plano Estado da Educação, compreende-se como um norte no planejamento estratégico educacional, contudo, não significa uma obrigação para as escolas de abrir mãos de outros objetivos e metas, por elas estabelecidas. O presente estudo tem a finalidade de analisar como o gestor, no seu papel informacional, contribui para que a discussão do tema diversidade sexual e de gênero em âmbito da instituição do ensino. O foco aqui é uma reflexão sobre o papel informacional do gestor a respeito, mas também foram realizadas, para uma sondagem inicial, entrevistas com gestores de três escolas, localizadas no Município de Aracaju/SE. Como principal resultado consta-se que: (a) os gestores apesar de terem conhecimento da importância do debate do tema e da sua presença no cotidiano não tiveram a iniciativa de buscar parceiros extraescolares que o tratem pedagogicamente; (b) o debate pedagógico sobre o tema tem proporções bem tímidas, sendo tocado em eventos anuais ou a partir das inquietações ou problemas de violência ocasionados pelos alunos; (c) o tema é levado para debate em situações pontuais não havendo um preparo pedagógico elaborado neste sentido.

Palavras-chave: Diversidade, Gestor Escolar, Papel Informacional.

Introdução

A discussão sobre diversidade sexual e de gênero ganhou visibilidade nacional em 2014 paradoxalmente quando o Congresso Nacional retirou a temática gênero do Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. O texto que havia sido inicialmente aprovado pela Câmara dos Deputados definia como uma das diretrizes do PNE a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Após um intenso debate, o texto aprovado pelo Congresso Nacional, e que hoje se encontra no referido Plano (art. 2º, III), excluiu as temáticas gênero e orientação sexual passando a dispor como uma das diretrizes do PNE a "superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação". Ficou decidido pelo Congresso Nacional que os Estados e Municípios deveriam refletir ao elaborarem seus próprios Planos se também eliminariam ou manteriam a discussão dos referidos temas.



A retirada dos termos 'promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual' foi, conforme Milena Carvalho, resultado da pressão de grupos de interesses conservadores e religiosos. No site do Instituto da Mulher Negra GELEDÉS¹ Carvalho argumenta que eles representam a posição de que os educadores estariam deturpando os conceitos de homem e mulher ao tratarem dos temas, bem como, que referida discussão seria responsabilidade dos pais e não da escola.

Num levantamento realizado pela organização não governamental "De olho nos Planos" observou-se que dos 25 estados brasileiros que sancionaram seus Planos Municipais, 13 incluíram menções ao termo gênero². Os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro até o presente momento, 06 de março de 2018, não aprovaram seus Planos Estaduais de Educação, os quais estão, segundo o Ministério de Educação (MEC), respectivamente, com projeto de lei enviado ao legislativo e com documento-base elaborado³.

O termo gênero não foi incluído nos Planos Estaduais de Educação (PEE) dos estados do Acre e Tocantins (região Norte), Goiás (região Centro-Oeste), São Paulo e Espirito Santo (região Sudeste), Paraná e Santa Catarina (região Sul), Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e Sergipe (na região Nordeste). De modo que, a Lei Estadual de Sergipe nº 8.025 de 2015, em seu artigo 2º, inciso III converge com a literalidade do mesmo artigo e inciso do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

O Plano Nacional de Educação como também os referidos Planos de Educação ao nível de Estados e Municipais, são nortes para o planejamento estratégico das redes de ensino, estabelecendo objetivos, metas e estratégias. No entanto, eles não obrigam os Estados ou Municípios de abrir mão de outros objetivos e metas, por eles estabelecidas. Isso também vale para as escolas. A instituição escolar, os atores nela atuantes, precisam contribuir ao rumo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação e o Plano da Educação da sua rede mantenedora, no entanto, pode sobressair ou ampliar os objetivos e metas por eles formulados. Isso cabe a autonomia da proposta pedagógica da escola.

Ciente que o referido tema não está explicitamente incluído no Plano Estadual de Educação deste estado, inquietou-se, com a questão como a escola pretende tratar a diversidade sexual e de gênero.

² SALGADO, G. M. Maioria dos planos estaduais de educação aprovados incluem referência à igualdade de gênero. Disponível em: < http://www.deolhonosplanos.org.br/maioria-dos-planos-estaduais-de-educacao-aprovados-incluem-referencia-a-igualdade-de-genero/>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹ CARVALHO, Milena. Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador. Disponível em: https://www.geledes.org.br/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador/. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

³ SITUAÇÃO dos Planos de Educação. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao. Acesso em: 08 de out. de 2017.



Assim, o presente estudo teve como objetivo inicial sondar como a diversidade sexual e de gênero está sendo tratada em escolas da rede estadual de Sergipe por meio de uma revisão de produções acadêmicas e da literatura científica a respeito. Focaliza-se no papel do gestor escolar, especialmente no seu papel informacional. Além disso, buscou-se enriquecer a reflexão aqui feita sobre o tema proposto também com uma primeira sondagem de experiências práticas. Para isso realizou-se, inicialmente, uma entrevista semiestruturada⁴ com o gestor escolar em duas instituições de ensino da rede estadual, as quais foram escolhidas por estarem tratando de forma pedagógica a diversidade sexual e de gênero. Além disso, foi realizada a entrevista com gestor também no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, tendo em vista que este possui a finalidade de experimentar práticas pedagógicas. Perguntou-se a esses gestores sobre o que poderia ser feito por parte da gestão escolar para que a temática possa ser devidamente tratada por meio de processos de ensino e aprendizagem. Neste sentido, devidamente quer dizer aqui: o tema pedagogicamente trabalhado pelo corpo docente e aplicado como objeto de ensino, em sala de aula.

O colégio B e C tem por volta de 500 alunos matriculados, já o colégio A é de porte maior. Vale aqui mencionar, que em nenhum dos colégios participantes existe aluno que utiliza do nome social⁵ nos registros escolares internos, conforme autorizado pela Resolução Normativa nº 1 de 2014 do Conselho Estadual de Educação de Sergipe.

A relevância desse estudo se deu através de um levantamento sistemático de produções acadêmicas, realizado no dia 08 de setembro de 2017 com a palavra-chave 'identidade de gênero', em dois bancos de dados: no Banco de Teses da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Referido levantamento teve a finalidade de verificar o que foi produzido neste sentido desde o ano de vigência do Plano Nacional de Educação, 2014, até o presente momento.

⁴ Por não seguir o objetivo de comparar as instituições de ensino aqui, optou-se por manter sua identidade em anonimato. Em visita no dia 02/10/2017 às 09h foi entrevistado o gestor da instituição de ensino, aqui identificado como GA, sem ter outras pessoas presentes. No dia 04/10/2017 às 14h ocorreu a entrevista com gestor GB e no dia 10/10/2017 às 15h com o Gestor GC. Nessas últimas também não houve interrupções.

⁵ Em Sergipe existem normas municipais que regulamentam a utilização do nome social por pessoas trans como é o caso da Lei Municipal nº 3.963 de 2010. No âmbito da educação encontra-se a Portaria nº 2209 de 2013 e a Resolução Normativa nº 1 de 2014, as quais dispõe, respectivamente, sobre o uso do nome social nos registros acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe e sobre a inclusão do nome social dos transgêneros nos registros escolares internos das instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. Deve-se ainda citar a Lei Estadual nº 7.383 de 2012 que pune toda e qualquer forma de discriminação, prática de violência ou manifestação que atente contra a orientação sexual da pessoa homossexual, bissexual, travesti ou transgênero.



No Banco de Teses e Dissertações da CAPES foram encontradas 03 pesquisas que tratavam do tema diversidade sexual e de gênero na escola. Para o levantamento na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações a busca foi vinculado a palavra 'escola', no recorte temporal de 2014 a 2017. Assim foram encontradas 07 pesquisas.

Destaca-se o trabalho de Silva (2015) que analisou as concepções de gestores escolares e Rocha (2015) que analisou a formação pedagógica e as políticas públicas referentes a temática. Bem como, o trabalho de Coelho (2014) que analisou os sentidos atribuídos por professores de Ciências e alunos à diversidade sexual. No entanto, vale mencionar que esta última além de não levar em consideração o papel do gestor escolar foi realizada antes da vigência do Plano Nacional de Educação de 2014. A pesquisa de Coelho (2014) é um estudo qualitativo em que foram utilizados questionários, entrevistas, produção de textos, análise documental e a técnica de grupo focal para a coleta de dados. De modo geral, nesta pesquisa percebeu-se que os alunos caracterizam a população LGBT como estranhos, mesmo acreditando que devem respeitar as escolhas pessoais. As travestis foram declaradamente repudiadas, já a homossexualidade e bissexualidade são aparentemente mais aceitas. Os professores reconhecem as identidades LGBT e o preconceito existente contra esses indivíduos.

Por se tratar de um estudo realizado no Estado de Sergipe vale mencionar explicitamente a pesquisa de Oliveira (2016), a qual analisou discursos sobre corpo, gênero e sexualidade numa pesquisa realizada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS). Pretendeu, como principal questão norteadora, compreender quais discursos perpassam as temáticas gênero, corpo e sexualidade no CODAP/UFS. O autor utilizou a como técnica de coleta de dados entrevistas realizadas no CODAP/UFS, com treze participantes, incluindo docentes, discentes e psicóloga. As análises dos dados mostraram que os discursos, biológico, religioso, pedagógico, científico, moralista, atravessam as falas dos participantes sobre as temáticas de gênero, corpo e sexualidade, produzindo representações que tanto se submetem quanto subvertem a heteronormatividade presente no CODAP/UFS.

Observou-se, portanto, que nenhuma das pesquisas restantes tratou explicitamente do objeto que está sendo discutido no presente trabalho, qual seja, como a gestão escolar providencia condições para que a temática diversidade sexual e de gênero possa ser tratada devidamente na escola. Assim, esta pesquisa toma como ponto de partida os papéis do gestor analisados por Henry Mintzberg (1990), confrontando-o com outros autores.



Mito sobre o trabalho do executivo

Henry Mintzberg (1990), observando as atividades cumpridas por cinco executivos de diferentes nacionalidades dentro de organizações de diversos ramos, inclusive um do sistema escolar, desmistifica a imagem de executivo que se estabeleceu por Henry Fayol, de que este tem a função de planejar, organizar, coordenar e controlar. Mintzberg coloca a concepção de Fayol a prova afirmando que essas quatro ações dizem muito pouco sobre o que os executivos fazem na prática. Assim, Mintzberg apresenta uma descrição baseada na observação do cotidiano do trabalho administrativo exercido pelo executivo utilizando um método chamado de "structural observation". Neste método Mintzberg analisou, durante um período intensivo de uma semana para cada executivo, vários aspectos de cada correspondência e contato verbal.

Henry Mintzberg confronta, portanto, alguns dos mitos sobre o executivo relacionando com as descobertas feitas em sua pesquisa. O primeiro mito se refere a concepção de que afirma que "the manager is a reflective, systematic planner", no entanto, aponta Henry Mintzberg que os executivos trabalham em um ritmo inexorável e que suas atividades se caracterizam pela brevidade, variedade e descontinuidade, não apresentando, assim, inclinações para a reflexão. Com relação ao segundo mito do trabalho executivo tem-se que "the effective manager has no regular duties to perform". Também este mito não se sustenta, tendo em vista que parte significativa do trabalho administrativo envolve a execução de uma série de deveres rotineiros, incluindo rituais e cerimonias, negociações e processamento de pequenas informações que ligam a organização a seu meio ambiente, como afirma Mintzberg (1990).

O terceiro mito refere-se a crença de que "the senior manager needs aggregated information, which a formal management information system best provides", entretanto, os executivos no seu cotidiano utilizam-se de quatro mídias para processar as informações, são elas: documentos, telefonemas, reuniões e inspeções de observação. No âmbito da práxis, a noção de comunicação tende a ser simplificada para dar conta das ideias de urgência e economia (BALDISSERA, 2008). No concernente ao quarto mito tem-se a afirmação de que "management is, or at least is quickly becoming, a science and a profession". Segundo Mintzberg (1990), sob qualquer definição de ciência e profissão tal afirmação era falsa.

⁶ O executivo é um planejador sistemático e reflexivo.

⁷ O verdadeiro executivo não executa tarefas de rotina.

⁸ Os principais executivos necessitam de informações agregadas, que podem ser melhor obtidas através de um sistema formal de informações gerenciais.

A administração é, ou pelo menos está se transformando rapidamente, em ciência ou profissão.



Posteriormente, sintetiza Henry Mintzberg as características encontradas nos executivos, através de sua pesquisa, na descrição de dez papéis que parecem exprimir o conteúdo essencial do seu trabalho. Dessa forma, a autoridade formal dá origem a três papéis interpessoais (imagem do chefe, líder e contato), que originam três papéis informacionais (monitor, disseminador e porta-voz), de maneira que esses dois grupos de papéis capacitam o executivo a desempenhar quatro papéis decisoriais (empreendedor, manipulador de distúrbios, alocador de recursos e negociador).

Papeis informacionais do gestor

Como nesta pesquisa são focados os aspectos informacionais do gestor escolar necessário se faz um esclarecimento sobre os papeis do monitor, disseminador e porta-voz. Segundo Mintzberg (1990), como monitor o executivo examina minuciosamente, e de forma permanente, o seu meio ambiente em busca de informações, interrogando seus contatos e seus subordinados, além de receber informações não solicitadas, em grande parte como resultado da sua rede de contatos pessoais. No concernente ao papel de disseminador, explica Mintzberg (1990), que o executivo transmite algumas das informações privilegiadas, colhidas a partir de seu papel de monitor, diretamente a seus subordinados que, de outra forma, não teriam acesso a elas. Já em seu papel de porta-voz, o executivo envia algumas de suas informações a pessoas não pertencentes a sua unidade.

Dessa forma, atuar como gestor, assumindo o papel informacional, requer novos discursos e posturas, pois esse papel vai além da produção, transmissão e recepção das informações (GENEROSO, 2016). Compreende-se, assim, que o gestor tem o poder, por meio da comunicação, de contribuir tanto para manter e/ou reforçar matrizes existentes como para transformá-las.

Assim, o presente estudo focaliza nos papéis informacionais do gestor escolar que contribuem no processo de ensino e aprendizagem do tema diversidade sexual e de gênero porque se tornam imprescindíveis, já que quando a sociedade se defronta com mudanças significativas em suas bases sociais e tecnológicas, novas atribuições passam a ser exigidas à escola, e, consequentemente, sua função social tende a ser revista; seus limites e possibilidades, questionados (PENIN; VIEIRA, 2002). Isso implica, entre outro, uma necessidade de informação e comunicação, especialmente por a escola não ser apenas um lugar de transmissão de conhecimento cognitivo sistematizado de uma geração a outra. Ela também é um lugar onde se criam novos conhecimentos e uma cultura, a qual, por sua vez,



penetra, molda e modifica a cultura da sociedade global (CHERVEL, 1990).

O papel do gestor como monitor

Nesse caso, supõe-se que, por exemplo, uma possibilidade de levar o assunto para a sala de aula é a utilização de material pedagógico. Assim, cabe ao gestor escolar, no seu papel de monitor, buscar por instituições e órgãos, que podem fornecer aos professores informações ou até material (folhetos, banners, dados atuais) para enriquecer material didático escolar e fomentar o debate. Ademais, o trabalho de leitura crítica de mídias (jornal, notícias...) em sala de aula, também pode servir de debate institucional sobre a relevância e atualidade da temática.

No site eletrônico do Centro de Referências em Educação Integral¹⁰ encontra-se a indicação de treze filmes para debater a diversidade sexual e de gênero o que poderá estimular o corpo docente pensar em oportunidades pedagógicos como 'Clube de Cinema' ou 'Clube de debate', para tratar o tema de forma sistemática, porém, a partir de diversos ângulos. No cenário sergipano existem algumas personalidades e entidades que possuem domínio para tratar da discussão de gênero no ambiente escolar, a exemplo da ativista transfeminista Linda Brasil.

A parceria pode acontecer também com ONGs que estejam ligadas ao debate sobre diversidade sexual e de gênero, como é o caso da Associação das Travestis de Aracaju (UNIDAS) e da Associação Sergipana dos Transgêneros (ASTRA). Pode-se ainda citar os profissionais do Ambulatório Trans de Lagarto, o qual é vinculado a Universidade Federal de Sergipe, bem como a própria Universidade. O gestor pode ainda buscar estabelecer parcerias com algumas instituições para que se proporcione aos professores a oportunidade de realizar projetos pontuais ou contínuos, eventos educativos para os próprios colaboradores da instituição escolar. A capacitação dos funcionários mostra-se essencial para se atingir o objetivo maior, tornando uno o discurso da instituição escolar e de seus colaboradores.

Nas entrevistadas, todos os três gestores informaram que não há parceiros extraescolares que tratem pedagogicamente sobre o tema diversidade sexual e de gênero. Perguntados se tinham conhecimento de alguma instituição que pudesse ser parceira na discussão pedagógica desta temática, o Gestor C considerou um possível parceiro o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Infância e Juventude, o Gestor B mencionou o Movimento

http://educacaointegral.org.br/reportagens/filmes-para-debater-diversidade-sexual-de-genero/. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹⁰ MELO. D. 13 filmes para debater diversidade sexual e de gênero. Disponível em:



de Mulheres Lésbicas de Sergipe, já o Gestor A afirma que deve existir alguma instituição para auxiliar neste debate, mas não tem conhecimento. No entanto, mesmo tendo ideias sobre possíveis parcerias, nenhum dos gestores tinha iniciado um contato para solicitar tal parceira.

O papel do gestor como disseminador

No seu papel de disseminador, cabe ao gestor transmitir para seus liderados informações privilegiadas que tem acesso pela sua função, mantendo sempre sua equipe informada sobre o andamento de eventos relacionados a diversidade sexual e de gênero. Através deste papel o gestor mantém sua equipe de professores e colaboradores em sintonia e atualizada sobre fontes nas quais possam buscar dados novos.

No meio acadêmico existem inúmeros eventos que tratam do tema diversidade sexual e de gênero, bem como grupos de pesquisa na área. Em âmbito local, mais especificamente na Universidade Federal de Sergipe, destacam-se os Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Educação. Um exemplo do exercício do papel disseminador é estar o gestor atualizado com a realização e participação nestes eventos para ter acesso ao que está sendo pesquisado de mais atual na área e trazer estas informações para sua equipe.

Neste caso, servirá o gestor como uma ponte entre a universidade (centro de pesquisas) e a escola, tendo em vista que por muitas vezes a participação dos professores e colaboradores em tais eventos torna-se impossibilitada pela jornada de trabalho. Assim como a Universidade Federal de Sergipe, o Estado de Sergipe e a Prefeitura do Município de Aracaju realizam eventos ¹¹ relacionados ao tema diversidade sexual e de gênero.

O papel do gestor como porta-voz

O gestor exerce o papel de Porta-voz quando comunica informações para pessoas que se localizam fora da organização, no caso, fora da escola. Assim, através de seu papel de porta-voz, deverá o gestor escolar levar esse debate para as pessoas que estão fora da instituição, em especial as famílias dos alunos. Esse movimento pode acontecer por meio de tópicos levantados nas reuniões de pais ou sendo marcadas reuniões para este fim específico, bem como através de semana temática, dia da escola de porta aberta, entre outras formas. A realização de atividades culturais, desportivas e de outra natureza entre a comunidade escolar em sentido estrito e amplo, também favorece o diálogo e colabora no estabelecimento de um clima de confiança e compreensão mútua (PENIN; VIEIRA, 2002).

¹¹ ASSISTÊNCIA inicia 1ª Semana Municipal da Cidadania LGBT de Aracaju. Disponível em:

http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=71868>. Acesso em 10 de mar. de 2018.



Para que a comunidade e a escola possam caminhar de mãos dadas para uma educação fraterna é importante o diálogo do gestor escolar com a família do aluno, tendo em vista que a educação e os princípios passados pelos pais devem ser convergentes com os passados pela escola. Entretanto, a convivência entre a escola e a comunidade requer boa vontade e interesse das partes envolvidas, quando isto ocorre a escola é revalorizada pela comunidade. E a cultura da violência, tantas vezes presente na escola, cede lugar a uma convivência social alegre e pacífica, sendo esta uma importante função social da escola (PENIN; VIEIRA, 2002).

Conclusões

Os breves relatos de três gestores mostram, a nosso ver, que o tema diversidade sexual e de gênero em âmbito escolar ainda é tratado como delicado. É preciso tratar do tema por poder haver discriminações, inclusive com agressões físicas, no próprio âmbito escolar. Em pesquisa divulgada pela Agência Brasil mais de um terço de alunos LGBT sofreram agressões físicas na escola¹². Referida pesquisa pode ser confirmada através de uma simples procura em site de busca onde podemos encontrar notícias do tipo "Aluno gay é espancado a pauladas por cinco jovens em frente à escola em SP"¹³, "Morre filho de casal gay agredido em porta de escola"¹⁴, "Aluno do RS é agredido na saída da escola por ser gay"¹⁵, "Educadora denuncia discriminação de gênero em escola"¹⁶, "Servidor público transexual alega ter sido vítima de transfobia em escola de SP"¹⁷.

Assim, a nosso ver, a discussão não deveria ser se o tema deve ou não ser incluído no conteúdo programático das escolas, como foi debatido a época de elaboração do PNE, mas sim, de que forma o debate sobre a diversidade sexual e de gênero pode ser incluído no ambiente escolar, com a finalidade de criar cidadãos conscientes e fraternos. Tendo em vista

¹² TOKARNIA, M. Mais de um terço de alunos LGBT sofreram agressão física na escola, diz pesquisa. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mais-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ph/

ja-foram-agredidos-fisicamente-diz>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹³ SCHIAVONI, E. Aluno gay é espancado a pauladas por cinco jovens em frente a escola em SP. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/24/aluno-gay-e-espancado-a-pauladas-por-cinco-jovens-emfrente-a-escola-em-sp.htm>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹⁴ ALBUQUERQUE, S. Morre filho de casal gay agredido em porta de escola. Disponível em:

http://noticias.r7.com/sao-paulo/morre-filho-de-casal-gay-agredido-em-porta-de-escola-12032015. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹⁵ MARTINS, F. Aluno do RS é agredido na saída da escola por ser gay; professores teriam ignorado o bullying. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/03/20/aluno-do-rs-e-agredido-na-saida-da-escola-por-ser-gay-professores-teriam-ignorado-bullying.htm. Acesso em: 08 de out. de 2017.

¹⁶ EDUCADORA denuncia discriminação de gênero em escola. Disponível em: <

http://sintep2.org.br/sintep/exibir.php?exibir=1&id 1=4942>. Acesso em 21 de nov. de 2017.

¹⁷ MARIN, Ana. Servidor público transexual alega ter sido vítima de transfobia em escola de SP. Disponível em: < https://gl.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/servidor-publico-transexual-alega-ter-sido-vitima-de-transfobia-em-escola-de-sp.ghtml?utm_source=facebook&utm_medium=share-bardesktop&utm_campaign=share-bar>. Acesso em 21 de nov. de 2017.



que a diversidade sexual e de gênero está inserida de diversas formas no ambiente escolar, quer o PNE regulamente ou não, nas salas de aulas, nos corredores, na sala de professores a discussão do assunto é constante.

No entanto, na contramão da função social da escola, o atual Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação de Sergipe não tratam em seus textos sobre qualquer tipo de gênero nas escolas. Entretanto, os gestores escolares, a nosso ver, não podem fechar os olhos para este debate. Isto porque, as questões referentes à diversidade sexual e de gênero estão presentes no dia a dia da sociedade, refletindo diretamente no ambiente escolar e nas relações estabelecidas neste. Exemplo disso temos a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 175 de 2013 que regulamenta a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. A adoção por casal homoafetivo também já é uma realidade no Brasil, reconhecido pela jurisprudência 18.

Assim permanecem as inquietações: Como o gestor escolar, em âmbito da informação, pode criar condições favoráveis para tratar deste assunto? Os relatos dos três gestores entrevistados ainda revelam apesar de terem conhecimento da importância do debate do tema e da sua presença no cotidiano não tiveram a iniciativa de buscar parceiros extraescolares que tratem pedagogicamente sobre o tema diversidade sexual e de gênero.

Foi também observado nesse contato inicial que o debate pedagógico sobre o tema tem proporções bem tímidas, sendo tocado em eventos anuais ou a partir das inquietações ou problemas de violência, física ou verbal, ocasionados pelos alunos. Ficou claro, portanto, que o tema diversidade sexual e de gênero é levado para debate em situações pontuais não havendo um preparo pedagógico elaborado neste sentido.

Referências

BALDISSERA, R. **Por uma compreensão da comunicação organizacional**. In: SCROFERNEKER, Cleusa M. A. (Org.). O diálogo possível: comunicação organizacional e paradigma da complexidade. Porto Alegre: Edipurs, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de jun. de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, jun 2014.

BRASIL. Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013. **Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.** Brasília, DF, maio 2013.

¹⁸ PORTAL BRASIL. STF reconhece adoção de criança por casal homoafetivo. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/ministra-do-stf-reconhece-adocao-de-crianca-por-casal-homoafetivo. Acesso em: 18 de nov. de 2017.



CÂMARA veta "ideologia de gênero" no Plano Municipal de Educação. Disponível em: http://www.jornaldacidade.net/politica-leitura/89667/camara-veta-ideologia-de-genero-no-plano-municipal-de-educacao.html#.Wbwoi8iGPIU. Acesso em: 08 de out. de 2017.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Revista Teoria e Prática**, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1990, pp. 177-229.

COELHO, L. J. **Diversidade sexual e ensino de ciências**: buscando sentidos. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Bauru/SP, 2014.

COSTA, E. A. Motivações para a Estratégia. In: _____. Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Cap. 1, p. 7-18.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral:** previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GENEROSO, I. M. **Gestor e o papel de comunicador**: entre a informação e a Interação. In: IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. Porto Alegre/RS, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Lei nº. 8.025 de 04 de setembro de 2015. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação – PEE, e dá providências correlatas. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=SE&tipoinfo=1. Acesso em: 18 de nov. de 2017.

LESSA, L. Colégio Estadual Professor Barreto Fontes realiza projeto contra gravidez na adolescência e infecções sexualmente transmissíveis. Disponível em: http://www.seed.se.gov.br/portaldoaluno/noticia.asp?cdnoticia=12371. Acesso em: 08 de out. de 2017.

MINTZBERG, H. The manager's job: Folklore and fact. **Harvard Business Review**, Watertown, Massachusetts, Mar./Abr., p. 163-176, 1990 (traduzido).

MOURÃO, I. G. Comunicação organizacional, teoria e práxis: um estudo sobre o discurso da comunicação no contexto das organizações. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). PUC Minas, Belo Horizonte/MG, 2014.

OLIVEIRA, A. L. **Discursos sobre corpo, gênero e sexualidade na educação do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016.

PENIN, S. S.; VIEIRA, S. L. Refletindo sobre a função social da escola. In: VIEIRA, S. L. (Org.). **Gestão escolar**: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROCHA, N. H. N. **Questões de gênero e sexualidade na escola**: discutindo políticas públicas e formação pedagógica. 2015. 60 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2015.

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: http://www.seed.se.gov.br/redeestadual/escolas-rede.asp>. Acesso em: 18 de nov. de 2017.



SILVA, J. Gênero e sexualidade no ambiente escolar: Concepções das diretoras frente a preconceitos e discriminações com estudantes LGBTT. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Do Sul De Santa Catarina, Tubarão/SC, 2015.

SOUSA, **K. A. Trabalhando o gênero em sala de aula**. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=58485>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

TÔRRES, R. **Votação do Plano Nacional de Educação é adiada para esta quarta-feira**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/465546.html>. Acesso em: 08 de out. de 2017.

O QUE ELAS E ELES SABEM SOBRE GÊNERO? DEBATES NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

Anselmo Lima de Oliveira; Alfrancio Ferreira Dias

Resumo: Este trabalho resulta da pesquisa desenvolvida com discentes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Os principais objetivos foram analisar as representações, bem como entender como se processam os debates sobre Gênero. Neste trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiestruturadas. Para analisar os dados da pesquisa foi empregada a análise de discurso na perspectiva pósestruturalista (foucaultiana). Ficou evidenciado que o tema Gênero não é debatido abertamente no Colégio e encontra-se subordinado aos discursos biológico, religioso, pedagógico, científico, moralista. Infere-se a existência tanto de submissão quanto de subversão à heteronormatividade presente no Colégio.

Palavras-chave: Gênero, Discurso, Educação.

À BEIRA DO COLÉGIO

Conversar sobre Gênero nas escolas não é tarefa fácil, afinal fomos vigiados e punidos por diversas instituições sociais, ao longo da história. Então, as marcas do passado aterrador nos toma a todo instante. Poderosos impérios econômicos se ergueram - e continuam se erguendo - a partir das questões de Gênero: cinema, televisão, revistas e jornais, internet etc. Por outro lado, na escola, a temática Gênero esteve e está sob diversas tutelas: o estado, a família, a igreja, a justiça etc. Caminhamos lentamente, tentando discernir o que Gênero representa para alunas e alunos. Então, resolvemos dar uma espiada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) a fim de conversar com discentes a respeito do tema em relevo.

A partir de recortes feitos à dissertação de mestrado, defendida no ano de 2016, abordaremos, aqui, apenas as falas das alunas e alunos, uma vez que o foco encontra-se nelas e neles. Deixaremos para outro instante as falas das professoras e professores. Afinal, o mais importante foi, naquele instante, deixá-las/os falar e falar. Nada de interferências e, muito menos, interposições teóricas a respeito do tema. Essa estratégia tinha objetivo: colocar alunas e alunos em posição confortável, dentro de um ambiente confiável. Talvez, dessa forma fosse possível extrair o máximo de informações a respeito de Gênero.

Antes de apresentarmos e analisarmos as falas é necessário situar o campo de pesquisa: o CODAP/UFS foi criado em 30 de junho de 1959. Atualmente está localizado à Avenida Marechal Rondon, S/N, no município de São Cristóvão, Sergipe, Brasil. É uma

escola de ensino básico (do 6° ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio), onde um dos objetivos, segundo o Plano Político Pedagógico, é servir de campo de observação, pesquisa, experimentação, demonstração, desenvolvimento e aplicação de métodos e técnicas de ensino. Na atualidade, o Colégio possui 41 docentes, 455 discentes e 18 técnicos administrativos. Desde 2010, a forma de ingresso é feita por meio de sorteio público.

O porquê do CODAP/UFS é, certamente, explicável: primeiro, no fato de ser uma escola pública e, como tal, possuir responsabilidade e compromisso públicos; segundo, esse Colégio, devido à representação histórica, é considerado referência à educação básica de Sergipe. Ainda, o Colégio é parte da Universidade Federal de Sergipe, bem como descreve em seu Projeto Político-Pedagógico (P.P.P.), cujo objetivo é servir de campo de aplicação de pedagogias.

CAMINHEMOS

O percurso metodológico desta pesquisa parte "do pressuposto de que teoria e método são indissociáveis e de que nossas opções metodológicas precisam fazer sentido dentro do referencial teórico no qual as inscrevemos" (MEYER, 2012, p. 48). Portanto, este estudo caminha diante de problematizações relacionadas às sexualidades a partir do ambiente escolar, especificamente no CODAP/UFS. A fim de alcançarmos os objetivos, trazemos como forma de abordagem a pesquisa qualitativa. Afinal, "uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados" (DUARTE, 2002, p. 140). Afinal,

A vida de uma pesquisa é algo intrigante. Sujeita à sorte, ao tempo, aos lugares, à hora, ao perigo. O improviso vem sempre turbilhoná-la. Pesquisar talvez seja mesmo ir por dentro da chuva, pelo meio de um oceano, sem guarda-chuva, sem barco. (OLIVEIRA, 2012, p. 279).

Como dito, situada na abordagem qualitativa, esta pesquisa teve como propósito ouvir, tentar compreender, observar alunos e alunas do CODAP/UFS. Diante disso, é imprescindível ressaltar que estamos ante uma abordagem "pós-estruturalista que se utiliza das concepções de poder e discurso de Foucault, bem como do pensamento que se centra nas questões da linguagem" (CARDOSO, 2012, p. 44).

Nessa perspectiva, consideramos relevante destacar que o CODAP/UFS promove, amiúde, reproduções de comportamentos escusos, distinguindo meninos de meninas,

perpetuando, assim, desigualdades entre o alunado. Todavia, o Colégio também se inscreve como lugar de desconstrução, uma vez que as reproduções sociais são questionadas a todo instante nesse ambiente escolar.

Para tanto, o projeto de pesquisa foi encaminhado à Direção, vice Direção e Setor Técnico Pedagógico (SETEPE), cabendo a esses setores torná-lo disponível aos/às docentes, técnicos administrativos do CODAP/UFS, bem como à comunidade em geral. Entendemos que essa atitude foi relevante para que tanto a equipe pedagógica quanto a Direção tomassem conhecimento da temática. Desse modo, foram feitos os primeiros contatos com alunas e alunos, onde, em seguida, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) àqueles/as que se dispuseram participar das entrevistas. Todas as condições descritas no documento citado foram informadas aos/às participantes da pesquisa, porém foi solicitado aos discentes menores de idade que encaminhassem o documento aos pais, às mães e/ou responsáveis a fim de que tomassem conhecimento de todas as implicações expostas no documento. Ainda, o TCLE, após submissão, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS)¹.

Utilizamos como técnicas de pesquisa a entrevista semiestruturada, a análise do PPP e do Regimento Interno do CODAP/UFS, demonstrando, assim, a relevância desses recursos. Essas técnicas por si só não podem explicar um fenômeno social, mas possibilitam a compreensão do contexto sociocultural estudado, bem como permitem observar como circulam as falas de alunas e alunos a respeito das questões sobre sexualidades. Assim sendo, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas, porém traremos apenas as falas dos discentes. Analisaremos, aqui, apenas as entrevistas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente, objetivando garantir a compreensão do conteúdo. Após, utilizou-se como técnica de análise de dados, análise de discurso a partir da perspectiva foucaultiana. Dessa forma, foram usados fragmentos das falas de alunos e alunas, buscando, desse modo, produzir discussões a respeito das representações daqueles/as sobre a temática em tela.

Em relação às entrevistas, utilizamos como principal critério de inclusão, a manifestação em participar da pesquisa, independente, da familiaridade com a temática. Sobre a escolha das alunas e alunas, priorizamos os/as matriculados/as no ensino médio, que manifestassem interesse em participar das entrevistas e, além disso, que os pais aquiescessem

_

¹ O Comitê de Ética é órgão vinculado à Plataforma Brasil.

tal permissividade a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O roteiro das entrevistas foi criado a partir de três aspectos: as concepções sobre sexualidades dos/as participantes da pesquisa; o trabalho com as temáticas no interior da instituição; as experiências e situações cotidianas com as temáticas.

TERRENO FÉRTIL?

O CODAP/UFS², antigo Ginásio de Aplicação (G.A.), foi criado em 30 de junho de 1959, ou seja, há cinquenta e sete anos e pertencia à Faculdade de Filosofia de Sergipe, tendo como objetivo servir como campo de estágio da referida faculdade. Em 30 de dezembro de 1965, foi autorizada a implementação do 2° grau, com opções para os ensinos clássico e científico. A partir desse instante, o G.A. passou a ser denominado de Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Até então se tem um ensino pago, os pretensos alunos eram obrigados a frequentar um curso prévio, em seguida, submeterem-se a uma rigorosa seleção. Logo, o Colégio se caracterizou como uma Instituição que atendia, majoritariamente, às classes sociais economicamente privilegiadas, o que atribuiu um caráter elitista ao ensino, fato que se estendeu por muitos anos, uma vez que a forma de ingresso, através de exame de admissão, altamente seletivo, excluía grande parte dos candidatáveis, oriundos de escolas públicas e de camadas populares da sociedade. (BISPO, 2011, p. 46).

Entretanto, em 1968 foi criada a Universidade Federal de Sergipe, incorporando, desse modo, a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação à estrutura administrativa e pedagógica da UFS. Somente em 1981 o CODAP/UFS foi transferido para o Campus Universitário, passando, assim, a ser considerado órgão suplementar, ligado diretamente à Reitoria e, por conseguinte, assumiu as funções de ensino, pesquisa e extensão. Após essa mudança, o CODAP/UFS passou a manter relações diretas com o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da UFS, cuja proposição estava relacionada às pesquisas, experimentações e práticas pedagógicas, além de servir como veículo de difusão de tecnologias educacionais para as comunidades de 1° e 2° graus, ou seja, do ensino básico.

A partir de 1993 o CODAP/UFS passou a ser vinculado pedagogicamente à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), tenho como objetivo projetar maior envolvimento com

_

² Fonte: www.codap.ufs.br

os departamentos da UFS. Em 1994, passou a funcionar em sede própria e, somente em 2006, o Colégio começou a ter representantes no Conselho Superior (CONSU³) da UFS.

Atualmente, o CODAP/UFS é uma escola de ensino básico, regida pela Legislação Federal, pelo Estatuto da UFS e pelo Regimento Interno. Desse modo, o ensino fundamental é ofertado apenas para os 6°, 7°, 8° e 9° anos, bem como para o ensino médio. O Colégio também desenvolve projetos de extensão e projetos de pesquisa e o endereço atual do CODAP/UFS está situado à Av. Marechal Rondon, S/N, Bairro Rosa Elze, no município de São Cristóvão, estado de Sergipe, Brasil.

GÊNERO! QUÊ?

Fizemos um recorte da pesquisa de mestrado, sendo possível principiar o entendimento a respeito do que dizem alunas e alunos do CODAP/UFS sobre a temática Gênero. Então,

Mas eu não sei definir gênero. Porque tem gênero masculino e gênero feminino. Mas eu não sei, assim, se gênero fala sobre o que a pessoa nasceu ou se é o gênero que a pessoa se identifica. Porque tem, tipo, a pessoa que nasceu masculino e se identifica como mulher. Eu não sei se isso seria o gênero feminino... eu colocaria o gênero feminino. Eu acho que seria o gênero que a pessoa se identifica (Participante 10)⁴.

O enunciado acima sugere que a concepção de gênero não nega o "sexo" biológico, entretanto põe a salvo que essa temática está evidenciada por meio de processos de (des)construção dos indivíduos. Dessa forma, "relacionada, a princípio, às distinções biológicas, a diferença entre os gêneros serviu para explicar e justificar as mais variadas distinções entre mulheres e homens" (LOURO, 1997, p. 45), mas essa investida tinha como propósito "[...] naturalizar processos socioculturais" (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Tal construção social é marcada por determinadas culturas, representadas e valorizadas por meio das diferenças sexuais existentes entre mulheres e homens, desprezando, dessa forma, outras formas de viver gênero.

Todavia, é importante salientar que as questões de gênero dizem respeito aos mais diversos aspectos da vida humana, cujos problemas sociais demandam desigualdades, homofobia, sexismo etc., produzindo, assim, reflexos, sobremaneira, na escola. Das

³ CONSU é o Conselho Geral da UFS. Responsável por deliberar sobre diversos temas que envolvem a Universidade.

⁴ O/A Participante 10 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

discriminações e dos preconceitos a escola participa por meio da ação e também da omissão, tratando de forma desigual alunas e alunos. Gênero, então, torna-se evidente:

Eu considero gênero só a divisão de sexo que a pessoa se considera, tanto homem como mulher. É independente do que ela nasceu, tem (...) a gente pode dizer, tem o gênero natural que a pessoa nasceu, mas eu considero o gênero aquilo que a pessoa se considera em termos de... é... não vou falar em termos de sexo, porque não é como se fosse isso, é como se fosse... como eu posso... classificar? É como se fosse... como ela se considera homem ou mulher, entendeu? O desejo dela como pessoa e não como ela nasceu. A gente pode dizer também como ela nasceu, mas... É como ela falou: o gênero é só a divisão da pessoa, seu gênero, como você se considera. É como fosse a divisão entre homem e mulher, gênero feminino, gênero masculino, só que partindo do princípio de que a gente não precisa tá tratando isso como já nasceu assim. Eu considero gênero como algo que você escolhe ter, sabe? (Participante 11)⁵.

Quando Le Breton (2014, p. 19) trouxe à tona a ideia de que "as noções de "homem" e "mulher" não são essências", tornou-se inteligível que o comportamento do indivíduo não é um estado paralelo à consciência, mas, sim, resultado do que fora construído desde a tenra infância por meio de modelos coercitivos, indicando papéis de dominação masculina e subordinação feminina. Dessa forma, homens e mulheres, através da repetição de comportamentos sociais, são produtos das normatizações "fabricadas" pelos discursos científicos, políticos, religiosos, tradicionais etc. Assim, "como o gênero não está aprisionado ao sexo [...]" (LE BRETON, 2014, p. 19), o enunciado cuja "ideia de gênero vai tá na sua cabeça, não mais no seu órgão" (Participante 11) qualifica o argumento de que a fluidez da identidade de gênero é destino, não mais o sentido material do "sexo" a partir da polaridade feminino/masculino. Gênero, então, passa a ser compreendido como algo que é construído socialmente, mesmo que o órgão sexual feminino esteja situado no corpo percebido como masculino, vice-versa. Reafirmando isso,

Eu acredito que gênero é um conjunto de sistema, é produto ou moral que a pessoa nasce. Não tem a ver com o desejo dela por, pelo parceiro afetivo e, sim, pelo que ela nasce, como ela é. A pessoa pode ser do gênero masculino e gostar de homens. (Participante 12)⁶.

É o que eu tô querendo falar. É como se fosse em relação ao corpo e não sobre o desejo. (Participante 11).

-

⁵ O/A Participante 11 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

⁶ O/A Participante 12 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

É! Ele nasceu menino, mas se deseja ser menina, não é que ele deseje outros meninos, mas ele deseja ser menina. Que, no caso, é o transgênero, transexual. (Participante 10).

Aí, ele começa a mudar o gênero. O gênero pode ser escolhido, assim, na minha opinião. (Participante 12).

Nessa perspectiva, buscamos compreender melhor as relações entre gênero e corpo, descritas pelas entrevistadas e pelos entrevistados. Confrontando o discurso biológico, as enunciações sobre esses temas demonstraram a possibilidade de um sujeito construído e desconstruído, conforme a percepção de cada indivíduo.

Eu concordo! É isso que eu tava falando no início. Eu acho que gênero, a gente parte da transformação do corpo e aí se você nasce homem e se considera homem, você é do gênero masculino. Mas se você passa a perceber que não é aquilo que você quer, não aceita aquilo que não é isso em você, que você nasceu só com o órgão, ali, errado. Aí você passa por uma transformação e aí é do gênero que você deseja, que você optou. Até porque o que a gente diz: a é homem ou mulher, o órgão que tá ali, o órgão reprodutor, o que tá reproduzindo. Se você tira aquilo ali, o que te define como homem e mulher? Sabe? Se você tira aquilo que, teoricamente, tá definindo o homem e a mulher, se você tira aquilo, se você muda aquilo, o que vai ser, agora, homem ou mulher tá na sua cabeça. A ideia de gênero vai tá na sua cabeca, não mais no seu órgão. O corpo é um reflexo daquilo que você quer ser, certo? Sabe? Se você quer ser mulher, se você tem um corpo de mulher, você é mulher. Mas aí você tem um, um, você é homem, quer ser homem, tá, você é homem. Mas se você é mulher e quer ser homem, então um homem que quer ser uma mulher, então, quer fazer essa troca de sexo, essa troca de gênero, agora não vai ser mais o corpo da pessoa que vai definir isso, vai ser o que, realmente, quer ser. Ela vai passar por essa mudança pra se transformar naquilo que é o gênero que ela deseja ter. (Participante 11).

Contestando o discurso biológico que evidencia o "sexo" do indivíduo como algo dado pela natureza e afirmando a ideia do gênero construído socialmente, enuncia-se:

Concordo! Concordo com isso! Até porque o gênero pode ser mudado também, e quem vai dizer qual o gênero da pessoa é ela, pelo que ela se considera e não pelo que as pessoas vão dizer o que ela é. Se ela nasceu como menino, ela vai ser menino, mas a pessoa pode mudar isso através do tempo, entendeu? A ciência já provou isso. (Participante 12).

Desse modo, demonstra-se, aqui, um poder-saber, onde o discurso é "[...] o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 1996, p. 10). Para os/as participantes, a ideia de que os indivíduos estão suscetíveis às mudanças ao longo da vida - ainda que nasçam com o

"sexo" biológico masculino, podem, nesse ínterim, passar a se compreender mulher - traz implicações ao "se tratar de um poder que é exercido sobre os corpos dos sujeitos [...]" (LOURO, 1997, p. 41). Isso sugere que pensar o corpo fora da esfera sociocultural é inconcebível, uma vez que o conjunto de enunciados que compõem o discurso biológico não se sustenta ao determinar o sujeito como "macho" ou "fêmea" a partir de uma fixação que produz distinção entre mulher e homem por meio dos órgãos sexuais. Afinal, essas diferenças biológicas são suficientes para promover as desigualdades sociais e, por conseguinte, atos e atitudes são postos dentro da naturalização, mascarando, assim, preconceitos e discriminações. Aqui, alguns/algumas participantes da pesquisa concebem a ideia de se desvencilhar do padrão fêmea-macho, imposto pelo discurso biológico.

Sobre as questões de gênero foi possível observar que alguns enunciados (re)produzem o discurso biológico, cujo objetivo é discriminar: aos homens é dada a autoridade, às mulheres a submissão. Os papéis sociais atribuídos à menina e ao menino são bem dissociados no ambiente escolar. Desse modo, quando questionadas/os sobre o porquê da necessidade do homem proteger a mulher, relatou-se que "desde sempre, o homem foi ensinado a ter espírito de liderança e quando não é submetido a essa liderança, ele se sente mais fragilizado, porque, hoje em dia, a mulher tá com muita força" (Participante 9)⁷.

Todo esse processo de construção do sujeito é feito de modo sorrateiro e debaixo de uma sutileza impressionante, funcionando como movimentos que passam despercebidos ao ponto de tornar os demais sujeitos desapercebidos. Portanto, "a tarefa mais urgente talvez seja essa: desconfiar do que é tomado como "natural" (LOURO, 1997, p. 63). Sugere-se, afinal, que o discurso biológico cria uma espécie de disputa social entre mulher/menina e homem/menino, além de mostrar que algumas ações que produzem hierarquias são naturalizadas no dia a dia escolar. Evidencia-se, aqui, que o "isso é normal" corrobora com a reprodução de comportamentos machistas, onde o menino/homem, supostamente, tem que estar à frente da menina/mulher.

Ao ser questionada/o sobre as relações existentes entre meninas e meninos, as situações foram descritas da seguinte forma: "tratar igual não trata, não. Os meninos impõem, sim!" (Participante 8)⁸. Ainda assim, os motivos aparentes são descritos: "porque a mulher é mais frágil, né. O homem tem essa cultura de proteger a mulher e de chegar em casa e a comida tá pronta. Homem trabalhar e mulher fica em casa" (Participante 8). É notório que diversas pesquisas evidenciem que a escola produz mecanismos capazes de reproduzir e

⁸ O/A Participante 8 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

_

⁷ O/A Participante 9 é discente do Ensino Médio do CODAP/UFS.

estabelecer as diferenças entre meninas e meninos, perpetuando, assim, as discriminações entre os sexos.

A pesquisa de Finco (2003) dá pistas a respeito dessas questões, apresentando a hipótese de que esses movimentos ocorrem e são ensinados a partir da educação infantil. Os marcadores sociais estão presentes desde a pré-escola e, dessa forma, meninas e meninos são ensinados a ocupar lugares distintos na escola, aprendem que determinadas brincadeiras são feitas para meninos, não para meninas; que certos brinquedos foram criados para meninas e não para meninos. Na escola, o corpo feminino não é construído da mesma forma que se constrói o masculino, pois, por exemplo, quando a menina senta com as pernas abertas, logo é recomendado a se portar como uma "mocinha", fechando as pernas. Dessa forma, em alguns momentos o discurso pedagógico assume a ideia de controle, normatizando, portanto, comportamentos.

Quando questionados/as sobre as diferenças existentes entre meninas e meninos na escola, evidenciou-se que: "na verdade, quem tenta ser superior, na maioria das vezes, são as meninas, porque, tipo, os garotos já tão normal, normalizado [...]" (Participante 9). Sugere-se, aqui, a existência de uma superioridade masculina, além de uma tentativa feminina em suplantar tal superioridade masculina, ou seja, as meninas precisam se esforçar bastante, tanto para equacionar quanto exceder o *status* dos meninos. Há, dessa forma, duas possibilidades a serem alcançadas pelas meninas: a primeira está relacionada à ideia de um esforço que busca o equilíbrio; a outra sugere que, por ser menina, é necessário se tornar superior ao menino, exigindo, portanto, maior esforço e determinação. Desse modo, "a sociedade investe muito na naturalização deste processo" (SAFFIOTI, 1987, p. 9) e, como consequência, a escola reproduz as normatizações sociais. Entretanto, nem meninas nem meninos devem ser construídos na perspectiva de um ambiente social repleto de hostilidade. Também, a suposta superioridade, virilidade e agressividade masculinas em detrimento das supostas inferioridade, debilidade e docilidade feminina precisam ser questionadas na escola.

O conceito de superioridade também está relacionado ao discurso econômico e biológico, a partir da ideia, socialmente naturalizada, de que os homens têm que ter maiores salários que os das mulheres, reverberando, assim, na escola. Opera-se, portanto, com o argumento de conforto, proteção, necessidade e dignidade. Dessa forma, afirma-se que "o homem tem essa, esse querer de mostrar um valor. Ele precisa dar o valor, porque ele é homem" (Participante 9). O homem, então, passa a ser visto como o sujeito responsável pelo conforto e proteção da mulher, bem como associado à ideia de que para ser homem, "macho", é necessário ter e possuir o poder econômico superior ao da mulher, a "fêmea". Ainda, ele, o

homem, passa a relacionar sua dignidade ao valor econômico. Diz-se: "eu não sei, eu não sei se, na verdade, a mulher se sente confortável se o homem tendo mais, de ao contrário" (Participante 9), ou seja, supõe-se, aqui, que a mulher não se sentiria confortável se ela tivesse o poder econômico superior ao do homem. O enunciado indica que, além de se ver na obrigação de possuir o poder econômico superior ao da mulher, o homem também carrega consigo a ideia de que a mulher não se sentiria confortável em ter esse poder superior ao do homem. Todavia, essas duas concepções foram construídas ao longo do tempo e a partir do discurso patriarcal, ou seja, o homem fora edificado como aquele que provê o lar, o responsável pelas financas da casa, o mantenedor.

Como instituto educador, a escola faz "circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e 'individualizada' em todo corpo social" (FOUCAULT, 2015, p. 45). Para o autor, a manutenção do poder não está relacionada somente à força da negação, da repressão, mas coaduna-se ao fato de que aquele produz prazer e reforça a ideia de saber. Nesse construto, foi possível observar que alguns enunciados, relacionados às questões de gênero, foram construídos descrevendo as diferenças existentes entre meninas e meninos, por meio do discurso de poder. Informava-se que "o homem sempre foi, digamos, mais opressor, porque sempre foi o cara que foi às guerras, foi caçar. A mulher ficava mais em casa, cuidando dos filhos e preparando comida" (Participante 12). Dessa forma, esse "poder do macho" está relacionado, ainda hoje, à força física masculina, ou seja, o homem, apoiado no discurso biológico, compreende-se superior à mulher a partir da referência física. Então, esse poder quando é questionado gera tanto aquilo que o pesquisador chamou de violência simbólica, ou seja, trata-se de uma "violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas [...]" (BOURDIEU, 2014, p. 12), quanto à violência física capaz de, inclusive, culpabilizar o próprio sofrimento feminino. Entretanto, "rigorosamente, portanto, a menor força física da mulher em relação ao homem não deveria ser motivo de discriminação" (SAFFIOTI, 1987, p. 12), porém, ainda hoje, a escola, em tese, continua construindo o aluno/menino "forte" e a aluna/menina "dócil". Desse modo, os meninos continuam catapultando a ideia de que precisam proteger as meninas e estas perpetuam a ideia de que precisam ser protegidas por aqueles. Contudo, nesses processos construtivos é importante destacar que as subversões estão presentes no ambiente escolar, ou seja, algumas meninas não aceitam nem se conformam à ideia de fragilidade, bem como existem meninos que não se apropriam da ideia de superioridade física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe seja considerado referência de ensino, não foi possível identificá-lo como uma escola que trabalha a temática Gênero de forma ampla. Ao contrário. Gênero é abordado em sala de aula, porém de maneira esporádica. O Colégio não está envolvido sistematicamente nos debates relacionados a Gênero. O tema sequer circula nas reuniões do Conselho Geral do Colégio (CONGE).

Na última gestão do Colégio houve uma tentativa de iniciar as discussões a respeito do tema em tela, porém, um ou dois eventos ocorreram, sem, com isso, criar uma agenda de debates, envolvendo discentes, docentes, técnicos, pais e responsáveis, bem como a comunidade em geral.

Nas reuniões pedagógicas as questões de Gênero estão esvaziadas e quando vêm à tona são lançadas às disciplinas Ciências e Biologia, como se as demais disciplinas não fossem capazes de debater sobre Gênero. A falta de conhecimento sobre o tema tem provocado reações adversas?

O Projeto Político Pedagógico do Colégio data de 1995 e sequer faz referência ao tema Gênero. Sugestionamos, portanto, que o CODAP/UFS - a partir da inscrição de Colégio aberto às novas práticas pedagógicas - possibilite inovar, trazendo à tona modernos debates sobre Gênero. Dessa forma, será possível problematizar essa temática sob diversas perspectivas, visando à ampliação conceitual para melhor aplicabilidade no dia a dia da Escola.

REFERÊNCIAS

BISPO, Marlucy Mary Gama. *Uma análise da produção textual escrita de alunos do sexto ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Letras) — Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

CARDOSO, Lívia de Rezende. *Homo Experimentalis [manuscrito]:* dispositivo da experimentação e tecnologias de subjetivação no currículo de aulas experimentais de ciências. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa Qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 139-154, marco/2002.

FINCO, Daniela. **Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil**. Revista Pro-Posições, v. 14, n. 3 (42) – set./dez. 2003.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: A vontade de saber. 2ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015.

LE BRETON, David. Corpo, Gênero, Identidade. In: FERRARI, Anderson. *et al.* Corpo, Gênero e Sexualidade. Lavras: UFLA, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero*, *Sexualidade e Educação*. **Uma perspectiva Pós-Estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. *Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2012.

OLIVEIRA. Thiago Ranniery Moreira de. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação.. In: MEYER, Dagmar Estermann: PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, p. 279-303.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.



OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELAS TRABALHADORAS DA OLARIA ARTESANAL DO POVOADO PAU D'ONÇA EM ITABAIANINHA-SE

Maria Beatriz de Jesus Silva (1); Gabriela Lima dos Santos (1); Jaldemir Santana Batista (3); Felippe Pessoa de Melo (4)

Centro Universitário-AGES, beatrizsilva_geografia@hotmail.com; Centro Universitário-AGES, gabrielauniages@hotmail.com; Centro Universitário-AGES, jaldemirbatista@hotmail.com; Centro Universitário-AGES, felippemelo@hotmail.com

Resumo: A presente pesquisa que tem por objeto de estudo a olaria artesanal do povoado Pau D'onça localizada no município de Itabaianinha-SE, teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas trabalhadoras do local, haja vista que compreendendo o atual cenário mundial sobre o qual o sistema capitalista age de forma incisiva, tornou-se cada vez mais raro o desenvolvimento da produção artesanal, o que tem sido um desafio para os indivíduos que dependem e necessitam economicamente da continuidade dessa cultura. A pesquisa transcorreu por meio do método de análise de Libault (1971), o qual contribuiu de forma positiva para a realização da mesma. Com base nas informações obtidas através de leituras previas bem como a catalogação de dados in loco foi possível analisar que a produção de artesanato muito tem a ver com o desenvolvimento do trabalho feminino. Para, além disso, ainda cabe destacar que os desafios encontrados pelas trabalhadoras da olaria artesanal de Pau D'onça são desencadeados pela desvalorização do trabalho feminino como também pela pouca importância dada a produção artesanal.

Palavras-chave: olaria artesanal, trabalho feminino, desigualdade de gênero.

Introdução

Durante muitos anos as mulheres foram tidas apenas como cuidadoras do lar, mas com o passar do tempo as necessidades econômicas bem como do próprio mercado serviram de impulso para que as mesmas passassem a adentrar no comércio ocupando novos espaços.

A participação das mulheres no mercado de trabalho se iniciou tardiamente tendo como destaque dois momentos históricos: as guerras mundiais e a Revolução Industrial. Primeiramente porque os homens iam para os campos de batalhas e as mulheres que ocupavam seus lugares no mercado e posteriormente devido a necessidade de mão-de-obra no mesmo. No entanto, cabe salientar que até os mencionados momentos cabiam a elas participação apenas nos espaços domésticos (SILVA, 2014).

Compreendendo tal contexto é possível destacar que a divisão social do trabalho se deu por meio das diferenças de gênero, visto que historicamente de forma continua os homens ocuparam os melhores cargos do mercado e as mulheres apenas aqueles ligados aos afazeres familiares e sem muita importância para a lógica do capital.

Ainda que não existam impedimentos jurídicos e/ou políticos que as impeçam de



ocupar profissões predominantemente masculinas, as mulheres são levadas pelas condições sociais e econômicas a ocuparam postos considerados mais condizentes com a posição que ocupa na família e na sociedade. (BORDIGNON, 2017, p. 07)

Assim, considerando que diante de um mercado capitalista as mulheres passaram a ocupar cargos sem muita importância, é possível destacar que a produção artesanal exercida pelas mulheres se trata da realização de trabalhos que foram e ainda continua sendo apartado dos espaços públicos e desconsiderados pelo sistema capitalista.

De acordo com Ramos et al. (2008), o trabalho artesanal se desenvolve por diversas regiões brasileiras sendo produzidas com base em experiências e saberes hierárquicos. Neste sentido, o estado de Sergipe não foge de tal contexto, haja vista que a produção de artesanato no estado tem se tornado um elemento importante no desenvolvimento da economia (SANTOS; BEZERRA, 2014).

Para tanto, considerando as particularidades de uma região, analisando o supradito contexto, a presente pesquisa busca realizar uma análise acerca dos desafios enfrentados pelas trabalhadoras da olaria artesanal de Pau D'Onça, a qual se localiza no município de Itabaianinha-SE. Pois tendo em vista o presente cenário mundial, fica claro que com o advento do desenvolvimento técnico-científico, a produção artesanal bem como as mulheres tem enfrentado um grande desafio para adentrar e manter-se no mercado.

Método e metodologia

Compreendendo que o método é uma das etapas importantes na realização de uma pesquisa, nesta foi utilizado o método de análise de Libault (1971 *apud* Ross 2012, p.34-35), sobre o qual o autor diz que uma pesquisa de cunho geográfico poder ser desenvolvida por meio de quatro etapas: compilatória, correlativa, semântica e normativa.

A primeira (compilatória) etapa transcorreu por meio da compilação de dados, ou seja, foi realizada a visita in loco com o intuito de coletar informações bem como registar fotos. Além disso, também foram realizadas leituras bibliográficas que auxiliassem na compreensão dos problemas apresentados.

Na etapa posterior (correlativa) ocorreu a correlação dos dados obtidos com as leituras prévias adquiridas, visto que a realização desta etapa é imprescindível no desenvolvimento do próximo nível (semântico). Assim, a terceira etapa adveio por meio de análises dos dados obtidos nos níveis anteriores.

A quarta e última etapa (normativa) sucedeu-se através da compreensão dos desafios encontrados pelas trabalhadoras da olaria artesanal de Pau D'Onça.



Resultados e discussões.

Conforme citado anteriormente, a olaria de Pau D'Onça localizado no município de Itabaianinha-SE é o objeto de estudo da presente pesquisa. A cidade em questão possui aproximadamente 40,821 habitantes e conforme mostra a imagem (01), está se encontra na microrregião de Boquim e possui uma área de aproximadamente 496,3 km² fazendo divisa com os seguintes municípios sergipanos: Cristinápolis, Tomar do Geru, Tobias Barreto, Riachão do Dantas, Boquim, Pedrinhas, Arauá, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba (SANTOS; MELO, 2017).

O presente município é rico em solo argiloso vermelho e cinzento, os quais são utilizados nas indústrias de cerâmicas, um dos principais sustentos econômicos sendo fornecedoras de aproximadamente 500 empregos diretos e indiretos que atendem boa parte da população (SANTOS; MELO, 2017).

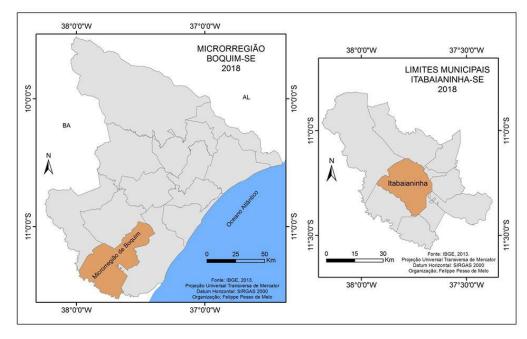


Figura 01: Localização da área de estudo.

Fonte: MELO, 2017.

Para além disso, cabe destacar que o extrativismo mineral é realizado não apenas pelas indústrias ceramistas, mas também pelas olarias artesanais do município. Assim, considerando que em Itabaianinha existe mais de uma olaria a pesquisa que visa analisar os desafios enfrentados pelas trabalhadoras transcorreu por meio de análises realizada especificamente na olaria do povoado Pau D'Onça.



No supradito povoado se encontra uma pequena população predominantemente desprovida de bens econômicos, desta forma, analisando que as olarias artesanais bem como as indústrias ceramistas são algumas das poucas opções de trabalhos, a população fica subordinada a exercer suas atividades conforme as condições de trabalho fornecida por estes campos.

De acordo com Silva (2014), desde a pré-história, quando os seres humanos criaram e produziram suas primeiras ferramentas de pedra, passando pelas sociedades da antiguidade e pela Idade Média até o século XVIII, a produção artesanal dominava o mundo. Contudo, após a implantação do sistema capitalista inserida pela Revolução Industrial que passou a valorizar a produção em massa propiciada pelas maquinarias, a produção artesanal apresentou forte regressão.

O artesanato tem sua origem ligada à história da humanidade. Os primeiros objetos artesanais datam do período neolítico (cerca de 6.000 a.C.), época em que os homens começavam a dar formas a matérias primas para satisfazer suas necessidades cotidianas, tecendo fibras de origem animal e vegetal, polindo pedras e fabricando objetos de cerâmica, por exemplo. No Brasil, o artesanato surgiu nessa mesma época dentro das diversas tribos indígenas que faziam parte de nosso território. Cocares, cestas, cerâmicas e tangas são apenas alguns exemplares desse tipo de trabalho manual que, com a Revolução Industrial no século XVIII, acabou cedendo espaço no dia-a-dia das famílias aos produtos industrializados fabricados em série. (COSTA, 2012, p. 07)

Assim, é possível dizer que o processo de produção artesanal passa por uma dupla exclusão, haja vista que por um lado, a mesma não se adequa a produção industrial em massa devido a sua característica de trabalho manual e criativo e, por outro lado, a mesma foi historicamente quase que exclusivamente produzido por mulheres, forma de mantê-las atreladas ao lar (SILVA, 2014).

Apesar da atuação feminina no mercado de trabalho ter apresentado crescimento após as guerras mundiais e o surgimento do sistema capitalista devido as necessidades e demandas do mercado, não significa dizer que as mesmas conseguiram atingir a equidade social, haja vista que a discriminação, a segregação ocupacional, dentre outros ainda continuam a persistir no meio social contribuindo para uma maior invisibilização da competência feminina (RAMOS, 2014).

Neste sentido, é possível dizer que o desenvolvimento do trabalho exercido na olaria artesanal de Pau D'Onça passa por grandes desafios, uma vez que a produção artesanal se refere a realização de trabalhos que felizmente ou infelizmente historicamente passou a ser desconsiderada pela lógica do capital.

11, 12 e 13 abril de 2018

Conqueer

Conferência internacional de estudos queer

Conforme dados coletados in loco, na referida olaria a produção de tijolos e lajotas são realizados por meio de técnicas rudimentares, ou seja, todo o trabalho se desenvolve de forma manual e com ajuda de simples instrumentos. A extração de argila bem como de madeira (lenha) é feita de forma manual e transportada em uma carroça conforme mostra o mosaico (01/figura A-B, C-D).



Mosaico (**01/figura A, B, C e D).** Extração, transporte e deposição de argila e madeira na olaria artesanal de Pau D'Onça.

O trabalho na supracitada olaria era desenvolvido por cerca de vinte funcionários, sendo quatorze homens e seis mulheres, porém compreendendo a pouca demanda de vendas bem como as precariedades fornecidas pelo local de trabalho, quase que todos os funcionários deixaram de exercer suas atividades na mesma.

Atualmente trabalha apenas uma mulher e um rapaz cujo é seu filho, além de carroceiros que fazem apenas o transporte das matérias-primas. A referida mulher trabalha neste local desde os seus nove anos de idade, presentemente a mesma tem cinquenta e dois, isso quer dizer que esta trabalha no ramo artesanal há quarenta e três anos.

Segundo Ramos (2014), quando se trata do meio rural os desafios enfrentados pelas mulheres tendem a ampliar devido à baixa escolaridade, visto que sem um bom desenvolvimento educacional estas não conseguem boas oportunidades de trabalho e ficam à



mercê de trabalhos sub-humanos.

Cabe destacar que no local de pesquisa tal explanação não se apresenta de forma diferente, uma vez que os trabalhadores não chegaram a ter acesso a políticas públicas que lhes conferissem um bom nível de escolaridade, sendo esse um dos motivos que os levou a trabalhar na produção de cerâmicas e consequentemente a exercer suas atividades na olaria.

De acordo com Ramos et al. (2008), o trabalho com cerâmica se expande por diversas regiões brasileiras e são muitas vezes produzidos com base na experiência dos saberes que são passados de geração para geração através da prática e vivência cotidiana, ou seja, sem conhecimentos científicos. Portanto, pode-se compreender "que essa realidade histórica manteve o artesanato 'vivo', pois são conhecimentos que resultam de aprendizagens, em grande medida familiares". (SILVA, 2014, p. 07)

Tendo como base tal contexto bem como as análises feitas na olaria de Pau D'Onça, é possível dizer que mesmo que em menor proporção comparada com os ensinamentos antigos, a produção artesanal ainda se desenvolve de forma hierarquizada, visto que os trabalhadores da presente olaria aprenderam a produzir cerâmicas por meio de seus familiares, os quais ensinavam com base em saberes sem qualquer tipo de apontamento sistemático.

Para tanto, conforme citado acima, esse conhecimento que é passando de geração para geração tem diminuído bastante no mercado, haja vista que as mães bem como os pais não desejam que seus filhos passem pelas mesmas dificuldades trabalhistas que eles passaram ou ainda passam.

Com a ajuda de seu filho a trabalhadora do local de pesquisa produz lajotas e tijolos que são distribuídos no próprio município. Cabe salientar que a distribuição não atende outros municípios devido a sua baixa produção, se comparada as indústrias ceramistas.

Na olaria de Pau D'Onça são produzidas cerca de cinco mil peças semanais, sendo que todo o trabalho é realizado pela mulher e seu filho. Ambos chegam no local as cinco da manhã e saem as quatro e meia da tarde.

A atividade transcorre da seguinte forma: eles extraem a argila e põem a mesma em uma carroça que transportará a matéria-prima até a olaria, posteriormente ocorre a preparação da mesma que será posta em um molde, sendo depois retirada e colocada para escoar conforme mostra o mosaico (02/imagem A, B, C e D) indo em seguida para o forno.





Mosaico (02/figura A, B, C e D). Processo de produção.

Tendo em vista a desvalorização da referida produção, além de exercer suas atividades de forma precária cabe destacar que a trabalhadora vende sua força de trabalho por menos de um salário mínimo, visto que a sua produção semanal é de cinco mil peças sendo que ela recebe trinta reais para cada mil peças produzidas, ou seja, sua renda mensal é de apenas seiscentos reais. Assim, fica claro que a desvalorização da produção artesanal juntamente com a descriminação do trabalho feminino tem se tornado um grande desafio no processo de inclusão da mulher no mercado, visto que por muito tempo a produção artesanal foi e continua sendo desenvolvida predominantemente por ela.

Conclusão

Analisando as explanações anteriormente citadas é possível enfatizar que há muito tempo as mulheres vêm enfrentando preconceitos e discriminação principalmente quando se trata de sua inserção do mercado de trabalho. Além disso, compreendendo que o artesanato foi quase que exclusivamente produzido por estas, é possível destacar que os desafios se tornam ampliados, uma vez que além do trabalho feminino ser descriminado por grande parte da sociedade, com o advento do sistema capitalista o artesanato tem perdido bastante espaço dentro no mercado.

11, 12 e 13 obril de 2018

Conqueer

Conferência internacional de ESTUDOS QUEER

Destarte, se tratando da olaria artesanal de Pau D'Onça, é plausível dizer que devido localizar-se na zona rural e mais especificamente em um local onde não se tem muitas oportunidades de emprego, as dificuldades se apresentam ainda mais de forma incisiva, haja vista que os indivíduos ficam subordinadas a aceitarem as condições precárias bem como o pouco salário que lhes é fornecido.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente a Deus pelo dom da sabedoria e posteriormente ao Centro Universitário AGES pelas contribuições que muito corroborou para o nosso desenvolvimento enquanto graduandas de Licenciatura em Geografia. Em especial agradecemos ao professor Felippe Pessoa de Melo pelas orientações, o qual foi indispensável na concretização da pesquisa.

Referências

BORDIGNON, L. Relações entre gênero, classe e trabalho no programa mulheres mil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11., 2017, Florianópolis, **Anais eletrônicos**... Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em:www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br>. Acesso em: 03 mar. 2018.

COSTA, L. M. A. O artesanato como forma de manifestação cultural e complementação de renda: um estudo de caso da Associação Comunitária do Bairro do Lambari. **USP**, 2012. Disponível em: <www.usp.br/celacc/?q= celacc-tcc/437>. Acesso em: 15 fev. 2018.

RAMOS, C. P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Revista Gênero,** Araçuaí/MG, v.15, n.1, p. 29-46, 2014. Disponível em: www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero. Acesso em: 01 mar. 2018.

RAMOS, I. S.; ALEXANDRE, J.; ALVES, M. G.; VOGEL, V.; GANTO; M. A indústria cerâmica vermelha de Campos dos Goitacazes e a inclusão social das artesãs da baixada campista através do projeto Caminhos de Barro. **SCIELO**, 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid>. Acesso em: 03 mar. 2018.

ROSS, J. L. S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. 9^a. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, M. A. Abordagem sobre gênero e trabalho artesanal em histórias de vida de mulheres. In: X ANPED Sul, 10., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UDESC, 2014. Disponível em: <xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SANTOS, J. V. S.; BEZERRA, R. F. Atuação do PROMOART em terras sergipanas: polos Divina Pastora e Poço Redondo. **UFS**, 2014. Disponível em: htt://ser.ufs.br. Acesso em: 25 fev. 2018.

SANTOS, G. L.; MELO, F. P. Atividades antropogênicas em Itabaianinha-SE e seus reflexos na degradação do solo. **Revista Saberes UniAGES**, Paripiranga/BA, v. 1, n. 5, p. 2-9, jan./abr;2017. Disponível em: <npu.faculdadeages.com.br/index.php/revistasaberes>. Acesso em: 03 mar. 2018.



PABLLO VITTAR E O PAPEL DE ARTISTAS TRANS NA (DES)CONSTRUÇÕES E DESTERRITORIALIZAÇÃO DE IDENTIDADES DE GÊNEROS DESVIANTES PARA ALÉM DAS REDES SOCIAIS.

Verônica Reis

Universidade Federal da Bahia, vellreis@gmail.com

Resumo

Existe no Brasil uma demarcação com um viés territorial do espaço cedido a indivíduos considerados de gênero desviantes para transitarem em meio à sociedade. Esta demarcação exerce um poder normatizador e regulador ainda que subjetivo ou simbólico sobre a vida destes seres sociais, geralmente pondo-os em todas as zonas sociais marginais possíveis. Esta força está fundamentada em aspectos heteronormativos e coloniais da sociedade brasileira, desta forma, manipulam as instituições imaginárias para aceitarem aquilo que lhes convém, enquanto patriarcado. Entretanto, apesar destes esforços, é possível observar uma mudança na forma como estes indivíduos desviantes vem se apresentando perante a sociedade, muitas vezes utilizando espaços alternativos como a internet, e se valendo da cultura e da arte como forma de luta e questionamentos de suas demandas, buscando desterritorializar não apenas conceitos, mas o próprio lugar de margem que lhes foi imposto pela sociedade. Dentre estes sujeitos, é possível destacar um nome, Pabllo Vittar. Uma cantora e drag queen brasileira, que é atualmente a drag com o maior número de seguidores no mundo inteiro na rede social *instagram*, e que vem revolucionando a maneira como travestis, transexuais e *drag queens* são interpretadas pela sociedade e pelo mercado da Indústria Cultural. Partindo de uma análise dos perfis em redes sociais de Pabllo Vittar, o intento deste trabalho, ainda embrionário, é compreender como as identidades de gênero são interpretadas nas redes sociais, e qual o papel de artistas com identidades/expressões não cisgêneras nas (des)construções indenitárias para além das telas dos smartphones, tablets e computadores.

Palavras-chave: Desterritorialização, *Drag queen*, Pabllo Vittar, Redes Sociais, Identidades Desviantes

INTRODUÇÃO

Desde meados de 2015 tornou-se evidente o crescimento e a popularidade de artistas assumidamente *trans* (transexual/travesti) no Brasil. Esta mudança pode ser atribuída, inicialmente, a uma incessante luta dos coletivos Trans e LGBTTQ'S na busca de reconhecimento, igualdade e segurança (física e simbólica) perante os diversos setores da sociedade. Para além do embate e ativismo, é possível sinalizar também o espaço recém encontrado – não sem resistência, vale ressaltar - por estes grupos/artistas no território das redes sociais.

Desta forma, a importância desta pesquisa não resvala apenas na identificação de sujeitos de identidade/expressões de gêneros consideradas desviantes e os números alavancados por estes nas redes sociais, mas, está imbricada diretamente com as influências



que estes sujeitos vêm exercendo para além das telas dos *smartphones*, computadores *e tablets* na busca das minorias sociais por um lugar de fala que não seja e nem esteja à margem.

A escolha de Pabllo Vittar se dá não apenas pelo sucesso de suas canções, ou pela marca atingida de *drag queen* com o maior número de seguidores na rede social *instagram* no mundo, mas, por tudo que perpassa a construção indenitária e estética da figura icônica Pabllo Vittar, e que está diretamente atrelada com a forma que este artista deseja ser interpretado pelo público. Apesar de carregar todas as características femininas, equivalentes a qualquer "diva do mundo pop" de sucesso em seus *vídeos clipes*, Pabllo não esconde de seus seguidores que faz uso de acessórios, tais como perucas, cílios postiços, etc. para agregar ao visual aspectos que deixariam "o personagem" mais feminino.

Fora dos holofotes, porém ainda inserido no contexto das redes sociais, Pabllo aparece de cabelos curtos, sem maquiagem, mas com shorts e blusas que são lidos como peças pertencentes ao guarda-roupa feminino, e que são também parte da construção da sua identidade homossexual.

O fato de que uma artista como Pabllo possui em apenas uma rede social mais de seis milhões e setecentos mil seguidores¹ é o indicativo de que há uma mudança em curso na sociedade, e que não só está acontecendo bem debaixo dos olhos da "família tradicional brasileira", como também é muito possivelmente irreversível.

A internet tem sido um território, ainda que intangível, real, para que sujeitos marginalizados encontrem um local seguro (apesar dos famosos *haters*) para exporem suas expressões de gênero o mais livremente possível, sem censura e/ou restrições.

É importante destacar, nesta existência (e resistência) digital três pontos: a visibilidade desses indivíduos enquanto atores sociais não marginalizados; a possibilidade de divulgação de seus trabalhos e o diálogo com públicos distintos, inclusive ampliando o alcance do seu discurso, e o poder simbólico que estas redes vêm conferido a sujeitos *trans* perante uma sociedade ainda androncentrica, baseada no patriarcado e altamente heteronormativa não pode ser rejeitado.

Desta forma, o intento deste trabalho é compreender como as identidades de gênero são interpretadas nas redes sociais e o papel de artistas trans nas (des)construções para além das telas dos *smartphones*, *tablets* e computadores.

-

¹ Número de seguidores indicado no perfil da artista em 05 de março de 2018.



Constatado isto, os objetivos destas pesquisa versam compreender qual o papel destes sujeitos não cisgêneros nas (des)construções indenitárias que ocorrem para além das telas e resvalam no mundo real. Além de identificar como se (des)normatizam e se (des)regulam os sujeitos, através da música, da arte e da cultura. Busca-se também compreender como estes mesmos sujeitos que encontram voz através das redes sociais para se comunicar com os demais âmbitos sociais, constroem para além de uma carreira artística, uma posição política considerada influente no tocante às demandas sociais.

Este trabalho busca apontar também quais são as contribuições que estes sujeitos estão fornecendo através da arte, da cultura e das mídias sociais digitais para a não naturalização da violência física e simbólica contra indivíduos dissidentes, além de identificar em que consiste a construção estética destes sujeitos e o que há nos bastidores destas construções.

METODOLOGIA

Compreender o papel social destes sujeitos vai além de apenas indicar em quais âmbitos sociais suas influências alcançam de maneira real o corpo social como comunidade, visto que o alcance dessas vozes se dá não apenas no âmbito cultural através da música e arte que produzem, mas resvalam em questões politicamente mais sensíveis, como a questão de homotransfobia, e da violência simbólica e não simbólica praticada diariamente no país contra essas minorias.

Pabllo Vitar é um ícone, é assim como Linn da Quebrada e Liniker um divisor de águas na Indústria Cultural e no espaço social que foi durante séculos ocupado pela cisgeneridade, pelo patriarcado, pelo androcentrismo e pelo binarismo de gênero. E é sobre isto que se intenta falar neste trabalho.

Para esta pesquisa, define-se como design, a pesquisa qualitativa, pois o objetivo central é "explorar e compreender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano" (Creswell, 2009), sendo considerada como problema social, a ainda perpetuação de estereótipos negativos, no que diz respeito às representações de indivíduos de identidades de gênero/orientações sexuais consideradas desviantes.

A pesquisa qualitativa se dará através da identificação do papel que sujeitos como Pabllo Vittar desempenham na desterritorialização da estética binária dos gêneros em redes sociais digitais, já que a marginalização destas minorias é considerada tanto em um problema social como em um problema humano.



Em relação a tipologia, a melhor estratégia é utilizar o estudo de caso, já que o que se intenta analisar são as influências exercidas por um sujeito na ruptura de paradigmas sociais. A visão filosófica estará fundamentada no construtivismo social, pois para o desenvolvimento do projeto se fará necessário um levantamento sobre a construção da imagem e do conceito da *drag queen* e também do homossexual na sociedade brasileira ao longo dos anos, bem como um aprofundamento do papel das mídias sociais digitais no fornecimento de um lugar de fala para estes sujeitos, longe dos estereótipos, da censura, do preconceito e da homotransfobia.

Vale ressaltar também a necessidade de compreensão do atual momento histórico do país no que tange a minorias sociais, principalmente no que diz respeito às questões de gênero, num recorte que abrange pelo menos os últimos três anos, e para isto, a visão filosófica mais adequada é o construtivismo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente se faz necessário apontar os aspectos responsáveis pelas interações destes indivíduos através das redes sociais, como: instragam, facebook e youtube, já que é sabido que para muitos destes artistas a expectativa de existência - no sentido de ser conhecido e reconhecido pela sociedade - só foi possível através da internet, e dos desdobramentos advindos do seu adensamento social.

No tocante aos resultados esperados, como já pontuado, é possível afirmar que há uma transformação em andamento, almeja-se então, indicar quais os possíveis caminhos que esta transformação irá tomar, e quais são as influências e definições a longo prazo que esta ruptura irá causar não somente nas redes sociais, mas na sociedade brasileira como corpo social. Poderão essas vozes continuarem a se comunicar, a dialogar e a se posicionar sem que haja por parte da parcela conservadora da sociedade um revanchismo?

Desta forma a discussão gira em torno do quão influente serão estes artistas, que embora tenham sido apropriados pela Indústria Cultural, estão cada vez mais cientes de seu papel político para com a sociedade, e da importância desse posicionamento para tantxs outrxs que ainda se encontram marginalizados.

A questão não é permanecer marginal, mas participar de todas as redes de zonas marginais geradas a partir de outros centros disciplinares (...) A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir a domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero (...) (BUTLER, p.13, 2016)

Butler (2016) elucida, que em relação aos sujeitos desviantes, as regras existenciais são ainda mais rígidas. O estabelecimento destas regras, apesar de não ser algo tangível no sentido da



concretização física, exerce um poder totalmente real e firme sobre a sociedade, e ainda maior sobre a vida destes sujeitos. A autora pontua ainda que

As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política (de sujeitos considerados desviantes) em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo "proteção" dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. (BUTLER, p. 18-19, 2016)

Mas, em que a rigidez destas regras implica na territorialização e desterritorialização destes sujeitos? É sabido que o conceito de desterritorialização começou a tomar forma e ganhar forças por volta dos anos 90. Neste sentido, é possível identificar três vertentes de interpretação desse conceito que são associadas a três dimensões sociais, conforme elucida Haesbaert (2011). São estas dimensões: a cultural ou simbólica, a política e a econômica.

Neste artigo será trabalhada a dimensão de matriz cultural, que envolve não só as questões de gênero enquanto construções de identidades sociais, mas que é também utilizada por sujeitos marginalizados, como ferramenta em suas lutas e em seus questionamentos para com toda a organização social em relação ao espaço que lhes é cedido para existir perante a sociedade.

Tanto a dissolução de elo entre territórios no sentido físico e geográfico quanto a dissolução de uma identidade cultural que era até pouco tempo atrás entendida como única e imutável, contribuíram para o raiar de um novo entendimento dos territórios simbólicos que viriam a ser impostos e então questionados aos sujeitos de dissidências sexuais e de gênero.

Nas palavras de Haesbaert "devemos antes de tudo pensar a territorialização e a desterritorialização como processo concomitantes, fundamentais para compreender as práticas humanas." (HAESBAERT, p. 101, 2004). Através da compreensão deste processo, é possível pensar em quais pontos as práticas culturais da sociedade brasileira influenciaram em uma mudança no comportamento das minorias sociais mediante a abjetificação, ou ainda, em quais instâncias foram apropriadas como ferramenta para os questionamentos das demandas identificadas ao longo dos anos por estes "sujeitos abjetos".

Entendendo que o território social, assim como as redes sociais digitais, são compostos por pessoas reais, ainda que seja um território simbólico, e são estas pessoas que fazem deste espaço, bem como do território geográfico um local adverso para pessoas de dissidências sexuais e de gênero transitarem, perpassando inclusive por todas as questões de violência física que se tem ciência, atingem diariamente o coletivo LGBTTQ, indaga-se: para onde estes indivíduos intentam ir, qual lugar buscam para si em meio a uma sociedade ainda androcêntrica e consequentemente homofóbica?



A necessidade de desterritorialização observada pela perspectiva dos indivíduos dissidentes leva a pensar nas demandas imbricadas por trás da necessidade de deixar a margem, na resistência à violência física e simbólica a qual esses sujeitos são submetidos diariamente, e contra as quais buscam subsistir através de um novo espaço social, físico e também simbólico.

Estes sujeitos não se contentam mais com a margem, não absorvem mais a informação advinda das classes mais favorecidas e patriarcais da população – a tão conhecida "família tradicional brasileira" – de que são marginais, e como marginais devem viver. Os indivíduos dissidentes já compreendem que não são marginais, na verdade foram marginalizados, ainda o são, e não o querem mais ser. Esta busca por sair deste território inóspito – que apesar de habitado por outros, iguais a este indivíduo de que falamos, acaba por se tornar desértico frente a dificuldades impostas pela vivência e experiência da periferia como única possibilidade de existência – é justamente o entendimento social por parte deste sujeito de que o sol é para todos.

A ORDEM COMPULSÓRIA DA TERRITORIALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE

Segundo Butler (2016), gênero é um conceito construído a partir das influências culturais do sujeito. Desta forma, é possível definir gênero como "significados culturais assumidos por um corpo sexuado" (BUTLER, p. 26, 2016). Evoca-se Butler no intuito de elucidar como se deu esta construção social binária que relaciona sexo com gênero em todas instâncias, entendendo-os como conceitos indissociáveis, o que, sabe-se, não é verdade. A territorialização então, tem seu início desde a conceituação do sujeito social não-binário, até a delimitação do lugar que este deve ocupar na sociedade, lugar este que não está entre os indivíduos normatizados e regulamentados pelas instituições imaginárias.

É de ciência da autora que o conceito de territorialização evocada por Haesbaert, (2011) bem como a desterritorialização, está mais imbricado com a matriz econômica, e não com a matriz cultural, ou ainda com questões ligadas a gênero. Haesbaert alerta para uma análise sistemática dos três conceitos de formas separadas, muito embora eles estejam interligados entre si em muitos momentos históricos, com predominância das matrizes política e econômica.

Analisando os perfis nas redes sociais digitais instagram, facebook e no canal do youtube, é possível observar que Pabllo Vittar como artista foi apropriado pela Indústria Cultural, desta forma reverberando para além das questões culturais, chegando até as questões



econômicas, já que sua produção cultural, além de alimentar números de *likes*, seguidores e *views*, possui também uma agenda para além do mundo digital, de shows, presenças *VIPS*, e participação em comerciais publicitários.

Há ciência de que Haesbaert (2011) não aborda questões de gênero, mas adentra nas questões culturais, inclusive indo do fim dos territórios (físicos e principalmente simbólicos) à multiterritorialidade. Desta forma, busca-se falar da territorialização para caracterizar como se deu esta determinação de marginalizar os sujeitos dissidentes com base em suas identidades de gênero e/ou em suas orientações sexuais, para mais adiante adentrar no processo de desterritorialização da sexualidade.

É perceptível que este processo vem ganhado força nos últimos dez anos, influenciado não somente pela matriz cultural relacionada a multiterritorialidade, mas também pelas matrizes política e econômica, que foram fundamentais para fornecer um lugar de fala a estes indivíduos de forma a serem ouvidos por todos os âmbitos da sociedade. Nestas esferas sociais, é possível incluir não somente os três poderes, mas também instituições religiosas, acadêmicas, e instâncias econômicas (de acordo com pesquisas recentes o público LGBTT tem grande participação em vários segmentos de mercado, como o mercado de cosméticos e turismo por exemplo).

A importância do pensamento de Haesbaert (2011) no entendimento do conceito de desterritorialização que sabe-se ter sido construído por Deleuze e Guattari (1972), não pode ser ignorada quando pensada a determinação compulsória de um território que sirva a esses indivíduos (desviantes), mas que não esteja no mesmo espaço destinado ao restante da sociedade (daí a ideia de margem).

É uma construção que data de muitos séculos atrás. Ocorre desde o entendimento da homossexualidade, transexualidade e lesbianidade como uma patologia, caracterizada como um desvio da sexualidade humana (baseada apenas em conceitos binários de sexo e de gênero), até a condenação da Igreja de práticas homossexuais ou homoafetivas como pecado mortal. Esta determinação se perpetuou ao longo da história da humanidade de tal forma que ainda nos dias atuais este entendimento - ainda que questionado - pode ser considerado como um conceito e uma representação sólida do imaginário coletivo.

No tocante à construção cultural do que viria a ser gênero, Butler questiona

Quando teóricas feministas afirmam que gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social? (BUTLER, p. 28, 2016)



Pensando nestas inquirições pode-se afirmar que a construção social e cultural do conceito e da ideia de gênero, não só implica em uma forma de determinismo social no quesito existir, mas também implica onde estes sujeitos podem e devem existir. Tomando esta determinação como produto da sociedade e consequentemente das práticas culturais, entendese o processo de desterritorialização de sujeitos dissidentes como algo "ligado, acima de tudo, à disseminação de uma hibridização de culturas, dissolvendo os elos entre um determinado território e uma identidade cultural correspondente." (HAESBAERT, p. 26, 2004).

Esta disseminação, tornou-se possível graças ao adensamento das redes sociais digitais, que promoveu uma certa planificação do mundo através do acesso à informação em tempo real. O resultado deste adensamento influencia diretamente na hibridização cultural, tornando algo inevitável e incontrolável para muitas sociedades. Sendo o Brasil, considerado um dos países mais conectados do mundo, com mais de 60%² da sua população disponde de acesso à internet, dispõe de uma a força neste meio de comunicação que oferece a vários sujeitos a possibilidade de existirem e se colocarem em locais que não eram imagináveis há pouco tempo. Daí a importância e influência das redes sociais nesta mudança de território para essas vozes.

CONCLUSÕES

É possível constatar, através da observação e análise dos perfis e interações gerados nas redes sociais digitais de artistas trans, como é o caso de Pabllo Vittar, que estes sujeitos não se contentam mais com a margem. Esta busca por sair deste território inóspito - que apesar de habitado por outros, iguais a este indivíduo de que falamos, acaba por se tornar desértico frente a dificuldades impostas pela vivência e experiência da periferia como única possibilidade de existência - é justamente o entendimento social por parte deste sujeito de que o sol é para todos.

As formas como estes sujeitos encontram um lugar de fala para questionarem a imposição de um lugar de resistência são diversas, mas uma das mais fortes é através da cultura. A hibridização de culturas fornece esta oportunidade de entender que não há uma cultura soberana, que será sólida durante todo o tempo e que jamais será sobrepujada, ou absorverá outras culturas; pelo contrário, esta noção de cultura bem como a própria cultura em si está em transformação todo o tempo.

_

² Dados disponíveis em: https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml Acesso 05 mar. 2018

11, 12 e 13
cital de 2018

ConQueer

Conferência internacional de ESTUDOS QUEER

Há ainda, a possibilidade que a interculturalidade fornece, de um diálogo amistoso com diferentes elementos de culturas distintas ou ainda de uma mesma cultura, já que apesar de um único país, o Brasil é dotado de manifestações e práticas culturais das mais divergentes e variadas. É esta multiculturalidade que vem possibilitando a existência destas lutas, destes questionamentos, é o que possibilita que as demandas destes sujeitos sejam ouvidas.

Há então um pressuposto de que a cultura, através das redes sociais digitais, exerce este papel fundamental nas transformações dos espaços sociais, nesta desterritorialização, nesta "desmarginalização" destes sujeitos e de suas sexualidades que são entendidas enquanto desviantes.

E é esta transformação simbólica, que vêm ocorrendo nos territórios mentais destes sujeitos que irá promover a real desterritorialização e reterritorialização de um espaço que nunca deveria ter sido negado a estes indivíduos, e isto deve ocorrer, porque antes da definição de uma identidade de gênero ou de uma orientação sexual, estes indivíduos são seres sociais, inseridos desde o nascimento como parte fundamental na existência e transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade.** 11° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

._____ **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

Creswell, John W. Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. 3rd Edition. Los Angeles: Sage Publications, Inc., 2009.

HAESBAERT, Rogério. Território e desterritorialização em Deleuze e Guattari. In: **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Um Corpo Estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VERGUEIRO, Viviane. **Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial**. *In: Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Org. Suely Messeder, Mary Garcia Castro, Laura Moutinho, organização. — Salvador: Edufba, 2016. P 249-270



PESSOAS TRANS: PROCESSOS DE EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Victor Nathan Fontes Silva (1); Antônio Vital Menezes de Souza (2)

(1) Universidade Federal de Sergipe, e-mail: victornfs1990@gmail.com; (2) Universidade Federal de Sergipe, a.vmsouza@yahoo.com.br.

Resumo: Neste trabalho são estudadas as pessoas trans como agrupamento humano, bem como a forma como se dá a interação deste grupo em sociedade, através dos processos de exclusão e inclusão sociais. A exclusão social associada às questões de gênero tornou-se matéria pública, sendo cada vez mais frequente o seu aparecimento quando o tema é diversidade sexual. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar de que forma acontece o processo de interação entre as pessoas trans e a sociedade. Ciente de que a exclusão social deste grupo é uma realidade, quer se saber, mais especificamente, se, e como, ocorre o processo de inclusão das pessoas trans na sociedade sergipana, através de políticas públicas ou programas assistenciais. Após revisão de literatura científica a respeito da violência, diversidade e inclusão social, realiza-se um levantamento das formas de inclusão das pessoas trans na sociedade. Como principal resultado, consta-se que as políticas públicas e programas assistenciais destinados às pessoas trans mostram-se insuficientes, isto porque giram, basicamente, em torno do respeito ao nome social, ao gênero e aos direitos sociais. Assim, ante a escassez de políticas públicas que garantam os direitos mínimos das pessoas trans são necessárias as ações de ONG's que lutem pelos direitos que são, diariamente, negados a estes sujeitos.

Palavras-chave: Pessoas Trans, Exclusão Social, Inclusão Social, Políticas Públicas.

Introdução

Neste trabalho são estudadas as pessoas trans como agrupamento humano, bem como a forma como se dá a interação deste grupo em sociedade, através dos processos de exclusão e inclusão sociais. A exclusão social originada pelas questões de gênero tornou-se matéria pública, sendo cada vez mais frequente o seu aparecimento, associada às questões da diversidade sexual (KULICK, 2008; OLIVEIRA, 1997; PARKER, 1993).

A heterogeneidade, a multiplicidade de expressões e estilos, os modos de vida e a estética plural passam a ganhar visibilidade, ganham corpo junto às interações sociais e desafiam outros modos de ver, sentir, fazer, pensar e ser dentro das relações humanas (FLORENTINNO, 1998). No entanto, o meio científico possui tendência de permanecer em silêncio quanto aos modos pelos quais as teorias, práticas e pesquisas foram heterossexualizadas com o passar do tempo, pois argumentos biologizantes têm, há muito, servido para justificar desigualdades sociais ao considerar o tratamento e status diferenciados de determinados grupos como uma consequência natural de traços essenciais e imutáveis (NELKIN; LINDEE, 1997).

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar de que forma acontece o processo de interação entre as pessoas trans e a sociedade. Ciente de que a exclusão social deste grupo é uma realidade, quer se conhecer, mais especificamente, se, e como, ocorre



o processo de inclusão das pessoas trans na sociedade sergipana através de políticas públicas ou programas assistenciais.

Após revisão de literatura científica a respeito da violência, diversidade e inclusão social, realiza-se uma análise das formas de inclusão das pessoas trans na sociedade. Assim, em 23 de novembro de 2017 foi feito um levantamento sistemático de produções acadêmicas, com a palavra-chave "pessoas trans", em dois bancos de dados: no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O referido levantamento teve a finalidade de verificar o que foi produzido sobre políticas públicas ou programas assistenciais para as pessoas trans até o presente momento.

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES apenas três pesquisas foram analisadas por este trabalho, por estarem mais próximas do objeto de estudo, a saber: Saraiva (2014), Oliveira (2015) e Cavalcanti (2016). Para o levantamento na BDTD a busca foi vinculada a palavra "política", com a finalidade de filtrar quais as políticas públicas ou programas de inclusão estavam sendo aplicadas no Brasil para esta parcela da população, assim foram encontrados 17 resultados, dos quais apenas um tem relevância para esta pesquisa, o de Oliveira (2015), já mencionado.

O trabalho de Saraiva (2014) faz uma análise do estado da arte das políticas públicas voltadas para pessoas LGBT no Rio de Janeiro a partir da criação do Disque Defesa Homossexual (DDH), em 1999. Neste, o autor tem como foco de análise as engrenagens das políticas públicas desviantes que foram efetivadas dentro de um contexto em que a heterossexualidade é a norma social/nacional. O autor conclui pela importância de um olhar mais atencioso sobre o Parlamento, não só das organizações da sociedade civil vinculadas à causa LGBT, como de toda a comunidade LGBT. Isto porque, não haverá políticas públicas com foco na comunidade LGBT sem mobilização social, sem eleitos e sem participação ativa nos conselhos e outros organismos da democracia deliberativa que devem ser desburocratizados, simplificados e acessíveis.

Já Oliveira (2015) tratou em sua pesquisa como determinadas demandas por cidadania são construídas e reivindicadas por travestis e transexuais, tendo como base a etnografía de uma residência coletiva localizada numa região da cidade de Campinas/SP na qual a principal atividade econômica é o comércio sexual. Esse trabalho teve como finalidade compreender como estas pessoas vivem e fazem a política a partir das margens, visto que estas mulheres trans representam as fronteiras do corpo e da cidadania residindo em uma localidade que também é uma fronteira física, social e simbólica. Em suas considerações finais a autora concluiu que se faz interessante, para descrever o contexto no qual se insere sua pesquisa,



apresentar o Estado na sua multiplicidade pois, apesar deste aparecer em certas conjunturas e por meio de determinados agentes como autoritário para a população em questão, ele também é reconhecido como instância de reivindicação de direitos e acaba, igualmente, adquirindo formatos específicos por meio da atuação destes sujeitos políticos locais.

Cavalcanti (2016) estudou a implementação da portaria de nome social para pessoas trans na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Como objetivo geral analisou a relação de pessoas trans com a instituição universitária, observando os processos de criação e difusão de políticas institucionais específicas para esse segmento. Através dessa pesquisa o autor percebeu que a instituição de uma norma jurídica só ganha vida a partir da organização política junto aos grupos a que essa norma se dirige, numa trama que envolve, necessariamente, o diálogo com diferentes setores. Portanto, faz-se importante manter aberta a possibilidade de repensar os constructos institucionais tão logo eles deixem de abarcar as vidas cotidianas das pessoas a que se direcionam.

Observou-se, portanto, que nenhuma das pesquisas encontradas tratou explicitamente do objeto que está sendo discutido no presente trabalho, qual seja, se, e como, se dá o processo de inclusão das pessoas trans na sociedade sergipana através de políticas públicas ou programas assistenciais. Os estudos culturais e a transversalidade se tornam, a cada dia, importantes dispositivos políticos com a possibilidade de gerar debates polêmicos, porém, necessários ao enfrentamento da exclusão social e da produção da desigualdade de todo tipo (SALES, 2012; SANTOS, 2010).

Isto porque, vincular comportamento ao sexo, gênero à genitália, definindo o feminino pela presença da vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos (FOUCAULT, 1988). A experiência trans quebra a causalidade entre sexo/gênero/desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo-sexuado. Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculino ficam híbridos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália (BENTO, 2008).

Exclusão Social

Exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao



contrário, ela é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2008). A exclusão social pode aparecer sob várias formas: cultural e étnica, econômica, etária, sexual, de gênero, patológica, comportamental, entre outras.

Martins (1997) falando sobre a exclusão atribui ao excluído o fato de estar em situação de carência material, mas, sobretudo, ser aquele que não é reconhecido como sujeito, que é estigmatizado, considerado nefasto ou perigoso à sociedade. A exclusão contemporânea tende a criar indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis (SAWAIA, 2008).

O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas trans para fora da sociedade, para fora de suas melhores e mais justas relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. O preconceito, somado às agressões físicas e emocionais, deixa marcas profundas na vida dos transgêneros refletindo na expectativa de vida deste grupo que não supera os 35 anos de idade ¹. Dessa forma, segundo o relatório da *Transgender Europe*, 11% das pessoas trans assassinadas, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2016, tinha menos de 20 anos, 46% tinha entre 20 e 29 anos, 29% entre 30 e 39 anos, 11% entre 40 e 49 anos, 3% entre 50 e 59 anos e 1% era maior de 60 anos².

A exclusão social está presente por toda a vida da pessoa trans, dentro das próprias famílias, nos estabelecimentos educacionais, no mercado de trabalho. Giovana Soares, mulher trans, em entrevista para o G1 Sergipe, declarou que considera o período escolar, quando se descobriu transexual, como o pior em toda a sua vida: "Eu era xingada, me chamavam de 'viadinho', era terrível frequentar a escola"³. Desse modo, observa-se que os sujeitos que se identificam como pessoas trans, em sua grande maioria, são expulsos de casa, ficam impossibilitados de frequentar os estabelecimentos de ensino, não conseguem emprego, são excluídos de todos os campos sociais, enfim, um conjunto de instituições sociais é posto em ação toda vez que alguém afirma: "Não me reconheço nesse corpo, não me identifico com o gênero imposto!" (BENTO, 2008).

¹ EXPECTATIVA de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

² 2.343 asesinatos registrados de personas trans y género-diversas entre 1 de enero de 2008 y 31 de diciembre de 2016. Disponível em: http://transrespect.org/wp-

content/uploads/2017/03/TvT TMM TDoV2017 Tables ES.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2017.

³ ANDRADE, Tássio. Mulheres transexuais montam grupo de estudo para o Enem. Disponível em: http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2015/10/mulheres-transexuais-montam-grupo-de-estudo-para-o-enem.html>. Acesso em: 21 de nov. de 2017.



Segundo dados da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans), 82% das mulheres trans abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos em função da discriminação na escola e da falta de apoio familiar. Sem opção, 90% acabam na prostituição⁴. Percebe-se, com isso, que ao ser roubado da pessoa trans o direito de frequentar a escola, consequentemente, é roubada a expectativa de ascensão social, a possibilidade de exercer a profissão desejada, enfim, lhe é roubada a possibilidade de inserção social.

Reflexo dessa exclusão se dá no mercado de trabalho. Em Sergipe cerca de 90% dos transexuais estão fora do mercado de trabalho⁵, uma realidade que é compartilhada por outros Estados, de acordo com a RedeTrans. De modo que, a escassez de políticas públicas em relação às pessoas trans, bem como a intolerância social, acabam fechando as portas da sociedade para estes sujeitos, ou seja, há também uma exclusão cultural (SAWAIA, 2008). No entanto, as pessoas trans não são apenas marginalizadas, violentadas, caladas e ignoradas pela sociedade, elas são mortas, não só fisicamente, mas socialmente.

"Marroni levou 18 facadas. Samilly foi baleada, assim como Gaby. Hérica morreu de tanto apanhar e ser jogada do alto de um viaduto. Depois de agredida com murros, pedradas e pauladas, Dandara levou dois tiros"⁶. Essas são algumas das mulheres trans que foram vítimas de homicídio em 2017, no Brasil. Entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2016 aconteceram 2.343 homicídios relatados de pessoas trans em 69 países em todo o mundo, segundo pesquisa da ONG internacional *Transgender Europe*. O Brasil encabeça esse ranking com 938 assassinatos seguido do México com 290 homicídios no mesmo período⁷.

O homicídio de pessoas trans, em regra, acontece através do chamado crime de ódio⁸, o qual reflete na brutalidade dos assassinatos das pessoas trans ou de gêneros diversos; de modo que, dos 2.343 homicídios entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2016, cerca de 37% se deu por disparos de armas de fogo, 20% por punhaladas, 10,5% por pauladas, 4% por

⁴ CASTRO, Davi de. Visibilidade Trans: a realidade do mercado de trabalho para transexuais. Disponível em: <a href="http://tvbrasil.ebc.com.br/estacaoplural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-de-trabalho-de-trabalho-de-trabalho-de-trabalho-de-trabalho-de-trabalho-de-traba

https://tvbrasil.ebc.com.br/estacaoptural/post/visibilidade-trans-a-realidade-do-mercado-de-trabalho-para-transexuais. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

⁵ GONÇALVES, J. 90% dos transexuais estão fora do mercado formal de trabalho em Sergipe. Disponível em:

https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/90-dos-transexuais-estao-fora-do-mercado-formal-de-trabalho-em-sergipe.ghtml. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

⁶ EXPECTATIVA de vida de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

⁷ 2.343 personas trans reportadas asesinadas en los últimos 9 años. Disponível em: http://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/03/TvT TMM TDoV2017 PR ES.pdf>. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

⁸ Este tipo de crime é motivado pelo preconceito, seja ele relacionado à raça, religião, orientação sexual, deficiências físicas ou mentais, nacionalidade ou identidade sexual. As vítimas são escolhidas intencionalmente por pertencerem a determinada minoria social, sendo violentamente mortas por serem diferentes do padrão imposto pela sociedade.



estrangulamento, 2,5% por apedrejamento, 2% por asfixia, 1,5% por queimaduras e 1,5% por degolamento ou desmembramento⁹.

Entretanto, os 2.343 homicídios representam uma pequena parcela destes crimes, já que não são computados os casos que não chegam aos ouvidos das autoridades. Outra característica que precisa ser levada em consideração é que a quantidade de registros varia, não só de acordo com a violência em si, mas também com a sensibilidade da mídia de cada país para casos do tipo e a existência de uma sociedade civil organizada em torno do tema. Dessarte, deve-se entender estes dados como uma amostra da realidade, a ponta do iceberg, dos assassinatos de pessoas trans. A realidade é muito pior!

Inclusão Social

Algumas ações de políticas públicas e programas assistenciais, que auxiliam no processo de inclusão social da pessoa trans, começaram recentemente a ganhar visibilidade no cenário nacional. Em 2013 a Organização das Nações Unidas no Brasil iniciou uma campanha mundial para promover a igualdade LGBT. A referida campanha foi denominada "Livres e Iguais" e tinha como principal objetivo aumentar a conscientização sobre a violência e discriminação homofóbica e transfóbica, e incentivar um maior respeito pelos direitos das pessoas LGBT¹⁰. No mesmo ano, com o objetivo de reunir empresas para promover os direitos humanos das pessoas LGBT no ambiente de trabalho, foi criado o Fórum de Empresas e Direitos LGBT, com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização das Nações Unidas (ONU)¹¹.

Todavia, quando se refere ao mercado de trabalho brasileiro a inclusão das pessoas trans ainda acontece de forma tímida, tendo em vista que este ambiente reproduz a intolerância que este agrupamento humano sofre cotidianamente na sociedade. Assim, a dificuldade de inserção das pessoas trans no mercado de trabalho ainda é uma realidade, com exceção de segmentos específicos, como moda e estética, em que este grupo é mais aceito.

Em contrapartida, instituições internacionais como a ONU e a OIT tem incentivado a contratação de pessoas trans. Para a OIT, as políticas de inclusão precisam agir em quatro eixos:

⁹ 2.343 asesinatos registrados de personas trans y género-diversas entre 1 de enero de 2008 y 31 de diciembre de 2016. Disponível em: http://transrespect.org/wp-

content/uploads/2017/03/TvT_TMM_TDoV2017_Tables_ES.pdf>. Acesso em: 22 de nov. de 2017.

¹⁰ ONU lança campanha mundial para promover a igualdade LGBT. Disponível em:

https://nacoesunidas.org/onu-lanca-campanha-mundial-para-promover-a-igualdade-lgbt/. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

¹¹ MAIA, Flavia. Empresas brasileiras ainda têm resistência para empregar transexuais. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/05/17/interna_cidadesdf,532183/empreendedores-do-df-ainda-tem-resistencia-para-empregar-transexuais.shtml>. Acesso em: 21 de nov. de 2017.



igualdade de formação profissional, inserção no mercado de trabalho, permanência e ascensão. O "Manual sobre direitos LGBT no mundo do trabalho", elaborado em 2014 pela ONU, oferece diretrizes para a promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho, apresentando atitudes que os empregadores devem ter para driblar o preconceito¹².

Plataformas on-line têm buscado criar alternativas para auxiliar as pessoas trans neste movimento de inserção no mercado de trabalho, visando abrir portas para essa população e superar o tabu da identidade de gênero durante o recrutamento de novos funcionários. Assim, em 2013 foi criado o site TransEmpregos¹³, que agrega currículos de pessoas trans e oferece vagas para esse público em diversas áreas. Posteriormente, em 2016, militantes LGBT lançaram o site TranServiços¹⁴, a página agrega trabalhos oferecidos por profissionais transexuais, bem como serviços que atendam essa população sem discriminá-la.

Em âmbito estadual, Sergipe, necessário se faz citar o projeto EducaTrans, promovido pela Associação do Movimento Sergipano de Travestis e Transexuais (AMOSERTRANS). Este projeto, que surgiu em 2015 e conta com a participação de colaboradores de diversas áreas, tem a finalidade de preparar pessoas trans para a prova do Enem visando a entrada destas no ensino superior e, como consequência, no mercado de trabalho. No município de Lagarto, estado de Sergipe, localizado a 75km da capital, o Ambulatório Trans, inaugurado em 2016 e vinculado à Universidade Federal de Sergipe/Campus de Lagarto, oferece acolhimento para quem pretende realizar o processo transexualizador. Possui uma equipe multidisciplinar que trabalha com a despatologização da identidade trans, cuidando da saúde integral das pessoas, de forma interdisciplinar, seguindo as normativas do Sistema Único de Saúde (SUS) e está articulado com as Secretarias de Saúde Estadual e Municipais¹⁵.

A Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania (UNIDAS) também merece destaque pela sua atuação no estado de Sergipe. Liderada pela ativista Jéssica Taylor, esta organização sem fins lucrativos tem como principal função lutar pela garantia dos direitos das pessoas trans¹⁶. Ainda no cenário sergipano deve-se destacar a Associação CasAmor LGBT, uma casa de acolhimento e apoio às pessoas LGBT que se encontram em situação de

¹² ONU lança manual sobre direitos LGBT no mundo do trabalho. Disponível em:

https://nacoesunidas.org/onu-lanca-manual-sobre-direitos-lgbt-no-mundo-do-trabalho/>. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

¹³ http://www.transempregos.com.br/

¹⁴ http://www.transervicos.com.br/

¹⁵ PROJETO Ambulatório Trans de Sergipe Portas Abertas – Saúde Integral das pessoas Trans: cuidar e acolher, da Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: http://apsredes.org/projeto-ambulatorio-trans-de-sergipe-portas-abertas-saude-integral-das-pessoas-trans-cuidar-e-acolher-da-universidade-federal-de-sergipe/. Acesso em: 23 de nov. de 2017.

¹⁶ SAÚDE de Aracaju participa de roda de conversa com transexuais e travestis. Disponível em: http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=65021>. Acesso em: 06 de dez. de 2017.



vulnerabilidade ou foram expulsas de suas casas, simplesmente por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Idealizada e liderada pela militante transfeminista Linda Brasil, além de acolher e hospedar provisoriamente a população LGBT, esta associação também possui a perspectiva capacitadora, oferecendo cursos e oficinas para os assistidos¹⁷.

Outra forma de inclusão das pessoas trans é através da legislação, por meio de normas específicas que garantam a este grupo os direitos que lhe são cotidianamente negados. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, garante a todo cidadão "direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição". No entanto, o que vemos na realidade é que esses direitos parecem não serem assegurados aos transgêneros, sendo muitas vezes necessárias normas especificas para assegurarem o essencial como a utilização do nome social em vez do nome de registro.

Atualmente tramita, no Senado Federal, um Projeto de Lei (PLS 658/2011) de autoria da Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) que visa permitir que transexuais troquem de nome em documentos de identificação, mesmo em casos que não haja mudança cirúrgica de sexo. Também no Senado Federal tramita uma Sugestão Popular (SUG 05/2016), que recebeu o apoio de mais de 20 mil pessoas, que equipara a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ao crime de racismo. Além disso, na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL 7.582/2014) de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS) define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los.

Pequenos avanços já foram realizados no âmbito legislativo nacional, de modo que já existem algumas normas que dispõem sobre o uso do nome social para pessoas trans. Pode-se destacar o Decreto nº 8.727 de 2016 que trata do uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. De modo mais restrito, existem algumas ementas, portarias e resoluções que disciplinam sobre o uso do nome social em diversos serviços específicos, como é o caso da Ementa nº 021/2016/COP da Ordem dos Advogados do Brasil, da Portaria nº 1.612 de 2011 do Ministério da Educação, da Resolução nº 615 de 2011 do Conselho Federal de Serviço Social, da Resolução nº 14 de 2011 do Conselho Federal de Psicologia, da Portaria nº 233 de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e da Portaria nº 1.820 de 2009 do Ministério da Saúde.

¹⁷ ANDRADE, Y. de; ALMEIDA, R. Sergipe terá casa de acolhimento para população LGBT. Disponível em: http://www.infonet.com.br/noticias/cultura/ler.asp?id=205084. Acesso em: 23 de nov. de 2017.



Em Sergipe, graças à significativa militância LGBT, existem algumas normas municipais que regulamentam a utilização do nome social por pessoas trans, como é o caso da Lei Municipal nº 3.963 de 2010. No âmbito da educação, encontra-se a Portaria nº 2209 de 2013 e a Resolução Normativa nº 1 de 2014, as quais dispõem, respectivamente, sobre o uso do nome social nos registros acadêmicos da Universidade Federal de Sergipe e sobre a inclusão do nome social das pessoas trans nos registros escolares internos das instituições educacionais integrantes do Sistema de Ensino do Estado de Sergipe. Sem tratar da utilização do nome social, mas ainda falando dos direitos específicos das pessoas trans, deve-se ainda citar a Lei Estadual nº 7.383 de 2012 que pune toda e qualquer forma de discriminação, prática de violência ou manifestação que atente contra a orientação sexual da pessoa homossexual, bissexual, travesti ou transgênero.

O judiciário brasileiro deu um importante passo, em março de 2018, em favor dos direitos dos transgêneros ao ser decidido pelo Supremo Tribunal Federal que transexuais e transgêneros poderão mudar, de forma administrativa no cartório de registro civil, nome e gênero do registro civil sem a necessidade de realização de cirurgia¹⁸.

Conclusão

A exclusão social por questões de gênero restou comprovada no presente trabalho através da violência e da discriminação que as pessoas trans sofrem em diversos âmbitos da sociedade. A exclusão faz parte de um processo de manutenção da ordem social onde aqueles que se denominam superiores excluem da sociedade os que lhes são diferentes (ELIAS; SCOTSON, 2000). Através deste processo é construído um tipo de alteridade radical para manter estes sujeitos sempre fora dos "cordões societários".

Nesses casos, os indivíduos que se julgam superiores podem fazer com que os excluídos se sintam carentes de virtudes acreditando que realmente são humanamente inferiores. Ou seja, esse processo de exclusão pode ser traduzido como um jogo de poder em que os indivíduos que se julgam superiores excluem aqueles que são diferentes para manterem-se no domínio das relações. Em um segundo momento, utilizam-se de instrumentos como políticas públicas e programas assistenciais para reinserir na sociedade esses indivíduos que foram excluídos acreditando serem inferiores, garantindo a estes direitos mínimos para sua subsistência. Assim se dá o processo de interação entre as pessoas trans e a sociedade.

¹⁸ D'AGOSTINO, Rosanne. STF decide que transexuais e transgêneros poderão mudar registro civil sem a necessidade de cirurgia. Disponível em: https://gl.globo.com/politica/noticia/stf-decide-que-transexual-podera-mudar-registro-civil-sem-necessidade-de-cirurgia.ghtml. Acesso em: 07 de mar. de 2018.



No jogo de poder, entre exclusão e inclusão, o território dos que se julgam superiores fica nitidamente marcado, impossibilitando aqueles que são reinseridos de ocuparem cargos de poder e destaque na sociedade. Em uma sociedade que proclama os valores da igualdade e da fraternidade, o estigma que desqualifica os indivíduos em nome de uma identidade cultural ou natural (doença, atributos fenotípicos) é insuportável na precisa medida em que lhes proíbe o acesso inteiro e pleno a esses valores (WIEVIORKA, 2003).

Dessa forma, as políticas públicas e programas assistenciais destinados às pessoas trans mostram-se insuficientes porque giram, basicamente, em torno do respeito ao nome social, ao gênero e aos direitos sociais. Nesse contexto, fica evidenciado que às políticas públicas direcionadas para as pessoas trans têm a finalidade de garantir o mínimo para estas sobreviverem, incentivando um maior respeito pelos seus direitos na vida social, não garantindo, sobretudo, a proclamada inclusão social.

Contudo, as políticas públicas e programas assistenciais são necessários em virtude da não observância de direitos sociais previstos pela própria Constituição Federal que, desde 1988, assegura a igualdade de todos perante a lei "sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Bem como a garantia de direitos sociais à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

De fato, ao observar com atenção, a nenhum brasileiro estes direitos são assegurados em sua integralidade pelo Estado. Entretanto, quando se refere às pessoas trans até o mínimo, como o direito de ir e vir sem serem violentadas física ou verbalmente, de acesso ao Sistema Único de Saúde, de serem reconhecidas pelo nome e gênero com os quais se identificam, de transitarem entre a escola, o mercado de trabalho e outros ambientes sociais são tolhidos, como foi demonstrado na seção "Exclusão Social" deste artigo.

Ante a insuficiência de políticas públicas que garantam os direitos mínimos das pessoas trans são necessárias ações de ONG's que lutem pelos direitos que são diariamente negados a estes sujeitos. No estado de Sergipe encontram-se a ASTRA LGBT, a UNIDAS, a CASAMOR LGBT, a AMOSERTRANS, entre outras¹⁹. Não obstante, além das ações realizadas internamente por estas ONG's, visando a melhoria do cotidiano das pessoas trans, é necessário ter um olhar mais atencioso por parte do poder público para que sejam garantidas às pessoas

¹⁹ Militância LGBT Aracaju. Disponível em: < https://sites.google.com/site/aracajugls/militancia-lgbt-2>. Acesso em: 16 de fev. de 2018.



trans ferramentas para auxiliar o trânsito entre os "cordões societários" possibilitando uma inclusão social de fato.

Referências

BENEDETTI, M. B. **Toda Feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. A. de M. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAVALCANTI, M. S. Sobre Nós (des)organizados Pesquisa-intervenção em psicologia e o processo de implementação de políticas para pessoas trans* na UFPE. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE. 2016.

CUNHA. T. **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho**. Disponível em: http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABIO, A. C. Quais são as iniciativas para ajudar travestis e transexuais a conseguir trabalho. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/07/01/Quais-s%C3%A3o-as-iniciativas-para-ajudar-travestis-e-transexuais-a-conseguir-trabalho. Acesso em: 21 de nov. de 2017.

FLORENTINO, C. O. **Bicha tu tens na barriga, eu sou é mulher**: etnografia sobre travestis em Porto Alegre. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1998.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MARTINS, J. de S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

NELKIN, D.; LINDEE, S. Creating Natural Distinction. In: DUBERMAN, M. (ed.). A Queer World. New York: New York University Press, 1997. p. 309-317.



OLIVEIRA, M. I. Z. de. **Nas margens do corpo, da cidade e do estado**: Educação, saúde e violência contra travestis. 2015. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Social). Universidade de São Paulo, São Paulo/SP. 2015.

OLIVEIRA, M. J. **O Lugar do Travesti em Desterro**. 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 1997.

PARKER, R. Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Best Seller, 1993.

PATRÍCIO, M. C. **Travestismo**: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2002.

SALES, A. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. 2012. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

SANTOS, D. Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas. 2010. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SARAIVA, M. S. **Políticas Públicas e direitos LGBT no Estado do Rio de Janeiro**: análise exploratória acerca do papel do Poder Legislativo entre os anos de 1999 e 2013. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ. 2014.

SAVOIA, M. G. Psicologia social. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial da ética e da desigualdade social. 8. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

SILVA, H. R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

WIEVIORKA, M. A Diferença. Lisboa: Fenda, 2003.



SEXUALIDADE E RAÇA: A HIERARQUIA DENTRO DAS DIFERENÇAS NAS MÍDIAS DIGITAIS

Patrícia Aurora Corrêa Mazoti

Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", campus de Marília-SP. correap07@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão sobre as (in)visibilidades e representatividade de pessoas negras e de sexualidades dissidentes nas mídias digitais. Nesse sentido, raça e sexualidade são tomados aqui como marcadores sociais da diferença que se colocam de forma interseccional. Os dados apresentados foram obtidos por meio da pesquisa realizada sobre o canal de humor e informação *Põe na Roda*, mais precisamente, a partir do estudo de recepção sobre os seguintes vídeos "Gays negros e racismo" e "Gays negros reagindo a racismo nos aplicativos". Além disso, a análise também foi construída por meio de entrevistas realizadas com xs seguidorxs do canal e de comentários destxs na página do canal no *YouTube* e no grupo no *Facebook* "Ajuda, Põe na Roda". A ausência de abordagens sobre raça foi/é uma das principais críticas estabelecidas aos conteúdos do *Põe na Roda*, visto que muitxs seguidorxs não se veem representadxs nas produções do canal, problemática que se verificou em diversas instâncias da pesquisa de campo. Tendo em vista o contexto histórico e social que permeia a questão de cor/raça no Brasil não é de se espantar que tal discussão comumente se coloca como uma questão menor, seja nas mídias massivas, como a televisão, como também nas pósmassivas, como as mídias digitais. Assim, busca-se compreender os mecanismos pelos quais a hierarquia das diferenças conforma outras formas de exclusões.

Palavras-chave: Raça, Sexualidade e Mídias Digitais.

Introdução

O presente trabalho apresenta resultados da pesquisa em andamento que versa sobre os discursos produzidos pelxs¹ seguidorxs através do canal de humor e informação *Põe na roda*² e do conteúdo disseminado pelos vídeos que são alojados no *YouTube*. O canal estreou no dia 15 de abril de 2014 e foi idealizado por Pedro Henrique Mendes Castilho (Pedro HMC³). O público que pretende atingir é:

O público LGBT que se vê pouco representado na mídia. Você tem programas e canais voltados para donas de casa, pra crianças, para o público masculino que quarta pode escolher entre desfile de lingerie e futebol. Mas vê quase nada para o público gay. Mesmo na Internet são poucas opções ainda no Brasil⁴.

¹ Adoto essa grafia a fim de contemplar a multiplicidade de gêneros substituindo pronomes, artigos, adjetivos e advérbios que denotem binarismo pelo x.

² Endereço eletrônico do *Põe na Roda*: https://www.youtube.com/user/canalpoenaroda/featured>.

³ Essa é a referência que o idealizador do *Põe na Roda* também é chamado. A partir deste momento, utilizarei essa abreviação, Pedro HMC, para me referir a Pedro Henrique Mendes Castilho.

⁴ ANGELO, Vitor. Canal voltado para LGBTs estreia com vídeo sobre racionamento de água. 15/04/2014. In: http://blogay.blogfolha.uol.com.br/2014/04/15/canal-voltado-para-lgbts-estreia-com-video-sobre-o-racionamento-de-agua/. Acesso em 04 jan. 2016.



O *Põe na Roda* também possibilitou a criação de um espaço LGBT de ajuda mútua online, chamado *Ajuda*, *Põe na Roda*⁵. O grupo fechado foi criado no dia 6 de dezembro de 2015. Passados pouco mais de dois anos de existência do grupo, a articulação de postagens continua a ser diária e conta com aproximadamente 26 mil membros até o momento.

Dada a sua dinâmica diferenciada, o grupo *Ajuda* abriu novas possibilidades para o trabalho, uma vez que os comentários de outras páginas do *Facebook* e do *YouTube* oferecem informações muito singelas sobre a intimidade dxs seguidorxs. Ao contrário destes, o *Ajuda* foi criado e tem sido utilizado como uma espécie de "divã", tornando possível o acesso a diversos relatos que possuem um teor mais intimista. Por esses motivos, o *Ajuda* tornou-se o principal espaço utilizado para o estabelecimento de contato com xs colaboradorxs desta pesquisa.

Nas mídias digitais, além da multiplicidade de informações e representações, as escolhas são constituídas e assentadas em princípios de pertencimento, alicerçados em características de cunho subjetivo que, muitas vezes, ultrapassam as demandas relativas às identidades. Além disso, a internet proporciona uma experiência de comunicação que se diferencia de outras mídias consideradas mais tradicionais como a televisão, já que sua apreciação comumente se dá de forma mais individual. Essas questões revelam a importância da contribuição dos estudos sobre as novas articulações da sociedade brasileira, essa que, paulatinamente, vem se reestruturando pela cultura digitalizada e pela "conexão perpétua" (CASTELLS, 2011).

Por isso, neste trabalho tratarei sobre a problemática "cor/raça" que é uma das principais temáticas cobradas do *Põe na Roda* tanto no *YouTube*, quanto em postagens e nas entrevistas realizadas com integrantes do grupo *Ajuda, Põe na Roda*, essas que, muitas vezes, denunciam discriminações dentro do "meio LGBT", a falta de visibilidade e representatividade de pessoas negras. Desta forma, os dados são provenientes da pesquisa de recepção realizada nos vídeos "Gays negros e racismo" e "Gays negros reagindo a racismo nos aplicativos" - e comentários no *YouTube*, bem como nas postagens do grupo "Ajuda, Põe na Roda" e no material etnográfico recolhido nas 21 entrevistas que foram realizadas via *inbox* do *Facebook*. Assim, busca-se compreender os mecanismos pelos quais a hierarquia das diferenças conforma outras formas de exclusões.

⁵ *Ajuda, Põe na Roda*: https://www.facebook.com/groups/ajudapoenaroda/?ref=ts&fref=ts.

⁶ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=tnnVRsdaF5k&vl=pt Acesso em 15 jan. 2018.

⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=4NgE7jfOZAQ. Acesso em 15 jan. 2018.

⁸ Caixa de entrada de mensagens instantâneas alocadas no *Facebook*.



"E ai Será que Existe Racismo no Meio Gay?": As sexualidades dissidentes e o marcador social da raça.

Já N.1 categoricamente afirmou: "Certamente q sim os gays são os mais racistas e preconceituosos". A resposta de N.2 foi rebatida por Pedro HMC que buscou diminuir seu tom negativo: "Nao e assim nao. Racismo e preconceito são problemas da sociedade no geral e que tambem fazem parte do meio gay pq estamos dentro dessa sociedade e inseridos nos mesmos valores culturais e sociais". Colocando-se como um gay negro, I.1 relatou sua experiência na busca por relacionamentos amorosos nos chats (bate-papos). Segundo o seguidor, o racismo se manifestava sempre quando ele textualizava as suas características físicas:

Sim existe... Sempre que entrava nos bate papos e conhecia alguém sempre me perguntavam se eu era branquinho e lisinho... E sempre q eu dizia q era negro a pessoa começava a me ignorar. O padrão de gay perfeito é Branco, malhado de olhos claros e cabelos claros de preferência depilados. Caso vc não seja desse tipo, vc é considerado um dos 'exoticos' e vai parar na lista dos fetiches, como se fosse algo estranho (Postado por I.1 no grupo *Ajuda, Põe na Roda* em 02 de agosto de 2017).

Na verdade, a separação entre "corpos desejáveis" e "corpos exóticos" não é uma exclusividade do meio LGBT. De fato, essa problemática revela a complexidade pela qual a

⁹ Nome abreviado por inicial para preservar xs sujeitxs da pesquisa, já que a utilização dos comentários não foi solicitada aos mesmos. No caso de repetição da inicial, será utilizada numeração como forma de diferenciação das pessoas. Estes comentários, realizados pelxs seguidorxs, serão utilizados sem nenhuma alteração, isto é, sem correções gramaticais e ortográficas.

¹⁰ Por questões próprias desse campo de pesquisa, as únicas postagens do Ajuda que utilizo nesta pesquisa sem autorização são aquelas que tratam de tópicos de interesse coletivo e não relatos pessoais, preservando, assim, a intimidade dxs participantes do grupo.

¹¹ Os comentários dxs seguidorxs serão utilizados sem quaisquer correções.



questão de cor/raça se apresenta na sociedade brasileira, como aponta Edi: "raça é uma coisa complicada kkkk meus pais são negros porém tenho a pele branca e olhos verdes, falo q sou negra e o povo me olha torto" (Em entrevista concedida à pesquisadora em 24/08/2017 por meio do inbox do Facebook).

Para além de sua sexualidade, Hernane também destaca esta categoria enquanto marcador importante de sua experiência social. Ele se considera "negro, mesmo tendo que mostrar uma 'carteirinha' de negro" (Em entrevista concedida à pesquisadora em 23/09/2017 por meio do inbox do Facebook). Isto porque sua mãe é branca e seu pai é negro e, por isso, ele é um "negro, com a pele mais clara". No entanto, sua autoidentificação geralmente não é respeitada, já que ele ressaltou que, nos círculos sociais que frequenta, não é aceito como negro, pois a sua pele mais clara denotaria privilégios sociais provenientes desta posição.

É o próprio interlocutor que aponta o quanto esta categoria é arenosa no país, pois para ele o "Brasil tem conceito de raça muito curioso que passa pela coloração da pele conheço gente que mesmo tendo pais negros e um tom de pele mais claro se consideram brancos" e continua "Já ouvi absurdos de gente com tom de pele mais escura que a minha entender-se com moreno claro. Acho tudo isso muito confuso" (Em entrevista concedida à pesquisadora, em 23/09/2017 por meio do inbox do Facebook). As observações de Hernane destacam a força coercitiva que a categoria raça exerce na sociedade brasileira e, por isso, muitas vezes, "o negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano" (FANON, 2008, p. 27).

Sabe-se que, no Brasil, criaram-se diversos processos sociais para encobrir as violências sociais. Assim, o entender-se como uma pessoa negra perpassa um rompimento com toda uma estrutura social e cultural, pois "a cor não é nada, nem mesmo a vejo, só reconheço uma coisa, a pureza da minha consciência e a brancura da minha alma. 'Eu - dizia o outro - branco como a neve'" (FANON, 2008, p. 163). Neste sentido, considerar-se branco e/ou negar-se enquanto uma pessoa negra aciona-se como uma tentativa de contornar a abjeção que os corpos e subjetividades negras vivenciam numa sociedade que possui o racismo enquanto um componente estrutural e, por isso, institucionalizado.

Para compreender a importância e as ambiguidades sociais das questões acerca da raça no Brasil, Schwarcz (2012) observa que as teorias raciais chegaram ao país no século XIX. A história nacional é marcada pela escravidão e as mudanças sociais que empregou, como, por exemplo, a mudança das cores da pele dos habitantes do país e de seus costumes através da miscigenação, tornou aceitável socialmente a inferiorização das pessoas negras



através da violência e das diversas desigualdades sociais.

A antropóloga chama atenção para a ênfase dada na desigualdade biológica entre os seres humanos através do positivismo determinista europeu que buscou explicar a diferença e superioridade da raça branca por meio da ciência. No entanto, as teorias do darwinismo social europeias não foram plenamente incorporadas no Brasil sem uma ressignificação, pois a mestiçagem não foi tomada como um sintoma de degeneração social e econômica do país.

Contudo, defender a mestiçagem não se fez enquanto sinônimo de negar a suposta superioridade das pessoas brancas sobre as demais, pelo contrário: ao mesmo tempo em que se defendia a mestiçagem, continuava-se a sustentar no Brasil as hierarquias raciais. Após o fim da escravidão, empreendeu-se incentivos para a imigração com a intenção de efetuar uma política de branqueamento na população brasileira. Já nos anos de 1930, o "mestiço" transformou-se em uma representação oficial da nação através do elogio à mestiçagem. Paralelamente a esse processo, ocorreu uma desafricanização de inúmeros elementos da cultura negra africana que também foram transformados em nacionais, como, por exemplo, a feijoada, a capoeira, o samba e a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, elementos colocados como representação da mestiçagem.

Aníbal Quijano (2000) oferece uma reflexão para a classificação social que ocorre através da "questão do trabalho, da 'raça' e do 'gênero', as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito" (QUIJANO, 2000, p. 104). Assim, a distribuição do poder por meio dos "processos de classificação, desclassificação e reclassificação social" (QUIJANO, 2000, p. 102) ocorrem na associação dessas três instâncias. O autor demostra que as relações entre raças são feitas através da dominação e que a distribuição do poder transcorre por meio da "naturalização das categorias sociais que dão lugar a esses elementos no poder" (QUIJANO, 2000, p. 106) e, por isso, necessita de um mecanismo subjetivo para funcionar. A racialização seria, então, uma das instâncias que mais evidencia o caráter eurocêntrico do poder colonial (QUIJANO, 2000).

YouTube: espaço de (in)visibilidades para a construção social das diferenças

Diante deste contexto histórico e social que permeia a questão de cor/raça no Brasil não é de se espantar que a invisibilidade de pessoas negras seja comumente colocada como uma questão menor, seja nas mídias massivas, como a televisão, como também nas pósmassivas, como as mídias digitais. A interlocutora Amanda que se coloca como mulher negra



e lésbica ressaltou a ausência de abordagens sobre racismo no canal *Põe na Roda*. Ao perguntar se ela conhecia pessoas negras que possuíam canais no *YouTube* e que tratavam de gênero e sexualidade sua resposta foi: "*YouTubers que acompanho, acho que nenhum é negro*" (Em entrevista concedida à pesquisadora, em 10/07/2017, por meio do *inbox* do *Facebook*).

Após várias reclamações e pedidos feitos pelxs seguidorxs do *Põe na Roda*, o canal decidiu abordar a questão. O vídeo "Gays negros e racismo" foi lançado no quadro *Sauna Justa*¹² em 05 de outubro de 2016 e foi o primeiro esquete do canal que buscou tratar o marcador social cor/raça em intersecção com a sexualidade.



Imagem 1 – Capa do esquete "Gays negros e racismo", lançado em 05 de outubro de 2016 no quadro Sauna Justa do Põe na Roda.

Os dois participantes negros foram Alberto, integrante do elenco rotativo do canal com participação em sete vídeos; e Joely, um dxs seguidorxs que criticou o canal pela falta de representatividade de pessoas negras de gênero e sexualidades dissidentes no canal. A repercussão deste esquete, como analisado por A.1 (2016) teve "beeeem menos"

views [visualizações] do que os outros já diz muitas coisas, diz inclusive que brancos (grande maioria de inscritos nesse canal, imagino) estão pouco se fodendo" (Comentário no vídeo "Gays negros e racismo" no YouTube em 2016).

As questões que foram levantadas nesta produção remeteram-se: aos bairros paulistanos que as pessoas negras poderiam transitar em segurança; a relação entre pobreza e escravidão; a questão da beleza e corpos negros serem tomados como "exóticos" e a recente escolha de transição capilar por jovens negras brasileiras que expressa resistência diante da imposição do alisamento do cabelo crespo e/ou cacheado.

Joely ressalta que "gosto é uma construção social" e não apenas uma escolha individual. Na caixa de comentários do vídeo em questão no YouTube, a ideia de "construção social" foi rebatida por A.2 (2016) que disse: "Detesto esse povo de humanas... Que construção o quê! A maioria dos comportamentos humanos deriva de imperativos biológicos" (Comentário no vídeo "Gays negros e racismo" no YouTube, em 2016). S.1 também concordou com a falibilidade do conceito e a necessidade de retirada do peso que os

¹² O nome do quadro *Sauna Justa* é uma paródia do programa de televisão exibido no canal por assinatura brasileiro GNT "Saia Justa", este que possui um elenco feminino que debate assunto do interesse das mulheres "modernas", pois "nada é tabu para as mulheres do Saia". A utilização do "sauna" se justifica pela expressão que essa localidade confere para a sociabilidade gay, oportunizando encontros sexuais.

(83) 3322.3222



entrevistados colocaram no racismo. Em outras palavras, o apelo para as explicações científicas, como já visto no darwinismo social, ainda continua em voga, a saber:

Concordo, o padrão de beleza imposto pela sociedade tem um limite, um certo alcance, a maior base para a atração física e estética é biológica, como a predileção humana por rostos mais simétricos e harmonia entre os traços da face - os elementos da face com posição e tamanhos que se equilibram. Além disso é intrínseco à maior parte dos humanos associar certas tonalidades de pele à doenças. Exemplo: A maioria dos humanos associa vermelhidão à inflamação, pele arroxeada à hematomas, doenças cardiovasculares ou hepáticas que manifestam sintomas na pele. É uma configuração biológica associar saúde à beleza, pois nosso corpo é adaptado a se reproduzir quer queiramos ou não. Mesmo no caso dos gays é assim, os espermas são férteis e a tendência é sentir-se atraído para o que parece ser saúdavel e, por conseguinte, mais promissor de gerar uma descedência - mesmo que no caso de uma pessoa do mesmo sexo não se pode reproduzir pelo intercurso (Comentário no vídeo "Gays negros e racismo" no *YouTube*, em 2016).

No vídeo, Pedro HMC coloca na discussão os limites entre a visibilidade e da objetificação através de uma reportagem no *Superpride*¹³ que tratou os 35 ruivos mais lindos do mundo¹⁴. Na ocasião, militantes negros acusaram a falta de representação da beleza negra e, por isso, foi realizada uma reportagem com os 10 negros mais lindos do mundo¹⁵. Porém, Pedro HMC destacou que outras pessoas também militantes acusaram a reportagem de objetificar o corpo negro. Para os entrevistados, o problema se concentra no fato que, ao falar de beleza, foi realizada uma segregação, no caso, "beleza negra" e "beleza ruiva", sendo que, na verdade, dificilmente se lançaria uma reportagem sobre "beleza branca". A saída proposta pelos mesmos seria tratar a beleza e estendê-la a pessoas de diferentes raças/cores em conjunto e não separado para que não as conformassem na categoria de "exóticas".

Além disso, ressaltaram o fato de que a identidade negra, no senso comum, é associada à virilidade, ao potencial dos órgãos genitais e à imagem da masculinidade do "negão" que é cobrado para ser o "ativo" na relação. Pode-se observar essa exigência no comentário de A.7: "Mas vocês forçam a barra as vezes né ninguém merece sair com um negro e afeminado. Se o cara for negro e macho jamais sofrerá preconceito no mundo gay" (Comentário no vídeo "Gays negros e racismo" no YouTube, em 2016).

Outra questão apontada foi o relacionamento amoroso entre pessoas negras e brancas, pois ter um namorado branco é considerado, por vezes, uma espécie de prêmio social. Fanon (2008) não trata o relacionamento homossexual entre pessoas negras e brancas, mas sentiu a necessidade de escrever dois capítulos que abordavam o relacionamento amoroso, a saber: "A

¹³ Disponível em: http://www.superpride.com.br/>.

¹⁴ Disponível em: http://www.superpride.com.br/2013/07/os-35-homens-ruivos-mais-lindos-do-mundo.html>.

¹⁵ Disponível em: http://www.superpride.com.br/2013/08/os-homens-negros-mais-lindos-do-mundo.html.

¹⁶ O sujeito que irá penetrar o outro na relação sexual.



mulher de cor e o branco" e "O homem de cor e a branca". Suas considerações mostram que o destaque dado ao "privilégio" de se ter parceirxs brancxs ocorre devido a questão estética e do poder econômico que, em virtude das normas que regulam a sociedade, associa-se às pessoas brancas. Além disso, destaca que tal "privilégio" seria uma via mais fácil e rápida para as pessoas negras tornarem-se brancas, pois:

Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser *branco*.

Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco.

Ora – e nisto há reconhecimento que Hegel não descreveu – quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco.

Sou um branco.

Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude...

Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca.

Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me aproprio (FANON, 2008, p. 69).

Os dois entrevistados já tiveram envolvimento amoroso com pessoas brancas e relataram como o seu meio social receberam essas relações inter-raciais. Ao apresentar seu namorado branco para as pessoas de seu convívio, Joely sentiu-se como se ele tivesse obtido um "troféu" e seu parceiro era constantemente coberto de inúmeros elogios em relação a seus atributos físicos. Alberto, por sua vez, relatou sentir o mesmo quando era casado com um alemão. A "escolha" por estar com uma pessoa branca evidenciada por Alberto foi criticada no comentário de C.2 que apontou:

Apenas considero triste que lutem pela valorização da beleza negra e quase sempre escolhem um branco ou alguém 'mais claro' como companheiro. É como se o discurso fosse um e a atitude outra. A verdade é que no Brasil, ao contrário da maioria dos países que possuem quantidades significativas de populações brancas e negras, o negro só é aceito se está em uma relação interracial, sejas nas relações homossexuais ou heterossexuais. Isso não é verdadeiramente aceitar. A inclusão não se dá quando a protagonista da novela é negra e namora um branco, a verdadeira inclusão é quando um casal Negro é capaz de interpretar naturalmente os dois papeis (Comentário no vídeo "Gays negros e racismo" no *YouTube*, em 2016).

A recepção do vídeo causou desconforto em F.1, pois considerou que os entrevistados explicaram "de maneira bonitinha o que é racismo". Para ele, "os temas deveriam ser abordados com mais profundidade e não simplesmente no sentido do que é uma conduta aceitável do branco em relação ao negro" (Comentário no vídeo "Gays negros e racismo" no YouTube, em 2016). Já K.1 considerou que os dois entrevistados reforçaram o discurso do "vitimismo", pois:

Pra mim isso tudo é mimi... Sou negro e não sinto esse preconceito todo não. sou da periferia e quando vou para os lugares 'brancos' não me sinto nem um pouco de



preconceito. O preconceito está na propria cabeça. Quando alguem fala que nao fica com negro, não é preconceito é apenas opção. Não me sinto nem um pouco representado por esses negros vitimistas.! (Comentário no vídeo "Gays negros e racismo" no *YouTube*, em 2016)

Ao indagar Hernane sobre o vídeo em questão, ele disse "vc vê que curiosa a fala dele [referindo-se ao Pedro HMC] de: 'Estava hesitante, porque não queria que este vídeo fosse um vídeo sobre negros'. Pra mim soa cota". Para Hernane, a associação estabelecida entre a visibilidade de gays negros com a questão de cota racial expressa pelo discurso de Pedro HMC confirmou o seu próprio lugar de fala: de um "branco de classe média". Ao indagá-lo se o lugar social de Pedro HMC o isentava de ter uma reflexão sobre a realidade das pessoas negras, Hernane pontuou: "Não, acho que isso o limita" (Em entrevista concedida à pesquisadora em 26/09/2017 por meio do inbox do Facebook).

Em "Gays negros e racismo" também foi levantada a questão de como raça/cor se manifesta nos aplicativos utilizados por LGBTs que se destinam à procura de encontros sexuais e relacionamentos amorosos. Os entrevistados destacaram que é muito comum encontrar nas descrições dos interesses de usuárixs frases como "não pego japoneses, negros". Para Alberto, a regularidade com que essas categorias são utilizadas para a procura de parceiros sexuais escancara o racismo. Em outras palavras, a lógica normativa que classifica e separa os "corpos desejáveis" dos "corpos exóticos" é aquela que também impera nos aplicativos, afinal, segundo Miskolci (2017),

No universo dos aplicativos, a aparente abundância de parceiros é contrabalanceada pelo contexto de mercado amoroso sexual, no qual vigora uma competição generalizada pelos perfis considerados mais desejáveis, enquanto a maioria dos outros perfis encontra várias formas de discriminação, rejeição e frustração (MISKOLCI, 2017, p. 221).

Na discussão do assunto, muitxs seguidorxs do canal manifestaram o incômodo gerado pela objetificação de seus corpos, como L.1 que é negro, tem dois metros e disse que a "única pergunta que recebo no app é: Ativo? roludo¹7?!". Joely destaca que, embora o racismo atinja o movimento LGBT e o "meio gay" de forma diferente, não se pode perder de vista que estas práticas continuam sendo racismo e, por isso, é preciso discuti-las, problematizá-las e combatê-las.

Esta temática dos aplicativos foi utilizada como roteiro para outra produção do canal, "Gays negros reagindo a racismo nos aplicativos". O vídeo foi lançado em 16 de novembro de 2017 em virtude do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, e também

¹⁷ Sujeito que possui órgão genital masculino (pênis) avantajado em tamanho.



como uma reação ao comentário racista "é coisa de preto" proferido pelo jornalista William Wack que até então trabalhava na Rede Globo¹⁸. Na descrição do vídeo, foi ressaltada a necessidade de se discutir e reconhecer "o racismo que também existe dentro do meio LGBT".

esta produção já possui praticamente o dobro de comentários (1087) do vídeo anterior, mas manteve a mesma média de sua visualização (aproximadamente 100 mil). Os três participantes Joely, Silvano da Silva Júnior e Samuka comentaram *prints* de mensagens e perfis que expunham conteúdos racistas nos aplicativos

Cerca de três meses após seu lançamento,



Imagem 2 – Capa do esquete, "Gays negros reagindo a racismo nos aplicativos - #ConscienciaNegra" lançado em 16 de novembro de 2017

Grindr, *Hornet*, *Scruff* e *Tinder*. O teor dos conteúdos segue a lógica do seguinte perfil analisado pelos participantes:

O que procuro

Antes de chamar, veja se você está em algum item do filtro abaixo, caso esteja por favor não perca seu tempo.

- 1° Velhos? Nada contra, só acho que seu lugar é na Estação 2000 e não perto de mim.
- 2° Negros? Não sou racista, não tenho nada contra, só não curto mesmo. Gosto é gosto, por favor respeitem isso.
- 3° Afeminados? Prefiro que continuem na Praça Raul Soares ou no show de Bate Cabelo.
- 4° Gordos? Não sou hipocondríaco, não sou; mas eu fico temeroso com corpos moles e gelationosos principalmente na cama, então sem chances.
- 5 ° Drogados? Faça um tratamento e parem de ir no after, não quero pegar ninguém que mora debaixo do viaduto.
- 6° Burros? Ensino médio completo é requisito mínimo para dialogar comigo, curso superior desejável. (Exibido em "Gays negros reagindo a racismo nos aplicativos #ConscienciaNegra", pelo *Põe na Roda* no *YouTube* em 2017).

"Começou assim já 'não sou racista' nem precisa ler o resto" reagiu Samuka. Mas, mesmo assim, ele continuou a ler. Quando chegou na parte "gosto é gosto", problematizou a questão: "não, não, isso não é gosto, isso é preconceito. Sabe, a nossa sociedade foi ensinada a aceitar o belo eurocentrizado, o belo branco". É interessante observar que as mídias digitais e a sua incorporação no nosso cotidiano "não inventam novos racismos, mas

ml?rel=str_articulo#1518306655698> Acesso em 15 fev. 2018.

¹⁸ O vídeo gravado por Diego Rocha Pereira mostra William Waack cobrindo a campanha eleitoral dos Estados Unidos em 2016. Alguns minutos antes de entrar ao vivo, Waack incomodou-se com um carro que estava buzinando na rua e, por isso, emitiu xingamentos. Além disso, falou para um convidado do programa, em tom baixo, que o barulho certamente "é coisa de preto". Ele continuou a reclamar das buzinadas e exclamou "eu sem quem é... "É preto". Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/09/politica/1510184872_072863.ht



antes elas reproduzem de forma inovadora os estereótipos raciais, afiando ainda mais a foice que vem fazendo cortes dos desejos" (KURASHIGE, 2014, p. 29).

Considerações Finais

Em "O negócio do michê: a prostituição viril", Néstor Perlongher evidencia que ser negro se coloca como um fator de inferiorização no gueto gay (1987, p.151). Como podemos perceber na abordagem estabelecida neste trabalho, não houve alterações profundas no quadro identificado por Perlongher, pois ser negrx no Brasil ainda "persiste como representação poderosa, como um marcador social de diferença – ao lado de categorias como gênero, classe, região e idade, que se relacionam e se retroalimentam – a construir hierarquias e delimitar discriminações" (SCHWARCZ, 2013, p. 34).

Na hierarquia das diferenças, infelizmente, menos é mais: quanto menor o número de marcadores sociais da diferença que são considerados subalternos em uma pessoa, maior serão suas chances de existência e sobrevivência. Assim, as diferenças expressas pelos corpos negros de pessoas de gênero e/ou sexualidades dissidentes desafiam preceitos históricos, morais e biológicos que alicerçam as hierarquias de poder na sociedade. Dessa forma, essas vivências são lidas como transgressões não consentidas e, por isso, são expurgadas através do rechaço e da aversão social, da exclusão e da abjeção.

Apesar disso, xs colaboradorxs desta pesquisa, assim como outras pessoas, continuam a resistir e se mostram resilientes às diversas tentativas de assimilação que se colocam através das normas sociais. Essas transgressões transparecem nos comentários e nas entrevistas cedidas a este trabalho ao apontarem a falta de conteúdos e abordagens com e para pessoas negras.

Por fim, ainda que as mídias digitais têm contribuído para proporcionar e potencializar produções que abordam outros marcadores, no jogo das (in)visibilidades esse espaço ainda é ocupado por aquelxs que mais se enquadram nas normas sociais, pois a hierarquia das diferenças conformam outras formas de exclusões.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.



KURASHIGE, Keith Diego. *Marcas do desejo*: um estudo sobre os critérios de "raça" na seleção de parceiros em relações homoeróticas masculinas criadas online na cidade de São Carlos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFSCar para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, 2014.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010, p. 73-118.

MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais*: uma análise sociológica da busca por parceiros online. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. v. 1. 303p.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê:* a prostituição viril. São Paulo, Brasiliense, 1987.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEXUALIDADES NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE?

Anselmo Lima de Oliveira; Alfrancio Ferreira Dias

Resumo: A escola tem muito mais que prédio, equipamentos, livros, biblioteca, currículo, pessoas. Nela as pessoas aprendem muito mais que biologia, matemática, português, natação, futsal, capoeira. Aprendem a ser gente. Gente que respeita, que não humilha. A proposta desta pesquisa é analisar a temática sexualidades no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS). A opção teórico-metodológica para o desenvolvimento deste estudo pautou-se na abordagem qualitativa, tendo como técnica de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas, realizadas com treze participantes. Para a análise de dados foi utilizado o método de análise de discurso na perspectiva foucaultiana. Ficou evidenciado que o tema sexualidades não é debatido abertamente no Colégio e encontra-se subordinado aos discursos biológico, religioso, pedagógico, científico, moralista. Infere-se a existência tanto de submissão quanto de subversão à heteronormatividade presente no Colégio.

Palavras-chave: Sexualidades, Discurso, Educação.

À PORTA

Será que é possível apontar discussões a respeito das sexualidades na escola? Esta questão aponta para diversos caminhos, "dada a nossa história de socialização, com processos severos de censura, anulação e disciplinamento do corpo, essas questões estiveram ausentes ou foram trabalhadas superficialmente na escola" (DIAS, 2015, p. 74). Considerado polêmico e de difícil articulação, esse tema é considerado o calcanhar de Aquiles para diretores/as de escolas, coordenadores/as, pedagogos/as, professores/as, alunos/as, servidores/as, pais e responsáveis pelos/as alunos/as. É possível que todo esse disparate, construído historicamente, acabe reduzindo debates mais intensos, abertos e democráticos na escola.

Diante disso, evidenciamos que falar sobre sexualidades no ambiente escolar tem sua permissividade vigiada. Quando possível, inclina-se para a temática, mas, sem dúvida, ao rigor do determinismo biológico, a partir de doenças sexualmente transmissíveis e alusivas à perspectiva médica. Afinal, ainda "[...] existem muitos obstáculos, tanto nas mentes das professoras, quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem cuidadosa e ética da sexualidade na educação" (BRITZMAN, 2000, p. 62). Não está bem claro, ainda, o porquê de tantos obstáculos. Entretanto, evidencia-se uma estrutura escolar fragilizada, uma vez que as leituras - tanto de docentes quanto de discentes - sobre sexualidades são incipientes, conduzindo-as/os à suposta sensação de saber, quando, de fato, estão mergulhados no senso comum.

Uma das motivações para nos debruçarmos sobre o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP/UFS) ampara-se no fato de ser uma escola pública e, como tal, possuir responsabilidades e compromissos públicos. Esse Colégio, devido à representação histórica, é considerado referência à educação básica de Sergipe. Ainda, o CODAP/UFS tem como objetivo servir de campo de aplicação de pedagogias, conforme descreve o Projeto Político-Pedagógico (P.P.P.).

NOSSA VIAGEM

Antes, é necessário dizer que o Projeto desta pesquisa foi encaminhado à Direção, vice Direção e Setor Técnico Pedagógico (SETEPE) do CODAP/UFS, cabendo a esses setores torná-lo disponível aos/às docentes, técnicos administrativos, bem como à comunidade em geral. Tal atitude foi relevante para que tanto a equipe pedagógica quanto a direção, enfim, todos tivessem ciência sobre a temática do Projeto. Desse modo, foram feitos os primeiros contatos com professoras e professores, alunos e alunas, e, em seguida, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹ (TCLE) àqueles/as que se dispuseram a participar das entrevistas. Todas as condições descritas no citado documento foram informadas aos/às participantes da pesquisa, solicitando que os menores de idade encaminhassem o documento aos pais, às mães e/ou responsáveis a fim de que tomassem conhecimento de todas as implicações expostas. Ainda, os responsáveis pela pesquisa assinaram Termo de Compromisso submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS), garantindo, assim, sigilo e confiabilidade.

Foram utilizadas como técnicas de pesquisa a entrevista semiestruturada, a análise do PPP e do Regimento Interno do CODAP/UFS. Todavia, abordaremos, aqui, apenas a primeira técnica. Assim sendo, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas, sendo: sete docentes, cinco discentes e uma psicóloga, pois esta, além de participar da coordenação técnico-pedagógica do CODAP/US, desenvolve trabalhos em parceria com docentes do Colégio.

As entrevistas foram realizadas no período de 2 a 10 de dezembro de 2015, sendo solicitado que as/os participantes ficassem livres para responder ou não as perguntas. Em algumas entrevistas, a tensão inicial estava presente, mas, após alguns minutos, os/as participantes foram adquirindo confiança e liberdade, passando, assim, a explicitar

¹ Documento obrigatório e disponível na Plataforma Brasil.

informações importantes sobre a temática sexualidades. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente, objetivando garantir a compreensão do conteúdo. Após, utilizou-se como técnica de análise de dados, análise de discurso.

Em relação às entrevistas, utilizamos como principal critério de inclusão, a manifestação em participar da pesquisa, independente da familiaridade com a temática. Desse modo, obtivemos resposta positiva acerca do interesse em participar. Sobre a escolha dos/as estudantes, priorizamos os/as matriculados/as no ensino médio que manifestaram interesse em participar das entrevistas e, além disso, que os pais aquiescessem tal permissividade a partir da assinatura do TCLE. O roteiro das entrevistas foi criado a partir das concepções sobre sexualidades e do trabalho com a temática no interior do CODAP/UFS.

QUE TERRENO É ESSE?

O CODAP/UFS², antigo Ginásio de Aplicação (G.A.), foi criado em 30 de junho de 1959, ou seja, há cinquenta e sete anos e pertencia à Faculdade de Filosofia de Sergipe, tendo como objetivo servir como campo de estágio da referida faculdade. Em 30 de dezembro de 1965, foi autorizada a implementação do 2° grau, com opções para os ensinos clássico e científico. A partir desse instante, o G.A. passou a ser denominado de Colégio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Entretanto, em 1968 foi criada a Universidade Federal de Sergipe, incorporando, desse modo, a Faculdade de Filosofia e o Colégio de Aplicação à estrutura administrativa e pedagógica da UFS. Somente em 1981 o CODAP/UFS foi transferido para o Campus Universitário, passando, assim, a ser considerado órgão suplementar, ligado diretamente à Reitoria e, por conseguinte, assumiu as funções de ensino, pesquisa e extensão. Após essa mudança, o CODAP/UFS passou a manter relações diretas com o Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) da UFS, cuja proposição estava relacionada às pesquisas, experimentações e práticas pedagógicas, além de servir como veículo de difusão de tecnologias educacionais para as comunidades de 1° e 2° graus, ou seja, do ensino básico.

A partir de 1993 o CODAP/UFS passou a ser vinculado pedagogicamente à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), tenho como objetivo projetar maior envolvimento com

² Fonte: <u>www.codap.ufs.br</u>

os departamentos da UFS. Em 1994, passou a funcionar em sede própria e, somente em 2006, o Colégio começou a ter representantes no Conselho Superior (CONSU³) da UFS.

Atualmente, o CODAP/UFS é uma escola de ensino básico, regida pela Legislação Federal, pelo Estatuto da UFS e pelo Regimento Interno. Desse modo, o ensino fundamental é ofertado apenas para os 6°, 7°, 8° e 9° anos, bem como para o ensino médio. O Colégio também desenvolve projetos de extensão e projetos de pesquisa e o endereço atual do CODAP/UFS está situado à Av. Marechal Rondon, S/N, Bairro Rosa Elze, no município de São Cristóvão, estado de Sergipe, Brasil.

LUGAR SECRETO

Assim como outras temáticas ensinadas e debatidas na escola, as sexualidades não deveriam ser colocadas nesse lugar secreto, silenciado e tomado por temores e receio, mas serem acessadas livremente, sem proibições. As sexualidades são interiores às pessoas e não é possível se despir delas feito uma roupa de pano. Aonde os corpos vão, as sexualidades transitam; aonde a mente circula, aquelas são presentes e não se apartam. Porém, a escola insiste na manutenção desse ambiente sombrio, repleto de labirintos, quase inacessível.

A heterossexualidade é norma na escola e tudo aquilo que se distancia desse padrão está sujeito a entrar no fosso. Então, enuncia-se: "[...] se eu levar o tema homossexualidade numa turma que tenha um homossexual é a morte" (Participante 13)⁴. Sugere-se, aqui, que a escola não tem como objetivo a ampla abertura das discussões sobre sexualidades, muito menos a ideia de enfrentamento. Mas, será que a estratégia de "proteção" é a melhor forma de tratar a questão? Por que não se pode discutir abertamente o tema sexualidades na escola?

Ainda, diz-se que "então, ele tem, tem que ter todo um cuidado pra colocar esse tema em lugares que ele não perceba que isso tá sendo vinculado àquela pessoa específica" (Participante 13). Talvez, esse cuidado seja um impedimento nos debates sobre sexualidades, além de indicar adjetivações que exprimam fragilidade, docilidade etc. Toda essa mística sobre as sexualidades não contribui em nada para a abertura das discussões na escola. Nesse sentido, "assim, aqueles homens [discentes] que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados diferentes, são representados como o outro e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação" (LOURO, 1997, p. 48). Em outras

_

³ CONSU é o Conselho Geral da UFS. Responsável por deliberar sobre diversos temas que envolvem a Universidade.

⁴ O/A participante 13 é psicólogo/a do CODAP/UFS.

palavras, todas e todos que não compactuam com os atributos heterossexuais são nomeadas/os como diferentes ou anormais e, além do mais, "a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui" (LOURO, 1997, p. 58).

O lugar das sexualidades na escola é o lugar da interdição e essa temática parece não poder circular como outros temas. Diz-se que o atendimento dado aos/às discentes considerados/as desviantes é "feito nos moldes" e, acima de tudo, "com todo o cuidado pra que isso não seja externalizado pro resto da turma" (Participante 13). Afinal, o molde proposto pelo enunciado acima diz respeito ao silenciamento das sexualidades consideradas controversas. Nesse sentido, "notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política [...]" (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Em uma das entrevistas foi possível observar o silenciamento tanto de discentes quanto de docentes. As mordaças sociais podem conduzir às tragédias e, pior, bem diante de todos e todas:

Na minha experiência como diretora do Colégio, vez por outra, eu via um aluno fazer uma queixa na direção, assim, de problema de raça. Ele era negro e sofria bullying e sofria preconceito. Aluno sempre do fundamental, do sexto ano, do sétimo ano. "Professora, olhe, os meninos tiraram essa brincadeira comigo, me chamaram disso". Então, eles sempre procuravam a direção pra fazer uma queixa do bullying por questão de cor. E de sexualidade, de gênero, questão da opção, da sexualidade, mesmo, eles nunca procuravam. Eles sofriam muito bullying. Essa experiência como professora, antes de ser diretora, eu percebia muito isso. Então, eles nunca procuravam pra fazer essa queixa: que o aluno agrediu verbalmente, até fisicamente por conta da sexualidade dele. Como eles faziam com muita naturalidade com relação a questão da cor. Então, eu percebi assim: que o aluno, ele tem vergonha. Ele tem vergonha. Ele, mesmo, se rejeita. Ele tem vergonha da sexualidade que ele desenvolve no seu corpo. Aí, eu percebia também que sempre esses alunos, que a gente percebia que tinha essa questão da sexualidade, meninos que... se comportavam assim... que tinha esse lado feminino, eles eram muito tímidos. Geralmente, muito tímidos, muito separados, muito inseguros. Assim, muito sofridos, eram alunos muito sofridos e alunos calados, alunos que calavam essa dor, calavam esse preconceito, calavam essa situação. Aí, eu sempre comparava essa questão com a questão da raça, da cor, do negro. Que ele não tinha, o aluno sofria também preconceito, mas ele tinha voz. O aluno que sofre preconceito racial, ele tem voz. O aluno que sofre preconceito sexual, ele não tem voz. Ele tem vergonha. Ele, mesmo, acha que... que ele tá errado. Que ele contraria a ordem normal das coisas, então a gente percebe nesse aluno da educação básica um peso muito grande. Muito grande! Muito grande e que esse peso transfere, assim, pra questão de relacionamento, pra aprendizagem, é um aluno preso. (Participante 2)⁵.

A enunciação acima retrata um episódio triste e lastimável, ocorrido na antiga escola Agrotécnica de Sergipe, culminando em suicídio de discente, e que pode servir de exemplo para todas e todos que vivem e respiram educação. Mostra o tamanho do estrago causado pelo discurso heteronormativo e a força perniciosa que essa norma provoca nas pessoas. Silêncio que provocou gritos na escola. Quantas vezes aquela voz quis ser ouvida? Quantos nãos foram ditos àquela voz? Tantas dores, temores e angústias estivem presentes e afastaram aquele aluno dos colegas de sala de aula e dele mesmo. As noites que se fizeram escuras pelos choros que só queriam ver uma luz no fim do túnel. Era apenas um rapaz, um adolescente querendo um colo, um lugar para descansar. Não! A escola disse não. Um não tão sonoro que ainda ecoa nos corredores e pátios daquela escola. Com aquele garoto, uma sexualidade que queria se desfazer das amarras dos discursos que aprisionam. Naquele aluno, o gênero que ainda grita em tantas escolas desse Brasil. Até quando esse "faz de conta" que não existe?

Ainda, informou-se que no "ano passado a gente trabalhou muito relacionado à violência sexual, exploração sexual" (Participante 13). Estes temas são importantes e precisam ser discutidos na escola, porém, quase sempre as sexualidades estão relacionadas às questões da violência, à exploração e, tudo isso, vinculado ao medo, ao pavor etc. Dessa forma, constroem-se sexualidades marginalizadas, vigiadas, castradas. Diz-se que "um policial veio aqui falar sobre a questão da violência, mesmo, e da infração, das medidas penais" (Participante 13). Recorre-se, então, aos discursos jurídicos que, além de coagir e disciplinar, visa a colocar o sujeito em estado de alerta e profunda preocupação, afinal, ele pode ser a próxima vítima da violência sexual. Então, o medo é semeado.

Ao surgir o questionamento se o Colégio havia convidado especialistas da temática, respondeu-se que "não! Não!" (Participante 13). Entretanto, "abordar temas relativos a gênero e sexualidade exige nas escolas a presença de professores com formação específica" (SEFFNER, 2011, p. 569). Nesse sentido, é importante destacar que o discurso, aqui, baseado na legalidade não é compreendido como repressivo, ao contrário, entende-se como necessário e suficiente para educar e proteger discentes. É assim que "esse discurso sobre a repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado" (FOUCAULT, 2015, p. 10). Fala-se sobre sexualidades na escola, mas a partir de uma perspectiva temerária, ou seja, sob a ótica do medo, do pavor, como se fosse algo secreto e proibido.

 $^{^{\}rm 5}$ O/A Participante 2 é docente do CODAP/UFS.

A partir do discurso que se propõe a combater o preconceito na escola e, em especial, na sala de aula, o enunciado: "eu não quero trabalhar com preconceitos na sala, para manter o preconceito. Mas, sim, para poder quebrá-lo, pra poder sair dali sem preconceito. E a gente discute" (Participante 4)⁶. Dessa forma, para que a discussão sobre sexualidades ocorra em sala de aula, descreve-se que

Primeiro, porque, pra eu poder falar desse assunto, eu coloco algumas regras. Aí, quais são as três regras: um, você pode perguntar o que você quiser, desde que não fale o nome do colega que é o exemplo. Porque, às vezes, não é você. A dúvida é sua, mas é de um colega. Ou, então, a dúvida é sua e você tem vergonha de falar, aí vai querer colocar o nome do outro. Em hipótese nenhuma. Você vai falar: professora, por que, faz de conta, Claudinha... não pergunte mais, agora não. Depois, você me pergunta o que você quer saber. Agora, mais não. Porque, você pode fazer com que o outro se envergonhe e, aí, acaba virando motivo pra bullying e tal, então, não. Nome de aluno pra pergunta, em hipótese nenhuma. Então, nesse caso, você pergunta o que você quiser, mas de maneira genérica. Segundo: do que você quiser, pergunte com respeito, porque eu vou te responder tudo, mas pergunte com respeito. Aí, o que seria respeito, por exemplo? Você tá na aula, querendo ou não, de Ciência ou de Biologia. Você sabe que no lugar de ser o nome pejorativo para o órgão masculino, pênis, você poderia falar qualquer outro, mas você não sabe que para Ciência o nome seria pau, cacete ou qualquer coisa. Principalmente, porque menino queria poder falar na sala e, aí, eu sou professora de Ciência e de Biologia, você não sabe também qual o nome do órgão. Fale o nome correto, que eu vou falar tudo que você quiser pra ele. Tranquilamente. A mesma coisa com relação a vagina. Tem todas as outras denominações: tem boceta, periquita, o que quer que seja. Você não sabe qual é o nome? A gente não tava falando sobre isso, a gente não falou também dos órgãos sexuais, você sabe qual é o nome. Pergunto pelo nome dele, é um exemplo de respeito, mas você pode perguntar o que quiser. Tanto é que tem aluno que pergunta... e como perguntar, né? A terceira é: não perguntar e zombar do colega. Ou, se você não perguntou, de qualquer forma não zombar do colega. Se aquela pessoa tá tendo aquela dúvida ou que seja do outro, ele que tá sendo a representação da voz dali, não brinque. Não faça gracejo, porque a pessoa pode envergonhar e não querer perguntar mais. E, aí, eu falo que, normalmente, quando a gente fica rindo ou falando do colega: ah, que pergunta besta, normalmente, porque, nesse caso, era sua dúvida também. Então, pra não mostrar pros outros que era sua dúvida também, fique sempre em silêncio, ouvindo o colega. Aí, são as três regrar e, normalmente, dão certo. Porque não teve problema nenhum em nove anos de experiência, em relação a eles perguntarem. Eles perguntam tudo. Professora, como é que a menina se masturba? Porque, homem eu sei como é, e mulher? (Participante 4).

Desse modo, a estratégia de não falar o nome da aluna e/ou do aluno em sala de aula, mantendo, assim, preservada a identidade é, justamente, evitar a violência simbólica que, segundo Bourdieu (2014, p. 12), "[...] se exerce essencialmente pelas vias puramente

⁶ O/A Participante 4 é docente do CODAP/UFS.

simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento". Ainda, segundo o enunciado, o respeito é evidenciado e está relacionado às palavras que são usadas para definir os órgãos sexuais. Afinal, substituir o termo científico por outro considerado pejorativo é evidenciado como falta de respeito. Todavia, em determinado momento da entrevista, informa-se que alguns/algumas discentes perguntam sobre masturbação e sobre gala. Então, ao ser questionada se gala não seria uma palavra pejorativa, relativizou-se dizendo: "entre aspas, é e, ao mesmo tempo, não. Porque, no caso, quando ele foi falar, ele me perguntou no papel" (Participante 4). Este enunciado faz relevar que determinados termos ainda são tomados sob a vigilância do discurso moralista, uma vez que este se encontra respaldado quando associado à linguagem biológica e científica. Assim, as palavras que não estão arroladas no discurso biológico perdem a força e são silenciadas.

A CAIXINHA MÁGICA!?

Nos instantes de debates sobre sexualidades, utiliza-se, de forma estratégica, a caixinha. Em outras palavras, a caixinha é um recipiente de papelão onde são armazenadas as perguntas consideradas sigilosas. Mas, também existem regras para a utilização da caixinha: a primeira regra é o uso de "folha de papel ofício branca" (Participante 4). É utilizado esse tipo de papel, pois as/os discentes poderiam usar as folhas de papel do caderno, evidenciando que determinado papel seria de um/a aluno/a específico/a.

Outra regra posta está relacionada ao tipo de caneta utilizada para escrever a pergunta. Então, determinou-se utilizar "lápis ou caneta preta ou azul, porque menina tem vermelho, tem amarelo, tem rosa. Coloca azul ou lápis pra poder ninguém saber quem é quem" (Participante 4). Ainda que não seja permitido, no momento da pergunta, a identificação da aluna ou do aluno, há, nessa regra, uma exceção: quando a pergunta é feita na caixa a identificação do/a discente é permitida, pois "eu faço a pergunta e respondo, mas eu não falo o nome do aluno. Eu sei quem foi. Tudo bem! Ele queria identificar pra mim. Tudo bem!" (Participante 4).

Segundo as enunciações supraditas, a caixinha é o lugar capaz de manter o sigilo; local criado para não fomentar discriminações e preconceitos, invólucro restrito àquelas/es que, por algum motivo, sentem-se ameaçadas/os, confrontadas/os e tomadas/os como anormais. Afinal, a caixinha tem seus propósitos, pois, nela, as vozes ganham liberdade e se desprendem do silenciamento (re)produzido na escola.

No entanto, a estratégia de se valer da caixinha encontra sua eficácia, porém estabelece limitações: manter as discussões sobre sexualidades sob um controle que poderia, aos poucos, ser liberado, até encontrar ambientes propícios a discussões mais amplas e abertas, na escola. Desse modo, a escola "guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo" e essa estratégia conduz em seu objetivo a ideia de que "a decência das palavras limpa os discursos", pois, havendo insistência na "indecência" dos termos, "deverá pagar as sanções" (FOUCAULT, 2015, p. 7-8).

As sanções, no episódio citado, diz respeito ao silenciar das palavras. O discurso científico vigia as palavras ditas e tidas como pejorativas (pau, caceta, buceta, periquita), produzindo, assim, a limpeza do termo (pênis, vagina etc.). Entretanto, ainda que algumas palavras consigam escapar, logo são deslocadas e postas, novamente, em outra prisão: a caixinha. Permite-se o uso da palavra gala, mas que seja dita no silêncio da caixinha, fora de um ambiente público. Desse modo, "o que não é regulado para a geração [...] é ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio" (FOUCAULT, 2015, p. 8). No entanto, a sala de aula é o lugar mais apropriado para promover debates claros a respeito das sexualidades.

O imperativo "fale o nome correto [...] você não sabe qual é o nome?" (Participante 4) exige que as palavras "corretas" sejam ditas em público, mas é possível dizer a palavra "incorreta" no particular, dentro da caixinha. Sugere-se, assim, que determinadas palavras são aceitas no ambiente público, enquanto outras são exclusividades do ambiente particular, pois "o fato de falar-se do sexo livremente e aceitá-lo em sua realidade é tão estranho à linguagem direta [...] é tão hostil aos mecanismos intrínsecos de poder" (FOUCAULT, 2015, p. 15).

A linguagem do pau, da buceta, do cacete, da periquita etc. encontra na sala de aula um ambiente hostil, de difícil articulação, suscetíveis às risadas e medos, mas a questão, aqui, não é "saber o que dizer ao sexo [...] se policiar ou não as palavras empregadas para designálo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala [...]" (FOUCAULT, 2015, p. 16). Afinal, não se trata de dizer que o sexo foi ou não reprimido, mas evidenciar que o elemento negativo (repressão) é uma peça com função discursiva e de poder.

Dessa forma, "como se, para dominá-lo [sexo] no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem" (FOUCAULT, 2015, p. 19). Assim, os discursos biológico e moralista determinam quais termos podem ou não ser ditos, quem está autorizado/legitimado a falar sobre sexualidades. Designam, também, que locais e a partir de quais perspectivas o indivíduo autorizado pode falar sobre essa temática. Então, no

CODAP/UFS os discursos oficial e científico autorizam que as sexualidades sejam debatidas nas disciplinas Ciências e Biologia sob o aspecto da heteronormatividade.

Por fim, a terceira e última regra dá ênfase para "não perguntar e zombar do colega" (Participante 4). O principal objetivo dessa regra é evitar chocarrices, então, descreve-se que "a pessoa pode envergonhar e não querer perguntar mais" (Participante 4). Dessa forma, garante-se que funciona: "aí, são as três regras e, normalmente, dão certo" (Participante 4). Quando o tema sexualidades é debatido em sala de aula, alguns elementos são evidenciados: o primeiro diz respeito às risadas, o segundo está relacionado ao estresse, o terceiro à paciência e, por fim, o quarto tem relação com o julgamento.

As risadas sugerem haver vergonha, timidez ao falar sobre sexualidades; o estresse aponta uma relação com as divergências nas opiniões a respeito do tema; a paciência pode está vinculada à falta de argumentação ou a discordância; e o julgamento sugere a formação discursiva pela qual o sujeito transita. Portanto, diz-se que "é porque tem muita gente que ri, muita gente que, se você for falar sério, começa a rir, mas quando eles falam sério, mesmo, tem muito gente que se estressa com esse assunto, que discorda, discorda. É assim!" (Participante 10)⁷. Ainda, relata-se que "tem muita gente que não concorda. Gera uma certa discussão. Não tem paciência pra entrar em discussão, porque sabe que não adiante falar nada, a pessoa vai tá te julgando, dizer que você tá errado. Aí, você vai ter que dizer, né?" (Participante 11)⁸. Então, evidencia-se que "é muito dificil discutir sexualidade na escola" (Participante 2)⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível evidenciar em alguns momentos das entrevistas a necessidade do CODAP/UFS dialogar com outros ambientes externos, ressaltando-se que "a sociedade está órfã dessa resposta do Colégio de Aplicação em relação a essas questões [...] o Colégio de Aplicação precisa, mesmo, abrir essa discussão" (Participante 2). Sugere-se, então, que o tema em relevo ainda não adquiriu a devida amplitude nos debates.

Observou-se que as discussões sobre as sexualidades acontecem no Colégio, porém, não são feitas sistematicamente nem conjuntamente, ou seja, ocorrem porque um/a e/ou

⁷ O/A Participante 10 é discente do CODAP/UFS.

⁸ O/A Participante 11 é docente do CODAP/UFS.

⁹ O/A Participante 2 é docente do CODAP/UFS.

outro/a docente decide, isoladamente, debater o tema. Desse modo, o CODAP/UFS demonstra o pequeno grau de envolvimento nas discussões sobre as sexualidades.

A temática sexualidades não é discutida em todas as turmas e em todos os anos escolares. Também foi possível observar que esse tema é minimamente debatido em sala de aula, informando-se, assim, que essa discussão é "bem pouco, na verdade sobre sexualidade, eles conversam. Bem pouco! Quase nada!" (Participante 8)¹⁰. Determinado/a discentes informou que "na escola, vejo falando pouco" (Participante 9)¹¹. Certo/a docente disse: "[...] A questão da sexualidade não trabalho" (Participante 3).

Observamos que alguns/algumas participantes da pesquisa compreendem as sexualidades a partir do discurso biológico, moralista, heteronormativo e que também sustentam seus argumentos dentro da perspectiva médica. Entretanto, observou-se que outros/as participantes concebem as sexualidades como algo construído socialmente e durante o percurso da vida. Observou-se, também, a força do discurso heteronormativo na escola e o modo como as sexualidades, por não ser única e exclusiva, podem ser discutidas a partir de diferentes aspectos e possibilidades. Afinal, a unicidade, antítese da diversidade, sugere uma escola desigual e desumana.

Sugestionamos, portanto, que o CODAP/UFS - a partir da inscrição de Colégio aberto às novas práticas pedagógicas - possibilite inovar, trazendo à tona modernos debates sobre as sexualidades. Dessa forma, será possível problematizar essa temática sob diversas perspectivas, visando a ampliação conceitual para melhor aplicabilidade no dia a dia da Escola.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 1ª ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado*: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Corpo, gênero e sexualidades. Problematizando estereótipos. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n° 16, jan/jun 2015, p. 73-90.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, em 1970. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

_

¹⁰ O/A Participante 8 é docente do CODAP/UFS.

¹¹ O/A Participante 9 é docente do CODAP/UFS.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1*: A vontade de saber. 2ª ed. – São Paulo, Paz e Terra, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero*, *Sexualidade e Educação*. Uma perspectiva Pós-Estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 19, n. 2, 2011, p. 561-572.



Transexualidade e a busca de uma subjetividade plural na pósmodernidade

Sâmya Santana Santos

Rhuan Cambuí Machado

Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes

samyassantos@gmail.com

rhuan.m@hotmail.com

Resumo: Este artigo possui como temática a transexualidade e uma busca pela subjetividade plural fincada na pós-modernidade, a qual se mostra como um terreno fértil para o descobrimento do sujeito e suas diversas faces, não sendo necessário a imposição de padrões de gênero a serem seguidos fielmente como pretendia a modernidade. Como há a abordagem da subjetividade plúrima e descobrimento do sujeito durante o texto, o presente trabalho fora confeccionado como um roteiro de viagem, em que o leitor poderá explorar e navegar pelas águas da modernidade até percorrer as terras da transexualidade conforma o avanço na leitura. O objetivo do estudo é o de constatar a possibilidade do sujeito experienciar o seu verdadeiro eu na pós-modernidade, através das tecnologias de si, olvidando-se de padrões de gênero já naufragados e que são impostos pela sociedade moderna de faces semelhantes. Dessa forma, a metodologia adotada na pesquisa é voltada para a análise bibliográfica, contando com referenciais teóricos que enunciam os temas tratados.

Palavras-chave: Pós-modernidade; Gênero; Transexualidade.

1 Ponto de partida: o roteiro da viagem

O presente trabalho possui como título "Transexualidade e a busca de uma subjetividade plural na pós-modernidade", e propõe analisar a construção do sujeito e, logo, a subjetividade vista em conformidade com a pós-modernidade. Torna-se necessário antecipar uma parte da viagem e anunciar que na pós-modernidade inexiste a instituição de um sujeito universal, ou seja, inexiste uma compulsão que dite um padrão a ser seguido, ao contrário, há uma preocupação para a construção de sujeitos únicos, plurais. Dessa forma, é perceptível que o padrão de gênero feminino e masculino propagado e imposto na modernidade não é mais aceito, restando livre o sujeito para se identificar e reconhecer como o gênero que bem entender.

Para melhor aproveitar a vista durante a jornada, mostra-se imprescindível navegar pela modernidade em um primeiro momento, explorando a relação que a mesma faz com a



subjetividade, e dessa última com a pós-modernidade, sendo este o destino final.

As proposições feitas por Michel Foucault, elencadas por Rebouças (2012), ao criticar o sujeito moderno racional e superior, foram essenciais para compreender a presente temática, envolvendo as questões acerca da modernidade como também da subjetividade. Foucault além de criticar a modernidade, traz em suas obras prontamente nas figuras do louco, criminoso e pervertido, o avesso do sujeito racional exaustivamente propagado pela modernidade. E, neste sentido, justifica-se a escolha do presente autor no auxílio para a elaboração do atual roteiro de viagem.

Mostra-se necessário tratar do referido tema, posto que ainda existem moldes de gênero a serem seguidos pelos sujeitos, incluindo comportamentos, modos de agir e vestir, cargos a ocupar e dentre outros modelos que são copiados, os quais evidenciam o quão imersa a sociedade se encontra em um mar de subjetividade singular. E, neste sentido, é fundamental dar uma visibilidade maior para as diferentes formas de subjetividades, as plurais, nômades, e essas são justamente as que fogem dos padrões impostos e por isso são menosprezadas e excluídas das relações humanas.

2 Navegando pelas águas da modernidade e da pós-modernidade

Habermas, em sua obra O discurso filosófico da modernidade (2010), explica de forma acessível como surgiu o termo "modernidade" e o desenvolvimento da sua forma posterior, leia-se "pós modernidade". Neste sentido, em um primeiro momento, é fundamental elencar os pontos trazidos pelo autor, navegando entre eles, com a finalidade de enriquecer o trabalho e melhor compreender os temas aqui abordados.

Desse modo, Habermas (2010), entende que a expressão modernidade fora utilizada pioneiramente por Hegel, sendo este o primeiro filósofo a empregar tal expressão tanto na Filosofia como também em relação a contextos históricos. Isto posto, ainda segundo o autor, Hegel empregava o conceito de modernidade para referir-se aos "novos tempos" ou "tempos modernos", relacionando-o com os três acontecimentos históricos da época, a saber: a descoberta do "Novo Mundo", a Reforma e o Renascimento.

É necessário destacar que a modernidade não se utiliza de princípios ou referências de épocas anteriores, essa busca uma originalidade nunca antes vista, sem precedentes. Contudo, para isso, precisa criar seus próprios modelos, para justamente validar todos os preceitos que traz consigo, a exemplo do progresso, do desenvolvimento e da revolução. Habermas explica



precisamente esse aspecto da modernidade quando traz: "A modernidade vê-se referida a si mesma, sem a possibilidade de apelar para subterfúgios" (HABERMAS, 2010, p.12).

Isto posto, percebe-se todos os esforços utilizados pela modernidade para se auto afirmar como uma era ou momento de progresso, do novo, que nada tem a ver ou se relaciona com o aspecto cronológico. A percepção de Habermas (2010), corrobora com o presente entendimento, uma vez que o mesmo ensina que a modernidade, e suas tentativas de autoafirmação, perduram até os dias atuais. Logo, pode-se comparar a modernidade a um navio prestes a afundar, sendo um verdadeiro *Titanic* e o *iceberg* é ela mesma, posto que colide com seus próprios fundamentos. Por isso, alguns autores entendem que houve um parricídio da modernidade, ou seja, os seus próprios criadores são os responsáveis pela sua origem e seu padecimento.

De acordo com Rebouças (2012), a modernidade faz do homem o seu protagonista e depende do mesmo para a composição do seu próprio saber.

Inúmeros estudos foram realizados sobre a modernidade, a exemplo de Max Weber, mas mesmo tendo Hegel como seu precursor nos séculos XVI a XVII, conforme já mencionado acima, o termo modernidade somente fora empregado em seu sentido técnico no século XIX, mais precisamente nas décadas de 50 e 60. Assim, segundo ensina Habermas (2010), nessa mesma época os cientistas sociais começaram a falar na expressão "pósmoderno" e, consequentemente, "pós-modernidade".

Ainda navegando pelas águas calmas de Habermas, existem duas correntes divergentes sobre as proposições que envolvem a pós-modernidade, havendo uma dualidade de pensamentos, os quais divergem entre si. Neste sentido, conforme designação de Habermas, em uma extremidade estão os chamados neoconservadores e na outra extremidade estão os anarquistas. Os neoconservadores entendem que houve um distanciamento entre o racionalismo ocidental e a modernidade, juntamente com a sua necessidade de auto afirmação, colocando-a como ultrapassada nesse aspecto elegido, e despontando na pósmodernidade.

Já os anarquistas não partilham do mesmo entendimento, não concordam que houve uma separação da modernidade e a da razão ocidental. Todavia, concluem que deve haver, sim, uma despedida da modernidade como um todo, devendo haver a sua superação para chegar a pós-modernidade. Os anarquistas entendem que a razão ocidental na qual a



modernidade foi inspirada, possui um significado diferente daquele previstos nos discursos modernos. Aqui o conceito de razão ocidental esconde a vontade de poder, sendo a razão verdadeiramente uma subjetividade subjugadora utilizada como instrumento de dominação instrumental.

Entretanto, é preciso ressaltar que por mais distintas que sejam essas duas teorias sobre o advento da pós-modernidade, lideradas pelos neoconservadores e pelos anarquistas, ambas possuem um traço em comum, que é justamente a questão de se afastar da modernidade, livrando-se deste navio que naufraga lentamente em alto mar, deixando-o a afundar e ser consumido pelas águas. E desse mesmo oceano emerge a necessidade de um novo momento, de uma nova forma de pensar, culminando na tão aclamada pós-modernidade.

3 Terra à vista: o vislumbre de uma subjetividade plural

De acordo com Rebouças (2012), sempre contemplando as obras de Foucault, a modernidade realizou numerosas tentativas de uma ética do eu, ou seja, um meio para estilização da vida. E continuando este pensamento, Foucault ao relacionar a modernidade e o sujeito, percebe este último como um resultado das técnicas de disciplina que o impunham ordem e razão.

Como já posicionado anteriormente, tanto os conservadores como os anarquistas concordaram pela necessidade da pós-modernidade, sendo esta vislumbrada ao longe, como pela ótica de uma luneta, sendo um alívio após um período em mar aberto. A pós-modernidade se equipara a terra firme, contemplando um terreno fértil para a implantação de uma subjetividade plúrima, a qual aprecia as diversas faces dos sujeitos, aplaudindo e respeitando a diversidade e ao mesmo tempo abolindo um modelo universal a ser seguido, que era exatamente o que a modernidade proclamava.

Nos dizeres de Foucault, a subjetividade é vista "como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo" (FOUCAULT, 2004, p.236 apud REBOUÇAS, 2015, p.53). Neste sentido, a subjetividade é vista como o modo que o sujeito se mostra introspectivo, é a forma que esse escolhe em conhecer a si mesmo, em identificar-se. Foucault desdenha da modernidade e do seu sujeito universal, superior a todos, trazendo a tona em seus textos o sujeito de desejo, o louco e o criminoso.



Rebouças (2014), expõe que a subjetividade pode ser traduzida como a capacidade de ser sujeito, e quando observada sob o ponto de vista da modernidade assemelha-se a um modelo de dominação universal produzida pelo Estado, havendo aqui uma conexão da lei, moral e da razão para a constituição de um sujeito de direito absoluto, livre e que apenas se submete ao Estado.

Ao refletir sobre as obras de Foucault, mais precisamente sobre a Hermenêutica do Sujeito, Rebouças (2014) leciona que o cuidado de si, e aqui engloba também o conhecimento de si, é um dos instrumentos dos atos de subjetivação. A autora ensina que é essencial ter um domínio de si, com a finalidade de conhecer-se, não se sujeitando a um padrão universal, é preciso dar a vida uma existência marcante. O cuidado de si muitas vezes é erroneamente associado às classes mais abastadas, ou seja, que somente essas últimas possuem meios para moldar a própria existência. Entretanto, a autora mostra que, de acordo com o entendimento de Foucault, as classes menos favorecidas também podem utilizar desse instrumento de subjetivação, essas também podem cuidar de si e moldar a sua existência utilizando-se da prática de rituais ou cultos, por exemplo.

Foucault fala sobre as Tecnologias de si que conceitua como "(...) um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade" (FOUCAULT, 1997, p. 09 apud REBOUÇAS, 2012, p. 88). Dessa forma, as tecnologias de si nada mais são que os meios que o sujeito utiliza para moldar a sua existência, para conhecer a si mesmo, tornando-se um sujeito singular da sua própria maneira, resultando, consequentemente, em uma coletividade de sujeitos diferentes e únicos ao mesmo tempo. Rebouças (2012), remete aos gregos e aos romanos quando fala destas técnicas de si, explicando que estas práticas envolviam o cuidado com o corpo, a alma, sentimentos e relações pessoais que aqueles sempre buscavam alcançar, ou seja, se conhecer.

Dessa maneira, é preciso conhecer a si mesmo, dar a existência um significado único, olvidar os padrões e utilizar das tecnologias de si. Utilizando-se do entendimento trazido por Rebouças (2012), acerca dos exemplos de vida, entende-se que, para alcançar uma subjetividade plural, o exemplo deve ficar apenas no campo das ideias, ou seja, o exemplo nada mais é que um exemplo, e esse não pode se tornar uma regra a ser seguida por todos.

Cada sujeito é único em suas especificidades, em sua essência, e não há razões para que todos sigam o mesmo padrão de gênero, um sujeito que nasceu com órgãos sexuais



masculinos pode reconhecer-se como uma mulher e o mesmo acontece do contrário; a autora Berenice Bento se refere à questão do pensamento moderno e à relação com gênero em sua fala: "Dois gêneros e subjetividades diferentes. Essa concepção binária dos gêneros reproduz o pensamento moderno para sujeitos universais, atribuindo-lhes determinadas características que, supõe-se, sejam compartilhadas por todos." (BENTO, 2006, p.71).

Caso não ocorra esse reconhecimento de si pelo sujeito, perdurará a modernidade, onde todos os sujeitos possuem os mesmos rostos, e aquele que se mostrar como diferente será o "outro" sendo excluído e suprimido. Sendo obrigado a andar na prancha e saltar ao mar, longe do barco da modernidade no qual todos os tripulantes possuem os mesmos rostos; o diferente é o verdadeiro "homem ao mar", mas, dessa vez, ninguém possui interesse em o resgatar.

Tal situação permanecerá a mesma e o resgate desse afogamento só seria possível caso este "outro" se comprometesse em moldar seu rosto, tornando-se idêntico aos demais tripulantes, sendo agora mais um na multidão de faces semelhantes, conforme a modernidade aplaude. Dessa forma, a subjetividade nômade, plural, se mostra necessária para que todos, seja a tripulação, os atirados ao mar ou os em terra firme, deem um significado a sua existência, não se deixando menosprezar por serem diferentes, reconhecendo o seu real valor e refinando cada vez mais seus rostos, distintos entre si, através das tecnologias de si.

4 Desbravando uma terra desconhecida: a Transexualidade.

Depois de abordarmos os alicerces da pós-modernidade, momento em que a prioridade é o conhecimento do sujeito através das tecnologias de si, almejando a criação de uma identidade única e não a repetição de padrões impostos, é necessário trazer para o debate a questão da transexualidade e algumas breves noções sobre gênero.

Simone de Beauvoir, em sua obra "O Segundo Sexo", datada em 1949, lançou a máxima "ninguém nasce mulher: torna-se mulher", culminando em uma repercussão sobre a temática de gênero na sociedade francesa como também a nível mundial. A fala da autora contraria a concepção de que o gênero está intrinsecamente relacionado com o sexo biológico, ou seja, a definição mulher ou homem não ocorre no nascimento, mas sim durante o amadurecimento e descobrimento do seu próprio ser. Neste sentido, segundo Beauvoir, para ser mulher basta se tornar uma, se reconhecer como uma pessoa do gênero feminino, ainda



que possua órgãos genitais atribuídos ao gênero masculino.

Muitas vezes, o que é designado como masculino ou feminino, como cargos e até mesmo comportamentos, é propagado pelos aspectos culturais pertencentes à sociedade (BEAUVOIR, 1949). Dessa forma, quando um sujeito decide romper com os padrões estabelecidos e deseja ser reconhecido de acordo com o gênero com o qual se identifica, seja masculino ou feminino, este acaba caminhando pelas terras férteis da pós-modernidade, na qual a ruptura de paradigmas é sempre bem-vinda e pode contemplar as suas diversas faces.

Sobre este fenômeno em que há a identificação de si, divergindo do modelo exaustivamente imposto da paridade de gênero e sexo biológico, é comumente chamado de transexualidade (MADERA, 2011). Esta é a descoberta da legítima essência do sujeito, que corresponde ao seu eu verdadeiro, não havendo amarras que obriguem a agir, portar e vestir-se como uma pessoa do sexo masculino, apenas por apresentar um falo, por exemplo. É possível agora se reconhecer como uma mulher-trans, ou simplesmente, mulher.

Entretanto, os valores já difundidos e absorvidos a fundo no mar da modernidade ainda restam presentes na sociedade como um todo, e os sujeitos que não conseguiram saltar desse navio já naufragado, não alcançando as terras sólidas da pós-modernidade, não admitem ou toleram a existência desta subjetividade plúrima e as diversas faces dos sujeitos. Neste sentido, a transexualidade é invisibilizada em detrimento da permanência de um modelo de gênero já fadado ao naufrágio.

Embora saudemos a pós-modernidade como o marinheiro cansado saúda o porto, as águas da modernidade ainda banham as praias daquilo a que chamamos pós-modernidade. É dizer que a existência e afirmação da subjetividade transexual não se dá de forma pacífica. As ondas que se levantam do mar da modernidade tentam ainda afogar todas as formas dissonantes de subjetividade, e não é diferente quando se trata da transexualidade.

O indivíduo transexual, embora tenha existido em todos as eras, vê-se agora banhado pelo raio de sol que representa a possibilidade de sua existência enquanto sujeito. Este facho de sol, no entanto, vê-se a todo tempo ameaçado por nuvens de intolerância. Celso Lafer (2015), ao se referir à questão da transexualidade no mundo contemporâneo, afirma que a questão "[...] se coloca como o problema da intolerância/tolerância em relação ao diverso e ao diferente [...] que almejam o reconhecimento próprio de sua dignidade" (LAFER, 2015, p.117).



A afirmação do sujeito transexual perpassa mais que pelo simples exercício de uma subjetividade distinta daquela padronizada, conforme os ideais da modernidade. Trata-se de uma luta pelo direito mesmo de ser diferente, de fincar em terra firme a bandeira de sua identidade, sem o receio que de que ventos normalizadores lancem-na pelos ares.

Boaventura de Sousa Santos (1997), referindo-se ao multiculturalismo ascendente nas sociedade pós-modernas, e dos cuidados que se deve tomar nas relações de trocas interculturais, apresenta o segundo imperativo intercultural, que é uma de suas mais famosas formulações "[...] as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza" (1997, p.122). É este "direito de ser diferente" pelo qual os transexuais se vêm em combate. Trata-se do direito de afirmarem a sua identidade de gênero, por meio de sua subjetividade dissonante da padronizada, que ainda avulta do oceano chamado modernidade. Lidar com "o novo", em termos de fatos e valores, é um dos grandes desafios do Direito no Século XXI (LAFER, 2015, p.117).

Um reduto, uma trincheira, se apresenta neste embate. Na bandeira lastreada à entrada, lê-se: "Queer". "Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é também o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser 'integrado' e muito menos 'tolerado'" (LOURO, 2017).

5 Ponto de chegada: as considerações finais sobre a jornada

Diante do exposto, após percorrer o roteiro, navegando, descrevendo e conhecendo a modernidade, vislumbra-se a pós-modernidade e, nela é possível a descoberta de uma subjetividade plúrima, a qual permite o encontro do sujeito em si mesmo. E assim, chegamos ao destino final, e é hora de fincar os pés em terra firme, e aqui, se encerra a viagem.

É necessário ressaltar que as imperfeições da modernidade, a exemplo da sua necessidade de se auto afirmar como uma nova era ou um momento inédito, se transformaram em aprendizados, os quais foram colhidos e possibilitaram a criação do projeto de pósmodernidade. Como já debatido anteriormente, na modernidade havia uma preocupação em fazer do sujeito um indivíduo racional, um ser supremo, padronizado, no qual todos pudessem refletir a sua imagem e semelhança; e os gêneros deveriam ser pensados somente em



masculino e feminino, não havendo a possibilidade de pensar além, pensar na transexualidade.

Conforme visto, na pós-modernidade esse sujeito único a ser copiado perde o seu significado e seu valor. Não existem mais razões para fazer o processo de subjetividade uma máquina de fotocópias. O sujeito na pós-modernidade é singular, e essa singularidade multiplica-se em infinitos sujeitos, desaguando em sujeitos plurais, diversos, que não veem mais um só reflexo nesse oceano de subjetividade. Relacionando a pós-modernidade com as questões que envolvem a subjetividade, a palavra que a define resume-se a pluralidade. Pluralidade de sujeitos, de gêneros e identificações em si; o sujeito transexual é aquele que concebe o seu próprio entendimento de gênero, desaprendendo dos padrões que lhe foram impostos.

O sujeito não pode mais repetir padrões, seguir à risca os exemplos que a sociedade propaga, e agora possui conhecimento disso, ele pode dar à sua vida uma existência própria, digna, como Rebouças pontuou claramente. É necessário então cuidar de si, conhecer-se, constituir e dar significado a sua existência e, para isso, precisa utilizar as chamadas tecnologias de si.

Se torna imprescindível fazer o uso das tecnologias de si, principalmente na atualidade, em um mundo que ainda dissemina padrões de gênero, e suas respectivas formas de vestir e de comportar-se. Dessa forma, para que a modernidade não perdure, e este *Titanic* possa ser deglutido de vez pelas águas do oceano, é necessário realizar a colheita de subjetividades nômades do solo fértil da pós-modernidade. É essencial dar à vida um significado, conhecendo a si mesmo primeiramente.

Referências:

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida, volume 2. 1949. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

LAFER, Celso. **Direitos Humanos:** um percurso no Direito no século XXI. São Paulo: Atlas,



LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Autêntica, 2017.

MADERA, Sheila Lee Rodriguez. **Género Trans:** transitando por las zonas grises. Terranova Editores, 2011.

REBOUCAS, Gabriela Maia. **O avesso do sujeito**: provocações de Foucault para pensar os direitos humanos. Opin. jurid., Medellín, v. 14, n. 28, p. 45-61, Dec. 2015. Disponível em: ". Acessado 02 mar 2018."

_____. **Tramas entre subjetividades e direito**: a constituição do sujeito em Michel Foucault e os sistemas de resolução de conflitos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua nova**, v. 39, p. 105-124, 1997.



Transexualidade e Educação: Análise da produção do conhecimento em periódicos *Qualis* A1 e A2 em Educação da CAPES durante o período de 2012-2016¹

Alfrancio Ferreira Dias²

Madson de Santana Santos³

Resumo: O objetivo desse texto é sistematizar a literatura que versa sobre questões relacionadas à Transexualidade e Educação, na grande área das Ciências Humanas, subárea Educação, em periódicos cadastrados na plataforma Sucupira, classificados com o Qualis/CAPES A1 e A2 durante o período de 2012-2016. Na área das Ciências Humanas a revisão sistematizada e a meta-análise promovem uma credibilidade maior na elaboração de conhecimento, a partir da aplicabilidade de critérios objetivos de inclusão/exclusão, produzindo um conhecimento científico com maior nível de evidência científica. Identificouse que 66,66% da literatura analisada apresentam efeitos estatísticos significativos (*Sig*), indicando que as discussões sobre transexualidade no campo da educação propõem desestabilizações as normas de gênero pautadas na heteronormatividade, possibilitando novas estratégias, atitudes, procedimentos pedagógicos subversivos e de negociação no campo da educação.

Palavras-chave: Transexualidade, Educação, Revisão Sistematizada.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre corpo, gênero e sexualidade nos últimos anos tem ganhado visibilidade na produção do conhecimento em diversas áreas do conhecimento. Especificamente, no campo da educação acompanha-se um aumento significativo de pesquisas que buscam formalizar os estudos de gênero e da sexualidade como campos de análise das Ciências Humanas. Estas pesquisas, de modo geral, evidenciam as contribuições da inclusão dessas temáticas no campo da educação.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Doutor em Sociologia (UFS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). E-mail: diasalfrancio@gmail.com.

³ Graduando em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal De Sergipe. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEPIMG/UFS). E-mail: Madson341@gmail.com.



Um exemplo disso é o estudo realizado por Dias e Amorim (2015), ao realizarem uma revisão sistematizada da corpo, gênero e sexualidade na formação docente. Para os autores, "the status of more than 60% of literature produced on the subject suggests that the approach of the themes of body, gender and sexuality in teacher education contributes to the destabilization of norms, classifications and hierarchies surrounding the subject (DIAS; AMORIM, 2015, p. 200). Este resultado é muito significativo, pois trata-se de uma análise da produção do conhecimento específica da área, destacando os estudos como significantes (SEFFNER, 2011; WENETZ, 2012; RABELO, 2013; ALTMAN; AYOUB; AMARAL, 2011; DORNELLES; POCAHY, 2014; PINTO, 2011; TORRES; PRADO, 2014; QUIRINO; ROCHA, 2012; XAVIER FILHA, 2012; SILVA; SOARES, 2014; ALONSO; ZURBRIGGEN, 2014; EHRENBERG, 2014; DORNELLES, 2012; MOIZÉS; BUENO, 2010).

A partir dessa análise, identificamos a existência de uma lacuna na produção do conhecimento sobre os estudos de gênero, sexualidade e educação: o universo trans⁴. O que se produz sobre transexualidade no campo da educação? Quais os principais resultados os estudos sobre transexualidade publicados em periódicos da área de educação considerados A1 e A2 pelo *webqualis* do quadriênio 2012-2016? Este é o objetivo do texto, buscar identificar na literatura específica da educação, de forma sistêmica, a significância da discussão acerca da transexualidade, utilizando para tanto, a metodologia da revisão sistematizada e os princípios da meta-análise (FIGUEIREDO FILHO et al., 2014; ROSCOE; JENKINS, 2005; DIAS; AMORIM, 2015).

2 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, nos alinhamos ao uso da revisão sistematizada e a meta-análise como metodologia norteadora em função da acumulação e confiabilidades dos resultados. Ao focalizarmos tal metodologia no campo da educação, podemos constatar a concentração de diversos resultados de outras pesquisas em um mesmo trabalho, propiciando a nós, leitores e pesquisadores uma confiabilidade maior e salientando os possíveis problemas de pesquisa, tendo em vista que grandes partes das revisões de literatura se configuram em narrativas, onde não há doção de um roteiro específico para análise objetiva, com critérios de exclusão e inclusão específico.

_

⁴ Tomamos como universo trans, os estudos sobre travestis, transexuais e transgêneras.



Conforme Figueiredo et al. (2014), a revisão sistematizada e a meta-análise, passaram a contribuir para o desenvolvimento da produção do conhecimento sistêmico, na medida em que esses métodos de pesquisa estabelecem os procedimentos que orientam os resultados dos estudos realizados, podendo "place different studies together in one database and use analytical and statistical methodologies to explain the variance of the results using common factors to the studies" (ROSCOE; JENKINS, 2005, p. 54). Assim, pretendeu-se com a utilização este método, explicar a significância da produção do conhecimento acerca da discussão da transexualidade no campo da educação.

Specifically in the area of education, the meta-analysis can contribute to the concentration of results of several other studies in the same work, increasing reliability and revealing the status of a research problem, since most of the literature review is narrative and without the adoption of specific script analysis, which weakens the results (DIAS; AMORIM, 2015, p 195).⁶

Elegemos variáveis que contribuíssem de maneira efetiva na configuração e no filtro da pesquisa: (1) nome do periódico; (2) *Qualis* do periódico; (3) tipo de desenho da pesquisa; (4) tipo de efeito; (5) número de participantes; (6) principais resultados. Na coleta da literatura, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão/exclusão: (1) publicação em periódicos; (2) periódicos cadastrados na plataforma sucupira *Qualis*/CAPES; (3) Publicações nos períodos entre os anos 2012-2016; (4) área de ciências humanas (subárea Educação); (5) artigos sem restrições de idiomas; (6) palavras-chave: transexualidade e educação, transexual e educação, travestis e educação, travestilidade e educação, *trans people, transgender, travestite, education;* (7) tipos de pesquisa.

Ao que se refere à coleta de dados de cada estudo, utilizamos: (1) número de casos analisados; (2) tipos de técnicas utilizadas; (3) principais resultados obtidos. Utilizamos a adoção de tais critérios para a obtenção de resultados mais concretos e influentes para uma melhor análise, tomando como pressuposto o público de leitores que as publicações atingem, assim como, uma análise direcionada a pesquisas empíricas.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

.

⁵ Colocar diferentes estudos juntos em um banco de dados e usar das metodologias analíticas e estatísticas para explicar a variação dos resultados usando fatores comuns aos estudos (Tradução dos autores)

⁶ Especificamente na área da educação, a meta análise pode contribuir para a concentração de resultados de vários outros estudos no mesmo trabalho, aumentando a confiança e revelando a posição de um problema de pesquisa, visto que a grande parte das revisões de literatura são narrativas e sem a adoção da análise de escrita específica, que enfraquece os resultado (Tradução nossa)



Foi analisado um total de 364 periódicos locados na área de avaliação da Educação⁷, sendo 73 revistas com Qualis CAPES A1 e 291 revistas com Qualis CAPES A2. De acordo com as palavras-chave utilizadas, realizamos uma busca apurada, de forma que pudéssemos filtrar os resultados em produções científicas no campo da Educação e periódicos na plataforma *Qualis*/CAPES entre os anos de 2012-2016. Assim, encontramos um total de 24 periódicos que se utilizavam dos termos adotados para o filtro da pesquisa, divididas em 7 periódicos A1 com 20 artigos e 17 periódicos A2 com 40 artigos. A recorrência de artigos encontrados com as palavras-chave se concentra, principalmente, na área da saúde e psicologia. Na primeira tabela expomos o total de periódicos que publicaram estudos sobre transexualidade, sendo 50% dos artigos publicados em periódicos A1 e 50% em periódicos A2.

Tabela 1: Periódicos cadastrados na Plataforma Sucupira

Periódico	Nº de artigos	Qualis/CAPES	
Terrodico	Encontrados		A2
American Psychological Association	3		X
Athenea Digital	3		X
Bera	1		X
BM Public Health	10		X
Caderno de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas	1	X	
Cadernos de Pesquisa UFMA	1		X
Cadernos Pagu	4		X
Ciência & Saúde Coletiva	5		X
Currículo sem fronteiras	1		X
Educação e realidade	1	X	
Interamerican Journal of Psychology	2		X
Proposições	1	X	
Psicologia e Sociedade	1		X
Psicologia Teoria e Pesquisa	1	X	

-

⁷ O número total de periódicos analisados foi de 364, sendo que dentro da grande área de análise, a área de Educação, existia alguns periódicos que abordavam questões relacionadas à educação, mas em perspectivas diversas, como educação na área da saúde, psicologia, botânica. Focalizamos então na analise de periódicos que se debruçavam sobre a educação em contextos pedagógicos e espaços escolares formais e informais.

TOTAL	60	7	17
Via Atlântica	2		X
Saúde e Sociedade	2		X
Revista Panamericana de Salud Pública	1		X
Revista Ibero-americana de Estudos em Educação	1		X
Revistas de Estudios Sociales	1		X
Revista Estudos Feministas	13	X	
Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade	2		X
Revista Brasileira de Estudos da Presença	2	X	
Revista Brasileira de Educação	1	X	
Psicoperspectivas	1		X
Conqueer Conferência internacional de ESTUDOS QUEER			

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Ao aplicar os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para a coleta de dados, somente cinco periódicos, subdivididos em 6 publicações satisfizeram de forma integral os critérios adotados. A Tabela 2 exemplifica a frequência de artigos publicados por periódico e de *Qualis*.

Quadro 2: Frequência de artigos por periódico

Periódico	N	%	Qualis/CAPES	
			A1	A2
Currículo sem fronteiras	1	16,67%	L	X
Educação e realidade	1	16,67%	X	
Revista Brasileira de Educação	1	16,67%	X	
Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade	2	33,33%		X
Revista Estudos Feministas	1	16,67%	X	
Total	6	100%	3	3

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Ao observar a primeira tabela, onde está exibida uma amostra das pesquisas por periódicos, nota-se que as produções relacionadas à Transexualidade e Educação ainda estão em um número pequeno, se assim comparadas com diversas outras temáticas em produções



na referida área. O número de publicações na maioria dos periódicos se manteve em apenas um artigo, equivalente a 16,66% (em cada periódico), constata-se somente o destaque da Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, que teve dois artigos, equivalente a 33,33% se comparada ao número de revistas selecionadas no período de 2012-2016.

Após analisarmos em quais indicadores *Qualis*/CAPES os periódicos estavam locados na área da Educação, outras duas variáveis importantes que analisamos foram: qual o tipo de desenho desenvolvido na pesquisa e produção dos artigos analisados? E qual metodologia (quantitativa/ qualitativa) os autores utilizaram na produção de seus artigos? De forma que nos ajudasse a identificar e compreender o planejamento metodológico que versam sobre os estudos da Transexualidade e Educação, estabelecido pelos autores.

Durante a análise dos periódicos e artigos que compreendiam os requisitos estabelecidos para a pesquisa, conseguimos identificar a predominância de apenas uma metodologia em todos os textos analisados, a metodologia qualitativa (100%). De modo que ao se utilizarem dessa metodologia, os autores focalizaram o objetivo de suas pesquisas nas narrativas dos participantes, as motivações e anseios desses participantes enquanto pessoas trans, opiniões do grupo relacionadas a determinados contextos. Conforme destacam Dias e Amorim (2015, p. 198), este resultado "can be explained by the variables used by the researchers as well as due to the tradition of research in the Human Sciences, especially in education, to use qualitative methodology in the studies⁸".

Tendo em vista que o foco das pesquisas se concentrou em análises qualitativas, nos empregamos a analisar os tipos de desenhos de pesquisa que foram configurados nestas pesquisas. Os resultados podem ser observados no quadro abaixo.

Tabela 3 : Frequências de técnicas qualitativas

Técnica	N	%
Entrevista	5	83,33%
Questionário e entrevista	1	16,67%
Total	6	100%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

-

⁸ "Pode explicar-se pelas variáveis usadas pelos pesquisadores bem como devido à tradição da pesquisa nas Ciências Humanas, especialmente na educação, para usar a metodologia qualitativa nos estudos". (Tradução nossa)



Com base nos dados acima, é possível observar que a técnica predominante na coleta de dados foi a entrevista com 83,33% em cinco pesquisas, (TORRES; PRADO, 2014; LONGARAY; RIBEIRO, 2015; SILVA JUNIOR, 2016; SEFFNER; REIDEL, 2015; DIAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2016). Em seguida, a técnica questionário e entrevista somente com 16,67% em 1 pesquisa (FRANCO; CICLINI, 2015). Compreende-se que uma das técnicas mais utilizada em pesquisas que estudam a temática da transexualidade é a entrevista. Assim, as abordagens relacionadas à temática da Transexualidade e Educação no campo das Ciências Humanas, principalmente na Educação, aliam-se aos métodos qualitativos, nos fornecendo informações detalhadas, contribuindo também, para o desenvolvimento de um desenho de pesquisa mais preciso e inteligível, ampliando então a relevância de tais estudos.

Como forma de averiguar mais exata, utilizamos o método de Figueiredo Filho (2009) e também por Dias e Amorim (2015) para identificar a quantidade de participantes integrantes nos referidos estudos, onde as definições analíticas baseiam-se em *Case Studies* (N = 1) e baixo nível de abstração, *Small N Studies* (N < 20) e nível moderado de abstração, e *Large N Studies* (N > 50) com um alto nível de abstração. Segundo os autores:

Specifically, Small N Studies are the ones that have analyzed less than 20 participants and Large N Studies are the ones that had more than 50 participants. As for the Case Studies, it was not necessary to reclassify the category, since it refers to an intensive study of a specific reality, which affects the applicability of this category in other qualitative research, pointing out the casualties to generalize for categories of analysis (DIAS; AMORIM, 2015, p. 199).

Foi possível observar nos artigos analisados, essas variações quando se trata da aplicação das variáveis com relação aos participantes da pesquisa. De forma crescente, podemos observar que o estudo de caso (*Case Studies*) foi utilizado apenas em um dos artigos analisados (DIAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2016), representando somente 16,67%. O método mais utilizado foi o *Small N Studies*, representando 66,66% em quatro dos artigos analisados (SILVA JUNIOR, 2016; TORRES; PRADO, 2014; LONGARAY; RIBEIRO, 2015; FRANCO; CICLINI, 2015) e sob a perspectiva do método *Large N Studies*, compreende-se 16,67%, representando um artigo (SEFFNER; REIDEL, 2015) entre as pesquisas analisadas. Resume-se então, de forma significativa que o método mais utilizado foi *o Small N Studies* e os dois outros métodos *Case Studies* e *Large N Studies* tiveram uma

-

⁹ Especificamente, *Small N Studies* são aqueles que analisaram menos de 20 participantes e *Large N Studies* são aqueles que tinham mais de 50 participantes. Quanto aos *Case Studies*, não foi necessário reclassificar a categoria, desde que se refere a um estudo intensivo de uma realidade específica, que afeta a aplicabilidade desta categoria em outra pesquisa qualitativa, indicando casualidades para generalizar para categorias da análise. (Tradução nossa)



menor ocorrência. É possível observar de forma mais clara essas informações na tabela abaixo.

Tabela 4: Frequência dos artigos por quantidade de participantes

Landman	N	%
Case Studies	4	66,66%
Small N Studies	1	16,67%
Large N Studies	1	16,67%
Total	6	100%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

É interessante salientarmos a importância dos estudos de caso (*Case Studies*) em relação às outras metodologias (*Small N Studies* e *Large N Studies*) desenvolvidas em pesquisas científicas, principalmente na área da Educação, em virtude de maiores possibilidades de análise que esse método nos proporciona. Pensemos o estudo de caso como um diálogo mais aprofundado sobre determinada temática, onde o pesquisador possua maiores possibilidades de análise alinhadas a esse mesmo diálogo, logo, uma maior precisão e também um maior esmiuçamento das questões que versam sobre a Transexualidade e Educação (no caso da pesquisa aqui referida), como também um maior favorecimento na configuração e desenvolvimento dos tipos de desenho de pesquisa.

Nossa sexta variável incumbe-se de figurar a relevância dos resultados obtidos na literatura selecionada e coletada para essa meta-análise sobre Transexualidade e Educação. Para isso, nos apoiamos a outro modelo de classificação utilizado por Figueiredo Filho (2014, p. 55), que fragmenta a análise dessa variável em três subdivisões: *Sig, N Sig e Mixed Results*. De forma a exemplificar com mais clareza o uso das nomenclaturas, podemos aplicá-las diretamente à nossa pesquisa. Em *Sig* podemos observar resultados que apresentam conclusões que preconizam a relevância das abordagens relacionadas à Transexualidade e Educação, de forma que tais questões contribuem de maneira efetiva "para uma desestabilização de normatizações, classificações e hierarquizações" (DIAS, 2015, p. 165) no referido contexto; já em *N Sig*, é possível observar que tais abordagens não contribuem de maneira efetiva para uma propagação e desestabilização de conceitos cristalizados sobre Transexualidade e Educação; em *Mixed Results*, podemos considerar que os resultados apresentam efeitos dicotômicos, ou seja, tanto nos apresentam resultados positivos, mostrando



que as produções científicas analisadas contribuem para uma reprodução e desconstrução a respeito da temática Transexualidade e Educação, como também nos traz resultados não positivos, negando as proposições positivas já apresentadas.

Pode-se assim perceber que através dos resultados acima, que dentre os artigos analisados, quatro deles, 66,66% sobre o total, apresentaram efeitos significativos (Sig) (SEFFNER; REIDEL, 2015; FRANCO; CICLINI, 2015; LONGARAY; IBEIRO, 2015; DIAS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2016), diante das abordagens relacionadas à transexualidade e a educação, é possível analisar a constituição do sujeito professor em espaços educacionais e como esse fato colabora não só para a transformação de espaços onde estão inseridos, mas também para uma contribuição efetiva na maneira como os outros sujeitos integrantes destes espaços passam a enxergar e lidar com as questões de gênero, transexualidade aliadas à educação. Outro fator de grande relevância a ser mencionado como reforço significativo para as pesquisas relacionadas à Transexualidade e Educação, é o fato de a transexual ser reconhecida como participante ativa no processo de educação e também como pertencente ao gênero que se identifica, facultando que outras identidades possam emergir e serem respeitadas nesse mesmo espaço.

Entre os artigos incluídos, um destes, consistem em resultados mistos (*Mixed Results*), representando 16,67% dos artigos analisados (TORRES; PRADO, 2014), isso nos ajuda a compreender, enquanto participantes e pesquisadores do campo educacional, que a inserção e atuação destes corpos transexuais na educação vêm produzindo desestabilizações em normatizações acerca de conceitos cristalizados no imaginário social a respeito de gênero, mas que ainda assim, mesmo com tantos corpos atuantes, existem e reforçam-se de ações negativas sobre e contra a existência desses corpos.

É possível visualizar também que as temáticas sobre Transexualidade e Educação não possuem contribuições efetivas (*Nsig*), tal afirmação se reflete em um artigo, representando 16,67% do total analisado (SILVA JUNIOR, 2016). Seguindo essa hipótese de classificação, podemos observar no quadro abaixo como se poderiam se organizar tais resultados:

Tabela 5: Frequência do tipo de efeito dos artigos

Tipo de Efeito	N	%
Nsig	1	16,67%
Sig	4	66,66%
Mixed Results	1	16,67%



Total 6 100%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2017.

Porém, retomando ao que já foi citado no decorrer da análise, o foco maior de nossa investigação é ponderar e classificar a publicação desses artigos em periódicos de forma homogênea, como um todo dentro da área das Ciências Humanas, subárea Educação, para que dessa forma, possamos estabelecer um panorama comparativo em relação aos outros temas que são configurados e difundidos na mesma área.

4 CONCLUSÃO

Ao sistematizar a literatura específica da área de educação, utilizando estudos publicados em periódicos avaliados pelo *qualis*/CAPES, pudemos identificar as principais características da produção do conhecimento acerca da transexualidade e educação. O primeiro é que de um total de 364 periódicos avaliados como A1 e A2 pelo *qualis*/CAPES, apenas 24 periódicos publicaram estudos acerca da transexualidade, totalizando apenas 6,59% dos periódicos analisados, sendo que desses 24 periódicos, apenas cinco periódicos (1,37%) publicaram 6 estudos sobre transexualidade no campo da educação (Currículo sem fronteiras, Educação e realidade, Revista Brasileira de Educação, Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade e Revista Estudos Feministas). 50% dos estudos foram publicados em revistas com avaliação de *qualis*/ CAPES em A1 (Educação e realidade, Revista Brasileira de Educação e Estudos Feministas) e 50% em A2 (Currículo sem fronteiras e Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade), destacando a Revista FAEBA, que publicou dois estudos (33,33%) analisados.

Todos os estudos utilizaram abordagem metodológica qualitativa. No que se refere a técnica qualitativa de coletas de dados, observou-se que a técnica de metodologia qualitativa mais utilizada foi a entrevista com 83,87% dos casos, compreendendo cinco estudos e questionário em um estudo, compreendendo 16,67% dos casos; 66,66% dos estudos analisados são compostos por poucos estudos de casos (*Small N Studies*). Identificou-se que 66,66% da literatura apresenta efeitos estatísticos significativos (*Sig*), indicando que as discussões sobre transexualidade no campo da educação propõe desestabilizações as normas de gênero pautadas na heteronormatividade.

Problematizar as normas de gênero, possibilita desaprendizagens sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades. Propõem novas condições para o trabalho pedagógico a fim que se garanta direitos básicos. E, o mais importante, problematiza



o processo pedagógico, propondo uma pedagogia *Queer*, ou seja, "uma nova postura política, inserindo novas estratégias, atitudes, procedimentos pedagógicos subversivos, demarcando possibilidades de negociação no espaço escolar" (DIAS; MENEZES, 2017, p. 37).

5 REFERÊNCIAS

ALONSO, G. B.; ZURBRIGGEN, R. Transformando corporalidades: desbordes a la normalidad pedagógica. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial n. 1, p. 5369, 2014.

ALTMAN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em educação física: "meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar"? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491501, 2011.

COOPER, H. **Research synthesis and meta-analysis:** a step-by-step approach, 3^a ed. Thousand Oaks: Sage, 2010.

CARVALHO, M. E. P. et al. O processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 145-158, jan./abr. 2016.

DIAS, A; AMORIM, S. Body, gender and sexuality in teacher training: a meta-analysis. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 56, p. 193-206, abr./jun. 2015.

DIAS, A; CARDOSO, H; OLIVEIRA, A; OLIVEIRA, D. Uma revisão sistematizada da produção de conhecimento sobre Corpo, Gênero e Sexualidades na formação docente. LUCINI, M; FERREIRA, S. L. **Educação, Comunicação e Diversidade**: pesquisas e conexões, Coleção Tessituras em Educação, Rio de Janeiro, Autografia, EDUPE, p. 157-170, 2016.

DIAS, A. F.; MENEZES, C. A. A. Que inovação pedagógica a pedagogia *Queer* propõe ao currículo escolar? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 37-48, set./dez. 2017. http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v10i23.7443

DORNELLES, P. G. Do corpo que distingue meninos e meninas na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 32, n. 87, p. 187197, 2012.

DORNELLES, P. G.; POCAHY, F. A. "Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!" Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial n. 1, p. 117133, 2014.

EHRENBERG, M. C. A linguagem da cultura corporal sob o olhar de professores da educação infantil. Pro-Posições, v. 25, n. 1 (73), p. 181198, 2014.

FIGUEIRO FILHO et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 23, n. 2, 2014, p. 205-228.

FRANCO, N.; CICLINI G. A. Professoras Trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 325-346, maio-agosto/2015.



- LONGARAY, D. A.; COSTA RIBEIRO, P. R. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20 n. 62, p. 723-747, jul./set. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206209
- MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. Understanding sexuality and sex in schools according to primary education teachers. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 1, p. 200207, 2010.
- PINTO, J. P. Ler e escrever sobre corpos: metodologia feminista para letramento de jovens. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 143, p. 538558, 2011.
- QUIRINO, G. da S.; ROCHA, J. B. T. da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 43, p. 205224, 2012.
- RABELO, A. Debates sobre gênero na docência: o professor do sexo masculino nas séries iniciais do Rio de Janeiro Brasil e Aveiro Portugal. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 48, p. 207234, 2013.
- SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561572, 2011.
- SEFFNER, F.; REIDEL, M. Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v. 15, n. 2, p. 445-464, maio/ago. 2015.
- SILVA JUNIOR, J. A. Direitos à meia luz: regulamentação do uso do nome social de estudantes travestis e transexuais nas instituições escolares. **Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 173-189, jan./abr. 2016.
- SILVA, R. A. da; SOARES, R. Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação a distância. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial n. 1, p. 135151, 2014.
- TORRES, M. A.; PRADO, M. A. Professoras Transexuais e Travestis no Contexto Escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, jan./mar. 2014.
- WENETZ, I. Gênero, Corpo e Sexualidade: negociações nas brincadeiras do pátio escolar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 32, n. 87, p. 199209, 2012.
- XAVIER FILHA, C. A menina e o menino que brincavam de ser: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 627-646, 2012.



TRANSGÊNERO: UMA ETNOGRAFIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CORPUS JURISPRUDENCIAL DO STF, STJ E TJSE

Ítalo de Melo Ramalho Orientador: Marcos Santana de Souza

Universidade Federal de Sergipe - UFS italodemeloramalho@gmail.com

Resumo: *Transgênero*: *uma etnografia dos direitos fundamentais no corpus jurisprudencial do STF, STJ e TJSE* se trata de uma proposta de pesquisa etnográfica a respeito das decisões jurídicas nas casas máximas dos poderes judiciais nacional e do Estado de Sergipe sobre questões relacionadas à inserção de pessoas transgênero nos espaços sociais privados e púbicos, de modo a verificar, nos casos que configurarão o *corpus* para análise, como se desdobra a construção da realidade fática em direção à garantia e, consequentemente, ao exercício dos Direitos Fundamentais assegurados constitucionalmente a todos/as os brasileiros/as. Também se buscará verificar, no âmbito do *corpus* a ser formado, o reflexo do crescente número de manobras legiferantes de cunho moralizador, pautadas pelo conceito rudimentar de família, com vistas a barrar o empoderamento das comunidades tratadas como transviadas e com a finalidade de empobrecer o debate sobre identidade e expressão de gênero.

Palavras-chave: Transgênero, Etnografia, Jurisprudência, Direitos Humanos, Direitos Fundamentais.

INTRODUÇÃO

Transgênero: uma etnografia dos direitos fundamentais no corpus jurisprudencial do STF, STJ e TJSE se trata de uma proposta de pesquisa etnográfica a respeito das decisões jurídicas nas casas máximas dos poderes judiciais nacional e do Estado de Sergipe sobre questões relacionadas à inserção de pessoas transgênero nos espaços sociais privados e públicos, de modo a verificar, nos casos que configurarão o corpus para análise, como se desdobra a construção da realidade fática em direção à garantia e, consequentemente, ao exercício dos Direitos Fundamentais assegurados constitucionalmente a todos/as os brasileiros/as. Também se buscará verificar, no âmbito do corpus a ser formado, o reflexo do crescente número de manobras legiferantes de cunho moralizador, pautadas pelo conceito rudimentar de família, com vistas a barrar o empoderamento das comunidades tratadas como transviadas e com a finalidade de empobrecer o debate sobre identidade e expressão de gênero.

A pesquisa aqui descrita tem como objetivo principal questionar os elementos formadores do alicerce do dogmatismo legal dos Princípios e dos Direitos e Garantias Fundamentais de nossa Carta Constitucional de 5 de outubro de 1988, tanto sob a ótica processual como sob a material, em face da inserção social de pessoas identificadas como



transgênero. A pesquisa será direcionada pelo desejo de encontrar e palmilhar veredas que apontem os venosos labirintos da Justiça, que deveriam incumbir ao Direito uma vertiginosa aproximação com a função político-social e, consequentemente, com a diminuição do distanciamento entre o sistema normativo estatal e a realidade social, visando reduzir o profundo abismo existente entre esses mundos.

A pesquisa analisará as questões do direito à identidade de gênero, da inserção antropológica, social e política do transgênero nos espaços sociais, e do trâmite jurídico de ações que denotam desajustes na harmonização entre identidade transgênero e realidade social. Também reunirá um arcabouço de pressupostos teóricos da Antropologia, do Direito e da Sociologia, da Política para ler as questões jurídicas que refletem a inserção de pessoas transgênero na realidade brasileira, buscando, principalmente, colher dados que traduzam a realidade nordestina e sergipana nesse aspecto.

Articulando esses conceitos teóricos das ciências e dos saberes humanos, chegará a uma visão bem sustentada da realidade jurídica configurada pelo *corpus* obtido, e só então, configurará um quadro inicial da realidade jurídica brasileira, com ênfase na sergipana, no que se refere à presença de pessoas transgênero como autoras e/ou rés de processos que tramitam nos tribunais superiores.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fato que as sociedades dominantes nunca compreenderam os grupos marginais/periféricos que nelas habitam, denominando de errantes doutores do chafurdo aqueles que permanecem submersos em vícios que os desqualificam categoricamente da semelhança humana e os aproximam da condição de bichos infectados por uma espécie de vírus, e, por isso, já condenados à invisibilidade. Igual condenação social sofrem aqueles cuja orientação sexual fere os sabidamente hipócritas parâmetros morais que sustentam e definem as relações humanas nos espaços sociais estratificados.

Como definição do Direito, a ideologia jurídica afirma tratar-se de um conjunto sistemático de normas jurídicas com as quais regula-se a convivência em sociedade por meios de mecanismos institucionalizados. Norberto Bobbio confirma essa visão, atestando que a norma jurídica, através dos aspectos de exterioridade e de institucionalização, "é garantida por uma sanção externa e institucionalizada" (1999, p.160). O pensamento construcionista teoriza com incisão e agudeza o cerne fundacional de tais "verdades instituídas" de que tudo é uma dádiva e não uma imposição arbitrária no cultural.



Sobre o Construcionismo Crítico, afirma Alípio de Sousa Filho:

[...] por construcionismo crítico, deve-se entender uma teoria da realidade social que tem como postulado fundamental a afirmação radical segundo a qual tudo é construído: isto é, uma compreensão de toda realidade social como resultado de construção (invenção, criação, produção, convenção) na duração histórica e antropológica. Nesses termos, uma teoria construcionista crítica da realidade social constitui um modo de pensar teórico-filosófico-científico próprio ao estudo das organizações sociais complexas que são as sociedades e culturas humanas e à compreensão de nossa existência nelas (SOUSA FILHO, 2007, p. 3).

Complementando a abordagem teórica, encontrei, no livro *História da Teoria Antropológica*, de Paul A. Erickson e Liam D. Murphy, no tópico específico "Antropologia Simbólica e Interpretativa", a distinção entre a antropologia simbólica/interpretativa e a antropologia materialista:

O que diferenciava os antropólogos simbólicos e interpretativos dos seus colegas ligados a tradições explicitamente materialistas ou ecológicas era a incansável insistência daqueles de que as sociedades humanas se distinguem pela capacidade cultural e que a vida sociocultural é amarrada por redes de símbolos que se interpenetram, cada uma das quais carrega significado cultural (ERICKSON e MURPHY, 2015, p. 179).

A ritualística que envolve o poder judiciário e o encobre de solenidades próprias das instituições com poderes de decidirem sobre litígios "contratuais", autoriza e, sobretudo, capacita os doutos/as juízes/juízas, em condições superdimensionadas, a se olharem e se perceberem como cidadãos/cidadãs, mais explicitamente, seres humanos divinizados, além do bem e do mal, habilitados/as, não apenas pelo Estado, mas também por uma força estranha que alimenta a psiquê e a estrutura das classes, dos seus poderes extrahumanos. É nesse ambiente que farei do meu processo de vivência e de imersão no *ethos* cultural desse poder, uma densa descrição das decisões sobre transgêneros e os ornatos que acompanham a taxionomia do decidido.

Procurarei filiar a minha pesquisa etnográfica-interpretativa dos sistemas simbólicos a essa corrente antropológica e, mais detidamente, à corrente estadunidense capitaneada por Clifford Geertz, a Antropologia Interpretativa, que finca seus mastros no culturalismo e que tem, no desenvolvimento teórico e metodológico da pesquisa empírica, na experiência do campo, na observação participante, a sua técnica de olhar por entrelinhas e só então, tecer a chamada de *descrição densa*.

Cabe dizer que Direito, como qualquer sistema normativo humano, cultural e histórico, é passível de uma avaliação empírica/analítica em suas profundas raízes jurídicas e antropológicas. A teoria construcionista crítica aborda, sem máscaras, a imposição cultural na



criação de uma *realidade fática* condensada na imperatividade do braço homologador do sistema jurídico. Desconstruir a regra, pormenorizadamente, implicará num trabalho de análise que possibilitará o aparecimento de outras formas de utilizar o método de Clifford Geertz. As diversidades alargarão as veredas nos campos jurídicos e antropológicos. É preciso, contudo, na continuidade deste estudo, esclarecer alguns pressupostos teóricos acerca da outra ponta da pesquisa: a identidade de gênero.

A definição de transgênero que corre solta pelo fio do açoite dos opressores é a da literalidade rasa com referência clara ao aparelho sexual. A verdadeira chave do segredo público é a identidade de pertencimento. Por isso, nos textos e artigos acadêmicos, reportagens e debates nos meios de mídias massificadas, as definições acerca de transgêneros comungam da ideia de que são pessoas cuja identidade e, consequentemente, expressão de gênero, não suporta, não aceita sua conformidade com o sexo de nascimento. É por esse motivo que os transgêneros são vistos como infra-humanos, e é nessa condição, que pesam ofensivas demandas de gênero, sobre os ombros dessa viva célula social.

As Ciências Jurídicas quando se privam de ir além do que é previsto em seu campo de ofício, consagram-se a valores demagógicos que interferem diretamente no convívio social, reduzindo as universalidades e encurralando-as no campo dos formalismos. Nesse reduto estruturante, as alternativas de diálogo passam a ser vistas como ameaça ao convívio ordenado sistematicamente por esse conservadorismo tão próprio do Direito. É nesse instante que o Direito Crítico, alicerçado no Construcionismo Crítico, expõe, sem delongas, as vísceras de uma sociedade que não consegue abarcar em seu bojo todos os anseios que a diversidade cultural tanto almeja. No âmbito da inserção de pessoas transgênero nos espaços sociais, minha hipótese é de que o conservadorismo do mundo contemporâneo converte os Direitos Fundamentais em Direitos Inumanos. O Direito Crítico, assim, tem em seu fundamento a destruição destes símbolos que fomentam a realidade arbitrária. A desconstrução desses castelos jurisprudenciais faz do Direito Crítico um iconoclasta por direito e dever (THOMAS, 2017).

O abismo entre o sistema normativo e a realidade social configura um vácuo que penaliza às construções sociais e suas realidades. A inércia do Direito em não acompanhar a mutabilidade social o torna ultrapassado. Seu caráter de extrema oficialidade estatal é semelhante a uma cordilheira que impede ou refreia os ventos que revitalizam e buscam inflar os pulmões do progresso social. Nesta pesquisa, apresentarei uma brevíssima menção ao processo que tramita no Supremo Tribunal Federal - STF, ao qual tive acesso, quando iniciei a



busca por casos que possam indicar a pertinência da configuração do *corpus* desejado. Segue a menção.

A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF, n. 461, ajuizada pelo chefe do Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, na data de 6 de junho de 2017, portanto recentíssima, mostra evidências do quanto a temática aqui proposta está presente no quotidiano. O chefe do MPF, que é constitucionalmente um dos legitimados para promoção desse tipo de demanda, viu violada a norma maior por "comportamento estranho à constitucionalidade". Trata-se de uma ingerência normativa promulgada pelo Chefe do Executivo do Munícipio Paranaguá, Estado do Paraná, que pontua a "proibição de educação para a diversidade sexual".

A ADPF aportou no STF, nas mãos do Ministro Luís Roberto Barroso, que em sede de medida liminar, acatou o pedido do MPF e concluiu a sua decisão monocrática da seguinte forma:

Por todo o exposto, entendo presente a plausibilidade da inconstitucionalidade formal e material do art. 3°, X, da Lei 3.468/2015. O perigo da demora é igualmente inequívoco uma vez que a norma compromete o acesso imediato de crianças, adolescentes e jovens a conteúdos relevantes, pertinentes à sua vida íntima e social, em desrespeito à doutrina da proteção integral.

e segue o Ministro convocando,

Inclua-se o feito em pauta para a apreciação da liminar pelo pleno. Na sequência, solicitem-se informações ao Exmo. Sr. Prefeito e à Câmara Municipal de Paranaguá, bem como o parecer do Advogado-Geral da União.

Sem trazer qualquer aprofundamento crítico sobre o caso que, em pesquisa seria, obviamente, tratado em suas minúcias, é visível a urgência de se avaliarem as compatibilidades e incompatibilidades entre o Direito e a realidade social.

Para conduzir reflexões sobre processos dessa e de outras naturezas, faz-se necessária a articulação entre conceitos fundamentais das áreas envolvidas, Antropologia, Sociologia, Direito e Política, tais como "institucionalização", "sedimentação e tradição", "teorias sobre identidade", "organismo e identidade", critério de proporcionalidade", "cláusulas pétreas", "hegemonia" e "contra-hegemonia", além de outras que, no decorrer da pesquisa venham a se tornar relevantes para os estudos pretendidos.

Convém esclarecer que a presente pesquisa deita assento, primeiramente, em correntes teóricas e metodológicas da Antropologia, da Sociologia do Direito e da Política, buscando identificar os subsídios para uma posterior intersecção entre pensamentos dali derivados.

Entre tantas abordagens, a de Kendall Thomas, no artigo já citado, parte de



questionamentos sobre o que é e o que não é considerado humano, e sobre o motivo de alguns "iguais" terem o "privilégio" de serem tratados como *inumanos*.

A partir de Thomas, podemos dizer que, nos dias atuais, a afirmação de direitos "humanos para humanos" está soando como segregacionista e particularista. Parece que a humanidade foi dividida em castas e o filtro utilizado é justamente o Direito. Esse quadro coincide em cheio com o instante de (re)conceitualização do que é Direito e do que é humano. Visto isso, formular conceitos que abraçam o significado do termo Direitos Humanos, tornou um exercício hercúleo para os cientistas do nosso tempo. A crise de identidade permeia todos as geografias das humanidades: é holística!

Com esse quadro instalado, nada mais natural que a comunidade ou a pessoa transgênero enfrente sérias questões relativas ao pertencimento na derme das cidades do mundo contemporâneo; seja no corpo de carne e osso ou seja nos olhares do tecido social nos quais circulam. O cerceamento da identidade transgênero no quotidiano, quase que por completo, da sociedade e do seu respectivo mosaico social até traz manifestações de apoio por alguns, que são quase mínimos, e numericamente falando insignificantes.—Porém, do outro lado do muro, vive um ódio à espécie humana, que veda e venda qualquer estratégia de diálogo. O discurso que vilipendia e que marca o que consideramos espaço civilizado é o instituído pela convergência moral da esmagadora maioria.

O que marca este artigo é a possibilidade de compreendermos com mais propriedade as diferenças entre "real" e "realidade". O real é o que é dado; é o que se move e se cria sem a interferência da humanidade; é o que é hostil à nossa condição humana. Alguns alegam que é o sagrado, o misterioso, o oculto, o indivisível, a natureza das coisas que existem sem a participação do gênio humano. Numa linguagem metaforizada: o real é o teatro por onde nós nos lançaremos numa empreitada biográfica.

Já a realidade é como construiremos, na linha do real, os nossos personagens por meio da sua locomoção no dorso espinhento do tabuleiro mundo. A realidade tem a força criativa da alma e do espírito humano. Tem as suas paixões individuais e coletivas; suas grandezas e misérias alicerçadas na moral e na ética, tão particular a nossa condição. A realidade é o campo no qual as mudanças podem e devem serem feitas, bastando para isso disposição em dialogar, debater ou, até mesmo, guerrear.

Esse campo, o da realidade, é o lugar das dominações e das violências. É, assim, a partir de Souza Filho, que faremos abordagens referentes ao indivíduo, à cultura e à sociedade, somado ao arcabouço teórico/metodológico do construcionismo crítico.



Com Boaventura de Sousa Santos, o diálogo é sobre os conceitos do hegemônico, o contra-hegemônico e o não hegemônico nas sociedades nas quais as orientações políticas e culturais ganham dimensões que determinam a presença do fenômeno da globalização como definidor das práticas construtivas da realidade social.

A legitimação utilizada pelas correntes hegemônicas procura naturalizar seus ideais de forma a falsear a realidade social com justificativas calcadas em estruturas de dominação de poder, como, por exemplo: o capitalismo, colonialismo e patriarcalismo. No outro campo, encontramos os contra-hegemônicos, configurando uma corrente que visa ao partilhamento das relações de poder, de forma a reduzir, ou até mesmo eliminar, qualquer desigualdade estabelecida como verdades absolutas. Os questionamentos contra-hegemônicos desafiam os "porquês" do estabelecido e os marcos dos conhecimentos produzidos pelas instituições liberais.

O que Sousa Santos traz para o capítulo é a presença de uma outra forma de atuação no espectro político-social que é o não hegemônico. E assim define:

Considero não hegemônicas as atuações sociais (lutas, iniciativas e práticas) que resistem contra formas hegemônicas de dominação, mas visam substituí-las por outras formas de dominação que reproduzem ou até mesmo agravam as desigualdades das relações de poder social. À luz desta distinção, uma atuação social que proponha a substituição do Estado secular pelo Estado religioso seguindo uma só religião não faz hoje certamente parte das estruturas hegemônicas de dominação e dos seus entendimentos liberais ou neoliberais na maioria das regiões do mundo, mas nem por isso é contra-hegemônica no sentido aqui entendido, uma vez que o seu propósito é substituir um determinado padrão de relações desiguais de poder por outro (eventualmente mais autoritário e injusto) e não lutar por relações de autoridade partilhada tanto numa perspectiva secular como numa perspectiva religiosa (SANTOS, 2013, p 33-34).

Esse recorte da obra de Santos (2013) traz contribuições fundamentais para o desenrolar da pesquisa, visto que estarei mergulhando por entre as vísceras de um dos poderes republicanos que dialoga, diretamente, com os outros dois, numa frequência íntima e constante em busca de estabelecer e manter a ordem e o funcionamento das instituições. Acontece que é a essa ordem e funcionamento das instituições, que a pesquisa investigará a engrenagem que movimenta a máquina jurídica e o seu papel de garantir o equilíbrio social por meio das decisões judiciais.

Em Pierre Bourdieu, o desenvolvimento conceitual do poder simbólico tem aplicação direta nas sociedades modernas. Amparado pelos instrumentos de dominação de um determinado grupo em face de outro ou de outros grupos, o tecido social ganha formas inequívocas de submissão "justa" entre as classes. Uma classe depende da outra para a sua



existência e subsistência. E mais do que isso: os grupos oprimidos autorizam, por sorte da violência simbólica imprimida pela superficialidade da investigação histórica/sociológica/política/jurídica em face dos privilégios dos dominadores, a legitimação dada como parte do merecimento conquistado pelos caminhos que não sabemos ao certo se foram legítimos ou ilegítimos.

Bourdieu é atento aos fenômenos que brotam nas sociedades, e resguardado em suas observações científicas e metodológicas, é que nortearei os estudos que evidenciam os efeitos do poder simbólico - através dos instrumentos simbólicos - nas estruturas dominantes da sociedade legitimadas pelo Estado. Os mecanismos de reproduções vindos das "verdades absolutas", é posto frente a frente à sociologia do conhecimento.

Os sistemas simbólicos utilizam como arcabouço as *estruturas estruturas estruturadas e os instrumentos de dominação*. São elas, segundo Bourdieu, que calcificaram, calcificam e calcificarão todo o alicerce dos sistemas simbólicos das sociedades vigentes.

N'A construção social da realidade, tratado de sociologia do conhecimento (2009), de Peter L. Berger e Thomas Luckman, encontrei a fundamentação sociológica que me permite dimensionar criticamente a questão da inserção, na realidade humano-existencial brasileira e contemporânea, de pessoas sócio e culturalmente identificadas a partir da categoria "transgênero".

Segundo os autores (2009, p. 11): a "realidade" é "uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos 'desejar que não existam')". Essa definição parece compatível com meu desejo de não passar pela discussão acerca da "reação" de setores diversos da sociedade à presença de pessoas transgênero nos espaços sociais, visto que o simples fato de essa presença ser uma realidade já me parece suficiente para discutir e dimensionar como seus direitos como seres humanos são considerados. Parto, pois, da aceitação plena do transgênero como uma realidade indiscutível, que independe do modo como determinados segmentos da sociedade possam com ela lidar.

De outro lado, "conhecer" essa realidade, a partir do que afirmam Berger e Luckmann, é entender "conhecimento como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características próprias" (2009, p. 11). Logo, interessa-nos observar, antropológica, social e culturalmente, as características que, reunidas sob o signo "transgênero", podem e devem definir, no âmbito da sociedade brasileira, com especial atenção para a região Nordeste e,



mais especificamente, para o estado de Sergipe, práticas jurídicas que afirmem e garantem o que se chama, de modo genérico, de "Direitos Humanos" ou, em linguagem jurídico-normativa, de "Direitos Fundamentais".

Por trás do conceito de "transgênero" existe um anterior, o de "identidade". Berger e Luckmann, sobre identidade, destacam que:

A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e, tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processo sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social (2009, p. 221).

O Direito, ao ter como função controlar as relações humanas no seio dos diversos segmentos da sociedade, torna-se um dos principais elementos para o reconhecimento da própria realidade humano-existencial. As leis e as práticas jurídicas, se observadas etnograficamente, à luz da inserção de pessoas transgênero nesses segmentos, fornecerão um retrato consistente dos modos como a questão da identidade transgênero é legalmente conduzida. Segundo os autores, "As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas" (2009, p. 221). O mapeamento de leis e processos jurídicos envolvendo pessoas transgênero pode, por isso, fornecer subsídios para o registro do encaminhamento histórico da inserção identitária do transgênero numa sociedade que é, afinal, regulada por leis e princípios.

A obra *Teoria geral dos direitos fundamentais* (2009), de Dimitri Dimoulis e Leonardo Martins, configura, para o projeto de pesquisa almejado, a necessária base teórica e crítica para dimensionar a importância dos Direitos Fundamentais para que se chegue à harmonização das inevitáveis tensões entre múltiplas identidades e realidade sociais. Os autores lembram que:

[...] os direitos fundamentais dão margem às mais apaixonadas discussões políticas nos dias de hoje. [...] Temas como a reforma tributária, o racismo, o aborto, o sigilo bancário, o tratamento penitenciário dos condenados por 'crimes hediondos', a biotecnologia, a tutela dos direitos dos índios ou mesmo a configuração infraconstitucional de uma ordem da comunicação social compatível com os arts. 220 a 224 da CF não são de natureza "técnica" em sentido estrito, como seriam, por exemplo, no campo do direito processual civil, a decisão pelo procedimento sumário ou ordinário, ou, no campo do direito penal, a verificação da presença de culpa ou dolo do acusado. Sua solução não decorre puramente da interpretação "correta" de determinadas normas constitucionais. São temas de origem e de repercussão política, sendo que qualquer decisão do legislador ou do Poder Judiciário produz efeitos políticos, havendo, inclusive controvérsias (jurídicas e políticas) sobre a autoridade que deve poder decidir de maneira definitiva sobre



problemas de interpretação dos direitos fundamentais (2009, p.15-16).

É, portanto, no âmbito dos Direitos Fundamentais da pessoa humana que analisarei as questões do direito à identidade sexual, da inserção antropológica, social e política do transgênero nos espaços sociais, e do trâmite jurídico de ações que denotam desajustes na harmonização entre identidade transgênero e realidade social.

No capítulo "Conceito de direitos fundamentais" me permite partir da definição "Direitos fundamentais são direitos público-subjetivos de pessoas (físicas ou jurídicas), contidos em dispositivo constitucionais e, portanto, que encerram caráter normativo supremo dentro do Estado, tendo como finalidade limitar o exercício do poder estatal em face da liberdade individual" (2009, p. 46-47) para, então, expandir a averiguação sobre as "cláusulas pétreas" da Constituição Federal relacionadas aos direitos e garantias individuais, entre eles, os que se referem ao reconhecimento oficial da configuração de uma família.

Por meio do estudo das questões levantadas por Dimoulis e Martins é possível, por exemplo, verificar os "limites" e as "colisões" entre Direitos Fundamentais (capítulo 9) e buscar compreender o possível choque entre os limites legais e as transformações sociais, especialmente as que se referem à identidade transgênero.

À pesquisa aqui brevemente delineada faz-se relevante o conceito de "critério de proporcionalidade". Dimoulis e Martins comentam que "Para harmonizar o interesse individual com o interesse coletivo, as Constituições modernas impõem, como se contatou acima, limites aos direitos fundamentais, limites estes que devem ser mais bem delineados pelo legislador ordinário" (2009, p.160). Esse critério atinge diretamente o que poderia ser entendido como "cláusulas pétreas", ao conferir alguma maleabilidade à interpretação jurídica das mesmas.

Por último, na segunda parte do livro, temos nos "Exemplos jurisprudenciais" fontes interessantes para reflexões próprias, ainda que as situações jurídicas apresentadas não versem sobre o tema específico aqui proposto. Considerando, entretanto, que estou caminhando em terreno recente tanto no que se refere à identidade transgênero como conceito e realidade, quanto no que diz respeito às situações de tensão social provocadas por essa identidade, é importante estudar casos em que, por seu caráter extraordinário ou incomum, a aplicação dos direitos fundamentais teve que passar por análises jurídicas mais complexas e, por isso, afeitas à proporcionalidade.

A Metodologia que orienta a realização do trabalho é dupla. De um lado, pela presença de dados estatísticos reunidos após o levantamento de processos coletados junto ao STF, STJ



e TJSE, terá caráter quantitativo. Esse levantamento não prescindirá de integrar o acesso virtual, como advogado que sou, a processos em trâmite nos tribunais elencados a visitas a órgãos ou entidades sociais em cujo seio possam ter se originado questões de natureza jurídica carentes ainda de solução. De igual modo, por meio de entrevistas a especialistas no tema poderão compor material relevante para amparar os passos seguintes.

De outro, pela análise posterior, norteada pela interpenetração de conhecimentos provenientes da Antropologia Etnográfica, do Direito e da Sociologia, far-se-á igualmente qualitativa e se sustentará no pensamento de autores e autoras aqui elencados e em referências que se somem à pesquisa no decorrer do mestrado.

O mapeamento quantitativo, amparado pelos direcionamentos dados pela ciência etnográfica, não só fará um levantamento de casos, ações e decisões jurídicas, como fornecerá o *corpus* a partir do qual se buscará a aproximação da "identidade transgênero" à "realidade social transgênero".

E é nessa existencial dinâmica histórica, que traçarei um elo entre a Antropologia o Direito e a Sociologia. Acredito na existência de um campo rico que me levará para veredas, labirintos, nos quais a dominação impingida por setores do sistema simbólico recairá na seara jurídica como uma luva. Obviamente que as assertivas dependerão de um trabalho etnográfico sério. Os dados coletados, os relatos postos no papel, as fotografias, ou outro meio de fortalecer e enrijecer a labuta do campo é que darão autoridade intelectual para feitura da dissertação com o mínimo de honestidade.

Em termos de resultados, espera-se que a pesquisa etnográfica e a análise do corpus, a partir do entrelaçamento da Antropologia com o Direito e a Sociologia, alcancem abrir um espaço científico para que a inserção social e jurídica de pessoas transgênero na realidade brasileira e, mais especificamente, a nordestina e a sergipana, seja repensada e mesmo considerada em instâncias nas quais sequer chegou a figurar, visto que sua própria nomeação dentro de processos jurídicos é instável e problemática.

CONCLUSÃO

A pesquisa aqui descrita, em fase inicial de fundamentação teórica, não tem a pretensão didática de conduzir a temas polêmicos pelo banal teor da polêmica pura e simples. O que a difere é justamente a confrontação de distantes, ou até mesmo invisíveis, temáticas do dia a dia e a doutrina jurídica, à luz da perspicácia investigativa da Etnografia, método e também teoria antropológica, que valoriza o objeto da pesquisa a ser desenvolvida.



Conclui-se, pelo cinzel já gasto, que a imagem a ser talhada a ferro e fogo em pedra de extrema densidade não tem a pretensão de esgotar essa temática de instigante profundidade, mas, pelo contrário, deseja abrir-se como fenda mínima que seja no caudaloso oceano jurídico, político e social, para somar-se aos que se indignam com a servidão substancial, formal e intelectual das Ciências Jurídicas. Este estudo trata-se, pois, de um primeiro movimento em busca do que seria um agasalho inaugural aos descobrimentos mais profícuos reservados a quem disposto estiver a enfrentar esse desdobramento de campos com a finalidade de dar relevo à identidade transgênero como parte da realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - ADPF, n. 461.

http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEl etronico.jsf?seqobjetoincidente=5204906. Consulta realizada em 18/10/2017.

BENTO, Berenice. *Transviad@s. Gênero, sexualidade e direitos humanos.* Salvador: EdUFBA. 2017.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.* Rio de Janeiro: Garamond/Clam, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 31 a. ed. Tradução Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da norma jurídica*. 3ª. ed. Trad. Fernando Pavan Batista e Ariani Bueno Sudatti. Bauru, SP: EDIPRO, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 13ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, 2015.

DIMOULIS, Dimitri Dimoulis; MARTINS, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

ERICKSON, Paul. A.; MURPHY, Liam D. *História da teoria antropológica*. Tradução Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2015.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. l.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KENDALL, Thomas. Seria os direitos dos transgêneros direitos inumanos? In: Revista Direitos Fundamentais e Democracia. v. 22, n. 1, p. 4-23, jan./abr. 2017.

SANTOS, Boaventura Sousa. *E se Deus fosse um ativista fosse um ativista dos Direitos Humanos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUSA FILHO, Alípio. Por uma teoria construcionista crítica. In: *Bagoas - Estudos gays:* gêneros e sexualidades. V. 1. N.1, 2007, p. 1-34.



UM OLHAR QUEER SOBRE OS COWBOYS DO CONTO BROKEBACK MOUNTAIN

Donizete Aparecido Batista

Universidade Federal de Viçosa — Campus Rio Paranaíba Não Recomendadxs — Grupo de pesquisa em sexualidade, gênero e interseccionalidades

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar à luz da Análise do Discurso de tradição francesa (AD) e da teoria queer como os personagens Jack e Ennis, do conto "O segredo de Brokeback Mountain" vivenciam suas subjetividades em dois espaços, em duas cenografias diferentes: um é em Brokeback, a montanha, território onde podem experienciar plenamente "o amor que não ousa dizer o seu nome". O outro espaço é justamente os derredores da montanha em que os personagens precisam enfrentar um ambiente hostil as suas sexualidades periféricas, nesse espaço, suas práticas são consideradas antinaturais, infrutíferas e pecaminosas. Para essa análise foram necessários entender os conceitos de sujeito na pós modernidade que, diferentemente de outras épocas, entendia o sujeito de identidade fixa e imutável, hoje, o sujeito é definido como agente de múltiplas identidades, muitas delas, conflituosas, contraditórias. A linguagem é também um elemento importante para nosso estudo. Para isso, nos valemos dos conceitos da AD, que compreende a linguagem não como uma espécie de etiqueta para as coisas que nos cercam, ela é componente das nossas subjetividades e se interpõe entre nós e o mundo dito "natural". Assim, os sentidos que mobilizamos não se originam em nós mesmos, mas são estruturados, organizados e regidos por outras instâncias. São as Formações Discursivas (FD) que determinam o nosso dizer. A teoria queer nos serve porque traz um contraponto frente às abordagens que tratam a sexualidade humana como refém do destino biológico, para essa perspectiva, as noções de sexualidade, gênero também são construtos sociais e que são, de alguma forma, mantidos e organizados por poderosas mãos institucionais.

Palavras-chave: Análise do Discurso, teoria queer, homossexualidade

Introdução: uma charada, quatro gatos e um balaio cheio de sentidos

Há uma charadinha muito antiga que contava uma história singela sobre uma sala com quatro gatos matemáticos, parece estranho, mas é isso mesmo, os bichos gostavam de fazer contas. A pergunta da charada era perniciosa, porque apresentava, primeiramente, a forma como os gatos resolviam o problema matemático. Depois disso, a questão era feita para o interlocutor: quantos felinos existiam ao todo na sala? Os incautos fazem cálculos mais elaborados, levando em conta, o raciocínio meio torto dos gatos e ignoram que a resposta está praticamente posta no próprio enunciado da questão. Os gatos somavam apenas os três que estavam dentro do seu campo de visão e se esqueciam de incluir na conta, dito de outra forma, cada um percebe o outro a partir do seu próprio ponto de vista, ignorando o fato de que ele mesmo estava mergulhado nesse contexto e que, embora não se contabilizasse, integrava o quadro todo. Ou seja, havia quatro gatos na sala e não doze, como comumente respondem. A linguagem tem um funcionamento muito parecido. Cada um de nós fala de



uma dada posição, de um determin ado ponto de vista e é dentro desse espaço, dessas fronteiras que nos possibilita dar sentidos ao que vemos e vivenciamos. Fazemos essas coisas de forma tão automática que nem nos damos conta de que o que falamos não "brota" simplesmente movido pela urgência comunicativa, os sentidos vêm de outro lugar, de outras instâncias e por essa razão, eles são ordenados, regulados e vigiados. Esquecemos também que nós mesmos estamos encharcados desses sentidos e que por conta desse esquecimento, achamos tudo muito "natural". A Análise do Discurso (AD) desconfia desses sentidos ditos naturalizados e busca quebrar a concepção de uma linguagem que apenas serve para apontar coisas no mundo, de uma língua meramente referencial. Para a AD, a linguagem é um importante componente das nossas práticas, sem mediação dela, seria impossível a nós atribuirmos sentidos.

Para a AD, a linguagem não se inaugura só no momento em que as pessoas abrem a boca para falar, ela se recria sobre a base de antigas vozes, ecoando sentidos que, de alguma forma, já estão circulando na sociedade. Por conta dessa dinâmica, muitos significados que antes eram "naturais" foram sendo desconstruídos ao longo do tempo: fumar já foi considerado saudável, negros já foram definidos como sujeitos que não possuíam alma e as mulheres já foram consideradas incapazes de liderar, para ficarmos só em alguns exemplos. Pena que parte desses fósseis discursivos ainda são muito produtivos. A AD investiga a não naturalidade dos sentidos construídos por variados códigos simbólicos. A teoria queer também investiga os diferentes mecanismos discursivos que procuram ler nossos corpos e ações como se fossem uma referência direta a nossa genitália. Essa perspectiva desconfia da naturalidade das nossas práticas discursivas, da inexorabilidade do nosso destino biológico. Desta forma, nossos atos são também ecos distantes, vindos de outros tempos e lugares e somos constantemente impingidos a reiterá-los, só assim, somos capazes de sermos vistos pelos outros, de sermos reconhecidos e contabilizados de acordo com uma ordem binária e excludente. São esses discursos que vamos estudar um pouco observando os personagens Jack e Ennis do conto O segredo de Brokeback Mountain, de Anne Prouxl e como cada qual em seu canto, vão reiterando (ou tentam) as práticas discursivas atreladas ao seu sexo biológico. A AD e a teoria queer mostram-nos que, antes de um quarto com cada gato em seu canto, somos, na verdade, um balaio repleto deles, cuja balburdia é carregada de múltiplos sentidos que merecem serem descritos e entendidos.



Os sujeitos que habitam (provisoriamente) a montanha

O conto *O segredo de Brokeback Mountain* foi adaptado para o cinema em 2006. A produção, dirigida por Ang Lee, provocou comoção mundial, não por menos, pois o enredo contava a trágica narrativa de dois cowboys que se amavam, mas que, enredados por um duro sistema discursivo, viviam essa paixão escondida, ocultada dos demais. *Brokeback Mountain*, lugar tão importante que dá título ao conto, era o único espaço de fuga dos cowboys de vozes repressoras da sociedade. Para os dois personagens que viviam esse romance, lá era uma espécie de exílio, um ambiente em que podiam vivenciar livremente essa relação. Pode-se afirmar que o espaço da montanha era uma espécie de ponto de fuga das práticas e das cadeias discursivas em que os dois personagens estavam engendrados.

O espaço de exílio era considerado pelo demais personagens um lugar inócuo, não produtivo. Um exemplo disso é o questionamento de Anna, esposa de Ennis, sobre o fato de ele ir 20 anos às montanhas com Jack (amante de Ennis) e nunca trazer um peixe sequer. Essa imagem nos serve como uma espécie de metáfora, Anna só consegue traduzir o relacionamento entre dois homens como improdutivo, como uma espécie de ameaça à humanidade. Essa prática discursiva propagada por Anna crê que o sexo entre iguais não se encaixa dentro da prerrogativa matricial da heterossexualidade: o sexo deve ser inócuo, usufruído exclusivamente para gerar e não para o prazer. (BRANCO, 2015). Outro momento em que esse tipo de discurso se evidencia é quando Anna desiste de tomar contraceptivos e diz a Ennis a razão: o tipo de sexo que ele gostava de fazer com ela, não lhe oferecia nenhum risco de engravidar dele. Subtende-se que Ennis tinha preferência pelo sexo anal, uma prática que foge do *script* planejado pela igreja.

Em um dado momento da narrativa, Jack, personagem mais próximo do ponto de deriva desse discurso religioso, tece planos para ambos morarem juntos. A reação de Ennis denota apreensão:

Calma, calma, calma. Não vai ser assim. A gente não pode. Estou atolado com o que tenho, preso no meu próprio laço. Não dá para sair. Jack, não quero ser como esses caras que às vezes a gente vê por aí. E não quero morrer." (PROUXL, 2006, p. 49).

A fala de Ennis revela o quão preso ele está nas amarras discursivas. O seu destino já havia sido traçado, de fronteiras bem delineadas:



casamento, filhos. Essa tentativa de recusa desse ruma gera um confronto entre o "natural" X "antinatural" na cabeça dos personagens. Ambos acreditam que estão infringindo uma regra que se diz natural, e essa desobediência os coloca imediatamente na posição de não humanos, dos que agem de maneira antinatural. A fala de Ennis também indica o quanto de nossos discursos são constituídos pelo horizonte iminente do outro, do olhar alheio, institucionalmente localizado (família, igreja, estado etc). Essa relação é uma luta de forças não simétricas, já que ao lado de Jack e Ennis, naquele contexto, existiam pouquíssimas forças de resistência. Foucault (1998) elenca os dispositivos de poder que procuram subjetivar o homem, sempre no horizonte das relações que possibilitem a emergência da família tradicional burguesa. O pavor de Ennis advém justamente dessas regras de interdição, que reduzem a realidade a apenas duas formas de existência: a normalidade ou a anormalidade.

(...) não te aproximes, não toques, não consumas, não tenhas prazer, não fales, não apareças; em última instância não existirás, a não ser na sombra e no segredo. Sobre o sexo, o poder só faria funcionar uma lei de proibição. Seu objetivo: que o sexo renunciasse a si mesmo. Seu instrumento: a ameaça de um castigo que anda mais é do que sua supressão. Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não te apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa de tua anulação. (FOUCAULT 1988 p. 81).

O discurso assumido por Ennis permite compreender as práticas discursivas que condicionam, tornam possível o sujeito. "A subjetividade é assim estruturada no acontecimento" (ORLANDI, 2008 p. 99). Pela impossibilidade da transparência e sendo a língua atravessada pela ideologia, é possível perceber como o personagem caracteriza discursivamente os "caras" indexados por Ennis. Há uma remissão para fora da sua fala, um sentido que se constitui na inter-relação de outros tantos, de matrizes históricas diferenciadas. E a atribuição desses sentidos, a constituição, o uso dessa palavra e não outra no lugar, permite também perceber um pouco das matrizes ideológicas que interpelam o personagem. Quem seriam esses "caras" a que ele faz referência? De que maneira a vida desses outros caras, no que diz respeito à sexualidade e à forma como a vivem, afeta seu discurso? Há um conflito que se exibe na linguagem, um conflito que se estabelece entre "vivenciar" formas fixas e padronizadas de práticas discursivas e entre um modelo que se apresenta instável, incontrolável e que também, de certa forma, desestrutura o mundo discursivo em que Ennis se diz encontrar cativo.



Freire (1983) afirma que nos damos conta da realidade de maneira "ingênua". Lidamos com objetos simbólicos, mas esse trato não nos garante vislumbrá-los de dentro, percebê-los criticamente. Há um intrincado jogo de relações entre esses signos, eles não existem *per si*, mas se constituem na presença visível ou oculta de outros. Esses pontos cegos se dão justamente porque estamos "condicionados pela realidade concreta, cultural em que nos encontramos." (FREIRE, 1983, p.17). Mas ao mesmo tempo, sabese que, potencialmente, as subjetividades humanas não se constituem somente na obediência, tal como seres robóticos que agem cegamente seguindo uma programação. Existe uma gama de *scripts* e, muitos deles, não contam com o aval dos discursos reinantes. Há que se contar com o fator de imprevisibilidade, de sair pela tangente e vivenciar outras realidades não outorgadas pelos discursos hegemônicos. O homem, segundo Freire:

(...)não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um "ser-em-situação", é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da "praxis"; da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sôbre (sic) êle (sic), o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, "envolvendo-o", condiciona sua forma de atuar. Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro. (FREIRE, 1983, p. 17).

Para a AD interessa, obviamente, entender como esses sujeitos se constituem, não como entes biológicos ou lúcidos, mas como seres históricos que estão vivenciando uma tensão entre identidades potencialmente possíveis, mas que se encontram em uma dada localização espaço temporal, que está organizado por meio de práticas discursivas, mas que, paradoxalmente, também se abre para a alteridade e para a deriva. Obviamente esse gesto de enfrentamento tem um preço. Há uma angústia que orbita os personagens do conto, em especial, os dois cowboys. Como já havíamos adiantado, há duas possíveis identidades que eles podem seguir, assumir. A segura é a que discursivamente recebe mais aval da sociedade, a outra percorre a margem e pode, como o próprio Ennis diz, causar sua morte, haja vista a ameaça que essa segunda "opção", que esses discursos não hegemônicos representam para a ordem instituída. Há, claramente, identidades em conflito.



"mudando". O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais "lá fora" e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2005, p. 12).

Diferentemente de Hall, a AD estabelece três instâncias que foram responsáveis por esse deslocamento do sujeito, segundo a perspectiva da AD (ORLANDI, 2008). O *marxismo*, que desvelou a não transparência da história. A *psicanálise*, que descortinou o subconsciente humano e consequentemente, a não-transparência do sujeito, e a *linguística*, que percebeu a arbitrariedade da linguagem, a opacidade de sua natureza fadada ao equívoco. Hall (2005) acrescenta a esse conjunto ainda mais dois fatores: a noção de *discurso* de Foucault, que questionou a autonomia, o livre arbítrio do homem, esse sempre sob a tutela de instituições reguladoras, que condicionam, estabelecem e determinam papeis. E por fim, o *feminismo*, que questionou a forma assimétrica das relações de gênero e como os comportamentos tanto femininos e masculinos são, na verdade, construções discursivas, distantes, portanto, de uma "essência" ou "natureza" feminina e ou masculina.

Em Hall (2005), ainda, o sujeito pós-moderno é muito diferente do sujeito do Iluminismo. Havia nesse período uma ideia de unicidade, do sujeito centrado, de identidade invariável. Basta lembrar, por exemplo, a grande cadeia dos seres, ideia muito comum na Idade Média, os sujeitos nasciam e ocupavam um espaço nessa corrente e a tendência era de que gerações futuras assumiriam seu lugar, perpetuando o modelo social vigente. Qualquer alteração nessa estrutura era capaz de fazer ruir esse mundo. As narrativas desse momento exibiam com certo horror o que aconteceria, se por porventura, alguém desafiasse essas regras. Os contos de fadas, por exemplo, exibem as desventuras de seres que se encontram fora dessa ordem estabelecida – princesas que se tornam súditas, reis destronados etc. – O caos só pode ser vencido e a ordem reestabelecida se o sujeito voltar a ocupar o seu espaço de direito.



A montanha: suas trilhas e seus destinos

Ennis é um personagem que se inscreve na pós modernidade, pois descortina os discursos possíveis sobre as sexualidades periféricas e ao mesmo tempo também indica, sugere, quais seriam as práticas que possuem o aval das instituições. Em um dado momento da narrativa, Ennis menciona os "caras", com esse distanciamento, se inscreve numa posição de fora desse circuito, que vê esses sujeitos como os "outros", os invertidos, os pederastas, os sodomitas, os veados, os gays. A semântica dessa expressão "os outros" foi constituída na própria matriz das sexualidades ditas normais, A normalidade e a anormalidade possuem laços estreitos, seus sentidos e significados se dão de forma mútua, indissolúvel. O conto, ademais, arma uma presepada discursiva: apresenta dois personagens icônicos da sexualidade hegemônica - cowboys representam a virilidade do homem estadunidense - fazendo justamente o papel dos "outros", dos "invertidos".

Esses sentidos expostos pela narrativa de Prouxl vem de eras longínquas, mas nem sempre foi assim. Na Antiguidade, por exemplo, a preocupação era com o ato em si, se o sujeito era penetrado ou penetrava, ativo ou passivo, dava-se pouco mérito ao objeto de desejo em si. O sexo era encarado e regulado como um jogo de dominação. Homem/mulher, Proprietário/escravo, Homem/jovem. O sexo, concebido pelas instituições reguladoras da época, deveria seguir o princípio do isomorfismo, ou, seja, reproduzir as relações de poder da vida social. (FOUCAULT, 1988). A reconfiguração das instituições promovida pela pastoral cristã passou a observar com mais atenção a questão sexual, fazia parte do projeto legalizar apenas as sexualidades que interessassem ao engenho cristão – a procriação e a geração de novas almas. A vigilância sobre os atos em si foi aos poucos sendo abandonada. Na era moderna, a vigilância centra-se nos agentes envolvidos nas práticas sexuais.

Nós indivíduos modernos, somos em parte essa subjetividade confessante incapaz de ver que esse nosso modo de tratar e de levantar a sexualidade como questão urgente é apenas uma das voltas da história do que temos inventado para dar a nós um *mesmo*, isto é, uma identidade reconhecível, cognoscível, veraz, satisfatória. A genealogia da nossa subjetividade moderna visa mostrar como acabamos por nos constituir enquanto sujeitos a partir de práticas de si, quer dizer, por meio, a princípio, de elaborações éticas da vida que visavam, entre os gregos, as relações sexuais como parte de um regime de prazeres a ser moldado eticamente. Já bem mais tarde, as práticas visavam a carne, vendo nela concupiscência, fonte maior do pecado. (ARAUJO, 2001, p. 125).



Foucault afirma que nunca se falou tanto do sexo como hoje em dia. Apesar de todos os sistemas de censura, o sexo, paradoxalmente, continua sendo topicalizado, estudado, investigado. Decorre de uma herança cristã, cuja prática de confissões multiplicou-se em inúmeras outras formas de falar, de discutir o sexo. A sexualidade tornou-se tão relevante a tal ponto de sermos completamente encapsulados por ela, ou seja, o sexo é um integrante fundamental para constituição de nossas subjetividades, cujos comportamentos são regulados a partir de uma matriz heterossexual, discursos que compõem um "movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual" (Foucault, 1988, p. 39). Uma rápida olhada nas pautas das revistas voltadas para públicos femininos e masculinos revela como os comportamentos sexuais são orientados nesse sentido. O público feminino sempre orbitando, passivamente, em torno dos homens, e estes devem desempenhar o papel de protagonistas, cuja virilidade deve ser indiscutível. Percebe-se uma necessidade de se rastrear as formas de sexualidade a que os indivíduos se sujeitam. É uma forma de desvelar a verdade sobre eles. As formas de repressão e de censura são uma maneira de se trazer o sexo para o discurso.

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito, mesmo se o locutor preservar para si a distinção (é para mostrá-lo que servem essas declarações solenes e liminares); cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. (FOUCAULT, 1988, p.27).

Louro (2004) utiliza a metáfora da viagem para descrever as sexualidades periféricas. Segundo a autora, todo o sujeito empenha-se numa trajetória, em uma viagem. Uma rota de aprendizagem, de formação. Descarta-se a concepção de um sujeito uno, que vai se transformando de modo linear. A viagem aqui interessa pela própria ação de deslocamento, não pelo ponto de chegada. O viajante é dividido, flutuante, instável e está num processo.

(...) que, ao invés de cumulativo e linear, caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e desajustes, de modo tal que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante, (LOURO,2004, p. 13)

Os caminhos são traçados, mas como já havíamos dito, o sujeito tem a



possibilidade de traçar outras rotas, outros atalhos. Os desviantes serão obviamente caçados por inúmeros feitores discursivos, há necessidade de colocá-los no caminho já traçado. É o laço a que Ennis se diz preso. E são justamente esses pontos de fuga, esses andarilhos que conseguem expor o maquinário por trás dessas estradas já traçadas, a forma como "essas normas são feitas e mantidas" (LOURO,2004, p. 18)

O feminismo (apontado nesse texto como uma das engrenagens do descentramento do sujeito) propôs que as propaladas diferenças entre os sexos nada mais são do que construções históricas e políticas. A emblemática frase de Beauvoir "não se nasce, torna-se mulher" é síntese desse movimento. Nasce-se fêmea, mas os comportamentos de gênero são "ensinados", "depreendidos" por inúmeros instrumentos reguladores. Para Butler (2003) é necessário fugir da dicotomia discursiva natureza x sociedade (sexo e gênero). A autora aponta justamente para a arbitrariedade desse binarismo. Se o sexo é uma espécie de destino biológico dos sujeitos, o gênero encerraria o sujeito em um destino "cultural". Para ela, o feminismo lutou discursivamente com os termos fornecidos pelos próprios opressores, é como se dessem armamento cuja munição é de festim. Deve-se repensar o sexo biológico também como gênero: ambos são constituídos dentro de aparatos sócio culturais e sempre dentro de uma relação interlocutiva com vários sistemas simbólicos.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero não faz sentido definir o gênero como interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "prédiscursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre qual age a cultura. (BUTLER ,2003, p. 25).

O gênero não seria uma "metafísica da substância" do sexo biológico. Para a autora, deve-se desatrelar o conceito de gênero desse binarismo tido como natural. Foucault já havia apontado essa questão no primeiro volume de sua *História da Sexualidade*. Segundo ele, o sexo não é um "dado da natureza"(Foucault, 1988, p.100) é antes, um dispositivo histórico, cooptado por "grandes estratégias de saber e de poder". (Foucault 1988, p. 100). A sexualidade, segundo Butler, seria muito mais a assunção de determinados comportamentos, de performances assumidas pelo sujeito assim que ele



nasce. Os discursos e as práticas discursivas aí implicadas selam o destino dessa criança. Ao gritar *menina* ou *menino* pressupõem-se uma série de atos performativos aos quais essas crianças estarão sujeitas ao longo de suas vidas. Atos que servem para vincular o sexo biológico com seu gênero e com o seu desejo. Cria-se um temor de se tornar esses "outros", os abjetos, os que se encontram à deriva, fora de qualquer polo. Butler diz que há uma tentativa de se alinhavar essas três pontas dentro de uma matriz heterossexual compulsória. Esse alinhamento garantiria inteligibilidade ao sujeito.

Gêneros "inteligíveis" são aqueles que, em certo sentido instituem e mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a "expressão" ou "efeito" de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. (BUTLER, 2003, p. 38)

As ideias de Butler repensam, de maneira audaciosa, o feminismo. A pensadora acredita que há necessidade de desconstrução dos pilares que organizaram a luta feminista nesse mais de um século. De fugir desse binarismo reducionista e agregar outros elementos que contribuíram para uma ideia mais complexa do que seria assumir um comportamento de um dado gênero. A autora acredita que há outros elementos implicados na constituição de gênero de um sujeito, a interação constitutiva de inúmeros sistemas simbólicos. Assim, a perspectiva de Butler propõe repensar não só as cadeias discursivas que formatam as mulheres, mas também as diversas formas marginais de orientações sexuais, de gêneros possíveis, de performances constitutivas de um dado sujeito.

A desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Esse tipo de crítica põe em questão a estrutura fundante em que o feminismo, como política da identidade, vem-se articulando. O paradoxo interno desse fundacionismo é que ele presume e restringe os próprios "sujeitos" que espera representar e libertar. A tarefa aqui é celebrar toda e qualquer nova possibilidade, mas redescrever as possibilidades que já existem, mas que existem dentro de domínios culturais apontados como culturalmente ininteligíveis e impossíveis. Se as identidades deixassem de ser fixas como premissas de um silogismo político, e se política não fosse mais compreendida como um conjunto de práticas derivadas dos supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos, uma nova configuração política surgiria certamente das ruínas da antiga. (BUTLER, 2003,p. 213)



Considerações finais: para além do degredo

O final do conto Brokeback Mountain sugere que ambos os cowboys foram sucumbidos pelos discursos binários de gênero e sexualidade. Diante dessa esfinge discursiva e das alternativas que, naquele tempo e espaço, se mostravam, restam poucas manobras para os personagens: ou optam por viver dentro de um simulacro que agrade às expectativas impostas, degredados de si mesmos, ou encaram o enfrentamento desse sistema, correndo grandes chances de perderem a própria vida. Jack pagou com a própria vida, pois ele ousou estender as fronteiras da montanha para além, ousou ampliar os limites impostos pela montanha para um território ainda dominado pelos discursos hegemônicos sobre sexualidade. Embora os tempos sejam outros hoje, muito habitantes de corpos e comportamentos não padronizados, desceram a ladeira e vivenciam suas sexualidades ditas periféricas em territórios que ainda se mostram muito hostis. A AD e a teoria queer possuem um vasto arcabouço teórico/metodológico que se propõe a desvelar esses territórios, e mostrar que essas cercas e fronteiras são, ao contrário do que diz o senso comum, postas e instituídas por mãos humanas.

Referências bibliográficas

ARAUJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica ao sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BRANCO, Fabiana de Souza Castelo. Um corpo estranho no santuário – discurso de instituições religiosas e experiências de indíviduos homossexuais em igrejas. Curitiba: Appris, 2015. Kindle Editicion.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: vontade de saber**. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.



LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: Ensaios Sobre Sexualidade e Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: 3ª. Edição Pontos Editores, 2008.

PROULX, Annie. **O segredo de Brokeback Mountain**. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.



UM PANORAMA DAS IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES NAS NARRATIVAS CINEMATOGRÁFICAS LGBTQ

Jônatas Breno Silva Santos

Universidade Federal de Sergipe, jonatasbreno@gmail.com

Resumo: O presente estudo trata de uma revisão de literatura que comporta pesquisas acerca da mídia cinematográfica e as suas relações com representações e narrativas LGBTQ. Objetivando compor um levantamento recente que melhor auxilie a compreender o objeto de estudo desta pesquisa: os filmes de temática LGBTQ. Para tanto, em um primeiro momento, tendo em vista o cinema de narrativa clássica, realiza-se uma breve trajetória da representação do homossexual e das manifestações homoeróticas nos filmes, percorrendo desde as primeiras manifestações até as mais recentes. Em seguida, discorre-se sobre o Cinema Queer, de maneira a historicizar e caracterizar este segmento cinematográfico, trazendo as suas principais particularidades, pontos de tensão e reivindicações; enfatizando os seus modos de representação, discursos e o caráter disruptivo contido nas suas obras. Logo, a relevância desse trabalho reside no fato de propiciar um panorama tanto acerca das representações homossexuais e manifestações homoeróticas na sétima arte, quanto um recorte temático que relaciona três instâncias: cinema, representação e sexualidade. Ademais, também fornece subsídios para melhor pensar o Cinema Queer e o caráter subversivo dos seus filmes, bem como todas as suas temáticas involucradas. Entre as contribuições trazidas por esta pesquisa, observa-se que os finais trágicos nos filmes de temática LGBTQ remontam desde as primeiras representações do homossexual no cinema; os movimentos sociais das décadas de 60 e 70 foram fundamentais para o Cinema LGBTQ e a sua comunidade; a epidemia da AIDS impacta diretamente essa arte, que, neste contexto, funciona como instituição conscientizadora e desmistificadora dos preconceitos relacionados a temática.

Palavras-chave: Representação, identidade, homossexualidade, cinema, cinema queer.

Introdução

Este artigo consiste em um esforço de revisão bibliográfica para compor um panorama recente no tocante as narrativas e temáticas LGBTQ, compreendendo as manifestações homoeróticas presentes na sétima arte. Nesse sentido, há uma preocupação inicial em abordar brevemente a representação da homossexualidade no cinema, desde as suas primeiras manifestações em um cinema de narrativa clássica até as representações mais contemporâneas.

Perpassamos nesse entremeio, um cinema de nicho, o Cinema *Queer*. No que concerne a ele, faz-se um movimento para historicizar e caracterizar seu universo cinematográfico, assim, na segunda parte deste trabalho, discorremos sobre suas particularidades, pontos de tensão, reivindicações, modos de representação e discursos.

Logo, a partir deste trabalho, se propicia uma oportunidade de perceber como se dá a representação do homossexual no cinema e como as manifestações homoeróticas eram tratadas desde os primórdios da sétima arte. Ademais, se esboça um panorama acerca do



Cinema *Queer* de modo a melhor compreender o caráter disruptivo das suas obras, propondo um recorte temático relevante para pensar as intersecções entre cinema, representação e sexualidade.

A representação do homossexual no cinema

Ao vislumbrar-se como a homoafetividade foi representada ao longo da história do cinema, percebe-se uma trajetória assinalada por diversos estereótipos, silenciamentos, discursos opressores e invisibilidades. O percurso da sétima arte mostra como o homoerotismo foi diagnosticado como doença, sendo vinculado à loucura. O próprio termo homossexual é recente, surge durante o século XIX com a evolução dos saberes e poderes que instituem a medicina, a psiquiatria e o manicômio. Bem como, o surgimento de um discurso científico patologizante que categoriza a homossexualidade como de caráter dissidente (PAIVA, 2012).

O marco inicial da abordagem mais aprofundada da homossexualidade na sétima arte deu-se com o filme alemão "*Anders als die Anderen*", de 1919. Em linhas gerais, a película mostra uma Alemanha que considerava a pederastia transgressão, por conseguinte o filme nos apresenta ao personagem Conrad Veidt, violinista que se apaixona por um jovem aluno, mas que, em dado momento da trama, acaba se suicidando (VIRGENS, 2012).

Esta primeira narrativa nos introduz a uma problemática que seria, a partir de então, reincidente nas representações de identidades homossexuais no cinema: o suicídio. De acordo com Nazario (2007), entre a década de 60 e meados dos anos 70, das representações trazidas em 32 filmes de temática LGBTQ, 13 personagens homossexuais se suicidavam, 18 eram assassinados de forma passional e 1 era castrado. Essa prática suicida inserida dentro do enredo, em partes, intencionava aludir a uma conclusão dos conflitos que eram impostos na trama.

Numa perspectiva *hollywoodiana*, o filme pioneiro na representação gay foi "*Lot in Sodom*", de 1933, que referenciava Sodoma e Gomorra, cidades bíblicas. Anterior a isto, várias obras remetiam a personagens homossexuais, porém de maneira implícita, por meio de insinuações, mas nunca uma abordagem aberta (VIRGENS, 2012).

Um filme experimental de 1895, intitulado "*The Gays Brothers*", rodado por Tomas Edson, é um vídeo no qual dois homens aparecem dançando agarrados ao corpo um do outro, por conseguinte é um dos primeiros registros de uma manifestação homoerótica em filme (RHODEN, 2017). Em 1927, no filme "*Wings*", foi protagonizado o primeiro beijo entre dois



homens, ainda muito sutil e fraterno, dado no rosto. A obra em questão angariou o primeiro prêmio de Oscar de melhor filme (VIRGENS, 2012).

Com a chegada da década de 30, vigorou nos Estados Unidos, o Código de Produção Cinematográfica. De forte caráter religioso, ele infligia aos filmes hollywoodianos várias penalidades e restrições temáticas, permaneceu até duas décadas depois de ser sancionado. Dos anos 30 aos 50, grupos de mulheres e coletivos religiosos acusaram a indústria cinematográfica de imoralidade. Visando proteger-se, *Hollywood* exerceu a autocensura, optando por excluir a figura do homossexual naquele período. Desse modo, a produção de obras que sugerissem a homossexualidade nas telas foi inexistente (RUSSO, 1987). Como aponta Nazario (2007), o Código de Produção Cinematográfica foi redigido por Will Hays, que, por sua vez, acreditava que os filmes provenientes de *Hollywood* eram péssimas influências para a comunidade.

De acordo com Silva (2010), o Código de Hays era um enumerado de regras de censura que proibia traições, homicídios, nudez, uso de drogas e outros aspectos considerados "moralmente ultrajantes" de serem representados nas telas. Ocasionalmente estas situações podiam ser insinuadas discretamente, mas nunca expostas de forma explícita ao público. Outras, no entanto, eram completamente vetadas, mesmo que apresentadas de forma sutil, entre elas: a homossexualidade, a miscigenação racial e a ofensa à religião ou aos membros eclesiásticos.

Mesmo após a abolição do código, a temática homossexual prosseguiu sendo um assunto interdito, rodeado por preconceitos, receios e censuras. Aliada à está problemática, as representações eram pejorativas, recorriam a sátira e inferiorização das identidades, uma vez que o cinema produzido em *Hollywood* debochava da homossexualidade como um objeto ridículo, cômico (RUSSO, 1987).

Em contrapartida, tentando subverter essa lógica, as comédias LGBTQ que surgem após a abolição do código, são reverenciadas por muitos como uma forma de celebração de uma sensibilidade homoerótica há muito relegada, que aqui, a partir da visibilidade trazida pelo cinema, encontra espaço para assumir a sua condição gay, legitimando-se. Porém, há que se atentar para o grau de homofobia operando de forma velada nessas produções. Pois, ainda que subversivas, elas refletem o reforço de discursos naturalizados que ecoam nas mais variadas camadas e estratos sociais. Atuando em várias instâncias, o cinema funciona como dispositivo catalisador que auxilia neste processo de naturalização (PAIVA, 2012).

Aprofundando essa discussão, pode-se dizer que as comédias que trazem



representações de *drag queens* raramente não caem na provocação do riso, da gargalhada. Todavia, seria necessário conceber uma distinção entre o riso satírico, preconceituoso, de escárnio, que tem senão a intenção de humilhar e coagir; daquele riso libertador, afirmativo, carregado de catarse, que desponta no indivíduo que ri de si próprio, dos seus desacordos e inadequações dentro dos padrões socialmente estabelecidos pelas estruturas dominantes. O riso dos personagens gays no cinema é positivado quando se mostram sequências e discursos inteligentes, ironicamente construídos como método de resposta a homofobia e ao preconceito (PAIVA, 2012). Dentre os exemplares de filmes assim, é válido mencionar "*Gaiola das loucas*", de 1978.

O cinema LGBTQ destaca-se também pela sua carga dramática que toma as telas e que transpassa as salas de projeção rumando em direção a própria história da comunidade que representa. Logo, faz-se necessário para a compreensão destes filmes atentar para todo legado histórico-cultural que a comunidade gay atravessou, sua trajetória de militância /ativismo, lutas e movimentos que implodiram ao longo das décadas.

Sem esgotar o assunto, tem-se que no fim dos anos 60, concomitantemente a extinção do Código Hays, surgiram os movimentos feministas, os estudos gays e lésbicos, que ocasionaram profundas transformações na sociedade, mudanças inicialmente restritas a um âmbito estadunidense, mas que posteriormente atingiram uma escala global (RHODEN, 2017).

Outro episódio significativo dentro da comunidade LGBTQ ocorreu em Nova York, em 1869, a Revolta de *Stonewall*. Em 28 de junho do referido ano, vários homossexuais que se agrupavam em um bar gay chamado *Stonewall Inn*, pela primeira vez resistiram a opressão causada pela polícia e aos ataques que sofriam constantemente. O embate com a polícia – que obrigava os homossexuais da época a viverem enclausurados – foi brutal, durando 5 dias (RHODEN, 2017).

De acordo com Duprat (2007), após os acontecimentos de *Stonewall*, gays e lésbicas ao redor do mundo iniciaram a "sair do armário", passando a tomar novos posicionamentos, na procura de mais liberdade de expressão e dignidade. Uma cultura gay começou a emergir, manifestos públicos eclodiram nos grandes centros urbanos. Nas artes, desde o teatro ao cinema, realizou-se um volume substancial de produções que hoje se entendem por homoarte.

Posteriormente, o despontar dos movimentos feministas e das reivindicações homossexuais nas décadas de 60 e 70 também foram responsáveis por proporcionar uma abertura maior para novas perspectivas e expressões artísticas. Assim, personagens gays e



lésbicas vão restaurar suas aparições na tela, porém recorrentemente dando vida a papeis perigosos e violentos, pois a homofobia deixa os seus rastros. Apenas a partir dos anos 1990 esta situação mudaria; os personagens homossexuais aparecem mais discretos, se aproximando de uma representação heteronormativa. Contribuindo para esse movimento, despontam filmes de sucesso como "*Uma cama para três*", "*Séra que ele é?*" e "*Filadélfia*". Este último além de tratar-se de uma inserção de uma representação afirmativa, é o principal exponencial da época que trata sobre a temática da AIDS (RUSSO, 1987).

Esta temática, por conseguinte, guarda uma intrínseca relação com o cinema, que, desde os anos 80, configurou-se com um veículo básico de informação para transformar o entendimento do público com relação ao problema da AIDS. Colaborou para desmistificar algumas ideias e romper alguns preconceitos que associavam a doença a orientação sexual. Desse modo, a AIDS deixou de ser percebida como uma "epidemia gay", passando a ser vista como uma situação suscetível àqueles que assumiam um comportamento de risco. Os gays, antes entendidos como principal grupo de risco, tornam-se indivíduos ativos no trabalho de prevenção ao comportamento de risco. O cinema será responsável por promover essa conscientização (PAIVA, 2012).

Nesta perspectiva, filmes como "Noites Felinas" (1992), "As horas" (2002), "Meu querido companheiro", o brasileiro "Cazuza, o tempo não para" (2004) e o já supracitado "Filadélfia" (1993), são obras que em diferentes medidas centram seus esforços na representação do aparecimento da AIDS. Neles, o olhar fílmico irá capturar e expor um mundo de emoções e sensações, produzindo uma estética responsável na contribuição de uma compreensão respeitosa das pessoas acometidas pela AIDS.

Assim, tem-se de forma inédita um discurso que propicia local de fala à comunidade gay, representando indivíduos nas suas vivências, nos seus modos de resistir a uma situação difícil que se apresenta constantemente por meio da estigmatização. A introdução das representações homossexuais no cinema posterior a aparição da AIDS, mostra uma colaboração significativa para um acordar de pessoas e grupos gays no que tange ao cuidado consigo próprio na atribuição do uso dos prazeres (PAIVA, 2012).

Por este ângulo, percebemos que as narrativas do cinema veiculam e constroem relações de sexualidade e gênero. Isto respalda na relevância de investigar as práticas, efeitos e discursos do cinema no que concerne a construção das representações sociais, que, por sua vez, contribuem para o estabelecimento dos papeis dicotômicos — homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual — assim como procurar abordagens que



problematizem as sexualidades de forma sobreposta, na intersecção das identidades, subvertendo o binarismo (BARROS, 2014).

Dialogando mais com essa aproximação, temos uma cinematografia segmentada, um local de produção de nicho, subversivo e independente: o cinema *queer*. Este coopera para uma crítica cultural às sociedades nas quais preponderam o patriarcalismo, o machismo e o sexismo. Assim, esse desdobramento da sétima arte propicia sentidos outros para o imaginário social, atuando no desmonte da ideologia hegemônica (BARROS, 2014).

A seguir, haverá um aprofundamento da discussão sobre o Cinema *queer*, de modo a historicizar esse universo, buscando conceber as suas particularidades, abordagens e reivindicações. Seja nos seus modos de representação, nos seus discursos, ou no caráter disruptivo dos seus filmes.

O Cinema Queer e a subversão das identidades na tela

A palavra *queer* proveniente do inglês, na sua raiz etimológica significa "esquisito", "estranho". Utilizada incialmente para designar pejorativamente indivíduos homossexuais, o vocábulo servia como um sinônimo para acepção "bicha". Posteriormente, foi resgatado em um sentido que não ignorava a sua etimologia, mas que lhe conferiu uma nova conotação, agora favorável. Desse modo, o estranho, o diferente, passa a ser celebrado, a sua significação é positivada, de modo que haja orgulho pela diferença (STAM, 2003).

Atualmente o termo funciona de diversas formas: como prática de leitura sobre um corpus para relatar uma identidade característica; para determinar uma área de investigação; como expressão equivalente para lésbica ou gay; como conceito que compreende uma vasta gama na qual se integram diversas identidades não heteronormativas. Para mais além, conceituá-lo se torna complexo à medida que também é entendido como campo teórico-discursivo sobre desejos, identidades, representações e imaginários sociais, que apontam a sexualidade como dispositivo histórico de poder (BARROS, 2014).

A narrativa clássica do cinema hollywoodiano negou as diferenças sexuais, o local das mulheres e dos homossexuais como sujeitos do desejo, do saber e do poder. De acordo com Nepomuceno (2009), a subversão das identidades no cinema foi incorporada por fendas na tela, representadas por situações que ora levava ao deboche, ora tratava como um drama a ser investigado. As sexualidades dissidentes comportavam uma narrativa ideologicamente marcadora da diferença e da exclusão, operando segundo a norma, a ordem. Os trajetos eram percorridos sempre a margem, sendo definidos como proibidos, passiveis de culpa ou riso,



onde os limites entre o eu e o outro ficavam separados brutalmente.

Com o estabelecimento do Cinema *queer* há um rompimento definitivo com a abordagem antiga de filmes que acompanhavam as "políticas da identidade". Mais do que um movimento cinematográfico, o cinema LGBTQ é um momento histórico, no qual um grupo de cineastas gays e lésbicas, nos anos 90, produzem filmes revigorantes e criativos, em um novo modo de fazer cinema. Embora com verba escassa, o estilo era provocante e ousado. Os filmes do cinema *queer* riam dos estereótipos vinculados aos homossexuais e os esgotavam ao extremo, com o objetivo de empreender novas narrativas políticas que protegiam em sua forma fílmica particular uma maneira precária e tortuosa de ser (SARMET; BALTAR, 2016).

Discorrer sobre uma cinematografia *queer*, é aproximar-se mais de uma abordagem cultural e artística das identidades desviantes, diz respeito a pensar um espaço de representação de uma pluralidade de performances e identidades que se atravessam e se fundem, sem que existam fronteiras entre elas. São indivíduos, pertencentes a uma minoria, que arriscaram declarar seu gênero e sexualidade. Eles percorrem entre suas diferentes identidades, recebendo aceitação ou não (BARROS, 2014).

Este panorama se elucida ainda mais claramente se concebermos que, nos anos 90, frente a um caos de homofobia generalizada em decorrência da epidemia da AIDS, obras como "Paris Is Burning" (1990), "Garotos de programa" (1991) e "Poison" (1991), apareceram com uma linguagem afirmativa e subversiva, tendo por trás diretores nos quais os filmes não só sustentavam a própria estranheza, como a reivindicavam. Se tratavam de filmes excessivos, decididos e, sobretudo, despudorados (SARMER; BALTAR, 2016). Neste sentido, as ideias de Michel Foucault já contribuíam ao nos alertar que existem coisas, bem como pessoas que são inconcebíveis pois não se encaixam numa lógica ou plano admissíveis àquela cultura ou àquele dado momento. Dessa maneira, esses indivíduos são singulares, excêntricos, estranhos. Se relacionando ao aspecto queerness, uma vez que são impensáveis e transgressores (BARROS, 2014).

Em vista disso, o cinema *queer* foi alvo de perseguição e tentativas de censura por causa do conservadorismo político da época. Contudo, essa repreensão não impediu o surgimento de vários outros filmes no período. A exemplo, "Young Soul Rebels" (1991), "The Watermelon Woman" (1996), "All Over Me" (1997). No final da década de 90 em território americano haveria inúmeros festivais de cinema LGBTQ, porém o aumento de produção não quis dizer um aumento de distribuição, uma grande parcela de filmes ficou restrita a circuitos limitados. Juntamente a abundância de produção cinematográfica houve a queda de qualidade,



prontamente diretores heterossexuais quiseram lucrar em cima deste mercado do "dólar queer" ou "pink money" (SARMER; BALTAR, 2016).

Esta problemática influenciou diretamente na feitura dos filmes e nas suas representações, visto que politicas identitárias não dialogavam com os anseios do mercado, por isso os filmes novos colocaram a questão política de lado. As diversas histórias foram realizadas em um modo dramático normativo e altamente conformador para espectadores há bastante tempo desprovidos de qualquer representação do tipo (SARMER; BALTAR, 2016)). Nesse momento, havia um conflito ocorrendo no interior do cinema *queer*, pois este enquanto prática discursiva, refutava o controle institucionalizado pela norma que se impunha ao gênero e às sexualidades (BARROS, 2014).

Mesmo que alguns cineastas pudessem afirmar, com certo embasamento, que estávamos frente a uma reestruturação das identidades queerificadas, de modo a torná-las mercadorias. Isto seguindo a compreensão por parte das empresas que produziam estes filmes, que percebiam o *pink money* como bastante lucrativo (SARMER; BALTAR, 2016). Todavia, nessa conjuntura estas produções acabavam por se aproximarem mais do cinema clássico, que reforçava representações e valores que auxiliavam na definição da rigidez de papeis binários. Á medida que se afastam do cinema *queer*, uma vez que uma das suas principais reivindicações é criar um espaço que expanda novos cenários de visibilidade para que as personas *queer* consigam encenar suas performances de identidades múltiplas por meio dos seus corpos.

O cinema *queer* simboliza um local que se dedica a uma prática discursiva sobre o homoerotismo e a homoafetividade em suas características mais positivas e seus desdobramentos numa sociedade heterossexista (BARROS, 2014). Embora, até mesmo essa percepção é contestável, uma vez entendido que o cinema *queer* nem sempre comporta uma abordagem positivada em suas obras, pois recorrentemente estas podem apresentar representações equivocadas e discursos opressores.

Na contemporaneidade, os desafios transcendem a demarcação de uma visibilidade que provoca o masculino e o feminino, dramaticamente esta provocação é o ponto chave da ação e do enredo. O incitamento é expressar a multiplicidade de masculinidades e feminilidades e perturbar, em outro grau, os corpos aparentes na tela e os corpos dos espectadores (SARMER; BALTAR, 2016). O cinema *queer* se funda e reformula-se através de um mecanismo subversivo, sendo representada pela utilização do exagero e da afetação que tomam forma na composição dos personagens. Que aqui não cedem espaço para o



heteronormativo que higieniza, retira os trejeitos e afetações, anulam o desejo (BARROS, 2014).

Indo a esse encontro, Sarmer e Baltar (2016) mostram a existência de uma mudança no cinema LGBTQ da década de 90 para aquele que vivenciamos a partir de 2010, assinalado pela modificação de uma pedagogia sociocultural para uma pedagogia dos desejos. Se no final da década de 90 havia uma preocupação em falar sobre a homossexualidade de maneira que as batalhas internas girassem em torno de um desejo proibido, ou ainda dos embates externos colocados pelas instituições de poder regulador (religião, família e trabalho), em 2010 o que presenciamos é uma construção dramática do "mostrar". Nem somente da homossexualidade, como também da transgeneridade e de várias outras reivindicações que, ao chegar o século XXI, iniciam a abrir brechas nos locais anteriormente restritos aos homossexuais.

Para fins de conclusão, é concebível afirmar que é essa capacidade do cinema *queer* de perceber as experiências culturais como um conjunto de práticas transversais que possibilita que os discursos sejam refeitos o tempo todo, implicando nas produções fílmicas-culturais em todos os seus aspectos (imagéticos, audiovisuais, históricos e sociológicos) (BARROS, 2014).

Considerações finais

Este artigo se propôs a fazer um levantamento bibliográfico a partir de trabalhos pertinentes a esta pesquisa. A revisão de literatura foi realizada de modo que compusesse um panorama recente acerca do objeto de estudo, os filmes de temática LGBTQ. Desse modo, em um primeiro momento, desenha-se uma trajetória de representação da homossexualidade no cinema, abarcando desde as primeiras manifestações homoerótica em filmes até as mais recentes, passando por momentos importantes tanto para a história do cinema quanto para a comunidade LGBTQ.

Em seguida, aprofunda-se na discussão acerca do Cinema *Queer*, historicizando essa área de investigação, concebendo as suas principais particularidades, pontos de tensão e reinvindicações. Bem como, tratando dos seus discursos, dos seus modos de representação e do caráter disruptivo das suas obras.

Conseguiu-se assim chegar a algumas conclusões que ampliaram a compreensão do problema de pesquisa. Uma das primeiras contribuições é que os finais trágicos nos filmes com representações homossexuais é uma questão que remonta há bastante tempo, desde as suas primeiras representações identitárias no cinema. Um dado relevante é trazido por Nazario (2007), que realiza um levantamento dos filmes das décadas de 60 e 70, onde constata que em



32 filmes, 18 personagens homossexuais são vítimas de homicídio e 13 se suicidam.

Outra questão posta a partir dessa investigação é o reforço de como essas identidades foram censuradas nas telas, o Código Hays é citado por maioria dos trabalhos, demonstrandose um forte silenciador dessas identidades, operando de fato como um mecanismo de poder regulador que servia a ideais hegemônicos.

Pode-se perceber como *Hollywood* tratava a homossexualidade como objeto cômico, instituindo o estereótipo e naturalizando discursos opressores, ridicularizando fortemente essas identidades marginalizadas. Um achado interessante para este estudo foi de como esse riso pode ser trabalho de maneira subversiva nos filmes. Ao ser positivado, aparece de maneira libertadora e afirmativa, funcionando como dispositivo de desmonte de discursos hegemônicos e confronto ao preconceito e homofobia.

A percepção acerca de como os movimentos sociais na década de 60 – os estudos feministas, gays e lésbicos – foram importantes para o cinema de temática LGBTQ, reforçou o pensamento de como estes filmes são contra-hegemônicos e de caráter desviante. Bem como, nos mostra como estes foram responsáveis por propiciar a reinserção das representações homossexuais no cinema e em outras artes. Desse modo, estas manifestações foram importantes tanto para resgatar uma representatividade que vinha sendo solapada quanto para consolidar um caminho de ativismo, de militância, um legado histórico-cultural tão necessário à comunidade gay.

O episódio da AIDS impacta diretamente na sétima arte e nas suas representações, abordá-lo aqui foi relevante porque trouxe uma outra leitura antes não percebida, que diz respeito ao cinema enquanto instituição conscientizadora e desmistificadora de discursos preconceituosos relacionados a temática da AIDS.

Foi possível perceber como as narrativas cinematográficas atuam na construção das relações de gêneros e sexualidades, exercendo enorme persuasão sobre o público, portanto o porquê da relevância de estudar seus discursos, efeitos, práticas e representações. Também a importância do rompimento com a narrativa clássica que ocorre quando o cinema *queer* é instituído. Como este se aproxima mais de uma realística abordagem cultural e artísticas das identidades desviantes, afirmando-se como um espaço plural, sem fronteiras, de várias performances e identidades.

Referências

BARROS, C. S. O homoerostismo sai do armário e vai às telas: o pensamento queer a partir dos filmes Mala noche, Um Chant d'amour e Crepúsculo do caos. 2014. Disponível em



http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/viewFile/10719/8531. Acesso em 16 de jul 2017.

DUPRAT, N. Cinema gay e Estudos Culturais: Como esse babado é possível. Terceiro Encontro de Estudos Mutidisciplinares em Cultura, 2007. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult2007/NathaliaDuprat.pdf>. Acesso em 15 jun 2017.

NAZARIO, L. O outro cinema. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, v. 16, p. 94-109, 2007.

NEPOMUCENO, M. A. O colorido cinema queer: onde o desejo subverte imagens. Anais do II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais, 2009. Disponível em: http://itaporanga.net/genero/gt6/13.pdf>. Acesso 15 jun 2017.

PAIVA, C. C. Imagens do homoerotismo masculino no cinema: um estudo de gênero, comunicação e sociedade. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 2012.

RHODEN, A. C. A formação da identidade homossexual no cinema: "Café com Leite" e a Quebra de Paradígmas. **Revista Advérbio**, v. 7, n. 15, 2017.

RUSSO, V. The Celluloid Closet: Homosexualtty in the Movies. New York, Haper and Row, 1987.

SARMET, E.; BALTAR, M. Pedagogias do desejo no cinema queer contemporâneo. **TEXTURA-ULBRA**, v. 18, n. 38, 2016.

SILVA, M. C. O Kitsch em Romeu e Julieta: Luhrman e Shakespeare. **Revista Jiop**, Maringá, número 1, p. 60 – 68, 2010. Disponível em: http://www.dle.uem.br/revista_jiop_1/artigos.htm. Acesso em 14 de jun 2017.

STAM, R. Introdução à teoria do cinema. São Paulo: Papirus, 2003.

VIRGENS, A. R. A. A homossexualidade e o cinema da retomada: a perspectiva da produção e da distribuição. 2012. Disponível em: http://abeh.org.br/arquivos_anais/A/A038.pdf>. Acesso em 26 jul 2017.



UMA CÂMERA NA MÃO E IDEIAS *QUEER* NA CABEÇA: DESCENTRAMENTOS NO CINEMA BRASILEIRO DOS ANOS DE 2010

Lays Matias Mazoti Corrêa

Mestre em História, Doutora em Ciências Sociais, Docente da UFV/Rio Paranaíba-MG, laysmm@gmail.com Patrícia A. Corrêa Mazoti

Mestranda em Ciências Sociais na UNESP/Marília-SP, correap07@gmail.com

Resumo: Não é de agora que o cinema brasileiro tem trazido novas personagens e temas relacionados a sexualidade e gênero para a discussão. Em razão da organização da mostra "New Cinema Queer: cinema, sexualidade e política" em 2015, a pergunta que se lança é a seguinte: estariam as produções cinematográficas nacionais atuais fomentando um novo cinema queer no Brasil? Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em compreender o que foi e/ou é o New Cinema Queer, assim como avaliar o impacto deste movimento na cinematografia brasileira atual. Dado o contexto que ainda se encontra em aberto, mais do que conclusões, o trabalho pretende lançar alguns apontamentos sobre esse curso recente do cinema brasileiro a partir da proposta queer trazida por dois documentários Favela Gay (2014), de Rodrigo Felha e De Gravata e Unha Vermelha (2015), de Miriam Chnaiderman. Ao tomar o cinema como uma instância pedagógica de nossa contemporaneidade, torna-se preciso compreender como esses documentários têm utilizado e se apropriado deste potencial para às molduras do olhar e da sensibilidade de suas plateias. Para tanto, nosso foco se concentrará na narrativa da subversão do gênero e sexualidade que essas obras abarcam, assim como no descentramento que provocam ao apresentar pessoas que não só desafiam as normas sociais, como também as reinventam. Por fim, a abordagem destas produções oportunizará a apreensão de realidades, desejos e afetos que, embora marginalizados socialmente, revelam singularidades, agenciamentos, resistências e, sobretudo, transgressões.

Palavras-chave: New queer cinema; Cinema; Gênero; Sexualidade; Transgressões.

Introdução

Não é de agora que o cinema brasileiro tem trazido novas personagens e temas relacionados a sexualidade e gênero para a discussão. No entanto, dos anos 2010 para cá, é possível observar o crescimento de produções cinematográficas ficcionais e, sobretudo, as nãoficcionais (documentários) que versam sobre estas questões. Muitos destes tem contribuído significativamente não só para a celebração da memória, como também para a inclusão de personalidades de gênero e sexualidades dissidentes na história nacional, como, por exemplo *Meu Amigo Cláudia* (2009), *Dzi Croquettes* (2010), *Para sempre teu, Caio F.* (2015) e *Divinas Divas* (2017).

Em virtude deste contexto e também da organização da mostra "New Cinema Queer: cinema, sexualidade e política" em 2015, a pergunta que se lança é a seguinte: estariam as produções cinematográficas nacionais atuais fomentando um novo cinema queer no Brasil?



Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consiste em compreender o que foi e/ou é o *New Cinema Queer*, assim como avaliar o impacto deste movimento na cinematografia nacional atual. Como esse contexto ainda se encontra em aberto, mais do que conclusões, o trabalho pretende lançar alguns apontamentos sobre esse curso recente do cinema brasileiro a partir da proposta queer trazida por dois documentários *Favela Gay* (2014), de Rodrigo Felha e *De Gravata e Unha Vermelha* (2015).

Ao tomar o cinema como uma instância pedagógica de nossa contemporaneidade (LOURO, 2000; 2008), torna-se preciso compreender como as produções cinematográficas, em especial, os documentários, têm utilizado e se apropriado deste potencial para às molduras do olhar e da sensibilidade de suas plateias. Não pretendemos adensar os pormenores das produções selecionadas, mesmo porque o espaço aqui é pequeno para esta tarefa. Nosso foco se concentra, então, na narrativa da subversão do gênero e sexualidade que essas obras abarcam, assim como no descentramento que provoca ao apresentar pessoas que não só desafiam as normas sociais, como também as reinventam.

Novo cinema queer no Brasil? Cinema, sexualidade, gênero e política

Queer não é tanto se rebelar contra a condição marginal, mas desfrutá-la.

(GAMSON, 1995, p. 395 apud COLLING, 2011, p. 2).

Em 2015, a Caixa Econômica Federal, com apoio do governo federal¹, exibiu a mostra "New Queer Cinema: cinema, sexualidade e política" em algumas capitais brasileiras, como Curitiba, Fortaleza, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, sob curadoria de Denilson Lopes e Mateus Nagime. A publicação que acompanhou o catálogo dos filmes que foram exibidos enfatiza que seu objetivo é fomentar "a discussão sobre cinema queer no Brasil, seja por autores e pesquisadores brasileiros, seja por uma cinematografia (trans)nacional" (MURARI; NAGIME, 2015, p. 08). Nela, há textos teóricos que versam sobre o fenômeno e o conceito New Queer Cinema, a análise de diversas obras cinematográficas do mundo todo que se enquadram na referida proposta, assim como o papel das mídias digitais contemporâneas na difusão de produções de estética queer sobre outros formatos como música, videoclipes e vídeos experimentais.

-

¹ A mostra contou também com o apoio do Governo Federal, da Giro Produções, o Cineclube LGBT de São Paulo, a Link Digital e a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.



Dentre os filmes selecionados para à mostra, foram exibidas produções representativas do *New Queer Cinema*, sendo estas, em sua maioria, realizadas nos Estados Unidos, como *Garotos de Programa* (1991), Canadá, *Paciência Zero* (1993) e Reino Unido, *Edward II* (1991), para citar algumas. Visando cumprir com o objetivo da mostra no fortalecimento de um cinema queer nacional, os filmes brasileiros selecionados eram recentes e compreenderam as seguintes produções na ordem de exibição: *O animal sonhado* (2015), *Batguano* (2014), *Doce Amianto* (2013), *Tatuagem* (2013), *Estudo em vermelho* (2013) e *Na sua companhia* (2012).

Mas, afinal, o que seria o *New Queer Cinema*? Para Murari e Nagime, foi um movimento político, social e artístico articulado em virtude da crise da aids nos Estados Unidos nos anos de 1980 e 1990, dada a falta de políticas públicas e também do aumento do preconceito contra homossexuais. Ele foi *new* (novo) naquele momento, pois buscou combater a visão conformada e conciliadora do cinema de então, este que apresentava homossexuais, transgêneros e bissexuais a partir de "uma visão que se apresenta inclusiva, mas na verdade funciona apenas para validar uma visão heteronormativa, e geralmente acompanhada da figura dominante do homem branco" (MURARI; NAGIME, 2015, p. 12).

Como é possível perceber, o contexto histórico que fomentou o *New Queer Cinema* nos Estados Unidos abarca as origens históricas da própria teoria queer como nós a conhecemos hoje. Embora o queer remeta-se mais precisamente a década de 1980, seu surgimento "se insere em um cenário aberto pelos novos movimentos sociais surgidos duas décadas antes, sobretudo o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, o movimento feminista e o movimento homossexual" (MISKOLCI, 2012, p. 13).

É no final da referida década - também em virtude do surgimento da crise da aids nos Estados Unidos – que a teoria queer se cristalizaria. Isso porque, diferente da experiência brasileira, lá o enfrentamento da epidemia não contou com o apoio do Estado, pelo contrário, "houve um verdadeiro choque entre as demandas sociais e a recusa do governo conservador de Ronald Reagan em adotar quaisquer medidas" (MISKOLCI, 2012, p. 23).

Em outras palavras, tanto o *New Queer Cinema* quanto o que viria a se tornar a teoria queer participaram e se alimentaram do próprio processo de reavaliação dos movimentos sociais, em especial o homossexual e o feminista do chamado Terceiro Mundo, esses que, no final dos anos de 1980, começaram a trazer críticas quanto ao seu caráter ocidental, branco e de classe média e a priorização de outras demandas: "enquanto o movimento mais antigo defendia a homossexualidade aceitando valores hegemônicos, os queer criticam esses valores, mostrando como eles engendram as experiências da abjeção, da vergonha, do estigma" (MISKOLCI, 2012, p. 25).



Dessa forma, o New Queer Cinema configurou-se como uma ação política através da arte. O conceito em si foi cunhado pela estadunidense e crítica de cinema B. Ruby Rich em 1992. Na ocasião, a autora escreveu um artigo sobre o surgimento de um conjunto de filmes apresentado no Festival dos Festivais de Toronto² em 1991 que, para ela, apresentavam as novas tendências cinematográficas: a "queer sensation" (RICH, 1992). Dada a repercussão de seu texto, o mesmo foi reimpresso no mesmo ano sob um novo título que passaria a designar esse movimento cinematográfico: The New Queer Cinema. Para Rich, tratava-se de produções que estavam "fazendo algo novo, renegociando subjetividades, anexando gêneros inteiros, revisando histórias em suas imagens. Ao longo de todo o inverno, da primavera e do verão, a mensagem foi alta e clara: queer é sexy" (RICH, 2015, p. 18).

Rich destacou que tais produções não compartilhavam de "um único vocabulário estético, estratégia e preocupação" (RICH, 2015, p. 20), mas que, mesmo assim, poderiam ser agrupadas num conjunto, pois as obras apresentavam traços

> de apropriação, pastiche e de ironia, assim como uma relaboração da história que leva sempre em consideração um construtivismo social. Definitivamente rompendo com abordagens humanistas antigas e com os filmes e fitas que acompanhavam políticas da identidade, essas obras são irreverentes, enérgicas, alternadamente minimalistas e excessivas. Acima de tudo, elas são cheias de prazer. Elas estão aqui, elas são queer, acostume seus quadris a elas (RICH, 2015, p. 20).

Curiosamente, o furor do New Queer Cinema dissipou-se quando este alcançou o mainstream³, diluindo-se em meio ao vasto catálogo das produções cinematográficas do momento. Em outras palavras, ainda que o movimento tenha contribuído para estremecer a indústria cinematográfica norte-americana, o potencial transgressivo do New Queer Cinema arrefeceu-se diante da fixidez estrutural do mainstream cinematográfico que limita a liberdade artística dxs criadorxs.

As perguntas que ficam então são: as produções cinematográficas brasileiras de 2010 podem ser compreendidas como um novo cinema queer nacional tal como colocaram os curadores da mostra ocorrida aqui no Brasil em 2015? Se até hoje ainda não há consenso entre os pesquisadores da área sobre a proposta política e estética do New Queer Cinema e ainda existe o questionamento do que foi/é novo nesse movimento, a resposta parece então estar distante (BESSA, 2014, p. 54).

² Atualmente é chamado de Festival Internacional de Cinema de Toronto – TIFF.

³ Designa a corrente principal, no caso, da indústria cinematográfica, essa que geralmente se caracteriza na produção de filmes comerciais, voltados para o alcance de um grande público.



No entanto, se tomarmos as orientações de Karla Bessa quando ela ressalta que o queer cinematográfico deve priorizar a problematização "de nossas convenções e verdades acerca da sexualidade e do gênero, rompendo binarismos ('homem *versus* mulher', heterossexualidade *versus* homossexualidade, etc)" (BESSA, 2014, p. 54), a resposta seria sim, uma vez que é possível identificar essas características num conjunto diverso de produções cinematográficas nacionais dos anos de 2010.

Desse questionamento, outro se origina: assim como o *New Queer Cinema* norte-americano, estaria o novo cinema queer brasileiro ameaçado diante do *mainstream*? Ou melhor, estaria o cinema brasileiro passando por esse processo atualmente? As perguntas são pertinentes porque é possível perceber o surgimento de um conjunto de filmes de temática LGBT que, embora tenham enfrentado dificuldades em adentrar o circuito comercial, foram veiculados para o grande público das salas de cinema, como por exemplo: *Flores Raras* (2013), o já mencionado *Tatuagem* (2013), *Hoje eu quero voltar sozinho* (2014), *Praia do Futuro* (2014), *A Glória e a Graça* (2017), dentre outros.

Ainda que essas produções apresentem estéticas inovadoras que desafiam a indústria cinematográfica nacional, é possível perceber nas obras de maior apelo comercial, como *Flores Raras* e *A Glória e a Graça*⁴ (ambas produzidas pela Globo Filmes), certas acomodações à norma, restringindo-se a tarefa de humanizar as personagens de gênero e sexualidades dissidentes e apresentá-las como parte da sociedade atual.

Paralelamente a este processo, o cinema brasileiro contemporâneo tem também registrado um aumento significativo de produções não-ficcionais, documentários, cujo enredo privilegiam uma proposta queer, isto é, propõe o combate à abjeção dos corpos de pessoas de gênero e sexualidades dissidentes, esboçando, assim, possibilidades de existências a partir da reinvenção de resistências contra a heteronormatividade e "às normas de inteligibilidade cultural" dos gêneros (BUTLER, 2003, p. 39). O aumento dessas produções é significativo uma vez que o documentário ocupa uma posição marginal se comparado ao cinema de ficção. As barreiras comerciais presentes na crença que documentário não rende bilheteria limitam a visibilidade e apreciação deste tipo de produção, fazendo com que tal obra não consiga atingir o grande público.

⁴ Fizemos uma análise deste filme no trabalho "Travestilidade no cinema brasileiro contemporâneo: a produção de (in)visibilidades em 'A Glória e a Graça' (2016)" apresentado no 3° Desfazendo Gênero – Com a diferença, tecer a resistência, realizado de 10 a 13 de outubro de 2017, na UEPB, em Campina Grande-PB. A publicação do referido texto nos anais do evento está prevista para junho de 2018.



Em outras palavras, os documentários não circulam efetivamente nas grandes telas de todo país, e quando o fazem, restringem-se aos grandes centros urbanos. Apesar disso, a visibilidade e crítica dessas produções têm sido oportunizadas através de cine debates organizados por instituições universitárias, como o CinePagu da UNICAMP, comerciais, como o SESC (Serviço Social do Comércio), além de organizações não-governamentais (ONGs) e estabelecimentos destinados para a promoção de cultura e arte.

Também se destacam nesse enredo as mostras organizadas pelos festivais de cinema, sejam aqueles destinados à seleção de obras que abordem temáticas sobre gênero, sexualidade e direitos humanos, como também os festivais nacionais. Esse conjunto compreende então desde as agremiações mais consagradas, como o Festival MixBrasil de Cultura da Diversidade, Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, Festival de Gramado, Mostra de Cinema de Tiradentes e Festival do Rio, como também outras criadas recentemente, como Olhar de Cinema: Festival Internacional de Curitiba; Festival da Diversidade Sexual e de Gênero (*Recifest*) e Festival Periferia Trans de São Paulo, para citar algumas.

Ainda que a circulação restrita dessas obras seja negativa quanto ao seu alcance pedagógico, esta mesma característica apresenta um potencial mais libertário a essas produções, engendrando uma saída diante da acomodação normativa que o *mainstream* exerce sobre o cinema brasileiro. Em outras palavras, a escolha por este tipo de produção e a representação de histórias reais pode ser compreendida também como expressão de resistência frente aos modelos impostos pela indústria cinematográfica nacional.

Na contemporaneidade, a limitação orçamentária geralmente imposta às produções dos documentários compensa-se a partir do "barateamento da produção fílmica com o uso de câmeras digitais e softwares de edição. A ideia na cabeça e câmera na mão continua sendo um potencial transgressor que libera a criatividade para fora dos esquemas narrativos e cinemáticos dos filmes de alto custo" (BESSA, 2014, p. 54). A estética e o apelo da crítica queer em muitas dessas produções também podem ser entendidas a partir do contexto histórico atual, uma vez que a visibilidade de personagens de gênero e sexualidades dissidentes na mídia tradicional, em especial, nas novelas, e também em outras produções artísticas, como a música, já é um fato consumado.

No entanto, a espetacularização social desencadeada por esse processo tem contribuído ainda mais para o confinamento destas pessoas às zonas de abjeção, dada as reações violentas, perseguições políticas, ataques verbais e físicos cometidos por grupos conservadores e religiosos ortodoxos (BESSA, 2014, p. 54). Em outras palavras, o questionamento da heterossexualidade, ainda que seja importante, é suficiente para a superação do estigma, da



ofensa e da abjeção, mesmo porque esse processo tem sido conduzido a partir da política da tolerância, isto é, através da (re)integração das pessoas de gênero e sexualidades dissidentes às normas sociais. Assim, as práticas sociais e políticas queer não direcionam suas forças para o questionamento da heterossexualidade, mas sim na luta contra a abjeção, pois

a problemática queer não é exatamente a da homossexualidade, mas a da abjeção. Esse termo, 'abjeção', se refere ao espaço que a coletividade costuma relegar aqueles que aquelas que consideram uma ameaça ao seu bom funcionamento, à ordem social e política. (....) A abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça a visão homogênea e estável do que é a comunidade. (MISKOLCI, 2012, p. 24).

É justamente sobre esta questão que alguns documentários produzidos recentemente dedicaram suas abordagens. Ao utilizar um formato mais tradicional de documentário, isto é, a partir da abordagem de entrevistas, o que se procura destacar não é a estética selecionada, mas as histórias, questões, problemáticas e resoluções vividas pelas pessoas entrevistadas. *De Gravata e Unha Vermelha* (2015), da cineasta e psicanalista Miriam Chnaiderman, problematiza a ordem cultural compulsória entre sexo/gênero/desejo a partir do relato de pessoas travestis, transexuais, homossexuais e também aquelas que realizam diferentes experimentações de gênero. A obra ganhou o Prêmio Félix como o melhor documentário de temática LGBT no Festival do Rio de 2014.

Ainda que se perceba uma clara tendência em privilegiar a abordagem de experiências e vivências das pessoas conhecidas no universo artístico e/ou da militância LGBT – como a cartunista Laerte, a atriz Rogéria, o cantor Ney Matogrosso, o estilista Dudu Bertholini, o DJ e modelo Johnny Luxo, o primeiro transexual brasileiro João Nery, a cantora Candy Mel, a presidente da Associação Brasileira de Transgêneros Letícia Lanz, o designer de chapéus Eduardo Laurino, o estilista de *drag queens* Walério Araújo, o ator Léo Moreira Sá, o ex-Dzi Croquettes Bayard Tonelli – o documentário buscou mesclar esses relatos com outros emitidos por pessoas comuns, "anônimas", como a transexual que espera pela cirurgia de redesignação sexual Tais Gomes, a professora Bianca Soares, Samantha Aguiar, o produtor rural Benedito Messias Magalhães e os mecânicos Giovani Vieira da Costa e Jefferson Batista de Araújo.

Esses últimos, são homens heterossexuais que começaram a se vestir de mulher como uma brincadeira entre amigos, mas que acabou virando uma tradição carnavalesca celebrada e ansiada anualmente. Em seus relatos, ressaltam que vestir-se como mulher não ameaça suas masculinidades, pelo contrário, por vezes, conforme Giovani, acaba sendo um facilitador para se relacionar sexualmente com as mulheres.



Embora a maioria dos relatos sejam marcados pelo peso ainda carregado do estigma, do preconceito e pelas dificuldades de aceitação familiar e social, suas falas registram o processo que permeou e/ou ainda permeia a travessia de gênero, isto é, a construção subjetiva de suas identidades de gênero. O que se destaca é, justamente, a multiplicidade, por exemplo, de experiências transexuais: enquanto algumas pessoas anseiam pela cirurgia de redesignação sexual, outras não abdicam do desejo que seus órgãos genitais oferecem, como Letícia Lanz, que se coloca como "uma mulher com pênis".

A quebra da coerência entre sexo/gênero/desejo imposta pela matriz heterossexual se exacerba em duas situações: primeiro no relato de Dudu Bertholini, que declara gostar do seu corpo masculino, de se relacionar sexualmente com homens e também de fazer experimentações de gênero, mesclando elementos do universo masculino e feminino, o que, por sua vez, para ele, o faz ser um *genderfucker*. Segundo, na vivência de Letícia Lanz. Sua transição de gênero ocorreu aos 50 anos, depois de três décadas de seu casamento. Esse processo, no entanto, não a conduziu ao enquadramento da norma, isto é, não a levou a manter uma "relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo" (BUTLER, 2003, p. 38), já que não alterou o seu desejo por mulheres e, por isso, continua casada até hoje com a psicóloga Ângela Dourado.

Mas se nessa produção as vivências e experiências das pessoas comuns foram ofuscadas, *Favela Gay* (2014) realiza o inverso, trazendo para o centro do debate pessoas de gênero e sexualidades dissidentes que se encontram nas margens da sociedade carioca, mais especificadamente, nas comunidades Rio das Pedras, Rocinha, Cidade de Deus, Andaraí, Complexo da Maré, Vidigal e Complexo do Alemão.

Dada a junção das duas palavras que compõe o título do documentário, é possível imaginar as dificuldades sociais e financeiras encontradas para sua produção. Isso não impediu, no entanto, que a obra vencesse o prêmio de melhor documentário pelo voto popular no Festival do Rio, também de 2014.

O enredo que sustenta toda a produção reúne os relatos de doze entrevistadxs: o maquiador e *drag queen* Maxwell, xs cabelereirxs Martinha e Flávio, a universitária Rafaella, o coreógrafo de escola de samba Carlinhos do Salgueiro, a ativista Gilmara, o casal de cantoras Dejah Idalice e Jeckie Brown, o presidente do Grupo Diversidade LGBT do Complexo do Alemão Luiz Moura (Guinha)⁵; as prostitutas Michelli e Pandora. A única pessoa "pública" entrevistada foi o deputado Jean Willys, eleito pelo Rio de Janeiro. Como se observa, a escolha

.

⁵ Infelizmente, Guinha foi mais uma vítima da homofobia e foi assassinado em 2014.



do título não foi muito feliz, já que a designação gay não representa as vivências e experiências múltiplas de todas as pessoas entrevistadas, já que incluem mulheres transexuais (Martinha, Rafaella e Gilmara), travesti (Pandora) e lésbicas (Dejah e Jeckie), além de homossexuais.

A maioria dos relatos buscaram enfatizar como foi o processo de aceitação própria e social de sua sexualidade e da travessia de gênero num contexto em que a violência, o tráfico, as drogas e a prostituição se fazem recorrentes. Neles, percebe-se a ênfase dada ao enfrentamento da abjeção e a superação do estigma, da vergonha e do preconceito através dos estudos, da arte, da dança, da música e/ou do ativismo. Curiosamente, foi justamente essa questão se destacou, negativamente, em grande parte das críticas realizadas sobre o filme. O otimismo da superação e a construção de um orgulho identitário incomodou a crítica, fazendo-a ressaltar que a obra não conseguiu atingir a complexidade e profundidade das questões tratadas em seus contextos sociais específicos, prendendo-se somente na narrativa dxs entrevistadxs selecionadxs.

Ao assistir o documentário, é possível perceber que esta foi justamente uma escolha do enredo: não conduzir toda a fala das pessoas para que elas pudessem, com autonomia e liberdade, narrar o que queriam visibilizar de si, de suas experiências e vivências. Assim, as questões narradas não são tratadas com profundidade intencionalmente, o único que ensaia fazer isso, nos breves momentos em que apareceu, é Jean Willys, cuja fala é direcionada para revelar o próprio objetivo da obra: apresentar existências e resistências possíveis.

É interessante pensar o porquê isso incomodou parte da crítica, já que a produção parece ter frustrado as expectativas que ansiavam por relatos de experiências marcados somente pelos preconceitos, violências e tragédias. Nenhumx dxs entrevistadxs "coloriram" suas experiências, pelo contrário, enfatizaram a influência direta do tráfico, da prostituição, das drogas nas suas vidas, destacando, inclusive, que, por vezes - como relatado por Rafaella, Flávio e Guinha - tiveram que lançar mão da violência verbal e física para se protegerem e conseguirem respeito.

No entanto, é preciso perceber que não é somente essas questões que permeiam suas vidas: há também muito carnaval, bailes funks e *gaymados* (jogo de queimada cujos participantes são LGBTs). Por isso, muitxs fizeram questão de ressaltar como a vida em suas comunidades melhoraram nos últimos anos, tornando-se possível, por exemplo, a organização das primeiras Paradas Gays de suas comunidades.

Embora os relatos possam ser agrupados num conjunto, dada a tônica da superação dos estigmas sociais que os norteiam, não há um caráter uníssono das experiências narradas. Enquanto Martinha conta, com orgulho, o início de sua transição de gênero que se deu a partir do reconhecimento das transexuais mais velhas de sua comunidade por meio de seu "batizado"



simbólico, Pandora apresenta uma experiência diferente. Embora não se coloque como travesti ou como transexual é possível perceber seus medos e angústias nesse processo de travessia de gênero. Diferente dos outros momentos em que foi entrevistada, no final do documentário, ela aparece sem peruca, sem maquiagem, usando short e camiseta. Ali, ressalta ter se aproximado da religião, essa que, embora parece ter contribuído para se afastar da prostituição, também foi determinante para que começasse a se ver de forma "diferente" e "estranha", levando-a "tomar raiva da Pandora".

Ainda que tenha optado por se apresentar somente com esse nome, na sua fala, Pandora passou a surgir como uma espécie de alter ego, diz ela: "Eu não quero mais a Pandora! Eu tô bem, tô muito bem assim! Ela ganhava muito num dia e gastava tudo naquele dia! Ela não pensava no amanhã". Na sua percepção, foi todo esse processo e também o alto custo da manutenção de Pandora, de suas perucas, implantes, roupas, maquiagens e unhas, que a levou se desfazer dela: "peguei ela, guardei ela na caixinha de Pandora, botei ela no mar e ela foi embora. Ela seguiu o rumo dela e agora eu não sei qual é o destino. Não sei pra onde ela vai parar. Faço nem noção, onde é que aquela caixa vai parar. Quem abrir, não sei o que vai acontecer! (risos)".

O documentário se encerra, mas as vidas narradas seguem. Será que Pandora permaneceu, de fato, em sua caixa? Felizmente parece que não. Um ano depois, as fotografias do Festival do Rio de 2014 registraram seu ressurgimento com seus longos cabelos pretos, brincos, vestido e salto alto. Não se sabe, hoje, se ela permaneceu o voltou para a caixa. Apesar disso, Pandora nos ensina muito, sobretudo, ao evidenciar que o gênero é, de fato, um processo que se constrói socialmente e se reinventa subjetivamente.

Considerações finais

Como fechar um texto que trata de um contexto cinematográfico totalmente aberto e que ainda pode tanto surpreender como decepcionar? Apesar dessa difícil tarefa, o caminho é tentar responder a pergunta estabelecida anteriormente: há um novo cinema queer no Brasil? De fato, não é possível identificar com precisão o que é "novo" nestas produções, mesmo porque muitas das propostas trazidas pelas obras ficcionais e não ficcionais contemporâneas já ilustraram muitas produções de outrora, como *Vera* (1986) que evidenciou o cotidiano de uma pessoa que nasceu biologicamente como Vera, mas que lutava para ser Bauer (BESSA, 2014, p. 52) e também as personagens Ângela Carne Osso de *A mulher de todos* (1969), a *Rainha*



Diaba (1974) e *Madame Satã* (2002) que chacoalharam os valores morais de sua época ao desafiar os limites da feminilidade e da masculinidade na construção de suas subjetividades.

Ainda que as produções cinematográficas contemporâneas não tragam elementos totalmente "novos" e "inéditos", é possível identificar um certo aprofundamento das questões e problemáticas que norteiam gênero e sexualidades. Nesse processo, os documentários se sobressaem, uma vez que seu potencial transgressivo na recusa ao enquadramento às normas e convenções sociais se apresenta de forma mais explícita. Nessas produções já se faz presente o uso de novos vocabulários e a apresentação de novas reinvenções de ser, existir e resistir.

O documentário de média-metragem *Bichas, o documentário* (2016) é um bom exemplo desse processo. A iniciativa partiu do publicitário Marlon Parente que, após viver um episódio de homofobia em que ele e alguns amigos foram ameaçados com uma arma, pegou uma câmera emprestada e reuniu o relato de experiências e vivências de seis amigos - Bruno Delgado, Igor Ferreira, Ítalo Amorim, João Pedro Simões, Orlando Dantas e Peu Carneiro - como uma forma de superar a situação de impotência e desespero frente a homofobia e violências que muitas pessoas, como ele próprio, já vivenciaram. Detalhe: o único investimento de Marlon Parente para a produção de *Bichas* foi a aquisição de um microfone que custou dez reais. A distribuição e divulgação do filme foi realizada a partir da plataforma *YouTube*. Atualmente, o documentário já contabiliza aproximadamente 732 mil visualizações.

Todos os entrevistados se apresentam orgulhosamente como bichas. Ao lado dos relatos das suas primeiras experiências sexuais e das dificuldades de "sair do armário" para a família e para a sociedade, narram também o processo que os conduziu para a ressignificação da ofensa "bicha" e "viado" na construção de suas subjetividades, conformando, assim, um orgulho identitário.

Para eles, a ofensa só obtém seu efeito negativo quando ela é entendida como insulto e rejeitada pela pessoa que a recebeu. Quando esta não a concebe enquanto uma humilhação, mas como parte de seu ser e de seu orgulho, ela consegue neutralizar o rebaixamento e a vergonha que a configuram. Dessa forma, semelhante ao inglês queer que foi incorporado e ressignificado pela teoria queer, no documentário, de um xingamento, bicha transforma-se não só enquanto um mecanismo de defesa, mas também como sinônimo de liberdade e transgressão.

Também é importante ressaltar que os documentários brasileiros contemporâneos têm trazido à tona discussões invisibilizadas dentro do próprio meio LGBT, dado a permanência do seu caráter branco, masculinista e homossexual. É possível perceber um aumento no número de produções que narram não só as múltiplas experiências de pessoas transexuais e travestis, mas também as vivências interseccionais entre gênero, sexualidade e raça como as recentes



produções de *Meu corpo é político* (2017), de Alice Riff e *Bixa Travesty*, de Kiko Goifman e Claudia Priscilla (2018), essa última baseia-se na vida da artista trans paulistana Linn da Quebrada, que também foi uma das entrevistadas da obra de Alice Riff.

Grande parte das produções citadas ao longo deste trabalho incorporaram a proposta queer no fazer cinematográfico. Dessa forma, a escolha pela produção de documentários pode então ser compreendida como uma estratégia para impedir que aconteça o mesmo processo do *New Queer Cinema* nos Estados Unidos: evitar que o queer perca seu potencial e se torne conformado no *mainstream*, fazendo com que prossiga promovendo não só um aprendizado pelas diferenças, mas sobretudo, pelas transgressões. Ainda não é possível saber os desdobramentos desse momento histórico, mas certamente permaneceremos aqui ansiosxs e esperançosxs para as próximas produções.

REFERÊNCIAS

BESSA, Karla A teoria queer e os desafios às molduras do olhar. In: *Revista Cult*, São Paulo, n° 193, ago-2014, p. 48-54.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leandro. Teoria Queer, 2011. In: ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de (org.). *Mais Definições em Trânsito*. Disponível em http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page_id=823. Acesso em 04 mar 2018.

LOURO, Guacira. O Cinema Como Pedagogia. In: LOPES, Eliana e outros (Orgs.). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Cinema e sexualidade. In: *Educação e Realidade*. Jan/jun. 2008. Vol. 33, nº 1, p. 81-98.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer*: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MURARI, Lucas; NAGIME, Mateus (orgs). *New Queer Cinema* – cinema, sexualidade e política. São Paulo: Caixa Econômica Federal, 2015.

RICH, B. Ruby. New gay film. A queer sensation. In: *The Village Voice*, march 24, 1992.

_____. New Queer Cinema. In: MURARI, Lucas; NAGIME, Mateus (orgs). *New Queer Cinema* – cinema, sexualidade e política. São Paulo: Caixa Econômica Federal, 2015.



UMA PROPOSTA ETNOGRÁFICA: O UNIVERSO PERFORMATIVO DE HOMENS NEGROS BALIZADORES E MORES DE FANFARRA NA BAHIA

Autor: Vinícius Zacarias (Vinícius Santos da Silva) Orientador: Prof. Dr. Wilson Rogério Penteado Jr. vinicius.museu@hotmail.com

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Resumo: Este projeto de pesquisa científica, em forma de artigo, tem interesse em descrição etnográfica densa (GEERTZ, 2008) das performances de homens negros balizadores e mores de fanfarra nas celebrações cívicas na Bahia, através de uma perspectiva interseccional (CRENSHAW) explorando de conceitos como "performantividade de gênero" (BUTLER, 2003) e "aparições coloniais" (FANON, 2008). Usaremos como inspirações metodológicas a crescente Antropologia da Performance (SCHECHNER, 1985) e tendo como fio condutor os estudos de masculinidades negras (RIBEIRO & FAUSTINO, 2013) a pesquisa pretende investigar as dinâmicas, conflitos e tensões presentes nas expressões culturais performáticas e subjetividades de homens negros gays na Bahia.

Palavras-chave: Performance, Gênero, Raça, Expressões Culturais, Balizadores.

1. INTRODUÇÃO: Da justificativa, relevância e originalidade do objeto de estudo

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (PPGCCS/UFRB), qualificado na disciplina de Metodologia da Pesquisa ministrada pela Profa. Dra. Ângela Figueiredo, e sua introdução apresenta o objeto de pesquisa, sua justifica, relevância e originalidade, descrevendo sobre a potencialidade investigativa e as plasticidades envoltas nas significações expressas pelos conflitos e tensionamentos das performances de homens negros balizadores e mores de fanfarra nos desfiles cívicos na Bahia. Infelizmente, fizeram-se necessário subtrair tais elementos textuais que auxiliariam o leitor a compreender de forma satisfatória a proposta de pesquisa, a fim de adequação do documento as regras de formatação para posterior publicação dos anais.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO: Da formulação de epistemologias, hipóteses e problemas científicos



A escolha do objeto de estudo deriva do interesse de pesquisar as expressões culturais invisibilizadas e marginalizadas envoltas em problemas de gênero, sexualidade e paradigmas raciais. Esta pesquisa usará do método etnográfico, com objetivo de investigar de forma interseccional as dinâmicas sociais derivados das aparições performativas de homens negros balizadores e mores de fanfarra em expressões culturais cívicas na Bahia.

O trabalho qualitativo é constituído pela descrição etnográfica, constituída pela observação sistemática das celebrações cívicas na Bahia e diário de campo (Malinowski, 1935). Além disso, utilizaremos entrevista coletiva para coleta de dados discursivos e *whorksop* para coleta de dados transversais, com compartilhamento de experiências e subjetividades dos sujeitos pesquisados.

Com uso desses recursos metodológicos, a pesquisa inspira-se teoricamente na Antropologia Interpretativa, conforme aponta Geertz

O antropólogo deve descrever seu objeto de estudo em suas diversas particularidades, levando em conta todos os pequenos fatos que cercam sua vida social. Não bem os fatos em si, mas a ação social desses fatos. Não se busca leis gerais, mas sim significados/significações. A ciência do antropólogo deve ser interpretativa em busca de significados, destacando explicar e interpretar expressões sociais que são "enigmáticas na sua superfície" (GEERTZ, 2008, p. 4)

O trabalho entende a cultura como teias de significados que o ser social mesmo teceu. Em sua análise, não se deve buscar leis ou regras que definiam a funcionalidade de pensamentos e práticas culturais, mas buscar explicações e significados, sendo possível, através de um esforço intelectual e interpretativo, resultar na "descrição densa" (Geertz, 2008).

Nesse esforço atribuiremos técnicas postas pelos estudos ascendentes da Antropologia da Performance, levando em consideração a efemeridade do objeto de pesquisa, e na tentativa de investigar as dinâmicas sociais envoltas nesse fenômeno, chamando de "universo performativo de balizadores e mores de fanfarra da Bahia".

Advinda dos estudos sobre ritos de passagem (Van Gennep, 1978), cuja obra traz fortes formulações para a pesquisa, e dos dramas sociais (Turner, 1982), a Antropologia da Performance manifesta-se por diversas correntes, conceitos e expressões de ato performático e novas resignificações, procurando compreender a complexidade das relações cotidianas e drama social

A recente antropologia da performance busca compreender as dimensões de uma nova dinâmica social. Os problemas levantados por essa nova perspectiva focam sua atenção na evidenciação das dicotomias sociais, nas contradições e nas novas formas



de relações, específicas de um mundo fragmentado. Os estudos sobre performances surgem então como um método de pesquisa dessa realidade que em muito nos apresenta como avessa e conflituosa. (DUARTE e MENEZES, 2008, p. 48)

A fim de oferecer etapas de análise e interpretação para o estudo etnográfico, utilizaremos a proposta de exame da sequência total da performance em sete fases distintas (Schechner, 1985): "treinamentos"; oficinas; ensaios; aquecimentos; performance propriamente dita; "esfriamento"; e "desdobramento". Essas etapas funcionam como um esmiuçado das três fases descritas por Van Gennep (separação, transição e incorporação).

Richard Schechner será a principal referência teórica no referente aos Estudos de Performances, pois consegue desenvolver um postulado aplicável ao fenômeno espetacular dos balizadores e mores de fanfarra. O autor parte de definições como "audiência" e "performer" e na compreenção da noção de performance como um movimento *continuum*, ou seja, que transita entre o "rito" e "teatro" e vice-versa (Schechener, 1988, p. 20). Para ele, o que diferencia **ritos** e **teatro** serão a **eficácia** e o **entretenimento**, consequentemente.

A eficácia seria, segundo Schechner, a performance capaz de provocar mudanças efetivas na organização social, redefine posições, papéis, status ou soluciona conflitos. Já o entretenimento é a performance de espetáculos cênicos, para o lazer e distração *audiência*, ou seja, o objetivo principal é entreter. Porém, segundo Schechner, essas distinções seriam a consideração objetiva da diferenciação de rito e teatro, acreditando não haver nenhuma performance que seja puramente eficácia ou entretenimento.

Schechner elabora, a partir disso, duas categorias essenciais: **transportação** e **transformação**. A primeiro significa que através da performance, independente de qualquer que seja, o *performer* é transportado para outro determinado lugar, transmitir a um novo espaço ou ambiente, que pode ser, inclusive, recriado momentaneamente, "[...] experiência singular de 'ser levado a algum lugar', quando num estado de 'transe', ou o desafio (psicológico) de tornar-se o 'outro' sem deixar de ser a si mesmo" (Da Silva, 2005). A transportação também cabe a *audiência*: enquanto ator social, a platéia é estimulada a experimentar outros papéis como diferente de suas vidas cotidianas "ele poderá se sentir mais 'livre' para explorar com ousadia o repertório variado de papéis sociais e, assim, expressar, sem receio, as suas emoções, chorar, gargalhar, agir com irreverência, gritando, assoviando alto, etc" (Da Silva, 2005).

Essa experiência de caráter temporário (transportação) pode elevar ao status permanente de codificação social - transformação, ou seja, a constituição de novos papéis e



status sociais desencadeados pela performance. Há a possibilidade, segundo Schechner, desses movimentos de deslocamentos subjetivos serem tão intensos a ponto dos atores sociais, tanto *performer* e audiência, refletirem sobre os 'problemas não resolvidos', ou seja, o despertar de uma concrescência crítica sobre si e o mundo. Essas categorias são entendidas no processo de movimentos contínuos (do rito ao teatro – teatro ao rito) – ou seja, performance.

Essa formulação relaciona-se ao que Judith Butler entende enquanto "performantividade de gênero", ou seja, o ato contínuo e ordinário de legitimação social no espectro de existência válida binária (homem e mulher) dos corpos. Sabemos pela apresentação do objeto que os balizadores e mores desempenham ações corpóreas difusas aos padrões de gênero e estereótipos raciais estabelecidos socioculturalmente, sendo esses os elementos para os possíveis conflitos e tensões, bem como estratégias e ressignificações de ações.

Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa "ação" é uma ação pública. Essas ações tem dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter conseqüência (...). (BUTLER, 2003, p. 200)

A disfunção de gênero e estereótipos raciais são os maiores desafios de análise, devido aos paradigmas dos sujeitos em performances. Dito isso, pois, de fato, a função inicial das balizas de fanfarra eram apenas levar graça e leveza as comemorações cívicas (Cabral, 2012, p. 13), não era, sob hipótese alguma, desempenhada por homens, sobretudo negros, com desempenhos artísticos elevados a transgressão dos comportamentos em expectativa de gênero e raça. Na rua, os balizadores desobedecem as normas de regulação corporal, fazendo de forma artística e ensaiada tudo que não é criado e expectativado para o "homem masculino" e cabível ao estereótipo para um homem negro.

Contudo, no prefácio de *Gender Trouble* de 1999, Butler pondera essas leis corpóreas à instituição contextual pelo qual o corpo é compreendido e culturalmente sustentado na duração temporal (Butler, 1999, p. XV). Nesse sentido, estamos contextualmente voltando o olhar de investigação para as expressões culturais de rua, em performances cívicas na Bahia desempenhada por homens negros: o contexto dinâmico instituído que insere a problemática de investigação é o universo das performances artísticas. Trata-se de performances de subversão corpórea temporária sobre o cosmos da plataforma da arte.

Adendo! Precipitável as orientações sexuais performers, mas considerando a



impossibilidade da performatividade de gênero ser analisada em dissociação aos regimes reiterativos, regulatórios e coercitivos do corpo frente à hegemonia sexual e toda insistente negação social envolta, atenho-me a referir e demarcar politicamente os sujeitos pesquisados, inicialmente, a homens negros *gays*.

Esse espectro entre performance, discurso de legitimidade de gênero e regulações sexuais são responsáveis por formar o que considera-se enquanto corpos viáveis, na vida possível a ser vivida. Consequentemente, esses corpos também ficam responsáveis pela não-legitimação da categoria de "humano", que apesar de estarem vivos, não há vida social de reconhecimento. O gênero, em suma reiteração da performatividade, reforça a percepção de legitimidade do sujeito social, porém, paradoxalmente, a desobediência de comportamento do gênero tem condições de valoração através das expressões culturais de rua, funcionando ao modo de reduzir a uma "projeção" ou "aparições" de balizadores e mores negros a meras alegorias performativas ininteligíveis culturalmente. Com isso, lança-se o desafio de compreender e interpretar densamente esse fenômeno social.

Com isso, os questionamentos aparecem evidentes: estaríamos diante da aceitação moderada de androginia? Podem estes corpos perverter normas heterossexuais e, portanto, suspender *temporariamente* estas normas? Que efeitos causam ações corpóreas sobre a rigidez da masculinidade? Estas concessões nos dizem algo sobre a ressignificação das normas? A suspensão da heterossexualidade compulsória pontaria, por meio do espetáculo, chances de ressignificação destes corpos masculinos?

Com os conceitos formulados por Butler e amparados teórico e metodologicamente em Schechner aplicados ao balizadores e mores, nos deparamos com a ideia de *liminaridade* – dada a singularidade e ambigüidade do papel representado - do *performer* no ato prático de seu desempenho na transportação, faz-se com que pensamos na hipótese do sujeito em dinâmica relacional incorpore duas ou mais potências de ser pela aparição da audiência, simultaneamente tornando-se um "não-eu" ou um "não não-eu" (Schechner, 1985).

Tendo o interesse principal a ação dos sujeitos pesquisados no universo das performances cívicas, outro espectro (já razoavelmente colocado até então) determinante compõe impressão intersubjetiva, construto de identidade: o fator racial. Consideramos a percepção apenas do comportamento generificado insuficiente para análise da dinâmica social, já que o fator racial é determinante, junto ao construto ao gênero, na constituição de



aparatos sobre corpos e mentes.

De certa forma, esses pensamentos estão em consonância com o que Butler afirma sobre gênero, pois ele intersecta modalidades de identidades discursivamente construídas - raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais -, o que torna impossível separar gênero de intersecções políticas e culturais, nas quais é produzido e mantido (Butler, 1990, p. 3). Sendo assim, usaremos Frantz Fanon, interpretado em obras de autores dos Estudos de Masculinidade Negras, suscitando o conceito de "aparições coloniais", e de modo eficaz, interseccionar a percepção de gênero e raça na composição dos balizadores e mores de fanfarra e suas produções culturais e políticas.

A masculinidade do homem negro é posta em questão, já identificando a posição social que tende a ocupar no imaginário colonizado na sociedade, como diz Fanon (2008) "De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro ou pelo menos uma conduta de preto" (Fanon, 2008, p 107). De um homem negro se espera uma performance de modelo masculinizante padrão, o viril, *hipersexual*, com pré disposição nata às práticas sexuais. Quando não apresentadas dessa forma, espera-se posição compassiva e subordinada, "sim do negro exige-se que seja um bom preto; isso posto, o resto vem naturalmente" (Fanon, 2008, p 47).

Os balizadores pervertem todo essas aparições colonais durante a liminaridade da performance cívica, apropriando do estereótipo de subjugação do negro gay, prática derivada do "essencialismo estratégico" (Spivak, 2010), para contestação política e demarcação identitária de existir no mundo através da arte. Frantz Fanon, esse autor base na formulação do problema de pesquisa, lança mão do estímulo de um conceito significativo, futuramente cunhado pelos estudos de masculinidades negras (Ribeiro e Faustino, 2013), sobre a percepção de corpos negros entendidos para além da performantividade de gênero: aparições colonais.

Suscitaremos as reflexões profundas nas elaborações psicosociais de Fanon para auxiliar na análise desse fenômeno, pois entendemos que o gênero e suas performatividades são forçosamente determinados pela raça. Os estudos de masculinidades negras nos alerta sobre o problema do homem negro na sociedade contemporânea (Du bous, 1992), tanto pela inalcançável representação da masculinidade hegemônica branca e heterossexual (Connel, 1995), tanto pelas formas com o corpo do homem negro são enunciados, dadas a condições de



não-humanidade, seja pela hipersexualização, animalização e sua posição hierárquica subalterna na operação do patriarcado.

Sobretudo, entender esse aspecto de subalternidade social de homens negros, não com olhares essencialistas que muitas vezes endossam a possível redução analítica dessas vidas – considerando a vida do homem negro apenas no regime da heterosexualidade-, mas que existem outras possibilidades de viver "homen negro", uma diversidade que perpassa a sexualidade, gênero e performance.

Neste preambular, a "epidermização da inferioridade", "a cissiparidade" (o comportamento racial duplo), a conduta do negro engraçado, burlesco e estriônico, a menos valia psicológica e emocional, o "embranquecimento alucinatório", a figura do "abandônico negro", o "eretismo afetivo" (a aspiração em ser admitido no mundo branco), o ideal de virilidade absoluta, "o negro estrangeiro no mundo ocidental", o aprisionamento ao "esquema racial epidérmico" e, sinteticamente, ao "sentimento da inexistência", seria algumas das *aparições* impingidas aos homens negros na diáspora. (RIBEIRO & FAUSTINO, 2003, p. 167)

Com a pretensa de crítica sobre os estudos das masculinidades negras com matriz heterossexual, como "negritude se apresenta como uma extensão da heterossexualidade, da mesma maneira que as sexualidades discordantes parecem exclusivas de pessoas brancas" (Oliveira, 2017, p. 31), suscitaremos a teorização sobre as performances de gênero aderidas a homens negros gays, aliando de forma interseccional as decorrências aos "problemas de gênero" e aos "problemas raciais", interrelacionando as categoriais e analisando as interferências sobre as aparições/projeções dos homens negros balizadores ou mores de fanfarra nas expressões culturais cívicas na Bahia.

Em segundo lugar, se a própria afirmação do subalterno não prescinde dos atributos oferecidos pelo opressor, a ausência ou a deficiência de algum elemento relacionado ao corpo terá consequências catastróficas para a identidade deste homem. O negro que não conseguir exibir algum dos atributos desta hipervirilidade supermasculina estará traindo/frustando sua raça e masculinidade. Se este homem negro é gay, não sabe dançar, tem o pênis menor do que o exibido exaustivamente na categoria negro dos filmes pornôs (Pinho, 2012), ou simplesmente não corresponde ao esteriótipo supermasculino do negrão, este indivíduo será pior que o nada (FAUSTO NKOSI, 2014, p. 91)

O homem, universalizado na branquitude e heterossexualidade, deve cumprir seus papéis masculinos, porém os balizadores e mores desobedecem as regras sociculturamente estabelecidos. O homem negro precisa ser mais que um homem, um monstro hiperviril da existência funcional, porém os balizadores e mores desobedecem ao estereótipo colonial.



Contudo, suas performances artísticas transgressoras nos desfiles cívicos são temporariamente valorizadas.

Presume-se que a performance nos desfiles cívicos possa ter o poder material de reverter status sociais, causada as circunstancialidade, para os homens negros balizadores e mores. O mesmo fenômeno social pode ser percebido ao entender as recepções entre o corpo da mulher negra, paradigmaticamente exposta a representação da "empregada doméstica" ao verso da "mulata", como aponta Lélia Gonzáles

[...] constatamos que o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no *Aurélio*, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência perturbadora. E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata nesse entre parênteses que é o carnaval. (GONZÁLEZ, 1984, p. 230).

Ao perceber a analogia entre a mulher negra, evidencia-se que o carnaval, bem como o ritual desfile cívico com o homem negro gay, consideramos propício um novo cosmos de mudanças de *status* a indivíduos socialmente marginalizados. Seria o ritual, aliado ao performativo, capaz de anular/perverter a ótica social imposta à hegemonia sobre corpos não-autorizados, mesmo que temporariamente, "entre parênteses"?

Quais os fatores que levam a esse fenômeno? Teria a performance cultural o poder provisório de suspensão ou reinteração de dilemas e conflitos sociais estabelecidos objetivo-subjetivo das noções de raça e gênero? Levando em consideração o caráter de transportação/transformação, em que medida os balizadores podem transformar seu próprio status social em períodos não celebrativos? O espetáculo do homem negro gay baiano interpretado na etnografia das performances por meio de uma descrição densa.

Precisamos suplantar as aparições coloniais que traficam a dicotomização, a parcialidade e a polarização da análise. Precisamos produzir narrativas rigorosas e não auto-indulgentes sobre como nos tornamos homens e negros, e, simultaneamente, pensar sobre nós mesmos como múltiplos, instáveis, multifacetados, conflitivos, tensos, e, certas vezes, paradoxiais e com interesses politicamente contraditórios e díspares. (RIBEIRO & FAUSTINO, 2013. p. 176)

Levando em consideração a centralidade do sujeito e seus marcadores sociais de raça, sexualidade e expressão subversiva de gênero – negros e gays – suas experiências de socialização se tornam imprescindíveis para compreender as significações dessas



performances, conseqüentes por meio das dinâmicas, tensões e conflitos visíveis ao ato. Conforme as observações de "comportamento restaurado", outro conceito de Schechner, buscaremos problematizar esses influenciantes para "recordar nos gestos, nos movimentos corporais, as experiências guardadas nas profundezas do 'ser', internalizadas através de um longo e complexo processo de socialização (Silva, 1999). Ou seja, entender a performance como expressão artística que evocam processos de socialização do *performer*, através da memória, da reflexão de si e do mundo: experiências e trajetórias de jovens homens negros gays da Bahia.

A intersecção está presente na pesquisa para análise do fenômeno social, já que tratamos de categorias de diferenciações que se intercalam. Esse conceito será usado a fim de compreender esses sujeitos em toda sua totalidade, desde a inserção dos sujeitos nas fanfarras até a "pós performance" pública. Levar em consideração essas categorias de subordinação torna essas dinâmicas ainda mais capciosas, e conseguimos vislumbrar diversas posições relacionadas à educação, pobreza, artes, expressões culturais e normatividades sociais, pois a interseccionalidade busca

[...] capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO: Dos instrumentos e reflexões para a pesquisa etnográfica

A posição do pesquisador e suas familiaridades com o objeto de pesquisa é um desafio a ser vencido nas Ciências Sociais. Há quem considere a possibilidade de ocorrer confusão nos resultados de investigação com as opiniões pessoais, resultado da relação familiar do pesquisador com o universo empírico (De Souza Santos, 1989, 42), porém é necessário considerar as motivações subjetivas no processo de produção científica, tendo carga elevada ao princípio do comprometimento político a causas e intervenções sociais. Contudo, haverá cautela ao ponto de isentar o risco dessas condições alterarem ou enviesarem os resultados da pesquisa, como já alerta Boaventura de Souza Santos.

A pesquisa pretende realizar três (3) estudos de campo: um (1) desfile cívico em



cidade com tradição cívica; um (1) eliminatória do Campeonato Baiano de Fanfarras e Bandas Marciais; Etnografia do Desfile Cívico 2 de Julho em Salvador, contendo a preparação do espetáculo, adentrando ao ensaio. Pois na opinião de Schechner (1985, p.36), é durante ensaios e oficinas que ocorrem os momentos mais seguros para se estabelecer o vínculo entre as performances ritual e estético cênico teatral, entre a eficácia da transformação e o entretenimento da transportação.

Em contribuição da coleta de dados e interpretação dos significados que envolvem o universo adentrado durante o trabalho de campo para a etnografia, também aderiremos ao ferramenta do diálogo com os *performers* e comunidade da fanfarra, percepções de campo e registro audiovisuais (fotografias e vídeos), a fim de observar discursos sobre as figuras dos balizadores, mores e suas performances, tentando identificar as dinâmicas, estratégias, conflitos e tensionamentos.

Na hipótese das performances serem desempenhadas como forma de contestação a normas de gênero e estereótipos raciais por meio de um "essencialismo estratégico", essas intencionalidades não serão explícitos nos discursos dos *performers*, pois elas se evidenciam de formas subjetivas e contextuais.

Em primeiro lugar, porque, se é certo que o senso comum é o modo como os grupos ou classes subordinadas vivem a sua subordinação, não é menos verdade que, como indicam os estudos sobre subculturas, essas vivências, longe de ser meramente acomodatícia, contém sentidos de resistência que, dadas as condições, podem desenvolver-se e transformar-se em armas de luta. (DE SOUZA SANTOS, 1989, p. 41)

Cumprindo o objetivo de compreender as dinâmicas subjetivas do universo social desses *performes*, utilizamos a entrevista coletiva com os balizadores e mores selecionados durante o trabalho de campo, acreditando nelas como "um processo social, uma interação ou um empreendimento coopertativo em que as pessoas são o meio principal de troca" (Gaskell, 2004, p. 73).

O modelo de entrevista coletiva obedecerá a uma programação previamente esquematizada, contendo atividades corporais, ferramentas lúdicas e interativas para estímulos a produção de criatividade e dinamismo relacional, assemelhando-se a uma entrevista de profundidade. Desse modo, adotaremos o nome de "off-cena", uma oficina cujo objetivo



maior é interpretação sobre as subjetividades dos *performers*, numa proposta que transversaliza e compartilha vivências, corpos, discursos e experiências políticas.

O critério que selecionará os participantes serão estabelecidos pelo pesquisador, em anuência ao orientador, para aqueles que detêm a maior projeção artística na trajetória do ofício do balizador e mor. A atividade contará com dois mediadores que desenvolverão, junto ao pesquisador e orientador, o programa de atividades da "off-cena". Esses mediadores, também partícipes do cenário queer periférico no Brasil, contribuíram com suas perspectivas de homens negros que produz arte e cultura em subversão.

A "off-cena" será como um texto simbólico a ser lido a procura de uma descrição densa, percebendo o performer para além do seu ato performático, mas suas composições no mundo social, interessados em seus pensamentos, expectativas e aspirações de vida: interseccionalizando, de fato, as categorias sociais de análise da pesquisa. Cautelosos sempre nos bons usos dos tópicos guias, no *corpus*, saturação de informação e *status* dos participantes (Garkell, 2004).

Ao finalizar os aportes teóricos e metodológicos, pondero que por meio da observação e análise dos dados, discursos e representações, situar e compreender esses sujeitos e suas performances dentro da dinâmica social ampla e complexa - emaranhada de conflitos e tensionamentos decorrentes das ordens sociais regulatórias — torna esta pesquisa uma potente investigação em um campo ainda quase inexplorado, podendo revelar percepções subjetivas de todo um território frutífero com múltiplas possibilidades sociais de produção da cultura.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

, Judith. Gender trouble, 2nd. New York and London: Routledge, 1999.

_____, Judith. Feminism and the Subversion of Identity. London: Routledge: Chapman & Hall, Inc, 1990.

CABRAL, Lara Cristina. Linha de Frente das Bandas Marciais em Goiânia — Corpo Coreográfico — Onde Surgiu e Onde Estamos. Trabalho apresentado para obtenção do título de Pós-graduação Lato Sensu em Pedagogias da Dança II pelo Centro de Estudos Avançados e Formação Integrada (CEAFI/ PUC - GO), 2012.

CONNEL, Raewin. W. Políticas de Masculinidade. Revista de Educação e Realidade, v. 20,



n. 2, pp. 185-206, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. *Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*. In: (Revista ou Anais), 2002, p. 171-188.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 1989.

DUARTE, Alexandre Ambiel Barros Gil e **MENEZES**, Celso Vianna Bezerra de. "Antropologia da Performance: a liminaridade e as contradições do social." movimento 2005 (1974): 2008.

DU BOIS, W.E.B. (Willian Eduard Burghardt). *As almas da Gente Negra*; tradução, introdução e notas, Heloísa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Lacerda ED, [1902] 1999.

FANON, Frantz. Peles Negras, Máscaras Brancas. Salvador. EDUFBA. 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *O pênis sem falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo*. In: BLAY, Eva A. (org.) Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher . São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75-104, 2014.

GEERTZ, Clifford. *Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura*. In: A Interpretação das Culturas. 1ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.3-21.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Ciências sociais hoje, v. 2, p. 223-244, 1983.

MALINOWSKI, Bronislaw. Coral Gardens and their magic. Londres: George Allen & Unwin, 1935.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente:* (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba, 2017. 190f. Tese. Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2017.

PINHO, Osmundo. *Race Fucker: representações raciais na pornografia gay*. Cadernos Pagu n. 38, p.159-195, 2012.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes e **FAUSTINO**, Deivison Mendes. *Negro Tema, Negro Vida, Negro Drama: Estudos Sobre Masculinidades Negras na Diáspora*. In: Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, nº 10, 2017.

SCHECHNER, Richard. *Between Theater and Anthropology*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press, 1985.

, Richard. *Performance theory*. New York: Routledge, 1988.

SILVA, Rubens Alves da *Performances congadeiras e atualização das tradições afrobrasileiras em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Editora UFMG, 2010.

TURNER, Victor. From ritual to Theatre. New York: PAJ Publications, 1982.

VAN GENNEP, Arnold. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 1978.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ESTUDO DESCRITIVO-INTERPRETATIVO A PARTIR DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO DA ANTROPOLOGIA E DA PSICOLOGIA NO DIRETÓRIO DE GRUPOS DO CNPQ

Camila dos Anjos Falcão¹

Amanda Patrícia Santos Lorena de Menezes²

Universidade Federal de Alagoas sic@ufal.br

Resumo: Este trabalho de natureza descritivo-interpretativa é impulsionado para uma busca da compreensão de como a temática da violência de gênero está disposta em grupos de pesquisa nacionais em duas destacadas áreas do conhecimento, tendo como argumento os índices alarmantes de violência relacionadas à prática discriminatória. Tem como objetivo mapear o estudo do termo "violência de gênero" dentro do diretório de grupos do CNPq, nas áreas da Antropologia e da Psicologia, detalhando como esses estudos se inserem nos grupos de pesquisa, configurando de forma histórica e geográfica os grupos disponíveis no diretório, identificando quais os principais meios de violência observados nas linhas de pesquisa dentro dos grupos encontrados na área da Antropologia e uma relação desses estudos com a Psicologia. O método será realizado pelas etapas de exploração no banco de dados do CNPq, no qual serão observadas as linhas de pesquisa dos grupos que estejam enquadrados nas áreas descritas. Em sequência será criado um banco de dados próprio para melhor visualização e análise das informações coletadas na pesquisa, a qual será a etapa do armazenamento. E para finalizar, todos os dados serão expostos em planilhas e tabelas para uma visualização dos resultados, mostrando a relação entre as linhas de pesquisa e o tema estudado. Buscamos, através desse trabalho, construir um campo de discussão que entrelace essas áreas do conhecimento para que possamos entender de que forma a violência de gênero tem se configurado dentro da academia, possibilitando unir as visões prática e teórica sobre a temática.

Palavras-chave: Violência de gênero, Psicologia, Antropologia, Grupo de pesquisa, CNPq.

Introdução

A violência de gênero pressupõe uma desigualdade nas relações, na qual a condição do sexo é vista de forma hierarquizada. Então, começaremos estudando o termo do preconceito para melhor entender as práticas de silenciamento do outro. O preconceito é utilizado como uma forma de "defesa" do que é o desconhecido ou alheio à nossa consciência, podendo ser individual, como também um problema no contexto social. O que não é conhecido pelo indivíduo termina sendo algo ruim, que deve ser afastado ou até mesmo subjugado. Utilizaremos a análise dos grupos de trabalhos para evidenciar os diversos tipos de violências de gênero ainda vigentes no cotidiano dos sujeitos.

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas.

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas.



Mesmo sendo um tema recorrente, a "definição de violência contra a mulher no Brasil foi elaborada em meio a uma experiência política inovadora na década de 1980" (DEBERT; GREGORI, 2008, p.168). Derbert e Gregori (2008, p.168) discutem, ainda, que a expressão violência de gênero foi elaborada "a partir de uma compreensão particular acerca da opressão sofrida pelas mulheres no âmbito do Patriarcalismo – noção sintonizada com as discussões feministas em cenário internacional".

Atualmente o Brasil consta, no mapa da violência, como o 5º país com maior número de mortes de mulheres e o 1º em relação à morte de travestis e transexuais. Os números são alarmantes e essa percepção sobre violência precisa ser estudada, pois esse quantitativo se refere ao resultado de um crime doloso contra a vida, mas ao analisarmos as agressões, abusos físico e mental, os dígitos das minorias subjugadas aumentam. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública³, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos e a cada duas horas uma mulher é morta. Em relação à comunidade LGBT, um indivíduo é morto a cada 25 horas.

Inicialmente, se faz importante a discussão dos conceitos que antecedem à violência propriamente dita, por não ser algo inato ao ser humano como, por exemplo, a ideia de que o preconceito é uma constituição do psíquico acrescida das representações sociais que cercam o indivíduo, fazendo deste mais ou menos tolerante ao desconhecido. É o que Crochík (1996) chamaria de estereotipação do pensamento. É a partir desse ponto que formulamos as opiniões que temos do outro.

A partir de uma análise social e histórica, Crochík (1996) fala que este sentimento não se dá por algo inerente ao objeto ou tampouco por indiferença a um tipo de atitude em detrimento de outra, mas sim por algo que aconteceu historicamente e que perpassa socialmente para que ele se marginalize aos olhos da normatização social e, com isso, exista uma internalização psíquica do tratamento que cada um fará frente a esse desconhecido.

Existem várias formas de preconceito, sendo este velado ou externalizado em sua forma de discriminação, podendo chegar à violência física ou tortura mental, contra a orientação ou identidade de gênero, à mulher, ou seja, à tudo aquilo que foge a um padrão heteronormativo de comportamento e convivência.

A história nos mostra o terrível preço humano da discriminação e do preconceito. Ninguém tem o direito de tratar um grupo de pessoas como sendo de menor valor,

-

³ Dados disponíveis no 11ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf Acesso em: 04 mar 2018.



menos merecedores ou menos dignos de respeito. Cada um de nós merece os mesmos direitos, o mesmo respeito e tratamento ético, independentemente de nossa orientação sexual ou identidade de gênero. (PILLAY, 2010)

No contexto desta pesquisa, é indispensável a utilização de dados para melhor compreensão dessa ideia. Segundo dados do IMP – Instituto Maria da Penha⁴, a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil. E em 2016 foram 1876 casos denunciados de violação de direitos humanos da população LGBT, pela Ouvidoria do Disque 100⁵. Entretanto, é importante ressaltar que esses números não são absolutos, posto que uma fração da população não denuncia as violências/agressões sofridas, seja por desconhecimento dos canais de denúncia ou por medo do seu agressor.

Dessa forma, faz-se necessário a distinção de dois conceitos vistos, principalmente, em relação às denúncias realizadas, que são: preconceito e discriminação, ambos utilizados como sinônimos, mas que não devem ser confundidos. Preconceito é um juízo de valor desprovido de lógica ou razão, não existe forma de punição, pois é encontrado apenas no pensamento, não há como o Direito, com sua jurisprudência e leis, se impor a isso prevenindo ou punindo; já a discriminação é o tratamento diferenciado que cause prejuízos a terceiros, esse admite punição, com uma vasta legislação nacional e, sobretudo, na esfera internacional.

No âmbito internacional, existe uma mobilização no combate à discriminação, especificamente, quando relacionada à orientação sexual e identidade de gênero, raça, etnia, gênero. O principal instrumento utilizado para a proteção internacional e regional, além das leis produzidas em cada Estado, são os tratados⁶, que vinculam os países à prática estabelecida no texto ratificado.

Navi Pillay (2010), considerou os crimes cometidos contra a população LGBT como crimes de ódio, igualando a homofobia ao sexismo (privilégios a um determinado gênero), à misoginia (desprezo ou ódio ao sexo feminino), ao racismo (ideia de superioridade de uma raça humana) e à xenofobia (medo irracional ou aversão ao estrangeiro). Sendo estas últimas formas de preconceito condenadas de maneira geral pelos governos, ficando apenas a homofobia, ainda, negligenciada pelo Estado⁷.

(83) 3322.3222

⁴ Dados fornecidos pelo projeto Relógios da Violência. Instituto Maria da Penha. Disponível em: http://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>. Acesso em: 04 mar 2018.

⁵ Dados da Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/noticias/2017/abrc/disque-100-recebeu-mais-de-131-mil-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-em-2016>. Acesso em: 04 mar 2018.

⁶ Human Rights Education Associates. Guia de estudos: orientação sexual. Disponível em:

http://www.hrea.net/learn/guides/lgbt_pt.html Acesso em: 01 mar 2017.

⁷ NAÇÕES Unidas no Brasil. No Brasil, 250 pessoas foram assassinadas em ataques homofóbicos ou transfóbicos em 2010, alerta a ONU. Disponível em: http://www.onu.org.br/no-brasil-250-pessoas-foram-assassinadas-em-ataques-homofobicos-ou-transfobicos-em-2010-alerta-alta-comissaria-de-direitos-humanos-da-onu/>. Acesso em: 01 mar 2017.



No Brasil, mesmo sendo considerada a mais cidadã de todas as constituições brasileiras, a Carta de 1988 ainda não consegue abarcar a todos de forma igualitária, como exposto no art. 3°, IV, CF/88: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", com ênfase no *caput* do art. 5° do mesmo ordenamento⁸: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]". A falta de conhecimento ou mesmo uma cultura de discriminações e preconceitos contra aos que fogem à regra socialmente determinada, pode gerar uma onda de intolerância que acarreta em agressões contra essas minorias marginalizadas.

Sabemos que a cidadania no Brasil sofre intricado paradoxo: nossa Carta Constitucional é uma das mais avançadas do mundo – integrando temas, segmentos sociais e direitos segundo concepção inegavelmente progressista –, um conjunto de instituições governamentais, organismos da sociedade civil e movimentos sociais atuantes e, no entanto, vivemos em meio a uma persistente desigualdade social no acesso à justiça. (DEBERT; GREGORI, 2008, p 166)

Para tentar expandir para um maior número de pessoas o significado e os direitos pertencentes a cada ser, o país possui algumas políticas públicas. Dentre elas há um plano governamental intitulado "Programa Nacional de Direitos Humanos", com o intuito de levar ao conhecimento do público que todas as pessoas são detentoras dos direitos fundamentais, sejam elas negros, mulheres, homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, idosos, abrangendo as minorias em geral. Nesse contexto, Bandeira (2014, p. 450), fala que "tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas".

É necessário que o Estado e a sociedade trabalhem para que não existam atos discriminatórios em relação aos indivíduos que não se enquadrem no padrão social¹⁰ como, por exemplo, um indivíduo ser discriminado por ter orientação sexual diferente da maioria da sociedade. Segundo Aguiar (2008), ninguém pode ter a capacidade de diminuir ou discriminar alguém pelo simples fato de não concordar ou desconhecer essas pessoas ou até mesmo por considerá-las como inferiores.

⁸ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 05 de outubro de 1988. 45ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

⁹ Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em:http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf Acesso em: 01 mar 2017.

¹⁰ AGUIAR, Mônica. A Proteção do Direito à Diferença como Conteúdo do Princípio da Dignidade Humana: A Desigualdade em Razão da orientação Sexual. *In*: ALENCAR, Rosmar (org.). Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008, p. 88.



O problema de pesquisa que impulsiona a presente investigação é a busca pela compreensão de como a temática da violência de gênero está disposta nos grupos de pesquisa nacionais das áreas de conhecimento da Antropologia e da Psicologia. Tendo como questões de pesquisa: Como o termo "violência de gênero" aparece no Diretório de Grupos do CNPq?; Quais os tipos de violência são citados como interesse de estudo pelos grupos e linhas de pesquisa investigados?; Quais as disposições históricas e geográficas das linhas de pesquisa que se interessam pela temática na pós-graduação brasileira em Antropologia e Psicologia?

O meio utilizado para a obtenção dos dados referentes a esse estudo foram encontrados através do site do CNPq. O diretório de grupos é uma ferramenta importante de pesquisa e armazenamento de dados os quais ajudarão na formulação dessas análises, possibilitando a compreensão de como os grupos de pesquisa estão distribuídos nacionalmente, com todos os dados disponíveis e acesso fácil a quem deseja obter informações.

A produção de conhecimento deve levar em consideração o contexto social no qual está inserida e o argumento nacional já aponta índices alarmantes de violência relacionadas à prática discriminatória. A cidade de Maceió, por exemplo, esteve nos últimos oito anos entre os primeiros lugares no *ranking* dos homicídios (BRASIL, 2012; 2016). Ainda mais significativos são os índices locais, pois o estado no qual a pesquisa se insere ocupa a ponta quando se refere a crimes ligados a preconceito. Em 2011, Maceió foi considerada a capital com mais crimes do ódio, sobretudo foi considerada a mais homofóbica do mundo (BRASIL, 2012).

Metodologia

Em etapa de exploração foram encontrados 101 grupos de pesquisa a partir do descritor "violência de gênero", sem nenhum filtro adicional, apenas os sugeridos e marcados pelo próprio diretório (nome do grupo, nome da linha de pesquisa e palavra-chave da linha de pesquisa). Posteriormente, foram localizados 7 grupos de pesquisa alcançados pelo descritor "violência de gênero" a partir da utilização dos filtros (ferramenta do próprio banco de dados) "Ciências Humanas" e "Antropologia", no diretório de grupos do CNPq (consulta parametrizada salva em PDF com os grupos encontrados na pesquisa). E com o filtro "Psicologia" foram abarcados 18 grupos para a análise e comparação.

Em etapa de armazenamento, foi feito *download*, em formato PDF, da página de cada um dos grupos de pesquisa, que foram acondicionadas em



plataforma virtual de armazenamento e acesso de dados (nuvem). Foi criado um banco virtual de dados, salvo em documentos do *drive virtual*. A planilha foi intitulada tratamento e análise de dados, com a nomeação e numeração dos documentos referentes aos grupos seguindo a ordenação encontrada no banco. Nesse local, os dados podem ser acessados e trabalhados de forma *online*.

Durante etapa de tratamento, os arquivos em PDF foram nomeados de acordo com o nome do grupo de pesquisa correspondente e numerados em sequência semelhante a qual os grupos aparecem durante a pesquisa no banco de dados investigado. O procedimento seguinte de tratamento dos dados consistiu na criação de uma planilha *online*, dentro do próprio banco, onde categorias analíticas foram estabelecidas como critério de busca de informação dentro das páginas de cada grupo e linha de pesquisa.

As categorias são: numeração da ordem em que cada grupo foi encontrado no diretório, nome do grupo, a instituição da qual faz parte, o Estado, número de linhas de pesquisas que compõem cada um desses estudos, ano de criação e última atualização (desta forma pode-se fazer um paralelo de como o grupo funciona), quantidade de pesquisadores, estudantes, técnicos e colaboradores estrangeiros envolvidos na pesquisa, total geral de participantes, situação do grupo, todas essas informações gerais. A partir dessas informações, criaram-se colunas para uma análise mais detalhada de cada grupo, como, por exemplo, quantidade de linhas de pesquisa com o termo preconceito, como a categoria de preconceito aparece nesses grupos, nome da linha e *link*, sendo criada uma coluna para cada estudo específico sobre o preconceito (exemplo, linha 1, linha 2 e linha 3, em colunas separadas).

Após esse primeiro momento de inserção no banco do Diretório de Grupos do CNPq, foram explorados os grupos encontrados com o termo utilizado e a sua filtragem. A saber, 25 grupos de um total de 101 encontrados anteriormente sem a utilização de filtros específicos. A partir dessa coleta de dados específica, passamos ao acesso de cada um dos grupos, a transformação das páginas para o formato PDF e posterior *download*. Analisando as linhas de pesquisa de cada grupo foram identificadas 112 linhas dentro dos 25 grupos selecionados, mas apenas 40 com o termo violência de gênero, especificamente.

Cada categoria foi pensada como uma forma de auxiliar o processo de interpretação dos dados. As colunas referentes às datas de início e atualização serão necessárias para uma análise mais aprofundada sobre quais acontecimentos geraram aquele interesse pelo tema, permitindo acompanhar, sócio-historicamente, a configuração da violência de gênero no campo de estudos. Possibilita, ainda, sistematização e acompanhamento da historicidade do



surgimento dos grupos estudados, assim como a configuração histórica da própria temática no campo da pesquisa na Psicologia e na Antropologia.

A busca pelas categorias referentes à instituição e ao Estado onde o estudo está inserido permite analisar a categoria geográfica, permitindo assim traçar a distribuição regional e com isso uma compreensão, por exemplo, sobre qual a localidade com maior incidência de estudos e correlações entre as demais regiões e instituições presentes na investigação dessa temática.

Quanto às categorias mais específicas, essas são importantes para uma análise mais detalhada de cada grupo, como, por exemplo, analisar grupo a grupo quais as linhas de pesquisa que aparecem com o termo preconceito explicitamente e de que forma essa categoria aparece, podendo com isso fazer uma ligação do tipo de preconceito estudado e a região na qual o grupo está inserido.

Procedimento de análise de identificação do tipo de preconceito trabalhado pelos grupos

Para analisar e identificar os tipos de violência por conta do gênero estudados por cada linha de pesquisa dos grupos, as páginas de cada um desses grupos foram acessadas *online* Nessas subpáginas foi identificada a presença do termo "violência de gênero" e quando presente foi descrito qual a categoria sinalizada como interesse do grupo. No final, somando as duas áreas de interesse, foi contabilizado o total de 25 grupos, contendo entre eles 112 linhas de pesquisa, sendo que dessas apenas 40 se debruçava sobre a temática pretendida por esse estudo.

Resultados e Discussão

Segundo Bandeira (2014, p. 449), a temática apresentada constitui-se "em um campo teórico-metodológico fundado a partir das reivindicações do movimento feminista brasileiro e internacional". Nesse contexto, é importante destacar que a busca da compreensão da violência de gênero se dá a partir de diversas narrativas, nas quais podemos encontrar marco teórico dentro da segurança pública, saúde e também no âmbito jurídico com a criação de Leis, como exemplo, a Lei conhecida como Maria da Penha, que abarcou o início de uma discussão específica sobre o tema e não mais uma análise comparativa.

Em uma filtragem histórica podemos observar que o primeiro grupo de pesquisa na plataforma do CNPq a ter uma linha de pesquisa voltada para a temática da violência de



gênero é datado de 1992 e se intitula "Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas do Imaginário Social", da Universidade de Roraima (UNIR). Esse grupo possui duas linhas de pesquisa que colocam o tema em pauta, "Gênero, violência e políticas de desenvolvimento (rede social e imaginário)", a qual busca identificar os fatores de uma violência institucional no âmbito familiar, e na união entre "homens e mulheres". A outra linha é "Violência de Gênero entre os Wari", que busca analisar a violência sexual interétnica entre os Wari dos Rios Pakaas, Mamoré e Guaporé (RO). A primeira linha voltada para a Antropologia urbana e a segunda, Antropologia de gênero.

Na observação do gráfico podemos perceber que há uma crescente na formação dos grupos de pesquisa a partir de 2006. Sendo 8 (oito) grupo anteriores a este ano e 17 após essa data. O que podemos observar de marco nesse período é a criação da Lei Maria da Penha (n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006) e sua efetiva aplicação a partir desse avanço no reconhecimento desses direitos. Bandeira (2014, p. 463) afirma que "além de definir o que é e quais são as formas de violência, consolidou estratégias de prevenção, assistência e proteção às mulheres, articulando as três esferas do poder - Executivo, Legislativo e Judiciário".

Para melhor visualização dos grupos por ano de formação, eles foram dispostos em gráficos para assim ter uma análise histórica desse estudo. Na somatória foram encontrados grupos nos anos de 1992 (1); 1995 (2); 1996 (2); 2004 (1); 2005 (2); 2006 (3); 2009 (2); 2010 (1); 2011 (2); 2012 (1); 2013 (1); 2014 (1); 2015 (1); 2016 (3) e 2017 (2).

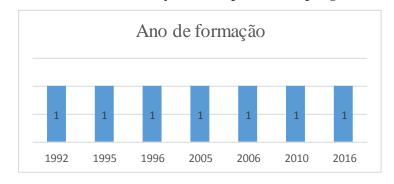


Gráfico 1: Ano de formação dos Grupos da Antropologia

Fonte: Autoras, 2018.

É importante destacar que há um maior número de grupo no campo do conhecimento da Psicologia, mas na questão temporal, foi na Antropologia que primeiro se fez presente a temática nas rodas de pesquisa. O primeiro grupo da Psicologia data de 1995, intitulado "Sistemas Complexos: Casais, Famílias e Comunidade", da Universidade de Brasília (UnB) que foi excluído e sua última postagem data de dezembro de 2014. Possuía duas linhas de



pesquisa dedicada ao assunto: "Direitos Humanos, Violência e Afetividade", na qual fazia uma articulação entre os Direitos Humanos e as possibilidades de políticas de prevenção no combate à violência de gênero intrafamiliar; e "Prevenção e Promoção de Saúde no Contexto Sócio Familiar", que visa nos seus estudos conhecer e problematizar as manifestações desse tipo de violência.

Ano de formação

2 2 2 1 1 1 1 1

1995 1996 2004 2005 2006 2009 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017

Gráfico 2: Ano de formação dos Grupos de Psicologia

Fonte: Autoras, 2018.

Uma mudança vista entre os primeiros grupos e os mais atuais é que existe uma intersecionalidade em relação aos estudos de violência, no qual não é só estudada a violência cometida dentro do âmbito familiar, mas a união dos vários tipos de preconceitos que acarretam esse tipo de violência, como o racismo, homofobia, entre outros.

Os dois grupos mais atuais datam de 2017 na área da Psicologia que são, "VIDAS - Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica – Social", no qual destaca-se a linha "Relações de Poder, Relações Intergrupais e Violências étnico-raciais e de gênero" que especifica o estudo do assunto trazendo na discussão as palavras-chave: violência, violência de gênero, racismo, poder, subjetividade e afetividade; e "Laboratório de Estudos Psicossociais Cidades Seguras e Direitos Humanos", que trata da questão em duas linhas: "Gênero, Raça, Classe e Políticas Públicas" e "Violências Urbanas, Cidades Seguras e Saúde Mental", em ambas trabalhando a intersecção entre os diversos tipos de discriminação sofrida pelas minorias que até os dias atuais são marginalizadas e consequentemente subjugadas por uma classe que se acha superior seja pela o motivo imposto socialmente ou cultural.

Em relação à análise geográfica, percebemos que existe um maior número de estudos da temática na área da Antropologia nos estados da Paraíba e Santa Catarina, e no campo da Psicologia, em São Paulo e Rio Grande do Sul.

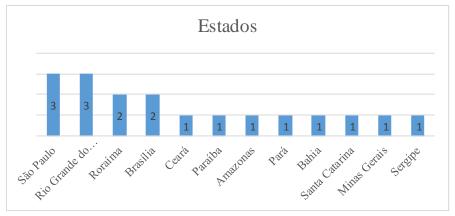


Gráfico 3: Distribuição dos grupos por Estado - Antropologia



Fonte: Autoras, 2018.

Gráfico 4: Distribuição dos grupos por Estado - Psicologia



Fonte: Autoras, 2018.

Numa análise por região, a distribuição dos grupos se dá da seguinte forma: 02 (dois) grupos de pesquisa na região Norte, 02 (dois) no Nordeste e 03 (três) no Sul em relação à área do conhecimento da Antropologia. Na área do conhecimento da Psicologia, que conta com maior número de grupos, a divisão é a que segue: 04 (quatro) se situam na região Sudeste, 04 (quatro) no Sul, 04 (quatro) no Nordeste, 04 (quatro) no Norte e 02 (dois) no Centro-oeste.

No quesito da natureza das instituições que pesquisam sobre a violência de gênero podemos observar que na área da Antropologia todos os estabelecimentos de ensino são públicos, divididos em 02 (duas) universidades estaduais (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN e Universidade Estadual da Paraíba - UEPB) e 04 (quatro) federais (Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Universidade Federal de Rondônia – UNIR e, com dois grupos, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC).

Já no campo da Psicologia notamos que 02 (duas) universidades são particulares (Universidade de Franca – UNIFRAN e Universidade Católica de Pelotas – UCPel) e 13 (treze) são públicas (Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade de São Paulo – USP,



Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade Estadual da Amazonas – UEA, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Universidade Federal de Sergipe – UFS e, com dois grupos cada, a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, a Universidade Federal de Roraima – UFRR e a Universidade de Brasília – UnB). O centro de ensino que possui mais grupos de pesquisa na área da violência de gênero é a UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina.

Em relação aos recursos humanos que pesquisam sobre a temática aqui abordada vimos que os 07 (sete) grupos da Antropologia abarcam 85 pesquisadores e contam com o auxílio de 71 estudantes enquanto na Psicologia, os 18 grupos comportam o montante de 171 pesquisadores e 125 estudantes.

Conclusões

Diante do exposto, é importante relatar que a pesquisa ainda se encontra em andamento e que as análises serão melhor aprofundadas no decorrer das considerações e estudos dos grupos de pesquisa do CNPq, permitindo melhor compreensão de como, atualmente, se trabalha a matéria de violência de gênero dentro da academia.

Percebemos que nos espelhos de visualização dos grupos há uma ausência de informações que poderiam auxiliar num aprofundamento sobre o tema, o que acaba por limitar melhor detalhamento, pois poderíamos compreender, de forma mais específica, como eles atuam nos estudos sobre a violência de gênero. Com informações mais detalhadas nos espelhos dos grupos poderíamos elaborar sobre o estado da arte das pesquisas desenvolvidas pelos grupos nos diversos centros de ensino identificados. Entretanto, a metodologia aqui utilizada mostrou grande potencial investigativo e que pode ser melhor aprofundada em estudos futuros, visto que o presente trabalho está, ainda, em fase de elaboração.

Referências

AGUIAR, Mônica. A Proteção do Direito à Diferença como Conteúdo do Princípio da Dignidade Humana: A Desigualdade em Razão da orientação Sexual. *In*: ALENCAR, Rosmar (org.). Direitos Fundamentais na Constituição de 1988. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2008.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.** Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008& lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 Mar. 2018.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988. 45ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CROCHIK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php? script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 25 mar. 2017.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-185, Fev. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 Mar. 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública.** Edição XI. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em 04 mar 2018.

HUMAN RIGHTS EDUCATION ASSOCIATES. **Guia de estudos: orientação sexual.** Disponível em: http://www.hrea.net/learn/guides/lgbt_pt.html Acesso em: 01 mar 2017.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Relógios da Violência.** Disponível em http://www.relogiosdaviolencia.com.br/#>. Acesso em 04 mar 2018.

PILLAY, Navi *in* Nações Unidas no Brasil. **No Brasil, 250 pessoas foram assassinadas em ataques homofóbicos ou transfóbicos em 2010, alerta a ONU**. Disponível em: . Acesso em: 01 mar 2017

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH-3). **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** - rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em:http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf> Acesso em: 01 mar 2017.

SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS. **Ouvidoria recebeu mais de 133 mil denúncias de violações de direitos humanos em 2016**. Disponível em:

http://www.sdh.gov.br/noticias/2017/ abrc/disque-100-recebeu-mais-de-131-mil-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-em-2016. Acesso em: 04 mar 2018.



VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM ARACAJU/SERGIPE

Autor: Antonio Carlos de Oliveira Coautor: Moisés Santos de Menezes

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; antoniocarlos@puc-rio.br

Resumo: O presente artigo analisa narrativas de mulheres trans (travestis e transexuais) sobre as diversas violências transfóbicas vivenciadas em seu cotidiano na cidade de Aracaju/Sergipe, em função de sua identidade de gênero divergente dos padrões biológicos construídos e impostos socialmente. A análise dos dados produzidos permite identificar o contínuo processo de tratamento desses sujeitos como pessoas "não recomendadas" à sociedade, sendo a violência o canal direto para afastá-las ou retirá-las do convívio social, dada a ausência de reconhecimento e respeito à diversidade de gênero. Tal contexto de violação de direitos humanos demanda ações de todas as instituições públicas e privadas e da sociedade em geral, sendo necessário comprometimento de todos/as no processo de enfrentamento à violência transfóbica, manifesta também como uma das expressões da questão social.

Palavras-chave: identidade de gênero, travestis, transexuais, violência transfóbica.

Introdução

Nas questões relativas a gênero e sexualidade, o processo de construção e instituição de normas, padrões, perfis, formas de ser e estar se inicia bem antes mesmo de o sujeito vir ao mundo, com prescrição de uso de cores, tipos de roupas, nomes e comportamentos esperados, fundada em supostas razões biológicas, como bases de certa essência do ser e de distribuição do poder.

Conforme Rubin (1993), o sistema de sexo/gênero é definido um "conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (p. 2). Tanto o sexo como a identidade de gênero, passando por desejos e fantasias sexuais, são todos produtos sociais que se organizam em inteira conexão com a heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina.

Louro (2000) argumenta que sexualidade e identidade de gênero não podem ser vistas como algo "dado" pela natureza, à medida que cada sujeito social vive em seu corpo experiências dinâmicas e diversas, em processos culturais plurais que reforçam o sentido antinatural da sexualidade humana.

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 6).



Foucault (1993) conceitua sexualidade como um "dispositivo histórico" e uma invenção social, uma vez que se constitui a partir de múltiplos discursos regulatórios que normatizam, instauram e produzem saberes e "verdades" sobre o sexo. A definição sugere a abrangência do olhar para tudo que promove esse constante processo regulatório da sexualidade humana que engloba discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas e outras.

Butler (2000) destaca a categoria "sexo" bem antes do gênero como algo normativo, funcionando não apenas como uma norma, mas como parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, em que toda força se manifesta como uma espécie de poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que controla. Para a autora, "sexo" é um ideal regulatório que é forçosamente materializado através do tempo. Sua materialização é feita pela reiteração forçada de normas, e o simples fato de que essa reiteração seja necessária já é um sinal claro de que a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta.

As imagens das pessoas trans rompem radicalmente com os paradigmas de sexualidade e gênero, que não mais se materializam como rege a norma. A travestilidade e a transexualidade são significados e significantes importantíssimos nesse debate, uma vez que seus sujeitos materializam as diferenças, desnaturalizando a sexualidade humana por meio de sua imposição biológica.

Todo esse processo conta com uma rede muito bem articulada e esquematizada a cumprir tais regras – família, escola, mercado de trabalho e outras –, em que se reafirma e reforça o que se deve seguir e ser em relação a identidade de gênero e orientação sexual. Nesse processo se insere desde a criminalização das diferenças, passando pelo estigma de doentes ou pecadores e retirando de cena aqueles e/ou aquelas que são vistos como indivíduos "não recomendados à sociedade". Enfim, práticas diversas utilizadas para tentar calar as vozes ou fechar as cortinas do palco da vida das pessoas trans e que podem ser designadas violência transfóbica, objeto de discussão nesse trabalho.

Violência transfóbica contra os/as não recomendados/as

A violência transfóbica perpassa todas as formas de violência – física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, dentre outras –, tem sido bastante presente no mundo inteiro e o Brasil figura como país que mais assassina Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (LGBT)



no mundo (EUROPE, 2016; GGB, 2016). Dhnet (2010) informa que a cada duas semanas são mortos cinco LGBT no país.

Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia, em 2015 no Brasil foram registradas 318 mortes de LGBT e sujeitos que apresentaram comportamentos que divergem dos padrões heterossexuais (GGB, 2016). Já no ano de 2016, esse número cresceu para 347 mortes, sendo 173 gays (50%), 144 (42%) trans (travestis e transexuais), 10 lésbicas (3%), 4 bissexuais (1%), incluindo 12 heterossexuais (4%), como os amantes de transexuais ("T-lovers"), além de parentes ou conhecidos de LGBT que foram assassinados por algum envolvimento com a vítima (GGB, 2017). De acordo com esses dados, o risco de uma pessoa trans ser assassinada no Brasil é 14 vezes maior que um gay. Segundo a mesma fonte, foram 144 pessoas trans assassinadas em 2016 no Brasil, enquanto os Estados Unidos contabilizaram um total de 21, com risco de morte por assassinato 9 vezes maior entre as trans brasileiras (GGB, 2017).

No ano de 2016, a Transgender Europe TGEU publicou resultados do observatório de pessoas trans assassinadas no mundo, com um levantamento de 65 países, obtendo o total de 2.016 homicídios. O Brasil se encontra em primeiro lugar (802 casos), seguido de México (229), Colômbia (105), Venezuela (98) e Honduras (79) na América Central e do Sul; Estados Unidos (132) na América do Norte; Turquia (41) e Itália (33) na Europa; e Índia (54), Filipinas (40), e Paquistão (34) na Ásia (EUROPE, 2016). Ainda conforme essa pesquisa, a maioria dos crimes contra mulheres e homens transexuais e travestis ocorreu no espaço público das ruas (16,42%), tendo em vista que grande parte deles trabalhava como profissionais do sexo (27,82%).

O último relatório da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) sobre as denúncias notificadas pelo disque 100 no ano de 2012 atesta como o Estado brasileiro tem notificado e invisibilizado esse tipo de violência, aliado a um sistema falho de segurança pública que, em diversos estados, ainda não possui em seu boletim de ocorrência a motivação do fato delituoso como homofóbico ou transfóbico e nem os campos orientação sexual e identidade de gênero (MENEZES, 2017). Essa forma de organizar os dados impossibilita sua desagregação, tornando-os "invisíveis" na realidade brasileira. O relatório registrou o total de 3.084 denúncias, com 9.982 violações de direitos humanos de caráter homofóbico/transfóbico, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos (BRASIL 2013; FONTES, 2014).

Conforme Oliveira (2013), entre 1980 e 2010 a taxa de assassinatos de LGBT no estado de Sergipe aumentou significativamente, saindo de 23,3% no ano 2000 para 33,3% em 2010.



Outro problema que o autor aponta é que em apenas 39% dos casos os réus foram condenados, ou seja, a maioria ficou impune.

De acordo com o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil (2012), da SDH/PR, o índice de violências contra LGBT aumentou 342 % no estado de Sergipe entre 2011 e 2012, com destaque para as violências físicas e psicológicas (BRASIL 2013; FONTES, 2014).

Método

Trata-se de uma pesquisa exploratória realizada com 04 pessoas trans, sendo 02 mulheres transexuais e 02 travestis, em 2013 na cidade de Aracaju/Sergipe. Todas as entrevistas foram gravadas, após esclarecimentos a todas as participantes e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com suas identidades de gênero.

Os nomes reais das entrevistadas foram substituídos por nomes de vítimas de casos de transfobia que aconteceram no Brasil no ano de 2017, divulgados no site "quem a homofobia matou hoje?", do Grupo Gay da Bahia.

O contato com as entrevistadas se deu através de duas instituições de defesa dos direitos LGBT da cidade de Aracaju: a Associação de Defesa Homossexual de Sergipe (ADONES) e a Associação das Travestis Unidas na Luta pela Cidadania (UNIDAS).

Narrativas Trans: violência transfóbica, fora da proteção das "caixas"

As entrevistadas possuem entre 28 e 41 anos de idade. Esse dado é importante, uma vez que a média de vida da população trans no Brasil equivale a 35 anos de idade (EUROPE, 2016; GGB, 2017; JESUS, 2013). Duas já ultrapassaram tal teto, sendo consideradas sobreviventes.

Em relação à escolaridade, uma apresentou nível superior com especialização concluída, denotando a dificuldade de acesso e permanência nas instituições educacionais muitas vezes em função da violência transfóbica contra esses sujeitos.

Quando perguntadas sobre sua identidade de gênero, 02 respondentes afirmaram se reconhecer como travestis e 02, como mulheres transexuais. Ao questionar sobre sua orientação sexual, 02 alegaram ser heterossexuais e 02, ser transexuais, evidenciando a dificuldade de diferenciação entre orientação sexual e identidade de gênero como elemento presente em todos os segmentos da sociedade brasileira. Após o devido esclarecimento, ambas também se denominaram heterossexuais.

Sobre pertencimento religioso, 02 se afirmaram católicas, 01 católica e da umbanda e 01



não possui religião. No caso de pessoas trans é importante registrar que muitas não buscam filiação religiosa (ou abandonam as de origem) por receio de sofrer discriminações.

Sobre a profissão das respondentes, 01 é assistente social e professora de português, configurando uma espécie de "ponto fora da curva", dado que no Brasil o índice de pessoas trans a concluir o nível superior é bastante reduzido. As demais 02 são cabelereiras, com uma aliando tal atividade à de profissional do sexo, mesma ocupação da quarta entrevistada. Profissões como cabelereira, manicures, faxineiras são comuns à adesão de gays, travestis e transexuais; reconhecidas como femininas e de fácil acesso, sem demandar muita escolaridade, tais ocupações demonstram certos limites impostos a esses segmentos (OLIVEIRA, 2013). Em relação à atividade de profissional do sexo, esta abrange a grande maioria do mercado de trabalho (90%) onde se encontra a população trans brasileira (ANTRA, 2016). O grande problema da prostituição não é sua existência nem mesmo a inserção das pessoas trans nesse universo, senão quando figura como única saída para manter a sobrevivência, em consequência de diversas formas de exclusão e violência estrutural sofridas por essas cidadãs.

Essa realidade se encontra bem contextualizada na fala da Shalom quando perguntamos se a mesma estava na prostituição por escolha própria:

Não, porque é o único espaço que eu tive, sinceramente se eu tivesse um emprego eu não ia mais me prostituir, mas simplesmente o nosso país não abre as portas para as travestis, pra gay sim, pra travesti não. Eu saio de casa pra trabalhar sem vontade de fazer sexo, agora rindo, satisfeita, até porque eu tenho que passar isso pros clientes se não eles não me pegam! (SHALOM).

Além de a prostituição como única alternativa de sobrevivência para algumas pessoas trans, são comuns episódios de violência transfóbica nesse contexto ocupacional, em virtude de suas identidades. Em alguns casos, ocorre o não pagamento ou o arrependimento do usuário após a consumação dos serviços, justamente por se tratar de uma pessoa trans.

Eu saí com ele para fazer um programa e tivemos relações tudo direitinho. Ele disse: não tenho dinheiro e você vai descer aqui. Era de madrugada em um lugar perigoso. Eu disse: não vou descer e você vai me pagar, até porque fez tudo que você queria. E aí ele puxou um revólver e eu puxei uma tesoura quando percebi que o revólver não tinha bala. E aí eu parti pra cima dele, pra tentar tomar a arma e não consegui e ele me deu uma coronhada (mostra a cicatriz), quebrou meu nariz, furou meu olho, sei que foi uma violência tremenda, mas eu também feri ele bastante. Quando eu apaguei, por minha sorte ele achou que eu tinha morrido e me arrastou, mas na hora que a gente estava lutando a carteira dele caiu. E ele foi embora e eu fiquei lá, toda ensanguentada... eu tive hemorragia. Depois de uns vinte minutos eu acordei, sem enxergar nada, e apareceu um taxista. Ele tirou a camisa, amarrou na minha cabeça, me botou no banco de traz e me levou até o hospital João Alves. Depois eu acordei já toda costurada, e não lembrava de nada direito. O taxista voltou algumas vezes ao



hospital e me deu a carteira da criatura e fui pra casa. Quando me recuperei e tirei os pontos, eu fiquei muito confusa devido as pancadas na cabeça eu ficava assim, lembrava depois eu esquecia... fiquei um período com esses documentos depois eu botei na porta dos correios e deixei pra lá porque eu deveria ter corrido atrás, né? Que eu tinha uma prova, toda chance, né? De descobrir a pessoa e joguei fora porque eu fiquei confusa... (DANDARA).

A violência sofrida por Dandara, aparentemente teve indícios na recusa do cliente em pagar podendo retirar o olhar de sua identidade de gênero. Para melhor analisarmos esse fato, questionamos se a mesma considerou essa violência como transfóbica:

Quando ele se deu conta que estava com uma travesti, não aceitou, devido às práticas sexuais que fez comigo, e se revoltou. Ele parou pra pensar e o que veio na cabeça dele na hora foi acabar comigo, porque ele não aceitava aquilo que tinha acontecido, então foi uma transfobia mesmo (DANDARA).

Nenhum fator justificaria responder a uma ação transfóbica com violência, mas é importante questionar os motivos de as pessoas trans que estão na prostituição utilizarem esse recurso. E nessa análise não se pode subestimar o contexto dos diversos casos de transfobia que resultam em situações de revitimização e impunidade, fatores que retroalimentam a descrença desse segmento social no Poder Judiciário e nos órgãos de segurança pública quanto à resolução desse tipo de conflito, deflagrando estratégias de autodefesa (mesmo que de alto risco).

Outro fator importante a ser analisado na fala da entrevistada é justamente o desejo de extermínio e ódio demonstrado pelo cliente ao negar pagar o programa à travesti buscando aniquilar aquela pessoa, neste momento reconhecida como "impura", "suja", "desumana". Esse olhar de ódio alimenta suas ações que pretende "apagar" aquela imagem, "desconfigurar" aquele sujeito. Atos como esse são frequentemente vivenciados pela população LGBT assassinada no Brasil, os requintes de crueldade e tortura são bastante comuns em casos de transfobia/homofobia no país (OLIVEIRA, 2013).

Outra entrevistada relatou situação de violência transfóbica realizada pelo seu cliente:

Eu levei um tiro porque fiz um programa e ele queria o dinheiro de volta, e eu não devolvi, aí a covardia foi tão grande entendeu como é que é? Ele foi embora e me atirou do outro lado da rua, tu acredita nisto? Porque eu já tinha feito meu trabalho e não ia devolver o dinheiro não, aí ele foi do outro lado da rua e atirou, o tiro bateu no muro e ficou a bala na minha perna. Eu fui tirar no João Alves (SHALOM).

É importante analisarmos em qual momento ambos os casos de violência acontecem: após a utilização dos serviços sexuais das pessoas trans. Esta temporalidade traz à tona um possível sentimento de "arrependimento" pelo ato sexual consumado com uma pessoa trans,



como se aquela imagem devesse ser apagada da memória do sujeito autor da situação de violência, ensejando a necessidade de pesquisas que busquem entender as subjetividades de sujeitos. É como se a "condição" física e a identidade de gênero divergentes da norma desvalorizassem o trabalho da profissional, lhe retirando o direito a receber o pagamento pelo ato sexual consumado que, por conta do preconceito e da discriminação, deveria ser esquecido ou aniquilado.

Quando questionadas se procuraram denunciar essas violências aos órgãos de proteção e defesa aos seus direitos, ambas responderam que não, especificando seus motivos:

Na época eu não procurei a justiça porque eu não tinha noção das coisas que eu tenho hoje, foi com um cliente na rua que eu passei por uma violência, mas também eu não procurei a polícia porque fiquei com medo, porque eu precisava voltar de novo pra rua e eu imaginava: se eu procurar a polícia depois eu vou pagar por isso né? Então fiquei calada (DANDARA).

Depois do hospital que eu fiquei em pânico, eu fiz o Boletim de Ocorrência e tinha que fazer o exame de corpo de delito, mas eu não fui mais não. Fiz o B.O e pronto, vim pra casa, fiquei esperando com o B.O prender ele né? Eu tenho o B.O até hoje e o sujeito nem me pagou (SHALOM).

A subnotificação é bastante comum nos casos de violência transfóbica. Segundo Menezes (2017) esse é um fator muito presente na vida da população LGBT, sendo alguns de seus fatores primordiais: 1) revitimização desses sujeitos pelos servidores que representam as instituições de proteção e defesa dos direitos da população LGBT nas diversas políticas públicas 2) processo de naturalização da violência pela própria população LGBT; 3) dependência afetiva e econômica das vítimas para com os sujeitos autores das situações de violência; 4) ausência de proteção do Estado para com essas vítimas; 5) medo da exposição de sua sexualidade, e 6) ineficácia nos registros dos órgãos dos órgãos de Justiça e Segurança Pública do Estado brasileiro.

As violências transfóbicas não se resumem ao mercado de trabalho, acompanhando as travestis e transexuais em todos os locais de diversas formas (HEREK, 1984; BLUMENFELD, 2004; PRADO e MACHADO, 2008; BORRILO, 2010; OLIVEIRA, 2013). Tal contexto pode ser analisado no caso de Milena:

Em 2010 eu estava em uma festa, em casamento matuto em Aquidabã. Eu estava de vestido, e um rapaz lá levantou o meu vestido. Aí eu fui reclamar e ele disse que se eu continuasse a reclamar ele levantaria de novo e me daria um murro, aí eu não revidei, continuei a dançar. Esse rapaz veio e me deu um murro que quebrou meu maxilar, fraturou em três pedaços, eu acordei no hospital João Alves Filho já sendo encaminhada com um amigo, foi a polícia que me levou para o hospital. Foi por causa da minha identidade de gênero, ele pensou que eu era uma travesti, então sendo travesti nós vamos bater (MILENA).



Além de sentir na pele as marcas da violência transfóbica, uma respondente relatou a experiência de ter vivenciado esse tipo de violência com uma amiga transexual:

Sim eu já presenciei uma violência de uma travesti amiga minha que até hoje não sai da minha cabeça porque eu estava junto com ela em um barzinho perto da minha casa bebendo e um rapaz chegou de repente dizendo que era policial e que não permitia aquela coisa de travesti tá bebendo em um bar. Ela foi falar, educadamente:

- Mas somos gente, somos seres humanos, pagamos nossos impostos... E ele rumou a mão e ela caiu da cadeira e foi aquela violência, ele pegou um pau e quase... sabe? Teve que uma vizinha descer pra implorar que ele tinha que respeitar pela idade dela, que ele não podia fazer aquilo. Como é que uma pessoa ousa, você não ter o direito de estar no espaço público? E depois ela não quis que procurasse a justiça e deixou prá lá por medo né? Ele agiu daquela forma pois se achou no direito porque era travesti, tem de fazer aquilo pra lavar a honra dele de macho (DANDARA).

A família é outra instituição onde a transfobia se faz bastante presente devido ao grande índice de violações de direitos humanos e sexuais e/ou negligências cometidas no seio familiar, buscando ensinar e educar sexualmente seus membros antes mesmo dos seus primeiros dias de vida através de seus órgãos genitais de nascimento (OLIVEIRA, 2013), buscando a materialização desses corpos, conforme proposto por Butler (2000).

Tal realidade é vivenciada pelas respondentes, ao afirmarem ter sofrido muita violência transfóbica no âmbito familiar.

Muito... com 18 anos. A minha família nunca aceitou não, aceitou um tempo deste de 2000 prá cá mas eu sempre fui autêntica, nunca me preocupei com o que você pensa em relação a mim, eu sempre disse isso: - Eu não quero que ninguém goste de mim, não tem problema nenhum, eu vou cancelando um por um, não faz falta nenhuma eu não preciso de ninguém (SHALOM).

As diversas marcas da violência visualizadas na fala da Shalom, ao afirmar que vai eliminando cada pessoa de sua vida, também reflete uma expressão do constante processo de exclusão social vivenciado por conta de sua identidade de gênero, podendo resultar em solidão, isolamento social, e até mesmo em autoagressão ou suicídio.

Assumir-se travesti ou transexual (para si ou para o outro) implica em estar exposta a sofrer transfobia na família e na sociedade em geral. Isso acontece bem cedo na vida dessas pessoas junto ao sofrimento precoce de ser identificada e reconhecida como um corpo abjeto:

Eu assumi muito cedo, eu fui travesti com 10 anos de idade, eu fui a primeira pessoa a contar pros meus pais o que eu era e que eu me sentia bem daquela forma, que eu queria ser daquele jeito e que não ia mudar...[...] contei pra ele que eu não era aquele menino que ele achava que eu era até porque meu pai questionava o seguinte: - porque você só brinca com as meninas? Aí contei, meu pai teve uma reação que eu acho que qualquer pai teria né? Agricultor né? De uma família rígida, de repente descobrir que o filho é gay? Aí foi aquele alvoroço e eu acho que quem sofreu mais



não foi tanto eu como a minha mãe, ela sofreu muito mais porque ela era uma mulher dona de casa submissa ao marido né? E ai eu tive que sair de casa de qualquer jeito, ela não podia fazer nada. [...] E ai eu vim embora, vim embora de Ilha das Flores pra Aracaju pra casa de uma tia que a minha mãe escreveu uma carta e disse que eu estava com uma doença que eu precisava ser curada daquela doença, então minha tia me levou pra um psicólogo e ele disse: - não, não tem nenhum problema, não é doença (DANDARA).

A tentativa de buscar "corrigir", "consertar", "curar" a transexualidade ou travestilidade é bastante comum na sociedade contemporânea, se configurando como uma violência direta contra os direitos humanos e sexuais da população LGBT em geral.

O caso da Eduarda retrata bem essa questão da transfobia familiar, onde a violência é utilizada para buscar "corrigir" o que se apresenta como "errado" aos olhos de seu pai.

Meu pai, ele é preconceituoso, ele não gosta de nenhum gay. Foi agressões verbais, ele xinga, me esculhamba, aí por isso que eu fiz...isso (fala da denúncia realizada contra o pai). Já tem alguns meses desde quando eu vim morar aqui, aí ele veio morar aqui e de lá até cá ele me trata assim, aí eu vim morar aqui pois eu morava com minha avó, ele maltratava meus amigos, era sempre assim um horror (EDUARDA).

Diferentemente de Dandara e Shalom, Milena e Eduarda notificaram seus casos de violência transfóbica em órgãos da secretaria de segurança pública do estado de Sergipe. No primeiro caso, Milena, a transexual que foi vítima de uma agressão física em uma festa pública, nos conta:

Isso: prestei queixa contra o sargento da Polícia Militar que não prendeu o rapaz, porque eu não tenho como prestar queixa contra o rapaz porque ele não foi preso em flagrante. Ele deveria ser preso em flagrante, mas como eles não prenderam, a polícia também foi transfóbica no caso da omissão. Pelo caso da omissão da polícia eu prestei queixa contra o sargento da Polícia Militar que estava comandando o patrulhamento no dia e aí meu boletim de ocorrência foi para a Corregedoria da Polícia Militar. Ele foi punido por não ter prendido. O agressor até hoje eu não sei quem é (MILENA).

É importante ressaltar que, entre todas as entrevistadas, Milena tem o maior nível de instrução escolar, o que concorre para a retirar de situações de rua como a prostituição, o que a tornaria mais vulnerabilizada a sofrer novas violências. Sem pretender minimizar a importância dessa notificação, pretendemos destacar as muitas variáveis que sustentam cotidianamente a subnotificação de casos de violência transfóbica, demandando ser combatidas de forma estrutural.

A outra respondente denunciou o pai pelas violências cometidas e teve como resposta a aplicação do artigo 22 da Lei Maria da Penha, que trata da medida de afastamento, fixando o limite mínimo de distância que o autor da violência tem de manter em relação à vítima



[...] Como eu sou transexual e mais feminina, na delegacia eu tenho um apoio maior por ser DAGV¹, aí lá a delegada me explicou que as pessoas que têm uma aparência feminina são encaixadas na Lei Maria da Penha, e é mais fácil de resolver o caso do que se fosse com um gay normal, porque seria um homem e outro homem seria mais complicado. No caso é uma homossexual feminina e também se fosse um casal de lésbicas seria fácil de resolver o caso, mas se não fosse feminina seria mais complicado, então fiz a queixa e tô esperando sair a medida protetiva contra ele (EDUARDA).

O caso da Eduarda demonstra claramente a dificuldade em se trabalhar a violência transfóbica no Brasil pela ausência de uma legislação federal específica que criminalize tais ações. "Encaixar" a Eduarda na Lei Maria da Penha respondeu naquele momento a demandas da denunciante. Porém, tendo sido sua condição de mulher trans o facilitador do processo, indica limitações impostas a que outras pessoas trans e LGBT possam acessar tal amparo legal, mais uma vez reiterando sua condição socialmente construída de "não recomendados".

Não defendemos aqui a criminalização da violência transfóbica no Brasil como única e fundamental saída para se trabalhar com esse tipo de violência, conquanto a compreendemos como estrutural na sociedade, o que demanda diversas intervenções em distintos âmbitos e instituições da vida dos sujeitos vitimados e autores das situações de violência. Reconhecemos ainda que nenhuma legislação criada no país para defender os direitos das ditas "minorias sociais" erradicou a violência. No entanto, essas leis impulsionaram a criação de mecanismos e aparelhos de defesa e proteção dos direitos desses segmentos sociais. E descontruir a cultura da heterosexualidade compulsória e da materialização dos corpos exige uma pluralidade de ações de reordenamento de práticas institucionais.

Considerações finais

A carência ou ausência de debates sobre diversidade sexual e de gênero em vários contextos sociais como nas famílias, nas escolas, nas universidades, nas políticas públicas ou sua presença nas religiões de forma equivocada – provocam o desconhecimento e consequentemente a criação de estereótipos negativos e preconceitos sobre a população LGBT.

A análise das falas de nossas entrevistadas nos autoriza a afirmar a necessidade de identificar a transfobia como uma violência estrutural, cuja raiz se encontra na negação de

¹ Delegacia de Grupos Vulneráveis, esse órgão é vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe e tem como objetivo central, atender aos reconhecidos "grupos vulneráveis", dentre elas a população LGBT.



reconhecimento e respeito da identidade de gênero e/ou orientação sexual de todos os sujeitos que se encontram (ou ameaçam estar) "fora da caixa".

Diferentemente da orientação sexual de sujeitos cujas práticas fogem às normas da heterossexualidade, mas buscam se proteger "escondendo" sua homossexualidade ou bissexualidade "dentro do armário", com travestis e transexuais isso não é possível, uma vez que a identidade de gênero modifica diversas regras, padrões e comportamentos pessoais e sociais de maneira externa e publicamente evidente. A identidade de gênero provoca a necessidade da alteração de seu nome e pronomes de tratamento, conforme a identificação da pessoa trans, demandando o reconhecimento do direito à utilização de espaços coletivos – como banheiros – segundo sua identidade e, em muitas pessoas trans, também uma "construção" de seus corpos e vestimentas conforme seu reconhecimento como feminino ou masculino na sociedade.

Donde a relevância de ser estudar a violência transfóbica e contribuir para sua crescente visibilidade na sociedade brasileira, sem espetacularização, de forma a gradativamente desconstruir paradigmas que colocam as pessoas trans em condições de desumanidade e sem cidadania, em direção a um projeto societário de equidade na diversidade.

Referências bibliográficas

ANTRA. **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho**, 2016. Disponível em: http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://especiais.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://especiais.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://especiais.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://especiais.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://especiais.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://exception.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://exception.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://exception.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho https://exception.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de trabalho <a href="https://exception.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho <a href="https://exception.com.br/transexu

BLUMENFELD, W.J. **Conceitos de homofobia e heterossexismo**, 2004. Disponível em http://homofobia.com.sapo.pt/definicoes.html>. Acesso em: 14 mar. 2013.

BORRILO, D. História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: o ano de 2012. Brasília: SDH/PR. 2013. Disponível em: http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/RELATORIO

%20VIOLENCIA%20HOMOFOBICA%20ANO%202012.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G.L. (org.) O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 28-46.

DHNET. **Assassinato de Homossexuais no Brasil** - **2000**. 2010. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dht/br/mott_homofob/ii_assassinatohomosexual.htm. Acesso em: 24 jan. 2010.



EUROPE. T. **Mais de 2.000 pessoas trans assassinadas nos últimos 8 anos**. 2016. Disponível em: http://transrespect.org/wpcontent/uploads/2016/03/TvT_TMM_TDoV20 16_PR_PT.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2016.

FONTES, M. Das ruas às manchetes: o enquadramento da violência homofóbica. In: DINIZ; D.; OLIVEIRA, R.M. (org.). **Notícias de Homofobia no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2014.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil:** Relatório 2015. Salvador: GGB, 2016. Disponível em: https://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homocidios-2013.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

_____. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil:** Relatório 2016. Salvador: GGB, 2017. Disponível em: https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

HEREK, G.M. Beyond homophobia: a social psychological perspective on attitudes toward lesbians and gay men. **Journal of Homosexuality**, v. 10, n. 1/2, p. 1-21, 1984.

JESUS, J.G. **Transfobia e crime de ódio**: assassinatos de pessoas transgêneras como genocídio. 2013. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/276928712/Transfobia-e-crimes-de-odio-Assassinatos-de-pessoas-transgenero-como-genocidio>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LOURO G.L. (org.) **O corpo educado:** Pedagogias da sexualidade. 2ª Edição. Autêntica Belo Horizonte 2000.

MENEZES, M.S. A violência homofóbica em Sergipe e o Serviço Social: entre o processo de revitimização e viabilização de direitos humanos e sexuais para com a população LGBT. 2017. 237f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

OLIVEIRA, J.M.D. **Desejo, preconceito e morte**: assassinatos de LGBT em Sergipe - 1980 a 2010. Paripiranga-BA: Clube de Autores, 2013.

PRADO, M.A.M.; MACHADO, F.V. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RUBIN, G. **Thinking sex:** notes for a radical theory of the politics of sexuality. Vance: Pleasure, 1993.

SPINK, M.J; SPINK, P. **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade**: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006.



"GENIS, LÉONIES E DANDARAS, CHAME-AS PELO NOME": O USO DO NOME SOCIAL NOS SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SÁUDE NO MUNICÍPIO DE CRATO-CE

Autor: Geovane Gesteira Sales Torres; Co-autor: Paulo Junior Alves Pereira; Orientadora: Maria Laís dos Santos Leite

(Universidade Federal do Cariri – UFCA; email: proen@ufca.edu.br)

Resumo:

O presente artigo versa analisar as ações dos serviços de saúde do SUS, no município de Crato-CE, quanto ao uso dos nomes sociais de travestis e transexuais em unidades de saúde, buscando perceber se são estabelecidas práticas de respeito. Aponta-se a essencialidade do estudo em questão, devido a aspectos sociais e científicos. Socialmente, nos referimos a um grupo que a encontra-se a margem, vivenciando cotidianamente processos excludentes e discriminatórios. No campo científico, indica-se o baixo número de pesquisas neste norte, logo, há uma carência de dados e estudos que apontem a efetividade ou a ausência de políticas públicas para este grupo social. Adotou-se como metodologia, o discurso do sujeito coletivo, sendo este, um procedimento primordialmente qualiquantitativa. Em todo o seu processo almeja-se a preservação dos discursos, a fim de realizar análises qualitativas das opiniões neles contidas. O caráter quantitativo do método exposto, encontra-se na definição da força e da amplitude dos discursos, sendo estes, fatores fundamentais a compreensão dos dados e, consequente, produção de resultados. No intuito de aplicar proficuamente a metodologia escolhida, realizou-se uma entrevista semiestruturada e em profundidade. Identificou-se que existe uma latente dificuldade com relação ao uso do nome social, mesmo havendo a garantia de que travestis e transexuais devem ser reconhecidos por seu nome social nos atendimentos de saúde. São vários os relatos de desrespeito a prática, em algumas situações partindo para tratamentos carregados de preconceitos e estereótipos, limitando a imagem e a individualidade de travestis e transexuais. Palavras-chave: Nome Social; Travestis/Transexuais; Sistema Único de Saúde.

Introdução:

A população LGBT encontra-se inserida em um contexto de "lutas" sociais por direitos e respeito. Sendo que tal "luta", teve inicio a partir de reuniões em espaços sociais, como bares e clubes, nos primórdios da década de 1970, ambientes nos quais publicações homossexuais circulavam e serviam como base para o começo do processo organizacional. Gueto, denominação usual, à época, para boates frequentadas por gays, travestis, lésbicas e transexuais. Este, era o local escolhido para a definição e construção das pautas de reinvindicação. Neste histórico, a comunidade LGBT conseguiu alcançar exitosas vitórias, dentre elas, a despatologização da homossexualidade, a aplicação do termo orientação sexual, além da cirurgia de redesignação sexual, popularmente conhecida como mudança de sexo, e o



uso do nome social para travestis e transexuais, dentre outros. Tudo isso demarca e expressa o contexto preconceituoso e discriminatório que a referida população enfrentou e enfrenta no Brasil (JORNAL NEXO, 2017).

Esclarecendo que travestis e transexuais sofrem com uma gama acentuada de preconceitos, estes, intensificados pelo fato de carregarem, normalmente, um nome com o qual não se identificam, estando em desacordo com sua identidade de gênero. Neste sentido surge a necessidade do uso do nome social, nomeação segundo a qual o individuo sente-se socialmente reconhecido e individualizado. O nome social tem seu uso assegurado por uma série de normas e regramentos federativos, entretanto, estas, ainda atuam como pseudogarantias, devido ao largo número de casos de desrespeito.

No âmbito dos serviços de saúde, a população LGBT vem conseguido relativos avanços, o estabelecimento de um atendimento acolhedor, a partir da Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde, além da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT's, que estabelece uma série objetivos e especificidades no que concerne ao atendimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Debruçar-se-á sobre conceitos de identidade de gênero, travestilidade, transexualidade e nome social. Discorrendo e explicando tais conceitos durante o texto.

Outrossim, objetiva-se analisar as ações dos serviços de saúde do SUS, no município de Crato-CE, quanto ao uso dos nomes sociais de travestis e transexuais em unidades de saúde. Para tal, utilizar-se-á a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo, sob um enfoque qualiquantitativo, a fim de observar as opiniões dos sujeitos ora mencionados.

Exalta-se a relevância social da temática abordada, pois é de fundamental importância que se discuta questões que se direcionam a este público, buscando identificar se as políticas públicas a eles direcionadas estão obtendo o sucesso preconizado, ressalta-se, ainda, o processo de exclusão social pelo qual os mesmos vivenciam, logo, trazer a foco suas problemáticas é essencial. Cientificamente, aponta-se o baixo número de trabalhos norteados pelos fatores aqui postos, portanto, há uma enorme carência de dados, sejam eles disseminados ou sobre aspectos pontuais e locais. Assim, produzir conhecimento sobre as questões que envolvem a travestilidade e a transexualidade é determinante para a produção de melhores serviços públicos, auxiliando, também, na redução de atos discriminatórios.

Referencial teórico:



A busca pelo reconhecimento das identidades travesti e transexual, remonta um longo processo de construção das categorias identitárias, acrescido de um contexto de busca no próprio meio LGBT, para que houvesse sua integração buscando ter suas especificidades entendidas e respeitadas, não as enxergando enquanto homossexuais fortemente afeminados, mas sim, pessoas com identidades de gênero destoantes daquelas que lhes foram "designadas" biologicamente (CARVALHO, 2011).

O entendimento sobre questões relacionadas à travestilidade perpassa o período de 1960, quando se inicia um processo em que as travestis deixam de ser uma "atração carnavalesca" e passam a ocupar seus espaços enquanto pessoas comuns, tal quais são, no entanto, este grupo carrega consigo o estigma social da prostituição, amiúde colocado como fator determinante para o processo de caracterização das mesmas (GREEN, 2000). Marcadas por essa cicatriz deixada pelo sistema patriarcal, em pleno período ditatorial no Brasil (1980), travestis passaram a ser alvo de medidas policiais de "higienização social" do centro de São Paulo, sendo presas juntamente com mulheres cisgêneras e homossexuais que se prostituiam. O que mobilizou diversos setores da sociedade civil organizada em prol da libertação dos detentos e em contraposição a tais medidas claramente preconceituosas (FRY, 1985).

Dotadas de identidade, as travestis somente passam a ser incorporadas como categoria do movimento homossexual, vigente ao período, quando a opção por uma política identitária inicia um processo de consolidação, fazendo com que as ramificações englobadas pelo movimento passem a ser especificadas. Formando as bases de um movimento direcionado a identidades coletivas (CARVALHO, 2011).

Nesta perspectiva, cabe-se apontar que as questões em torno da transexualidade e sua categorização como identidade, são bem mais recentes, datando do final dos 1990 e início dos anos 2000. Destaca-se que o ganho de espaço destas temáticas relaciona-se ao discurso médico-psiquiátrico que outrora foi posto em debate, todavia, salienta-se, ainda, a ampla divulgação midiática de alguns casos de transexualidade (CARVALHO, 2011).

O conceito de identidade de gênero, que é incorporado pelo movimento militante no início dos anos 2000, acaba por demarcar, de forma mais clara, a diferenciação entre travestis/transexuais e gays/lésbicas/bissexuais, logo, entende-se que a incorporação do primeiro grupo ao contexto militante não ocorreu de forma simples, entretanto, diversos fatores foram decisivos para aproximação política de ambos, fazendo com que todos se posicionem harmoniosamente sob um mesmo "manto colorido" (CARVALHO, 2011).

Como exposto anteriormente, as articulações políticas de transexuais e travestis, no



seio de movimentos organizados, é algo elementar para a busca pela construção e efetivação de medidas que assegurem uma melhor qualidade de vida para tal grupo, caminhando assim, para a resolução de problemáticas reais que os atingem de forma latente, a exemplo da violência.

Nesse ínterim, expõe-se os dados alarmantes de violência contra o grupo em voga, segundo informações do relatório anual do Grupo Gay da Bahia, no ano de 2016, 343 LGBT's foram assassinados. Dentre os quais, 144 (42%) foram trans (travestis e transexuais). Ainda neste sentido, coloca-se os dados do Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Segundo este, em 2017 foram cometidos 179 assassinatos de pessoas trans, a maioria deles na região Nordeste, 69% dos casos. Ressalta-se também, que 80% dos casos aferidos foram cometidos contra pessoas identificadas como negras ou pardas. Pontua-se, ainda, as questões de gênero, pois 94% dos crimes tiveram como alvo pessoas do gênero feminino, reafirmando a necessidade de enquadramento do assassinato de travestis e mulheres transexuais na lei do feminicídio.

Fica evidente que travestis e transexuais enfrentam grandes dificuldades, no tocante à patologização de suas identidades de gênero, em parte, pelos paradigmas preconceituosos que ainda são constantemente alimentados, entretanto, tal questão é enfraquecida pelas recentes discussões do assunto em âmbitos social e acadêmico. Tais fatores dificultam, de maneira pulverizada, a observância de direitos já assegurados, porém, constantemente desrespeitados, nestas circunstâncias, encontra-se uma das principais reinvindicações do movimento LGBTQ+ e das entidades representativas de travestis e transexuais, o respeito ao uso do nome social, sendo este entendido como a forma a partir da qual o travesti/transexual se identifica e é socialmente reconhecido.

A constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, afirma como "objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; já em seu artigo 5º, assegura: "todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" (BRASIL, 1988). A constituição assegura, ainda, o direito à vida, igualdade, segurança. No entanto, o que se nota em dias atuais é que muitos dos direitos fundamentais são negados, situação agravada pelo pragmatismo que ainda é consubstanciado pela atuação de políticos calcados em seus ideais religiosos, deixando, à margem da sociedade, todos (as) àquelas que se constroem em padrões marginalizados (SILVA, 2013).

A aplicação do nome social é de fundamental para que se possa caminhar rumo à



desconstrução de diversas problemáticas que envolvem a população travesti e transexual, dentre elas, cabe destacar a grande evasão escolar e consequente desqualificação no mercado de trabalho, pois o uso do nome civil nestes espaços causa uma série de constrangimentos ao indivíduo "trans", conclamando uma nomeação com a qual o mesmo não se identifica. Sendo, este, um dos principais fatores para abandono escolar (SANTOS, 2009). Ademais, o nome tem funções que individualizam e identificam as pessoas, sendo parte integrante da suas personalidades. Logo, a identificação a partir do registro civil, quando este não condiz com a identidade de gênero do sujeito, só servirá como uma espécie de punição (SILVA, 2013).

Em 2006, ao lançar a Carta de Direitos dos Usuários do SUS, apontava-se como terceiro princípio, o direito ao atendimento acolhedor, livre de discriminação, assegurando que os usuários da rede SUS, teriam o direito de registrar em todas as fichas de atendimento o seu nome social, e por este ser tratado durante todo o procedimento necessário (BRASIL, 2015). Neste interim, um importante marco para a população LGBTQ+, no cerne do Sistema Único de Saúde, foi a Política Nacional Integral de Saúde da População LGBT, que contempla dentre seus objetivos básicos o respeito ao uso do nome social, reafirmando em 2011, ano que em a referida política pública entra vigor, um direito já vigorante, todavia, seguidamente desrespeitado. Como consequência desse desrespeito, há o desinteresse de travestis e transexuais de buscar atendimentos de saúde, pois há um iminente receio de que ocorram situações vexatórias.

Aponta-se, seguindo este raciocínio, que apenas a garantia do uso do nome social não é suficiente para que se atinja um nível minimamente razoável na qualidade dos serviços de saúde prestados. É necessário, ainda, que os profissionais estejam bem preparados para o desenvolvimento total do atendimento, não se limitando a aspectos estigmatizados e/ou estereotipados, que tendem restringir a saúde da pessoa "trans" somente a questões psicológicas (BRASIL, 2015).

As ações evidenciadas, no que diz respeito à rede SUS, especialmente no que concerne ao amplo desrespeito ao uso do nome social, culminam com a não efetivação dos princípios norteadores do SUS (universalidade, integralidade e equidade), que regulamentam as práticas em saúde no Brasil. A não concretização de tais princípios, acaba por reforçar a vulnerabilidade do grupo social em discussão (TAGLIAMENTO, 2013).

O decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016, versa sobre o uso do nome social em instituições federativas, assegurando, de forma ampla e profícua o reconhecimento à identidade de gênero dos sujeitos, tratando-os, exclusivamente, pelo nome social,



excetuando-se, apenas, em situações que para o atendimento seja expressamente necessário o uso do nome civil, ainda, neste caso, o mesmo deve fazer-se de modo discreto, a fim de evitar constrangimentos e exposição pública.

Inflando positivamente o número de leis e documentos oficiais que garantem o reconhecimento da identidade de gênero e respeito ao nome social, está em tramitação na Câmara Federal o Projeto de Lei "João W. Nery", que afirma em seu artigo 1°:

Toda pessoa tem direito: I - ao reconhecimento de sua identidade de gênero; II - ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III - a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles.

Travestis e transexuais vivenciam em diversos momentos, situações de incongruência, quando os nomes apontados em seus documentos de identificação não estão em conformidade com suas próprias percepções e aparências físicas. Não faltando argumentos para justificar situações degradantes, de desrespeito ao ser humano, e de latentes violações ao princípio da veracidade registraria, devendo este ser interpretado pela ótica da dignidade, a fim de promover a adequação do documento ao sujeito, ao invés do movimento contrário (SCHWACH, 2012).

Metodologia:

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Crato-CE, situada na região metropolitana do Cariri. Cidade marcada por fortes manifestações culturais, além ser demasiadamente representativa para a história do estado.

Foram realizadas oito entrevistas com travestis e transexuais da cidade de Crato-CE, sendo este número entendido como representativo dentro da comunidade que se desejava estudar, além do grupo ter se mostrado bastante heterogêneo, contendo ampla representação social.

O presente trabalho adotou o Discurso do Sujeito Coletivo como proposta metodológica a ser seguida. Ela é essencialmente qualiquantitativa, pois em todo seu processo, preservam-se os discursos e sua análise qualitativa das opiniões. Concomitantemente a isso, a esfera quantitativa se faz presente associada à representação e generalização dos resultados da pesquisa (LEFEVRE, 2012).

Para a coleta de depoimentos utilizou-se uma entrevista semiestruturada que continha unicamente a questão: "Relate suas experiências, nos serviços do Sistema Único de Saúde,



quanto ao uso do nome social.". As entrevistas foram gravadas e, a posteriori, transcritas.

A técnica aplicada para análise dos dados é composta com um conjunto ordenado de processos sobre a matéria-prima dos depoimentos individuais, além de outras modalidades de material verbal. Operações que resultam, ao término das etapas, na construção de depoimentos coletivos, formados por fragmentos contínuos ou descontínuos dos discursos em análise (LEFEVRE, 2012).

O primeiro operador metodológico definido foi a Expressão-Chave (ECH). Esta pode ser entendida como segmentos contínuos, ou não, que revelam as principais propriedades do discurso. A quantidade de fragmentos deve ser ponderada, visto que, se houver exacerbação ou escassez, o produto final da metodologia, estará prejudicado. Ademais, deve-se notar se o discurso em análise apresenta mais de uma ideia sobre o mesmo tema, pois ambas deverão ser levadas em consideração (LEFEVRE, 2012).

Em seguida, define-se a Ideia Central (IC), que consiste em expressões linguísticas que versam sintetizar as principais noções trazidas nas ECH's individuais e categóricas (LEFEVRE, 2012).

O processo seguinte diz respeito a definição das Ancoragens (AC), que são expressões que revelam teorias e/ou ideologias professadas pelos sujeitos da pesquisa. Um dos parâmetros auxiliares da definição das AC's, é a procura de afirmações que generalizam situações particulares. Todavia, há discursos que não contém AC's (LEFEVRE, 2012).

Após as etapas descritas acima, construiu-se o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) referente a 3 categorias específicas: desrespeito ao uso do nome social; importância do nome social e tratamento preconceituoso. O presente estágio da pesquisa constitui-se na junção, em um único discurso-síntese, redigido em primeira pessoa do singular, de ECH's que têm em comum IC's ou AC's (LEFEVRE, 2012).

Em seguida, calculou-se a Força/Intensidade e Amplitude dos discursos. A primeira diz respeito ao número de pessoas que contribuíram para a construção do DSC, permitindo conhecer o grau de compartilhamento das representações sociais. Já a Amplitude se refere à medida da presença de determinada ideia/representação social no campo estudado. Para a apresentação dos presentes dados quantitativos, formulou-se um gráfico por meio da ferramenta Excel 2010 (LEFEVRE, 2012).

Resultados e discussão:

Aqui, evidenciar-se-á os discursos construídos a partir dos depoimentos colhidos



durante o processo de entrevistas, tais discursos encontram-se organizados em categorias, sendo estas: desrespeito ao uso do nome social, importância do nome social e tratamento preconceituoso. Salienta-se, que os discursos estão transcritos da maneira como produzidos, buscou-se preservar todas as características de linguagem expressadas durante o desenvolvimento da pesquisa em questão.

Em seguida a exposição do discurso em cada uma de suas respectivas categorias, implicar-se-á analise dos mesmos, expondo as denotações cabíveis a cada um, a fim de perceber segundo os relatos qual a dimensão da observância ao nome social no que tange aos serviços de saúde do município de Crato-CE. Em seguida, apresenta-se, também, os resultados referentes aos dados quantitativos, identificando a sua influência sobre as categorias, calcado na intensidade e na amplitude dos discursos mostrados a seguir.

Tabela 1: Discurso do Sujeito Coletivo das três categorias estudadas.

3	letivo das tres categorias estudadas.
Categoria	DSC
	Eu vejo que a gente é tratada diferente, tem uns que
	olham a gente torto, tem uns que faz questão de chamar
	a gente pelo nome de batismo, nome masculino, não
	trata a gente pelo nome feminino, nem pergunta se a
	gente quer ser tratada pelo nome feminino. Em posto de
	saúde, sempre me trataram pelo nome masculino. É
	uma coisa que desagrada muito, qualquer travesti ou
	transexual não se sente bem, você ser tratada, você
	tando toda feminina, chegando toda feminina, e a
	pessoa te tratar com o nome masculino, isso é horrível!
	é triste você chegar num local e ser tratada com o nome masculino, você se sentindo uma mulher, você se ver
	como mulher e a pessoa te destratar, pra mostrar, pra
Desrespeito ao uso do nome social	dizer: "Não, você não é! Você foi batizada com tal
Desi espeito ao uso do nome social	nome, você tem que ser tratada com tal nome!" É muito
	constrangedor!. Tem pessoas que peleja pra mim dizer
	o nome verdadeiro, mas eu não digo. Como diz eles
	'como é seu nome verdadeiro? Eu não falo. O
	documento de identidade ainda causa muita estranheza
	em algumas pessoas. Na foto um menino de quatorze
	anos, com um nome de homem, e ao vivo uma mulher.
	Teve uma vez que uma moça ficou olhando pra mim e
	para o meu RG com cara de pasmada. A gente coloca lá
	(nome social da entrevistada) só que eles termina
	perguntando o nome normal da pessoa. Isso constrange
	muito. Quando é assim, dentista essas coisas, eles grita
	no meio do povo. Eles chama pelo nome de registro,
	trata a gente com ignorância, trata a gente pelo nome
	masculino, num trata a gente como qualquer outra
	pessoa.



Importância do nome social

ser chamada de ele, de ela? Eu inclusive semana passada fui no posto, e a moça me perguntou 'você escolhe que eu coloque aqui sexo feminino ou masculino?' eu disse, bote feminino, então, ela me fez uma pergunta boa, gostei!. Eu, a primeira vez que eu me senti bem aqui Crato, que eu fui tratada bem, foi quando eu fui passar no hospital, é...hospital São Camilo, que agora é São Francisco e eu vi meu nome na entrada. Foi o dia mais feliz da minha vida, vi meu nome (nome da entrevistada). E me chamaram pelo nome de (nome da entrevistada). Quando falou (nome da entrevistada), aí eu me levantei e fui ser atendida. Quer dizer, a partir daquele momento, eu me senti uma nova pessoa, como se eu tivesse sido reconhecida, recebendo um prêmio daqui do, por ser cidadã cratense, por tá com nome novo. Eu me senti, nossa! Foi o dia mais feliz da minha vida!

As vezes até me perguntam como prefere, 'você prefere

Tratamento preconceituoso

Porque a gente, eles dão, realmente, os atendimento a gente, mas aí, além de ser demorado, em certos casos a pessoa passa por tipos de preconceito. Além da fila de espera do SUS, que é enorme, você ainda é mal tratada, mal recebida, complica um bocado, tem umas pessoa que ver a gente como outra pessoa de outro mundo, como se fosse um et. Se chegar eu e outra pessoa atrás do mesmo exame, que não seja uma trans, que seja um homem mesmo, eles diz logo pra gente que não tem vaga, enquanto oferece pra eles, até no modo da pessoa se comportar, eles, eles veem até isso, o modo como a pessoa se comporta, modo como a pessoa se veste e... o tratamento deles muda em relação a isso, eu acho. Eu fui impedida de doar sangue, porque... Assim na minha cabeça, por ser talvez homossexual, gay, travesti, não sei o que! A gente assim muitas chega no posto, no hospital, a gente vê que eles trata a gente diferente dos outros.

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

A categoria "Desrespeito ao uso do nome social", revela que, segundo o discurso dos sujeitos, o atendimento em unidades de saúde ainda se encontra imbuído por formas de tratamento que não respeitam o uso dos nomes sociais, além disso, nota-se o descontentamento dos indivíduos para com essa realidade. Em suma, percebe-se no discurso que, o comportamento dos servidores públicos da área da saúde, ainda gera bastante constrangimento, a julgar pela insistência em tratar travestis e transexuais, com nomes sociais já definidos, pelo nome civil. Estas situações contrapõem ordenamentos como a Carta de Direitos dos Usuários do SUS de 2006 e o decreto nº 8727, de 28 de abril de 2016, que asseguram o direito ao registro do nome social em todas as fichas de atendimento, e por este ser tratado durante todo o procedimento necessário, além do uso do nome social em instituições federativas, para além das unidades de saúde.



No que se refere à categoria "Importância do nome social", revelam-se experiências exitosas de atendimentos na rede SUS, no se refere ao uso do nome social. No presente discurso narram-se bons atendimentos em que os (as) funcionários (as) da área da saúde respeitaram as instruções do SUS e trataram as travestis/transexuais adequadamente, no que tange ao direito à utilização do nome social. Relata-se, em dado momento, que ao ser atendida em determinada unidade de saúde do município de Crato - CE, a tratada usuária do SUS é indagada, por uma funcionária, sobre a maneira que gosta de ser chamada. Algo bastante significativo, a julgar pelas expressões utilizadas nos depoimentos, que revelam grande satisfação pessoal ao ter o nome social respeitado. Embora seja algo de extrema importância, ao se comparar a reincidência de tal experiência nos depoimentos, com o desrespeito ao nome social, esta encontra-se bem mais compartilhada, refletindo, assim, inconformidades com orientações e leis vigentes.

Em relação à categoria "Tratamento preconceituoso", percebe-se que as transexuais e travestis usuárias do SUS, além de sofrer com a morosidade dos serviços, também vivenciam preconceitos institucionais que, além de acarretar sérios constrangimentos, também contribui para a negação de atendimentos. O discurso ainda revela que, conforme as opiniões dos sujeitos pesquisados, as formas de atendimento são determinadas por padrões estéticos e sociais, fazendo com que, aqueles que fogem a essa lógica normativa, sejam mal atendidos. Algo que contrapõe sumamente as diretrizes do Sistema Único de Saúde, além de mecanismos legais como a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT.

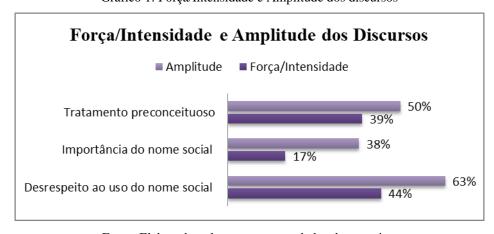


Gráfico 1: Força/Intensidade e Amplitude dos discursos

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Em relação às categorias: "Desrespeito ao uso do nome social" e "Tratamento Preconceituoso", nota-se em ambas, grande força e alta amplitude, esses dados revelam que a



representação social encontra-se bastante compartilhada entre os discursos do meio analisado.

Já na categoria "Importância do nome social", que expõe experiências exitosas quanto ao uso do nome social em unidades de saúde do SUS, percebem-se baixas força e amplitude, exclamando a sua presença representativa em segmentos restritos, sendo pouco compartilhada.

Conclusões:

Evidencia-se, a partir deste estudo e a realizada analisada, uma gama de problemáticas latentes na rede SUS. Reafirma-se que o respeito ao uso do nome social é algo assegurado por um conjunto de leis, garantidoras do direito no âmbito do Sistema Único de Saúde e outras instâncias. Logo, observar a irrealização de tal garantia, é concluir o desconhecimento dos profissionais a respeito de tais políticas públicas, pondo em destaque, ainda, o descompromisso das entidades responsáveis pela capacitação e conscientização destes profissionais, vide a secretária municipal e estadual de saúde, além do próprio Ministério da Saúde.

Conclui-se, também, que a exigência do nome civil é um fator desencorajador para que travestis e transexuais procurem os estabelecimentos de saúde, pois as mesmas receiam procedimentos constrangedores, de exposição e desrespeito a sua identidade de gênero. Logo, testemunham cotidianamente um tratamento preconceituoso, inteiramente diferenciado, no qual suas necessidades são subjugadas e postas em segundo plano, enquanto o serviço se desenvolve de forma mais ágil e profícua para aqueles que se identificam enquanto cisgênero.

Neste sentido, é importante observar que a percepção e a vivência de um tratamento negativamente diferenciado, para travestis e transexuais, encontra-se disseminado de forma ampla, atingindo grande parte do grupo estudado, sendo consequentemente, mais um capítulo da dura realidade de luta contra estigmas e estereótipos traçados socialmente e que se manifestam, também, nos serviços de saúde.

Conforme constatado, é fundamental compreender que o respeito ao nome social é uma sentença essencial para que o indivíduo se sinta inserido socialmente, e reconhecido de forma humanitária, tendo suas peculiaridades, especificidades entendidas, aceitas e respeitadas.

Ademais, conclui-se, que mesmo com um lastro de ordenamentos que garantem o uso do nome social, o mesmo segue desrespeitado em serviços de saúde, expondo travestis e transexuais a amplo constrangimento, e em algumas situações, tidas como vexatórias. Postas



sobre um tratamento preconceituoso, seguem evitando a busca do Sistema Único de Saúde, recorrendo ao mesmo em situações de extrema necessidade, pois o campo da diversidade sexual e da identidade de gênero, persiste obscuro para um largo grupo dos profissionais e autoridades que constroem o Sistema Único de Saúde em Crato - CE.

Referências:

ANTRA. Mapa de Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Brasília, 2018. Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf/ Acesso em:01 de fevereiro de 2018.

"A Trajetória e as Conquistas do Movimento LGBT Brasileiro" (*Jornal Nexo*, jun. 2017). Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBT-brasileiro/> Acesso em: 07 de fevereiro de 2018. BRASIL. **Transexualidade e travestilidade na saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de

Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília; Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado, 1988. BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.955/2010. Brasília. 2010.

Disponível em: http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1955_2010.htm. Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

BRASIL, Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei PL sn/2013**. Altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446/ Acesso em: 03 de fevereiro de 2018.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais**. Tese (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 24-33, 2011.

FLY, Peter. O que é homossexualidade. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

GREEN, James N. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Nome Social de Travestis e Transexuais na Escola Básica**: Política Pública Afirmativa ou Capricho? Curitiba. 2009. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2414_1702.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2018.

SILVA, R. F. **NOME SOCIAL** – Um Direito à Dignidade Humana. **IX Congresso Nacional de Educação**. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9304_6811.pdf/ Curitiba, 2013. Acesso em: 02 de fevereiro de 2018

TAGLIAMENTO, G. Com a palavra o prover: uma análise das masculinidades produzidas em contextos familiares nos quais a mãe é a provedora. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.



"IDEOLOGIA DE GÊNERO": PÂNICO MORAL EM VÍDEOS DA INTERNET

Helma de Melo Cardoso (Universidade Federal de Sergipe, helma.2010@hotmail.com)

Resumo: O presente artigo busca problematizar o regime de verdades produzido e reafirmado a partir dos ataques aos estudos feministas, de gênero e sexualidade que objetivam reafirmar a heteronormatividade e as normas de gênero binárias, chamados por seus criadores de "ideologia de gênero", a partir da análise de alguns vídeos disseminados na internet. A ideologia de gênero existe, mas não corresponde aos estudos feministas e de gênero, é apenas um dispositivo surgido para promover uma agenda antifeminista, muito conservadora e contrária aos direitos plenos a todos os cidadãos de maneira plural. Para atender ao objetivo foram selecionados os quatro primeiros vídeos de até dez minutos de duração na plataforma de internet YouTube que traziam como temática a ideologia de gênero. Em todos os vídeos encontramos os "defensores" da moral cristã e da família tradicional, que transformaram as pessoas LGBTOI e as mulheres feministas num inimigo ser combatido a qualquer custo. A ampla divulgação da falsa premissa da "ideologia de gênero" despertou um pânico moral, um retrocesso social, num momento de lutas e conquistas na promoção da igualdade de gênero e sexuais. Sem contar que a partir da promoção do alarme e pânico sociais fica cada vez menos perceptível que tais posicionamentos tiveram sua gênese na religião, contribuindo para adesão de outros setores da sociedade como políticos e gestores públicos que somam-se na luta de defesa da família tradicional. Por este motivo que é importante a introdução dos estudos de gênero nas mais diversas instâncias sociais, inclusive a escola, para disseminar um conhecimento voltado para a aceitação da diferença, visto que nestas instituições a norma repassada é a regra heterossexual, tornando-a natural e até mesmo compulsória.

Palavras-chave: Ideologia de gênero, heteronormatividade, estudos de gênero e sexualidade.

Introdução

Temos vivenciado nos últimos anos um grande ataque aos estudos, políticas e medidas que visam à igualdade e liberdade dos gêneros e da sexualidade, que vêm sendo chamado arbitrariamente de "ideologia de gênero". Há uma invasão, principalmente nas mídias da internet de vídeos, comentários, mensagens num tom agressivo que se colocam geralmente contra as pautas da população LGBTQI¹, na justificativa de valorizar a família tradicional. O presente artigo busca problematizar esse regime de verdades produzido e reafirmado a partir dos ataques aos estudos feministas, de gênero e sexualidade que objetivam reafirmar a heteronormatividade² e as normas de gênero binárias, a partir da análise de alguns vídeos disseminados na internet.

É importante notar que este movimento de "retomada dos valores da família", segundo Junqueira (2017) vem ocorrendo em diversos países de todos os continentes. Tais

¹ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer e intersexuais.

² É a ordem sexual fundada no modelo heterossexual que se impõe por meio de violências simbólicas e físicas a quem rompe normas de gênero. (MISKOLCI, 2015).



movimentos investem numa "(re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual" (JUNQUEIRA, 2017, p. 46) como forma de recuperar o espaço que julgam perdido pela igreja e conter os avanços de conquistas das populações LGBTQI, reforçando a heteronormatividade e as normas de gênero.

Ainda segundo esse autor o termo "ideologia de gênero" surgiu entre a década de 1990 e início dos anos 2000 no seio da Igreja Católica, espalhando-se como um slogan, havendo todo um esforço criativo e mediático eficaz com o objetivo muito claro de infiltrar-se não só em discursos religiosos, mas também figurar em espaços políticos e completa:

É um sintagma forjado para operar como uma arma política, enquanto dispositivo retórico, metadiscursivo, paródico e reacionário. Um dispositivo que, de um lado, age para conter ou anular o potencial crítico e emancipador do feminismo e dos estudos de Gênero e deslegitimar atores e reinvindicações neles fundamentados. De outro enseja a valorização, o acúmulo e a recuperação de capital social e político por parte dos setores tradicionalistas e ultraconservadores — especialmente, o campo eclesiástico, interessado em manter e ampliar sua influência, inclusive em temas e espaços não estritamente religiosos ou que, em sociedades laicas, não deveriam ser religiosos, como a educação e a saúde pública. (JUNQUEIRA, 2017, p. 56).

O autor deixa claro que este termo não é um conceito científico, mas uma "grotesca formulação paródica" muito eficaz para promoção de polêmicas, ridicularizações e etc. A ideologia de gênero existe, mas não corresponde aos estudos feministas e de gênero, é apenas um dispositivo surgido para promover uma agenda antifeminista, muito conservadora e contrária aos direitos plenos a todos os cidadãos de maneira plural. (JUNQUEIRA, 2015).

Um exemplo claro dessa agenda conservadora foram os debates em 2014 do Plano Nacional de Educação - PNE, documento que define diretrizes e metas para a educação no Brasil até 2020, onde houve a retirada das referências ao termo "gênero" do texto final a partir das pressões realizadas por setores religiosos e conservadores da sociedade contrários a "ideologia de gênero" que se negam a pensar as relações de gênero e a sexualidade fora do marco religioso, que culminou num retrocesso de diversas conquistas já realizadas nesse campo com relação a inclusão da temática da igualdade de gênero nas escolas de educação básica.. (ROSADO-NUNES, 2015). Segundo essa autora a desconstrução da visão biologizante da natureza dos sexos realizadas pelas mais diversas proposições feministas afeta fortemente os preceitos da igreja católica ancorados em "leis divinas" que determinam um lugar determinado biologicamente para homens e mulheres, com papéis definidos. Sendo assim,

a fragilização do modelo tradicional de família sobre o qual se assenta o edifício mais que milenar de sua institucionalidade soa como o alarme que anuncia a sua própria fragilização. A manutenção do dispositivo familiar tal qual ela ajudou a modelar é crucial para a instituição. (ROSADO-NUNES, 2015, p. 1254).



E se vendo diante dos avanços dos indivíduos livres, cada vez mais avançando em conquistas que ampliam os direitos de mulheres, pessoas homossexuais, transexuais e outros dissidentes do gênero e da sexualidade, a Igreja investiu na defesa da moralidade tanto social, como política e individual e para isso utilizou como estratégia a defesa da moral da família tradicional para que sua ação tenha maior aceitação, não só nos espaços de sua igreja, mas na sociedade como um todo.

Esse investimento ocorreu fundamentalmente na reafirmação do discurso biológico para explicação das diferenças entre os sexos, onde diferenças socialmente construídas são naturalizadas como inatas, instintivas e permanentes.

Proliferação Do sintagma da "ideologia de gênero" na media

Não obstante o combate aos estudos de gênero tenham se iniciado numa matriz religiosa, hoje podemos perceber seu enraizamento em diversos outros setores da sociedade. Todos eles parecem ter assimilado o sintagma "ideologia de gênero" tal qual objetivou a igreja católica. E hoje basta digitar as palavras "ideologia de gênero" na plataforma de internet YouTube que encontramos diversos vídeos trazendo "esclarecimentos sobre a influencia perniciosa desta ideologia", abaixo subscrevemos os quatro primeiros, de até 10 minutos, da lista de pesquisa realizada em 06/12/2017:

Médica detona ideologia de gênero na audiência sobre a BNCC https://www.youtube.com/watch?v=HxeTzYL7cbM

IDEOLOGIA DE GÊNERO - O Que Pode Causar em Nossas Crianças https://www.youtube.com/watch?v=pNgqMl5XrPE

A ideologia de gênero é um câncer para as crianças https://www.youtube.com/watch?v=CD8hh85C9AI

#FORABUTLER – A criadora da ideologia de gênero vem ao Brasil https://www.youtube.com/watch?v=7l348rFl7_o

No primeiro vídeo, com um total de 364.162 visualizações, é trazido um trecho da fala de uma pessoa que se apresenta como médica que participou de uma audiência pública sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ocorridas regionalmente durante o segundo semestre de 2017, onde diversos segmentos da sociedade³ tiveram oportunidade de oferecer contribuições, apesar de não ter caráter deliberativo. Ela diz trazer fatos científicos para "desmontar um importante fundamento da ideologia de gênero, a ideia de que crianças ao nascerem são indiferentes em relação ao gênero, de que gênero é uma construção

.

³ Segundo informações constantes no site http://cnebncc.mec.gov.br/



sociocultural imposta", traz para contrapor o argumento estudos realizados com primatas onde os machos têm preponderância de se comportarem como machos e escolherem brinquedos tipicamente masculinos, explicando que não há influência da cultura e que este estudo mostra "com clareza a força que a biologia exerce" sobre os corpos. Sendo assim, conclui que não existe justificativa para aplicar a "ideologia de gênero" nas escolas por falta de fundamentação científica.

Inicialmente é de causar estranhamento que uma figura que se proclama cientista faça referências a um termo como "ideologia de gênero", como vimos é um termo, inventado pela igreja católica, sem referências concretas com os estudos de gênero da academia, inclusive utilizando-o em documentos como o que apresentou no vídeo. Além de que, apresenta como prova conclusiva de que o gênero tem raízes na biologia um estudo com macacos que se comportam como machos e têm predileção por brinquedos masculinos, só nos resta perguntar o que são brinquedos masculinos? São também construções biológicas? Brinquedos masculinos são sempre os mesmos em todas as culturas? Só em caso de respostas afirmativas esta teoria comprovaria uma naturalização do gênero.

A desnaturalização do gênero foi um grande desafio do feminismo, demonstrar que não são as características biológicas do corpo que definem as diferenças e as desigualdades de gênero. O termo gênero passou a ser utilizado para demarcar que não existe necessariamente correspondência entre o sexo anatômico e o gênero e daí resultar desigualdades. Assim, o termo passou a ser utilizado, segundo Meyer (2010), para se referir aos traços de personalidade, comportamentos e atitudes que a cultura impõe aos corpos de acordo com as marcações anatômicas do sexo. Mais tarde, passou por ressignificações, principalmente pelas teorias pós-estruturalistas:

Gênero é o aparato pelo qual a produção e normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes "masculino" e "feminino" é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações do gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo (BUTLER, 2014, p. 253).

Assim o conceito afasta-se das teorias e concepções que tratam o corpo como estrutura biológica e passa a caracterizá-lo como uma construção sociocultural e linguística, originadas pelas relações de poder. E o gênero amplia-se apontando para uma noção de que as pessoas se constituem como homem e mulher num processo que nada tem de linear e harmônico e que existem muitas formas de viver a feminilidade e a masculinidade dependendo do tempo e da sociedade em que se vive.



O segundo vídeo intitulado "IDEOLOGIA DE GÊNERO - O Que Pode Causar em Nossas Crianças", com 66.259 visualizações, é apresentado a partir de ilustrações, com a narração de um pastor, para explicar os perigos da "ideologia de gênero" para as crianças, explica que a ideologia de gênero defende que meninos e meninas são diferentes não devido aos corpos, mas porque a sociedade (igreja, escola, etc) os obriga e que no futuro ocasionará diferenças entre homens e mulheres e que a solução é eliminar as diferenças entre meninos e meninas, acrescentam ainda que os adeptos desta teoria tendo conhecimento de que família não aceitaria tal proposta, chegaram a conclusão de que a escola seria o melhor espaço para alcançar seu objetivo. Esse vídeo tem uma característica como aos tantos outros que estão circulando nas medias, distorcer, onde é de interesse as teorias reais de gênero para causar pânico, demonizando qualquer perspectiva de gênero nas instituições como a escola, onde há muito tempo vem tentando se implantar uma politica de igualdade dos gêneros, de respeito às diferenças sexuais, com o intuito de tornar a escola um ambiente mais democrático e acolhedor para todos e não só para os que representam a sociedade hegemônica.

Neste mesmo vídeo ainda acrescenta que tal ideologia mostra "absurdos" como o fato de um pai pode usar vestido e passar batom, ou ainda que uma criança pode ter dois pais ou duas mães. Nesse ponto questões muito caras e ainda pautas de conquistas sociais relacionadas a direitos e garantias de não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero são desrespeitadas e afrontadas violentamente, pois são vistas como impossibilidades, vivências e experiências são relegadas a invisibilidade, suas existências são negadas. Percebemos aqui como a lógica sexo-gênero-sexualidade é colocada em cena com toda sua força, onde o "sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo" (LOURO, 2015, p.15-16) e os corpos devem ajustar-se a este modelo obrigatoriamente sob pena de serem marginalizados e invisibilizados. Aos que insistem em subverter e desobedecer a ordem serão "alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões." (LOURO, 2015, p.16).

O ataque especial realizado aos corpos trans, trazidos sempre como aberrações, tentam causar pânico no imaginário das pessoas, colocando que o pai usando vestido e batom impondo-se como novo modelo de conduta, no entanto, a visibilidade dos corpos trans é sim muito importante nas diversas instâncias sociais como a escola, não para se impor, mas para mostrar a possibilidade de viver fora da heteronormatividade.

Personagens que transgridem gênero e sexualidade podem ser emblemáticas da pósmodernidade. Mas elas não se colocam, aqui, como um novo ideal de sujeito. Não se pretende instaurar novo projeto a ser



perseguido, não há intenção de produzir nova referência. Nada seria mais antipósmodermo. A visibilidade e materialidade desses sujeitos parecem significativas por evidenciarem mais do que outros, o caráter inventado, cultural e instável de todas as identidades. (LOURO, 2015, p.23).

Sendo assim, a presença de corpos trans na escola, e em outras instâncias sociais, serviriam no mínimo para atender dois importantes objetivos: desnudar a lógica binária e biológica de determinação de gêneros e de sexualidade, mostrando seu caráter inventado e de acordo com Trujillo (2015) servir como representação para estudantes não heterossexuais e como forma de combate a homo-lesbo-transfobia:

la ausencia de representaciones tiene efectos negativos, injuriosos, y su inclusión es el remedio contra la homofobia y el prerrequisito para la autoestima y la existencia segura del alumnado LGTBI en la clase. Sin negar la importancia de esos efectos negativos, sino todo lo contrario, creo que debemos considerar cómo la homo-lesbotransfobia se presenta así como un problema de representación, un efecto de la ausencia de imágenes de personas trans, lesbianas y gays, o de la distorsión de las mismas. (TRUJILLO, 2017, p. 1535).

Ainda nesse vídeo o pastor finaliza dizendo que a determinação sexual, biológica e de gênero é feita no nascimento pelo "Criador" e que a inclusão da "ideologia de gênero" nas escolas acabaria com as diferenças naturais entre meninos e meninas causando confusão, com isso um menino não saberia que é um menino e a menina não saberia que é uma menina. Neste trecho do vídeo fica claro a presença do cruzamento dos discursos religioso e biológico para classificação de meninos e meninas, mas também fica espaço para podermos problematizar: Já que as aprendizagens sociais não têm participação na construção de gêneros e sexualidades de onde vem esse pânico em se tratar do tema nas escolas, haja vista que todos já estamos com o destino sexual, de gênero e sexual traçado desde o nascimento? Se o criador determina os sexos, o que podemos dizer das pessoas intersexos?

O terceiro vídeo, A ideologia de gênero é um câncer para as crianças, com 26.637 visualizações, é do representante do MBL (Movimento Brasil Livre), que começa fazendo uma crítica ao deputado federal Jean Wyllys e à deputada federal Érica Kokay por apresentarem um projeto de lei que permite que crianças possam trocar de gênero sem autorização dos pais e permitir cirurgias de mudança de sexo sem a necessidade de diagnóstico. Os artigos aos quais se referiu foram transcritos do projeto-lei⁴ e seguem abaixo:

Artigo 5° - Com relação às pessoas que ainda não tenham dezoito (18) anos de idade, a solicitação do trâmite a que se refere o artigo 4° deverá ser efetuada através de seus representantes legais e com a expressa conformidade de vontade da criança ou adolescente, levando em consideração os princípios de capacidade progressiva e interesse superior da criança, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. §1° Quando, por qualquer razão, seja negado ou não seja possível obter o consentimento de algum/a dos/as representante/s do Adolescente, ele poderá recorrer à assistência da Defensoria Pública para autorização judicial, mediante

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1059446



procedimento sumaríssimo que deve levar em consideração os princípios de capacidade progressiva e interesse superior da criança.

§2º Em todos os casos, a pessoa que ainda não tenha 18 anos deverá contar com a assistência da Defensoria Pública, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Artigo 8° - Toda pessoa maior de dezoito (18) anos poderá realizar intervenções cirúrgicas totais ou parciais de transexualização, inclusive as de modificação genital, e/ou tratamentos hormonais integrais, a fim de adequar seu corpo à sua identidade de gênero auto-percebida. §1° Em todos os casos, será requerido apenas o consentimento informado da pessoa adulta e capaz. Não será necessário, em nenhum caso, qualquer tipo de diagnóstico ou tratamento psicológico ou psiquiátrico, ou autorização judicial ou administrativa. §2° No caso das pessoas que ainda não tenham de dezoito (18) anos de idade, vigorarão os mesmos requisitos estabelecidos no artigo 5° para a obtenção do consentimento informado. (Projeto lei João W. Nery).

A justificativa do projeto segue no próprio texto do projeto-lei que está em tramitação na Câmara legislativa desde 20/02/2013, aonde vem explicando todo o processo de invisibilização dos corpos trans, das diversas exclusões que sofrem ao longo da vida (família, escola, bairro, cidade, etc.), o preconceito e a violência a que são submetidos diariamente, mas, sobretudo a invisibilidade legal, da qual trata o projeto-lei:

O imbróglio jurídico sobre as identidades "legal" e "social" das pessoas travestis, transexuais e transgêneros provoca situações absurdas que mostram o tamanho do furo que ainda existe na legislação brasileira. Graças a ele, há pessoas que vivem sua vida real com um nome — o nome delas, pelo qual são conhecidas e se sentem chamadas, aquele que usam na interação social cotidiana —, mas que carregam consigo um instrumento de identificação legal, uma carteira de identidade, que diz outro nome. E esse nome aparece também na carteira de motorista, na conta de luz, no diploma da escola ou da universidade, na lista de eleitores, no contrato de aluguel, no cartão de crédito, no prontuário médico. Um nome que evidentemente é de outro, daquele "ser imaginário" que habita nos papeis, mas que ninguém conhece no mundo real. (Projeto lei João W. Nery).

O projeto-lei surge numa tentativa de reparar um mínino de cidadania a pessoas trans que sofrem cotidianamente, pois suas identidades de gênero são negadas oficialmente pelo Estado e pela sociedade, ao mesmo tempo em que a partir das portarias de utilização do nome social (nome pelo qual as pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade) já usadas em universidades, governos estaduais, prefeituras e outros órgãos, a lei traria uma solução definitiva e desburocratizada para ajustar os documentos à realidade. Quanto à questão da idade, vale lembrar que grande parte da população trans não pode contar com apoio familiar e inclusive muitos e muitas ainda muito cedo são forçados a saírem de casa.

Sobre a necessidade de diagnóstico para as cirurgias de trangenitalização (cirurgia de mudança de sexo) nos remete à luta para o reconhecimento de que a transexualidade não é doença, um mesmo movimento que aconteceu com a homossexualidade. Com a despatologização dos corpos trans não haveria mais necessidade de diagnóstico (médico, psiquiátrico, psicológico) de doença para a cirurgia e garantindo "livre determinação das pessoas sobre seus corpos". Segundo Bento (2017) vários países já têm lei que asseguram os



direitos e pessoas trans, como O México, Uruguai e Espanha, mas a legislação mais inovadora é a da Argentina, visto que dispensa o diagnóstico de transtorno de identidade e a alteração de documento é um simples processo administrativo. A autora esclarece ainda que as legislações variam de acordo com a compreensão do legislador tenha de gênero, quanto mais biologizante for esta compreensão mais exigências haverá para cirurgias e alteração de documentos, ou seja, quanto mais próxima da visão do vídeo onde se crê que "ou se nasce homem ou se nasce mulher, e nada poderá alterar a predestinação escrita nos hormônios" (BENTO, 2017, p. 188), tanto mais terão um caráter autorizativo e necessidade de pareceres de especialistas para atestar a validade das demandas das pessoas trans.

Nesse mesmo vídeo é também exibido um trecho de uma luta de mulheres, e comentando que a "ideologia de gênero" é tão absurda que permite que homens batam em mulheres, se referindo ao fato de que uma das mulheres é transexual e por isso venceu a luta, por ser mais forte, completa ainda dizendo que se isso acontecesse há vinte anos esse "homem" seria mandado para a cadeia. Desrespeitando totalmente a identidade de gênero da esportista transexual. Isso porque os corpos das pessoas trans "apresentam diferenças insuportáveis para um contexto marcado pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias" (BENTO, 2017, p. 59) tornam-se realidades de difícil assimilação. Principalmente quando o homem abdica de sua condição de macho para identificar-se como mulher, gênero inferior e desqualificado, quebrando as normas de gênero hegemônicas porque:

- 1. Nega a determinação biológica das identidades de gênero;
- 2. identifica-se com o desvalorizado socialmente. O feminino que seus corpos encarnam é uma impossibilidade existencial e a relação que se estabelece com eles é de abjeção. (BENTO, 2017, p. 60).

Berenice Bento ainda completa que a violência e o fenômeno da abjeção ocorrem principalmente pela simples existência trans e não somente pela identificação com o gênero desvalorizado.

O autor desse vídeo ainda demonstra um profundo desconhecimento sobre a violência contra a mulher quando afirma que se um homem batesse numa mulher a vinte anos atrás estaria preso, isso porque antes da lei Maria da Penha (Lei 11.340/2016), que coíbe e pune a violência contra mulher, a agressão era considerada um delito de menor potencial ofensivo e a maioria dos homens sequer recebiam punição.

Quanto ao quarto vídeo, #FORABUTLER – A criadora da ideologia de gênero vem ao Brasil, com 127.176 visualizações, é basicamente um vídeo apresentando Judith Butler como criadora da "ideologia de gênero", mostra algumas citações do seu livro Problemas de gênero



para demonstrar que o verdadeiro objetivo da autora é político e que tem raízes no Marxismo, depois passa a questionar se ninguém fará nada para impedir a participação da autora num evento que ainda ocorreria na época da formulação do vídeo aqui no Brasil. Fala ainda "Se nós não combatermos as pessoas que propagam as ideias, as ideias continuarão aí". E convoca: "Você conservador, cristão, católico, protestante, liberal que não concorda com essa coisa" a se reunir e protestar contra o evento. Aponta que a "ideologia de gênero" tem como estratégia política a dissolução da família e finaliza dizendo: "Judith você não é bem vinda em nosso país, fora Butler"!

Neste vídeo o termo "ideologia de gênero" é utilizado como um "poderoso dispositivo retórico reacionário" como nos alertou Junqueira (2017), criando polêmicas e ameaças contra pessoas que considera criadoras da ideologia, pessoas assim como Butler que contrariem os interesses de grupos e instituições que se declaram como protetores dos valores da família, da religião e da moral. Não se importam se suas teorias não durariam num confronto acadêmico, mas sim, a partir de uma estratégia discursiva atingir potencialmente as pessoas, produzindo convicção e adesão. Junqueira (2017) ainda nos alerta que esses defensores da família tradicional não querem um debate com os adversários, em vez disso preferem ridicularizá-los e estigmatiza-los: "destruidores da família, familiofóbicos, homossexualistas, gayzistas, feminazis, pedófilos, heterofóbicos, cristofóbicos etc." (JUNQUEIRA, 2017, p.48). Em resumo o objetivo real não é o de compreender o feminismo e os estudos de gênero, mas distorcer e esvaziar as teorias pois,

os inesgotáveis debates, interrogações e problemtizações, bem como os instrumentos e os resultados produzidos pelos estudos científicos e acadêmicos [...] são objetivados como uma perigosa, enganosa e ilegítima "teoria/ideologia", que por meio de "manipulações linguísticas", produziria a colonização da natureza humana". (JUNQUEIRA, 2017, p. 48).

É justamente disso que o vídeo fala, do perigo político, do verdadeiro objetivo da "ideologia de gênero" que seria colonizar as mentes enfraquecidas pela destruição da família. Cabe lembrar aqui que toda produção de conhecimento não é desinteressada e as teorias feministas têm sim um fim político, toda existência é política, toda relação em sociedade é política. Quando alguém traz uma narrativa de que não tem objetivos políticos, está somente assumindo que a sua linha política é a dominante. Os estudos de gênero têm interesses políticos na medida em que objetivam mudar a realidade social, que é excludente e desigual.

Outra característica desse vídeo é também caracterizada por Junqueira, a frequência com que tal ideologia é denunciada como uma doutrinação neototalitária de raízes marxistas. Cabe também questionarmos o lugar central que é dado à família, colocada como lugar de segurança, apoio, respeito, cuidado e segurança, no entanto



essa promessas nem sempre são cumpridas no seio familiar, mesmo nas histórias familiares da bíblia onde na "mitologia judaico cristã, temos um Deus-Pai vingativo, que não perdoa nenhum tipo de desobediência do(a) filho(a)."(BENTO, 2017, p. 98). Berenice Bento em seu livro Transviad@s nos traz uma coleção de narrativas bíblicas onde se encontram famílias nada afetuosas, onde membros da família se matam, filhas concebem filhos de seus pais. Na atualidade existem milhares de casos em que o seio da família foi palco de crimes onde maridos matam suas esposas, crianças são abusadas por seus responsáveis, filhos e filhas são expulsos(as) de casa. Será esse o modelo de família ideal?

Por este motivo que é importante a introdução dos estudos de gênero nas mais diversas instâncias sociais, inclusive a escola, para disseminar um conhecimento voltado para a aceitação da diferença, visto que nestas instituições a norma repassada é a regra heterossexual, tornando-a natural e até mesmo compulsória, e as práticas que fogem a este modelo são consideradas anormais e sujeitas à punição. Meninos e meninas são escolarizados/as para aprender quais são seus lugares, seus papéis, suas atitudes, seguindo a norma. Diariamente, no contexto escolar, são reproduzidos discursos que buscam normatizar o gênero e a sexualidade no currículo escolar, produzindo práticas de separação e naturalização dos corpos.

Essa reinvidicação da não inclusão da "ideologia de gênero" nas escolas, demarcando que a educação deve ser neutra, só serve pra encobrir a educação e produção de conhecimento heterossexista, pois "quando algo apresenta-se como neutro, como "científico", deve-se desconfiar de que foi feito numa perspectiva masculina, branca, ocidental, cristã e heterossexista" (MISKOLCI, 2015, p. 47).

Algumas conclusões

Em suma, os defensores da moral cristã e da família tradicional, transformaram as pessoas LGBTQI e as mulheres feministas num inimigo ser combatido a qualquer custo. A ampla divulgação da falsa premissa da "ideologia de gênero" despertou um pânico moral, um retrocesso social, num momento de lutas e conquistas na promoção da igualdade de gênero e sexuais.

Os argumentos usados pelos disseminares da falácia da "ideóloga de gênero" de que se trata de imposição podem ser aplicadas a eles mesmos, visto que pretendem impor a continuidade das desigualdades entre homens e mulheres, manipulando pessoas sem senso crítico por meio de uma imposição fascista sem fundamento científico. Sem contar que a partir da promoção do alarme e pânico sociais fica cada vez menos perceptível que tais



posicionamentos tiveram sua gênese na religião, contribuindo para adesão de outros setores da sociedade como políticos e gestores públicos que somam-se na luta de defesa da família tradicional.

O tratamento dado ao gênero, como uma ideologia vergonhosa, demoníaca e perversa afeta principalmente as mulheres e pessoas LGBTQI na medida em que ataca bandeiras de luta feministas como o aborto, o enfrentamento do machismo e a violência sexista principalmente nas áreas da educação e da saúde pública, por isso vale dar ênfase que tal projeto busca valorizar a um determinado tipo de humano e desvalorizar, descartar os demais, valorizando somente as maneiras de ser e pensar que se ajustam às normas de gênero e à heteronormatividade.



Referências

BENTO, Berenice. **Trasnsviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BUTLER, J. Regulações de gênero. Cadernos Pagu(42), jan-jun. 2014. p. 250-274.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": um dispositivo retórico de ofensiva antifenista. In: DIAS, Alfrancio Ferreira; SANTOS, Elza Ferreira; CRUZ, Maria Helena S. **Gênero e sexualidades**: entre invenções e desarticulações. Aracaju: Editora IFS, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autentica, 2015.

MEYER, D.E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MISKOLCI, R. **Um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed.. Belo Horizonte: Autêntica editora: UFOP – Universidade Federal de Outro Preto, 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

TRUJILLO, G. Pensar desde outro lugar, pensar lo impensable: hacia uma pedagogia queer. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1527-1540, dez., 2015.